XX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA
ANPUH-PB

INDEPENDÊNCIAS, REVOLUÇÕES E MODERNISMOS

30 de agosto a 02 de setembro

MODALIDADE ONLINE

ANAIS ELETRÔNICOS

João Pessoa, CCHLA-UFPB

ANPUH PB

PPGH UFPB

UFPB

PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

ANAIS ELETRÔNICOS

XX Encontro Estadual de História – ANPUH-PB

"Independências, Revoluções e Modernismos"

De 30 de agosto a 02 de setembro de 2022

Realização:

ANPUH PB

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
SEÇÃO PARAÍBA

Apoio:

PPGH UFPB

SAPIENTIA ÆDIFICAT

PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Editoração eletrônica:
Millena Luzia Carvalho do Carmo

Arte da capa:
Isaias Luis dos Santos Junior
Keliene Christina da Silva

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Revisão ortográfica e gramatical sob responsabilidade dos autores dos artigos.

A Comissão Editorial do evento se responsabilizou pela revisão da formatação dos textos de acordo com as normas de edição dos Anais Eletrônicos. Eventuais erros ortográficos e o conteúdo dos textos são de inteira responsabilidade dos/as autores/as. Foram acolhidos aqui os textos oriundos das comunicações orais apresentadas nos Simpósios Temáticos.

Esta versão eletrônica encontra-se em: www.anpuhpb.org.

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Setorial do CCTA da Universidade Federal da Paraíba

E56a Encontro Estadual de História – ANPUH-PB (20. :2022 : João Pessoa, PB)
Anais Eletrônicos do XX Encontro Estadual de História – ANPUH-PB [recurso eletrônico] : "Independência, Revoluções e Modernismos" : de 30 de agosto a 02 de setembro de 2022 / ANPUH-PB (Realização). – João Pessoa: Editora do CCTA, 2022.

Recurso digital (18,3MB)
Formato: ePDF
Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader
ISBN: 978-65-5621-283-8

1. História – Congressos. I. ANPUH-PB – Encontro Estadual. III. Título.

UFPB/BS-CCTA CDU: 94(048.3)

Elaborada por: Susiquine R. Silva CRB 15/653

Universidade Federal da Paraíba

Reitor: Valdiney Veloso Gouveia
Vice-Reitora: Liana Filgueira Calvacante

Diretor: Ulisses Carvalho da Silva
Vice-Diretora: Fabiana Cardoso Siqueira

Conselho Editorial:
Ulisses Carvalho da Silva
Carlos José Cartaxo
Magno Alexon Bezerra Seabra
José Francisco de Melo Neto
José David Campos Fernandes
Marcílio Fagner Onofre

Secretário: Paulo Vieira

Lab. de Jor. e Editoração Coordenador: Pedro Nunes Filho

Diretoria ANPUH-PB 2021-2022

Diretor: Ângelo Emílio da Silva Pessoa (UFPB – João Pessoa)
Vice-Diretor: Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio (SEECT-PB)
Secretária: Keliene Christina da Silva (SEDEC-PMJP)
Tesoureira: Priscilla Gontijo Leite (UFPB – João Pessoa)
Conselho Fiscal: Josineide da Silva Bezerra (UFPB-Bananeiras)
José Cunha Lima (SEECT-PB)
Maria Helena Pereira Cavalcante (IFPB-Guarabira)

Comissão organizadora:

Ângelo Emílio da Silva Pessoa (UFPB)
Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio (SEECT-PB)
Danilo Alves da Silva (SEECT-PB/ PPGH-UFRN)
Josineide da Silva Bezerra (UFPB)
Keliene Christina da Silva (SEDEC-PMJP)
Priscilla Gontijo Leite (UFPB)

Comissão Científica:

Alômia Abrantes (UEPB)
Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio (SEECT-PB)
Danilo Alves da Silva (SEECT-PB/ PPGH-UFRN)
Élio Flores (UFPB)
Fernando Canduro Pureza (UFPB)
Iranilson Buriti (UFCG)
Luiz Mário Dantas Burity (UFOP)
Michelly Cordão (UFCG)
Serioja Mariano (UFPB)

Monitoria:

Anne Vitória Leite Xaves | Brenno Miguel Miranda Machado | Iasmim Ibiapino Alves | Isaias Luis dos Santos Junior | Janieli Alves Ferreira | João Guilherme Braz Avelar de Aquino | José Arilson Pires Alves Filho | José Marcos Nascimento Pontes | Luan Ferreira da Silva Paz | Lucas Barroso Rego | Magnólia Suellem da Silva Azevedo | Rakell Milena Osório Silva | Reginaldo Ferreira da Silva Neto | Vágner Hugo Calazans Silva | Weslley Barbosa Rosendo

Sumário

Apresentação.....**07**

ST 01: História Política do Brasil Republicano: ideias, instituições e atores sociais

Dr. Dmitri da Silva Bichara Sobreira (UEPB)
Ms. Maria Tereza Dantas Bezerra Soares (UFMG).....**08**

ST 02: De 22 a 22: Brasil, Brasis em construção

Dra. Camila Corrêa e Silva de Freitas (UFCG)
Dr. Francisco Firmino Sales Neto (UFCG).....**118**

ST 03: Mundos do Trabalho: trabalhadores(as) em suas relações e experiências históricas

Ma. Ana Carolina Monteiro Paiva (UFPB)
Ma. Lidineide Vieira da Costa (UFBA).....**187**

ST 04: Cidades: memórias e espacialidades urbanas

Dra. Tatiane Vieira de Aguiar Barreto (SEE - PE)
Ms. Alana Cavalcanti Cruz Clementino (Colégio Kairós - Colégio e Curso Evolução).....**274**

ST 05: Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos

Dr. Thiago Cavaliere Mourelle (Arquivo Nacional)
Ma Daviana Granjeiro da Silva (SEE/PB).....**350**

ST 06: História e meios de comunicação: do mundo dos impressos as mídias digitais

Drª. Jorilene Barros da Silva Gomes (UFPB / SEECT-PB)
Me. Velbiane Luzia da Silva Chaves (UFCG/ SEECT-PB).....**375**

ST 07: Outras faces de Clio: as linguagens historiográficas no ensino e na pesquisa

Msc. Keliene Christina da Silva (PMJP)
Msc. Vânia Cristina da Silva (UEMS) **443**

ST 08: História e Música

Ms. Ivan Luís Lima Cavalcanti (Universidade do Porto)
Ms Diogo José Freitas do Egypto (UFPB)..... **555**

ST 09: História e Economia: interseções e desafios

Dr. Glaudionor Barbosa (UFPE)
Ms. Camila Nadedja (UFRPE)..... **607**

ST 11: Escravidão, emancipação e pós-abolição: trajetórias e experiências negras

Dr. Lucian Souza da Silva (Secretaria de Educação de João Pessoa-PB)
Msc. Thiago Brandão da Silva (UFPB)..... **647**

ST 12: A imprensa na História e a História da imprensa: publicação e circulação de impressos no Brasil (XVIII-XIX)

Msc. Maria Larisse Elias da Silva (UFF)
Rafael Dalyson dos Santos Souza (PPGHCS/COC/FIOCRUZ)..... **730**

ST 13: Práticas de pesquisa e ensino em História: processos de ensino-aprendizagem em espaços formais, informais e não-formais

Dra. Luana Carla Martins Campos Akinruli (UFPB)..... **777**

ST 14: História, cordel, cultura e sociedade: olhares para/pela literatura

Dr. Erasmo Peixoto de Lacerda (SED-MS)..... **887**

ST 15: Sessão de Comunicações Livres..... **927**

Apresentação

A ANPUH-PB (Associação Nacional de História – Seção Paraíba), fundada originalmente em 1967 e rearticulada nos finais dos anos de 1970, desde então esteve envolvida em diversas lutas no plano nacional e estadual, realizou Encontros Bianuais, bem como organizou dois Simpósios Nacionais (1981 e 2003). Nesse meio tempo, engajou-se em combates em prol da democracia, da defesa do conhecimento histórico e da profissão de historiador/a. Desde seus primeiros momentos, a entidade tem defendido ativamente a plena integração de profissionais e estudantes de História de todos os níveis de ensino em suas atividades.

Em 2022, chegamos ao nosso XX Encontro Estadual de História, com o tema ***Independências, Revoluções e Modernismos***, cujas discussões abrangerão questões substanciais de nossa formação histórica, em um diálogo aberto e diverso entre o tempo presente e as heranças do passado. O evento ocorrerá entre os dias 30 de agosto e 02 de setembro, sob formato remoto, em virtude da persistência da situação pandêmica e das incertezas ainda existentes nesse sentido.

Convidamos toda a comunidade historiadora da Paraíba e de outros estados a participarem de nosso Encontro, desejando a todas as pessoas que sejam bem vindas e que possam travar excelentes discussões das temáticas propostas, além de outras que possam emergir, no sentido de uma profissão e de um conhecimento histórico pautados nas melhores lutas de nosso povo.

A Comissão Organizadora
A Diretoria da ANPUH-PB (2021-22)

ST 1

HISTÓRIA POLÍTICA DO BRASIL REPUBLICANO: IDEIAS, INSTITUIÇÕES E ATORES SOCIAIS

Dr. Dmitri da Silva Bichara Sobreira (UEPB)
Ms. Maria Tereza Dantas Bezerra Soares (UFMG)

A PARAÍBA NA DÉCADA DE VINTE: A ADMINISTRAÇÃO JOÃO SUASSUNA NAS MENSAGENS DE GOVERNO (1925-1928)

Ana Beatriz de Farias Quirino[1]
Monique Guimarães Cittadino[2]

RESUMO

Embora reconhecida como o prelúdio do declínio epitacista, a administração João Suassuna, especialmente nos últimos anos, foi pouco explorada pela historiografia. À vista disso, este trabalho busca dialogar com a literatura existente e discutir, a partir das Mensagens de Governo destinadas à Assembleia Legislativa (1925-1928), a orientação da máquina estatal, as ações empreendidas e quais grupos sociais foram beneficiados ao longo desse governo marcado por contradições e fragilidade econômica.

Palavras-Chave: Primeira República, Paraíba, Epitacismo, João Suassuna, Mensagens de Governo.

A Primeira República, desde a sua proclamação, foi balançada por confrontos políticos e sociais. Durante alguns anos, os grupos oligárquicos, através de estratégias como a política dos governadores, conseguiram promover um certo nível de controle e estabilidade. A partir de 1910, todavia, determinadas camadas sociais mostravam-se cada vez mais insatisfeitas com os direcionamentos do Estado brasileiro. A década de 1920, por sua vez, foi marcada por uma série de agitações culturais, políticas e econômicas que, de modo significativo, transformaram os rumos do país. Ocorria, ali, a última crise do regime (FERREIRA e PINTO, 2021).

O cenário interno da Paraíba, em consonância com a situação nacional, também passava por diversas transformações. O algodão, que era proeminente nas exportações do estado desde 1855, tornou-se, no início da década de 1920, "o elemento mais dinâmico e o maior beneficiário do incremento econômico-comercial" (GURJÃO, 1994, p. 54). Assim, a economia algodoeira estimulava a modernização da região e, ao mesmo tempo, também beneficiava-se do processo. Nesse contexto, o epitacismo – que dominou a política paraibana nos últimos quinze anos da Primeira República – atingiu o seu auge, especialmente com os recursos adquiridos durante o mandato presidencial de Epitácio Pessoa.

---

1 Graduanda do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

2 Docente do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Em contrapartida, a administração de João Suassuna (1925-1928), encontrou uma situação econômica extremamente fragilizada. Sem poder contar com as verbas antes destinadas às obras contra as secas – levando em consideração que a presidência de Bernardes também estava em uma crise financeira – e com o preço do algodão em queda no mercado internacional, aparentava restar poucas opções de atuação para Suassuna. Além disso, o governo ainda precisou enfrentar uma extensa lista de problemas. O primeiro deles, de ordem climática, o fez lidar tanto com enchentes quanto com a seca. Na saúde, ao longo dos quatro anos, frequentes surtos epidêmicos – varíola, febre amarela e peste bubônica – atingiram a população do estado. Por fim, havia as questões de origem social e política, entre as quais podemos citar o cangaço, a Coluna Prestes e, ademais, as disputas intra-oligárquicas que agravavam-se (COUTINHO, 2000; GURJÃO, 1994; TRIGUEIRO, 1982).

Tendo essas especificidades em vista, o presente trabalho busca discutir a administração Suassuna (1925-1928), a partir das Mensagens de Governo enviadas anualmente à Assembleia Legislativa, com o objetivo de compreender as principais medidas executadas e, cotejando-as com o cenário nacional e com as fontes secundárias, identificar quais os seus significados. Dessa forma, olhamos, especialmente, para a atuação em áreas como segurança pública, infraestrutura, saúde, educação e economia.

Durante o segundo ano de governo, em uma declaração cedida ao Jornal do Commercio, João Suassuna delimitou o que considerava a “trindade negra” que uma administração poderia enfrentar: epidemias, o cangaceirismo e a seca. O presidente do estado, naquele momento, já lidava com as duas primeiras calamidades. Até o final do seu mandato, todavia, a tríade estaria completa. No que diz respeito ao banditismo, normalmente classificado como um dos maiores problemas da gestão (COUTINHO, 2000), a Mensagem inaugural – publicada em 1925 – o evidencia ser, realmente, uma preocupação eminente para a segurança pública do período. Nesse sentido, logo na primeira página, Suassuna reafirma – o que fará com certa frequência – o seu compromisso com a ordem pública e contra a “praga intermittente” (1925, p.6) do cangaço que, apesar da boa vontade dos antecessores, ainda não havia sido varrida do interior.

Ainda que as finanças, como veremos posteriormente, estivessem em uma situação extremamente delicada, Suassuna discorre acerca dos recursos que foram investidos para a manutenção da segurança na Paraíba. Entre as ações empreendidas nesse aspecto, o político destaca o aumento dos vencimentos e promoções para os oficiais, a organização dos volantes, distribuição de armamentos, auxílio para as viúvas dos tenentes assassinados, reformas e ampliações de cadeias, a remodelação do Batalhão na praça Pedro Américo, além da criação, a partir de um decreto, do 2° Batalhão – localizado

em Patos. Dessa forma, no final de 1925, mesmo com a existência de alguns ataques esporádicos, era de tranquilidade e "segurança nosso desafogado ambiente de garantias individuais" (SUASSUNA, 1925, p. 19).

Em 1926, se o cangaço não era o maior dos males, o estado também não encontrava-se em paz. Em contraste absoluto ao modo como finalizou a primeira Mensagem, Suassuna iniciou a segunda afirmando que graves dificuldades ameaçavam a ordem pública pelo "espírito reinante de anarchia, indisciplina e desobediência" (1926, p. 5). O inimigo central, dessa vez, era a Coluna Prestes, o símbolo mais expressivo do movimento tenentista. Segundo Lanna Júnior (2021), o tenentismo pode ser categorizado, antes de tudo, como um movimento revolucionário que surgiu no cenário da crise institucional da década de 1920. No entanto, o movimento não possuía um projeto político bem estruturado. Apesar de assustarem as elites, os militares não tiveram um apoio concreto das massas. A Coluna Prestes, nesse cenário, destacou-se por ser um levante de movimento, tendo em vista o trajeto de 25 mil quilômetros percorridos pelo interior do Brasil.

Em busca de alimentos, montarias e armas, os revoltosos, especialmente quando atacados, agiam através de saques, incêndios, depredações e violência. Entretanto, a antipatia que a coluna recebeu dos núcleos urbanos e da população rural, foi, em grande medida, resultado da forte propaganda negativa realizada pelo governo (LANNA JÚNIOR, 2021). A imagem construída, de acordo com Forjaz, identificava os revolucionários como "um bando desorganizado e mal armado de ladrões, estupradores e assassinos" (1997, p. 99). O esforço para atribuir tamanha carga negativa à coluna, no caso paraibano, pode ser facilmente identificado nos escritos de Suassuna. Para ele, "os rebeldes vieram rivalizar com os nossos malfeitores do Nordeste em actos de barbaria e rapacidade" (1926, p. 25).

Apesar de um incidente entre Malta e Pombal, no qual os tenentistas conseguiram apreender fuzis e cartuchos, Forjaz (1997) destaca que foi a partir da Paraíba, principalmente com o auxílio das tropas sertanejas dos coronéis, que iniciou- se o período desfavorável para a coluna. Naquele momento, além dos policiais e civis paraibanos, havia o auxílio dos estados nordestinos vizinhos. Nesse contexto, com o intuito de defender-se da acusação de que a Paraíba teria armado os rebeldes, Suassuna preocupa-se em reproduzir uma série de mensagens elogiosas recebidas de Arthur Bernardes e presidentes de outros estados. É válido destacar, sobre esse trecho, a recorrente preocupação do governante em relação à forma como sua administração seria vista futuramente.

Ainda em finais de 1926, ocorreu uma Conferência Policial, em Recife, com o intuito de estabelecer uma cooperação entre os estados para o combate aos grupos revoltosos. Em 1927, assim, uma parcela da força paraibana encalçava o cangaço para além das

próprias fronteiras. No contexto interno, durante os dois últimos anos, houve uma certa tranquilidade e, segundo estatísticas expostas por Suassuna, uma diminuição progressiva da criminalidade – em algum grau, para ele, por causa da diminuição do cangaço. Para atingir essa conjuntura, no entanto, o político afirma ter precisado comprometer, em tempo e dinheiro, grande parte do seu programa de governo.

Na imprensa, mesmo nos anos mais tranquilos, surgiam notícias que, para Suassuna, continham explícitos interesses políticos. Como mencionado por Coutinho (2000), existiu um esforço para vincular a figura de Suassuna com o apoio ao cangaço – percepção que, de certo modo, conseguiu sobreviver. Essa associação, provavelmente, derivou da sua relação com alguns coronéis. O principal deles, repetidas vezes elogiado ao longo das mensagens como um grande aliado na busca pela ordem pública, era José Pereira Lima – amizade que muito desagradaria a João Pessoa. Zé Pereira, importante chefe local de Princesa, até o ataque à Sousa em 1924, protegia constantemente o bando de Lampião (LEWIN,1979). Esse antigo apoio, certamente, iria respingar no presidente do estado.

Outros correligionários, há anos, apontavam os problemas básicos da relação entre o cangaço e o coronelismo. Os chefes locais que protegiam o banditismo, entretanto, eram aliados e sustentavam as bases eleitorais para o epitacismo. Nesse aspecto, é interessante destacar que justamente Suassuna, reconhecido por sua forte relação com os coronéis do alto sertão e interior paraibano, tenha abordado a questão publicamente. Para ele, o banditismo estava filiado a três causas principais: inércia dos governos, amparo dos poderosos e falta de repressão ao crime. Outras críticas, em ocasiões seguintes, seriam destinadas às práticas coronelísticas. Ao apresentar alguns aspectos dos relatórios dos juízes, por exemplo, concorda com o representante da comarca de Ingá ao afirmar que ele:

> traça conceitos, *aliás verdadeiros*, sobre a deficiência e má orientação da polícia civil no interior deste Estado, revelando autoritarismo, o terrorismo, o excesso de poder. Os cargos policiais são confiados, em regra, a indivíduos ignorantes, sem idoneidade, que agem ao bel prazer do mandonismo local (SUASSUNA, 1927, p. 39).

Há, dessa forma, certa discrepância entre o discurso e os aliados/prática política de Suassuna ou, pelo menos, uma tentativa de agradar o maior número possível de opiniões.

Retornando às acusações veiculadas nos jornais, uma das mais custosas para a imagem de Suassuna, que faria parte das futuras razões para a sua baixa popularidade (LEWIN, 1993), apontava que o político daria atenção exclusiva ao interior, ao passo que a capital era ignorada. Tendo isso em mente, logo no primeiro ano, o presidente buscou contrapor essa perspectiva. Em partes, o governo precisou reconstruir estradas, barragens e pontes que foram destruídas com as enchentes de 1924. Suassuna, por outro lado,

começou do zero diversas melhorias no cariri e sertão. Para ele, a explicação era óbvia: o interior, por muito tempo, foi preterido nas escolhas dos gastos públicos. Em algumas mensagens, ainda assim, o governante destinou tópicos específicos para abordar os feitos na capital, com o objetivo de comprovar como a sua gestão tinha um interesse em desenvolver todas as regiões e, não menos importante, como a maior parte dos recursos ainda era destinada à capital.

No decorrer dos meses, mesmo com a diminuição dos recursos, melhorias de pequeno e médio porte continuaram sendo empreendidas nos centros urbanos e nos núcleos rurais. Todavia, como mencionado por Trigueiro (1982), os cortes nas obras contra as secas dificultaram a efetivação de diversos planos. Um novo acordo, em 1927, foi oficializado entre o governo paraibano e a União. A Inspetoria, ficaria responsável pela direção técnica, planejamento das obras, e suprimento do material – contanto que ele estivesse em depósito no Nordeste ou pequenas compras dentro dos limites anuais. Cabia ao estado, portanto, a despesa com os trabalhadores que não fossem da classe A, o transporte – das pessoas, equipamentos e materiais – para os locais e, depois, o recolhimento de tudo. Esse convênio, evidentemente, não favoreceu à Paraíba como nos anos de pleno funcionamento da Indústria das Secas, mas auxiliou na finalização de certas demandas.

Entre os principais méritos da administração Suassuna, segundo Trigueiro (1982), encontram-se o prosseguimento com as obras de saneamento e água da capital – finalizada com recursos próprios – e, sem dúvidas, a conclusão do serviço de abastecimento de Campina Grande. Além da grandeza e dos custos, ambos os feitos se vinculavam com o discurso vigente de progresso. Como discutido por Chagas (2004), o moderno, naquele momento, adquiria vários significados: estava associado tanto com as transformações culturais, com o desenvolvimento econômico e tecnológico, ou, no caso, com o melhoramento do espaço urbano.

Com a nova realidade econômica gerada pelo algodão, a cidade da Parahyba do Norte, no final da primeira e começo da segunda década do século XX, iniciou o seu processo de modernização. Com o passar do tempo, a construção das estradas de rodagem – bastante presentes nas obras de Suassuna – contribuíram também para um gradativo desenvolvimento do estado como um todo. O nível de insalubridade, no entanto, ainda não condizia com os discursos higienistas. Dessa forma, foram construídos os sistemas de abastecimento e, em sequência, de esgoto. O governo de Suassuna, ao preocupar-se com a facilitação do transporte e da mobilidade, com a entrega das obras de esgoto, ou com a ampliação do consumo e fornecimento da água, logo, dialogava coerentemente com os ideais do período.

Aliás, o terror das epidemias também serviu como um incentivo para o saneamento das cidades brasileiras. No caso paraibano, como supradito, o medo não foi em vão. De acordo com Suassuna, ainda no ano inicial, não foi possível realizar o que ansiava para a área da saúde, por duas razões: a complicada situação das finanças e o inesperado surto de varíola. O governo, pego de surpresa, mal possuía aparelhagem e prédios adequados para lidar com a situação. Sendo assim, foi necessário improvisar um Hospital de isolamento. Suassuna, novamente, reclama das propagandas contrárias às iniciativas do seu mandato. Segundo o presidente da Paraíba, as críticas – que ele apelidou como "propaganda pela morte" – ao modelo assistencial teriam sido responsáveis por uma alta taxa de óbitos na capital, visto que em outros locais, como Cabedelo, o tratamento funcionaria adequadamente. Para ele, não fosse a doença, o estado sanitário estaria regular.

Nos anos seguintes, entretanto, os surtos continuaram. Em 1926, por exemplo, ocorreu uma epidemia de febre amarela em alguns lugares do interior. O número de obituários diminuiu, mas o cenário geral seguia tenso. Em 1927 e 1928, houve, respectivamente, duas crises bubônicas em Sapé e Princesa. A administração, nesse quadro, recorreu a uma campanha intensa de vacinação, soros imunizantes, serviços de desinfecção e visitas domiciliares. Suassuna, na Mensagem de 1926, discorreu sobre uma possível campanha de educação popular itinerante, mas, por falta de verba, ela não foi para frente.

Outra área de atuação que merece ser destacada, obviamente, é a educação. Assim como a saúde, no primeiro ano de gestão, ela quase não recebeu investimentos e melhorias. Nas fontes secundárias, aliás, pouco ou nada se fala sobre qualquer esforço de Suassuna no campo educacional. Para Pinheiro (1996), o governo de Suassuna, assim como o de Sólon de Lucena e o de João Pessoa, manteve a educação praticamente ausente dos pronunciamentos oficiais. Na Mensagem de 1925, apesar de alguns decretos e reformas, no geral, percebe-se que não houve nenhuma modificação sensível na organização do ensino público. As considerações do político acerca da implantação de cursos técnicos voltados às habilidades do sertanejo, no entanto, associavam-se com os seus anseios para a economia do estado e para a formação de uma mão de obra qualificada.

Foi durante a década de 1920, entretanto, que, mesmo a questão educacional não se tornando o âmbito central das políticas públicas, observou-se a triplicação na oferta de escolas públicas da rede estadual. Das novas escolas criadas, aliás, 43,7% foram no governo de Suassuna – como o grupo escolar em Areia. Segundo Pinheiro (1996), alocaram 43% desses colégios em pequenos povoados e sítios na região agrestina. Além disso, 25% teriam sido instalados em alguns pontos do sertão e alto sertão – todos estes, no caso, durante a administração de Suassuna. Assim, reforça-se o compromisso do

governador com o interior e, certamente, com os seus aliados políticos. Após a criação desses grupos escolares, Suassuna menciona que o estado também financiou algumas instituições particulares, com o intuito de fazer com que a formação primária chegasse em diferentes pontos.

Por fim, chegamos ao tópico da economia. Como supracitado, a situação financeira geral da Paraíba, ao longo de todo o período, era de extrema delicadeza. Durante o primeiro semestre do ano inicial, a arrecadação havia sido ótima. A partir do segundo, conquanto, a cota do algodão foi reduzida. No fim do mandato, a própria produção estava baixa, em decorrência de uma estiagem. Somado a isso, o estado não poderia mais contar com as verbas para as obras contra as secas. Em contraste, como visto até aqui, as despesas aumentaram e Suassuna precisava arcar, inclusive, com uma dívida de 1500 contos que o seu antecessor retirou do Banco do Brasil. É nessa circunstância, portanto, que uma das primeiras medidas tomadas pelo governador consiste em cancelar as isenções até então dispensadas às maiores indústrias.

Para Suassuna, a explicação era rápida: não haveria motivos, com o nível de comprometimento das finanças, para dispensar essa renda. O político relembra ao leitor, por exemplo, que, naquele momento, a base fundamental da riqueza pública e privada ainda era o algodão. Com essa lógica, ele centralizou as medidas econômicas na agricultura e, inicialmente, também na pecuária. O ocorrido, posteriormente, sustentou as bases para uma importante interpretação historiográfica, que enxerga uma divisão expressiva entre os interesses da elite comercial litorânea e os dos produtores agrícolas do sertão. Cabe dizer que, obviamente, ela não é a única visão existente.

Por um lado, autoras como Linda Lewin (1983), delineiam que o processo da modernização paraibana na década de 1920, para além de alterar as modas, os discursos e as identidades das elites, teria atingido uma complexidade capaz de gerar, agora, interesses geoeconômicos discrepantes. Nomes como Eliete Gurjão (1994), por outro, apontaram certa inconsistência na tentativa de explicar as tensões inter-oligárquicas a partir de um confronto de anseios urbanos x rurais. De acordo com a historiadora, a economia algodoeira teria possibilitado um dinamismo social e acirrado as disputas entre as elites econômicas. Todavia, não teria sido capaz de separar, completamente, a indústria da agricultura. Um grande exemplo disso é que, nos anos 20, as indústrias paraibanas possuíam um forte caráter artesanal e, de modo geral, existiam como atividades complementares da agroexportação.

As principais ações que Suassuna acredita ter tomado em prol da agricultura, certamente, foram: a construção de silos de cimento, para maior conservação de cereais e

aumento da produção; as estradas de rodagem, sempre mencionadas como fundamentais para maior mobilidade e diminuição dos fretes; os campos de cooperação – que, aliás, dois convênios eram nos nomes de Suassuna e Zé Pereira – cedidos aos agricultores; e as fazendas de sementes, responsáveis por possibilitar a distribuição gratuita das espécies apropriadas de algodão.

A partir dessas medidas, o Departamento de Classificação e o Registro de Marcas ganharam uma maior atenção. Segundo Suassuna, diversos comerciantes e industriais mostraram-se interessados na perseguição às fraudes de colheita, beneficiamento e enfardamento do algodão. Temos, nesse caso, um pequeno exemplo dessa associação ainda evidente entre indústria e agricultura. No entanto, ao passo que a dependência com o algodão expressava os seus problemas, certamente, vários núcleos ansiavam prosseguir por um caminho da diversificação econômica. O próprio Suassuna, diversas vezes, demonstra o seu interesse em pensar novas formas de gerar riqueza para o estado. No entanto, ao invés de apostar na industrialização, como ocorria no contexto nacional, ele parte para a pecuária e o incentivo às outras culturas agrícolas.

É válido destacar, contudo, a existência de um aspecto cultural na insatisfação dos grupos urbanos com o presidente do estado. Se a questão econômica ainda pode ser considerada um pouco embaçada, a cultural era explícita: Suassuna, afinal, esbanjava aos quatro ventos uma admiração pela figura do homem sertanejo que trabalha duro; em contraposição, os políticos da capital paraibana, como bem destacou Lewin (1993, p. 313), viam em seus gostos uma “maneira de se distinguir de seus primos caipiras do interior”.

Em relação ao contraste do cenário interno com nacional, pode-se afirmar que, sob certos ângulos, ambos pareciam dialogar. O serviço de desinfecção e visita domiciliar, a construção de estradas, redes de saneamento e sistemas de abastecimento, ainda que em pequena medida, iam ao encontro do processo geral de urbanização e dos ideais higienistas. Em contrapartida, ao passo que o Brasil se encontrava em uma crescente industrialização, a Paraíba, como vimos, estava voltada para o levantamento de silos. Nesse sentido, a distância entre as duas realidades era absurda.

À vista do apresentado, é possível constatar que, apesar de pouco explorada pela historiografia recente, a administração João Suassuna carrega consigo associações e interpretações bem consolidadas. Muitas das quais, aliás, dificilmente alguém poderia discordar: como é o caso do forte vínculo de Suassuna com determinados coronéis. Outras nuanças, todavia, precisam e devem ser mais exploradas, um exemplo disso é a própria veiculação pública que o governante fez entre o cangaço e o mandonismo local. Além disso, é cabível ponderar que as Mensagens de Governo, apesar de serem documentos

voltados à prestação de contas, possuem um aspecto discursivo muito forte. Dessa forma, não é de se surpreender que algumas informações aparentem colidir, ou, como destacado, que uma fala/trecho não condiga com a prática política real.

REFERÊNCIAS

FONTES

SUASSUNA, João. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado da Parahyba, na abertura da 2ª sessão ordinária da 9ª legislatura, a 1 de outubro de 1925.** Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1925.

SUASSUNA, João. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado da Parahyba, na abertura da 3ª sessão ordinária da 9ª legislatura, a 1 de outubro de 1926.** Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1926.

SUASSUNA, João. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado da Parahyba, na abertura da 4ª sessão ordinária da 9ª legislatura, a 1 de outubro de 1927**. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1927.

SUASSUNA, João. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado da Parahyba, na abertura da 1ª sessão ordinária da 10ª legislatura, a 20 de outubro de 1928.** Parahyba do Note: Imprensa Official, 1928.

BIBLIOGRAFIA

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização na cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930.** Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

COUTINHO, Natércia S. D. R. **João Suassuna**. Paraíba. Nomes do Século. Série História, Nº 03. João Pessoa: A União, 2000.

FERREIRA, Marieta de M. e PINTO, Surama C. S. “A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930”. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. **O Brasil republicano**. O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da República à Revolução de 1930. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021 pp.373-401.

FORJAZ, Maria Cecília. **Tenentismo e política**: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e vida das oligarquias**. Paraíba (1889-1930). João Pessoa: Universitária/UFPB, 1994.

LANNA JÚNIOR, Mário Cleber. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. **O Brasil republicano**. O tempo do

liberalismo excludente. Da proclamação da República à Revolução de 1930. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021, pp.297-335.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. A rede de ensino público estadual na Paraíba (1889 a 1930): uma breve retrospectiva histórica. **Revista Fazer História**: (des)construção e (in) certeza. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda/NDIHR/ANPUH, 2º semestre de 1996.

TRIGUEIRO, Oswaldo. **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa: A União, 1982.

PARTIDOS POLÍTICOS E TRABALHADORES RURAIS NO PARÁ: CONFLITOS NO CAMPO E A MOBILIZAÇÃO POR DIREITOS NA DÉCADA DE 1980

David Bezerra Filgueira de Vasconcelos Concerva[1]

RESUMO

Esta pesquisa resulta de uma investigação e análises das relações de resistência envolvendo os migrantes que chegam ao Pará e o movimento político-partidário que se constitui no período dos anos 1980, destacando a atuação, principalmente, de parlamentares e de partidos políticos, em prol das questões agrárias, junto aos posseiros . De maneira geral, a partir das pesquisas realizadas para esse trabalho, é possível notar um claro impacto social, econômico e ambiental dos projetos governamentais.

Palavras-Chave: Agentes de mediação; Amazônia; partidos políticos; programas governamentais; trabalhadores rurais.

INTRODUÇÃO

A partir das décadas de 1970 e 1980, tomando como justificativa a ideia de “integrar” o Brasil, os governos militares lançaram uma série de projetos e políticas governamentais em que a Amazônia passa ser considerada de forma estratégica. Para isso, um grande aparato governamental passa a ser montado, criando órgãos governamentais ou reformulando aqueles que já existiam. Objeto de estudo desta pesquisa, o Pará possui um destaque especial por ser um estado chave para o entendimento das políticas públicas que foram implementadas para a região, dos grandes investimentos do capital na área e a violência no campo diante dos inúmeros conflitos por terra.

A partir do governo Médici, sob a perspectiva dos órgãos de segurança nacional, uma série de políticas governamentais foram lançadas para a Amazônia, como o Programa de Integração Nacional (PIN) e a Transamazônica, que eram programas voltados para a colonização, o desenvolvimento de políticas energéticas e a construção de grandes redes viárias. Ao mesmo momento, aliadas aos discursos de “integração” e “desenvolvimento”, começou a ser operada prisões, torturas e assassinados de trabalhadores pelos órgãos do estado e por milicias privadas, sendo isso resultado de uma aliança entre os militares com os proprietários e empresários rurais.

---

1 Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: davidconcerva@hotmail.com

Diante dos impactos sociais, econômicos, políticos e ambientais da implementação dessas políticas públicas na região, como o aumentando da concentração de terras e o consequente reflexo no número de conflitos por terra; a violência contra trabalhadores e lideranças políticas; além da instalação de inúmeros complexos agropecuários que se utiliza da mão de obra precarizada disponível na região, vários agentes de mediação passaram a atuar na região, oferecendo assistência jurídica e social. Dentre eles, é possível destacar a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), ainda na década de 1970, e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, já na década de 1980.

Com a redemocratização e as novas faces possíveis da luta dentro do campo institucional, esses movimentos, cada com suas particularidades, passam a atuar junto aos partidos políticos na defesa dos direitos dos trabalhadores, operando uma série de táticas e estratégias, a fim de intensificar essas mobilizações. Por meio dessa pesquisa, foi possível observar uma atuação forte de alguns parlamentares e uma mobilização para emplacar uma proposta na Assembleia Nacional Constituinte iniciada em 1987.

TÁTICAS E ESTRATÉGIAS NA LUTA PELA TERRA: NOVAS QUESTÕES

A partir da segunda metade da década de 80, para além das situações vivenciadas no Pará, outras experiências de luta começaram a ser compartilhadas pelos movimentos sociais criados pelo Brasil, causando uma discussão mais aprofundada a respeito das táticas e estratégias adotadas pelos trabalhadores rurais.

Nesse momento, depois de ter sido fundado no início dos anos 80, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) chega ao Pará em 1987, com novas estratégias de luta, tensionando as relações, até então, estabelecidas entre os movimentos. Assim, para além do caráter local, as repercussões do que estava acontecendo em todos os recantos do Brasil tomava uma outra dimensão. Nesse sentido, tomando como base reflexões de Leonilde Medeiros e Neide Esterci,

> são ações que podem ser pensadas como aquelas que tiram os movimentos e grupos de suas dimensões locais e particulares, relacionando-os a outras instâncias e outros grupos. Ou seja, são práticas que não se esgotam no âmbito das relações locais, mas se potencializam, assim, que questões locais possam ser tratadas em espaços que envolvem interesses mais amplos. [2]

2 PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra**: A luta pela terra no sul e sudeste do Pará. 1ª. ed. Recife: Editora UFPE, 2015, p.272

Assim, essas organizações, por um lado, conseguiram quebrar o monopólio de representação dos trabalhadores rurais. Por outro, contribuíram para mostrar a diversidade das situações de conflito, produzindo novas identidades e novas formas de luta (acampamentos, ocupações de terra, de canteiro de obras, marchas para as grandes capitais), trazendo para os espaços públicos a dramatização das questões que envolviam os rurais"[3]

Nesse sentido, essa mobilização entre as entidades, mesmo com divergências locais, teve um importante papel naquele momento. Com a discussão sobre a Reforma Agrária à tona novamente e a Constituinte se aproximando, os movimentos sociais exerceram um grande papel de pressão, na tentativa de conseguirem algumas transformações na estrutura agrária. Para isso, contaram não apenas com o apoio dos trabalhadores por meio da mobilização de abaixos-assinados acerca de diversos temas, mas também com o apoio de parlamentares que estavam ligados a esses movimentos.

Naqueles momentos finais da Ditadura Militar, a Reforma Agrária conseguiu se manter na pauta e foi um dos compromissos da chamada Aliança Democrática (AD). É nesse sentido que algumas organizações, como a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e a Federação dos Órgãos Assistenciais e Educacionais de Base (Fase) começam a construir a Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA).

Essas mobilizações ao longo da década de 80 provocaram mudanças na forma do governo militar lidar com a questão agrária. Como discutido anteriormente, foram criados o Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins (Getat) e o Grupo Executivo das Terras do Baixo Amazonas (Gebam), além do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários, sob o comando do general Daniel Venturini.

No Governo Sarney, com a criação do Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento (MIRAD), foi iniciado a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Esse plano contou com a participação do presidente da ABRA, de diretores e dirigente da CONTAG, além de representantes de outras entidades de representação dos trabalhadores.

A proposta do PNRA, apesar de contar com o apoio da CONTAG, não conseguiu obter o apoio dos principais movimentos dos trabalhadores do campo. Segundo o MST, todo o arcabouço criado era muito tímido e pouco eficaz, além de ter como base boa parte dos instrumentos foram criados ao longo da Ditadura Militar. Para a Central Única dos

3 MEDEIROS, Leonilde. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o Regime Civil-Militar. In: PINHEIRO, Milton. **Ditadura:** o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, p-195-229, 2014, p. 219

Trabalhadores (CUT), esse plano proposto pelo governo não passava de uma versão rural do “pacto social”.

Para contrapor essa proposta de “Reforma Agrária”, do Governo Federal, uma das reações mais vigorosas veio dos representantes dos proprietários de terra. Depois de um encontro em Brasília, pouco mais de um mês depois da divulgação do PNRA, a UDR surge como uma nova entidade que passa a representar parte desses proprietários de terra, disputando espaço com entidades patronais mais antigas, como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB).

Assim, para além da prática da violência contra os trabalhadores rurais e suas lideranças, como vimos no início desse trabalho, a UDR também ocupou um espaço importante no debate político. Como veremos no próximo subcapítulo, a Constituinte também representou um momento chave para os grandes proprietários de terra, podendo exercer pressão e influência sobre os parlamentares que escreviam o mais importante texto jurídico da República.

Como o PNRA mostrou-se um plano de pouca efetividade, sem o governo cumprir com aquilo que se prometia, a próxima luta passou a ser em torno da Constituinte. Com todas as experiências e formas de luta que discutimos aqui, a adesão pela entrada no debate da Constituinte não foi automática e sem discussão. Ao lidar com documentos produzidos por essas entidades, é possível observar essas tensões. Enquanto algumas entidades possuem uma visão mais otimista sobre aquela possibilidade de atuação, outras já possuíam um olhar mais reticente, de desconfiança.

No Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, em sua edição de maio de 1985, publicou uma matéria na seção política com a seguinte pergunta: “Constituinte: esse assunto te interessa?”. Nessa matéria direcionada aos trabalhadores, o jornal afirma que “A Constituinte representa a oportunidade dos trabalhadores participarem na elaboração de novas leis para o país”, além de ressaltar que “é a constituição que define o direito à terra, à saúde, à educação, à moradia, os poderes do presidente, do Congresso e da Justiça”.

Nesse sentido, discutindo a importância da representação institucional nesses espaços da política e um deslocamento nas formas de luta, a matéria coloca que, para a efetivação de todas essas medidas desejadas pelos trabalhadores, é preciso que os eleitos representem, de fato, os trabalhadores. Assim, para os trabalhadores, aquele momento seria uma oportunidade para participar, pela primeira vez, da elaboração das leis do País.

Apesar de ter de discutir sobre as possibilidades da Constituinte em suas sinopses políticas, em sua principal publicação acerca dos conflitos no Campo – a Revista Conflitos no Campo – a Comissão Pastoral da Terra (CPT) não toca nesse assunto de maneira tão

detalhada ou direta. Em 1985, apesar de realizar uma análise crítica acerca das opções relacionadas ao PNRA, não há qualquer menção sobre a possibilidade de tentar alguma mudança por meio daquele instrumento institucional que começava a ser discutido.

Em 1986, há um discurso bastante duro acerca da realidade encontrada e dos caminhos a serem trilhados. Diante do aumento dos conflitos no campo, das investidas contra as lideranças políticas, questiona-se: “qual a resposta dos camponeses?”, “e o sindicato?”, “políticos a serviço do povo?”, “para onde?”.

Na visão desse movimento, apenas alguns políticos representavam bem os trabalhadores, tais como Sérgio Cruz (PT/MS), Kazuho Sano (PMDB/MT), Jaques Dornelles (PDT/ RJ), Alceu Collares (PDT/RS), Valdomiro Lima (PDT/RS), Luis Inácio da Silva (PT/ SP), Irma Passoni (PT/SP), José Genuíno Neto (PT/SP) e Eduardo Suplicy (PT/SP).

Acerca daquele caminho que poderia ser trilhado, o processo institucional parece um jogo de cartas marcadas mesmo diante de uma realidade tão devastadora. Assim,

> Nos primeiros meses de 1987 novos focos foram acesos e antigos foram reforçados. Não obstante as denúncias e as tomadas de posição, continua a repressão e o massacre contra os camponeses e os índios, que na era da Constituinte não são ainda considerados “cidadãos brasileiros”. Não obstante as denúncias e as tomadas de posição, continua a repressão e o massacre contra os camponeses e os índios, que na era O país real sofre a repressão mais violenta. O país legal apresenta a máscara da democracia. O país é massacrado, famílias inteiras são destruídas, índios perdem suas terras. O país legal apresenta o cartaz da Reforma Agrária, dos direitos dos índios, do progresso. O país legal se assenta em Brasília para ver como mudar as palavras da LEI para que a Lei não mude e nada mude. Para quem acredita no país real, é a vez de pensar como juntar forças para que as lutas dos camponeses e dos índios, somadas às outras lutas populares, possam romper a fachada, possam quebrar essa máscara e conjugar o país real das lutas e vitórias populares com o país real da democracia popular e das leis que dela nascem

Diferentemente das lideranças ligadas ao Movimento Sem Terra, a CPT não possuía tanta esperança ou expectativa de que aquela situação pudesse ser modificada por esse caminho mais institucional. Contudo, é preciso entender que essas entidades representativas são constituídas por pessoas e imersas em inúmeras disputas e tensões.

Ao mesmo tempo em que se mostrava reticente sobre essa via parlamentar, vários membros da CPT ingressavam na política. É o caso dos advogados da CPT Paulo Fontelles e João Carlos Batista. E o preço dessa opção, por mais pacífica que possa parecer, foi muito caro.

Assim, por mais tensões e debates que tenham acontecido entre os integrantes dos movimentos, as experiências de luta e os caminhos a serem seguidos, aquele momento

da segunda metade da década de 80 era muito único. Depois de quase 40 anos, o Brasil passava por um processo de promulgação de uma nova constituição, Assim, Leonilde Medeiros entende que, diante daquele deslocamento na forma de lutar,

> a grande batalha para institucionalizar canais que viabilizassem a realização de transformações significativas na estrutura fundiária deu-se na Constituinte, ao mesmo tempo em que os conflitos por terra prosseguiam, sinalizando a urgência do tema[4].

Ao longo das discussões em torno das políticas agrárias, a Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária convidou representantes do "movimento popular", órgãos de representação patronal e repartições do governo[5].

Para apresentar o chamado movimento popular, participaram três entidades ligadas à Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA): a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O depoimento da ABRA, apresentado por Plínio Guimarães Moraes, Luiz Edson Fachin e Oswaldo Russo, defendida basicamente a proposta da CNRA. Entre seus pontos principais, estavam: a supremacia dos direitos sociais e coletivos sobre os interesses privados, a coerência constitucional brasileira que sempre mostrou avanços em relação ao tratamento da questão agrária; além do aprimoramento do conceito para "obrigação" social.

Em relação à CONTAG, a proposta apresentada por José Francisco abordou, de maneira geral, questões relacionadas ao subemprego, a marginalidade, a violência e a questão democrática como as causas que obrigam a impulsionar a Reforma Agrária no Brasil, além de fazer durar críticas a UDR e seu modo de atuação.

Por fim, ao apresentar seu projeto, a CPT, representada por seu presidente Hamilton Pereira da Silva, destacou os aspectos relacionados à violência no campo, considerando "a violência como filha do latifúndio, numa situação em que nem Estado nem latifúndio reconhecem o direito à cidadania, não reconhecendo sequer o direito à vida"[6]. Além disso, discutiu sobre os aspectos contraditórios em relação à modernização da agricultura brasileira.

Em seguida, finalizando o depoimento da CPT, o Padre Ricardo Rezende denunciou a presença do trabalho escravo em cerca de 29 fazendas. Nomes como Banco Mercantil,

---

4 MEDEIROS, Leonilde. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o Regime Civil-Militar. In: PINHEIRO, Milton. **Ditadura**: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, p-195-229, 2014, p.225

5 SILVA, José G. da. **Buraco negro**: A reforma agrária na Constituinte. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

6 SILVA, José G. da. **Buraco negro: A reforma agrária na Constituinte.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 60

Bamerindus e Bradesco estavam presentes na lista deixada pelo Padre na Subcomissão.

Uma matéria intitulada “Rurais definem ação para a Constituinte”, publicada em 1987 pelo Jornal dos Trabalhadores Sem Terra¸ trouxe uma série de informações a respeito das movimentações dos trabalhadores rurais na busca para conseguir realizar a proposição de uma série de emendas populares.

Reunindo diversas entidades, como a CUT, CPT, PT, Pastorais Rurais e o MST, foi organizado uma estratégia de ação para a representação dos trabalhadores no processo da Constituinte. As emendas populares continham propostas dos trabalhadores para algumas questões importantes da época, como a “Reforma Agrária”, os “Direitos dos Trabalhadores”, e um projeto de “Ordem Econômica”.

A grande estratégia de ação se deu através das mobilizações pelo abaixo assinado dessas emendas populares. Pelo que consta no jornal, foi possível “recolher mais de 1 milhão de assinaturas para o projeto de Reforma Agrária, contendo os 20 artigos exigidos pela base”; para “Os Direitos dos trabalhadores”, foram reunidas mais de 400 mil assinaturas; e, por fim, para o projeto de “Ordem Econômica” foram recolhidas mais de 300 mil assinaturas. Para a entrega dessas assinaturas foi montada uma grande delegação e uma realizada uma ampla divulgação, de modo que “chegue as bases e todos sintam valorizadas as assinaturas e o seu desejo político”.

Para a apresentação do projeto da Reforma Agrária, foram convocados três representantes: Valdir Ganzer, deputado estadual (PT/PA); Avelino Ganzer, secretário-geral da CUT; e Hamilton Pereira, representando a CPT Nacional. Eles tinham a missão de realizar em 20 minutos a defesa do projeto, representando milhares de trabalhadores rurais. É muito significativo que dois membros da família Ganzer estejam nesse papel. Assim como muito dos trabalhadores que estavam sendo representados, eles também foram migrantes que chegaram ao Pará em busca de uma nova vida[7].

Por fim, para além das trajetórias, das vivências, das experiências de luta e das estratégias elaboradas para os desafios colocados, esse período histórico carrega uma série de elementos históricos que nos permitem visualizar as tensões, as disputas e as alianças entre determinados agentes de mediação. Com isso, tendo em vista a expectativa por um país mais democrático e das negociações por meio da consolidação do espaço

7 Os impactos dos programas governamentais nas trajetórias de muitas famílias de migrantes foram muito fortes. As promessas de uma nova vida, de uma possibilidade de viver com o mínimo de dignidade foram totalmente frustradas. Em uma entrevista realizada com os irmãos Avelino e Valdir por Petit (1996, p.123), é possível observar os impactos das políticas públicas: “Quando chegamos já estava armado um certo conflito, porque havia a promessa de que nós íamos ter terreno, uma casa, dois hectares de terra já pronta para plantar, uma vaca um casal de porcos... Não havia nada disso. Nem se sabia onde eram os terrenos.”

institucional naquele momento, os políticos profissionais junto as lideranças sindicais e os animadores de comunidade tiveram um papel importante, possibilitando a discussão de temas caros aos trabalhadores rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os impactos das políticas governamentais implementados pelos governos militares para Amazônia aconteceram em todos os aspectos de análise, seja no social, econômico ou político. Entender a forma como os trabalhadores rurais, os movimentos sociais e partidos políticos se organizam diante dessa nossa racionalidade governamental é de fundamental importância. As novas faces desses movimentos realmente requerem uma série de estudos mais aprofundados.

Esses estudos devem contribuir para uma reflexão crítica acerca da temática. Mais do que a questão jurídica, uma maior discussão sobre a dimensão política na criação dessas normas. Um espaço de disputas em que os grupos envolvidos criam estratégias, formam novas táticas na tentativa de “legitimarem” suas ações e desejos.

No caso da história recente, apesar das emendas, dos projetos de lei e de todas as alterações possíveis na Constituição de 1988, a Constituinte representou um processo político-jurídico de fundamental importância para nossos estudos.

A partir dela, vários movimentos se mobilizaram, de forma a pressionar os parlamentares constituintes a representarem suas demandas. Isso por meio de formação de bancadas parlamentares, mobilização de abaixo assinados, além aglutinação de movimentos político-partidários.

Destacando as questões relacionadas à luta pela terra, desse escopo emergiram no cenário político nacional a UDR, as mobilizações nacionais da CONTAG, da CPT, da CUT, do PT, entre outras entidades. Independentemente dos resultados, um verdadeiro campo de disputas que repercutiu no rumo da política nacional e na forma de analisar e discutir a atuação das entidades em relação à questão agrária no Brasil.

Assim, por fim, uma reflexão sobre as dinâmicas em torno da luta pelo acesso à terra no Brasil e a forma como as organizações político-partidárias se organizaram, em torno das discussões sobre a ocupação mais recente da Amazônia, precisa levar em conta não só o papel das lideranças políticas, mas também as partidárias e não-partidárias junto a esses trabalhadores. Tal aspecto revela uma necessidade de uma atualização constante desses conceitos e categorias, colocando-se como uma questão fundamental para o entendimento do nosso tempo.

REFERÊNCIAS

GOMES, Angela de C.; FERREIRA, J. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014

GRINBERG, L. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009

GUIMARÃES NETO, Regina B.; JOANONI NETO, V.. Amazônia: Políticas governamentais, práticas de colonização e controle do território na ditadura militar (1964-85). **Anuario IFHS**, v. 34, p. 99-122, 2019.

MACHADO, Ismael. **Paulo Fonteles:** Sem ponto final. São Paulo: Anita Garibaldi, 2018.

MANÇANO, B. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes. 2000.

MARTINS, José de Souza. **A Política do Brasil***:* lúmpen e místico. São Paulo: Contexto, 2011, p. 185.

MEDEIROS, L. **História dos Movimentos Sociais no Campo.** Rio de Janeiro: FASE. 1989, p. 201.

MEDEIROS, L. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o Regime Civil-Militar. In: PINHEIRO, M. **Ditadura:** o que resta da transição. São Paulo: Boi tempo, 2014

MENDONÇA, S. **A classe dominante agrária**: natureza e comportamento – 1964-1980. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular. 2010.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra**: A luta pela terra no sul e sudeste do Pará. 1ª. ed. Recife: Editora UFPE, 2015.

PETIT, P. **A Esperança Equilibrista:** a trajetória do PT no Pará. 1ª. ed. São Paulo: Boi Tempo, 1996.

PETIT, P. **Chão de Promessas**: Elites políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-1964. 1ª. ed. Belém: Paka-tatu, 2003

POMPEIA, Caio. **Formação política do Agronegócio**. Elefante: São Paulo, 2021.

SILVA, José G. da. **Buraco Negro:** a Reforma Agrária na Constituinte. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

OS SIGNIFICADOS DA ELEIÇÃO DE 1974 NA PARAÍBA: RESULTADOS DE PESQUISA SOBRE A ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA)

Dmitri da Silva Bichara Sobreira[1]

RESUMO

O presente trabalho – resultado de pesquisa de doutorado na qual se analisou a atuação da Aliança Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba – busca analisar o processo eleitoral de 1974 no estado. O pleito que teve como vitorioso o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição, pela sua expressiva votação para o Senado, é considerado um marco para a redemocratização do país. Porém, para os demais cargos, a Arena manteve ampla votação. As primeiras pesquisas sobre o tema apontam o voto na oposição como uma manifestação contrária à ditadura, mas essa lógica não era aplicada ao voto arenista (aprovação ao regime). Por meio da análise de documentação selecionada, serão compreendidos os significados da eleição na Paraíba, alinhando-se às novas pesquisas que enxergam formas de identificação dos eleitores com a Arena, sendo os diagnósticos um meio para entender a influência da cultura política brasileira no funcionamento do sistema político durante a ditadura militar.

Palavras-Chave: Arena, eleições, Paraíba.

O presente texto é resultado de pesquisa de doutoramento que analisou a atuação da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido político criado pela ditadura militar brasileira e atuou como organização legitimadora do regime autoritário, ao apoiar suas medidas nas instituições representativas. O surgimento da Arena se deu após a implementação do Ato Institucional nº 2 (AI-2), em 1965, decreto autoritário que extinguiu as antigas legendas que compunham um sistema pluripartidário, e instaurou, em 1966, um sistema bipartidário no Brasil. Esser bipartidarismo era composto pela Arena e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que desempenharia a função de uma oposição consentida pela ditadura.

Na pesquisa, o foco sobre a Arena teve como recorte espacial o estado da Paraíba, analisando o diretório regional do partido, bem como a atuação dos seus membros, os quais representavam a ditadura no âmbito estadual. Temporalmente, nosso recorte abarca os anos de 1969 até 1979, esse o último ano de existência do partido. A escolha do ano de 1969 como início da pesquisa sobre a Arena paraibana tem como justificativa o fato de que

1 Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor substituto no Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus III.

o período após o Ato Institucional nº 5 (AI-5) – decreto de mesma natureza do AI-2, que fechou ainda mais o regime autoritário, intensificando o aparato repressivo e restringindo as possibilidades de atuação política dos setores sociais na ditadura – a dinâmica da atuação política do partido durante a ditadura sofreu diversas alterações pelo próprio regime autoritário[2].

Assim, o presente texto tem como objetivo compreender os significados das eleições de 1974 no Brasil e na Paraíba, analisando os resultados do pleito no âmbito nacional e estadual. A eleição de 1974 é tida pelas análises historiográficas e pela memória sobre a ditadura como um marco de virada para o fim da ditadura militar brasileira. Naquele ano, a vitória do MDB na eleição para o Senado, alcançando uma maior quantidade de candidatos eleitos para a Alta Casa do Congresso Nacional, é compreendida como um momento de fortalecimento das oposições ao regime, bem como inaugurou o período de distensão da ditadura, sendo o princípio da abertura democrática.

A eleição de 1974 representa ainda um ponto de virada na própria historiografia sobre a atuação dos partidos políticos na ditadura militar. Essa constatação é feita por Grinberg (2009), pesquisadora que realizou um significativo trabalho de pesquisa sobre a Arena. Para a autora, na História Política do Brasil havia um desinteresse nos estudos sobre as organizações partidárias, tidos como objetos pouco relevantes para a compreensão do universo político nacional. Pairava sobre as pesquisas acadêmicas o estigma do senso comum sobre os partidos: uma baixa representatividade política, a pouca funcionalidade enquanto espaços de atuação, e uma curta longevidade de atuação das legendas brasileira[3].

Segundo Grinberg, essa imagem dos partidos se agravava quando a legenda em questão era a Arena, especialmente pelo fato de se tratar de um partido criado pelo regime militar, cuja principal função era aderir à ditadura, indicando uma submissão automática, que descaracterizaria sua atuação. Na historiografia sobre os partidos, a vitória do MDB nas eleições de 1974 foi para os pesquisadores da ditadura um motivo para a pesquisa sobre o tema. Era necessário entender as razões para a vitória inédita da oposição dentro de um regime autoritário.

---

2 O período de atuação do partido foi analisado em dissertação de mestrado defendida pelo autor, a qual serviu como base para o texto de doutorado, analisando a Arena paraibana através da atuação de seus membros desde antes do golpe de 1964 até o contexto do AI-5. Para mais informações, ver Sobreira (2016).

3 Esse último aspecto tem como justificativa a recorrente intervenção no sistema partidário nacional, a qual promoveu diversas mudanças ao longo da história. Desde a Proclamação da República, podem ser contabilizadas cinco intervenções (duas delas promovidas na ditadura, em 1965 e 1979). Essas intervenções podem ser fatores explicativos para a baixa representatividade política dessas organizações e dessa imagem de pouca funcionalidade, porém, o pouco espaço disponível nesse texto nos limita aprofundar a análise.

Ainda não os historiadores, mas os cientistas políticos e sociais passaram a analisar o sistema bipartidário tentando entender os motivos da vitória da oposição. O interesse se dava porque todo o sistema político montado pela ditadura tinha como meta beneficiar a legenda situacionista, sendo a vitória inédita do MDB um ponto fora da curva nos resultados eleitorais até então.

Acreditava-se que naquela eleição a sociedade civil teriam votado no MDB motivados pela rejeição ao autoritarismo, demarcando um voto ideológico dos eleitores brasileiros. Contudo, por mais que a imagem da vitória do MDB fosse marcante pela importância que a eleição do senado ganhava, na Câmara Baixa, a Arena continuava a obter números expressivos, porém não há trabalhos que expliquem esses números.

Esses números da Arena eram analisados pelos pesquisadores como resultado de fraude ou controle de eleitores (cabresto). Outro aspecto apontado pelas pesquisas para explicar a vitória da Arena nas eleições de deputado federal e estadual foi a existência das sublegendas, que inchava os pleitos com candidatos governistas. Havia ainda a ideia, segundo Grinberg, de que o voto no candidato arenista se dava por uma identificação do eleitor com esse, e não com o partido.

Segundo a autora, as pesquisas promovidas até então estereotipavam os votos da Arena: “De modo geral, tais análises de representatividade, demonstrando apoio de parte da sociedade no regime. Apenas os votos do MDB são considerados legítimos como uma manifestação contra o regime” (GRINBERG, 2009, p. 30).

Para desviar de qualquer perspectiva generalista ou superficial da análise do resultado do pleito de 1974, é preciso compreender o processo eleitoral, desde o período de escolha dos candidatos até a campanha. A abordagem não apenas nos resultados, mas na conjuntura na qual eles se inserem ajudam o pesquisador a dar uma dimensão histórica ao seu objeto de pesquisa. Para Rémond (2003), as eleições não se limitam apenas ao seu ato e às consequências de seus resultados na sociedade, a exemplo da forma como influenciam na manutenção ou transformação do poder.

Assim, será abordada a dinâmica do processo eleitoral de 1974 no âmbito nacional e estadual, tentando entender a forma como a Arena e o MDB se comportaram na Paraíba, resultando na eleição de um candidato de oposição no estado. Ao mesmo tempo, como os números nacionais apontam, os governistas mantiveram o mesmo número candidatos eleitos para a Câmara dos Deputados nas eleições anteriores, representando a maioria das vagas destinadas à Paraíba.

Duas perguntas podem ser apontadas aqui para nos ajudar a desenvolver a análise: 1) Como os partidos se comportaram no período eleitoral, na sua organização interna e no

seu discurso eleitoral? 2) Representariam os resultados da eleição uma manifestação de oposição à ditadura ou se trataria dos mesmos mecanismos de controle eleitoral presentes no Brasil?

Em 1974, o Brasil vivia o início de uma crise econômica resultado de eventos políticos internacionais, como a crise do petróleo e a política econômica implementada pela ditadura. O MDB buscava trabalhar com a crise ao seu favor, divulgando os dados econômicos em seus discursos, juntamente com os excessos autoritários do regime. A Arena, por sua vez, tentava reanimar os ânimos da população com o governo militar revivendo o discurso de otimismo promovido nos primeiros anos da década de 1970.

Na política paraibana, o MDB se organizava eleitoralmente em torno de seu candidato ao Senado, o já senador Ruy Carneiro. Este foi uma histórica liderança política paraibana, principal cacique político da oposição, cuja candidatura era incontestável dentro dos quadros do partido. Por outro lado, a Arena se via diante de uma inconciliável disputa entre duas notórias figuras no partido: o então governador Ernani Sátyro e o ex governador João Agripino[4].

Como candidato ao Senado pela legenda governista, Agripino defendia a candidatura do deputado federal Antônio Mariz, seu primo e figura em crescente ascensão política dentro do estado, enquanto Sátyro apoiava a candidatura de Aluísio Afonso Campos, influente personalidade política no estado. Sátyro já havia vencido a quebra de braço com Agripino na disputa pela indicação do novo governador[5], e, diante de um novo choque de interesses, o presidente nacional da Arena, Petrônio Portela, teve de intervir no estado.

Portela organizou reunião entre a bancada federal da Arena e Sátyro no intuito de discutir a candidatura e a campanha senatorial *arenista* na Paraíba. Nela, o presidente da Arena sugeriu a candidatura de Mariz para o Senado, equilibrando os interesses entre os *arenistas* paraibanos. Contudo, a proposta foi veementemente vetada pelo governador, que indicou Campos como candidato do partido ao Senado, a contragosto de outros setores da legenda, o que motivou Agripino a participar ativamente da campanha contra o governador e seu candidato.

---

4 Inconciliáveis não por falta de tentativas. Desde a eleição para prefeito do município de Campina Grande em 1972, Sátyro e Agripino disputavam o comando da legenda na Paraíba, sobretudo a indicação de nomes como candidatos a eleições. Se já havia tido uma tentativa de conciliação em 1972 – ver Sobreira (2021, p. XX) –, em 1974, houve uma segunda tentativa de acordo através de um documento denominado "Protocolo de Brasília" (SOBREIRA, 2021, p. 149-150), ou a chamada "Missão Portela" (SOBREIRA, 2021, P. 151-152).

5 Agripino advogava o nome de seu ex-secretário de governo, Juarez Farias, enquanto Sátyro apoiava o nome o ex-deputado federal Ivan Bichara. A escolha de Bichara, candidato do governador, ocorreu em virtude do apoio de José Américo de Almeida, histórica liderança política paraibana (SOBREIRA, 2021, p. 151-153).

Essa disputa gerou diversas situações de desconforto no partido ao longo de toda a campanha de 1974. No comício de abertura da campanha, no bairro de Cruz das Armas, em João Pessoa, o *Correio da Paraíba* relata que Agripino só aceitou subir no palanque após a saída de Sátyro, que teria se retirado do evento em protesto à presença do ex-governador[6].

Em seu discurso, Agripino mais acusou o ex-governador de promover perseguições políticas aos seus correligionários, do que promoveu o candidato *arenista* ao Senado: "[...] [Ernani Sátyro] dividiu a Arena, tratando uns afilhadescamente e outros como se fossem adversários, dentro do próprio partido"[7].

Criava-se assim o problema da impossibilidade das duas principais lideranças do partido estarem no mesmo palanque. O colunista político Djaci Andrade do *Correio da Paraíba* apontava que haviam dois roteiros para as atividades de campanha entre as quais Campos se dividia: um oficial (comandado por Sátyro e Bichara) e outro extraoficial (organizado por Agripino)[8]. Mas essa desunião não se limitava às duas lideranças, estendia-se aos demais quadros, muitos descontentes com a postura do governador ao fazer campanha apenas para seus aliados mais próximos[9].

Esse desajuste da campanha *arenista*, resultado de suas querelas internas, a priori, pode ser apontado como a explicação para a derrota do candidato do partido ao Senado. O pleito foi vencido por Ruy Carneiro com 297.780 votos (51,66 %), contra os 278.590 (48,34%) obtidos por Campos[10]. Essa derrota da Arena na Paraíba fez parte do quadro nacional, marcado pela vitória da oposição no pleito, que elegeu 17 senadores contra apenas cinco da Arena.

Em relação às eleições proporcionais, a Arena manteve a supremacia contra o MDB no estado. Para deputado federal a Arena elegeu sete candidatos, contra quatro *emedebistas.* Para deputado estadual a Arena elegeu 21 parlamentares, contra 11

---

6 Correio da Paraíba, 17 de set 1974, p. 3.

7 Ibid.

8 ANDRADE, Correio da Paraíba, 18 de out 1974, p. 4. Para contornar esse problema, algumas saídas para o comício de encerramento que ocorrera na Praça 1817, em João Pessoa, foram apresentadas: organização técnica da campanha sugeriu um "palanque duplo", dividido ao meio por um tapume; outra ideia foi a realização de dois comícios simultâneos, em João Pessoa e em Campina Grande, onde cada liderança comparecesse a um, opção adotada pela organização (O Norte, 19 de nov 1974 p. 5).

9 Um desses eventos ocorrera na cidade de Guarabira, município com dois candidatos a deputado estadual, um *agripinista* e outro *ernanista*. Em comício, Clóvis Bezerra teria recomendado aos presentes o nome do aliado de Agripino junto ao nome do aliado do governador, gerando irritação de Sátyro (Correio da Paraíba, 04 de out 1974, p. 3). Em Itabaiana também havia dois candidatos a deputado estadual, sendo um apoiado publicamente por Sátyro e outro por Bichara. A imprensa apontava que situação semelhante ocorria em João Pessoa, Cajazeiras, Catolé do Rocha e Bananeiras. (Correio da Paraíba, 05 de out 1974, p. 3).

10 Ata eleição Senador 1974, Acervo TRE-PB.

candidatos da oposição, destacando-se que os 17 candidatos mais votados foram do partido governista[11].

Alguns aspectos devem ser considerados quando abordamos os números eleitorais da Arena na eleição de 1974, sendo o primeiro deles a votação apertada entre os candidatos na eleição senatorial – uma diferença de pouco mais de 20 mil votos – e a quantidade de deputados federais e estaduais eleitos.

Em virtude desses números, Aluísio Afonso Campos passou a questionar o resultado, solicitando uma recontagem dos votos. Campos questionava os dados da Justiça Eleitoral, ao mesmo tempo que desconfiava da fidelidade partidária de seus correligionários, os quais acusava de "desviar votos" de suas bases eleitos para o candidato de oposição[12]. Pela segunda vez Campos justificava sua derrota para Carneiro à infidelidade partidária, haja vista que o mesmo apontou esse fator para sua derrota em 1966 (SOBREIRA, 2016, p. 126).

As acusações de Campos foram rejeitadas pelo Diretório Regional da Arena que, em nota, desvinculou o partido do pedido de recontagem de votos apresentada pelo seu candidato: "A medida foi requerida pelo Dr. Aluísio Afonso Campos, através de um de seus advogados, perante a Primeira Zona e Primeira Zona A, tratando-se assim de postulação da exclusiva responsabilidade daquele candidato"[13].

Contudo, outros elementos podem ser considerados para explicar sua derrota, o primeiro deles era a popularidade de seu adversário na eleição. Uma das lideranças políticas mais populares da Paraíba, Carneiro era detentor de um rico capital político e forte apelo junto às massas, o que lhe rendera o quarto mandato consecutivo como senador da República em 1974[14]. Esse fato pode indicar um tipo de votação atrelada à Arena pela historiografia, a da identificação com o candidato, não com o partido.

Um segundo elemento é a votação da oposição na capital do Estado. A partir de 1974 o acervo do TRE-PB disponibilizou uma ferramenta para consulta dos resultados eleitorais por município, e quando olhamos para a votação senatorial em João Pessoa houve uma larga vantagem do candidato da oposição sobre o da situação: 42,692 votos (69,77%) contra 18,512 votos (30,23%)[15]. A diferença de votos obtidos pelo MDB contra a Arena na capital é

---

11 Ata eleição deputado federal 1974, Acervo TRE-PB.

12 Correio da Paraíba, 19 de nov 1974, p. 1.

13 ARENA, Correio da Paraíba, 19 de nov 1974, p.1.

14 Apelo que pode ser não só medido nas diversas eleições sucessivas que vencera no estado, mas também na ocasião de sua morte, no ano de 1977, quando em seu velório reuniram-se mais de cem mil pessoas, parando a cidade de João Pessoa (Correio da Paraíba, 23 de jul 1977, p. 3).

15 Ata votação João Pessoa Eleição Senador 1974, Acervo TRE-PB.

maior do que a diferença geral dos partidos em todo o estado, podendo-se considerar que a votação em João Pessoa foi fundamental para a eleição de Carneiro senador.

É preciso questionar a natureza do voto pessoense em Ruy Carneiro, se era meramente em virtude de sua liderança política, ou se havia algum sentimento antigovernista e antiditadura nesse eleitorado, haja vista que o *emedebista* nunca fora um opositor mais atuante dentro de seu partido. Nas fontes aqui analisadas não há maiores descrições sobre os discursos de campanha, que pudessem nos indicar se havia ou não um apelo a críticas contra o governo. A existência de um sentimento oposicionista entre os eleitores aparece em relato de Aluísio Afonso Campos sobre a campanha na capital do estado, segundo o qual:

> [...] Rui Carneiro simbolizava a oposição, e pelo fato de simbolizar a oposição, e também como ele era tradicionalmente vitorioso em João Pessoa, era um nome muito divulgado nos bairros, nos subúrbios, na zona rural, nos municípios, em toda a parte, então ele alcançou uma vitória expressiva em João Pessoa, que suplantou a diferença que eu havia conquistado sobre o MDB no interior.[16]

Outro fator que pode indicar a vinculação de Carneiro a um sentimento oposicionista é a participação de políticos cassados pela ditadura em sua campanha, como relatado pelo jornal *O Momento*, ao publicar matéria na qual relatou a participação de Pedro Gondim nos comícios do MDB na capital; e em entrevista concedida pelo ex-ministro de João Goulart, Abelardo Jurema, cassado pelo AI-1, na qual declarou participar da campanha de Ruy Carneiro em João Pessoa[17]. Esses podem ter trazido um tom crítico à ditadura para os comícios e demais eventos da candidatura de Carneiro. Some-se a isso, o relato de *O Momento* segundo o qual a Arena não dispunha da maior popularidade em João Pessoa, em virtude da rejeição dos pessoenses à figura de Sátyro e as medidas do prefeito de João Pessoa por ele indicado, como a demolição do Mercado Central[18].

A análise dos dados eleitorais da Paraíba em 1974 converge para problematização da análise feita por Lamounier (1980, p. 31) sobre o voto antigovernista do eleitorado de São Paulo nas eleições de 1974, para o qual o MDB teria se transformado em uma “sigla mágica”, um elemento catalizador do voto de oposição naquele estado. Em João Pessoa havia um sentimento antigovernista, em relação ao governador Ernani Sátyro, e um viés ideológico favorável a oposição na votação dos pessoenses.

Diante do exposto, é possível inferir que são múltiplos os fatores que explicam

16 Entrevista Aluísio Afonso Campos, Acervo NIDHR, 1977, p. 153

17 Momento, 04-11 de nov 1974, p. 3; O Norte, 19 de nov 1974, p. 5.

18 Ibid.

a vitória da oposição na Paraíba. O primeiro deles é a organização partidária do MDB paraibano, mais coesa e centrada em um único candidato, diferente da Arena, rachada e dividida. Esse fator afetava a campanha, fator que poderia indicar um desvio de votos de candidatos da Arena para Ruy Carneiro, haja vista que o controle de votos era algo presente na prática política local.

O único recorte passível de maior problematização é o da capital, João Pessoa. A vitória acachapante do candidato do MDB, juntamente com o apelo de personalidades políticas cassadas pela ditadura, pode dar um tom de oposição à ditadura ao voto pessoense. No caso de João Pessoa, em específico, é possível indicar que havia um voto crítico à ditadura entre o eleitorado *emedebista*. Isso não significa que apenas o voto da capital era um voto "consciente", mas que é possível apenas mensurar esse perfil eleitoral em João Pessoa. Para compreender outros cenários, é necessário ter dados mais que contemplem as questões formuladas sobre o fenômeno eleitoral.

A análise do processo eleitoral na Paraíba tanto confirma os indicativos de análises mais generalistas sobre o pleito, como aponta para a necessidade de olhar para as idiossincrasias de cada contexto político, nos quais existem fatores que ajudam a compreender os dados de uma maneira mais complexa. A análise dos fenômenos sob um viés regional dá uma nova dimensão para os eventos políticos na ditadura militar, confirmando ou contrapondo dados apresentados sob uma perspectiva nacional.

REFERÊNCIAS

GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório**: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

LAMOUNIER, Bolívar. **Voto de desconfiança**: Eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979. Petrópolis: Vozes, 1980.

RÉMOND, René. As eleições. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003b, p. 37-56.

SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Para além do "sim, senhor"**: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) e a ditadura militar na Paraíba (1964-1969). João Pessoa: Dissertação de mestrado – UFPB, 2016.

SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Poder local, partido político e ditadura militar**: A análise sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba (1969-1979). Belo Horizonte: Tese de Doutorado – UFMG, 2021.

PATRONAGEM, REFORMAS E DINAMISMO ECONÔMICO NOS ANOS DE ORDEM DA PARAHYBA: UMA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO DE SOLON DE LUCENA NAS MENSAGENS DE GOVERNO (1920-1924)

Hildebranthe da Silva Cândido[1]

Monique Cittadino[2]

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade analisar, por meio das Mensagens de Governo endereçadas à Assembleia Legislativa, a administração de Solón de Lucena enquanto presidente do Estado da Parahyba durante o período 1920 a 1924, identificando, assim, as ligações do presidente de Estado com a estrutura oligárquica local, as principais linhas de ação do governo e entender seus sentidos a fim de definir quais foram as prioridades e interesses do então governador nos anos de ordem da Parahyba.

Palavras-Chave: Primeira República, Parahyba, Epitacismo, Solon de Lucena, Mensagens de Governo.

INTRODUÇÃO

A primeira metade do século XX é, antes de tudo, um período marcado por profundos acontecimentos e mudanças em seus diversos planos. A nível global, abrangeu duas grandes guerras, revoluções, o colapso econômico de 1929 e os inúmeros avanços nas áreas da informação, medicina e tecnologia. Nacionalmente, destacam-se, em ordem cronológica decrescente, A Era Vargas, os movimentos tenentistas, a Semana de Arte Moderna de 1922 e a *Política do Café com Leite*, que moldou a administração nacional e, além disso, apresentou-se como uma das principais características do regime republicano até os anos 30 por meio de acordos – sobretudo entre o líder do poder executivo, presidentes de Estado e coronéis - práticas clientelistas, fraudes eleitorais e patronagem (RESENDE, 2006).

A nível local, que nos toca mais de perto, o Estado da Parahyba se apresenta como reflexo desses traços do cenário nacional que marcam o tempo do liberalismo excludente. Isto é, tem como produto o domínio oligárquico que rege as relações sociais, políticas e econômicas em sua configuração estadual (CITTADINO, 2010). Nessa perspectiva, o

---

1 Graduando do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

2 Docente do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

início da década de 20 na Parahyba é de fundamental importância não só para entender os anos que antecederam a “revolução de 30”, mas também compreender como operou a administração local, suas políticas e vinculações à esfera federal nessa conjuntura pós primeira grande guerra.

Nesse sentido, este trabalho tem como finalidade analisar, por meio das Mensagens de Governo endereçadas à Assembleia Legislativa, a administração de Solon de Lucena enquanto presidente do Estado da Parahyba durante o período 1920 a 1924, identificando, assim, as ligações do presidente de Estado com a estrutura oligárquica local, as principais linhas de ação do governo no que diz respeito às reformas e às questões econômicas, bem como entender seus sentidos nos anos de ordem da Parahyba.

DESENVOLVIMENTO

Solon Barbosa de Lucena foi um professor paraibano que teve substancial importância na política da Paraíba, sobretudo nos anos iniciais da década de vinte do século passado. Embora tenha entrado tardiamente na carreira pública como político, chegou a ser apontado por Osias Gomes (PEREIRA, p. 38) como “o estadista íntimo de seu povo. Tolerante e conciliador, parecia que o próprio anjo da paz dirigia os impulsos de sua atuação na chefia do partido político que o elegera”. Foi, portanto, bastante elogiado principalmente pela sua inteligência, coração e caráter.

Em se tratando de sua trajetória política, Solon consagrou-se deputado estadual nos anos de 1912 e foi reeleito para um novo mandato nas eleições seguintes, em 1916. Tornou-se deputado federal em 1918, mas antes disso ocupou a cadeira da presidência do Estado – haja vista seu cargo como presidente da Assembleia Legislativa – de julho a outubro de 1916 devido à renúncia, por complicações de saúde, de Antônio da Silva Pessoa, governador de então, sendo, dessa maneira, o 11º presidente de Estado da Paraíba. A posteriori, logo após as eleições de 1920, Solon assume, uma vez mais, a administração do Estado, para 4 anos de mandato.

Os documentos desta pesquisa, as *Mensagens de Governo*, são cartas escritas pelo governador e enviadas anualmente à Assembleia Legislativa. Essas fontes são, portanto, relatórios oficiais que estabelecem um panorama geral da administração do governo em questão, apresentando as ações empreendidas, as principais necessidades do Estado e, também, detalha aspectos da política, economia e finanças, educação, obras públicas e saúde. Presentes desde os tempos de Império, essas documentações ainda são emitidas ano a ano atualmente. (ASSIS e SILVA, 2014; RUCKSTADTER, MELLO, 2019)

Em se tratando mais especificamente das *Mensagens de Governo* que foram investigadas neste trabalho, são apresentadas à Assembleia Legislativa um total de quatro cartas. A primeira, de 1º de setembro de 1921; a segunda, de 1º de setembro de 1922; a terceira, de 1º de setembro de 1923 e, por fim; a quarta, de 1º de março de 1924.

Primeiramente, no que diz respeito aos aspectos econômicos levantados pelo presidente de Estado em seus anos de governo, destaca-se, inicialmente, o item economia e finanças. Solon de Lucena anuncia a aquisição de máquinas agrícolas no período do governo de seu antecessor - Francisco Camilo de Holanda – o que gerou um impulso na agricultura e a falta de instrução profissional aos trabalhadores para operarem com as tecnologias da época. Outrossim, o administrador salienta no documento sua preocupação em relação aos problemas com as finanças, dada a baixa na procura de produtos do Estado e das exportações ao mesmo tempo que não houve uma diminuição das despesas, em razão, sobretudo, da conjuntura crítica após a grande guerra.

Ademais, lembra também que esse sufoco econômico o qual passava o Estado estava relacionado às questões naturais (causas climáticas), que têm dificultado as exportações do principal gênero produzido na Paraíba e comercializado nos mercados europeus: o algodão. Para amenizar tal situação, baixou, em 10 de maio de 1921, o decreto de número 1.117, que visava combater as larvas – é citado na Mensagem o termo “lagarta rosea” - que acabavam com a “fortuna pública e privada” do Estado (o algodão). A determinação concedia, portanto, gratificações aos agricultores que se interessassem em extinguir esses insetos. Outrossim, conferiu uma bonificação de 50% aos proprietários sobre o imposto de indústria e profissão.

Logo depois, o governador pede atenção à pecuária em seus múltiplos aspectos, porquanto a exportação de gado bovino e de peles da Paraíba tem alcançado substancial valor nas exportações. Para garantir seu desenvolvimento, o político evidencia o interesse em promover algumas medidas, como: a melhora dos gados por meio do cruzamento e seleção; a difusão de conhecimentos dos processos e meios no que diz respeito à manutenção dos rebanhos e, finalmente; a construção de silos nas zonas mais secas do Estado.

Ressalta, além disso, a importância da agricultura e pecuária regional para a economia do Brasil, destacando a defesa de Epitácio em favor dessas atividades - que constituem o setor primário da economia. Em especial, o governador aponta a relevância do algodão como um dos principais gêneros catalisadores da economia nacional, haja vista seu crescente consumo nos mercados mundiais. Nesse sentido, o paraibano redige algumas recomendações em sua mensagem visando a prosperidade econômica do país. Dentre as principais orientações, estão a intensificação da cultura, a seleção e promoção

por meios práticos e a expansão de novos mercados, concorrendo, portanto, com o algodão do Egito e da América do Norte.

Salienta, por fim, que apesar de o Estado não possuir boas condições financeiras no momento que vive, as obras públicas que estão sendo realizadas – acabamento e consolidação de algumas estradas de rodagem e a construção de pontes, por exemplo - são fundamentais para mitigar o flagelo da seca.

Já nos subtópicos reservados a falar propriamente do algodão, Solon o coloca, em primeiro lugar, como *elemento básico da fortuna pública* da Parahyba e *a fonte principal da riqueza privada*, sendo necessárias as devidas atenções para a promoção do seu desenvolvimento para, enfim, elevá-lo no conceito dos mercados internacionais. Tais atribuições se dão em razão sobretudo de suas qualidades naturais: a zona algodoeira – considerada uma das melhores do mundo - e o comprimento da fibra, que o torna um dos protagonistas entre os algodões que possuem a fibra mais alongada.

No entanto, o que o impede de estar em evidência nos mercados mundiais é a forma como a cultura é negligenciada. Dentre os principais problemas, o professor frisa o descaso em seu processo produtivo, que acaba por causar maiores prejuízos[3] (LUCENA, 1922, p. 33)

> "a falta de selecção de fibras, a apanha feita sem methodo, o descaroçamento realizado em machinas de serras mal cuidadas, a falta de probidade de alguns commerciantes e o descaso lamentavel de todos os interessados nessa grande industria são a causa de seu descredito e da depreciação do melhor algodão que se conhece no mundo, do unico que póde rivalizar com o egypcio e avantajar-se aos melhores europeus"

Por último, o governador comunica que com o alargamento da produção e, além disso, "por meio da selecção paciente e rigorosa; no trabalhar a fibra sem estraga-la ou partil-a, empregando o rôlo ou qualquer outro descaroçador que sirva a esses propósitos" (LUCENA, 1922, p. 35) chegar-se-á à utilização do verdadeiro potencial da zona algodoeira parahybana, colocando esse algodão em primeiro plano no comércio internacional.

Ainda sobre a questão econômica, mas agora em se tratando dos *empréstimos*, o político relata sobre o lançamento de um empréstimo a fim de atender as necessidades de salubridade e conforto da capital – melhora e ampliação do abastecimento de água, além de realizar as obras do esgoto. Em vista disso, faz elogios ao encarregado das negociações, João Pessoa Cavalcanti (ministro do Supremo Tribunal Militar).

---

3 Os preços do algodão limpo (selecionado) e do sujo variam de 20 a 50%. (LUCENA, 1922, p. 34).

Finalmente, Solon reforça o que havia dito ainda no início de seu governo, mais especificamente na 1ª mensagem: que recebeu de seu antecessor o Estado em uma situação deficitária, e que se não fossem os débitos trazidos da gestão que o antecedeu, "estariamos em regulares condições financeiras, porque venceríamos, sem deficit, a phase de rendas mais escassas, comprehendida entre os mezes de janeiro a setembro daquelle anno administrativo." (LUCENA, 1922, p. 63). Conclui, portanto, afirmando que "fez o que estava dentro das suas possibilidades por levar o Estado a salvo de um deficit humilhante numa quadra cheia de despesas imprevistas e inevitáveis." (LUCENA, 1922, p. 63)

Em relação às reformas feitas por Lucena, estão os serviços de *Saneamento da capital, obras de esgotos e abastecimento de água* continuam de forma regular, estando a frente dos trabalhos a serem realizados o engenheiro especialista Francisco Saturtino Rodrigues de Britto, um dos principais nomes da Engenharia Ambiental e Sanitária do país. De modo geral, maior parte das obras estão em estado de finalização[4] ou se encontram bem adiantadas, além de que, o saneamento da capital, que há tanto tempo fora planejado, é enfim realizado.

Já em se tratando das reformas realizadas no âmbito da *Instrução pública*, o professor parahybano coloca que esse setor ainda é um problema a ser resolvido no Estado. Embora tenha havido alguns avanços e reformas na área desde a gestão de Castro Pinto até os dias de seu governo, Solon de Lucena afirma que essas não possuíam fins que organizassem a instrução pública de forma precisa e eficiente. Exemplo disso é o sistema escolar deficitário que, segundo ele, "não possuimos um systema escolar na altura das necessidades da nossa população infantil. E não sómente da população infantil, senão também da mocidade que se destina aos cursos superiores das escolas profissionaes do paiz." (LUCENA, 1924, p. 10)

Além disso, critica o tipo de ensino do país, colocando-o como "livresco e mnemônico". Afirma que é necessária uma mudança de sentido, sendo obra, portanto, não apenas de uma gestão, mas um trabalho que precisa ser construído pouco a pouco por gerações. A escola precisa "ser o portico da vida profissional e, nessa situação, precisa apparelhar o individuo que por ella venha a passar, dos elementos essenciaes e indispensaveis ás altas conquistas do espirito do saber." (LUCENA, 1924, p. 11). É posto, por fim, que a escola deve ter como seu principal objetivo a formação do indivíduo tendo em vista, sobretudo,

4 Dentre os trabalhos realizados, estão: o serviço topográfico de localização, nivelamento e outros; a construção de coletores e a construção do emissário. Além disso, sendo necessária a abertura de vias urbanas para a realização do saneamento, aponta-se as novas vias: avenida em continuação à rua Silva Jardim; avenida circular do Parque; rua em continuação à travessa Almeida Barreto; rua aberta que vai à avenida circular do parque; avenida paralela à rua Maciel Pinheiro, e Avenida em frente à cadeia; reservatório da praça Venâncio Neiva e a estação do distrito D2.

os interesses superiores da pátria.

Por fim, no que se refere à patronagem, um dos seus pontos – localizado no último tópico do terceiro documento, *Política do Estado* - é destacada a renúncia de Epitácio Pessoa após o fim de sua gestão na cadeira presidencial enquanto chefe do partido dominante do Estado. Como forma de homenagem, Lucena acaba por exaltar seus feitos: as medidas de governo, as providências tomadas visando a melhora na agricultura, comércio e contra as secas e, por fim, a preocupação com o Estado mesmo se encontrando fora dele. Para a substituição de Epitácio Pessoa à frente do partido, foi escolhido, portanto, o próprio Solon de Lucena (LUCENA, 1923, p. 97-98):

> "[...] Para substitui-lo na direcção do partido dominante, escolheram seus correligionarios o cidadão que ora ocupa a presidencia do Estado, sem que para isso nem uma das parcelas de influencia decorrentes do alto pôsto acaso se movessem, movendo-se sim, todas ellas, pela continuação da chefia do Dr. Epitacio Pessôa ou por uma solução com outro nome de seu partido."

CONCLUSÃO

Os inúmeros elogios prestados à Epitácio Pessoa, presentes do primeiro ao último documento, os estímulos a determinados gêneros primários – sobretudo o algodão – e os cargos concedidos a alguns nomes já conhecidos – vide o caso de João Pessoa – além da rotatividade de ofícios de conhecidos nomes da oligarquia epitacista nas esferas do poder: Pedro da Cunha Pedrosa como ministro do Tribunal de Contas, Octacilio de Albuquerque para o Senado e João Suassuna como deputado estadual[5] demonstraram os interesses de Solon de Lucena enquanto presidente de Estado.

Fica claro, pois, que as reformas empreendidas, além dos incentivos ao comércio, indústria, agricultura e educação revelam, para além das necessidades habituais do Estado, não só as suas predileções – relacionadas principalmente às suas origens como professor e descendente de proprietários de terras - mas também seu pleno alinhamento à estrutura oligárquica epitacista.

5 Presente em (LUCENA, 1924, p. 96).

REFERÊNCIAS

ASSIS, P. M.; SILVA, F. Adilson Lopes da. Mensagens do governo, processos-crime e polícia: Apontamentos metodológicos. In **Anais do XIV Encontro Estadual de História do Ceará**. Disponível em http://uece.br/eventos/eehce2014/anais/trabalhos.html. Acesso em: 10 mai 2022.

BLOCH, MARC. **Apologia da História ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CHAGAS, W. F. **Cotidiano de trabalhadores urbanos na Paraíba moderna**. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (Org.). Trabalho e trabalhadores no Nordeste. Campina Grande: Eduepb, 2015, v. 1, p. 141-158.

CITTADINO, Monique. A Paraíba na Primeira República: a oligarquia de Álvaro Machado. In ARAÚJO, Edna M. N. et alli (Orgs.). **Historiografia e(m) diversidade**: artes e artimanhas no fazer histórico. João Pessoa: UFCG/ANPUH-PB: 2010, pp. 163-177.

FERNANDES, Irene Rodrigues. A economia paraibana na fase do isolamento relativo (1585 – 1930). In FERNANDES, Irene Rodrigues; AMORIM, Laura Helena Baracuhy. **Atividades produtivas na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

FERREIRA, Lúcia de F. G. **Raízes da indústria das secas**. O caso da Paraíba. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1993.

FERREIRA, Marieta de M. e PINTO, Surama C. S. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. **O Brasil republicano**. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, pp. 387-415.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e vida das oligarquias**. Paraíba (1889-1930). João Pessoa: Universitária/UFPB, 1994.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LUCENA, Solon de. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado da Parahyba, na abertura da 2ª sessão ordinária da 8ª legislatura, a 1º de setembro de 1921**. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1921.

LUCENA, Solon de. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado da Parahyba, na abertura da 3ª sessão ordinária da 8ª legislatura, a 1º de setembro de 1922**. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1922.

LUCENA, Solon de. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado da Parahyba, na abertura da 4ª sessão ordinária da 8ª legislatura, a 1º de setembro de 1923**. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1923.

LUCENA, Solon de. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado da Parahyba, na abertura da 1ª sessão ordinária da 9ª legislatura, a 1º de março de**

1924. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1924.

PEREIRA, Joacil de Brito. **Solón de Lucena**. Paraíba. Nomes do Século. Série História, Nº 04. João Pessoa: A União, 2000.

RAPOSO, Eduardo. **1930: Seis versões e uma revolução** – História oral da política paraibana (1889-1940). Recife: Massangana, 2006.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. **O Brasil republicano**. O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da República à Revolução de 1930. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, pp. 89-120

RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano; MELLO, M. B. A. Reformas da Escola Normal no Paraná na Primeira República (1891-1930): Mensagens de governo e relatórios da Instrução Pública. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, v. 6, p. 124-142, 2019. Disponível em https://redib.org/Record/oai_articulo2334259-reformas-da-escola-normal-paran%C3%A1-na-rep%C3%BAblica-velha-1891-1930-mensagens-de-governo-e-relat%C3%B3rios-da-instru%C3%A7%C3%A3o-p%C3%BAblica. Acesso em 15 mai 2022.

TRIGUEIRO, Oswaldo. **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa: A União, 1982.

A SUCESSÃO PRESIDENCIAL DE 1925-1926

Jonas Brito

RESUMO

O propósito dessa comunicação é propor uma reflexão sobre o federalismo na I República a partir da sucessão presidencial de 1925-1926. Embora essa eleição tenha ocorrido no período de vigência de uma aliança de caráter exclusivo entre São Paulo e Minas Gerais, mostrarei as ambiguidades dessa aliança e como a Bahia procurou se articular no conflito então surgido entre os dois estados cafeeiros em torno da escolha do sucessor de Artur Bernardes (1922-1926).

Palavras-Chave: Sucessão presidencial; Bahia; I República (1889-1930).

Minha comunicação é parte do meu livro *Um Ás na mesa do jogo*, que, por sua vez, inspira-se no livro *O Teatro das Oligarquias* de Cláudia Viscardi, que questionou a tese do café com leite.[1] Segundo essa tese, uma aliança permanente, hegemônica e isenta de conflitos entre São Paulo e Minas Gerais controlou a política nacional ao longo da I República. Cláudia Viscardi mostrou que, ao contrário, existia uma hegemonia entre seis estados: São Paulo e Minas Gerais, mas também Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Cláudia Viscardi mostrou como esses estados desempenharam papel importante nas negociações prévias para a escolha dos candidatos oficiais à Presidência da República. Na I República, não eram propriamente as eleições presidenciais que definiam quem seria o presidente, tanto que, na maior parte dos casos, os pleitos presidenciais registraram candidaturas únicas. Então, a decisão sobre quem seria ou não o presidente era tomada nas negociações que antecediam o pleito, nas quais se percebia a atuação das lideranças dos diferentes estados. Percebia nessas negociações o peso de cada estado na escolha do candidato oficial à presidência. Naturalmente, essas negociações incluíam a decisão sobre a ocupação dos cargos de ministros do governo a iniciar.[2]

Na Bahia, existia, na I República, uma narrativa que se percebia na produção intelectual e nos discursos políticos, segunda a qual o estado desempenhara um papel importante na economia, na política e na cultura no período colonial e imperial, mas

1 BRITO, J. *Um ás na mesa do jogo: A Bahia na história política da I República (1920-1926)*. Edufba: Salvador, 2019.

2 VIRCARDI, C. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

entrara em decadência no período republicano. Naturalmente, essa narrativa possuía uma dimensão conservadora e até racista, pois considerava uma espécie de idade do ouro o período colonial e imperial, quando a região destacou na produção e exportação de açúcar, usando trabalho escravo. Durante o período imperial, a Bahia destacar-se-ia entre as províncias que mais ministros nomeou para o governo central. É importante destacar, entretanto, que, ao longo do século XIX, a Bahia viveu um período de crises na economia açucareira, que seria agravado pela incapacidade dos senhores de terra de se prepararem para a abolição, que para eles representou um golpe, já que eles esperavam que o Estado os indenizaria, o que não ocorreu. Em relação à política, segunda essa narrativa, a Bahia caracterizou-se por uma série de rupturas internas que marcaram sua trajetória na I República e fragilizaram a representação de seus interesses na política nacional.[3]

Meu livro aceitou o argumento de que a Bahia era um estado politicamente dividido e que isso prejudicou sua projeção nacional. Na maior parte do tempo, essa disputa interna seria polarizada pelo senador e candidato presidencial Rui Barbosa e J. J. Seabra, que exerceu o cargo de governador por dois mandatos, isto é, em 1912-1916 e 1916-1924.[4] Entretanto, procurei mostrar no livro que a Bahia era um estado importante, inclusive porque, em certas ocasiões, tentou e conseguiu superar o facciosismo que marcava sua política interna. Um dos períodos em que se conseguiu essa superação foi entre 1924 e 1930, que marcou o retornou do Partido Republicano da Bahia ao poder, com a eleição de Góis Calmon para o cargo de governador em 1924.

Mostrarei como os representantes da Bahia participaram das negociações para a sucessão presidencial de 1925-1926, que resultou na transferência de poder entre os presidentes Artur Bernardes (1922-1926) e Washington Luís (1926-1930). Note-se que esse período, diferente dos anteriores, caracterizou-se sim, segundo Cláudia Viscardi, pela existência de uma aliança entre Minas Gerais e São Paulo, a qual emergira da turbulenta sucessão presidencial de 1921-1922, em que ambos os estados juntaram-se em torno da candidatura mineira de Artur Bernardes contra a chamada Reação Republicana, que lançou Nilo Peçanha e o baiano J. J. Seabra para presidente e vice-presidente, numa chapa apoiada por Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Então, a sucessão presidencial de 1925-26 ocorreu sob a vigência de uma aliança do café-com-leite. Por outro lado, internamente, a Bahia vinha experimentando uma tentativa de unificação interna, primeiro em torno da candidatura de J. J. Seabra pela Reação Republicana, que contou com o apoio,

---

3 Sobre a narrativa da Bahia como um estado decadente: LEITE, R. *A Rainha Destronada.* Feira de Santana: Editora da Uefs, 2014.

4 Sobre a polarização entre Rui e Seabra: SARMENTO, S. *A Raposa e a Água.* Salvador: Edufba, 2011.

ainda que ambíguo, de seu grande adversário Rui Barbosa. Posteriormente, essa tentativa de unificação seria concretizada em torno do governo estadual de Góis Calmon.

Entretanto, não só a aliança mineiro paulista como essa unidade interna na Bahia possuía limites, ensejando incertezas no cenário político. Artur Bernardes ascendera ao poder prometendo a São Paulo a criação de um sistema nacional e perene de defesa do café, baseado em emissões monetários para proteger o produto das oscilações do mercado. Esse sistema fora idealizado por Washington Luís, o governador paulista, que o exigira em troca do apoio de seu estado à candidatura de Bernardes. Artur Bernardes também, igualmente, prometera que continuaria as obras de combate as secas do presidente em exercício durante a sucessão presidencial, isto é, Epitácio Pessoa (1919-1922). Para Artur Bernardes, manter o programa era uma forma de ter o apoio crucial do palácio do Catete e, consequentemente, dos estados menores, que em geral eram guiados politicamente pela orientação do presidente, notadamente os estados beneficiados pelo programa de combate às secas. Entretanto, existia aqui uma contradição, pois São Paulo era contrário à continuação do programa de combate às secas, ao qual atribuía a crise financeira então existente; Epitácio Pessoa, de sua parte, era contra a interferência do governo federal na defesa do café, particularmente o ambicioso projeto idealizado por Washington Luís.

Essa divisão no seio da aliança que sustentava o governo de Artur Bernardes seria esgarçada pela contínua instabilidade política, desencadeada pela sucessão presidencial de 1921-22. Um elemento central eram os chamados “casos estaduais”, isto é, as disputas entre oposição e governo nos estados que tinham participada da Reação República e que ameaçavam envolver o presidente da República. Seriam realizadas realmente intervenções federais no Rio de Janeiro e na Bahia, afora outros estados. Existia ainda medo de que o processo dos implicados na revolta de 5 de julho de 1922, isto é, a revolta tenentista dos 18 do Forte de Copacabana, implicasse em mais rebeliões; de fato, em 5 de julho de 1924, uma rebelião de escala muito maior ocorreria em São Paulo. Se a intervenção no Rio abalou a aliança entre Minas Gerais e São Paulo, pois os paulistas eram contrários à intervenção; a revolta de 5 de julho implicou no abandono da política de defesa do café e de combate às secas, por conta dos gastos para a pressão da rebelião. Consequentemente, a aliança mineiro paulista sofreu forte abalo.

Nesse contexto, os paulistas evitaram uma ruptura com o presidente Artur Bernardes e, consequentemente, com Mina Gerais, pois queriam manter a aliança para receber o apoio de ambos na sucessão presidencial seguinte, permitindo à ascensão do governador Washington Luís à Presidência.

Entretanto, existia outro elemento em jogo: a revisão constitucional. Artur Bernardes

chegara à Presidência praticamente escondendo seu projeto de revisar a constituição de 1891, pois essa revisão não era apoiada pela elite política e jurídica do país, a começar pelo próprio São Paulo. Sua revisão possuía duas dimensões: a primeira era estabelecer uma série de preceitos legais que permitiriam executar uma política economia austera; a segunda era aumentar o centralismo e o autoritarismo, isto é, as prerrogativas do poder executivo federal, em detrimento dos poderes judiciários e legislativos e dos estados e municípios. O propósito era instaurar um regime autoritário, que permitiria debelar a crise financeira e a instabilidade política, particularmente a crescentemente indisciplina militar. São Paulo era contra a revisão porque esta diminuiria o federalismo, que fora implantado no país em grande parte pela ação dos republicanos paulistas, na passagem do império para a república. Fora esse federalismo que garantira aos paulistas o controle sobre a riqueza econômica produzida pelo café.

Portanto, percebe-se uma série de brechas na aliança entre mineiros e paulistas, decorrentes das discordâncias sobre a política econômica e do contexto de instabilidade política que abalou o mandato de Artur Bernardes. Isso projetou um grau de incerteza na sucessão presidencial de 1925-1926, pois existia o risco de que Minas Gerais e São Paulo rompessem, em decorrência desses atritos. Foi exatamente essa brecha que os dirigentes da Bahia procuraram explorar durante as negociações para a sucessão presidencial.

O estado iniciara, a partir de 1924, um processo de unificação interna a partir da eleição de Góis Calmon, que contara com a adesão de ex-aliados de J. J. Seabra, derrotado naquele ano; e dos diferentes grupos organizados em torno de Rui Barbosa, que falecera em 1923. Portanto, uma nova geração chegou ao poder. O propósito era exatamente superar o facciosismo que fragilizada as articulações da Bahia na política nacional, particularmente suas disputas com os outros estados na ocasião das sucessões presidenciais. Entretanto, esse processo de unificações possuía limites, pois os políticos que chegaram ao poder não tinham conseguido estabelecer um critério para definir o número de correntes políticas em que a Bahia seria divida. Para os Calmon, existiam três correntes: a deles próprios; a dos exseguidores de Seabra e a dos ex-seguidores de Rui Barbosa. Para estes últimos, porém, existiam apenas duas: a dos ex-seguidores de Rui Barbosa, de um lado e, de outro, os Calmon e os ex-seguidores de Seabra. Naturalmente, essa disputa em torno da definição do número de correntes refletia a disputa por cargos, pois os cargos seriam distribuídos em função do número de correntes existentes no estado.

Durante as negociações para a escolha do sucessor de Artur Bernardes, pareceu iminente, a certa altura, a ruptura entre paulistas e mineiros, em decorrência do desgaste gerado pela questão da política econômica, particularmente o abandono da política de defesa

do café pelo presidente; e a questão da revisão constitucional, particularmente, a oposição dos paulistas. Nesse contexto, os principais estados brasileiros tinham se comprometido a entregar ao presidente a escolha do sucessor, pois temiam o ressurgimento de uma crise sucessória como a anterior, isto é, a de 1921-22, que ensejara o movimento tenentista, que ainda existia no país, sob a forma da Coluna Prestes. Entretanto, olhando a situação com detalhe, percebe-se que essa delegação de poderes possuía limites, pois esperava-se que o presidente optaria pelo então ex-governador de São Paulo, isto é, Washington Luís. Isso por conta da percepção de que a aliança entre mineiros e paulistas, que tinham emergido da sucessão presidencial de 1921-22, era um elemento de estabilidade na política nacional, tendo, igualmente, consagrado a força de São Paulo, sem a qual, Artur Bernardes não teria sido eleito e empossado. Entretanto, não só essa aliança fora fragilidade pelas mudanças na política econômica e na revisão constitucional, como o então governador de Minas Gerais, Melo Viana, deu claros sinais de que não seguiria seu conterrâneo, o presidente da República. Paralelamente à tensão entre o presidente e São Paulo, surgiu uma tensão entre o presidente e Minas Gerais, aumentando os riscos de uma cisão entre mineiros e paulistas.

Esse jogo espelhou-se na Bahia, pois o grupo Calmon, encabeçado pelo então ministro da Agricultura Miguel Calmon, aproximou-se do governador de Minas Gerais, Melo Franco, com o propósito de formar entrar na chapa como candidato a vice-presidente. É interessante que essa corrente baiana, isto é, a dos Calmon, que detinha o governo estadual, apostou numa ruptura entre mineiros e paulistas, apoiando os mineiros que, claro, controlavam o governo federal. É interessante notar que, antes das manifestações do governador mineiro, o presidente Artur Bernardes chegou a acertar com São Paulo, apesar dos rumores de ruptura, que a chapa oficial seria Washington Luís para presidente e Miguel Calmon como vice-presidente. O processo acabaria por resultar na chapa Washington Luís para presidente e Melo Viana para vice-presidente. Ou seja, salvou-se a aliança entre Minas Gerais e São Paulo, sacrificando-se a candidatura de Miguel Calmon à vice-presidência.

Entretanto, a Bahia não saiu completamente prejudicada no processo sucessório. Não só o estado manteve-se coeso durante a sucessão presidencial, com suas diferentes correntes apoiando Miguel Calmon, como o então deputado federal Otávio Mangabeira entrou para o Ministério, passando a comandar o Itamaraty. Otávio Mangabeira fazia parte do situacionismo baiano, embora fosse um rival dos Calmon; ele pressionara para que a Bahia aderisse à candidatura de Washington Luís, não de Melo Viana. Sua nomeação para o Ministério das Relações Exteriores foi importante porque manteve a representação

da Bahia no gabinete ministerial. A Bahia, nos primeiros anos da República, fora bem representada na distribuição de cargos ministeriais, entretanto, a partir dos anos 1910 passou a perder posição por conta disputas internas, ficando sem ministérios até 1922, quando Miguel Calmon foi nomeado ministro por Artur Bernardes. Consequentemente, a entrada de Otávio Mangabeira no gabinete ministerial mostrou a capacidade da Bahia de superar aquela fase de exclusão na composição do governo federal.

REFERÊNCIAS

BRITO, J. **Um ás na mesa do jogo: A Bahia na história política da I República (1920-1926)**. Edufba: Salvador, 2019.

LEITE, R. **A Rainha Destronada**. Feira de Santana: Editora da Uefs, 2014.

SARMENTO, S. **A Raposa e a Água**. Salvador: Edufba, 2011.

VIRCARDI, C. **O Teatro das Oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

GRANDES VULTOS: UM ESTUDO PROSOPOGRÁFICO DA CÂMARA DOS QUARENTA DA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

Maria Rita Chaves Ayala Brenha

RESUMO

A Ação Integralista Brasileira (AIB), no período compreendido entre 1932 e 1937, alcançou tal visibilidade que lhe conferiu a designação de maior movimento fascista do Brasil. Pela burocracia e hierarquia, o partido tornou-se uma pré-figura do Estado Integral. Neste trabalho, propomos a análise prosopográfica de um de seus órgãos consultivos, a Câmara dos Quarenta. Saliente-se que a Câmara configurava uma instituição paralela e agente da constituição da autoridade do líder, Plínio Salgado.

Palavras-Chave: Ação Integralista Brasileira, Câmara dos Quarenta, Prosopografia.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O fato da Ação Integralista Brasileira (AIB) se constituir enquanto o primeiro partido político brasileiro com implantação nacional e reunir cerca de meio milhão de aderentes, demonstra sua relevância para a compreensão da vida política subsequente à Revolução de 1930. A estrutura do movimento, desde o Chefe até os militantes de base, possuía uma estrutura burocrática e hierárquica. A burocracia manifestava-se pelo complexo de órgãos, funções e comportamentos minuciosamente previstos pelos estatutos; enquanto o caráter hierárquico, através das relações rígidas entre os órgãos de enquadramento disciplinado dos aderentes, da submissão e fidelidade aos superiores (TRINDADE, 1979).

Torna-se assim, possível constatar a tríplice função da organização dos camisas-verdes: "[...] fornecer ao chefe meios poderosos para dirigir o movimento; realizar uma experiência pré-estatal ao nível da organização, inspirada no modelo teórico do Estado Integral; constituir-se num instrumento de socialização político-ideológica dos aderentes" (TRINDADE, 1979, p. 162). Isto posto, a partir de 1935, são incorporados novos órgãos de representação, com prerrogativas para o futuro Estado Integral, destacando-se dentre eles, a Câmara dos Quarenta, que corresponderia ao futuro Senado Integralista (TRINDADE, 2016).

Sem embargo, o integralismo, enquanto a maior expressão do fascismo no Brasil, constitui-se um campo analítico consolidado e, todavia, longe de atingir o esgotamento. A bibliografia sobre o assunto é extensa, mas pouco se sabe a respeito de seus órgãos de cooperação. Este texto propõe um estudo acerca da Câmara dos Quarenta, a partir da

abordagem prosopográfica. Com o intuito de elaborar uma análise coesa, o texto divide-se em três blocos: no primeiro, um resgate histórico abordando os principais aspectos da AIB; seguido por apontamentos sobre o método prosopográfico; concluindo com a análise da Câmara, propriamente dita, e de seus membros.

A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

A AIB foi, oficialmente, fundada a 7 de outubro de 1932 em São Paulo, através da leitura de um Manifesto em reunião solene no Teatro Municipal da cidade. Conforme evidencia Trindade (1979, p. 277), o movimento "não é obra de um só homem", nascendo da receptividade de ideias autoritárias, da cristalização dos princípios radicais de direita e da união de grupos organizados por Plínio Salgado, seu Chefe Nacional, no contexto dos primeiros anos da década de 1930 no Brasil.

A participação do integralismo no universo fascista, próximo da matriz italiana, é uma afirmação tradicional na historiografia. Não é, portanto, uma simples cópia-carbono do original europeu, uma vez que também se inspirou na cultura política nacional, reelaborando-a. Sendo assim, "[...] uma relação dinâmica entre o 'espírito do tempo' nacional e mundial daquelas décadas" (BERTONHA, 2018, p. 149).

Durante o período transitório compreendido entre fins de 1932 a 1934, a AIB apresentava-se como associação nacional de direito privado, com setores de atividade em todo o Brasil. Seu propósito era o de servir como centro de estudos de cultura sociológica e política; desenvolver uma propaganda de elevação moral e cívica do povo brasileiro; bem como pleitear para o Brasil a implantação de um regime político-social baseado na concepção do Estado Totalitário Integral.

Em 1935, após o II Congresso Nacional Integralista de Petrópolis, ocorreu sua transição final: de movimento para partido político, como consequência da Lei de Segurança Nacional, promulgada no mesmo ano, que proibia organizações militares com quadros e estrutura hierárquica. Neste cenário, os camisas-verdes trabalharam de acordo com isso, participando ativamente do processo eleitoral, lançando a candidatura de Plínio à presidência para as eleições previstas de 1938 e contribuindo nas conspirações que instauraram o Estado Novo em 1937 (BERTONHA, 2018).

A opção eleitoral deixou muitos militantes perplexos, enquanto outros condescenderam ao imaginar que os resultados eleitorais favoreceriam a revolução. Provavelmente, foi a única opção viável para a existência da AIB a partir de então, e a mais adequada para a personalidade de Salgado, que se converteu de líder revolucionário a candidato presidencial (BERTONHA, 2018).

No integralismo, talvez nenhuma relação política tenha sido mais notável do que aquela estabelecida com o Estado Novo. Até 1938, nota-se a relação ambígua, ora de aproximação, ora de desconfiança, que foi estabelecida com Getúlio Vargas e o profundo ódio dedicado a ele desde então. A relação dos camisas-verdes com o golpe que iniciou o Estado Novo em 1937 é mais ou menos clara, com o fluxo dos acontecimentos recuperado pela historiografia: as reuniões entre Salgado e os líderes do governo Vargas garantindo o apoio da AIB ao golpe, a promessa varguista de que esta seria a base do novo regime e/ou teria representatividade garantida, e a quebra dessa promessa pelo Presidente, que logo utilizou o seu poder para eliminar o integralismo (BERTONHA, 2016).

Houve aqueles que aceitaram o fato consumado e os que quiseram reagir, levando ao ataque de 1938 ao Palácio Guanabara. Julgando que o partido ainda contava com o apoio da opinião pública e das Forças Armadas, empreendeu-se uma tentativa de golpe de Estado, em uma investida contra o Palácio. Os militares, todavia, permaneceram fiéis ao governo, e a ação foi derrotada em meio a lances de desorganização. Como consequência, a AIB foi eliminada formalmente e Salgado se refugiou em Portugal (BERTONHA, 2006).

UM ESTUDO PROSOPOGRÁFICO

A partir da década de 1970, durante a chamada Terceira Geração da Escola dos *Annales*, a História Política foi renovada, deixando o ostracismo em que havia sido relegada nas primeiras décadas do século XX. Esta abordagem, a partir da ação de alguns intelectuais, absorveu as críticas realizadas à sua forma tradicional de pesquisa, implementando a ampliação de suas fontes e objetos, o diálogo com outras disciplinas e a proposição de uma história-problema sem deixar de ser narrativa. Permitiu-se assim, uma série de possibilidades na prática historiográfica, sendo o retorno da biografia, alterada e sofisticada, um exemplo dos novos objetos incorporados.

A utilização da Prosopografia, também conhecida como Biografia Coletiva, enquanto técnica de sistematização e análise de informações sobre grupos, tem longa tradição na História. O método, desenvolvido em meados do século XVI, por muito tempo restringiu-se à Antiguidade e à Idade Média. Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, a utilização em pesquisas de História Moderna e Contemporânea teve início – e, devido ao crescente interesse pelo tema, seus objetivos, objetos e expectativas se transformaram (BULST, 2005; CHARLE, 2006).

Lawrence Stone, intelectual base para o estudo da Prosopografia, salienta que a partir deste método se atacam dois dos mais básicos problemas na história:

> O primeiro refere-se às origens da ação política: o desvelamento dos interesses mais profundos que se considera residirem sob a retórica da política; a análise das afiliações sociais e econômicas dos agrupamentos políticos; a revelação do funcionamento de uma máquina política e a identificação daqueles que manipulam os controles. O segundo refere- se à estrutura e à mobilidade sociais: um conjunto de problemas envolve a análise do papel na sociedade, especialmente as mudanças nesse papel ao longo do tempo, de grupos de status específicos (usualmente de elite), possuidores de títulos, membros de associações profissionais, ocupantes de cargos, grupos ocupacionais ou classes econômicas [...]. (STONE, 2011, p. 115-116).

Deste modo, o propósito da Prosopografia, aos olhos de seus expoentes, é conferir sentido à ação política, identificar a realidade social, ajudar a explicar mudanças ideológicas ou culturais, além de descrever com precisão a estrutura da sociedade, o grau e a natureza dos movimentos em seu interior (STONE, 2011).

Compreende-se, à vista do exposto, a importância da apreensão do papel histórico desempenhado por determinadas coletividades, ou seja, do papel do homem na História, não apenas dos “grandes homens”.

Pode-se dizer que, de maneira geral, que o estudo das estruturas políticas e sociais de certos grupos, bem como de certos fenômenos (como continuidade e descontinuidade, ascensão e declínio) não podem ser analisados com precisão sem o conhecimento prévio dos indivíduos (BULST, 2005). Com base na defesa de Bulst (2005), de que o estudo de testemunhos do passado pouco explorados, proporciona respostas a questões antigas e novas, realizamos o levantamento e análise dos materiais disponíveis acerca da Câmara dos Quarenta e de seus membros[1]. Utilizamos, para tanto, ferramentas de pesquisa, *online*, avançando, posteriormente, para uma fonte primária impressa: o periódico de circulação nacional *Monitor Integralista* (1933-1937).

A CÂMARA DOS QUARENTA

A instituição do Estado Integral, que permeava os pensamentos do Chefe Nacional desde o início da década de 1930, teve sua pré-figura posta em prática na organização interna do integralismo como decorrência do Congresso de Petrópolis: a AIB dispunha da ideologia, dos meios estatais totalitários e burocráticos, uma força armada (ainda que enfraquecida), uma política de socialização e reeducação dos militantes, uma legislação própria e um corpo de magistrados.

1 Registramos que, para um texto conciso, limitamos a análise aos primeiros nomeados da Câmara, uma vez que até 1938, houveram rearranjos entre seus membros.

A partir da resolução nº 165, de outubro de 1936, houve a criação das Cortes do Sigma, constituída pela Câmara dos Quarenta e outras três corporações: Conselho Supremo; Secretários Nacionais e Chefes Provinciais. A instituição das Cortes se justificava na necessidade de um órgão que representasse as expressões máximas do integralismo.

Internamente, a Câmara dos Quarenta era dividida em cinco comissões permanentes e especializadas: política, propaganda, cultural, financeira e administrativa. Em suas reuniões secretas, tratavam de questões suscitadas pelo Chefe, seu Presidente nato. Todavia, as funções da Câmara eram mais "decorativas" que consultivas, conforme explicita Trindade:

> Segundo o testemunho de certos membros da Câmara, Salgado, para evitar divergências entre o Chefe e a Câmara, se entrevistava previamente com os relatos das comissões. Com isto, a submissão do Chefe às decisões dos órgãos dos conselhos consultivos do movimento significava uma forma de distribuir responsabilidade nas decisões importantes e uma maneira de produzir solidariedade e legitimidade nas decisões do Chefe Nacional. (TRINDADE, 1979, p. 173).

É possível assim, apreender a real finalidade da Câmara (e das Cortes do Sigma) com base na afirmação de Pinto (2012, p. 13): "o partido e suas organizações não eram apenas instituições paralelas, mas também agentes centrais da criação e manutenção da autoridade e legitimidade do líder". No caso de Plínio, sobretudo, apesar do poder centralizado, sua liderança era menos sólida do que aparenta. Um indicativo de sua posição contingente seria o esforço para garantir sua proeminência, simbólica e juridicamente. Os rituais, a título de exemplo, "[...] o colocavam sempre como o centro de todo o integralismo e a codificação do movimento, por si só única (por seu detalhamento e volume), especifica com precisão os poderes absolutos do Chefe" (BERTONHA, 2018, p. 184).

Isto posto, levando em consideração os estudos bibliográficos, constatamos, por um lado, a frequente menção à Câmara dos Quarenta – sendo, contudo, tratada de forma superficial, apenas com um breve comentário sobre sua importância na reorganização da AIB, raramente indo além disto. Sinaliza-se, em contrapartida, a possibilidade e a importância de se cumprir um estudo prosopográfico referente ao órgão. Propomos, a seguir, um estudo da Câmara com fundamento na tabela em anexo, cujos parâmetros de análise se constituíram em: nome; gênero; país de origem; estado de atuação; profissão; atuação política anterior; posição hierárquica na AIB e militância posterior.

A Câmara dos Quarenta constituída em sua totalidade por homens, de predominância étnica luso-brasileira, logicamente seguiu o padrão de origem social da camada dirigente: classes médias urbanas em ascensão, além de uma pequena participação de oficiais das

forças armadas. Trindade (1979, p. 133) traz-nos os números absolutos: vinte e quatro membros pertencentes à burguesia média intelectual (60%); sete à burguesia (17,5%) e nove militares (22,5%).

Nome	País de origem	Estado de atuação	Profissão
Abreu Salgado		RJ	General
Alvaro de Carvalho		RJ	Funcionário público Banco do Brasil
Amaro Lanari (1886-1968)	ARG	MG	Engenheiro
Antonio da Costa Pires		RJ	Alto comércio Capital da República
Archimedes Memoria (1893-1960)	BR	RJ	Arquieto; Diretor Escola Nac. Belas Artes
Artidonio Pamplona (1880-1968)	BR	RJ	Prof. Faculdades Medicina Capital e Niterói
Arthur Nunes da Silva		RJ	Prof. Faculdade Direito Niterói
Arthur Tompson Filho (1893-?)		RJ	Engenheiro Central do Brasil
Augusto Eduardo da Silva		RJ	General
Belisário Pena (1868-1939)	BR	RJ	Médico; Ex-Ministro Educação e Saúde
Carlos Freitas Henriques		RJ	Médico
Carvalho Cardoso		RJ	Médico
Cassiano Gomes		RJ	Prof. Faculdades Medicina Capital e Niterói
Custódio Viveiros		RJ	Jornalista
Francisco de Paula Queiroz Ribeiro		RJ	Advogado
Frederico Vilar		RJ	Almirante
Guilherme Fontainha (1887-1970)	BR	RJ	Diretor Instituto Nac. Música
Henry Othon Leonardos		RJ	Alto comércio Capital da República; Cônsul
Jeronymo Furtado do Nascimento		RJ	General
João Fonseca Hermes		RJ	Diplomata
Jorge Pinheiro (1873-?)		RJ	General
José Vieira da Rosa (1869-1957)	BR	RJ; SC	General; Escritor
Lucio dos Santos (1875-1944)	BR	MG	Prof. Escola de Engenharia BH e Ouro Preto
Manoel Ferreira		RJ	Prof. Faculdade Fluminense Medicina
Mansueto Bernardi (1888-1966)	IT	RJ; RS	Diretor Casa da Moeda
Marcos de Souza Dantas (1895-1964)	BR	RJ	Diretor Carteira Cambial do Banco do Brasil
Marcos E. P. Villela Junior		RJ	General
Maurilio de Mello		RJ	Prof. Faculdade Fluminense Medicina
Olbiano de Melo (1892-1954?)	BR	RJ; MG	Jornalista
Ordival Cardoso		RJ	Médico
Othon de Barros		RJ	Advogado
Oswaldo Rocha Miranda		RJ; SP	Industrial
Paulo Santos		RJ	Prof. Escola Politécnica da Capital
Pedro Moura		RJ	Prof. Faculdade Fluminense de Medicina
Raul Leite (1886-1939)		RJ	Farmacêutico; Presid. Federação Indústrias
Renato Rocha Miranda		RJ; SP	Industrial
Sergio Silva		RJ	Jornalista; Diretor "Fon-Fon" e "Seleta"
Trajano de Carvalho		RJ	Almirante
Vicente Meggiolaro		RJ	Alto comércio Capital da República
Vitor Pujol		RJ; SP	Comandante Marinha

Membros da Câmara, de acordo com os parâmetros país de origem, estado de atuação e profissão.

Destarte, notamos a preferência de recrutamento dos dirigentes nacionais e regionais entre as elites, especialmente culturais, seguidos pelas camadas médias. Archimedes Memoria (1893-1960), diretor da Escola Nacional de Belas Artes; Artidonio Pamplona (1880-1968), professor das Faculdades de Medicina da Capital da República e de Niterói; Belisário Pena (1868-1939), ex-Ministro da Educação e Saúde Pública; e

Guilherme Fontainha (1887-1970), diretor do Instituto Nacional de Música, são notáveis camisas-verdes que se encontram consignados não apenas nos anais da historiografia.

Dentre os profissionais liberais em ascensão, que configuram 25% da Câmara, destacam-se o advogado Francisco de Paula Queiroz Ribeiro; o engenheiro Arthur Tompson Filho (1893-?); e os jornalistas Sergio Silva, Custódio Viveiros e Olbiano de Melo (1892-1954?). Os militares, por sua vez, se notabilizam pela presença dos Generais Jeronymo Furtado do Nascimento e José Vieira da Rosa (1869-1957); e do Comandante da Marinha Vitor Pujol.

Ademais, seguindo a diretiva estabelecendo que os membros da Câmara deveriam ter residência fixa na Capital do país6, o estado majoritário de atuação é o Rio de Janeiro. Não obstante, as regiões sul e sudeste também fazem parte do quadro de oito militantes (20%) – mais precisamente, os estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A partir da verificação das atuações políticas anteriores ao integralismo de Amaro Lanari (1886-1968), fundador da Legião de Outubro; Belisário Pena, candidato à Assembleia Constituinte pelo Partido Democrático do Distrito Federal; Jorge Pinheiro (1873-?), combatente a Revolução Constitucionalista; José Vieira da Rosa, participante da Revolução Federalista, da Guerra do Contestado e do Movimento Tenentista; Lucio dos Santos (1875-1944), fundador de organizações do laicato católico; e Olbiano de Melo, expoente do Partido Sindicalista Nacional, assinalam-se duas motivações dos partidários à sua adesão ao Sigma, indicados por Trindade (1979, p. 152-153): o nacionalismo, “[...] sempre presente na ideologia, tanto no plano afetivo como no intelectual, tendo um papel central na radicalização nacionalista dos anos 30”; e a oposição ao sistema político vigente, tida “[...] sob a forma de uma hostilidade generalizada com relação a todos os regimes políticos republicanos”.

Outrossim, a participação proeminente de Lucio dos Santos em grupos católicos, traz a possibilidade da identificação confessional determinar a existência de uma relação entre adesão política e religião (TRINDADE, 1979). Convém mencionar que “a quase totalidade dos militantes integralistas se proclama cristã; embora o grupo majoritário seja de confissão católica, não se pode esquecer da presença de um grupo considerável de protestantes [...]” (TRINDADE, 1979, p. 146).

No que concerne às posições hierárquicas (à parte das Cortes do Sigma), dezesseis membros (40%) desempenharam funções antes e/ou após a constituição da Câmara dos Quarenta. Francisco de Paula Queiroz Ribeiro, no Departamento de Publicidade da Província do Distrito Federal; Carvalho Cardoso, Manoel Ferreira e Sergio Silva, no

Conselho Nacional; e Archimedes Memoria, no Tribunal Nacional, são alguns dos que já antes da Câmara possuíam projeção na AIB.

Já Othon de Barros, como Procurador Nacional da AIB; Arthur Nunes da Silva, no Conselho Jurídico Nacional; Archimedes Memoria, Guilherme Fontainha e Custódio Viveiros, no Conselho Nacional de Belas Artes, integraram outros órgãos de cooperação, em adição às Cortes do Sigma.

Por fim, ainda que considerável soma de camisas-verdes, permanecendo fiéis ao movimento extinto em 1938, não quiseram participar do Partido de Representação Popular (PRP) no período da redemocratização, alguns outros acompanharam o antigo Chefe Nacional no novo partido e apoiaram sua candidatura à Presidência da República em 1955 (TRINDADE, 2016).

A título de exemplo, Amaro Lanari, candidato ao senado de Minas Gerais pelo PRP em aliança com a União Democrática Nacional (UDN) em 1950; Arthur Nunes da Silva e Maurilio de Melo, membros do Grande Conselho da Confederação dos Centros Culturais da Juventude (CCCJ) do PRP; José Vieira da Rosa, candidato ao Senado pelo Partido em 1947; Olbiano de Melo, candidato a Deputado Estadual de Minas Gerais no mesmo ano. Registramos também o caso ímpar de Marcos de Souza Dantas (1895-1964), diretor da Carteira Cambial do Banco do Brasil, que se associou ao Governo Vargas durante e após o Estado Novo.

Nome	Atuação política anterior	Hierarquia	Atuação política posterior
Amaro Lanari	Fundação Legião de Outubro		PRP
Archimedes Memoria		Tribunal Integralista; Cons. Belas Artes	
Arthur Nunes da Silva		Cons. Jurídico	PRP (CCCJ)
Arthur Tompson Filho		Dir. Museu Integralista; Milícia	
Belisário Pena	Candidato Assembleia Constituinte	Dpto. Saúde Pública e Higienização	
Carvalho Cardoso		Cons. Nacional	
Cassiano Gomes		Gerente "A Offensiva"	
Custódio Viveiros		Dpto. Imprensa; Cons. Nacional Belas Artes	PRP
Francisco de Paula Queiroz Ribeiro		Dpto. Publicidade DF; Tribunal Integralista	
Guilherme Fontainha		Cons. Belas Artes	PRP (Diretório Nacional)
Jeronymo Furtado do Nascimento		Chefe Estado Maior	
Jorge Pinheiro	Rev. Constitucionalista		
José Vieira da Rosa	R. Federalista, Contestado,Tenentismo	Chefe Arquiprovincial SC e RS	PRP (Candidato ao senado)
Lucio dos Santos	Org. laicato católico		
Manoel Ferreira		Cons. Nacional	
Mansueto Bernardi			PRP
Marcos de Souza Dantas			Estado Novo
Maurilio de Mello			PRP (CCCJ)
Olbiano de Melo	Fundação Partido Sindicalista	Chefe Prov. MG; Sec. Geral Câmara	PRP (Candidato Dep. Estadual MG)
Othon de Barros		Procurador Nacional da AIB	
Sergio Silva		Cons. Nacional	
Vicente Meggiolaro			PRP (Sec. Nac. Finanças)
Vitor Pujol		Dir. "Monitor"; Sec. Supremo Cons.	

Membros da Câmara, que tiveram atuação política anterior/posterior, e dispuseram de funções à parte das Cortes do Sigma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração o estudo bibliográfico, notamos que os órgãos de cooperação integralista não são suficientemente abordados nas pesquisas. Quando mencionados, são tratados de forma superficial, trazendo apenas um breve comentário sobre sua importância no âmbito interno da AIB, raramente indo além disto. Este texto teve como finalidade cumprir um estudo biográfico coletivo de uma das principais divisões das Cortes do Sigma, a Câmara dos Quarenta.

Conforme pudemos observar, a Câmara dos Quarenta, composta por uma elite exclusiva e burocrática, de projeção social, moral e valor intelectual, apesar do intuito de demonstrar a legitimidade do recém-instituído partido, não configurava um elemento importante no processo de decisão do Chefe Nacional – não sendo necessariamente, deste modo, um órgão auxiliar na direção, conforme determinava sua resolução de fundação.

Sem embargo, no que concerne à relevância da investigação das elites, António Costa Pinto defende que:

> A velha e rica tradição de estudos sobre as elites pode dizer-nos muito sobre a estrutura e o funcionamento do poder político nas ditaduras associadas ao fascismo, quer através da caracterização da estrutura socioprofissional, quer através dos modelos de recrutamento da elite política que expressa a extensão de sua ruptura e/ou continuidade com o regime liberal, o tipo de chefia e o poder relativo das instituições políticas no novo sistema ditatorial. (PINTO, 2012, p. 11).

A composição social e profissional da Câmara sustentou a tendência da camada superior da AIB constituir-se da burguesia e média burguesia, com proeminência das elites intelectuais. Esta elite tecnicamente competente agia sobretudo nas regiões sudeste e sul, atuando tanto antes quanto depois do ingresso nas fileiras do Sigma. Suas motivações de adesão podem ser identificadas em dois pontos. O primeiro, nacionalismo, pautado na defesa intransigente da superioridade nacional; e a objeção ao sistema político vigente.

À luz do exposto, verifica-se, por parte do Chefe Nacional, sua inclinação ciosa, esforçando-se em reforçar a autoridade – utilizando, paradoxalmente "[...] uma tática aparentemente democrática no plano da ação, resguardando sempre, porém, a possibilidade de evocar a fidelidade à doutrina para reformular um ponto de vista contraditório ao seu" (TRINDADE, 1979, p. 167). Por este raciocínio, compreende-se que o modelo da AIB autoritário, burocrático, corporativo e antidemocrático da AIB se refletiu diretamente na estrutura estabelecida na Câmara dos Quarenta.

REFERÊNCIAS

FONTES

Jornal *Monitor Integralista*, Rio de Janeiro, números 1-22, 1933-1937.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Aurélia Tâmisa Silvestre de. **Archimedes Memória:** "o futuro ancorado no passado". 124f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

AMARO Lanari. **FGV CPDOC**, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lanari-amaro>. Acesso em: 20 set. 2021.

ARTIDÔNIO Pamplona. **Academia Nacional de Medicina**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.anm.org.br/artidonio-pamplona/>. Acesso em: 17 set. 2021.

AXT, Gunter. Considerações sobre as memórias do General José Vieira da Rosa (1893-1930). **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.4, n.10, p. 241-263, jan./jun. 2014.

BERTONHA, João Fábio. **Fascismo, Nazismo e Integralismo.** São Paulo: Ática, 2006.

BERTONHA, João Fábio. **O Integralismo e suas histórias:** memórias, fontes e historiografia. Salvador: Pontocom, 2016.

BERTONHA, João Fábio. **Plínio Salgado**: biografia política (1895-1975). São Paulo: Edusp, 2018.

BULST, Neithard. Sobre o Objeto e o método da prosopografia. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 1, p. 47-67, 2005.

CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no pós-guerra:** a formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. **O integralismo no processo político gaúcho:** a máquina partidária do PRP e seus dirigentes (1945/1965). 292f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. **O saneador do Brasil:** saúde pública, política e integralismo na trajetória de Belisário Penna (1868-1939). 2019. 261f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. *In*: HEINZ, Flávio. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FRANCISCO Jorge Pinheiro. **FGV CPDOC**, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-jorge-pinheiro>. Acesso em: 14 nov. 2021.

GAMA, Luciana Coelho. A influência do conservadorismo católico na produção historiográfica de Lúcio José dos Santos. *In*: MORAES, Kleiton Sousa de. **Intelectuais, usos do passado e ensino de história**. Sobral: Sertão Cult, 2020. p. 41-58.

HARTWIG, Nathalia Lange; CARLINI, Álvaro. Guilherme Fontainha (1887-1970): protetor dos pianos Essenfelder. *In*: VIII Fórum de Pesquisa Científica em Arte. Curitiba. **Anais VIII Fórum de Pesquisa Científica em Arte**, Curitiba, 2011.

MANSUETO Bernardi. **FGV CPDOC**, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bernardi-mansueto>. Acesso em: 20 set. 2021.

MARCOS Clemente de Souza Dantas. **FGV CPDOC**, [s.d.]. Disponível em: <https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/governo-vargas>. Acesso em: 14 out. 2021.

OLBIANO Gomes de Melo. **FGV CPDOC**, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/olbiano-gomes-de-melo>. Acesso em: 14 nov. 2021.

OLIVEIRA, Laura de. **Guerra Fria e política editorial:** a trajetória da Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968). Maringá: Eduem, 2015.

PINTO, António Costa (org.). **Governar em Ditadura:** elites e decisão política nas ditaduras na era do fascismo. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun./2011.

TRINDADE, Hélgio. **A tentação fascista no Brasil:** imaginário de dirigentes e militantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. Porto Alegre: DIFEL/UFRGS, 1979.

GOLBERY DO COUTO E SILVA: UM INTELECTUAL ORGÂNICO DA BURGUESIA BRASILEIRA

Maria Tereza Dantas Bezerra Soares[1]

RESUMO

Baseando-se na História Política e na História dos Intelectuais, a seguinte proposta tem por objetivo discutir e analisar a compreensão do General Golbery do Couto e Silva, sujeito chave para a constituição do Serviço Nacional de Informações (SNI), como um intelectual orgânico da burguesia brasileira. Para tanto, parto do cruzamento dos apontamentos de dois textos específicos: "Os intelectuais", de Jean-François Sirinelli (2003), de quem emprego a metodologia de trabalho indicada para a história dos intelectuais; e "A formação dos intelectuais", de Antônio Gramsci (1982), de onde tomo de empréstimo sua definição de intelectual orgânico. As discussões se baseiam em trabalhos historiográficos como os de Vânia Noeli Ferreira de Assunção (1999) e de Luiz Henrique Felício do Nascimento (2016), bem como na análise de aspectos presentes na obra "Conjuntura Política Nacional: O poder Executivo e Geopolítica do Brasil", do próprio Golbery do Couto e Silva.

Palavras-Chave: Golbery do Couto e Silva, militar, intelectual, burguesia.

O presente trabalho tem por objetivo discutir, a partir do aporte teórico da história dos intelectuais, o sujeito histórico Golbery do Couto e Silva como um intelectual orgânico da burguesia brasileira. Para tanto, parto do cruzamento dos apontamentos de dois textos específicos: "Os intelectuais", de Jean-François Sirinelli (2003), de quem emprego a metodologia de trabalho indicada para a história dos intelectuais; e "A formação dos intelectuais", de Antônio Gramsci (1982), de onde tomo de empréstimo sua definição de intelectual orgânico.

Seguindo a metodologia de trabalho indicada por Sirinelli (2003) para pesquisas de história dos intelectuais, deve-se, em primeiríssimo lugar, conceituar o que é o intelectual, ou seja, qual a definição de intelectual que se utiliza. Neste sentido, acerca do intelectual enquanto sujeito histórico e, acerca da definição de intelectual que utilizo neste trabalho, cabe assinalar de antemão que, segundo Gramsci (1982, p. 03),

---

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGH/UFMG), vinculada à linha de pesquisa História e Culturas Políticas, sob a orientação da Professora Doutora Priscila Brandão.

> cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da econômica política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc.

Neste sentido, tendo em vista a constituição das categorias intelectuais divulgadas por Gramsci (1982) e explicitada acima, bem como, em concordância com os trabalhos de Vânia Noeli Ferreira de Assunção (1999) e de Luiz Henrique Felício do Nascimento (2016), compreendo Golbery do Couto e Silva como um intelectual orgânico da burguesia brasileira, visto que, este, consciente de seu local naquela sociedade de classes, também desenvolveu consciência do que seria a sua função (e de seus pares), especialmente nos âmbitos militar, político e social do Brasil. Busco apresentar rapidamente como Golbery partiu e participou de espaços (militares) da burguesia, onde, aprendeu a pensar o Brasil e o globo segundo uma ideologia[2] de cunho burguês.

Compreendo que as experiências ideológicas vivenciadas por Golbery, principalmente, nos clubes e escolas militares, brasileiras e estadunidenses (ou com influências destas ultimas), somaram-se ao marcante positivismo e nacionalismo provenientes da formação ideológica do exército brasileiro[3], acarretando sua proposição de pensar e propor "soluções geopolíticas" para o Brasil que passavam necessariamente pela aliança entre os grupos dirigentes: as elites políticas, econômicas (burguesia nacional) e militares.

Isto posto, cabe agora regressar às indicações teórico-metodológicas de Sirinelli (2003) que me auxiliarão nesta tentativa de realizar anotações da história dos intelectuais. Trata-se justamente das três noções discutidas e defendidas por Sirinelli (2003) como fundamentais para se trabalhar com a história dos intelectuais: lugares de sociabilidades intelectuais; geração e itinerário.

Partindo destas noções e entrecruzando-as, o primeiro entendimento que tive de

---

2 Parto de entendimento acerca do conceito de ideologia de Gramsci, de modo que, "(...) no 'bloco histórico – escreve G. – as forças materiais são o conteúdo e as ideologias a forma, distinção de forma e conteúdo meramente didática, porque as forças materiais não seriam concebíveis historicamente sem forma e as ideologias seriam caprichos individuais sem as forças materiais' (Q 7, 21, 869 [CC, 1, 238])" (LIGUORI, 2017, p. 550). Portanto, "enquanto historicamente necessárias [...] elas 'organizam' as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência da sua posição, lutam etc.' (ibidem, 868-9 [CC, 1, 237])" (LIGUORI, 2017, p. 550).

3 Sobre isto, ver: CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Todavia, 1ª Edição, 2019, p. 320p. CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis*: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, 263p.

Golbery do Couto e Silva como um intelectual, decorreu da percepção do papel deste sujeito como partícipe e decisivo em diversas ocasiões da história do Brasil republicano, como por exemplo: em 1954 escreveu o fatídico "Manifesto dos Coronéis" que resultou no afastamento do então Ministro do Trabalho, João Goulart; em 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República, propôs a redução dos poderes presidenciais como "solução" para a crise decorrente da negação das Forças Armadas e demais grupos conservadores em aceitar a posse de João Goulart como Presidente; em 1964 foi criador do Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão pilar da ditadura militar; além de ministro da Casa Civil dos governos dos presidentes-ditadores Ernesto Geisel e João Figueiredo.

Mediante inquietação a respeito da presença de Golbery nestes momentos decisivos, debrucei-me sobre sua principal obra publicada, "Conjuntura Política Nacional: o Poder Executivo e Geopolítica do Brasil" (1981)[4]. Neste segundo momento, ficou claro para mim que Golbery não apenas estava no lugar e na hora certos para agir em defesa dos interesses de grupos conservadores, ele próprio se colocava nesta condição de homem que pensa o país e propõe soluções conservadoras, bem como buscava ensiná-las e, a partir da criação da Escola Superior de Guerra (ESG) e da ditadura militar instalada em 1964, objetivava também as pôr em prática no Brasil.

A CONSTITUIÇÃO DO INTELECTUAL GOLBERY

Tendo em vista a noção de itinerário apontada por Sirinelli (2003), que busca evidenciar a trajetória intelectual do indivíduo público e não sua biografia pessoal, temos que, no caso do sujeito aqui observado, um general do exército brasileiro, seu itinerário intelectual, assim como os fenômenos de geração e solidariedades de idade constitutivos de seus locais de sociabilidades intelectual, são eminentemente militares.

O gaúcho Golbery do Couto e Silva iniciou sua carreira militar em 1927 ao ingressar na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, de onde saiu como aspirante à oficial em 1930. A partir de então, sua trajetória militar foi ascendente: foi promovido à segundo-tenente (1931); primeiro-tenente (1932); capitão (1937); ingressou na Escola de Estado-Maior do Exército (1941-1943); em 1944, viajou aos Estados Unidos da América para se preparar para se juntar às unidades da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que combatiam na Itália, após o término do curso, seguiu para a guerra como oficial de informações. Ao final do conflito, retornou ao Brasil, especificamente para servir no sul do país (na 3ª RM), e,

4 Não tive acesso à edição original de 1967, por este motivo, faço uso da edição de 1981, que traz a integridade do texto original, "Geopolítica do Brasil".

em 1946, foi indicado para servir no Estado-Maior do Exército (EME), sendo promovido à major no mesmo ano e transferido para o recém-criado Estado-Maior Geral (futuro Estado-Maior das Forças Armadas - EMFA). Em 1947, o capitão Golbery foi enviado ao Paraguai (na Comissão Militar Brasileira de Instrução), onde permaneceu até 1950, ano em que foi reintegrado ao EME como adjunto da seção de informações (ASSUNÇÃO, 1999).

O grande salto da trajetória militar e intelectual de Golbery, iniciou-se em 1951, quando este foi promovido à tenente-coronel e, logo em 1952, foi designado como adjunto do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra (ESG)[5], espaço e experiência fundamentais para a sua formação intelectual, um ambiente (talvez o principal) de sociabilidade intelectual para Golbery e sua geração. Em 1956 foi elevado à coronel e à função de chefe de estudos da Escola, onde, na posição de membro-fundador da ESG, proferiu uma série de cursos desenvolvendo e expondo suas ideias.

A ESG tinha como principal intenção se tornar um posto socializador das elites brasileiras, militares e civis, em torno de questões referentes ao seu binômio principal: segurança e desenvolvimento. Portanto, os dois grandes objetivos da Escola configuravam em elaborar uma metodologia de análise e interpretação dos fatores condicionantes dos problemas vivenciados pela segurança nacional e o "estabelecimento de bases doutrinárias para orientar as ações de todos os órgãos responsáveis pelo desenvolvimento do Potencial Nacional e pela Segurança do País" (ROCHA *Apud* ASSUNÇÃO, 1999, p. 43).

A atuação da ESG no âmbito do Estado brasileiro no decorrer das décadas de 1950 e 1960 a tornou um lugar fundamental de produção e difusão de estudos geopolíticos. A narrativa sobre a formação do território brasileiro, inerente aos estudos desenvolvidos na Escola, se faria acompanhar de um discurso que evocava uma tradição "cristã ocidental" e o anticomunismo, ao mesmo tempo em que se elaboravam as diretrizes para a consecução do projeto geopolítico de tornar o Brasil uma nação forte, uma potência do ocidente cristão.

Para os militares que construíram e constituíam a ESG, era papel das elites (civis e militares) planejar uma política de segurança e desenvolvimento para o Brasil, por meio de uma técnica racional de solução dos problemas vivenciados e não resolvidos até então. De modo que, para os esquianos, a própria iniciativa de criação da Escola veio remediar um imperativo não atendido pelas elites civis: mediar as lutas políticas que se encorpavam

5 Foi criada entre 1948 e 1949, no contexto pós-Segunda Guerra Mundial e durante a Guerra Fria, sendo cunhada nos moldes dos colégios militares estadunidenses, que foram essenciais para a fundação (e funcionamento) da Escola brasileira, dado o evidente intuito dos Estados Unidos da América de universalizar sua concepção de segurança pelo globo. É importante frisar que a ESG possuía uma dupla relação com os estadunidenses e suas escolas militares: por um lado tratava-se de um modelo a ser observado, uma inspiração inicial, e, por outro lado, a Escola brasileira também foi um espaço para as resistências nacionalistas à política externa controladora do líder capitalista do norte.

no país, tanto entre as classes dominantes, quanto no aparelho do Estado.

Visando atender a este imperativo, a ESG formulou a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), “um corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais.” (ALVES, 1984, p. 35). É justamente nas teorias de Segurança Nacional (SN) e na DSN que o intelectual Golbery vai se destacar, a ponto de ser considerado o principal teórico da ESG devido às suas contribuições nesta área, especificamente, as suas teses que condicionavam o êxito de um projeto global de desenvolvimento à segurança nacional, onde o Estado deveria associar-se à uma elite tecnocrática, civil e militar (em uma progressiva centralização de poderes), ideologicamente comprometida com os objetivos nacionais de desenvolvimento e de segurança; bem como o caráter nacional que empregou à Doutrina, diferenciando-a, portanto, das doutrinas estadunidenses (STEPAN, 1975).

Indo de encontro às suas teses de participação dos técnicos e intelectuais militares na política nacional para promover o desenvolvimento e a segurança nacional, o coronel Golbery manteve-se próximo ao poder político. Em janeiro de 1961, com a vitória de Jânio Quadros (PTN) para a Presidência da República, Golbery assumiu as funções de chefe de gabinete da secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN), órgão que atuava “voltado para questões relativas à defesa da Pátria”, e de chefe do Serviço Federal de Informação e Contra-Informação (SFICI), organismo do CSN encarregado do setor de informações e contrainformações no país (ANTUNES, 2001, p. 44-45).

Entretanto, com a renúncia de Jânio em agosto daquele ano e, posteriormente, após um imbróglio político e militar de tendências conservadoras golpistas, que resultou na posse do vice-presidente João Goulart (PTB) como presidente da República em um regime parlamentarista, Golbery, pediu transferência para a reserva, situação que lhe rendeu promoção à patente de general.

Aposentado da corporação militar, Golbery não encerrou suas atividades políticas e intelectuais, no mesmo ano de 1961 atuou à frente da criação e funcionamento do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), organização de empresários do eixo Rio de Janeiro-São Paulo que, composto por civis e ex-militares, atuou de maneira conspiratória para a realização do golpe civil-militar brasileiro de 1964. Portanto, o IPÊS pode ser considerado um espaço de sociabilidade conspiracionista conservadora burguesa, no qual Golbery participou e atuou de forma intensa.

Iniciava-se aí o aprofundamento prático das ideias do Golbery do Couto e Silva. Durante o golpe civil-militar o general esteve no “salão principal” das decisões, assim como nos primeiros atos da ditadura militar que ele auxiliou a instalar e estruturar no país (ao

lado de seu colega, o general e presidente-ditador, Humberto de Alencar Castelo Branco). Após um período na "chapelaria" das decisões da ditadura, durante os anos de governo dos generais Artur da Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Golbery retornou aos holofotes do cenário militar e político com a chegada de seu colega de ESG, o general Ernesto Beckmann Geisel, à presidência da República, em março de 1974. Golbery iniciou sua trajetória como Ministro-chefe do Gabinete Civil do Presidente da República e, juntamente com Geisel pensou, articulou e pôs em prática o projeto de descompressão da ditadura militar que resultou nas chamadas "distensão política" e posterior "abertura lenta, gradual e segura", cuja o objetivo era que a pretensão de "volta aos quarteis" ficasse sob a organização dos próprios militares ligados àqueles generais, visando admitir "garantias básicas para o regime" e, portanto, seguindo os moldes da DSN, era a chamada abertura controlada.

O PENSAMENTO INTELECTUAL DE GOLBERY

Busquei acessar o pensamento intelectual de Golbery do Couto e Silva pela sua obra "Conjuntura Política Nacional: o Poder Executivo e Geopolítica do Brasil", em sua edição de 1981. Trata-se da junção de textos de palestras proferidas pelo general no decorrer da década de 1950 e no início dos anos 1960, constituindo-se como uma análise do cenário brasileiro sob a ótica da Geopolítica. A composição desta obra é resultado da preservação e reafirmação das ideias do general a respeito do conceito de Segurança Nacional que foram reunidas na edição "original" lançada em 1967[6] ("Geopolítica do Brasil", que consta como a segunda parte da obra de 1981), somadas às suas considerações às variantes políticas, sociais, culturais e econômicas presentes no cenário nacional no início da década de 1980 (formando a primeira parte do livro de 1981 aqui utilizado, "Conjuntura Política Nacional: o Poder Executivo"[7]).

Nascimento (2016, p. 17-18), expõe pontualmente as distinções evidentes nestes dois momentos presentes no livro, especificamente, derivadas e marcadas pela nossa história política entre 1950-1980, e pela trajetória do próprio Golbery:

---

6 O livro de 1967 foi dividido em três partes, cada uma subdividida em palestras proferidas por Golbery na ESG. A primeira parte, denominada "Aspectos Geopolíticos do Brasil" é composta por três subdivisões ou capítulos: "Aspectos Geopolíticos do Brasil", 1952; "Aspectos Geopolíticos do Brasil", 1959; "Aspectos Geopolíticos do Brasil", 1960. A segunda parte, denominada "Geopolítica e Geoestratégia" foi subdividida em três outras: "Geopolítica e Geoestratégia", 1959; "Dois Pólos da Segurança Nacional na América Latina", 1959; "Áreas Internacionais de Entendimento e Áreas de Atrito", 1959. A terceira e última parte é denominada "O Brasil e a Defesa do Ocidente" e é composta por uma única palestra, de mesmo nome, datada de 1958.

7 Trata-se de um texto composto por cinco tópicos que em conjunto constituíram uma conferência proferida por Golbery na ESG, em 1980.

> O primeiro homem, (...) era o intelectual que ostensivamente discorria sobre a geopolítica, e que a enxergava no planejamento estatal e na realização do conceito de poder nacional através da consolidação da DSN.
> Transparece ali um idealista que conspirou pela realização de um projeto de poder e que estaria fadado à permanência nos quadros de honra da ESG e na mitologia da caserna sob a condição de intelectual responsável pelos estudos que, reunidos na década de 1960 sob a forma de um livro, acabaram por gerar um dos textos mais bem fundamentados dentro da perspectiva do conhecimento teórico geopolítico produzido no Brasil.
> (...) o Golbery das palestras de 1980, era o homem que, além do mito consolidado nos meandros do poder, um experimentado nas entranhas do Estado, cioso do momento crítico que o país passava e, consciente de que havia a necessidade de reformulação do sistema político e da sua condução para as já citadas "abertura" e "redemocratização".
> Tais diferenças, entre o jovem coronel que ajudou a moldar a ESG nos anos 1950 e o homem das ideias conferidas pela madureza e pela forja do exercício do poder na condição de homem forte do Regime Militar, à sombra apenas do presidente Ernesto Geisel em momentos críticos do regime, transparecem nos textos que compuseram a obra publicada em 1981 (NASCIMENTO, 2016, p. 17-18).

No livro de 1967 (ou a parte de 1967 presente no livro de 1981), está expresso de forma cristalina o pensamento intelectual de Golbery, que procura apresentar um diagnóstico dos problemas nacionais, em termos internos e externos, recomendando soluções produzidas de um planejamento entendido pelo general como de caráter científico devido sua racionalização da ação política em vista das necessidades do Estado-nação, tratava-se do conhecimento geopolítico. Entretanto, segundo o próprio Golbery (1981) a Geopolítica "é moldada em torno de uma busca pela previsibilidade de situações que possam impactar na dinâmica da segurança de um país, o que não implica, na prática, em uma questão que possa ser definida pelo empirismo" (NASCIMENTO, 2016, p. 23).

Deste modo, destaco as duas principais bases do pensamento de Golbery. Primeiramente, a noção da necessidade de uma Política de Segurança Nacional baseada em um Conceito Estratégico Nacional (CEN) que deve "nortear toda a estratégia da Nação, com vistas à consecução ou salvaguarda dos Objetivos Nacionais (ON – por vezes Permanentes – ONP)" (SILVA, 1981, p. 251). Tal Política de Segurança seria formulada e fundamentada nos ONP; numa Avaliação Estratégica da Conjuntura (nacional e internacional); nos Objetivos Nacionais Atuais (ONA) e; uma Política de Consecução.

Sobre os ONP, Golbery destaca que,

> nada mais são que a tradução dos interesses e aspirações do grupo nacional, tendo em vista a sua própria sobrevivência como grupo, isto é, asseguradas as três condições básicas de autodeterminação, integração crescente e prosperidade, dentro do quadro espacial, seja imposto pela tradição histórica, seja requerido por condições julgadas essenciais àquela mesma sobrevivência (SILVA, 1981, p. 251-252).

Já a Avaliação Estratégica da Conjuntura (AEC), seria

> o estudo objetivo dos fatores geográficos, políticos, psicossociais, econômicos e militares que enformam a Conjuntura nacional e internacional, com a finalidade de formular juízos de valor sobre a realidade estratégica do momento e sobre o sentido e ritmo de sua evolução, no tempo e no espaço" (SILVA, 1981, p. 252-253).

Enquanto os Objetivos Nacionais Atuais (ONA) eram

> objetivos de natureza nitidamente estratégica que resultam da reação da conjuntura, tal como sintetizada e avaliada nas Premissas Básicas (pressões contrárias dominantes e valor Potencial Nacional), sobre os próprios Objetivos Nacionais Permanentes.
> Representam, assim, a "cristalização dos interesses nacionais em um dado momento". Evoluem, portanto, com os acontecimentos e com as forças mutáveis que atuam nos campos nacional e internacional (SILVA, 1981, p. 255).

Por fim, a Política de Consecução determina o modo como se buscará realizar ou atingir os Objetivos Nacionais, bem como o condicionamento espaço-temporal, ou seja, trata-se do como, quando e onde se apreendem os ON.

Portanto, o Conceito Estratégico Nacional (CEN), englobaria aspectos entendidos como permanentes de uma sociedade (como o ONP, sobre os quais incidiriam uma tradição histórica ou condições essenciais para sobrevivência), assim como aspectos variáveis da/na sociedade e da/na conjuntura (como a AEC, os ONA e a Política de Consecução). Isto significa que, na visão de Golbery, um CEN e uma Política de Segurança devem ser formulados baseando-se tanto nas tradições nacionais quanto nas condicionantes conjunturais, pois, a nação deve pautar-se em suas tradições para estar preparada para possíveis reajustamentos à evolução da conjuntura nacional e internacional.

A segunda base do pensamento de Golbery que ressalto, e esta é bem mais direta, é a perspectiva de apresentar o Brasil como um elemento de destaque no e para o ocidente cristão, uma vez que, por sua posição geográfica e condição de protagonista na geopolítica da América do Sul, o país possuiria a qualidade de ser um potencial integrador de regiões que, mesmo com potenciais semelhanças-distinções e a despeito dos eventuais conflitos de interesses, em termos políticos, culturais e econômicos, se unem por fundamentarem-se no conceito de Mundo Ocidental Cristão em oposição ao Mundo Oriental Comunista (SILVA, 1981).

FORMULAÇÕES DE GOLBERY APLICADAS PELA DITADURA MILITAR

O ápice desta relação ou a mais bem acabada e evidente produção teórica da relação Golbery – ESG, é justamente o planejamento das diretrizes de Segurança Nacional que culminou na elaboração da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A DSN partia da ideia de teorias da guerra (total, localizada, revolucionária, psicológica), para estabelecer estratégias de cunho militar, econômico, político e psicossocial, visando a superação do conflito em questão e a segurança nacional em face dos inimigos identificados pelo Estado de Segurança Nacional (ALVES, 1984). Segundo Golbery, a realidade social se integra (e não se divide) nos seguintes campos: político, econômico, psicossocial e militar; desta mesma forma deveria se organizar a Segurança Nacional, observando tais campos e estabelecendo estratégias para cada um.

Nilson Borges (2003, p.24), destaca que: "Objetivamente, a Doutrina de Segurança Nacional é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais". Neste sentido, a guerra permanente se dava contra o "inimigo interno" e "criminoso político", este, visto como "principal inimigo da nação" devido sua potencial relação com as organizações de esquerda, com o comunismo e a "subversão". Assim, a ideia de crime político durante a ditadura militar estava intrinsecamente ligada à noção de segurança nacional prevista pela Doutrina de Segurança Nacional e explicitada pela Lei de Segurança Nacional (JOFFILY, 2013).

Segundo os próprios manuais da ESG, informação era a palavra-chave para deter o "inimigo interno", sendo "(...) essencial para esclarecer o governo quanto à realidade da situação, à veracidade dos fatos e às características e intensidades das manifestações e dos efeitos dos antagonismos e pressões, bem como à estimativa dos acontecimentos futuros"; além de ser "(...) um dos instrumentos essenciais para o planejamento e execução da Segurança Interna" (Manual Básico da ESG *Apud* ALVES, 1984, p.72).

Golbery não apenas sabia e concordava com este entendimento acerca da importância das atividades de informações para aquele novo "Estado forte", como foi o propositor, sujeito formulador e primeiro chefe do principal órgão de informações da ditadura militar, o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado já no dia 13 de junho de 1964, era o chamado "monstro" que tudo via, ouvia e informava. O general compreendia que aquele regime necessitava de um novo órgão nacional de informações e contrainformações que estivesse em conformidade com a Doutrina de Segurança Nacional (FICO, 2001, p. 40).

Estruturado por todo o território nacional através de uma Agência Central, localizada em Brasília; e pelas outras doze Agências Regionais com sede em estados considerados

importantes para a Segurança Nacional[8], o SNI cumpria as funções pensadas por Golbery e teorizadas na DSN: vigilância que rendia informações das áreas política, psicossocial, militar e econômica. Todos os órgãos e setores do Estado (civis e militares, bem como algumas empresas privadas) possuíam setores de informações e todos deveriam repassar as informações ao SNI, que as reunia, cruzava e, quando necessário, difundia/disseminava as informações e dados ou mesmo dossiês acerca de pessoas, atividades e/ou entidades consideradas perigosas para a Segurança Nacional, segundo a DSN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como tentei evidenciar ao longo deste trabalho, as Forças Armadas e especialmente a ESG foram espaço de sociabilidade que compuseram o itinerário intelectual do general Golbery do Couto e Silva e da geração a qual este encontra-se vinculado por momentos históricos e experiências que lhes renderam repercussões duradouras, como a FEB e os cursos de formação nos Estados Unidos da América, além da tradição conservadora das Forças Armadas brasileiras. Busquei expor a formação e os espaços de experiências e de sociabilidades no qual esteve inserido, visando evidenciar a constituição do pensamento intelectual de Golbery e posteriormente a sua forte influência nos órgãos, setores e estruturas pelo qual este passou ao longo de sua vida.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984, 340p.

ANTUNES, Priscila C. B.. **SNI e ABIN***:* Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do Século XX. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 2001, 203p.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. **O Satânico Doutor Go***:* A Ideologia Bonapartista de Golbery do Couto e Silva. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PUC-SP, 1999, 240p.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura***:* regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. (O Brasil Republicano, vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003: 13-42.

8 Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo.

FICO, Carlos. **Como eles agiam***:* Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, 269p.

GRAMSCI, Antônio. A formação dos intelectuais*. In:* **Os intelectuais e a organização da cultura***.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 03-23.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013, 349p.

LIGUORI, Guido. Ideologia. In: **Dicionário Gramsciano**. Orgs.: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. Tradução: CHIARINI, Ana Maria; FERREIRA, Diego Silveira Coelho; GALASTRI, Leandro de Oliveira; BERNARDINIS, Silvia de. São Paulo: Boitempo, 1ª Edição, 2017, pp. 548-551.

NASCIMENTO, Luiz Henrique Felício do. **O ocidente como ideal, propósito e programa**: a ESG e a geopolítica do Brasil de Golbery do Couto e Silva. Dissertação (Mestrado em História). UFRN, 2016, 202p.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura Política Nacional***:* O poder Executivo e Geopolítica do Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981, 269p.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política***.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269).

STEPAN, Alfred. **Os militares na política***:* as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975, 223p.

A VIGILÂNCIA DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI) SOBRE O MOVIMENTO SINDICAL PARAIBANO (1964-1985)

Matheus Pereira da Costa[1]

RESUMO

Este resumo busca analisar a vigilância exercida pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre o movimento sindical paraibano durante o período que compreende a ditadura militar brasileira (1964-1985), identificando a sua sustentação e dinâmica interna no contexto da Doutrina de Segurança Nacional. Também, discutiremos o binômio "Desenvolvimento-Segurança" e como, por meio da vigilância e repressão aos trabalhadores, o SNI procedia enquanto mais um mecanismo e uma estratégia de controle social dessa elite. Entendemos que o SNI foi mais um mecanismo e estratégia da coalizão empresarial-militar para a manutenção de seu poder. Foram analisados os relatórios do Fundo SNI-Agência Recife (Memorial da Democracia da Paraíba), objetivando delinear a lógica de produção dos relatórios, identificar pessoas, eventos e discursos informados pelos agentes nos relatórios, e as principais bandeiras, posições ideológicas/partidárias e pautas defendidas pelos trabalhadores sindicalizados na Paraíba.

Palavras-Chave: Ditadura militar, Serviço Nacional de Informações, Paraíba, movimento sindical.

INTRODUÇÃO

Com o golpe civil-militar de 1964, uma nova ordem foi instaurada. Esse período foi marcado pela intensa e constante violação dos direitos humanos, mudanças arbitrárias na Constituição, interferência na vida pública e privada dos indivíduos, cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos, e práticas de tortura e assassinato, escancaradas pelo Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2013). A experiência democrática[2] da

1 Mestrando/PPGH da Universidade Federal da Paraíba. Bolsista Fapesq. E-mail: matheus_costa34@hotmail.com

2 Na historiografia brasileira, há uma discussão para saber se, efetivamente, tivemos a primeira experiência democrática no Brasil. Defendemos que sim, já que não podemos definir a ordem da República Velha (1889-1930) como democrática, tendo em vista o processo eleitoral elitista, as fraudes eleitorais, a violência política e o domínio oligárquico. Entre 1945-1964, a sociedade brasileira atravessou ligeiras transformações. As reformas liberalizantes após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, como o reconhecimento dos partidos, inclusive do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a anistia aos presos políticos, a convocação de eleições para a Constituinte, o queremismo e a deposição de Getúlio Vargas marcaram essa conjuntura. Também tivemos a retomada do movimento sindical e a dinamização das atividades sindicais. Por outro lado, ainda estava presente a limitação do voto, a perseguição do Partido Comunista do Brasil, posto na ilegalidade em 1947, e as crises da República, em 1954, 1955 e 1961. Para melhor discussão, ver FERREIRA, Jorge. "Crises da República: 1954, 1955 e 1961" e NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Fernando Teixeira da. "Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)" In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

década anterior ao golpe colapsou diante da instauração de um Terrorismo de Estado[3], e a sociedade brasileira conviveu mais intensamente com um órgão que vigiava e punia pessoas consideradas "ameaças" à Segurança Nacional, num período de 26 anos.

Utilizando-se da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), os militares[4] no comando da ditadura disputavam a hegemonia do poder abafando a resistência da oposição organizada. Para tanto, criaram e aprimoraram um enorme e complexo aparato repressivo cuja trajetória remonta à década de 1930, como veremos no decorrer deste trabalho. Esse aparato repressivo, que conceituamos *comunidade de segurança e informações*, trabalhou de forma articulada, ainda que não harmônica, para a manutenção do regime. Não apenas para concretizar a *utopia autoritária*[5], mas, sob o binômio "Segurança e Desenvolvimento", atender as demandas do setor empresarial, o novo modelo de Estado autoritário e planificador se estruturou baseado na noção de "guerra interna" e na busca de uma "estabilidade" do país: apenas em um terreno seguro, o Desenvolvimento Econômico seria propício.

O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI)

Assim, a configuração de um serviço eficiente, operante – para não dizer onipresente e onipotente -, se insere dentro dessa lógica de aparato repressivo, utopia autoritária e desenvolvimento econômico. Através da coalizão militar-empresarial[6], em 13 de junho de

3 Padrós (2007) chama de "Terrorismo de Estado" (TDE) a instauração de uma "cultura do medo" em um "estado de guerra permanente", contra um suposto "inimigo interno", no interior da sociedade. Por vias coercitiva, punitiva e de "pedagógica", buscou-se provocar e disseminar o medo no cotidiano da sociedade brasileira e, também, legitimar a eliminação do "inimigo interno", "subversivo" e suas "ameaças". Além disso, na perspectiva do autor, o TDE também buscou enquadrar a população em um novo comportamento político desejado e conformar as instituições para associar, obedecer ou aderir ao projeto totalitário e/ou autoritário. Para maior aprofundamento, ver PADRÓS, Henrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança e Terror do Estado. In **Revista História e Luta de Classes**, n. 4, p. 43-49, jul. 2007.

4 Havia uma divisão em duas alas dentro das Forças Armadas, os "moderados" e os da "linha-dura". Em suma, o primeiro grupo preocupou-se em aferir a imagem de "legalidade" aos atos da ditadura. O segundo grupo, buscava a radicalização e recrudescimento do regime a qualquer custo. Apesar de didática, essa divisão não é uniforme. Chirio (2012), por exemplo, argumenta que, dentro da "linha-dura", ainda há mais duas divisões.

5 Para Fico (2004), a utopia autoritária baseava-se na crença de que os militares eram mais preparados para reestabelecer a ordem em tempos de crise. Essa superioridade se realizava em duas vias: a primeira, "saneadora", onde se buscou limpar os males do comunismo, por meio da espionagem, polícia política e censura, e a segunda "pedagógica", cujo objetivo era educar o povo brasileiro, por meio da propaganda, livrando-os das mazelas do comunismo. O que as unia era o projeto de inserir o Brasil nos quadros das "grandes democracias cristãs ocidentais".

6 Aqui, nos valemos de Dreifuss (1981), quando o autor discutiu a participação e o papel decisivo do empresariado na articulação e efetivação do golpe. O autor observou que um projeto de classe vinha se delineando e sendo gestado no interior do complexo IPES-IBAD (Instituto de Pesquisas Econômicas e Superiores e Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Segundo o autor, "A elite orgânica empresarial se fez defensora e porta-voz dos pontos de vista moderados do centro, ampliando as perspectivas elitistas e consumistas das classes médias e fomentando o temor às massas" (p.230).

1964, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI)[7]. O Serviço foi o principal órgão de produção e difusão de informações em território nacional e no exterior. Sua missão era de coordenar as atividades de informação e contra-informação, subsidiando o Conselho de Segurança Nacional (CSN) em questões referentes à Segurança Nacional.

Com sua estrutura orgânica complexa e hierarquizada, o Serviço contou com doze núcleos distribuídos pelas principais capitais do país, chamados de agências regionais. No caso da Paraíba, a agência regional que vigiava o estado era a Agência de Recife (ARE), que também era responsável pelos estados de Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas. A agência regional produzia e difundia informações, encaminhando-as à Agência Central (AC) que ficava em Brasília, no Distrito Federal.

Nesse sentido, analisamos os documentos produzidos pela Agência Recife (ARE), nas décadas de 1964-1987, contidos no Fundo SNI – Agência Recife. Esse Fundo foi entregue pelo Arquivo Nacional à Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB) em 4 de abril de 2016, e encontra-se no Memorial da Democracia da Paraíba, na Fundação Casa de José Américo (FCJA)[8]. O acervo totaliza um montante de 5.536 documentos[9], e versam sobre os mais variados temas: política, organizações ideológicas, administração pública, questões trabalhistas, sindicais e religiosas; produção agropecuária, industrial e orçamentária; ciência e tecnologia, transporte, energia, comunicações etc. Apesar de não podermos calcular, matematicamente, o grau da vigilância, a lógica da "suspeição universalizada" no contexto do TDE era ampla e irrestrita. Por outro lado, entendemos que, em algumas esferas sociais, alguns grupos seriam "mais perigosos" que outros, ou seja, eram "mais subversivos" e "ameaçadores" e, portanto, deveria haver vigilância mais intensa sobre esses indivíduos[10].

Os relatórios produzidos pelos agentes do Serviço evidenciam a resistência do movimento sindical ao controle dos sindicatos imposto pela ditadura, ao mesmo tempo que

---

7 Decreto-Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htm. Acesso em setembro de 2019.

8 A Fundação está localizada na Avenida Cabo Branco, no bairro Cabo Branco, em João Pessoa.

9 Por documento, queremos dizer o produto histórico. O informe é "transformado" em uma informação, que compõe um relatório e que, passando a ser fonte histórica, torna-se documento. Esses documentos são chamados de "documentos sensíveis", uma vez que foram feitos pela repressão, para reprimir, e apontam para questões de justiça e consolidação da democracia. Ver BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. "Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente". In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

10 Não localizamos qualquer estudo que discuta especificamente essa questão. No entanto, acerca do acervo do DOPS, Sodré e Roncaglio (2017) afirmam que havia, sim, essa hierarquização. Apesar de que, como argumenta Antunes (2001), existia uma "corrida" por produção de informações, uma vez que, eram elas que abasteciam o aparato repressivo e alimentavam o TDE. Figueiredo (2011) parece apontar que, efetivamente, eram os sindicatos a esfera mais vigiada pela ditadura.

apontam as pautas dos trabalhadores, isto é, pelo quê lutavam. Podemos aferir que diversas foram as reivindicações: melhoria salarial, melhores condições de trabalho, redução da jornada de trabalho, contra intervenções em sindicatos, o retorno à normalidade institucional e ordem democrática etc. Essas questões evidenciam, assim, a luta de classes, que estava acirrada desde o governo de João Goulart. Nessa perspectiva, sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional e do Terror de Estado, o movimento sindical foi visto como ameaça tanto sob o ponto de vista da Segurança Nacional e do Desenvolvimento Econômico. Diante disso, o SNI produziu e reproduziu a estigmatização/deslegitimação, em relação ao movimento sindical, para buscar e manter a hegemonia das classes dominantes, protegendo o Desenvolvimento Econômico e a exploração dele decorrente.

Nascido com o objetivo de subsidiar o Presidente da República na tomada de decisões e superintender e coordenar as atividades de informações e contra-informações no Brasil, especialmente aquelas direcionadas à Segurança Nacional, o SNI incorporou todo o acervo do Serviço Federal de Informação e Contra-Informações (SFICI) e seus funcionários. Apesar de não mais responder diretamente à SG/CSN, o Serviço e suas agências regionais recebiam da Secretaria apoio financeiro e material, já que também deveria subsidiar o CSN com informações relativas à conjuntura nacional e internacional. Até a sua extinção, em 1990, o SNI foi chefiado pelos generais Golbery do Couto e Silva (1964-1967); Emílio Garrastazu Médici (1967-1969); Carlos Alberto da Fontoura (1969-1974); João Baptista Figueiredo (1974-1978); Otávio Aguiar de Medeiros (1978-1985); e Ivan de Sousa Mendes (1985-1990).

Além dos braços regionais, o SNI também dispunha da cooperação de órgãos públicos e de empresas privadas, já que lhe era garantido, por lei de criação, requerer a colaboração dessas entidades no que tange aos pedidos de informações feitas pelo Serviço. Os ministérios civis contavam com as Divisões de Segurança e Informações (DSI), as Assessorias de Segurança e Informações (ASI) e as Assessorias Especiais de Informações (AESI).

As DSIs foram criadas em 4 de julho de 1967, por meio do decreto n. 60.940[11]. Essas Divisões substituíram as Seções de Segurança Nacional criadas no governo de Dutra (1946-1950) e eram chefiadas geralmente por um coronel de Exército. As Divisões eram vinculadas ao gabinete do respectivo ministro e, a partir da década de 1970, deixaram de ser subordinadas a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN)

11 Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60940-4-julho-1967-402027-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em julho de 2022.

e passaram a ser sujeitas ao Serviço Nacional de Informações (SNI). Acerca de suas atribuições, as DSIs deveriam "coletar dados que colaborassem com a Segurança Nacional, fornecendo-os ao ministro responsável e ao SNI, assim como ordenar e supervisionar as atividades de contrainformação no âmbito do ministério." (ISHAQ; FRANCO; SOUZA, 2012, p. 132-133).

Subordinadas às DSIs, e criadas por meio do mesmo decreto, estavam as Assessorias de Segurança e Informações (ASI) e as Assessorias Especiais de Informações (AESI). As ASIs eram órgãos setoriais de informação localizados em universidades e empresas públicas, como os Correios, a Petrobrás e a Telebrás. Mediante um levantamento realizado pela Coordenação Regional do Arquivo Nacional em Brasília, segundo Ishaq; Franco; Souza (2012), foram identificados 249 órgãos setoriais de informações, divididos nos âmbitos federal, estadual e municipal. As AESIs tiveram uma atuação muito significativa dentro das universidades federais, como no caso da que funcionava dentro da Universidade de São Paulo (USP) e a da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no sentido de cassarem ou aposentarem compulsoriamente funcionários dessas instituições[12].

A VIGILÂNCIA SOBRE O MOVIMENTO SINDICAL PARAIBANO

Na história dos serviços secretos brasileiros, as alianças entre militares e empresariado eram constantes. Ainda que variasse segundo os contextos e projetos políticos pelo poder, essa coalizão entre grupos do alto escalão das Forças Armadas, grupos conservadores da sociedade civil, como igrejas católicas e protestantes, o empresariado industrial e comercial e a atuação intensa do complexo IPES-IBAD (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IPES/IBAD), entre as décadas de 1950-1960, articulou-se organicamente pela implantação de uma ditadura militar-empresarial no Brasil. A hegemonia foi construída mobilizando um imaginário político anticomunista, e contou com dispositivos autoritários para isso, como a instauração de um TDE, uma Doutrina de Segurança Nacional e a comunidade de informações.

Neste tópico, abordaremos dois conteúdos específicos de informes[13], o "Situação na

12 Acerca da vigilância, perseguição e controle ideológico na UFPB por meio da ASI/MEC, ver DIAS, Elissandra Maria Costa. Vigilância e controle: atuação do SNI sobre a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba (1964 - 1985). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

13 "Documento formulado pelo agente de informações que expressa sua certeza ou opinião sobre um fato ou situação passada ou presente. Não continha nenhum tipo de análise de desdobramento futuro. Fonte do verbete: SNI, BRANBSB V8, caixa 08, pasta 58." (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p.178).

área do trabalho" e um de vigilância a um evento local; e um tipo de relatório, um "Prontuário"[14].

O SNI enxergou no líder sindicalista Luís Inácio Lula da Silva uma grande ameaça à hegemonia que vinha sendo construída pela classe dominante. Desde o golpe de 1964, a coalizão militar-empresarial tentava barrar o avanço do trabalhismo e comunismo no país, e o surgimento de um líder carismático de dentro do movimento sindical, de tamanha projeção nacional, fez de Lula um dos alvos prediletos do Serviço. O sindicalista já vinha sendo vigiado desde 1977[15] e, sete anos depois, continuava sob a mira da *comunidade*.

É o que revela a Informação nº 117/19/AC/84[16]. Esse relatório trata acerca do Ato Público realizado em Alagoa Grande/PB no dia 12 de agosto daquele ano. O Ato se deu pela passagem do 1º aniversário da morte da sindicalista Margarida Maria Alves, e foi organizado pelo STR de Alagoa Grande/PB, pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Paraíba (FETAG/PB) e pelo PT/PB. Dentre os que se utilizaram da palavra, estava Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente Nacional do PT, e o Dep. Fed. Paulo Maluf, candidato à Presidência da República pelo Partido Democrático Social (PDS). Segundo consta no documento, Lula chamou de "ladrões" os ministros Antônio Delfim Netto e Mário David Andreazza, além de afirmar que o Governo Federal e Estadual se utilizava da força policial para compelir os trabalhadores rurais ao invés de prenderem os latifundiários responsáveis pelos assassinatos de trabalhadores e líderes sindicais. Afirma, também, que as "organizações subversivas", estavam explorando o sentimento dos trabalhadores rurais com a morte de Margarida Maria Alves[17], projetando nela uma figura de "mártir", e colocando a culpa pela sua morte, e de outras lideranças, no Governo Federal, nos patrões e latifundiários.

Além de estar explicita, não apenas neste, mas em todos os relatórios, o autoritarismo da ditadura, também salta aos olhos a representação que os agentes faziam dos "subversivos" e da classe trabalhadora: os primeiros, maliciosos e tendenciosos; o segundo, como massa de manobra necessária para efetivação do projeto "comunista" no país. Esse discurso, por um lado, buscava deslegitimar as ações contra-hegemônica do

---

14 "Registros sobre determinada pessoa. Em um prontuário informa-se nome, endereço, profissão, estado civil, filiação, data de nascimento com cidade, estado, país e histórico do indivíduo registrado nos órgãos de informação. O prontuário poderia ser acompanhado de um registro de antecedentes, o qual, além dos dados de identificação, informava o codinome utilizado pelo indivíduo, grau de instrução, características e sinais particulares. Fonte do verbete: SNI, BRANBSB V8, caixa 08, pasta 21." (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p.248).

15 Para compreender melhor a relação do SNI com o líder sindicalista Luís Inácio Lula da Silva, ver FIGUEIREDO, Lucas. **O Ministério**... op. cit. p. 523.

16 Fundo SNI – Agência Recife. Documento AC_ACE_CNF_44392_84.

17 Esse caso de feminicídio, e da visita de Lula, foi exposto no relatório da CMV de João Pessoa através do depoimento de Eleonora Menicucci. Ver, ALMEIDA, Marlene Costa de. [et. al.]. Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa: relatório [recurso eletrônico]. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

movimento sindical, e, por outro, retroalimentar e fortalecer o imaginário anticomunista.

A produção de prontuários, por sua vez, é um exemplo gritante das violações do Estado Democrático de Direito. A Informação nº 118/740/ARE/79[18] trata de um prontuário de Luiz Hugo Guimarães. Além de constar dados sobre sua filiação, data de nascimento e profissão, se destaca seus antecedentes. Segundo consta, antes de 1964, Guimarães foi presidente do Comando Geral dos Trabalhadores/Paraíba (CGT/PB) e presidia reuniões para tratar de "assunto subversivo". Já como ex-presidente do Sindicato dos Bancários/PB, foi considerado como um dos "intérpretes" mais atuantes da classe. Frequentou reunião da Frente de Mobilização Popular (FMP) planejando a execução de um comício que seria realizado em 05 de abril de 1964, em João Pessoa, com participação do ex-governador Leonel Brizola. Foi denunciado por integrar o "Grupo dos Onze", mas em nada resultou a denúncia. Vindo o Ato Institucional nº 1 (AI-1), Guimarães foi demitido do cargo de professor catedrático interino da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mas continuou como funcionário do Banco do Brasil, sendo transferido para a Agência de Porto Velho/RO. Na década de 1979, com o AI-10, Luiz Hugo Guimarães foi aposentado com os proventos proporcionais ao tempo de efetivo serviço no Banco do Brasil.

Quando confrontamos essas informações com o que consta no Relatório Final da CEVM – PB[19], elas coincidem. Isso se dá pelo fato de que as informações objetivas que constam no relatório, além de fruto de observação por parte do agente, o são também resultado do empenho dele pela exatidão, veracidade e utilidade do informe[20].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar a vigilância exercida pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre o movimento sindical paraibano. O SNI foi desativado apenas nos anos 1990, sendo ativo durante todo o período que chamamos de "redemocratização". Afora isso, muitos acervos do Serviço foram queimados, seja durante ou com o desmonte do regime, o que diz muito sobre nossa "justiça de transição". Com o esforço da comunidade

18 Fundo SNI – Agência Recife. Documento ARE_ACE_843_80.

19 O relatório da CMV de João Pessoa discute, detalhadamente, a trajetória de Luiz Hugo Guimarães na resistência contra a repressão. Também, Guimarães possui um livro de memórias, onde ele narra sua temporada na Ilha de Fernando de Noronha, como preso político. Para mais informações, ver GUIMARÃES, Luiz Hugo. **1964:** recordações da ilha maldita e outros registros. João Pessoa: Grafset, 1988. 136p.

20 Sobre o processo formativo que passa o agente na Escola Nacional de Informações (EsNI), ver ANDRADE, Fabiana de Oliveira. **A Escola nacional de Informações:** a formação dos agentes para a inteligência durante o regime militar. 2014. 138 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2014.

de historiadores e demais campos do saber, amparados em amplo debate político-jurídico-institucional, os chamados “arquivos da repressão” foram sendo abertos e, aos poucos, fomos conhecendo e trazendo a público o funcionamento do aparato repressivo da ditadura. Perseguições, expurgos, assassinatos e desaparecimentos foram sendo registrados e a sociedade civil conhecendo esse período tão nefasto da nossa história.

Também essa documentação nos permitiu acessar o cotidiano de resistência dos setores de oposição à ditadura. No nosso caso, centenas de greves foram registradas, outras centenas de nomes de pessoas foram fichados, eventos e encontros foram anotados etc. O acesso à essa realidade também nos permite compreender a lógica da vigilância. Assim, por meio do Fundo SNI – Agência Recife, esperamos ter alcançado nossos objetivos. A conclusão desse artigo reforça teses importantes da historiografia, como a agência da classe trabalhadora, a longa duração da cultura política autoritária e do imaginário anticomunista no Brasil, a inserção do estado da Paraíba na configuração nacional de oposição, fora do eixo Rio-São Paulo e outros grandes centros.

Ainda há muito no que avançar. Pesquisas regionais e comparativas sobre a vigilância do SNI se tornam cada vez mais necessárias. Não apenas em questões historiográficas, também precisamos avançar em questões de justiça, no sentido de responsabilizar o empresariado atrelado às estruturas militares do regime, além dos próprios militares golpistas. Que essa nossa discussão tenha, ao menos, preenchido parte da lacuna da primeira necessidade. Quanto à segunda, a História nos dirá.

REFERÊNCIAS

FONTES

Fundo SNI – Agência Recife. Acervo disponível no Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa de José Américo (FCJA).

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Priscila C. B. **SNI e ABIN:** Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do Século XX. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 2001.

BAUER, Caroline Silveira.; GERTZ, René E. “Fontes sensíveis na história recente”. In. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orga.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA. **Relatório Final**. João Pessoa, A União, 2017.

Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa: **relatório** [recurso eletrônico]. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis**: Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado** – Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. "O Golpe". In: FICO, Carlos. **Além do Golpe**. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. "Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão." In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura:** regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 4).

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio**: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Record, 2005.

ISHAQ, V. **A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Fernando Teixeira da. "Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)". In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge. (organizadores). **O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 4).

NUNES, Paulo Giovani Antonino. "Golpe civil-militar e repressão ao movimento sindical no imediato pós-golpe no estado da Paraíba". In. OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. (Org.). **Trabalho e trabalhadores no nordeste:** análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: EDUEP, 2015, pp. 179-214.

PADRÓS, Henrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança e Terror do Estado. In **Revista História e Luta de Classes**, n. 4, p. 43-49, jul. 2007.

SODRÉ, Caroline Almeida; RONCAGLIO, Cynthia. O caráter de prova dos documentos produzidos pelas dops. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 252-266, 2017.

O CAMPO CULTURAL DA PARAÍBA NA DITADURA MILITAR (1964-1985) SOB A MIRA DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI)

Paula Carolina Firmino de Lima[1]

RESUMO

O presente artigo é fruto de pesquisas realizadas através do PIBIC, no projeto A sociedade civil sob vigilância: Atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Paraíba (1964-1985), empreendidas entre 2020 e 2021. Neste trabalho, buscamos analisar, por meio de pesquisa bibliográfica e empírica com os documentos do Fundo SNI - Agência Recife, acervo entregue pelo Arquivo Nacional à CEVPM-PB, a vigilância exercida pelo SNI à área cultural na Paraíba durante o período militar (1964-1985).

Palavras-Chave: Ditadura Militar, SNI, Vigilância, Cultura, Paraíba.

Em 13 de junho de 1964 aprovava-se o Decreto-Lei 4.341 que criava Serviço Nacional de Informações (SNI). Concebido pelo general Golbery do Couto e Silva, um dos principais ideólogos do regime militar[2], o órgão foi fundado com a missão de colaborar com o Conselho de Segurança Nacional (CSN), auxiliando o Presidente da República na tomada de decisões, fornecendo informações e contrainformações sobre assuntos relevantes à área da segurança nacional. Tal objetivo correspondia aos interesses dos novos dirigentes do Estado brasileiro que, amparados na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e na constituição do Estado de Segurança Nacional, priorizavam a segurança do país, focando em todo e qualquer que fosse considerado um inimigo interno.

> A lei que criava o SNI foi aprovada em 13 de junho de 1964. O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi instituído como órgão diretamente subordinado à Presidência da República e operaria em proveito do presidente e do Conselho de Segurança Nacional. De acordo com esta lei, o SNI tinha a responsabilidade de superintender e coordenar as atividades de informação e contra-informação no país, em particular, as que interessassem à Segurança Nacional. (ANTUNES, 2001, p. 52).

---

1 Licenciada em História/Universidade Federal da Paraíba. E-mail: paulacarolinaufpb@gmail.com

2 O general foi chefe do Serviço Federal de Informações e Contra-Informação (SFICI), órgão que antecedeu o SNI, durante o governo de Jânio Quadros, foi membro ativo do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), bem como peça-chave do Conselho de Segurança Nacional, além de que articulou a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde).

Com o endurecimento da ditadura militar e a propagação cada vez maior de práticas repressivas para controle, desmobilização e moralização da população, a função de espionagem/vigilância se acentuou dentro do órgão. Tal realidade esteve ligada ao processo de agigantamento pelo qual o Serviço, e a própria *comunidade de informações*[3] de que ele fazia parte, passou ao longo da ditadura, em que acabou tendo suas atribuições ampliadas e a tarefa da coleta de informações aperfeiçoada. Como parte deste processo de engrandecimento, o SNI, que contava com sua Agência Central (AC) localizada em Brasília[4], implementou Agências Regionais (AR) nas principais capitais do país. É o exemplo da Agência Recife (ARE), que ficou responsável por cobrir não só o estado de Pernambuco, mas também Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba, e que conta com um fundo[5] com mais de sete mil documentos que foi utilizado para o desenvolvimento deste trabalho.

Efetuando uma constante vigilância sobre vários setores da sociedade civil, como sindicatos, políticos, Igreja Católica, imprensa, etc, o campo cultural também não passou despercebido pela máquina policial-burocrática montada no decorrer da ditadura, sobretudo porque se verificou, nos anos 1960, um forte vínculo entre engajamento político e ação cultural (NAPOLITANO, 2014; RIDENTI, 2003)[6], resultando com que dentro desse universo cultural/artístico se formasse uma das mais importantes e conhecidas frentes de oposição ao regime imposto pelos militares. Visto como "anticultural", a classe artística, cada qual em seu meio de atuação, adotou posturas de mobilização contra o regime, assumindo, em meio à realização dos seus espetáculos, muito mais do que formas de diversão para o público, mas um caráter político, de contestação da realidade social, característica que fez com que esta classe, sempre observada sob a ótica de ser uma poderosa arma ideológica e ferramenta de degradação dos bons costumes, passasse a ser ainda mais visada pelos órgãos de censura e de informações instaurados durante o período militar, como foi o caso do SNI.

---

3 Esta designação corresponde ao conjunto de órgãos existentes durante a ditadura militar, que formavam a rede responsável pelo recolhimento e propagação, entre si, de informações importantes à segurança nacional. Dentre estes órgãos estavam, além do próprio SNI, os centros de informações das Forças Armadas, dentre outros.

4 A princípio, a agência funcionou no Rio de Janeiro, mas em 1967 foi realocada para Brasília.

5 Este arquivo encontra-se sob a guarda do Memorial da Democracia, localizado na Fundação Casa de José Américo, em João Pessoa. Os documentos pertencentes a ele são caracterizados como "sensíveis", pois são arquivos frutos da repressão, produzidos em um momento de ausência de democracia. Para maiores detalhes desta discussão, ver BAUER, Caroline Silveira.; GERTZ, René E. "Fontes sensíveis na história recente". In. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orga.) O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2015: 173-193.

6 Os anos 1960 foram marcados por uma agitação política e cultural não só no Brasil, mas em todo o cenário internacional, a exemplo dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Para observar mais detalhes deste panorama, ver: RIDENTI, Marcelo. **Cultura e política nos anos 1960-1970 e sua herança.** In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 133-136.

> A cultura, por meio das manifestações artísticas, no seu imenso arco de possibilidades, foi olhada atentamente pelos agentes da ditadura militar, tanto no que tange ao seu uso na propaganda de reforço ao regime, especialmente com campanhas na década de 1970, como na repressão às expressões que contestavam direta ou indiretamente o *status quo.* (CEVPM-PB, 2017, p. 662).

Com origem situada em meio ao debate acerca da luta armada e encarada como uma forma alternativa de resistência diante daquele cenário de fechamento da ação política institucional, mas que adquiriu enorme relevância, atuando como um prestigiado campo de formulação de críticas mais gerais ao regime militar, a chamada "resistência cultural", grosso modo, foi marcada pela ação de quatro grandes grupos, que não foram estanques, mas marcados por momentos de aproximação, afastamentos e rupturas, que dividiram lugar diante desta esfera de ação de oposição contra o autoritarismo no Brasil pós-1964, sobretudo entre os anos 1960 e 1970: os comunistas, a "contracultura" e a chamada "nova esquerda", revelada na década de 1970 (NAPOLITANO, 2017, p. 23).

Análises feitas em documentos do Fundo SNI – Agência Recife sobre o campo cultural da Paraíba[7] nos permitiram observar o quanto tal setor foi de fato visado pelo órgão, formador da estrutura repressiva montada durante a ditadura militar, como também visualizar a chamada "resistência cultural" em ação, identificando artistas que sofreram vigilância e algumas das táticas de contestação adotadas por eles. No respectivo estado, foram produzidas fichas sobre artistas de várias áreas, como cinema, teatro e música, destacando-se, especialmente, por meio das informações colhidas pelos agentes do Serviço, o possível perfil "subversivo", "esquerdista" ou "comunista"[8] destas pessoas, num claro movimento retórico de enquadrá-las enquanto inimigas do novo regime instituído no país.

O **ARE_ACE_365_79. Fundo SNI – Agência Recife** e o **AC_ACE_2030_79. Fundo SNI – Agência Recife**, por exemplo, explicitam a vigilância do Serviço sobre o meio teatral, ao ter como foco a atriz e produtora teatral Ruth Escobar. De acordo com a INFORMAÇÃO Nº 49/79-SI/SR/DPF/PE, exposta no **ARE_ACE_365_79. Fundo SNI – Agência Recife**, durante o mês de maio do ano de 1979, Ruth Escobar, importante eixo no cenário de "resistência democrática" no meio teatral com o Teatro Ruth Escobar, encontrava-se em circuito, pelo Nordeste, com a peça "Revista do Henfil", feita sob sua produção.

---

7 Este trabalho de pesquisa empírica foi feito por meio do PIBIC, entre 2020 e 2021, no Projeto intitulado *A Sociedade Civil Sob Vigilância: Atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Paraíba (1964-1985)*, por meio do Plano de Trabalho *Atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Paraíba: A Vigilância Sobre as Atividades Culturais (1964-1985)*, coordenado pelo Professor da Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Drº Paulo Giovani Antonino Nunes.

8 Esta era considerada a pior das designações dada por um agente de informações a um indivíduo.

Após apresentada em Recife-PE, no Teatro Santa Isabel e no Presídio de Itamaracá, o ACE[9] em questão nos informa que foi encontrado um bilhete, na portaria do hotel em que Escobar ficou hospedada na capital pernambucana, onde dizia que estava sendo organizada uma apresentação de "Revista do Henfil" na cidade de Campina Grande, na Paraíba, em que os recursos conseguidos seriam destinados à greve dos professores que estava sendo organizada naquele momento no estado e ao Comitê Brasileiro pela Anistia. Conforme o bilhete e informação exposta logo depois no documento, a apresentação na cidade paraibana acaba de fato acontecendo.

> No dia 10-Maio-1979 efetivamente foi apresentada a "Revista do Henfil" em Campina Grande/PB e nos ingressos (cópia anexa) para referida Peça foram impressas as palavras de ordem "Todo apoio à luta dos professores" – "Anistia Ampla Geral e Irrestrita" (CBA-Campina Grande). **(ARE_ ACE_365_79. Fundo SNI – Agência Recife)**.

De autoria de Henrique de Souza Filho, mais conhecido como Henfil, e Oswaldo Mendes, "Revista do Henfil" estreou em 1978 e foi considerado

> [...] O espetáculo de maior repercussão jornalística de Ruth Escobar. Evidentemente, essa visibilidade ocorreu não só pela qualidade do trabalho, mas também pela importância artística e política de seu autor, o cartunista Henfil, na luta contra a ditadura militar, em consonância com a campanha em prol da 'anistia ampla, geral, irrestrita' e com a militância de seu irmão Herbert de Souza (Betinho) exilado pelos governos militares. (PATRIOTA, 2018, p. 218-219).

Percebemos, ao longo da análise do documento e consoante ao que é apresentado ao seu fim, que o seu objetivo é, fundamentalmente, explicitar o possível hábito de Ruth Escobar de apoiar organizações de esquerda e de usar da apresentação de suas peças para angariar recursos para movimentos de contestação ao regime vigente.

> Os contatos mantidos por Ruth Escobar e o acatamento dessa Atriz à ostensiva utilização de suas apresentações como forma de arrecadação de fundos para o fomento de atividades várias de contestação política, fazem vislumbrar seu comprometimento com organizações de esquerda que agitam tais bandeiras. **(ARE_ACE_365_79. Fundo SNI – Agência Recife)**.

A referida peça também aparece em outro documento do acervo, o **AC_ ACE_2030_79. Fundo SNI – Agência Recife**, revelando a contínua mira do órgão sobre o espetáculo. Neste, apresenta-se a informação que ele passou, também na Paraíba,

---

9 Sigla para Arquivo Cronológico de Entrada, uma espécie de dossiê contendo diversos documentos relativos a um mesmo evento, indivíduo, entidade ou assunto. Empregue em todas as agências do SNI, constituiu uma unidade de arquivamento, com uma série de normas a serem seguidas.

pela cidade de João Pessoa, onde foi apresentado nos dias 11 e 12 de maio daquele ano, tendo o texto original passado por cortes em decorrência da censura, além de que se complementa o ACE com a informação de que antes do início da apresentação foi lido um texto em apoio ao movimento grevista organizado pelos professores da rede estadual de ensino naquele momento, e que inclusive foi citado no documento anterior, em que metade dos rendimentos conseguidos com a apresentação seriam destinados a ele.

> "Nos dias 11 e 12 de maio, a empresária e atriz Ruth Escobar também se apresentou com a peça teatral "REVISTA DO HENFIL" em João Pessoa/PB, tendo introduzido modificações no texto original, apesar de o Sr. WALTER ROBERTO MALTA, responsável pelo espetáculo, ter sido previamente advertido pelo Órgão Regional da DCDP, naquela capital, quanto à obediência nos cortes assinalados no texto liberado".
> Antes do início da encenação foi lido, pela nominada, um manifesto elaborado pelos estudantes da UFPB, em apoio (segundo ele, irrestrito) ao movimento grevista dos professores da rede oficial de ensino do Estado da PARAÍBA. Após à leitura, RUTH ESCOBAR anunciou que 50% (cinquenta por cento) da renda daquele espetáculo se destinava ao "fundo pecuniário da greve". **(AC_ACE_2030_79. Fundo SNI – Agência Recife – Agência Recife)**.

O setor musical, por outro lado, também foi mirado pelo SNI na Paraíba. E não por acaso. A música, sobretudo a MPB, sigla que no país tornou-se sinônimo da canção engajada, dado sua gigantesca politização, alcançou, ao longo da ditadura, um relevante lugar social, de denúncia e crítica política, especialmente com o triunfalismo vivido por este gênero musical nos chamados Festivais da Canção, eventos que adquiriram para si caráter de oposição ao regime militar[10]. O **ARE_ACE_1826_81. Fundo SNI – Agência Recife**, por exemplo, indica a vigilância do Serviço sobre o cantor e compositor baiano Gilberto Gil que, junto de Caetano Veloso, foi um importante expoente do "Tropicalismo", uma dentre as várias correntes estéticas e ideológicas que se enfrentaram e marcaram a frutífera cena cultural do país da segunda metade da década de 1960, e que foi alvo da repressão, tendo alguns dos seus mais prestigiados artistas, como é o caso do próprio Gilberto Gil, exilados após a promulgação do AI-5.

Do tipo "informação"[11], o documento trata de um show de Gil, realizado no dia 24 de junho de 1981, no Clube Astréa em João Pessoa-PB. Segundo o documento, além de ter

---

10 NAPOLITANO, M. Os festivais da canção como eventos de oposição ao regime militar (1966-1968). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. 1ed. Bauru: EDUSC, 2004, v. 1, p. 203-216.

11 Segundo ISHAQ; FRANCO; SOUSA (2012, p. 177), "conforme entendimento da Escola Nacional de Informações (EsNI) expresso em uma apostila para formação de agentes de informação, datada de 1972, definiu-se a informação como o conhecimento objetivo sobre qualquer ato ou fato, elaborado com um determinado fim". **Fonte do verbete: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília, Série Legislação, normas e procedimentos, BRANBSB AA1. LGS.005.**

sido constatado, entre o público presente no show, o consumo de “tóxicos”.

> Durante o espetáculo, Gilberto Gil convidou o público a se engajar em movimentos de caráter contestatório, bem como foi distribuído o panfleto anexo intitulado “Liberdade para os jornalistas do HP” , no qual são feitas críticas à condenação pelo STM de Pedro de Camargo, Cláudio Cardoso de Campos e Ricardo Lessa Rodrigues, todos enquadrados na LSN, além de alusões ao “terrorismo organizado pelos DOI-CODIS”. O show transcorreu dentro de um clima de ataques generalizados ao contexto sócio-político-econômico atual do País. **(ARE_ACE_1826_81. Fundo SNI – Agência Recife).**

Portanto, percebemos, além da política de repressão às drogas promovida pelos militares, em que expressões como “viciado em drogas” são comumente utilizadas pelos agentes do SNI ao lado de “comunista”, “esquerdista” e “subversivo”, pois ofereciam igual perigo aos princípios morais/conservadores que se queriam estabelecer durante o regime militar, que a insatisfação popular diante da realidade que se vivia já era bastante notável naquele ano de 1981, como podemos observar em trecho retirado do panfleto distribuído durante o espetáculo musical.

> [...] Realmente não estamos conformados com a situação nacional, como aliás, não está todo o povo brasileiro. Como poderíamos, nós e a esmagadora maioria do país, conformar-se com o descalabro atual, com a crise econômica, com o desemprego, com as truculências cometidas contra os trabalhadores, com as perseguições à imprensa, com a impunidade do terrorismo organizado pelos DOI-CODI’s, com a corrupção desenfreada, com a entrega de nossas riquezas às multinacionais, com as cínicas manobras governamentais para manipular as eleições em 82?. **(ARE_ ACE_1826_81. Fundo SNI – Agência Recife)**.

Para finalizar esta etapa de análise de fontes documentais, trazemos a este trabalho o **ARE_ACE_3737_82. Fundo SNI – Agência Recife**. Datado de 01 de novembro de 1982, refere-se a um informe[12], que apresenta anexo um prontuário[13], sobre o jornalista, cineasta e professor pernambucano Linduarte Noronha[14], radicado na Paraíba, figura que foi muito importante no cenário cultural não só do nosso estado, mas nacionalmente, por ter sido considerado um dos precursores do movimento chamado Cinema Novo com o

12 De acordo com ISHAQ; FRANCO; SOUSA (2012, p. 178), é um “documento formulado pelo agente de informações que expressa sua certeza ou opinião sobre um fato ou situação passada ou presente. Não continha nenhum tipo de análise de desdobramento futuro”. **Fonte do verbete: SNI, BRANBSB V8, caixa 08, pasta 58**.

13 Em um prontuário estão contidas diversas informações sobre a vida de uma pessoa, um verdadeiro histórico de suas ações ao longo da vida.

14 Noronha ainda aparece em dois outros documentos encontrados durante a pesquisa no Fundo SNI – Agência Recife: **AC_ACE_106688_75. Fundo SNI – Agência Recife** e **ARE_ACE_2752_81. Fundo SNI – Agência Recife**.

filme “Aruanda”[15].

> Linduarte Noronha (1930 – 2012) realizou dois documentários de curta-metragem, “Aruanda” (1960) e “O cajueiro nordestino” (1962), sendo que o primeiro deles tornou-se um marco do cinema brasileiro, muitas vezes apontado por críticos e cineastas como um dos filmes definidores de uma mudança de postura que levaria ao Cinema Novo no Brasil (ROCHA, 2003, p. 125-126 *apud* BAGGIO, 2015, p. 86).

Ao longo da análise do prontuário que, como lhe é característico, apresenta dados como nome completo, filiação, profissão, data de nascimento, endereço, estado civil, naturalidade de Noronha, etc, nos chamou particular atenção uma informação que trata da sua atuação no ramo do fotojornalismo, possibilitando-nos observar seus traços humanistas e realistas[16], que são as características da sua obra que permitirão, mais tarde, enquadrá-lo enquanto iniciador do Cinema Novo, movimento caracterizado, em linhas gerais, pelo trato de questões humanas, sociais, da realidade e do cotidiano do homem nacional.

> Em 1956, num concurso de Reportagens Fotográficas, instituído pela Embaixada Polonesa e realizado em Recife-PE, obteve o 1º lugar, tendo como prêmio uma viagem a Varsóvia e uma certa importância em dinheiro. Linduarte Noronha conseguiu o 1º prêmio com o grande número de fotografias tiradas dos humildes bairros da cidade que tinham as mais precárias condições de vida, retratos de verdadeira miséria onde se destacam fotos de pessoas semi-nuas, mulheres e crianças pescando siris, bem como deitadas ao relento em plena via pública, inclusive hospital de tuberculosos, leprosário e outras partes deprimentes à moral brasileira. **(ARE_ACE_3737_82. Fundo SNI – Agência Recife)**.

Consta também, no documento, uma informação bastante interessante, e diria mesmo um tanto peculiar, acerca de uma máquina de filmar soviética conseguida por Linduarte Noronha.

> Em 1962, como funcionário da Reitoria da UFPB, compareceu no mês de Junho, a uma exposição soviética no Rio de Janeiro, como representante da Reitoria da Paraíba, tendo no seu regresso afirmado nesta Capital haver adquirido naquela exposição uma moderníssima máquina de filmar pelo preço de Cr$ 1.700.000,00. Consta no entanto que a referida máquina foi oferta da chefia da Exposição Soviética à Reitoria da Paraíba, sendo a importância acima referida recebida por Linduarte Noronha e que seria distribuída com a direção do PCB na Paraíba. **(ARE_ACE_3737_82. Fundo SNI – Agência Recife)**.

---

15 Em todos os seus três filmes, mas com destaque maior para “Aruanda”, Noronha foi pioneiro na preocupação em tratar do povo do seu país, em especial dos sertanejos nordestinos, e das questões sociais que cercavam essas pessoas que viviam longe dos grandes centros urbanos e carregavam uma vida marcada por dificuldades.

16 BAGGIO, Eduardo Tulio. **O Pensamento Realista e Humanista de Linduarte Noronha**. Revista Científica/FAP, 2015.

Este episódio chega a ser comentado em vida pelo próprio Linduarte Noronha numa entrevista a Geraldo Sarno.

> [...] Depois justifica o fato de ter feito apenas dois filmes, omitindo "O salário da morte", com a incrível história da câmera soviética, episódio que explica a interrupção da carreira do cineasta a partir do fato de ter sido interpretado como comunista por ter comprado para a Universidade da Paraíba uma câmera usada de origem soviética. O equipamento, apesar de adquirido, nunca foi utilizado, por pura incompreensão das intenções de Noronha, voltadas para a arte e para o documentarismo, mas que foram confundidas com ações políticas em um período de forte repressão por parte da ditadura militar instaurada no Brasil. "E eu posso dizer a vocês, a Paraíba destruiu um equipamento de cinema profissional de alta qualidade, por incúria, por invejas, coisinhas miúdas. Nós podíamos ter até hoje quatorze anos de produção de documentários. Foi totalmente destruído, não se usou esse equipamento." (MARINHO, 1998, p. 81 apud BAGGIO, 2015, p. 96).

No documento também se fala sobre "Aruanda", em que Noronha teria recorrido, em 1967, ao 15º Regimento de Infantaria (15º RI) em busca da cópia do filme, que havia sido apreendido durante o golpe de 1964 e se encontrava na 7ª Região Militar (7ª RM), local onde o 15º RI o havia enviado.

Aborda também sobre a fundação, por Noronha e outros cineastas pessoenses, de uma empresa para produção de filmes na capital da Paraíba.

> Pessoenses fundaram empresa para a produção de filmes. Alguns cineastas pessoenses estão se movimentando para instalar nesta Capital (da Paraíba) uma empresa produtora de filmes uma cooperativa financeira de empreendimentos cinematográficos. À frente da iniciativa estão o cineasta Linduarte Noronha, o crítico Jurandy Moura e o escritor José Bezerra Filho. Os primeiros filmes produzidos seriam baseados nos livros "A Bagaceira", do ministro José Américo de Almeida, e "Fogo", do escritor José Bezerra Filho. Seriam também concluídos filmes inacabados do gênero curta-metragem entre os quais "Uma Aventura Capitalista", de Antônio Barreto Neto, "Libertação", de Carlos Aranha, e um documentário sobre o monsenhor José Coutinho, do crítico Jurandy Moura. **(ARE_ACE_3737_82. Fundo SNI – Agência Recife)**.

O roteiro do filme "A Bagaceira", adaptação do romance de mesmo nome de José Américo de Almeida, mencionado no trecho acima, foi realmente criado por Linduarte Noronha, mas nunca foi realizado, pois apesar de ter ganho o financiamento vencendo um concurso promovido pelo INL-INCE (Instituto Nacional do Livro – Instituto Nacional do Cinema Educativo) em 1969, o financiamento de fato nunca aconteceu. (MARINHO, 1998, p. 76 *apud* BAGGIO, 2015, p. 86).

O documento não só apresenta informações sobre a carreira de Noronha enquanto cineasta, mas também como jornalista, destacando sua atuação à frente da Rádio Tabajara

de João Pessoa, onde ocupou o cargo de Diretor Geral, bem como funcionário da reitoria da Universidade Federal da Paraíba, e da sua nomeação pelo governador do estado ao cargo de Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, dentre outras questões. Por todo o documento é claro a suspeição de Noronha enquanto "comunista", "esquerdista". Ele estaria à serviço do Partido Comunista no estado e teria "comunizado" a UFPB a partir do momento em que foi designado pelo então reitor, Márcio Moacir Porto, para trabalhar naquela universidade.

Em termos de considerações finais, podemos dizer que o trabalho de análise feito em arquivos do Fundo SNI – Agência Recife sobre o campo cultural da Paraíba nos permitiu realizar dois apontamentos. O primeiro, que o Serviço de fato cumpriu ao que foi, desde o princípio, o seu objetivo, isto é, o de atuar como órgão fornecedor de informações ao Executivo, Poder no qual, naquele momento atroz de nossa história, se viu estampando na alternância de militares do alto escalão das Forças Armadas que, ante todos os meios possíveis, tinham em mente um só objetivo, montar um estado absolutamente forte, eliminando qualquer que pudesse simbolizar uma possível ameaça ao projeto político e econômico que estava em voga no Brasil. O segundo, que a rica e complexa cena cultural que o Brasil vivenciou no segundo pós-guerra, especialmente entre a segunda metade da década de 1950 até o golpe de 1964, com a atuação de várias correntes artístico-culturais, carregadas de valores estético-ideológicos, como apontou as pesquisas bibliográficas, não foi perdida após o golpe. Pelo contrário. Grandes projetos culturais continuariam a marcar aquele contexto, como os ligados aos movimentos contraculturais, ao PCB, etc.

Mesmo com a intimidação, desde o início do golpe, da esquerda cultural, com a instauração dos Inquéritos Policiais Militares (IPM'S), com a constante vigilância do SNI, que se tornou um poder tão importante quanto o próprio Executivo, pela sua expansão e aperfeiçoamento na tarefa de coleta de informações e contrainformações, essencialmente pelas suas práticas terroristas, ou, ainda, com os órgãos de censura estabelecidos, as expressões artísticas, como o cinema, o teatro e a música, não abandonaram o seu compromisso com a denúncia dos problemas políticos e sociais daquele momento. A MPB, por exemplo, mesmo com uma certa mudança de direção, mas ainda podendo ser vista como uma variante da canção engajada, continuou com tal tarefa até o início dos anos de 1980, quando ela ainda dava o tom no mercado fonográfico e havia se tornado a trilha sonora da abertura política[17] com canções como O Bêbado e a Equilibrista e Pedaço de Mim, de Chico Buarque, que denotaram a politização ocorrida dentro da música popular,

17 NAPOLITANO, M. MPB: a trilha sonora da abertura política (1975/1982). **Estudos Avançados**, v. 24, p. 389- 402, 2010

traduzindo diversos sentimentos para a sociedade civil brasileira imersa numa realidade de forte repressão.

REFERÊNCIAS

FONTES

Fundo SNI – Agência Recife. Acervo disponível no Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa de José Américo (FCJA).

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Priscila C. B. **SNI e ABIN: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do Século XX**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 2001, 203p.

ISHAQ, Viven; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. de. **A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) – ensaio histórico**. São Paulo: Intermeios: USP – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017. (Coleção Entr(H)istória).

PARAÍBA. Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. **Relatório final**/ Paraíba. Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do estado da Paraíba; Paulo Giovani Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017, 748p.

PATRIOTA, Rosangela. Ruth Escobar e a cena teatral brasileira da década de 1970 - exercícios de liberdade e práticas de resistência. In: MENEZES, Lená Medeiros de; PAGNOTTA, Chiara. (Org.). **Itinerários Europa-América Latina - dos processos aos aportes biográficos**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Ayran, 2019, v. 1, p. 257-274.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE: ESTADO, INTERVENÇÃO LEGISLATIVA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE (1928 – 1930)

Roberto Jorge Chaves Araújo

RESUMO

Analisou-se a atuação dos deputados estaduais paraibanos de 1928 a 1930. A questão respondida foi qual o seu significado histórico, considerando-se particularmente a criação de lei tributária em 1928. Os parlamentares são compreendidos como membros de uma categoria particular de intelectuais, os políticos. Sua ação legisferante contribuiu um processo de descolonização interior, pela coerção do direito positivo e pela transmissão cultural educativa a seu respeito.

Palavras-Chave: História, política, legislação, educação, sociedade.

INTRODUÇÃO

O tema[1] desse trabalho é a legislatura estadual paraibana de 1928 1930. Esse período legislativo de 1928 a 1930 é o da última legislatura estadual paraibana na Primeira República, (ARAÚJO, 2018, p. 23) e, em particular, a aprovação de uma legislação tributária. A abordagem do tema foi feita a partir da História Política renovada (BOURDÉ; MARTIN, 1992, p. 251-268, RÉMOND, 2003, p. 21-26). Além disso, J. Julliard e P. Burke (1992b, p. 346-347) possibilitaram o estudo da relação dialética dos acontecimentos com as mudanças estruturais.

Do ponto de vista social a pesquisa sobre história política se mostra relevante em decorrência, por exemplo, dos ataques mais à democracia (LEVITSKY; ZIBLAT, 2018), e amplamente publicados jornalisticamente. Do ponto de vista científico a renovação dos estudos de História Política (RÉMOND, 2003, p. 21-26) e que “que não há possibilidade de se explicar o desempenho das sociedades sem levar em conta a relação entre ambas as esferas [vale dizer, entre política e sociedade]” (NORTH, 1990 *apud* BOSCHI; GAITÁN, 2008, p. 311).[2]

---

1 O desenvolvimento da análise do tema especificado foi feito através de um de projeto de pesquisa aprovado para estágio pós-doutoral de um ano de duração pelo colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba e concluído e maio de 2022, após breve prorrogação de dois meses em decorrência de fatos relacionados à funcionalidade da UFPB. Esse texto é um resumo do resultado final da pesquisa já publicado (ARAÚJO; COSTA, 2022, p. 25-45).

2 A obra citada pelos autores foi publicada em 1990.

A inserção na longa duração foi essencial a partir das noções “descolonização” (BURKE, 1992a, p. 20; BURKE, 1992b, p. 347) e de “descolonização interior” (NORA, 1993, p. 8; MARTINS, 1990, p. 60), remontando ao final do XVIII (OLIVEIRA, 1985, p. 121; JANCSÓ, 1997, p. 387 – 437; COSTA, 1987, p. 67-80). A observação e consideração de dados empíricos **relativos ao mercado interno brasileiro** (GALIZA, 1993, p. 87-137) foi essencial para a análise.

A metodologia foi desenvolvida a partir do uso de **informações factuais**[3] sobre a legislação tributária aprovada e sancionada em novembro de 1928 já publicadas por outros autores e autoras, bem como pela consulta de documentação do acervo do Arquivo José Braz do Rego da ALPB. Já os parlamentares estaduais paraibanos são abordados como um grupo de **intelectuais** com “função diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual” (GRAMSCI, 2001, p. 25), tanto por terem atividade político-partidária, como também em decorrência da atividade criadora de regras jurídicas compreendidas como “norma[s] de cultura” (REALE, 2001, p. 109).

Já sobre a definição moderna de **educação** entende-se como sendo “[...] **a transmissão e o aprendizado das técnicas culturais**, que são as técnicas de uso, produção e comportamento, mediante as quais **um grupo de homens** [sic] **é capaz de satisfazer suas necessidades** [...]**”** (ABAGNANO, 2007, p. 305, grifos nossos).

Por **legislação**, entende-se em termos filosóficos, entende-se um tipo de **regra** à qual é submetida “certa multiplicidade” (ABAGNANO, 2007, p. 840). Considera-se, além disso, a legislação tributária de 1928 (GALIZA, 1993, p. 126) como um **Direito positivo** (ABAGNANO, 2007, p. 278). A par disso resta buscar responder à questão sobre qual foi o significado histórico da ação política dos parlamentares estaduais paraibanos na última legislatura da Primeira República.

A seguir, são feitas considerações sobre a noção de intervencionismo estatal no sentido de situar essa um pouco essa relação entre estado e sociedade.

CONSIDERAÇÕES BREVES SOBRE INTERVENCIONISMO ESTATAL: DO INTERVENCIONISMO MERCANTILISTA AO ESTADO REGULADOR

É importante compreender o que significa **intervencionismo estatal** porque a lei tributária estadual paraibana de 1928 impactou diretamente a circulação de mercadorias, somando-se a outras ações no próprio contexto dito **liberal** da Primeira República

3 A expressão de **informações factuais** consta no texto sobre a mídia de Jean-Noël Jeanneney (*In*: RÉMOND, 2003, p. 214) **sem** um desenvolvimento como categoria téorico-metodológica.

(CAMARGO, 2019; ARRUDA, 2007, p. 170; PINTO, s/d). Primeiramente, importa afirmar que “A relação entre Estado e mercado, entre política e atores econômicos, assume características particulares em cada momento histórico” (BOSCHI; GAITÁN, 2008, p. 307).

Esse tipo atividade estatal extrapolando o âmbito local, passou a existir na Inglaterra desde o século XIII. Posteriormente, essas ideias e práticas foram denominadas **mercantilismo** (FALCON, 1982, p. 48-51) tendo no uso de “legislação e práticas exclusivistas” (FRITSCH, 1996, p. 15), uma de suas características centrais. Perduraram durante toda a chamada Idade Moderna ou período de acumulação primitiva de capital, do século XV ao XVIII. Nesse mesmo século XVIII desenvolveu-se a defesa **instituição do livre inciativa** solapando essa primeira grande forma de intervencionismo estatal.

No Brasil, o intervencionismo estatal mercantilista se fez plenamente presente desde o período colonial (WEHLIN; WEHLING, 1994, p. 196 – 216). Começou a ser extinto parcialmente a partir de 1808 por D. João VI, através da criação de legislação de natureza liberal (COSTA, 1987, p. 75-80). Muito depois, de 1889 a 1930 de maneira parcial e, posteriormente, amplamente, o intervencionismo estatal econômico retornou e passou a integrar o ordenamento jurídico constitucional brasileiro, particularmente a partir da Constituição Federal de 1937, existindo até nossos dias na forma de **agencias estatais reguladoras econômicas** como a ANATEL, ANCINE e várias outras (OLIVEIRA, 2015).

Atualmente, há um novo tipo de intervencionismo estatal econômico que não prevê a intervenção direta na produção, mas cujo desenvolvimento (BOSCHI; GAITÁN, 2008, p. 308) se dá, “fundamentalmente, a partir de processos de privatizações [...] antecipava ganhos futuros, moldando um novo aparato estatal e novas modalidades de intervencionismo regulatório comesse fim” (SCHAMIS, 2002 *apud* BOSCHI; GATÁN, 2008, p. 307-308, grifo nosso). Iniciativas estatais reguladoras de atividade econômica também se deram desde o XIX, e no período da república dita liberal, tanto no Brasil como na Parahyba do Norte (SOARES, 2018, p. 25; 57; 80; 105; OLIVEIRA, 2015; CANO, 2012, p. 83; GALIZA, 1993, p. 128).

A seguir é analisada a legislatura de 1928 a 1930 com foco na ação política da qual resultou a legislação tributária de 17 de novembro de 1928.

PODER LEGISLATIVO ESTADUAL E SOCIEDADE NA PARAÍBA DO NORTE (1928 A 1930)

Não se pode analisar a totalidade das intervenções parlamentares paraibanas legislativas das quais resultou a criação de leis estaduais, no período de 1928 a 1930,

devido à interdição do acervo no qual estão as fontes históricas por questões sanitárias relacionadas à prevenção contra a pandemia da Covid-19, durante a maior parte do tempo do estágio de pós-doutoramento no PPGE/CE/UFPB.[4]

Considerando, inclusive, pesquisas já realizadas (ARAÚJO, 2015; ARAÚJO, 2018), entende-se que seja possível e necessário para desenvolver a presente análise tipificar as intervenções parlamentares estaduais paraibanas em **discursivas** (intervenções em plenários sobre os mais variados temas, por exemplo) e **legislativas** (todas aquelas proposições que se transformaram em normas jurídicas, ou seja, em direito positivo). Note-se que a consulta de fontes históricas, incluindo atas legislativas publicadas no *Jornal A União*, do final de 1927 e do ano de 1928, disponíveis no Arquivo Digital desse mesmo jornal, conferiu uma exatidão à análise e a síntese do tema em pauta, impossíveis de serem alcançadas somente através de consultas de obras já publicadas ou de informações publicadas em sobre a atividade parlamentar mesmo que se soubesse que era atribuição da Assembleia Legislativa da Parahyba do Norte aprovar esse tipo de legislação de acordo com a Constituição Estadual de 20 de julho de 1892 FERNANDES, 2009, p. 114 -115)[5].

Portanto, a proposição, discussão e aprovação do projeto de lei tributária que se transformou na Lei n.º 673, de 11 de novembro de 1928 (GALIZA, 1993, p. 126), na verdade, era a Lei n.º 672, de 17 de novembro de 1928 (ASSEMBLÉA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE...17 novembro de 1928, p. 135), ocorreu no âmbito da Assembleia Legislativa estadual e a execução da lei ficou a cargo do Poder Executivo estadual.

A "positividade" (REALE, 1973, p. 16) da lei tributária de 1928 respondeu à necessidade do tesouro público se beneficiar do controle da realização de negócios da produção paraibana (GALIZA, 1993, p. 106; 108-109) expressando, essencialmente e por isso mesmo, um movimento jurídico-político modernizador e intervencionista comandado **a partir de instituições políticas estaduais – e talvez municipais como o Conselho Municipal**[6] **– todas sediadas na capital estadual**.

Atendia-se, assim, uma demanda secularmente existente, qual seja, estimular ou induzir, considerado o processo histórico recente de crescimento da economia algodoeira de 1915 até 1930, a autonomia estadual paraibana frente às economias e interesses presentes nos estados vizinhos, particularmente em Pernambuco, caracterizando-se

4 Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba.

5 Flávio Sátiro Fernandes (2009) reuniu **todos** os textos constitucionais de **todas** as constituições estaduais paraibanas **da maneira como foram aprovadas e sancionadas.**

6 A Constituição estadual de 20 de julho de 1892 estabelecia criação de um Conselho Municipal cujos membros eram e poderiam criar impostos (FERNANDES, 2009, p. 119).

como uma ação reformista e modernizadora por reorganizar o aparato jurídico-político estadual e por induzir a superação de padrões coloniais remanescentes presentes na sociedade paraibana e nas relações entre a sociedade regional paraibana e outras unidades federadas (ASSEMBLÉA LEGISLATIVA, 10 de março de 1928, primeira página; GALIZA, 1993, p.127; OLIVEIRA, 1985; CANO, 2012; 1998, p. 98; JAMESON, 1997, p. 314; ARAÚJO, 2014, p. 61-103; SOARES, 2018, p. 110; 135; GALIZA, 1993, p. 87-137;).

Sobre as eleições para a décima primeira legislatura da Assembleia Legislativa da Parahyba do Norte, especificamente, cabe mencionar que ocorreram em dezembro de 1927 (ASSEMBLÉA LEGISLATIVA...1º de março de 1928) tendo sido eleitos trinta parlamentares estaduais, com mandatos de 1928 a 1931, com algumas mudanças verificadas pela posse de suplentes (MARIZ, 1987, p. 79 - 80). As eleições estaduais, reguladas por legislação estadual à época (NICOLAU, 2012, 43-47) e das quais saíram os deputados estaduais da décima legislatura paraibana estadual, foram as últimas de uma década na qual o liberalismo foi questionado direta e indiretamente inclusive por movimentos grevistas na Parahyba do Norte (GURJÃO, 1999, p. 63-69).

A grande maioria dos parlamentares eleitos integrava a oligarquia hegemônica desde meados da década de 1910 liderada por Epitácio Pessoa que havia liderado, entre outas ações, uma mudança importante nas estruturas do partido republicano desde 1916, aumentando a representatividade de seus membros e ampliando a sua ação no conjunto do estado da Parahyba do Norte (FERREIRA, 1993, p. 116 - 117).

Para se entender a atuação dos políticos estaduais paraibanos operada via instituições do estado (MARTINS, 1990, p. 60) da Parahyba do Norte de 1928 a 1930, é importante tecer considerações sobre a relação entre legislação e educação.

INTERVENÇÕES LEGISLATIVAS E EDUCAÇÃO

Como já foi se disse na introdução desse trabalho, por **educação** compreende-se “as modalidades ou formas de realizar ou garantir a transmissão” (ABAGNANO, 2007, p. 306) da cultura. No que se refere à legislação tributária de estadual paraibana de 1928 a 1930 em si, trata-se de uma de **regra jurídica ou lei** (ABAGNANO, 2007, p. 840) compreendida como “norma da cultura” (REALE, 2001, p. 109) de natureza moderna porque sua própria produção e foi submetida ao um processo de racionalização pela “separação” do Direito da moral e da religião (ARAÚJO, 1994, p. 23; ABAGNANO, 2007, p. 284).

Ao defender em 1929 as mudanças em curso através de mensagem oficial dirigida à Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte, o presidente João

Pessoa (GALIZA, 1993, p. 126 - 127) procurava transmitir à população a importância da legislação a aprovada desenvolvendo o seu processo de positividade e transformando-a em “norma da cultura” pela constituição da sua “validade social” (REALE, 1973, p. 16; 97; 109; ABAGNANO, 2007, p. 278). Portanto, não bastou o processo legislativo **normativo** (REALE, 2002, p. 114).

Assim, a lei tributária estadual paraibana de 111 de novembro de 1928 para ter sua que ser eficaz, ou seja, “produzir os efeitos que lhe são próprios” (NOVELINO, 2008, p. 30) teve de ser transmitida - pode se dizer que a população foi educada a respi da importância da lei e a cumpri-la - e ser reconhecida socialmente (REALE, 2002, p. 114), além de cumprida por meios coercitivos que ter seu cumprimento efetivo.

Finalizando esse subitem, entende-se, que a ação dos políticos paraibanos da época através da criação, aprovação e transmissão da importância da legislação tributária de 1928 na Parahyba do Norte representou um dos ideais de emancipação do tipo idealizado por I. Kant (AMBROSINI, 2012, p. 379). Essa emancipação foi um processo repletos de contradições, no entanto, porque ocultou ou buscou-se ocultar até que não foi mais possível deixar de explicitar certos conflitos e aspectos sociais da sociedade paraibana (MARTINS, 1990, p. 60).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação legislativa dos parlamentares da Assembleia da Legislativa do Estado da Parahyba do Norte de 1928 a 1930 marcou um processo regulador das atividades econômicas comerciais que impactou a economia, as finanças estaduais, a política partidária e a história da sociedade da Parahyba do Norte. Considerada na longuíssima duração, essa atuação política de 1928 a 1930 mostrou ser uma inciativa cujo significado histórico é expressão da interiorização da descolonização que foi estimulada a partir de meados da década de 1910 e que teve na cultura algodoeira seu lastro principal, , sem reduzir-se à ela, bem como tendo no mercado interno nacional sua principal fonte de realização de valor, particularmente os mercado de São Paulo e Rio Janeiro, sem que tenha também participado desse processo o comércio internacional para Estados, Inglaterra e Alemanha. Por fim, ressalta-se que a criação da lei tributária não dispensou ações de natureza educacional por parte dos políticos paraibanos da época, inclusive dos parlamentares estaduais da Parahyba do Norte.

REFERÊNCIAS

ABAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Disponível em: https://ead2.iff.edu.br/pluginfile.php/160169/mod_resource/content/1/Dicion%C3%A1rio%20de%20Filosofia%20-%20Nicola%20Abbagnano.pdf. Acesso em: 04 de agosto de 2021.

AMBROSINI, T. F. Educação e emancipação humana: uma fundamentação filosófica. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 12, n. 47, p. 378–391, 2012. DOI: 10.20396/rho.v12i47.8640058. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640058. Acesso em: 14 set. 2021.

ARAÚJO, Luiz Bernado Leite. Weber e Habermas: religião e razão moderna. **Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, v. 21, n. 64, 1994. Disponível em: http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/viewFile/1284/1682. Acesso em 05 de setembro de 2021.

ARAÚJO, Roberto Jorge Chaves Araújo. Estado e município: considerações históricas sobre a assembleia legislativa do estado da paraíba e a capital paraibana (1835-1989). **Fórum Legislativo**. João Pessoa, 2015. Disponível em: http://www.al.pb.leg.br/elegispb/wp-content/uploads/2013/08/A-ALPB-E-A-CAPITAL-PARAIBANA-com-resumo-e-abstract-win2003.pdf. Acesso em: 25 de março de 2021.

ARAÚJO, Roberto Jorge Chaves. História, memória, democratização e autoritarismo: o Arquivo José Braz do Rego da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba na história (1835 – 2017). **Fórum Legislativo**, João Pessoa, 2018. Disponível em: http://www.al.pb.leg.br/elegispb/wp-content/uploads/2013/08/E-BOOK-SOBRE-O-ARQUIVO-JOSE-BRAZ-DO-REGO-DA-ALPB.pdf. Acesso em: 09 de março de 2021.

ARAÚJO, Roberto Jorge Chaves, COSTA, Jean Carlo de Carvalho. A Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte: estado, intervenção legislativa, educação e sociedade (1928 – 1930). In: PEREIRA, Denise, BORTOLOTI, Karen Fernanda (orgs.). **História e política**: pensamentos constitutivos e críticos e. Ponta Grossa - PR: Atena, 2022, p. 25 - 45. Disponível em: https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/historia-e-politica-pensamentos-constitutivos-e-criticos-2. Acesso em: 11 de setembro de 2022.

ARRUDA, Pedro Fassoni. **Liberalismo, direito e dominação da burguesia agrária na Primeira República brasileira (1889-1930)**. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/14323. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA. **A União**. Orgam do Partido Republicano da Parahyba do Norte. Parahyba, Anno XXXVII, n. 47, página 2, 1º de março de 1928. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/decada-de-1920/1928/marco/a-uniao-01-03-1928/view . Acesso em: 03 de novembro de 2021.

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE. **Projetos, Pareceres - 1927 a 1930. Livro n.º 59**. Projeto N.º 24, 17 de novembro de 1928, Parahyba, p. 132-135.

ASSEMBLÉA legislativa. **A União**. Orgam do Partido Republicano da Parahyba do Norte. Parahyba, Anno XXXVII, n. 55, primeira página, 10 de março de 1928. Disponível em:

https://auniao.pb.gov.br/servicos/copy_of_jornal-a-uniao/decada-de-1920/1928/marco/a-uniao-10-03-1928/@@download/file/19280310.pdf. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

BOSCHI, Renato, GAITÁN, Flávio. Intervencionismo estatal e políticas de desenvolvimento na América Latina. **Caderno CRH**, vol. 21, nº. 5, Salvador, May/Aug. 2008. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18974/12331. Acesso em: 03 de março de 2021.

BOURDÉ, Guy, Hervé, Martin. **Las escuelas históricas**. Madrid (ES): Akal, 1992.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. *In*: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. 4. reimp**.** – São Paulo: Editora Unesp, 1992a, p. 7-37.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. *In*: BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. 4. reimp**.** – São Paulo: Editora Unesp, 1992b, p. 327-348.

CANO, Wilson. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização, **R. Pol. Públ.**, São Luís, v.16, n.1, p. 79-90, jan./jun. 2012. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/233142527.pdf. Acesso em: 04 de março de 2021.

CARNEIRO, J. G. Piquet. Intervenção estatal na atividade econômica – aspectos, políticos, econômicos e jurídicos. **R. Ci. pol.**, Rio de Janeiro, 1973, p. 7-14, out./dez 1973. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/download/59258/57698. Acesso em: 25 de março de 2021.

COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. 16 ed. – Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 1987, 64-125.

FALCON, Francisco. **Mercantilismo e transição**. 3 ed. – São Paulo: Brasiliense, 1982.

FERNANDES, Flávio Sátiro. **Histórica constitucional da Paraíba**. 2 ed. rev., ampl. E atual. – Belo Horizonte: Fórum, 2009.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca**: o caso da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1993.

GALIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba (1890 -1930)**. João Pessoa: Ideia, 1993.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. A república na Paraíba. *In*: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et. al. **Estruturas de poder na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999, p. 53-94

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere***.* Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2 ed. – trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio.2. ed. – São Paulo: Ática,1997.

JEANNENEY, Jean-Nöel. A Mídia. In: RÉMOND, René. **Por uma história política** (dir.). 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 213-230.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (dir.). **História**: novas abordagens. 3 ed. – Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

JANCSÓ, Istvan. A sedução da liberdade cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 387-437.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2018.

MARIZ, Celso. **Memória da Assembleia Legislativa**. Aumentada e atualizada por Deusdedit Leitão. João Pessoa: s./n., 1987.

MARTINS, Paulo Henrique N. O Nordeste e a Questão Regional: os equívocos do debate. In: SILVA, Marcos A. da (coord.). **República em migalhas**. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 51-66.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil**: do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, 1993, vol. 10. São Paulo. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763. Acesso em: 16 de março de 2021.

NOVELINO, Marcelo. **Hermenêutica Constitucional**. Salvador: Editora Jus Podivm, 2008.

OLIVEIRA, Elza Régis de. **A Paraíba na crise do século XVIII**: subordinação e autonomia (1755 – 1799). Fortaleza: BNB.ETENE, 1985.

PAIM, Antonio. **História do liberalismo brasileiro**. 2. ed. rev. e ampl. – São Paulo> LVM, 2018.

PINTO, Tales dos Santos. Convênio de Taubaté e a política de valorização do café. **Brasil Escola**, s/l, s/d. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiab/convenio-taubate.htm. Acesso em 15 de outubro de 2021.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de Direito**. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

RÉMOND, René. **Por uma história política** (dir.). 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RÉMOND, René. Uma história do presente. *In*: RÉMOND, René. **Uma história do presente** (dir.). 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13-37.

RÉMOND, René. Do político. *In*: RÉMOND, René. **Uma história do presente** (dir.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 441-450.

SOARES, Maria Simone Morais. **Território e cidade nos trilhos da Estrada de Ferro Conde D'Eu**: Província da Parahyba do Norte (1871 – 1901), 2018, 3XX f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade Arquitetura. Disponível em: https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/tese_maria_simone_morais_soares.pdf. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

WEHLING, Arno, WEHLING, Maria José C. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

A VIGILÂNCIA DO SNI SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E IGREJA CATÓLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO (1979-1985)

Vera Vieira Bernal de Almeida[1]
Paulo Giovani Antonino Nunes[2]

RESUMO

O Serviço Nacional de Informações (SNI) exerceu significativa vigilância sobre a sociedade civil desde a sua criação em 1964, logo após o golpe civil-militar. Após a distensão política proposta por Geisel houve a retomada das mobilizações no meio rural com o apoio da "ala progressista" da Igreja Católica. Logo, pretende-se analisar, neste trabalho, como se constituiu e como operou o SNI no estado de Pernambuco no que diz respeito à vigilância sobre os referidos setores da sociedade civil

Palavras-Chave: Ditadura Militar, Trabalhadores Rurais, Igreja Católica, SNI, Pernambuco.

NASCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO "MONSTRO"

Logo após o golpe civil-militar de 1964, o presidente Humberto Castello Branco solicitou que o general da reserva Golbery do Couto e Silva, que foi integrante da Escola Superior de Guerra (ESG)[3] e um dos formuladores da Doutrina de Segurança Nacional[4], esboçasse o projeto de um serviço de informações, e em junho do mesmo ano o presidente assinou a Lei 4.341 que criava o Serviço Nacional de Informações (SNI), que posteriormente seria chamado de "monstro" por Golbery.

O Serviço ficou diretamente subordinado à Presidência da República e sua principal atividade era amparar o presidente com informações que interessavam à segurança nacional. A criação do SNI foi o início do desenvolvimento de um amplo sistema de intensa vigilância contra a sociedade e órgãos do próprio Estado, o que demonstra a característica violadora e autoritária da ditadura contra os direitos humanos.

---

1 Discente do curso de Licenciatura em História/UFPB. Bolsista do PIBIC/UFPB. E-mail: vera.bernal2012@gmail.com.

2 Docente do Departamento de História/UFPB. E-mail: pauloantoninonunes@hotmail.com.

3 "[...] em 1949, os EUA forneceram o apoio logístico e a inspiração para a Escola Superior de Guerra, a ESG, uma academia de alto nível para militares baseada no National War College americano. Sediada no Rio, a ESG seria uma espécie de útero do serviço secreto brasileiro". (FIGUEIREDO, 2005, p. 56).

4 Sobre a Doutrina de Segurança Nacional, ver: ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1989.

O diferencial do SNI em relação aos outros serviços criados anteriormente, foi devido a sua profusa rede de vigilância viabilizada pela Agência Central (ACE) - estabelecida inicialmente no Rio de Janeiro e posteriormente realocada para Brasília -, as doze agências regionais do Serviço, instituídas em várias capitais dos estados considerados importantes, e seus inúmeros agentes. O SNI passou a integrar o Sistema Nacional de Informações (SISNI), criado em 1970 no intuito de aperfeiçoar a vigilância, este também foi integrado pelos Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis, pelos Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares (CIE, CENIMAR e CISA[5]), pelo Subsistema de Informações Estratégicas Militares (SUSIEM) e por outros órgãos setoriais. Segundo Carlos Fico (2001), os órgãos militares de informações poderiam ser considerados como "mistos", pois atuavam tanto na produção de informações quanto nas operações de segurança.

Esse conjunto de órgãos, conhecido como *comunidade de informações*, foi fundamental para a manutenção dos militares no poder, pois além de subsidiar o presidente da República também subsidiava com informações os órgãos de repressão. E, mesmo com o estabelecimento da distensão política, de forma "lenta, gradual e segura" em 1974, e com o desmantelamento das organizações de esquerda devido à repressão dos anos de chumbo, "O serviço secreto continuava a viver de fabricar perigos. Por mais que Geisel desse sinais de que não dissolveria a comunidade de informações, o SNI se sentia na obrigação de justificar sua existência". (FIGUEIREDO, 2005, p. 250). O SNI existiu até 1990, quando foi extinto pelo presidente Fernando Collor de Mello.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E A IGREJA "PROGRESSISTA" SOB VIGILÂNCIA

Nos preâmbulos dos anos 1970, clérigos e leigos foram presos, torturados e assassinados pela ditadura, o que contribuiu para que parte da Igreja Católica, o clero "progressista", rompesse com o Estado e passasse a denunciar internacionalmente as arbitrariedades que estavam ocorrendo no Brasil; houve também, nesse período, a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os primeiros passos estavam sendo dados para o desenvolvimento da Teologia da Libertação.

5 Os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares eram específicos das Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica. No âmbito do sistema da Marinha, o principal órgão era o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), criado em 1957; no Exército, o Centro de Informações do Exército (CIE), criado em 1967; e na Aeronáutica, o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), reformulado em 1970.

> Durante esse período, a CNBB[6], tornou-se "a voz dos que não tem voz", ao defender as vítimas da tortura e os pobres. [...] As inovações deram origem à "opção preferencial pelos pobres", oficialmente adotada pela Igreja latino-americana em Puebla, México, em 1979. (SERBIN, 2001, p. 48 e 49).

Um exemplo relevante do distanciamento entre militares e Igreja foi a ruptura de uma amizade de trinta anos entre o general Antônio Carlos Muricy e o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, quando este, que a princípio apoiava os militares no combate ao comunismo, negou-se a rezar a missa em comemoração do segundo aniversário da "Revolução", em 1966.

D. Hélder passou a ser excessivamente vigiado pela comunidade de informações após posicionar-se contra os desmandos dos militares e a denunciar internacionalmente as torturas que ocorriam no Brasil. O bispo "[...] foi acusado de ser o 'responsável máximo pela campanha difamatória no estrangeiro', existindo inúmeras acusações disparatadas contra ele". (FICO, 2001. p. 195). Vários padres, bispos e freiras foram vigiados e perseguidos por atuarem a favor dos mais pobres, especialmente D. Hélder que, além de promover denúncias contra as torturas, promoveu significativa contribuição na luta dos trabalhadores rurais de Pernambuco.

Com a lenta reabertura política, houve a retomada dos movimentos sociais no campo, praticamente extintos em anos anteriores, com o apoio orgânico de alguns setores da Igreja Católica, ligados à Teologia da Libertação. Esses setores, o clero "progressista", e os trabalhadores rurais que se organizavam visando garantir os seus direitos básicos, estiveram constantemente sob os olhos do SNI.

Durante a investigação dos documentos da Agência Recife, foi possível confirmar a intensa vigilância do Serviço sobre algumas atividades rurais, mais especificamente na zona canavieira de Pernambuco, onde os trabalhadores canavieiros iniciaram mobilizações para as campanhas salariais a partir do ano de 1979.

A mobilização para a greve dos trabalhadores rurais de 1981 está entre as mobilizações mais enfatizadas nos documentos, e em um destes, onde consta a lista dos dirigentes do I Congresso de Delegados Sindicais da Zona da Mata/PE[7], - que inclui o arcebispo de Olinda e Recife, D. Hélder Câmara - o Serviço anexou recortes de jornais que descreviam que a greve estava sendo organizada por entidades religiosas e políticas que nunca tiveram interesse nos problemas dos trabalhadores rurais e apenas buscavam criar conflitos e desordem

6 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

7 ARE_ACE_2003_81. Fundo SNI - Agência Recife. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

no campo, assim desconsiderando a autonomia dos trabalhadores de organizarem-se em prol de suas demandas. Todavia, na cartilha do Congresso, logo na sua apresentação, é afirmado que o evento foi "[...] uma vitoriosa realização da classe trabalhadora." no intuito de "[...] preparar os trabalhadores para a Campanha Salarial de 1981"[8].

Ainda segundo a cartilha do evento, este foi coordenado pelos Sindicatos de Trabalhadores da Zona da Mata, pela Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Pernambuco (FETAPE) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Com a presença de 400 delegados sindicais, entre os objetivos do Congresso estava a mobilização para a campanha salarial daquele mesmo ano. Houve o apoio da Igreja Católica, como fica evidente na cartilha, contudo, o evento foi planejado e coordenado por entidades que eram constituídas por trabalhadores rurais e que representavam os mesmos.

Em documento de 13 de agosto de 1981, o SNI relata o embate entre usineiros e trabalhadores rurais, em torno das mobilizações.

> Após encerrado o encontro, no dia 04.08.81, o Presidente do Sindicato do Açúcar de Pernambuco, GILSON MACHADO FILHO, disse que agora, em agosto, estimula-se a desordem para outubro, tudo em nome de uma hipotética reação dos donos de usinas ao cumprimento de acordos salariais que passavam a vigorar a partir daquele mês. E, que a palavra de ordem no Congresso foi a pregação subversiva.
> Em 06.08.81 o Presidente da FETAPE, JOSÉ FRANCISCO DA SILVA, rebateu críticas do Presidente da Classe dos usineiros a realização do CONGRESSO DOS DELEGADOS SINDICAIS, alegando que a mobilização da classe trabalhadora vem sendo feita desde 1979 e não serão declarações de usineiros que irão amedrontar trabalhadores para lutar por seus direitos." (ARE_ACE_2112_81_MF_ALT_1. Fundo SNI- Agência Recife. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba).

Já em documento seguinte, datado de 03 de setembro de 1981, o Serviço reproduz o discurso dos usineiros representados por Gilson Machado Filho, afirmando que a greve estava sendo articulada antes mesmo de haver uma tentativa de negociação com os patrões.

> O encontro teve como finalidade mobilizar os trabalhadores para prepararem a greve da zona canavieira, mesmo sem antes haver sido mantidos entendimentos entre patrões e empregados em torno das reivindicações que serão apresentadas por ocasião do próximo dissídio coletivo da classe, previsto para o mês de outubro de 1981. (ARE_ACE_2444_81. Fundo SNI- Agência Recife. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba).

8 SINDICATOS; FETAPE; CONTAG. 1º Congresso de Delegados Sindicais da Zona Canavieira de Pernambuco. Olinda, 1981. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotlt&pagfis=3778>. Acesso em: 16 ago. 2022.

Porém, no confronto com fontes bibliográficas é possível compreender a atitude dos trabalhadores e o caráter ardiloso na produção de informações pelo SNI referente a mobilização de 1981. Havia significativa descrença dos trabalhadores rurais em relação às promessas de patrões e políticos, que não costumavam cumprir com os acordos, e isso não era algo novo, como é possível perceber no depoimento, de 1979, do trabalhador José Alves de Souza Irmão que, assim como outros canavieiros, enxergava na greve a única saída possível para a garantia de algum ganho para a classe.

> Estou vivendo de modo igual ou pior do que naquele tempo [...] Nada do que ele [o Presidente] prometeu a todos daqui foi cumprido [...] continuo comendo beira de jabra (carne de charque de má qualidade) com farinha. E agora, [...] só acredito na greve que estamos fazendo. Se ela não melhorar a nossa situação, sei que ninguém vai conseguir isso. (BEZERRA, 2015, p. 334).

Também fica evidente o furor do Serviço em desmobilizar e deslegitimar a greve de 1981.

> Se desde o início a Polícia atuar, impedindo piquetes, a greve não terá êxito. Além disso, os donos de Engenho, em 1980, organizaram grupos de autodefesa, não permitindo a presença de pessoas estranhas nas propriedades. A opinião pública vem sendo esclarecida sobre as atividades desencadeadas na zona rural do Estado de PERNAMBUCO, através de artigos e editoriais, publicados na imprensa local e do Sul do País, sobre o movimento de deflagração de greve por parte dos trabalhadores da agroindústria do açúcar". (ARE_ACE_2444_81. Fundo SNI - Agência Recife. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba).

Ainda neste mesmo documento, é possível notar a característica que diferenciava o SNI dos serviços secretos anteriores, a enérgica vigilância que exercia sobre a sociedade civil. O Serviço descreve minuciosamente o que ocorreu no I Congresso de Delegados Sindicais da Zona Canavieira de Pernambuco, todavia aponta "[...] o citado Congresso foi efetuado em recinto fechado e para o acesso das pessoas ao mesmo, foi exercido um rídico controle, somente sendo permitida a entrada de pessoas credenciadas"[9], permitindo, assim, a constatação de que havia agente/s infiltrado/s no respectivo evento.

Apesar do SNI não reconhecer o protagonismo dos trabalhadores da zona canavieira de Pernambuco e a sua capacidade organizativa, assim como a greve de 1979 e a de 1980, a mobilização salarial de 1981 obteve êxitos.

9 (ARE_ACE_2444_81. Fundo SNI - Agência Recife. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba).

> Na campanha salarial de 1981, os trabalhadores conseguiram manter as conquistas consagradas no Dissídio Coletivo de 1980 e ampliar direitos. Além do aumento de 50% nos salários, representantes sindicais e trabalhadores comemoraram a unificação salarial de todos os trabalhadores canavieiros de Pernambuco. [...] A campanha salarial de 1981 demonstrou a força política e a organização do sindicalismo rural na zona canavieira. (BEZZERA, 2015, p. 335 e 336).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, a partir da ótica da "Nova" História Política em diálogo com a História Social[10] refletimos sobre a relação entre Estado (representado pelo SNI), Igreja Católica "progressista" e movimentos sociais no campo; e é partindo desta reflexão e da análise dos documentos da Agência Recife em contraposição com outras fontes que concluímos preliminarmente que o SNI, com a vigilância e produção de informações, buscava deslegitimar e desmobilizar as organizações dos trabalhadores rurais que atuavam em busca dos seus direitos básicos na zona da mata de Pernambuco, na tentativa de provar a existência da desordem no país, mais especificamente no campo, reproduzindo e reforçando os discursos dos jornais de grande circulação no estado que expressavam a opinião da elite; e de justificar a necessidade da atuação do Serviço, este que, em trabalho conjunto com outros órgãos de informações e órgãos de segurança, promoveu a violação dos direitos humanos e trouxe consequências irreparáveis aos indivíduos vigiados. Consequências que persistem até a atualidade na sociedade brasileira. E é devido a essas persistências que almeja-se que este trabalho sirva à reflexão da sociedade brasileira, "Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça".

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

ANTUNES, Priscila C. B. **SNI e ABIN**: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do Século XX. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.

BARROS, José d'Assunção. História social e retorno do político. In: SCHURSTER, Karl;

10 Diferentemente da História Política utilizada durante longos anos que tinha como objetos centrais o Estado, suas instituições, os "grandes homens", a elite etc, e que focava primordialmente em fatos, ou seja, na curta duração; utilizamos aqui o conceito de "Nova" História Política que teve René Rémond e Jacques Julliard como seus precursores. A História Política renovada aproximou-se da História Social, pois passou a preocupar-se com as grandes massas desconhecidas e com a média e longa duração.

SILVA, Giselda Brito; MATOS, Júlia Silveira. **Campos da Política**: Discursos e Práticas. São Paulo: LP-Books, 2012, p. 10-46.

BARROS, José d'Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. LPH - **Revista de História**. Ouro Preto, vol. 15, n. 14-15, 2005-2006, p.235-256.

BEZERRA, Marcela Heráclio. "Com muita vara é que se levanta uma casa e com muita lenha é que se levanta o fogo": greves e conquistas trabalhistas da classe canavieira em Pernambuco durante os anos 1980. In: OLIVEIRA, T. B (Org.) **Trabalho e trabalhadores no Nordeste**: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: EDUEPB, 2015, p. 329-358.

CABRERA, Carlos Artur Gallo. **Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça:** um Estudo sobre o Trabalho da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil. São Paulo: Paco Editorial, 2014.

FICO, Carlos. **Como Eles Agiam**: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. Ministério do Silêncio: **A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-196.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 13-36.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SINDICATOS; FETAPE; CONTAG. **1º Congresso de Delegados Sindicais da Zona Canavieira de Pernambuco**. Olinda, 1981. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotlt&pagfis=3778>. Acesso em: 16 ago. 2022.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da Classe Operária Inglesa**, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FÉ E POLÍTICA: RELIGIÃO E ELEIÇÃO NO BRASIL, UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS ANOS DE 1964 E 2018.

Victor da Rocha Silva Júnior

RESUMO

Este artigo objetiva analisar como as religiões cristãs, catolicismo e protestantismo, são utilizadas como objeto político no Brasil, ou seja, como a política partidária, e seus atores, utiliza-se da religiosidade para poder ter acesso a população majoritariamente religiosa do país. Obviamente, que o fato de o Brasil ser um país altamente religioso não será deixado de lado. A intenção é avaliar discursos de 1964, com episódios como a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", e os recentes discursos a partir de 2015 com as manifestações da extrema direita, até subida do Jair Bolsonaro ao poder.

Palavras-Chave: Religiões cristãs; Política; Brasil; Discursos.

Que o Brasil é um país religioso, não resta dúvidas, obviamente que isso se deve a nossa colonização, quando assim que chegam à chamada "terra de Santa cruz", introduzem a religião Cristã Católica. Obviamente que existe toda uma discussão da forma como o catolicismo foi introduzido ao Brasil, sobretudo na problemática da utilização da força para isso, debate este que não será amplamente discutido neste artigo. O fato é que desde 1500 até hoje, a religião desempenha um importante papel de formação da subjetividade do brasileiro.

Por outro lado, a religião é introduzida no seio da política em uma relação muito próxima, seja nos discursos, leis, ou atos desde o Brasil Império, quando por exemplo na Carta Magna de 1824 – primeira constituição do Brasil – foi outorgada que a religião oficial deste país seria o catolicismo, dessa forma entendemos que a religião desenvolve também um papel político.

Ainda é preciso levar em conta outro aspecto religioso, os sermões, que por muitas vezes foram – e são – utilizados como forma de reprodução política. É comum no Brasil império encontrarmos padres políticos que desenvolvem um papel social diretamente ligado a projetos políticos. Dessa forma muitas cidades do interior do Brasil são formadas a partir do pensamento do pároco local, ou seja, a figura do padre é além de uma figura religiosa, uma figura também política.

Isso para os partidos não é visto como algo que impede a perpetuação de uma

família, pelo contrário, em cima desse "apoio", cria-se um discurso, baseado na polissemia de ser o "candidato da igreja, e/ou de Deus". Esse discurso chega como uma válvula para a população religiosa.

A figura de padres no interior são figuras de respeito político, para exemplificar com figuras nacionalmente conhecidas, temos o padre Cícero, que é um importante nome na história religiosa do Brasil, mas também uma figura do padre político, que dita a quem as pessoas devem votar, e quando não dita, cria motivos para que o voto seja dirigido a determinado candidato.

Passam os anos, ficam as mentalidades. Isso faz com que a própria igreja passe a sentir-se "incomodada" com essa atitude, o que leva o Papa João Paulo II, no final da década de 80 do século XX, publicar o Código do Direito Canônico em que diz: "Os clérigos não podem ter parte ativa nos partidos políticos e na direção de associações sindicais, a não ser que a juízo da competente autoridade eclesiástica, o exijam a defesa dos direitos da Igreja ou a promoção do bem comum." (CDC, 1987. Cano 287).

Mesmo anterior a essa publicação acima citada, o afastamento dos "padres políticos", levam ao surgimento de outro marketing político, o "discurso religioso", esse discurso é utilizado como catapulta para um auge político, no Brasil temos dois momentos em que isso fica claramente visível, o primeiro é o contexto pré-golpe civi- militar no Brasil, com a chamada "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", onde por uma possível ameaça comunista, líderes políticos influenciam aos religiosos irem para as ruas, reivindicar que Deus liberte o Brasil do comunismo.

Inicialmente a Marcha da Família, acontecerá em reação a um movimento feito pelo João Goulart, então presidente da República, que ficou conhecido como "comício da central" onde ele anuncia reformas de base, essa atitude é tida como uma sublevação ligada ao comunismo, segundo Marcos Napolitano, João Goulart era bem quisto na população brasileira:

> "Os dados do Ibope mostram que, às vésperas de ser deposto, em março de 1964, João Goulart tinha boa aprovação na opinião pública das grandes cidades brasileiras, com 45% de "ótimo" e "bom" na avaliação de governo, e 49% das intenções de voto para 1965. Apenas para 16% dos entrevistados o governo era "ruim ou péssimo", e 59% eram a favor das reformas anunciadas no Comício de 13 de março." (NAPOLITANO, 2014).

Ou seja, podemos ver que o quesito não era apenas religioso, mas também, puramente um quesito político, a ideia de uma ameaça comunista era constantemente reforçada pelo período da "guerra fria", e a aprovação popular de Jango faz com que as forças golpistas tenham que procurar uma carta na manga, para legitimar o golpe em

curso, a carta que eles utilizam é o fundamentalismo religioso. Isso se dá pelo fato de a população brasileira ter nas suas linhas um grande aspecto conservador, sobretudo quando falamos em preservar tradição e valores como a ideia da “família tradicional”.

Ainda é preciso levar em consideração que pela aprovação que o Jango tinha naquele momento, ele poderia ser eleito nas eleições que viriam a ser realizadas em 1965 - seguindo o calendário eleitoral - dessa forma o golpe também foi para impedir que ele viesse a ser candidato e posteriormente eleito. Evitando assim, a continuação de um presidente ligado a esquerda no Brasil.

Acontece que essa marcha se espalha pelo país, não apenas como uma reação ao comício, mas também como apoio a uma “revolução”, que tiraria de questão uma ameaça eminente, esse fenômeno vai se estender por todo país antes do golpe, mas também depois do golpe militar. Inclusive isso faz com que muitos historiadores utilizem o termo golpe civil-militar, devido a participação de civis no desenrolar do golpe.

Paira no Brasil, a ideia de que o Comunismo iria tomar o país instaurando uma ditadura de esquerda, uma mentira, obviamente, mas como analisa Jessé de Sousa, “são justamente essas mentiras que nos tornam escravos de uma ordem social determinada” (SOUSA, 2018).

Ainda é preciso levar em consideração que esse discurso é criado pelas camadas golpistas – a elite, militares, setores religiosos e políticos insatisfeitos com o Jango - mas é comprado pela classe média, tendo em vista que o pensamento de tomada do poder pelo comunismo, favoreceria as classes baixas. Dessa forma, setores militares juntamente com setores religiosos, criam uma problemática para que a classe média reproduza para com as classes baixas, como analisa o Lilia Schwarcz e Heloisa Starling:

> “(...)Na origem dessa frente, em primeiro lugar estava a compartilhada aversão de setores da sociedade ao protagonismo crescente dos trabalhadores urbanos e rurais. Em segundo, o dinheiro curto e o futuro incerto acenderam o ativismo das classes médias urbanas, cientes de que um processo radical de distribuição de renda e de poder por certo afetaria suas tradicionais posições naquela sociedade brutalmente desigual”. (SCHWARCZ; STARLING. 2018).

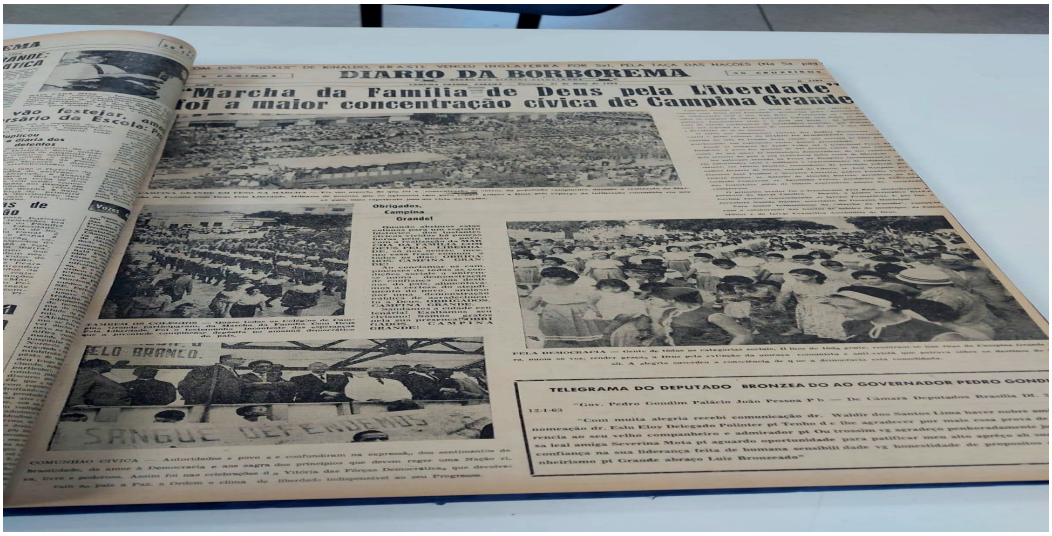
A grande Marcha acontece na cidade de São Paulo, onde os “revolucionários”, com faixas contrárias ao Comunismo, citando que o “Brasil não será uma Cuba”, e com frases de ordens religiosas, utilizam o seguimento religioso e assim dão aos golpistas a “cartada final”, para investirem no golpe de Estado.

Aqui na Paraíba, a marcha acontece das grandes as pequenas cidades. Na cidade de Campina Grande, a Marcha foi altamente divulgada pelo Jornal da Borborema, este

jornal era talvez um dos maiores meios de circulação de informação na Paraíba naquela época. Na verdade, a marcha da Família com Deus pela liberdade de Campina Grande não é liderada por políticos, ela é convocada pela redação do Jornal da Borborema, que segundo eles precisaram tomar essa missão para o jornal.

Ao avaliar os anais do Jornal da Borborema, se constata o apoio do jornal ao golpe civil-militar e como eles utilizavam de sua redação para reproduzir discursos criados nesse momento, é comum encontrar em todo o jornal discursos como “revolução”, “comunistas subversivos”, e é interessante pensar esse fato, como uma forma do apoio das elites ao golpe civil-militar de 1964, é justamente por esse motivo que alguns falam em golpe empresarial-militar e como suas dualidades são denunciadas externamente ao Brasil.

O jornal da Borborema tem um papel fundamental na divulgação das ideias desse pensamento contrário ao comunismo, tendo divulgado, por exemplo, em agosto de 1963, uma mensagem da Rádio do Vaticano na qual falava do comunismo como uma prática “inadmissível tanto para o cristianismo quanto para a humanidade livre e consciente”.


DIÁRIO DA BORBOREMA

"Marcha da Família de Deus pela Liberdade" foi a maior concentração cívica de Campina Grande

TELEGRAMA DO DEPUTADO BRONZEA DO AO GOVERNADOR PEDRO GONDI

Figura 1: Matéria do Jornal da Borborema sobre a Marcha em Grande – 1964
Fonte 1: Jornal Diário da Borborema

A marcha acontece em 31 de maio de 1964, percorre ruas importantes para Campina Grande, e o seu principal discurso era a religião como a grande “salvação” dos políticos do Brasil, ou seja, dar-se a Deus as honras do golpe militar de 1964.

> “Eis um aspecto do que foi a concentração de ontem, da população campinense durante a realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Milhares de pessoas que se aglomeraram para render graças a Deus pelo expurgo da infiltração comunista em nosso país, num espetáculo jamais visto na região” (Jornal Diário da Borborema. 31 de maio de 1964. P 5).

Em outro momento, ainda mais distante da capital Paraibana, encontra-se no alto da serra no Curimataú Paraibano, a pequena Cidade de Cuité. Uma cidade que nasceu literalmente devido a ação Católica, acontece que na metade do século XVIII um coronel faz uma doação de pedaços de terra para a Igreja, e ergue uma capela dedicada à Nossa Senhora das Mercês, dessa capela surge uma povoação que se desenvolve e torna-se cidade.

Não obstante, a religião seria um grande apego da subjetividade Cuiteense. Como já tratado anteriormente a ideia dos padres políticos também chega à cidade de Cuité, um exemplo claro disso é o Padre Luís Santiago que interfere diretamente no desenrolar político daquela região.

Figura 2: Imagem da Cidade de Cuité - PB - 1964

Acontece que a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", acontece exatamente no dia do golpe militar, nesse evento foi celebrada uma missa pelo então pároco Pe, Boleslau[1], resta uma lembrança esquecida da população que vivenciou esse feito. Dias depois, outro ato, esse mais político, que contar com a presença do ex-Prefeito Jaime Pereira[2], e José Pereira[3].

A Marcha que acontece em Cuité tem um caráter muito ligado a religião, ou seja, ela acontece de fronte a Igreja Matriz e que conta com simbolismos religiosos, pode se observar uma cruz escrito "salva tua alma", ou seja, a ligação direta com um discurso

1 Pe. Boleslau Biernask, natural de Varsóvia na Polônia, nasceu em 1916 e faleceu em 1998. Foi pároco de Cuité de 1958 – 1964; 1965.

2 Jaime Costa Pereira (1920 - 2004), foi político cuiteense. Prefeito de 1959 – 1953. No período da Ditadura militar, era ligado a ARENA.

3 Jose Pereira da Costa (1924 - 2021), médico e deputado paraibano por quatro mandatos. Também ligado a ARENA.

que causa medo. Mas além disso, é uma forma de trazer o apoio da população, que não tem tanto acesso à informação quanto os que se elevam no palanque, para um interesse puramente deles.

Duas observações me fazem refletir nessa imagem de Cuité, a primeira é a faixa que diz “viva o Brasil e a democracia”, mesmo sabendo que era um discurso criado, como já foi discutido acima. É interessante como esse pensamento de estar salvando a democracia é comprado pelas camadas golpistas, ou seja, não mostram a face real para derrubar aquilo que eles odeiam, se transvestem com suas roupas e dessa forma ludibriam as pessoas. Para instaurar uma ditadura no Brasil, se instaura em nome da democracia e com a justificativa de estar salvando o país de uma ditadura de esquerda.

A segunda observação que me chama atenção é que essa marcha conta com uma vasta população – pelo menos na foto – jovem, isso faz com que pensemos que aconteça em Cuité, uma perpetuação desse momento. Na verdade, pelo contrário, um total esquecimento sobre o momento, talvez uma borracha tenha sido passada nessa página, mas mesmo o que é apagado, deixa marcas. Acontece que esquecer também faz parte de uma memória histórica e que resulta num relato histórico. A nós, cabe as seguintes perguntas: por que se esquece? Ou mais que isso, para que se esquece?

Esquecer também é uma característica da história, como diz Menezes “sem o esquecimento, a memória humana é impossível”, ou ainda nas palavras de Márcia Motta:

> “(...) quando falamos de grupos sociais, devemos estar cientes de que existem o que poderíamos chamar de projetos de esquecimentos, coisas e fatos que não devem ser lembrados, sob pena de ameaçar a unidade do grupo e sua identidade, fragilizando e/ou colocando em questão o interesse comum.” (MOTTA, 2012)

Dessa forma, podemos entender que o esquecimento faz parte desses momentos extremos, ou seja, o esquecimento pode ser para evitar traumas, - no caso de vítimas – como também para esconder um apoio a uma atitude posteriormente problematizada, o que é o caso. Entretanto, esses feitos não passam despercebidos pela História, como afirma Peter Burker: “a função do historiador é lembrar a sociedade aquilo que ela quer esquecer”.

Uma observação merece ser pontuada sobre a imagem 2, a quantidade de crianças presentes na imagem. Isso também é uma característica que políticos utilizam para se promover, isto é, colocam ao seu lado o “futuro” do país, além do mais, é também uma forma de reprodução de costumes religiosos. Acontece que, ouvindo relatos de um popular cuiteense, que na época era uma dessas crianças, transmitiu que a diretora da escola pública retirou os alunos das aulas e os levou para esse ato político-religioso.

O discurso religioso naquele momento, fazia parte de um marketing político, isto é, a forma de falar, de agir e de se portar publicamente é constantemente observado. Acontece que após 1968, quando os efeitos do Concílio Vaticano II chegam ao Brasil, a Igreja Católica se afasta dos militares e entra no campo das lutas sociais, fazendo a "opção pelos pobres".

Entretanto, com o fim da Ditadura Militar e o processo de "redemocratização" – que mantém em si fagulhas de autoritarismo - algumas coisas mudam e outras apenas adormecem, isso fica visível sobretudo quando chegamos ao século XXI, com o apogeu de políticas de esquerda, mas ainda assim continua um discurso político-religioso, dessa vez se mostrando como uma religião mais branda, - no caso da igreja Católica – através da Teologia da Libertação, que aparece com características de Comunidades Eclesiais de Base, e que divulgam meios políticos ligados a camadas sociais. É importante que se leve em consideração, que mesmo nesse momento o discurso religioso continua forte, mas não de um lado conservador.

Esse apogeu, faz com que mais de 50 anos depois, tenhamos novamente no Brasil uma onda de junção entre política e religião, quando a partir de 2015, religiosos conservadores voltam a ter influência na política. Correndo o risco de cometer um anacronismo, parece que acontece a partir de 2015 uma nova Marcha com Deus, dessa vez não pela liberdade – assim como na primeira também não foi – mas pelo Impeachment da presidenta Dilma Rousseff, reeleita em 2014, que tem o seu pedido de impedimento aceito por um deputado neopentecostal, o Eduardo Cunha.

Entre 2002 e 2016, o Brasil passava por um momento de apogeu da esquerda, quando pela quarta vez um candidato de esquerda é eleito sucessivamente, isso não agrada as camadas golpistas. Obviamente que existe uma série de fatores políticos, machistas, sexistas, que estão envolvidos no processo da Rousseff, que não serão discutidos aqui. Acontece que a partir daí, aquele discurso conservador no Brasil que, como dito anteriormente não mudou, apenas adormeceu, acorda e ganha muita força.

O Comunismo volta a ser visto como uma ameaça, novamente pelo apogeu das camadas sociais, logicamente que a volta do discurso religioso ligado a política é uma carta guardada, que deveria ser utilizado pela direita como a última tentativa de tomar o poder, fala-se comunismo sem entender o que é esse sistema, tendo em vista que os governos do PT não representavam uma coalisão comunista no Brasil.

Isso torna-se cada vez maior com a chegada da eleição de 2018 quando as igrejas Neopentecostais impulsionam um candidato de extrema-direita, até então desconhecido, a se tornar famoso, por um discurso de ódio, porém se valendo do fundamentalismo religioso.

Jair Bolsonaro, foi deputado do estado do Rio de Janeiro por quase 30 anos, toda sua vida política se faz baseado em reprodução daquele discurso de 1964, já tratado nesse artigo. Bolsonaro surge como um “novo”, mas com um pé no “velho”, exalta a Ditadura militar, seu livro de cabeceira é escrito por um torturador. Mas se diz evangélico, representante de Deus, e é isso que importa.

Acontece que a elite do Brasil, é uma elite que tem um pé na senzala, ela continua tentando perpetuar os feitos autoritários, isso acontece desde o nosso início. Se fizermos um apanhado geral de momento autoritários de nossa história a elite sempre está no meio como criadora dos discursos, e ela sabe que os discursos religiosos – devido nossas raízes, como já explicado – cai muito bem.

Por outro lado, as manifestações públicas não mudaram também, agora recebem outros nomes, seleciono um fato muito parecido com o anterior, a “marcha para Jesus”, em que conta com discursos políticos e religiosos, onde se utiliza desse momento, para angariar votos, apoios e perpetuação de discursos prontos.

Essa manifestação, que agora divulgam seu trigésimo aniversário, não acontece de maneira isolada, acontece com pessoas de todo o país, inclusive se mantem firme até os dias de hoje, recentemente aconteceu mais uma vez essa manifestação, de cunho religioso-político, tendo novamente a presença do Presidente da República Jair Bolsonaro, e de membros das maiores Igrejas Neopentecostais do Brasil.

O discurso religioso de hoje, é um discurso muito parecido com o de 64, com um novo rosto, as igrejas Neopentecostais, mas ainda com um discurso baseado na subjetividade do brasileiro religioso. Em uma análise básica, no Brasil se um político aparece culpabilizando um fantasma que insiste em amedrontar, que é o comunismo, ele ganha popularidade de uma parte da população, a questão é que essa parte teve um desenvolvimento muito importante na última eleição.

A título de comparação, no ano de 2014 aconteceu uma manifestação na qual eles intitulavam de “O retorno” da Marcha de 1964, com os mesmos discursos, com as mesmas figuras. Onde utilizam o discurso religioso para angariar votos para os políticos que perpetuam esse discurso.

É preciso analisar a condição de boa parte da população, levando em conta situações de pobreza, desemprego, e tantos outros problemas, fazem com que as pessoas encontrem nas igrejas um apoio emocional, financeiro e espiritual. Por exemplo, mulheres que sofrem violência doméstica, lá encontram apoio; pessoas que passam fome, recebem cestas básicas ou até mesmo a alimentação pronta.

Quando essa influência é entendida pelas Igrejas, ela passa a ser utilizada – não em

todos os casos – como uma propaganda política. Entendendo isso, o lema do presidenciável "da Igreja" é "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", é a clara explicação do que estamos tratando, ou seja, duas coisas estão em questão: o patriotismo e a religiosidade.

Entretanto, como sabemos não se trata de pensamento apenas religioso, mas também político. Tendo em vista que após eleito, o presidente dá uma certa "carta branca" para decisões religiosas. Ministros religiosos, e aqui destaco a Ministra da Família, Mulheres e Direitos Humanos, Damares, que em um primeiro momento começa a vociferar palavras de controle ao gênero, meninos vestem uma determinada cor, que não pode ser vestida por uma menina.

Podemos concluir que o discurso religioso, saiu do civismo e passou a ser uma política de Estado. A laicidade do Brasil, promulgada pela constituição de 1988 não é muito o forte do presidente da república, tendo o próprio Bolsonaro afirmado em culto protestante que o próximo ministro do Supremo Tribunal Federal, indicado por ele seria "terrivelmente evangélico".

Entrando num pensamento religioso, fico imaginando a figura do Jesus bíblico – não esse, criado – aquele que foi um imigrante, perseguido e que morre torturado por um Estado autoritário, onde ele fica nesses encontros? Talvez ele, nem lá esteja. Talvez ainda continue nas periferias, onde a classe média não chega e onde o discurso que ela perpetua no Brasil, mata.

Esse é a discussão da religião-política nas disputas eleitorais desse país, utilizando de Deus para justificar mortes, torturas e discursos de ódio, até me parece que a política no Brasil tem um olho no altar e outro na urna. Os sermões são utilizados como palanques políticos, tal qual nos períodos do messianismo, o político passa a ter mais espaço até que o próprio Cristo, e parafraseando a canção "cidadão" de Zé Ramalho, em determinados locais, até nesses locais o líder político entra, mas Jesus não pode entrar.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, J. D. A. INFLUÊNCIA DOS DISCURSOS RELIGIOSOS EVANGÉLICOS NA CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 2018 NO BRASIL. **Último Andar**, *[S. l.]*, v. 23, n. 35, 2020. DOI: 10.23925/1980-8305.2020v23i35a2. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/ultimoandar/article/view/48447. Acesso em: 03/06/2022.

CALGARO, Fernanda; MAZUI, Guilherme. Bolsonaro diz que vai indicar ministro 'terrivelmente evangélico' para o STF. **G1**, Brasília, 10 jul. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.ghtml. Acesso em: 27 maio 2022.

CODIGO DE DIREITO CANÔNICO, promulgado por João Paulo II, Papa. Tradução Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Loyola, 1987. 763 p.

DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovani Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. **Golpe civil-militar na Paraíba**: história, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

HERLER. Thomaz Joezer. **As denúncias à Ditadura Empresarial-Militar brasileira na Europa pela revista Brasil Socialista.** FACES DA HISTÓRIA, Assis-SP, v.4, nº1, p. 226-240, jan.-jun., 2017.

MARCHA para Jesus reúne milhares de fiéis em São Paulo neste sábado. **G1**, São Paulo, 9 jul. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/07/09/marcha-para-jesus-reune-milhares-de-fieis-em-sao-paulo-neste-sabado.ghtml. Acesso em: 18 maio 2022.

MOTTA, Marcia. História, memória e tempo presente. *In*: FLAMARION, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 1, p. 21 - 36. ISBN 978-85-352-4892-0.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: **história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PINHO, Márcio; SANTIAGO, Tatiana. Nova versão da Marcha da Família percorre ruas do Centro de SP. **G1**, São Paulo, 22 mar. 2014. Disponível em: https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/manifestantes-se-reunem-para-nova-versao-da-marcha-da-familia-em-sp.html. Acesso em: 18 maio 2022.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. **Brasil: Uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 709 p. ISBN 978-85-359-2566-1.

ST 2

DE 22 A 22: BRASIL, BRASIS EM CONSTRUÇÃO

Dra. Camila Corrêa e Silva de Freitas (UFCG)
Dr. Francisco Firmino Sales Neto (UFCG)

O ESTADO BRASILEIRO E O RECONHECIMENTO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS: IDENTIDADE, POLÍTICA E EDUCAÇÃO

Anderson Bastos da Silva[1]

RESUMO

O artigo busca entender a configuração do Estado brasileiro em estruturar a política de reconhecimento das populações indígenas no aspecto identitário, observando as leis e aplicabilidade no contexto nacional, a partir do Decreto-Lei 5.540, de 1943 que institui o dia do índio até o Projeto de Lei 5.466, de 2019 que modifica a designação do dia do índio para dia dos povos indígenas. Dentro desse marco temporal é observado o contexto dos órgãos, como Serviço de Proteção ao Índio e Fundação Nacional do Índio, e como buscaram efetivar a identidade indígena no âmbito nacional. Outro lugar primordial na construção identitária são os espaços escolares, que se utilizam do dia do índio, como uma data comemorativa, porém, é perceptível que essa política de reconhecimento fracassa anualmente, transformando esse num dia folclórico. O artigo resulta da pesquisa realizada com documentos oficiais, leis e decretos, e fontes bibliográficas.

Palavras-Chave: Indígena, política, identidade.

INTRODUÇÃO

A formação do Estado brasileiro foi desenvolvida com massacres, extermínios e resistências das populações indígenas na luta pelo seu território e preservação dos seus costumes. Diante da invasão portuguesa foram elaborados diversos mecanismos na realização da conquista física e mental desses povos, pois, entendia-se que os indígenas eram também súditos do rei e possíveis fiéis da igreja. As “guerras justas” transformavam os indígenas em escravizados, do Estado ou igreja, com o objetivo de converter eles em mão de obra nas áreas públicas ou privadas da colônia. Podemos entender que durante esse período colonial havia uma disputa sobre como deveria ser o processo de civilização dos povos indígenas, sendo as opções o trabalho individual a serviço do Estado ou realizações de obras religiosas.

Com a formação do Estado no período imperial a questão indígena continuou à mercê das províncias, pois eram elas as encarregadas da civilização e catequese indígena[2].

---

1 Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

2 Decreto nº 426 de 24 de julho de 1845.

Ainda durante o império foi decretada a Lei de Terras, essa que requeria a comprovação de sesmarias ou realização de compra na província[3]. Uma vez que poucos aldeamentos indígenas tinham essa comprovação, a aplicação da Lei de Terras resultou em exclusão dessas populações de seus territórios e a oficialização do latifúndio.

Com a proclamação da república o Estado brasileiro buscou formas de ampliar seus territórios e modernizar as conexões entre os Estados, provocando diversos conflitos. Nesse contexto é criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) em 1910, cuja função era tutelar os indígenas e apaziguar os conflitos. Após a extinção do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores em 1967, é criada Fundação Nacional do Índio, com o projeto de aceleração da integração indígena a população brasileira.

Pensando nesse contexto histórico, o artigo busca perceber a atitude do Estado brasileiro na construção da identidade indígena e como essa política afeta diretamente a representação dos indígenas no cotidiano escolar.

O ESTADO BRASILEIRO E O OLHAR SOBRE OS INDÍGENAS.

O Estado Brasileiro no início da República não tinha clareza sobre como trataria os povos indígenas, parte da elite do país até pensava em extermina-los seguindo o modelo dos Estados Unidos da América durante a sua expansão territorial. No Brasil, devido as construções de estradas que interligavam os Estados da federação e a chegada dos imigrantes, surgiram diversos embates contra as populações indígenas que estavam isoladas, o que trouxe uma repercussão negativa, inclusive no exterior. Buscando minimizar os danos na imagem do país foi criado o Serviço de Proteção ao Índio.

O Marechal Cândido Rondon foi o primeiro diretor e ele direcionou o órgão ao ideal positivista, observando os indígenas como inferiores no processo de evolução e indicando que era necessário o direcionamento do Estado na condução das etapas no progresso da civilização. Os positivistas, parte deles militares, participaram das instalações das linhas telegráfica na equipe de Rondon, eles tinham a máxima “morrer se preciso for, matar nunca”, os princípios positivistas retiravam os dogmas religiosos antes adotado como política colonial e imperial, o SPI introduz nesse momento, pelo menos em lei, o não etnocentrismo cristão.

A principal característica do SPI consistia na proteção e assistência aos indígenas,

3 Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.

ambas perpassavam pela burocracia do agente local, chefe de inspetoria, inspetoria de centro e diretor do SPI. A hierarquia de funcionários do SPI desenvolvia um campo de atuação regrado nos decretos, as determinações buscavam trabalhos eficazes do ponto de vista técnico, mas também solicitava aos funcionários a produção do desenvolvimento moral, na tentativa de transformá-los em futuros cidadãos exemplares para os demais brasileiros. Na intenção de integrar os indígenas a nação, o SPI fazia fiscalização do cotidiano de maneira intensa buscando controlar partes essenciais da vida humana como, nascimento, trabalho, casamento e morte. Tudo era meticulosamente monitorado através de papeis e autorizações do agente do posto ou chefe de inspetoria, pois, ambos estavam mais próximos dos indígenas.

Diante da estrutura burocrática formada no SPI, desenvolveu-se a tutela sobre os povos indígenas.

> **[...] a relação da tutela se funda no reconhecimento de uma superioridade inquestionável de um dos elementos e na obrigação correlatad**a, que esse contrai (para com o tutelado e como a própria sociedade envolvente) **de assistir (acompanhando, auxiliando e corrigindo) a conduta do tutelado de modo que o comportamento deste seja julgado adequado - isso é, resguarde os seus próprios interesses e não ofenda as normas sociais vigentes.** São essas duas suposições básicas sobre as quais assenta a necessidade desse mandato: 1) o tutelado não é plenamente capaz de defender, expressar ou mesmo conhecer os seus reais interesses, havendo necessidade de lesado em consequência de atos que outros com ele concluíram; 2) o tutelado não domina plenamente os códigos da sociedade nacional, necessitando de alguém que oriente, mostrando, os modos corretos de proceder em cada situação, disciplinando os seus modos de manifestação e evitando que ele transgrida as normas e entre em choque com direitos, valores ou interesses alheios.» (OLIVEIRA FILHO, 1988, p.224-225, grifos do autor)

Para Lima, a condução de tutela compreendia um cerco de paz com táticas militares.

> [...] técnica militar de pressionamento e forma de manter vigilância, ao mesmo tempo assédio de um inimigo visando cortar-lhe a liberdade de circulação, os meios de suprimento e a reprodução social independente (sem implicar no ataque dos sitiantes), além de defesa contra os de fora do cerco, como um cercado para as crianças, estabelece limites e contrições aos por ele incluídos e excluídos [...] (LIMA, 1992, p.90)

Interessante notar que o órgão gerenciava o cotidiano dos indígenas, mas também inseriu o sentimento de responsabilidade da pátria em favor deles. O SPI conseguiu promover demarcações importantes como do Parque Xingu em 1961. Porém, é possível notar também as dificuldades do órgão na atuação no âmbito federal, pois, as disputas políticas locais, algumas vezes, determinavam loteamento de territórios indígenas. Nessas

situações o objetivo era apenas apaziguar os indígenas e desloca-los para as regiões não disputadas pelos imigrantes ou elite do país.

Na fundação do SPI diversos funcionários estavam comprometidos na defesa dos povos indígenas, essa prática denominada como indigenismo, porém uma série de dificuldades no trabalho dos funcionários e a inclusão de indivíduos sem qualificação trouxeram diversos casos de corrupções, torturas e massacres. Tais escândalos acabam por causar a extinção do SPI, e para suprir sua ausência é criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967.

O novo órgão entendia que o índio era "relativamente capaz", ou seja, ainda estava na menoridade, dessa forma, a tutela do Estado era imprescindível. A FUNAI buscou acelerar o processo de integração e assimilação dos povos indígenas a população brasileira. O projeto introduzia a proteção e assistência, porém, militarizada, pois, observava a questão da segurança nacional como prioridade.

A FUNAI trouxe para si a legislação da demarcação das terras indígenas prevendo concluir a demarcação de todas as reservas até 1978[4], mas a determinação não foi comprida e o órgão posteriormente foi esvaziado em 1983[5] perdendo essa prerrogativa tão importante.

Durante a ditadura militar os indígenas, a comunidade científica e a igreja católica intensificaram movimentos sociais, os quais foram de extrema importância para a resistência contra os descalabros realizados durante as obras que não tinham um planejamento definido, o que intensificava os contatos com povos isolados e como consequência devastavam os seus territórios com projetos de hidroelétricas e aberturas de estradas.

Ainda durante esse momento surgiram diversos movimentos socias a favor da causa indígena, A União das Nações Indígenas (UNI) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), além da opinião pública que auxiliou na divulgação dos massacres e fez minimizar as intervenções, como a mineração em terras indígenas.

O apoio a causa indígena advém principalmente dos campos intelectuais, a sociedade civil, muitas vezes, ainda imagina os indígenas como se esses estivessem no período colonial. O olhar da sociedade sobre os indígenas é refletido de acordo com a percepção do senso comum elaborada pela família e religião, essas duas instituições sociais não tem o papel reflexivo, por vezes replicam os preconceitos existentes. Dessa forma, só resta a escola desenvolver o senso crítico da população.

---

4 Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

5 Decreto n 88.118, de 23 de fevereiro de 1983.

A REPRESENTAÇÃO INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO.

O Decreto-Lei 5.540, de 1943 institui o dia do índio no dia 19 de abril, a data foi determinada por Vargas, pois, durante esse período ele tentou introduzir o índio como figura símbolo da nação, enfatizando a coragem e a bravura como indicativos da identidade do Brasil, a data também representa o I Congresso Indigenista Interamericano, ocorrido em Patzcuaro, no México.

No Brasil, todos os anos é comemorado essa data tão importante, contudo é observada, pelo menos nos livros didáticos, uma abordagem sobre os povos indígenas geralmente apenas no período colonial.

Nas análises entre textos e imagens utilizadas nos livros é possível perceber a desconexão entre ambos, pois as imagens não são discutidas e comentadas, sendo utilizadas apenas como adereço estético, no sentido de preencher espaços no livro e atingir objetivo de expor o conteúdo sobre os indígenas.

Destacamos aqui o livro, História: passado e presente, da editora Ática. Na introdução do livro são mostradas informações sobre o oficio do historiador, entre os conteúdos evidenciados está a relação entre presente e passado, a ilustração da temática apresenta duas imagens com temporalidades diferentes, na figura 1 Debret exibe os indígenas do século XIX, enquanto a figura 2 demonstra os indígenas Kamayurá no Parque Xingu no século XXI, na visualização comparativa das duas representações indígenas o livro ressalta duas visões, primeiro que houve preservação da cultura indígena no Brasil, mas também expõe a ideia de naturalidade indígena baseada na nudes e ambiente natural.

Figura 1: Jean Baptiste Debret, Aldeia de caboclos em Cantagalo, 1834-1839
Fonte: GISLANE, Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo, 2016, p.11

Figura 2: Ricardo Tales – Povo Kamayurá dançando no parque Xingu
Fonte: GISLANE, Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo, 2016, p.11

A apresentação dos indígenas reflete geralmente as Regiões Centro Oeste e Norte do país, as ilustrações expõem roupas, malocas ou ocas, adornos e pinturas corporais, sendo que esses indígenas não representam a totalidade. É necessário demonstrar os indígenas de outros locais, por exemplo, no litoral, território que iniciou o processo de invasão europeia, os indígenas existentes adaptaram-se a outros modos de vida convivendo com suas tradições e modernidade, eles não deixam de ser indígenas por trabalhar, estudar ou viver na cidade.

O livro didático termina auxiliando a construção de estereótipos relacionados aos indígenas, pois, auxilia no imaginário da sociedade apresentando-os com penas na cabeça e com pinturas corporais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Aldo Rebelo (2010, p. 39), “O índio que resplandece no imaginário nacional é, naturalmente, um ser genérico, como no estereótipo que distingue qualquer aglomerado humano, sobretudo as nacionalidades”. Na tentativa de modificar essa realidade a Lei 11.645/2008 conduz a obrigatoriedade do ensino sobre as populações indígenas, no entanto, ainda é necessário promover formações de professores nas escolas e instrução aos discentes universitários.

Outro fato considerável consiste nas mobilizações indígenas na tentativa conscientizar a população sobre a importância de suas culturas, a ação no meio político é fundamental para esse reconhecimento. No Congresso Nacional com autoria da deputada

e indígena Joenia Wapichana ocorreu a aprovação do Projeto de Lei 5.466, de 2019, que institui o Dia dos Povos Indígenas revogando o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943. Isso demonstra a força indígena na busca pelo reconhecimento estatal e civil, o termo apresenta mudança na percepção tratando os indígenas não de forma genérica como foi dado em 1943, mas como nações, apresentando a sua diversidade.

Esses movimentos de reconhecimentos são devido ao aumento populacional dos indígenas em comparação a pesquisa feita por volta de 1955, nela indicava entre 100 mil a 150 mil indígenas (GOMES, Mércio Pereira, 2021, p.98), de acordo com o censo de 2010 são cerca de 817 mil indígenas vivendo nas regiões demarcadas ou urbanas. (IBGE, 2010)

Apesar de notícias favoráveis aos indígenas, atualmente eles sofrem retrocessos nos seus direitos, o mundo vive a crise sanitária ocasionada pelo COVID-19 e devido a fatores imunológicos e falta de acesso a saúde, os indígenas padecem nas mortes de seus líderes e familiares, além disso, o governo não proporcionou nenhuma demarcação e ainda incentiva o garimpo e grilagem, até movimentou projetos de lei para promover extração de mineiro dentro dos territórios indígenas. Dessa forma, o que resta é apenas resistir!

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rodrigo Lins. “POLÍTICA INDIGENISTA” NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS – SPI (1910-1967). In: BARBOSA, Rodrigo Lins. **O Estado e a questão indígena:** crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969). Mestrado em História, UFPE, Recife, 2016. p. 30-85.

BRASIL. **Decreto 10.652**, de 16 de outubro de 1942.

BRASIL. **Decreto 17.684**, de 24 de janeiro de 1945.

BRASIL. **Decreto 24.700**, de 12 de julho de 1934.

BRASIL. **Decreto 5.484**, de 27 de junho de 1928.

BRASIL. **Decreto 736**, de 06 de abril de 1936.

BRASIL. **Decreto 8.072**, de 20 de junho de 1910.

BRASIL. **Decreto-Lei 5.540**, de 2 de junho de 1943

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. 2008. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 31 jul. 2018

BRASIL. **Lei nº 5.371**, de 5 de dezembro de 1967.

BRASIL. **Projeto de Lei 5.466** de 2019

FUNDAÇÃO NACIONAL MUSEU DO ÍNDIO. Acervo documental. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.museudoindio.gov.br/component/content/article/11-institucional/427-o-museu-do-indio-e-seus-arquivos. Acesso em: 10 de setembro de 2022

GARFIELD, Seth. **As raízes de uma planta que hoje é o Brasil:** os índios e o Estado-Nação na era Vargas. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 15-42. 2000.

GISLANE, Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. **História**: passado e presente: História, 1º ano. 1. ed. São Paulo: Ática, 2016.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil:** passado, presente e futuro. 1º ed. São Paulo: Contexto, 2021.

IBGE. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010:** primeiras considerações com base no quesito cor ou raça, 2012. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 10 de setembro de 2022

LUCA, Tania Regina de. Livro didático e Estado: explorando possibilidades interpretativas. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Sousa (org.). **A história na escola**: autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p.151-172.

NOVALES, Washington. O índio e a modernidade. In: Luís Donisete Benzi Grupioni (org). **Índios no Brasil.** Brasília: Ministério da educação e do desporto, 1994. p.182-192 tutelar. São Paulo, Marco Zero; MCT/CNPQ, 1988.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. **O nosso governo:** os Ticuna e o regimento

REBELO, Aldo. **O índio no imaginário nacional.** Raposa-Serra do Sol: o índio e a questão nacional. Brasília: Thesaurus, 2010

RIBEIRO, Darcy. A política indigenista brasileira. RIBEIRO, Darcy. **Os índios e civilização:** a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 7º ed. São Paulo: global, 2017. p. 119-134.

RIBEIRO, Darcy. O problema do índio. RIBEIRO, Darcy. **Os índios e civilização:** a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 7º ed. São Paulo: global, 2017. p. 168-181.

"TRAZENDO-OS POR MEIOS BRANDOS Á ESFERA DA CIVILIZAÇÃO": O PROJETO EDUCACIONAL DO SPI E SUA PROPOSTA CIVILIZADORA

Dárcya Jeanne Silva de Araújo[1]

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir o projeto de assimilação dos indígenas à dita sociedade *civilizada* por meio das ações educativas, como parte da ação tutelar laica do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Partindo das raízes do discurso civilizacional defendido no século XIX, discutimos qual o papel legado aos povos indígenas no processo de formação do Estado-nação brasileiro e em que medida a escolarização dos indígenas e o ensino de atividades econômicas refletia o processo de colonialismo interno em curso nas primeiras décadas da República. O debate se assenta na análise de documentos relacionados à atuação do SPI, assim como instrumentos normativos que regulamentaram o órgão federal. Dessa análise, percebeu-se que a educação dos indígenas promovida pela agência tutelar figurava como importante ferramenta de conformação desses povos ao projeto de nação que defendia o progresso e a civilização como bases de um Estado autônomo e moderno, mas que, mesmo após o processo de independência, continuava a perpetuar, internamente, as práticas e relações de poder colonialistas.

Palavras-Chave: Serviço de Proteção aos Índios. Política Indigenista. Educação Indígena.

INTRODUÇÃO

No contexto do processo de formação escolar dos povos indígenas lhes é assegurado o direito a uma educação escolar diferenciada, que atenda às suas especificidades culturais, linguísticas e epistemológicas. Tal prerrogativa encontra amparo na Lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, em seu artigo 78, prevê a "oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas" (BRASIL, 1996, n.p.), com vistas à "recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências" (BRASIL, 1996, n.p).

O avanço que representa a inserção da cultura e saberes desses povos num currículo escolar específico, dando contornos identitários ao processo de escolarização desses grupos, resulta também da própria Constituição Federal de 1988, que representou

1 Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Contato: darcyajeanne@gmail.com.

um marco ao reconhecer “aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988, n.p.).

No contexto das políticas indigenistas adotadas no decurso da história do Brasil, emerge com a República uma nova perspectiva sobre os povos indígenas e seu espaço na então recente ordem social que se projetava no século XX com ares modernistas e numa busca incansável pelo ideal de uma nação *civilizada*. Nesse sentido, Gagliardi (1989) aponta o surgimento de um novo conceito político direcionado à substituição da *catequese*, como atuação de instituições religiosas junto aos indígenas, pelo sentido de *proteção*, em que cabia ao Estado, sob égide da laicidade, fazer-se responsável por esses povos.

Era, portanto, uma política indigenista pautada na condição de tutela estatal, em que os índios estariam sob a guarda administrativa e econômica do Estado por meio do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Na prática, porém, essa política somente respaldou o velho discurso da necessidade de *civilizar* os índios de modo que, mediante um processo de homogeneização, também pudessem contribuir com o desenvolvimento da nação através do trabalho. Mas o que significava exatamente homogeneizar esses povos? Em que medida a educação dos indígenas pelo Estado integrava o projeto civilizacional fomentado pelo discurso de um Estado-nação moderno em curso nas primeiras décadas do século XX?

Diante desses questionamentos, o presente artigo tem por finalidade discutir o projeto de assimilação dos indígenas à dita sociedade *civilizada* por meio do ensino e da formação para o trabalho, como parte da proposta indigenista vigente no século XX e da ação tutelar laica do SPILTN. A discussão proposta se fundamenta na análise da legislação que regulamentou o órgão indigenista nas suas primeiras décadas, bem como do Estatuto Civil dos Índios, de 1928, do Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), de 1910, e da Separata da Revista do Serviço Público, de 1943.

OS INDÍGENAS E O PROJETO DE ESTADO-NAÇÃO BRASILEIRO

No período imperial brasileiro, a discussão política envolvendo o que fazer com os povos indígenas, sobretudo dos sertões, estabelecia-se a partir de duas perspectivas distintas: exterminá-los ou *civilizá-los*. O debate, que remanescia de séculos de dominação colonial, assentava-se, por um lado, nos interesses dos colonos sobre as terras que esses grupos ocupavam, enquanto que, em outro vértice, figurava a ideia de que era possível

promover a integração dessas populações à sociedade como mão de obra para o trabalho (CUNHA, 1992).

Nesse contexto, a ideia de que os índios possuíam condição inferior à dita *civilizada*, e, portanto, estariam em vias de desaparecer, como parte de um processo de extermínio natural, foi objeto de substancial debate tanto entre as elites políticas quanto intelectuais do país. Tal perspectiva foi amplamente defendida por nomes de relevo como o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e o naturalista Karl Friedrich von Martius (1794-1868). A tônica do discurso civilizador encontrou suporte nos primeiros anos do Império nos escritos do estadista José Bonifácio de Andrada e Silva, sobretudo no projeto de lei à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823, denominado *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil* (1992[1823], p. 347-360).

Não obstante a proposta delineada por José Bonifácio em seu projeto de lei não ter logrado êxito no projeto constitucional de 1823 nem na Constituição outorgada de 1824, a ideia de *civilizar* o indígena figurava como objeto de debate nos espaços políticos regionais ante os inúmeros conflitos entre índios e não-índios em todo o território brasileiro (CUNHA, 1992). Como resultado, em 24 de julho de 1845 foi publicado o Decreto nº 426 que aprovava o *Regulamento* ácerca *das Missões de catechese, e civilização dos Índios*, sob influência do discurso progressista defendido pela vertente liberal[2]. Nele, agentes leigos e missionários eram destinados à incutir nos indígenas, especialmente naqueles ainda refratários à convivência com não índios, costumes, hábitos e práticas religiosas, de saúde, ensino e trabalho, visando moldar esses grupos aos padrões da sociedade ocidental.

A retórica civilizacional que percorre todo o século XIX tanto atendia aos anseios pela liberação das terras indígenas quanto à necessidade de mão de obra a partir da visão do índio como uma potencial força de trabalho juntamente com os trabalhadores pobres, haja vista o caldo político e intelectual que se anunciava nas últimas décadas do Império (MATTOS, 2011). A ideia de que os indígenas deveriam, portanto, assumir um papel no cenário nacional contribuindo com o *progresso* da nação continuou a ser sedimentada também na mudança de regime.

O ideário de Estado-nação moderno tributário do pensamento positivista, presente no final do século XIX e que se seguiu para o século XX no Brasil, possuía como elementos fundamentais dois conceitos indissociáveis e considerados universais: *progresso* e

2 "A vertente liberal no trato dos índios foi expressa em sua incorporação como trabalhadores livres. Isso seria possível através de sua civilização, mesmo dos mais bravios, ainda que fosse necessária a incursão de bandeiras, realizadas com "bons modos" para rendê-los" (SPOSITO, 2012, p. 75).

civilização. Refletindo sobre nacionalismo e nacionalidade na América Latina, Eric Hobsbawn (2010) assevera que, até o final século XIX, o nacionalismo latino-americano teve duas fases: uma primeira em que a retórica nacionalista não teve grande força, a despeito dos reflexos da revolução francesa e do patriotismo militar, e uma segunda fase em que, com mais veemência, ele reconhecia-se antitradicionalista. Nesse último momento, segundo o autor, a noção de "nação" estava identificada com a noção de "progresso" a partir da compreensão de desenvolvimento econômico e estabelecimento do poder estatal em toda a abrangência do território nacional, considerando, assim, membros da nação apenas aqueles que se comprometiam com o *progresso* ou pelo menos o aceitavam.

Nesse contexto, a modernização da nação perpassava por uma unidade cultural que compreendia tanto a formação para o trabalho como também a impressão de valores e hábitos considerados modernos (vestuário, língua, religião, e outros), de maneira a fazer com que os esforços em prol do desenvolvimento fossem assumidos por essas populações como parte desse caráter nacional então construído (LIMA, 1995). Assim, *nacionalizar* os indígenas era parte imprescindível nesse processo rumo à *modernização*[3].

Tal concepção refletiu na criação, em 1910, do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Sob a direção do militar Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), o SPILTN foi o "[...] primeiro aparelho de poder governamentalizado instituído para gerir a relação entre os povos indígenas, distintos grupos sociais e demais aparelhos de poder" (LIMA, 1992, p. 155). A criação de um órgão estatal para tutelar as populações indígenas a partir de um projeto laico estava relacionada à visão de um Estado que se entendia responsável pela promoção da *evolução* e assimilação desses grupos à dita *civilização*, em vistas à integração econômica e unidade cultural que fundava o conceito de nação a partir do pensamento eurocêntrico do século XIX (HOBSBAWN, 2010), e que se estendeu às primeiras décadas do século XX.

Não obstante, em 1918, o SPILTN tenha perdido o estatuto de *Localização de Trabalhadores Nacionais*[4], a categorização dos indígenas como trabalhadores permaneceu no cerne do órgão, refletindo, dentre outras áreas, no projeto de educação escolar e de formação para o trabalho, como abordaremos a seguir.

---

3 Libânio e Freire (2011, p. 170) apontam que a concepção de modernização está ancorada na ideia de ocidentalização, ou seja, o Ocidente é considerado o padrão de civilização moderna em que a expansão do capitalismo seria, assim, o próprio processo civilizatório.

4 A responsabilidade pela localização de trabalhadores nacionais foi passada ao Serviço de Povoamento pela Lei Orçamentária nº 3.454/1918.

EDUCAÇÃO, TRABALHO E COLONIALISMO INTERNO

No projeto de *nacionalização* dos indígenas, a educação possuía um papel fundamental na política protecionista do então SPI, o que incluía não apenas a educação formal em escolas primárias, como também a educação moral e cívica, atividades físicas e o ensino agrícola. A esse conjunto de diferentes frentes de atuação educacional Lima (1992, p. 165) nomeia como "pedagogia da nacionalidade e do civismo". A proposta de educação dos indígenas pode ser observada desde os primórdios do órgão, ainda no decreto de sua criação[5], estendendo-se por várias outras normativas reguladoras[6]. É possível perceber a importância dada ao ensino como instrumento civilizador no extrato do Relatório elaborado pelo MAIC, em 1910, sobre atividades relacionadas ao SPI:

> O regimen de servidão, de ignorância, que os aproxima [indígenas] dos antigos escravos, aliás mais valorizados como machinas de trabalho, deve ser substituído por uma situação de igualdade perante a lei, e este objetivo será alcançado, trazendo-os por meios brandos á esfera da civilização, educando-os, instruindo-os, preparando-os para uma vida melhor (MINISTERIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO 1910, p. 3).

É importante frisar que apesar de apregoar uma pretensa "igualdade perante a lei", a concepção nacionalista do início da República apresentava uma posição dicotômica em relação ao indígena: conclamava-o como representante de uma indianidade exaltada na identidade nacional, enquanto que o considerava um indivíduo infantil, incapaz de se autogerir, o que justificaria o papel paternalista e disciplinador do Estado (GARFIELD, 2000). Essa condição de incapacidade atribuída aos indígenas é bastante explicitada no Estatuto Civil dos Índios de 1928[7], em especial no artigo 5º, que previa que a "capacidade, de fato, dos índios soffrerá as restricções prescriptas nesta lei, emquanto não se incorporarem eles á sociedade civilizada" (BRASIL, 1928, n.p.).

Para Castro-Gomez (2005), o Estado-nação é quem opera a construção de "outredades" com vistas à disciplinarização que, na teoria foucaultiana, é o poder latente nas sociedades e instituições modernas. A elaboração do *outro* como diferente, no sentido de inferior, permite a legitimação da relação de poder colonizado-colonizador que se dá

---

5 O art. 15 do Decreto nº 8.072/1910 previa que "Cada um dos antigos aldeiamentos, reconstituidos de accôrdo com as prescripções do presente regulamento, passará a denominar-se «Povoação Indigena», onde serão estabelecidas escolas para o ensino primario, aulas de musica, officinas, machinas e utensilios agricolas, destinados a beneficiar os productos das culturas, e campos apropriados a aprendizagem agricola" (BRASIL, 1910, n.p.).

6 Os regulamentos de 1911 (Decreto nº 9.214), 1936 (Decreto nº 736), 1942 (Decreto nº 10.652) e 1945 (Decreto nº 17.684) abordaram em seus corpos a escolarização dos indígenas como parte funcional do órgão tutelar.

7 Lei nº 5.484, de 17 de junho de 1928, que regulava a situação dos índios nascidos em território nacional.

mesmo dentro de Estados-nação que passaram por processos de independência, como no caso dos países latino-americanos. A retórica legal da *incapacidade* dos indígenas, dada pelo Estatuto Civil, como indivíduos à parte da sociedade, constituía para o Estado brasileiro a legitimação do direito de discipliná-los e moldá-los ao padrão ocidentalizado de sociedade.

É sob tal esteio que se fundamentava a ideia de que o indígena como uma condição transitória seria superado uma vez que, assimilados à *civilização* por meio do ensino e do trabalho, os índios tornariam-se cidadãos. Isso nos revela o próprio relatório, em sua continuidade, quando, na instrução dada sobre a identificação e contato com os índios, o ministério alude que:

> Deveis ouvil-o a esse proposito, e, em seguida, ireis às zonas habitadas por indígenas aldeiados , ou vivendo em comunidade com civilizados, conduzindo-vos de modo a persuadi-los de que ides em missão de paz e que o Governo Federal está deliberado a velar por elles e a fazel-os cidadãos da República.
> Não deveis poupar os meios mais suasórios de os convencer pelo carinho e pela brandura, e os que conquistardes á boa causa serão os naturaes propagandistas da obra civilizadora e humanitária a que o Governo se propõe.
> Deveis examinar, igualmente, sua capacidade de trabalho, suas tendências para a agricultura ou para as industrias, estudar a natureza das terras que ocupam, os meios de os aproximar dos centros de civilização, dos mercados de consumo, inquerindo deles que área de terreno que lhes basta, e de tudo isto fareis circumstanciado relatório, que submettereis ao exame deste Ministerio (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO, 1910, p. 4).

A tônica civilizadora presente no extrato e o claro interesse sobre os territórios indígenas e sobre a potencialidade desses indivíduos como mão de obra, acima retratados, não apenas evidenciam a visão do MAIC sobre essas populações, indicam também o discurso de superioridade e bondade[8] de que o Estado se servia com o fito de justificar o processo de assimilação desses grupos ao mundo do trabalho, quer fossem como trabalhadores rurais, ou ainda como possível força proletária.

A dita *incorporação* dos índios à civilização abrangia, para além do processo de escolarização e capacitação de mão de obra, a formação do indígena como *cidadão* por meio da inclusão de elementos nacionais em seu cotidiano, tais como feriados nacionais civis e religiosos, rituais religiosos de cunho cristão, ensino de cânticos patrióticos, entre

8 "O colonizado aparece assim como o "outro da razão", o que justifica o exercício de um poder disciplinar por parte do colonizador. A maldade, a barbárie e a incontinência são marcas "identitárias" do colonizado, enquanto que a bondade, a civilização e a racionalidade são próprias do colonizador. Ambas as identidades se encontram em relação de exterioridade e se excluem mutuamente" (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 83).

outras práticas que visavam não apenas a transmutar os índios em cidadãos nacionais, cumpridores dos deveres cívicos para com a nação, como também incutir hábitos ocidentais de vestimenta e saúde, como retratado na supracitada Revista do MAIC (1943, p. 8) e transcrito abaixo:

> O P.I.N presta assistência aos índios que estão sendo incorporados à civilização. Aprendem êles a ler e a escrever em português, sendo-lhes ainda ministrada aprendizagem de ofícios adequados, como os de oleiro, carpinteiro, pedreiro, etc. Paralelamente, procura-se interessa-los na prática da agricultura, pecuária, apicultura e psicultura. [...]
>
> Mas, em relação ao problema da assistência e educação nos P.I.N., ainda há que acrescentar que, quanto a esta, também ensinam aos índios cânticos patrióticos, esportes, etc.
>
> As indiazinhas aprendem a costurar, bordar e outros trabalhos manuais. A máquina de costura já lhes é familiar em muitos Postos, bem como bastidores, teares, etc.
>
> Os indiozinhos, que frequentam as escolas, recebem almoço e merenda e são vestidos e calçados à moda dos civilizados.

Esse processo de educação do indígena em vistas ao conhecimento e hábitos considerados modernos revela a condição de colonialismo interno[9] perpetuado nas relações entre os indígenas e o Estado. O conceito aponta para a reprodução das formas de dominação colonial em que as elites nacionais subjugam povos/minorias nos espaços internos das fronteiras políticas do Estado (CASANOVA, 2006). Os aspectos que caracterizam os povos/minorias colonizados no seio dos Estados-nação são elencados por Casanova (2006, p. 410, tradução nossa) como sendo:

> [...] habitam em um território sem governo próprio; se encontram em situação de desigualdade frente às elites das etnias dominantes e das classes sociais que as integram; sua administração e responsabilidade jurídico-política concernem às etnias dominantes, às burguesias e oligarquias do governo central ou aos aliados e subordinados dos mesmos; seus habitantes não participam dos mais altos cargos políticos e militares do governo central, salvo em condição de "assimilados"; os direitos de seus habitantes e sua situação econômica, política, social e cultural são regulados e impostos pelo governo central; em geral, os colonizados no interior de um Estado-nação pertencem a uma "raça" distinta a que domina no governo nacional, que é considerada "inferior" ou, no máximo, é convertida em um símbolo "libertador" que faz parte da demagogia estatal; a maioria dos colonizados pertencem a uma cultura distinta e falam uma língua distinta da "nacional".

9 A teoria do colonialismo interno foi amplamente difundida pelos trabalhos do sociólogo mexicano Pablo González Casanova, tendo passado por uma revisão a partir dos trabalhos desenvolvidos pela historiadora e socióloga boliviana Silvia Rivera Cusicanqui. O conceito encontra espaço entre as teorias que discutem o pensamento pós-colonial que marca uma intensa reflexão não apenas sobre e a partir da América Latina, como também de outros países considerados periféricos e que vivenciaram processos de colonização e dominação.

O retrato descrito acima pode claramente ser observado na realidade indígena no início do século XX. A visão de superioridade que revestia os órgãos envolvidos com a política e ação indigenista no período, além das expressas relações entre o MAIC e as elites latifundiárias, como já abordamos anteriormente, revelam que, mais do que apenas uma proposta protecionista, estava em curso um projeto de [re]colonizar os povos indígenas, dando-se não apenas nos âmbitos econômico e político, mas também social e cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do Serviço de Proteção aos Índios representou um marco na história das políticas indigenistas no Brasil ao propor um modelo tutelar de total responsabilidade do Estado. A proposta de homogeneizar os indígenas, que teve como âncora a educação desses povos, partia, assim, de um padrão único de modelo social: o europeu. A assimilação de hábitos, valores, modo de vestir e pensar, práticas de saúde e religiosas era crucial ao projeto de construção de um Estado-nação uníssono culturalmente. Era necessário não apenas falar a mesma língua, mas, despojados dos elementos sociais e culturais particulares que caracterizavam suas múltiplas identidades étnicas, receberem uma nova identidade, *cidadãos*, que permitisse a plena e irrestrita integração à nova ordem do *progresso*.

A despeito de o SPI ter se tornado símbolo de uma grande mudança na orientação da política indigenista no Brasil, tendo em sua origem uma proposta ideológica bem definida e aplicada nos regramentos normativos do órgão, seu propósito neocolonizador não logrou a assimilação dos índios ao padrão de civilização crida como modelo. A década de 1970 não apenas foi testemunha da estruturação de uma nova concepção sobre a história dos povos indígenas, mas também foi palco de um movimento que, além de crucial na conquista de espaço social e político, é símbolo da resistência desses povos diante dos vários projetos civilizadores e exterminadores que vigoraram ao longo da história.

O surgimento do Movimento Indígena Brasileiro representou a organização coletiva desses grupos, trazendo para o cenário nacional as reivindicações pelo direito de autodeterminação e reconhecimento de seus territórios, consonantes com as mobilizações de indígenas em toda a América. A organização do movimento não apenas os inseriu na discussão política que já vinha sendo travada por outros movimentos sociais, como também representou uma nova percepção dos povos originários sobre si como sujeitos de direitos, estabelecendo também uma nova relação com a consciência social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845**. Contém o Regulamento ***ácerca*** das Missões de catechese, e civilisação dos Indios. Rio de Janeiro, 24 jul. 1845. Disponível em: http://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126. Acesso em: 04 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910**. Crêa o Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionaes e approva o respectivo regulamento. Rio de Janeiro, 26 jun. 1910. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-publicacaooriginal-58095-pe.html. Acesso em: 03 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.214, de 15 de dezembro de 1911**. Dá novo regulamento ao Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionaes. Rio de Janeiro, 15 dez. 1911. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9214-15-dezembro-1911-518009-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 03 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.484, de 17 de junho de 1928**. Regula a situação dos indios nascidos em territorio nacional. Rio de Janeiro, 27 jun. 1928. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5484-27-junho-1928-562434-publicacaooriginal-86456-pl.html. Acesso em: 04 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 736, de 06 de abril de 1936**. Aprova, em carater provisório, o Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro, 07 mai. 1936. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-736-6-abril-1936-472619-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 05 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.652, de 16 de outubro de 1942**. Aprova o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 20 out. 1942. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-10652-16-outubro-1942-464627-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 05 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 05 fev. 2021.

CASANOVA, Pablo González. Colonialismo interno [una redefinición]. *In*: BORON, Atilio A, *et al.* (org.). **La teoría marxista hoy**: problemas y perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 409-434.

CASTRO-GOMÉZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção do outro". *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 80-87.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, 133-154.

GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo: Hucitec, 1989.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 15-42, 2000.

HOBSBAWN, Eric J. Nacionalismo y nacionalidad em América Latina. *In*: SANDOVAL, Pablo. **Repensando la subalternidade**: Miradas críticas desde/sobre América Latina. Peru, Lima: IEP – Instituto de Estudios Peruanos, 2010, p. 311-326.

LIBÂNIO, Pedro; FREIRE, José Ribamar Bessa. Rondon, o Brasil dos sertões e o projeto de nação. *In*: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Memória do SPI**: Textos, imagens e documentos sobre o serviço de proteção aos índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011, 169-177.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, 155-172.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco da paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Poder tutelar y formación del Estado no Brasil: notas a partir de la creación del Servicio de Protección a los Indios y Localización de Tabajadores Nacionales. **Desacatos, Revista de Ciencias Sociales**. México, n. 33, p. 53-66, mai/ago. 2010.

MATTOS, Izabel Missagia de. O indigenismo na transição para a república: fundamentos do SPILTN. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Memória do SPI**: Textos, imagens e documentos sobre o serviço de proteção aos índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011, p. 157-167.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO. **Relatório**, 1910, vol. 2. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Bibliografico&pagfis=295510. Acesso em: 04 fev. 2021.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO. Serviço de Proteção aos Índios. **Separata da Revista do Serviço Público**. Rio de Janeiro: Editora Henrique Velho, ano VI, v. III, n. 3, set. 1943.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Apontamentos para a civilização dos Indios Bravos do Imperio do Brazil. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **Legislação indigenista no século XIX**. São Paulo: EDUSP: CPI/SP, 1992.

SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros**: Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). São Paulo: Alameda, 2012.

A IDEIA DE BRASIL EM MARIZA LIRA: FOLCLORISMO, IDENTIDADE CULTURAL E GÊNERO NO MOVIMENTO FOLCLORE BRASILEIRO

Érica de Souza Teles[1]
Francisco Firmino Sales Neto[2]

RESUMO

No início do século XX, diferentes movimentos culturais se propuseram a construir uma identidade originalmente brasileira. A folclorista Mariza Lira, por exemplo, propôs a ideia de um Brasil formado a partir do folclore. O objetivo desta comunicação é problematizar uma identidade cultural, voltada ao samba, reconhecida como uma cultura nacional. Em termos metodológicos, refletiremos a partir da obra *Brasil Sonoro (1938)*, de Mariza Lira, na expectativa de compreender a importância do folclore para a formação de uma identidade nacional.

Palavras-Chave: Folclore, Identidade Nacional, Mariza Lira, Samba.

INTRODUÇÃO

Com a passagem do século XIX para o século XX ocorreu em grandes mudanças no cenário da cultura popular, de igual modo, nas transformações e ascensão da música popular urbana no centro do Rio de Janeiro. É um dos fatores que provocou uma demanda pelo processo de efervescência das discussões sobre a música popular carioca, foi com processo de industrialização e explosão do êxodo rural, que as cidades ganham novas e diferentes modo de vivenciar a realidade, ou seja, uma fusão cultural, cidades agitadas com a industrialização e empregabilidade da mão de obra, que geraria mais renda e interações sociais e culturais entre sujeitos de vários espaços, que detinham experiências e vivências culturais, que acarretou no surgimento e ressignificação das práticas, tradições da cultura popular.

Desse modo, muitos intelectuais ao perceber às mudanças que a passagem de século acarretou, em consequência da industrialização, outrossim com a modernização brasileira, resultou na busca pela origem das raízes populares, principalmente, nas diversidades

1 Acadêmica do Curso de História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/CFP. E-mail: ericasousateles@gmail.com

2 Professor Doutor, no Curso de História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/CFP. E-mail: nassausiegen@yahoo.com.br

de culturas musicais, a fim de construir uma identidade pretensiosamente brasileira, que exaltasse a música popular como um dos elementos que possibilitasse originar o folclore da música, o símbolo da cultura brasileira, e assim, construindo a identidade nacional através da música no Brasil, com isso, mapeando os principais gêneros musicais que foram surgindo com as fusões das tradições musicais, como o samba, a modinha, choro, e entre outras formas de ressaltar os elementos que mostram a originalidade popular.

Para reunir todas as apurações das tradições culturais, os intelectuais tiveram papéis fundamentais ao buscarem, investigaram, compilaram para realizar as coletas das diversidades culturais produzidas pelo povo, e suas diversas maneiras de compreender o universo popular. Por isso, houve uma geração de intelectuais do século XX que compilou a tradição cultural da música popular com o Movimento Folclórico Brasileiro. Essas ações com o movimento folclórico resultaram na criação de estudos que expandiram as raízes musicais de forma nacional e internacional. Além disso, foram criadas estudos, reuniões, congressos, programas de rádios e revistas para elevar à música popular como uma categoria de identidade da nação brasileira.

E entre os intelectuais que estavam desenvolvendo constantes ações para intensificarem aprimoramento dos estudos folclóricos, estava a intelectual Maria Luiza Lira de Araújo Lima (Mariza Lira), que aprimorou seus estudos em favor da música popular urbana no Rio de Janeiro, juntamente com outros folcloristas como Joaquim Ribeiro, Renato Almeida, que compuseram a Comissão Nacional de Folclore (CNFL), promovendo pesquisas em torno da cidade, para conhecer a cultura produzida pelo povo. Destarte, surgindo redes de sociabilidades para a valorização das raízes da cultura brasileira, que a folclorista Mariza Lira acreditavam que originava a partir da mistura das três raças entre os indígenas, africanos e portugueses, formaria uma cultura da miscigenação, resultou numa formação de identidade do Brasil. Através dessas análises os folcloristas investigaram e divulgaram os saberes populares em eventos que proporcionaram maior visibilidade sobre a identidade brasileiro e seus ritmos, consagrando tanto a identidade nacional como o papel do intelectual folclorista do século XX.

A TRAJETÓRIA DE MARIZA LIRA E SUA VINCULAÇÃO NOS ESTUDOS FOLCLÓRICOS A FIM DE CRIAR UMA INTERPRETAÇÃO SOBRE A IDENTIDADE CULTURAL BRASILEIRA

A intelectual Mariza Lira (1899-1971), folclorista, jornalista, musicóloga, que traçou sua trajetória nos estudos folclóricos, investindo sua carreira para consagrar a música popular urbana, como símbolo da identidade do Brasil. Para isso, a mesma dialogou com

importantes nomes do folclore e das análises sobre o Brasil, entre eles estão Mário de Andrade, Sílvio Romero, Gilberto Freyre e outros intelectuais, os quais a folclorista admirava, e seguia suas perspectivas com relação aos trabalhos desenvolvidos sobre a música, e das raízes que compõem o território brasileiro, acerca dos aspectos da miscigenação que deram embasamento para caracterização da brasilidade, formada pela fusão das culturas africanas, indígenas e portugueses, a qual Mariza Lira acreditava ser um explicação mais lógica para o surgimento de diversas manifestações culturais.

> Mariza Lira, integrante da Comissão Estadual do Folclore, criada por Renato Almeida, autora de *Brasil Sonoro (1938)* e colaboradora assídua da RMP, dedicava-se a estudar a música popular urbana. Seus artigos na revista atestam seu embasamento nos estudos sociológicos e etnográficos a fim de dar sustentação às suas análises. Em seus escritos, na intenção de referendar o samba carioca como folclore urbano, Lira constrói um discurso que relaciona esta música à formação do "caráter nacional". (GARCIA, 2021, p.73).

Nos vastos trabalhos realizados pela Mariza Lira, destaco *Brasil Sonoro (1938)*, que traça uma discussão sobre o ampliamento das relações musicais com o meio social, como muitos ritmos foram surgindo a partir das interações entre fusões sociais e culturais dos sujeitos oriundos de vários lugares, isto é, tinham as influências étnicas, em vista disso, formando vários gêneros musicais que como as trovas, as cantigas, as modinhas, as marchas, o choro e o samba, que influenciaram a formação da brasilidade, "[...] a folclorista definitivamente expôs de modo revelador a importância que dava às relações entre meio, raça e mestiçagem como formadora na nacionalidade e para a consolidação da música nacional e popular". (MORAES, 2006, p.32)

Posto isto, Mariza Lira, ao adentrar nos estudos sobre a música folclórica tenta valorizar e exaltar além dos gêneros musicais, os artistas que consagraram a cultura popular, como Carmen Miranda, Dorival Caymmi, Catulo da Paixão Cearense e entre outros, que cantavam os ritmos cariocas urbanos, como samba, no qual a folclorista viabiliza em seus trabalhos, os quais eram divulgados no órgão oficial da rádio Pranove ou PRA-9, Mayrink Veiga no Rio de Janeiro, em artigos nos jornais na coluna denominada *Galeria Sonora*, *Revista da Música Popular*, a qual a jornalista explorava a biografia dos artistas da época, do mesmo modo apresentando os elementos que compõem a musicalidade, e como a música dava uma identidade formadora para o país. Consequentemente, apresentando os nomes de artistas que estavam exaltando as raízes do Brasil, e isto, serviu para que através do meio de comunicação como o rádio que era o maior potencializador e socializador na época e a imprensa pudessem ocorrer a difusão e enaltecimento de produções autenticamente brasileiras.

> [...] no Brasil o samba dos anos 1920 e 1930 era folclorizado, reivindicado como tradição pelas páginas da revista da Música Popular. Nascido na cidade e difundido pelos meios de comunicação, foi apropriado pelos folcloristas urbanos como o mais "autêntico" representante de nossa identidade mestiça de nação. (GARCIA, 2021, p.85)

Neste caso, a autora expõe o trabalho realizado com o samba como a música urbana nas décadas 1920 e 1930, como o gênero musical que desempenhou papel massivo na construção de identidade do país, da mesma forma, que Mariza Lira se apropria do gênero musical, transmitir a originalidade para que possa preservar-lo, perpetuá-lo, e consecutivamente internacionalizar, para que seja uma característica de representatividade do Brasil, o qual foi propagado pelos meios de comunicação que Mariza Lira estava à frente, como a Revista de Música Popular, Galeria Sonora, ou seja, meios que foram importantes para elevar e reconhecer o samba como um símbolo da brasilidade, e assim, preservando e perpetuando uma memória do samba, fomentando uma memória musical, e isso, serviu para que na metade do século XX houvesse a união de jornalistas e folcloristas para realizar publicações em torno do samba, a fim de tornar o samba carioca como a música folclórica brasileira. (GARCIA, 2021, p. 84-85).

A GERAÇÃO DE INTELECTUAIS DO SÉCULO XX QUE COMPILOU A TRADIÇÃO CULTURAL DA MÚSICA POPULAR COM O MOVIMENTO FOLCLÓRICO

O papel intelectual exercido por Mariza Lira, foi considerado como de mediadora cultural, lembrando que, a participação feminina na produção de saber era inviabilizado, dado que, ser intelectual foi dito como tarefa masculina, sendo considerado por muito tempo como algo feito apenas pelos homens eruditos, letrados, situados na elite da sociedade. Destarte, quando a folclorista Mariza Lira aprofunda seus estudos e às mediações dialogando com outros intelectuais, a mesma conseguiu construiu sua rede de sociabilidade, a qual participou ativamente da Comissão Nacional de Folclore (CNFL) em 1947, um meio em que consagrou seus estudos e, da mesma maneira, intensificando suas pesquisas em torno da música popular. Conforme, Garcia, 2021:

> A consolidação do movimento folclorista, com a criação do Conselho Nacional do Folclore, no final dos anos de 1940, e outras iniciativas daí decorrentes, como a organização de congressos e museus, podem ser interpretadas como uma resposta a esse processo de mundialização da cultura [...] (GARCIA, 2021, p.83)

Em vista disso, a intensificação do movimento folclórico brasileiro, cujo intuito foi promover o saber folclórico à categoria de cientificidade, "[...] a preocupação sobre

os avanços da modernidade alertou os folcloristas sobre a necessidade da criação de um método de registro e de análise das tradições populares, ou seja, a necessidade de transformar o folclore em Ciência: 'Folclore'." (CATENACCI, 2001, 34). Desse modo, a criação das comissões estaduais, semanas nacionais de folclore, congressos, teve o objetivo transformar o folclore no campo do saber científico, com os trabalhos e pesquisas realizadas pelos intelectuais, que estavam envolvidos com diferentes temas relacionados às manifestações folclóricas desempenhadas pela camada subalterna. Esses estudiosos estavam atentos com às mudanças da sociedade, principalmente, no cerne da cultura e suas dimensões, que de acordo, Chartier, "[...] cultura como sistema simbólico absolutamente alheio e irredutível à cultura letrada". (CHARTIER, 1995, p.1)

> Se os estudos de história cultural defendem que todos os sujeitos históricos são produtores de sentidos de forma lata (não há receptor/consumidor/leitor/espectador que seja passivo), e havendo, é certo, aqueles identificados como intelectuais criadores de bens culturais, por que os mediadores não estariam incluídos nessa mesma dinâmica de produção de sentido [...] buscando colocar os bens culturais em contato com grupos sociais mais amplos, formando públicos, "criando" novos produtos culturais ou novas formas de comunicação e aproximação de produtos culturais conhecidos [...] (GOMES; HANSEN, 2016, p.17)

De acordo, com as historiadoras, o papel desempenhado pelos mediadores culturais são interações e interligações com os vários grupos sociais e seus diferentes aspectos de manifestarem seus fazerem folclóricos, os quais são investigados e difundidos pelos mediadores pelos meios de comunicações, por isso, exercendo o papel de transitar entre os grupos e as classes sociais. Dessa forma, é visto que o mediador cultural fomenta um projeto político-cultural, sendo assim, compreendo a mediação cultural a partir das colaborações de Ângela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen que afirmam:

> [...] o mediador cultural, em especial aquele que se dedica à comunicação com públicos externos às comunidades de experts, tem que aprender a ser mediador. Ele se aperfeiçoa nas atividades de mediação e no uso de linguagens estratégias com a sua experiência e com aquela acumulada ao longo do tempo". (GOMES; HANSEN, 2016, p.18-19)

Contudo, as mediações culturais possuem suas dificuldades em duas vias entre o enaltecimento dos conhecimentos subalternizados e a busca pelo reconhecimento pelas às mediações culturais entre a camada popular e a elite, por vezes, não eram valorizadas, com isso, os intelectuais pretendiam obterem reconhecimento por adentrar nos grupos, comunidades, e assim, realizarem trabalhos de pesquisas, elevando e expandindo às manifestações folclóricas à sociedade. Neste momento, criando redes de sociabilidades, a fim de protagonizar trabalhos que mostrem sua fundamentação para os interesses políticos

e sociais. De igual modo, fez a folclorista Mariza Lira ao exercer o papel de mediadora ao promover uma socialização entre conhecimento e práticas do povo e divulgar para enaltecer os valores e saberes que estava entre o popular e a elite, portanto, gerando alternativa de visibilidade para os costumes, por conseguinte, espalhando e educando à sociedade sobre o que estava sendo produzido no território brasileiro.

Portanto, as mediações do folcloristas, a intensificação dos discursos feitos a partir de suas pesquisas, podemos compreender que os folcloristas ao adentrar no movimento folclórico, consegue aperfeiçoar seus olhares e apreciar a cultura popular, abrindo espaço para mulheres e homens terem espaço para aprender sobre o que estava sendo produzido pelo povo, suas danças, músicas, religiosidades, formando um país repleto de diversidade que atraiu os olhares de grupos sociais para admirar e consumir, pelo grande público de vários espaços.

ÀS MUDANÇAS CULTURAIS QUE OCORRERAM NA PASSAGEM DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX COM A MODERNIZAÇÃO E O ESTUDO DAS TRADIÇÕES POPULARES

> [...] quando o termo folclore é criado, a modernização capitalista encontrava-se a todo vapor e os intelectuais que se dispunham a estudar as manifestações populares não pensavam em voltar ao passado como os românticos, pois, com base no projeto iluminista, acreditava-se que o domínio científico da natureza [...] (CATENACCI, 2001, p.29)

A ideia de progresso e de construção da nação com suas riquezas produzidas pelo filho brasileiro, como modo de mostrar os elementos que identificam o Brasil, quais os ritmos, as práticas populares, as culinárias, símbolos que identificassem o país. Ou seja, às mudanças que ocorreram estavam diretamente ligadas aos avanços que a modernidade acarretou, como a aceleração das informações na imprensa, o avanço no mercado de trabalho industrial, que geraram ainda socialização de conhecimento acerca das tradições culturais e sociais. E isso, pode ser visto como a organização das cidades aconteceram e as inúmeras performance culturais que passaram a serem difundidas entre vários grupos, tornando o país rico com suas misturas de tradições e hábitos populares, que passaram a ser notados e valorizados pelos folcloristas, intelectuais mediadores que estudarem e divulgaram as tradições populares na imprensa e rádio na década de 1920.

Com intuito de criar a originalidade da cultura brasileira, uma identidade para a nação que fosse reconhecida dentro e fora do país, estava situada entre os interesses políticos e ideológicos, em que pretendia expandir a cultura popular para mostrar que o país detinham

suas próprias riquezas, e estavam sendo valorizadas através das pesquisas de campo e as amostras pela imprensa e outros meios de socializações. Desse modo, possibilitou o olhar estrageiro sobre o Brasil, como espaço orgulhoso de suas raízes, transformando em nacionalismo e apreço às suas diversidades culturais, que mesmo com o processo de modernização e progresso conseguiu reconhecer e criar suas identidades nacionais. Posto isso, através das manifestações folclóricas, das ações de pesquisas e investigações dos folcloristas, foi possível manter vivo as gerações culturais e seus saberes, artes, danças, músicas, concretizando como subsídios fundamentais para construir uma identidade nacional, que até os dias atuais são exaltadas, como o "país do samba", pois havia uma preocupação por parte dos intelectuais, que com o processo de modernização houvesse a perda das tradições ancestrais que comporiam a cultura do povo.

No século XX com a proporção dos avanços no setor da comunicação em massa, o objetivo seria a divulgação do dia a dia das pessoas nas cidades que enfrentava a ebulição da industrialização, urbanização, e isso, gerava notícias para ser apresentada pelos jornais e rádios da época, diante disso, pode-se afirmar que o século XX foi marcado por aperfeiçoamento das políticas sociais e culturais, que como o movimento folclórico tentava cientificar o saber do povo. Isso posto, os intelectuais nesse processo de identidade nacional, adentraram na organização das informações que foram entregues para o público, lembrando que muitos dos saberes desenvolvimento com as mudanças adquiridas com o desenvolvimento social tinham o quesito de representar um projeto cultural. Por fim, a folclorista Mariza Lira, ao perceber o papel social do povo, encontrou meios de legitimar os conhecimentos, para que com a modernização e as velozes mudanças de mentalidades não pudessem diminuírem as ações folclóricas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a exposição das temáticas discutidas ao longo deste artigo, procurei apresentar um pouco do desenvolvimento e aperfeiçoamento da folclorista, jornalista e mediadora cultural Maria Luíza Lira de Araújo Lima (Mariza Lira) que nasceu no Rio de Janeiro em 1899, e qual construiu sua trajetória a partir dos estudos folclóricos, principalmente voltado ao cultura popular e sua ligação com o samba como música folclórica. Em consequência, a intelectual produziu diversos artigos sobre as raízes folclóricas que foram divulgadas na empresa, pelas rádios e jornais em pleno século XX, e tinha função de originar uma identidade nacional para o Brasil, sistematizando as práticas folclóricas sobre a musicalidade no país, algo que esteve voltado a todo momento em construir uma ideia original sobre o país, principalmente sobre a música.

E a partir de seus estudos e pesquisas como intelectual, podemos notar que Mariza Lira em plena efervescência da modernização do país no século XX, desenvolver pesquisas com outros intelectuais sobre a cultura popular, com foco no samba, e para fazer a propagação do gênero musical que caracterizou a identidade da nação. E muitas das suas pesquisas estavam sendo embasadas nos estudos de Gilberto Freyre com os aspectos da miscigenação que compôs as várias manifestações folclóricas segundo o intelectual brasileiro. Nesse sentido o movimento folclórico brasileiro serviu para intensificar a valorização das raízes da cultura brasileira, como também concretizar os saberes populares em através das uniões entre os folcloristas para desenvolver uma cientificidade, transformando o folclore em algo a ser estudo e exaltado pela sua originalidade ao longo do tempo e das suas ancestralidades.

Por fim, foi concretizado que os estudos folclóricos, desenvolvidos nos século XX, foram fundamentais para compreendermos os avanços que a passagem de século trouxe de novidade as pesquisas feitas pelos intelectuais, e juntamente pelo o objetivo que foi concretizado com os estudos e o aperfeiçoamento com a Comissão Nacional de Folclore, com as semanas nacionais de folclore, os congressos, que visava a construção da ideia de Brasil, e assim, foi realizado pelas pesquisas folclóricas e criado uma identidade para o país.

REFERÊNCIAS

CATENACCI, Vivian. **Cultura Popular**: entre a tradição e a transformação. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v.15, n.2, p.29-35, 2001.

CHARTIER, Roger. **Cultura Popular**: revisitando um conceito historiográfico. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, p.179-192, 1994.

GARCIA, Tânia da Costa. **Do Folclore à militância**: a canção latino-americana no século XX. São Paulo: Ed., Letras e Vozes, 2021.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). **Intelectuais Mediadores**: Práticas culturais e Ação Política. Rio de Janeiro: Ed., Civilização Brasileira, 2016.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: Fontes históricas. Carla Bassanezi Pinsky (org). São Paulo: Ed., Contexto, 2008.

LIRA, Mariza. **Brasil sonoro**: gêneros e compositores populares. Rio de Janeiro: Ed., A Noite, 1938.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **O Brasil sonoro de Mariza Lira**. Revista Temas & Matizes - Unioeste - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, vol. 5, n.10, p. 29-36, 2006.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e História**: homens, mulheres e a prática histórica. São Paulo: Ed., EDUSC, 2003.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão:** o movimento folclórico brasileiro (1947-1964). Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

A IDEIA DE BRASIL EM LUÍS DA CÂMARA CASCUDO: A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA ALIMENTÍCIA BRASILEIRA NA OBRA CASCUDIANA

José Walber Vieira de Oliveira[1]
Luan de Sousa Batista[2]
Francisco Firmino Sales Neto[3]

RESUMO

A trajetória intelectual de Luís da Câmara Cascudo não ficou restrita somente ao campo folclórico. A partir do Movimento Modernista, ele procurou entender as vertentes que deram identidade a nossa alimentação. O objetivo do trabalho é problematizar a formação da cultura alimentícia brasileira. Do ponto de vista teórico-metodológico, partimos das ideias de Cascudo na obra *História da Alimentação no Brasil (1967)*, analisando o surgimento das raízes alimentícias. Por meio desta análise, refletimos os principais contributos que formaram a ideia de cultura alimentícia brasileira.

Palavras-Chave: Câmara Cascudo; Ideia de Brasil; Alimentação Brasileira.

O MOVIMENTO MODERNISTA E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE ALIMENTAR BRASILEIRA

Durante a primeira metade do século XX, o Brasil passou por uma série de mudanças que envolveu quatro dos seus aspectos nacionais. Esses aspectos se desdobraram pelo campo social, político, econômico e cultural, desencadeando na camada de artistas e intelectuais a necessidade de desenvolver entre si, uma maior consciência de nação que procurava se distanciar das perspectivas eurocêntricas. Esse foi o Movimento Modernista, que tinha como principal objetivo propagar o sentimento de uma identidade nacional brasileira, um espírito ufanista como forma de valorizar tudo que fazia parte da cultura do Brasil.

Segundo Mário de Andrade, um dos principais expoentes do modernismo brasileiro, este conjunto de transformações que agenciava o seio da sociedade, foi “o Movimento

1 Acadêmico do Curso de História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/CFP. E-mail: josewalbervieira23@gmail.com

2 Acadêmico do Curso de História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/CFP. E-mail: luansousa016@gmail.com

3 Professor Doutor, no Curso de História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/CFP. E-mail: nassausiegen@yahoo.com.br

Modernista, de que a Semana de Arte Moderna ficou sendo o braço coletivo principal" (1943, p. 231), para incentivar os artistas, intelectuais e demais adeptos a produzirem novas representações da nacionalidade. Assim, buscou-se romper com os preceitos identitários eurocêntricos e os valores parnasianos[4] que não valorizavam a cultura brasileira. Para Raul Bopp (1966), o Movimento Modernista seria um anseio para renovar o sentimento nacional do Brasil, de modo a se distanciar do modelo esteticista e imaginário expressado por membros de uma elite culta que descendia de uma perspectiva europeia. Sendo assim, (BOPP, 1966, 15), nos apresenta uma ideia de Brasil defendida por esta elite.

> Narrava-se um Brasil imaginário, cheio de paisagens coloridas, como um país de utopia. "A terra é de tal maneira graciosa". Trenzinhos subindo o Corcovado. Lá em cima, os paredões de rocha viva, com esculturas monolíticas. E a cidade imensa se estendendo, em sínteses geométricas, pela beira do mar. Sambas por toda parte. Essas digressões iam se repetindo, com acréscimos individuais. Espalharam-se por outros grupos. Os próprios brasileiros, que faziam as suas férias em Paris, começaram a gostar desse "Brasil" cordial, narrado na sua frescura primitiva.

Aos poucos essa imagem parnasiana propagada por uma elite e definida por Bopp, foi perdendo força e a ideia de um Brasil moderno foi ganhando espaço, ultrapassando as esferas políticas e se estendendo para outros campos. No que diz respeito ao campo cultural, este recebeu influência direta da primeira geração de artistas modernistas que faziam parte do movimento. Da mesma forma, destacamos o campo social, influenciado por escritores e intelectuais que estavam preocupados em moldar a história da nação ao mesmo tempo que se posicionavam sobre a égide de um discurso modernista que buscavam conhecer as origens do Brasil. Destarte, sujeitos como Monteiro Lobato, Gilberto Freyre, Mário de Andrade, Luís da Câmara Cascudo e outros pioneiros que se destacaram por se preocuparem em apresentar uma ideia de Brasil a partir dos valores nacionais. (LEME; BASSO, 2014).

Dentre os intelectuais que se preocupavam em construir uma ideia de Brasil por meio dos valores culturais, destacamos nesse texto a figura de Luís da Câmara Cascudo[5]. Consagrado por ser um folclorista de renome e uma das principais referências no tocante aos estudos folclóricos nacionais e internacionais, Câmara Cascudo não restringiu suas pesquisas somente ao campo folclórico, haja vista que a partir do Movimento Modernista,

---

4 Conceito criado durante o século XIX na França, seu principal objetivo era a perfeição e a valorização do que é belo, defendia valores positivistas e criticava o sentimento humano.

5 Luís da Câmara Cascudo (1898-1986), foi um intelectual norte-rio-grandense, ficou internacionalmente conhecido principalmente por estudar da cultura brasileira, dando à literatura e ao folclore importância especial. Foi um folclorista de renome, com ênfase na história da alimentação brasileira e tornou-se uma das principais referências na área.

ele procurou entender as vertentes que deram identidade à nossa alimentação e que deram origem a culinária brasileira. Para isso, Câmara Cascudo procurou conhecer os princípios que deram corpo, ao que hoje convencionamos de alimentação brasileira e pautou suas pesquisas em três vertentes distintas: Indígena, Africana e Português.

Preocupado em conhecer os contributos responsáveis pela formação da culinária brasileira e ao mesmo tempo, objetivando apresentar a História da Alimentação Brasileira para o mundo, o pesquisador trava um discurso com outros intelectuais a fim de consolidar seu conhecimento sobre os hábitos e costumes alimentares dos povos brasileiros. Desse modo, em uma correspondência enviada para o intelectual Josué de Castro (1908-1973) em 1937, na qual, ele anuncia o início do seu trabalho, mais precisamente a escrita de um livro sobre a alimentação, apresentando a estrutura de uma pesquisa voltada para a essência da cozinha brasileira e as influências culturais dos povos indígenas, africanos e portugueses, estes que eram os seus objetos de estudo, como podemos ver a seguir:

> Os títulos servirão para capítulos gerais e os detalhes serão divididos em secções na forma abecedaria. (...) A cozinha na história de um povo e seu valor como traço de cultura. (2) Análise biológica da cozinha brasileira e (3) A formação da cozinha brasileira e as influências culturais – branca, negra e índia. Estes temas pedem bibliografia, especialmente o primeiro e o segundo desta lista, que eu não disponho, etc. por cause… (CASCUDO, 1937).

Diante das suas palavras, percebemos que o indígena, o africano e o português eram pautas para que ele pudesse compreender os costumes de cada uma das etnias e entender a contribuição de cada uma delas para formação da alimentação brasileira. No caso dos indígenas, ele procurou conhecer as constantes e permanências alimentares, que envolvessem seu cardápio sólido e líquido, sobre as técnicas de produzir e consumir seus alimentos naturais. Dos africanos, ele realiza um possível panorama para alcançar suas práticas, seus costumes e suas vivências na execução da sua dieta desenvolvida no Brasil. Por fim, os portugueses foram alvos de análise crítica por terem o caráter de uma cozinha conservadora na cultura popular (CASCUDO, 1967 [1967]).

A forma como Câmara Cascudo analisava os detalhes de cada etnia descendia muito do seu método etnográfico próprio, usado para as pesquisas. Segundo (CORÇÃO, 2012), esse método está sobre o seu conjunto de obras, que oferecem para seus leitores o esboço de um autorretrato que tem como peça inicial sua vivência da infância no Sertão do Rio Grande do Norte e, que muitas vezes era influenciado por elementos que estavam próximos do seu cotidiano. Na sua monumental obra *História da alimentação no Brasil (1967)*, que será discutida adiante, ele apresenta resquícios dos elementos que o influenciaram a estudar a alimentação do povo brasileiro.

> Dos indígenas que pesquisei as permanências alimentares [...] e participação da sua comida na mesa contemporânea. Ouvi ex-escravos [...] que provocaram lembranças que para mim eram preciosas e únicas. Com memória infalível, evocava as fisionomias dos escravos, divertimentos, as caçadas e pescarias autorizadas ou fugitivas, a alimentação normal em que, às escondidas, vez por outra se associava. Dos portugueses documento-me em fontes antigas, eruditas e populares, historiadores, etnógrafos, folclorista; autos de Gil Vicente, rifões vulgares e estudos especiais, fixando os padrões alimentares através do tempo. (CASCUDO, 2011 [1967], p. 13-14)

Nesse processo de consagrar a sua memória pessoal a uma identidade coletiva, (BYINGTON, 2000, p. 27), diz que "a memória individual motivou Cascudo e deu direcionamento a seus estudos, por outro lado, a cultura popular enquanto objeto de pesquisa fez com que encontrasse a si próprio no contexto analisado de tal forma que sua identidade pessoal aparece fundida na identidade coletiva apresentada em sua obra".

É nesse sedento gosto pela culinária brasileira, que o historiador mostra seu contato prévio com os costumes e hábitos alimentares, nessa perspectiva, o autor apresenta o seguinte:

> Em todas as pesquisas nunca esqueci de investigar sobre a alimentação popular em sua normalidade. E também nos dias festivos, ciclo religioso, a comida antiga, modificações, pratos que tiveram fama e são recordados como a mortos queridos. Sertão e praia, cidade e vila, pelo Nordeste, Sul, viagens fora do Brasil, estava vigilante na pergunta e no registro. (CASCUDO, 2016 [1967], p. 11)

Isso posto, apresenta-se neste trabalho como Luís da Câmara Cascudo possuía um interesse plural pela alimentação brasileira e um desejo de atribuir em sua pesquisa, a culinária nacional, sem excluir nenhum tipo de cultura existente no Brasil. De acordo com (FERREIRA, 2000, p.13), esse interesse se deu quando "o assunto Modernismo surgiu no Rio Grande do Norte no ano de 1924, coincidindo com o clima de agitação que se fazia presente diante das transformações que eram anunciadas pelo novo governo". Foi então nesse cenário que percebemos o empenho de Câmara Cascudo pela cultura alimentar e o seu interesse em desenvolver os primeiros escritos com apontamento ao contexto da alimentação.

Os escritos sobre o referido assunto aparecem em relatos, que logo depois tornaram-se crônicas e foram publicadas no *Diário dos 1.104 klmts. (1929)*. Tais crônicas são frutos e historicizam a sua viagem no Sertão do Rio Grande do Norte e Paraíba em 1928 e contam, sobretudo, o seu interesse em aprofundar e registrar o conhecimento em torno da cultura popular. Além disso, ele destaca os principais aspectos ligados à natureza e à riqueza cultural da região, pondo em relevo suas tradições e costumes alimentícios da cozinha sertaneja.

Vale lembrar que as referidas crônicas aparecem no livro, *Viajando o Sertão*, primeira edição publicada em 1934, primeira obra que Câmara Cascudo elucida algumas características da alimentação brasileira. “Neste livro o autor identifica na cultura sertaneja, alheia, no contexto, às influências da modernização, uma essência nacional pela preservação de aspectos históricos na vida cotidiana” (CORÇÃO, 2012, p. 410). Nesse livro o autor escreve em defesa da cozinha sertaneja e a preservação dos hábitos e costumes alimentares. Neste sentido, é dedicado um capítulo a tais elementos, que está intitulado: *Em Defesa da Cozinha Sertaneja*. A partir do exposto, considera-se que entre 1928 e 1963, Câmara Cascudo agiu como um colecionador de conhecimento e reuniu uma gama de informações e discussões sobre a alimentação brasileira que foram compiladas até 1967 com a conclusão e publicação da sua monumental obra, História da alimentação no Brasil.

Essa foi uma pesquisa de caráter amplo, que unifica elementos da cultura indígena, africana e portuguesa e que levou mais de 40 anos para ser centralizada na História da alimentação no Brasil, obra esta, que deu identidade à alimentação brasileira. Durante a sua escrita, Câmara Cascudo empreende investigações e pesquisas etnográficas em diferentes lugares. Além do Brasil, ele estudou o cardápio português e realizou sua primeira viagem à Portugal em 1947 e posteriormente à África, quando viajou para o continente em 1963, para pesquisar as raízes da nossa alimentação nas antigas regiões onde ocorreu o tráfico de pessoas escravizadas para o Brasil.

Tendo em vista a longevidade dessa pesquisa, Adriana Leme e Rafael Basso apontam a sua significância para o autor: “Através de uma vasta compilação bibliográfica e etnográfica, com o uso de fontes eruditas e populares, o folclorista foi responsável por fundar um discurso sobre a culinária brasileira, através de um recorte étnico” (2014, p. 31).

Vemos, portanto, que a *História da alimentação no Brasil (1967)*, pode ser considerado o primeiro trabalho dedicado aos valores culturais e a formação da identidade alimentícia brasileira, fundada nestas três contribuições: o Indígena com seu Cardápio, o Africano com sua Dieta e o Português com sua Ementa. Esses três aspectos deram consistência à identidade nacional e contribuíram para sua formação. Como afirmou Mariana Corção, o discurso levantado por Câmara Cascudo na sua obra, legitima a nossa identidade e fortalece a nossa nação.

> Mais uma vez destacamos que Cascudo escreve em um período de intensificação da circulação de pessoas pelo mundo e da difusão das cozinhas nacionais e/ou regionais apartadas de seu contexto. Assim, um discurso que apresenta a origem de determinadas tradições alimentares não somente garante legitimidade identitária para as mesmas, como as valoriza. (CORÇÃO, 2014, p. 57).

CARDÁPIO INDÍGENA

Voltando-se a uma perspectiva mais pragmática do que aponta Câmara Cascudo no seu estudo sobre cada grupo étnico descrito na História da alimentação no Brasil, façamos uma abordagem de como foi estudado o Cardápio Indígena. Para entender esses costumes e hábitos, Câmara Cascudo se apoiou, sobretudo, em documentos históricos e recorreu a fontes como a carta de Pero Vaz de Caminha para entender os primeiros contatos entre indígenas e portugueses.

Além disso, outra fonte bastante problematizada foram os textos literários escritos em língua portuguesa, crônicas narrativas sobre a colônia e os povos originais. Câmara Cascudo também buscou compreender esse passadio alimentar através de peças teatrais de autores como Gil Vicente, trabalhos de Hans Staden e Gabriel Soares de Sousa e relatos de viajantes estrangeiros que estiveram estudando o Brasil durante o seu período colonial. Com isso, ele destaca textos produzidos por Henry Koster e Saint-Hilaire. (CASCUDO, 2011 [1967]). Através desse método de pesquisa, ele procurou compreender a cultura alimentícia que se originou no Brasil, que no caso seria a alimentação indígena e como ela foi se disseminando sobre a cozinha portuguesa a partir do ano de 1500, quando os portugueses chegaram ao Brasil.

Contudo, ele chama atenção para o primeiro contato alimentar entre as duas etnias e diz:

> O primeiro depoimento sobre a alimentação indígena é a carta de Pero Vaz de Caminha, datada deste Porto Seguro da vossa ilha de Vera Cruz, hoje sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500. [...] Sabemos a data do primeiro contato dos brasileiros baianos com a comida europeia, sexta-feira, 24 de abril. Dois tupiniquins são levados à nau-capitânia e recebidos com aparato". (CASCUDO, 2011 [1967], p. 73).

Por decorrência disso, os portugueses também decidiram provar a culinária indígena. Para Câmara Cascudo o destaque dessa culinária foi a mandioca (macaxeira), nomeada como "Rainha do Brasil" e o principal recurso alimentar no Brasil colonial. Além da mandioca, a alimentação indígena baseava-se no milho, que era complementado com a carne de caça e peixes, fruto da pesca que eram assados ensossos. Também destacamos o pirão e o mingau, feito de farinha de mandioca e pimenta, condimento da cozinha indígena. Assim como esses gêneros alimentícios, outros também contribuíram para formação da alimentação brasileira ao se relacionarem com os hábitos portugueses.

DIETA AFRICANA

Enquanto Câmara Cascudo analisou o Cardápio Indígena através de documentos históricos, na Dieta Africana ele fez sua análise a partir de um contato direto com a África, sobretudo, com os povos africanos. Como já foi citado anteriormente, a pesquisa sobre a alimentação africana e a sua contribuição para formação da nossa identidade alimentícia se deu por meio de uma análise etnográfica na África, quando ele viaja para o continente em 1963, por encomenda do Embaixador paraibano Francisco de Assis Chateaubriand (1892-1968), por intermédio da Sociedade de Estudos Históricos D. Pedro II, que tinham como objetivo realizar uma pesquisa sobre alimentação brasileira no continente africano "nas áreas da antiga exportação de escravos para o Brasil" (CASCUDO, 1963 Apud ED. KEFFEL, 1963, p. 72).

A sua pesquisa no continente africano sobre a alimentação brasileira durou cerca de três meses, na qual percorreu em torno de 20 mil quilômetros do território africano, especialmente a África Ocidental e analisou principalmente os povos bantos. Em uma entrevista concedida ao jornal *O Cruzeiro* em 1963, ele relata partes da sua viagem, sobretudo, da pesquisa e diz que:

> O tema preferencial não impediu a curiosidade noutros domínios etnográficos na plenitude de suas múltiplas manifestações. Tanto estava eu nos museus, bibliotecas, institutos, como estudava mercados, aldeias, festas, conversando com governadores, administradores, sobas, lavradores, homens de todas as procedências, vendo bailado, ouvindo música, provando comidas e bebidas locais, e assistindo-lhes ao preparo. Creio ter percorrido uns 20 mil quilômetros africanos, além dos intermináveis percursos de acesso em aviões. Interessava me, totalmente, o mundo banto. (CASCUDO, 1963 Apud ED. KEFFEL, 1963, p. 72).

Sua permanência naquele continente lhe propôs uma questão de familiarização com os aspectos sociais e culturais predominados pelos africanos e lhe fez traçar análises etnográficas, aspectos folclóricos e saberes ditos populares que estavam presentes no "cotidiano negro". Como fruto dessa viagem, Câmara Cascudo realizou duas pesquisas que se concentraram nas obras Made in Africa, publicada em 1965 e História da alimentação no Brasil publicada posteriormente em 1967 e que deu uma identidade nacional a alimentação brasileira.

EMENTA PORTUGUESA

Finalizando o seu projeto de pesquisa em torno dos aspectos que contribuíram para a formação de uma identidade alimentar brasileira, Câmara Cascudo investigou, por fim, a

contribuição da cozinha portuguesa para a construção da nossa nacionalidade. Com isso, além das suas viagens a Portugal, ele se submete ao método de pesquisa semelhante ao que foi desenvolvido quando analisou o Cardápio Indígena. Para isso, ele investiga os costumes e hábitos alimentares, iniciando suas pesquisas e refletindo sobre a alimentação em Portugal no contexto da chegada ao Brasil.

Além disso, ele pauta suas análises, sobretudo, nos documentos históricos dos trabalhos de Gil Vicente, relatórios de antigas navegações quinhentistas e seiscentistas, apoiando-se também nas perspectivas de antigos cronistas que faziam parte da Corte Portuguesa. Dessa forma, Câmara Cascudo faz um exército através do uso de material histórico dos preceitos que os portugueses teriam plantado no Brasil, como os seus costumes e hábitos e a valorização dos gêneros, que até então, eram desconhecidos, a exemplo do sal e do açúcar, mas que aos poucos foram se enraizando como uma base para formação da cozinha nacional. (CASCUDO, 2011 [1967]).

Também foi levada em consideração nas pesquisas de Câmara Cascudo, a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808, a qual teve uma grande influência por agenciar a entrada de uma elite política que chegava à colônia brasileira composta por vários adeptos, entre eles, os cozinheiros com as suas diversas práticas culinárias, que aos poucos foram sendo difundidas entre outros cardápios. Nesse sentido, Mariana Corção mostra como ele faz para entender esse passadio alimentar português.

> Ementa Portuguesa, Cascudo enfatizou o jantar de João Semana, personagem do livro As Pupilas do Senhor Reitor de Júlio Dinis, publicado em 1863, e a ceia d'Os Velhos, comédia de João da Câmara, de 1879. Ele entendeu que esses trechos literários valeriam como depoimento da realidade do cotidiano português da segunda metade do século XIX, período de descaracterização da cozinha tradicional nas cidades. (CORÇÃO, 2014, p. 65).

Segundo Leila Algranti e Wanessa Asfora "Portugal é assim pensado como ponto de partida, local do qual saíram ingredientes, técnicas e receitas que conformarão posteriormente a culinária nacional". (ALGRANTI; ASFORA, 2014, p. 256). No entanto, esse era o objetivo de Câmara Cascudo, compreender como Portugal se tornou o ponto de partida para construção da nossa identidade alimentar, através do seu caráter conservador no horizonte da sua cozinha, sendo este o motivo de tanta influência sobre os nossos valores e práticas alimentícias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do que foi discutido neste trabalho, percebemos que o Movimento Modernista se tornou um fenômeno responsável pela formação da imagem da cozinha

brasileira que entendemos atualmente. Haja visto, o caso de Câmara Cascudo que foi impulsionado a pensar uma ideia de Brasil através desse movimento e por meio da sua vasta compilação bibliográfica e etnográfica, com o uso de fontes eruditas e populares, difundiu uma pesquisa inédita em torno do campo alimentício e se tornou um sujeito responsável por fundar um discurso sobre a culinária brasileira, trazendo uma identidade nacional para a alimentação, através de um recorte étnico desenvolvido a partir da cultura indígena, africana e portuguesa.

Por conseguinte, a obra *História da alimentação no Brasil (1967)*, se tornou uma menção nacional e internacional, pois muitos intelectuais tomaram essa fonte como importante referência e pautaram em suas pesquisas aspectos que ela apresenta, no que diz respeito elementos culturais que são trabalhados ao longo das suas entrelinhas. Sua relevância alcançou um estado significativo e não se restringiu apenas ao meio acadêmico, assim como também contribuiu para formação de profissionais da saúde, como é ressaltado pelo próprio Câmara Cascudo: “Essa História nos seus limites de exposição, oferece a campanha nutricionista a visão do problema no tempo e a extensão de sua delicadeza porque irá agir sobre milenar, condicionador, poderoso em sua suficiência: o paladar”. (CASCUDO, 2011 [1967], p. 14).

Portanto, a pesquisa fomenta os principais contributos que formaram a ideia de uma cultura alimentar e apresenta um Brasil que também foi pensado e construído através dos mais diversos costumes, entre elas os hábitos alimentares. Através disso, refletimos sobre o trabalho de Câmara Cascudo. Enquanto outros intelectuais se preocupavam em construir um sentimento de nação voltado para o campo da música popular, da literatura, da arte e entre outros aspectos, Cascudo pensava o Brasil por meio da vertente alimentícia, sendo essa, uma característica peculiar para a época em que o país passava por um processo de modernização. No entanto, a obra *História da alimentação no Brasil (1967)*, oferece elementos para interpretarmos a identidade do Brasil e das cozinhas que aqui se produzem os valores culturais dos povos brasileiros, formados a partir de três culturas distintas: a indígena, a africana e a portuguesa.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, L. M; ASFORA, W. **Luís da Câmara Cascudo e a ementa portuguesa**: a contribuição de Portugal na construção do pensamento sobre a cozinha brasileira. São Paulo: 2014.

ANDRADE, Mário (1943). **Aspectos da literatura brasileira**. 6ª ed. São Paulo. Martins: 1978.

BYINGTON, Silvia Ilg. **Pentimentos modernistas**. As cores do Brasil na cor respondência entre Luís da Câmara Cascudo e Mário de Andrade. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

BOPP, Raul. **Movimentos Modernistas no Brasil** (1922-1928). Rio de Janeiro: Livraria São José, 1966.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Global, 2016 [1967].

CASCUDO, Luís da Câmara**. Made in Africa**. 5. ed. São Paulo: Global, 2001 [1965].

CORÇÃO, Mariana. A influência do gosto da cozinha portuguesa na **História da alimentação no Brasil** de Câmara Cascudo. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 25, nº 50, p. 408-425, julho-dezembro de 2012.

CASCUDO, Luís da Câmara**. Câmara Cascudo, o "provinciano incurável":** desvendando os caminhos de história da alimentação no Brasil. Curitiba, 2014.

Correspondência (1937). Câmara Cascudo para Josué de Castro. Rio de Janeiro. **Fundação Joaquim Nabuco**, acervo Josué de Castro, pasta 85.

FERREIRA, José Luiz. **Modernismo e tradição**: leitura da produção crítica de Câmara Cascudo nos anos 20. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, UFRN, 2000.

KEFFEL, Ed. Mestre Cascudo Descobre o Mestre Cuca Africano. **O Cruzeiro**: Revista – RJ, 03 de Agosto de 1963.

LEME; BASSO. **A formação da brasilidade – a construção do discurso modernista sobre a culinária**. Revista de Contextos da Alimentação Vol. 3, dezembro de 2014.

IRMÃOS TIMÓTHEO: PIONEIRISMO E INVISIBILIDADE DE ARTISTAS NEGROS NO MOVIMENTO MODERNISTA BRASILEIRO

Karine Nogueira dos Santos[1]
Francisco Firmino Sales Neto[2]

RESUMO

Apesar de considerados por alguns críticos como precursores do modernismo no Brasil e de terem sido pintores prestigiados no começo do século XX e alunos talentosos da Escola Nacional de Belas Artes, Arthur e João Timótheo da Costa são ainda pouco estudados nas produções sobre o tema. O objetivo deste trabalho é analisar, através da trajetória dos irmãos Timótheo, a invisibilidade a que foram sujeitos artistas negros no movimento modernista e na sua pretensão de construção de uma identidade nacional. A reflexão será empreendida a partir de autores/as que pensam *raça, arte*, *identidade* e *saber* na perspectiva decolonial, como Aníbal Quijano (2005), Igor Moraes Simões (2019), Renata Felinto dos Santos (2019) e Grada Kilomba (2016)

Palavras-Chave: Irmãos Timótheo; Modernismo; Artistas Negros, Decolonialidade.

INTRODUÇÃO

> *Falar de história desse lado dos trópicos sempre foi, ou deveria ter sido, não esquecer do navio e do nascimento simultâneo da disciplina.*[3]
>
> *Igor Moraes Simões*

De acordo com Monica Velloso (2011), há uma tendência em se associar o Movimento Modernista Brasileiro à Semana de Arte Moderna, evento que ocorreu no ano de 1922, na cidade de São Paulo. Todavia, desde os primeiros anos do século XX, segundo essa autora, era possível se observar consideráveis "sinais de modernidade'' e para além de São Paulo. É a essa linha de pesquisa que critica a associação da modernidade no Brasil

1 Graduanda em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cajazeiras - Paraíba. E-mail: karinendossantos@gmail.com

2 Professor do curso de Licenciatura em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cajazeiras - Paraíba. E-mailnassausiegen@yahoo.com.br

3 Com "navio'', o autor se refere à colonização e tráfico e escravização de pessoas negras. "Nascimento da disciplina" diz respeito à História da Arte.

a um acontecimento e a um espaço específicos que o presente trabalho se vincula.

Nesta perspectiva, analisamos o caso de dois artistas visuais negros do começo do século XX - Arthur e João Timótheo da Costa -, que apesar de seus talentos e contribuições para a renovação da arte de sua época, ainda são pouco mencionados quando se trata da precursão do modernismo brasileiro. A partir da observação da trajetória dos irmãos Timótheo, buscamos pensar a atuação de pessoas negras na arte modernista e nas pretensões de construção de uma identidade nacional que ela continha; bem como a invisibilidade a que essas pessoas foram sujeitas na História e na historiografia da Arte.

Para o desenvolvimento dessa discussão, propomos a reflexão em torno dos conceitos de *modernismo* (ou melhor, *modernismos*), *identidade* e *arte* com base, principalmente, em estudos decoloniais. A crítica não se direciona apenas aos apagamentos, mas também aos mecanismos discursivos que os possibilitaram e possibilitam. Compreendemos que pensar as questões aqui propostas através de perspectivas decoloniais é pensar, como escreveu Igor Moraes Simões (2019, p. 3), "desde a outra praia, aquela em que o barco atracou, onde chegaram os coisificados.".

Isto significa dizer que consideramos nossa condição de país que foi colonizado e em que povos ameríndios, africanos e seus descendentes foram e são violentados física e culturalmente. Esta percepção é indispensável ao se escrever sobre dois artistas negros que nasceram livres, mas no Brasil de antes da abolição da escravatura e sobre um movimento que esteve ligado a pretensões de construção de uma identidade nacional.

De acordo com Renata Felinto (2019, p. 343),

> É desumana e desonesta qualquer abordagem acerca da história das pessoas negradescendentes no Brasil que seja acrítica do ponto de vista do escopo sócio-histórico. A subcidadania também é uma forma de sub-humanidade a qual está condicionada a população negra brasileira. **Realizar escritas que apontem para essa realidade e a reflexão acerca dela é uma forma de reparação e de concretização da utopia de equiparação, ao tempo em que as mesmas enfraquecem o mito da democracia racial** que se forja nos anos 1930 e que vem persistindo até a atualidade. [Grifos nossos]

A autora nos propõe, portanto, ir além dos problemas que parecem estar em primeiro plano em nossa pesquisa e considerar a amplitude das exclusões a que pessoas racializadas como negras foram e são sujeitas.

QUEM FORAM OS IRMÃOS TIMÓTHEO?

> *[...] estamos questionando, em uma sociedade plurirracial, onde estavam e estão pessoas não-brancas que atuaram no que chamamos de sistema de arte [...].*
>
> *Renata Felinto dos Santos*

A autora e pesquisadora Renata Felinto dos Santos (2019), chama a atenção para a necessidade de se retomar as biografias e obras de pessoas negras artistas, reconhecendo as contribuições que forneceram/fornecem e criticando os apagamentos que lhes foram impostos. Nesta perspectiva, buscamos destacar alguns aspectos da vida dos irmãos Timótheo, a partir do trabalho de Simone de Oliveira Souza. Embora o objetivo deste texto não seja, especificamente, realizar uma biografia dos artistas, consideramos fundamental, de acordo com o posicionamento que assumimos, mencionar esses dados biográficos.

Arthur e João Timótheo da Costa eram filhos de José Timótheo da Costa e Emília de Mesquita Timótheo. Nasceram no fim do século XIX, no Rio de Janeiro. Arthur nasceu no dia 12 de novembro de 1882 e João no dia 24 de dezembro de 1879. Há documentos que apontam para o parentesco entre os irmãos Arthur e João Timótheo e outros artistas negros, como o compositor e maestro Henrique Alves Mesquita (SOUZA, 2020), supostamente avô materno deles. Apesar disso, não foram encontradas comprovações de que mantivessem contato.

A despeito dessa hipótese de parentesco com artistas, quem encaminhou os irmãos Timótheo para estudar na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) foi Ennes de Souza, um mecenas, que era também o diretor da Casa do Moeda do Rio de Janeiro, onde Arthur e João trabalhavam como aprendizes. Estudando na ENBA, eles passaram a ter aulas com diversos artistas prestigiados da época e a se destacar nas exposições promovidas pela Escola, chamando a atenção de jornalistas (SOUZA, 2020).

Através das Exposições Gerais de Belas Artes (EGBA), receberam medalhas e prêmios, estes últimos consistindo, em alguns casos, em viagens, geralmente para a Europa. Arthur ganhou um desses prêmios e viajou para a França, em 1908, onde passou dois anos estudando em algumas instituições de artes aclamadas de Paris. Em 1910 Arthur e João viajaram para Turim, juntamente com outros artistas brasileiros, e lá trabalharam em decorações. Esses artistas brasileiros, incluindo os irmãos Timótheo, viajaram por outros países da Europa e entraram em contato com as tendências contemporâneas.

Quando retornaram ao Brasil, Arthur Timótheo realizou exposições individuais e, juntos, os irmãos realizaram trabalhos decorativos em espaços públicos e privados. Além disso, existem outras importantes ações dos irmãos a serem destacadas, como a

participação dos mesmos na oficina de água-forte, organizada por Modesto Brocos, e na Sociedade Brasileira de Belas; dados levantados pela historiadora da arte Simone Souza (2020). O envolvimento de Arthur e João nessas atividades os manteve em contato com outros artistas de seu tempo.

É importante enfatizar que, embora os irmãos Timótheo tenham recebido oportunidades e, graças ao empenho e ao talento que demonstraram, desfrutado de certa aclamação e prestígio, ainda estiveram sujeitos a limitações, especialmente João. Souza (2020) destaca, em sua dissertação, trechos de jornais que evidenciam a procura do artista por rendas extras, através da venda de *retratos* e do emprego como professor.

Além disso, tanto Arthur quanto João terminaram suas vidas no Hospício de Alienados do Rio de Janeiro, acometidos por problemas ligados à saúde mental. Arthur faleceu em 5 de outubro de 1922. Pouco tempo depois, em 1932, João faleceu no mesmo Hospício, onde estava internado havia dois anos. Lima Barreto (1881-1922), um outro notável artista negro do início do século XX, também esteve internado nesse Hospício em que os irmãos Timótheo viveram seus últimos anos.

MODERNISMOS: ONDE ESTÃO OS ARTISTAS NEGROS?[4]

> *[...] surge um país que pretendia agora realizar uma revisão das suas raízes e que, dessa forma, buscava redefinir o papel de uma entidade difusa a que se nomeou povo.*
>
> *Igor Moraes Simões*

Simone Souza (2020) em seu trabalho sobre os irmãos Timótheo e a coleção do Museu Afro Brasil, reuniu alguns fragmentos de críticas às obras de Arthur e João Timótheo que mencionam a originalidade e a criatividade dos artistas e reconhecem suas contribuições para a renovação da arte do início do século XX. Essas críticas também destacam que os artistas não se limitaram a uma única técnica, mas, à medida em que entraram em contato com diferentes tendências, foram alterando as formas de trabalhar as cores, as luzes e as pinceladas.

Além disso, os irmãos, especialmente Arthur Timótheo, produziram retratos de pessoas negras desprovidos de estereótipos ou tentativas de embranquecimento,

4 Referência ao artigo de Igor Moraes. SIMÕES, Igor Moraes. Onde Estão os Negros? Apagamentos, Racialização e Insubmissões na Arte Brasileira. **Porto Arte**. Porto Alegre, v. 24, n. 42, pp. 1-13, nov/dez de 2019.

escapando às teorias racistas que permearam o século XIX e o início do XX. Arthur Timótheo, inclusive, desenvolveu telas que tinham como temas centrais aspectos da vida cultural e social do Brasil, exemplo disso são as pinturas *Carnaval* (1913) e *A Forja* (1911)[5]. Em detrimento a isso, esses artistas são mencionados em poucos trabalhos associados ao movimento modernista e, em grande parte das vezes em que são, recebem a classificação de *pré-modernistas*.

Esta questão torna-se ainda mais incontornável quando se tem em conta que não só os artistas visuais aqui estudados foram reduzidos a esse apagamento, mas também outros/as artistas negros/as que estavam inseridos/as nesse contexto e envolvidos/as com os "sinais de modernidade". Velloso (2011) critica a ausência de menção, quando se trata do movimento modernista, a José do Patrocínio, que foi fundamental para a formação do grupo de intelectuais boêmios do Rio de Janeiro. Tendo isso em vista, procuramos a seguir compreender alguns desses mecanismos de invisibilização.

Nesta perspectiva, a busca pela desnaturalização do conceito de raça é um primeiro caminho, pois estamos tratando da história de pessoas racializadas como negras. Para Aníbal Quijano (2005), a *raça* não é natural, mas naturalizada. Racializar e hierarquizar os indivíduos é um mecanismo europeu e colonial de dominação de corpos, identidades e subjetividades. A colonialidade, segundo Quijano, mantém uma relação direta com a concepção de *modernidade*. Esta foi associada pelos europeus ao progresso e associaram o progresso a si próprios. Isto diz muito sobre o empreendimento de se afastar as pessoas negras de tudo que se tenta colocar enquanto *moderno* dentro dos moldes europeus.

Embora essa pareça ser uma análise bem mais ampla, está, na verdade, muito próxima do que tem sido debatido neste texto. Como já foi mencionado, Monica Velloso (2011) chama a atenção para a tendência que existiu por muito tempo e ainda se faz presente de associar o modernismo no Brasil à Semana de Arte Moderna, em São Paulo. A maior parte dos integrantes do grupo que organizou este evento era de homens brancos e de classe alta. Esta associação, portanto, exclui diversos grupos que estariam, supostamente, representados no projeto de *nação* desses intelectuais.

Dentro desse contexto, o conceito de modernismo, assim como o de modernidade sobre o qual fala Quijano, seria apropriado por um grupo que, buscando torná-lo uno, eliminaria toda a multiplicidade de possibilidades que ele poderia oferecer, o que resulta na hierarquização entre os modernistas, os pré-modernistas e aqueles que só deveriam estar envolvidos no movimento e no projeto de identidade nacional como os *objetos*. Enntretanto, essa tentativa de apresentar o movimento modernista de maneira tão restrita

5 A tela trata da questão operária, um tema recorrente da chamada *modernidade.*

vem sendo questionada.

Para combater esta exclusão, Velloso (2011) propõe que se trabalhe com a noção de modernismos e não de modernismo. Pensar os múltiplos modernismos invalida, inclusive, a divisão entre pré-modernos e modernos, considerando que os primeiros não estiveram aquém do modernismo, mas, sim, que experienciaram e contribuíram com o processo dentro da diversidade que ele permitia. De acordo com a historiadora:

> A instauração do modernismo data, portanto, de um **longo processo feito de avanços e recuos, lampejos inovadores e gestos de contenção**, ocasionando polêmicas incessantes. Encontramos na nossa produção literária e artística [...] esses sinais de modernidade, já presentes desde a virada do século XIX para o XX. (VELLOSO, 2011, p. 371) [Grifos nossos]

Renata Felinto (2019) também critica a expressão *pré-modernistas*. ela considera os irmãos Timótheo como artistas precursores do modernismo no Brasil, pois desde os primeiros anos do século XX estiveram em contato com diferentes tendências que viriam a influenciar a arte modernista no Brasil. Mas, para além das técnicas, é importante observar que esses sujeitos racializados como negros, em uma sociedade imediatamente posterior à abolição da escravatura, estavam fazendo arte e representando e se autorepresentando através dela.

Não se pode desconsiderar isso se se deseja destacar a *História Insubmissa da Arte* sobre a qual fala Igor Moraes (2019). Para esse pesquisador, a história insubmissa de pessoas negras de uma forma geral e de pessoas negras artistas em específico é o que não permite que os *homens da árvore*[6] sejam mantidos no esquecimento:

> [...] a história da arte brasileira parece ter esquecido dos homens da árvore [pessoas negras que foram colonizadas e tiveram suas culturas e identidades violentadas] e, ainda hoje, se debate sem saber exatamente o que fazer diante da assunção de outras histórias, aquelas que são da **ordem do insubmisso**. (SIMÕES, 2019, p. 2). [Grifos nossos]

São essas histórias da *ordem do insubmisso* que criticam as tendências limitantes e homogeneizantes. Pessoas negras, como os irmãos Timótheo da Costa e tantos/as outros/as artistas, estavam fazendo essa história insubmissa - no movimento modernista e em diversos outros momentos - sobre a qual escrevemos agora. Pensamos aqui uma identidade nacional composta por indivíduos múltiplos e atuantes, não por indivíduos coisificados.

---

6 No artigo mencionado na nota anterior, Simões (2019) usa a metáfora da árvore do esquecimento em torno da qual os/as africanos/as foram obrigados/as, por seus colonizadores, a rodar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Existe um medo apreensivo de que, se o/a colonizado/a falar, o/a colonizador/a terá que ouvir e seria forçado/a a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades do 'Outro'. Verdades que supostamente não deveriam ser ditas, ouvidas e que "deveriam" ser mantidas "em silêncio como segredos". Gosto muito dessa expressão, "mantidas em silêncio como segredos", pois ela anuncia o momento em que alguém está prestes a revelar algo que se presume não ser permitido dizer (o que se presume ser um segredo). Segredos como a escravidão. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo. (KILOMBA, s.d, s.n)

A partir da discussão levantada, percebemos que os apagamentos impostos a artistas negros/as em se tratando da história e historiografia do modernismo e da arte no Brasil fazem parte de um mecanismo maior de violência e silenciamento. A pretensão de reduzir a pluralidade de um movimento e, mais do que isso, de um projeto de formação de uma identidade nacional a um grupo de indivíduos, faz parte de um mecanismo colonial que vem submetendo pessoas racializadas como negras à árvore do esquecimento (SIMÕES, 2019).

Apesar disso, esforços vêm sendo realizados no que se refere à recuperação dessas histórias, atuações e obras, que devem ter suas contribuições reconhecidas. Pensamos esse processo de recuperação dentro da concepção da escritora e pesquisadora Grada Kilomba, que sugere uma *descolonização do conhecimento*. Isso quer dizer que as *histórias insubmissas* necessitam de espaço para que venham à tona, para que esses indivíduos não precisem permanecer rodando em torno da *árvore*. Esse espaço, porém, só pode existir se questionarmos, desde o interior, a violência contida na própria forma de se produzir saber

REFERÊNCIAS

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o conhecimento**. Instituto Goethe. Tradução Jéssica Oliveira. Disponível em http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf. Acesso em: 30 de agosto de 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf . Acesso em 30 de Agosto de 2022

SANTOS, Renata Aparecida Felinto dos. A pálida História das Artes Visuais no Brasil: onde estamos negras e negros? 344 **Revista GEARTE**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 341-368, maio/ago. 2019.

SIMÕES, Igor Moraes. Onde Estão os Negros? Apagamentos, Racialização e Insubmissões na Arte Brasileira. **Porto Arte**. Porto Alegre, v. 24, n. 42, pp. 1-13, nov/dez de 2019.

SOUZA, Simone de Oliveira. **Estudo da Coleção do Museu Afro Brasil.** Guarulhos, 2020. 334 f.. Dissertação (mestrado em História da Arte) - Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Humanas, Programa de Pós Graduação em História da Arte, 2020.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O Tempo do Liberalismo Excludente:** da primeira República à Revolução de 1930. 5º Ed, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011. (Coleção O Brasil Republicano, v. 01) pp. 352-386

FOLCLORE REGIONAL E AÇUCAREIRO: MEDIAÇÃO CULTURAL E PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO POR MANUEL DIÉGUES JUNIOR (1950)

Luan de Sousa Batista[1]

José Walber Vieira de Oliveira[2]

Francisco Firmino Sales Neto[3]

RESUMO

Este trabalho analisa a produção intelectual de Manuel Diégues Júnior (1912-1991), especialmente seus textos sobre o folclore açucareiro e regional. Estabelecemos uma análise historiográfica, baseada na análise de discurso de Michel Foucault (2008), por meio das produções "O banguê nas Alagoas" (1949) e "Folclore e região" (1951). A partir das concepções de Gomes e Hansen (2016), tratamos Diégues Júnior como um intelectual produtor de uma mediação cultural na transição do folclore para a antropologia cultural, tomando a relação entre o regionalismo e o folclore para pensar o Brasil em meados do século XX.

Palavras-Chave: Manuel Diegues Júnior; Mediação Cultural; Regionalismo; Folclore Açucareiro.

A FORMAÇÃO REGIONALISTA DE MANUEL DIÉGUES JUNIOR ENQUANTO UM MEDIADOR CULTURAL

A construção deste texto se dar por meio de uma análise do pensamento de Manuel Diegues Júnior (1912-1991) em torno do Nordeste/Brasil açucareiro, o qual realizou o estudo sobre a sociedade brasileira, especificamente a nordestina, com discussões antropológicas em torno das relações culturais. Pelo viés de uma história intelectual procuramos investigar a trajetória de Manuel Diegues Junior, a maneira que pensa a formação da identidade e história nacional na década de 1950. Também temos o intuito de identificar a sua atuação como mediador cultural, enfatizando a ideia de um folclore açucareiro e regional para compreender a sua formação intelectual e regionalista, onde

1 Acadêmico do Curso de História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/CFP. E-mail: luansousa016@gmail.com

2 Acadêmico do Curso de História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/CFP. E-mail: josewalbervieira23@gmail.com

3 Professor Doutor, no Curso de História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/CFP. E-mail: nassausiegen@yahoo.com.br

elege práticas que se centralizam na autenticidade da cultura popular. Aqui, Manuel Diégues Junior é tratado como homem de seu tempo[4].

Do ponto de vista teórico, nos fundamentamos nas concepções de Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen (2016), utilizando o conceito de intelectuais mediadores para tratar Manuel Diégues Júnior como um intelectual produtor de uma mediação cultural na transição do folclore para a antropologia e a relação entre o regionalismo e folclore em seu pensamento na metade do século XX.

Não foi por acaso que escolhemos o conceito de mediador cultural, uma vez que, a atenção dos intelectuais mediadores se volta para práticas culturais de difusão e transmissão, ou seja, práticas que fazem circular os produtos culturais em grupos sociais mais amplos e não especializados. A atuação intelectual se direciona para a produção de conhecimentos, disseminação de ideias e a mediação entre tempos, grupos, círculos sociais e culturais distintos.

> O intelectual que atua como mediador cultural produz, ele mesmo, novos significados, ao se apropriar de textos, ideias, saberes e conhecimentos, que são reconhecidos como preexistentes. Com esses outros sentidos inscritos em sua produção, aquilo que o intelectual "mediou" torna-se, efetivamente, "outro produto": um bem cultural singular (HANSEN e GOMES, 2016, p.18).

Metodologicamente, baseada na análise de discurso de Michel Foucault (2008) realizamos uma análise historiográfica sobre o arcabouço teórico-metodológico de Manuel Diégues Júnior acerca do seu método etnográfico na escrita sobre um folclore açucareiro e regional. Foucault (2008) considera que em vez de só o sujeito ser o fundamento do conhecimento, o próprio sujeito é constituído historicamente por intermédio do conhecimento.

Manuel Di**é**gues Junior será constituído pelas próprias práticas discursivas enquanto letrado que se apropria das práticas culturais, as registra e as transforma em folclore. Em relação à sua produção em jornais e revistas, recorremos à hemeroteca digital da Biblioteca Nacional e do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP). Destarte, que Nordeste seria esse de Manuel Diégues Junior? Como ele produz um folclore açucareiro e regional em seu povo e em sua história? O que seria o Nordeste nesse período no ponto de vista cultural?

---

4 Manuel Diégues Junior não é da velha geração. Se lançou como intelectual no momento de transformações dentro das ciências sociais no Brasil. Um momento de disputas de espaço e campos de atuação, perspectiva teórica, procedimentos metodológicos e de redes de sociabilidades. Tanto foi folclorista como antropólogo cultural. Por isso que o utilizo para observar os processos de transição dos estudos do folclore para a antropologia.

QUEM É MANUEL DIÉGUES JUNIOR?

Intelectual alagoano, homem erudito e autor de diversas obras e trabalhos folclóricos, antropológicos e sociológicos, durante a sua vida de pesquisador, realiza uma investigação das culturas regionais para assim definir uma identidade nacional conforme as expressões de cada povo e lugar. Pertenceu a uma geração que esteve sob prática de aperfeiçoamento científico, cultural, econômico e político. Sua trajetória começa na própria terra natal (Alagoas), dentro de uma movimentação cultural e intelectual do modernismo. Se especializa na vida universitária, passa a desempenhar diversas funções e a ocupar diferentes cargos públicos. Se estabelece definitivamente em 1945 no Rio de Janeiro, onde passou a trabalhar com a perspectiva de cultura açucareira na chave do folclore e da antropologia cultural.

Dentre tantas funções que desempenhou, em 1949 foi eleito membro da Comissão Nacional de Folclore (CNF). Participou nos campos de estudo de folclore e cultura popular no Brasil e da sua própria institucionalização, o que hoje é o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) em 1958. Foi professor de antropologia cultural e de antropologia do Brasil na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro entre 1950 e 1982. No período de 1974 e 1979 integra o Conselho Federal de Cultura (CFC) e dirigiu o Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais (CLAPCS) entre 1961 e 1973.

Na metade do século XX eram notórias as mudanças pelas quais passava o Brasil. Manuel Diégues Junior estava em plena atividade intelectual, agindo como um mediador cultural dentro do conceito de regionalismo, o qual já vinha sendo discutido desde a década de 1920, onde consolida uma ideia de cultura popular em torno da sociedade açucareira. Neste período, também estava havendo o trânsito pelas ciências sociais quando estas nem mesmo haviam se institucionalizado (VASCONCELOS FILHO, 2012).

O FOLCLORE AÇUCAREIRO

A partir dos anos de 1930 o Nordeste passa a ser tratado como uma região política e os estudos folclóricos vão em sua direção por ser mais próximo de uma originalidade do passado e um espaço onde a modernização e as alterações seriam menos sentidas. Como espaço de atuação deste trabalho, lidamos com o Nordeste como um regionalismo que se conecta com outros lugares por uma fusão de continuidades (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013).

Nesta região o folclore fazia parte do engenho da cana-de-açúcar, que além de ser o coração da produção açucareira, era o espaço de convívio social, trocas culturais e de resistências, principalmente no período colonial por causa da escravidão. O Brasil, hoje,

é herdeiro de muitos aspectos folclóricos, culturais e espaciais dessa sociedade que se formou em torno da produção do açúcar, tanto é que o próprio Manuel Diégues Junior nos detalha:

> Como nas adivinhas, em outras várias manifestações folclóricas do Nordeste estão presentes a cana de açúcar. Não é de estranhar que assim seja. Foi a cana a base da formação econômica da sociedade regional [...] de modo que não é de estranhar a presença da cana de açúcar ou do açúcar, em particular, nas manifestações folclórica dos nordestes. Na verdade, em torno da cana de açúcar se formou todo um ciclo folclórico no Brasil. A cana de açúcar é ainda a mais importante destas atividades, no campo do folclore, pelo que produziu através de séculos. Sua presença continuada assegura a permanência de seus motivos, como base para a vida popular, estimulando a conservação de tradições, cantos, danças, festas etc. Por isto mesmo o que ainda hoje se preserva de mais essencialmente folclórico no Nordeste vem, de modo particular, da área da cana de açúcar. Nela se originaram, sobretudo nos engenhos, as diferentes manifestações ainda hoje preservadas na memória popular, sem prejuízo – claro – de transformações verificadas no correr dos tempos (DIÉGUES JUNIOR, 1968, p. 142/144).

Manuel Diégues Junior destaca que o folclore brasileiro ainda não tinha uma sistematização própria de sua existência e realiza uma fundamentação de divisão dos ciclos da época histórica em nossa evolução como povo. Por meio do seu livro *O Banguê nas Alagoas: Traços da Influência do Sistema Econômico do Engenho de Cana de Açúcar na Vida e na Cultura Regional* (1949), apresentou a influência do engenho de açúcar na organização social e cultural da região Nordeste. Fez uma produção teórico metodológica, o que representou o início da sucessão de estudos sobre assuntos antropossociais brasileiros e apresenta os traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar alagoanos. Ele afirma:

> Há, por isso mesmo, necessidade de adotarmos um critério que permita acolher todas as manifestações folclóricas, ao mesmo tempo que faça concessões aos critérios anteriores. É que teremos de estudar o folclore, inicialmente, dentro da época de cada manifestação; e ainda em relação à região onde surgiu essa manifestação. [...] Não há negar que, no campo do folclore, a regionalização das pesquisas é fator decisivo ao bom êxito dos estudos já no que se refere ao levantamento de mapas culturais de cada região [...] é certo que no folclore brasileiro há dificuldade de encontrar um só elemento generalizado a todo o país; [...] esta regionalização, porém, terá que se enquadrar no tempo. E isto o estudo do folclore alagoano permite. Assim se nós quisermos basear na evolução histórica desse folclore, podemos verificar que ele se formou ao influxo das mesmas causas que determinaram a evolução político-social; a formação histórica do folclore alagoano acompanhou as mesmas etapas que a vida alagoana registra na sua evolução como povo. De resto o mesmo acontece com o folclore do Nordeste em geral, sua relação com a vida da região. Vem dos primórdios da nossa terra; surge quando esta surgiu ao mundo brasileiro, e este ao mundo europeu (DIEGUES JÚNIOR, 2006 [1949], p. 287 e 288).

Para Manuel Diégues Junior os engenhos eram o centro de convergência de todas as atividades econômicas, sociais e políticas. Por isso que descontrói os muros do campo social para desenvolver com centralidade estudos sobre a paisagem açucareira, destacando as expressões folclóricos e manifestações de uma cultura para a constituição de um regionalismo.

Desta obra se extrai o éthos da trama social alagoana com um pensamento estendido para a região Nordeste. Desbrava-se o seu território e acentua-se na construção de engenhos os fundamentos da colonização. Mostra a exploração do açúcar e do homem, mas também o que o banguê realizou na vida alagoana. Os aspectos que envolvem sua existência, economia, vida social, a existência dos escravos, as manifestações. Faz o registro de atos que aparecem nas manifestações sociais ou culturais, estabelecendo a importância de conhecer a história açucareira e nos permitindo pensar por uma visão regionalista, as suas manifestações culturais e folclóricas, considerando:

> Deste modo, mais característico é o folclore do açúcar, por isso que se refere a uma produção básica na formação brasileira. Se a civilização açucareira constitui marco significativo na vida nacional, evidentemente o seu folclore, refletindo o sentimento popular em relação a ela, não pode deixar de exprimir se relacionado com o trabalho nos engenhos (DIÉGUES, JUNIOR, 2006 [1949], p.293)

Na década de 1950 a questão do regionalismo se tornou uma problemática que não poderia ser explicada somente por uma perspectiva econômica e política, mas também pelos seus atributos simbólicos e culturais para encontrar as suas verdadeiras vivências e manifestações, como um resgate de suas tradições, memórias e história regional.

Com relação ao folclore dentro da dimensão regional, em 1951 Manuel Diégues Junior escreve no Diário de Pernambuco sobre *Folclore e Região*:

> Se é certo que nem tudo que é regional é folclórico, não padece dúvida, porém, que o folclórico deve ser regional. Isto é, deve ter uma base de região, a da área ou ambiente territorial em que se manifesta o fato, onde ele é colhido e encontrado os aspectos peculiares que ele recebe. O que por outro lado, não tira o caráter universal do folclore, quer dizer, a universalidade de manifestações folclóricas, a existência em quase todos os povos de ideias, crenças, fatos que se incluem no folclore. A base regional do folclore, porém, é que lhe dá os contornos mais definidos. A sua expressão como sobrevivência ou existência ou aparecimento de motivos que se tornam populares naquela aérea. Pois todo fato folclórico tem sua área de existência, muito embora se encontram variantes em outras regiões. Justamente a definição territorial – ou da região – permite que se caracterize a origem, o fundamento, a manutenção dos fatos folclóricos, estudando-se os grupos étnicos e a cultura da região em que ele aparece. Como ciência, o folclore se integra na região, tendo em vista os elementos que formaram esta, que lhe deram as características culturais, que se condicionaram, não

> determinaram o seu desenvolvimento. Como toda manifestação de cultura humana, o fato folclórico se origina dos fatos que caracterizam a região. Este caráter regional do folclore, entretanto, não deve constituir uma feição de regionalismo como luta ou divergência: antes como expressão de feição própria de região ou melhor como elemento que caracteriza o ambiente em que se formaram os respectivos grupos humanos. A marca regional tanto quanto no homem se imprime do folclore pois a base do folclore está sempre na sua delimitação em determinada área. Apesar do que não se perde nele o sentido universal. Regionais são os tipos sociais do Brasil e como reflexo dessas condições regionais surgem nas manifestações de cada região como elementos culturais da respectiva formação (DIÉGUES JUNIOR, 1951, p. 17).

Segundo Manuel Diégues Junior, a região é um espaço de variedades e contrastes culturais, fruto do processo de relação entre as pessoas, o que constituirá o regionalismo e o regional. De modo geral pode-se considerar o regionalismo como um método de estudo e análise dos fatos, movimentos sociais e culturais de uma região, considerando que a região, enquanto um espaço de cultura, nem sempre tem limites fixos ou definidos, não confundindo com seus aspectos geográficos e administrativos. Dentro deste regionalismo, pode-se encontrar as manifestações populares da vida no engenho. Considera as regiões culturais do Brasil como um sistema de vida em que as diversidades regionais proporcionam a formação e o fortalecimento de uma unidade de cultura nacional ou o elo comum da coesão (DIÉGUES JUNIOR, 1970).

O folclore também é compreendido a partir das diversas manifestações culturais dos vários grupos étnicos que compõem a sociedade brasileira. Contudo,

> O folclore seria um repositório de um inconsciente regional, uma estrutura ancestral, permitindo o reconhecimento espectral de nossa cultura regional. O folclore seria expressão da mentalidade popular, e esta, por sua vez, da mentalidade regional (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.91).

Para Manuel Diégues Junior o regional em seu conjunto é que caracteriza o geral, onde o nacional nasce do regional e o brasileiro representa a diversidade de culturas. Embora pareça paradoxal, o certo é que nada é tão caracteristicamente brasileiro como esta diversidade de aspectos regionais que o país oferece. De extensão tão enorme, de diferenciações culturais tão nítidas, de formação por vezes diversas, em seu entendimento, o Brasil teria de basear-se naturalmente no equilíbrio dessa diversidade de cultura, na variedade de contrastes tanto geográfico como cultural do Brasil (DIÉGUES JUNIOR, 1949).

O FOLCLORE REGIONAL

Ao visualizarmos o folclore como elemento regional, o consideramos como algo que constitui o regionalismo para discutir a passagem do folclore para uma antropologia cultural. Nesse sentido Manuel Diégues Junior passa a compreender a região como ambiente de estudo folclórico ou como centro de convergência do trabalho folclorista, a qual passa ser caracterizada pela presença atuante do homem, ou melhor, como o homem nela agiu e atuou, criando-a. Para este intelectual é justamente essa definição regional que permite a caracterização da origem, do fundamento e da manutenção dos fatos folclóricos (DIÉGUES JUNIOR, 1970).

O regional para o intelectual regionalista era um desfilar de elementos culturais raros, pinçados como relíquias em via de extinção diante do progresso. Uma narrativa antiquário que resgatava o que estava prestes a ser passado. Deste resgate encontram-se os elementos e manifestações do folclore que sintetiza uma ligação entre o regionalismo nordestino e a valorização do que seriam as manifestações culturais. Dessa forma, percebemos que o regional é aquilo que caracteriza, identifica e marca o modo de ser e de viver de uma determinada região, onde não é somente um lugar geográfico, espaço e área de habitação de determinadas pessoas, mas que também possui o modo de viver, de se ocupar o espaço, de construir a sobrevivência dos aspectos linguísticos, alimentares, culturais e costumes que constituem uma identidade regionalista (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011).

A região é elaborada discursivamente e no caso do Nordeste é subjetivada. Ao vivenciar uma identidade incorporada, dá-se força ao regionalismo nordestino e sua subjetividade. O Nordeste não é homogêneo, mesmo que se pense num regionalismo homogeneizador, onde o discurso deste último máscara as divisões internas da região. Diante disso, será que Manuel Diégues Junior descreve um Nordeste homogeneizado? É por causa disso que os engenhos de açúcar não se especificam somente numa dimensão espacial, arquitetônica e industrial, mas proporcionam uma diversidade cultural e de comportamento, formando-se não só como um patrimônio material, mas também imaterial.

O que acontece no Nordeste se conecta com outros lugares. Por isso que o regionalismo aqui foi tratado não só como uma expressão territorial, política e de elite, mas também como um espaço de atuação intelectual no registro de suas manifestações culturais. A região não pode ser pensada, dita, vivida e praticada somente no plano discursivo. A região é uma construção antes de tudo humana, e, portanto, submetida a uma determinada historicidade.

AS RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE

No período que decorre os seus estudos acadêmicos, Manuel Diégues Junior se tornou estudioso no âmbito das ciências sociais e um colaborador de Gilberto Freyre, cujo foco era nos estudos de uma sociologia nacional com ideais gilbertianos. Ele estava primeiro vinculado a instituições folclóricas, pensando o folclore como elemento cultural do povo e depois trabalhou com a ideia de antropologia cultural, produzida dentro de uma transição. Mas vale destacar que no período de sua atuação intelectual estava havendo uma evolução dos estudos antropológicos e o folclore sendo considerado obsoleto. Por isso, percebermos em Manuel Diégues Junior um antropólogo que dá um passo científico acadêmico além do que o folclorista faz.

Como a ideia da economia açucareira estava muito relacionada ao regionalismo que se estabelece no Recife – PE nos anos 1920 com Gilberto Freyre e outros intelectuais, Manuel Diégues Junior também estava ligado à tradição regional e nordestina pensando o folclore a partir do açúcar. Porém, mesmo vindo da tradição Freyriana, não faz isso por uma discussão sociológica em relação a formação da sociedade, mas pela chave do folclorismo para pensar a cultura popular e produzindo um regionalismo de origem folclórica.

Sua definição sobre um folclore regional e açucareiro e o seu método de produção realizou-se sob influência de Gilberto Freyre nos estudos do folclore,

> De modo que em folclore não é só perigoso generalizar ou querer concluir através de um só levantamento em dado ponto do país; é talvez mesmo errado, ou pelo menos precipitado, tentar realizar qualquer estudo sem que se parta das pesquisas regionais. Através dos diversos focos culturais que se espalharam pelo Brasil, [...] tornar-se-á possível melhor delineamento das pesquisas folclóricas; estas passariam a ser feitas em base puramente regional (DIÉGUES JUNIOR, 2006 [1949], p. 288).

Destarte, utilizou Freyre como uma das suas principais fontes na elaboração de reflexões e das suas obras sobre a cultura brasileira. Usou estratégias gilbertianas em relação a identidade regional, cultural e racial, o que foi importante na redefinição da cultura para os folcloristas, onde continha visões de que a história, a cultura, as expressões folclóricas não eram feitas somente pelas elites, mas principalmente pelos desconhecidos e anônimos, pelo saber do povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Manuel Diégues Junior se tornou um culturalista fecundo por seis decênios. Formalizou um pensamento adaptado à realidade brasileira e suas influências no processo de folclorização. Cada produto apresentado em suas obras tem uma história, um significado dentro da questão cultural que manifesta a identidade de cada povo e lugar. Realizou um estudo histórico-cultural e antropológico sobre um folclore regional e açucareiro, ou seja, tornou visível o conhecimento que se manifestava além da atividade açucareira. A maioria dos trabalhos publicados por ele mostra-o como um estudioso da cultura brasileira e suas características regionais, vinculado à literatura do engenho.

Ressaltamos que não utilizamos o discurso do espaço regional sob uma formalização emocional, auto compassiva ou como um espaço encarado como uma vítima, mas como um recipiente de acontecimentos, dotado de cientificidade, movimentados por uma intelectualidade de mediação, discurso acadêmico e científico de Manuel Diégues Junior. Colocamos este intelectual na posição de sujeito mediador e produtor de um discurso regional, de práticas ditas e vistas como regionalistas, regionalizantes ou regionalizadoras. Fizemos do recorte estabelecido neste trabalho, o suporte para vivências, experiências, atitudes, emoções e investimentos de desejo, considerando que a região é, ao mesmo tempo, um dispositivo de forças e saberes que aparece como externo aos sujeitos (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008).

Um dos primeiros resultados alcançados neste trabalho diz respeito ao pensamento que Manuel Diegues Júnior desenvolve e descreve em suas obras, procurando sintetizar os valores regionais, na constituição de uma identidade nacional. A sua historiografia é de um contexto específico do seu lugar social – o Nordeste – contendo todas as estratégias que um autor intelectual mobiliza para fazer a sua intertextualidade ao dialogar com outras dimensões de disputa e tensões na produção de conhecimento.

Como segundo resultado, identificamos o método etnográfico deste intelectual, que mergulhou nos modos de organização social da região Nordeste, amparando as manifestações folclóricas de uma história açucareira dentro de sua mediação cultural na metade do século XX. Mesmo sendo considerado um antropólogo cultural e explícito naquilo que pensa, Manuel Diégues Junior permaneceu em uma raiz folclórica muito forte.

Partindo desse pressuposto, destacamos que o campo abordado neste trabalho residiu na importância que ele possui para a sociedade, mostrando o conhecimento do que se manifestava além da produção de açúcar dentro da atividade açucareira.

Por fim, ao considerarmos o folclore como regional/ açucareiro e a antropologia cultural como o processo de nacionalização do mesmo, percebemos em Manuel Diégues Junior um intelectual científico acadêmico que vai além do que faz como folclorista, já que em seus primeiros anos de estudo estava vinculado a instituições folclóricas e a posteriori, passa a trabalhar com a ideia de antropologia cultural, produzindo dentro desta transição uma história social e uma análise sistemática sobre a história nacional.

REFERÊNCIA

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **O objeto em fuga:** algumas reflexões em torno do conceito de região. Fronteiras, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 3. ed. Recife: FJN: Massangana; São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos:** a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950). São Paulo: Intermeios, 2013.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **"O morto vestido para um ato inaugural":** procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Entendendo o Folclore e a Cultura Popular.** Texto produzido especialmente para o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Rio de Janeiro. 2002.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica:** antropologia e literatura no século XX/ James Clifford; organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando:** uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1981.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. **O Banguê nas Alagoas:** traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional. 3. ed. Maceió: EDUFAL, [1949] 2006.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. **Os estudos regionais e a geografia brasileira**. Diário de Pernambuco. Recife – Pernambuco, nº 212, ano 124, 11 set. 1949, p. 18.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. **Folclore e Região**. Diário de Pernambuco, Recife - Pernambuco, n. 201, v. 2, set. 1951, p. 17.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. **Lembranças do folclore canavieiro**. Brasil açucareiro: Revista quinzenal dirigida pela comissão de defesa da produção do açúcar. Instituto do açúcar. Rio de Janeiro, nº 2, v. LXXII, 1968, p. 142/144.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. **Regiões culturais para o estudo do folclore brasileiro**. Revista brasileira do folclore. Rio de Janeiro, nº 28, agosto, 1970.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patricia Santos. **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais**. In: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.231-269.

VASCONCELOS FILHO, Marcos. **Manuel Diegues Junior:** o regional e o cultural. São Paulo: Intermeios, 2012.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Entre o regional e o nacional: folcloristas na década de 1950**. Artigo-originalmente apresentado ao XIX Encontro Anual da ANPOCS. Grupo de Trabalho sobre Pensamento social no Brasil. Caxambu (MG). 1995.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e missão:** o movimento folclórico 1947-1964. Rio de Janeiro: FUNARTE: Fundação Getúlio Vargas. 1997.

REGIONALISMO E HISTORIOGRAFIA: GILBERTO FREYRE E A ESCRITA HISTORIOGRÁFICA EM *NORDESTE (1937)*

Rosane dos Santos[1]

RESUMO

Este artigo tem por objetivo abordar o regionalismo e sua relação com a escrita historiográfica na obra *Nordeste (1937)* de Gilberto Freyre. O movimento regionalista surgiu no Brasil na década de 1920 como um movimento que procurava se contrapor ao modernismo paulista e a sua forma de pensar o Brasil e a cultura brasileira. Notadamente, Freyre foi um dos autores que juntamente com os romancistas do chamado romance de 30, como José Lins do Rego e Rachel de Queiroz, contribuíram para moldar uma imagem do nordeste brasileiro. Deste modo, procuramos com este trabalho discutir algumas das contribuições do pensamento freyreano para a historiografia e como sua visão de regionalismo integra-se em sua escrita historiográfica ao abordar a região nordestina e o Brasil a partir da zona da mata.

Palavras-Chave: Gilberto Freyre; regionalismo; historiografia.

MODERNISMO E REGIONALISMO

Os processos de renovação cultural e artística do eixo Rio-São Paulo e do Nordeste manifestaram-se em cenários e regiões marcadamente contrastantes, e exerceram influências diferentes na formação dos intelectuais, escritores e artistas brasileiros, no início do século XX. O rótulo de “futuristas” expressa com propriedade a postura do movimento modernista carioca e paulista, pois apesar de suas diferenças e especificidades em relação ao Movimento Futurista Italiano de Marinetti, o Movimento Brasileiro celebrava a urbe moderna, o dinamismo e a confiança no futuro. (COELHO, 2007).

O Modernismo brasileiro alcançou sua maior expressão com a Semana de Arte Moderna, realizada em 1922. Entre suas influências destacava-se o Futurismo italiano e outras correntes estéticas vindas da Europa. A Semana de Arte de 1922 teve como sua principal contribuição a ruptura com as velhas formas acadêmicas e artísticas. (COELHO, 2007).

Nas grandes cidades do Nordeste o panorama urbano, cultural e social era diferente

---

1 Discente do Programa de Pós-Graduação em História do Mestrado em História dos Sertões da UFRN/CERES. Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

do eixo Rio-São Paulo. Em Recife, capital de Pernambuco, assistia-se a um forte embate intelectual e cultural entre ideias modernistas e regionalistas. Empenhado na promoção do movimento modernista brasileiro, o jornalista Joaquim Inojosa que exercia forte influência no *Jornal do Comércio*, defendia a difusão dos textos e dos postulados modernistas apresentados na Semana de Arte Moderna realizada em São Paulo. Inojosa advogava em favor da supremacia da modernidade e do desenvolvimento urbano-industrial, enquanto outros escritores e jornalistas defendiam uma certa preservação da tradição e do sentimento regionalista. (COELHO, 2007).

Na verdade, a história do regionalismo mostra que ele sempre surgiu e se desenvolveu em conflito com a modernização, a industrialização e a urbanização. Ele é, portanto, um fenômeno moderno e, paradoxalmente, urbano. A primeira geração modernista saudou a modernização endossando o gosto e os valores daqueles que lucravam com ela, sem atentar para as dores e desgostos dos que com ela perdiam. Daí o ataque violento do próprio Mário de Andrade ao regionalismo. Na história do regionalismo brasileiro a transição difícil nos reajustes sucessivos da economia aos avanços do capitalismo mundial se trama de modo específico e a literatura tende a recontar o processo ora como decadência ou como ascensão, ora com pessimismo, ora com otimismo, dependendo de que lado está: da modernização ou da ruína. (CHIAPPINI, 1995, p.155).

Com a modernização das técnicas agrícolas, o êxodo rural, o desenvolvimento das cidades e de uma literatura urbana, o regionalismo tem sido visto como ultrapassado, retrógrado, localismo estreito e reacionário tanto do ponto de vista estético quanto ideológico. Essa crítica esquece, no entanto, que ele é um fenômeno eminentemente moderno e universal, contraponto necessário da urbanização e da modernização do campo e da cidade sob o capitalismo. Por isso continua a existir e a dar frutos como uma corrente temático-formal contraditória onde têm lugar os reacionários e os progressistas. (CHIAPPINI, 1995, p.156).

O regionalismo nordestino tinha suas raízes principais em Pernambuco, estado que guardava desde o período imperial o espírito revolucionário e republicano forjado por uma história de lutas e disputas políticas, tais como a resistência ao domínio holandês; a guerra dos mascates; a revolução de 1817; a confederação do equador; a revolução praieira em 1848; a campanha abolicionista, liderada por Joaquim Nabuco e José Mariano. Uma tradição revolucionária cultivada, sobretudo pelo empenho do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, fundado em 1862. (COELHO, 2007).

Os escritores regionalistas eram classificados como retrógrados e bairristas. Seus opositores interpretavam sua defesa das tradições e da região como apego aos valores de

uma sociedade arcaica que estava em extinção. O respeito à tradição em uma sociedade marcadamente agrária como o Brasil foi interpretado como uma forma velada de reforçar estruturas conservadoras e impedir o desenvolvimento do processo urbano-industrial, projeto esse vitorioso no Rio de Janeiro e São Paulo, e incipiente em Pernambuco e na Bahia, regiões que desfrutaram do esplendor no período colonial e no início do império, mas perderam importância econômica e política com a República, dominada pela política paulista do "café com leite". (COELHO, 2007).

Apesar dos ataques, os intelectuais do Nordeste abriram espaços na literatura e nas ciências sociais, e Gilberto Freyre participou ativamente deste processo com artigos no Diário de Pernambuco, na organização do Livro do Nordeste, em 1925; e na realização do Congresso Regionalista em 1926. Seu apego ao regionalismo rendeu críticas e ataques incisivos de seus opositores. (COELHO, 2007).

Para contrapor-se ao modernismo brasileiro, Gilberto Freyre estruturou um contramovimento que procurava aceitar as modificações modernistas de forma moderada e as tradições regionais, ao mesmo tempo em que procurava fazer conviver as mais diversas manifestações, como os chamados folguedos populares natalinos, os saudosos pastoris, nas manifestações carnavalescas revivendo as la ursa e os festejos juninos. "Nessas manifestações culturais, ele procurava aprofundar as raízes africanas e indígenas do Nordeste sem desprezar as influências ibéricas". (ANDRADE, 2004, p.15).

Freyre se uniu a um grupo de pessoa ligada a várias posições políticas e a famílias tradicionais, mas comprometidas com a defesa da cultura pernambucana: o professor de Direito e internacionalista Odilon Nestor, o médico Alfredo de Morais Coutinho, o usineiro e jornalista Carlos Lyra Filho, diretor do Diário de Pernambuco. Além desses mencionados, também reuniu em torno de si pessoas que compartilhavam ideias regionalistas, como o amigo e escritor José Lins do Rêgo; seu primo psiquiatra Ulisses Pernambucano; o psicólogo social Sílvio Rabelo; o crítico literário e historiador Olívio Montenegro; o jornalista Aníbal Fernandes; o desenhista Manuel Bandeira, entre outros. (ANDRADE, 2002).

Em 1925, Carlos Lyra Filho convidou Gilberto Freyre para organizar um livro comemorativo do centenário do Diário de Pernambuco. Imprimindo sua marca regionalista na organização, Freyre encarregou alguns intelectuais, escritores e artistas para produzir uma rede de estudos sobre os cem anos de vida no Nordeste. Mas por uma perspectiva que privilegiava temas ligados ao açúcar, a economia, a vida estudantil, os costumes, as tradições, a mulher, as festas, a música, a arte, o teatro, a literatura, a escravidão, entre outras particularidades históricas e culturais relacionadas ao Nordeste. (COELHO, 2007).

O Livro do Nordeste tornou-se um das principais produções até então escritas sobre

a vida nordestina, e apresentou uma rica profusão de estudos de historiadores, cientistas sociais, escritores, biógrafos, memorialistas, artistas e jornalistas. Obra que representou por seu caráter regionalista, o esforço de contraposição às tendências modernistas, voltadas para a idealização da cultura brasileira quase abstrata presente no antropofagismo de Oswald de Andrade e no indianismo extemporâneo do integralismo de Plínio Salgado. (ANDRADE, 2002).

O MOVIMENTO REGIONALISTA

O Congresso Regionalista realizado no Recife, em 1926, representou o coroamento dos esforços de um grupo de intelectuais e profissionais liberais que a cerca de três anos realizava reuniões e debates sobre questões regionais, e defendia as particularidades do Nordeste. No Congresso foram levantadas teses sobre a identidade do Nordeste como região em relação à federação e suas particularidades em relação às demais regiões brasileiras. Participaram do Congresso: nomes eminentes nas artes e nas letras, preocupados com os problemas urbanos como Amauri de Medeiros e Gouveia de Barros; homens de letras, preocupados com valores históricos como Carlos Lyra Filho, Luis Cedro, Samuel Campelo, Mário Sette, Aníbal Fernandes etc; homens preocupados com a renovação do ensino como Odilon Nestor, e outros ligados ao meio rural e a preocupações culturais como Júlio Belo, Pedro Paranhos, Leite Oiticica, entre outros.

Gilberto Freyre participou ativamente destes debates e da organização do Congresso regionalista, que defendia a pluralidade regional em todos os sentidos: geográfica, cultural, política, econômica, artística e intelectual. Regiões diferentes, com identidade, aspirações e culturas próprias, que desejava o desenvolvimento e o progresso, mas com o respeito a tradição e a preservação (o quanto possível) de suas referências históricas e culturais presentes nas velhas ruas, nos becos românticos, nas igrejas coloniais, nas construções antigas, na culinária local, nas artes e letras da terra, ou seja, em tudo que representava as origens nordestinas. Com a realização do Congresso regionalista Freyre procurava mostrar:

> [...] para as elites do Sul e do Sudeste, cuja hegemonia crescia, que a aristocracia nordestina, aparentemente derrotada na cultura e na política, tinha se mostrado vitoriosa na história e nos costumes. A família e a sociedade brasileira se formaram para ele, a partir do complexo agrário-exportador baseado na escravidão do negro e no plantio da cana-de-açúcar no Nordeste, em um modelo econômico e social que foi depois seguido pela atividade mineradora e pelas fazendas de café do Sudeste. Assumia assim o passado rural e colonial dos senhores de engenho, dos quais descendia, capazes de construir uma ordem patriarcal e de gerar uma cultura plástica e universal, que deu origem à civilização brasileira pela integração das tradições ibérica, africana e indígena. Procurava reabilitar, por meio da

> ideia de região, a cultura nordestina, abafada pelo projeto de renovação estética dos modernistas do Rio, São Paulo e Minas, mais voltados para as vanguardas artísticas européias. (VENTURA, 2000, s/n).

Os regionalistas conclamavam os nordestinos a superar os embates ou interesses estaduais pela defesa de uma consciência regional fortalecida pelos interesses regionais. Este posicionamento político-intelectual foi interpretado por estudiosos e políticos do Sul e do Sudeste como sintoma de aspirações "separatistas" no Nordeste brasileiro. Ao final do congresso foi apresentado o Manifesto Regionalista, reafirmando os ideais regionalistas e rebatendo as críticas e acusações dos opositores do sul. Este documento foi publicado de forma esparsa e fragmentada nos jornais da época, e foi revisto e apresentado integralmente por Freyre em 1952, na comemoração dos 25 anos de seu lançamento. (ANDRADE, 2002; ALBUQUERQUE JR, 1999).

O Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo, cujos objetivos estão definidos no chamado Manifesto Regionalista de 1926, da autoria de Gilberto Freyre, "encontramos inicialmente dados históricos relativos ao Congresso, realizado no Recife, em fevereiro de 1926, como uma espécie de tomada de posição crítica do movimento que, nos termos indicados, havia dois anos, se vinha afirmando com o Centro Regionalista". (CASTELLO, 1961).

Estão definidos no Manifesto os objetivos do conclave, bem como as sugestões para uma ação efetiva posterior. Não pretende exaltar valores regionais do Nordeste em detrimento do restante do Brasil; pelo contrário, na intenção dos seus realizadores, deseja ver se desenvolverem no País outros regionalismo que se juntem ao do Nordeste, dando ao movimento o sentido organicamente brasileiro e até americano, quando não mais amplo, que ele deve ter. (CASTELLO, 1961).

Nada apresenta, assim, de separatismo, de bairrismo ou de anti-internacionalismo, anti-universalismo, antinacionalismo: busca ao contrário um novo sentido unionista do Brasil, além do estadualismo, superado, e que deve ceder lugar a uma compreensão nova, a saber, a novo e flexível sistema em que as regiões mais importantes que os Estados, se completem e se interagem ativa e criadoramente numa verdadeira organização nacional. O movimento aspira, portanto, a uma reorganização do Brasil, em que cada brasileiro, despido de roupagem europeia, se volte para o seu meio e penetre natural e sinceramente, sem complexos coloniais, em nossa realidade, visando sempre a uma articulação inter-regional, para melhor compreensão dos problemas e definição da nossa unidade nacional. (CASTELLO, 1961).

Desse modo, o movimento regionalista que tem o seu momento de coordenação e

definição crítica no Congresso de 1926, representa, por sua vez, a "tentativa de reabilitar valores e tradições do Nordeste, de preservá-los contra o indiferentismo e ao mesmo tempo contra a obra destruidora daqueles que deviam protegê-los, mas ao contrário se voltam para as imitações estrangeiras desfiguradoras". (CASTELLO, 1961 p.53).

Além de interpretações sociológicas mais gerais do papel do negro e do colonizador português no trópico, e da definição de um tipo característico da região, temos salientado, em suma, o que nos parece, nessa obra de Gilberto Freyre, fundamental para a compreensão social, humana e artística das obras de pintores, poetas, memorialistas e romancistas - sobretudo de um romancista como José Lins do Rêgo - voltados para a paisagem açucareira do Nordeste. É o caso em que a interpretação sociológica regional, ou o estudo ecológico da paisagem que foi transposta para o mundo da arte, é fundamental para a valorização da própria obra de arte. (CASTELLO, 1961).

Gilberto Freyre insistia sempre na independência do regionalismo em relação ao modernismo de São Paulo, Rio de Janeiro, lembrando que se processava, quase ao mesmo tempo e no mesmo sentido, uma revolução cultural, e não apenas literária no Nordeste do Brasil. Reconhecendo um sentido nacionalista mais profundo neste último movimento, em comparação com o da Semana de Arte Moderna, ao considerá-lo, também, expressão de reação ao colonialismo dominante nos meios intelectuais e artísticos. Porém, sem mencionar o movimento de São Paulo, Rio Janeiro, o autor salienta que o do Nordeste não repudiava a experiência brasileira nem a integração dos valores europeus e extra-europeus durante a época colonial no conjunto da cultura brasileira em formação. (CASTELLO,1961).

Em defesa do movimento regionalista do Nordeste, Freyre rebate contra as acusações de estreito nacionalismo e anti universalismo, afirmando que, "pelo contrário, do sincero e honesto amor à região natal, só poderiam sair obras construtivas, que nos levariam a uma melhor compreensão da nossa unidade e do nosso papel como nação" (CASTELLO, 1961, p.66).

NORDESTE (1937) E O REGIONALISMO DE FREYRE

O lugar que o nordeste ocupa na historiografia brasileira tem variado bastante, conforme a conjuntura política e econômica, alguns aspectos ganham relevo e tornam-se oportunos para a reflexão, outros são periodicamente esquecidos. O nordeste é um conceito, e enquanto todo conceito, não é inocente, imparcial, nem desinteressado, trata-se de uma construção histórica. Atualmente, nos estudos e pesquisas nas áreas das ciências

humanas existe um consenso de que o nordeste brasileiro é uma região inventada a partir do século XX. Novas territorializações articuladas com o período imediatamente posterior à Proclamação da República, assim como novos fluxos migratórios, novos movimentos intelectuais e novas redes econômicas, associam-se neste momento para fornecer elementos à percepção de uma área em decadência, o nordeste simbolizando uma região que se contrapõe a uma área em franca e vertiginosa ascensão, representada por São Paulo, ou de maneira geral, o sudeste. (NEVES, 2012).

Para este debate, a obra de Gilberto Freyre é central na configuração desta nova regionalização no Brasil. É portanto, com este autor que podemos partir para tentar uma abordagem compreensiva sobre a historiografia e a construção do nordeste como uma região. “Freyre procurava combater as ideias expressas no Jornal *O Estado de São Paulo*, especialmente as crônicas escritas por Paulo Barros, em 1923, intituladas *Impressões do Nordeste*.” (NEVES, 2012, p.8- 9).

Contrapondo-se a esta visão negativa, Freyre apresenta o nordeste como o centro da civilização brasileira, o berço da formação dos verdadeiros aspectos que configuram as peculiaridades da cultura brasileira. Assim, ao contrário dos argumentos naturalistas do século XIX, o sociólogo legitima o recorte regional a partir dos argumentos históricos. O autor opõe-se frontalmente ao movimento modernista, identificando ao estrangeirismo e ao descaso ante as características genuinamente brasileiras. (NEVES, 2012).

Nesse contexto, Gilberto Freyre reconhecia a necessidade de modernização do Nordeste brasileiro, mas afirmava que estas transformações deveriam preservar as tradições regionais, pois o desprezo pelas origens e a destruição das referências do passado conduziria o Nordeste a perda de sua memória cultural. Na visão de Freyre, era inoportuno o movimento brasileiro iniciado em São Paulo, movimento que pregava a libertação brasileira da dominação cultural europeia, mas que embebia-se no pensamento modernista italiano de Marinetti. (COELHO, 2007).

Dessa forma, Freyre e os regionalistas qualificam-se abertamente como tradicionalistas, cuja defesa do local e do folclore lhes parecia a forma mais eficaz e necessária de combater a perda da autenticidade da cultura brasileira, ameaçada pela introdução exagerada de elementos de outras culturas, especialmente norte-americanas. O autor procurou estabelecer os limites imaginários do nordeste ao espaço circunscrito à civilização do açúcar, cujo centro é Recife. Para isso, precisou enfrentar uma forte tendência do pensamento geográfico brasileiro em delimitar espacialmente a pobreza relacionada à seca. (NEVES, 2012).

Gilberto Freyre percebe e define a existência concreta de dois nordestes: um, mais

velho, é o nordeste agrário que é o nordeste da cana-de-açúcar; o outro é o nordeste pastoril, da areia seca rangendo debaixo dos pés. Contudo, essa distinção, que reconhece a heterogeneidade da formação regional brasileira, não aparece no Manifesto Regionalista. Mais do que isso, ele inaugura a perspectiva da cultura brasileira como tributária destas raízes regionais nordestinas, não só inventando o nordeste como unidade cultural, mas igualmente atribuindo a ele a virtude de ser o berço da nacionalidade, onde se encontram as verdadeiras raízes da cultura brasileira. Portanto, a recuperação da tradição tinha para o autor um significado mais profundo, associado à própria afirmação da cultura brasileira em sua especificidade e grandeza, em seus aspectos mais característicos. (NEVES, 2012).

O sentido do regional está, assim, associado ao tradicional. Dessa forma, um passado de glórias emerge como referência social básica, a ser sempre considerada pelas gerações contemporâneas. Mas Gilberto Freyre percebe ainda uma outra coisa: a identidade regional nordestina, construída a partir da pujança cultural da civilização do açúcar, encontra-se, já em 1937, desfigurada pela expressão obras do Nordeste que quer dizer: obras contra as secas. O que para o autor se torna motivo de lástima, visto que "um significado periférico tenha se tornado a referência simbólica central para a região em sua totalidade". (NEVES, 2012, p.14).

A delimitação da área de atuação do IFOCS, em 1919, coincidindo com uma nova seca e a chegada à presidência da República do paraibano Epitácio Pessoa, acaba por iniciar o processo de consagração do Nordeste como uma região culturalmente definida, relacionada genericamente ao sertão da caatinga, o semiárido descrito por Euclides da Cunha, em *Os sertões*. A seca, portanto, possui um forte acento espacializador, configurando pelas páginas dos jornais de todo o país novas identidades baseadas no território, que são absorvidas pela historiografia, não apenas por aquela dita tradicional centrada nos institutos históricos, mas também a produção acadêmica, principalmente, e talvez não coincidentemente, a originada ou influenciada pela chamada Escola Paulista de Sociologia. (NEVES, 2012).

Ao repaginar o IOCS (Inspetoria de Obras Contra as Secas), criando em 1909, transformando-o em IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas), em 1919, o Presidente Epitácio Pessoa reconhece essa nova regionalização do espaço nacional, oficializando a delimitação da área abarcada por esse órgão como base para a formação do Nordeste. "O perímetro das secas, expressão usada para demarcar esse conjunto de identidades aqui mencionado, passa então a ser o critério de criação de uma geografia regional, que iria se materializar como o mapa regional do Brasil, criado e oficializado na década de 1940". (NEVES, 2012, p.20).

Este contexto demarca um processo de construção de imagens e delimitação das fronteiras espaciais de uma região. “O espaço é construção histórica que se sustenta nas lutas sociais e nos projetos políticos, no imaginário e no inconsciente, na arte e na história, na sensibilidade e na razão.” Há portanto, uma luta de significados em torno da constituição do Nordeste como formação regional, que dificilmente é mencionada pela chamada historiografia regional. Preocupada em estabelecer uma espécie de reserva de mercado historiográfico, a historiografia regional garante para si a primazia do conhecimento do local e do específico, complementando uma historiografia nacional que se ocupa dos grandes temas que atraem os historiadores. (NEVES, 2012, p.21).

Na historiografia regional, por um lado, o nordeste aparece como o somatório de alguns estados brasileiros, por outro lado, desaparece da historiografia nacional, ressurgindo periodicamente em situações específicas. Às vezes, portanto, o Nordeste é berço da nacionalidade ou raiz da cultura popular; às vezes, cenário da fome e da seca, foco das preocupações estatais e do planejamento estratégico do desenvolvimento. (NEVES, 2012).

Observa-se como Gilberto Freyre tinha a preocupação de diferenciar, no espaço brasileiro, uma região, bem distinta das outras, o Norte ou Amazonas, que eram constantemente associadas. O próprio autor, no seu livro sobre a região, não procurou delimitar de forma bem objetiva onde o Nordeste começava e onde ele terminava. Freyre observou o Nordeste a partir de Pernambuco, como se entendesse que o ponto central do mesmo fosse a cidade de Recife, e que daí partiram, em várias direções, as características regionais que iam se diluindo à proporção que se caminhava deste centro, na região açucareira para as mais diversas direções. (ANDRADE, 2004).

O livro *Nordeste*, publicado em 1937, foi escrito para demonstrar que o Nordeste não era uma região uniforme, mas uma aglutinação de regiões e sub-regiões que se estendiam desde o Maranhão até a Bahia. Região que fora povoada nos primeiros séculos de colonização e que estrutura, por meio de culturas diversas, uma sociedade com características próprias, mas tendo por base três categorias que se entrecruzavam: o latifúndio como forma de propriedade, a monocultura como forma de exploração econômica e a escravidão como instituição de classe social.” (ANDRADE, 2004, p.16).

O autor não atribuiu a esta sociedade patriarcal, em formação, o meio natural, como único determinante. Mas como um resultado do intercâmbio entre os fatores naturais, como o meio ambiente, levantando problemas ligados à forma de exploração da terra, dependente da própria terra, solos e relevo, do clima, da vegetação que foi devastada pelo colonizador, dos animais tanto nativos como os domésticos trazidos da Europa, e a ação

do homem, quer em sua condição de senhor, dono de terra, quer na condição de escravo. (ANDRADE, 2004).

Por isso, *Nordeste (1937)* pode ser considerado ao mesmo tempo, tanto um livro de Ciência Social, de Sociologia, de Antropologia, quanto de Ecologia e de Geografia. Nesta obra o autor enfatizou a importância das relações entre a natureza e a sociedade, mostrando como o homem e o meio natural se inter-influenciam: como terra, água, ar, vegetação, animais e o homem estão entrelaçados por ações e reações as mais complexas. "Como o todo não é uma soma das partes, mas o resultado de uma inter-relação entre os vários componentes do meio orgânico e inorgânico." (ANDRADE, 2004, p.31-32).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste livro, Freyre assume mais abertamente uma escrita regionalista da história, especificando o que é uma região e a importância da região nordeste no contexto nacional. Uma análise da formação do pensamento regionalista mostra como o autor destruiu aquela ideia generalizada de que o imenso país-continente, que é o Brasil, compreendia duas grandes áreas que poderíamos chamar regiões, o Norte e o Sul. Estas reflexões levaram o Governo Vargas, ao criar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a desenvolver estudos regionais que culminaram com a proposta de divisão do país em cinco grandes regiões naturais, o Norte, o Nordeste, o Leste, o Sul e o Centro-Oeste, proposta feita pelo geógrafo Fábio de Macedo Soares Guimarães em 1941 e que foi oficializada, apesar de sofrer grandes críticas dos geógrafos brasileiros. (ANDRADE, 2004).

A obra *Nordeste (1937)*, para o autor, em primeiro lugar, é um estudo ecológico e impressionista, sem muito rigor teórico ou estatístico, que apenas pretende esboçar a fisionomia da região. É uma tentativa de compreender o nordeste agrário por meio de uma reflexão científica, porém através de uma ciência alongada em arte e mesmo em poesia. (ARCANJO, 1996).

O método de abordagem em *Nordeste (1937)* revela uma estratégia específica e inovadora de observação da natureza e da gente local, descompromissada com teorias ou estatísticas. Ao impressionismo adiciona-se uma perspectiva ecológica que rompe com o determinismo natural e aborda a relação homem-natureza como uma expressão cultural. Freyre recusa explicitamente qualquer tipo de objetivismo nas ciências sociais. O conhecimento da sociedade só se estabelece através de um método compreensivo. (ARCANJO, 1996).

A partir de tais pressupostos é que o *Nordeste (1937)* reforça os elementos centrais

do pensamento freyreano. Primeiramente, justifica o modelo de organização social baseada na família patriarcal, instituição síntese da vida brasileira, capaz de garantir a harmonia política, econômica e moral dessa sociedade. Depois, reforça a ideia de uma certa democracia racial, garantida pela família patriarcal e pelo espírito de cooperação e tolerância vigente nos diversos grupos étnicos. O mais importante desta obra, no entanto, talvez seja a afirmação do regionalismo na escrita do autor. Preocupado com a decadência do nordeste açucareiro, o autor procura mostrar que o litoral nordestino é o lugar mais propício a seu modelo de sociedade. Apenas ali se reúnem os recursos naturais, técnicos, étnicos e morais necessários para tanto (ARCANJO, 1996).

A partir da obra *Nordeste* (1937), Freyre mobiliza o regionalismo em sua escrita num misto de ensaio sociológico e estudo ecológico, seja materializando nesta uma reação aos processos de modernização impostas pelas novas demandas do mundo global moderno e capitalista que expandem-se pela sociedade brasileira no século XX, seja como reação aos riscos de homogeneidade cultural e à destruição de uma da paisagem brasileira expressa pela noção de natureza tropical. A questão regional se repõe com força nesta obra, e através dela Gilberto Freyre passeia pelo Nordeste brasileiro da zona da mata, da terra de massapé.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Gilberto Freyre e os grandes desafios do século XX**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

ANDRADE, Manoel Correia de. Uma visão autêntica do Nordeste; FREYRE, Gilberto. A cana e a terra. In: FREYRE, Gilberto. **Nordeste:** aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7. ed. rev. São Paulo: Global editora, 2004. p. 13-37.

ARCANJO, José Estevão Machado. **O gordo e o magro:** o Nordeste segundo Gilberto Freyre e Djacir Menezes. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 27, n. 1/2, p. 73-83, 1996, Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/43049.

CASTELLO, José Aderaldo. **José Lins do Rego:** modernismo regionalismo. São Paulo: Edart, 1961.

CHIAPPINI, Ligia. **Do beco ao belo:** dez teses sobre o regionalismo na literatura. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, p.153-159.

COELHO, Cláudio Márcio. **Gilberto Freyre:** indiciarismo, emoção e política na casa-grande

e na senzala. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2007, 230f.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste:** aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7. ed. rev. São Paulo: Global editora, 2004. p. 13-37; p. 45-55.

NEVES, Frederico de Castro. **O Nordeste e a historiografia brasileira**. Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, v. 6, n. 10, p. 6-24, 31 out. 2012. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/3318.

VENTURA, Roberto. A saga da cana-de-açúcar. In: **Céu & Inferno de Gilberto Freyre**. Caderno mais! Folha de S. Paulo. São Paulo, 12. mar. 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1203200008.htm>.

ST 3

MUNDOS DO TRABALHO: TRABALHADORES(AS) EM SUAS RELAÇÕES E EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS

Ma. Ana Carolina Monteiro Paiva (UFPB)
Ma. Lidineide Vieira da Costa (UFBA)

JUSTIÇA DO TRABALHO NA PARAÍBA: UM BALANÇO DA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Arthur Manoel Andrade Barbosa[1]

RESUMO

O objetivo deste artigo é o de fazer um balanço historiográfico no que diz respeito às pesquisas que tiveram como objeto de estudo a Justiça do Trabalho e a luta de classes desenvolvida nos processos trabalhistas no estado da Paraíba, abarcando recortes temporais que variaram entre a década de 1940 e o início dos anos 2000. A revisão historiográfica conta com produções de pesquisadores e pesquisadoras que se utilizaram das fontes provenientes da justiça trabalhista paraibana para o desenvolvimento de artigos, monografias e dissertações, que analisaram desde a implantação dessa justiça, em 1941, passando pelas lutas por direitos nos anos da ditadura militar, até desdobramentos dos mundos do trabalho que se aproximam dos dias atuais. Além dos recortes temporais já delimitados, o recorte espacial abarcará tanto os trabalhos que privilegiaram os trabalhadores urbanos quanto os trabalhos que analisaram as lutas dos trabalhadores do campo. Os temas das pesquisas variam, sendo observadas análises econômicas, sociais, de gênero e abordagens culturais envolvidas nos mundos do trabalho. Metodologicamente os trabalhos variaram acerca das contribuições de diferentes correntes historiográficas, destacando-se, contudo, a predominância do materialismo histórico para o embasamento das pesquisas.

Palavras-Chave: História social do trabalho, Paraíba, Justiça do Trabalho.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem a difícil missão de enquadrar em poucas linhas o panorama historiográfico que diz respeito às produções voltadas ao espaço de lutas sociais que envolvem a Justiça do Trabalho na Paraíba. Inseridas no campo da história social do trabalho, tais pesquisas contribuem para o conhecimento acerca das lutas dos trabalhadores paraibanos que há mais de 80 anos deixam nos registros dos processos trabalhistas marcas de lutas e opressões comuns nos conflitos decorrentes dos embates entre o capital e o trabalho.

Os trabalhos acadêmicos trazidos nesse artigo são resultados de pesquisas de

1 Doutorando em história pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

diferentes níveis que mostram a inserção do tema da Justiça do Trabalho no cenário da produção acadêmica dos pesquisadores paraibanos nos últimos anos. Como critério de organização dos trabalhos iremos trazê-los em uma sequencia que adota a periodização das pesquisas, ou seja, com textos que abordaram a década de 1940 até chegar aos que estudaram recortes temporais mais recentes ao abordarem os anos finais do século XX.

Os autos findos da Justiça do Trabalho passaram a ser fonte de pesquisas principalmente a partir da década de 1990, embalados pelo aprofundamento das pesquisas no campo da história social desenvolvidas já na década anterior. Esses processos oriundos da justiça trabalhista passaram a compor uma fundamental documentação para analisar os embates entre o capital e o trabalho no interior dessa instituição do Poder Judiciário, potencializando, com isso, o conhecimento acerca de uma parte da trajetória das lutas em torno dos direitos sociais no Brasil. Com o olhar do historiador mais voltado para o agenciamento dos trabalhadores, principalmente com o auxílio proporcionado com a chegada dos estudos do inglês E. P. Thompson, essas fontes e esse destaque às formas de resistência desses trabalhadores sujeitos, a Justiça do Trabalho se vinculou enquanto espaço de investigação das lutas travadas desde a autuação do processo até seu resultado final (CHALHOUB, SILVA, 2009).

Antes da análise dos textos é importante destacar a influência de pesquisadores mais experientes que com coragem e disposição ajudaram a constituir um campo de estudo em solo paraibano que antes não era tão provocado.[2] Em paralelo a influência de pesquisadores e como extensão dessa influência, temos a aproximação com arquivos do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (TRT-13), que com a mediação de técnicos do tribunal muitos avanços conseguiram no papel de preservação e distribuição dos autos findos da justiça trabalhista para arquivos de universidade públicas paraibanas, a exemplo dos arquivos do Núcleo de Documentação Histórica da UEPB (NDH/UEPB).

DA ERA VARGAS AO GOLPE DE 1964

As pesquisas que discutiram os anos iniciais da justiça trabalhista na Paraíba foram as dissertações *Justiça do Trabalho e classe operária: a relação entre o capital e o trabalho na*

2 Sobre o percurso que levou adiante as pesquisas nos arquivos da Justiça do Trabalho na Paraíba, ver: *História e memória: consolidação do núcleo de documentação histórica da UEPB – Campus III (NDH) e a preservação da memória trabalhista paraibana* (2017).

Paraíba entre 1941-1945 (2019), de minha autoria[3] e *Relações de trabalho de mulheres em João Pessoa - PB sob a ótica das reclamações trabalhistas ajuizadas durante o Estado Novo (1941-1945)*, defendida por Norma Rangel Rolim de Oliveira. Ambos os trabalhos analisaram a instauração da Junta de Conciliação e Julgamento da Paraíba, em 1941, e problematizaram processos trabalhistas desse ano até o final da ditadura do Estado Novo, em 1945.

Se por um lado a segunda dissertação acima mencionada se voltou de forma específica para o estudo de processos trabalhistas que envolviam mulheres como reclamantes, o outro trabalho abarcou de forma mais ampla essas queixas, contextualizando um universo de 500 processos trabalhistas que evidenciaram conflitos de classes reclamados por trabalhadores (também tinham processos reclamados por empregadores) que se utilizavam dessa justiça por verem nela uma alternativa de obterem direitos conquistados ao longo de toda uma trajetória de luta.

A importância dessas pesquisas se mostra ao se deterem em um recorte temporal mais distante, possibilitando, assim, o olhar acerca das lutas que se desenvolveram nos anos da chamada Era Vargas. Esse período histórico retratou as formas de dominação da classe dominante em paralelo com o Estado, mas também foi um momento de reflexos das lutas protagonizadas ainda pelos trabalhadores da 1ª República. Nesse sentido, a instauração da Justiça do Trabalho e os posteriores conflitos decorrentes nos tribunais trabalhistas e tudo que envolvia aquele cenário de disputas, tornou-se de bastante valia para as análises sobre os mundos do trabalho com relação aquele importante momento de auge e queda do Estado Novo varguista.

Eltern Campina Vale, cujo trabalho *Tecendo fios, fazendo história: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)* (2008) também se insere nesse contexto temporal. Essa pesquisa, resultado de sua dissertação de mestrado, discute os vários conflitos sociais e políticos envolvendo a fábrica de tecidos da cidade de Rio Tinto. Ao se debruçar sobre o cenário de lutas dos trabalhadores daquela localidade, o autor assinala a utilização da justiça para a resolução de conflitos trabalhistas ainda na década de 1950 contra as artimanhas provenientes da família Lundgrin, proprietários da cidade-fábrica.

Essa dissertação é um dos estudos mais antigos que envolvem a história social no estado da Paraíba. Sua importância se dá de diferentes maneiras, tanto por inserir

---

3 O autor também produziu alguns artigos sobre a temática, a exemplo de: "Julgando o feito com a mais perfeita justiça": a Justiça do Trabalho na Paraíba nos anos da ditadura do Estado Novo (2018); "Pode isso, Egrégio Conselho?": Processos trabalhistas como fonte de pesquisa da luta de classes na Justiça do Trabalho (2019) e Justiça do Trabalho paraibana nos anos da ditadura do Estado Novo: o papel do direito à luz do pensamento gramsciano (2020). Atualmente o autor segue em pesquisa de doutorado sobre as greves gerais na Paraíba nos anos anteriores ao golpe de 1964, utilizando processos trabalhistas daqueles anos como forma de entender as lutas dos trabalhadores naquele efervescente contexto.

fontes quase não utilizadas antes, quanto pela discussão trazida nos capítulos. Por esse motivo podemos considerar esse trabalho e o pesquisador Eltern Vale como precursores da temática na historiografia paraibana que discutem essa temática.

A dissertação de Paula Tamyres Veríssmo da Silva, *Movimento sindical urbano na Paraíba: organização, lutas por direito e repressão aos trabalhadores (1958-1964)*, defendida em 2021, destaca o uso da Justiça do Trabalho feita por trabalhadores paraibanos no contexto compreendido na antevéspera do golpe de 1964. Entrelaçando fontes de sindicato, jornais, livros de memória e os processos trabalhistas, a autora consegue fazer uma importante discussão sobre esse momento de total agitação social no país, fruto das mobilizações das classes populares e das medidas contrarrevolucionárias orquestradas pelas classes dominantes. A autora se preocupou com a análise da conjuntura que levaria à queda do populismo e o advento da reacionária ditadura militar, externando a participação dos sindicatos, seus líderes, a organização dos partidos nesse cenário, bem como as articulações das classes dominantes do campo e da cidade.

Sabrina Rafael Bezerra também se dedicou a estudar os anos anteriores ao golpe de 1964. Na sua monografia, *Professora, sindicalista e mulher: questões de classe e gênero em um processo trabalhista (João Pessoa, 1963-1964)*, a autora aborda um processo trabalhista levado adiante pela professora Maria Margarida que trabalhava no Colégio Nossa Senhora das Neves. Dialogando com a história social e cultural, Sabrina evidencia a narrativa da professora e a da escola. A escola acusava a professora de ríspida e autoritária, bem como o fato da mesma ser integrante do Sindicato dos Professores do Ensino Secundário. Por outro lado, Maria Margarida se defendia dizendo da perseguição sofrida pela escola, por ser ela integrante de sindicato e por ser considerada insubordinada ao questionar a situação social dos cidadãos paraibanos vítima da carestia, das injustiças e da fome.

JUSTIÇA DO TRABALHO NOS TEMPOS DA DITADURA MILITAR

Com relação aos trabalhos que se dedicaram a analisar a história protagonizada por trabalhadores paraibanos em embates na justiça trabalhista durante os anos de Ditadura Militar estão duas dissertações que exploraram exemplos de conflitos provenientes dos tribunais trabalhistas das décadas de 1960 e 1980. Nelas observamos exemplos de conflitos tanto no espaço urbano quanto no campo, evidenciando as dimensões espaciais que as lutas nos tribunais chegaram, mesmo com as diferenças na legislação trabalhista que no primeiro momento atingiu mais os trabalhadores urbanos.

Nesse sentido, Francisco de Assis Barbosa Júnior se debruçou nas relações de trabalho na cidade de Campina Grande entre os anos de 1969-1974. A dissertação de mestrado intitulada *Trabalho na decadência: relações de trabalho em Campina Grande/PB no século XX* foi defendida em 2014, destacando o uso da Justiça do Trabalho pelos trabalhadores campinenses entre os anos do "milagre econômico". Ao passo que analisa o cotidiano de uma cidade de médio porte do interior do Nordeste, com importante força industrial e comercial, o autor intercala essas vertentes das relações citadinas com os processos trabalhistas escolhidos para fomentar suas análises acerca da "decadência do trabalho" numa cidade como Campina Grande que passava pelas dificuldades financeiras proporcionadas pela política da ditadura vigente de privilégio às capitais. É relevante frisar que este estudo se debruça sobre a Cidade de Campina Grande, diferente da maioria, que privilegiou regiões do brejo paraibano e a capital, João Pessoa.

A outra dissertação de mestrado voltada para os anos da ditadura é *A conquista de direitos trabalhistas: lutas sociais dos assalariados rurais da cana-deaçúcar no Agreste e Brejo Paraibano (1980-1987)*, da historiadora Lidineide Vieira da Costa,[4] que traz a análise dos anos anteriores à instalação da JCJ de Guarabira, entre 1980 e 1987, percebendo as formas de organização e o processo de conscientização dos trabalhadores rurais daquelas regiões acerca dos seus direitos trabalhistas. A autora abordou a situação dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro, evidenciando a luta por direitos, as formas de organização, a instauração da Junta de Conciliação e Julgamento da cidade de Guarabira, dentre outras formas de investigar a luta de classes naquele espaço geográfico.

Somado aos processos trabalhistas utilizados pela autora, outras fontes foram utilizadas através da ampla documentação produzida pelo movimento sindical rural, por setores progressistas da Igreja Católica, jornais e panfletos voltados para temáticas trabalhistas, dentre eles as notícias em torno das campanhas salariais que levaram, como diz a autora, à emergência de uma "cultura de direitos" entre aqueles trabalhadores (SILVA, 2019, p. 12).

ANOS PÓS REDEMOCRATIZAÇÃO

Por fim, as produções acadêmicas dos pesquisadores que empreenderam análises acerca dos anos posteriores à Ditadura Militar. A já citada historiadora Lidineide Vieira

4 Atualmente a historiadora desenvolve uma tese de doutorado também voltada para os mundos do trabalho, para a emergência de uma "cultura de direitos" provenientes das lutas conjuntas dos trabalhadores assalariados rurais da zona canavieira da Paraíba entre as décadas de 1970 e 1990.

da Costa, em monografia de final de curso defendeu o trabalho "*Algodão entre cristais no conflito Capital-Trabalho": trabalhadores e patronato frente à Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira no ano de 1987*. Se na dissertação ela estuda desde o início da década de 1980, portanto, ainda no contexto da política ditatorial dos militares, na monografia a autora discutiu especificamente o ano de 1987, ano que marca a instauração da junta trabalhista naquela cidade.

A interiorização das juntas evidenciava a crescente demanda que essa justiça detinha, possibilitando ao trabalhador rural não mais precisar se deslocar para grandes cidades na ânsia de reivindicar direitos. Os dados da pesquisa da autora em discussão apontaram a quantidade de processos abertos naquela Junta de Conciliação e Julgamento, os motivos das queixas, a diferença entre os processos autuados antes ou após a demissão dos trabalhadores, o percentual de trabalhadores rurais e urbanos que produziram denúncias contra seus patrões, além de ser possível observar os dados em relação aos resultados das ações.

Raquel Rocha da Silva em *Questão agrária e luta por direitos trabalhistas em uma região açucareira (Pilões-PB 1987)*, título de sua monografia, pesquisou a luta dos trabalhadores rurais da cidade brejeira de Pilões[5]. A autora foca sua análise nos processos gerados a partir da falência da Usina Santa Maria, afirmando que por esse motivo, inicia-se um processo de luta em prol do acesso à terra, levando os trabalhadores a unirem-se em busca de um objetivo: "a desapropriação das terras da Usina". Dos muitos processos autuados na Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira, que recebia as queixas das cidades circunvizinhas, dentre elas Pilões, a autora destacou um, o de um trabalhador que reclamou de várias infrações, dentre elas demissão injusta.

A monografia de Emanuella Bezerra de Oliveira Araújo, *O labor feminino: as mulheres na Justiça do Trabalho (Brejo paraibano 1987-1988)*, defendida em 2016, faz um estudo no campo da história social do trabalho em diálogo com questões de gênero. Os processos giram em torno de reclamações por baixa remuneração, ausência de férias e 13º salário, desrespeito à carga horária fixada em contrato e a não assinatura da carteira de trabalho de mulheres que realizavam inúmeras atividades (professoras, médicas, auxiliares de enfermagem, cozinheiras, empregadas domésticas, operárias, trabalhadoras rural, cortadoras de fibra).

A autora analisa a situação de mulheres trabalhadoras do campo, debruçando-se sobre um quantitativo de 60 (num universo de cerca de 300) processos trabalhistas que

5 Atualmente a pesquisadora desenvolve dissertação de mestrado levando a problemática das lutas do campo e os reflexos nos tribunais trabalhistas.

tinham mulheres como reclamantes, destacando o recorte temporal compreendido entre os anos de instalação da Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira (1987) e a promulgação da Constituição Federal (1988). Em todo o texto é visto a relação entre a trajetória das lutas pela emancipação feminina na história brasileira juntamente com os exemplos retirados dos processos envolvendo o labor feminino na região do brejo paraibano.

Também no contexto dos anos pós redemocratização foi produzida uma dissertação de mestrado acerca da exploração de crianças e adolescentes no interior paraibano. Diognnys Cardoso Estevam em *Trabalho infantojuvenil e luta por direitos nas Mesorregiões da Mata e do Agreste da Paraíba (1987-1990),* aborda 69 processos que tramitaram na Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira que tinham como queixas casos de crianças e adolescentes no trabalho de produção do setor sucroalcooleiro na Paraíba.
Desses jovens e crianças o autor elabora alguns cenários: a maioria era formada por meninos, sendo a zona rural a campeã das reclamações, ganhando das reclamações vindas da zona urbana e do setor público. As atividades relatadas pelos jovens nos trâmites dos processos revelam o exercício das funções de agricultor, cortador de cana, trabalhador braçal, vigia, gari, lenhador, servente. A pesquisa exemplificou algumas das facetas da exploração capitalista: a exploração dos corpos de crianças e adolescentes que não tinham acesso à educação, a direitos trabalhistas e a cidadania de forma geral.

CONCLUSÕES

Esse artigo trouxe de forma bastante concisa um balanço historiográfico acerca do que já foi produzido no estado da Paraíba sobre a Justiça do Trabalho. Privilegiamos os trabalhos de conclusão de curso e dissertações que trataram do tema, contudo, artigos acadêmicos também já somam uma quantidade considerável, bem como, ao passo que concluo este texto, outros já estão em andamento, incluindo teses de doutorado que trazem à temática dessa justiça.

Alguns temas já se mostram mais estudados, outros ainda em estado de andamento, e muitos ainda não foram sequer iniciados. A década de 1950 ainda permanece praticamente intocada, principalmente a primeira metade da década, assim como os anos da Ditadura Militar, que, como vimos, foram apenas parcialmente explorados. Outro ponto a se destacar é a falta de estudos voltados para recortes mais recentes, a exemplo dos anos 2000 em diante, que, com certeza, demandará muitas pesquisas, incluindo as repercussões da Contrarreforma Trabalhista de 2017.

Produções como estas que acabamos de observar servem para analisarmos uma parcela da história dos trabalhadores paraibanos que vendiam sua força de trabalho para

os capitalistas de diferentes vertentes do estado. Suas histórias, lutas, falas, intervenções sociais, muito nos interessam para, assim, mesmo que de forma modesta, traçarmos os caminhos do passado desses sujeitos que fizeram suas histórias. Estudar a luta de classes entre capital e trabalho em diálogo com as particularidades do mundo das leis e do direito é uma importante ferramenta de estudar os mundos do trabalho, com os exemplos do passado e com os exemplos que nos rodeiam atualmente, inclusive, por via dessa mesma Justiça do Trabalho. Como diz o inglês E. P. Thompson em *Senhores e Caçadores*, no famoso tópico dos domínios da lei: "Se supomos que o direito não passa de um meio pomposo e mistificador através do qual se registra e executa o poder de classe, então não precisamos desperdiçar nosso trabalho sua história e formas". Concordando com Thompson e com a ideia de que essas resistências geram lutas dentro desse campo de conflito, concluímos com ele, quando disse: "O direito *importa*, e é por isso que nos incomodamos com toda essa história" (THOMPSON, (1987).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Emanuella Bezerra de Oliveira. **O labor feminino**: as mulheres na Justiça do Trabalho (Brejo paraibano 1987-1988). Monografia. Guarabira, 2016.

BARBOSA JÚNIOR, Francisco de Assis. **Trabalho na decadência**: relações de trabalho em Campina Grande/PB no século XX. Campina Grande: Dissertação de Mestrado, 2014.

BARBOSA, Arthur Manoel Andrade. **Justiça do Trabalho e classe operária**: a relação entre o capital e o trabalho na Paraíba entre 1941-1945. Dissertação de Mestrado, Campina Grande, 2019.

BARBOSA, Arthur Manoel Andrade. "Julgando o feito com a mais perfeita justiça": a Justiça do Trabalho na Paraíba nos anos da ditadura do Estado Novo. In: **Anais Eletrônicos do XVIII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB**. XVIII Encontro Estadual de História – História: Desafios do Ensino, da Pesquisa e da Extensão no tem pó presente. João Pessoa, 2018.

BARBOSA, Arthur Manoel Andrade. "Pode isso, Egrégio Conselho?": Processos trabalhistas como fonte de pesquisa da luta de classes na Justiça do Trabalho. In: **Anais Eletrônicos do III Seminário Nacional de Fontes Documentais e Pesquisa Histórica**: cultura, poder, sociedade e identidade. Campina Grande, 2019.

BARBOSA, Arthur Manoel Andrade. Justiça do Trabalho paraibana nos anos da ditadura do Estado Novo: o papel do direito à luz do pensamento gramsciano. In: **Antonio Gramsci e os desafios do marxismo no mundo contemporâneo**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

BEZERRA, Sabrina Rafael. **Professora, sindicalista e mulher**: questões de classe e gênero em um processo trabalhista (João Pessoa, 1963-1964). Trabalho de Conclusão de

Curso – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2011.

CHALHOUB, Sidney & SILVA, Fernando Teixeira. **Sujeitos no imaginário acadêmico**: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. Cadernos AEL, Campinas, SP, UNICAMP/IFCH, v.14, n. 26, p. 15-45, 2009.

COSTA, Lidineide Vieira da. **"Algodão entre cristais no conflito Capital-Trabalho":** trabalhadores e patronato frente à Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira no ano de 1987. Guarabira: Trabalho de Conclusão de Curso/Licenciatura em História/UEPB, 2015.

COSTA, Lidineide Vieira da. **A conquista de direitos trabalhistas**: lutas sociais dos assalariados rurais da cana-deaçúcar no Agreste e Brejo Paraibano (1980-1987). João Pessoa: Dissertação de Mestrado/Programa de Pós-graduação em História/UFPB, 2019.

CRUZ, Maria Marta da Silva. **História e memória**: consolidação do núcleo de documentação histórica da UEPB – Campus III (NDH) e a preservação da memória trabalhista paraibana. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.

ESTEVAM, Diognnys Cardoso. **Trabalho infantojuvenil e luta por direitos nas Mesorregiões da Mata e do Agreste da Paraíba (1987-1990)**. Dissertação de Mestrado, João Pessoa, 2019.

Oliveira, Norma Rangel Rolim de. **Relações de trabalho de mulheres em João Pessoa - PB sob a ótica das reclamações trabalhistas ajuizadas durante o Estado Novo (1941-1945)**. Dissertação de Mestrado, João Pessoa, 2021.

SILVA, Paula Tamyres Veríssimo da. **Movimento sindical urbano na Paraíba**: organização, lutas por direito e repressão aos trabalhadores (1958-1964). Dissertação de Mestrado, João Pessoa, 2021.

SILVA, Raquel Rocha da. **Questão agrária e luta por direitos trabalhistas em uma região açucareira (Pilões-PB 1987)**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VALE, Eltern Campina. **Tecendo fios, fazendo história**: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964). Dissertação de Mestrado, Fortaleza, 2008.

CAPITALISMO FURTA-COR: MERCANTILIZAÇÃO DE IDENTIDADES LGBTQIAP+

Gabriel De Araujo Souto[1]

RESUMO

As conquistas do movimento LGBTQIAP+ nos últimos anos trazem consigo algumas reflexões importantes ao qual pretendemos explorar no seguinte trabalho. Durante esse processo de conquistas há intenções “ocultas” do capitalismo, pois o mesmo continuou a pressionar para a manutenção das relações patriarcais de gênero. Observamos frações da classe dominante em torno da defesa da ideologia da empresa neoliberal “inclusiva”, “sustentável” e “diversificada”, reorientando a atuação empresarial no sentido da incorporação da pauta LGBTQIAP+. Essa é a tendência do capitalismo contemporâneo: expandir seu raio de atuação para a pauta da diversidade e das identidades como forma de “inclusão” pelo mercado. Sendo assim, o objetivo do artigo é compreender essa reorientação das frações do grande capital em direção à temática LGBTQIAP+ e a mercantilização das identidades de gênero e orientação sexual. Buscaremos enfatizar o aspecto produtivo das categorias supracitadas, entendendo-as como práticas sociais, materiais e simbólicas que servem para estruturar a sociedade, não querendo cair numa análise determinista de gênero e sexualidade. Utilizaremos da tradição do materialismo histórico como fio condutor do trabalho, principalmente de Marx e Engels e suas visões críticas a respeito da dinâmica exploratória e opressiva do capital sobre o trabalho. O trabalho se vale ainda das contribuições de obras sobre as transformações do mundo do trabalho no Brasil, de autores de tradição marxista como Ruy Braga, Marcelo Badaró e Ricardo Antunes. As questões de diversidade sexual e de gênero são enriquecidas pelas contribuições encontradas em “O Trabalho Duplicado” (2011) de Claudia Nogueira e “O Brasil Fora do Armário” (2020) por Leonardo Nogueira, Maysa Pereira e Rafael Toitio.

Palavras-Chave: Capitalismo, Trabalho, LGBTQIAP+.

A grande marca do trabalho mundial é a precariedade, até mesmo nos países de desenvolvimento industrial avançado. No entanto, a precariedade atinge de forma diferenciada os países de desenvolvimento industrial tardio, pois são dependentes das economias centrais, e entre estes há ainda os setores mais atingidos, que são mulheres e jovens e outros grupos oprimidos (MATTOS, 2019).

Segundo Nogueira (2011), o trabalho é o início do que torna o homem, o ser social, e

1 Mestrando em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), linha de pesquisa História e Regionalidades. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Trabalho (GEPEHTO), vinculado à mesma instituição. Email: gabrielldearaujo@gmail.com.

tanto a divisão do trabalho quanto a sociabilidade ou linguagem, por mais que se originem simultaneamente ao surgimento do trabalho, isso se deve em si pelo próprio ato laborativo. É em função do trabalho que o ser social vai buscar a produção e reprodução de sua vida em sociedade, onde o mesmo cria e renova as próprias condições de reprodução. “O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inevitavelmente, determina a sua consciência” (MARX, 1977, p. 24).

Empresas como *Ambev*, *Magazine Luiza*, *Natura* e alguns bancos são apenas uma pequena fração da gama gigantesca de empresas que nos últimos anos apresentaram pautas e políticas de inclusão em suas publicidades, seja através de patrocínios a artistas LGBTQIAP+ ou até mesmo campanhas para contratação do público em questão. A *Natura*, por exemplo, adota a adoção do nome social para trabalhadores trans e considera desenvolver uma política de aferição em torno de dados de LGBTQ+ para efeito de medir o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa. Também oferece cursos de maquiagem para transexuais em parceria com a ONG Casa 1 e, em 2019, participou da Feira de Empregabilidade, igualmente realizada pela Casa 1 e que resultou na contratação de profissionais para trabalharem nas lojas durante o período do Natal.

Importante destacar que essas políticas são importantes sim, mas a que custo? Elas dão oportunidades de ingresso no mercado para pessoas que são marginalizadas dentro da sociedade, ponto positivo. No entanto, a crítica a que nos atemos é os interesses do capital por trás dessa “inclusão” do público “colorido”, as empresas interessadas em “*Pink Money*” — termo empregado quando se quer dizer que algo ou alguém está interessado apenas no dinheiro da comunidade LGBTQIAP+, sem nenhum compromisso real com a causa. Almeida (2020, p. 41) ressalta que “concessões terão de ser feitas aos grupos subalternizados a fim de que questões essenciais como o controle da economia e as decisões fundamentais da política permaneçam no grupo hegemônico”.

É dessa forma que o capital garante sua hegemonia, mitigando a sociedade através de pequenas concessões. O preço político a ser pago, quando isso ocorre, é a domesticação, a conciliação e o apassivamento das lutas. Com isso, é o capitalismo quem sai ganhando ao se reproduzir cotidianamente extraindo mais-valor de um proletariado precarizado, negro, rosa e feminilizado.

Outro exemplo que utilizaremos aqui são as centrais de *telemarketing*, que empregam grande parte do público LGBTQIAP+. Selma Venco chama a atenção para esse público dentro das centrais de atendimento, assim como as mulheres. Por muitas vezes ser vista

de forma inferior ao homem – como um ser mais emocional –, a mulher pode ser entendida dentro dos papéis desempenhados nas empresas como mais cordiais, amáveis e simpáticas, em suma, um ser mais submisso e, portanto, mais fácil de ser controlado. Se tornam então um ótimo atrativo para um trabalho que lida com atendimento e marcas, estereótipo machista muito semelhante ao atribuído muitas vezes à comunidade LGBTQIAP+. Selma (2009, p. 163) aborda isso em suas pesquisas ao perguntar a um atendente a que ele atribui o alto percentual de mulheres e homossexuais no teleantendimento, "para ele, são pessoas mais sensíveis e pacientes, aspectos fundamentais tanto para a realização de boas vendas quanto para a retenção de clientes".

A indústria de *Call Center* mostrou-se um terreno privilegiado para a observação das transformações atuais do precariado brasileiro. O operador de telemarketing integra o grupo de trabalhadores do grupo de serviços que mais cresceu nos últimos 20 anos. Em sua maioria terceirizados e sujeitos a explorações que vão além da capacidade física – mas também psíquica –, são em sua maioria jovens e integrantes de grupos marginalizados dentro da sociedade. Tendo em vista o contexto brasileiro da década de 1990, veremos que o operariado de serviços no país cresce em grande escala, dando assim uma nova cara à classe trabalhadora nacional, que até então estava muito mais ligada à indústria de bens de consumo. Com a financeirização do meio ambiente empresarial temos uma multiplicação das formas de contratação, aumentando terceirizações, aumento de rotatividade e flexibilização de jornadas, por exemplo.

O ramo das indústrias de *call centers* e o setor de telecomunicações se articula com o desenvolvimento de novas tecnologias, mas ao mesmo tempo se utiliza de antigas noções de exploração e intensificação da força do trabalho, na medida que: Articula tecnologias do século XXI com condições de trabalho do século XIX, mescla estratégias de intensa e brutal emulação no teleoperador, ao modo da flexibilidade toyotista, como técnicas gerenciais tayloristas de controle sobre o trabalhador; associa ao serviço em grupo com a individualização das relações trabalhistas , estimula a cooperação ao mesmo tempo que fortalece a concorrência entre os teleoperadores, dentre tantas outras alterações, ampliando as formas mais complexificadas de estranhamento e alienação na contemporaneidade do trabalho (ANTUNES, 2009, p. 10).

Como consequência, surge uma nova morfologia do trabalho (fragmentada e heterogênea), onde nela emerge um novo proletariado de serviços, denominado por Ruy Braga e Antunes (2009) como "infoproletários". A flexibilidade de relação salarial, o baixo nível dos salários, a alta rotatividade dos trabalhadores em seus empregos e as poucas possibilidades de ascensão interna nas empresas sujeitam de forma notável os

trabalhadores do setor ao processo de precarização, com todas as conseqüências que esse processo tem para a dificuldade de construção de formas de ação coletiva.

Portanto, devemos destacar que a força de trabalho LGBTQIAP+ tem sido fator de inclusão precarizada ao processo produtivo capitalista atual. Diante de um quadro global no qual a burguesia transnacional procura saídas para a crise, fazendo ajustes fiscais, retirando direitos sociais da classe trabalhadora e investindo na precarização da força de trabalho, a absorção da fração colorida do proletariado ao processo produtivo ocorre de forma degradante, informal e intermitente.

> Trabalhadoras travestis, transexuais, "bichas" afeminadas, "sapas" masculinizadas etc. estão constantemente em empregos precários e informais, porque não podem acessar uma série de empregos que garantem certos status sociais. O fato de fugirem muito do padrão heterossexista é uma desvantagem na hora de conseguir os melhores empregos; o que muitas vezes leva trabalhadoras/es LGBT a se submeterem a trabalhos estressantes, repetitivos e mal remunerados, como telemarketing, salões de beleza e atendimento em loja (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2021, P. 78).

Dessa forma o capital assimila a questão LGBT na medida em que aumenta a exploração econômica a partir da desigualdade de sexualidade e gênero. A repressão estatal marca a sua presença de guarda noturno a coibir os movimentos sociais que ultrapassem os limites impostos pela ordem vigente.

Destacamos ainda que no cenário atual, o sistema de proteção social, erguido a partir dos anos 1930/1940, tem sofrido severos ataques, com severas consequências para os trabalhadores. A Reforma Trabalhista, posta em vigência em 2017, visou introduzir um outro padrão de regulação das relações de trabalho, de teor claramente precarizante, aproximando o formal do informal. Oliveira e Rodgers pontuam:

> Na confluência de tudo isso, a crise econômica e a ofensiva política contra os direitos dos trabalhadores, somados aos impactos da pandemia da Covid-19 sobre a economia e o emprego, o Nordeste perde mais que a média do país, com aumentos desproporcionais nos níveis de desocupação e na subutilização da força de trabalho (OLIVEIRA; RODGERS, 2021, p. 24).

É nesse cenário que as forças conservadoras constroem uma espécie de "cortina de fumaça», buscando desfocar a ação das lutas sociais frente às forças neoliberais. Forças essas que preconizam privatização e flexibilização de legislações trabalhista e previdenciária e dos direitos sociais previstos pela Constituição de 1988, por exemplo.

> A diversidade sexual e de gênero precisa ocupar um espaço coerente na reflexão e na ação política, evitando o engodo de encará-la como subproduto de uma "cortina de fumaça". Para tanto, é necessário recuperar o lugar e o papel, na nossa sociedade, da sexualidade e das relações patriarcais

> de gênero (entendidas aqui, inicialmente, como as relações nas quais os homens exercem, predominantemente, o poder e as funções de autoridade moral, política, social e econômica, e todas as consequências que esta situação desigual acarreta) (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2021, p. 17).

É nesse sentido que devemos pensar criticamente a respeito das circunstâncias políticas, econômicas e sociais ao qual estamos inseridos, resistindo a um capitalismo cada vez mais opressor e exploratório. Devemos marchar rumo a uma revolução que enriqueça o trabalho e a liberdade dos corpos, buscando derrubar as estruturas capitalistas e o patriarcado heterossexista. Portanto, um novo modo de produção e reprodução social socialista é o caminho para que grupos subalternos não continuem sendo reprimidos de forma violenta dentro de uma estrutura racista, patriarcal e heterossexista que é o capitalismo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). (2009**). Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. 1. ed. São Paulo: Boitempo.

ALMEIDA, Sílvio. (2020). **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen.

MARX, Karl. (1977). **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes.

MATTOS, Marcelo Badaró. (2019). **A Classe Trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo.

NOGUEIRA, Leonardo. (2021). **O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais** / Leonardo Nogueira, Maysa Pereira, Rafael Toitio. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. (2011). **O Trabalho Duplicado** – A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular.

OLIVEIRA, Roberto Véras De; RODGERS, Gerry (orgs.). (2021). **Desenvolvimento e regime de trabalh**o: a trajetória do Nordeste do Brasil. São Paulo: Annablume.

O JORNAL "VOZ OPERÁRIA" E A REPRESSÃO AOS MILITANTES DO PCB NA PARAÍBA DURANTE A DÉCADA DE 1970

Gabriel Luar Calado Bandeira
Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

RESUMO

O presente trabalho busca ajudar a reconstruir um pouco da história de uma das ferramentas de agitação e propaganda de grande importância do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que foi o trabalho de criação e distribuição do jornal "Voz Operária". Fazendo um recorte desta atuação na Paraíba durante o período da ditadura civil-empresarial-militar nos anos 1970, busca-se a partir de episódios como o da queda de gráficas clandestinas e repressão aos trabalhadores militantes, elaborar um pouco de como funcionava tal atuação.

Palavras-Chave: Ditadura Militar, Jornal Voz Operária, PCB.

O PCB E A RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR

Com a participação de militares e civis (principalmente, de empresários, religiosos e setores da classe média urbana) e o apoio político e financeiro dos EUA, operou-se no dia 1º de abril de 1964 um golpe civil-militar, que levou o Brasil a uma ditadura que durou 21 anos. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), que até então havia passado muito mais tempo vivendo na ilegalidade do que na legalidade, teve que voltar à vida clandestina. Já vivendo conflitos internos desde o final dos anos 1950, que culminaram com a dissidência que criou o PCdoB[1] - muito devido ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, onde Nikita Khrushchev, secretário do PCUS denunciou os "crimes de Stalin" -, o partido se via na necessidade de pensar qual caminho tomar após o golpe de 1964. Com isso, no seu VI Congresso (1967), o PCB optou pela linha pacífica de resistência à ditadura, analisando, realisticamente, não haver condições objetivas para a realização de uma luta armada que findasse vitoriosa. A palavra de ordem que saiu do VI Congresso

1 O PCB foi fundado em 25 de março de 1922 com o nome de "Partido Comunista do Brasil – Seção Brasileira da Internacional Comunista". Em conferência nacional realizada em 1961, foi decidida, por maioria, a alteração do seu nome para "Partido Comunista Brasileiro", mantendo a sigla PCB, com o argumento de buscar sua legalização junto à Justiça Eleitoral. Em 1962, um setor do partido que, desde 1956, assumia posições divergentes à maioria do Comitê Central e, posteriormente, às resoluções do V Congresso do PCB (1961), abriu uma dissidência, reorganizando-se num novo partido, que recuperou o antigo nome de "Partido Comunista do Brasil" e assumiu uma nova sigla, PCdoB. Fizeram parte dessa dissidência os principais dirigentes do Comitê Central entre a chamada "Conferência da Mantiqueira" (1943), que reorganizou o partido após a grande onda repressiva que se seguiu a 1935 e ao "Estado Novo", e o IV Congresso do PCB (1954).

foi da acumulação de forças, dentro de todas as formas possíveis de luta de massas pacífica, para construir uma ampla frente de oposição para *derrotar* a ditadura. A diferença semântica expressa a divergência política e tática: os grupos que se opuseram à linha do VI Congresso se propunham a *derrubar* a ditadura através da luta armada. Daí em diante, começam a surgir novas dissidências no PCB, destacando-se as lideradas por Apolônio de Carvalho e Mário Alves, dentre outros, que fundaram o PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, e a criação da ALN - Ação Libertadora Nacional, a partir da dissidência aberta no PCB por Carlos Marighella e Joaquim Ferreira Filho, dentre outros.

Demarcado o rumo que viria adotar, o PCB empenhou-se na resistência pacífica à ditadura, procurando conquistar espaços progressivos de atuação política, inclusive nos meios legais, participando do sindicalismo oficial, apoiando candidatos do MDB e até apresentando nomes de comunistas, por esta legenda, nas eleições. Da mesma forma, o PCB aproximou-se do setor progressista da Igreja Católica, que vinha adotando uma linha de aproximação com as massas populares, sobretudo dos jovens, das classes trabalhadoras do campo e da cidade, e dos moradores das periferias urbanas, além da intensa defesa dos Direitos Humanos. Desta forma, os comunistas buscavam formar a frente ampla democrática contra a ditadura militar.

Uma das estratégias do PCB para mobilizar as forças democráticas contra a ditadura e fazer chegar as suas posições nas massas era através da propaganda e da imprensa partidária, sob responsabilidade da SAP (Seção de Agitação e Propaganda) do seu Comitê Central. E, nesta tarefa, o principal instrumento era o jornal “Voz Operária”, seu órgão oficial que o PCB fazia circular em todo o país. O Relatório Especial de Informações (REI) Nº 04/74, de 22 de maio de 19746, produzido pelo CIE (Centro de Informação do Exército), afirmou:

> “Cumpre ressaltar que, apesar do intenso trabalho que vem sendo desenvolvido pelos órgãos de segurança e informações, não foi possível, até o momento, chegar à VOZ OPERÁRIA, que continua circulando mensalmente entre os militantes e simpatizantes do P [referindo-se ao Partido]. Isso testemunha o êxito da SAP na sua missão prioritária. (...) Atualmente, um dos grandes problemas dos Órgãos de Segurança está relacionado com o mensário ‘VOZ OPERÁRIA’, órgão central do CC/PCB. Apesar das buscas e da permanente vigilância, nada de positivo foi obtido, até o momento. Isso é considerado pelo P, e realmente não deixa de se constituir, uma vitória.[2]

2 Consta do documento AFZ_ ACE_1026_82, do acervo do Arquivo Nacional.

No total, foram publicadas 120 edições mensais do “Voz Operária” no Brasil, entre 1965 até 19753. Como órgão oficial do PCB, eram publicadas no “Voz Operária” informações sobre a conjuntura política nacional e estadual, informações internacionais, particularmente sobre outros PCs e movimentos de esquerda, notícias sobre greves, estudos econômicos, a atuação da sociedade civil contra a ditadura – com particular atenção à Igreja Católica - etc. A retirada de circulação do Voz Operária foi um dos fatores que levou ao enfraquecimento do PCB, no final dos anos 1970. Com a ditadura apertando o cerco contra o PCB, particularmente após o bom desempenho do MDB nas eleições de 1974, campanha que contou com intensa participação dos comunistas, a principal gráfica responsável pela impressão do “Voz Operária”, foi descoberta pelo CIE no Rio de Janeiro no mês de janeiro de 1975. Um dos gráficos comunistas que estavam presentes no local na ocasião era Alberto Aleixo, irmão do ex-vice presidente Pedro Aleixo. Alberto foi preso e torturado, vindo a falecer meses depois.

O PCB NA PARAÍBA

O estado da Paraíba, mesmo sem todo o destaque e holofotes que se tem em outros estados, possui um grande histórico de luta e militância, até mesmo em períodos anteriores à ditadura militar, sendo seu maior exemplo o das Ligas Camponesas. Em territórios dominados pelas forças latifundiárias e seus crimes, a luta dos trabalhadores do campo se fazia de suma importância numa busca por melhorias nas condições de trabalho e de um reforma agrária. A brutalidade era tão grande que o líder das ligas de Sapé-PB, João Pedro Teixeira, o “Cabra Marcado Para Morrer”, militante do PCB, foi assassinado em 1962, a mando do latifúndio.

Muito embora o PCB não fosse um partido relativamente grande em relação aos demais partidos da Paraíba, manteve sempre uma forte presença em vários espaços e ambientes como de movimentos culturais, estudantis e sindicais. Durante a ditadura militar, o PCB seguiu organizado na Paraíba, atuando junto aos movimentos oposicionistas, de acordo com sua linha de acumulação de forças para a resistência pacífica ao arbítrio ditatorial. Entre estas tarefas militantes, estava a distribuição do “Voz Operária” no estado, o que acabou resultando na prisão de alguns dos seus principais militantes no estado, sendo submetidos a torturas e outras graves violências, consideradas como amplas violações de direitos humanos.

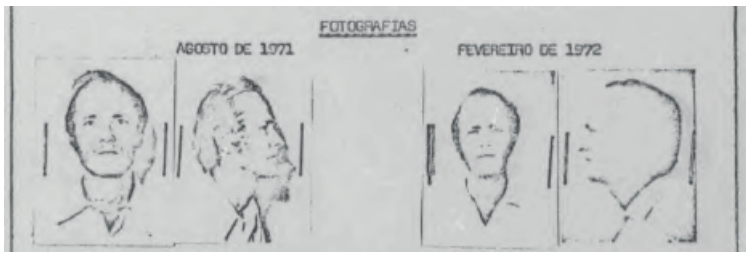
3 Posteriormente, o Voz Operária passou a ser publicado pelo Comitê Central do PCB no exterior, o que permaneceu até 1979, quando a Lei da Anistia possibilitou o regresso dos exilados ao Brasil.

Com a ajuda de documentos da Arquivo Nacional e também do Brasil Nunca Mais Digital, é possível encontrar processos de militantes do PCB, que participavam das atividades do jornal do partido e que foram indiciados pelo STM, em 1971. A prisão ocorreu conforme descreve este trecho do jornal União:

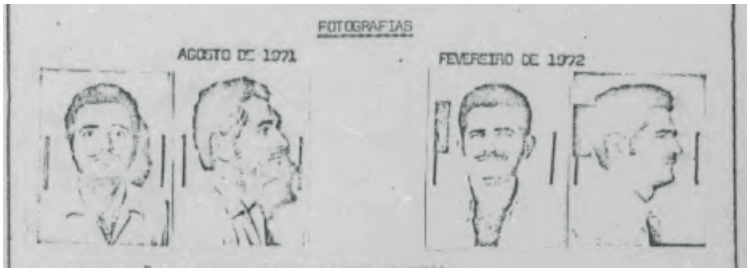
> "O procurador militar Othon Filho de Oliveira denunciou anteontem na auditoria da 7ª Circunscrição da Justiça Militar, em Recife, seis elementos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) apontados como responsáveis por crimes de subversão na Paraíba, organizando a distribuição de panfletos 'A voz operária' em Campina Grande. Foram denunciados como incursos nas sanções do artigo 43 da Lei de Segurança Nacional os paraibanos Oliveiros Cavalcanti de Oliveira, José Bernardo da Silva, Ailton José de Araújo, Marconi César de Arruda, Boerneges Timóteo de Sousa e José Araújo Lira. Segundo o procurador, os denunciados 'lutavam pela anistia dos presos políticos no Brasil, pela restauração do habeas-corpus perante a Lei de Segurança Nacional e tentavam por todos os meios, sobretudo pela propaganda subversiva, reogarnizar o PC em Campina Grande. Oliveiros Cavalcanti de Oliveira, era líder do PC em Campina Grande e no dia 18 de junho passado, na Estação rodoviária daquela cidade solicitou que fosse embarcado no porta-bagagens do ônibus um saco contendo panfletos subversivos. (A UNIÃO, João Pessoa, 17/09/1971, p. 03)"

Oliveiros Cavalcanti de Oliveira – o "André -, campinense nascido e criado na cidade, era o principal nome do Comitê Estadual do PCB em Campina Grande, e também foi o responsável pelo porte de tal jornal, quando da sua apreensão. Já José Bernardo da Silva – o "Mãozinha" - era o responsável pela distribuição dos exemplares. Também foram presos naquela ocasião os comunistas campinenses Ailton José de Araújo, Marconi César de Arruda, Boerneges Timóteo de Sousa e José Araújo Lira.

José Araújo Lira, pág.53 do arquivo BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_72049220_d0001de0011

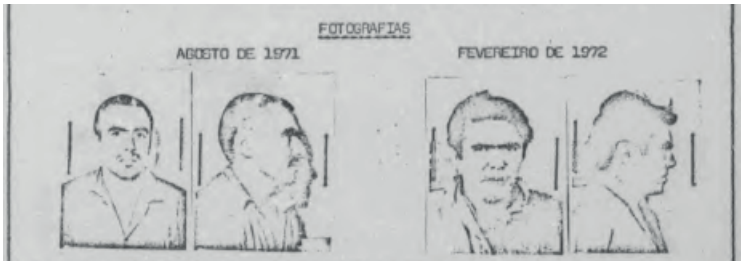


Boanerges Timóteo de Sousa, pág.54 do arquivo BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_72049220_d0001de0011



Aílton José de Araújo, pág.55 do arquivo BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_72049220_d0001de0011

Marconi Cezar de Arruda, pág.56 do arquivo BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_72049220_d0001de0011



José Bernardo da Silva, pág.57 do arquivo BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_72049220_d0001de0011

Oliveiros Cavalcanti de Oliveira, pág.58 do arquivo BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_72049220_d0001de0011

Sendo o “Voz Operária” uma das principais formas de agitação e propaganda comunistas, o PCB da Paraíba recebia vários destes exemplares para distribuição vindos do Ceará - mais precisamente do município de São Gonçalo do Amarante, região metropolitana de Fortaleza -, devido a uma gráfica clandestina que o Partido havia por lá. Com a descoberta e a queda desta gráfica, em 1973, uma grande quantidade de militantes de vários estados do Nordeste foram presos, e mostrou-se que de fato José Bernardo da Silva era o encarregado de distribuir o jornal para o estado da Paraíba.

11752

Gráfica clandestina do PCB estava funcionando no Ceará

Os órgãos de segurança distribuíram, no dia de ontem, a seguinte nota:

"Uma "célula" do setor de imprensa do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que operava no Ceará, foi desmantelada pelos órgãos de segurança.

Instalada inicialmente no sul do País, a imprensa do PCB, de acordo com as diretrizes da organização, deslocou várias "células" para outras áreas, uma das quais o Ceará, onde sua tipografia foi apreendida, inclusive com grande quantidade de impressos subversivos.

José Leite Filho, codinomes "Fernando" e "Paulo", militante filiado ao PCB desde 1935, quando tomou parte na intentona comunista, cumprindo determinações do Comitê Central, ativou a atuação do partido, no Ceará, chegando a montar uma tipografia.

Para manutenção dos trabalhos, recebia uma razoável importância mensal, enviada por Moacir Ramos, integrante do Comitê Nacional e um dos responsáveis, do setor de imprensa do PCB, em todo território nacional.

Em Fortaleza, Moacir Ramos estabelecera os contatos com José Leite Filho, passando a relacioná-lo com Raimundo Uchoa Diógenes, Alberto Santiago Galeno, Francisco Cardoso, Pedro Ramalho Amorim, Antônio Batista de Carvalho e outros, através os quais foram montados os "aparelhos" para as reuniões e começando o terreno em Ceará para a montagem da gráfica.

Ali eram impressos as revistas "Mundo em Revista", "Estudos", o jornal "Voz Operária", panfletos e opúsculos de cunho subversivo, os quais eram difundidos da Bahia ao Maranhão, havendo em cada Estado uma rede de distribuidores, já identificados e presos.

Raimundo Uchoa Diógenes e Francisco Felipe Cardoso se encarregavam da arrecadação local de dinheiro para os serviços de tipografia, por ser insuficiente a verba vinda do Comitê Nacional.

Grande parte da clicheria da matéria impressa era enviada pelo órgão central, por intermédio de Moacir Ramos e, durante as diligências, os agentes de segurança encontraram nos fundos do terreno apreciável quantidade de material usado na gráfica.

O setor de imprensa estava instalado perto da estação da Embratel, local de acesso proibido a pessoas estranhas tendo os militantes da organização conseguido um outro caminho, podendo assim movimentar-se, inclusive ocultando-se. Localizado em ponto estratégico, o aparelho dispunha de vias, encarregado de dar alarme, ante a aproximação de qualquer pessoa não pertencente à organização.

Mesmo assim, conseguiram os agentes de segurança realizar a diligência, culminando com a apreensão de uma guilhotina, uma máquina impressora, um grampeador industrial, aparelhagem destinada à fundição de chumbo, 1021 clichês, um gerador, latas de tinta, etc.

A rede montada pela organização tinha como principais elementos, por Estado, os seguintes: Maranhão, médica Maria José Aragão; Rio Grande do Norte, Bento Ventura de Moura, Ataulpa Arruda Mariano e Vulpiano Cavalcante de Araújo; Paraíba, José Bernardo da Silva; Pernambuco, Francisco Ferreira da Silva e Bahia, Ederval Araújo Xavier.

Esses elementos participaram de vários "ativos", reuniões de cúpula da organização, realizados em Icaraí, em casa pertencente a Hermes Selvas Braga, nas quais discutiam as orientações recebidas do comitê nacional e planejavam a ação da organização na área dos diversos Estados, cujos representantes partidários a eles compareciam.

Instaurado o Inquérito pela Polícia Federal, concluiu ele de três volumes, compreendendo 576 páginas e 5 laudos periciais fornecidos pelo Instituto de Polícia Técnica da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Pelas provas colhidas nos autos, foram indiciados e tiveram a prisão preventiva decretada pelo Juiz da Décima Circunscrição Judiciária Militar: José Leite Filho, Luiz Carlos Leite, Tomás Daniel, Antônio Batista de Carvalho, Maria José Aragão, Alberto Galeno Santiago, Raimundo Uchoa Diógenes, Francisco Marques Teixeira, José Castelano de Sousa, já recolhidos ao Instituto Penal Paulo Sarasate e mais Francisco Felipe Cardoso, Antonio Eurico de Oliveira, Vicente Pompeu da Silva e Moacir Ramos da Silva, estes foragidos. Foram indiciados: Pedro Ramalho Amorim, Hermes Selvas Braga, Antonio dos Santos Tavares, Manoel Aeri Ferreira, Antonio de Queiroz, Ederval Araújo Xavier, Vulpiano Cavalcante de Araújo, Bento Ventura de Moura, Ataulpa Mariano Arruda e Francisco Ferreira da Silva.

ARQ - SS 16. N-512 / 10 MAI 73 - B

Pedro Amorim | Luiz Carlos Leite | Francisco Felipe Cardoso | Alberto Galeno Santiago

Maria José Aragão | Raimundo Uchoa Diogenes | José Leite Filho | Moacyr Ramos da Silva

Antonio Batista de Carvalho | Vicente Pompeu da Silva

FORAGIDOS

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011752_d0001de0002, pág. 15

No site do Arquivo Nacional é possível encontrar a lista destes nomes e um pouco do ocorrido:

> "Ali eram impressos as revistas "Mundo em Revista", "Estudos", o jornal "Voz Operária", panfletos e opúsculos de cunho subversivo, os quais eram difundidos da Bahia ao Maranhão havendo em cada Estado uma rede de distribuidores, já identificados e presos [...] A rede montada pela organização tinha como principais elementos, por Estado, os seguintes: Maranhão, médica Maria José Aragão: Rio Grande do Norte, Bento Ventura de Moura, Ataulpa Arruda Mariano e Vulpiano Cavalcante de Araújo: Paraíba, José Bernardo da Silva: Pernambuco, Francisco Ferreira da Silva e Bahia, Ederval Araújo Xavier.(BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011752_ d0001de0002, pág. 15).

Os militantes de esquerda que eram presos na Paraíba durante a década de 1970, via de regra, eram levados para a chamada "Granja do Terror", uma granja cedida por empresários para o exército e polícia militar de Campina Grande, onde ocorria todo tipo de violação dos direitos humanos, com especial destaque para a prática de torturas. Estas

torturas eram sempre acompanhadas por um famoso Sargento, o Francisco de Assis Oliveira Marinho, ou como era mais conhecido “Sargento Marinho”, torturador dos mais cruéis e covardes de Campina Grande, hoje é promotor aposentado no Estado do Ceará, e naquela servia fielmente ao Major Paulo Câmara. Nesta granja foram submetidos a tortura, durante a década de 1970, diversos dirigentes do PCB na Paraíba, como José “Peba” Pereira dos Santos e Manoel Alves, além de alguns dos já citados.

CONCLUSÃO

Em tempos de revisionismo histórico, principalmente quando se fala de ditadura militar no Brasil, tal trabalho buscou ajudar na reconstrução da história do PCB e da sua militância, assim como tentar compreender melhor o que faziam os agentes do estado repressivo desta ditadura que, sendo hegemonizada pelos militares, teve participação de elementos civis, particularmente, empresários.. Este período trouxe momentos de tragédia por onde passou, e na Paraíba não foi diferente. Reforça-se também o fato de que o PCB não ter ido à luta armada não impediu que seus integrantes fossem brutalmente perseguidos, torturados e mortos. É esperado que e trabalho consiga contribuir um pouco na reconstrução da memória deste período e abra outras possibilidades de pesquisa sobre o tema.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

AUED, Bernadete W. **O sapateiro militante**. Campina Grande: EDUEP, 2006.

CARONE, Edgard. **O PCB**. 1964 a 1982. Vol. 3. São Paulo: Difel, 1982.

CASTRO, Celso; Glaucio Ary D. Soares; Maria Celina DAraujo(org). **Os anos de chumbo**. A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA. **Relatório Final**. 2017. Disponível em

https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2021/04/cev-pb_relatorio-

final_parte_001.pdf

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Ditadura militar no Brasil**: a vez e a voz dos perseguidos. João Pessoa: Ed.UFPB, 2019.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GODOY, Marcelo. **A casa da vovó**. São Paulo: Alameda, 2014.

GOMES DA SILVA, Janaína. **"Os anos de chumbo" da ditadura militar na Paraíba (1969-1974).** Disponível em: http://uece.br/eventos/gthpanpuh/anais/trabalhos_completos/298-45120-28042017-224421.pdf. Acesso: 22/08/2021

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. "A cultura política comunista". *In* MOTTA, Rodrigo Patto Sá; NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo. **Comunistas Brasileiros: Cultura Política e Produção Cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PONS, Silvio. **A revolução global**: História do comunismo internacional, 1917-1991. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luis Carlos Prestes: um comunista brasileiro**. São Paulo: Boitempo, 2015.

PRESTES, Anita Leocádia. **Viver é tomar partido: memórias**. São Paulo: Boitempo, 2019.

REIS, Daniel Aarão. **Luis Carlos Prestes. Um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

QUARTIM DE MORAES, João; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). **História do marxismo no Brasil. O impacto das revoluções**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, v. 1. 2003.

DOCUMENTOS

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_72049220_d0001de0011

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011752_d0001de0002

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_81002490_d0001de0001

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_71041995_d0001de0002

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_83009535_d0001de0001

AC_ACE_63335_73

AC_ACE_65100_73

BNM-485

PERIÓDICOS

Jornal A UNIÃO. João Pessoa, 17 de setembro de 1971, p. 03

RAÇA E CLASSE ATRAVÉS DOS JORNAIS DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO DE PERNAMBUCO (MNU-PE)

Iyalê Tahyrine Moura Correia

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a analisar a relação entre as organizações sindicais e partidárias do Recife e o Movimento Negro Unificado de Pernambuco (MNU-PE) a partir dos jornais Negritude e Omnira (periódicos do Movimento) durante o período da redemocratização do Brasil, mais especificamente os anos de 1985 a 1994. Buscamos, portanto, compreender os diálogos e tensões existentes entre essas organizações num período de recrudescimento na luta por direitos na qual novos sujeitos a partir dos chamados "novos movimentos sociais" (de mulheres, negros, indígenas, sindical) e partidos políticos recolocavam projetos de sociedade em disputa. Se trata, portanto, de pensar como o racismo era denunciado pelo MNU-PE através de seus veículos de imprensa, mas também as formas pelas quais a classe era percebida pelo movimento através de seus jornais.

Palavras-Chave: Imprensa negra; movimento negro; mundos do trabalho.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a apresentar os marcos teóricos da pesquisa em desenvolvimento que tem por objetivo analisar a relação entre as organizações sindicais e partidárias do Recife e o Movimento Negro Unificado de Pernambuco (MNU-PE) a partir dos jornais *Negritude*[1] e *Omnira*[2] (periódicos do Movimento), durante o período da redemocratização do Brasil, mais especificamente, entre os anos de 1985 a 1994. Busco compreender os diálogos e tensões existentes entre essas organizações num período de recrudescimento na luta por direitos na qual novos sujeitos a partir dos chamados "novos movimentos sociais" (de mulheres, negros, indígenas, sindical) e partidos políticos recolocavam projetos de sociedade em disputa.

Se trata, portanto, de pensar como o racismo era denunciado pelo MNU-PE através de seus veículos de imprensa – denominado de imprensa negra -, o trabalho envolvido na produção desses impressos e as formas pelas quais a classe era percebida e descrita nos jornais.

---

1 O Negritude é o porta-voz oficial do MNU-PE e teve seu primeiro exemplar lançado em novembro de 1986.

2 O Omnira é fruto do Grupo de Trabalho (GT) de Mulheres do MNU-PE de nome homônimo lançado em 1993.

Num primeiro tópico, abordarei os conceito de imprensa negra que desde o século XIX tem por objetivo a denúncia do racismo mas ganhou contornos diferentes a cada período histórico. Juntamente ao debate da imprensa negra abordarei o papel da imprensa em Gramsci (1992), a ideia do jornal enquanto um "organizador coletivo" tal qual concebeu Lênin (2020) e também voltar o olhar para a organização que o produziu, que movimento era esse, qual sua linha política. Para tanto, utilizarei o conceito de movimento negro contemporâneo para caracterizar os movimentos negros surgidos a partir de meados da década de 1970.

No segundo tópico, os conceitos de raça e classe e a dinâmica de sua relação da formação social brasileira serão abordados a partir da contribuição de Guimarães (2002) e sua conceituação de raça e E.P.Thompson (1987) e sua conceituação de classe. Além de outros autores e autoras que compreendem a relação entre raça e classe no capitalismo brasileiro.

A IMPRENSA NEGRA, O JORNAL COMO ORGANIZADOR COLETIVO E O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU)

Roger Bastide (1973) em seu estudo sociológico sobre a imprensa negra paulistana, afirmou que a imprensa representa aspirações e sentimentos coletivos. No caso dos "jornais de negros", seria possível traçar um quadro histórico da "mentalidade de uma raça" através dos seus veículos de comunicação (BASTIDE,1973, p.129).

Partindo dessa perspectiva da imprensa enquanto aspiração de determinados grupos é que situo a reflexão sobre os jornais *Negritude* e *Omnira* a partir do referencial de Gramsci, que afirma que o Estado é formado por duas esferas essenciais: a sociedade política e a sociedade civil. Segundo Coutinho "no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua *hegemonia*, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso" (COUTINHO, 1992, p.77). É nessa esfera que se encontram as organizações responsáveis pela elaboração das ideologias como a escola, a Igreja e os meios de comunicação.

Deste modo, sendo a sociedade civil a arena onde visões de mundo são colocadas em disputa por hegemonia, a imprensa e, portanto, a imprensa negra cumpre nessa esfera um papel de disputa a partir da formulação do antirracismo e necessidade de inserção do negro.

O conceito de imprensa negra foi definido pela primeira vez no Brasil por Roger Bastide na década de 1950 como "uma imprensa que só trata de questões raciais e sociais, que só se interessa pela divulgação de fatos relativos à classe da gente de cor"

(BASTIDE, 1973, p. 130). Para a historiadora Miriam Nicolau Ferrara, o que define a imprensa negra são os sujeitos de sua produção. Para ela, se "trata de uma imprensa de integração do negro – como grupo minoritário – na sociedade brasileira, expressa através de suas reivindicações; porém, sob a influência da ideologia dominante" (FERRARA, 1986 apud QUEIROZ, 2011, p.532).

A historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto nos seus estudos sobre a imprensa negra no século XIX, utiliza os postulados de Antônio Cândido de "autor", "obra" e "público" para definir a imprensa negra enquanto um "jornal feito por negros; para negros; veiculando assuntos de interesse das populações negras" (PINTO, 2016. p.25). Tal definição agrega e sintetiza as caracterizações feitas anteriormente sendo esta a que tomamos por base e identificamos que os jornais *Negritude* e *Omnira* se inserem.

Do século XIX à década de 1980 os periódicos da imprensa negra perpassaram por diversas fases e abordagens e constituíram-se em veículos de comunicação de diversos "intelectuais, grupos, associações e entidades negras, tanto com seu público específico – o chamado "meio negro" – como com outros setores sociais" (GOMES,2005, p.31). Portanto, esses jornais que inicialmente eram produzidos por intelectuais negros letrados, passando por um caráter associativo, também se conformaram enquanto jornais frutos de uma coletividade, no caso dos jornais *Negritude* e *Omnira*, de um movimento social.

Vladimir Ilitch Lênin na sua obra *O que fazer?* originalmente escrita entre os anos de 1901 e 1902 dedicou-se a discutir as questões entre teoria e prática no processo revolucionário na Rússia e as tarefas revolucionárias do partido. Dentre essas tarefas estava a consolidação de "um jornal político para toda a Rússia", no caso o jornal *Iskra,* que "deve ser o fio fundamental, seguindo o qual podemos invariavelmente desenvolver, aprofundar e ampliar essa organização" (LÊNIN,2020, p.171). Esse fio fundamental que deve guiar e ser guiado pelo partido é o jornal e o seu papel é ser um organizador coletivo:

> O jornal não é apenas um propagandista coletivo e um agitador coletivo, mas também um organizador coletivo. Nesse último sentido, pode ser comparado aos andaimes que levantam e, torno de um edifício em construção, marchando-lhe os contornos, facilitando as comunicações entre os construtores, ajudando-os a repartir entre si o trabalho e a observar os resultados gerais alcançados pelo trabalho organizado. (idem, 2020, p.172)

É nessa perspectiva que compreendo que os jornais *Negritude* e *Omnira* cumprem o papel de organizadores coletivos da população negra do Recife sendo o "fio" entre o Movimento Negro Unificado de Pernambuco (MNU-PE) e os seus leitores e leitoras na medida em que o conteúdo impresso nos periódicos visa não apenas informar mas "desenvolver, aprofundar e ampliar" a organização.

Para tanto é importante situar primeiramente o período de efervescência de lutas da população negra nas décadas de 1970 e 1980 quando em 1978 é fundado o Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR) que em seguida acrescenta a palavra "negro" e se torna Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR) e, por fim, viria a se tornar o Movimento Negro Unificado (MNU), fruto do agrupamento de vários coletivos negros e com forte vinculação a grupos culturais como blocos afros, afoxés e maracatus[3].

Em Pernambuco, após a fundação do MNU em São Paulo, a rearticulação do movimento negro se deu a partir da criação do Centro de Cultura e Emancipação da Raça Negra, chamado de *CECERNE* em 1979. Segundo Ivaldo Lima e Isabel Guillen, "deste grupo saíram muitos militantes com o propósito de fundar outras organizações políticas, dos quais o Movimento Negro do Recife, que mais tarde se incorporaria no Movimento Negro Unificado" (LIMA E GUILLEN, 2021. p. 26).

Os jornais *Negritude* e *Omnira* são frutos desse período histórico. O jornal *Negritude* era o porta-voz do MNU-PE e suas páginas refletiam a linha política nacional do movimento bem como as formuladas no estado. Foi fundado em 1986 e circulou até novembro de 1994 com periodicidade bastante irregular. Em 1993, o Grupo de Trabalho (GT) das mulheres do MNU-PE chamado Omnira, lançou um boletim informativo de mesmo nome a partir de um projeto de Redes de Jornais Populares ligados à ONG ETAPAS. O jornal *Omnira* priorizava, da primeira à última página, focar nas demandas e violências que atingiam as mulheres negras, o boletim circulou até 1994.

Nesse mesmo período da redemocratização, o recrudescimento da luta organizada contra o racismo se soma ao que Eder Sader (1988) chamou da entrada de novos atores ocupando os espaços públicos num momento de transição política na qual o movimento operário, sobretudo com as greves do movimento sindical a partir de 1978, tem um papel decisivo. Essa retomada das greves de massa do movimento sindical e o chamado "novo

3 O Afoxé de Pernambuco foi implementado no final dos anos de 1970 e início dos anos 1980 e trata-se de uma manifestação genuinamente pernambucana assim como os maracatus, mas com a diferença de que não possuem ligação direta com o candomblé sendo estes "imersos em estratégias de luta política, e pode-se dizer que são o resultado disso." (LIMA,2009. p.155) Já o Maracatu-Nação "pode ser definido como uma manifestação cultural dotada de elementos diversos. Dispõe de dança, canto, fantasias e estilo musical próprio. Um maracatu é definido por sua música, cantada em geral por um mestre, que é acompanhado de batuqueiros, tocando alfaias (os tambores), caixas, taróis, mineiros (espécie de ganzá) e gonguês (instrumento de ferro com uma campânula, percutida por um pedaço de madeira)." (LIMA,2014. p.308) Os maracatus-nação possuem forte ligação com terreiros de Candomblé, com a Jurema ou a Umbanda.

sindicalismo que se pretendeu independente do Estado e dos partidos"[4] (SADER,1988.p.35), ocorre juntamente à reorganização dos movimentos de bairro, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da vertente progressista da Igreja Católica, movimento de mulheres, de gays e lésbicas, indígenas, luta ambiental e, claro, movimento negro.

Amílcar Araújo Pereira chamou de "movimento negro contemporâneo" essas organizações surgidas no Brasil a partir de 1970 que, diferentemente das organizações negras que existiam até o período anterior, possuíam como características centrais a "oposição ao chamado "mito da democracia racial" e a construção de identidades político-culturais negras."(PEREIRA,2010.p.98) Essa denúncia à uma suposta "democracia racial" foi um elemento fundamental para o surgimento do Movimento Negro Unificado em 1978 que em todos os seus documentos ressaltava essa questão.

Em seus primeiros documentos, o então MUCDR convocada "os setores democráticos da sociedade (para) que nos apoiem, criando condições necessárias para criar uma verdadeira democracia racial" (GONZALES,1982, p.50) que seria possível a partir da criação de "centros de luta" que buscavam promover "debate, a informação, a conscientização e organização da comunidade negra"(idem).

RELAÇÕES DE RAÇA E CLASSE NO BRASIL

Para abordar sobre racismo é necessário, antes, delinear o conceito de raça e sob qual perspectiva faremos uso dessa categoria que é bastante contestada. A exemplo do sociólogo negro e ativista da luta antirracista Paul Gilroy (1998,2000) que passou a defender a tese de que "a categoria 'raça' já não tem nenhuma utilidade prática ou teórica no mundo globalizado" pelo fato de ser comprovado cientificamente que não existem raças biológicas, por se tratar de um "discurso científico errôneo" e por ser termo que só "reifica uma categoria política abusiva" (GUIMARÃES,2002,p.48-49).

Segundo Gilroy o termo "raça" seria anacrônico e os negros antirracistas não precisariam da ideia de raça nem no campo biológico, nem no social para a autoafirmação coletiva. Talvez para a Europa tal afirmação faça sentido, mas pensando na realidade brasileira, em nossa formação social, sublinho o questionamento apontado por Guimarães (2002): os negros brasileiros podem prescindir da ideia de "raça" que os unifica? Na

4 Existem estudos recentes que problematizam o chamado "Novo sindicalismo" por apontar que a estrutura e ações grevistas que despontaram no Brasil a partir de 1978 não foram rupturas com o sindicalismo dos períodos anteriores, mas sim, um movimento de "mudanças e de permanências". Ver mais em: FERREIRA, R.L. O "novo sindicalismo" urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências, 2012.

tentativa de responder a essa questão, corroboro com a concepção do autor de que:

> "Raça" é não apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de "cor" enseja são efetivamente raciais e não apenas de "classe".(GUIMARÃES, 2002, p.50)

Amílcar Pereira ao se propor a fazer uma "genealogia da moderna ideia de raça", remonta ao pensamento científico europeu e estadunidense do século XVIII que se consolidou a partir da segunda metade do século XIX quando "a raça era determinada biologicamente, e que esta também determinava a cultura, o que fazia com que as diferenças, tanto raciais como culturais, fossem entendidas como desigualdades entre superiores e inferiores" (PEREIRA, 2010. p.38).

Clóvis Moura (2014) e Florestan Fernandes (2017) são autores que coadunam com o exposto por Mattos e ajudam a compreender a dinâmica racial brasileira no capitalismo. Para eles, raça e classe são elementos imbricados sendo o racismo um mecanismo de manutenção de privilégios econômicos e políticos de classe. Para Moura, historiador marxista, é do interesse da classe dominante a marginalização da população negra para "baixar os salários dos trabalhadores no seu conjunto" (MOURA,2014, p.219) pelo fato destes compreenderem a maior parte da classe trabalhadora e na lógica da acumulação capitalista atuarem como exército industrial de reserva.[5]

Fernandes por sua vez, compreende o racismo como elemento estrutural para compreender a formação da classe trabalhadora brasileira e a nossa formação social (MOTTA,2013). O sociólogo, no entanto, adiciona um caráter revolucionário na relação entre raça e classe, afirmando que "a raça é uma formação social que não pode ser negligenciada na estratégia da luta de classes e de transformação dentro da ordem ou contra a ordem, que há um potencial revolucionário no negro que deve ser despertado e mobilizado" e na sua relação com a classe "fortalecem reciprocamente e combinam forças centrífugas à ordem vigente" (FERNANDES, 2017. p.85,86).

Sobre a formação da classe trabalhadora brasileira, Marcelo Badaró Mattos (2009) faz uma importante contribuição quanto a esse processo descrevendo que antes mesmo da abolição em 1888, trabalhadores escravizados e livres que viviam nas cidades compartilhavam espaços de trabalho, moradia, hábitos e algumas experiências

---

5 Exército industrial de reserva ou superpopulação é um conceito desenvolvido por Karl Marx no qual afirma que a acumulação capitalista produz um excedente populacional de trabalhadores necessários para o "desenvolvimento da riqueza com base capitalista" onde "essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista" (MARX,2017,p.707).

em comum e isso foi importante para se criar uma rede de solidariedade que contribuiu para a consolidação do movimento abolicionista que, protagonizado pelos trabalhadores escravizados - sujeitos da principal contradição da luta de classes daquele período no Brasil - contavam com o apoio dos trabalhadores livres que se opunham àquele regime (MATTOS, 2009).

Como ressalta o autor:

> A partir do compartilhamento das experiências de trabalho e vida em algumas cidades brasileiras com forte presença da escravidão, ao longo do século XIX, trabalhadores escravizados e livres partilharam formas de organização e de luta, gerando valores e expectativas comuns, que acabariam tendo uma importância central para momentos posteriores do processo de formação da classe. (MATTOS, 2009. p.30)

Tais processos abordados por Mattos lançam base para uma concepção de classe voltada justamente para os elementos da experiência e da cultura como foi elaborada pelo historiador britânico E. P. Thompson que utilizamos a contribuição teórica:

> A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON,1987. p.10).

Na experiência da classe trabalhadora negra brasileira a consciência de classe e de raça se cruzam. Portanto, a partir dessa concepção de classe de Thompson é possível também pensar a concepção de raça e como elas agem de forma imbricada historicamente, para isso acolhemos a contribuição de Stuart Hall quando afirmar que “raça é a maneira como a classe é vivida” na medida em que “negros da classe trabalhadora desenvolveram uma consciência da luta de classes através da experiência de ‘raça’” (HALL, 2013 apud HAIDER, 2019. p.125).

Portanto, para refletir sobre como foi forjada a classe trabalhadora no Brasil é preciso levar em consideração o período da escravidão, as experiências coletivas de luta dos trabalhadores escravizados pela liberdade e o racismo que justificou a existência da escravidão até 1888 e que permaneceu justificando a marginalização dessa população negra recém liberta que ocuparia os piores e mais insalubres postos de trabalho na emergente sociedade capitalista brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período que ficou conhecido como “reabertura” ou “redemocratização” foi marcado por intenso debate público e luta política. Neste bojo o Movimento Negro Unificado (MNU) é forjado enquanto um dos movimentos expoentes na luta antirracista no Brasil e, no Recife, dois jornais são criados para serem os fios condutores da linha política desta organização com a população negra da cidade.

Neste mesmo período, organização e mobilizações políticas várias, com a retomada das greves de massa pelo movimento sindical ganharam as ruas em lutas conjuntas por democracia, Constituinte e Diretas. Diante desse cenário é possível inferir a possibilidade diálogos e tensionamentos entre essas organizações que surgiram ou se organizaram num mesmo período e os jornais *Negritude* e *Omnira* podem apontar de que maneira isso se dava.

REFERÊNCIAS

BASTIDE, Roger. “**A imprensa negra do Estado de São Paulo”**. In: Estudos Afrobrasileiros. São Paulo: Perspectiva, 1973.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e Política (1888-1937**). 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

HEIDER, Asad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje.** São Paulo: Veneta, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **O movimento negro na última década**. In: CARLOS, Gonzalez Lélia Hasenbalg; Lugar de negro. Rio de Janeiro Editora Marco Zero Limitada, 1982.

GONZALEZ, Lélia. RIOS, F.; LIMA, M.(org.) **Por um feminismo afro-latino-americano**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. Editora 34, 2002

LÊNIN, Vladímir. I. **O que fazer?: Questões candentes de nosso movimento**. Boitempo Editorial, 2020.

LIMA, Ivaldo.M.F ; GUILLEN, Isabel.C.M. **Movimentos Sociais Negros: Memória(s) e história (s)**. 1.ed.Recife: Editora UFPE, 2021. Disponível em: https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/663 . Acesso em: 5 nov. 2021.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MOTTA, Daniele Cordeiro. **As particularidades do regime de classes no Brasil segundo Florestan Fernandes.** Anais do V Simpósio Internacional de Lutas Sociais na América Latina,2013.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva,2019.

PEREIRA, Amílcar A. **"O Mundo Negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. (1970-1995).** 2010. 268 p. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói,2010.

PINTO, Ana Flávia M. **De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899).** 2006. 197 p. Dissertação (Mestrado em História Cultural) - Instituto de Ciências Humanas -Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

QUEIROZ, M.R F. **Do Angola ao Djumbay: imprensa negra recifense.** Cadernos de Pesquisa Cdhis, Uberlândia, v.24, n.2,531-554, dez,2011.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo: 1970-80**. 1.ed. Rio e Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa I - A árvore da Liberdade**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VOZES INVISÍVEIS: CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS DAS PROFESSORAS NEGRAS EM SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA/ RJ

Livia de Mello Silva Lemos

RESUMO

A presente pesquisa visa à construção de memórias da trajetória pessoal e profissional dentro do mundo do trabalho das professoras negras do município de São Francisco de Itabapoana, localizado no estado do Rio de Janeiro. Foram utilizadas discussões sobre o movimento negro e o enegrecimento do feminismo para refletir sobre a construção e a escrita da história de sujeitos subalternizados na historiografia, com enfoque na História Regional, mais especificamente no interior do estado. Os objetos/ sujeitos de análise da pesquisa foram professoras que atuam na educação básica e se autoidentificam como negras. Como referencial teórico destacamos autoras como Sueli Carneiro (1985), bell hooks (2015), Nilma Lino Gomes (2018), Carla Akotirene (2018) que foram fundamentalmente base para reflexões sobre a formação dos professores/as e a construção de suas identidades negras. Suas experiências e depoimentos ajudaram a evidenciar narrativas e processos educativos silenciados e marginalizados

Palavras-Chave: Professoras negras- História Regional- História Oral.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação visa a construção de memórias da trajetória pessoal e profissional das professoras negras do município de São Francisco de Itabapoana (RJ), situado na mesorregião do norte fluminense, para compreender como suas histórias de vida relacionam-se (e se relacionam entre si) com suas práticas pedagógicas no que se refere ao combate ao racismo dentro da escola. Para este fim, a pesquisa visa explorar interseções entre classe, gênero e raça e território.

Ana Veiga (2020), confirma que historicamente as mulheres negras estiveram ausentes da produção acadêmica e literária, quando se falava em mulheres negras, não eram elas mesmas falando delas. Autoras como bell hooks (2019) defendem o quanto usar a voz liberta. Para ela, o trabalho acadêmico pode ser o caminho que possibilita que outras vozes sejam ouvidas, neste sentido, muitas autoras negras têm preferido escrever seus trabalhos em primeira pessoa (HOOKS 2019; XAVIER 2019; VEIGA 2020), marcando, assim, seu lugar político como sujeitos da escrita e da pesquisa.

Na pesquisa articulamos aspectos e construções locais históricas e sociais a

práticas estabelecidas no presente. Alguns conceitos que fazem parte desta análise são o enegrecimento do feminismo, identidade e opressões interseccionais.

A fim de um recorte mais preciso, o objeto de análise da pesquisa são professoras que atuam na educação básica, da rede municipal, que se dispuseram a nos ceder seus depoimentos, e se autoidentificaram como negras. Nilma Lino Gomes (2003) entende a escola como um espaço que interfere na construção da identidade negra. Para ela, a formação da identidade negra é um processo contínuo que é construído nos espaços institucionais como a escola (e na trajetória escolar desses sujeitos) e também fora deles.

Durante a entrevista, as depoentes rememoram eventos e períodos da sua história e da sua prática, mas também de suas experiências como alunas e agora, de um outro lugar, como quem ensina, como quem partilha a experiência de educar.

A análise e interpretação foram feitas a partir dos resultados colhidos nas entrevistas, sendo uma avaliação qualitativa. Para autores como Silva, Andrade e Almeida (2019) os ambientes escolares resguardam uma relação estreita entre a vida e a profissão. Os autores produziram um artigo em que tratam das (auto) biografias de professores. Apontam que este método permite conhecer os aspectos subjetivos que envolvem sua vida pessoal e os sentidos da profissão. Acreditamos que, no mesmo sentido, a História Oral contribui para reconhecer o protagonismo das professoras negras.

Para pensarmos os usos da História Oral e da memória é o autor Ulpiano Meneses (1992, p. 33) que contribui para compreendermos "como essas profissionais resistiram ao racismo institucional, continuando presentes no espaço escolar e tornando-se professoras". Como abordado pela professora Patrícia Santana (2004) muitas vezes há o silenciamento e a negação do racismo sofrido. Meneses afirma que existem condições em que socialmente se produz o silêncio, por pressão coletiva, ou conveniência pessoal (MENESES,1992). Romper os silêncios e dar vozes aos atores invisíveis na História Regional é o que almejamos ao final desta pesquisa.

"NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE": REFLEXÕES SOBRE O FEMINISMO NEGRO NO BRASIL

Oportunamente, quando escrevemos este trabalho, discutir o feminismo negro e as relações étnico-raciais tem sido um campo frutífero no Brasil, frutífero, mas não novo, pois seguimos hoje os passos de nossos/as antepassados/as e de pessoas como Sueli Carneiro (1985); Lélia Gonzalez (1984); Conceição Evaristo (2017) e assim podemos nos lembrar "nossos passos vêm de longe" (WERNECK, 2010). A atuação e as trajetórias das

professoras negras formam um campo de estudos que tem crescido no Brasil e ganhado espaço na historiografia e nos estudos em educação, e não são poucos os eventos, mesas redondas e congressos com a temática na atualidade. No espaço acadêmico, percebe-se uma abertura nas ementas dos cursos e uma crescente de pessoas que propõem e interessam-se pelo debate. Pensar as mulheres e professoras negras, com um recorte de raça e de classe, permite-nos compreender os significados que estes sujeitos constroem em relação ao racismo e à educação étnico- racial ao longo de sua história pessoal, por isso recuperar a professora estadunidense bell hooks é essencial para certas noções que propomos elucidar em nossas discussões.

Em “Mulheres Negras: moldando a teoria feminista”, bell hooks dialoga diretamente com feministas brancas apontando o classismo e racismo de suas obras que falavam pelas mulheres brancas ricas dos Estados Unidos em nome de todas as mulheres americanas. Assim ela destaca:

> Friedan foi uma das principais formadoras do pensamento feminista contemporâneo. Significativamente, a perspectiva unidimensional da realidade das mulheres apresentada em seu livro se tornou uma característica marcante do movimento feminista contemporâneo. Como Friedan, antes delas, as mulheres brancas que dominam o discurso feminista atual raramente questionam se sua perspectiva sobre a realidade da mulher se aplica às experiências de vida das mulheres como coletivo (HOOKS, 2015, p. 03).

Reafirmando o seu lugar de mulher negra do sul dos Estados Unidos e filha da classe trabalhadora, hooks denuncia a ideia de que as mulheres negras “foram praticamente acordadas de um sono profundo”, a medida em que teriam sido as feministas brancas que ensinaram às mulheres negras que a opressão machista existia. Essas mulheres brancas, acreditam estarem mostrando às mulheres negras o programa de libertação (HOOKS, 2015, p.11).

Cabe destacar que no Brasil, autoras como Lélia Gonzalez já pensavam sobre as especificidades da mulher negra brasileira, que por conta do passado abolicionista e da criação do mito da democracia racial, enfrentavam as mazelas do racismo de forma muito característica. “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão” é o que afirma Gonzalez (2020, p. 50) que elucida o papel atribuído à mulher negra desde o período colonial intercruzando esses fatos com censos à época (1950/ 1960). A autora dá ênfase à compreensão do protagonismo das mulheres negras na formação do Brasil. Sobre a condição da mulher negra na sociedade brasileira, ela nos fala:

> Não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra. A dimensão racial nos impõe uma inferiorização ainda maior, já que sofremos, como as outras mulheres, os efeitos da desigualdade sexual. Na verdade, ocupamos o polo oposto ao da dominação, representado pela figura do homem branco e burguês. Por isso mesmo constituímos o setor mais oprimido e explorado da sociedade brasileira (GONZALEZ, 2020, p. 98).

Além de certas especificidades, existem também as características gerais e comuns como o preconceito, a subalternidade e o enfrentamento do racismo que essas mulheres-professoras enfrentam durante toda sua vida, o que Patrícia Hill Collins chamará de opressões interseccionais que são as opressões de raça, gênero, classe, sexualidade e nação.

Carla Akotirene ressalta que "A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem." (2018, p. 24.) A autora ressalta:

> Logicamente, para a Europa, branquitude é um sistema de poder muito além da brancura da pele, distinto do caso brasileiro, da mestiçagem, como quer a democracia racial defendida pelas elites brancas e trânsitos regionais com seus deslocamentos de privilégios. Daí interseccionalidade ser útil para perceber onde começa o racismo e termina a discriminação regional, a xenofobia e as opressões ressignificadas contextualmente (AKOTIRENE, 2018, p.29).

"Pretas e pretos são pretas e pretos em qualquer lugar do mundo" (AKOTIRENE, 2018, p.23). Essa afirmação de Carla Akotirene também faz referência à interseccionalidade, que no Brasil refere-se à experiência racializada. Por isso é muito importante analisarmos todos os sentidos, as diversidades de gênero, as marcações subjetivas, e de classe das mulheres negras.

PROFESSORAS NEGRAS DE SÃO FRANCISCO: DE QUEM SÃO ESSAS VOZES?

Como transformar práticas discriminatórias e preconceituosas ainda tão presentes no contexto escolar? Qual o perfil das professoras que atuam na educação básica da rede pública de ensino do município? De que maneira as questões socioeconômicas, materiais e de origem, suas formações interferem em como trabalham as questões raciais no ambiente escolar? Quanto tempo de carreira elas têm? Essas professoras tiveram acesso ao Ensino Superior? Foram cotistas na Universidade? Sofreram racismo? Consideram importante falar sobre racismo? Essas foram algumas perguntas que nortearam as entrevistas.

As entrevistas se deram em dois locais específicos, algumas professoras nos

deram seus depoimentos em suas residências e outras em seu ambiente de trabalho, nos intervalos entre suas aulas ou depois de encerrado seus tempos de aula. A professora K recebeu-nos em sua casa numa tarde de terça-feira. Na ocasião estavam presentes seu marido e seus dois filhos que são dois jovens negros. Ela fala como se estivesse reproduzindo uma conversa com seu filho mais velho e muda um pouco a entonação falando de forma mais baixa "Meu filho, vamos, acorda, e ele diz ""Ai mãe, eu tô cansado."" E eu não entendo que tanto cansaço."

As perguntas foram iniciadas indagando como a entrevistada tinha se tornado professora. Assim ela respondeu:

> Então amor, na verdade... pelo fato de não ter tido ninguém na minha família, meus irmãos o grau maior que eles foram foi até a 6ª série eu acho, 7° ano hoje né, e eu sempre gostei, eu achava bonito professor. E eu escolhi, eu simplesmente quis estudar. É eu quis, eu dizia que eu tinha que ser diferente, não diferencia muito não, mas eu queria tipo uma profissão e eu tipo gostava de professor. Pai, mãe, nunca nem me chamaram para eu ir para escola, quer ir vai não quer ir não vai, diferente de mim com meus filhos hoje né, principalmente com esse mais velho. Mas eu não, eu estudei porque eu quis mesmo, porque eu gostava e porque eu queria ser diferenciada. Pelo fato de sempre ver meus irmãos maior doideirada, desde novinha. Então eu falava que eu queria ser diferente (Entrevistada K, 44 anos, grifos nossos).

O que significa esse "ser diferente", como uma perspectiva que tornar-se professora, estudar, representa para ela dado as suas condições familiares, e o fato de seus irmãos não terem concluído os estudos? Em que medida a profissão docente representa para esta professora estabilidade, status, satisfação pessoal e profissional?

Perguntada sobre se já sofreu racismo, ela responde:

> O negro sempre sofre racismo, né. Independente da gente querer ou não. Quando te chama de neguinha, não precisa te chamar de neguinha é só chamar pelo nome né, mesmo brincando já vem um racismo aí, eu entendo dessa forma. Na rua, todo mundo... (Entrevistada K, 44 anos).

Houve a grata surpresa de entrevistarmos três professoras da mesma família, formadas em disciplinas diferentes e atuantes em diferentes segmentos da educação. A professora que no texto chamaremos de professora E, assim que perguntada se já sofreu racismo, responde:

> Não, graças a Deus. Não, nunca senti assim...situação assim constrangedora, nem em igreja, nem escola, nem passeio, nem médico. Sei que existe, mas eu nunca senti não. E minha mãe eu não sei pela educação que a gente teve, a minha mãe ela sempre ensinou a gente a se valorizar, se respeitar primeiro e se fazer respeitador, então graças a Deus que ela sempre falava assim " meus filhos nunca dê direito, faça as coisas corretas, nunca dê

> direito de alguém chamar a atenção de vocês porque vocês podem não tem defeito nenhum, mas a gente que é negra é... é...pras pessoas que não são parece ser defeito, então qualquer coisa, se eles não tiverem o que falar de você vão te chamar de negro. Nem fala negro, fala sua "nêga", então vocês não dê direito e se valorizem, se vocês tiverem razão, não abaixem a cabeça, lutem pelo direito de vocês e eu sempre fui assim. Aí a gente sempre assim, a gente respeita e quando tem que reivindicar os direitos (Professora E, 61 anos).

Durante a conversa seguimos fazendo as perguntas prévias do meu roteiro: O que você acha da discussão sobre racismo? Qual é o papel da escola nesse debate, em sua opinião?

> O que eu acho sobre a discussão... eu acho que na conjuntura atual, eu acho super interessante discutir sobre isso porque infelizmente né, nós sabemos que ainda existe racismo e muito, camuflado. Antigamente parecia ser mais camuflado, mas hoje em dia está bem escancarado, em alguns casos em alguns lugares e alguns estados nossos. Eu acho que o papel da escola é desde cedo estar mostrando isso, ir mostrando desde a educação infantil estar trabalhando. Na minha sala, sempre que eu ia fazer uma coisa, óh eu fiz a numeração de 1 a 10 de 1 a 9 né, mostrando a quantidade, né. Eu fiz uma mãozinha bege e uma mãozinha marrom, já trabalhando é né, essa questão. Então a gente sempre procura trabalhar essas questões, quando tem alguma com bonequinhos a gente bota uma bonequinha marrom, um bonequinho branco pra mostrar a diversidade, já tem que tá trabalhando, porque como eu falei, porque no 5° ano, quando eu fui fazer uma brincadeira de dar a mão, uma aluninha filha da professora, eu tinha aluno negro na sala, tinha uns 4 alunos, ela não quis dar a mão ao colega, não deu. Ela branca, 9 anos. Aí eu: dá a mão...Aí o colega, tia quer que eu troque de lugar, aí eu: não... e eu perguntava a ela mas pq? E ela não respondia, aí o outro colega "tia, é porque ele é preto". Aí eu comecei a trabalhar, aí ele falou "ela não gosta de preto", aí eu falei, então você não gosta de tia também? Aí acabou a brincadeira, sentei com todo mundo e a aula girou em torno desse assunto, aí depois fui né, conversar com a mãe, que a mãe é professora. (Entrevistada E, 61 anos).

Retomamos Marina Felizardo, quando ela destaca "Tive a certeza que ser mulher negra no Brasil, é uma luta constante, contra vários elementos sociais, econômicos, classistas, machistas, culturais, que determinam o lugar da mulher negra. Se essa mulher ascende socialmente através do curso superior e da profissão, essa luta não diminui" (FELIZARDO, 2019, p. 60).

Das dez professoras entrevistadas para esta pesquisa em junho de 2022, cinco são efetivas (concursadas no município) e as outras cinco são contratadas. É interessante constatar que as mais antigas em idade e em tempo de carreira são as que já foram aprovadas em concurso. As professoras mais jovens e que tem pouco tempo de carreira sequer tiveram a possibilidade de participar de um processo para sua efetivação como funcionária pública, já que o último concurso do município foi realizado no ano de 2008. Amanda Moreira da Silva (2020) afirma em seu trabalho que aborda a precarização do

trabalho docente em tempos de pandemia, que a precarização é um processo que se inicia um tempo antes no Brasil. Ela chama atenção para a legislação brasileira, a Lei nº 13.429/2017 (BRASIL, 2017a) conhecida como a Lei da Terceirização, a Reforma trabalhista Lei nº 13.467/2017 (BRASIL, 2017a) e para a publicação da Emenda Constitucional nº 103 (BRASIL, 2019), que é mais recente, e que modificou o sistema de previdência social. Seu trabalho demonstra que políticas governamentais que vêm sendo instituídas desde 1990 contribuem para a flexibilização do trabalho docente (SILVA, 2020).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o salário médio dos trabalhadores formais do município de São Francisco de Itabapoana é de 1,6 salários mínimos. Sendo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010] 0,639. Antes de pensarmos a condição da mulher professora, que já sofre uma série de percalços em relação ao gênero e a profissão desvalorizada que sabemos ser a profissão docente, é necessário debruçarmos nossos olhares às especificidades e representações, dores e fardos que significa ser negra e professora no Brasil, e o que representa ser tudo isso em um dos municípios mais pobres do Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das questões sobre as quais este trabalho se debruçou podemos apontar, entre outras coisas, que pensar a mulher e professora negra, a partir de um recorte interseccional, permite-nos compreender os significados que estes sujeitos constroem em relação ao racismo.

Dados os obstáculos na realização do trabalho e a carência de fontes que retratem as professoras do município, pareceu-nos evidente e urgente a produção de bibliografia que registre e escreva a História das mulheres professoras desta região e que contribua para a efetivação de Estudos sobre Formação de professores e Educação.

Nilma Lino Gomes (2003) nos provoca reflexão de que o racismo é um princípio organizador que pode formular um conhecimento científico legítimo daqueles que não o são. Nesse sentido, pensar uma pesquisa que tenha como objeto as trajetórias de vida e atuação de professoras negras é romper com uma história oficial que nega a construção dessas vozes e, nessa perspectiva, a referida pesquisa pretende contribuir para o campo da educação enfocando a docência e a atuação antirracista.

Segundo Patrícia Santana (2001) a forma como cada sujeito vivencia a discriminação racial e suas reações, trazem contribuições importantes para a compreensão dos processos de constituição da identidade negra de cada professor.

Como resultados parciais, salta aos olhos uma aparente contradição das entrevistadas pois suas falas evidenciaram de forma unânime que elas sofreram racismo e discriminação fora e dentro do ambiente escolar, apesar de algumas rememorarem momentos de sua infância naturalizando episódios de racismo ou de darem exemplos do que não consideravam “racismo direto”. Suas experiências e depoimentos ajudaram a evidenciar narrativas e processos educativos silenciados e marginalizados, apontando caminhos para uma educação mais humana e antirracista.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE. Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

CARNEIRO. Sueli e SANTOS Thereza. **Mulher Negra**. São Paulo Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

DA SILVA, Mariana Mizael Pinheiro; DE ANDRADE, Everardo Paiva; DE ALMEIDA, Juniele Rabêlo. Artes de ensinar, ofício de viver: das narrativas (auto) biográficas a uma história pública dos professores. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 158-181, 2019.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos.** 3 ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FELIZARDO, Marina do Nascimento Neve. **Negras Marias: Memórias e Identidades de Professoras de História**. 2009. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje,** ANPOCS, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo-afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, Bell. **Mulheres negras moldando a teoria feminista**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 16. Brasília, janeiro- abril de 2015, pp. 193-210.

IBGE, **Trabalho e Rendimento em São Francisco de Itabapoana,** IBGE, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/sao-francisco-de-itabapoana.html. Acesso em: 25 de junho de 2022.

MENESES, U. T. B. de. (1992). A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, (34), 9-23.

SANTANA, Patrícia. **Professores(as) negros(as): trajetórias e travessias**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.

SILVA, A. Da Uberização à Youtuberização. *RTPS* - **Revista Trabalho, Política e Sociedade***,* v. 5, n. 9, p. 587-610, 11 dez. 2020.Disponível em: http://costalima.ufrrj.br/index.php/RTPS/article/view/698.

VEIGA, A. M. Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. e0101, 2020. DOI: 10.5965/2175180312292020e0101. Disponível em: https://www.periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0101. Acesso em: 22 nov. 2021.

TEORIZANDO O TRABALHO DOMÉSTICO

Maria do Carmo Gonçalves da Nóbrega Rangel

RESUMO

Este artigo apresenta uma síntese das concepções fundamentais que norteiam a discussão teórica sobre o trabalho doméstico. Partindo dos estudos marxistas *da Teoria da Reprodução Social, vai* analisar como o trabalho reprodutivo foi subordinado à produção que visa o lucro nas sociedades capitalistas. Essas reflexões conectam a exploração do trabalho das mulheres com a opressão de gênero, a partir da divisão sexual do trabalho. O capitalismo utilizou outros expedientes para submeter as mulheres, inscrevendo-as também na divisão racial do trabalho. E é na clivagem dessas categorias que se estabelecem essas relações. Destaca também, as lutas das mulheres em suas diferentes experiências e nas múltiplas relações vivenciadas a partir dessa categoria de trabalho, nos diversos espaços ao longo do processo histórico.

Palavras-Chave: Trabalho Doméstico; Mulheres; Interseccionalidade.

Neste artigo abordaremos as concepções teóricas fundamentais para a compreensão da temática do trabalho doméstico e as lutas das mulheres em suas diferentes experiências e nas múltiplas relações vivenciadas a partir dessa categoria de trabalho, nos diversos espaços ao longo do processo histórico.

Para realizar esta discussão, retomamos alguns conceitos, categorias e teorias fundamentais para uma compreensão dessas relações para além de "sua forma aparente e fenomênica" (PETERSEN, 2002, p. 205). Partindo da concepção de *trabalho* em Marx, enquanto atividade vital consciente para a vida produtiva, e posteriormente, do trabalho como elemento de subordinação ao capital, buscamos analisar as transformações nas relações de trabalho que se constituem como objeto dessa pesquisa (MARX, 1932). Abordaremos também, os conceitos de *trabalho produtivo* e *trabalho reprodutivo*, sendo esse último abordado a partir da *teoria da reprodução social,* e ainda, as categorias de *gênero, raça e class*e.

A definição proposta por Marx, de que "*dentro do capitalismo*, somente é produtivo o operário que produz mais-valia *ou que trabalha por fazer rentável o capital*", situa o *trabalho produtivo* na esfera das atividades geradoras de valor monetário para o mercado. Marx identificou a "força de trabalho", ou seja, nossa capacidade de trabalhar, como a "mercadoria essencial" para manter o sistema funcionando. Ele nos diz que, nossa força

de trabalho, tem a “propriedade peculiar de ser uma fonte de valor” porque com essa força de trabalho criamos mercadorias e valor para o capitalismo. (Marx,I, 1946, p.426). Se a força de trabalho produz valor, como então a força de trabalho produz a si mesma? Foi a partir desse questionamento,que teóricas marxistas como Lise Vogel, Silvia Federici, Tithi Bhattacharya, entre outros, desenvolveram *a teoria da reprodução social.* Vogel, que é apontada como uma das fundadoras da *teoria da reprodução social,* argumenta que a força de trabalho se produz e se reproduz fora da produção capitalista, em um “espaço baseado em parentesco” chamado família (VOGEL, 1983). Federici também apontou o casamento como a instituição mais importante para a ocultação e a apropriação do trabalho das mulheres, afirmando que: “na nova família burguesa o marido se transformou no novo representante do Estado, encarregado de supervisionar as classes subordinadas”. (FEDERICI, 2019, p. 180). O capitalismo não criou a submissão das mulheres, já existente sob diversas formas em sociedades anteriores, mas estabeleceu novas formas de opressão ao subordinar a reprodução social à produção que visa o lucro. O sistema patriarcal, aqui definido inicialmente e de maneira simplificada como o domínio masculino pelo feminino, localizado por Engels na emergência da propriedade privada e da sociedade de classes, onde o casamento monogâmico garantiria o controle sobre as heranças, se constitui como referência metodológica central na análise da perspectiva de classe e gênero (ENGELS, 1884). O trabalho reprodutivo, que anteriormente estava inserido no contexto da unidade produtiva familiar, com o desenvolvimento do sistema capitalista, efetuou-se uma separação entre as atividades produtivas para o mercado, geradoras de valor econômico e as atividades reprodutivas, que geram a força de trabalho e mantêm a reprodução. *Esse* trabalho reprodutivo, que inclui as tarefas domésticas e todo o trabalho de cuidado e educação das crianças, o cuidado com os doentes e idosos, enfim, uma gama de atividades fundamentais para a manutenção da vida cotidiana, passou a ser sistematicamente desvalorizado, naturalizado e invisibilizado, reconfigurando o papel das mulheres na família e na sociedade. Segundo Tithi Bhattacharya, a ideia mais importante da teoria da reprodução social é que o capitalismo é um sistema unitário, que pode integrar com êxito, ainda que de maneira desigual, a esfera da reprodução e a esfera da produção. E as mudanças em uma esfera têm efeito na outra (BHATTACHARYA, 2013).

A conformação conjunta do capitalismo e do patriarcado em seus padrões atuais se sobrepõem produzindo hierarquias de gênero. O *patriarcado,* como sistema político, consiste numa exploração do trabalho das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2015). E essa dinâmica de apropriação do trabalho das mulheres se estabelece no casamento, pois é nele que o trabalho não remunerado das mulheres se caracteriza como não produtivo.

Entretanto, como aponta Flávia Biroli, a divisão sexual do trabalho é uma base fundamental sobre a qual se assentam hierarquias de gênero nas sociedades contemporâneas, no entanto, essas desigualdades não incidem igualmente sobre todas as mulheres, mas atuam em conjunto com a posição de classe e o racismo estrutural em nossa sociedade (BIROLI, 2017).

O trabalho doméstico, como vimos, está inscrito na divisão sexual do trabalho. No Brasil, essas atividades laborais também perpassam pela divisão racial do trabalho, que por meio da escravidão e do colonialismo, escravizou homens e mulheres entre os séculos XVI e XIX, que eram obrigados a realizar trabalhos forçados, entre eles, todo o trabalho doméstico sob condições extremas de exploração e violência. Essas relações de trabalho baseadas em práticas escravistas, repercutem até hoje em nossa sociedade. Mais de um século depois da abolição da escravidão no Brasil, e ainda são inúmeros os casos de trabalhadoras domésticas submetidas a um regime análogo a escravidão.[1] De acordo com a *Organização Internacional do Trabalho (OIT*), o Brasil tem a maior população de empregadas domésticas no mundo, composta por um perfil predominantemente feminino, afrodescendente e de baixa escolaridade[2]. Esses dados refletem a permanência de um ideário escravagista e classicista que naturaliza a servidão. Reflete ainda, as desigualdades decorrentes desses processos históricos e que são atualizadas sob formas renovadas de exploração. Por conseguinte, o trabalho doméstico, mesmo quando remunerado, ainda guarda um registro de exploração e de precarização. Visto que, embora as leis trabalhistas no Brasil, tenham sido consolidadas desde a década de 1940, as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos só tiveram seus direitos equiparados aos dos demais trabalhadores em 2015, quando entrou em vigor a Proposta de Emenda à Constituição das Domésticas – PEC 66/2012 –, enfrentando grande resistência por parte da classe empregadora. São diversos os relatos de experiência sobre os abusos e a discriminação aos quais são submetidas as profissionais do trabalho doméstico. Sobre essas experiências, a historiadora e ex-empregada doméstica Joyce Fernandes, também conhecida como Preta-Rara, lançou o livro *Eu, empregada doméstica* (2019), no qual publica relatos dessas trabalhadoras sobre os episódios de humilhação e violências a que são submetidas cotidianamente.

A escassez de informações relacionadas à questão indígena no Brasil, também se

1 https://fenatrad.org.br/2022/04/04/trabalhadoras-domesticas-em-situacao-analoga-a-escravidao-no-brasil-ate-quando/ acessado em 20/07/2022

2 https://www.ihu.unisinos.br/188-noticias/noticias-2018/576402-o-que-faz-o-brasil-ter-a-maior-populacao-de-domesticas-do-mundo Acessado em 20/06/2022.

reflete nas estatísticas acerca das pesquisas com corte étnico indígena sobre o mercado de trabalho, o que encontramos de dados sobre a trabalhadora doméstica indígena vem de depoimentos que revelam o quanto essas relações de trabalho ainda guardam resquícios das relações escravistas:

> "Eu trabalhei oito anos na casa de família, mas nunca recebi salário, só ajuda, eles me davam roupas, calçados e compravam os materiais escolares para mim, isso acontece até hoje (...) A minha sobrinha chegou recentemente da comunidade indígena aqui em Manaus, está morando em casa de família. Ela falou para minha irmã que também não está recebendo salário, só uma ajuda no que precisar." (Perpétua Tsuni Kokama, bibliotecária, etnia Kokama, Manaus, apud HOLANDA, 2018, p. 311).

Portanto, é fundamental entender que se todas as mulheres são oprimidas pelo sistema patriarcal, as relações de exploração também estão relacionadas com a submissão de um grupo sobre outro por razões econômicas, culturais e étnico-raciais, e para ampliar a análise sobre essas clivagens de opressões, aponto o conceito de *interseccionalidade*, como ferramenta teórico-metodológica fundamental, que foi sistematizado inicialmente por Kimberlé Crenshaw e desenvolvido posteriormente por outras autoras, e é fundamental para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, do patriarcalismo, da opressão de classe e outros sistemas discriminatórios que criam desigualdades básicas e que estruturam as posiçõıes relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002).

MULHERES E TRABALHO DOMÉSTICO: MÚLTIPLAS EXPERIÊNCIAS, DIFERENTES RELAÇÕES

Em todas as pautas de lutas do movimento de mulheres, mesmo quando a questão do trabalho doméstico não ocupou a centralidade, essa temática perpassa a discussão. Em suas múltiplas experiências e diferentes relações, é importante destacar os diversos movimentos de mulheres e suas lutas para ressignificar o trabalho doméstico. Uma experiência de socialização do trabalho doméstico se desenvolveu na antiga União Soviética, sob o governo bolchevique durante a Revolução Russa. Os revolucionários e revolucionárias bolcheviques entendiam que a emancipação do operariado não seria completa sem a libertação das mulheres e que essa emancipação só se tornaria concreta se elas fossem incorporadas à produção social (LÊNIN,1956). Para isso foram organizados serviços destinados à socialização do trabalho doméstico, para que as mulheres fossem liberadas do trabalho não pago dentro da família. Foram criadas creches, pré-escolas, refeitórios, lavanderias, orfanatos, hospitais e outros serviços destinados à redução do trabalho doméstico e a inserção das mulheres na força produtiva assalariada. As tarefas

de educação e cuidado das pessoas, crianças, idosos e doentes, que tradicionalmente eram responsabilidade das mulheres, passaram a ser uma tarefa coletiva daquela sociedade socialista (GOLDMAN,2014). Entretanto, apesar da inclusão das mulheres na produção, eram elas que continuavam a realizar as tarefas “femininas” agora incluídas no espaço produtivo, como empregadas assalariadas nos serviços de lavanderia, creches, restaurantes e enfermarias, evidenciando uma permanência da divisão sexual do trabalho naquela sociedade.

Uma campanha internacional por salários para o trabalho doméstico, teve início em 1972, na Itália, formado por mulheres da Itália, da França e dos Estados Unidos, e reivindicava que o Estado reconhecesse o trabalho doméstico como trabalho, ou seja, uma atividade que deveria ser remunerada. A campanha buscava por um fim à naturalização do trabalho doméstico como “trabalho feminino”. Vale ressaltar que a luta era por salários para o trabalho doméstico, não para as donas de casa. E a reivindicação era de que os salários fossem pagos não pelos maridos, mas pelo Estado, que representava o capital coletivo, que é o verdadeiro «Homem›› que se beneficia do trabalho doméstico (FEDERICI, 2019). Porém, vale ressaltar, que na permanência do capitalismo, essa remuneração seria custeada através das contribuições dos trabalhadores, desonerando o capital desses custos.

Atualmente, a concepção e a vivência dos papéis de gênero têm se alterado significativamente, mas a responsabilização desigual pelo trabalho doméstico não foi superada com a inserção das mulheres no mercado de trabalho conforme demonstra os dados recentes de uma pesquisa realizada pela Oxfam Brasil[3], o trabalho doméstico realizado de maneira informal pelas famílias, em 85% dos casos, continua sendo feito por mulheres. Por conseguinte, no atual contexto da flexibilização do trabalho, onde se entrecruzam as fronteiras entre a esfera pública e a esfera privada, entre o trabalho regulamentado e a informalidade, rearticulando novas relações de trabalho, surge uma nova modalidade do trabalho que também se conecta com o trabalho doméstico. São as donas de casa que transformaram sua rotina doméstica em conteúdo digital para a plataforma de vídeos YouTube Brasil. O YouTube viabiliza a monetização dos canais através de um programa de parceria com os anunciantes da plataforma possibilitando a geração de receitas para os criadores de conteúdo. E é dessa forma que tem crescido cada vez mais o número de donas de casa que vêm criando seus canais em busca de visibilidade e remuneração pelo seu trabalho. E as novas relações de trabalho que se estabelecem com a conexão das atividades domésticas dessas donas de casa e a produção de vídeos para o YouTube se

3 Tempo de Cuidar | Oxfam Brasil Acessado em 01/05/2022

constituem como importante tema de análise. O trabalho mediado por plataformas digitais já é uma realidade em nossa sociedade. O YouTube é o segundo site mais acessado no mundo e a maior plataforma de vídeos compartilhados, e o Brasil está na 3ª posição em número de usuários (83 milhões)[4]. Conforme citado pelo sociólogo Ricardo Antunes, nós estamos presenciando, simultaneamente, tanto a expansão do trabalho virtual quanto a ampliação do trabalho manual. Antunes se refere à imbricação indissolúvel entre as atividades no universo virtual e os processos de produção dos computadores, celulares, e toda a infraestrutura material, sem a qual a internet não poderia existir, mas que aqui, podemos acrescentar a figura da dona de casa, reconceitualizada como produtora de conteúdo digital, mas que também executa toda a carga das atividades manuais, numa dupla, às vezes tripla, jornada de trabalho (ANTUNES, 2018). São muitas as questões que surgem a partir da conexão dessas atividades, dentre elas podemos destacar: como se constitui a configuração das fronteiras entre a esfera pública e a esfera privada nessas relações de trabalho; como o trabalho doméstico dessas mulheres é reapropriado pelo mercado capitalista através da plataforma digital; como os marcadores de gênero, raça e classe atuam, conformando possibilidades na trajetória dessas mulheres; em que medida a exposição (no YouTube) da rotina dessas donas de casa contribui para a valorização do trabalho doméstico e/ou para a manutenção dos papéis de gênero. Enfim, são questões que se apresentam a partir das novas relações de trabalho que se estabelecem simultaneamente, com a expansão do trabalho digital e a ampliação do trabalho manual dessas donas de casa e que demandam uma reflexão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Explorando as diversas contribuições teóricas citadas neste artigo, entendemos que no capitalismo a esfera da reprodução não está separada da esfera da produção, mas que esse sistema integra essas atividades subordinando a reprodução à produção, fazendo com que essas atividades sejam invisibilizadas e pareçam estar fora da dimensão do trabalho. O capitalismo se apropriou de mecanismos de opressão já existentes para submeter as mulheres. A lógica patriarcal, anterior ao capitalismo, sobreviveu e foi incorporada ao capitalismo como um sistema baseado na opressão e na exploração do ser humano pelo ser humano, aqui definida como um sistema político que consiste na exploração do trabalho das mulheres pelos homens. Mas a despeito do capitalismo tentar ocultar determinadas áreas da atuação humana da relação capital-trabalho, a ampliação

4 Informação disponível em: https://www.affde.com/pt/youtube-users.html acesso em 10/01/2022.

do campo de estudos sobre os grupos sociais possibilitou o reconhecimento de outros atores que compõem a classe trabalhadora atual, e uma análise ampla e complexa dessa classe trabalhadora reconhece as donas de casa, sob uma perspectiva política e teórica, como parte da classe (MATTOS, 2019).

O capitalismo também utilizou outros expedientes para submeter o trabalho das mulheres, através do imperialismo, da dominação colonial e do racismo, subjugou e escravizou povos e grupos sociais , criando divisões e hierarquias entre os trabalhadores, fragmentando suas lutas por justiça social. Como vimos, no decorrer da história as mulheres têm empreendido diversas lutas a partir de suas experiências nas múltiplas relações em que estão inseridas. E essas lutas também se inscrevem nos processos de resistência cotidiana, mesmo que essa perspectiva se apresente como uma tentativa de inclusão numa ordem já existente. Portanto, é necessário compreender as relações sociais específicas em que estão inseridas essas mulheres e como vieram a ocupar esse "papel social", para interpretar e refletir sobre as relações que se constituem a partir de suas experiências (THOMPSON, 2011).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço da era digital.** 2 edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? In: **Socialist Worker,**Tradução de Maíra Mee Silva, Setembro 2013

BIROLI, Flávia. ***Gênero e desigualdades:*** **limites da democracia no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documentos para o encontro de especilistas em aspectoas da discriminação racial relativos ao gênero. In: **ESTUDOS FEMINISTAS,** 2002,Tradução de Liane Schneider.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** 1° edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** Tradução Coletivo Sycorax. 1 edição. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução.** São Paulo: Boitempo, 2014.

HOLANDA, Heloisa B. **Explosão Feminista.** 2 edição. São Paulo:

LÊNIN, Vladimir I. **O Socialismo e a emancipação da mulher.** 1° edição. Editorial Vitória, 1956.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** Disponível em https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.ht

MATTOS, Marcelo B. ***A classe trabalhadora*: de Marx ao nosso tempo.** São Paulo: Boitempo, 2019.

PETERSEN, Silvia R. F. **Alguns comentários sobre a história do conhecimento histórico.** Organon**,** UFRGS, 2002.

PRETA-RARA. ***Eu, empregada doméstica:* a senzala moderna é o quartinho da empregada.** Belo Horizonte: Letramento, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** 1° edição. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

THOMPSON, Edward P. **A Formação Da Classe Operária Inglesa.** Tradução de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. 1° edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

VOGEL, Lise. **Marxism and the Oppression of Women**. Boston: Rutger University Press, 1983.

O PROFESSOR ENQUANTO TRABALHADOR (DA EDUCAÇÃO): O ASSOCIATIVISMO DOCENTE NO BRASIL E A QUESTÃO DE CLASSE NA DÉCADA DE 1980

Max Rodolfo Roque da Silva[1]

RESUMO

Historicamente, o trabalho docente se constituiu sob o fomento do ideário vocacional, primeiramente em relação aos homens, estendendo-se, posteriormente, às mulheres. Neste sentido, no Brasil os esforços pelo reconhecimento profissional do professor da educação básica e por sua valorização deram a tônica do debate educacional mais amplo, sobretudo no transcurso da década de 1980, congregando interlocutores diversos. Não obstante a isto, noutra frente, também se colocou em pauta a identificação do professor enquanto um trabalhador (da educação), sobretudo, pela ação de suas entidades de representação a nível nacional e local. Neste sentido, o objetivo desta comunicação é discutir o acionamento da identificação do professorado da educação básica enquanto classe trabalhadora, abarcando algumas de suas experiências, contradições, e, sobretudo, lutas por melhores condições de vida e trabalho.

Palavras-Chave: Professor, trabalhador da educação, classe trabalhadora.

INTRODUÇÃO

No Brasil o trabalho docente se constituiu historicamente assentado no ideário vocacional, cujos pressupostos lhe deram sentido e significado, compondo o imaginário social sobre o ser professor e suas tarefas e alcançando, a despeito dos esforços no que concerne à sua desconstrução, os tempos atuais.

As primeiras expressões deste ideário remetem aos idos do século XVI, quando, por obra da colonização em curso, a Igreja dispensou aos sacerdotes a responsabilidade de ensinar e perdurou pelos séculos seguintes, mesmo diante da inserção de homens leigos no magistério. Não por acaso, “missão”, “vocação”, “sacerdócio”, eram expressões presentes no vocabulário comum para se referir ao fazer docente.

Nesta mesma linha, o ideário vocacional também foi acionado para legitimar a inserção da mulher no magistério, sobretudo a partir do século XIX, em decorrência mesmo do processo de industrialização que absorvia expressiva mão de obra masculina

1 Licenciado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Mestre e doutorando em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: maxrodolfosilva@gmail.com

e das crescentes demandas pela ocupação do espaço público pelas mulheres. Assim, a mulher antes restrita ao espaço doméstico, às tarefas de mãe e esposa dedicada, passou a ser aceita e reivindicada no magistério exatamente por sua vocação natural ao cuidado (com as crianças), à sensibilidade e ao afeto. Com base nisto, expandiram-se as Escolas Normais para formação das novas professoras, constituindo um processo que se convencionou chamar de "feminização do magistério", cujos efeitos se fizeram sentir muito fortemente ao longo do século XX e repercutem ainda em nossos tempos.

No transcurso da segunda metade do século XX os debates sobre o reconhecimento profissional do professor se deram com maior ou menor expressão, congregando interlocutores diversos e repercutindo em legislações educacionais, regulamentos e requerimentos institucionais. Expressão concreta disto, foram a Lei 5.692/1971, a Constituição Federal (CF) de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996.

Noutra frente, e o que constitui mesmo o cerne deste texto, se deu o processo de identificação do professor da educação básica enquanto trabalhador, cuja expressão mais emblemática, conforme nosso entendimento, pode ser encontrada nas experiências e lutas empreendidas no decorrer dos anos da década de 1980, inscritas no contexto mais amplo da retomada das lutas da classe trabalhadora no Brasil.

NATUREZA DO TRABALHO DOCENTE E IDENTIDADE SOCIAL DO PROFESSOR: BREVES APONTAMENTOS

Tendo como central a discussão do reconhecimento do professor enquanto trabalhador, torna-se importante tecer algumas considerações, ainda que breves, sobre o conceito de identidade, bem como sobre a extensão de tal conceito ao status social e profissional do conferidos ao fazer docente.

Tem-se como denominador comum que o trabalho docente possui uma especificidade, qual seja, de ser um trabalho não-material, o que "traz à tona reflexões sobre o papel deste tipo de trabalho na sociedade capitalista e de como este papel toma forma na construção da identidade docente" (RÊSES, 2008, p. 17). De acordo com Rêses (2008), o conceito de identidade deve ser tomado como sendo "ambíguo e multifacetado", requerendo, para sua análise, uma compreensão dos diferentes contextos espaciais e temporais nos quais é evocado.

Além disto, é importante se levar em conta seu aspecto dinâmico, instável, mutável, o que leva a um entendimento da identidade enquanto uma produção social e não como um dado que se revela de forma bruta e acabada. Portanto, sendo entendida como algo que se

processa e se produz socialmente, ou seja, “a identidade é uma construção” (RÊSES, 2008).

Segundo Rêses (2008), a identidade se encontra, então, em constante interação com a memória, constituindo-se através desta, mediante a recorrência a lembranças que possibilitam o estabelecimento de um sentimento de pertencimento a um coletivo e constituindo-a com base na ação gerada pelo processo de identificação de selecionar os momentos que deverão ser lembrados.

De acordo com Oliveira (1976, p. 4), a identidade pode ser compreendida em termos de seu caráter bidimensional:

> (...) a noção de identidade contém duas dimensões: a pessoal (ou individual) e a social (ou coletiva). [...] a pessoal e a social estão interconectadas, permitindo-nos tomá-las como dimensão do mesmo e inclusivo fenômeno, situados em diferentes níveis de realização.

Com base no exposto até aqui, se pode chegar a pelo menos duas conclusões, quais sejam: que a identidade não é um dado que se manifesta pronto e acabado, sendo, portanto, uma construção resultante de uma produção social; que seu conceito possui uma bidimensionalidade ao abarcar tanto o individual quanto o coletivo.

Novamente de acordo com Rêses (2008), o desenvolvimento da identidade profissional do professor é favorecido pelo que denomina de “significação social dos saberes da profissão docente”. Citando o estudo de Pimenta (1996, p. 76), o autor destaca que a identidade profissional

> (...) se constrói a partir da revisão das tradições, mas também da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Ela constrói-se também pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo [...] (RÊSES, 2008, p. 14-15).

Ampliando para além destas questões Rêses (2008) situa a profissão docente no debate concernente à posição de classe do professor. Assim, destaca o fato de ora os professores serem colocados na condição de funcionários do Estado – integrando o que pode se chamar de pequena classe média – e ora serem concebidos como mais um grupo pertencente ao segmento dos trabalhadores, mas destes se distanciando por possuírem escolarização.

Segundo Ferreira (2007, p. 379), a questão da identidade do professor pode se tornar ainda mais complexa quando se “substitui ou se agrega” uma identidade adicional à categoria docente: “a de *trabalhadores em educação*, reunindo sob essa égide todos e todas que atuam na instituição escola, independentemente de sua função ou natureza

do trabalho realizado". Não obstante a isto, algumas análises podem oferecer elementos relativamente controversos sobre o trabalho docente: alguns o caracterizam como uma espécie de "semiprofissão" e outros que sustentam a tese da proletarização do trabalho docente, fundamentando-a a partir dos argumentos da perda do controle do trabalho docente por parte dos professores, da massificação e da consequente desqualificação do seu trabalho (RÊSES, 2008).

De acordo com Ferreira (2007, p. 378-379), dentre outras, a proletarização do trabalho docente aparece como uma ideia interessante na busca da compreensão das identidades docentes.

> Trata-se, aí, de examinar se o professorado vem sofrendo redução de autonomia em seu processo de trabalho de forma semelhante ao que vem ocorrendo com outros ofícios, em especial a partir das últimas décadas do século passado, e as relações disso com a diminuição do *status* e o empobrecimento da categoria.

Segundo a autora em questão, o fenômeno da proletarização trouxe implicações substanciais para o professorado, aproximando-o das demais categorias dos trabalhadores e gerando o que para alguns analistas será "a consciência da exploração (capitalista) e da opressão (política)" e conduzindo "a uma alternativa universalista de organização: os sindicatos" (FERREIRA, 2006, p. 233).

Deste modo, o sindicato seria o *locus* a partir do qual se dariam as lutas pela reparação das perdas sofridas pelo professorado ao longo do tempo, enfim, por melhores condições de vida e trabalho. Resguardando, neste processo, uma aparente contradição, posto que quanto "(...) mais se amplia o sistema de ensino e mais se proletariza a categoria, mais se reivindica a profissionalidade da atividade realizada, num intento de refrear o processo e reconquistar o status perdido" (FERREIRA, 2006, p. 227). Assim, "a organização aos moldes dos trabalhadores manuais (proletarizados) expressaria a forma encontrada para resistir às perdas sofridas" (FERREIRA, 2006, p. 227).

Numa linha semelhante, Amarílio Ferreira Jr. e Marisa Bittar (2006, p. 1127) argumentam que a própria "consciência da exploração capitalista e de opressão política" aparece na experiência dos professores como elementos constituintes de sua identidade enquanto trabalhadores, pois sendo

> (...) um profissional da educação submetido às mesmas contradições socieconômicas que determinavam a existência material dos trabalhadores. Estavam plasmadas, assim, as condições que associavam o seu destino político à luta sindical dos demais trabalhadores.

Sendo assim, de acordo com Rêses (2008, p. 18), os sindicatos assumem um

importante papel na construção de uma identidade social dos grupos de trabalhadores, “pois, enquanto mecanismos políticos, clarificam interesses, afirmam comportamentos e avocam positivamente a condição de trabalhador”.

ASSOCIATIVISMO DOCENTE NA DÉCADA DE 1980: (NOVAMENTE) BREVES APONTAMENTOS

Discutir sobre o professor enquanto um trabalhador (da educação) demanda a inserção de sua categoria profissional nas dinâmicas do mundo do trabalho, considerando-a como uma expressão mesma da classe trabalhadora. De modo que, ao nos referirmos à identificação do professor enquanto trabalhador, objetivamos remeter mesmo a um processo de “articulação da identidade dos interesses”, tomando a classe social como “uma formação histórica elaborada por homens e mulheres a partir de suas experiências e lutas” (THOMPSON, 2019; 2021).

Assim sendo, em virtude da natureza deste texto, de seus limites tendo em vista ao que se destina, não vamos proceder com uma discussão concernente à pertinência ou não da tese da proletarização para explicar o engajamento do professorado na luta por melhores condições de vida e trabalho. Fato é que, sobretudo a partir dos anos finais da década de 1970 e no decorrer da década de 1980, professores e professoras da educação básica irão protagonizar mobilizações e manifestações diversas, cuja expressão maior serão as greves realizadas em praticamente todos os estados do país, explicitando reivindicações de naturezas diversas e se colocando no espaço público como até então ainda não se tinha visto.

Conforme Amarílio Ferreira Jr. (2019), foi neste período que a Confederação dos Professores do Brasil (CPB), notadamente a nível nacional, assumiu papel de protagonista nas lutas empreendidas pelo movimento docente no país. A entidade assumiu a luta sindical centrada, ao mesmo tempo, na defesa da profissionalização dos professores, a partir da implementação dos Estatutos do Magistério nos estados, e no combate à política econômica característica do regime ditatorial, baseada no arrocho salarial.

Até então, os professores da educação básica pública, bem como as demais categorias do funcionalismo público, estavam proibidos por lei de se organizarem em sindicatos[2]. O que não significou nenhum fator impeditivo para sua mobilização, em virtude das associações existentes nos estados. Entretanto, a ação das respectivas entidades de

2 Direito que foi consagrado apenas com a Constituição Federal de 1988.

representação docente ocorreu com maior ou menor expressão a depender do período estudado e da percepção das forças que conseguiram assumir seu controle e redefinir seus direcionamentos.

Segundo Ferreira Jr. (2019), no caso da CPB, isto só foi possível graças a uma inflexão sofrida pela entidade em sua atuação e suas reinvindicações, em decorrência das greves massivas protagonizadas por professores de vários estados brasileiros, inscritas no contexto de luta sindical marcado pelas greves operárias do ABC, nos anos de 1978 e 1979, - de onde saiu o movimento que ficou conhecido como novo sindicalismo –, que provocaram uma crise política entre a velha e a nova práxis sindical da entidade, redirecionando sua atuação com base numa perspectiva mais combativa.

A organização dos docentes da educação básica no Brasil não se inaugura no período correspondente ao novo sindicalismo, porém, pensando junto com Kênia Miranda (2011, p. 23), é a partir dele que se dá seu "crescimento e amadurecimento como força social expressiva", posto que é nos anos finais da década de 1970 que podemos verificar uma efervescência na luta de classes no Brasil. A despeito da transição "lenta e gradual" para a democracia, tal qual proposta pelos militares, as insatisfações da classe trabalhadora não diminuíram. Prova disto foi que dentre os anos de 1978-1980 ocorreram várias manifestações grevistas, em várias partes do país, envolvendo milhões de trabalhadores.

Noutras palavras, o tal "milagre econômico" apresentava sinais de esgotamento, mediante o aumento das dívidas interna e externa, da inflação e das mazelas provocadas pelo arrocho salarial. Neste sentido, os anos finais da década de 1970 marcam a reorganização da classe trabalhadora, implicando na assunção de uma perspectiva sindical combativa, em detrimento de um sindicalismo marcadamente colaboracionista.

Segundo Miranda (2011), os impactos deste movimento fizeram-se sentir com bastante expressividade e a força de suas ações perduraram ao longo da década de 1980, configurando a elaboração de ações reivindicatórias cada vez mais contundentes. Neste espírito foi que se deu, por exemplo, a realização da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), objetivando a formação de uma central única de representação dos trabalhadores, o que ocorreu em 1983 com a criação da CUT.

Considerando a década de 1980 no Brasil como um período em que importantes conquistas foram consolidadas, tanto no que concerne à sociedade de um modo geral como, mais especificamente, à educação pública, resultante do processo de abertura política e das diversas manifestações dos trabalhadores, Dalila Andrade de Oliveira (2017, p. 38), destaca o protagonismo do movimento docente da educação básica no país:

> Los trabajadores de la educación marcaron definitivamente dicha década

> com las huelgas que promovieron y que tuvieron como eje los cambios em la gestión y organización de la educación y valorización del magisterio como profesión. Em ese contexto es que emergió el término “gestión democrática de la educación”, que se refiere a la defensa de mecanismos más colectivos y participativos de planeamiento y administración escolar. La gestión democrática de la educación pasó a representar la lucha por el reconocimiento de la escuela como espacio de acción político-pedagógica, de trabajo y de derechos.

Por toda a efervescência de lutas sociais verificadas neste período, os professores públicos da educação básica não são, de fato, sujeitos negligenciáveis. Talvez por isso mesmo, Ferreira Jr. (2019, p. 55), considere a luta pela transição democrática e as diversas greves realizadas por professores em vários estados do país, “como um dos principais fatos da história da educação brasileira na segunda metade do século XX”.

Engajamento que, de acordo com Oliveira (2017, p. 38), não repercutiu apenas na luta por valorização profissional, por melhores condições de vida e trabalho, na gestão e mesmo na política educacional, mas resultou, sobretudo, na construção de uma nova identidade.

> Lo más distintivo de esse movimento es que la principal bandera de lucha era justamenente o reconocimiento de una categoria más amplia de trabajadores em la educación pública que contemplara no solo a los professores, sino también a los demás funcionarios de las escuelas y del sistema. A partir de aquel momento se comenzó a debatir una nueva identidade definida como “trabajadores de la educación” fundamentada por criterios classistas, la misma prerrogativa presente en dicho movimento más amplo conocido como “nuevo sindicalismo” y que ideologicamente era guiado por lá máxima de Marx y Engels (1997) “Trabajadores de todo el mundo, únanse!

Consolidando uma perspectiva de luta mais combativa e classista, pelo menos num plano mais geral, podemos citar a conquista do direito à sindicalização dos servidores públicos, dentre os quais os professores, garantido pela Constituição Federal de 1988 e a transformação da CPB na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), em 1989, em congresso realizado na cidade Campinas, estado de São Paulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão central proposta neste texto possibilita uma série de reflexões e debates que transcendem, em muito, seus próprios limites. No entanto, a tentativa de expor, ainda que de forma sucinta e fragmentada, alguns dos aspectos constituintes da problemática em questão cumpre ao papel de inscrever esta temática na diversidade de debates concernentes ao campo da história.

Se a década de 1980 constituiu um período de marcada expressão nos debates sobre o reconhecimento profissional do professor e sua posição de classe, isto não significa, porém, que o ideário vocacional – o trabalho docente como "missão", "sacerdócio", "coisa de mulher" – foram absolutamente superados. No entanto, há que se reconhecer, e este foi o esforço aqui empreendido, que no período em questão consolidou-se uma perspectiva em relação ao profissional professor e sua inscrição no mundo do trabalho – em constante tensionamento com o ideário vocacional – que nos permite reflexões sobre as décadas seguintes e o amadurecimento (ou não) de sua identificação enquanto trabalhador.

REFERÊNCIAS

FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. **A ditadura militar e a proletarização dos professores.** Educação e Sociedade, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set/dez. 2006b.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. **Somos todos trabalhadores em educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 225-240, maio/ago. 2006.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. **Notas sobre as relações entre identidade e sindicalismo docentes.** Educação e Sociedade, Campinas, vol.28, n. 99, p. 377-399, maio/ago. 2007.

MIRANDA, Kênia Aparecida. **As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT.** UFF, 2011. (Tese de Doutorado)

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social.** São Paulo: Livraria Pioneira, Ed. São Paulo, 1976.

OLIVEIRA, Dalila Andrade de. **Los sindicatos de educación frente a los desafios de la nueva gestión pública.** Polifonías Revista de Educación – Ano VI – Nº 11 – 2017 – p. 33-60.

RÊSES, Erlando da Silva. **De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor.** Tese de doutorado. Brasília, 2008.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade.** Vol. 1: A árvore da liberdade. 10 ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2019.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria e outros ensaios**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

VOZES DO SERTÃO: ESCRITA E MEMÓRIA DE LUTAS DAS CEBS NA DIOCESE DE PICOS (DÉCADA DE 1980)[1]

Sérgio Luís Simeão Silva[2]

RESUMO

As renovações na obra social da Igreja católica que ecoavam na América latina desde o Concílio Vaticano II (1962-1965) alcançaram o espaço rural do Piauí na década de 1980 através das suas comunidades de base. As lutas dos movimentos sociais rurais por terra, justiça e dignidade nesse período motivaram uma boa parte da Igreja Católica envolvendo-a na causa das camadas populares. Clérigos nordestinos como Dom Augusto Alves da Rocha e muitos dos chamados leigos da "Igreja dos pobres" viveram a ebulição dessas lutas. Partindo dos estudos que envolvem a complexidade do trabalho com a história oral (PORTELLI, 2010), este texto procura refletir como essas mudanças foram trabalhadas nas memórias dos militantes das comunidades eclesiais de base (CEBs) do semiárido piauiense da grande região de Picos na década 1980. Este trabalho escrito também tem a intenção de demonstrar, através da análise das representações dessas memórias coletivas (HALBWACHS, 2006), algumas nuances que constitui a luta de sujeitos que buscaram construir sua própria história numa região que, em muitos aspectos, era de difícil sobrevivência no Piauí.

Palavras-Chave: História. Movimentos Sociais. Memória. CEBs. Picos.

INTRODUÇÃO

Alessandro Portelli (2010, p. 212) destaca que no trabalho com as fontes orais ocorre uma coautoria entre o entrevistador e o entrevistado. Ele afirma que a entrevista não se resume num monólogo escriturístico do entrevistador, mas é uma ação dialógica em que acontece trocas de experiências (Ibid, p. 216). Aquele ou aquela que entrevista cria um espaço narrativo para o entrevistado. Ou seja, abre a conversa e dessa forma

---

1 Trabalho apresentado como comunicação no Simpósio Temático 03 (ST3) "Mundos do Trabalho: trabalhadores (as) em suas relações e experiências históricas" do XX Encontro Estadual de História – ANPUH/Paraíba: Independências, Revoluções e Modernismos, no dia 01 de setembro de 2022 (Evento realizado de 30 de agosto à 02 de setembro de 2022 - evento Online – anpuhpb.org/site/evento). Parte deste trabalho também foi apresentado na disciplina de História Oral, ministrada pela Profa. Dra. Cláudia Cristina da Silva Fontineles e pelo Prof. Dr. Marcelo de Sousa Neto, no semestre 2022.1, no Curso de Doutorado em História do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí – PPGHB/UFPI.

2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB-UFPI), período: 2022 – 2026. Atualmente faz parte do corpo docente da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teresina, Piauí (SEMEC).

direciona o diálogo. Portelli, nos seus ensaios sobre história oral (2010), demonstra que o resultado desse diálogo não estabelece uma autoridade individual nem do entrevistador nem do entrevistado, mas uma "autenticidade de diálogo e tensão, de uma cooperação antagonista que articula continuamente as relações de poder." (Ibid, p. 219, 220). Essa relação de poder é demonstrada mais claramente na escrita dessas fontes orais, quando a historiografia se coloca numa postura vigilante e crítica procurando sempre se constituir como um saber científico com suas análises e técnicas acadêmicas (SEIXAS, 2001, p. 43). Apesar desse ato de domínio da escrita do historiador que busca subjugar as fontes orais, temos ainda nesse processo uma operação conjunta entre narrador e escritor.

A história oral, como metodologia historiográfica, reserva ao trabalho do historiador um importante elemento biográfico quando se trata de narrativas de histórias de vida. Segundo Giovanni Levi (2006, p. 167) tratar de biografias guarda referências com aspectos literários e trazem questionamentos importantes que suscitam muitos reflexões à escrita do historiador. Esse aspecto imaginativo das fontes orais leva-nos a abandonar o entendimento das narrativas pessoais como trajetórias de vida bem organizadas e sequenciadas como um capítulo de um livro. Por outro lado, tais narrativas, com seu caráter oral, dialógico, imaginativo também não são "impurezas das quais devemos nos livrar para irmos à busca dos fatos, é, em si, um fato histórico, simplesmente de outro tipo" (PORTELLI, 2010, p. 216).

Essa forma de trabalhar histórias de vida nos leva a segunda forma biográfica apontada por Giovanni Levi no seu capítulo sobre biografias na clássica obra "Usos e Abusos da história oral": a biografia e contexto (LEVI, 2006, p.175). Aqui cabe a crítica de Levi à Pierre Bourdieu: não se trata apenas de colocar uma personagem nas suas estruturas sociais ou compara-la à "comportamentos-tipos de uma estrutura", aspecto próprio do estilo de uma prosografia e biografia modal (Ibid, p. 174, 175). Se trata antes de "interpretar as vissitudes biográficas à luz de um contexto que as torne possíveis e normais" (Ibid, p. 265). A partir desta reflexão, este trabalho procurará desenvolver as interpretações possíveis das memórias de alguns personagens. A medida que tratarmos das memórias desses militantes, tentaremos discorrer sobre as sensibilidades de suas narrativas e perceber as imagens e traduções do tempo de suas experiências. Em geral, a memória de uma pessoa não está inteiramente isolada e fechada em si mesma, no sentido que ela não precise recorrer às lembranças de outras pessoas. Como afirma Maurice Halbwachs (2010, p. 72), a memória individual "toma emprestado palavras e imagens" de seu ambiente social. Dessa forma, os militantes das CEBS associam a luta do povo à figura de Dom Augusto Alves da Rocha e celebram essa figura numa construção coletiva. Iremos, de início, explorar um pouco essa imagem representativa das lutas dos militantes das CEBs/PI.

A PREFERÊNCIA DA IGREJA VOLTA PARA O POVO: DOM AUGUSTO E A IMAGEM DA IGREJA DOS POBRES

Temos o exemplo da história de vida do Bispo Dom Augusto Alves da Rocha[3] construída nas memórias dos militantes das CEBs. Na época da entrevista (29 de julho, 2011) ele aparecia como uma personalidade emblemática que povoava as lembranças de outros entrevistados. Segundo a memória dos militantes ele foi

> (…) um pastor que, desde os primeiros instantes de seu ministério, conduziu a sua igreja para que fosse comunitária e participativa, uma comunidade de comunidades. As ceb's foram prioridade permanente dessa Diocese. Um pastor que, frente ao desafio da situação de pobreza e sofrimento do povo, fiel ao evangelho de Jesus Cristo, conduziu a sua Igreja solidária com os pobres. Por isso, sempre investiu e acreditou na força evangelizadora dos empobrecidos e no potencial libertador do povo organizado. (NASCIMENTO; SILVA, 2021, p. 110)

Essa memória procura expressar valores cristãos relacionados à missão de um profeta. Frases como "um pastor que, desde os primeiros instantes (...)"; "conduziu a sua Igreja (…)"; "acreditou na força evangelizadora dos empobrecidos (…)" são expressões que buscam demonstrar uma vida resignada à missão salvadora de um enviado por Deus. Nas memórias das lutas, os militantes diziam que ele era aquela voz "profética" da Igreja Católica que anunciava novos tempos para suas comunidades. Memória ainda viva na voz daqueles que lutaram e lutam pela terra e justiça nos movimentos sociais, a Diocese de Picos se tornou para muitos um lugar de decisão dessa luta.

> Naquela época de grande efervescência popular, D. Augusto, mesmo sofrendo perseguição, correndo risco de vida, se fazia presente no meio do povo, incentivando, apoiando e animando com a luz da fé as ações dos agentes de pastoral inseridos na luta por uma sociedade justa e fraterna. Onde houvesse uma manifestação do povo organizado, lutando por justiça e direitos, lá estava Dom Augusto, sinalizando o profetismo da Igreja em Picos. (Ibid, p. 16)

Nessas memórias biográficas de Dom Augusto organizadas no livro "Dom Augusto Alves da Rocha: Vida e Missão", onde muitas narrativas buscam celebrar o passado das lutas comunitárias pastoreadas por ele, notamos um paralelo com as narrativas sobre as histórias bíblicas trabalhadas na formação dos militantes do MST nos assentamentos

3 O bispo Dom Augusto Alves da Rocha nasceu em 1933 em Bertolínia, região sul do Estado do Piauí. De família tradicional, foi realizar seus primeiros estudos escolares na cidade de FlorianoPI, onde relata que seu desejo pelo ministério eclesiástico o levou para o seminário Sagrado Coração de Jesus em Teresina, depois ao Seminário São José em Crato - Ce e, finalmente, à Roma na Itália, onde foi ordenado sacerdote católico em 1960 com 27 anos de idade (NASCIMENTO; SILVA, 2021, p. 35 - 58).

e acampamentos do Piauí no início dos anos 2000[4]. Um exemplo está no caderno de educação número 10, um livro-cartilha com o título “Ocupando a Bíblia”, os formadores da militância dos Sem Terra, seguindo uma tradição pedagógica das CEB’s, fazem uma releitura social da Bíblia e, apelando para o espírito comunitário, celebram a liderança do patriarca judeu Moisés no Êxodo como uma liderança pastoral ao molde do Sem Terra preocupada com o povo oprimido:

> Moisés descobre um povo sem rei, governado por um conselho de anciãos. Os membros do conselho são o elo da união dos vários clãs, formando uma tribo. Descobre a possibilidade de viver livre, baseado mais no dar, na partilha, do que no acumular. Descobre que todos precisam trabalhar para ter o direito de comer. Descobre um Deus que ama o seu povo em vez de legitimar a dominação. Enfim, descobre a possibilidade do diferente. Faz, pela experiência de vida e pela assimilação das histórias deste povo, um novo aprendizado (CADERNO DE EDUCAÇÃO, 2000, p. 36).

Para os militantes que escreveram a biografia de Dom Augusto, o líder tem as características de um “Deus que ama”. É o profeta que descobre, “pela experiência de vida e pela assimilação das histórias deste povo, um novo aprendizado”. Nessa leitura militante, o líder espiritual deve mostrar em sua missão que o objetivo de Deus é “restabelecer a ordem da criação”: “Deus fez tudo e para todos” (NASCIMENTO; SILVA, 2021, p. 134). A terra é pra todos, a vida deve ser respeitada. O profeta nas memórias dos militantes também é incompreendido, pois sua mensagem “acarreta um ambiente tenso, pois o pecado esforça-se para prevalecer, (…)”. O pecado aqui se limita à ambição capitalista. A memória faz uma relação do pecado com as perseguições dos “poderosos”; dos maus políticos; daqueles que difamam, perseguem o profeta: “Foi assim que Dom Augusto sofreu diversos ataques por difamações e outros meios, com o fim de desmoraliza-lo ou desanimá-lo em sua ação profética” (Ibid, p. 134). Este último relato refere-se às tensões que aconteceram durante o regime militar nos anos 1970 em Picos quando o bispo foi denominado de “bispo vermelho” e Picos foi chamada de “paraíso dos comunistas” por parte dos jornais da época[5].

Maurice Halbwachs (2010, p.30) afirma que “jamais estamos sós em nossas

---

4 Durante o período da graduação em História na UFPI (2000 – 2007) estivemos visitando acampamentos e assentamentos de reforma agrária no Piauí como aluno-pesquisador acompanhando a formação da militância e tivemos contato com os materiais dos movimentos sociais rurais. Um desses materiais foi a cartilha de formação “Ocupando a Bíblia.”

5 Durante os anos 1970, Picos passou a sediar duas grandes instituições: o 3° Batalhão de Engenharia e Construção (o 3° BEC foi transferido de Natal-RN para Picos-PI– fazia parte do Plano Nacional de Integração) e a Diocese de Picos com o seu primeiro bispo Dom Augusto Alves da Rocha. Devido as muitas articulações de Dom Augusto com religiosos estrangeiros para unir forças em favor de obras sociais (muitos clérigos vinham de muitos países à Picos para ajudar nas campanhas da Diocese) e a seus discursos cada vez mais em favor de uma justiça social, os militares do 3° BEC entraram em atrito com a Diocese desconfiando cada vez mais dos trabalhos de Dom Augusto nas comunidades (NASCIMENTO; SILVA, 2021, p. 134-136).

lembranças" pois estas trazem sempre experiências de uma coletividade. Nas lembranças dos militantes, enquanto um aspecto da memória coletiva celebra o passado "profético" de Dom Augusto, outro aspecto dessa mesma memória destaca o movimento e a força da união dos trabalhadores (as) sem terra coordenado pela CEB's de Picos na década de 1980. Mas, a liderança de Dom Augusto sempre é lembrada, pois, no período mais acirrado das lutas sociais, o bispo coordenou a CPT do Piauí e acompanhou de perto os conflitos pela posse da terra (NASCIMENTO; SILVA, 2021, p. 117-119). Uma dessas memórias é a de Seu Juliano Carvalho, militante do MST no Piauí:

> As primeiras reuniões que eu tomei conhecimento foi o encontro das CEB's que participei em Picos. Aí, de lá eu participava com diversos colegas do município de Paulistana e aí a gente foi tomando conhecimento. Quando a gente participou dessa reunião já chegamos na comunidade e começamos decidir com os colegas, né, companheiros… e aí, tava meio acirrada a questão do movimento sem terra. (CARVALHO, J., 2006, p. 03)

Essa entrevista foi realizada no Assentamento Marrecas na cidade de São João em 2006 quando Seu Juliano voltava das plantações de melancias à tardezinha. Ele lembra desse período de lutas no sertão da cidade de Paulistana como um tempo de reunião e união de forças. Para ele, o lugar das discussões e das grandes tomadas de decisões foram as comunidades eclesiais de base que ele participou nessa região de Picos. Assim, o bispo Dom Augusto é lembrado pelos militantes como um articulador e profeta num tempo de lutas.

A COMUNIDADE DA LIBERTAÇÃO E AS ESTRUTURAS SOCIAIS DO PECADO

Assim como outros clérigos nordestinos, Dom Augusto manteve um bom contato com as discussões que aconteciam nas prévias conciliares do Concílio Vaticano II liderado pelo papa João XXIII[6] quando estudou durante sete anos – de 1953 a 1960 - em Roma. Dom Augusto lembra esse tempo como

> um embrião daquilo que iria mais tarde aparecer com mais consistência. Porque o Concílio foi acontecendo e as ideias foram aparecendo com mais força. Aí veio Medellin que definiu o marco da opção pelo pobre. A preferência

6 Esse concílio ecumênico é reconhecido como evento de suma importância para as mudanças na Igreja católica na segunda metade do século XX. A partir de 25 de janeiro de 1959, o Papa João XXIII anunciou que haveria uma grande abertura para a participação de todos aqueles que desejassem o *aggiornamento* da Igreja. Ou seja, o objetivo do Concílio Vaticano II era a atualização da Igreja Católica. Muitos brasileiros estavam presentes na preparação desse concílio (BEOZZO, 2005, p. 128.). Dom Augusto se formou Padre em Roma em 1960 durante o pré-concílio, ele esteve bastante envolvido na atmosfera desse debate, inclusive sendo aluno do jesuíta Pe. Sébastiaan Tromp que foi secretário da Comissão Teológica Preparatória do Concílio (NASCIMENTO; SILVA, 2021, p. 49).

> da Igreja volta-se para o povo (...) nós começamos a enxergar que o pecado não era apenas uma questão de ordem pessoal, mas era uma questão também de incrustação na própria sociedade (ROCHA, 2011, p. 08).

Para o bispo, as estruturas econômicas e sociais brasileiras "geravam pecadores" e a "pessoa não podia fugir da opressão", por isso havia uma legião de trabalhadores e trabalhadoras relegados a um "segundo plano". Temos aqui uma leitura socialista na ótica eclesial. Esse diálogo com o marxismo foi bastante forte na América Latina nesse tempo e podemos perceber que Dom Augusto incorpora bem isso na sua fala[7].

No início dos anos 1960 o jovem Padre Augusto Alves da Rocha, recém ordenado sacerdote em Roma, foi escalado para trabalhar no Piauí, nas paróquias de Simplício Mendes e Paulistana. Lembra desse período como um período difícil para a Igreja Católica do Piauí, mas, para ele, ao mesmo tempo, foi uma época de transformações:

> com todas as dificuldades próprias daquela época, sem estradas, sem transportes, reduzindo as possibilidades de empreender uma ação em que correspondesse as ideias que já nasciam naquela época. Eu convivi um pouco com a Igreja que explorou bastante as ideias da renovação litúrgica que antecederam o Concílio Vaticano II (...) a gente começou a compreender que a Igreja não podia viver estática aguardando que a ela chegassem os fiéis. Já estaria na hora da Igreja avançar e marcar presença no mundo para compreender melhor o que se passava no mundo e evangelizar também socialmente, buscando a transformação da sociedade. Eu durante seis anos exerci meu ministério naquelas duas paróquias [**Simplício Mendes e Paulistana**], mas quase como uma obrigação de repetir os mesmos gestos, as mesmas palavras, porque era as **desobrigas** em que eu visitava duas vezes por ano aquelas capelas que só eram abertas quando o padre chegava. Então, selou pra mim uma ideia de que a Igreja fosse uma comunidade (ROCHA, 2011, p. 02, 03 – grifo do entrevistador).

Nessa fala, Dom Augusto parece sentir uma certa decepção pela impossibilidade de implantar uma nova metodologia de trabalho. Decepção e desânimo causados pelas péssimas estruturas materiais na região semiárida piauiense. As primeiras visitas do jovem Augusto Alves da Rocha, com seus 27 anos, enquanto padre daquela paróquia de Simplício Mendes e Paulistana, se limitavam a seguir uma tradição da Igreja Católica que

7 Na fala de Dom Augusto notamos a interpretação de um tempo. Sinais de um tempo de diálogo entre o catolicismo e as ideias socialistas. Nesse contexto no Brasil, para a inquietação dos católicos mais conservadores, a teologia se aproxima do marxismo e implementa várias ações no sentido de dinamizar as CEBs. A Teologia da Libertação que, a partir dos anos 1960, foi resultado desse diálogo, passa a ser o centro das discussões. Esse diálogo foi facilitado pela militância de muitos cristãos no movimento socialista desde o começo do século XX (LÖWY, 2000, p. 236).

servia para compensar a ausência de clérigos nas regiões do Nordeste: as desobrigas[8].

Dom Augusto informa que nesse período a Igreja começou a ensaiar na região semiárida do Piauí

> a possibilidade de que a pastoral fosse conduzida via comunidades e não simplesmente via atendimento de batizar, casar, dizer a palavra e voltar pra trás pra depois voltar outra vez. Então, nessa primeira experiência dessas três comunidades nós já deixamos funcionando com lideranças locais a celebração da palavra onde a igreja... não se fechava mais a capela, mas ela se abria em horas marcadas dominicais em que o povo podia se reunir mesmo sem o padre para começar a ouvir a palavra e isso já era um sinal de que a palavra penetrando deveria fazer uma modificação no comportamento das pessoas. (ROCHA, 2011, p. 06, 07)

Temos aqui, na fala de Dom Augusto, provavelmente, a primeira semente das CEBs no semiárido piauiense na segunda metade dos anos 1970. Ele aponta as mudanças nessas comunidades como consequências da autonomia das comunidades instrumentalizada pela leitura da Bíblia na ótica social. Ele verificou que "começar a ouvir a palavra" e mobilizar-se para soluções na comunidade "deveria fazer uma modificação no comportamento das pessoas". As modificações nessas comunidades apontadas por Dom Augusto estão presentes nas narrativas dos militantes das CEBs. A religiosidade é bastante destacada na fala de muitos.

Um exemplo claro está na entrevista com Dona Antônia Maria no Assentamento Marrecas em São João do Piauí:

> (…) foi uma voz, e essa voz eu acho que era Nossa Senhora ou Jesus que me chamou a trabalhar num dia de sexta-feira, assim… umas nove pras dez da noite, ela chamou por meu nome, disse assim: "Antônia tu quer evangelizar o povo aqui, ler a Bíblia, evangelizar o povo aqui na comunidade recreio?" - aí eu pensei um pouquinho… e disse: "eu quero!". (MARIA, 2006, p. 02)

Dona Antônia Maria incorpora as narrativas Bíblicas e em sua fala diz que a luta era uma "travessia do Mar Vermelho" se referindo à história dos hebreus no livro bíblico de Êxodo e sua luta contra "os poderosos" do Egito. E fala com muito orgulho do início dessa caminhada:

---

8 As desobrigas eram uma função sacerdotal dos clérigos católicos de visitar o sertão distante e isolado para dispensar sacramentos. De início eram realizadas com as chamadas Santas Missões. Seguia-se a esse costume o ensino das penitências para "pagar" pecados. Os movimentos messiânicos que campearam os sertões brasileiros no século XX, como Canudos e Contestado, tiveram sua principal matriz profética católica nas chamadas Santas Missões (POMPA, 2004, p. 79, 80). Nessa tradição católica de visitas periódicas ao interior do Piauí, o historiador e clérigo Monsenhor Chaves observa que as desobrigas não faziam o mesmo efeito das Santas Missões: "Funcionava o regime das desobrigas. Nele quase sempre somente administração dos sacramentos, pelo que se cobrava uma taxa em dinheiro ou espécie. Pregação de vigário não produzia no povo o impacto da pregação do missionário" (CHAVES, 1998, p. 246).

> (…) e aí a gente foi descobrindo, e vinha em reuniões, em Picos, vinha em Pio IX, vinha em Picos… e aí foi crescendo a organização e começamos as caminhadas. Essas caminhadas, que eu acho que vocês ouviram falar… as romarias da terra, nasceram lá nessa comunidade Recreio, na comunidade que eu comecei a trabalhar, que nós comecemos. (MARIA, 2006, p. 04)

A entrevista com Dona Anísia Carvalho, conhecida como Dona Anizinha, foi na mesma semana da entrevista com Dona Antônia. Na sua humilde casa no Assentamento Marrecas ela parecia, ao contrário de Dona Antônia, não muito à vontade diante de um gravador. Era muito tímida e, diferente de Dona Antônia que narrava sem muitos intervalos, falava mais quando era provocada por perguntas. Dona Anísia e seu esposo, Juliano Carvalho também fizeram parte das CEBs na região de Picos e foram pioneiros na ocupação de terras pelo MST. Ela, relembrando as lutas no semiárido, incorpora também passagens do Velho Testamento da Bíblia na sua narrativa:

> Meu nome se chama Anísia, sou do município de Paulistana, Piauí. Nós somos da região de Picos… é… nós lá… trabalhava a terra. Era pouca; era pequena, não dava pra gente trabalhar. Aí a gente resolveu vim pra essa terra…terra prometida. Falavam que era leite e mel. A gente veio pra ver isso primeiro, através da Bíblia. Nós não viemos atoa aqui pra essa terra. Quem trouxe nós aqui, também, foi aquela palavra que tá na Bíblia. Aquela terra que tava nas mãos dos latifundiários e eles tinham terra… seguravam a terra e não soltavam para o pobre. (CARVALHO, A., 2006, p. 01)

Mas, diferente de Dona Antônia que se mostrava destemida o tempo todo em suas palavras, Dona Anísia narrava sua história de vida com muitas hesitações, enfatizava mais as muitas dificuldades para decidir participar da ocupação das terras de Marrecas em junho de 1989[9]. Ela relatava suas dificuldades familiares e o cuidado era mais com os filhos: “era um ano, era dois, três, quatro, tudo pequenininho, meus meninos eram tudo assim, escadinha. Aí… Ave Maria!!”. As palavras não conseguiram expressar a emoção em relação aos filhos. Ela confessa que enfrentou a situação mais para acompanhar o marido: “aí ele disse: ‘se tu quiser me acompanhar tu me acompanha. Eu sei que eu vou!’ - aí eu disse: pois eu… é… fazer o que? eu casei com ele… tem acompanhar é ele mesmo, né, como é que eu vou ficar?”.

Diante do medo, a obrigação de seguir o marido imperava. Mas, Dona Anísia relata

---

9 No Piauí, na cidade de São João, 120 famílias da grande região do semiárido de Picos, organizadas pelo MST (pessoas de Simões, Padre Marcos, Paulistana, Bocaina e de outras cidades)ocuparam as terras da Fazenda Zebulândia em junho de 1989 com as palavras de ordem “ ocupar, resistir e produzir”. A fazenda era de um grupo de empresários de Pernambuco que pretendia criar gado nelore, mas estava abandonada porque possuía dívidas acumuladas com os bancos. A fazenda foi desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nos anos 1990, e se tornou o Assentamento Marrecas, o primeiro do MST nesse Estado (SILVA, 2013, p. 91).

que a força que recebeu de seu sogro foi fundamental para fortalecer sua fé:

> Aí, meu sogro foi e levou a Bíblia, aí disse: "minha filha eu sei que é muito pesado você sair daqui", porque ele é muito religioso, né, e ele também, meu esposo. Ele também era – nesse tempo chamava animador de comunidade, seu Juliano e o pai dele. Aí, ele dizia assim: "eu sei que é muito difícil vocês sair daqui, porque não é fácil você está perto dos seus filhos e sair. Mas, eu tenho certeza que vocês vão chegar nessa terra… é uma terra prometida e lá corre leite e mel" - Aí… [**pensei**] deve ser melhor do que aqui! [**risos**]. (CARVALHO, A., 2006, p. 07 – grifo do entrevistador)

A formação da identidade militante no Piauí rural através das CEBs demonstra uma linguagem própria. A luta pela terra é biblicamente traduzida e articulada. Em sua simplicidade de mulher do campo, com pouca escolaridade na época, assim como outros, Dona Anísia Carvalho consegue traduzir suas esperanças e sonhos. Consegue, acima de tudo, expressar suas angústias e alegrias numa narrativa que celebra a luta pela terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas militantes trabalhadas aqui, tem sua linguagem própria de lutas. Ela se tornou, na escrita desse trabalho, uma matéria-prima da oralidade construída pelo entrevistador e pelos seus entrevistados. Ela favoreceu a escrita do historiador em autoria conjunta com os entrevistados. No sentido das palavras de Portelli (2010), a escrita do entrevistador é o resultado da ação dialógica da entrevista. E, dessa forma, expondo essas memórias diferenciadas por percepções e sensações particulares e sempre atualizadas nas narrativas dos militantes, alinhavadas na coletividade (HALBWACHS, 2006), buscou-se interpretações possíveis cumprindo a parte que cabe ao historiador. Entendendo também que as memórias dos militantes são aprisionadas na escrita desse trabalho e que, como analisou Pierre Nora, desta forma, se transformou em "memória historicizada" (NORA apud SEIXAS, 2001, p. 41), produz-se um movimento sem volta e inexorável porque "toda memória hoje em dia é uma memória exilada, que busca refúgio na história: resta-lhe assim os *lugares de memória* (de uma memória que apenas vive sob um olhar de uma história reconstituída.) como seu grande testemunho." (Ibid, p.41 – grifo da autora). Diante disso, esse trabalho com a memória dos movimentos sociais não pretendeu apenas discutir questões ideológicas ou religiosas, mas trazer uma reflexão sobre um "instrumento de luta para conquistar a igualdade social e garantir o direito às identidades" (PORTELLI, 2000, p.13), principalmente daqueles que não se conformaram com o sofrimento e o abandono de vidas sertanejas, que, durante muito tempo, foram cantadas em verso e prosa como "vidas secas".

REFERÊNCIAS

CADERNO DE EDUCAÇÃO. **Ocupando a Bíblia**. São Paulo: Setor de Educação do MST, ANCA, N° 10, 2000.

CHAVES, Monsenhor. **Obra completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II**: 1959-1965. São Paulo: Paulinas, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 8. Ed., p. 167-182.

LÖWY, Michael. **A Guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Trad. de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2000.

NASCIMENTO, Pe. Abimael F.; SILVA, Ronald Souza da. **Dom Augusto Alves da Rocha**: vida e missão. Floriano: Diocese de Floriano-PI, 2021.

POMPA, Maria Cristina. Leituras do "fanatismo religioso" no sertão brasileiro. **Novos estudos**, São Paulo: Campinas, n° 69, pp. 71-88, jul. 2004.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tânia Maria; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getulio Vargas, 2000, p. 67-72

PORTELLI, Alessandro. **Ensaios de história oral**. Seleção de textos Alessandro Portelli e Ricardo Santhiago. Tradução de Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010 – (Coleção Ideias).

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANE, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 37-58.

SILVA, Sérgio L. S. **A Terra Prometida**: religiosidade e política no pioneiro Assentamento do MST em Marrecas em São João do Piauí. 2013. 215fs. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2013.

FONTES ORAIS

CARVALHO, Anísia [46 anos]. [ago. 2006]. Entrevistador: Sérgio Luís Simeão Silva. Assentamento marrecas, São João do Piauí, PI. 25 ago. 2006.

CARVALHO, Juliano [48 anos]. [ago. 2006]. Entrevistador: Sérgio Luís Simeão Silva. Assentamento Marrecas, São João do Piauí, PI. 25 ago. 2006.

SILVA, Antônia Maria da Conceição [66 anos]. [jul. 2006]. Entrevistadores: Marcos Fernandes Lima e Sérgio Luís Simeão Silva. Assentamento Marrecas, São João do Piauí, PI. 27 ago. 2006.

ROCHA, Dom Augusto Alves da. [79 anos]. [jul. 2011]. Entrevistador: Sérgio Luís Simeão Silva. Floriano, PI. 29 jul. 2011.

QUEM FOI PARA MARACANGALHA? HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE TRABALHADORES DA USINA CINCO RIOS (1950-1980)[1]

Tatiana Florentino Santana[2]

RESUMO

O objetivo deste estudo é investigar aspectos das experiências de vida de homens e mulheres que laboraram na Usina Cinco Rios no período de 1950 a 1980. Considerada em tempos de outrora uma das Usinas mais bem equipadas do Estado da Bahia, onde funcionou entre os anos de 1904 e 1987. Da data da sua criação até 1926, a empresa pertencia ao Município da Vila de São Francisco do Conde, atual São Francisco do Conde-BA. Atualmente as ruínas localizadas no povoado de Maracangalha fazem parte do território de São Sebastião do Passé-BA. Essa cidade no passado era distrito da Vila de São Francisco, ficando subordinada até 1926. Assim, essa investigação penetrou no mundo das experiências e vivências desses indivíduos. Nesse sentido, a questão central deste trabalho discute como se estruturava o mundo do trabalho, sociabilidade e cultura dos trabalhadores rurais e dos operários no período estudado. A análise utilizou-se, como fonte principal, das entrevistas dos antigos trabalhadores, trabalhadoras e outros sujeitos sociais que estavam envolvidos com a temática estudada. Esse estudo problematiza os distintos serviços campais e industriais. Logo, as narrativas sobre o cotidiano do mundo do trabalho de homens e mulheres foi o fio condutor para a investigação.

Palavras-Chave: Trabalhadores, Usina Cinco Rios, memória, trajetória e relação de trabalho.

INTRODUÇÃO

> *A chuva choveu, o capim já nasceu e no meio da fartura Janêro morreu!...*
> *Oi iaiá boi te dá. Alevanta Jênero vamos vadiá...á!*
> *Quem tivé seu boi qui prenda no currá; eu não planto roça, ê para boi roubá!...*
> *Quem tive seu boi qui prenda no mourão, eu não planto roça, ê para boi ladrão*[3]*.*

1 Este artigo é um recorte do Trabalho de dissertação, orientador Prof. Dr. Wellington Castellucci Junior (UNEB).

2 Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II, Alagoinhas. E-mail: tatisantana80@yahoo.com.

3 Versos de um antigo samba de roda cantado pelos moradores da Usina Cinco Rios, registrado por Valdevino Neves Paiva ex-trabalhador da usina na década de 1950.

No começo do século XX, na parte histórica e economicamente mais importante do Recôncavo baiano, desde os primórdios da colonização, algumas fazendas de cana ainda mantinham características bem similares aos tempos em que predominavam o trabalho cativo e a lavoura canavieira que se espalhava pelas áreas de solo massapê. No final do século XIX, a região, até às vésperas da abolição, onde hoje estão localizados os municípios de São Francisco do Conde, Madre de Deus, São Sebastião do Passé, Santo Amaro e outros, ainda mantinham a lavoura de cana-de-açúcar como a sua principal atividade econômica e o trabalho serviu ainda era amplamente utilizado como força de trabalho. Difundidas às seis freguesias, a população do município de São Francisco era de 40.817, incluindo homens e mulheres brancos e não brancos. Conforme o historiador José Pereira de Santana Neto, ao somar "[...] a população a partir da quantidade de brancos, pardos, pretos e caboclos da vila [...]", no recenseamento de 1872 o valor aumentou para "40.879, 62 pessoas a mais" (2018, p. 41-42). O autor ainda salienta que, deve ter ocorrido um engano no momento de encerrar a contagem e incluir nas diversas tabelas que integram o recenseamento do final do século XIX. No território de Santo Amaro, foram constatados 47. 632 habitantes[4].

No quadro geral da população livre, enquanto a raça, em São Francisco do Conde foram apurados 3.566 homens negros e 7.391 mulheres. Esse levantamento também constatou que o número de mulheres foi superior à do quantitativo de homens nessa região. Segundo o mesmo Censo, identificou que a população cativa no município de São Francisco era de 3.628. No território de Santo Amaro, foram recenseados 10.620 habitantes escravizados[5]. Enquanto a raça, 1.286 homens negros e 899 mulheres. Nas freguesias de Santo Amaro o total de homens negros foram de 4.442 e mulheres negras 3.130. No que tange as profissões, os números mais expressivos de trabalhadores foram identificados nas funções de lavradores, criados e jornaleiros, e em seguida nos serviços domésticos[6].

Hoje, ocorreram algumas mudanças no panorama (paisagem) daquelas regiões. Algumas fazendas foram desmembradas, outras foram introduzidas diferentes atividades produtivas, como a criação de gado, variados tipos de agricultura, a exemplo da plantação de milho, bananas, feijão, raízes: inhame, mandioca, aipim, batata-doce, etc. Os antigos povoados também prosperaram, uns deixaram de existir, alguns deles viraram cidades e outros deixaram de ser meros conglomerados de casinhas de trabalhadores rurais para se tornarem distritos das cidades circunvizinhas. No curso do século XX, muitas mudanças

4 Recenseamento de 1872.

5 Ibidem.

6 Recenseamento de 1872. P. 68-71.

paisagísticas aconteceram na clássica região do Recôncavo baiano e elas podem ser constatadas quando caminhamos por antigas trilhas rurais acompanhadas de moradores dos lugares, a exemplo, Coroado, Quibaca, Pinheiro, Maracangalha e Cassarongongo.

A Usina Cinco Rios foi fundada em 1904 e em 06 de novembro de 1912 ela foi inaugurada. Sua criação resultou da junção de antigos engenhos como o Maracangalha, Paramirim, Cassarangongo, Quibaca, Cabaxi, Sapucaia, Pinheiro, Pouco Ponto, Limoeiro e outros engenhos da região[7]. A empresa pertencia à cidade de São Francisco do Conde no passado, entretanto, em 1926, São Sebastião do Passé foi desmembrada de São Francisco em razão de divergências políticas e o distrito se emancipou em cidade, de acordo com Valdevino Neves Paiva (1996).

As análises aqui abordadas foram estruturadas a partir da recuperação das memórias do cotidiano, trabalho, sociabilidade, infância, casamento, filhos, relações de trabalho e outras singularidades expostas no momento das entrevistas. Maurice Halbwachs (1990), intitula de quadros sociais da memória. Portanto, as narrativas de homens e mulheres eram compostas através das recordações desses panoramas.

Ao dirigir a atenção para os relatos orais das experiências vivenciadas pelos indivíduos entrevistados, estamos neste trabalho trabalhando com uma dimensão subjetiva da História Oral. Além de que, não lidamos com os sujeitos só no aspecto físico ou palpável, nós pesquisadores estamos enfrentando com as emoções como risos, angústias, alegrias, choros, etc. Logo, a compreensão da pessoa que narra suas práticas é também aquela que se coloca na história. No decorrer das entrevistas é importante analisar as "expressões faciais, movimentos corporais e modo de falar revelavam certos significados emotivos das memórias que não poderiam transparecer nas transcrições das entrevistas" (THOMSON. 2001. p. 85-101). O pesquisador tem que problematizar o que está sendo narrado, notar que os relatos têm "esconderijos" e em alguns casos é mais importante "o que ficou meio dito do que foi dito por inteiro" (ALBUQUERQUE. 2009, p. 23.).

Ao elaborar a investigação, o pesquisador deve ficar atento à seleção de seus entrevistados, para que sua entrevista seja bem-sucedida. Logo, é preciso seguir algumas orientações básicas: ter uma base de quantos serão entrevistados; escolher conforme a pesquisa as pessoas que irão ser entrevistadas, pensar também na faixa etária, fazer perguntas referentes ao assunto estudado, não interromper o entrevistado, esses são pontos fundamentais para o desenvolvimento do trabalho e ter disponibilidade para ir até

7 Antigos engenhos de açúcar que pertenciam a freguesia de Nossa senhora do Monte do Recôncavo. Para saber mais do assunto ver PEDREIRA, Pedro Tomás**. Notícia histórica de São Francisco do Conde**. Salvador: Estudos Baianos/UFBA,1976.

aos entrevistados (ALBERTI, 2005, p. 34-35).

É interessante, nos relatos de memória, conhecer experiência e vivências, também as histórias que permaneceram com as transformações do tempo. Assim, para esse trabalho foram escolhidas as narrativas de Maria Adelaide Santos Florentino, Maria Aurea Fernandes, Ilda Santos, Carlos Roberto Gonçalves do Rosário. Essas fontes foram importantes para a compreensão do universo rural, das relações de trabalho e entre outros pontos elucidados pelos atores sociais. Mais, ao longo do texto irei citar nomes de outros entrevistados que fazem parte desta pesquisa em andamento.

DIMENSÕES DO MUNDO RURAL DA USINA CINCO RIOS

Para a construção do trabalho de um historiador, é fundamental a interpretação das mudanças ocorridas no espaço social ao longo do tempo e também analisar a dinâmica das relações interpessoais que estão sendo desenvolvidas por grupos diferentes. Esse primeiro passo se transforma em algo importante para compreender as distintas práticas e vivências que findaram e determinaram a realidade onde os sujeitos estavam inseridos. Assim, as modificações espaciais e as construções sociais de grupos distintos, as diversas relações são criadas e recriadas, sendo ela individual ou coletiva, não acontece do nada, ou de uma hora para outra, ocorre com o decorrer do tempo. Logo, o tempo é o grande protagonista, ou seja, uma baliza que reivindica “identidade histórica” a cada período (SANTOS, 2018, p. 33). Nessa etapa é pertinente demonstrar as mudanças que ocorreram em Maracangalha temporalmente, onde está localizada as ruínas da Usina Cinco Rios.

Para adentrarmos no Mundo Rural da Usina Cinco Rios, 1950 a 1980, foi preciso abordar o início de sua criação para entender seu funcionamento, sua a importância para os trabalhadores e a comunidade que ela estava e está inserida. A fábrica interferia nas relações interpessoais e também na dinâmica de vida das pessoas que residiam no distrito e nas localidades adjacentes. Uma parcela significativa da população desse território tirava seus proventos a partir da venda da força de trabalho para a Usina Cinco Rios. Maracangalha se desenvolveu em função da Usina e após o fechamento da empresa a vida dos moradores dessa localidade e das comunidades negras ali próximas formadas se modificaram ao longo dos anos.

Cabe aqui ressaltar que no percurso da pesquisa sobre as diferentes memórias do trabalho na Usina Cinco Rios, dona Maria Alexandrina Ângelo, ex-trabalhadora rural, 78 anos de idade, aposentada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), rememora com satisfação e com um semblante no rosto de saudade os “atrativos” que tinha em

Maracangalha quando a Usina funcionava. Sobre esse fato ela nos diz:

> No povoado havia uma casa de cinema. Aqueles que tinha condições financeira de comprar o bilhete assistia o filme do dia. A casa de cinema abria dia de domingos, tinha também em período de festa para animar a população a tourada. Tinha corrida, tou...touleiro. Os toleiros ia pra *lá fazer corrida com aqueles bois. A gent*e tudo ia se divirtir, olha e vê[8].

Outra peculiaridade do Mundo Rural da Usina Cinco Rios, até a década de 80 do século passado, era que o ritmo de vida ou a dinâmica das pessoas se associavam muitas vezes pela sirene que tocava na Usina avisando os operários que estavam na hora de iniciar o trabalho. O apito servia também para orientar os trabalhadores do campo, os moradores da região e até mesmo as pessoas que residiam a quinze quilômetros da fábrica (THOMPSON, 1998. p. 267 – 304). Nas vozes que ecoam recordações de um passado não muito distante, é possível perceber que os sujeitos do distrito e de outras comunidades pouco afastadas se baseavam nos ruídos da sirene para organizar o cotidiano, planejando as suas rotinas de trabalho, descanso e convivência familiar.

O entrevistado Carlos Roberto Gonçalves do Rosário, mais conhecido no distrito do Monte Recôncavo como Tinho, 45 anos de idade, funcionário público, sinaliza suas recordações sobre a sirene. No momento da entrevista, com um sorrido no rosto, nos relatou que na sua infância ouvia um apito e, esse "chamado conduzia para o caminho da escola e orientava também o início e o término das aulas". Ainda segundo esse ator social, "era um relógio para nós da comunidade, como a sirene do relógio era acionado aquela época manualmente no mesmo horário na escola, fazíamos uma analogia ao sinal que vinha da Usina"[9].

Além do som que tocava durante três períodos do dia, manhã, tarde e noite o apito guiava os trabalhadores rurais a realizar os serviços campais. Nos meses de fevereiro a março, período que inicia as chuvas no Recôncavo, as áreas destinadas para o plantio de cana eram "revirada" após as chuvas. Com o solo úmido estava no momento de realizar a semeadura dos toletes[10] de cana. A condição climática, isto é, de "muita chuva ou muito sol" que iria dizer se naquele ano os usineiros teriam uma colheita para o fabrico de açúcar e derivados.

Depois do plantio das sementes das canas, após doze a dezesseis meses, as

---

8 Entrevistada dona Maria Alexandrina Ângelo, entrevista realizada no em 15 de agosto de 2021. Natural de São Sebastião do Passé. Foi morar em Maracangalha quando era criança, 5 anos de idade. Na década de 1980, foi morar em Salvador com os filhos.

9 Entrevistado Carlos Roberto Gonçalves do Rosário, 45 anos de idade, entrevista realizada em 20 de setembro de 2019. Natural do distrito do Monte Recôncavo.

10 Utilizo essa expressão aqui para me referir às sementes ou mudas de canas.

frutas estavam prontas para serem colhidas. A extração de cana na Usina Cinco Rios era organizada para ser realizada no mês de agosto a março, mas, um único trabalhador falou que a moagem poderia se estender para o mês de abril[11]. Poderia ser prolongada até o fim da safra, isto é, em abril, dependendo da quantidade de chuva que iria cair e se restavam canas para serem cortadas. Segundo informações prestadas pela maioria dos entrevistados, nesse período no Recôncavo às vezes chovia demais e ficava impossibilitado de dar seguimento na fabricação de açúcar, pois com a intensidade das chuvas os cortadores e os condutores de cana ficam parados, sem condições de trabalhar. Entretanto, tinha anos que o volume de chuva era menor e havia a possibilidade de dar seguimento na moagem.

Os distintos serviços campais, a exemplo, cortar cana, adubar, semear, carrear era, realizados por homens, mulheres e crianças. Sobre o trabalho no corte da fruta, dona Ida Santos sinaliza:

> Trabalhei muito tempo na usina, não sei dizer quanto tempo, mas trabalhei bastante. Trabalhava no campo, plantando, adubando, limpando, semeando, cortando e carregando cana. E, depois que saí daqui fui trabalhar na usina Aliança que pertencia aqui também. Eu só trabalhava no campo. O trabalho era o dia todo, a gente pegava cinco, seis, dependendo da hora que a gente chegava. Aí trabalhava até quatro e cinco. Eu recebia meu dinheiro quinzenal. Morava aqui mesmo na fazenda que pertencia à usina, na época que eu trabalhei, quem comandava era o chefe, dois administradores, Juacir e depois passou a ser Dr. Hugo, antes era seu Dudu, Lucio e Milton que trabalhava no campo. A lida era trabalhosa mais eu gostava, porque trabalho nenhum braçal é leve. Agora a gente gostava porque era única ocupação que a gente achava aqui e a gente já podia contar com o nosso dinheiro[12].

O trecho acima traz informações importantes sobre o cotidiano dos ex-trabalhadores da Usina Cinco Rios. Dona Ilda Santos, 65 anos de Idade, aposentada pelo INSS, descreveu detalhadamente os trabalhos agrícolas que exercia na lavoura canavieira. A memória de dona Ilda demarca evidências que estão dialogando com as reminiscências dos outros funcionários da empresa, a exemplo, Dona Adelaide Santos Florentino e Renato Ribeiro de Almeida.

Mediante aos meios de repressão da redução do valor da força do trabalho, da pauperização que as famílias dos trabalhadores se encontravam neste período estudado,

---

11 Manoel Carlito Cerqueira, mencionou no momento da entrevista que, caso não chovesse muito no mês de abril a ordem eram para dar continuidades ao serviço no campo e na planta fabril. Se a chuva se a administração interrompia o trabalho, principalmente do campo porque devido ao alto volume da chuva os cortadores e carregadores de cana eram ficavam impossibilitados de realizar o trabalho. Por ventura, a chuva que caía nesse mês fosse leve e não atrapalhassem o labor na lavoura canavieira a moagem se estendia até o mês de abril.

12 Entrevistada Ilda Santos, 65 anos de idade, entrevista realizada no dia 29 de setembro de 2018. Natural do povoado de Maracangalha.

nota-se que a administração burlava os direitos trabalhistas: tabelamento do salário mínimo vigente da época, descumprimento da jornada de trabalho e tempo de serviço, décimo terceiro, férias remuneradas, etc. Além desses pontos elucidados, eram frequentes os vínculos por contratos de trabalho de curta duração. Segundo Adauto Santos da Rocha, o contrato de trabalho entre a usina e o trabalhador, rural ou operário, isentava os patrões da obrigação "[...] de pagar indenizações trabalhistas, avisos prévios e multas por processos judiciais" (ROCHA, 2020, p. 91-111).

RECORTE DE GÊNERO NO MUNDO RURAL: TRABALHO NA PALHA DA CANA

A Usina Cinco Rios delegava funções também considerando o recorte de gênero e as supostas habilidades "compatíveis" com a força masculina e feminina. Ou seja, as funções eram atribuídas a homens e mulheres, com base no julgamento moral, físico e intelectual de cada um deles. As entrevistadas, Ilda Santos, Maria Adelaide Santos Florentino e Maria Aurea Fernandes, mencionaram em suas falas que as mulheres eram proibidas de entrarem na Usina. Elas eram impedidas de circular, particularmente, nas instalações da empresa. Cumprindo ordem dos usineiros, os administradores explicitavam que o local das mulheres nesse mundo do trabalho era restrito aos campos canavieiros. Adelaide e Aurea como sabiam ler e escrever, tinham a pretensão de trabalhar no setor administrativo da companhia, mas os usineiros sempre negavam a admissão de mulheres na área administrativa.

Saber ler e escrever simbolizava uma distinção entre os trabalhadores, principalmente o trabalhador rural. Essas mulheres além de conhecer as letras tinham outras habilidades, Adelaide mesmo, na sua mocidade tomou curso de costureira e datilografia quando morava em Salvador na metade da década de 1950. A entrevistada, organiza as informações sobre esse período da sua vida e nos diz que:

> Tudo mundo trabalhava nessa época, mas papai e mãe botou o seis filhos pra estudar. Tomei curso de costuteira, escrevia na máquina e também de cuidar dos doentes. Aprendi de um pouco e sei fazer um pouco. Até hoje eu costuro, faço meos retalho e costuro uma perna de calça. Todos eles sabem uma coisa, Luciano mermo é padeiro! Eu que vim pra o reconco trabalhar na cana, mas foi pro precisão[13].

Ao rememorar uma parte de sua vida, Adelaide Maria demostrou que na juventude conciliava o estudo com o trabalho. Entretanto, em Maracangalha os cursos em que foram

13 Adelaide Maria Santos Florentino, 83 anos de idade, entrevista realizada em 29 de setembro de 2018. Natural da cidade de Salvador. Morou durante 45 anos no bairro do Coroado. In memoriam.

realizados em Salvador durante o final da década de 1950 o início de 1960 não servia para trabalhar na área administrativa.

Talvez por serem filhas de pessoas humildes implicava na aceitação dessas mulheres na seção administrativa. Entretanto, alguns entrevistados, a exemplo, Renato Ribeiro de Almeida, mencionaram que nunca viram mulheres trabalhando no escritório da Usina. Só homens que prestavam o serviço administrativo e na área industrial.

Além de buscar uma oportunidade, Adelaide Maria e Maria Aurea, estavam também tentando se afastar da labuta árdua da lavoura canavieira. Seguidamente, insistiam para terem uma chance para trabalhar na área administrativa, mas por várias vezes os pedidos dessas duas mulheres foram negados.

Observando que não teria oportunidade de trabalhar no escritório, em uma certa oportunidade, dona Aurea Fernandes pediu para o gerente agrícola, seu Mundinho, empregá-la na função de professora, mas ele negou o pleito, afirmando que só poderia conseguir trabalho para ela no campo. Aurea já tinha experiência em lecionar. Quando era possível ensinava as crianças da redondeza, só queria uma oportunidade de trabalho com as “letras e as contas”.

As lembranças desse período ainda estão bem vivas na memória de dona Aurea. Em uma passagem de sua entrevista, ela recorda, com uma certa mágoa, essa fase de sua vida, ressaltando que:

> Depois do cacau eu vim prá cana. Aí né, seu Mundinho, esse pessoal tudo aí, sabe como é que é. Pedir trabalho, nunca que me... sei ler e escrever, tenho minhas caligrafias muito bonita. E sei que eu cansava de ensinar e canso de ensinar os meninos que aqui faz ginásio, não é? Então, eu morri de chamar... sei fazer conta, sei escrever, pedia a seu Mundinho, pedia aos pessoal nunca que me arranjou. Eu não ia ficar com fome, como meus filhos tudo passando fome, me joguei para trabalhar no campo que é essa carteira que tenho aí assinada, graças a Deus![14]

Mesmo que o trabalho nos campos não fosse leve, isso também já ressaltava uma peculiaridade para as mulheres do campo e destacava a pluralidade latente nos papéis sociais e econômicos desempenhados pelas mulheres no mundo rural de Maracangalha. As entrevistadas e outras mulheres também descreveram o esforço braçal e o manejo com ferramentas pesadas, a exemplo, da enxada, dos facões, das foices, além de outros instrumentos usados na lida do campo. Constantemente, homens e mulheres lutavam pela sobrevivência realizando o trabalho na lavoura canavieira.

---

14 Entrevistada Maria Aurea Fernandes, 78 anos de idade, entrevista realizada em 29 de setembro de 2018. Natural do povoado de Quibaca.

No percurso das entrevistas organizadas e analisadas, uma informação foi prestada pela maior parte dos entrevistados, eram as longas jornadas de trabalho que eles realizavam. Essas extensas horas de trabalho “duro” revelam um aspecto surpreendente das relações de exploração sobre os trabalhadores rurais, ao menos nessa parte do Recôncavo baiano.

Por terem uma “caligrafia bonita” e saber ler, elas poderiam ocupar uma função na área administrativa. Essas mulheres tinham todos os pré-requisitos para realizar os serviços de escritório. O trabalho no escritório era menos cansativo e a remuneração era maior, além do que, não iriam realizar longas jornadas de trabalho debaixo de sol e chuva.

Para não passar fome, dona Maria Áurea, Adelaide Maria e outras mulheres que viviam em situação similar que elas foram trabalhar na lavoura, submetendo-se aos níveis de exploração laboral. Essas evidências podem ser perceptíveis sob vários ângulos, a baixa remuneração obrigava grande parte dos casais de lavradores a incluir os seus filhos na atividade laboral, nos serviços de limpa, plantio, adubo, deslocamento e colheita de cana. Nota-se que às duas entrevistadas estavam tentando se afastar das péssimas condições de trabalho que eram realizadas no canavial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos na reconstrução da memória os relatos e as histórias narradas. Assim, as memórias dos trabalhadores e os outros entrevistados estiveram envolvidos com a temática estudada. Esses relatos são estudados e analisados como documentos que descrevem uma história de um determinado período histórico. Logo, as narrativas dos sujeitos entrevistados são uma fonte no fazer historiográfico. Na avaliação de Regina Beatriz Guimarães Neto, “as recordações não são meras exposições da memória, mas um olhar que atravessa o tempo múltiplo, um olhar que constrói, decifra, revela e permite a passagem de um tempo a outro” (NETO, 2006, p. 56). Dessa maneira, as memórias aqui analisadas indicam ações e práticas dos seus cotidianos.

A busca de uma compreensão do passado, que se relaciona com o presente, conduz a uma crescente revalorização das biografias e das vivências individuais para pensar questões históricas. Diante disso, as fontes orais abrem novas possibilidades de olhar o passado através da memória individual, enfatizando a representatividade de cada caso particular que ilumina seu contexto específico. Trazer as experiências de vida dessas pessoas é demonstrar todas as imbricações do seu cotidiano. Problematizar as questões acerca da exploração da força de trabalho de homens, mulheres e crianças no mundo rural de Cinco Rios.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3 ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Cana, casa e poder**. Maceió: EDUFAL, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

NETO, José Pereira. **Sociedade, indenização e liberdade precária: os meandros burocráticos do fundo de emancipação de escravos (São Francisco do Conde-BA)**. 2018. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

PEDREIRA, Pedro Tomás. **Notícia histórica de São Francisco do Conde**. Salvador: Estudos PAIVA, Valdivino Neves. Maracangalha: Torrão de Açúcar Talhão de Massapé. São Sebastião do Passé. 1996. Baianos/UFBA,1976.

PORTELLI, Alessandro. **Um trabalho de relação**: observações sobre a história oral. Tradução Lila CristinaXavier Luz. Revista Trilhas da História, Três Lagoas, v. 7, n. 13, jul./dez. 2017.

ROCHA, Adauto Santos da. **"Pro giro do 'Sul'"**: indígenas Xukuru-Kariri trabalhando na lavoura canavieira em Alagoas (1952-1990). História Oral, v. 23, n. 2, p. 91-111, jul./dez. 2020.

SANTOS, Hamilton Rodrigues dos. **Sementes do tempo, colheitas da vida**: cultura e trabalho de feirantes no Recôncavo baiano– Santo Antônio De Jesus (1950-1970). Dissertação de Mestrado em História. Centro de Humanidades Departamento de História Programa de Pós-Graduação Em História Social, Universidade Federal Do Ceará, Fortaleza, 2018, p. 33.

THOMSON, Alistair. **Memórias de Anzac**: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. Tradução Andréa Zhouri; Lígia. Revista de História Oral, v. 4, p. 85-101. 2001.

NETO, Regina Beatriz Guimarães. Cidades da mineração, memória e práticas culturais. Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá: EdUFMT. 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial**. In: Costumes em comum. Trad. Rosaura Eichemberg. Editora Schwarcz, São Paulo: 1998.

PESSOAS E LUGARES NA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA: DO "BOTA-ABAIXO" A JOÃO PESSOA NOS PRIMEIROS ANOS DO REGIME EMPRESARIAL-MILITAR

Vinícius Bezerra de Oliveira[1]

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo investigar, através da pesquisa bibliográfica, as vicissitudes do processo de urbanização no Brasil, tangenciando o caso da capital paraibana, João Pessoa. Procurou-se abordar o tema da produção/manutenção do espaço urbano e suas consequências socioambientais para a classe trabalhadora brasileira, especialmente para os menos abastados, tendo como pontos centrais para essa discussão as questões da moradia, do transporte e do meio ambiente.

Palavras-Chave: Urbanismo, Moradia, Transporte, Meio Ambiente, Capitalismo.

É preciso que a questão urbana no Brasil seja discutida de maneira mais aprofundada, pois na atualidade é alarmante a situação de falta de moradia – ou de moradias bastante precárias – para um número cada vez maior de pessoas[2]. Faz-se necessário debater sobre o planejamento urbano como ferramenta de inclusão social não só através da luta por uma moradia digna, mas também por meio de um sistema de transporte e de outros serviços públicos indispensáveis, que visem a democratização espacial das cidades e um projeto de preservação do meio ambiente no perímetro urbano, através da proteção de rios e áreas verdes, além de planos de arborização.

O trabalho foi inicialmente pensado como uma abordagem mais concisa sobre o caso da expansão urbana na cidade de João Pessoa (PB), entre os anos de 1971 e 1979. Entretanto, devido à necessária (e demorada) busca por uma bibliografia que desse uma boa sustentação ao trabalho e às dificuldades enfrentadas – em grande medida causadas pela pandemia do Covid-19 – no acesso à documentação sobre o período em arquivos públicos

---

1 Graduado do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. E-mail: 99vinicius.oliveira@gmail.com

2 "De acordo com os dados revisados pela Fundação João Pinheiro, ano base de 2019, o déficit habitacional em todo o Brasil está em 5,8 milhões de moradias. O estudo também apresenta uma tendência de aumento no déficit. Uma das causas para esse crescimento é o ônus excessivo com aluguel urbano, hoje caracterizado como o principal componente do déficit. Nos quatro anos considerados pelo estudo, o número de casas desocupadas por conta do valor alto do aluguel saltou de 2,814 milhões em 2016 para 3,035 milhões em 2019". Informação, publicada em 04/03/2021, retirada do site do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/dados-revisados-do-deficit-habitacional-e-inadequacao-de-moradias-nortearao-politicas-publicas. Acesso em: 6/06/2022.

e privados, a abordagem feita precisou ser mantida como uma aproximação historiográfica sobre a historicidade do espaço urbano no Brasil e suas implicações socioambientais, tangenciando o caso da cidade de João Pessoa, até próximo do referido período.

A abordagem realizada durante a escrita do trabalho contou com a enorme contribuição do pensamento marxista para a análise das estruturas de poder, agentes de manutenção da ordem capitalista e as pessoas "comuns" no contexto das vicissitudes urbanas brasileiras ao longo do século XX. Por isso, foi preciso estabelecer um marcador para o início da discussão historiográfica (uma espécie de "mito das origens") sobre o tema da expansão urbana no Brasil.

Por ser um país ex-colônia que só veio a experimentar a industrialização de sua economia, basicamente, na virada do século XIX para o século XX, a urbanização no Brasil – caracterizada inicialmente por um êxodo rural, aliado à entrada de muitos imigrantes no país, e em seguida por um *boom* demográfico em meados do século XX – é um fenômeno ocorrido no contexto da era dos extremos, como diria o historiador inglês Eric Hobsbawm. Dessa forma, a pressão dos interesses imobiliários e latifundiários sobre a população brasileira, ao longo do século, veio a ser diretamente afetada pelo desenrolar de grandes eventos internacionais, como as grandes guerras mundiais, a crise de 1929 e a disputa geopolítica entre o capitalismo e o socialismo representados, respectivamente, pelas superpotências Estados Unidos e União Soviética.

Dessarte o marco histórico escolhido para o início do trabalho foi o contexto da remodelação urbana da cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal à época, no momento conhecido como "Bota-abaixo", ainda nos primeiros anos do século XX, pois a partir dele é possível perceber alguns processos de afastamento da classe trabalhadora dos centros urbanos ou sua realocação em áreas degradadas nas franjas desses centros, em decorrência da pressão dos interesses imobiliários, e suas consequências socioambientais. Esses processos se perpetuariam, ainda que com pequenas diferenciações e em diferentes escalas, deste momento em diante no século XX no território brasileiro, uma vez que eles são inerentes à lógica capitalista de produção do espaço urbano, como é visto ao longo do texto.

No Brasil, assim como em outros países inseridos no contexto do capitalismo global, de acordo com a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik:

> [...] a insegurança da posse é uma questão de economia política – leis, instituições e processos de tomada de decisão relacionados ao acesso e ao uso da moradia e da terra são atravessados pelas estruturas de poder existentes na sociedade. Assim, tanto as formas de gestão do solo como as estratégias de planejamento urbano têm uma enorme incidência sobre

> as possibilidades de acesso – ou bloqueio – à terra urbanizada para os moradores de menor renda. É no interior desta trama jurídico-administrativa que se tecem os mecanismos de inclusão/exclusão na cidade. (ROLNIK, 2015, p. 148)

Por isso, cabe à História, da mesma forma que demais áreas das Ciências Sociais, contribuir para o debate em torno da vida nas grandes cidades a partir da pesquisa sobre as origens e prolongamentos dos variados temas que a permeiam. No trabalho, foi dado maior enfoque para a questão do meio ambiente, da moradia e do transporte público no contexto urbano enquanto temáticas constantemente presentes nas vidas dos habitantes das grandes e médias cidades brasileiras.

Procurou-se também articular essa proposta com o recorte do "mundo do trabalho" (tanto o formal quanto o informal) enquanto produto das relações capitalistas na sociedade brasileira, uma vez que, como será visto ao longo do texto, a questão da moradia, no decurso do século XX, não foi propriamente pensada pela política institucional burguesa como direito, mas sim como mercadoria. Em decorrência disso, formaram-se as chamadas favelas. Os bolsões espaciais ocupados, em grande parte, pelos historicamente excluídos do tipo de vida tido como almejado pela sociedade capitalista, se apresentam como resposta às pressões da especulação imobiliária e à violência estatal empregada em seu controle, mostrando que na sombra do planejamento urbano oficial do Estado crescia uma urbanidade que não se adequava a forma desejada pelo discurso legitimador da ditadura da burguesia. Segundo Rolnik:

> Ao delimitar esses territórios como "ilegais", muitas vezes se sobrepondo aos tecidos urbanos preexistentes, as normas de planejamento, construção e ocupação do solo definem uma geografia de invisibilidade para a política urbana ou classificam uma presença constituída – mas nunca plenamente estabelecida – como exceção. Aqui, o conceito de *estado de exceção* pode ser útil. Giorgio Agamben define *soberania* como o poder de determinar o estado de exceção. Para ele, o paradoxo da soberania consiste no fato de que o soberano encontra-se, ao mesmo tempo, dentro e fora da ordem jurídica. O aparato legal e de planejamento urbano tem o poder de declarar a suspensão da ordem urbanística, determinando o que é "ilegal" e o que não é, assim como quais formas de "ilegalidade" poderão subsistir e quais devem desaparecer. (ROLNIK, 2015, p. 184)

Com base nessa constatação, o trabalho buscou apresentar como as mazelas socioambientais se relacionam com o movimento de pressão socioeconômica imposta pelas contradições do capitalismo sobre a parcela da população. Os locais "insalubres", onde se constroem moradias de maneira inadequada, se apresentam como a rota de fuga para a população que se encontra em uma espécie de fronteira simbólica entre o mundo urbano e o rural. Não há espaço para essas pessoas no campo – uma vez tomado pelo

latifúndio e passando a empregar cada vez mais o maquinário para a produção de alimentos e demais mercadorias – e tampouco há espaço para elas em uma urbanidade que os enxerga, basicamente, como um problema a ser enfrentado através de sua ocultação.

Dar voz aos excluídos através da exposição de suas experiências se constitui como um dos deveres do saber histórico. Desse modo, o trabalho se preocupou em ir um pouco além da história muitas vezes presentes nos livros didáticos, tirando o foco dos grandes personagens e acontecimentos e o colocando sobre os personagens que verdadeiramente constroem o mundo, obviamente sem esquecer de como os primeiros se relacionam com estes. Tão importante como saber sobre as grandes batalhas e avanços tecnológicos da humanidade é saber sobre aqueles que trabalham, mas não tem seus nomes registrados nos grandes monumentos e obras, como nos lembra as sempre atuais *"Perguntas de um trabalhador que lê"*, do poeta e dramaturgo alemão Bertold Brecht.

Outra preocupação fundamental do trabalho foi chamar atenção para a grave situação ambiental que urgentemente precisa ser encarada pela humanidade. A degradação socioambiental intrínseca às áreas urbanas, apesar de não ser o maior causador direto do desequilíbrio climático em escala planetária, se relaciona com esse quadro uma vez que nos centros urbanos mundiais e brasileiros, que demandam toda uma retaguarda produtiva e de consumo, e que não encaram a questão da moradia, do transporte público, da preservação de áreas verdes e outras questões socioambientais com a devida preocupação, frequentemente podem ser observados os casos onde a dissincronia entre o planejamento urbano e a preservação ambiental resultam em mortes e grandes perdas materiais.

No caso brasileiro, é cada vez maior o número de pessoas forçadas, pela especulação imobiliária e omissão do poder público, a construir suas moradias em locais inapropriados. Entretanto, é importante lembrar que, como alerta Maricato:

> O espaço urbano não é apenas um mero cenário para as relações sociais, mas uma instância ativa para a dominação econômica ou ideológica. As políticas urbanas, ignoradas por praticamente todas as instituições brasileiras, cobram um papel importante na ampliação da democracia e da cidadania (MARICATO, 2000, p. 168)

Assim, ao longo do texto, foram abordadas as raízes históricas desse problema, mostrando como as estruturas de controle da sociedade capitalista contribuem para que continue existindo – e também continue aumentando – a população dos espacialmente segregados, ou seja, aqueles que precisam estar à margem do mercado "legal" da construção civil, geralmente vivendo em moradias bastante afastadas das regiões centrais das cidades ou de risco (encostas, morros, margens de rios, etc.), vistas como pouco rentáveis pelo setor imobiliário e, historicamente, negligenciadas pelo Estado.

Portanto, o trabalho busca se apresentar como um vetor de introdução sobre a história das políticas urbanas no Brasil, explicando suas vicissitudes e legados para os dias atuais a partir da contribuição de produções intelectuais da Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Jornalismo, Sociologia e demais áreas do conhecimento, além de, obviamente, trabalhos de historiadores.

Através do que foi exposto ao longo do texto, é possível perceber a urgência do estabelecimento de um novo padrão de organização das cidades. Ao invés de crescer para cima e para os lados – ignorando as consequências socioambientais dessa escolha – é necessária a criação de novos direcionamentos para o urbanismo brasileiro.

A ascensão de organizações populares como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) ajuda a explicitar o atual déficit de moradias para a população brasileira, pois no atual (novo) momento de crise do capitalismo, a questão da terra, se torna uma das principais frentes de exploração do trabalho humano e da criação artificial de valor através de sua especulação.

Nesse cenário, é urgente que sejam desenvolvidos estudos que investiguem as raízes dessa mazela social, que leva milhares de pessoas a ficarem desprovidas de uma moradia digna, para que seja possível a elaboração de uma solução eficiente e capaz de atender as necessidades demandadas por essa parte da população brasileira. A luta pela moradia e pelo direito à um planejamento urbano, então se constituem como um campo aberto para a exploração tanto para historiadores, como para arquitetos e urbanistas, geógrafos, sociólogos e demais pesquisadores da área de estudos sociais.

Criar mais ciclofaixas, ampliar o transporte público, tendo como ponto de partida a melhora da qualidade dos ônibus, e de seus percursos, além da criação ou ampliação da rede metroviária nos grandes centros urbanos impõe à sociedade brasileira a necessidade de organização política para lutar contra os interesses dos grandes conglomerados privados que gerenciam o transporte público urbano, do mercado imobiliário e da indústria automotiva, uma vez que esses grupos se utilizam de seu poder político-econômico para pressionar representantes eleitos e demais cargos de grande influência na estrutura organizativa do Estado, especialmente no poder Judiciário, com o objetivo de terem suas demandas atendidas, em detrimento da escolha do que poderia ser mais benéfico para a classe trabalhadora.

Como salientado por Marques (2018), é preciso equacionar as necessidades humanas com aquilo que pode ser oferecido pelo planeta. Por isso, é preciso pensar para além da gaiola do Capital, uma vez que “é evidente que não é possível reverter o rumo do crescimento das cidades sem reverter os rumos das relações sociais” (MARICATO, 2000).

Assim, neste momento de conclusão de uma etapa formativa, entende-se que seria importante conhecer as dinâmicas que balizaram a conformação urbana da cidade de João Pessoa e que geraram as teias de suas contradições, sendo nosso objetivo perseguir e aprofundar essas questões em pesquisas posteriores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Cecília Fernandes de. **Espaços Públicos em João Pessoa (1889-1940):** formas, usos e nomes. São Carlos: Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo-USP, 2006.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984).** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

ANDRADE, Paulo Augusto Falconi de. **Metamorfose dos centros urbanos:** uma análise das transformações na centralidade de João Pessoa-PB, 1970- 2006. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana. UFPB/CT, 2007.

ARANTES, Otília, VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. 4. ed. Lisboa: Presença, 1982.

CASTRO, Alexandre et al. **Interfaces rodoviário-urbanas no processo de produção das cidades:** estudo de caso do contorno rodoviário de João Pessoa, PB, Brasil. Ambient. constr. 15 (3). Setembro de 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ac/a/Xfkd8vxV6zgBmg4NvWDqXXr/?lang=pt. Acesso em : 10/06/22.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização na Cidade da Parahyba de 1910 a 1930**. Recife, 2004. 281p. Tese (Doutorado) – UFPE.

CHALHOULB, Sydney. **Classes Perigosas.** In: Revista Trabalhadores. Associação Cultural do Arquivo Edgard Leuenroth, São Paulo, 1990. p. 2-22.

CHAVES, Carolina M. **João Pessoa:** a verticalização e a construção da cidade moderna na segunda metade do século XX. In: X Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Recife, 2008. v. 1.

COGGIOLA, Osvaldo. **Teoria Econômica Marxista:** uma introdução. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Márcia da Silva. **Trabalho Informal:** um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. In: CADERNO CRH, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, Jan./Abr. 2010.

DIAS, Clóvis. **A força da forma:** entre o rio e o mar o Centro de João Pessoa ainda perto do Sanhauá. Salvador, 2013.

DIEB, Marília de Azevedo e MARTINS, Paula Dieb. **O Rio Jaguaribe e a história urbana de João Pessoa/PB:** da harmonia ao conflito. In: XVII ENANPUR. Sessões Temática 7: Cidade e História. São Paulo. 2017.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos:** o breve século XX (1914-1991)**.** 2. ed. Tradução: Marcus Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **A Ditadura do Grande Capital.** 1. ed. São Paulo. Expressão Popular, 2019

LAVIERI, João; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira. **Evolução da Estrutura Urbana Recente de João Pessoa:** em direção a seletividade na ocupação do Espaço. 1960/1986. Textos UFPB/NDIR, n.º 29, 1992.

MAIA, Doralice Sátyro. **Tempos lentos na cidade:** permanências e transformações de costumes rurais na cidade de João Pessoa – PB. São Paulo: USP, 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. CaderNAU-Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas, v.8, n. 1, 2015, p. 11-22.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado:** metrópoles brasileiras. In: São Paulo em Perspectiva, 14(4) 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/spp/a/fZCnFGwPC3Yks9tXCg4MP8B/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 12/05/2022.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e Colapso Ambiental.** 3. ed. São Paulo. Unicamp, 2018.

MARTINS, Paula Dieb e MAIA, Doralice Sátyro**. A produção do espaço e da paisagem da avenida Epitácio Pessoa, João Pessoa – PB**. In: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos Sobre a Cidade. ISSN 1982-0569 v. 7, n. 10, jan /ago (2015). Dossiê História Urbana: a configuração de um campo conceitual.

MENEZES, José Luiz Mota. **Algumas notas a respeito da evolução urbana de João Pessoa.** Recife: Pool, 1985.

MOTTA, Luana Dias. **A Questão da Habitação no Brasil:** políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. Disponível em: https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf. Acesso em: 8/05/2022.

OLIVEIRA, Matheus Henrique de Souza Genuino, SILVA, Juliana Candido da Silva. **Um Olhar Geográfico Sobre a História de João Pessoa.** São Luís. 2016

RESSA, Patricia Gigliola de Queiroga. **Quatro décadas de grandes expansões planejadas na capital paraibana (1913-1953).** 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e

Ambiental) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel. **Política Urbana no Brasil:** esperança em meio ao caos?. In: Revista dos Transportes Públicos - ANTP - Ano 25 - 2003 - 3º trimestre. Disponível em: http://files-server.antp.org.br/_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/01/10/57083150-0F78-4795-8E16-CBA24BCDC276.pdf. Acesso em:12/05/2022.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos, 203).

SÁ, Nirvana Lígia Albino Rafael de. **A Cidade no Despertar da Era Higiênica:** a cidade da Parahyba e o movimento higienista (1854 − 1912). Revista OKARA: Geografia em debate, v.2, n.2, p. 203-206, 2008. ISSN: 1982-3878. João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB.

SOUSA, Rafael Toscano de. **A Evolução da Ocupação de Tambaú - Do Início do Século XIX ao Século XXI.** 2013. 34 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2013.

TINEM, Nelci, CARVALHO, Juliano Loureiro Celino Morais de, MARTINS, Carla Gisele Macedo Santos. **Para além da dicotomia Cidade Alta/ Cidade Baixa:** um estudo historiográfico da forma urbana em João Pessoa (PB). In: XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Gradução e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR.

ST 4

CIDADES: MEMÓRIAS E ESPACIALIDADES URBANAS

Dra. Tatiane Vieira de Aguiar Barreto (SEE - PE)
Ms. Alana Cavalcanti Cruz Clementino
(Colégio Kairós - Colégio e Curso Evolução)

SABERES, VIVÊNCIA E DINÂMICA DA FEIRA LIVRE EM ITABAIANA-PB: REPRESENTAÇÕES DA FEIRA

Cinthia Cecilia de Lima[1]

RESUMO

A pesquisa toma como base a vivencia e o cotidiano que fazem da prática da "Feira Livre" um agente cultural extremamente relevante para uma cidade. Partindo de uma perspectiva que considera a Cultura Imaterial um bem patrimonial muitas vezes esquecido e indispensavelmente importante para a análise da vida social das pessoas, não apenas de uma ótica Cultural, mas do levantamento e análise das diferentes expectativas e interesses revelados nos discursos dos agentes envolvidos, o artigo irá trabalhar características da feira de Itabaiana-PB como um fenômeno de preservação da memória, levando em considera**ção os hábitos e costumes** locais, revelando a feira como um fenômeno regional de preservação da identidade cultural imaterial por meio dos cheiros, sabores, e principalmente costumes e tradições que compõe o seu ambiente. Um espaço que constrói uma cultura própria, apesar das interferências e de um amplo processo de modernização, tornando-se assim um lugar de resistência. Suas especialidades típicas nordestinas que mesmo em meio a tantas mudanças conseguem manter a sua essência e pode ser utilizado como instrumento de formação de uma política de Educação Patrimonial.

Palavras-Chave: Cultura. Feira. Patrimônio. Cidade. Preservação.

APRESENTAÇÃO

Itabaiana é uma cidade com histórias de relevância Nacional como por exemplo a Batalha do Riacho das Pedras, no século XIX, travada no Riacho das Pedras em Itabaiana. De um lado os republicanos da confederação do Equador lutavam contra do Império, do outro, os Legalistas, conservadores, aliados de D. Pedro I.

Após quatro horas de luta e com muitas mortes, os grupos recuaram, os legalistas voltaram para Pilar e os revolucionários para Juripiranga, de lá fugindo para o Ceará. Entre eles, estava o Frei Caneca, um religioso que deu sua vida pela liberdade do Brasil. A Exportação do couro no início do século XX, se destacando e contribuindo para o desenvolvimento econômico do país, entre outros.

No entanto, assim, como todo território brasileiro vem enfrentando problemas com

1 Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: cinthiahitoria@hotmail.com

a manutenção e preservação do seu principal instrumento de memória que é patrimônio histórico. Sabemos que vivemos em uma época em que estamos deixando de lado nossas origens, perdendo o interesse por nossas raízes, ou seja, por nossas heranças históricas.

Sérios problemas decorrentes de fatores oriundos do capitalismo, como por exemplo, a especulação imobiliária, o turismo não sustentável, e a falta de políticas públicas que possibilitem a sua preservação, principalmente, através de programas Educacionais ainda incipientes, isso se considerarmos a demanda social de um País com a dimensão do Brasil, que mesmo com a existência de órgãos, os quais, em tese, cuidam exclusivamente do Patrimônio histórico tanto do âmbito Nacional, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), como os Estaduais e em casos raros, Municipais, sem falar do Ministério Público oficialmente o curador do Patrimônio mesmo assim a cada dia acontecem demolições, descaracterização dos patrimônios edificados, destruição do ambiental e desaparecimento do imaterial. No caso, específico, de Itabaiana-PB, esse fenômeno está acontecendo de forma muito violenta e brusca.

Pensando nessa importância histórico-cultural, e na sua preservação para que gerações futuras tenham acesso ao que foi deixado de legado e de história pelos seus antepassados, a feira livre em particular no Município de Itabaiana onde se desenvolve a pesquisa, pode e deve ser considerado um rico espaço para o aprendizado histórico cultural, tendo em vista que fazendo uma análise do desenvolvimento da Feira Livre como um dos principais patrimônios imateriais, e sua relevância como um lugar de memória, identificamos em sua história que o surgimento das feiras no Nordeste, essa que foi uma das principais atividades econômicas desenvolvidas no período colonial, foi a partir do processo de interiorização durante o movimento dos bandeirantes, levando a ocupação do Sertão e a criação de gado.

FEIRA-LIVRE: ESPAÇO DE INFLUÊNCIA E FORMAÇÃO DA CIDADE

Em Itabaiana, criada em 1864, dando início ao que se chama de progresso para o município, se estendendo até a metade do século passado, atraindo centenas de comerciantes e compradores. Essa feira de gado teve um longo período de duração, deixando a cidade de Itabaiana conhecida como a maior feira de gado do Estado e região, só começando a perder sua força após a abertura das estradas de rodagens e o aparecimento do automóvel, pois antes se utilizava os trens, carroças, e bondes, (o que facilitava a comercialização do gado nas próprias fazendas). E em 1929, o esse processo de explosão comercial e desenvolvimento da cidade de Itabaiana dando continuidade ao

contexto da feira, acontece com a feira do Mangaio, imortalizada da Música de Sivuca, que tem como título “Feira de Mangaio”.

Mas a feira entre outros aspectos não era apenas um lugar de compra e venda de produtos, mas um lugar onde as pessoas se encontravam, principalmente porque era o momento em que os moradores da Zona Rural viriam para a cidade comprar novos produtos, assistir atrações como os cantadores de viola e repentes, se consultar com o moço da botica, visitar seus parentes da cidade, saber das novidades, e para isso existia toda uma expectativa.

Claro que hoje existem mudanças nesse espaço, no entanto esse passado ainda está presente na memória de muitos antigos moradores da cidade, e que não mostra unicamente um desenvolvimento econômico significativo para o Município, mas um lugar de vivencia e experiência não apenas para os moradores mais antigos, revelando muito da cultura e da identidade histórica desse lugar, é um rico espaço de memória.

Diante do exposto, sentimos a necessidade de manter viva a memória dos hábitos e costumes local, por meio da preservação da identidade cultural local através dos cheiros, sabores, costumes e tradições que o ambiente da feira livre revela, fazendo a população perceber esse ambiente como um lugar que fala da formação da sua cidade e do seu povo, e como a feira foi perdendo de certa forma as suas características típicas nordestinas, mesmo que ainda preserve a sua essência.

Aprendizagem e memória é suporte para todo o nosso conhecimento, habilidades e planejamento, fazendo-nos considerar o passado, nos situarmos no presente e prevenir ações futuras, é aí que se destaca a extrema importância da Educação Patrimonial desenvolvida em estabelecimentos educacionais sob a ótica de que, na escola, existe um espaço vivo de integração e participação da comunidade, que nos possibilita a valorização do que é público como patrimônio de todos, preservação da vida, elevação da autoestima e o reconhecimento do homem como sujeito de sua história, a partir da história de seu bairro, sua comunidade, seu estado e país. Portanto, um espaço político como instrumento de transformação social.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, ESCOLA E CULTURA

O nosso patrimônio é muito rico e diverso, e para ter todo esse reconhecimento, a população precisa ter consciência da sua responsabilidade como agente fundamental desse processo. A Constituição Brasileira diz que é dever de todos, cuidar do patrimônio público e histórico, no entanto, isso só poderá ser possível quando for imbuído nesse

cidadão o sentimento de pertencimento, principalmente, quando falamos da Paraíba que carrega em seu cerne as marcas da supressão e marginalização, o que promoveu e promove até hoje a negação por parte de alguns cidadãos Paraibanos a sua própria origem, até mesmo pelo fato de ser um estado ainda vítima de marginalização e preconceitos e, consequentemente, isso causa uma grande dificuldade em criar uma identidade local a partir de suas raízes culturais e históricas.

Se faz necessária uma política pública idealizada e desenvolvida em parcerias com órgãos ou Instituições, ou outras entidades como organizações envolvidas em ações patrimoniais e culturais, em prol da preservação das memórias e do patrimônio imaterial e material, promovendo a construção do sentimento de pertencimento local, por meio de ações educativas no ambiente escolar e fora dele, como prática para o exercício da cidadania através da preservação cultural, até mesmo porque não podemos pensar em Cultura e Educação separadamente.

A escola por exemplo é um lugar de multiculturalidade, onde criamos e propagamos cultura. A cultura é por sua vez um componente ativo na vida do ser humano e manifesta-se nos atos mais corriqueiros da conduta do indivíduo e, não há indivíduo que não possua cultura, pelo contrário cada um é criador e propagador de cultura.

Darcy Ribeiro (1995) afirma que:

> [...] cultura é a herança social de uma comunidade humana, representada pelo acervo coparticipado de modos padronizados de adaptação à natureza para o provimento da subsistência, de normas e instituições reguladoras das reações sociais e de corpos de saber, de valores e de crenças com que explicam sua experiência, exprimem sua criatividade artística e se motivam para ação.[2]

A Educação Patrimonial segundo o seu Guia Básico, nada mais do que um instrumento de "alfabetização cultural" que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.

O conceito de Educação Patrimonial surgiu no Brasil em meio a importantes discussões sobre a necessidade de se aprofundar o conhecimento e a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural. O marco da Educação Patrimonial foi o primeiro seminário "Uso Educacional de Museus e Monumentos", ocorrido em 1983, no Rio de Janeiro. O princípio básico da Educação Patrimonial diz que:

---

2 Ribeiro, Darcy. **O Povo Brasileiro. A Formação e o sentido do Brasil**. Rio de Janeiro; Companhia das Letras, 2006 p. 17.

Candau e Anhorn (2000) afirmam que:

> [...] um currículo multicultural coloca aos professores o desafio de encontrar estratégias e recursos didáticos para que os conteúdos advindos de variadas culturas sejam utilizados como veículo para: introduzir ou exemplificar conceitos relativos a uma ou outra disciplina; ajudar os alunos a compreender e investigar como os referenciais teóricos de sua disciplina implicam na construção de determinados conhecimentos; facilitar o aproveitamento dos alunos pertencentes a diferentes grupos sociais; estimular a autoestima de grupos sociais minoritários ou excluídos; educar para o respeito ao plural, ao diferente, para o exercício da democracia, enfatizando ações e discursos que problematizem e enfraqueçam manifestações racistas, discriminatórias, opressoras e autoritárias, existentes em nossa nossas práticas sociais cotidianas.[3]

Levando em consideração a importância de uma Educação Patrimonial para o desenvolvimento de uma consciência histórica, a atenção para as relações entre a cultura histórica e a educação patrimonial, como instrumentos importante para a problematização do passado e compreensão da história dos indivíduos são fundamentais. Não restam dúvidas a partir dos estudos sobre cultura, educação, Educação Patrimonial, que o desenvolvimento da Cultura histórica, se faz um instrumento de extrema necessidade, visto que, possibilita a consciência cultural, afinal trabalha contribuindo no despertar do sentimento e valorização das heranças culturais de um povo.

Suas formas de mediação possibilita a interpretação dos bens culturais, tornando-se um meio importante de informação e conhecimento, na busca, da valorização e preservação da cultura. Nesse sentido a cultura histórica tem um papel importante na construção de uma consciência histórica fora e dentro das escolas, a produção da cultura histórica e o acesso a ela, facilita o entendimento inclusive do jovem que está na escola e muitas vezes é desmotivado no processo de ensino aprendizagem pela dificuldade de compreensão de um conteúdo que não o aproximem da sua cultura e seja significativo para esse jovem.

A preservação da memória de um povo é um trabalho antes de tudo de Educação, isso se explica simplesmente pelo fato de que a preservação só se dá quando o seu valor cultural é reconhecido e compreendido. Uma análise de BRAGA (2009) referente às questões que o conceito memória nos oferece, diz que a educação necessita de melhores investimentos para a construção de uma memória coletiva, cabendo aos "agentes patrimoniais"[4] a manutenção de um patrimônio cultural coletivo. Assim, a ideia

---

3 CANDAU, Vera Maria F., ANHORN, Carmem. **A questão da didática e a perspectiva multicultural**: uma articulação necessária. Trabalho apresentado na 23ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2000.

4 BRAGA, Paulo Lou Ane Matos. **Questões introdutórias para uma discussão acerca da história e da memória**. 13. ed. São Paulo; Revista histórica online-2005 2014.Arquivo público 2006.

surge como um passo inicial para novas interpretações em relação ao futuro de uma comunidade, visto que o patrimônio preservado ao longo de muitos séculos abre para uma nova conscientização do que e para que tais espaços estão preservados por vários anos.

No entanto a busca pela preservação da Identidade histórica é uma tarefa árdua, que pode alcançar êxito quando trabalhamos o afetivo, parâmetro fundamental quando o objetivo é despertar o sentimento de pertencimento e se entender como parte desse todo. Nesse processo interligando-se memória e identidade, o imaginário histórico-cultural se alimenta de elementos fundamentais para essa construção. Nesse sentido é preciso entender a memória como objeto fundamental da história.

O Patrimônio Histórico atua efetivamente, em realidades como essa, ajudando a construir uma identidade cultural, tarefa desafiadora e árdua, principalmente, em se tratando de um povo que às vezes nega suas origens em decorrência de um processo de quase exclusão histórica. E é nesse contexto que a Educação Patrimonial vai agir como instrumento fundamental e transformador de uma sociedade mais consciente e atuante, em defesa da sua história e cultura, levando em consideração que trabalhar o sentimento de pertencimento desenvolve no cidadão mais consciência social e política.

Analisando essas questões a necessidade de se trazer à tona a vivência do patrimônio imaterial, tendo como objeto a ser investigada a feira de Itabaiana, lugar este que até outrora era onde além de se estabelecer relações sociais e de sociabilidade era lugar de representações culturais, tradições e particularidades regionais, como valores e expressões.

Segundo Peter Burke (2005)[5], nos anos 1970, ocorreu uma virada cultura que possibilitou aspectos culturais do comportamento humano, que incorporava uma concepção da história como narrativa, tendo surgido estudos sobre uma diversidade de temas (abordagens, objetos e problemas), como gênero, minorias étnicas e religiosas, hábitos e costumes estudos históricos na Europa (não somente na França) e foram estabelecidas conexões entre história, antropologia e literatura. Para o campo do patrimônio, esse contexto historiográfico foi expressivo, pois compartilhou a quebra de paradigmas acerca de verdades históricas, rupturas com uma história política tradicional ou com uma visão de cultura restrita às artes, música ou literatura, para a uma definição mais ampla, como práticas, processos e cotidiano (Burke, 1992)[6].

---

5 BURKE, Peter. **O que é história cultural? São** Paulo; Jorge Zahar, 2008.

6 BURKE, Peter. **A escrita da História**, novas perspectivas. São Paulo; Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A feira livre é um lugar totalmente carregado de significados. Ao estudar sobre feiras livres é possível detectar que todos os tipos de patrimônios estão presentes em seus espaços, além da sua importância comercial como sendo um dos mais antigos meios de desenvolvimento econômico e cultural do mundo, como afirma Almeida (2009)[7]. No entanto é notório que ao longo do tempo, a feira não conseguiu manter todas as suas características nordestinas, mesmo que ainda mantenha a sua essência. É nesse sentindo que se faz necessária a preservação da identidade cultural local por meio dos sabores, costumes e tradições que o ambiente da feira livre revela, e que muitas vezes se tornam práticas passadas entre gerações. Para tanto, é importante também destacar esse ambiente como um lugar que guarda registros da formação da cidade e de um povo.

Pensando a feira livre como um lugar de histórias de um povo, se refere a um espaço de memórias, individuais e coletivas que sofreu um processo de mudança, o qual se pretende analisar até que ponto são seus impactos, uma vez que sua existência e configuração geraram significados que legitimam sua necessária preservação e salvaguarda.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e. **Fazendo a feira**: estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG. 2009. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Montes Claros. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Montes Claros-MG, 2009.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRANDÃO, Joseane Paiva Macedo. Identidade. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Ana Lucia (Org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6

BURKE, Peter. **A escrita da História, novas perspectivas**. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BURKE, Peter. **O que é história cultural.** São Paulo: Jorge Zahar, 2008.

7 ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e. **Fazendo a feira**: estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG. 2009. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Montes Claros. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Montes Claros-MG, 2009.

CANDAU, Vera Maria F., ANHORN, Carmem. A questão da didática e a perspectiva multicultural: uma articulação necessária. Trabalho apresentado na 23ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CASTRO, Josué de. **Biologia Social**. São Paulo, SP. Urupês, 1959.

CHOAY, CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Ed.UNESP, 2001.

Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio. Edições do Patrimônio. Rio de Janeiro (RJ):**IPHAN**/ MinC, 2006.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro (RJ): IPHAN, 2000.

FREITAS, Fabiano Junqueira, BRAGA, Paulo Lou Ane Matos. **Questões introdutórias para uma discussão acerca da história e da memória**. 13. ed. São Paulo: Revista histórica online-2005 2014.Arquivo público 2006.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade - São Paulo**: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

MAIA, Sabiniano. **Itabaiana Sua História – Suas Memórias 1500 – 1975**. João Pessoa, 1976.

CARTOGRAFIAS DO PRAZER: MEMÓRIAS DE VIDA BOÊMIA NA CIDADE DE ITABAIANA-PB (1950-1980)

Flaviano Batista Ferreira[1]

RESUMO

Estudar a cidade, é entender sua multiplicidade de conexões e laços afetivos que estão ligados às experiências sociais. A metodologia da História Oral enriquece os estudos e traz à tona fatos e narrativas que antes não eram evidenciados pela historiografia tradicional. Através da memória dos entrevistados e do uso da cartografia, mapearemos o cotidiano e espaços de sociabilidades da zona boêmia da cidade de Itabaiana –PB. Essa é uma área onde acontecia a prostituição feminina e divertimentos culturais da cidade, nas décadas de 1950 à 1980.

Palavras-Chave: Cidade, Itabaiana, Memória, Vida Boêmia, Prostituição.

"Na pobre Rua da Palha,
No famoso arrasta-pé,
Brincadeira democrática
Onde entravam João e Zé,
Que era um capitulo á parte;
O mundo do cabaré.

A Rua 13 de Maio
Foi Rua do Carretel,
O lugar dos lupanares,
Recanto de menestrel,
Onde a troupe das mundanas
Navegava seu batel."[2]

A PROSTITUIÇÃO E A CIDADE DE ITABAIANA -PB

A prostituição feminina vem sendo objeto de estudos no Brasil desde a década de 1980, indo além da frase simplista que ouvimos quando afirmam que é a "profissão mais antiga do mundo". Essa frase é uma construção simplista, pois generaliza o termo

1 Mestrando do PPGH-UFPB. E-mail: flavianomaximus@gmail.com

2 Mozart, Fabio. [s/d], p. 22 e 34. Os trechos da poesia foram escritos por Fabio Mozart no livro História de Itabaiana em versos e algumas crônicas reais, as partes citadas acima demonstra como a zona boêmia mantem-se viva na memória de seus citadinos.

“prostituição” para denominar práticas sexuais ilícitas desde os primórdios da humanidade, podendo ser para muitos uma armadilha do desejo de manter inalterados os vínculos com o passado.

De acordo com Margareth Rago (2008),

> A prostituição configurou um espaço visível, espetacularizado e quantificável, à medida que se tornava uma profissão reconhecida com a expansão do mercado capitalista, permitindo então que chefes de polícia, médicos, higienistas e juristas constituíssem um universo empírico para suas observações, classificações e análises” (RAGO, p. 22. 2008)

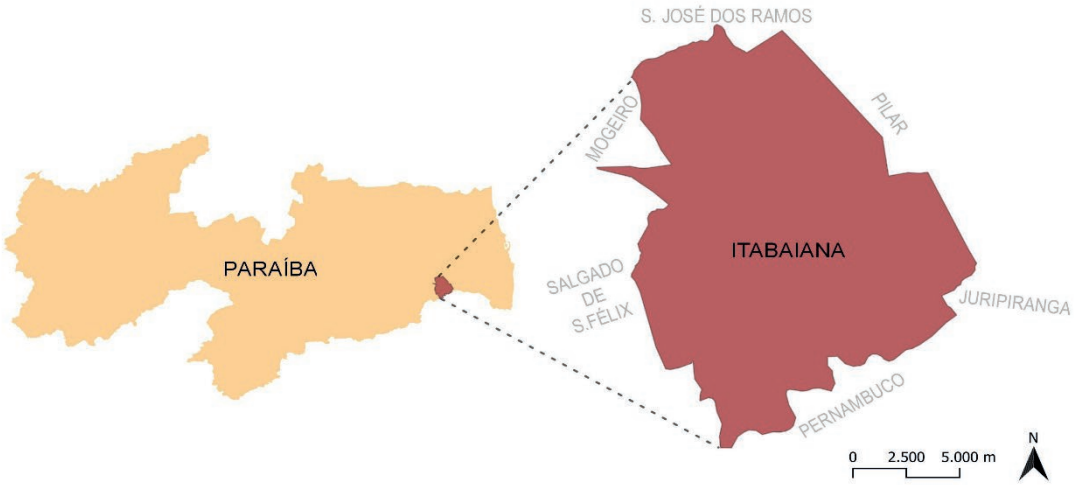
No vilarejo de Itabaiana-PB essa prática não foi diferente. A prostituição surgiu em meados do século XIX e desenvolvia a economia local junto com a feira de gado. Por ser um local de entroncamento de ligação entre os estados da Paraíba e Pernambuco despertava interesses de estudiosos que aconselhavam em suas pesquisas uma forma de tentar erradicar a sífilis na província.

O médico sanitarista e inspetor de saúde pública João José Inocêncio Poggi, em 1862 escreveu um relatório direcionado ao presidente da província alertando para que houvesse um controle policial e médico mais rígido nas casas de prostituição, uma vez que as doenças estavam se proliferando de forma muito rápida.

> “A escassez dos prostíbulos preservava o interior desse flagelo. Mas a feira de gado e outras relações comerciais têm transformado algumas localidades em pontos de irradiação do contágio. Os bordéis de Itabaiana e as seiscentas meretrizes de Campina Grande, dois centros de contato dos sertanejos com adventícios do Recife e da Paraíba, vão sifilizando o sertão”. (ALMEIDA, 2012, p. 378)

Com o passar do tempo a vila vai crescendo e se desenvolvendo, elevando-se a categoria de cidade através do decreto de nº 63 do dia 26 de maio de 1891, pelo Governador Venâncio Neiva, localizada no agreste do Estado paraibano, atualmente tem uma população de 24.481 pessoas, segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 2010.

Figura 1- Localização de Itabaiana na Paraíba



Fonte: Autoria própria, 2022

Seu progresso acentua-se no início do Século XX, derivado da chegada do trem e a feira de gado[3]. Nesse período Itabaiana torna-se um importante centro de comercialização no estado da Paraíba, favorecendo ao processo de modernização, e transformações de organização passadas em seu espaço urbano. Segundo Maia (1976), Itabaiana progredia sob o ponto de vista econômico, e a feira era o meio que alavancava esse progresso. Em 1914 "Itabaiana já era citada como a mais adiantada cidade do interior paraibano, sendo dotada de calçamento, arborização, luz elétrica, água encanada, telefone e jardins"[4] (MAIA, p. 129-130, 1976).

A riqueza de Itabaiana nas primeiras décadas do Século XX era tamanha que ela foi apelidada carinhosamente de "A Rainha do Vale do Paraíba", pois, contava com um intenso comércio de lojas, farmácias, barbearias e dois cinemas. Ela possuía ares de desenvolvimento e modernização. Frequentada por turistas, fazendeiros e negociantes que vinham à cidade para passear ou fazer comercialização de mercadorias em geral.

Para esse trabalho utilizaremos como metodologia a História Oral, pois queremos a partir dos depoimentos dos entrevistados perceber espaços e histórias por muito tempo

3 A criação da Feira de gado, de acordo com Sabiniano Maia foi em 1864 e sua extinção ocorreu cem anos depois.

4 Vejamos algumas datas relacionadas ao progresso de modernização em Itabaiana: O primeiro calçamento foi implantado em 1905, o sistema de abastecimento com a implantação de chafarizes na rua central em 1912, à luz elétrica no mesmo ano, em 1909 à cidade possuía um sistema precário de telefones, em 1908 foi fundado o Instituto Nossa senhora do Carmo (Colégio que o escritor José Lins do Rego estudou, e retratou o seu cotidiano no Romance literário Doidinho), e 1910 foi inaugurado o cinema da Conceição e em 1914 os bondes que foram trazidos do Recife. (MAIA, 1976).

marginalizados pela historiografia tradicional. Entendemos que as fontes orais possibilitam trazer à História, sujeitos e/ou testemunhos daqueles que de certa forma foram excluídos e colocados no anonimato, sem direito à memória, comum no paradigma tradicional. (DELGADO, NEVES, 2003).

Partimos do pressuposto que cada indivíduo é um sujeito histórico que compreende e interpreta suas representações particulares do passado. Assim teremos o cuidado de trabalhar conceitos de tempo, memória, espaço e história uma vez que elas podem caminhar juntas através de uma relação que busca uma "apropriação e reconstrução" do passado através da memória.

Mapearemos os espaços de diversão segundo os relatos dos entrevistados Christina Simplício de Araújo , José Alves Ribeiro , Josefa Pereira e Marilene Galdino Alves[5] , que nos apresentaram a zona boêmia da cidade uma área localizada na Rua 13 de Maio e seu entorno. Compreende a Rua das Flores; a travessa Santa Cecilia; e o finalzinho da Rua Floriano Peixoto. Semanalmente, nas noites das segundas-feiras, ocorria o maior evento da cidade - a feira do bacurau - atraía ricos fazendeiros, comerciantes e vendedores que chegavam nos trens para realizar negócios na feira livre. À noite divertiam-se nos bordéis da cidade com as prostitutas oriundas de diversos estados brasileiros.

Para a região boêmia deslocavam-se citadinos que misturados com os visitantes assistiram as apresentações culturais que alegravam a noite, embalados pelas cantorias de viola; ciranda; coco de roda; babau; lapinhas; e pastoril, a diversão rolava a madrugada inteira. Portanto, para este trabalho estudaremos a cidade e a zona boêmia a partir da imagem dos antigos frequentadores.

CARTOGRAFIAS DO PRAZER ITABAIANENSE

A utilização dos mapas em trabalhos relacionados à história não é nova, seu uso passou a ser recorrente depois da segunda metade do século XX. Geralmente utilizada como ilustração, sua aproximação com a história acontecia para facilitar a vida do leitor curioso ou apenas para enriquecer a publicação com uma serie de mapas antigos. "Em geral, os historiadores abordavam os mapas unicamente para se ilustrar e ilustrarem seus leitores sobre o lugar em que aconteciam suas narrações e pesquisas." (VALENCIA,

5 Christina Simplício de Araújo, 70 anos, antiga dona de pensão e ex-prostituta. Entrevista realizada no dia 28 de outubro de 2021. - José Alves Ribeiro. 77 anos, filho de uma mulher que possuía casa de recursos. Ele trabalhou por mais de vinte anos em bordeis da Rua 13 de Maio. Entrevista realizada no dia 14 de novembro de 2020. - Josefa Pereira, (Dona Finha) aposentada, 82 anos e antiga dona de pensão na Rua do Carretel no período estudado. Entrevista realizada no dia 15 de julho de 2020 - Marilene Galdino Alves, 76 anos, moradora da rua da palha e ex- prostituta. Entrevista realizada no dia 06 de outubro de 2021.

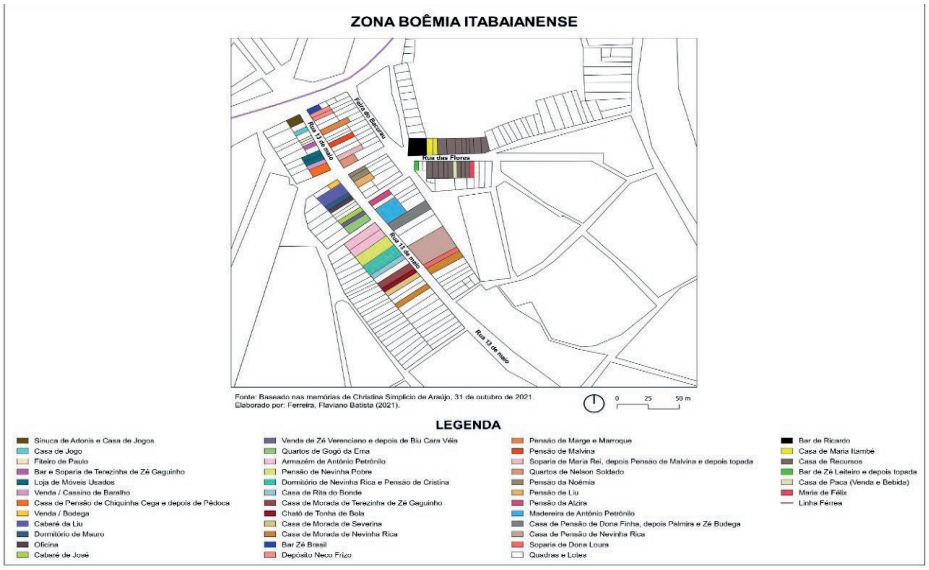
2016, p. 5). Essa situação vem se transformando com o avanço dos trabalhos e isso está apresentando formas inovadoras no tocante à cartografia, ela deixa de ser meramente ilustrativa e está sendo incorporada na literatura e nas demais áreas das ciências humanas.

Figura 2 - Perímetro urbano de Itabaiana sobre foto de satélite.

Fonte: Google Earth, novembro 2021.

O uso da cartografia nos trabalhos tem por objetivo trazer informações relacionadas ao cotidiano do espaço estudado. Como é o caso da zona boêmia da cidade de Itabaiana –PB, pois através das memórias dos entrevistados conseguimos recuperar parcialmente como eram localizadas as pensões, os bares, as casas de jogos e todos os espaços de "prazer".

Figura 3 – Zona boêmia Itabaianense.



Fonte: Autoria própria, 2022[6]

6 Os mapas foram construídos através da memória dos entrevistados.

No mapa acima observamos em destaque os principais estabelecimentos localizados na Rua 13 de Maio e seu entorno onde passaremos a narrar.

Perguntamos para uma antiga dona de pensão, Christina Simplício, o que ela lembrava da Rua 13 de Maio quando fechava os olhos, ela respondeu o seguinte:

> *"Quando fecho os olhos parece que lembro de tudo, parece que tou vendo, o movimento dia de segunda feira, home vinha o bacurau de Timbaúba-PE. Vinha assim de mulher* ***(fazendo gesto de muito com as mãos)*** *no trem, dia de segunda era assim de home, fazendeiro, os cara da alta sociedade, tudo no cabaré. As meninas se dividiam um bucado ia para casa de Nevinha pobre, e as outras ia para casa de Nita, e as outras pa casa de Nevinha e outro bocado que ia lá pá casa de Liu porque tinha orquestra e o povo gostava muito" (ARAÚJO, 2021)*

Nessa rua encontramos as pensões de Nevinha rica; Nevinha pobre; dona Finha; Liu; Genésia; Julieta; Topada; Dedinha; dona França; Chiquinha cega; entre outras. Essas eram pensões onde as prostitutas podiam dormir e passar dias ou pensões de entrada e saída – favorável apenas para o sexo, nelas ninguém morava ou dormia.

Completando o rol de diversão encontramos os bares mais frequentados e comuns dessa rua, Bar Brasil, Bar de Chico Amarelo, Bar Zé Budega, Bar do Seu Adônis, Bar do Baulista, Bar de Seu Ivan. As casas de jogos mais frequentadas eram a de Adônis, Gringo, Zé Paca, Grilo, Zé da Maloca, Dudu, onde os homens podiam divertir-se jogando baralho (estrela, lasqueney, relancinho, buraco, trinta e um).

Os Entrevistados citam as manifestações folclóricas ocorridas nesses espaços, eles lembram do pastoril, do babau e das cantorias de viola que aconteciam nas proximidades da Rua 13 de Maio. Para Ribeiro

> *"Tinha os pastoris a noite da segunda feira, o de Faceta e do outro lado o do velho Barreto*[7]*, e assim se formava a brincadeira, tinha o babau de couro véio, o nome do homem era seu Severino mais chamava de couro véio, tinha tocador de viola também" (RIBEIRO, 2020)*

Em outro momento da entrevista ele retorna a essa questão da diversão e complementa o que já tinha relatado.

> O pastoril do Faceta e de Barreto, um bucado de mulher em cima do tabulado, com sainha curta, em cima dançando e ele era o palhaço, aí chamava o pastoril do faceta e o de Barreto, na entrada da Rua Treze era o de faceta e na entrada da Rua das Flores era o de Barreto, o babau ficava entre a ponte da Rua treze e o beco da Rua das Flores. (RIBEIRO, 2020)

7 Ele fala do finalzinho da Rua Floriano Peixoto.

A zona boêmia também foi palco para os cantadores de viola, cenário do poeta popular mais conhecido do Brasil: o poeta Manoel Xudu, que fazia suas apresentações na calçada do bar de Severina de Xaréu a cada quinze dias, junto com Zé Gonçalves - que por andar de chapéu era conhecido popularmente como Waldick Soriano. Nos dias de apresentações para Ribeiro (2020) “Era casa cheia rapaz na segunda feira, era gente demais, pá tudo sobrava gente e todo mundo ganhava dinheiro. Manoel Xudu quando cantava era assim (fez sinal batendo uma mão na outra, em sinal de muita gente)”.

Na Rua que antecede a Rua das Flores, a Travessa Santa Cecilia, nas noites de segunda, ocorriam a feira de troca conhecida popularmente como Feira do Bacurau, nela você poderia encontrar os mais variados itens, trocar objetos usados, como televisão, botijão de gás, bicicleta, colchão, etc. E mesclado a isso temos os flertes com as mulheres que comercializavam o sexo pago.

No início da Rua das Flores ocorriam, às segundas-feiras nos estabelecimentos de Mané Ricardo e Dudu de Neném, os bailes de sanfona, e nos outros dias da semana esse mesmo espaço era cedido às vendas e aos jogos de baralho bastante comum na cidade.

Funcionava nessa rua as pensões de entrada e saída de Dona Olímpia, Severina Mascate, Antônia Maga, Pata, Maria do Cachorrinho, Maria de Félix, e Maria de Itambé. Eram casas simples, compostas por dois quartos, no qual a dona cedia um destes para servir ao que seria hoje o quarto de motel. A prostituta levava o cliente, e mediante o pagamento reservava uma quantia para pagar o uso do espaço.

Ribeiro (2020), lembra da casa de recurso[8] que sua mãe possuía na Rua das Flores.

> “Olimpia tinha uma casa de recurso, ela esperava aquelas mulheres na segunda feira que sobrava da 13 de Maio, que a 13 de Maio, só ia aquelas mulher mais ou menos entendeu, e aquelas fraquinha ia pá Rua das Flores, ai mãe aceitava. Ai depois foi que foi melhorando o padrão, ai tanto vinha mulheres bonita que as vezes tinha demais aqui na frente e ia pá lá, com tanto que era bordel de um lado e de outro.”

Lembrando sobre as manifestações populares da Rua das Flores, Marilene Alves (2021) afirma que geralmente aconteciam em períodos próximos ao carnaval. Zé Leiteiro juntava em média uns dez homens e realizavam folguedos como o Maracatu. Eles saíam desfilando pelo centro da cidade. Em períodos esporádicos, Neném de Dudu realizava o Cavalo Marinho. Sete Bala juntava belas mulheres de fora e abrilhantava a festa com o pastoril. Enquanto nas festas de São João e fim de ano, Pabulagem realizava a ciranda e o coco de roda, atraindo gente de toda Itabaiana bem como da alta sociedade.

8 O mesmo que casa de entrada e saída.

Para as pessoas que estivessem com fome, na região boêmia encontramos várias pessoas vendendo comidas nos tabuleiros ou em bancos improvisados, as comidas variavam desde amendoim, laranja, roletes de cana, milhos assados e cozidos, pipoca, coxinhas de galinha assada, fígado lobão assado, macaxeira, inhame, feijão verde, sopas, misturada e outras guloseimas que “matassem” a fome dos que buscavam diversão em tal região.

Enfim, o uso de mapas nesse trabalho contribuiu para que tivéssemos uma ideia espacial da zona boêmia. E junto com os relatos dos entrevistados atestamos a riqueza econômica e cultural dessa região que se mantém viva na memória de seus antigos frequentadores e de pessoas que ouviram falar das histórias dos tempos áureos da cidade de Itabaiana no interior do Estado da Paraíba.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Américo. **A Paraíba e seus Problemas**. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, NEVES, Lucilia de Almeida. **História Oral e Narrativa: tempo, memória e identidades. História Oral** (Rio de Janeiro), São Paulo, v. 6, p. 9-26, 2003.

MAIA, Sabiniano. **Itabaiana Sua História – Suas Memórias**. 1500-1975. João Pessoa, 1976.

MOZART, Fabio. **História de Itabaiana em versos e algumas crônicas “reais”,** João Pessoa: Imprell. [s.d.].

RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite. Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930)**. 2ª edição, São Paulo, Paz e Terra, 2008.

VILLA, Carlos Vallencia. **O retorno dos mapas [recurso eletrônico]: sistemas de informação geográfica em história** / Carlos Valencia Villa, Tiago Gil. — Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.

ENTRE A HISTÓRIA LOCAL E URBANA: O CONFLITO SOCIAL ENTORNO DA INSTALAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO EM PUXINANÃ-PB (2009-2013)

José Francisco Bernardo de Souza[1]

RESUMO

O texto doravante apresentado tem a pretensão de analisar as mudanças provocadas pela a instalação de um aterro sanitário na cidade de Puxinanã-PB entre os anos de 2009 e 2013, observando as diversas reações da população e de algumas instituições em rejeitar o projeto que em tese solucionaria grande parte dos problemas provocados pelo destinação final dos resíduos sólidos. Nossa pesquisa aproxima-se de teóricos como: Pesavento (2008), François Bédarida (1978), Michel de Certeau (2011) e Rousso (2009) numa perspectiva que caminhará entre a História local e a história do Tempo Presente. Nosso caminho metodológico parte das fontes documentais, os relatos orais de memória dos populares afetados por serem repletos de experiências vividas, das fontes documentais como os Semanários Oficiais e a documentação das secretarias de Planejamento, de Obras e Serviços Urbanos das prefeituras municipais e o Jornal da Paraíba, nos possibilitarão pensar como foi se construindo nosso objeto de estudo.

Palavras-Chave: Lixão, Aterro Sanitário, conflitos sociais e mudanças.

INTRODUÇÃO

O texto doravante apresentado tem a pretensão de analisar o processo de instalação de um aterro sanitário no município de Puxinanã-PB entre os anos de 2009 e 2013, observando as diversas reações da população e de algumas instituições como Sindicato Rural, órgãos de proteção a natureza e Igreja local. Analisando quais motivos levaram a população de Puxinanã rejeitar o projeto que em tese, solucionaria grande parte dos problemas provocados pelo destinação final dos resíduos sólidos.

Percebemos que, com base em uma pesquisa bibliográfica e nas fontes documentais hora analisadas, grande parte da população puxinanaense encontrava-se dividida entre apoiar ou não a implantação do aterro sanitário. Entendemos em hipótese, que uma parcela dessa população agiu de tal forma, pelo fato, de não saberem claramente diferenciar uma coisa da outra, tanto em termos conceituais como estruturais e funcionais. Nos parece que

---

1 Mestrando em História pela Universidade Federal da Paraíba.

a construção do aterro sanitário para esse grupo de pessoas, era um advento negativo que conotava a formação de mais um lixão a céu aberto.

Em suma, talvez, o conceito técnico de aterro sanitário fosse algo que não fazia parte do cotidiano daquela população, provocando a priori um entendimento equivocado das intenções da Prefeitura Municipal em construir o aterro. Não obstante, as contradições presentes no projeto, a sua localização um tanto quanto perigosa e inadequada colocava em risco a saúde da população ameaçando de maneira agressiva o meio ambiente[2], todos esses fatores reforçaram o entendimento superficial daquelas pessoas. Inclusive.

Pois, como afirma Miná (2008) aterro sanitário é sem dúvida uma das formas mais eficaz para fazer a disposição final de resíduos sólidos, consistindo em um método cujos resíduos são sobrepostos em um terreno natural em várias camadas cobertas com material inerte, confinando no solo, seguindo os parâmetros e normas operacionais específicas, com intuito de evitar danos ao meio, construindo um ambiente saudável e seguro. Ao contrário disto, um lixão é simplesmente o descarte de maneira irresponsável dos resíduos sólidos urbanos em um determinado solo a céu aberto, sem a mínima precaução de segurança a saúde pública e a preservação do meio ambiente.

Todas os atores sociais que de qualquer forma tiveram seu cotidiano alterado devido a implantação do aterro sanitário, representavam histórias vividas em um determinado tempo e espaço específico, as estratégias de lutas e de resistências pela sobrevivência e preservação do seu lugar, na intenção de impedir que tornasse inóspito e insalubre, sem nenhuma condição de habitação permearam a participação destes indivíduos neste trabalho. Segundo Michel de Certeau[3].

Neste caso, trazemos a experiência desses atores sociais enquanto táticas e estratégias que foram construídas nas experiências individuais ou coletivas em um dado contexto social sobre o qual estavam inseridos. Atentamos para como as experiências representavam esses espaços praticados por eles. Deste modo, as participações dessas indivíduos ganham uma dimensão social e nós historiadores podemos ter a consciência de que os nossos caminhos de análises estão sempre em construção.

Nesse sentido, a história local caracteriza-se como uma proposta de abordagem histórica que revela as particularidades de um lugar, bem como em pontos de ligação com diferentes realidades, seus ambientes e a heterogeneidade de sujeitos e grupos sociais. A

---

2 Visto que a área destinada ao aterro se localizava muito próxima ao açude que abastecia parte da cidade e era responsável por irrigar plantações.

3 Ver CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

diversidade de uma localidade é ressaltada na História Local ao tempo em que constituem elos entre os fatos históricos acontecidos em um simples povoado, em uma rua, em uma cidadezinha aos grandes eventos da macro História, ou seja, é o micro se conectando com o macro, o local dialogando com o global.

> A história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos. As categorias abstratas de classe social, ao invés de serem pressupostos, têm de ser traduzidas em diferentes ocupações nas trajetórias devidas individuais; o impacto da mudança tem de ser medido por suas consequências para certos domicílios. (SAMUEL, 1990, P. 220)

Desta maneira, por vezes, inauguramos a historiografia de muitos lugares, de muitos locais, onde muitos de seus habitantes ignoram sua própria história, separados do pretérito não pela distância natural provocada pelo tempo mas, pela naturalização demasiada da construção do cotidiano. A historiografia local produz sentido e identidade na alma das pessoas que tem acesso a essa história, o sentimento de pertencimento a seus corpos ao se reconhecerem enquanto partícipes da sua própria história.

AS RESISTÊNCIAS DOS POPULARES DEVIDO AS CONTRADIÇÕES DA INSTALAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO DE PUXINANÃ

Com a implantação do Aterro Sanitário e o consequente fechamento do lixão de Campina Grande localizado as margens da BR-230 a 5 Km do Hospital de Trauma, fez com que, os resíduos fossem destinados ao “lixão” de Puxinanã, uma vez que, na mentalidade da população o aterro tinha uma representação negativa por que aquele empreendimento privado trazido á cidade não obedecia as recomendações legais, cuja, aparência era de um lixão a céu aberto. Contudo, a indignação causou revolta da população que não se semtia confortável com o funcionamento daquele aterro sanitário e pela insistência do poder público, argumentando que a qualidade da água tinha sido ameaçada, alterando negativamente a paisagem local.

O que a população assistiu foi a sabatina judicial entre prefeitura e o sindicato rural juntamente com a pastoral da Igreja Católica que por vezes, acionavam o Ministério Público na tentativa de evitar o funcionamento do aterro. A proliferação de doenças provocadas pela proximidade do aterro e pelo mau cheiro provenientes do lixo acumulado sem receber o devido tratamento. Neste caso, as orientações dadas por especialistas como João César Rando do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agropecuária-CONFEA, é que:

> A destinação incorreta do lixo pode causar graves problemas de saúde para a população e grandes riscos de poluição e contaminação para o meio ambiente. Além disso, o lixo disposto inadequadamente pode gerar uma série de transtornos para o cidadão, como é o caso de enchentes nas grandes cidades em função do entupimento das galerias pluviais[4] (P. 27).

A localização tão questionada do local de descarte do lixo a apenas 3 Km do centro da cidade, desestruturaram a segurança social do município e comprometeu a saúde da população. Mesmo aquelas mais distantes do local de descarte foram atingidas, em decorrência do solo poluído, ou por meio dos recursos hídricos contaminados. Tudo isto em decorrência da inadequações de descarte desses rejeitos em espaços físicos ocupados pelos mesmos.

Esta proximidade com o aterro criou um sentimento de mal estar na população, eles estavam incomodados com o fato de estarem próximo ao quê para eles era imundo, fedido e indesejado. Simbolicamente o Aterro Sanitário na mentalidade da população não era simplesmente a penas um aterro, cuja existência, traria mais benefícios ao meio ambiente e a eles próprios, sendo poucos os efeitos negativos, porém, agregado a ele, era atribuído uma carga simbólica negativa, que historicamente esteve sempre atrelado ao lixo. Pois, embora os aterros sanitários se apresentem como uma metodologia eficaz e segura, desenvolvidos para tratamento adequado dos resíduos sólidos.

Não era o caso do aterro de Puxinanã e a forma como nele estava sendo jogado os resíduos sólidos causava repúdio entre as pessoas, então estar próximo a ele provocava uma espécie de transferências de similaridade. Dividir então o mesmo espaço com a imundície causou desde o início, sentimento de indignação por se entenderem naquele momento, enquanto desprivilegiados na condição de vizinhos do Aterro Sanitário “lixão”.

Os problemas gerados com a instalação do Aterro Sanitário foi noticiado em uma entrevista cedida pela estudante Beatriz Matias que residia a época próximo ao aterro, explicou que: “(...) na minha família meu sobrinho de cinco meses adoeceu por conta do lixo, ele passou mais de oito dias internado e a médica pediu para minha cunhada sair de onde ela mora, por causa do lixão. E eles vão morar em outra casa por causa disso[5]”. Outra moradora Ivanice Garcia, agricultora residente a pouco mais de 300 metros do Aterro, relatou os transtornos causados por animais indesejados que são atraídos pelo mal cheiro e o grade volume de lixo do local “(...) urubus invadem nossa plantação e

4 CONFEA. Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Brasília – DF: CONFEA, 2004.

5 Favor ver: PARAÍBA ON LINE. Vizinhos reclamam do aterro sanitário de Puxinanã. 04/12/2013. Disponível em: http://goo.gl/5yvgyp. Acessado em: 15 mar. 2020.

bebem da água do reservatório das famílias, na verdade, o que se vê é uma montanha de lixo, insetos e urubus (...)". Afirmou ainda, apesar de tudo, continuará morando no seu sítio "(...) não tenho para onde ir no futuro a gente não vai nem mais poder plantar, porque vai atingir tudinho isso aqui.[6]".

Na dissertação de mestrado de Edilma Rodrigues Bento Dantas[7] do ano de 2013, a pesquisadora por um viés mais técnico da engenharia avalia os danos ambientais provocados pela implantação do Aterro Sanitário para a região. Uma comunicação bem estabelecida torna-se uma linha tênue entre os processos de desenvolvimento econômicos e de consumo com a preservação ambiental e a saúde populacional.

> A educação ambiental está na compreensão do encadeamento" recursos naturais -bens de consumo - rejeitos - reciclagem". O desenvolvimento dessa consciência é necessário para ecologizar à cultura e mudar comportamentos, constituindo-se uma sociedade mais bem integrada à natureza. Emblemático da época do consumo atual, o lixo é tema privilegiado para a educação ambiental. Seguindo sua trajetória, desde o recurso natural inicial até o bem de consumo e seu descarte, compreendem-se os vários passos pelos quais passa a matéria, em sua transformação pela ação humana. (P. 73) .

Como nos sugere Pollak quando estudamos a função da memória coletiva, estabelecendo fronteiras sociais e sentimento de pertencimento: "A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também suas oposições irredutíveis." (POLLAK, 1989, p. 9). Dito isto, a função da História Local aplicada neste trabalho, se coloca como um desses instrumentos de "coesão" da sociedade pelo viés da memória, podendo ser manipulada pelos órgãos públicos. Essa impressão da continuidade no presente do passado, por meio do uso da História Local, se estabelece da relação política da memória, demostrando que uma das funções do processo histórico é construir identidades que interagem numa relação política e social.

---

6 Idem

7 Ver a dissertação de mestrado de Edilma Rodrigues Bento Dantas onde analisa o processo de implementação do Aterro Sanitário no município de Puxinanã-PB, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, Paraíba, fevereiro de 2013. Disponível em: http://goo.gl/ERTWsp.

No desenrolar do processo de instalação do aterro foi realizado um trabalho[8], que teve como objetivo caracterizar e analisar o conflito socioambiental provocado pela implantação do aterro. Nesta pesquisa buscou-se esclarecer a uma parte estratégica da população os benefícios do uso de um aterro sanitário. Os pesquisadores escolheram uma escola do município, a Escola Joaquim Limeira de Queiroz para a aplicação da pesquisa. Além da pesquisa foi apresentado também aos participantes, quais os benefícios do descarte correto dos resíduos sólidos em aterros sanitários e quais as diferenças entre lixão e aterro. Depois foram submetidos a aplicação de um questionário contendo questões tais como: O que é um lixão e o que vem a ser um aterro sanitário? Para essa indagação os pesquisadores chegaram aos seguintes números:

> De acordo com os dados obtidos com a aplicação de questionários observou-se que 65% das pessoas entendem o lixão como uma fonte de lixo a céu aberto, 12% vêem como poluição do meio ambiente, os outros 12% como deposito de lixo e 11% aglomerado de resíduos (...) Os dados obtidos com a 65% delas entendem o aterro sanitário como o lixo aterrado, 18% opinaram que o aterro sanitário ajuda o nosso planeta, 6% disseram que é o resíduo sólido colocado em célula, 6% afirmaram ser o local onde o lixo é separado e os 5% restantes creem que é para fabricar biofertilizante (...). (P. 167-168)

É imperativo observar o percentual de 65% dos entrevistados apontaram similaridades entre o conceito de lixão e aterro o primeiro enquanto depósito a céu aberto, o segundo depósito de lixo enterrado. Há uma certa semelhança no entendimento entre os dois com distinção apenas no manuseio dos resíduos, com leves percepções aproximadas do que representa o conceito técnico dos termos. A compreensão um tanto quanto simplista por parte dos entrevistados encontrava subterfúgio no testemunho vivo que se encontrava nas dependências do Aterro Sanitário. Aquela representação transmitida por ele, era o que boa parte dos entrevistados tinham como exemplo para poder conceituar aterro sanitário. "(...) A complexidade do tema e a falta de esclarecimentos podem ser observadas, quando 29% dos entrevistados sentem dificuldade em definir o significado de um aterro sanitário." ALVES, FARIAS, SANTOS (2011).

---

8 Realizado pelos alunos(as) Ângela Vieira Alves, André Aires de Farias e Eldilene Dias Santos da Universidade Federal de Campina Grande a pesquisa "O Aterro Sanitário no Município de Puxinanã: a História de um conflito socioambiental" caracterizada como uma pesquisa-ação, aliada à pesquisa bibliográfica realizada no mês de outubro de 2010. Foram aplicados 30 questionários com a finalidade de suscitar explicações sobre o que é um lixão e o que vem a ser um aterro sanitário 94% dos entrevistados passaram a concordar com a implantação do aterro. E segundo os autores o conflito posto em relação à implantação do aterro sanitário em Puxinanã foi eficientemente conciliado. Favor ver: ALVES, Ângela Vieira; FARIAS, André Aires de; SANTOS, Edilene Dias. O Aterro Sanitário no Município de Puxinanã: a história de um conflito socioambiental. Engenharia Ambiental - Espírito Santo do Pinhal, v. 8, n. 3, p. 163-172, jul./set. 2011. Trabalho recebido em 290/03//2011 e aceito para publicação em 29/08/2011.

O conceito de aterros Sanitários deve ser bem difundidos na sociedade como um todo enquanto locais certos a destinação e tratamento dos resíduos sólidos, por meio das Usinas existentes. E neles fazer o reaproveitamento dos resíduos, aplicando uma metodologia de reciclagem atenuando os imensos volumes de resíduos que se acumulam diariamente nos lixões, terrenos baldios gerados pela população dos Municípios, com isso, resolver problemas econômicos e sociais que surgem em decorrência do descarte inadequado dos resíduos sólidos. Assim, as cidades de baixo, médio e grande porte poderão em conjunto com a população atingir o ideário de preservação ambiental, independentemente do seu tamanho territorial ou demográfico.

As questões que se seguiram foram prescindidas por um trabalho de esclarecimentos sobre o significado técnico de cada termo em questão, os possíveis benefícios ou malefícios que cada metodologia de descarte de resíduos sólidos provocavam no meio ambiente e na população. Foi em outras palavras, um trabalho de conscientização que resultou nas seguintes amostragens:

> Quando indagados sobre os benefícios de um aterro sanitário em seu município, 53% das pessoas informaram que o aterro sanitário gera menos poluição e doença, 13% afirmaram ser bom para a saúde pública, 12% dizem ser uma destinação adequada, 6% acreditam que gera menos poluição visual, os outros 6% acreditam que vai poluir menos as águas e os 5% restantes demonstraram que não sabiam dos benefícios. (...) Quando questionados a respeito dos malefícios causados pelos lixões, foi possível constatar que 88% da população têm consciência que o lixão é um transmissor de doenças e de contaminação do solo e 12% disseram que o lixão causa poluição atmosférica (...). (P. 169)

Essa pesquisa simples, no entanto reveladora de questões importantes a serem refletidas, uma delas é quanto a utilização da metodologia do aterro sanitário que no Brasil vem enfrentando dificuldades em decorrência da falta de informação, as pessoas sentem dificuldades em diferenciar o aterro sanitário de um lixão, na prática entendem se tratar da mesma coisa. Contudo, diante desse fato, é imperativo a relevância deste trabalho, pois promoveu esclarecimentos acerca desses conceitos. Segundo os autores o resultado foi positivo, após a:

> Aplicação do questionário e explicações sobre o que é um lixão e o que vem a ser um aterro sanitário, 94% dos entrevistados passaram a concordar com a implantação do aterro sanitário. O conflito estabelecido em relação à implantação do aterro sanitário em Puxinanã foi eficientemente conciliado. Com a aplicação do questionário, 96% do grupo entrevistado compreendeu que o Lixão é uma área ambiental que recebe resíduo produzido pela população, polui o meio ambiente, mais especificamente a atmosfera, a hidrosfera, biosfera e litosfera. Já no aterro sanitário, esses resíduos podem ser cobertos ou tratados afim de diminuir os problemas sociais e ambientais. (P. 271)

É importante frisar que este trabalho apesar de buscar promover a conscientização das pessoas quanto a aprovação da implantação do aterro sanitário na cidade, buscou-se pensar o conflito social gerado com a chegada desse equipamento moderno na cidade, que ao longo de sua história nunca presenciou algo parecido.

A discordância da população nasceu com a chegada do aterro em Puxinanã e as consequentes dúvidas acerca do funcionamento dessa nova tecnologia, que poderia não passar de apenas mais um lixão. Para nós, no entanto, tal hipótese não é descartada, concordamos com isto também, porém, a desconfiança e posteriormente a não aceitação foram sendo alimentadas pela ignorância aos termos técnicos entre "lixão" e "aterro sanitário" somados outras questões já tratadas anteriormente como a falta de comunicação entre todos os envolvidos e a sabatina judicial e documental que provocou consecutivas interdições e reaberturas.

É necessário compreender também, que na ausência de um trabalho educativo acerca ddoconceito de aterro sanitário. Não foram desenvolvidas por parte do governo municipal, ações voltadas a explicação logística e de reutilização, reciclagem reaproveitamento dos resíduos em aterros sanitários. Dessa maneira a representação que foi se construindo de aterro sanitário, configurou-se enquanto um terreno fértil para a ignorância, o repúdio materializados em forma de resistências por parte da população em quase sua totalidade.

Construindo a partir desta relação uma certa cartografia político social, onde o sustento desses indivíduos estavam postas pelo lixo enquanto fonte de sobrevivência. Esses indivíduos que promoveram a manifestação eram uma pequena parcela populacional da urbe, a população a priori, nos dois primeiros anos de funcionamento do aterro, assistiam inertes a quantidade de resíduos que ia se avolumando todos os dias. Não havia ainda nesse momento o envolvimento de toda a população de um modo mais geral, isso por conta, das questões já tratadas previamente, como a falta de diálogos, por exemplo.

Na tentativa justamente de envolver, conscientizar e atrair as pessoas, a apoiarem o movimento em maior número possível, órgãos como Igreja Católica, clube de mães, Associação de Proteção ao Meio Ambiente e sindicato rural, elaboraram uma cartilha educativa bastante didática e explicativa de cunho político-social. Advertindo a população dos riscos oferecidos pela má localização do aterro, problemas com a infraestrutura e as diversas irregularidades com a documentação, dar exemplo, a acusação de plágio do projeto do aterro sanitário Metropolitano de João Pessoa. Esse trabalho foi intitulado por eles de "Puxinanã pede socorro! Não ao lixão dourado: agressão ao meio ambiente

e a saúde da população[9]" teve sua distribuição gratuitamente alcançando assim toda população. Para Silva (2018) APUB Sader (1987)[10] essas vozes eram manipuladas pelas pessoas como instrumento de luta e resistência.

> Aquelas vozes, aquelas falas, são, acima de tudo, um instrumento de luta, na medida em que provocava o poder vigente. Eder Sader dizia que "interpelar o poder, não ter acanhamento é se saber detentor também de um conhecimento, de um direito, de uma cidadania que circunscreve e estabelece um plano formal de práticas sociais". Dirigir a palavra ao poder, também é reconhecer-se como tal. (Grifo existente, P. 210)

Essa territorialização do lixo acaba por produzir uma cartografia político-social nas relações dos indivíduos, onde está próximo ao lixo distância as pessoas da cidadania e expõe aos efeitos do consumo demasiado de bens, o mal cheiro do lixo afasta um dos direitos fundamentais do homem, a dignidade.

O fato é que a vida um tanto quanto pacata típica das cidades de pequeno porte, viu-se ser estampada diariamente nas manchetes dos jornais, cuja reportagens levantaram questões como, por que a população de Puxinanã não aceita a instalação de um aterro sanitário na cidade? Compreendemos que da forma como foi sendo construído o conceito de aterro sanitário na mentalidade da população de Puxinanã, seria impossível fazer associação com o sentido original do termo. O campo simbólico onde foi se constituindo a imagem daquele aterro em específico, se configurou como um lugar inóspito e repudiável, exigindo das pessoas, reações avessas ao plano de desenvolvimento para a região, se é, que ele existiu! Todavia, o que classificamos aqui como manifestações ou protestos populares para nós, tiveram caráter de resistência ao "novo" indesejado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento dessa pesquisa possibilitou refletir sobre a importância de se produzir a História Local, com o objetivo de resgatar e preservar a memória histórica, bem como, a história de um lugar, de uma aldeia, uma rua, uma cidade e sua interação com o todo a que pertence. Nesse exercício também preservamos nossa própria memória seja ela, individual ou coletiva. Nesse sentido a pesquisa hora apresentada, se esforçou em problematizar os acontecimentos que de certo modo, marcaram a História de Puxinanã e sua população.

---

9 Disponível no endereço eletrônico https://martinsogaricgp.blogspot.com.br/2012/01/como-pode-o-lixao-de-campina-grande-ir.html. Acessada em 11 mar. 2020.

10 SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 143.

O cotidiano local foi deslocado da sua normalidade, produzindo nas pessoas memórias concernentes a esta experiência na tentativa de resolver questões criadas a partir do modo, como era feita a destinação final dos resíduos sólidos. Endossamos então, que o registro dessas memórias históricas tecidas no desenrolar dos acontecimentos é um recurso que tornou possível a recuperação das histórias de vida de pessoas simples do Município de Puxinanã.

Os impactos no seio da sociedade que foram evidenciados devido a instalação do aterro sanitário, criaram uma narrativa que os enquadra em uma lógica de acontecimentos maiores, pertencentes a uma escala global. As dificuldades geradas com a gestão de resíduos sólidos em várias partes do mundo deixa explícito a incapacidade do homem de administrar seu próprio lixo, descartando-o de maneira inadequada poluindo a natureza e prejudicando sua própria saúde. Uma possibilidade que se coloca enquanto a melhor forma de atenuar tal problema seria a construção de aterros sanitários, cuja metodologia dar um melhor destino ao que, para muitos não serve mais ou não tem valor algum.

Contudo, mesmo com tantos benefícios proporcionado a partir do uso de aterros sanitários, nem sempre sua aquisição é recebida pacificamente nas cidades. Manifestações e resistências fazem parte do comportamento da população quanto ao fechamento de lixões, grupos que vivem da separação e catação dos resíduos questionam a substituição por aterros sanitários, onde são proibidos de exercer tal atividade. Em Puxinanã a razão mais aparente para nós, foi a confusão causada pelo fato do conceito de aterro sanitário não ser algo tão comum para a maioria daquelas pessoas. Esses discursos construiam uma mentalidade que reforçou ainda mais o equívoco conceitual do que seria lixão e o que viria a ser aterro sanitário. Contudo, talvez o maior reforçador da distorção conceitual de aterro sanitário, pode ter sido essa tão questionada semelhança do aterro sanitário de Puxinanã com um lixão.

Entendemos que é neste âmbito discursivo que resida a importância do devir da História Local, pois, sua relação se estabelece no enquadramento do local em uma historiografia global, contribuindo para o desdobramento de uma outra história ou como parte integrante de um todo. Em nossa pesquisa caminhamos por viés, cuja percepção, nos permitiu acionar questões que deram maior visibilidade ao advento da instalação do aterro sanitário em Puxinanã. E a voz que ecoa como ideia central deste trabalho problematiza a complexidade que margeia os tantos processos do complexo tratamento e destinação dos resíduos sólidos em todo o mundo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ângela Vieira; FARIAS, André Aires de; SANTOS, Edilene Dias. O Aterro Sanitário no Município de Puxinanã: a história de um conflito socioambiental. **Engenharia Ambiental** - Espírito Santo do Pinhal, v. 8, n. 3, p. 163-172, jul./set. 2011. Trabalho recebido em 290/03//2011 e aceito para publicação em 29/08/2011. Acessado em: 18 mar. 2020.

ALVES, Telma Lúcia Bezerra, et. al. Lixão de Campina Grande-PB versus Aterro Sanitário de Puxinanã: Transferência de problema socioambiental. In: Polêmica: **Revista Eletrônica. Questões Contemporâneas**, v. 12, n. 3 (2013). Disponível em: http://goo.gl/9eUY03. Acessado em: 13 abr. 2020.

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. Cartilha **"Puxinanã pede socorro! NÃO AO LIXÃO DOURADO – Agressão ao meio ambiente e à saúde da população"**. Outubro de 2011. Disponível em: http://goo.gl/0owGSN. Acessado em: 04 abr. 2020.

BRASIL. Lei Federal nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: http://goo.gl/bdZHOz. Acessado em: 05 mar. 2020

CONFEA. **Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia**. Brasília – DF: CONFEA, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DANTAS, Edilma Rodrigues Bento. **Análise do processo de implementação do Aterro Sanitário no município de Puxinanã-PB, utilizando o sistema de indicadores de sustentabilidade pressão-estado-impacto-resposta (PEIR)**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, Paraíba, fevereiro de 2013. Disponível em: http://goo.gl/ERTWsp. Acessado em: 17 mar. 2020.

MEIO AMBIENTE DA PARAÍBA. Aterro impede entrada de veículos. 14/11/2012. Disponível em: http://goo.gl/OBg4TF. Acessado em: 13 mar. 2020.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos** Rio de Janeiro: vol. 5, nº 10, 1992.

PROJETO CADASTRO DE FONTES DE ABASTECIMENTO POR ÁGUA SUBTERRÂNEA. Diagnóstico do município de Puxinanã, estado da Paraíba/ Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrã o, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Morais, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

PROCURADORIA JURÍDICA DA SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. Parecer Jurídico do Processo nº: 2010-006504/TEC/LO 2303 de Solicitação da Licença de Operação do Aterro Sanitário de Puxinanã. 18 de outubro de 2011.

SANTOS, Josilene Vicente dos. L**evantamento do sistema de limpeza urbana no Município de Puxinanã-PB** [manuscrito] : um estudo com enfoque populacional e administrativo / Josilene Vicente dos Santos. – 2014 43 P. : il. Color.

SILVA, Hilmaria Xavier. **Memorias do Chorume** : as sensibilidades urbanas e o lixão de Campina Grande (1992-2012)⁄Hilmária Xavier da Silva. – 2018. 159 f. : 30 cm.

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. PROCESSO nº: 2010-006504/TEC/LO 2303, **Solicitação da Licença de Operação do Aterro Sanitário de Puxinanã**. Disponível em: http://goo.gl/6LMLtt. Acessado em: 20 de mar. De 2020.

O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL ATRAVÉS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO: ENTRE AS RUÍNAS DO ALMAGRE E O FORTE DE SANTA CATARINA

Maria do Socorro Félix Pereira de França[1]

RESUMO

Os Currículos Escolares de História são elaborados com objetivo de atender aos interesses de determinados grupos sociais, ou até mesmo instrumentalizar as necessidades do Estado Nacional, de forma que a História da Paraíba sofre um processo de invisibilidade nas salas de aula do Ensino Básico. Com vistas a dirimir tal apagamento, buscou-se apresentar a um grupo de estudantes da Rede Estadual de Ensino um pouco da História Local, adotando como objeto de reflexões dois monumentos históricos situados no município de Cabedelo, a Fortaleza de Santa Catarina e as Ruínas da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre. Realizando um estudo do meio, o grupo pôde pensar sobre a importância da conquista da Paraíba no processo de colonização no atual território brasileiro, bem como acerca das efetivas políticas de preservação patrimonial.

Palavras-Chave: Currículos; História Local; Patrimônio Cultural.

INTRODUÇÃO

O trabalho que se segue é fruto de um projeto desenvolvido durante os anos de 2016 e 2017 em uma escola pública estadual pertencente ao município de João Pessoa – PB. Trata-se do Colégio da Polícia Militar Estudante Rebeca Cristina Alves Simões, situada no bairro de Mangabeira, Zona Sul da capital. Para melhor compreensão da idealização do projeto, bem como do processo de execução, traremos para o texto que segue algumas reflexões, especialmente acerca da formação dos currículos escolares de História e suas implicações para o ensino de História Local. Faz-se necessária a estruturação da explanação em três momentos distintos: importância dos bens patrimoniais para construção da identidade, apresentação dos bens patrimoniais e desenvolvimento do estudo do meio.

A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO PARA MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE

Para melhor compreensão do trabalho realizado, se faz necessário promover uma discussão, ainda que breve, sobre a utilização do patrimônio histórico como uma

1 Professora da Secretaria de Estado da Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (SEECT-PB)

ferramenta no processo de ensino-aprendizagem. Para endossar tal adoção, é bastante válido um trecho escrito pelo professor Ricardo Aguiar Pacheco, que se refere ao uso de bens patrimoniais "como material didático, tanto para percepção da comunidade em outro tempo, quanto para difusão da importância destes bens culturais" (2017, p. 83).

O patrimônio histórico pode e deve servir como instrumento facilitador da aprendizagem, uma vez que proporciona aos estudantes um sentimento de alteridade em relação às sociedades anteriores a eles, e ao mesmo tempo, permite a reflexão do porquê sua conservação é primordial para as sociedades atuais.

Sabemos que vários aspectos do cotidiano de uma sociedade elencam a lista de seus bens patrimoniais, todavia, nos debruçamos no campo da materialidade. Edificações (as chamadas construções de pedra e cal) e/ou objetos carregam consigo sinais evidentes de seu tempo. Falando especificamente dos monumentos, eles são ocupantes de uma espacialidade física fixa, e consequentemente, componentes de um lugar. Conforme Nara Marlei John (2021, p. 15), os lugares são concebidos como o "*Locus*, no tempo e no espaço, do acúmulo de experiências em forma de história e de tradição, a segurança da identidade".

Embora tratem de aspectos distintos, há, em ambas citações, uma questão que merece atenção: que o patrimônio histórico corrobora para construção de aspectos culturais e identitários de uma sociedade. Tais processos estão intimamente ligados à memória. Conforme Jacques Le Goff (2013, p. 387) a memória é a "propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões e informações passadas."

É através da memória, mecanismo cognitivo que permite aos seres humanos armazenar as experiências vivenciadas em forma de lembrança, que as identidades e cultura são constituídas. Neste processo, é crucial que sejam tomadas como referências não nossas janelas de memória, lembranças pessoais, sim a memória de um uma sociedade, comum a todos os seus membros, a chamada memória coletiva. Esta memória, que circunda as sociedades, é considerada uma construção social, aproximando-se das Ciências Humanas e Sociais (Le Goff, 2013, p. 388).

A elaboração da memória social, além de depender de um processo seletivo, isto é, de que sejam escolhidos quais eventos farão parte das lembranças de um povo, pode, conforme interesses, ser constantemente reconstruída e reelaborada. Seja para qualquer um dos fins, são necessários indivíduos responsáveis por sua propagação, que podemos chamar de *narradores.*

A filósofa Geane Marie Gagnebin, em sua obra "Lembrar, escrever, esquecer" (2006), partindo de uma concepção benjaminiana, apresenta o fato de as narrativas

tradicionais estarem em processo de declínio. A figura do narrador - indivíduo responsável pela transmissão de valores ancestrais de um grupo, tem desaparecido das sociedades.

Uma das responsáveis por tal apagamento é a indústria cultural. O fenômeno da massificação da cultura, que uniformiza e reproduz indefinidamente uma mesma obra artística, que transforma o consumo exacerbado de bens e serviços em algo imprescindível à sobrevivência em sociedade, que apresenta a cultura como uma mercadoria, traz consequências:

> os bens culturais tornam-se *manipuladores*, também, dos sentidos atribuídos a eles e à sociedade, pois, (...) são subordinados aos sentidos *econômicos e políticos*, passando a se configurar como expressão destes. Nesses termos, Adorno (1995) considera que a gravidade do problema não incide somente *sobre a organização da cultura*; mas sobre a maneira como os *indivíduos apreendem a sociedade*, pois o *esclarecimento como autoconscientização passa a ser condicionado culturalmente*, limitando-se a uma experiência que, ao se *restringir ao caráter afirmativo*, torna-se *falsa experiência*, portanto não formativa (GALUSH e SILVA, 2019, p. 231 Grifos nossos).

A imposição de uma determinada forma de vida e comportamento, voltada para a lógica do sistema Capitalista, é considerada como a cultura dominante, resultando em um processo bem mais alarmante do que apenas o excesso de consumo: ultrapassando a esfera da materialidade, culmina incentivar a construção de estereótipos sociais e por proporcionar sensações sensoriais (através de um filme, por exemplo) que oferecem aos indivíduos pseudo experiências, e que, portanto, desvalorizam as narrativas.

São as experiências reais, vistas e ouvidas pelos membros da sociedade, que são partilhadas em suas narrativas. Uma vez que as pessoas “estão privadas da verdadeira experiência, daquela vinculada à tradição, ao passado e ao conhecimento acumulado” (GALUSH e SILVA, 2019, p.236) vão se afastando da cultura e memória presentes em sua realidade.

A crise das narrativas pode comprometer o próprio processo de confecção da memória coletiva. Há uma despreocupação com a solidificação das identidades locais, que sucumbem e são substituídas por identidades massificadas. Sem consciência da memória local e, por conseguinte, do seu próprio passado, os indivíduos atravessam a cidade: leem o nome das principais ruas e avenidas – que, referendadas, sabem ao menos qual a função outrora desempenhada pelo sujeito da “plaquinha azul”. Caso contrário, é apenas um nome qualquer; observam as comemorações locais - que na verdade, para eles, se trata apenas de mais um feriado; se deparam com bens patrimoniais distribuídos ao longo de todo município e estado; mas assumem uma posição letárgica, uma vez que não conseguem associar os componentes do espaço geográfico em seu entorno com sua formação enquanto sujeitos portadores de uma identidade.

Desta forma, é preciso evocar, como citado anteriormente, o Patrimônio Histórico, porquê, mesmo em uma situação de valorização, a memória "vai perdendo a força, capacidade explicativa, capacidade de informar, tornar-se transparente, sem pontos de referência substantiva para manter suas funções." (JOHN, 2021, p. 19). Embora não fale, os bens patrimoniais são capazes de simbolizar o tempo. Tempo de quem o construiu, a passagem do tempo e sua existência enquanto parte do imaginário social.

A FORTALEZA DE SANTA CATARINA E AS RUÍNAS DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ DO ALMAGRE

Com intuito de suplantar o estado de invisibilidade da História Local imposto pelos Currículos, foram sendo traçadas estratégias para inserção desta narrativa em sala de aula. Era perceptível que apenas dialogar com os estudantes acerca dos fatos tornaria a abordagem enfadonha e desinteressante, por isso, o passado da Paraíba foi apresentado por intermédio de elementos que compõem seu patrimônio material. Os bens patrimoniais carregam consigo as marcas do nosso passado, sendo capazes de criar ou fortalecer o sentimento de identidade local. Conforme afirma Nara Marlei John (2021, p. 15) "o lugar seria o Lócus, no tempo e no espaço, do acúmulo de experiências em forma de História e de tradição, a segurança da identidade".

Os lugares selecionados foram as Ruínas da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre e a Fortaleza de Santa Catarina, ambas situadas no município de Cabedelo – PB. Embora estejam em uma região longínqua da escola onde se desenvolveu a atividade, tais monumentos se adequam às narrativas tecidas nos livros didáticos sobre o Período Colonial Brasileiro, convertendo-se em exemplos concretos no tocante à necessidade portuguesa de proteção do atual território brasileiro e da catequização dos povos nativos, promovidas por ordens religiosas, especialmente a Companhia de Jesus.

Além disso, o espaço que atualmente compreende ao município de Cabedelo era domínio territorial da capital paraibana, desmembrando-se de João Pessoa apenas em 1957 (Cavalcanti, 1996, p. 53). Até a construção do Porto de Cabedelo, que impulsionou consideravelmente a economia local, não havia no território arrecadação que garantisse sua emancipação política. Portanto, falar de monumentos que estão situados em Cabedelo é falar de edificações que estiveram sob jurisdição de João Pessoa; estudar história tomando Cabedelo como referência, é falar do surgimento da Paraíba.

Para melhor compreensão do processo de incorporação aos conteúdos escolares, falemos a respeito dos processos de defesa e evangelização na Paraíba. Não podemos

perder de vista o fato de que a conquista da Capitania Real da Paraíba[2] e o amansamento dos nativos residentes no território, era determinante para concretização do Monopólio Real de extração do pau brasil, que estava ameaçado pela constante presença francesa e consolidação da empresa açucareira no território pernambucano.

De acordo com a historiadora Regina Célia Gonçalves, "os jesuítas[3] vieram com os primeiros conquistadores, enquanto os franciscanos se estabeleceram em 1589 e os beneditinos em 1595. Até 1580, apenas os jesuítas eram (...) os missionários oficiais da Coroa" (2007, p.112). As ordens religiosas se instalam para garantir a conversão dos indígenas. Embora representassem o governo espiritual dos nativos, foi sua atuação que determinou o processo de conquista, através do processo de aldeamento.

Como mostra o texto supracitado, durante os primeiros anos de ocupação do território paraibano, apenas os inacianos estiveram em nosso território, recebendo, no ano de 1589 uma Sesmaria na região da Aldeia do Almagra[4]. Entretanto, devido problemas entre os jesuítas, população local e representantes da Coroa, foram os franciscanos que se estabeleceram naquela região, concluindo o templo religioso, denominado Igreja de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre (Oliveira, 2002, p. 49). Houve ocupação contínua da aldeia até a chegada dos holandeses. Nos anos seguintes, o templo passou por períodos de ocupação e abandono, chegando a ser utilizado até mesmo como espaço de moradia.

Além de servir como espaço de conversão de membros da tribo Tabajara, a Igreja situava-se em um local estratégico, protegida por "arrecifes avermelhados que acompanhavam a linha costeira" (Oliveira, 2002, p. 50), impedindo a ancoragem de navios e proporcionando uma visão de possíveis invasores. Diante seu uso para fins de defesa, a Igreja Almagre aproxima-se da Fortaleza de Santa Catarina.

Desde as primeiras expedições que pleiteavam a ocupação da Capitania Real da Paraíba, havia um projeto de construção de um forte situado às margens do Rio Paraíba (Oliveira, 2022, p. 47). Entretanto, à medida que o território foi conquistado, surgiram outras fortificações, se concretizando o projeto apenas no ano de 1589, durante o governo de Frutuoso Barbosa (Oliveira, 2022, p. 46 e 47).

O forte de Cabedelo (como também era chamado), foi edificado para auxiliar no

---

2 A historiografia aponta o ano de 1574 como o de fundação da capitania, criada após o massacre ocorrido no Engenho de Tracunhaém, pelas ordens de D. Sebastião. Todavia, não foi encontrada nenhuma fonte primária que comprove o ano de desmembramento do território, que pertencia à Capitania de Itamaracá (Gonçalves, 2007, p. 67)

3 Os três primeiros membros da Companhia de Jesus a se instalar na Paraíba foram Jerônimo Machado, Simão Travassos e Baltasar Lopes. Conhecedores da língua Tupi, auxiliam no processo de negociação entre Tabajaras e Portugueses (MEIRA, 2015, p.02)

4 Informações presentes no livro "Guerras e Açucares", de Regina C. Gonçalves (2007, p. 234).

processo de conquista e proteção das margens do rio Paraíba. O material utilizado na primeira edificação foram madeira e taipa. Em 1601, o engenheiro Diogo Moreno recomenda sua construção em pedra e cal, uma vez que "ele era vulnerável a fogo, machado, enxada e explosivos" (Oliveira, 2022, p.52). No ano de 1637, após ocupar o território paraibano, o administrador holandês Maurício de Nassau também ordenou a reforma da Fortaleza de Santa Catarina, rebatizada com o nome Margareth, em homenagem à mãe do conde (Cavalcanti, 1996, p.33).

Após a saída dos neerlandeses, o Forte de Cabedelo passou por novos reparos. Baluarte na defesa do rio Paraíba e protagonista em vários episódios da História Paraibana – como a Revolução de 1817, durante mais de três séculos serviu para fins militares. Sua constante utilização e sucessivas reformas justificam o fato de ser uma edificação bem preservada, se comparada com suas contemporâneas (Oliveira, 2022).

O Forte a Igreja situados em terras cabedelenses, como podemos constatar, tiveram papel preponderante no processo de consolidação do domínio português na Paraíba. Tamanha é a importância que ambos foram tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)[5]. Porém, o estado em que se encontram revela que as políticas de preservação estão longe de serem efetivas – um aspecto que suscita reflexões.

ESTUDANDO O PATRIMÔNIO HISTÓRICO LOCAL

Como mencionado na parte introdutória, o projeto foi executado no Colégio de Polícia Militar Estudante Rebeca Cristina Alves Simões, localizado em João Pessoa-PB. Trata-se de uma escola pertencente à Secretaria de Estadual de Educação, mas com regimento específico, com cargos administrativos ocupados por oficiais da Polícia Militar da Paraíba e uma reserva de vagas para filhos e netos de membros da mesma instituição. Contudo, a dinâmica escolar está submetida às regras criadas pela Secretaria,.

Em de 2016, foram escolhidas duas turmas do 9ºAno Fundamental. No ano seguinte, retornamos aos mesmos monumentos. Neste momento, as turmas fazem parte do 1ºAno do Ensino Médio. O Estudo do Meio foi adotado como ferramenta metodológica que viabilizou a atividade realizada. Para que se compreenda em que consiste tal instrumento, segue conceito desenvolvido por Claudivan Lopes e Nídia Pontuschka:

> "um método de ensino interdisciplinar que visa proporcionar para alunos e professores o contato direto com determinada realidade, um meio qualquer,

5 O IPHAN foi criado no ano de 1936, com objetivo de criar políticas de preservação dos bens móveis e imóveis relevantes para história do Brasil (Lopes e Milder, 2012, p. 171)

> rural ou urbano, que se decida estudar. Esta atividade pedagógica se concretiza pela imersão orientada na complexidade de um determinado espaço geográfico, do estabelecimento de um diálogo inteligente com o mundo, com o intuito de verificar e de produzir novos conhecimentos". (2009, p. 173)

Trata-se de uma ferramenta de ensino que proporciona aos docentes a integração entre várias disciplinas ou áreas de conhecimentos. Conduzidos até ambientes externos, as reflexões provocadas extrapolam o que normalmente faz parte do cotidiano escolar, permitindo que os estudantes pensem a respeito do espaço em que vivem, levando seu aporte teórico para prática.

Embora pareça extremamente inovador, a utilização do estudo do meio como ferramenta no processo de ensino-aprendizagem é tão antiga quanto a criação das instituições escolares no Brasil. Diante das lacunas existentes nos próprios currículos, as escolas "viram-se obrigadas a transpor seus muros para (re)conhecerem aquilo e aqueles que se apresentavam de maneira insuficiente, aquém dos seus portões" (SANTOS e SCHINEIDER, 2022, p. 273).

Entretanto, as análises que envolvem esse tipo de método são mais recentes, passando a ser abordadas com maior frequência a partir da década de 1990 (SANTOS e SCHINEIDER, 2022). A partir de tais estudos, podemos afirmar que tal estratégia de ensino deve obedecer a uma série de parâmetros, organizados em três etapas – preparação, vivência e sistematização, a fim alcançar os objetivos previamente propostos pelo professor executor da atividade. Um dos aspectos que deve ser observado é a ligação entre o objeto de estudo e os conteúdos propostos em sala de aula.

Obedecendo as etapas do estudo, inicialmente, foram realizadas pesquisas de cunho teórico, através de alguns sites previamente selecionados e disponíveis na internet. O alunado teve oportunidade de conhecer um pouco mais sobre as edificações, atentando para dados como ano de início da construção, grupos sociais que os construíram, a que se destinavam dentro da sociedade colonial, processos de reforma e abandono, etc.

No segundo momento, foi apresentado um vídeo produzido pelos discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba no ano de 2012, cujo enfoque era a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre. O objetivo era reforçar a função catequizadora desempenhada por aquele espaço durante o Período Colonial, bem como o descaso dos proprietários onde o prédio está localizado, do poder público e instituições de preservação ligadas aos governos estadual e municipal.

O terceiro passo do projeto deu-se com a visitação dos espaços. Imbuídos de câmeras fotográficas e dos próprios aparelhos telefônicos, as turmas fizeram o registro

imagético dos locais, tanto fotografias quanto vídeos. Em seus cadernos, fizeram anotações a respeito do que viam, ouviam e percebiam. A partir das imagens que eles conheceram durante a fase da pesquisa teórica, foi possível que identificassem, por exemplo, peças que pertenciam ao altar do Almagre, como a pia batismal, e que no momento da aula, estavam espalhadas no terreno.

Quando estivemos na Igreja do Almagre, alguns técnicos do IPHAN realizavam serviços no local – o que enriqueceu ainda mais a atividade, elucidando as dúvidas sobre a obra e medidas de conservação. Conforme foi informado, o trabalho realizado no local era de escoramento e catalogação, para reerguer o templo e deixá-lo no mesmo estado que se encontrava no ano de seu tombamento (1938).

O último passo do projeto foi de sistematização das informações. Os docentes das disciplinas de Geografia e Língua Portuguesa participaram do processo, coordenando trabalhos voltados às suas áreas de conhecimento. Os produtos foram socializados em uma amostra de conhecimento promovida pela escola. Foram confeccionadas maquetes que apresentavam a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre no período colonial e nos dias atuais, uma exposição de fotografias feitas pelos estudantes, um mini jornal (em parceria com a disciplina de Português) e um documentário a partir de filmagens captadas durante a aula de campo.

No ano seguinte, quando as turmas estavam cursando o 1ºAno do Ensino Médio, fizemos o mesmo percurso. Para nossa surpresa, não houve nenhum avanço significativo, se comparado com a visita inicial. As obras no Almagre estavam no mesmo estado anterior. A Fortaleza de Santa Catarina também permanecia da mesma forma, dependendo da cobrança de ingressos e alugueis para garantir sua manutenção, sem ajuda de recursos públicos – conforme relato dos funcionários locais. Fizemos algumas reflexões a respeito do evidente descaso do poder público, e os estudantes concluíram que ainda é preciso aprimorar as políticas patrimonialistas no estado da Paraíba.

REFERÊNCIAS

ABUD, Katia. *Currículos de História e Políticas Públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária.* **O saber histórico em sala de aula.** São Paulo, Contexto, 2021;

BITTENCOURT, Circe. *Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História.* **O saber histórico em sala de aula.** São Paulo, Contexto, 2021;

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo, Cortez, 2004;

CAVALCANTI, Maria Helene Pereira. **Uma história de Cabedelo.** João Pessoa, Editora UFPB, 1996;

CHUVA, Márcia. **Patrimônio Cultural políticas e perspectivas de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro, FASPERJ, 2022;

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, Escrever, Esquecer.** São Paulo, Editora 34 Ltda, 2006;

GALUSH, Maria Terezinha Bellanda; **SILVA,** Cleonice Aparecida Raphael. *Por que e para que ensinar História?* **História e Ensino.** Londrina - PR, V. 25, Nº1, Jan/Jun. 2019;

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares: Política e economia na Capitania da Parayba – 1585-1630.** Bauru – SP, Edusc, 2007;

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação Brasileira.** São Paulo - SP, Cortez, 2015;

JOHN, Nara Marlei. **Identificação, Valorização e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural.** Curitiba, Appris, 2021;

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução Bernardo Leitão. Campinas – SP, Editora da Unicamp, 2013;

LOPES, Sérgio N.; **MILDER,** Saul Eduardo S. *Considerações acerca do Patrimônio Histórico e Cultural na legislação brasileira.* **História, Memória e Patrimônio: possibilidades educativas.** Jundiaí - SP, Paco Editora, 2012;

LOPES, Claudivan S.; **PONTUSCHKA,** Nídia Nacib. *Estudo do Meio: Teoria e Prática.* **Geografia,** Londrina - PR, V. 18, Nº 2, 2009;

MELO, Vilma de Lourdes Barbosa e. **História local: Contribuições para pensar, fazer e ensinar.** João Pessoa - PB, Editora da UFPB, 2015;

OLIVEIRA, Carla Mary S. *Em torno do uso turístico do Patrimõnio Histórico: o caso da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre (Cabedelo-PB).* **Veredas – Revista Científica de Turismo.** Ano I, Nº1, p. 47-58, 2002;

OLIVEIRA, Leandro Vilar. *Paisagem e arquitetura da Fortaleza de Santa Catarina (PB) entre os séculos XVI ao XVIII.* **Atlanticus – Revista do Museu EXEA.** P. 43-69, Julho 2022;

PACHECO, Ricardo de Aguiar. *Ensino de História e Patrimônio Cultural.* Jundiaí – SP, Paco Editora, 2017.

DE ‘INSTITUTO PEDAGÓGICO’ AO ‘COLÉGIO ALFREDO DANTAS’: UMA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA À SERVIÇO DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE/PB (1945-1975)

Maria Letícia Costa Vieira[1]
Vivian Galdino de Andrade[2]

RESUMO

Buscamos discutir a participação de uma das mais antigas instituições escolares presentes no projeto de modernização da cidade de Campina Grande - PB, entre 1945 a 1975. O atual Colégio Alfredo Dantas (CAD) é uma escola centenária que se localiza no centro da cidade, tecendo com ela muitas histórias. Nosso objetivo, para este artigo, está em apresentar a escola como uma das instituições responsáveis por gerar na cidade uma sensibilidade moderna, educando e civilizando seus sujeitos. Buscamos analisar, permeando a História da Educação, o recorte temporal inicial de transição do antigo Instituto Pedagógico fundado em 1919 até sua instituição como CAD em 1945, findando na gestão de Severino Loureiro em 1975. Através da análise do arquivo escolar e dos discursos, mapeamos simbolicamente as metamorfoses que o CAD vivenciou junto à cidade. Monumento desta urbe, contribuiu com os contextos de socialização e educação marcando as memórias dos alunos, afetados pela Ditadura Militar (1964).

Palavras-Chave: CAD, Campina Grande-PB, Modernização, História da Educação.

INTRODUÇÃO

O Instituto Pedagógico foi uma escola modelar, que equiparada aos padrões dos grupos escolares, tentou trazer novos rumos à educação campinense durante as primeiras décadas do século XX. Existente e vivo até os dias atuais, agora como Colégio Alfredo Dantas (CAD), o antigo Instituto Pedagógico foi a primeira escola particular da cidade a ser referenciada por ter uma modernidade pedagógica. Historicamente construiu para si, pelo intermédio de seu corpo diretor e docente, uma imagem de uma instituição escolar auspiciosa, moderna pedagogicamente, que tem sua história institucional envolvida nas tramas históricas da cidade.

---

1 Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestranda pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Graduanda em Filosofia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

2 Professora Adjunta da Universidade Federal da Paraíba (UFPB/Campus III). Professora credenciada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH / UFCG).

Fundado pelo Tenente Alfredo Dantas Correia de Góes[3], em 17 de fevereiro de 1919, funcionou de início na Rua Barão do Abiaí, sendo transferido nos anos de 1930 para a Rua Marquês do Herval, no prédio municipal cedido pelo presidente João Pessoa. Antiga sede do Grêmio de Instrução Campinense, amplia suas instalações físicas e funda as chamadas "Escolas Anexas", nas quais passou a funcionar a Escola de Instrução Militar General Pamplona (incorporada ao Tiro de Guerra Nacional), mais conhecida como Escola de Tiro 243, o Curso Comercial Propedêutico e Peritos Contadores e a Escola Normal João Pessoa, tornando-se o primeiro estabelecimento secundário a conferir títulos técnicos profissionais no interior da Paraíba.

A escola oferecia desde o curso primário e de preparação aos secundários, ministrados pelas escolas oficiais, aos cursos Comercial e Normal. Só em 1943 passou a ser denominado como Ginásio Alfredo Dantas[4], sob a direção de Esther de Azevedo[5], e em 1945 passa para as mãos de Severino Lopes Loureiro. Apenas em 1950 passaria a ser reconhecido pelo atual nome, como Colégio Alfredo Dantas – CAD. Ainda enquanto Instituto Pedagógico produziu a *Revista Evolução*, o *Evolução Jornal* e o jornal *Comercio de Campina*, impressos pedagógicos que auxiliavam a divulgar a escola e seu princípios para a cidade.

Essa instituição assumia para si a missão de educar os cidadãos campinenses em busca de uma sociedade civilizada desde seu princípio. Como uma escola centenária, o CAD se localiza no centro da cidade, tecendo com ela muitas histórias. Nosso objetivo, para este artigo, está em apresentar a escola como uma das instituições responsáveis por gerar na cidade uma sensibilidade moderna, educando e civilizando seus sujeitos. Por meio dos pressupostos da História da Educação e da História Oral, trabalhamos com o recorte temporal que contempla o processo de transição do Instituto Pedagógico para o Ginásio CAD, em 1945, findando na gestão de Severino Loureiro em 1975. Esperamos, nesse texto, provocar você caro leitor a conhecer essa instituição que fez/faz parte da história de Campina Grande e de seus modos de gerir a educação.

---

3 Segundo o Memorial Urbano de Campina Grande (1996), Alfredo Dantas Correia de Goes nasceu em Teixeira (PB) em 17/11/1870. Filho do Dr. Manoel Dantas Correia de Goes, presidente interino da Paraíba em 1889, casou-se com Ana de Azevedo Dantas (Yayá). Faleceu em 19/02/1944 de câncer. Atualmente a cidade de Campina Grande possui o Colégio Alfredo Dantas, uma rua e uma praça com o nome do Tenente.

4 Pela criação do curso ginasial reconhecido pela Portaria Ministerial N.º 305 de 25/05/1943.

5 Enteada do tenente Alfredo Dantas.

“O COLÉGIO, COM A CIDADE, ESTÁ EVOLUINDO”

> Fundado em 1919 até 1931, o Colégio Alfrêdo Dantas foi o único Colégio que ministrou educação secundária nesta cidade.
> O seu ilustre fundador, Tenente ALFREDO DANTAS CORREIA DE GÓIS, reservou sempre uma parcela de seu orçamento para dar bolsas de estudo aos alunos carecidos que desejavam prosseguir elevando seus conhecimentos, além dos precários estudos primários- em grupo escolar, digo, em duas escolas isoladas e um Grupo Escolar fundado em 1924.
> Com seu falecimento ocorrido em 1944 ano em que o Colégio- fez suas bodas de prata, eu SEVERINO LOPEZ LOUREIRO, já de seu corpo docente eu adqueri por compra a sua Exma. Sra. Maria de Azevedo Dantas em 1945.
> De 1931 a esta data a cidade se desenvolveu vertiginosamente.
> A iniciativa particular surgiu impetuosa, multiplicaram-se os Colégios particulares (Severino Lopez Loureiro, Acervo Escolar do CAD, 1973)[6].

Uma mesa de madeira robusta, repleta de papéis, correspondências e atas empilhadas, o cheiro de móveis antigos e as paredes enfeitadas com os retratos dos desfiles cívicos e eventos que o Colégio Alfredo Dantas (CAD) participou adornavam a sala do diretor Severino Lopez Loureiro. Sentado na cadeira de gestor da instituição, há 28 anos assumia a direção do Colégio Alfredo Dantas, experiência que compilou suas lembranças para escrever o relatório anual sobre o educandário.

Os escritos, acima citados, remontam à criação do Instituto Pedagógico[7], e narram os feitos de uma escola que possivelmente surgia em meio a uma plateia carregada de um sentimento de esperança, que evocava para a cidade a fundação de uma instituição educativa que se comprometesse com o processo de civilidade e modernidade da época. Criado em 1919, a escola surgia em meio a uma atmosfera que rondava a cidade, com ares de progresso[8]. O desejo pela civilidade e, sobretudo, pelo avanço econômico era evidente e tomava a educação como fator de desenvolvimento em Campina Grande,

> Era na educação dos sujeitos para a civilidade, para o trabalho, para a higiene e para os bons costumes que Campina Grande se tornaria efetivamente moderna, diziam os discursos. Afinal, era no bom funcionamento do “corpo humano” que se tinha um “corpo urbano” polido e bem educado (ANDRADE, 2014, p.60).

---

6 Parte do Relatório do Colégio Alfredo Dantas, em Campina Grande, referente ao exercício de 1972.

7 O Instituto Pedagógico é a instituição que posteriormente vem a ser o Colégio que tomamos como objeto de estudo em nossa pesquisa, sendo chamado assim até os anos 1943. Em seu currículo oferecia do primário ao secundário, e cursos Comercial (voltado a economia e administração) e Normal (voltado ao magistério).

8 A tese de doutoramento *“Alfabetizando os filhos da rainha para a civilidade/modernidade: o Instituto Pedagógico em Campina Grande-PB (1919-1942)”* de Vivian Galdino de Andrade (2014) é uma a possibilidade de aprofundar o conhecimento sobre esses ares que rodeavam a cidade.

A educação dos sujeitos, como afirma Andrade (2014), é incorporada como missão para o educandário. A cidade necessitava desse "corpo urbano", a ser instruído e moldado também no CAD, uma instituição que, como salienta o discurso do Severino Loureiro (1973), crescia no mesmo ritmo da cidade.

Esse movimento de rememoração nos fez reconhecer que o CAD pertence ao corpo de escolas tradicionais da cidade[9] de Campina Grande, e que, ao longo da sua história concebeu a responsabilidade de educar a sociedade campinense, permeando diferentes lugares sociais. Educandário presente na vida da cidade desde os idos de 1919, se costurando à memória social da cidade, é ainda nos dias atuais parte integrante da dinâmica educacional do município, nos permitindo historicizar seus lugares de representação ao longo do tempo.

Em um outro discurso, da mesma década,

> Antigamente o ensino era estático. A educação era fundada no ensino livresco, que não cabe na escola de hoje, mais formativa do que informativa. Com efeito, urge que nosso ensino coloque sempre mais ênfase na formação que na mera informação.
> Queremos que aqueles aquém nos cumpre transmitir conhecimentos e habilidades, antes de mais nada se tornem "pessoas" conscientes e responsáveis. Educação para a liberdade e felicidade do indivíduo. [...]
> A pedagogia atual – diz Lourenzo Luzuriaga- reconheceu a finalidade vital da educação, ao transformar a escola tradicional de aprendizado intelectual na escola do "aprender-a-viver". Assim a escola se transformou em "comunidade" vital, onde se cuida dos alunos sob todos os aspetos de sua vida e onde eles por sua vez, participam da vida da escola.
> Todos somos responsáveis pela educação.
> Educar, é criar condições tais que o indivíduo e a comunidade se descubram a si mesmos e se afirmem no tempo e no espaço, aproveitando e orientando a capacidade natural da inteligência[...] (Severino Lopez Loureiro, 1971, Acervo CAD).[10]

Em um auditório lotado, possivelmente também em um dia de sol típico de Campina Grande, cadeiras enfileiradas, diretores e professores atentos, escutando um chamado. O discurso aclamado os inquietava, colocando em suas mãos a responsabilidade pela educação paraibana. Nesta palestra proferida em um curso de Reciclagem Pedagógica[11] em 1971, escutam falar sobre um ensino estático e improdutivo, realizado aos moldes dos discursos preestabelecidos. A educação por muito respirou os ares do que convinha saber,

---

9 No mesmo contexto, existia outras escolas que eram referência em ensino, como o Colégio Imaculada Conceição (CIC-Damas), e o Colégio Estadual de Campina Grande, também conhecido como Estadual da Prata.

10 Palestra proferida no Curso de Reciclagem Pedagógica, promovida pela Secretária de Educação do Estado da Paraíba, Governo de Ernany Sátiro, 1971.

11 Essa nomenclatura do Curso, enquanto Curso de Reciclagem Pedagógica estava presente no documento original.

constituída por informações memorizadas e enciclopédicas, que não abriam brechas para reflexões e novas perspectivas.

Tais cursos de reciclagem são atualmente chamados de cursos de formação continuada, tendo em vista o tom, muitas vezes pejorativo, que o termo reciclagem carrega quando apropriado na formação docente. O curso, ministrado pela referência em educação da época, professor Loureiro, carregava a busca por competência que adequassem o atual contexto educacional as necessidades da época.

Ao ler o discurso proferido, é possível concebê-lo como um convite, o semear de uma educação que criaria condições para que *"o indivíduo e a comunidade se descubram a si mesmos e se afirmem no tempo e no espaço".* Longe dos moldes de uma educação tradicional, esse discurso proferido no ano de 1971 é um chamado para uma "*educação para a liberdade e felicidade do indivíduo"* por meio do saber*.*

Ao confessar essa necessidade de que o indivíduo e a comunidade, juntos, descubram seu tempo e espaço, o palestrante enuncia a relação que a educação tece entre a cidade e a escola. Ela seria o motor que alavancaria a realização de um projeto citadino esperado, o de empreender sujeitos prontos para a sociedade.

As práticas educativas, advindas da Cultura Escolar, seriam as engrenagens que veriam esse projeto se materializar. Elas podem ser interpretadas como um conjunto característico de ações que "[...] permitem articular, descrever, analisar, de forma complexa, os elementos-chave que compõem o fenômeno educativo escolar" (FARIA FILHO, 2007, p.195). Dito de outro modo, a Cultura Escolar é uma cultura à parte da cidade, ela se caracteriza por traços particulares e manifestações presentes no cotidiano da instituição educativa. Pensar uma relação entre a cidade e a escola, nos faz ponderar o interior da instituição e as partes externas a ela, para entendermos as tessituras gestadas entre o meio social e o universo educativo.

Desta forma, qual a "finalidade vital da Educação?". Cursos de reciclagem, como esses, seriam passíveis de capacitar os docentes para essa renovação educacional? Qual o papel do Colégio Alfredo Dantas nessa conjuntura? Que intencionalidades a escola e seus representantes carregava?

> O CAD está imerso no coração da cidade, foi/é responsável por constituir a identidade social campinense, a partir das relações entre os sujeitos e suas práticas educativas, sendo assim, consideramos a história do educandário como parte da história da cidade, tendo em mente que as instituições educativas são [...] necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a que servem (SAVIANI, 2005, p.28).

Desse modo, pensando a partir de Saviani (2005) elegemos o Colégio Alfredo Dantas enquanto uma instituição do social, ele abraçou desde sua fundação essa missão de corresponder as necessidades da cidade, dos discursos de cada época, funcionando a favor do crescimento dos sujeitos que estudaram e construíram suas identidades dentro de suas paredes e fora delas.

O COLÉGIO E A CIDADE

No entorno da escola, imaginamos os sujeitos percorrendo calçadas, se desviando após escutar o barulho dos automóveis, que de forma acelerada passavam no centro da cidade. As folhas das árvores, situada em frente ao Colégio, balançavam com o vento, que trazia consigo os sons dos gritos dos alunos após o término das aulas, descendo sem controle pelas rampas recém construídas no novo prédio da escola. Para àqueles que já possuíam autonomia de ir para casa, precisavam obedecer aos sinais e as faixas de pedestres, enquanto outros discentes se acumulavam nas calçadas aguardando seus pais lhes pegarem. Momentos assim refletem as calçadas e ruas que perpassam a escola como lugares de sociabilidade, para discentes e transeuntes da cidade, uma vez que "seus circuitos urbanos e suas representações possuem uma ação educadora, que orienta os sentidos dos sujeitos" (ANDRADE, 2014, p.23).

Nessa conjuntura da cidade, a educação carrega em si um lugar, que se mistura com tramas já existentes. Os marcos materiais, afetivos, sensíveis e culturais atravessam essa história. Pensar sobre o espaço educativo dentro da cidade evoca uma problematização sobre o cenário citadino, seu contexto político, manifestações e práticas culturais, uma rede de sociabilidades que transporta significados e representações.

A arquitetura da escola compõe o patrimônio urbano da cidade, ela se constitui como mais um monumento que a representa, que sobre ela fala e dita símbolos modernos, é o que podemos perceber na seguinte fala de Severino Loureiro:

> Senhores:
> Estou vivendo, agora, um momento de profunda emoção, ao inaugurar oficialmente a última etapa da modernização do prédio do Colégio "Alfredo Dantas", o mais antigo educandário de Campina Grande, fundado a 17 de fevereiro de 1919.
> O fundador, Ten. ALFREDO DANTAS CORREIA DE DÓES, vencendo obstáculos e inauditos, provando com fatos, que não visava lucros, mas somente proporcionar à Campina Grande uma instituição de ensino que fosse parcela eficiente no seu desenvolvimento que, então, se avantajava.
> Foi, sem dúvida, precursor do ensino técnico desta cidade, fundando os cursos propedêutico, de perito contador e conseguindo equiparar o Colégio a escola Normal do Estado.

> O Colégio cresceu com a cidade, sendo já causa atuante na sua prosperidade vertiginosa. [...]
> A sua esposa, Dona Maria de Azevedo Dantas, resolveu vender o estabelecimento no fim do ano. Eu o adquerí. De suas mãos benfazejas o recebí no dia 1° de janeiro de 1945.[12] (Severino Lopes Loureiro, 1975).

O discurso proferido por Severino Loureiro inaugura a modernização arquitetônica do CAD, traços de um passado que elege a escola como marca de uma identidade coletiva para a cidade. Os discursos têm esse poder, eles "não falam de um objeto externo a eles, mas constituem o próprio objeto, dando a ele nome, conceituação, versões, inteligibilidade, verdades" (ALBUQUERQUE JR, 2021, p.235).

O ano de 1945 foi marcado por uma instabilidade política em Campina Grande, em apenas um ano foram nomeados dois prefeitos. Até o mês de março Vergniaud Borborema Wanderley era prefeito, tendo seu mandato perdurado de 20 de agosto de 1940 até 1° de março de 1945. Durante sua gestão efetivou uma verdadeira revolução arquitetônica[13] na cidade

> [...] entre 1940 e 1945, o prefeito inovador, com o argumento de melhor qualidade de vida sob os aspectos da salubridade, circulação e estética, empreendeu a revolução urbana da cidade, promovendo um verdadeiro bota- abaixo de quase tudo que representava o passado, demolindo casebres e casarões coloniais (BRITO; STEINMULLER, 2021, p.91).

Assim, nesse período a cidade passou por um conjunto de reformas urbanas, por vezes turbulentas, visando o alinhamento com o projeto da época, que buscava o embelezamento, expansão e modernização dos espaços citadinos. Sobre esse processo de modernização, temos que:

> As mudanças ocorridas no espaço urbano de Campina Grande (acontecia em várias cidades e capitais brasileiras nas três primeiras décadas do século XX), nas administrações de Vergniaud Wanderley parecem fazer parte desse conjunto de valores novos que já vinha há décadas sendo experimentados no continente europeu e que, aí, em grande parte se contrapunham aos valores e práticas associadas ao Antigo Regime, muito embora no Brasil assumam uma dimensão bastante singular, marcadamente autoritária e envolvendo uma complexa teia de relações sociais (OLIVEIRA, 2016, p.16).

Essa intervenção que ocorreu na década de 1940 guarda marcas autoritárias que, segundo Oliveira (2016), ressaltam o movimento de urbanizar a cidade, interferindo no

12 Discurso proferido na inauguração das reformas do CAD, 1975.

13 Ao mesmo tempo que realizava sua revolução arquitetônica, Vergniaud Wanderley iniciava um processo de apagamento histórico da cidade, demolindo os prédios da época colonial e redirecionando as ruas e praças da cidade.

cotidiano dos campinenses. De forma violenta foi moldado o centro da cidade, mendigos e prostitutas, cortiços e as demais representações que destoam do projeto de modernização e progresso da época foram afastadas, em prol de um projeto embelezador e higienista.

O educandário toma para si a missão de corresponder as exigências que uma cidade moderna faz. Para além das reformas arquitetônicas que veremos posteriormente, a escola investe na criação de cursos em 1950, "ao serem criados os Cursos Clássicos e Científico, sofrendo então a primeira reforma, com a expansão e atualização de suas condições físico-pedagógicas" (Folheto do Centenário de Severino Loureiro, 2001) 14, buscando acompanhar as reformas educacionais da época.

Movida por esses princípios, já na década de 1950, Campina Grande trazia os ares de uma cidade dita moderna e populosa para o interior. Oliveira (2016) afirma que

> Campina Grande aparece na década de 1950 como o 13° município mais populoso do país, com 173.206 habitantes, número expressivo se pensarmos que, em 1907, tinha apenas 17.041 habitantes. Naquele ano, a chegada da estrada de ferro transformou o antigo entreposto comercial no grande mercado de algodão sertanejo e, depois, no pólo do comércio do interior da Paraíba e estados vizinhos (OLIVEIRA, 2016, p.13).

Essa vertente moderna foi incluída como cerne da proposta pedagógica da escola, era preciso formar os sujeitos para atuar na cidade. Dentro desta premissa, professor Loureiro empreendeu a necessidade de ofertar bolsas de estudo, tradição que já vinha do antigo dono da instituição. Sobre aspectos dos projetos filantrópicos do CAD na década de 1950, encontramos em relatório que

> A segunda fase- O fundador morreu em 1944; e eu, Severino Lopez Loureiro, já então professor do estabelecimento, comprei o Colégio em 1945. Esta instituição cresceu com a cidade, alarguei, constantemente, a assistência aos mais carecidos. A partir de 1950 a esta data a média de bolsistas foi de 40 alunos anualmente (Severino Lopez Loureiro, 1975. Arquivo Escolar).[15]

O trecho do Relatório das atividades filantrópicas do Colégio Alfredo Dantas nos apresenta o compromisso que a instituição educativa firmou com a sociedade campinense e com a cidade. Ofertar bolsas de estudo possibilitaria um número maior de sujeitos que iriam ter acesso a formação técnica, e assim, retornariam para a sociedade exercendo suas funções no comercio da cidade que cresce.

---

14 Informações encontradas no arquivo escolar do CAD.

15 Relatório das atividades filantrópicas do Colégio Alfredo Dantas, Professor Severino Lopez Loureiro, em 1975.

Imagem 1: Fachada do Instituto Pedagógico em 1931

Fonte: <http://www.alfredodantas.com

Imagem 2: Fachada do Colégio Alfredo Dantas em 1975

Fonte: Revista Evolução, Ano 1, Nº 1,1931,p.8) *apud* **ANDRADE, 2014.**

Em entrevista ao jornalista Ronaldo Dinoá "*Bem. Os leões serviram sempre como adorno para o colégio. Por ser uma tradição, e a pedido da maior parte da população, tive que deixa-los."*[16] (Professor Severino Loureiro, 1993 *apud* DINOÁ, 1993, p. 264). A narrativa do professor Loureiro ecoa o discurso de um homem que se importava com as tradições da cidade e com os desejos do povo, todavia, quando observamos as reformas feitas no CAD em 1975 percebemos que ele acabou destruindo parte da memória arquitetônica escolar, tendo em vista expandir os espaços, esquecendo da parte histórica do prédio.

Após a reforma, como podemos ver na imagem 2, o colégio recebeu ares de modernidade. Sua fachada atualmente permanece com os mesmos traços que foram modelados em 1975. A entrada da escola ganhou uma cobertura, que possibilitava que os alunos esperassem seus pais na frente da instituição. Além disso, formou um espaço de sociabilidade, em que os colegas antes e após as aulas se reuniam e conversavam sobre as disciplinas, as provas, os eventos que possivelmente iriam participar. Essa calçada em frente ao CAD faz parte da dinâmica da escola e da cidade até os dias de hoje, sendo um espaço também para os transeuntes da cidade.

As janelas foram amplamente utilizadas, o prédio cresceu verticalmente, agregando espaço ao colégio, foram adicionados quatro andares ao corpo físico do CAD, uma reforma impactante para a população urbana campinense, que observou um prédio com

16 Não constatamos pesquisas feitas na época, para ratificarmos a afirmação do Professor Severino Loureiro sobre a frase "a pedido da maior parte da população".

características arquitetônicas “antigas”, se transformar em um grande prédio, com vário andares e janelões. Apesar de ser o mesmo prédio, após a reforma, ele ganha identidade progressiva, sua arquitetura passa a fazer parte dos monumentos da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o intento de discutir o papel social de uma instituição educacional dentro do processo de modernização da cidade de Campina Grande, pensando sua ação educativa e os processos de modernização do seu prédio físico, que acompanhava a cidade.

Nos aprofundamos em entender o processo de simbiose existente entre a cidade de Campina Grande e o Colégio Alfredo Dantas, constatamos a missão do educandário desde sua fundação, devolver na urbe cidadãos que respondessem as necessidades que viam em consequência do seu crescimento vertiginoso.

Educar os filhos da Rainha, higieniza-los, torna-los profissionais técnicos, acompanhando os moldes de uma cidade moderna. Atrelado a isso, buscamos fazer o movimento entre História da Educação e transformações nas diretrizes educacionais a partir dos contextos políticos diversos. Esperamos, caro leitor, que as duvidas que o fizeram ler até aqui tenham sido sanadas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de**. A dimensão retórica da historiografia**. In. PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de. O historiador e suas fontes. Editora Contexto. 2021.

ANDRADE, Vivian Galdino de. **Alfabetizando os filhos da rainha para a civilidade/ modernidade: o Instituto Pedagógico em Campina Grande-PB (1919-1942)**. 302 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, 2014.

BRITO, Vanderley de., STEINMULLER, Ida. **História de Campina Grande: De aldeia a metrópole.** Campina Grande- PB. 2021.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Escolarização e Cultura Escolar no Brasil:** Reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In. Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **INSTITUIÇÕES ESCOLARES: CONCEITO, HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PRÁTICAS**. Cadernos de História da Educação - nº. 4, 2005.

OLIVEIRA, Alexandre Teles de. **A História da Cidade e a Casa: A arquitetura moderna em Campina Grande de 1950 a 1960.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História)- Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.

NOVOS OLHARES SOBRE A HISTÓRIA DE PIRPIRITUBA: UMA PERSPECTIVA DE ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL ATRAVÉS DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE E DA MEMÓRIA COLETIVA.

Monique Leandro da Silva[1]

RESUMO

Este trabalho é um projeto de pesquisa que está em andamento, cujo objetivo é estudar a História do município de Pirpirituba- PB, através do seu Patrimônio Cultural. Para tanto, serão realizadas pesquisas de campo, a fim de se coletar depoimentos orais sobre as memórias presentes nessa cidade. O trabalho apresenta-se como proposta pedagógica que visa proporcionar espaços de discussão no âmbito escolar que favoreçam o conhecimento e valorização das identidades presentes no cotidiano dos alunos.

Palavras-Chave: cidade, memória, patrimônio cultural.

INTRODUÇÃO

> *Quanto mais enraizado na minha localidade, tanto mais possibilidades tenho de me espraiar, me mundializar. Ninguém se torna local a partir do universal. O caminho existencial é inverso*
>
> *(Freire apud Simon e Blanch, 2015, pág. 127).*

O ato de pesquisar é essencial ao ensino, pois sem a pesquisa não existe fomento para o trabalho em sala de aula, como também, muitas vezes, a prática em sala de aula é a grande incentivadora para o início de uma pesquisa.

Assim sendo, esta pesquisa que está em andamento, é resultado de minhas inquietações ao longo de minha prática docente. Pois, ao longo de minha trajetória como professora de História, especialmente quando comecei a ministrar aulas na cidade de Pirpirituba/PB, percebi que a maioria dos alunos desconheciam a história do município e/ou demonstravam pouco interesse pela história do seu lugar, desvalorizando suas raízes e os bens patrimoniais que estão presentes no seu cotidiano, ainda mais quando comparavam sua cidade a outras cidades da sua região, que para eles teriam maior valor cultural.

---

1 Mestranda do Profhistória, ofertado pela UFPB. Professora da disciplina de História no ensino fundamental II e médio, lotada na Secretaria de Estado da Educação–SEE-PB. Professora do ensino fundamental II, lotada na Secretaria Municipal de Educação do município de Solânea.

A partir de então comecei a me questionar se a falta de estímulo pelo que se refere às identidades locais não se deve pelo fato de que as abordagens trazidas pelo ensino de História, no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, geralmente seguem um cronograma que enfatiza fatos históricos que se distanciam da realidade vivida pelos alunos, ou melhor dizendo, seguem um currículo voltado para a história universalizante. De modo que, as abordagens referentes ao estudo da História local voltada para o eixo da Educação Patrimonial geralmente ficam limitadas e/ou estão condicionadas, quase exclusivamente, aos trabalhos isolados e às iniciativas dos professores, quando desenvolvem algum projeto pedagógico.

Nesse sentido, embora a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), nos traga orientações a respeito de abordagens que contemplem assuntos relacionados à realidade, a qual os estudantes estão inseridos, quando propõe como competência para o ensino de ciências humanas do Ensino Médio "analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos [..]". (BNCC, pág. 135), este mesmo documento apresenta incoerência quando organiza o currículo do ensino de História Local apenas para os primeiros anos do Ensino Fundamental I, além disso, nós professores ainda encontramos outros entraves no âmbito escolar, que acabam dificultando uma prática pedagógica alinhada às discussões referentes às identidades e culturas locais, de modo a privilegiarmos o currículo organizado pela BNCC, principalmente no Ensino Médio, quando há uma pressão para o preparo do aluno para o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e para o mundo do trabalho. Além disso, com a Lei nº 13.415/2007 mais conhecida como "Reforma do Ensino Médio", a carga horária da disciplina de História foi reduzida, o que nos trouxe ainda mais obstáculos para organizarmos um currículo que abranja todas as demandas propostas para o ensino de história.

Diante disto, acredito que seja de fundamental importância, a organização de um currículo escolar que traga discussões sobre a memória, as narrativas que se constroem no âmbito do espaço local para a construção coletiva dos saberes históricos trabalhados na escola como: cultura, identidade e cidadania. Promovendo, desta maneira, práticas pedagógicas que se integrem aos costumes, aos valores e as vivências que se fazem presentes na comunidade, para que o aluno tome gosto pelo que é seu, por suas raízes. Pois a temática sobre a Educação Patrimonial precisa se fazer presente nas discussões em sala de aula, não apenas nas aulas de História, mas em outras disciplinas do currículo escolar. A esse respeito, Ângelo Emílio da Silva Pessoa nos coloca de maneira pertinente:

> Consideramos que esse tema envolve uma série de questões que ultrapassam a competência de uma só disciplina, no caso a História, e que exige reflexões de ordem preliminar para o seu desenvolvimento. A partir de nossas experiências, entendemos que a educação patrimonial, para além de uma prática de caráter apenas formal nos planos de ensino, necessita de uma discussão do âmbito do espaço escolar, envolvendo disciplinas diversas, o que se torna essencial para a sua efetiva realização. (PESSOA, pág. 140, 2016).

Destarte, propiciar debates em sala de aula sobre esses espaços de memória que fazem parte do cotidiano de nossos alunos e estão expressas das mais variadas formas de expressão como: nas falas, nas crenças, nas festividades, nas paisagens, nos lugares, etc., é de suma importância, pois a escola como espaço social deve desenvolver práticas pedagógicas integradas à comunidade que visam valorizar e preservar estas expressões culturais. Pois, como ainda discorre o historiador sobre o ensino de história e Educação Patrimonial:

> "a atuação de órgãos de proteção patrimonial, por mais recursos que sejam aplicados, não pode prescindir de uma ativa participação do conjunto da sociedade na sua valorização e defesa e, nesse sentido, a formação escolar permite o estabelecimento de uma consciência mais ampla de preservação, consistente com o princípio de que só se defende aquilo que se conhece" (PESSOA, pág. 141, 2016).

O debate sobre Patrimônio Histórico e práticas de ensino voltadas para a Educação Patrimonial favorecem a ampliação da consciência histórica dos nossos alunos, propiciando conhecimentos pertinentes à diversidade cultural local, dando sentido à sua própria história, e, por conseguinte, fazendo com que eles se percebam como sujeitos históricos, pois considero como uma prática pedagógica que não se objetiva à mera reprodução de conteúdo que não tem significância para os alunos, e dá sentido ao que é transmitido, trazendo à tona "atores sociais silenciados e omitidos da história geral tida como oficial, uma alternativa de construção do conhecimento histórico, que contribua como aporte identitário social, podendo, também, gerar consciência, ação e transformação"(MELO, 2015, pág. 75-76).

Nessa perspectiva, a professora e filósofa Jeanne Marie Gagnebin (2006) em sua obra Lembrar, Escrever, Esquecer, também nos mostra que se faz necessário que as lembranças e as evidências que por outrora foram apagadas pelas narrativas históricas oficiais, permanecem vivas ao longo do tempo e precisam ser valorizadas para a construção de uma memória. Devendo ao historiador, e aqui acrescento também, ao professor de História, adquirir uma prática de ensino que valorize as memórias que foram ocultadas.

DIÁLOGOS ENTRE A HISTÓRIA LOCAL, A MEMÓRIA E A CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS: O LUGAR DA HISTÓRIA LOCAL NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.

> *Preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares [...]*
>
> *(LEMOS apud BARBOSA e MELO, pág. 86-87).*

Antes de ingressarmos propriamente no assunto deste texto, acredito que seja relevante situar o leitor sobre a toponímia e a localização do lugar onde se direciona a pesquisa que está sendo desenvolvida, visto que toda pesquisa está direcionada para um lugar, um recorte temporal e uma discussão temática.

Pirpirituba é uma palavra que se origina do tupi-guarani "'Peri-peri-tuba' que significa 'onde nasce o junco' em face da abundância dessa cyperaceae na região"[2], planta esta que servia como matéria prima bastante utilizada pelos indígenas para a confecção de esteiras. De acordo com IBGE, o município está localizado na Mesorregião do Agreste e Microrregião de Guarabira. Possui área de 80,672km 2 e a população estimada para o ano de 2021 era 10.590 pessoas.[3]

Segundo o estudo da Região de Influência (REGIC), realizado pelo IBGE (2018), o município encontra-se no arranjo populacional da Região Imediata de Guarabira devido ao movimento pendular que a população exerce seja para trabalho, estudos ou serviços diversos. Hierarquicamente, o município ainda recebe influência da Região Intermediária de João Pessoa, concluindo assim seu ciclo de dependência na rede urbana.

Posto isto, cabe-nos discorrer sobre a proposta de ensino desta pesquisa, que está em andamento, a qual tem como abordagem temática a de História local através da educação patrimonial, relacionando-as à cultura histórica na qual essas dimensões encontram-se mergulhadas.

A História local nos oferece novas evidências e novos contextos sobre a cidade e seus habitantes, proporcionando ao pesquisador uma variedade de grandes óticas sobre o legado memorial e vivências pessoais e coletivas, como também de fatos que foram silenciados, pelas narrativas tradicionais e que estão disponíveis no lugar de vivência dos alunos. Pois como discorre Samuel:

---

2 Disponível em:https://cidades.ibge.gov.br. Acesso em 09/06/2022.

3 Disponível em:https://cidades.ibge.gov.br. Acesso em 09/06/2022.

> A História local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler os seus grafites nas paredes, seguir suas pegadas nos campos (SAMUEL, 1989, Pág. 220).

Sendo assim, promover espaços de discussão voltados para estudo da História local, voltando-se para análise e conhecimento do Patrimônio Cultural é uma prática que proporciona ao aluno um entendimento distinto da realidade que o cerca, além de possibilitar que o mesmo construa laços de pertencimento com o seu lugar de vivência, atribuindo assim importância a este espaço comum de convivência de costumes, de saberes, de expressões e de práticas que remetem à sua história, à sua memória e identidade local.

Nesse sentido, a autora Vilma de Lurdes Barbosa e Melo é bastante oportuna ao considerar que:

> compreender as relações de ordem econômica, política, social e cultural que se apresentam no local – entendido, neste caso, como na história do município – e situá-los no contexto do estado, da região, do país, do mundo, percebendo as relações que se constroem cotidianamente na história, requer a compreensão da história como uma das possibilidades de apreender as relações que os homens estabelecem entre si na sociedade, que pressupõe as bases de sua sobrevivência individual e coletiva (MELO, 2015, pág.60).

Proporcionar abordagens a partir da História local, sobretudo a partir das vivências individuais e coletivas e das memórias esquecidas, propicia maneiras de se entender melhor a própria história global, pois trata de discussões que foram relegadas da história tradicional, lidando com as peculiaridades e também com as diferenças presentes no contexto local.

Porém, vale salientar que tais discussões não deverão ser dadas desvinculadas do contexto nacional ou geral, pois como bem coloca Neves (1997) “O local fora do contexto geral, é apenas um fragmento, e o geral, sem o respaldo das realidades locais, é apenas uma abstração, e, neste caso, ambos estarão destituídos de sentido”. (NEVES apud Barbosa e Lemos, pág. 58, 2015).

Nesse sentido, a pesquisa que apresentamos, buscará fomentar abordagens sobre a história do município de Pirpirituba- PB, dentro da discussão sobre Educação Patrimonial, recorrendo-se assim, à análise de alguns bens patrimoniais da cidade, como: Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário; Escola Monsenhor Walfredo Leal; Usina São Francisco (em ruínas); Festa de Nossa Senhora do Rosário (padroeira da cidade); as Benzedeiras da cidade; Estação ferroviária da cidade (hoje Secretaria Municipal de Saúde), visto que

os livros didáticos não contemplam, em sua temática, uma abordagem mais ampla sobre Patrimônio Cultural, bem como a organização curricular do ensino de História no ensino Fundamental II e Ensino Médio, que acaba deixando de lado temas referentes à História Local, fazendo com que os alunos desconhecem e/ou não valorizem as suas raízes, a sua identidade.

Assim, cabe destacar que o debate sobre Educação Patrimonial proposto por este trabalho não se fará apenas como mero conhecimento de bens patrimoniais de uma sociedade e o culto ao passado, que não tragam referências sobre as experiências e realidades dos que fazem parte dessa sociedade, sem nenhuma conexão com o tempo presente e sem nenhum questionamento sobre o que está sendo estudando, pois como pondera Ângelo Pessoa:

> uma educação patrimonial, a depender de sua concepção e prática, tanto pode ampliar as referências de leitura do mundo, quanto pode, ingenuamente, reforçar estereótipos indesejáveis, sendo o principal deles um culto ingênuo do passado como "um tempo no qual as coisas eram mais belas (pág. 144, 2016).

Interessante sublinhar que, as abordagens sobre a História local, não devem-se reiterar à história tradicional, que traz uma narrativa que evidencia apenas as personalidades que deram origem ao município ou os "grandes" eventos que marcaram o cenário político local. O que se deve evidenciar é uma narrativa que contemple as particularidades da cidade de Pirpirituba- PB, os contextos que estão presentes no cotidiano das pessoas e as formas como se relacionam, como constroem suas identidades culturais e sociais através da memória. Pois "na cidade, toda pedra pode contar uma história" (SAMUEL, 1989, Pág. 224).

Ademais, as propostas metodológicas contidas neste trabalho estão dentro das discussões trazidas pela Escola dos Annales, que surgiu no século XX e passou a questionar o modelo tradicional[4] de se escrever história, apresentando novos elementos para além das abordagens feitas pelos positivistas, que enfatizavam datas e acontecimentos políticos. Essa corrente metodológica possibilitou a introdução de novas fontes de pesquisa, além dos documentos oficiais, que eram as únicas fontes confiáveis para os historiadores positivistas. Dentro desse campo de possibilidades historiográficas, que surgiram a partir do século XX, cabe ressaltar também que este trabalho de pesquisa se insere dentro das propostas teórico-metodológicas da História Cultural, que nos permite escrever história do âmbito dos modos de vida das populações que estão intrinsecamente relacionados

4 O termo tradicional é aqui usado para descrever a História político-institucional que traz uma narrativa voltada para os grandes heróis e grandes marcos políticos.

às suas manifestações culturais e suas representações cotidianas. No que tange ao uso de fontes, também apresento como referencial teórico-metodológico a História Oral, que surgiu no final do século XX e possibilitou investigar o passado através da memória, de modo que os depoimentos orais têm grande importância para se dar voz aos que foram silenciados e excluídos pelas narrativas oficiais.

Dentro dessa perspectiva, será feita uma pesquisa em campo para assim conhecer os espaços e as representatividades da cultura do município de Pirpirituba - PB, para coletar depoimentos orais e analisar outras fontes históricas que versam sobre a história desse município, as crenças, os valores, as festividades, as paisagens, os lugares, etc, pertencentes aos bens patrimoniais da cidade de Pirpirituba - PB, que servirão para fundamentar minhas discussões sobre práticas educacionais inseridas dentro de perspectivas locais.

Posto isto, considero importante destacar as considerações levantadas por Tumelero (2007) quando observa que a Educação Patrimonial "carrega em si uma responsabilidade social. Vai além da construção da identidade cultural da comunidade ou conscientização acerca do valor do patrimônio local" (TUMELERO, apud PESSOA 2016, pág.141).

Tais considerações se assemelham com as observações de Paulo Freire, quando discorre sobre a nossa prática docente em sala de aula e nos chama a atenção para uma prática de ensino que integre aos conteúdos trabalhados, os saberes que são construídos socialmente através das práticas cotidianas presentes na realidade, a qual este aluno está inserido. Ambos autores nos levam a perceber que o que é ensinado na escola não deve estar alheio à realidade vivenciada pelo aluno, às questões culturais, sociais, políticas e econômicas, pois como bem coloca Paulo Freire:

> pensar certo coloca ao professor, ou mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela - saberes construídos na prática comunitária - mas também [...] discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos (FREIRE, 1996, pág. 15).

Sendo assim, o ensino de história, que considera o aluno como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem e que busca agregar conhecimentos históricos que têm relação com a sua realidade, contribui para que este reflita sobre a sua vivência, fazendo com que o mesmo adquira capacidade de pensar e agir diante de situações do seu cotidiano de forma autônoma.

Nesse contexto, Luis Fernando Cerri nos coloca de forma pertinente que:

> O ensino da história implica o gerenciamento dos objetivos curriculares e das concepções de tempo e de história que os alunos já trazem consigo desde fora da escola, então o professor de história definitivamente não é um tradutor de conhecimento erudito para o conhecimento escolar, um simplificador de conteúdos. É, sim, um intelectual capaz de identificar os quadros de consciência histórica subjacentes aos sujeitos do processo educativo- inclusive o seu próprio - e de assessorar a comunidade na compreensão crítica do tempo, da identidade e da ação na história. (CERRI, 2011, pág. 18).

Interessante sublinhar que as propostas de ensino aqui discutidas se dão dentro da perspectiva da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) nº 9394/96 juntamente com os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) quando propõem que o ensino de História voltado para a formação de identidades e do exercício da cidadania; com abordagens pertinentes à pluralidade cultural do nosso país e às realidades regionais e sociais, nas quais os alunos estão inseridos.

Corroborando com a ideia de RÜSSEN (2001) quando diz: “não se pode de forma alguma pensar um processo histórico de conhecimento em que o próprio sujeito do conhecimento deixasse de debruçar-se sobre si mesmo” (RÜSSEN apud MATHIAS 2011, pág. 46). Ressalto aqui mais uma vez, a importância do objeto de pesquisa deste trabalho, que, ao meu ver, possibilita um amplo espaço discussões sobre as práticas sociais dos estudantes, ao questionamento da realidade vivenciada pelos mesmos, das suas identidades, levando-os a compreenderem e transformarem a realidade de uma forma crítica, ampliando, assim, sua consciência histórica.

Assim sendo, as metodologias propostas neste trabalho consideram o aluno como parte do processo de ensino-aprendizagem, que deve agregar conhecimentos históricos que têm relação com a sua realidade e o que ele aprende em sala de aula deve ultrapassar os muros da escola para que dessa forma ele seja capaz de questionar a sua própria historicidade e refletir sobre o mundo ao seu redor de maneira a adquirir capacidade de pensar e agir diante de situações do seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

ABUD, Katia Maria **Formação da Alma e do Caráter Nacional:** Ensino de História na Era Vargas. Rev. bras. Hist. vol. 18 n. 36 São Paulo 1998.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/Samia/Downloads/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site%20(2). pdf. Acesso em: 30/05/2022.

BORDIN, Alain. A questão local. Rio de Janeiro: Ed. DP & A, 2001.

CERRI, Luís Fernando Marques dos Santos. **Ensino de história e consciência histórica.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

FREIRE, **Paulo**. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São **Paulo**: Paz e Terra, 2004.

FUNARI, Pedro **Paulo**; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GAGNEBIN, J. M. Lembrar Escrever Esquecer. São Paulo: Editora 34. 2006.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

IBGE. **Histórico do Município de Pirpirituba**. João Pessoa: IBGE, 2013. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br. Acesso em: 09/06/2022.

IBGE. **Censo 2010:** População e Área da Unidade Territorial. João Pessoa: IBGE, 2017. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br. Acesso em: 21/06/2022.

MATHIAS.Carlos Leonardo Kelmer. **O ensino de História no Brasil:** contextualização e abordagem historiográfica. História Unisinos 15(1):40-49, Janeiro/Abril 2011 © 2011 by Unisinos – doi: 10.4013/htu.2011.151.05.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. **História local:** contribuições para pensar, fazer e ensinar. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

NETO, Manoel Pereira de Macedo. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE HISTÓRIA:** desafios e possibilidades da história ensinada na Educação Básica. Revista História em Reflexão: Vol. 3 n. 6 – UFGD - Dourados jul/dez 2009.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **Educação Patrimonial, Ensino de História e**

Cultura Histórica: Algumas Experiências e Considerações. Revista de História [35]; João Pessoa, jul./dez. 2016.

PARAÍBA. Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular do Ensino Médio.** João Pessoa, 2020. Disponível em:https://drive.google.com/file/d/1q7hNWJL7ScfzW26dAjqXai9oUVpLs4Zf/view. Acesso em: 30/05/2022.

RÜSEN, Jörn. **O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica:** uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. *In*: BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão Resende; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Org.). Jörn Rüsen e o ensino de história. Curitiba: UFPR, 2010.

SAMUEL, Raphael. **História Local e História Oral**. São Paulo: Revista Brasileira de História, vol.09. nº 19, pp.219-243. set.89/fev.90.

SANTOS, Beatriz e Boclin Marques. **O CURRÍCULO DA DISCIPLINA HISTÓRIA NO COLÉGIO PEDRO II – IMPÉRIO.** Cadernos de História da Educação – v. 14, n. 1 – jan./abr. 2015

VIEIRA, Cleber Santos. **Civismo, República e manuais escolares.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 32, nº 63, p. 325-340 - 2012.

SIMON, Cristiano Biazzo e Joan Pagés Blanch. **Paulo Freire, ensino, história e os desafios da contemporaneidade.** Diálogos (Maringá. Online), v. 19, n.1, p. 117-142, jan.-abr./2015.

PRÁTICAS MÉDICAS NO POSTO DE HIGIENE DE FLORIANO A PARTIR DOS BOLETINS MENSAIS (1931-1935)[1]

Rakell Milena Osório Silva[2]
Joseanne Zingleara Soares Marinho[3]

RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar como o Posto de Saúde do município de Floriano passou a organizar os serviços de saúde a partir dos boletins mensais, baseados na prevenção e na terapêutica das enfermidades durante o período do Governo de Landry Salles Gonçalves, Interventor Federal do Piauí. A partir de 1931, a saúde pública passou a ser enfrentada de forma mais intensiva, sendo que de acordo com os códices oficiais do Diretor do Posto de Floriano, Sebastião Martins (1933), era possível identificar informações sobre as doenças que incidiam na população e formas de profilaxia. Diante disso, apesar da saúde de Floriano ter passado por melhorias, o processo ainda era inicial, apresentando-se problemático e limitado não somente nesse município, mas no estado do Piauí.

Palavras-Chave: História; Saúde Pública; Posto de Saúde de Floriano.

As mudanças no Brasil estavam latentes no início do século XX, sendo marcado por inúmeras mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, transformações e evoluções no campo das ciências e da medicina. O período governamental de Getúlio Vargas (1930-1945) contribuiu veemente para a centralização pública federal, principalmente na área da saúde, uma vez que, no período anterior, a saúde pública ainda buscava se estabelecer e se tornar prioridade no país.

No começo da década de 1930, uma das principais medidas adotadas no país foi em direção à saúde pública, que apresentava estruturas precárias, principalmente no interior do país. Houve um processo lento a partir do que já vinha sendo realizado na área da

---

1 Este trabalho é resultado de uma pesquisa já finalizada do projeto PIBIC CNPq, da Universidade Estadual do Piauí- UESPI, com vigência 2021-2022, intitulado “Curar com ciência e prevenir com cautela: os postos de higiene e a interiorização da saúde pública no Piauí (1930-1949)”, sendo orientado pela Prof.ª Dr.ª Joseanne Zingleara Soares Marinho.

2 Graduanda do 6° Período em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Bolsista CNPq 2021-2022, membra do Núcleo de Estudos em Estado, Poder e Política- NEEPP e do Grupo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde no Piauí (Sana). E-mail: rakellosorio@gmail.com.

3 Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná- UFPR. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí- UESPI. Docente do Programa de Pós- Graduação em Ensino de História- ProfHistória. Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB) da Universidade Federal do Piauí- UFPI. E-mail: joseannemarinho@cchl.uespi.br.

saúde, com a incorporação tanto das instituições, quanto dos agentes, para estabelecer a normatização, centralização e especialização profissional. (HOCHMAN, 2002).

A área da saúde pública constituiu-se como uma das responsabilidades do Estado a partir do combate às doenças infectocontagiosas. As questões de assistência sanitária e bem estar social da população ganharam maior destaque, passando a ser questão administrativa, como afirma Claúdio Bertolli, em História da Saúde pública no Brasil:

> A nova organização do setor de saúde anunciava o compromisso do Estado de zelar pelo bem-estar sanitário da população. Tal promessa foi recebida de modos diferentes pelas lideranças políticas estaduais. Nas áreas onde havia pouca ou nenhuma assistência médico-hospitalar, essa proposta foi naturalmente bem aceita: esperava-se que as vilas e cidades mais carentes atraíssem a atenção do governo federal e recebessem postos médicos e até mesmo hospitais. Nos estados mais ricos, que já possuíam serviços de saúde organizados, a intervenção federal foi considerada desnecessária e centralizadora, mais dificultando que ajudando a melhorar o atendimento à população. (BERTOLLI, 1996: 31).

Desse modo, a antiga natureza da saúde pública foi remodelada em todo o país de forma gradual pelos interventores federais designados pelo presidente para cada estado, pois não havia profissionais qualificados, as estruturas eram precárias e os materiais eram insuficientes. (FONSECA, 2007).

A saúde pública passou a ser vista como prioridade na agenda estatal, sendo importante para a construção nacional, especificamente a partir da década de 1920, pois foi partilhada por médicos higienistas e elites políticas, que visavam um país modernizado e, para isso, era necessária a incorporação de uma medicina social de cunho preventivo, com medidas higiênicas e profiláticas, que segundo Hochman (2002), foram importantes para romper com esse ideário construído do Brasil como “um imenso hospital”, advindo do discurso médico de Miguel Pereira, proferido em decorrência das endemias que assolavam a região rural, tendo repercussão nas decisões acerca das políticas públicas de saúde na primeira metade do século XX.

As práticas políticas da Primeira República ainda estavam latentes na década de 1930 com as relações desiguais entre os estados, que se orientavam através das noções de privilégio e exclusão. (FONSECA, 2017). Nesse cenário de constantes mudanças, o Estado passou a ser o principal prestador desses serviços, com uma forte campanha de nacionalização pautada na modernização do sistema político da união, a saúde pública seria delineadora desse modelo centralizado, em contraponto aos interesses privados regionais, que colocavam o higienismo e a salubridade em segundo plano.

A organização da saúde pública foi sendo remodelada pelos interventores federais de

cada estado designados pelo presidente Getúlio Vargas, pois os profissionais qualificados eram limitados, as estruturas eram precárias e os materiais eram insuficientes. (FONSECA, 2017). De acordo com Joseanne Marinho (2018), tais medidas chegaram ao Piauí através da gestão do Interventor Federal, Landry Salles Gonçalves, que foi responsável por uma reformulação da administração pública, incluindo as instituições públicas de saúde.

Na Primeira República no que se refere ao contexto político, o Piauí passou pelo início da construção de uma cultura sanitária, através das primeiras iniciativas de medicalização da população. As dificuldades se davam, principalmente, na organização política que beneficiavam interesses particulares e na condição secundária que a saúde pública se encontrava, com péssimas condições de higiene e salubridade, pois a população pobre apresentava condições de vida precária, em decorrência da ineficiência na estrutura básica, com a falta de abastecimento de água potável, o descarte incorreto de lixo, a falta de saneamento básico e a sujeira predominante nas ruas das cidades. (SILVA, 2010).

Ainda na década de 1920, a capital Teresina, mesmo atrasada em relação a capital do país, contou com a instalação do primeiro Posto Sanitário do estado, em 1921, no antigo prédio da Repartição Sanitária, tinha como objetivo ajudar os indigentes e doentes pobres que necessitavam de atendimento, oferecendo um serviço de saúde baseado no mapeamento, tratamento e prevenção de doenças infectocontagiosas, com assistência médica de urgência. (MARINHO, 2019). Além disso:

> Em 1920, Eurípedes Aguiar insistia ser necessário a organização de um serviço de saneamento que atuasse contra as principais epidemias do Estado. Direcionado incialmente para o controle da malária e das "verminoses", posteriormente passou a prestar atendimento às demais enfermidades que assolavam a região. Reforçava o governador: "Lembro que devemos começar pela montagem de um posto sanitário em Theresina, com o pessoal, material e recursos estrictamente necessários ao diagnóstico e tratamento dessas entidades mórbidas". (SILVA, 2019: 11).

Desse modo, o Posto Sanitário de Teresina, foi considerado sinônimo de civilização e modernidade para a época, por realizar serviços de vacinação e revacinação contra varíola, além de oferecer serviços de profilaxia contra lepra, doenças venéreas e tuberculose, serviços ambulatoriais para doentes que buscavam o posto espontaneamente e serviços domiciliários, voltado na inspeção dos ambientes privados, a fim de fiscalizar os doentes que não buscavam tratamento. (SILVA, 2019).

Apesar do serviço regular no Posto de Higiene Clementino Fraga, a saúde pública ainda se restringia a capital Teresina, Parnaíba e Floriano, além das políticas sanitaristas serem pouco efetivas em outros municípios. A assistência do estado se resumia às Santas Casas de Misericórdia de Teresina e Parnaíba, o Asilo dos Alienados na capital e o Hospital

de Caridade de Floriano, pois para o Estado era mais viável fazer reparos e melhorias em instituições já existentes do que construir e aparelhar novos serviços. (ARAÚJO, 2012).

A partir da década de 1930, com a reorganização administrativa efetiva de Landry Salles, a saúde pública no Piauí passou a visar o ideário de prevenção e amparo da saúde. As políticas públicas de saúde passaram a ser materializadas nas instituições, nos discursos médicos, no tratamento das doenças venéreas, nas ações do governo piauiense direcionadas a população, fundamentadas em uma orientação política de saúde, com base na cultura do higienismo. (NERY, 2019). Entre os serviços de saúde oficiais, tinham destaque os centros de saúde, os postos de higiene e as delegacias de saúde, que praticavam o tratamento e a profilaxia dos doentes com mais organização e regularidade. (MARINHO, 2018).

Apesar de o interventor federal do Piauí ser nomeado somente em 1931, com a instalação do Governo Provisório, medidas mais abrangentes já estavam sendo tomadas pelo governador João de Deus Pires Leal, como é retratado no Relatório Governamental de 1930, apresentado à Câmara Legislativa. O relatório demonstra as dificuldades enfrentadas na expansão do serviço de saneamento para o interior do estado, que visava a melhoria da fiscalização e cumprimento das obrigações legais quanto as instalações higiênicas, por conta da falta de verbas. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1930).

Nesse mesmo ano, com a regularidade dos serviços do Posto Sanitário, ele foi transformado em Centro de Saúde e, com isso, houve uma mudança no cenário do tratamento das doenças, possibilitando maior suporte a população, pois era responsável pelo combate às verminoses, malária e doenças venéreas. Além disso, também foi criado o Posto Anti-tracomoso Moura Brasil e o Posto Escolar Abreu Fialho, que no geral eram responsáveis pelo tratamento dos casos que estavam em crescimento de tracoma no estado. (MARINHO, 2018).

A partir de 1931 foi possível notar mudanças graduais, até mesmo no que tange aos Relatórios Governamentais do Estado. Desde o início da Primeira República até o ano de 1930, o destaque para a saúde pública era mínimo, mostrava-se mais as dificuldades enfrentadas na instalação de serviços públicos com a falta de verbas para custeá-los, do que nas melhorias desempenhadas de forma regular. Todavia, com a Interventoria Federal de Landry Salles Gonçalves, houve o esforço em reorganizar a saúde pública, priorizando a centralização e o controle da administração. Cada serviço de saúde passou a ser organizado burocraticamente para mostrar os avanços no atendimento e a diminuição das doenças que assolavam a região.

O primeiro Governo Vargas foi responsável por priorizar diversos âmbitos que

no período anterior não eram considerados relevantes. Desse modo, nesse período no Piauí, houve um aumento significativo nas verbas destinadas para a saúde pública, tanto pessoal quanto material, possibilitando que a saúde se organizasse melhor, a partir do investimento em profissionais e estabelecimentos hospitalares, com o estabelecimento e elevação do número de postos de saúde e das delegacias de higiene no interior do estado, não se restringindo somente a capital Teresina, Parnaíba e Floriano. (MARINHO, 2014).

Com isso, outros serviços foram instalados, como em 1932, o Instituto Alvarenga, na capital, responsável por pesquisas microbiológicas e produção da linfa antivariólica. A partir de 1933, mais verbas foram destinadas para diversos serviços, como: o Leprosário de Parnaíba, estabelecimentos hospitalares do estado, Asilo de mendigos de Teresina e a Sociedade Feminina de Assistência aos Lázaros e proteção aos pobres de Parnaíba. Antes, mesmo a filantropia contando com os subsídios governamentais desde o século XIX, as verbas eram insuficientes para suprir as necessidades da população por todo o estado, por isso somente no governo de Landry Salles, com os aumentos de verbas houveram avanços significativos na área da saúde pública. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1931-1935).

A Diretoria de Saúde atuava de forma ineficiente e dependente no período anterior, se limitando ao Serviço de Profilaxia Rural, por isso, o principal propósito do Interventor era reorganizar os serviços de saúde para desempenhar, gradativamente, uma melhor performance, como demonstra Landry Salles em seu relatório:

> As primeiras administrações posteriores á Resolução, creando e conservando a Assistencia Publica, não tentaram, comtudo modificar, mesmo levemente, a situação da Directoria de Saúde. Ambas cheguei, por fim, a verificar inefficientes, desapparelhadas e sem regulamentação. Não era possivel admittir que assim permanecessem. Logo no segundo mês de Governo, procurei, unificando-as, reorganizal-as convenientemente, [...]. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1931-1935: 39).

Com a sua reorganização gradual, a Diretoria foi dividida em três seções: a Seção de Assistência Médica, responsável pelas clínicas médica, cirúrgica, mental e obstétrico-ginecológica, a Seção de Saúde Pública, especializada no enfrentamento de endemias e epidemias e uma seção especializada em higiene escolar, que já mostrava como a proteção à infância começava a ser materializada. (MARINHO, 2019). As novas medidas, tinham como propósito conservar a assistência pública, com a ampliação dos serviços, não se limitando somente a Teresina e Parnaíba, através da dissolução das delegacias de higiene dessas duas cidades, onde se transformaram em inspetorias demógrafo-sanitárias, de saneamento, profilaxia rural, de moléstias venéreas e lepra e de higiene escolar, especialmente do tracoma, que vinha acometendo o estado, principalmente a capital,

visando dar maior assistência para a população no tratamento e prevenção das doenças locais. Além dessas medidas, a reestruturação da Santa Casa de Misericórdia da capital foi necessária, sua estrutura era precária e a assistência hospitalar era ineficiente, sendo preciso ser feitas reformas nas partes cirúrgica, clínica médica e obstétrica ginecológica.

De acordo com Marinho (2014), no ano de 1934, foi ampliado o benefício da assistência médica a outros municípios, pois os postos e inspetorias da capital funcionavam regularmente, enquanto o interior do estado grande parte da população vivia em estado precário. Assim, o número de Delegacias de Saúde foi elevado, contabilizando 15 unidades de atendimento[4], onde cada delegacia abrangia um distrito administrativo, exceto David Caldas, que era restrita à Colônia, sendo aquelas responsáveis pelo tratamento de doenças que assolavam a região, como: malária, sífilis, verminose e outras moléstias venéreas. Além da instalação de um dispensário no município de Parnaíba, com três médicos e outro em Floriano, com dois médicos. Nesse mesmo ano a Inspetoria de Higiene Infantil foi substituída pela Diretoria de Proteção à Maternidade e Infância, onde a infância passou a ser de importância governamental.

Apesar dessas melhorias apresentadas, ainda não era suficiente para suprir a demanda do estado, podendo-se notar o aumento crescente das doenças, principalmente por impaludismo, sífilis e outros tipos de verminose, uma vez que os postos de saúde e as inspetorias que funcionavam regularmente era somente a da capital Teresina, enquanto os serviços de saneamento e as delegacias de saúde no interior do estado, deixavam a desejar. Desse modo, os códices de saúde da cidade de Floriano demonstram como os serviços se organizavam e de que forma as práticas médicas foram concebidas

A cidade de Floriano está localizada ao sul do Piauí, e a partir da década de 1930, com a reorganização e centralização da administração pública pelo Interventor Federal, em 1931, foi nomeado Theodoro Ferreira Sobral como Prefeito da cidade, sem a ocorrência de eleição, em virtude de vigorar o regime imposto pela Revolução de 30. Em sua administração, de julho de 1931 a outubro de 1934, ele se preocupou em modernizar a cidade, a partir dos calçamentos das ruas para facilitar o trabalho das carroças que traziam consigo mercadorias destinadas as casas comerciais da cidade, além da criação de uma praça, um mercado, um cemitério e uma igreja. (DEMES, 2002).

No início da Primeira República, Floriano não possuía assistência médica oficial, havia apenas algumas iniciativas filantrópicas, como o Hospital São Vicente de Paulo,

4 As delegacias estavam situadas em: Barras, Piripiri, Campo Maior, Oeiras, União, Amarante, Valença, Picos, São João do Piauí, Bom Jesus, Uruçuí, Castelo, Joaquim Távora, Piracuruca e David Caldas. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1931-1935:41)

irmandade fundada em 1901 pelo magistrado Dr. Augusto Ewerton e Silva, futuramente conhecido como Hospital de Caridade Miguel Couto, que desde o início dos serviços prestou auxílios aos desfavorecidos, fornecendo alimentos, remédios e moradia. Com a chegada do Dr. Eurípedes Clementino Aguiar, no início do século, ele se firmou como um profissional que atuava para melhorar as condições de saúde da população florianense, a partir da instalação do seu consultório na antiga Rua da Paz, onde fornecia consultas gratuitas aos pobres. (BEZERRA, 1989).

No início da década de 1930, a saúde pública no sul do Piauí se encontrava deficitária por conta da falta de profissionais, restando apenas o Dr. Djalma Nunes e o Dr. Sebastião Martins de Araújo Costa, responsáveis pela assistência médica da cidade. Os serviços de saúde do sul do estado se concentravam no Hospital de Caridade Miguel Couto e no Posto de Saúde de Floriano, ambos dirigidos pelo médico Sebastião Martins, que ao longo dos seus anos de trabalho, elaborou planos e medidas para estruturar essas instituições de saúde e tratar a população doente.

Os serviços prestados por meio do Posto de Saúde se davam através de atendimentos que datam de março de 1933. Os códices do posto possuem várias tabelas extensas, separada por idade, desde crianças com menos de um mês, até pessoas com sessenta anos ou mais. Todavia, apesar do número de habitantes ser de quase seis mil pessoas no período, segundo os dados da própria tabela, poucos são os casos em cada mês. Os códices de saúde, ainda em 1933, passaram a ser padronizados e impressos, e com isso, foi possível notar que a contabilização dos casos começava somente a partir da décima doença, tuberculose do aparelho respiratório, enquanto doenças como: febre tifoide e paratifoide, tifo exantemático, varíola, sarampo, escarlatina, coqueluche, difteria, gripe ou influenza e peste não aparecem enumeradas em nenhum mês que foi analisado. Foi possível notar que as tabelas dos postos de Floriano são bem imprecisas, pois enquanto há dados de vacinação contra varíola e febre tifoide, não há contabilização das doenças nas tabelas. (PIAUHY, 1933).

A partir de janeiro de 1934, os boletins mensais passaram a ser divididas de outra forma, ao invés de todas as doenças serem organizadas como no ano anterior, em idade e sexo *versus* doença, agora passaram a ser distribuídos em: serviços de profilaxia de diversas doenças, sejam elas contagiosas, venéreas ou helmintoses, separadas por medicina curativa e preventiva; número de consultas no posto de saúde e em domicílio, feito pelas enfermeiras visitadoras; vacinação e soroterapia contra varíola, tuberculose, peste, difteria, etc.; medicação utilizada contra essas doenças (injeções, comprimidos, sais, etc.), principalmente as que mais assolavam a região, como: verminoses, sífilis, malária e

tuberculose; trabalhos epidemiológicos contra essas enfermidades; serviços de saneamento no município, como: abastecimento de água, construção de fossas, poços e valas; serviços de educação e propaganda, como o serviço escolar e os trabalhos escolares; e serviços laboratoriais, com pesquisas de micróbios e parasitas. (PIAUHY, 1934).

Dessa maneira, foi possível notar uma transição de uma saúde pública sem organização administrativa na Primeira República, com a falta de verbas, sem instalações adequadas e falta de profissionais, para a década de 1930, com a Intervenção Federal de Landry Salles Gonçalves no Piauí, que remodelou os serviços públicos a partir de uma política federal centralizada, principalmente no que tange à saúde pública, através de verbas para a conservação desses benefícios propostos pela Diretoria de Saúde Pública, com a reforma e centralização administrativa, por meio da criação de postos de higiene, dispensários, delegacias de saúde, ampliação dos estabelecimentos hospitalares, não se restringindo somente a capital Teresina, mas abrangendo outros municípios do interior, como é o caso de Floriano.

Apesar dos códices do Posto de Saúde de Floriano serem elaborados, ainda havia falhas e dados incompletos. A maioria das tabelas não estavam preenchidas, só havia dados nos atendimentos através da medicina curativa, feitos no posto e a domicílio e as medicações para o tratamento das doenças. Dessa forma, foi possível notar que apesar de contar com avanços na saúde pública, ainda não havia um serviço regular a fim de suprir as necessidades da população do sul do Piauí.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Romão Moura de. **"Saúde, uma de nossas reais necessidades":** o processo de institucionalização da saúde pública no Piauí (1910-1930). Dissertação (Mestrado)- Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

BEZERRA, Bento. **Medicina e Poder Político em Floriano**. 1° ed. Teresina: Gráfica e Editora Júnior, 1989.

DEMES, Josefina. **Floriano:** sua história, sua gente. 1°ed. Teresina: S.A. Gráfica e Editora, 2002.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História da saúde pública no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

FONSECA, Cristina. **Saúde no Governo Vargas (1930-1945):** dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

HOCHMAN, Gilberto. A malária em foto: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX. **Revista Imagens**, v. 9, p. 233-73. Rio de Janeiro, 2002. MARINHO, Joseanne. A assistência à saúde materno-infantil no Piauí (1937-1945). **XII**

Encontro Nacional de História Oral: Política, Ética e Conhecimento. Teresina, 2014.

MARINHO, Joseanne. As políticas públicas de gênero no Piauí: A saúde materno-infantil (1930-1945). **Vozes, Pretérito & Devir**, vol. X nº I. Teresina, 2019.

MARINHO, Joseanne. **"Manter sadia a criança sã":** as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1940. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

MARINHO, Joseanne. Sobre o cuidar do "futuro do Brasil": o atendimento materno-infantil nos estabelecimentos de saúde pública no Piauí (1889-1929). **ANPUH-Brasil**. Recife, 2019.

NERY, Ana. A assistência pública aos doentes venéreos nas instituições de saúde de Teresina. **ANPUH Brasil**. Recife, 2019.

PAIM, Jairnilson Silva. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. **Revista Séries**. Rio de Janeiro, 2011.

PIAUHY, Diretoria de Saúde Pública. **Boletim mensal de Estatística Demographo-Sanitária do Município de Floriano, apresentado pelo Sr. Dr. Sebastião Martins de Araújo Costa, sobre as atividades realizadas no anno de 1933**. Códices de Saúde do Posto de Floriano. Therezina, 1933. Disponível em: Casa Anísio Brito (Biblioteca Pública). Acesso em: 02 mar 2022.

PIAUHY, Diretoria de Saúde Pública. **Boletim mensal de Estatística Demographo-Sanitária do Município de Floriano, apresentado pelo Sr. Dr. Sebastião Martins de Araújo Costa, sobre as atividades realizadas no anno de 1934**. Códices de Saúde do Posto de Floriano. Therezina, 1934. Disponível em: Casa Anísio Brito (Biblioteca Pública). Acesso em: 02 mar 2022.

PIAUHY, Governo 1930. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauhy, a 1º de junho de 1930, pelo Governador, Exmo. Sr. Dr. João de Deus Pires Leal.** Theresina: Imprensa Official, 1930. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/. Acesso em: 23 mar 2022.

PIAUHY, Governo do. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, M. D. Presidente da República, pelo Cap. Landry Salles Gonçalves, Interventor Federal no estado do Piauhy.** Teresina: Imprensa Official, 1931-1935. Disponível em: Casa Anísio Brito (Biblioteca Pública). Acesso em: 23 mar 2022.

SILVA, Ieda. A institucionalização da saúde pública no estado do Piauí, 1937-1945. **II Simpósio de História da UESPI/CCM**. Teresina: 2010.

SILVA, Rafaela Martins. O determinismo hereditário da medicina legal e o discurso higienista no Piauí: os intelectuais da saúde e os ditames da nação no final do século XIX e o início do século XX. **Revista Contraponto**, v. 3, n. 1. Teresina, 2019.

PATRIMÔNIO, MODERNIDADE E MEMÓRIA: REFLEXÕES ACERCA DO MEMORIAL CORONEL EMIDIO SARMENTO DE SÁ

Suzana Alves de Sousa[1]
Ana Victória de Medeiros Oliveira[2]

RESUMO

O presente estudo tem como enfoque a análise de duas temáticas importantes para a historiografia: a memória e o patrimônio histórico. Propomos a aplicação desses conceitos no estudo do Memorial Coronel Emídio Sarmento de Sá localizado na cidade de Sousa-PB. O lugar recebeu este nome em homenagem ao primeiro prefeito da cidade que foi, também, figura ativa no processo de modernidade da cidade de Sousa. O memorial, mantido pela família do ex-prefeito, é um museu aberto ao público e com atividades de visitação guiada. Contudo, o estudo deste lugar de memória terá como suporte teórico as discussões acerca do patrimônio histórico (PESAVENTO, 2005) e a relação com os processos de modernização da cidade (DARIO, 2012).

Palavras-chave: Cidade, Patrimônio, Memória, Modernidade.

INTRODUÇÃO

Etimologicamente falando, a palavra patrimônio vem de “patri”, que significa “pai” ou ainda “monium”, que traduzido corresponde a “recebido”, para referir-se à “herança”, oriundo de transmitir bens às gerações da família, a qual se compreende atualmente como um patrimônio a ser propagado para as gerações futuras. Logo, esta relacionado a uma construção social.

Por muitos anos a construção do patrimônio histórico esteve ligado com a busca pela formação de uma identidade nacional. Isso é, alguns foram preservados em detrimento do silenciamentos de outros. Porém, no final do século XX uma nova concepção sobre patrimônio é formada, tendo em vista, que o país acabara de sair de uma ditadura militar, a busca pelo direito à memória e a cultura passa a ser uma prioridade de todo o cidadão. Uma significativa contribuição de inclusão é a constituição de 1988, na qual passa a ser incubencia da sociedade o direito de atribuir valor cultural, não mais sendo de competência do estado.

---

1 Graduanda do Curso de História da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, anavictoria.dma@gmail.com;

2 Graduanda do Curso de História da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, suzanaalvez1@gmail.com;

Sendo assim, a cidade que se conserva e que busca restaurar esses monumentos do passado incluindo a preservação de personagens importantes para aquela cidade implica em reforçar discursos e até mesmo imagens que impliquem em uma construção identitária. (PESAVENTO,2005)

Ou seja, atribuir valores a determinados monumentos e bens, sejam, materiais ou imateriais, estar ligada a um processo de pertencimento de uma construção de discurso, deste modo, o patrimônio é transmitido e ressignificado para a população e em conjunto com ela. De acordo com Ulpiano Menesesé (2012), o valor é uma atribuição que deve gerar inquietudes sobre quem tem o poder de atribuí-los, além de questionar-se sobre que tipo de valor é esse, como ele é gerado ou construído.

Segundo Ferreira (2012), a memória enquanto lembrança está atrelada a um grupo social, ocupando um lugar importante na cena pública. Ao lado dos historiadores acontece a produção dessa "boa versão" do passado e essas ações estão associadas a instrumentos de poder. Sendo assim, elementos culturais e patrimoniais estão ligados com o poder político, tendo em vista, que são representações de discurso, identidades e ideologias.

Os museus podem ser compreendidos como os principais espaços de exteriorização da memória e consequentemente, de afirmação de identidades de uma determinada coletividade. Portanto, os signos patrimoniais precisam ser conservados justamente pela compreensão de que as identificações coletivas tem suas raízes no que é considerado "legado" para um determinado grupo.

O processo que envolve a constituição das memórias a partir das instituições museológicas é marcada por uma série de disputas: políticas, econômicas, simbólicas e principalmente ideológicas. Logo, essas instituições tendem a construir discursos que buscam manter ou perpetuar um status, e passam a atuar como um espaço não só de memória, mas também de poder.

Os museus - que será a tipologia de patrimônio histórico material a ser discutida nesse estudo - na maioria das vezes representam saudações à grandes atuações, feitos ou figuras, de modo que estas encontram-se envoltas na tríade de memória, esquecimento e poder; e consequentemente passam por um regime semiótico de organização pelos grupos dominantes, conservando o que é mais "memorável" acerca dos protagonistas destes lugares de memória.

De acordo com Andreoni, "nos afastamos da ideia de museu, preponderante, no século XIX, quando era idealizado como 'arcabouço do passado e guardião da verdade', onde estava exposta a 'história oficial'" (ANDREONI, 2011, p. 168) . Não obstante, a partir das inúmeras transformações que estas instituições e o estudo delas, sofreram ao longo

do tempo, o ideal de museu que existe na contemporaneidade foi forjado, de modo que estas deixam de ser compreendidas como lugares estáticos e passam a ser dialógicos e conectores do espaço-tempo.

É nítido o quanto a cidade evoca a memória dos indivíduos partindo do individual para o coletivo, construindo e ressignificando o passado. A propósito, a cidade deve ser um espaço na qual as pessoas se apropriem e se identifiquem, mas esse lugar também está em processo de construção para o futuro.

De acordo com Pesavento:

> Habitar uma cidade, viver em espaço urbano é, forçosamente, dotá-la de condições para que nela se exerça a vida para além do tempo do agora, do cotidiano da existência. O presente da cidade, tempo da vida, é um momento no espaço onde se reabilita o passado da urbs, material e imaterial, para que nela as pessoas se reconheçam e identifiquem, ancorando suas referências de memória e história. Mas o presente das cidades é também aquele tempo onde se pensa o futuro, se articulam planos e projetos de renovação do espaço, em antecipação, por vezes utópica, de um outro tempo ainda a realizar-se. (PESAVENTO, 2005, p.14)

Portanto, o processo de ressignificação do passado está relacionado com a criação do futuro a partir da confirmação e da legitimação do presente, isto é, a construção do passado é resultado do contexto social e histórico do presente. Sendo assim, alguns lugares vão ser lembrados e outros esquecidos.

Deste modo, o processo de constituição de memórias de um “passado” acontece no tempo corrente sendo formado a partir dos materiais disponíveis e das possíveis trocas com outros sujeitos. Assim, a memória se encontra ancorada em signos que acarretam a identificação comum, sejam eles materiais ou imateriais

O Memorial situado na cidade de Sousa-PB, que foi criado com intuito de manter dinâmica a figura do Coronel Emidio Sarmento de Sá, sendo este, um importante personagem político para a região. O memorial é mantido pela família e expõem os objetos pertencentes ao Coronel (Ex: documentos, móveis, louças, fotografias, itens de decoração, coleções pessoais).

Dito isso, o objetivo do estudo é refletir sobre os conceitos de memória e patrimônio histórico e cidade, utilizando como base para a discussão o memorial já citado anteriormente. Ademais, adicionaremos o conceito de modernidade à reflexão, analisando de que maneira os feitos públicos do Coronel Emidio Sarmento de Sá, contribuíram para que esse conceito fosse fabricado e introduzido à história local, e consequentemente viessem a gerar um sentimento comum a partir destes acontecimentos.

METODOLOGIA

O memorial coronel Emidio Sarmento de Sá, localizado no centro da cidade de Sousa, é uma das mais belas construções que se encontra em perfeita conservação e atrai olhares de quem passa por essa região. Depois de visitar esse memorial e perceber o quanto esse espaço se tornou importante para a memória do cidadão sousense, surgiu-se uma proposta de trabalhar com o memorial mediante a discussão patrimonial e sua relação com a memória.

Segundo informações cedidas pela própria administração do local, o memorial foi inaugurado no ano de 2001, inicialmente com o objetivo de fazer com que a história da família permanecesse viva mesmo com o passar do tempo. Nos períodos mais iniciais da abertura do museu, o público alvo eram os próprios familiares do Cel. Emidio, funcionando como uma tentativa de tornar conhecidas suas imagens e vivências entre os próprios parentes.

O memorial é um espaço aberto ao público, mantido pela família Sarmento, no qual as pessoas podem ter acesso a história de Emidio e de toda a sua linhagem, além de uma breve explanação da história da cidade de Sousa. Deste modo, a aproximação que o visitante tem com os objetos, fotografias, móveis, entre outros, possibilita uma rememoração de um passado.

A coleta de dados se deu por meio da visita ao local e pela dissertação de mestrado de Rafaela Pereira Dario, no qual a mesma trabalha com o progresso e a modernização da cidade de Sousa nos anos de 1951-1963. Além disso, outra ferramenta importante nesse processo de pesquisa foi o Instagram do memorial, que é administrado por membros da família, sendo utilizado como meio de divulgação.

Visto que a conta do Instagram utilizada pelo memorial é a principal esfera de publicação das informações acerca do patrono da instituição e de sua linhagem, foi utilizada as informações como suporte para pensar o objetivo atual da instituição, inteirando-se acerca dos discursos que são produzidos pela mesma, bem como para conhecer os discursos e as diferentes perspectivas da história da cidade ali representada.

Torna-se nosso propósito, a partir das discussões dos teóricos (Sandra Pesavento, Rafaela Dário), pensar Patrimônio e Memória relacionando-os com o Memorial, refletindo sobre esse espaço e compreendendo que este local perpassa as esferas de poder e constrói um discurso acerca de uma das mais significativas figuras para o processo de modernidade na região.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Emidio Sarmento de Sá nasceu no dia 05 de novembro de 1881. Com a queda do Estado Novo foi eleito constitucionalmente pelo voto tornando-se o primeiro prefeito da cidade de Sousa, governou entre os anos de 1947 a 1951. Segundo informações da própria instituição, ele não pertencia nem à polícia e nem ao exército. A terminologia utilizada antes do nome se deve à participação do mesmo na Guarda Nacional.

A seguir, será exposto algumas imagens que fazem referência ao Memorial Coronel Emidio Sarmento de Sá. Na imagem 1 encontra-se a fotografia do referido local, no qual se localiza na rua Cel. José Gomes de Sá, centro da cidade de Sousa no estado da Paraíba.

Imagem 1: Memorial Coronel Emidio Sarmento de Sá
Fonte: Instagram do Memorial Coronel Emidio Sarmento de Sá

O edifício atrai olhares de quem passa por ele, tendo em vista, que o mesmo está localizado no centro da cidade, chamando a atenção de quem passa pelas avenidas principais de Sousa.

Já na imagem 2, é apresentado o primeiro automóvel em Sousa adquirido por Cel. Emidio em 1917. Foi transportado de trem da cidade de Recife-PE a Campina Grande-PB, e de lá veio até a cidade de Sousa pelas estradas carroçais, inclusive a relatos que dizem que o Coronel muita das vezes teve que abrir passagem no mato para que só assim o veículo conseguisse passar.

Imagem 2: O primeiro carro da cidade de Sousa- PB
Fonte: Instagram do Memorial Coronel Emidio Sarmento de Sá

Durante as décadas de 1950 e 1960 foi destacado em Sousa um modernização não só no âmbito econômico mas cultural também. A cidade foi adquirindo elementos que mudaram o cotidiano urbano desta cidade, como por exemplo, cinema, automóveis, trens e luz elétrica. Em 1918 Emídio Sarmento de Sá adquire o primeiro automóvel que impacta a cidade de Sousa causando nas pessoas assombro e medo. Quem possui um automóvel torna-se um símbolo de poder.

> Nos dizeres do sertão, "fulano" possuía um carro, portanto, era bem de vida, cotado para a vida pública, em muitos casos era respeitado até mesmo como doutor; geralmente atrelava-se a este possuidor a carga simbólica de não apenas dirigir "a joia da modernidade", mas, ser anúncio vivo do moderno, quer seja através das roupas que usava, das maneiras de se portar e até mesmo dos produtos que consumia. (DÁRIO, 2012, p. 83)

Em vista disso, é bastante perceptível que um caso de memória comemorativa envolvendo a figura fundamental deste estudo funciona como um fragmento importante para explicar o processo de "modernização" na cidade de Sousa-PB. Como discute Dario (2012) fazendo referência a uma fala de Gadelha (1986): "O automóvel chegou a Sousa no ano de 1918, 'foi um grande acontecimento, a população se acotovelou para olhar a novidade, admirar a coragem e festejar o cumprimento da palavra do Cel. Emídio Sarmento de Sá'". (p.83)

Este evento, que marca por completo a trajetória do Coronel Emidio é algo que faz parte de uma memória comemorativa e se tornou algo cristalizado acerca deste. E isso pode ser explicado justamente pelo entendimento que a compra de um automóvel - da "jóia da modernidade" - naquele momento, era um símbolo desse "progresso" efervescente e sobretudo de reafirmação de um poder.

Mediante o exposto, Dário explica que “Apesar do desejo de serem modernos, poucos tinham reais condições de ascender a essa posição materialmente falando.” (DÁRIO, 2012, p. 84). Com isso, fica evidente o motivo pelo qual as pessoas, movidos pela curiosidade, reuniram para ver a chegada do primeiro automóvel na cidade de Sousa - PB, além de ser algo completamente inédito, adquirir um bem como este não era acessível para toda a população, ficando assim restrito a um grupo isolado, em especial as famílias elitizadas da região.

Dessa forma, é perceptível que Emidio Sarmento de Sá era uma figura com prestígio na sociedade sousense do início do século XX, e logo um participante desse processo de modernidade efervescente. E partindo-se desses elementos, que envolvem o coronel, o discurso memorialístico é criado, unindo e se utilizando destes eventos da memória comemorativa para estimular marcos na história da cidade e consequentemente um sentimento de pertencimento e aproximação dos indivíduos dessa localidade.

A imagem 3 é uma das mais conhecidas quando se trata do Coronel Emidio, justamente por referir-se a uma memória comemorativa que envolve o sentimento de nacionalismo e saudosismo que representa o momento histórico em que a fotografia foi feita. Nela, estão presentes alguns integrantes da Guarda Nacional que estiveram na cidade de Sousa-PB em virtude de alguns acontecimentos posteriores à Revolução de 30 e foram recebidos em uma das residências do Coronel.

Imagem 3: Coronel Emidio e alguns integrantes da Guarda Nacional
Fonte: Instagram do Memorial Coronel Emidio Sarmento de Sá

O conceito de modernidade possui suas particularidades quando o utilizamos para caracterizar as mudanças ocasionadas pelos processos de racionalização nos mais variados âmbitos da sociedade. Portanto, vejamos o que diz Alain Touraine:

> A ideia de modernidade, na sua forma mais ambiciosa, foi à afirmação de que o homem é o que ele faz, e que, portanto, deve existir uma correspondência cada vez mais estreita entre a produção, tornada mais eficaz pela ciência, a tecnologia ou a administração, a organização da sociedade regulada pela lei e a vida pessoal, animada pelo interesse, mas também pela vontade de se liberar de todas as opressões. (TOURAINE, 2008, p.09)

À face do exposto, apesar do conceito de modernidade é vivido por cada sociedade de maneira muito particular, existem alguns processos que são bastante semelhantes no cotidiano moderno da urbe, de modo que podemos encontrar estes de maneira evidente nas discussões acerca da modernização da cidade que foi utilizada neste estudo como palco para os principais conflitos acerca do processo já citado.

O discurso produzido por este lugar de memória, enquanto produção de um determinado grupo social, procura enfatizar as boas ações e valores desse indivíduo, relembra os grandes feitos e ações de Emidio. Torna-se um ato de memória para o não esquecimento desse indivíduo e de tudo que ele representa, não só para a família como para a cidade.

Diante do exposto, percebemos que essas discussões vinculadas a memória e patrimônio tornam-se necessárias para um melhor conhecimento desse espaço de memória da cidade de Sousa. Apresentando a relação desses conceitos com o Memorial e como consequência cria uma memória que parte do individual para a uma memória coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À face do exposto, fica evidente que a imagem popular do Coronel Emidio Sarmento, recebe continuidade a partir do Memorial e diante do que foi discutido o patrimônio é uma construção social e um discurso que pensa o passado e reconstrói ele. Portanto, o Memorial não foge dessa linha de ação, pois, ele foi pensado e construído para o não esquecimento e como forma de relembrar os feitos efetuados pelo mesmo.

Porém, como pesquisadores devemos sempre estar atentos aos discursos e as representações que se fazem símbolos nas cidades e as perspectivas que se formam em torno de uma figura política da cidade. Assim como, entender que um museu/memorial

não é neutro e sendo assim apontam para uma construção de uma imagem e um texto que deve ser lido.

Portanto, esperamos que este trabalho seja uma ponte para a construção de um pensamento crítico e argumentativo, provocando em nós o desejo de refletirmos sobre os símbolos que estão presentes na nossa cidade e quais as interpretações da nossa história estão sendo preservadas.

REFERÊNCIAS

DÁRIO, Rafaela Pereira. **NOS CAMINHOS DO PROGRESSO, NAS VEREDAS DA MODERNIZAÇÃO**: representações da cidade de sousa-pb. 2020. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5988/1/arquivototal.pdf. Acesso em: 23 ago. 2020.

PESAVENTO, Sandra. CIDADE, ESPAÇO E TEMPO: REFLEXÕES SOBRE A MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO URBANO. **Cadernos do LEPAARQ** : Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, Pelotas-RS, v. II, ed. 4, Julho/dezembro 2005. DOI http://dx.doi.org/10.15210/lepaarq.v2i4.893. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/893/873. Acesso em: 23 ago. 2020.

FERRAZ, Augusto. **Além do Rio**: uma fotografia da paisagem urbana de Sousa - Paraíba. 2ª ed., Sousa: AGT Produções, 2011**.**

ANDREONI, Renata. **Museu, Memória e poder**. Em questão, Porto Alegre, v 17, n. 2, p. 167-179, jul./dez. 2011

O, A. et al. **A Paraiba no império e na República**: estudos de história social e cultural. João Pessoa: Ideia, 2003. p. 79-226.

GILDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: editora UNESP, 1991.

ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e outras Conquistas Materiais e Simbólicas (1880-1925). IN: AGRA DO Ó, Alarcon et al . **A Paraíba no Império e na República** – estudos de História Social e Cultural. João Pessoa, Ideia, 2003, p.79-129.

ST 5

DIMENSÕES DO REGIME VARGAS E SEUS DESDOBRAMENTOS

Dr. Thiago Cavaliere Mourelle (Arquivo Nacional)
Ma Daviana Granjeiro da Silva (SEE/PB)

O AMBIENTE DE ESQUERDA DA FACULDADE NACIONAL DE DIREITO

Francisco Quartim de Moraes

RESUMO

Através da história de Leônidas de Resende, evocaremos a prisão dos quatro professores de esquerda da Faculdade Nacional de Direito (F.N.D.) na repressão ocorrida após o levante comunista de 1935. Constatamos, a partir de larga pesquisa sobre o autor, que ele, salvo raras exceções, é um grande esquecido nos estudos de história do Brasil no século XX. A partir de Leônidas trataremos indiretamente também de outros professores que formaram o ambiente de esquerda da Faculdade Nacional de Direito nos anos 20 e 30. Entre eles, outros três também foram presos depois do levante de 35: Edgard de Castro Rebelo, Luís Carpenter e Hermes Lima.

Palavras-Chave: 1935, História do Direito, Positivismo, Socialismo, Faculdade Nacional de Direito.

> *Outros o receberão com indignação, escandalizados com o facto de ser o seu autor um professor da Universidade, e sobretudo, da Faculdade de Direito. Nem isto, ainda, seria um mal. Que venham os que pensam de modo diverso, e até de modo diametralmente oposto. (...) Da discussão nasce a luz.*
>
> *(CARPENTER, 1930, p. 11).*

Trataremos neste texto de descrever o ambiente de esquerda da Faculdade Nacional de Direito (FND) recordando a biografia de alguns dos professores que compuseram este grupo. Entre estes professores, alguns são mais conhecidos e outros absolutamente esquecidos, mesmo tendo eles sido bastante famosos enquanto lecionaram. Para além deste importante núcleo de professores socialistas o caso ganha em importância pois quatro destes professores foram presos depois do levante comunista de 1935. Nossa hipótese é que a principal motivação desta prisão é a campanha persecutória de parte da mídia tradicional iniciada após a vitória de alguns destes professores em concurso. Em especial, os concursos para professores de 1932 e 1933 em que foi derrotado sequencialmente Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde).

Pela limitação de tamanho, neste texto iremos apenas apresentar estes professores e mencionar rapidamente os concursos e a perseguição ali iniciada.

O primeiro dos professores que compõe o grupo que estudaremos aqui é Luiz

Frederico Sauerbronn Carpenter, que se tornou professor muito jovem, ainda durante o século XIX. Com 22 anos, em 1898, ele se tornou Lente Catedrático de Direito Processual da então Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro (SANGLARD, 1995, p.87). Criada em 1891, mesmo ano em que surgiu a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, estas duas faculdades cariocas se fundiriam em 1920 para compor a Faculdade Nacional de Direito (FND). Nela Carpenter ocupou a cadeira de Direito Processual e de Direito Judiciário. Em 1935 foi um dos fundadores da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), cujo Centro Acadêmico leva até hoje seu nome.

Ao contrário do que sugere sua formação jurídica tradicional, Carpenter era um socialista radical, ainda que sua concepção de socialismo fosse eclética. Suas ideias políticas foram sintetizadas no livro *Sociedade Nova e República Nova. Brasil: República Socialista do Trabalho e da Cultura*, publicado em maio de 1930, na antevéspera da Revolução. Ele ali apresenta um receituário político para leitores de todas as classes sociais, das "mais modestas até as mais altas".

Não consta que Carpenter tivesse quaisquer relações diretas com o PCB. Aliás o Partido Comunista do Brasil vivia, especialmente nos anos 1930, a partir do processo capitaneado por Fernando de Lacerda[1], um período obreirista e avesso aos intelectuais, cuja presença nas fileiras do Partido rareava.

Independentemente do PCB, o marxismo começa a aparecer na FND nos anos 20 ligado especialmente a figura do professor Edgardo de Castro Rebelo (1884-1970). Nascido em Salvador (Bahia), formou-se em 1907 na faculdade de Ciências Jurídicas da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro e ingressou no grupo de docentes da mesma faculdade já em 1914. Sua aludida adesão ao marxismo, já nos anos 20, foi reforçada por sua atuação como advogado, quando em 1927 defendeu um grupo de trabalhadores que desejavam homenagear publicamente no Rio de Janeiro o aniversário da morte de Lênin (GALVÃO, 2017, p. 121).

O depoimento de um militante histórico reforça nossa hipótese da importância da contribuição de Castro Rebelo para o desenvolvimento do marxismo no Brasil. Em uma entrevista reproduzida recentemente na revista *Jacobin*, Antonio Candido, ao se lembrar de seu parceiro Mario Pedrosa, reforça a influência de Castro Rebelo na esquerda brasileira a partir dos anos 20. Mas Mario Pedrosa não foi o único socialista brasileiro influenciado

1 Processo que foi mais radical nos anos de 1931 e 1932 enquanto Fernando de Lacerda ocupou o cargo de secretário-geral do PCB.

por Castro Rebelo; foram muitos os que em suas aulas ouviram falar de Marx pela primeira vez. Entre os que admitem a influência de Rebelo em seu interesse pelo marxismo estão também Lívio Xavier e Evaristo de Moraes Filho.

Foi no ano de 1931 que Castro Rebelo se tornou catedrático de Direito Comercial na FND. Quando Anísio Teixeira criou a Universidade do Distrito Federal (1935) ele foi um dos professores convidados a integrá-la, lecionando Sociologia na Escola de Economia e Direito e sendo diretor da Escola de Filosofia e Letras. Foi também membro da *Societé Anatole France,* sediada em Paris, e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Entre seus escritos, cujos temas variam entre obras de história, sociologia e jurídicas destacamos seu livro de 1932, *Mauá: Restaurando a verdade*. Também foi um dos fundadores da Esquerda Democrática, uma das origens do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Entre estes professores ao menos um foi diretamente ligado ao PCB, Leônidas de Resende, que salvo raras exceções, é um grande esquecido nos estudos de história do Brasil no século XX, tanto na historiografia em geral como na especificamente comunista[2]. A título de exemplo, na Wikipedia não existe o verbete Leônidas de Resende; ele tampouco figura nos verbetes do prestigiado Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)[3]. Tentaremos, partindo das migalhas históricas que encontramos, recompor parcialmente sua vida e obra.

Ele nasceu em fins de 1889, na cidade de Juiz de Fora, filho de Estevam Ribeiro de Resende. Seu pai, que tinha origem fidalga, formou-se em medicina, mas ficou conhecido por sua atuação política. Republicano fervoroso, ainda muito jovem, Ribeiro de Resende assinou no dia 3 de dezembro de 1870 o *Manifesto Republicano* redigido por Quintino Bocaiuva. Já o filho se formou em Direito na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas (RJ) em 1913, na turma que teve como paraninfo Sílvio Romero lendo o texto *O Retrato*. Nesta ocasião, Leônidas de Resende foi o orador da turma, fazendo uma homenagem ao patrono da formatura: Rui Barbosa. Dedicou-se, mesmo antes de formado, ao jornalismo, escrevendo primeiro em jornais como *Diário de Notícias*, aonde chegou, bastante jovem, ao cargo de redator (1912). Este jornal havia sido fundado pelo próprio Rui Barbosa, do qual ele se tornaria fiel discípulo. Já nessa época se definia como “ruiano”, lembrando sempre em suas reminiscências da convivência com seu mestre. Esta filiação foi uma constante em sua vida, desde jovem jornalista até em seus últimos escritos como professor

2 Com algumas exceções entre os dirigentes do início do PCB, em especial Astrogildo Pereira e Leôncio Basbaum que fazem referências diretas ao apoio de Leônidas.

3 Existe, porém, no CPDOC um verbete sobre o jornal A Nação, que trata indiretamente de Leônidas de Resende, seu editor chefe.

consagrado. Em 1919, já no jornal *O Imparcial* acompanharia a campanha presidencial de Rui Barbosa por várias cidades, entre elas São Paulo, Salvador e a sua cidade natal Juiz de Fora. Sempre marcado por esta dupla vocação de jornalista e de jurista, Leônidas de Resende ademais se identificava com o socialismo e com positivismo, aderindo depois de 1917, ao marxismo.

Em conjunto com o também jurista socialista Maurício Paiva de Lacerda, ele fundou em 12 de julho de 1923, o jornal *A Nação*[4], considerado radical e oposicionista.

Seus artigos naquele momento se destacavam pelo apoio a seu amigo Rui Barbosa especialmente no que tange à chamada Questão Social, plataforma da campanha presidencial de 1919. Não por acaso, tal plataforma foi elaborada contando com consultoria de outro jurista importante; Evaristo de Moraes. É interessantíssima esta ligação entre Evaristo de Moraes e Leônidas de Resende pois ela deu frutos pouco conhecidos. A começar pelo ano de 1927, quando já em contato com o PCB, Leônidas de Resende emprestaria o jornal de sua propriedade *A Nação* (do qual continuaria diretor) para funcionar como o primeiro jornal legal do Partido Comunista. Profundamente transformada, *A Nação* passou a estampar em seu cabeçalho o rosto de Karl Marx junto com o apelo consagrado: Proletários de todo o mundo uni-vos!

Era a primeira vez que o PCB emergia completamente do ocultamento público imposto por sua clandestinidade. Foi no escritório de advocacia do malonista Evaristo de Moraes que funcionou a prensa deste jornal (MENDONÇA, 2007, p.500). É impressionante que na curta vida do jornal *A Nação* (1923-1927) se envolveram diretamente três juristas socialistas do calibre de Maurício de Lacerda, Evaristo de Moraes e do menos conhecido, mas não menos importante, Leônidas de Resende.

No processo que resultou em sua prisão em dezembro de 1935, consta que Leônidas teria sido um dos fundadores do PCB em 1922, supostamente tendo como base registros do próprio Partido (GALVÃO, 2017, p.124). Não pudemos encontrar nada concreto que o vinculasse ao processo de fundação; certamente não estava entre os nove militantes que participaram do encontro de 25 de março de 1922 em Niterói que deu origem ao Partido. Mas pode ter feito parte dos mais de setenta militantes e simpatizantes que contribuíram com o Partido em seu nascimento. A primeira prova concreta que encontramos da ligação entre o Partido Comunista e Leônidas de Resende é mesmo o empréstimo do jornal *A Nação* em fins de 1926. A penúria de informações sobre ele dificulta a pesquisa. Afinal, salvo exceções

4 Não confundir com o diário A Nação fundado por José Soares Maciel Filho em conjunto com João Alberto de Lins e Barros em janeiro de 1933. Provavelmente uma homenagem ao diário homônimo anterior.

como a de Astrojildo Pereira, fundador do Partido Comunista do Brasil (PCB) e Leôncio Basbaum, outro militante histórico que chegou a trabalhar no jornal *A Nação,* são esparsas as menções. Astrojildo nos aponta algumas pistas do início deste processo:

> A Nação era título de propriedade do jornalista Leônidas de Resende, cuja posição de extremado combate ao governo Bernardes lhe acarretara perseguições e prisões acobertadas pelo estado de sítio (...). Sem se desprender totalmente de certas concepções de Comte (...) aproximou-se resolutamente das posições revolucionárias do marxismo-leninismo, e nessa disposição de espírito é que procurou a direção do PCB, em fins de 1926(...). (PEREIRA, p.75, 1962).

Leôncio Basbaum reforça que o jornalista e professor não impunha nenhuma linha aos redatores comunistas, dando toda a liberdade de redação para os militantes do PCB (BASBAUM, 1976, p.45 Apud GOMES, 2005, p.157). O fato é que no dia três de janeiro de 1927 saiu a 1ª edição do jornal ***A Nação*** agora produzido pelos comunistas como órgão oficial do Partido. Nas páginas desse jornal, alguns dias depois, seria lançado um Bloco Operário, uma das origens do que se tornaria o Bloco Operário Camponês (B.O.C.) que elegeria, em 1928, os primeiros vereadores[5] comunistas, Octávio Brandão e Minervino de Oliveira. Como este dado é negligenciado vamos repetir; a impressão desse jornal foi realizada no escritório de advocacia do malonista Evaristo de Moraes (MENDONÇA, 2007, p. 500).

Talvez o ocultamento de Leônidas de Resende e de Evaristo de Moraes por uma parte da historiografia comunista ocorra porque a adesão de ambos ao marxismo nunca foi total. O ocultamento é mais radical em relação a Resende, hoje muito pouco conhecido. No entanto, enquanto estava vivo, sua atuação como jornalista e militante político, assim como sua relevância acadêmica como professor de Direito, garantiram-lhe notoriedade. Nos jornais, na opinião pública, nos debates legislativos e políticos, sua atuação era sempre lembrada com ênfase nas suas opiniões radicais.

O apoio que prestou à imprensa comunista em um momento de inteira clandestinidade bastaria para justificar uma atenção maior à sua vida e obra. Afinal, o jornal é um órgão fundamental para a organização dos Partidos Comunistas e para a difusão de suas ideias, como reforça Lênin em seu clássico *Que Fazer?* Isso se agrava com o fato de que sua importância histórica não se restringe ao jornal cedido para o PCB, Resende também é o autor de uma das primeiras (se não a primeira) teses acadêmicas marxistas brasileiras, defendida em 1932 em concurso na FND. Esta tese ajudou a formar o ambiente de esquerda da FND, que não começou e nem terminou com Resende, mas que teve em sua figura um ponto importante de desenvolvimento.

---

5 Ambos foram eleitos intendentes da Câmara Municipal do Distrito Federal (RJ) cargo que hoje chamaríamos de vereador.

O grupo de professores que o teriam formado foi se completando com a chegada de novos membros. Entre eles, Joaquim Pimenta (1886-1963), que em novembro de 1930 se tornou procurador do Ministério do Trabalho mudando-se para o Rio de Janeiro; é neste momento que ele se transfere para a Faculdade Nacional de Direito e passa a ocupar a cadeira de Direito Industrial e Legislação do Trabalho. Ele foi um dos grandes redatores da legislação trabalhista depois consolidada na CLT. Por esta atuação, diretamente ligada ao Governo Provisório e ao Estado brasileiro, Pimenta não foi preso depois do levante de 35 e portanto não trataremos especificamente dele aqui.

O último deste grupo a ingressar no quadro de professores foi o baiano Hermes Lima (1902-1978). Nascido na cidade de Livramento do Brumado, ele entrou na Faculdade de Direito da Bahia em 1920 e, assim como muitos de sua geração, começou escrevendo artigos em jornais. Entre eles o *Diário da Bahia* e *O Imparcial*. Em 1925, aos 23 anos de idade, Hermes Lima tornou-se livre docente na cadeira de Direito Constitucional na mesma faculdade que se formou. Foi transferido no ano seguinte, através de concurso, para a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em São Paulo. Tornou-se também assistente de sociologia geral da Escola Caetano de Campos. Reforçando a similaridade de currículo com vários destes professores da FND, o interesse pela ciência do homem. Também notamos que a penetração da sociologia na jurisprudência é mais uma via de influência do positivismo no direito pois é impossível separar a ciência sociológica de seus fundadores: Saint-Simon e Augusto Comte.

Terminado o desastroso levante paulista de 1932 transferiu-se para o Rio de Janeiro vencendo concurso em 1933 contra Alceu Amoroso Lima. Em 1935 convidado por Anísio Teixeira se tornaria, até sua prisão no fim do mesmo ano, Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal.

Viveu até fins dos anos 70 ocupando diversos cargos importantes: Ministro do Trabalho no ano de 1962, Primeiro-Ministro do Brasil durante o hiato parlamentarista do governo Goulart (1962-1963), Ministro das Relações Exteriores (também entre 1962 e 1963) e Ministro do STF entre 1963 e 1969 (afastado pelo AI-5). Por todos estes fatores a biografia de Hermes Lima é a mais conhecida dentre os professores que formaram o mencionado ambiente que buscamos aqui retratar, a saber; Luís Carpenter, Edgardo Castro Rebelo, Leônidas de Resende, Joaquim Pimenta e Hermes Lima[6].

---

6 Estes não eram os únicos professores com interesses por pautas de esquerda na Universidade, apenas um grupo que selecionamos. Evaristo de Moraes Filho lembra também de Hahnnemann Guimarães, que segundo ele seria um "positivista de tendencias socializantes". Disponível em: ENTREVISTA COM EVARISTO DE MORAES FILHO (ufrj.br) . Última consulta realizada em 10/08/2022. Também Leônidas de Resende se refere ao catolicismo de esquerda do professor Porto Carreiro (RESENDE, 2011). Os próprios Evaristo de Moraes e Evaristo de Moraes Filho também foram, anos depois, professores da FND.

OS CONCURSOS

> *Aqui, na Faculdade de Direito, para o indivíduo conseguir hoje o lugar de catedrático, é preciso declarar-se comunista, ou, pelo menos, simpático á causa.*
>
> *(Revista VIDA No. 2, maio de 1934).*

Corria o tumultuado ano de 1932 quando na Faculdade Nacional de Direito Leônidas de Resende defendeu a tese de concurso *A formação do Capital e seu desenvolvimento*. Ao longo das mais de 700 páginas, o autor fez uma ampla análise de diversos autores como: David Ricardo, Simonde de Sismondi, Saint-Simon, Charles Fourier, Augusto Comte, Robert Owen, Proudhon, Engels, Marx, Lênin e Stalin. Também discorreu sobre a Doutrina Social Católica de Leão XIII consagrada na Encíclica *Rerum Novarum*, além das interpretações sociais de outros autores católicos. Abundam citações diretas destes autores, ainda que também existam citações indiretas. Também aparecem as referências a autores nacionais como os positivistas Miguel Lemos e Teixeira Mendes, o socialista João Mangabeira, o filosofo Farias Brito e o professor da própria FND Porto Carreiro. Há de se notar que também aparecem nos textos críticas diretas a escritos de Tristão de Athayde, seu rival de concurso. O objetivo implícito da tese é vencer o concurso, o objetivo explícito da tese é propor uma síntese entre os autores positivistas e os autores marxistas. É que antes de se converter ao leninismo após a Revolução Russa de 1917, Resende se identificava plenamente com o positivismo social. A empolgação da Revolução o levou a estudar o marxismo-leninismo com afinco, mas sem abandonar sua base filosófica positivista anterior.

A banca do concurso, que contava com Edgardo de Castro Rebelo, deu a vitória para Leônidas de Resende em detrimento de Alceu Amoroso Lima. Mas o intelectual católico, identificado nestes tempos com o fascismo (LIMA, 1936), tentaria novo concurso em 1933, enfrentando desta vez o jurista Hermes Lima.

A nova derrota no concurso de 33 levou Alceu Amoroso Lima a uma sanha persecutória. Os periódicos católicos *Vida* e *Ordem* passaram a perseguir os professores de esquerda da FND em praticamente todas as suas edições. A propósito do levante de 1935, através da Comissão de Repressão ao Comunismo da Marinha brasileira, somado ao anticomunismo de Vicente Rao, então Ministro da Justiça indicado pela oligarquia paulista, os pedidos de prisão advindos dos jornais católicos foram atendidos. Em dezembro de 1935 são presos quatro professores de esquerda da FND acusados de participar do levante, são eles; Luiz Carpenter, Edgardo de Castro Rebelo, Leônidas de Resende e Hermes Lima. Nenhum deles teve nenhuma relação com a insurreição derrotada, como provam os autos

policiais, o levante comunista foi apenas uma desculpa para sua prisão. Nos interrogatórios estes professores fizeram menções aos artigos midiáticos que os acusavam de doutrina comunista na universidade, Castro Rebelo chega a dizer que só foi preso pois deu vitória a Leônidas de Resende e Hermes Lima nos concursos para professor.

Os professores, de tão ligados à sua profissão, não pararam de dar aulas nem na cadeia. Na ausência de alunos davam aulas uns para os outros. Leônidas de Resende deu aulas de filosofia social e de Augusto Comte, Castro Rebelo aulas sobre o papel da navegação na história econômica e o socialista eclético Luís Carpenter falava do materialismo dialético (GALVÃO, 2017, p. 129).

Se estes professores foram presos por causa de sua atuação profissional e pelas vitórias no concursos públicos também é por sua capacidade professoral que eles foram soltos. A admiração que eles causavam em seus alunos da FND levou a uma campanha, capitaneada por estes alunos, de soltura dos professores presos injustamente.

A campanha contou com a presença de uma aluna em especial, Alzira Vargas, filha de Getúlio. Depois de um ano presos eles foram finalmente soltos, corrigindo o erro jurídico e policial que foi a sua prisão.

Esta história ganha em importância pois foi um divisor de águas no tema da liberdade de cátedra, reformas na Lei de Segurança Nacional foram feitas citando nomeadamente estes professores, o debate também alcançou a câmara, o senado e os principais jornais do país. Se estes professores são desconhecidos hoje, na época eram famosos.

Estes são os concursos públicos com as consequências mais nefastas que conheço na história do Brasil.

REFERÊNCIAS

CARPENTER, Luiz F.S. **Sociedade Nova e Republica Nova**. Ed. Alba, São Paulo, 1930.

CANDIDO. Antonio. Entrevista disponível em: **Um socialista singular** (jacobin.com.br) . Última consulta realizada em 05/11/2021.

GALVÃO, Laila Maia. **Constituição, educação e democracia***:* a Universidade do Distrito Federal (1935-1939) e as transformações da Era Vargas. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasília, 2017.

MORAES, Francisco Quartim de. *1932* **A História Invertida**. Ed. Anita Garibaldi, São Paulo, 2018.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Evaristo de Moraes Tribuno da República**. Ed. Unicamp, Campinas, 2007.

PEREIRA, Astrojildo. **Formação do PCB**, Ed. Vitória, Rio de Janeiro, 1962.

VARGAS, Getúlio Dorneles. **Diário-Volume I 1930-1936**. Ed. Siciliano-FGV, Rio De Janeiro, 1995 (A).

VARGAS, Getúlio Dorneles. **Diário-Volume II 1937-1942**. Ed. Siciliano-FGV, Rio De Janeiro, 1995 (B).

LIMA, Alceu Amoroso. **Indicações Políticas***: da revolução à constituição*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1936

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas, meu pai.** Ed. Globo, Porto Alegre, 1960.

RESENDE, Leônidas de. **A formação do capital e seu desenvolvimento***.* Edições do Senado Federal, Vol. 156, Brasília, 2011.

SANGLARD, Pedro Elias Erthal. *Luiz Carpenter*. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia**. No 2, p. 87–90, São Paulo, 1995.

CINEMA, HISTÓRIA, MEMÓRIA: A CONSTRUÇÃO DO PASSADO VARGUISTA NO DOCUMENTÁRIO *GETÚLIO, GLÓRIA E DRAMA DE UM POVO* (1956)

Julia Nogueira Zon[1]

RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar como o filme *Getúlio, glória e drama de um povo* (1956), dirigido por Alfredo Palácios, realiza a rememoração de Getúlio Vargas e seus anos de governo a partir de imagens de arquivo. Lançado em meio às tensões políticas que marcaram a década de 1950, o filme foi o primeiro documentário produzido sobre o ex-presidente após seu suicídio. Tenciona-se, assim, estabelecer um diálogo com as pesquisas que tratam das relações entre cinema, história e memória.

Palavras-Chave: Documentário; Vargas; Memória; História.

O FILME DOCUMENTÁRIO E A ILUSÃO DA VERDADE

Importante figura no cenário político e republicano brasileiro, Getúlio Vargas foi alvo de diferentes produções imagéticas ao longo de sua vida. Dessa ampla gama de registros, destacam-se os documentários realizados depois de sua morte. Pensando o cinema como um objeto de estudo do historiador, buscamos tratá-lo como um lugar de memória, ou seja, um espaço onde a memória se mantém viva e no qual são formuladas representações e reconstruções do passado em diálogo com o presente (NORA, 1993, p. 7). Isto posto, pretendemos pensar as imbricações entre cinema, história e memória a fim de identificar temáticas e persistências acerca do passado varguista no filme *Getúlio, glória e drama de um povo*, dirigido por Alfredo Palácios em 1956.

Posto que o cinema reúne gêneros diversos – cada qual comportando características que lhe são próprias –, a análise cinematográfica não pode perder de vista as especificidades do filme a ser trabalhado: o documentário com uso de imagens de arquivo. Para Cássio Tomaim, o estudo do filme documentário deve levar em conta o tripé de sua identidade: o registro *in loco*, a criatividade e o ponto de vista do diretor. Desse modo, entendendo que o documentário é um revelar e reformar do mundo, também se faz fundamental atentar para a dualidade "objetividade *versus* subjetividade" presente nesse gênero. Isso nos possibilita

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (PPGHS-USP). Bolsista do Programa Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail para contato: julianogueirazon@gmail.com.

olhar o documentário não como um "reservatório dos vestígios do real", mas como uma interpretação de uma dada realidade (TOMAIM, 2008, p. 48-49).

Um autor que nos forneceu importantes bases para o estudo do cinema não-ficcional foi Bill Nichols, ao trazer à tona os conceitos de "voz" e "modos" de representação no gênero documentário. Para Nichols, o documentário é um tratamento criativo da realidade e não uma transcrição fiel dela; ele exige que o cineasta reúna provas e utilize-as para construir sua própria perspectiva do mundo, dessa forma, é esperado que haja uma transformação do material em algo que vá além dos fatos comuns (NICHOLS, 2005, p. 68). Ao examinar diferentes tipos de documentário, Nichols identifica seis modos de representação que figuram como subgêneros desse gênero: poético, expositivo, participativo, observativo, reflexivo e performático. Aqui nos interessa o modo expositivo, que aposta em uma estrutura mais retórica e argumentativa, sendo comum o emprego da voz-*over* (ou voz de Deus).

Juntando-se a essa discussão, temos ainda a noção de "voz do documentário". Nichols afirma que os documentários são uma representação do mundo histórico, o que faz com que eles tenham uma visão singular da realidade, isto é, uma voz própria que frequentemente busca convencer acerca de um determinado ponto de vista em favor dos interesses de indivíduos, grupos ou instituições. Essa "voz do documentário" seria, então, o meio pelo qual o argumento ou perspectiva é expressado (NICHOLS, 2005, p. 73). Todavia, como ressalta, essa voz não está restrita à voz-*over* e às falas de autoridades que representam o ponto de vista do cineasta, mas incorpora todos os recursos disponíveis para o criador na elaboração do filme – o que inclui a montagem, composição dos planos, trilha-sonora, o emprego ou não da voz-*over*, utilização de fotografias e imagens de arquivo ou apenas de imagens filmadas no local e, por fim, a escolha dos modos de representação documentária (NICHOLS, 2005, p. 76).

À vista disso, se procuramos compreender o discurso defendido no registro cinematográfico precisamos adentrar a própria linguagem utilizada pelo cinema. Ismail Xavier delimita duas operações básicas na construção de um filme: a filmagem, que envolve a opção de como os registros são feitos, e a montagem, que abrange a escolha do modo como as imagens captadas serão justapostas (XAVIER, 2005, p. 19). No caso do documentário *Getúlio, glória e drama de um povo*, destaca-se o uso de imagens de arquivo, que acabam por transmitir a falsa sensação de verossimilhança dos fatos históricos ali apresentados. Assim, no processo de migração de imagens – a saber, a utilização das imagens de um filme como matéria-prima para a elaboração de outro –, a montagem se faz fundamental. No entanto, como salienta Jean-Claude Bernardet, mesmo o trabalho de montagem pode não ser suficiente para apagar os resíduos do filme

original (BERNARDET, 2004, p. 77-78). Esses resíduos, por vezes, podem não estar em consonância com os objetivos da nova obra, fazendo com que haja um conflito entre o produto final e os desejos do seu realizador.

GETÚLIO, GLÓRIA E DRAMA DE UM POVO

Para fins de análise, dividiremos *Getúlio, glória e drama de um povo* em quatro blocos narrativos. A primeira parte se inicia onde a história de Vargas termina: o quarto presidencial no Palácio do Catete. Na sequência, imagens detalhadas do cômodo são acompanhadas de uma música melancólica, ao passo que a voz-*over* apresenta o personagem que terá sua história contada no documentário. Do interior do quarto somos transportados para os pampas gaúchos, terra natal de Getúlio. Através de uma narrativa linear, acompanhamos seu crescimento em retratos com informações acerca do dia do seu nascimento, da sua família e de poucos fatos que marcaram sua juventude.

Sem conceder muito tempo de tela a esses primeiros anos de sua vida, a narrativa avança para focalizar a face política de Vargas, pela qual ficaria nacionalmente conhecido. Assim, o vemos sendo homenageado em uma confraternização na casa de amigos durante o período em que atuou como deputado federal. Nas cenas, Getúlio é o centro das atenções: é cumprimentado por diferentes pessoas, posa para fotos, ri e é aplaudido. O clima de descontração cria a imagem de um político carismático e prestigiado desde o início da carreira.

Desse ambiente privado passamos para o agitado cenário político nacional por meio da posse do presidente Washington Luís em 1926. A filmagem em plano geral deixa implícito o distanciamento entre o povo, que assiste à cerimônia isolado, e o governante empossado. Nessa construção, se por um lado, Washington Luís, em seus poucos minutos de tela, é representado como um político distante, por outro, Getúlio já se destacava por seu tom cativante e acessível. Desse modo, em contraposição ao observado na Primeira República, com Vargas teríamos o início de uma aproximação entre povo e líder.

Delimitamos o segundo bloco do momento em que Vargas assume o Governo Provisório até o início do Estado Novo. O protagonismo de Vargas passaria a caminhar *pari passu* ao da classe trabalhadora. A simbiose entre povo e governante ganha contornos na sequência em que somos informados sobre sua eleição indireta para presidência da República em 1934. Diferentemente do que foi apresentado na posse de Washington Luís, essa cerimônia inclui um plano conjunto no qual é possível distinguir os rostos de pessoas que assistiam à chegada de Vargas ao Palácio Tiradentes. Após a reprodução do

discurso proferido na Assembleia Constituinte, em que enfatizava seu compromisso com a Constituição e o bem geral do país, o presidente deixa o local ovacionado pela multidão. Demarcava-se a partir daí a entrada na história política brasileira daqueles que não tinham rosto nem voz durante a Primeira República.

O comprometimento do presidente com a Constituição de 34, contudo, começa a se diluir na apresentação da sequência posterior, a qual mostra os desfiles da Ação Integralista Brasileira (AIB) pelas ruas do Rio de Janeiro. Na ocasião, a câmera em *contra-plongée* capta Vargas do alto do Palácio do Catete saudando o desfile das crianças que incorporavam as milícias integralistas. A afinidade com a organização de inspiração fascista precede o início do terceiro bloco, concernente à ditadura de 1937.

Sob o Estado Novo, a produção de imagens e símbolos ficou a cargo dos órgãos de censura e propaganda do governo. Consequentemente, o conteúdo dos cinejornais era produzido tendo como objetivo reforçar os ideais do regime. A questão que se coloca, para tanto, é como essas imagens autoritárias foram trabalhadas e rememoradas na montagem de *Getúlio, glória e drama de um povo*.

Na construção fílmica sobre o período, a voz-*over* relembra as vitórias conquistadas pelos trabalhadores a partir de 1930. Nessa sequência, três planos aparecem: primeiro, um plano fechado enquadrando o rosto de Vargas; depois, uma panorâmica em primeiro plano de populares nas ruas sacudindo pequenos cartazes com o rosto do presidente; por fim, Getúlio retorna a aparecer, dessa vez, assinando um documento. A montagem contínua desses planos corrobora para sua intrínseca associação, em uma lógica que implica a direta vinculação da imagem de Getúlio Vargas com o estabelecimento das leis trabalhistas no país.

Outra temática que ganha grande destaque nesse bloco é a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O caráter autoritário do regime é diluído por meio de cenas que buscam associar Vargas à luta contra o nazifascismo. Dessa forma, nas comemorações do trabalho em primeiro de maio de 1944, assistimos a uma sequência do presidente no estádio do Pacaembu. Imagens da multidão em plano geral e de faixas com os dizeres “Salve Getulio Vargas” e “Vargas Vitoria” são mescladas com enquadramentos do ditador acenando ao estádio lotado. Como bem pontua Cássio Tomaim, a imagem da multidão materializa o mito político da unidade e da harmonia almejado pelo regime (TOMAIM, 2005, p. 47). Nesse caso, referenciava-se uma sociedade unida em torno de um líder e da luta em prol da democracia.

Em consonância com essa sequência, tomamos contato com a atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na guerra. Ao som da Canção do Expedicionário,

imagens dos pracinhas e do conflito são evocadas para evidenciar a luta brasileira contra o nazifascismo. O fim da guerra é registrado por cenas de comemoração popular e da volta dos combatentes ao Brasil. Nessa sequência, Vargas aparece recepcionando a FEB enquanto o narrador anuncia que o presidente comungava com a felicidade da paz mundial e a vitória das nossas forças e dos aliados.

A menção ao movimento queremista, já no final do Estado Novo, surge com imagens dos populares carregando cartazes com a frase "Queremos Getulio". O enquadramento em plano conjunto permite que vários rostos sejam reconhecidos no meio da multidão, evocando o protagonismo e o desejo dos trabalhadores que assistiam aos comícios e clamavam pela continuidade de Vargas. Por fim, ao desmantelamento do regime, segue-se o último bloco do filme.

O quarto bloco percorre o período do exílio do presidente em São Borja até o seu suicídio. Nessa parte, somos apresentados a uma sequência que retrata a campanha eleitoral de Vargas em 1950, cujas filmagens apresentam os comícios realizados em Curitiba, Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. O filme traz planos gerais e conjuntos da multidão justapostos com imagens do presidente. Essas cenas retomam aquilo que era o desejo dos trabalhadores no movimento queremista, e que seria concretizado pelas urnas em outubro daquele ano. Assim, o rosto dos trabalhadores era, também, o rosto da democracia.

Apesar da menção à morte do major Rubens Vaz, o filme não entra em detalhes acerca da crise política envolvendo o governo. O suicídio de Vargas é anunciado através das manchetes de jornais da época. A visitação pública ao corpo é cercada de imagens que denotam comoção e sofrimento: uma mulher chora e abraça o caixão; outra é amparada enquanto enxuga as lágrimas e segura uma foto do presidente; também um homem desce as escadas do Catete com o semblante abalado segurando uma flor. A proximidade da câmera com o rosto das pessoas aumenta o sentimentalismo envolto nas cenas, gerando empatia por parte do espectador. Dessa forma, a fim de transmitir a dimensão do luto nacional, as imagens do cortejo fúnebre passam de um plano mais fechado para o plano geral. Após cenas do enterro em São Borja e da missa de sétimo dia, o documentário finaliza com a célebre frase retirada da carta-testamento de Vargas: "serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História".

Fundador da Maristela, Marinho conta em entrevista que aprovava diversas atitudes políticas do ex-presidente, enquanto Alfredo Palácios, por outro lado, era um ferrenho antigetulista, o que fez com que o filme fosse pensado para ser imparcial (MARINHO apud CATANI, 2002, p. 238). Contudo, mesmo que a intenção inicial dos realizadores fosse essa,

a forma como o documentário foi construído fez prevalecer uma rememoração positiva de Vargas. Como vimos na análise, o elo entre governante e povo foi o principal elemento explorado pelo longa, o que fez com que, de modo geral, o passado ditatorial varguista fosse ofuscado pela entrada dos trabalhadores no cenário político brasileiro. Assim, o filme faz sobressair o caráter democrático do segundo governo e a representação de Getúlio como o governante escolhido pelo povo.

O documentário levantou duras críticas da oposição antes mesmo do seu lançamento. Em editorial de 5 de agosto de 1956, o jornal *O Estado de S. Paulo*, um dos representantes da grande imprensa liberal nacional, apontava que "teremos, pois, em breve, nas telas de São Paulo o ditador redivivo, em varias fases do seu governo de quase 20 anos, incensado por um comentario oral fatalmente demagogico e de intuitos masoqueiros (O ESTADO DE S. PAULO, 5.8.1956, p. 13). A *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, também viria a se pronunciar sobre o longa através de manchetes sensacionalistas, como "Jango deu dinheiro do povo para o filme sôbre Vargas" (TRIBUNA DA IMPRENSA, 8.8.1956, p. 2). Essas reações estiveram em consonância com o momento histórico que então se apresentava.

As tensões políticas permaneceram após o trauma do suicídio de Vargas. Com a vitória de Juscelino Kubitschek para a presidência e João Goulart para a vice-presidência da República nas eleições de outubro de 1955, a oposição udenista – que agora acumulava três derrotas eleitorais – começou a articular o impedimento da posse. Segundo Jorge Ferreira, a questão central ia além do retorno do getulismo, "em outras palavras, a maneira como os trabalhadores manifestavam sua cidadania política, particularmente com o voto, estaria "conspurcada", "desvirtuada", "corrompida" pelos direitos sociais" (FERREIRA, 2003, p. 317). Nesse sentido, *Getúlio, glória e drama de um povo* para além de recuperar e fortalecer o legado varguista, punha em evidência o protagonismo político dos trabalhadores negado pelos grupos conservadores da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere à pesquisa histórica, a ideia de que o filme documentário é uma reconstituição fiel ou mais próxima do real já foi há muito superada; ao contrário de reproduzirem a realidade, esses filmes a constroem. Esse ato de construção, por sua vez, pode ser influenciado tanto pelas inclinações e objetivos daqueles que o elaboram, como pelo próprio contexto histórico da sua produção. Trabalhamos, assim, com a ideia de que o filme pode ser tratado como um lugar de memória na medida em que guarda representações do passado à luz de um determinado ponto de vista.

Como pudemos observar pela análise fílmica, *Getúlio, glória e drama de um povo* recorda o passado varguista tendo como eixo central a relação entre governante e povo. Nessa construção, a ascensão de Vargas ao poder aparece como um evento de ruptura, a partir do qual uma nova configuração política se estabelece. Somos então apresentados ao novo ator político que emerge nesse período: os trabalhadores brasileiros. Na campanha presidencial de 1950, o rosto dos trabalhadores passava a ser o rosto da democracia, o que legitimava a vitória de Vargas e ofuscava seu passado autoritário. Para tanto, o documentário de Alfredo Palácios, ao afirmar o protagonismo dos trabalhadores, estabelecia um diálogo com a tentativa da oposição de impugnar o resultado das eleições presidenciais de 1955.

REFERÊNCIAS

BERNARDET, Jean-Claude. A migração das imagens. In: TEIXEIRA, Francisco Elinaldo (Org.). **Documentário no Brasil**: tradição e transformação. São Paulo: Summus, 2004, p. 69-79.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2009.

CATANI, Afrânio. **A sombra da outra**: a Cinematográfica Maristela e o cinema industrial paulista nos anos 50. São Paulo: Panorama, 2002.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O segundo governo Vargas 1951-1954**: democracia, partidos e crise política. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

ESTADO DE S. PAULO. **Uma gaffe da Columbia Pictures of Brazi***l*. São Paulo, 5 ago. 1956.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano (vol. 3)*: tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2003.

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade?. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.) **História**: novos objetos. Trad. Terezinha Marinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 199-215.

PALÁCIOS, Alfredo. **Getúlio, glória e drama de um povo**. Transamérica Filmes, 1956.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

MORETTIN, Eduardo Victorio. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 38, n. 1, p. 11-42, jun. 2003.

MORETTIN, Eduardo Victorio. **Humberto Mauro, Cinema, História**. São Paulo: Alameda, 2013.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Trad. Mônica Saddy Martins. São Paulo: Papirus, 2005.

NORA, Pierre. Tradução: Yara Aun Khoury. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, [S.l.], v. 10, p. 7-18, dez. 1993.

TOMAIM, Cássio dos Santos. **Entrincheirados no tempo**: a FEB e os ex-combatentes no cinema documentário. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2008.

TOMAIM, Cássio dos Santos. As imagens das multidões nos cinejornais de primeiro de maio no Estado Novo. **História Social**, Campinas, n. 11, p. 41-74, 2005.

TRIBUNA DA IMPRENSA. **BNDIGITAL**. Rio de Janeiro, ed. 2009, 8 ago. 1956.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico**: a opacidade e a transparência. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

OS CAMINHOS (IN) CERTOS DA MIGRAÇÃO NA ERA VARGAS: CONTROLE DA MOBILIDADE E INSEGURANÇA ESTRUTURAL DURANTE A TRAVESSIA NORDESTE – SUDESTE (1930 – 1954)

Pedro Jardel Fonseca Pereira[1*]

RESUMO

Esse artigo analisa como os migrantes realizavam a travessia Nordeste – Sudeste, o controle era realizado nos Posto de Triagem estabelecidos, em Montes Claros, no Norte de Minas. Através de exame médico dizia-se, quem estava apto ou não para embarcar para o Estado Paulista. O que ocasionava a retenção e concentração de um grande contingente de migrantes nessa cidade. Como método, analisamos os discursos sobre os migrantes por meio da imprensa.

Palavras-Chave: Migração, política-migratória, vulnerabilidade social, inferioridade civil, Montes Claros.

Ao falar da concentração de migrantes em Montes Claros, primeiro precisamos considerar a chegada da ferrovia no ano de 1926 e o fato da cidade ter permanecido como ponta de trilhos até a década 1940. As obras da Ferrovia Central do Brasil previa ligar o Sudeste com as regiões Norte, Nordeste do Brasil, contudo devido aos eventos políticos, econômicos, guerras mundiais e outros suas obras foram paralisadas, e a cidade norte mineira permaneceu com ponta de trilhos.

Não existem duvidas de que esse evento contribuiu significativamente para a intensificação do transito de pessoas e do comércio na cidade. Pois o trem possibilitou o transporte dos produtos de subsistência do sertão para os centros urbanos com maior velocidade, sobretudo daqueles que estavam em crescimento. Também dos grandes centros saíram uma variedade de produtos para o sertão. Nesse sentido, Simone Narciso Lessa ainda esclarece que o trem de passageiros movimentou a economia da cidade, assim como a mobilidade de pessoas (LESSA, 1993).

Outro aspecto que também deve ser destacado incialmente e o incentivo a migração interna no Brasil a partir da década de 1930 é caracterizada por Odair da Cruz Paiva da seguinte maneira: “A opção pela recepção de trabalhadores nacionais implicou na

1 Doutorado em História Social pelo PPGHIS – Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: pedrojardelpereira@gmail.com.

emergência de um novo discurso que exaltasse as qualidades do trabalhador nacional, ao mesmo tempo, que construía em São Paulo um polo atrativo para esses trabalhadores". (PAIVA, 2004, p. 105). O autor enfatiza também que: "A inserção de trabalhadores migrantes nas atividades agrícolas em São Paulo entre os anos 1930 e 1950 pode ser considerada o principal objetivo da política migratória do período" (PAIVA, 2004, p. 105).

Milhares de trabalhadores do Norte e Nordeste do país migraram, sobretudo pra São Paulo em busca de trabalho. Segundo Paiva entre os anos de 1927 a 1951 foram introduzidos 1.300.000 trabalhadores, oriundos do Nordeste e Minas Gerais, somente na agricultura paulista (PAIVA, 2004). No entreposto dessa mobilidade estava Montes Claros, MG, por onde passava um dos maiores corredores do Brasil na época, como menciona Lessa (1993). A cidade funcionava como e local obrigatório de parada dos migrantes, pois a mesma sediava incialmente escritórios das empresas privadas que eram contratadas pelo governo para agenciar trabalhadores, e com o Estado Novo, a partir de 1939, passou a contar com um Posto avançado da Inspetoria do Trabalhador Migrante, que tinha sede em São Paulo, onde era realizada por médicos uma triagem dos migrantes, uma vez aprovados eles eram vacinados e precisavam aguardar alguns dias de quarentena na cidade. Além disso, recebiam também alimentação, hospedagem e bilhete de passagem gratuito no Trem. Nesse período, a cidade era ponta de trilhos, local de embarque e desembarque pra toda a região.

Quanto à origem desses migrantes que chegavam em Montes Claros, eles eram do Estado da Bahia, sobretudo da Chapada Diamantina e região central, assim como do norte do Estado de Minas Gerais. Percebe-se que essas são as localidades de maior predominância, mas isso não é exclusivo, afluíam pessoas para Montes Claros também de diversas regiões do Brasil.

As informações que subsidiam esse artigo foram obtidas por meio da imprensa, como o *Jornal Gazeta do Norte*, que era um impresso local e a *Revista Observatório Econômico e Financeiro*, que tinha sede no Rio de Janeiro. A mesma foi localizada no endereço eletrônico Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Ao escolher trabalhar com a imprensa como aporte de pesquisa, Cruz e Peixoto (2007) lembram que é preciso transformá-la primeiramente em fonte. Nesse sentido, ela possui uma linguagem própria do social, assim como historicidade e peculiaridades que requerem ser compreendidas na relação imprensa e sociedade. Outro aspecto que as autoras chamam atenção é em relação à necessidade de identificar os grupos e forças sociais atuantes. Transformar o jornal em fonte é uma opção feita pelo pesquisador, mas é preciso lembrar que ele não é constituído para esse fim, por isso carece de um tratamento teórico-metodológico.

Contudo, não se pode negar que a impressa é um: “Manancial fértil para o conhecimento do passado fonte de informação cotidiana material privilegiado para a recuperação dos acontecimentos históricos” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 04).

A vulnerabilidade social e a inferioridade civil, a qual os migrantes são submetidos são compreendidas nesse estudo, a partir da perspectiva da insegurança estrutural. O historiador o historiador Sidney da Silva utiliza esse conceito num contexto próximo desse em analise nesse artigo. Ao fazer um estudo da trajetória, enfrentamentos e resistências daqueles que se deslocaram para Macapá, capital do Amapá, nas décadas de 1944 a 1964, o pesquisador discorre sobre a intensa expansão urbana sob a égide da modernização e o súbito crescimento demográfico. Mudanças essas que tiveram a participação ativa de migrantes paraenses e nordestinos, que constituíram grande bairros, os quais não contavam com a assistência dos serviços públicos. Esses lidavam diariamente com a falta de moradia, empregos e fornecimento de gêneros alimentícios.

As promessas realizadas e que se dizia legalmente garantidas ficaram fora do alcance dos subalternizados, que foram ao encontro da propagandeada modernização. Ao contrário disso: “A vulnerabilidade social e a inferioridade civil criaram nos trabalhadores uma sensação de insegurança em relação a continuidade da sobrevivência” (LOBATO, 2013, p. 25). Aqueles trabalhadores que tinham se deslocado para “Macapá foram viver na fimbrias da cidade, à margem de vários serviços” (LOBATO, 2013, p. 25). A sobrevivência só se tornou possível, em partes, graças a solidariedade popular, que ajudou a fortalecer os vínculos horizontais entre classe.

Desde que a migração interna passou a ser incentivada pelo governo brasileiro, Montes Claros se tornou ponto de afluência e uma “cidade de triagem”. Inicialmente sediava “bases” das empresas que arregimentavam trabalhadores para outros estados. As incumbências eram divididas entre essas e o governo, como mostra o autor:

> Até 1939 a arregimentação dos trabalhadores, triagem, inspeção médica no ponto de embarque e autorização das autoridades locais para a liberação dos migrantes foram de competência exclusiva dos agentes contratantes. À Secretaria da Agricultura cabia o registro e controle dos pedidos de trabalhadores migrantes e destino dos mesmos (PAIVA, 2004, p. 121).

E a partir de 1939 foi estabelecida uma filial do serviço de migração do Estado de São Paulo, a Inspetoria do Trabalhador Migrante (I.T.M.). Observador (1939) lembra que as cidades contempladas foram justamente aquelas de maior fluxo de migrantes: Montes Claros e Pirapora. Embora essa última seja mencionada como local de chegadas desses sujeitos, não foi registrado na ocasião uma concentração desses na mesma intensidade como ocorreu em relação àquela primeira. Um dos motivos que podemos conjecturar é o

fato de que Montes Claros, naquele período, já funcionava como referência para as outras cidades do Norte de Minas, no que diz respeito ao setor de serviços e o comercio em geral, inclusive, sediava diversos órgãos públicos. O que pode ter contribuído para atrair esses sujeitos. Alguns registros, encontrados, por exemplo, na Revista Observatório Econômico e Financeiro mencionam que os migrantes chegavam pelo Rio São Francisco em outra cidade, Januária e se dirigiam para Montes Claros.[2]

Outro aspecto que o autor realça é o objetivo da Inspetoria, isto é, "[...] a criação da I.T.M. também reorganizou a dinâmica dos pedidos de trabalhadores vigentes no período 1935-39" (PAIVA, 2004, p. 117). Ressalta ainda que os objetivos em torno da criação da mesma perpassam pelo crescimento do fluxo migratório na final da década de 1930 para o Estado Paulista e a tendência de onerar os cofres do Estado. Ele chama atenção também para as ações centralizadoras colocadas em prática pelo poder público a partir do Estado Novo, o que acabou desarticulando os interesses das companhias privadas no agenciamento de mão de obra. Em termos gerais, as elucidações realizadas acima precisam ser esmiuçadas no intuito de compreender esse processo de concentração de trabalhadores migrantes em Minas Claros. E procurar sinalizar algumas pistas sobre o destino dos mesmos depois de serem retidos na cidade.

De maneira concreta são diversos os fatores contribuem para a retenção dos trabalhadores migrantes na cidade, sobretudo questões ligadas às doenças que esses sujeitos eram portadores e a própria dinâmica do financiamento da viagem dos trabalhadores. As vezes aconteciam alguns desentendimentos entre as Companhias agenciadoras e o governo e os subsídios eram suspensos. Citamos, por exemplo, o episódio que ocorreu no final da década de 1930, nesse sentido é mencionado que:

> A seca de 1938 aggravou afluxo de imigrantes, não só pela intensidade com que se manifestou, como pela extensão da área assolada, que desta vez se estende do Norte de Minas até o extremo noroeste do país. Em Pirapora e em Montes Claros, mantem o Estado de São Paulo dois funcionários encarregados de fornecer passagem para os trabalhadores. Esse serviço, suspenso em novembro de 1938, em virtudes de certas duvidas surgidas quanto a sua legalidade, foi restabelecido em meados de fevereiro de 1939, ao ficar plenamente esclarecida a questão. A suspensão do fornecimento de passagem, como é obvio, agravou a situação (O OBSERVADOR, 1939, p. 55).

Em relação as "certas dúvidas" percebemos que já era uma atuação do governo de Getúlio Vargas no intuito dispensar os serviços das companhias privadas, que seria

2 Sobre mobilidade de trabalhadores ver: TESSARI, Cláudia Alessandra; COSTA, Julio Cesar Zorzenon. *Ação estatal, negócios e migração inter-regional no Brasil (*1935-1951). Economia e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 2 (66), p. 513-540, maio-agosto 2019.

assumido pelo próprio governo, como de fato ocorreu. Contudo, também percebemos, a partir das analise das fontes, que mesmo quando esse serviço estava ativo, não era possível conceder passagem para todos os trabalhadores que chegavam a Montes Claros, em virtude da grande quantidade de migrantes que chegavam diariamente na cidade, cerca de 500 pessoas diariamente, como é mencionado pelo Observatório Econômico e Financeiro.

Outro importante fator que contribui para essa retenção foram os surtos de algumas doenças que ocorreram na região. Nesse sentido, exemplificamos um desses episódios:

> Mas outra dificuldade se apresentava. O acúmulo de trabalhadores, ainda mais affectados por condições desfavoráveis de saúde, causava em São Paulo a perspectiva de um desiquilíbrio na colocação de trabalhadores. Diante disso, resolveu o governo paulista suspender as ordens de embarque para o Estado em começo de Junho. A dysenteria começava a lavrar na região de Montes Claros. O major Lima Camara, presidente do Conselho de Immigração e Colonização, ponderou então, que apesar dos justos motivos para a suspensão dos embarques, não era menos certo que o acumulo de alguns milhares de criaturas na região assolada de Montes Claros iria determinar mal maior, ainda mais quando se sabia que diariamente chegavam a cidade 500 indivíduos em média. Adptou-se, então, uma formula que foi a seguinte: o serviço de colonização de São Paulo receberia diariamente 250 pessoas, rigorosamente inspecionadas nos pontos de embarque, depois de 8 dias de observação em Montes Claros e Pirapora situação (O OBSERVADOR, 1939, p. 55).

Percebemos que diante das circunstancias, São Paulo não absolveria todo o contingente de migrantes que chegavam a cidade. Além das “dysenteria” outras inúmeras doenças, como: malária, Febre tifoide, tuberculose, tracoma, bócio e outras, atingiam a população em mobilidade. Por esse motivo causavam a retenção dos trabalhadores na cidade. Nesse sentido o Jornal da época afirmou que:

> *Os imprestáveis,* os loucos, os portadores de moléstias contagiosas, os cegos, os aleijados, os papudos, aqui ficam abandonados [...]. É uma desigualdade revoltante auxiliar as pessoas fortes, e negar auxílio àquelas que são necessitadas. É uma desumanidade abandonar nas ruas de uma cidade, cegos, aleijados, tracomatôso, [tracôma], beócios, papudos e outros doentes sem casa, sem abrigo, sem pão, quando podia perfeitamente socorrê-los (GAZETA DO NORTE, 1939, p. 09) (grifos do autor).

A visitar Montes Claros O major Lima Camara, presidente do Conselho de Immigração e Colonização fez um relatório onde constava que: “Ao chegar à primeira cidade (Montes Claros) pudemos desde logo constatar o grande número de trabalhadores alli concentrados” (O OBSERVADOR, 1939, p. 55). As informações mencionam também que os mesmos se encontravam abrigados debaixo das arvores, inclusive as mangueiras, as pensões e tapera todas estavam lotadas. Referem-se ainda que: “Homens, mulheres

e crianças, maltrapilhos, sem dinheiro, sem casa, sem alimento, alguns mendigando para não morreram de fome". A cidade é categorizada de acordo com esse relatório, como "zona flagelada" (O OBSERVADOR, 1939, p. 55).

Observamos que em alguns períodos, sobretudo por volta de 1935, intensificaram-se nas reportagens as referências aos migrantes como mendigos. Como podemos observar a seguir:

> O número de mendigos em nossa cidade cresce diária e vertiginosamente [...], dando as ruas em certos dias da semana aspectos de uma verdadeira procissão de pedintes. E esse número vae aumentando dia a dia com os que chegam acompanhando os retirantes e aqui ficam, pois lhes são negados passes pelos agenciadores de trabalhadores que passam para o sul (GAZETA DO NORTE, 1935, p. 09).

Com o aumento dos retidos em Montes Claros, e a conclusão de que seria impossível combater a chegada de novos grupos, a estratégia passou a ser reclamar a retirada dos mesmos da cidade ou dificultar a vida deles.

No ano de 1936, a Gazeta do Norte divulgou que o delegado de polícia sugeriu que fosse realizada uma triagem e cadastro daqueles sujeitos que realmente estavam incapacitados para o trabalho.[3] Mediante esse levantamento seria concedido uma "espécie de placa", em forma de crachá para aqueles que fossem autorizados a esmolar nos locais públicos. Também foi organizado uma ação com o auxílio da Igreja Católica, especificamente os Vicentinos. Como é aludido a seguir: "Segregados do público os mendigos, o povo deixará de dar-lhes, diretamente, as esmolas semanais passando a dá-las, entretanto, ao dispensário que for organizado" (GAZETA DO NORTE, 1935, p. 09). Essa estratégia atenderia as reclamações dos moradores, que segundo a Gazeta do Norte se queixavam da presença dos pedintes batendo nas suas portas esmolando ajuda, como foi informado: "Torna-se ainda um perigo para a população porque na maioria dos mendigos são portadores de moléstias e vivem por ahi, em contato com o povo e creanças" (GAZETA DO NORTE, 1939, p. 16). A sugestão feita pela Gazeta do Norte foi sempre com base no isolamento desses sujeitos, ou seja: "É preciso hospitalizar os que requerem tratamento" (GAZETA DO NORTE, 1939, p. 09). E uma das maneiras de legitimar essa ideia era tipifica-los sempre como vagabundos, mendigos, loucos e doentes. A própria mídia explicita a sua atuação política contrária à presença do migrante: "Iniciamos nessa coluna uma campanha contra a desigualdade, contra essa intolerável seleção de proteger

3 sobre o tema ver: MACHADO, Jaqueline Simone de Almeida; CALEIRO, Regina Célia Lima. *Desenvolvimento social, trabalho e exclusão dos "loucos improdutivos*". In: XAVIER, Elton Dias; SANTOS, Gilmar dos (Orgs.). *Desenvolvimento social em perspectiva*. Belo Horizonte: Sografe, 2009.

aos são e negar auxílio aos que mais necessitam [...]" (GAZETA DO NORTE, 1939, p. 09).[4]

Em suma, a política migratória de Getúlio Vargas impulsionou a migração, inclusive subsidiada com verbas dos cofres públicos, no intuito de atender a demanda existente de mão-de-obra em São Paulo. Deve ser considerado nesse sentido o refluxo da imigração estrangeira. No entanto, diferente do que era propagandeado e prometido pelo governo, os migrantes que colocavam o "pé na estrada" se deparavam com condições precárias, de transporte, hospedagem, alimentação e saúde. Inclusive, muitos desses tiveram sua viagem interrompidas e permaneceram em condições de completa insegurança estrutura.

REFERÊNCIAS

Jornal Gazeta do Norte. Arquivo da Universidade Estadual de Montes Claros.

O Observador Econômico e Financeiro. Disponível em: http://bndigital.bn.br/acervo-digital/observador-economico/123021. Acesso: nov. 2021.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A dimensão retórica da historiografia**. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de (orgs.). O historiador e suas Fontes. São Paulo: Editora Contexto, 2009. P. 235.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na Oficina do Historiador:** conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.p. 258. Disponível em: <https// https://encurtador.com.br/aqr49. Acesso em 13 dez 2021. P. 258.

LOBATO, Sidney. **A cidade dos trabalhadores:** insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964). p. 25.

LESSA, Simone Narciso. **Trem de Ferro:** do cosmopolitismo ao sertão. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

MACHADO, Jaqueline Simone de Almeida; CALEIRO, Regina Célia Lima. **Desenvolvimento social, trabalho e exclusão dos "loucos improdutivos".** In: XAVIER, Elton Dias; SANTOS, Gilmar dos (Orgs.). Desenvolvimento social em perspectiva. Belo Horizonte: Sografe, 2009.

PAIVA, Oldair da Cruz. **Caminhos cruzados**: migração e construção do Brasil moderno. Bauru, SP: EDSC, 2004. p. 117.

TESSARI, Cláudia Alessandra; COSTA, Julio Cesar Zorzenon. **Ação estatal, negócios e migração inter-regional no Brasil (1935-1951).** Economia e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 2 (66), p. 513-540, maio-agosto 2019.

4 Sobre o isolamento de migrantes ver: RIOS, Kênia Sousa Rios. *Isolamento e poder*: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

ST 6

HISTÓRIA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO: DO MUNDO DOS IMPRESSOS AS MÍDIAS DIGITAIS

Drª. Jorilene Barros da Silva Gomes (UFPB / SEECT-PB)
Me. Velbiane Luzia da Silva Chaves (UFCG/ SEECT-PB)

O ÚTERO E A FELICIDADE CONJUGAL: A REVISTA DA SEMANA E OS INVESTIMENTOS EM UM MODELO DE SAÚDE E CONDUTA PARA AS MULHERES (1910-20)

Ana Beatriz Soares Leal
Alômia Abrantes da Silva

RESUMO

A imprensa no início do século XX no Brasil, além de representar por si um signo do moderno, atuou como agente pedagógico, de modo particular no que diz respeito a educação dos corpos e condutas das mulheres. A Revista da Semana, editada no Rio de Janeiro, tornou-se referência como uma revista ilustrada, e nesta, chamou-nos atenção os anúncios voltados à saúde feminina e, mais ainda, aqueles relacionados ao útero e a menstruação. Procuramos, através de um diálogo com os estudos de gênero e corpo como construtos históricos e culturais, pensar como nestes anúncios, veiculados de 1910 a 1920, eram configuradas as concepções de "saúde do útero", uma vez que se associava a este órgão "males" diversos. Na investigação, deparamo-nos com marcas discursivas recorrentes, como as que associavam, principalmente, a saúde do útero à saúde do casamento, família e maternidade, como valores definidores de felicidade para as mulheres, para os quais olhamos aqui mais detidamente.

Palavras-Chave: Útero, corpo, saúde, casamento, imprensa.

Analisando os discursos médicos, farmacêuticos e cosméticos por meio dos anúncios publicitários da Revista da Semana nas décadas de 1910 e 1920, procuramos aqui identificar e discutir permanências e/ou deslocamentos acerca dos corpos das mulheres, especialmente vinculados aos males associados ao útero e a menstruação, e a relação destes com a elaboração de estigmas sobre a condição feminina, envolvendo principalmente valores associados a vida conjugal e familiar, como determinantes para a saúde e felicidade das mulheres.[1]

A Revista da Semana, fonte da nossa pesquisa, foi uma importante veiculadora de conselhos e palavras de ordem para seus leitores e leitoras, interpelados pela autoridade de campos consagrados como a medicina, a ciência, a família e a religião, que relembram de forma recorrente o que é ser masculino e o que é ser feminino. O que nos faz refletir

1 Pesquisa relacionada ao Projeto Pibic/UEPB, cota 2020/21, intitulado "A saúde que vem do útero: sobre os corpos femininos na Revista da Semana (RJ, 1910-20), orientado pela prof.ª Dr.ª Alômia A. da Silva.

sobre o poder da mídia, no caso, dos impressos em particular, sobre a produção de significados acerca de quem somos em sociedade. Como nos demonstra Guacira Lopes Louro (2008), a sedução e o impacto da mídia, das publicidades, das revistas e da internet são potentes pedagogias culturais, pois sistematizam e produzem conhecimentos que interferem e criam ideais, padrões de aparência e conduta, participando ativamente dos construtos identitários e lugares de gênero.

A Revista da Semana começou a circular em 1990 e teve uma longa vida como periódico ilustrado, de variedades, até 1956. Fundada no Rio de Janeiro por Álvaro de Tefé, apresentava-se como um semanário elegante e de fácil leitura, e nas suas primeiras décadas, por estar inserida em um contexto de políticas de higienização e medicalização, os discursos médicos e farmacêuticos encontravam nela uma aliada indispensável para transmitir suas mensagens. Observamos nas páginas da Revista a incidência crescente de propagandas, elaboradas com uma quantidade considerável de texto e gradativamente incorporando com mais frequência as ilustrações, para fazer com que o leitor e, especialmente, a leitora, se sentissem atraídos para comprar o produto anunciado. A busca por um estilo de vida inspirado no europeu, que se refletia na cosmética, perfumaria, moda, etc, decerto tornava o consumo e a busca pelos produtos ainda maior. E é neste meio que vamos nos deparar com a promoção de produtos voltados para a saúde das mulheres, especialmente contemplando os “males” associados ao útero.

Fazer o exercício de análise destes anúncios é aproximar-se dos discursos, das hierarquias e das desigualdades de gênero que reforçam, criam tabus, negligenciam e despertam silenciamentos acerca dos órgãos sexuais femininos e de suas respectivas funções, especialmente ao que se refere ao processo fisiológico normal da saúde da mulher, a menstruação, alimentados por valores tradicionais e crenças limitantes que inserem o corpo da mulher como algo distante da mesma, algo que precisa ser escondido, precisa ser segredado e não precisa ser falado.

Assim, o corpo torna-se o principal fio condutor para a construção de subjetividades, o que implica compreender de que forma essas práticas e representações corporais foram sistematizadas e construídas culturalmente, mais que isso entender que esse processo parte de uma formação política e cultural, que varia e se transforma de acordo com o tempo e a sociedade. Denise Bernuzzi de Sant’Anna (1995, 2005) destaca que a História tornou-se, desde o século passado, um campo propício para o desenvolvimento de abordagens, problemas e objetos considerados até então de pouca importância ou inadequados à pesquisa científica, rompendo com os padrões de uma macro-história; os historiadores agora ampliam a sua visão para os signos, as imagens, os significados que

tornam os humanos seres simbólicos e o elemento fundamental das suas reflexões, a cultura, permeada de rituais humanos, de práticas culturais, hábitos, costumes e tradições, o que também privilegia o corpo como território da cultura.

Na contemporaneidade, inúmeras opções de como encontrar bem-estar, e de se reconhecer como tal, estão expostas nas lojas, nas farmácias e na mídia, assim como um número maior dos canais de expressão e de especialistas que podem apoiar o indivíduo na compreensão de si, construir o seu próprio corpo, na decifração de suas intimidades e na expressão do eu, significa construir novas epidermes protetoras e informantes entre o mundo natural e a cultura, como sintetiza Denize Bernuzzi de Sant'Anna (1995, 2005); os antigos receios não desaparecem, são apenas atualizados por novos canais de transmissão e pela valorização extrema das aparências.

> Se, como lembrou Michel de Certeau, "cada sociedade tem seu corpo assim como ela tem sua língua", cada corpo é historicamente construído conforme os sonhos e receios de sua época e cultura. [...} A ambição de dominar o corpo e mantê-lo sob o controle, evitando, por exemplo, que ele adoeça e envelheça facilmente, vem sendo incessantemente estimulada pela mega indústria que, desde meados do século XX reúne saúde, beleza e bem estar. (SANT'ANNA, 2005, p.127)

Esta ambição podemos indiciar emergindo já em período anterior, quando na imprensa, em particular nas revistas ilustradas do início do século passado, corpo da mulher, em seu aspecto estético, torna-se alvo dos discursos médicos e higienistas através principalmente dos anúncios, criando e influenciando os padrões de saúde, normalidade e beleza. Os tabus, associados aos órgãos femininos e a suas funções fisiológicas naturais, despertaram e continuam por despertar silenciamentos e apropriações negativas. O útero, elemento principal dessa diferenciação, preconizou a distinção sexual e justificou um campo específico de estudo médico para o corpo feminino, que atravessado pelas dimensões das relações gênero, acabam por produzindo concepções com determinantes biológicos que justificam visões sobre serem as mulheres seres naturalmente frágeis, sensíveis, delicadas, reguladas pela função de ser mulher e, por isso, necessitavam da tutela e dos cuidados de um homem, o que partia de pontos paradigmáticos para mostrar hierarquia.

> [...] o século XIX pode ser considerado o período em que a medicina da mulher legitimou-se como um campo de conhecimento capaz de interpretar e gerenciar a gravidez, o parto, o puerpério, assim como as doenças femininas. Mas a constituição da ginecologia e da obstetrícia ultrapassa essas experiências e estão muito além das doenças. Os estudos de gênero têm demonstrado que o corpo feminino, estudado em suas minúcias, tem servido como justificativa para a delimitação de papéis sociais. As mulheres esquadrinhadas pela medicina do século XIX não foram apenas "avaliadas" em função da sua biologia reprodutiva. Elas também foram rotuladas como:

> “impressionáveis”, “instáveis”, superficialmente sexuais, exibicionistas, dramáticas; além de serem consideradas dependentes, devido ao seu ego fraco. (FREITAS, 2008, p.181)

AUTORIDADES QUE ORIENTAM E QUE FALAM SOBRE O CORPO FEMININO

As repercussões sobre as visões desta ainda recente medicina da mulher fazem eco na imprensa, que se constituirá em importante fomentadora destes discursos. Na trajetória da Revista da Semana, importante destacar que sob o comando de Carlos Malheiro Dias, Aureliano Machado e Arthur Brandão, a revista muda o seu editorial a partir dos anos de 1915 e as edições passam a estar mais voltada ao público feminino. Com isso, a inserção de temáticas cada vez mais frequentes e trabalhadas de forma menos segredada vão sendo inseridas nos periódicos, verificando-se um certo tipo de “liberdade” para se tratar de assuntos específicos das mulheres, mesmo que por muitas vezes suas vozes fossem excluídas e falar sobre suas experiências de forma direta, autoral, ainda fosse pouco aceitável, falando outros por elas. E isto é particularmente notável nos textos de caráter publicitário.

Quem fala pela mulher? De que forma falam? A fala dos maridos e dos médicos são instrumentos de discursos utilizados pelos anúncios que recorrem a essas autoridades para falar sobre o que seria julgado a saúde da mulher e para contar o que é que acontece quando elas tomam determinados medicamentos. Anunciam o uso, indicam e mostram como devem ser tomados.

No anúncio intitulado: A saúde da mulher cura as hemorragias uterinas (1918, ed. 050, p.14), é perceptível que a publicidade assume lugar de destaque por ocupar uma página inteira da revista, que a marca possui um grande poder aquisitivo e que se trata de um anunciante importante, o que se diferencia de uma propaganda avulsa. Os signos sociais contidos no retrato da mulher, deixa indícios de uma pessoa de classe média, por suas vestes, seus adornos e a pose tradicional da época. Apresenta em seu texto aspectos da cientificidade expressos pelos ditames médicos e por uma visão generalizada do que seria a saúde da mulher, além da necessidade de chamar uma autoridade para prestar depoimento, nesse caso, o esposo que exerce cargo público, para afirmar e comprovar a eficácia do medicamento

Esse lugar de fala masculina, reforçado pela atividade científica que atribuía ao útero diversos desequilíbrios e males a vida feminina, intermediou diversas publicidades de medicamentos que prometeria a “cura” do “mal” que amedrontava todos os meses

essas mulheres e que consequentemente desregulava a saúde de sua família, de seus filhos e do seu casamento. Tais ditames médicos apresenta uma visão generalizada do que se entenderia por saúde da mulher, os signos de seriedade que colocam as mulheres em uma posição de vida ou morte representam agora uma queixa bastante frequente.

A marca da feminilidade, como expressa Marlene de Fáver e Anamaria Marcon (2007), inseridos pela experiência de menstruar engendrada pela cultura, investiu-se durante muito tempo de um poder maléfico, associado à sujeira, ao nojo e, por isso, a ideia de cuidar de si durante o período de sangramento esteve relacionado a um estado doentio e de debilidade. O segredo e o silêncio que envolvem esses corpos são os principais constituintes dessa marca feminina que produzem, aprendem e repassam códigos para falarem de determinado assunto.

Para que ir ao médico? Já que uma autoridade masculina fala sobre, anuncia o uso, indica e mostra como deve ser tomado! A mulher saudável mantém sua casa, sua família e seu casamento saudáveis, o contrário desestabilizaria o seu convívio e suas "obrigações" como dona de casa, esposa e mãe, por isso, a preocupação em veicular a serventia do remédio através de alguém que expresse superioridade, já que a voz do homem heterossexual ao longo da história falara de um modo quase incontestável, como bem explicita Guacira Lopes (2008).

O ideal de vida ou morte expressos pelos atributos de austeridade que ocasionaria essa "hemorragia" é aguçado pelo ideal do milagre, que vai de desencontro com a ciência. Em diálogo com Patrícia de Freitas (2008), a ciência sempre construiu sujeitos e estigmatizou definições estáticas que fazem parte do diagnóstico das doenças femininas, interpretando a diferença biológica como sinônimo de fragilidade, e o processo fisiológico da menstruação como histeria, debilidade e um mal irremediável que afetaria não só a mulher, mas a quem mantivesse vínculo com ela.

O anúncio, Carta de mãe (1929. ed.029, p.09) exemplifica um outro tipo de fala, dessa vez feminina, mas é alguém que mantém autoridade sob essa mulher. A mãe como figura íntima, experiente, que orienta, que aconselha e que ordena, aparece como uma das figuras principais nesse lugar de prestígio, que indica o uso de um medicamento que promete regular as funções uterinas e ser um fortificante geral, para caso apresentem sintomas das moléstias das senhoras, atribuídas e originárias do útero.

(Revista da Semana, 1929, ed.029, p.09)

Esse estereótipo do corpo doente engendrado na prática cultural de pensar as mulheres que sangram, consiste não só em pensar a menstruação como um fato natural, mas como um fato social, como um novo papel e um novo estilo de vivenciar o corpo. As estratégias de esconderijo, em se referir a menstruação como “o boi, o chico, tava naqueles dias...” não provém do desconhecimento, mas da representação cultural e das relações de poder. Como vemos em Fáver e Marcon (2007, p.62) a representação das mulheres como seres descontroladas, fragilizadas, dominadas pelas emoções, foi elaborada por discursos construídos para justificar a ideia de que às mulheres cabe o âmbito do privado, o interior, a proteção do lar.

CASAMENTO E IDEALIZAÇÃO DA MULHER NA VIDA CONJUGAL E COTIDIANO FAMILIAR

Os anúncios publicitários recorrem a uma forma muito sutil de falar como essa medicalização pode garantir um bom funcionamento da vida sexual do casal, sobre as questões relativas ao casamento, no sentido de uma vida amorosa e a realização dessa vida. Quando casadas, seu corpo pertenceria e estaria sob a tutela de seu marido, excluindo todos os seus desejos e vontades, reforçando outra vez essa “fragilidade” das mulheres perante os homens.

Quanto dura uma lua de mel? O casamento estava vinculado diretamente à saúde e ao bom funcionamento das “regras” dessas mulheres. A lua de mel que traz consigo essa imagem paradisíaca, associada a ideia de um verdadeiro paraíso no início do casamento, da necessidade de produção dessa jovem esposa idealizada, que se prepara para o casamento e que graças aos cuidados indicados pelo remédio “A Saúde da Mulher” não terão sua lua de mel interrompida.

> Dura às vezes uma lua: - dura enquanto permanece o ar contente que reflete o estado d’alma venturosa da jovem esposa. Mas a alma não governa o corpo. Os sofrimentos physicos apagam das physionomias os vestígios das alegrias interiores. (A saúde da mulher, Revista da Semana, 1928. Ed.037, p.06)

(Revista da Semana, 1928, ed.037, p.06)

O ideal da “mulher bela, recatada e do lar”, contidas e submissas aos seus maridos, que buscava manter a sua saúde em equilíbrio para assumir com êxito o seu papel de esposa e mãe também foi veiculado nos anúncios que buscava enfatizar o papel que prevalecia entre as mulheres brasileiras, principalmente as das camadas médias urbanas. A saúde, a alegria do lar, a felicidade do marido e dos filhos dependeria de sua saúde: “...

uma esposa sem saude é o desmoronamento da felicidade doméstica. É, pois, essencial que toda esposa faça o possível para cumprir o seu dever de ter saude. (O lar feliz, Revista da Semana, 1928, ed.024, p.37)

O casamento atrelado ao papel idealizado de esposa e mãe, reifica esse lugar doméstico para as mulheres. A condição feminina, associada a vida privada, ao papel de dona de casa e atrelada ao espírito protetor, acaba por reafirmar os conceitos relacionados aos papéis que são atribuídos a elas, portanto, os discursos que são reproduzidos demonstram esse lugar destinado às mulheres, dos cuidados com a casa, com seus filhos e com o seu marido, além de assumirem o papel e a responsabilidade de educar os seus filhos para que se tornem cidadãos inteligentes, saudáveis e patriotas.

O LAR FELIZ

"Lar feliz" é o lar onde o marido encontra o refugio sereno para o seu repouzo dos combates diarios a que o obriga a lucta pela vida. Um lar feliz é a athmosphera da paz, de tranquilidade, o sorriso acolhedor da esposa, o aspecto tratado do filhinho, a ordem da casa,-bens supremos que só pódem existir em consequencia da boa saude da companheira.

Uma esposa sem saude é o desmoronamento da felicidade domestica. E pois, essencial que toda a esposa faça o possivel para cumprir o seu *dever de ter saude.*

Desde cedo, desde o inicio de sua vida adulta, sabem as Senhoras que a principal ameança de sua saude é o cortejo terrivel das "*Doenças do Utero e dos Ovarios*."

Mas as Senhoras sabem tambem que, para tão grandes males, existe remedio infallivel: é

A SAUDE DA MULHER

(*Revista da Semana***, 1928, ed.024, p.37)**

Por isso, sua saúde seria de sua prioridade e responsabilidade, para que não haja desequilíbrio em sua família. A mulher saudável seria sinônimo de um lar feliz! No entanto, esses dispositivos de controle sobre os corpos das mulheres, atuam diretamente em suas vivências e nas experiências adquiridas ao longo do tempo, marca cultural de uma civilização que sempre ocultou atos e hábitos obscenos de toda a humanidade, pois como explica Laqueur (2001, p.225) “os corpos das mulheres trazem marcas desse processo civilizatório. A fisiologia de seus corpos adapta-se às demandas da cultura”.

Ainda que aqui de forma resumida, o recorte de nossa pesquisa possibilitou a construção de reflexão acerca do que historicamente vem sendo compreendido como saúde da e para as mulheres. Seguido pelos padrões normativos estabelecidos pelo projeto modernizador da recém República, influenciados pelo Movimento Higienista e regulados pelos dispositivos informativos da Revista da Semana, as publicidades veiculavam manuais de saúde e mantinham controle sobre o corpo das mulheres.

Para isso, precisavam ter um modelo padronizado, de regras, normas e condutas para viverem e se comportarem em sociedade. A menstruação, processo fisiológico normal, responsável pela manutenção da saúde da mulher divulgada e encarada como um mal atribuído ao útero, já que à ideia de sangrar estava atribuída a um grande poder maléfico, um evento desconfortável, desestabilizador e difícil, capaz de desequilibrar sua saúde mental, o seu convívio e seus afazeres como dona de casa.

Portanto, se tornava inviável ser "bela, recatada e do lar" amedrontada pelo mal das regras que ameaçava todos os meses essas mulheres. Histérica, deprimida, agoniada, frágil, possuídas pelo demônio... todos esses adjetivos para caracterizar o "mal" da menstruação. Por isso, precisavam de medicamentos que cessassem esses sintomas, para que encarassem esse evento com uma certa naturalidade, sem afetar os seus filhos e os seus esposos.

Embora seja uma questão debatida e desmistificada com maior frequência em nossos dias atuais, as antigas concepções atribuídas a menstruação e ao útero, corroboram ainda para que os discursos do passado continuem sendo atualizados, investidos por um poder de controle que rege e organiza os padrões normativos da sociedade. Por isso, o trabalho deve ser incessante na busca da quebra de certos preceitos e pré-conceitos que são construídos através de nossas práticas e de nossas zonas de conforto que naturalizam costumes e normas.

REFERÊNCIAS

FÁVER, Marlene de; MARCON, Anamaria. Corpos construídos nas práticas de segredar – Prescrições que constituem os corpos na experiência da menstruação. **Revista Ártemis**. Vol.7, dez. 2007, pp. 56-68. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2150. Acesso: 10/09/22

FREITAS, Patrícia de. "A mulher é seu útero": A criação da moderna medicina feminina no Brasil. **Antíteses**. Vol.1. núm.1. enero-junio, 2008, pp. 174-187. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1933/193317377008.pdf. Acesso em: 10/09/2022.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud/ Thomas Laquer; tradução Vera Whately. – Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, v.19, n.2 (56) – maio/ago.2008.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista de História**, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250990763_Traduzindo_o_debate_o_uso_da_categoria_genero_na_pesquisa_historica. Acesso em: 10/09/20022.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de**. Corpo e História**. Cadernos de subjetividade. Núcleo de estudo e pesquisa da subjetividade. Programa de pós-graduação em psicologia clínica – PUC/SP, 1995 (2), p. 243-266.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Horizontes do Corpo. In: BUENO, Maria Lucia; CASTRO, Ana Lúcia de (Orgs). **Corpo, território da cultura**. São Paulo: Annablume, 2005.

TRIBUNA DO GOLPE: ANTICOMUNISMO E GOLPISMO NAS PÁGINAS DA TRIBUNA DA IMPRENSA (1961-1964)

Carlos Henrique da Silva de Nobrega[1]

RESUMO

O início dos anos 1960, no Brasil, foi marcado por crises políticas e institucionais, além de intensas lutas de classes que levaram ao colapso o sistema político vigente. Nessa conjuntura de instabilidade, os veículos de imprensa, em sua grande maioria, tiveram um papel fundamental na criação de um clima de desestabilização política e no apoio a golpes de Estado. Pretendemos, por meio deste trabalho, apresentar os resultados preliminares de nossa pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do PPGH-UFF, que versa sobre a atuação do jornal Tribuna da Imprensa. O objetivo é problematizar e compreender a atuação do jornal nas crises de 1961 e 1964, dando ênfase ao caráter anticomunista e à postura do jornal. Partindo do pressuposto de que a imprensa deve ser entendida em sua historicidade como força ativa das disputas por hegemonia, analisarei as articulações políticas do jornal, buscando entender seu posicionamento diante da correlação de forças estabelecida naquele momento.

Palavras-Chave: Imprensa, anticomunismo, golpismo.

Esta pesquisa versa sobre a atuação da *Tribuna da Imprensa* no início dos anos 1960, período de grande agitação política no Brasil, especialmente após a chegada à Presidência da República de João Goulart. Nosso objetivo é analisar o caráter anticomunista e a postura golpista presente nas publicações do jornal. Para este texto, destacaremos uma parte específica da pesquisa, que aborda a atuação da *Tribuna da Imprensa* nos golpes de 1961 e 1964, visto que esses dois episódios exemplificam bem o *modus operandi* do jornal no período pesquisado.[2]

As fontes de pesquisa selecionadas são justamente algumas edições do jornal *Tribuna da Imprensa* produzidas durante as crises de 1961 e 1964. A escolha desse recorte temporal justifica-se por se tratar de um período de grande agitação anticomunista em nosso país. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2000) aponta que naquela conjuntura

---

1 Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) e bolsista CAPES.

2 Este texto é parte de um dos capítulos da dissertação de mestrado *Tribuna do golpe: anticomunismo e golpismo nas páginas da Tribuna da Imprensa (1961-1964)*, que venho produzindo no âmbito do PPGH-UFF.

ocorreu um surto anticomunista no Brasil, marcado pela disseminação do anticomunismo na imprensa e pelo surgimento de diversas organizações anticomunistas, entre elas o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), grupos formados essencialmente por empresários e oficiais militares, que agiram diretamente no processo de desestabilização do governo de Goulart e na preparação para o golpe de 1964.

Embora existam muitos trabalhos sobre o anticomunismo, as definições sobre esse conceito são escassas. Em verbete do *Dicionário de Política*, Luciano Bonet define o anticomunismo como "[...] um fenômeno complexo, ideológico e político ao mesmo tempo, explicável, além disso, à luz do momento histórico, das condições de cada um dos países, e das diversas origens, ideais e políticas em que se inspira." O autor afirma ainda que o anticomunismo possui variantes de tipo clerical, fascista, nazista-hitleriano e americano, além de não ser uma prática exclusiva da direita, sendo comum também em segmentos mais moderados da esquerda, críticos ao caráter autoritário do regime soviético, como os social-democratas (BONET, 2004, p. 34).

Nos anos 1960, a imprensa exerceu um papel fundamental na difusão do proselitismo anticomunista. Em alguns dos principais jornais brasileiros da época, como *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e a *Tribuna da Imprensa* era comum a divulgação de matérias e editoriais pregando o temor ao comunismo e alertando os leitores sobre supostos projetos de "sovietização" do Brasil, isto é, de infiltração de comunistas em diversas instituições visando a tomada do poder político. Outra questão comumente verificada na imprensa da época era a frequente oposição entre democracia e comunismo, que buscava demonizar este.

A *Tribuna da Imprensa* foi um jornal vespertino fundado pelo jornalista Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro, que teve seu primeiro número publicado em 27 de dezembro de 1949. O jornal circulou até o ano de 2008, mas teve seu momento de maior destaque nos anos 1950 e 1960, quando se notabilizou por desempenhar uma oposição implacável a Getúlio Vargas e a seus herdeiros políticos, como Jango e Brizola. Alguns pesquisadores defendem que a *Tribuna da Imprensa* seria uma espécie de jornal da UDN. Márcio de Paiva Delgado afirma que o jornal fundado por Lacerda "refletia a vertente mais radical da UDN", o chamado *lacerdismo*, fazendo a ligação entre tal ala udenista e a opinião pública (2006, p. 5).

Em seus anos iniciais, a *Tribuna da Imprensa* fez parte, junto com outros periódicos como o *Diário Carioca, o Última Hora* e o *Jornal do Brasil*, da mítica modernização da imprensa brasileira dos anos 1950. Inspiradas no modelo norte-americano, as inovações implementadas naquele momento relacionavam-se, ente outras coisas, à busca de uma

postura mais informativa, fundamentada nas ideias de neutralidade, imparcialidade e objetividade. No entanto, tal processo representou na verdade a consolidação de modificações que já vinham sendo colocadas em prática nas décadas anteriores (RIBEIRO, 2000, p. 30). Por meio de determinações de Carlos Lacerda, a *Tribuna* foi um dos responsáveis pela implementação manuais rígidos e normas precisas a serem seguidos rigorosamente na redação do jornal (BARBOSA, 2007, p. 151). Essa inovação tornaria a escrita dos textos mais objetiva.

O "jornal do Lacerda", como ficou conhecido à época, era um periódico pequeno e não possuía grandes tiragens. Nos anos 1950, por exemplo, a tiragem máxima foi de 40 mil exemplares em 1954 e 1955, bem inferior aos grandes jornais da época, como *O Globo*, que chegou a imprimir mais de 187 mil exemplares em 1958 (BARBOSA, 2007, p. 149). Entretanto, era um jornal influente. Sua relevância estava justamente em sua atuação política e seu estilo panfletário, que muitas vezes confundia-se com os posicionamentos do próprio Lacerda, fundador e diretor-geral até 1960, e do partido em que ele atuava, a União Democrática Nacional (UDN).

Entendemos que, para além dessa questão, a postura militante e ideológica da *Tribuna da Imprensa* insere-se dentro da lógica de atuação partidária dos jornais. O filósofo italiano Antonio Gramsci destacou que os jornais atuam como verdadeiros partidos políticos burgueses, visto que tentam cumprir as funções de informação e direção política dos grupos sociais. Ao analisar o caso italiano, o autor afirmou que "[...] pela falta de partidos organizados e centralizados, não se pode prescindir dos jornais: são os jornais, agrupados em série, que constituem os verdadeiros partidos" (GRAMSCI, 2000, p. 208). Além disso, jornais e revistas podem ser compreendidos, em termos gramscianos, como "aparelhos privados de hegemonia" (ou aparelhos hegemônicos), na medida em que se constituem como entidades da sociedade civil difusoras de ideias e informações visando a obtenção de consenso para a direção política e ideológica das classes sociais. Por conseguinte, há que se destacar também que muitas das posições desse diário carioca, especialmente o anticomunismo, estavam marcadamente influenciadas pelo clima político internacional do contexto da Guerra Fria.

Os acontecimentos do início da década de 1960, assinalam exatamente o momento de esgotamento e crise orgânica do regime populista, culminando com o golpe empresarial-militar de 1964. O pacto social populista já não satisfazia mais os diversos setores que compunham aquela sociedade, visto que, enquanto os trabalhadores demonstravam descontentamentos com suas condições de vida e exigiam mudanças estruturais, o grande capital apresentava novas demandas que se tornavam incompatíveis com aquele modelo

de desenvolvimento. Desse modo, o regime populista passa a sofrer um duplo ataque, isto é, uma pressão simultânea por parte de dois setores: de um lado o capital multinacional e associado, de outro, a classe trabalhadora (DREIFUSS, 1981, p.125).

A AVENTURA GOLPISTA DE 1961: A ATUAÇÃO DA *TRIBUNA DA IMPRENSA* DA RENÚNCIA DE QUADROS À POSSE DE GOULART

Após muitas derrotas eleitorais para o Executivo Federal, as classes dominantes conseguiram eleger Jânio Quadros nas eleições de 1960. Com a renúncia do mandatário meses após tomar posse, se viram abaladas diante da ascensão de seu vice, João Goulart, um político que tinha estreitas relações com sindicatos. Iniciava-se um período turbulento, marcado por crises e golpes de Estado. No momento de sua renúncia, Jango, como era conhecido o vice-presidente, estava em uma viagem diplomática à República Popular da China, país que havia instaurado um regime socialista após a revolução liderada por Mao Tsé-Tung, em 1949.

Em seu rápido governo, Jânio Quadros desagradou muitos dos setores que apoiaram a sua eleição à Presidência, especialmente os conservadores e anticomunistas, ao adotar uma política externa independente. Além disso, a maioria da UDN, principal partido de sustentação do governo, mostrou-se igualmente insatisfeita com essa postura. O episódio mais simbólico para compreender o início da crise política de 1961, foi a condecoração de Ernesto Che Guevara por Quadros com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, em 18 de agosto de 1961. Esse feito desencadeou desentendimentos entre o presidente da República e o então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, principal nome da direita naquele momento.

Nos dias que se seguiram à entrega da honraria ao guerrilheiro argentino, a *Tribuna da Imprensa* atuou de forma extremamente crítica em relação ao presidente. Carlos Lacerda, por seu turno, foi um dos pivôs daquela crise, fazendo jus à alcunha de “demolidor de presidentes”. Em 1960, Lacerda foi eleito governador do estado da Guanabara, deixando a direção do jornal nas mãos de seu filho, Sérgio Lacerda. Conforme Thomas Skidmore: “Lacerda tentou colocar o presidente em descrédito perante a classe média e os militares. Era a mesma técnica que empregara anteriormente contra Vargas e que havia tentado contra Kubitschek.” (SKIDMORE, 1975, p. 247).

Na edição de 21 de agosto de 1961, a *Tribuna da Imprensa* publicou um editorial de capa com duras críticas à política externa do governo, conduzida pelo ministro Afonso Arinos. O presidente foi duramente atacado no texto, acusado de condecorar um “bandido” e envergonhar a nação, enquanto a sua política exterior foi descrita como deplorável

(*Tribuna da Imprensa*, Editorial, 21.08.1961, p. 1). Outra matéria abordou o conflito entre os representantes dos Executivos federal e estadual, destacando os motivos da crise: 1) a política exterior de Quadros, que estaria "[...] conduzindo o Brasil para a área do comunismo, permitindo um processo de infiltração que dia a dia enfraquece mais as nossas instituições democráticas."; 2) a falta de apoio do Governo Federal à Guanabara (*Tribuna da imprensa*, 21.08.1961, p. 5).

As edições posteriores seguiram o mesmo caminho. No dia seguinte, a *Tribuna da Imprensa* iniciou uma série de editoriais com avaliações negativas sobre a política externa de Jânio, sob o título de "Política externa: erros e perigos". O texto editorial acusa o presidente de adotar uma política entreguista em relação à URSS e ter mentido sobre as promessas feitas durante o processo eleitoral, especialmente a de não se alinhar aos comunistas (*Tribuna da Imprensa*, Editorial, 22.08.1961, p. 4). O jornal analisou a crise do ponto de vista de Lacerda, sempre destacando os apoios recebidos pelo governador e as falas de parlamentares que se posicionavam ao seu lado na disputa. Em seu gabinete no Palácio da Guanabara, Lacerda recebeu o apoio de diversos políticos de partidos de direita, como o presidente da Assembleia Legislativa, Lopo Coelho (PSD-GB), além de generais do Exército, como chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general Cordeiro de Farias.

O dia 24 de agosto marcou o auge da crise entre o governador da Guanabara e o presidente da República. Dando continuidade às edições anteriores, o jornal mais uma vez publicou um editorial avaliando negativamente a política externa desenvolvida por Jânio Quadros. De acordo com o texto, em matéria de política internacional, o Brasil já vivia uma ditadura, o que estaria criando as condições para uma ditadura dentro do país (*Tribuna da Imprensa*, Editorial, 24.08.1961, p. 4). A charge da mesma página reproduziu Jânio Quadros dançando uma dança típica russa, vestido com trajes característicos daquele país (Idem). Algumas páginas, por outro lado, buscaram dar visibilidade a uma entrevista que Lacerda daria no mesmo dia para uma cadeia de rádios e TVs, com o propósito de explicar a crise.

Na entrevista, para a surpresa de todos, o governador da Guanabara acusou Jânio Quadros de estar tramando um golpe com o apoio de alguns de seus ministros. Lacerda fez um pronunciamento alertando o Brasil sobre uma suposta trama palaciana que pretendia promover reformas de forma autoritária, a partir do fechamento do Congresso Nacional. O então ministro da Justiça, Pedroso Horta, estaria à frente da manobra golpista.

Em 25 de agosto, a *Tribuna da Imprensa*, obviamente, deu total repercussão ao discurso de Lacerda. Logo na capa, em letras garrafais, a manchete dizia: "Lacerda fica

para lutar contra a trama golpista de Brasília" (*Tribuna da Imprensa*, Editorial, 25.08.1961, p. 1). No mesmo dia, o presidente Jânio Quadros renunciou, mergulhando o país em uma enorme crise. Alguns analistas entendem que Jânio Quadros havia planejado a renúncia e enviado João Goulart à China propositalmente, como parte de um plano para controlar o país com amplos poderes. Acreditaria o presidente que o povo e os militares ocupariam as ruas em defesa do seu mandato e, a partir disso, ele poderia governar à margem do Congresso Nacional, onde não possuía maioria parlamentar. Moniz Bandeira afirma que a ideia do mandatário era realmente o golpe: "Seu plano consistia em renunciar ao governo, comovendo as massas, e levar as Forças Armadas, sob o comando de ministros reacionários, a admitir sua volta como ditador, para não entregar o poder a João Goulart [...]" (1977, p. 21).

O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli tomou posse, já que o vice-presidente não estava no país. Em seguida, os ministros militares: marechal Odílio Denis, da Guerra (atualmente Exército), vice-almirante Sylvio Heck, da Marinha, e brigadeiro Gabriel Grum Moss, da Aeronáutica, formaram uma Junta Militar e declararam a inconveniência com a posse de João Goulart, chegando a ameaçá-lo se decidisse voltar ao Brasil.

A *Tribuna da Imprensa* não ficou indiferente aos acontecimentos. Nos dias que se seguiram à renúncia, o jornal carioca fez jus à sua tradição golpista e se mobilizou para apoiar a tentativa de golpe perpetrada pelos ministros militares. Na imprensa, o apoio ao golpe militar foi pequeno. Além da *Tribuna da Imprensa*, apenas os jornais *O Estado de São Paulo* e *O Globo* apoiaram a ação dos militares. As direções desses três jornais possuíam boas relações, o próprio Lacerda era amigo de Roberto Marinho e Júlio de Mesquita Filho. Notabilizado por suas posições conservadoras, *O Estado de São Paulo* foi um dos principais jornais a atuar nas tramas golpistas de 1961 e 1964. O dono do periódico paulista, Júlio de Mesquita Filho, tornou-se nos anos seguintes um dos líderes do IPES-SP (DREIFUSS, 1981, p. 247).

Agindo como um verdadeiro partido, o vespertino carioca procurou fomentar o consenso em relação ao golpe em curso, além tentar amedrontar os leitores com temor ao comunismo, que buscava associar à figura de Jango. Na Guanabara, o aparato repressivo de Lacerda se incumbiu de calar as vozes dissidentes. O então governador do estado da Guanabara, foi um agente central na tentativa golpista de 1961, pois se articulou com os ministros militares e decretou censura sobre a imprensa em todo o estado, não permitindo que a população tivesse contato com a realidade dos fatos. Além da censura, ocorreram diversas prisões de jornalistas e sindicalistas (VICTOR, 1965, pp. 366-375).

Ao longo dos desdobramentos da crise, o jornal fundado por Lacerda foi se posicionando de forma mais nítida em favor do impedimento da posse do vice-presidente. Em 29 de agosto de 1961, o editorial "Em defesa da liberdade" apresentou de forma clara a opinião da *Tribuna da Imprensa*: "Hoje, mais do que nunca, os brasileiros estão diante de dois caminhos: a democracia e o comunismo. Esta é, portanto, uma hora de opção (*Tribuna da Imprensa*, Editorial, 29.08.1961, p. 4)

O editorial do dia seguinte culpou Jânio Quadros pela crise política do país e criticou Jango, associando-o aos comunistas: "[...] o passado do sr. João Goulart marcou-o como um homem capaz de usar a agitação engendrada pelo Partido Comunista para a sua própria ascensão." (*Tribuna da Imprensa*, Editorial, 30.08.1961, p. 4). Um editorial de *O Estado de São Paulo* foi reproduzido pela *Tribuna da Imprensa* naquela edição. Dizia o texto: "[...] a posse do sr. João Goulart significaria o início da revolução que nos levaria à implantação do regime comunista no país." (Ibidem). Em seguida, o texto sugere que a solução moral seria desistência de Jango e, caso ele resistisse, que o Congresso deveria votar o seu impeachment.

Com a definição de que João Goulart tomaria posse como presidente, a *Tribuna da Imprensa* dedicou-se a produzir conteúdos alarmistas que diziam esclarecer a verdade que o público não sabia. Na verdade, visavam difundir a ideia que o Brasil estaria entrando na órbita do comunismo. Desse modo, nas edições dos dias 5 e 6 de setembro de 1961, o periódico produziu uma série de dois editoriais com a mesma temática e que se complementavam. No primeiro dos textos, intitulado "Introdução à conquista do Brasil pelo comunismo internacional – I: Antecedentes", o jornal chama a Emenda Parlamentar de "golpe do Congresso", diz que as Forças Armadas foram humilhadas e, obviamente, como fica exposto no título, alega que o Brasil estaria entrando um processo de sovietização. (Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 05 de setembro de 1961. p. 4.)

DO COMÍCIO DA CENTRAL AO GOLPE: A ATUAÇÃO DA *TRIBUNA DA IMPRENSA* NA CONJUNTURA DO GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR DE 1964

Em 1964, já sob a direção do jornalista Hélio Fernandes, a *Tribuna da Imprensa* manteve a linha editorial que havia adotado desde os tempos em que Carlos Lacerda era o proprietário. Além disso, devido ao clima político mais radicalizado que o país vivenciava naquele momento, percebe-se que o jornal também radicalizou suas posições, mostrando-se muito mais anti-Goulart e anticomunista, se comparado à conjuntura de 1961. O próprio Hélio Fernandes, agindo como um intelectual orgânico, publicava a coluna "Fatos e rumores em primeira mão", onde se dedicava a apresentar sua visão sobre temas

políticos. Desse modo, a *Tribuna da Imprensa* continuou a produzir campanhas políticas e tentativas de intervenção na agenda pública, constituindo-se como uma força ativa dos processos políticos do período. Como apontam Cruz e Peixoto (2007) a imprensa é, "muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica." (2007, p. 257).

O jornal carioca publicou diversas manchetes, matérias e editoriais com críticas ao governo Goulart durante os primeiros meses de 1964, além de diversas acusações de que o presidente estaria planejando um golpe. De acordo com o René Dreifuss, a *Tribuna da Imprensa* estava entre os jornais que se puseram a serviço do IPES para produzir uma campanha ideológica. Raphael de Almeida Magalhães, então secretário e chefe de gabinete de Carlos Lacerda na administração do estado da Guanabara e filho do ipesiano Dario de Almeida Magalhães, teria colocado a *Tribuna da Imprensa* à disposição do IPES para a publicação de artigos não assinados ou em forma de editorial (DREIFUSS, 1981, p. 233).

A edição do dia 13 de março, dia programado para o comício pró-reformas, estampou na capa a manchete: "Concentração servirá de senha para a invasão de terras. Comício inicia a agitação" (*Tribuna da Imprensa*, 13.03.1964, p. 1). Na coluna "Diário de Brasília", o jornalista Fernando Pedreira escreveu que, diante das posições assumidas por Jango, a alternativa seria "[...] derrubá-lo ou consentir na instalação da célebre República Sindicalista" (*Tribuna da Imprensa*, 13.03.1964, p. 3).

A *Tribuna da Imprensa*, produziu uma imensa cobertura dos fatos ocorridos naquele dia. Como de costume, Jango e seus aliados, especialmente Leonel Brizola, foram os alvos preferenciais. Na edição seguinte ao comício, uma enorme manchete anunciava "Jango lança a reeleição" (*Tribuna da Imprensa*, 14-15.03.1964, p. 1), acusando o então presidente de tentar se perpetuar no poder, já que não existia reeleição naquele período. Ainda na capa o jornal destacou o pronunciamento de Lacerda sobre o comício: "A guerra revolucionária está desencadeada. O seu chefe é o sr. João Goulart, até que os comunistas lhe deem outro" (Idem). E esta foi a tônica daquela edição: evidenciar o "clima de revolução".

O editorial destacou que "Foi um comício totalitário, contra a democracia, a liberdade e a Constituição, com as Forças Armadas protegendo indevidamente manifestantes portadores de cartazes com a foice e o martelo." (*Tribuna da Imprensa*, 14-15.03.1964, p. 4). Hélio Fernandes, em sua coluna diária comparou o comício às grandes concentrações a favor de Hitler e Mussolini e acusou os manifestantes de não estarem lá por livre e espontânea vontade, mas por uma mobilização forçada e dirigida pelo governo.

A manchete da edição do dia 16 de março de 1964 destacou: "Goulart quer fechar

o Congresso a 1º de maio" (*Tribuna da Imprensa*, 16.03.1964, p. 1), enquanto o editorial de capa foi categórico solicitando ao Congresso Nacional o impeachment de Jango para evitar uma guerra civil (Idem). As edições dos dias seguintes continuaram com as mesmas críticas e denúncias. O editorial do dia 17 alertava que a frente ampla que estava sendo articulada por San Tiago Dantas em apoio ao governo, seria a última etapa para a tomada do poder pelos comunistas (*Tribuna da Imprensa*, Editorial, 17.03.1964, p. 1).

No dia 19 de março, uma grande multidão esteve presente à Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, em São Paulo. O evento foi uma resposta dos segmentos liberais e conservadores ao comício das reformas. A *Tribuna da Imprensa* enfatizou a grandiosidade do ato: "Gigantesca passeata anticomunista: 500 mil em SP repelem Jango" (*Tribuna da Imprensa*, 20.03.1964, p. 1). O editorial de capa exigiu que o presidente renunciasse ao cargo e denunciou como demagógicos os decretos anunciados por Jango no comício da Central (Idem).

Na edição de 21-22 de março, o editorial destacou que na marcha de São Paulo, quem esteve na rua "era o povo mesmo, sem 'cheiro' de pelego". Segundo o texto, o "povo" ainda não havia se reunido para se manifestar, em outras palavras, os manifestantes que se concentraram na Central do Brasil dias antes seriam todos pelegos, manipulados e pagos pelo governo (*Tribuna da Imprensa*, Editorial, 21-22.03.1964, p. 4). Mais uma vez a *Tribuna da Imprensa* reproduziu na integra um manifesto contra João Goulart, dessa vez, do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que dizia: "a revolução comandada de cima pra baixo não é outra coisa senão o golpe de Estado." (Ibidem, p. 2).

Na madrugada do dia 31 de março para o 1° de abril de 1964, começou a movimentação de tropas em Minas Gerais, comandadas pelo general Mourão Filho, em direção ao Rio de Janeiro. Esperava-se uma reação do governo, que acabou não ocorrendo. Os generais Castelo Branco e Costa e Silva chegaram a classificar como imprudente a atitude de Mourão e tentaram convencê-lo a desistir (FICO, 2014, p. 74). Goulart fugiu para Brasília e de lá foi para o Rio Grande do Sul. O presidente do Congresso Nacional, Auro de Moura Andrade, declarou vacância da Presidência da República, dando posse ao presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli.

O golpe só foi noticiado pela *Tribuna da Imprensa* no dia 2 de abril de 1964. Na capa uma manchete exibia: "Democratas assumem comandos militares". O editorial foi extremamente agressivo, com ofensas pessoais a Goulart: "Escorraçado, amordaçado e acovardado deixou o poder como imperativo da legítima vontade popular o sr. João Belchior Marques Goulart, infame líder comuno-carreiristas-negocistas-sindicalistas." (*Tribuna da Imprensa*, 02.04.1964, p. 1).

No mesmo texto, a *Tribuna da Imprensa* demonstrou todo o seu apoio aos militares golpistas: “Enfim, começa hoje uma nova era para o Brasil. Confiemos no espírito público dos homens que salvaram a democracia brasileira e no discernimento e superioridade com que o marechal Dutra se conduzirá nos próximos 22 meses.” (Idem).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os golpes de 1961 e 1964 são exemplos clássicos do tipo de reação das elites brasileiras diante situações ameaçadoras e expressam-se como contrarrevoluções preventivas. Além disso, demonstram, como aponta Florestan Fernandes, o caráter autocrático da burguesia brasileira, que constitui um elemento estruturante de nosso capitalismo dependente e se expressa por meio da aceitação formas abertas de ditadura de classe (FERNANDES, 1976, p. 295).

Boa parte da imprensa brasileira, que na década anterior concentrava seus esforços na denúncia da corrupção e da suposta demagogia dos governantes, durante a década de 1960 direcionou suas críticas ao comunismo. Nesse sentido, cabe mencionar que o anticomunismo funcionou como um elemento aglutinador de diversos grupos de direita, fossem eles conservadores ou liberais. Os veículos de comunicação atuantes naquela conjuntura, utilizaram-se do anticomunismo e do apoio a rupturas democráticas para defender seus interesses de classe e produzir consenso visando a obtenção da hegemonia. Como afirma Gramsci:

> O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, **expresso pelos chamados órgãos da opinião pública — jornais e associações** —, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, Op. Cit., p. 95)

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart**. As lutas sociais no Brasil 1961-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**. Brasil – 1900-200. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2007.

BONET, Luciano. **Anticomunismo**. In: BOBBIO, Norberto et. al. *Dicionário de Política*. 12ª ed. Brasília: Editora UNB, v. 1. 2004.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** (Vol. 3). Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2000.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2000.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo***. Rio de Janeiro*: Editora Paz e Terra, 1975.

NO CIBERESPAÇO A LUTA PELO PASSADO AIMARA

Celso Gestermeier do Nascimento

RESUMO

Neste trabalho nos propomos refletir como um determinado grupo indígena, os aymara bolivianos, se valem do ciberespaço para retomar suas lutas, unindo passado, presente e futuro em defesa e uma cultura ancestral. Destacaremos a forma como o mundo do passado aymara ainda pode se "conectar" com o mundo do presente no ciberespaço, onde desfilam seus heróis e suas divindades preparando os novos guerreiros para construir o mundo do futuro, no qual o véu negro que se abateu sobre a América será finalmente retirado e os antigos deuses possam voltar a reinar.

Palavras-Chave: Ciberespaço, aymara, internet.

Em 1532 o Império inca tomou contato com os espanhóis liderados por Francisco Pizarro. Na cidade de Cajamarca o poderoso Atahualpa, que recém havido vencido seu irmão Huascar na luta pelo poder, ignorando a arrogância espanhola acabou sendo aprisionado e posteriormente assassinado. O poderoso Império Inca era formado por inúmeras etnias, dentre as quais os aymara e os quechua, que nem sempre viveram em harmonia devido a supremacia dos últimos.

Desnecessário dizer o quanto os grupos indígenas lutaram para manter sua cultura e seu modo de vida, violentamente combatidos pelos europeus, conquistadores e missionários desde o século XVI, passando pelo pensadores positivistas - aliados dos nacionalismos no século XIX- quando se fundaram as modernass nações latino-americanas, ao liberalismo e posteriormente ao neoliberalismo. Ou seja, por mais de 500 anos as comunidades indígenas vêm lutando para sobreviver tanto física quanto culturalment eno continente que originalmente habitaram,.

Nessa luta pela sobrevivência chegamos ao século XXI1, quando os movimentos sociais encontraram um novo lugar para continuar as suas batalhas: o Cyberespaço. Podemos tomar como um importante marco nesse novo tipo de mobilização os eventos comemorativos dos 500 anos de descoberta da América pois, para os países americanos tratava-se de comemorar a "descoberta" da América, mas para os nativos a questão era de protestar contra a chegada dos espanhóis, que destruíram civilizações inteiras, como Incas e astecas, dando início a um processo de "encobrimento" do continente, como se um

véu escuro tivesse sido colocado sobre o continente.

Assim, o ano de 1992 marcou uma nova fase de uma batalha cultural na qual monumentos foram atacados e vozes seculares gritaram exigindo a valorização de suas culturas, ao mesmo tempo em que a data coincidiu com o desenvolvimento tecnológico e da rede mundial de computadores levando a batalha até o Cyberespaço.

O primeiro movimento indígena que ganhou notoriedade com a internet foi o Exército Zapatista de Libertação Nacional no paupérrimo estado mexicano de Chiapas, por causa do acordo do Nafta - North American Free Trade Agreement – que agravou a situação econômica das comunidades de origem maia. No dia primeiro de janeiro de 1994 o acordo deveria colocar o México no primeiro mundo, ao associar-se a Canadá e Estados Unidos mas, para desespero do presidente Carlos Salinas de Gortari dezenas de cidades foram tomadas por indígenas: uma grande ironia para o pensamento neoliberal.

Os zapatistas, capitaneados pelo midiáticos subcomandante Marcos, executaram uma investida militar para exigir que os povos originários fossem ouvidos, numa "revolução da palavra", os eventos militares apenas chamaram a atenção do governo e do restante do mundo para que os rebeldes pudessem ser ouvidos pelos governo mexicano e, enquanto esperavam - e esperam - ser ouvidos buscaram a solidariedade do mundo todo: a partir de sites da internet expuseram seus motivos e, assim, puderam contar com internautas de todo mundo enviando mensagens aos computadores do governo federal, chegando a paralisá-los. Habilmemente souberam emocionar os que se viam cansados dos desmandos neoliberais e ganhar sua simpatia:

> (...) aprovechando el viaje, queremos darles las gracias por su volver a miranos y por la mano que nos tienden para no dejarmos caer de nuevo en el olvido. Hace tiempo les mandamos una flor. Ahora va esta nubecita de la lluvia de acá, para que regueis la flor como es ley, es decir, bailando. Vale. Salud y que la alegre rebeldia siga llenando las calles de todos los continentes. (mar/1997)

Não tardou para que outras comunidades indígenas também viessem a usar a nova arma de luta. Destaque para a Conaie – Confederação das Naionalidades Idígenas do Equador -uma das primeiras organizações a usar o Cyberespaço para colocar em contato grupos distantes e elaborar um projeto de luta no país.

No caso dos aymara tal processo também pode ser notado, ou seja a construção de sites para propagar sua luta, destacando-se que a eleição de Evo Morales em 2005 deu um caráter oficial à luta pelas demandas das comunidades indígenas bolivianas, em particular Aimara, etnia à qual ele pertence.

Nosso trabalho consistiu em pesquisar taiss sites para perceber quais seriam

essas reivindicações, por acreditarmos que havia um projeto mais amplo por detrás das reivindicações pontuais, como educação, saúde, participação política etc, pois havia nos sites a referência a um projeto de Revolução India que se valia do cyberespaço para chegar a regiões remotas e organizar uma militância disposta a prepará-la.

Levando-se em conta a concepção de um tempo cíclico, em que passado presente e futuro estão entrelaçados é nítida a preocupação aimara em realizar uma descrição de sua sociedade associada à memória de vários dos seus guerreiros que lutaram e morreram através dos séculos em defesa do povo aimara, heróis que nascem, crescem, vivem na luta e morrem por seu povo, para depois renascer e começar tudo de novo, num movimento ciclico. Podemos notar, então, a sucessão de seus heróis desde a defesa da ocupação do território americano a mais de 30 mil anos do tempo presente, como eles argumentam.

O primeiro guerreiro a ser apontado no sites que pesquisamos é Tupac Katari, que lutou ao lado de Tupac Amaru no final do século XVIII contra os espanhóis e contra a exploração a que seu povo era submetido, ao mesmo tempo que a união dos dois guerreiros mostrou a unidade entre quechuas e aimara contra o espanhol. No entanto, ambos foram presos e mortos pelos espanhóis.Tupac Katari (1750 a 1781), e sua esposa, Bartolina Sisa, lutaram, foram presos executados em 1781 sendo que Katari foi esquartejado e seus membros expostos nos quatro quadrantes do tawantinsuyu - o antigo império Inca -, para servir de aviso a quem usasse desafiar o império espanhol. No entanto, antes de morrer, Katari teria dito “matam apenas a mim, voltarei e serei milhões “, dando início a lenda do retorno do herói.

Assim, Katari foi rememorado em cada um dos novos heróis aimara: em fins do século XIX na figura de Pablo Zárate, que lutou liderando batalhões indígenas nas guerras federais em que a Bolívia se envolveu, dividida entre poderosos latifundiários, sendo traído e assassinado em 1899.

> Reprimido, el movimiento étnico assumio uma actitude de ronovación del pacto de subalternidad con el Estado mediante la defensa de las tierras comunitarias y el acceso al sistema educativo. El movimiento indígena, predominantemente aymara, combinará de manera fragmentada la negociación de sus autoridades con la sublevación local hasta ser sustituido por el nacionalismo revolucionario a mediados del siglo. (LINERA, 2007)

Pablo Zárate, conhecido como “el temible willka”, serviu de aviso para os aimara que pretendem cooperar com os “estrangeiros”:

> Con su asesinato, queda marcada otra etapa en el aniquilamiento indígena, por brindar ayuda a de la hegemonía blanca criolla “progresista” de entonces,

> inaugurando e instituyendo el régimen liberal que duró cuatro lustros. Todos los liberales asaltaron las “comunidades indígenas” que convirtieron en “sus” latifundios. No hubo diputado, subprefecto o corregidor liberal que no se haya adueñado de tierras “comunitarias” y de indios comunitarios. Terratenientes liberales y siervos indios aparecieron, como hongos después de la lluvia con estos resultados: Matanza de indios en La Paz, cesión de Antofagasta, regalo del Acre, contrato Spayer, fraude electoral y caciquismo. (Disponível em http://www.willka.net/Pablo%20Zarate.htm . Acesso 13 jun 2007)

Em meados do século XX surge outro Guerreiro, só que agora na figura de um professor: Fausto Reinaga (1906-1994), autor do projeto de Revolução Índia, cujos pais participaram do levante de Pablo Zárate de 1899, e que foi preparado por um conselho de anciãos para defender seu povo, aprendendo a ler e escrever, viajando para Europa, onde tomou o conhecimento do pensamento marxista para abandoná-lo e fundar o indigenismo e os partidos PIAK (Partido dos Índios Aymara e Keswas) e o PIB (Partido dos Índios da Bolívia). O professor é bastante radical em seu projeto de revolução:

> A nombre de la raza india de América entera es que el Partido Indio de Bolivia decreta abiertamente la guerra total contra la raza blanca, porque ella no es solo el insultante color de piel blanca, sino un agraviante y cobarde estilo de vida donde el robo es virtud que se premia y el crimen negocio que se condecora. La raza blanca no es simplemente una raza como las demás, sino que es una distinta, no humana, creadora de la guerra y de la propiedad privada. Inventora de la jerarquización social, de las crisis, del ataque a sangre y fuego, raza fetichista, hipócrita, hecha mentira desde su nacimiento, caminando entre mentiras y falsedades durante su torva existencia. Hay, pues, que matarla y destruirla para que nunca más asome la mentira hecha raza! (Disponível em http://www.faustoreinaga.org/home/?cat=14. Acesso em 24 dez 2008)

É a partir de Reinaga que ainda hoje persiste o movimento katarista em Bolívia, tornando-se importante a partir dos anos de 1990, segundo ex-presidente Alvaro Linera:

> Es el momento en que el indianismo deja de ser una ideologia que resiste en los resquícios de la dominación y se expande como una concepción del mundo protohegemónica intentando disputar la capacidad de dirección cultural y política de la sociedad a la ideología neoliberal que había prevalecido durante los últimos dieciocho años. De hecho, hoy se puede decir que la concepción del mundo de corte emancipativo más importante e influyente en la actual vida política del país es el indianismo y es el núcleo discursivo y organizativo de lo que hoy podemos denominar la “nueva izquierda”. (LINERA, 2007)

A história do guerreiro mítico aimara confinua e encontra em Evo Morales o herói do século XXI: de origem aimara e militante “cocalero” - produtor de folhas de coca para fins cerimoniais - que se lançou à corrida presidencial em 2005 e sagrou-se vencedor. Em

2006 a cerimônia de posse do presidente Evo Morales transformou-se em três: a primeira realizada na cidade sagrada de Tiahuanaco, conduzida por sacerdotes aimara recebeu o símbolos sagrados com os pés nus na terra ancestral. A segunda foi no Parlamento boliviano, de onde havia sido expulso por críticas aos parlamentares e onde afirmou "eu voltei. E somos milhões", numa referência A Tupak Katari e, por fim, na Praça San Francisco junto a populares, local simbólico pois no período colonial os indígenas não podiam utilizá-las.

Em suma, os aimara mantém acesa a chama da esperança de um dia poderem "descobrir" à América retornando a nacionalidade qolla com o auxílio do cyberespaço, visto como instrumento para criação de um mundo melhor que haverá de reeducar os jovens com as tradições usando as modernas tecnologias. Não nos parece que queiram rejeitar no total a sociedade tecnológica do século XXI, como algumas vezes são acusados e vilipendiados, mas antes, usar seus instrumentos para recuperar uma cultura milenar, menos destrutiva e mais em parceria com a natureza e respeito às suas tradições.

Por outro lado, é necessário acrescentar que trabalhos uma linha contínua no tempo de manifestações em prol do Qollasuyu que, em vez de ser vista como um simples e ingênuo "retorno" ao mundo incaico ou pré-incaico, deve ser visto enquanto projeto de Revolução Índia para o século XXI, embora as lideranças aimara se refiram constantemente ao passado seu alvo é o futuro. Do mesmo modo, não devemos também achar que ainda exista na Bolívia um consenso acerca da liderança do ex-presidente Evo Morales, existem lideranças aimara que o rrejeitam, como por exemplo Felipe Quispe que, inclusive disputou a eleição com Evo em 2005.

No século XXI começamos a nos dar conta de quanto nossos regimes políticos estiveram amparados em um sistema explorador e destruidor da natureza, que agora parece nos mostrar uma visão apocalíptica do planeta. Acreditamos que está mais do que na hora de colocarmos em cheque esse projeto de ganância e suicida com relação à natureza e, por conseguinte, a nós mesmos. O katarismo ainda deve ser visto e respeitado como um conhecimento altenativo para um modo de vida e uma cultura menos cruel do que a que os conquistadores trouxeram para a América.

REFERÊNCIAS

ALBÓ, Xavier. **Raíces de Amérika**: El mundo Aymara. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

ALEJO, Esteban Ticona. La rebelión aymara y popular de octubre de 2003. Una aproximación desde algunos barrios paceños de La Paz, Bolivia. In DÁVALOS, Pablo.

Pueblos indígenas, estado y democracia. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005. Disponível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/davalos/CapTiconaA.pdf . Acesso em 30 abr 2008.

ANDOLINA, Robert; RADCLIFFE, Sarah; LAURIE, Nina. Gobernabilidad e identidad:

indigeneidades transnacionales en Bolivia. DÁVALOS, Pablo. **Pueblos indígenas, estado y democracia**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005. Disponível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/davalos/CapAndolinaetal.pdf .Acesso em 30 abr 2008.

BALLIVIÁN, Salvador Romero. Análisis de la elección presidencial de 2005 en

Bolivia. **América Latina Hoy** [en línea] 2006, (043): Disponible en: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=30804302> . Acesso 10

out 2008.

BURGOA, Raúl. **Morales, antes de assumir a presidência** é **investido em ritual indígena.** Uol Notícias, 21 jan 2006. Disponível em http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2006/01/21/ult34u145784.jhtm. Acesso 21 jan 2006.

CALLONI, Stela. **Bolívia:** bajo La mirada de La contrarrevolución. Publicada em 06 abr 1007. Disponível em http://www.katari.org/archives/bajo-la-mirada-de-la-contrarrevolucion. Acesso em 24 dez 2008)

CONDORI, Carlos Mamani. **Machaqa Mara:** oportunismo Político y la inminente reconstitución del Qullasuyu. Publicado em 22 jun 2007. Disponível em http://www.katari.org/archives/machaqa-mara-oportunismo-politico. Acesso em 24 dez 2008)

CONSTITUIÇÃO BOLIVIANA DE 1995. Disponível em http://www.presidencia.gov.bo/. Acesso 29 jan 2008.

CRESPO, Carlos. Continuidad y Ruptura: la “Guerra del Agua” y los nuevos movimientos sociales en Bolívia In **Revista del Observatório Social de América Latina** (OSAL), Buenos Aires, n° 2, Septiembre 2000. Disponível em <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/biblioteca/fbiblioteca.html>. Acesso em 27/10/2005.

DALOSTTO, Flavio. **Evo Morales, el tercer movimiento histórico de la no-violencia**. Publicado em 24. Ago . 2004. Disponível em http://www.katari.org/archives/movimiento-dela-no-violencia . Acesso 24 dez 2008

DEHEZA, Grace Ivana . 2007. “Bolivia 2006: reforma estatal y construcción del poder”. Santiago, **Revista de Ciencia Política**,2007, XXVII (EE): 43-58. Disponível em http://www.uc.cl/icp/revista/pdf/especial2007/03_BOLIVIA.pdf . Acesso em 14 mar 2008.

FERAUDY, F.Y. & MEALLA, L.T. **Bolívia** : modernaciones empobrecedoras desde su fundación a la desrevolución. La Paz: Muela del Diablo Editores, 1997.

HILDEBRANDT, César. **El extraño caso de Bolívia**. Disponível em http://www.katari.org/archives/caso-extrano. Acesso em 24 dez 2008.

LASERNA, Roberto. Cochabamba: la “Guerra contra el Agua” In **Revista del Observatório Social de América Latina** (OSAL), Buenos Aires, n° 2, Septiembre 2000. Disponível em http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/biblioteca/fbiblioteca.html. Acesso em 27/10/2005.

LEÓN, Marxa Nadia Chávez. Autonomías indígenas y Estado Plurinacional: Proyectos políticos de los movimientos indígenas y campesinos en Bolivia. **OSAL**,año IX, nº 24, octubre de 2008. Disponible en http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal24/03chavez.pdf . Acesso em 08 dez 2008.

MACAS, Luis A. & YATIYAWI, Akhulli) **Diversidad y Plurinacionalidad**. Publicado em 4 jun 2007. Disponível em http://www.katari.org/archives/diversidad-y-plurinacionalidad. Acesso 24 dez 2008)

MAISONNAVE, Fabiano. Às vésperas de posse, Bolívia vive “Evomania”. In **Folha de São Paulo**, 21 jan 2006. Disponível em http:///www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2101200601.htm. Acesso 21 jan 2006.

MÉRIDA, Wilson García. **Así expulsamos el gringo Gonzalo Sánchez de Lozada**, 17/10/2004 . In www.katari.org. Acesso em 08/08/2007.

MÉRIDA, Wilson Garcia. **Bolívia: Ministros de Sánchez de Lozada reciclan dineros del narcotráfico**, 24/12/2003. In www.katari.org. Acesso em 08/08/2007

MÉRIDA, Wilson Garcia. **Carlos Sánchez Berzaín:** Perfil de un “buen” gonista. 20 de Octubre de 2003. In www.katari.org. Acesso em 08/08/2007.

MORALES, Evo. **Discurso de posesion Del presidente consitucional de La Republica, Evo Morales Aima**. La Paz, 22 de enero de 2006. Disponível em http://www.presidencia.gob.bo/prensa/noticias_prd.asp?id=200601227&p=4. Acesso 02 dez 2008.

RIOS, Oscar Pacheco. **¡Basta-¡No soy índio**! Santa Cruz: Editorial CEPDI, s/d. Disponível em http://www.katari.org/¡basta-¡no-soy-indio/. Acesso em 24.jul.2008).

SEOANE, José & TADDEI, Emilio. Levantamiento popular y luchas sociales en América Latina: del “octubre boliviano” a las protestas contra el ALCA In **Revista del Observatório Social de América Latina** (OSAL), Buenos Aires, Año IV, n° 12, Septiembre –Diciembre 2003. Disponível em http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/biblioteca/fbiblioteca.html. Acesso em 12/11/2004.

SOLIZ, Gabriel Tabera**. Evo, guardián del palacio**,12/05/2004. In www.katari.org. Acesso em 08/08/2007.

TALAVERA, Jerjes Justiniano. **Tropesamos con la misma piedra.** Disponível em www.katari.org. Publicado em 30.May.2007. Acesso em 13.jun.2007.

TAPIA, Luis. Bolivia. La “Guerra del Agua” en Cochabamba. La crisis política de Abril. In **Revista del Observatório Social de América Latina** (OSAL), Buenos Aires, n° 2, Septiembre 2000.

SITES

http://bolivia.indymedia.org/

http://causapopular.com.ar/article603.html

http://observatorio.iuperj.br

http://www.aguabolivia.org/legisaguasX/LEYAGUAPOTABLE.htm (Ley 2029).

http://www.cervantesvirtual.com (Demais Leys, Decretos Supremos e Constituições).

http://www.cima.org.ar

http://www.geocities.com/bolilaw/legisla.htm

http://www.presidencia.gov.bo/

QUANDO O INIMIGO É O "OUTRO": NOTAS PRELIMINARES SOBRE ORIENTALISMO, ISLAMOFOBIA E IMPERIALISMO EM FIRST PERSON SHOOTERS

Lucas Dantas Costa[1]
Ana Maria Veiga[2]

RESUMO

O presente trabalho objetiva investigar dinâmicas existentes entre jogos eletrônicos – especificamente os de gênero First Person Shooter – e a História. Se atentará para o modo como o discurso presente em suas narrativas constroem arquétipos antagônicos de personagens. Através dos conceitos de orientalismo (SAID, 2007), imperialismo (SAID, 2011) e islamofobia, buscaremos analisar de que forma se dá a subalternização de um sujeito "outro", oriental, frente a um "nós", universal-ocidental.

Palavras-Chave: História, Orientalismo, Jogos eletrônicos, Teorias decoloniais.

INTRODUÇÃO

O presente artigo encarna, como sugere seu título, reflexões de caráter introdutório acerca das representações históricas em jogos eletrônicos do gênero *first person shooter*. Essa qualidade preliminar deriva de seu intuito, um ensaio cujas análises integram o projeto de Trabalho de Conclusão de Curso que atualmente desenvolvo sob orientação da Profª. Dra. Ana Maria Veiga, intitulado "'Apenas atire no árabe': orientalismo, islamofobia e imperialismo nas narrativas de *first person shooters*".

Assim, objetiva-se demonstrar como determinados discursos operam no subsolo dessas produções midiáticas, em última instância, reafirmando perspectivas e narrativas medíocres – quando não factualmente inverídicas – sobre a história recente do Oriente Médio, em sua relação com o Ocidente. Com isso, exalta a atuação deste último ao passo que se esforça em marginalizar, desumanizar e sintetizar o árabe como o "Outro" oriental, a ameaça externa, o inimigo que é irracional, passivo, manipulável e violento de forma irredutível, justificando sua submissão ou obliteração. Ademais, optar por realizar tal análise através de jogos eletrônicos almeja reconhecer o papel desse meio de entretenimento na

1 Discente do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Aluno bolsista de Iniciação Científica (PIBIC - UFPB/CNPq). Email: lucas.dantascosta@gmail.com.

2 Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Líder do grupo de pesquisa ProjetAH - História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões.

cimentação dessas representações, pelo uso de mecanismos de interatividade que lhe são únicos dentre outras formas de produção audiovisual, e portanto, dignos de maior atenção.

Os objetos de investigação a partir dos quais desdobrou-se a pesquisa podem ser aqui descritos, em termos vagos, como "jogos eletrônicos de guerra", ou seja, cujos elementos centrais, tanto do enredo como da jogabilidade, centram-se no desenrolar de conflitos bélicos. Mais especificamente, os jogos analisados pertencem ao que se convencionou chamar de gênero *shooter*, em que na maior parte do tempo, o jogador encarna um personagem cuja participação no confronto representado é de um combatente ativo. Tal personagem interage com os elementos de jogabilidade a partir de armas de fogo, reais ou fictícias, levando a razão por trás do nome deste gênero: "atirador", em tradução livre.

A tríade de conceitos orientalismo (SAID, 2007), imperialismo (SAID, 2011) e islamofobia operam como fundamentação teórica, mas também como um ponto de partida que denota e delimita um recorte específico dentre o objeto de estudo, afinal, somente pertencer ao gênero *shooter* incluiria milhares de jogos, com narrativas, temas, cenários e subgêneros imensamente diversificados. Assim, esses jogos possuem um recorte espaço-temporal comum, geralmente situados geograficamente no Oriente Médio do imediato pós-Guerra Fria. Outras características unificam tais produções, como as personagens encarnadas pelo jogador e o lugar de produção dessas mídias. No entanto, buscando viabilizar a discussão dentro do escopo aqui proposto, restringir-se-á os jogos investigados a apenas um, selecionando para tanto um forte representante do gênero: *Call of Duty: Modern Warfare* (2019). Essa seleção de modo algum implica em limitações qualitativas, pelo modo como tal jogo satisfaz plenamente as problematizações já indicadas.

A INDÚSTRIA DOS JOGOS ELETRÔNICOS EM ASCENSÃO

Em 1972, há exatos cinquenta anos, começava a despontar dentro da indústria do entretenimento audiovisual um outro ramo de produção midiática que rapidamente tornou-se fenômeno significativo da cultura *pop*: a indústria dos jogos eletrônicos, ou *videogames*, como são mais popularmente conhecidos. O ano em questão marca o lançamento do primeiro *videogame* de grande sucesso comercial, o emblemático jogo "Pong", visualmente reconhecível até hoje pela sua representação minimalista de uma partida de tênis de mesa. Apesar de que não fora o primeiro jogo eletrônico a ser desenvolvido[3], é mais do

3 Várias controvérsias marcam o debate acerca de qual jogo pode ser considerado o primeiro videogame a ser desenvolvido. Sobre o tópico, recomendo o excelente vídeo-documentário "The First Video Game", produzido pelo canal "Ahoy" no YouTube.

que razoável declarar como a popularidade de “Pong” está diretamente relacionada com o próprio surgimento dos jogos eletrônicos enquanto um notável setor da indústria do entretenimento de massa. E em 2020, menos de meio século desde seu estabelecimento, este setor obteve uma receita maior do que a distribuição global de cinema e do que os serviços de transmissão esportiva norte-americanos quando combinados[4], fazendo dos *videogames* o ramo mais lucrativo da indústria audiovisual na atualidade.

Podemos aferir como tamanho crescimento econômico se manifesta social e culturalmente no território brasileiro, através das iniciativas da Pesquisa Game Brasil: publicada anualmente desde 2013, a pesquisa investiga os perfis, práticas e hábitos relacionados ao consumo de jogos eletrônicos não apenas no Brasil, mas também em outros países da América Latina. Na sexta edição nacional da pesquisa, realizada em 2019, cerca de 66% dos entrevistados declararam possuir hábito de jogar *videogames*, constatando-se que a maior parte do público se encontra na faixa dos 16 a 30 anos. Já em 2022, o número de declarações subiu para 74,5%, aproximadamente 3 em cada 4 brasileiros.

Nesse sentido, o jogo *Call of Duty: Modern Warfare*[5] (2019) também se apresenta como uma oportunidade de investigação interessante, pelo seu impacto econômico e sociocultural à nível mundial. *Call of Duty*, a série de jogos a qual pertence, surgiu em 2003 e é publicada anualmente desde 2005. Em 2021, superou a marca de 400 milhões de cópias vendidas ao redor do globo[6], fazendo dela uma das franquias de *videogames* mais comercializadas no planeta. Publicado em outubro de 2019, *Modern Warfare* é a 16ª iteração da série, com quase 5 milhões de cópias digitais vendidas nos primeiros dias de lançamento[7].

Essas estatísticas não bastariam por si só para justificarem a validade dos jogos eletrônicos enquanto objetos de análise historiográfica. No entanto, facilitam visualizar a disseminação e o impacto cultural dessa “nova” forma de entretenimento, principalmente dentre o público mais jovem, um elemento particularmente relevante. Afinal, é através do Ensino de História que a proximidade e a recorrência de contato entre os docentes e crianças e adolescentes nos põem em contato direto com esse repertório cultural, bem como diante

---

4 “Videogames are a bigger industry than movies and North American sports combined, thanks to the pandemic”. Disponível em: <https://www.marketwatch.com/story/videogames-are-a-bigger-industry-than-sports-and-movies-combined-thanks-to-the-pandemic-11608654990>. Acesso em: 04 set. 2022.

5 A partir daqui, é tratado apenas por Modern Warfare pelo resto do trabalho.

6 “Two incredible milestones: CALL OF DUTY®: WARZONE™ reaches 100 million players, premium CALL OF DUTY® games sales eclipses 400 million”. Disponível em: <https://www.callofduty.com/blog/2021/04/Incredible-Warzone-and-Game-Sales-Milestones>. Acesso em: 04 set. 2022.

7 “Call of Duty: Modern Warfare sold 4.75m digital units in its launch month”. Disponível em: <https://www.gamesindustry.biz/call-of-duty-modern-warfare-sold-4-75m-digital-units-in-its-launch-month>. Acesso em: 04 set. 2022.

de visões de mundo que foram muito mais facilmente atravessadas e influenciadas por esse formato midiático do que teriam sido vinte ou dez anos atrás. Afinal de contas, esses jogos e seus enredos, suas mensagens não circulam em um vácuo dissociado de outras dinâmicas sociais e históricas, por mais que se esforcem em se apresentar encobertas pelo véu do discurso apolítico, um elemento crucial à problematização aqui proposta.

CALL OF DUTY: MODERN WARFARE É UM JOGO POLÍTICO?

Comum na maioria dos *videogames*, *Modern Warfare* possui variados modos de jogo, que se diferenciam em seus mecanismos de jogabilidade, número de jogadores permitidos, presença e forma dos elementos narrativos. Devido a limitada extensão do presente trabalho, a análise focalizará o chamado "modo campanha", ou "modo história", no qual um único jogador realiza uma série de missões que, conjuntamente, compõem uma narrativa conectada, contendo o enredo da produção.

O jogo se passa no ano de 2019, em torno de uma guerra civil que assola o "Urziquistão", um país fictício localizado no Oriente Médio. É atualmente controlado pela organização terrorista Al-Qatala – também fictícia –, aliada a forças militares russas, que mantêm o país sob um regime de governo autoritário. A trama se inicia quando um carregamento de "gases químicos" – armas químicas de destruição em massa, como entendidas pela Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas (CPAQ) – segue sob encomenda para Urziquistão. Uma equipe de operações especiais de origem estadunidense e britânica é encarregada de recuperar o armamento, se aliando a uma organização local de rebeldes para tanto, em troca de que ajudem a resistência a se livrar da intervenção russa no país.

Em 2019, como parte da campanha publicitária de pré-lançamento do jogo, Jacob Minkoff, chefe de designer responsável pela direção de jogabilidade e campanhas de *Modern Warfare*, concedeu uma entrevista à revista Game Informer, intitulada "Call of Duty: Modern Warfare é um jogo político? Aqui está a resposta da Infinity Ward"[8]. Nela, Minkoff imediatamente nega que o jogo seja político, justificando que abordar "tópicos que se assemelham a geopolítica do mundo que vivemos hoje" – algo que admite que o jogo faz – não seria suficiente para classificá-lo enquanto tanto, pois seu enredo não faz referência explícita a nenhuma personalidade ou evento histórico, ou gestão governamental dos países que representa. Ademais, declara aberta e diretamente que "a pergunta 'esse é um

8 "Is Call Of Duty: Modern Warfare A Political Game? Here's Infinity Ward's Answer". Disponível em: <https://youtu.be/87Jb5Qj5JPM>. Acesso em: 04 set. 2022.

jogo político' na verdade não significa nada, porque é… O quê a palavra 'político' significa para você".

Assim, como a equipe de desenvolvimento da campanha do jogo propositalmente evitou fazer referências ou representações históricas diretas ou específicas, essas são substituídas por alegorias ou termos generalistas embasados na realidade contemporânea. É mediante essa lógica que os desenvolvedores justificam a trama do jogo se passar no Urziquistão e ter como antagonistas a organização Al-Qatala, ambas fictícias, mas cuja "alegoria" beira ao explícito nas correspondências que são feitas, sobretudo à guerra civil na Síria e ao grupo Al-Qaeda (LAZAROV, 2020, p. 5). Em entrevista concedida ao site GameSpot[9], Taylor Kurosaki, diretor de narrativa da equipe por trás do jogo, argumenta como essas decisões não foram tomadas com o objetivo de

> (...) contornar alguém dizendo algo como 'oh, este é um jogo sobre a Síria', ou 'este é um jogo sobre o Iraque'. Mas se chamássemos um país pelo nome real de um país que existe hoje, sem dúvida estaríamos dando pouca atenção a essas situações incrivelmente complexas que estamos simplificando de certa forma para que sejam mais facilmente apreensíveis (HORNSHAW, 2019. Tradução nossa).

Tal empreendimento, no entanto, não rende profundos afastamentos de nossa realidade objetiva: sabemos precisamente que a história se desenrola no Oriente Médio, envolve conflitos geopolíticos e militares característicos do pós-Guerra Fria e da Guerra ao Terror e grupos definidos nesses termos generalistas – americanos, russos, árabes. A utilização de alegorias, portanto, não objetiva propor uma realidade histórica alternativa ou diferenciada, cujos eventos, conflitos e transformações socioculturais o jogador não está familiarizado. Pretendendo manter-se na esfera "apolítica", servem tão somente para turvar a referência à nossa própria realidade, se sustentando no pretenso argumento de ser tudo ficção, afinal, "não há" algum evento histórico específico no qual se possa enquadrar o desenvolvimento do enredo.

Em "Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente", obra mais conhecida do crítico literário Edward Said, o autor afirma como

> (...) a imposição determinante sobre a maior parte do conhecimento produzido no Ocidente contemporâneo (e aqui falo principalmente dos Estados Unidos) é que seja apolítico, isto é, erudito, acadêmico, imparcial, acima de crenças sectárias ou doutrinárias estreitas (2007, p. 37).

9 "Call Of Duty: Modern Warfare Dev: 'We're Not Talking Out Of Both Sides Of Our Mouths'". Disponível em: <https://www.gamespot.com/articles/call-of-duty-modern-warfare-dev-were-not-talking-o/1100-6467239/>. Acesso em 19 ago. 2022.

E complementa:

> Meu interesse aqui é sugerir que o consenso liberal geral de que o "verdadeiro" conhecimento é fundamentalmente apolítico (e, inversamente, que o conhecimento manifestamente político não é conhecimento "verdadeiro") confunde as circunstâncias políticas altamente organizadas, embora de forma obscura, que prevalecem no momento em que o conhecimento é produzido (SAID, 2007, p. 38).

Vemos perfeitamente como a linha de argumentação manifesta por Said facilita compreender as respostas fugazes providas pelos desenvolvedores Jacob Minkoff e Taylor Kurosaki, ao focar nos mecanismos que conferem legitimidade aos discursos estruturantes desses jogos. Ao ser proclamado um jogo que se assemelha a temas geopolíticos e históricos mas que não tem nada de "político ou histórico em si", narrativas como a de *Modern Warfare* não apenas justificam-se distantes e acima da política: argumentam que tudo se trata "apenas de ficção", se apresentando enquanto produções esforçadas em abordar criticamente suas temáticas, o que dignifica suas iniciativas apesar das falhas que possam vir a cometer. Esse esforço é facilmente observável na entrevista concedida por Minkoff, quando afirma que "nós queremos apresentar as diferentes perspectivas; nós não queremos afirmar que uma delas está correta", correspondendo a um dos grandes motes publicitários por trás dessa edição na franquia: a promessa de revisitar a temática dos conflitos bélicos contemporâneos com maior "compromisso crítico".

A proclamação de imparcialidade, seja ela explícita ou implícita, é um diferencial que opera agregando legitimidade, principalmente em função do espaço que ocupa nas campanhas de marketing do produto. Ao passo que sustenta essa posição de narrativa supostamente apolítica, torna opaca a influência de circunstâncias políticas no contexto de produção do jogo, como aponta Said. Nesse ponto, é interessante destacar os momentos na fala de Minkoff em que reforça como a equipe de desenvolvimento objetivou possibilitar que os jogadores fossem apresentados e compreendessem as diferentes razões que levam os personagens da trama (e seus respectivos povos, nações, Estados) ao campo de batalha. Com isso, mobilizariam sentimentos de empatia para com todos envolvidos no conflito, ao passo que a própria equipe não estabeleceria quais as "razões certas e erradas" para se lutar.

Essas razões e a empatia que delas derivaria, no entanto, entram em direta contradição com os esforços de "manter" a narrativa apolítica nos termos compreendidos pelos desenvolvedores, ou seja, a não referência ou abordagem direta de fenômenos, lugares ou personagens históricas específicas. Assim, as razões pelas quais lutar são essencialmente imediatistas, como se a sua historicidade pudesse ser resumida, assumida,

omitida ou suprimida em uma espécie de limbo ahistórico; essa lógica de pensamento é nitidamente perceptível na supracitada declaração de Kurosaki.

Os desenvolvedores sabem que, em suas representações, não fazem jus aos elementos históricos, culturais, políticos e econômicos que conferem complexidade e inteligibilidade aos conflitos que buscam retratar. A solução, portanto, é simplesmente alterar o nome de uma localização ali, de um grupo acolá e pronto, o aspecto ficcional da produção se sobrepõem às demandas por historicidade. Essa estratégia – medíocre na mais otimista das leituras – jamais poderia ser suficiente para o jogador não tomar, a nível de veracidade histórica, o Urziquistão pela Síria ou Iraque, a Al-Qatala pela Al-Qaeda ou Daesh: mas é isso que os desenvolvedores argumentam que tal iniciativa impedirá de acontecer.

Sem um fundamento verdadeiramente complexo, historicamente profundo e interessado com que embasar as ações dos personagens, o sentido por trás de uma narrativa "crítica", que "não apresenta posições como certas e erradas", não tem no que se sustentar. Ao invés disso, o conflito se resume em um dualismo que é familiar ao cinema hollywoodiano desde a Guerra Fria (SILVEIRA; ALVES, 2018), entre aqueles que combatem pela liberdade e democracia, e aqueles que são inimigos tão irredutíveis a ponto de representarem o próprio Mal.

A cena que abre a campanha, literalmente o primeiro contato que o jogador terá com o jogo, ilustra perfeitamente esse processo. Omar "Lobo" Sulaman, fundador do grupo Al-Qatala, e Jamal "Açougueiro" Rahar, seu segundo-em-comando, transmitem através de pronunciamento em vídeo a seguinte mensagem: "Nossa guerra não é religiosa. Lutamos para expulsar todo o poder estrangeiro do nosso solo... Somos 'Al-Qatala'. Somos 'Os Assassinos'. Então lutamos sem lamentar. Nós guerreamos sem compaixão. É a única forma de viver... e morrer... Como soldados". Ao fim do vídeo, vemos um homem armado com explosivos em seu corpo sair do veículo, chocando as pessoas na rua e dando a entender que se trata de um atentado terrorista. Há de se perguntar como depois desse primeiro contato, os desenvolvedores pretendem que os jogadores desenvolvam empatia por um povo que não possui senso de compaixão ou arrependimentos, apenas desejos homicidas convertidos em práticas terroristas.

É interessante destacar como a primeira linha de diálogo comunicada no jogo ressalta a ausência de um elemento religioso, algo que destoa bastante de equivalentes reais proferidos por grupos como a Al-Qaeda. Essa é certamente uma atitude calculada por parte dos desenvolvedores, buscando evitar controvérsias de natureza religiosa que escancarassem quaisquer acusações de islamofobia por parte da narrativa. No entanto,

a mensagem presente na cena inicial não se assemelha a discursos como o proferido por Osama bin Laden – cuja trajetória política e militar se assemelha àquela de Omar Sulaman no jogo – em 2004[10], cuja retórica além de fazer menção explícita à religião, é muito mais complexa do que uma autoidentificação enquanto "os assassinos que lutam sem lamentar e compaixão". Mais uma vez, a iniciativa é esvaziada pela pretensa abordagem apolítica desses conflitos: ao passo que existem diferenças entre os grupos, a empobrecida alegoria que se faz entre eles fomenta uma identificação entre suas estratégias, ideologias e agências históricas, o que por si só, também dificulta compreender a existência e atuação desses grupos para além de uma noção como a de "choque entre civilizações" (NASSER, 2014).

Apesar do argumento dos desenvolvedores, de que o enredo do jogo buscou se esquivar de paralelos históricos diretamente correspondentes, um capítulo da campanha se distingue de forma bastante peculiar, pela forma como o mesmo mergulha com profundidade em exercícios de revisionismo histórico. Intitulado "Highway of Death" ("Corredor da Morte", em tradução livre), este capítulo tem seu nome compartilhado com um momento marcante da Guerra do Golfo, onde o exército estadunidense bombardeou cerca de dois mil veículos iraquianos que batiam em retirada, em uma estrada que ligava o Kuwait ao Iraque. O feito ainda hoje tramita judicialmente devido a suas implicações como um crime de guerra. No jogo, no entanto, os russos são responsáveis pelo bombardeio.

Mesmo a equipe sustentando a justificativa de que o capítulo é "meramente fictício"[11], é factível alegar como um jogo de tamanhas proporções no meio cultural ocidental (sobretudo entre crianças e jovens adultos), ao reivindicar neutralidade política em sua produção, pode impactar toda a construção de uma consciência histórica a respeito da Guerra ao Terror, e o papel dos grupos envolvidos – americanos, russos, árabes – em uma lógica dualista entre Bem e Mal, atravessada pela invenção do "Outro" oriental enquanto esse sujeito desumano e ativamente violento.

Tanto a abertura da campanha como essas outras cenas mencionadas permitem visualizar como se efetua a atualização para os *videogames* das formas de representação do "Outro" já comuns à linguagem cinematográfica hollywoodiana, na qual

> (...) esses filmes transmitem – no seu plano semionarrativo – mensagens que procuram compensar falhas históricas ou enaltecer a cultura ianque que os produz, seja pelo incentivo à participação em guerras, seja pela aversão a tudo o que faça parte da cultura do Oriente Médio

10 "Full transcript of bin Ladin's speech". Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2004/11/1/full-transcript-of-bin-ladins-speech>. Acesso em: 04 set. 2022.

11 "Call of Duty: Modern Warfare's Highway of Death controversy continues as dev defends scene". Disponível em: <https://www.pcgamesn.com/call-of-duty-modern-warfare/highway-of-death-controversy>. Acesso em: 04 set. 2022.

> e, por extensão, a outras culturas do terceiro mundo (...). O povo árabe é geralmente figurativizado, seja pela característica corporal, seja pelas suas ações, como um povo mau, feio, pouco receptivo, sujo, sem cultura e intolerante (MERENCIANO, 2011, p. 10).

Esse processo não surge espontaneamente nos séculos XX e XXI, mas se nutre e prospera intensamente de um vasto repertório cultural, midiático, linguístico e epistemológico de representações, construídas a partir da ação conjunta dos orientalistas e dos empreendimentos imperiais e colonialistas do Ocidente sob o Oriente desde o alvorecer da modernidade. Essa "vilanificação" (SALGADO, 2019) opera perante a lógica de que "num lado, há ocidentais, e no outro, há árabes-orientais; os primeiros são (em nenhuma ordem particular) racionais, pacíficos, liberais, lógicos, capazes de manter valores reais, sem suspeita natural; os últimos não são nada disso" (SAID, 2007, p. 85).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito das críticas desenvolvidas no presente trabalho, é necessário ressaltar como jamais foi objetivo do mesmo desmerecer os *videogames* enquanto meio de entretenimento e linguagem artística. Tampouco pretendeu-se invalidar a utilização da violência e da guerra enquanto recursos temáticos ou de jogabilidade, o que apenas tenderia a uma visão moralista tão bem utilizada por grandes mídias jornalísticas, por exemplo. Buscamos demonstrar, por outro lado, como o autoproclamado estatuto "apolítico" de representações ou conhecimentos não se sustenta, servindo apenas para mascarar as circunstâncias políticas e históricas que influenciam direta ou indiretamente narrativas como as presentes no jogo *Call of Duty: Modern Warfare*. Reclamando para si a neutralidade ou imparcialidade, mídias do gênero adotam uma aparência crítica que visaria pelo retrato complexo e democrático de visões de mundo diferentes e, por vezes, antagônicas; ao contrário, simplesmente estabelecem quais corpos, grupos, discursos e ideologias têm suas práticas violentas justificadas, e quais são passíveis de serem suprimidas, violentadas e violadas.

Tal empreendimento publicitário, no entanto, também não consegue mascarar como a estrutura dos seus recursos discursivos se alinha profundamente ao repertório orientalista e imperialista que também sustenta outros ramos da indústria audiovisual, como o cinema e o jornalismo televisivo. Em última instância, jogos eletrônicos como *Modern Warfare* empreendem a atualização – consciente ou não – desse repertório de representações do "Outro" para novas gerações no Ocidente, através de uma mídia de entretenimento cada vez mais atraente a esse público mais jovem. Com isso, o intervencionismo estadunidense

consegue permanecer justificado diante da sociedade civil, bombardeada com o senso de ansiedade social de um grupo hegemônico quando confrontados com a possibilidade de perder sua posição de soberania (ADAR, 2018).

Mediante narrativas que constantemente reafirmam a suposta existência de uma grande "ameaça externa" ao modo de vida americano, os Estados Unidos (enquanto representante central do Ocidente) são sempre excepcionalmente "forçados" à posição defensiva. Suas intensivas operações militares no Oriente Médio, na África, na América Latina visam sempre a segurança dos valores liberais e democráticos, que devem ser universais, mesmo que para isso, dependam de uma inserção violenta e da supressão do direito à autodeterminação. O "Outro", independentemente se expressa resistência ou submissão, apenas reafirma o sentido teleológico do Destino Manifesto a ser cumprido pelo Herói Americano. Sua violência é justificada a partir do inimigo criado nessas produções, um oriental completamente desumanizado, incivilizado e barbaramente violento, portanto, também violável, se afirmando ao jogador que tudo permanecerá bem, contanto que apenas atire no árabe.

REFERÊNCIAS

ADAR, Sinem. Emotions and Nationalism: Armenian Genocide as a Case Study. **Sociological Forum**, v. 33, n. 3, p. 735-756, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/socf.12441>. Acesso em: 04 set. 2022.

GO GAMERS. **Pesquisa Game Brasil 2019 [Versão Resumida]**. São Paulo: Go Gamers, 2019. Disponível em: <https://materiais.pesquisagamebrasil.com.br/painel-gratuito-2019>. Acesso em: 04 set. 2022.

GO GAMERS. **Pesquisa Game Brasil**: 9ª Edição Gratuita - 2022. São Paulo: Go Gamers, 2022. Disponível em: <https://www.pesquisagamebrasil.com.br/pt/>. Acesso em 04 set. 2022.

LAZAROV, Danny Ivan. **Same old Russian Enemy?**: A Content Analysis of the Portrayal of Russians in Call of Duty: Modern Warfare. Supervisor: Katrine Gotfredsen. 2020. 42 f. Bachelor's thesis – Peace and Conflict Studies, Malmö University, Malmö, Sweden, 2020. Disponível em: <http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1483665/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em: 04 set. 2022.

MERENCIANO, Levi Henrique. Cinema hollywoodiano e cultura de massa – entre leitores, espectadores e expectativas. **CASA**, v. 9, n. 1, p.1-16, jul. 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/view/4419>. Acesso em: 04 set. 2022.

NASSER, Reginaldo Mattar. As falácias do conceito de "terrorismo religioso". In: SOUZA, A. M.; NASSER, R. M.; MORAES, R. F. (org.). **Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra**

ao Terror: reflexões sobre o terrorismo no século XXI. Brasília: IPEA, 2014, p. 65-88. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3007>. Acesso em: 04 set. 2022.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALGADO, João Pedro Mota. **O retrato vilanesco dos russos e dos arábes em Call of Duty 4: Modern Warfare**. Orientadora: Andréa Helena Puydinger de Fazio. 92 f. TCC (Graduação) – Licenciatura em História, Unimontes, Montes Claros, 2019.

SILVEIRA, Mariana G. Alves; ALVES, Vágner Camilo. A Guerra-Fria e o inimigo comunista nas telas de cinema norte-americanas dos anos 1980. **Diálogos**, v. 22, n. 1, p. 60-75, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/43623>. Acesso em: 04 set. 2022.

MANUSCRITOS REVOLUCIONÁRIOS: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE TEXTOS NA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR (CEARÁ, 1824)

Noemia Dayana de Oliveira[1]

RESUMO

Este estudo investiga a pdução e circulação de manuscritos que ocorreu no Ceará 9.durante a Confederação do Equador (1824). Sabe-se que essa revolta, de cunho constitucionalista e federalista, movimentou a troca de informações interna e externamente as províncias do Norte. Tais práticas culturais não se resumem às formalidades do novo governo provisório, mas representam, sobretudo, as tensões sociais vividas no pós-independência. No Ceará, essa revolta criou o Serviço Geral dos Correios, que nos possibilitou investigar as novas sociabilidades dos cearenses e as estratégias políticas dos confederados para impor determinadas leituras e práticas liberais na província. Nessa proposta, analisamos essas questões a partir de uma trajetória: a do comandante geral dos Correios no Ceará, Francisco Miguel Pereira Ibiapina, que organizou agências em diversas vilas, promoveu estafetas e outras atividades, que serão pontuadas no decorrer do estudo.

Palavras-Chave: Manuscritos, Confederação do Equador, Serviço Geral dos Correios, Ceará, Francisco Miguel Pereira Ibiapina.

Este estudo investiga a produção e circulação textos que ocorreu no Ceará durante a Confederação do Equador (1824). Essa revolta de cunho constitucionalista e federalista[2] movimentou a troca de informações interna e externamente às províncias do Norte imperial, práticas que não se limitaram as formalidades do governo confederado, mas representaram, sobretudo, as interpretações e tensões sociais vividas no pós-independência.

Nesse contexto, essas práticas culturais (leitura-escrita) foram mobilizadas por um grupo de homens abastado do Ceará – Tristão Alencar Araripe, José Pereira Filgueiras, José Martinianode Alencar, Francisco Miguel Ibiapina, entre outros. Para isso, eles criaram representações sociais sobre o fechamento da Constituinte, a promulgação da primeira Constituição e outros eventos que ocorreram no Brasil durante a década de 1820.

Na província cearense, o Serviço Geral dos Correios, órgão que promovia a movimentação das cartas e demais textos entre os confederados, foi assumido por

1 Doutoranda em História (UFRGS) noemia.hist@gmail.com

2 Cf. MELLO, 2014.

Francisco Miguel Pereira Ibiapina, que havia sido escrivão por mais de dez anos nas vilas do sul provincial. Viúvo e pai de seis filhos pequenos, ele resolveu mudar-se paraa capital (Fortaleza) meses antes do estopim da revolta, ocorrida em maio de 1824.

Para tanto, essa atuação nos possibilitou uma dupla pesquisa[3]: (a) novas sociabilidades dos cearenses com os textos (manuscritos e impressos) e (b) as estratégias dos confederados para impor determinadas leituras e práticas liberais no interior da província. Acredito que as dificuldades enfrentadas por ele para a consolidação do serviço de Correios foi proporcional ao aumento da produção escrita noCeará. Por esse motivo, a criação de agências em diversas vilas, a promoção de estafetase outras atividades são questões pontuadas no decorrer desse estudo.

LEITURA E ESCRITA[4]: ATIVIDADES REVOLUCIONÁRIAS NA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

O texto da primeira Constituição brasileira não só redefiniu as relações políticase sociais nas instituições do Brasil, como também subjugou o lugar dos poderes provinciais. No Norte imperial, essas interferências agravaram o descontentamento dos potentados locais com o imperador D. Pedro I, principalmente em Pernambuco com a nomeação de Francisco Pais Barreto[5]. Considerando isso, é necessário pontuar que a Confederaçãonão teve caráter separatista, ao contrário, tinha o objetivo de (re)convocar uma Assembleia Constituinte, visando o apoio das províncias do Norte e também as do Sul.

Com a nomeação de Pais Barreto ao governo da província de Pernambuco, Manuel de Carvalho Paes de Andrade (líder confederado) e outros liberais da província forçaram-noa depor a presidência, construindo um governo provisório que permaneceu disfarçado dos poderes centrais do império até alcançar a adesão de outras províncias. No Ceará, esse processo de adesão foi motivadopor José Martiniano de Alencar[6].

---

3 Esse estudo é uma versão simplificada da apresentação que realizei no Congresso Internacional Independências do Brasil, que por sua vez, é fruto da minha tese em História (em desenvolvimento) que investiga a trajetória de José Antônio Pereira Ibiapina, o padre Ibiapina, segundo filho mais velho de Francisco Miguel.

4 Aqui, concordamos com Roger Chartier na adoção de duas perspectivas para estudar as práticas culturais da escrita e da leitura: (1) a dos textos (escritos ou impressos) que servem de suporte para (2) a leitura efetiva. Cf. CHARTIER, 1988.

5 Francisco Pais Barreto (1779-1848), ou Visconde de Recife, fez parte da junta do governo de Pernambuco, conhecida como “Governo dos Matutos”, que governou aquela província de setembro de 1822 a dezembro de 1823. Na ocasião, ainda sem a Constituição promulgada, o Brasil era governado por Juntas Provisórias de Governo, sendo extintas a partir da lei de 20 de outubro de 1823, quando passaram a ser substituídas por um Presidente de Província e um Conselho, ambos nomeados por D. Pedro I.

6 Pai do escritor José de Alencar.

Nessa província existia uma Junta Governativa[7] em atividade conhecida como "Junta de Landim" ou "Segunda Junta do Sertão", composta por homens letrados e abastados. Mas assim como na província vizinha, essa junta foi desmontada pela indicação de Pedro José da Costa Barros para a presidência, que antes de assumir o cargo, foi expulso do Ceará pelos liberais.

Nesse interim, a situação das pessoas que trabalhavam nas instituições públicas imperiais se mantinha instável, já que o rompimento político entre o Brasil e Portugal reorganizou cargos, excluiu alguns e fez surgir tantos outros. Mas não só para exercer os cargos, como também para conservá-los, era necessário ter relações políticas com autoridades locais e, por esse motivo, Francisco Miguel mudou-se tantas vezes com a família – Sobral, Icó, Crato e Fortaleza – para manter-se no cargo de escrivão. Essa rede de relações também se estendeu aos seus filhos, como o padre Ibiapina.

No entanto, a família Ibiapina não foi a única a sofrer ameaças de despejo e/ou substituição do cargo nas primeiras décadas do século XIX. Afinal, a instabilidade política estava intrínseca as transformações administrativas, de modo que os homens que ocupavam cargos públicos sentiram o clima de desconfiança intensificado após a independência. Além disso, outro fator preponderante era a maneira como se chegava a esses cargos: na maioria das vezes, por indicação.

Essa instabilidade se ampliava quando consideramos a falta de integração territorial e de comunicação no Brasil, já que o serviço de Correios não era instituído em todas as províncias do país. Por isso, essa atividade impactaou na circulação dos ofícios e outros documentos oficiais entre as localidades e o poder central, já que ele era feito apenas por navios a vapor.

Intensificar a comunicação no país e, sobretudo, na província do Ceará durante a Confederação nos ajudou a entender não só as ações dos sujeitos envolvidos, mas, sobretudo, refazer os caminhos por onde a cultura letrada e política foram construídas no território cearense, que correspondia às vilas do cariri ao litoral.

Considerando isso, é importante destacarmos as fontes que utilizamos, já que elas foramcorrespondências expedidas pelo governo da Confederação do Equador, de maio a novembro de 1824, as quais foram publicadas em dois volumes da coleção *Manuscritos* do Arquivo Público do Estado do Ceará, em 2005. Essas fontes, que só foram publicadas recentemente, é fruto da solicitação de pesquisadores e pesquisadoras para tornar

7 O Ceará contou com quatro Juntas Governativas: "Junta de Xavier Torres ou Junta dos Comerciários" – 1821-1822; "Junta de Porbem Barbosa ou Segunda Junta dos Comerciários" – 1822; "Junta do Sertão ou Junta Provisória de Filgueiras" – 1822; "Junta de Landim ou Segunda Junta do Sertão" – 1823-1824. Para mais informações, Cf. ARAÚJO, 2018.

acessíveis e dar visibilidade aos confederados no Ceará, já que por muitos anos o governo local atuou, na verdade, para apagar a participação desses sujeitos da memória coletiva.

A disponibilidade dessas correspondências contribuiu para conhecermos a participação de vários sujeitos na Confederação, que não só as já conhecidas lideranças cearenses. Por isso, o nosso estudo evidenciou a participação de Francisco Miguel Ibiapina, reconhecendo não só as atividades que ele desempenhou, mas também com quem, onde, em quais condições, entre outros.

Tais fontes são textos que representavam a participação de vários sujeitos, mas não foram escritas por eles mesmos, portanto, constituem um dos poucos discursos existentes sobre essa experiência. Nesse sentido, os ofícios que eram escritos pelo líder cearense Tristão Alencar Araripe, foram produzidos a partir de interesses e de condicionantes sociais, formatando assim as ações de Francisco Miguel e de participantes.

Além disso, as participações não ocorreram por si só, mas relacionaram-se com outros integrantes e com o contexto social. Por isso, Tristão Alencar Araripe ao produzir esses textos não se direcionou aos próprios integrantes, indicando o que deveriam fazer, como e quando. Muitas vezes, os ordenamentos eram feitos aos líderes locais e, consequentemente, executada pelos confederados.

Sobre isso, a representação criada sobre a participação de Francisco Miguel, que ocupou cargos de liderança, como a administração do Serviço Geral dos Correios, foi feita por Tristão Araripe que se endereçava ao próprio ou aos integrantes que com ele compunham outras frentes de ação, como a "Junta dos Melhoramentos".

Por isso, considerar o suporte (manuscritos, impressos) e a produção (escrita) dessas correspondências durante a revolta apontou para a extensão da cultura letrada entre os cearenses, já que todas as informações geravam produtos escritos, como mapas, cartas ou outros tipos de textos. Ness sentido, a Confederação foi uma revolta que se expressou, sobretudo, na produção manuscrita e no uso expressivo da prensa, com os jornais.

Não é a toa que o marco inicial da revolta foi à publicação de um texto- manifesto escrito por Manuel Paes de Andrade, em julho de 1824[8]. Não podemos esquecer que a cultura letrada nas províncias do Norte caminhava a passos lentos, mas havia ganhado fôlego com as práticas do periodismo, um recurso que foi utilizado extensivamente utilizado pelo Frei Caneca[9] para tecer duras críticas ao imperador D. Pedro I após o fechamento da Constituinte.

---

8 MANIFESTO de proclamação da Confederação do Equador. Disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/Manifesto_de_proclama%C3%A7%C3%A3o_da_Confedera%C3%A7%C 3%A3o_do_Equador. Acesso em 09 mai. 2022.

9 Joaquim da Silva Rabelo (1779-1825) foi um dos líderes confederados e redator do jornal *TyphisPernambucano.*

Mas o incentivo à escrita e à leitura nas províncias do Norte não esteve isolado das necessidades técnicas, como as tipografias; de pessoal habilitado, como os impressores; do encurtamento das distâncias e dos serviços, entre outros. Diante disso, o cenário cearense estava bem menos habilitado do que o pernambucano. Por isso, no Ceará esses serviços foram tratados através da Junta de Melhoramentos e da Administração Geral dos Correios[10].

As obrigações de Francisco Miguel enquanto integrante da Junta de Melhoramentos foi representado por Tristão Alencar Araripe como aquele que ajudava "o povo das praias [...] a refugiar-se ao bafo do governo dos insultos dos invasores europeus"[11], indicava "quais medidas de que devemos lançar mão no caso de invasão"[12], expedir ordens aos "carros de rastro, que costumam alugar para diversas partes a frete de condução"[13] e discutia com as populações locais os direitos constitucionais[14]. Sem falar que o serviço da Junta não abandonou as práticas de leitura e escrita, incentivado as discussões dos textos legais.

> Mas foi como Administrador Geral dos Correios que Francisco Miguel desempenhou atividades que mais incidiram sobre a construção do universo letrado no Ceará. Portanto, ele instituiu estafetas nas vilas, controlou agências e buscou facilitar o transportedas cartas e ofícios vindos de outras localidades para a capital. Esse cenário institucional não só controlou, mas ampliou a comunicação escrita entre as vilas e as províncias. Mas, a tinta e o papel não acompanharam a crescente demanda das comunicações, sendo necessárias outras técnicas para a produção escrita, como o uso da tipografia.

Antes da chegada dessa técnica, Francisco Miguel reclamava ao líder confederado[15] Tristão que os maços de cartas das vilas próximas a Fortaleza demoravam a chegar, causando não só o inconformismo, mas o transtorno na execução deordens internas aos confederados. Esse problema se agravava quando a troca das correspondências era feito com outra província, como a do Piauí, cujo local foi integrado pelo administrador geral

---

10 OFÍCIO dirigido ao Juiz de Fora desta cidade e a *Francisco Miguel vogal da Junta dos Melhoramentos desta cidade*. Queiram vossa Senhoria convidar aos seus ilustres companheiros para as *4:00 da tarde do dia seguinte fazermos na sala deste governo com os homens bons desta cidade um conselho sobre matérias bem sisudas*. [...] Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, presidente. REGISTRO op. cit., fl. 21. PORTARIA a *Francisco Miguel Pereira Ibiapina Administrador Geral do Correio.* Ordeno [...] instituir um estafeta na Vila de Campo Maior desta província, para nos dias 12 e 27 de cada mês, *conduzir e trazer em mala da povoação das Piranhas da província de Piauí, em Crateús, todos os papéis de mútuas correspondências desta com aquela província*, integrando-os na agência do correio da dita Vila. [...] Araripe, presidente. REGISTRO op. cit., fl. 37.

11 Ibid., fl. 47.

12 Id.

13 Ibid., fl. 51.

14 Ibid., fl. 66.

15 OFÍCIO dirigido a Francisco Miguel Pereira Ibiapina em 02 de julho de 1824.

através de agências do sertão para facilitar acirculação dos manuscritos[16].

Integrar as províncias através das práticas escritas, que envolvia a produção, a circulação e a recepção dos textos foi algo que os confederados encorajaram com o serviço dos Correios. No caso cearense, essa cultura envolvia uma parcela muito pequena da população, mas já era desafio o recolhimento dos textos. Portanto, a escrita e a leitura massiva, alcançada com o serviço tipográfico, tornou-se algo subversivo por ter começado num governo provisório e excepcional, como também pelo conteúdos das

das produções textuais, que faziam duras críticas ao governo central. Por isso, as funções do administrador geral dos Correios, Francisco Miguel e do secretário geral, padre Mororó[17] que foi o editor do primeiro jornal cearense, *O Diário do Ceará*, foram importantes para a escrita e a leitura no Ceará.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tensões internas e externas ao governo confederado no Ceará se intensificaram e o resultado foi a destruição do principal produto cultural deixado por eles – a produção textual, ou seja, os ofícios, as cartas, os manifestos e os jornais. Para isso, instaurou-se uma comissão militar de perseguição e julgamentos dos confederados, liderados pelo almirante Thomas Cochrane[18] nos últimos meses de 1824.

Esfacelado o governo provisório em Fortaleza, Tristão Alencar Araripe e os demais confederados não desistiram do combate com os adversários. No entanto, a rede de comunicação ou a criação de aparatos para facilitar a circulação dos manuscritos e impressos serviu para que as forças imperiais escrevessem as suas próprias versões sobre os envolvidos, com a emissão de “ofícios de alerta” às vilas sobre a periculosidade dos envolvidos. Francisco Miguel, por exemplo, foi preso e fuzilado em 1825.

Devido a aniquilação das práticas de escrita e leitura dos confederados no Ceará, que ocorreu, sobretudo, pela destruição de textos autorais, eles foram representados nos

16 PORTARIA a Francisco Miguel Pereira Ibiapina em 14 de maio de 1824.

17 Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque e Melo (1774-1825), nasceu no Ceará e tornou-se integrante do governo dos confederados no Ceará.

18 10º Conde de Dundonald e Marquês do Maranhão, era um oficial naval e político britânico, tendo participação considerada nas histórias do Reino Unido, Chile, Brasil e Grécia. Em 1823, por decreto imperial, assumiu o cargo de primeiro-almirante, cujos primeiros serviços deram-se nas lutas pela independência da Bahia e do Maranhão, onde recebeu o título de marquês. Ainda a serviço do império do Brasil, foi destacado para combater a Confederação do Equador em Pernambuco e no Ceará, viajando, emseguida, para intervir na guerra de independência da Grécia. Para mais informações, ver “Lord Cochrane. Primeiro Almirante Brasileiro” de Aldo M. Azevedo (1954), disponível em: http://www.revistas.usp.br/revhistoria/issue/view/2980.

discursos políticos como “monstros” e “perigosos”[19]. Não é a toa que a versão historiográfica que insiste na interpretação dos confederados como sujeitos que lutavam pela separação das províncias do Norte é oriunda dessa versão oficial da história, onde o principal objetivo foi o de manter o discurso que os constitucionalistas eram inimigos do Brasil.

REFERÊNCIAS

FONTES

A CONFEDERAÇÃO do Equador no Ceará. Manuscritos. Vol. 2. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará. Livros 01-B e 05-b, 1823-1876.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Reginaldo Alves. **A parte no partido**: Relações de poder e política naformação do estado nacional brasileiro, na província do Ceará (1821-*1841).* 2018. 445f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

CHARTIER, Roger. Textos, impressos, leituras. In: **A história cultural***:* entre práticas e representações. 2 ed. Trad. Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.

MELLO, Evaldo Cabral de. Vinte e Quatro. In: **A outra independência**: O federalismo pernambucano de 1817 e 1824. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

STUDART, Barão de. A Confederação do Equador no Ceará – Parte cronológica. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, 1924.

19 Cf. STUDART, 1924.

A REVISTA DA SEMANA E O CONSTRUTO DE MULHERES SAUDÁVEIS E HIGIÊNICAS: LEITURAS SOBRE CORPO FEMININO, SEXUALIDADE E CONSUMO (1930-1940)

Olaisylenne dos Santos Gonçalo
Alômia Abrantes da Silva

RESUMO

A Revista da Semana, fundada no Rio de Janeiro no início do século XX, foi um periódico ilustrado, que através de seções e anúncios, muito fomentou e divulgou ideais higienistas. No foco destes, os corpos femininos aparecem definidos como saudáveis ou doentes a partir, principalmente, do útero. Para controlar seus "males", um arsenal de produtos foi sendo apresentado às mulheres como salvação para sua saúde e como reguladores de sua sexualidade. Observamos, pois, a intensificação da presença destes discursos que atrelam útero, sexualidade e consumo, ao longo das publicações da Revista da Semana, nas décadas de 1930-40. Problematizamos a construção dos ideais de um corpo feminino higiênico, que por sua vez constitui e representa um projeto de saúde, de sexualidade, que deve ser exemplar à família e à pátria. Para tal, inspiramo-nos nas abordagens do corpo enquanto construto histórico e cultural, e da imprensa como espaço instituidor de valores e significados.

Palavras-Chave: corpo, higienismo, sexualidade, mulheres, consumo.

A intensificação da presença de discursos que atrelam útero, sexualidade e consumo, chamou nossa atenção nas páginas da Revista da Semana, periódico ilustrado, fundado no Rio de Janeiro, que passou a circular no início do século XX. Ao longo de suas publicações, especialmente entre os anos 1930 e 1940, passamos a observar o crescimento de textos de variados gêneros, mas especialmente de anúncios, que abordavam aspectos dos corpos femininos, destacando o papel do útero na disseminação de condutas e hábitos considerados higiênicos, importantes para um projeto de saúde e de sexualidade, que deveria ser exemplar à família e à pátria. A partir de uma seleção e análise deste material, procuramos aqui pontuar algumas questões que nos possibilitam pensar como este periódico participava da construção e disseminação de valores associados então ao ideal de mulheres saudáveis e higiênicas.[1]

1 Pesquisa relacionada ao Projeto Pibic/UEPB: "Os males que vem do útero: corpo e sexualidade das mulheres em impressos" (1930-50), cota 2021/22, sob a orientação da prof.ª Dr.ª Alômia Abrantes da Silva (DH/CH/Campus III).

A Revista da Semana, fundada por Álvaro de Tefé, foi lançada em 20 de maio de 1900, na cidade do Rio de Janeiro. Apresentava-se como um magazine de variedades, com o objetivo de oferecer aos seus leitores notícias e crônicas sociais semanais, tornando-se conhecida por todo o país como uma revista abundante em ilustrações e assuntos diversificados (BUITONI, 2009). Assim como outras da época, a Revista da Semana procurava formar também um público leitor feminino, inserindo nas suas páginas temáticas consideradas do interesse das mulheres, por conseguinte, atraindo diversos patrocinadores que viam e pretendiam ter as leitoras da revista como consumidoras em potencial.

Importante se faz então dizer que tomamos a imprensa, representada aqui pela Revista da Semana, como espaço de inscrição das relações de poder e que, no caso, vem a caracterizar-se como uma instância produtora de discursos sobre os corpos e os comportamentos das mulheres. Instância esta, cuja dinâmica de poder aprendemos melhor quando compreendemos, de acordo com Foucault (1979), que o poder não é somente repressivo, mas também é produtor de verdades e saberes. As verdades que fazem parte de uma determinada sociedade não são apenas produto da influência de instâncias como a imprensa, mas geradas com base nas relações de poder que constituem a dinâmica das diferentes relações e espaços. Dessa forma, os significados e verdades atrelados ao corpo e ao universo feminino são permeados pelas relações de poder do âmbito social, relacionadas a interesses sociais, econômicos e políticos.

> Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1979, pp. 15-16)

Nesta perspectiva, as mídias, que possuem um intenso alcance na sociedade, tem o potencial não só de influenciar a percepção, as convicções e os costumes de uma determinada comunidade, mas de criar, de participar ativamente dos construtos de seus valores. No caso da Revista da Semana, nos anos de 1930-40, além de procurar estabelecer hábitos e desejos relacionados ao consumo, especialmente através dos anúncios e de suas estratégias de criação de hábitos e necessidades, enunciava valores relacionados aos ideais higienistas, com marcas do projeto de modernidade e processo cientifico. No centro desses ideais, os corpos femininos ganham destaque, classificados pelos discursos como saudáveis ou doentes, com base sobretudo no órgão considerado especialmente exclusivo do feminino, o útero.

A presença desses discursos, como citado, estava principalmente nos anúncios. Tania Regina de Luca (2008, p. 02) nos lembra que, sendo peculiar às cidades modernas, o discurso publicitário "articulava-se às novas demandas da vida urbana do início do século XX e, no que diz respeito à imprensa periódica, transformou-se numa fonte essencial de recursos". Decerto, introduzindo novas formas de linguagem, a publicidade mobilizou a imprensa da época à tornar-se mais atraente às mulheres letradas, buscando cultivar este público de leitoras e consumidoras, tanto das assinaturas dos periódicos quanto de seus anunciantes, além de serem também centro das atenções dos projetos de educação modernos.

Uma parte abundante desses enunciados se referiam a saúde, sendo a saúde feminina frequentemente abordada. Num rol variado de oferta de elixires, chás, cosméticos, etc, afirmava-se que, diferentemente dos homens, as mulheres adoeciam muito mais; argumentava-se, por exemplo, que a mulher por possuir um organismo muito mais vibrátil, sensível e delicado do que o dos homens, sofre e adoece com muito mais facilidade. Dessa maneira, é salientado que até mesmo as atividades mais comuns podem gerar uma grave doença na mulher, como um susto ou um medo inesperado, e no caso de mulheres com o organismo ainda mais sensível e consequentemente o sistema nervoso mais delicado, a simples leitura de um romance comovente, uma notícia abrupta ou um medo repentino podem gerar efeitos muito graves no seu organismo. Inclusive às mulheres que apresentam ter uma saúde notável, consideradas com maior resignação, coragem e ânimo, também sofrem com a possibilidade de gerar algumas terríveis doenças, como se vê, por exemplo, no anúncio do Regulador Gesteira (Revista da Semana, 1930, ed. 018, n.p)

Além desses fatores, era alegado que as doenças das mulheres eram muito mais difíceis de serem tratadas, pois vinham acompanhadas de outros fatores, como por exemplo, muita sensibilidade nervosa, forte sofrimento, junto com uma intensa aflição e angústia. Ademais, consubstanciava-se a ideia de que a mulher é doente pelo simples fato de ser mulher, como salienta Rohden (2001, p. 30) "Na medida em que são mulheres, são também doentes e são doentes porque são mulheres.". As doenças femininas eram relacionadas, principalmente, aos seus órgãos internos, em especifico ao órgão considerado exclusivo do ser feminino, o útero.

O ÚTERO E A DEFINIÇÃO DE CORPOS FEMININOS: FRONTEIRAS ENTRE A SAÚDE E A DOENÇA

A partir do século XVIII, o corpo passou a ser classificado não pela sua semelhança, mas sim pela sua diferença. Anteriormente a este século o modelo de pensar era da existência apenas do modelo de sexo único (Laqueur, 2001), ou seja, do masculino, no

qual a mulher seria um sexo imperfeito; no entanto, desde o século XVIII, os corpos não foram mais caracterizados como semelhantes, mas como distintos um do outro. Com isso, as diferenças sexuais se tornaram marcantes e a função de estabelecer os papéis sociais passaram a ser mais definidos em relação as mesmas. O corpo e a sexualidade da mulher foram envolvidos por vários discursos entre os séculos XVIII e XIX, focando tanto na função reprodutiva da mulher quanto nos seus órgãos sexuais:

> A visão dominante desde o século XVIII, embora de forma alguma universal, era que há dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos, e que a vida política, econômica e cultural dos homens e das mulheres, seus papéis no gênero, são de certa forma baseados nesses "fatos". (Laqueur, 2001, p.15)

Nesse cenário, o útero foi classificado como o órgão exclusivo do feminino, que dá identidade a mulher, dessa forma, o principal órgão do corpo feminino estabelecia o lugar da mulher na sociedade, determinando as funções que a mesma poderia, ou melhor, deveria exercer. O útero tornar-se uma espécie de "espelho" da mulher, não somente a sua organização física era concebida como dependente do próprio, como também a sua organização psicológica.

> Homens como Diderot, por exemplo, contemporâneo de Roussel e de outros médicos que tanta tinta gastaram sobre o 'outro sexo', contribuíram para a divulgação da mulher- útero, ao afirmar que este órgão não era apenas a 'matriz', o órgão da feminilidade, mas um verdadeiro tirano das entranhas que comandava toda a economia do corpo feminino e suas emoções. (MARTINS, 2004, p. 38)

Sendo assim, mais do que apenas mais um órgão do corpo feminino, o útero era definido como o lócus onde reside todas as suas peculiaridades, tudo no corpo da mulher se referia ou tinha associação direta com o mesmo, em outras palavras, o útero controlava toda a fisiologia do ser feminino. Além do que, a patologia era considerada um aspecto correlacionado ao corpo da mulher, como afirma Rohden (2001, p. 141): "É quase como se a condição de mulher, por sua própria natureza, beirasse a patologia.". Assim dizendo, o corpo feminino naturalmente estava interligado a distúrbios, alterações e a anomalias, sendo governado por sua fisiologia patológica, transitando entre essas condições, entre as fronteiras da fisiologia e da patologia, entre a ordem e o descontrole, entre a mulher saudável para exercer o seu papel na sociedade e a mulher doente.

Como já citado, no útero residia todas as peculiaridades do corpo feminino, inclusive diversas doenças, podendo ser uma fonte interminável de várias enfermidades e as páginas da Revista mostram-se repletas de diversas propagandas de produtos que buscam a tão almejada cura. Os discursos urdidos nestas publicidades, remetem-nos à

época do Iluminismo, quando as doenças uterinas se tornam alvos de diversos debates. Segundo Martins (2004, p. 39), “o estudo das doenças uterinas consome o tempo de muitos doutores munidos do saber anatômico e imbuídos das ideias a respeito da natureza feminina, que procuraram conhecer a origem dos males da ‘matriz’ e a sua cura, para que a mulher desempenhasse bem o seu papel”. Percebemos assim que o interesse para com a prevenção e a cura das doenças englobava um campo político, atravessado pelas questões de gênero, uma vez que o desejado desempenho das mulheres nos estabelecidos papéis sociais femininos, principalmente interligado aos valores dos projetos de modernidade, juntamente com os ideais higienistas, intensificaram assim a propagação e criação de significados que se atrelaram aos corpos nomeados femininos e ao controle destes e dos comportamentos das mulheres.

O projeto precoce de modernidade estava estreitamente conectado aos ideais higienistas e as marcas da cientificidade. No final do século XIX, iniciando o século XX, estava chegando no Brasil novos ideais. O Movimento Higienista, também intitulado de Movimento Sanitarista, tinha seus objetivos especialmente fundamentados na conservação da educação e da saúde coletiva, e de forma relevante nos ensinamentos de novas práticas e hábitos higiênicos, pois segundo Sant’Anna (2014, p. 25), no início do período republicano se tinha uma ambição de ser higiênico e consequentemente moderno. A convicção agora era a de que uma população baseada tanto na educação, quanto na saúde, era uma das maiores virtudes que uma pátria poderia possuir. Logo, as ideias higienistas passaram a fazer parte do cotidiano da população e a serem refletidas e abordadas na esfera da imprensa, dentro de diversos periódicos.

A medicina também estava ao lado dos ideais higienistas, as marcas da cientificidade do projeto precoce de modernidade se faziam presentes pontuando as causas que eram motivos da carência de saúde da população brasileira. Segundo Soares (2004, apud SILVA, 2017, p. 13) “os médicos destacavam o papel da ciência, da sociedade civil e do Estado na higienização dos corpos, incutindo concepções, valores e hábitos que tinham um papel significativo na construção e na ordenação da racionalidade social.”.

Com os ideais higienistas as mulheres ficaram encarregadas de colaborarem diretamente com os objetivos almejados. As características de cuidado, amor e ternura já eram associadas as mesmas, era sua função manter o cuidado total do lar, dos filhos e do marido, consequentemente o Movimento Higienista viu nas mulheres o ser perfeito para educar e cuidar agora com um novo âmbito de responsabilidade, o âmbito higiênico. Com isso, a mulher era considerada como peça fundamental para o combate de diversos males que afetavam a sociedade. Como afirma Mansanera e Silva (2000, p. 128), da mulher “era

cobrada uma atuação “patriótica”. Era alvo de campanhas que pediam sua colaboração contra os males que se alastravam pelo país. [...] os higienistas pretendiam conscientizar a “mulher brasileira” para que ela se empenhasse na “profilaxia social”.”

Nestas abordagens, muito operacionalizadas nos anúncios que circulavam na imprensa, a figura feminina foi dividida binariamente em mulheres saudáveis ou mulheres doentes, através principalmente do lócus que governava tanto a sua condição física, quanto psicológica, o útero, incluindo as suas fases. São criados diversos produtos para controlar os “males” femininos e os distúrbios vindos de suas “regras”, sendo apresentados as mulheres através das revistas como os salvadores de sua saúde física e mental e como reguladores da sua sexualidade.

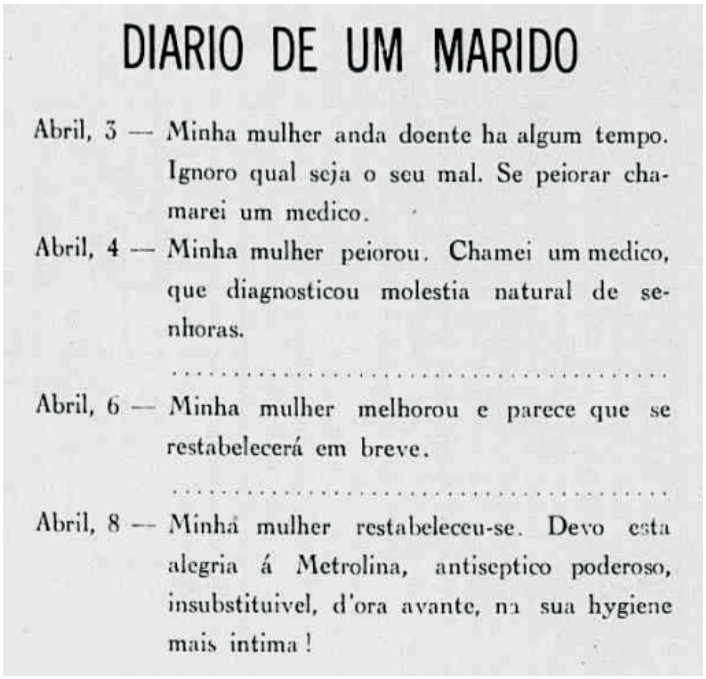
OS ANÚNCIOS NA REVISTA DA SEMANA E O CONSTRUTO DAS MULHERES HIGIÊNICAS

Os anúncios na Revista da Semana, nas décadas de 1930 e 1940, divulgavam a maneira correta de higiene e o melhor remédio para se utilizar nessa função; os produtos disputavam entre si a categoria de produto mais correto, eficiente, aquele que seria a grande salvação para os distúrbios da saúde feminina, sendo assegurados pela ciência. Como as marcas da cientificidade estavam se fazendo presentes, a valorização da ciência e da modernidade, era relevante que esses produtos fossem garantidos pelos médicos. A maioria das propagandas vinham acompanhadas de discursos sobre doenças e até mesmo sobre a morte: quanto mais os anúncios tivessem esses discursos atrelados ou revelassem os diversos males que poderiam ser tratados, poderiam chamar mais atenção e parecer mais potentes.

Como já apontado, a patologia era considerada uma característica natural da mulher que andava lado a lado com a sua fisiologia, ou seja, as mulheres eram naturalmente doentes, no qual a maior parte dessas patologias eram geradas através do órgão exclusivo do ser feminino, o útero. Segundo Esteves (2021, p. 251) “Aliás, a maior parte das patologias tipicamente femininas tinham a sua sede no aparelho reprodutor, grosso modo no útero.”. No entanto, os produtos anunciados apresentavam uma rápida e até mesmo imediata cura para o mal que estava assolando determinada mulher, se tornando o grande salvador da mesma, gerando a cura instantânea dos males naturais femininos através da higiene correta.

No caso do anúncio reproduzido abaixo, por exemplo, o narrador é o marido da enferma; ainda na década de 1930, apesar de ser uma situação mais esporádica se comparada às décadas anteriores, alguns anúncios relacionados às mulheres,

eram referidos ou narrados para ou pelo marido, reforçando o lugar de poder e da fala masculina, assim dizendo, os assuntos considerados do 'universo feminino', até mesmo os relacionados a saúde, necessitavam da "voz" de uma autoridade masculina, pois os homens é quem detinham o poder, a soberania e a tutela sob a própria saúde da mulher, expressando as relações de poder que permeiam a sociedade, ligadas aos interesses políticos, sociais e econômicos.



DIARIO DE UM MARIDO

Abril, 3 — Minha mulher anda doente ha algum tempo. Ignoro qual seja o seu mal. Se peiorar chamarei um medico.

Abril, 4 — Minha mulher peiorou. Chamei um medico, que diagnosticou molestia natural de senhoras.

.....

Abril, 6 — Minha mulher melhorou e parece que se restabelecerá em breve.

.....

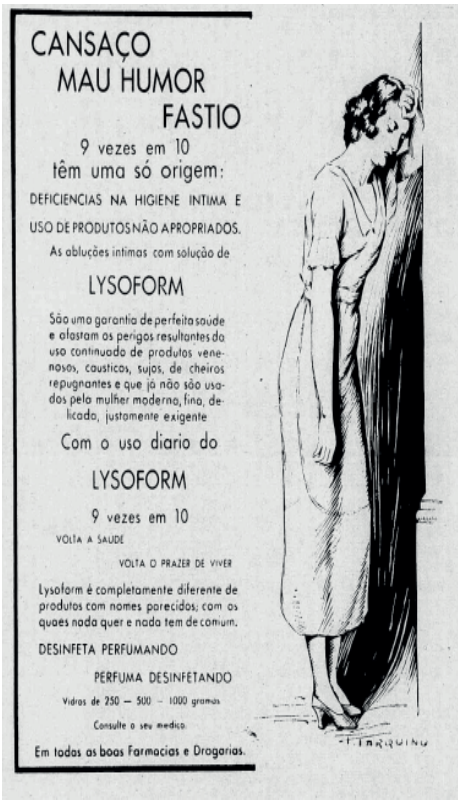
Abril, 8 — Minhá mulher restabeleceu-se. Devo esta alegria á Metrolina, antiseptico poderoso, insubstituivel, d'ora avante, na sua hygiene mais intima!

(Revista da Semana, 1930, ed.031, n.p)

Diversos outros fatores, assim como as doenças naturais das senhoras, também são associados a falta, a maneira equivocada de praticar ou ao uso de produtos incorretos na higiene intima feminina. Dando ênfase nas deficiências dessa higiene que podem ser geradas caso a mulher não utilize o produto "correto". A maioria das propagandas sempre faz a utilização do termo "modernidade", termo bastante empregado nesses anúncios, pois o desejo de ser moderno era um objetivo compartilhado por toda a sociedade; os anunciantes eram cientes e faziam uso do que sabiam que mais chamaria a atenção das leitoras para que assim pudessem consumir o produto que estava sendo anunciado.

Além disso, as propagandas estavam desenvolvendo novas características, dando ênfase a alegria de viver, e a possibilidade de reabilitar essa alegria através dos produtos divulgados. Como afirma Sant'anna (2014, p. 82) "Foi ao longo da década de 1930 que a alegria e o bem-estar iniciaram uma carreira de sucesso na propaganda.". Logo, foram utilizadas imagens de mulheres com o semblante de sofrimento, sendo prometido devolver a tão agora abordada e almejada alegria de viver, através do uso dos produtos apresentados.

Outro fato importante dos anúncios, é a característica dos produtos expostos para a higiene intima feminina, sempre apresentados com o aspecto de perfumados, evidentemente tendo como objetivo extinguir o cheiro natural do corpo, e o conceito de "desinfectante" que alguns produtos possuíam, como o *Lysoform*, sancionando a ideia de que a região intima feminina necessitava de uma desinfecção.



(Revista da Semana, 1934, ed.027, p. 49)

Comumente nos anúncios, quando é desejado se referir ao período menstrual da mulher, são utilizados conceitos e ideias ligados a intensos, exorbitantes, inevitáveis e perigosos sofrimentos e incômodos, sendo exposto diversos produtos para controlar a sexualidade feminina, diminuindo as irregularidades das "regras", reduzindo os distúrbios íntimos julgados por algumas mulheres como incuráveis, conservando a juventude, dentre outros fatores, que são curados através dos reguladores e dos sedativos dos órgãos femininos.

Além desses remédios para controlar a sexualidade feminina, peças de vestuário também foram criadas para garantir a proteção feminina na "perigosa quadra dos incômodos periódicos", como por exemplo, a lingerie sanitária de Kleinert, que graças a ela a mulher poderá ir bem protegida aonde quiser nos dias de sofrimentos mensais, com a segurança de que mesmo na pouca e leve roupa que agora era utilizada, a lingerie não iria transparecer e não iria ocorrer o risco de verem que a mulher está nesse período. A ideia de

criar uma lingerie sanitária, conjunto de um “coxim higiênico” junto com um cinto sanitário, para ser utilizada nas intituladas épocas dolorosas do mês, remete a sensualidade junto com o objetivo de higienizar a mulher através inclusive das peças de seu vestuário, se tornando um investimento de consumo, feito de diversos materiais, incluindo até mesmo tiras de borracha que iriam garantir uma proteção adequada e uma segurança ao sair nesses períodos.

(Revista da Semana, 1930, ed.018, n.p)

Todos esses produtos anunciados, buscavam gerar uma prática de consumo nas leitoras dos periódicos, procurando reiterar em pontos chaves para que eles fossem adquiridos: as promessas de uma saúde perfeita e imediata, pois a saúde desequilibrada na mulher, tornava o seu lar desunido e comprometia o seu casamento,[2] como afirmado em um anúncio que em cada dez casamentos infelizes, nove são devido a saúde da

2 Conforme o anúncio da Fandorine (Revista da Semana, 1937, ed. 027, p. 46) e o anúncio intitulado de “A felicidade do lar depende da saúde da esposa” (Revista da Semana, 1937, ed. 035, n.p)

esposa,[3] transferindo toda a responsabilidade de um lar e casamento felizes e equilibrados para a mulher, e a busca pela saúde tendo como um dos principais objetivos, manter a felicidade conjugal; as promessas do retorno da tão almejada alegria de viver, da proteção, da segurança e do conforto.

Como lembra Sant'anna (2014, p.83), "os anunciantes dos anos 1930 e 1940 passaram a trabalhar diretamente com os desejos humanos e a psicologia do consumidor." Dessa maneira, as propagandas geraram desejos de hábitos e consumo intensos, tornando as leitoras consumidoras em potencial, em especial quando se tratava dos ideais higienistas, principalmente orientados para a sua higiene intima. A partir dos ideais de um corpo feminino higiênico, que constitui e representa um projeto de saúde, de sexualidade, com o objetivo de ser exemplar a família, para a edificação de um lar feliz e a pátria que almejava uma população condizentes com as novas práticas e hábitos de higiene, o corpo da mulher se torna alvo desses ideais, sendo definidos como saudáveis ou doentes, com base principalmente no órgão lócus da maioria das enfermidades que atrelam o ser feminino, o útero.

Dessa forma, através dos anúncios, são apresentadas mudanças e permanências nos hábitos, costumes, no âmbito familiar, nas normas de comportamento e nos papeis femininos que eram estabelecidos pela sociedade. Observa-se a forte presença dos valores higienistas sendo apropriadas pelas estratégias comerciais, de promoção de consumo associados à saúde, colaborando com a elaboração de condutas, normas e regras para a vivencia e o comportamento das mulheres na esfera social, muito atreladas às concepções normativas de casamento, maternidade, como base do modelo familiar caro à pátria. Com o propósito de normatizar os corpos femininos, o que incluía sua sexualidade, e estimular desejos de hábitos e consumo por produtos que prometem ser a salvação da saúde da mulher, buscava-se tornar essas leitoras consumidoras em potencial, alcançando assim o objetivo de vários patrocinadores que investiram para que as propagandas de seus produtos fossem expostas nas páginas dos periódicos, em especifico aqui, na Revista da Semana. Consumidoras de produtos e de valores que, portanto, fortaleciam as concepções que, entre preceitos médicos, higienistas e burgueses, patologiazavam os corpos femininos e os classificavam conforme a saúde ou não dos seus órgãos genitais, e do útero, especialmente.

3 Conforme o anúncio da Fandorine (Revista da Semana, 1935, ed. 045, n.p)

REFERÊNCIAS

BUITONI, Dulcília S. **Mulher de papel**: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: summus, 2009.

ESTEVES, Alexandra. Alguns olhares sobre a menstruação. **Ágora. Estudos Clássicos em Debate**, [S.L.], p. 247, 16 jun. 2021. Ágora. Estudos Clássicos em Debate. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.34624/AGORA.V0I23.1.25051>. Acesso em: 26/08/2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. (Versão em PDF).

FREITAS, Patrícia de. A mulher é seu útero: a criação da moderna medicina feminina no brasil. **Antíteses**, Londrina, v. 01, n. 01, p. 174-187, 2008.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo; LOVISOLO, Hugo Rodolfo. Descontinuidades e continuidades do movimento higienista no Brasil do século XX. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 01, p. 41-54, set. 2003.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa no Brasil da primeira metade do século XX. In: **Anais do IX BRASA** – Brazilian Studies Association, 2008, Nova Orleans, Louisiana (EUA). Disponível em: < http://www.brasa.org/Documents/BRASA_IX/Tania-Luca.pdf>. Acesso em: 13/09/2022.

MANSANERA, Adriano Rodrigues; SILVA, Lúcia Cecília da. A influência das idéias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. **Psicologia em Estudo**, [*s. l*], v. 05, n. 01, p. 115-137, 2000.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **A medicina da mulher: visões do corpo feminino na constituição da Ginecologia e a da Obstetrícia no século XIX**. Tese de doutorado em História, Campinas: Programa de Pós-Graduação em História, Unicamp, 2000.

REVISTA DA SEMANA. 1930-1940. Disponível em: http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-semana/025909. Acesso em: 20/09/2022.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo, contracepção e natalidade na medicina da mulher**. Tese de doutorado em Antropologia, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, 2000.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **História da beleza no Brasil** / Denise Bernuzzi de Sant'Anna. – São Paulo: Contexto, 2014. (Versão em PDF).

SILVA, Poliana Moreira**. Movimento Higienista: construção da figura feminina**. 2017. 34 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

(IN)VISIBILIDADE NO CASO VIOLETA FORMIGA: A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER PROBLEMATIZADA NOS JORNAIS

Rayana Benicio de Oliveira[1]

RESUMO

Este artigo discutirá a projeção midiática que o feminicídio, da poeta Violeta Formiga, gerou na década de 1980, na Paraíba. Sua cobertura durou mais de uma década e marcou a agenda política do movimento de mulheres paraibano. Desde modo, a análise documental das notícias permitiu traçar um panorama não apenas do caso, bem como identificar a construção das representações de gênero nestas práticas, através dos enquadramentos, destaques e visibilidade conferida. O assassinato de Violeta Formiga foi apresentado ao público através de versões do ocorrido, partindo do pressuposto de que o jornalismo, em sua função social de formador de opinião, produz cenas de visibilidade que tanto incluem ou excluem sujeitos conferindo-lhes notoriedade. O feminicídio contra Violeta Formiga, contribuiu de maneira significativa para intensificar o debate de casos de feminicídio na imprensa paraibana.

Palavras-Chave: Feminicídio, Imprensa, (In)visibilidade.

> Treze mulheres foram assassinadas por dia no Brasil em 2013, quase cinco mil no ano, segundo dados do Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil (Waiselfisz, 2015). Embora em número bem menor do que o dos homens, as mortes violentas de mulheres chamam atenção por ocorrerem em contextos marcados pela desigualdade de gênero, constituindo assim um crime com designação própria: feminicídio. (Dossiê "FEMINICÍDIO #INVISIBILIDADEMATA", 2017, p 07)

No Dossiê "Feminicídio #invisibilidademata", feito pelo Instituto Patrícia Galvão, evidencia-se a banalização da violência contra as mulheres no Brasil e o crescente aumento do número de casos de feminicídios. Esses crimes ocorreram principalmente por parceiros ou ex-parceiros, conhecidos ou desconhecidos e é possível perceber que esses assassinatos são pouco compreendidos como problemas sociais adquirindo status de problemas de foro íntimo.

Em 2022 a Lei Maria da Penha completa dezesseis anos de vigência e é uma das principais leis em vigor no Brasil dentre aquelas que buscam a proteção do gênero feminino. O debate sobre feminicídio tem assumido caráter mais amplo, e hoje verifica-se

1 Graduada em História - Licenciatura pela UEPB. Mestra em História pela UFPB. e-mail: rayanaboliveira@gmail.com

que é urgente fortalecer o reconhecimento dos direitos humanos das mulheres, e combater o abuso da justiça classista e racista que existe no Brasil, expressos nos números oficiais de feminicídio. Os feminicídios são invisibilizados, colocados como problema de "segunda ordem" e as mulheres morrem pelas violências física e simbólica sofridas, devido ao descaso dos poderes públicos. Devido o lugar de inferioridade socialmente construído ao longo dos anos, as mulheres são vítimas de relações desiguais de poder.

Pesquisas feitas pela Organização Mundial de Saúde apontam que ao longo da vida, uma em cada três mulheres, são submetidas à violência física ou sexual[2] por parte de seu parceiro ou violência sexual por parte de um não parceiro, estatística esta, praticamente inalterada na última década. Verifica-se no ano de 2021, um total de 1.319 mortes, sendo uma mulher vítima de feminicídio a cada 7 horas[3]. Geralmente nesses casos de feminicídio, as mulheres estavam inseridas em contextos de vulnerabilidade, onde a morte foi a continuação de um ciclo de violência, onde a perda da vida é o fim mais previsível:

> Faca, peixeira, canivete. Espingarda, revólver. Socos, pontapés. Garrafa de vidro, fio elétrico, martelo, pedra, cabo de vassoura, botas, vara de pescar. Asfixia, veneno. Espancamento, empalamento. Emboscada, ataques pelas costas, tiros à queima-roupa. Cárcere privado, violência sexual, desfiguração. Quando se volta o olhar para a maneira pela qual foi infligida a violência, chamam a atenção a diversidade dos instrumentos usados no cometimento do crime e a imposição de sofrimento às vítimas anteriormente à execução. (MATSUDA et al, 2015, p. 39)

No Brasil o feminicídio é um crime hediondo[4], desde o ano de 2015, mas isso ainda não é empecilho ao número alarmante de assassinatos e violências praticadas contra as mulheres. É importante que se fortaleça a conscientização social e a implementação de leis mais eficazes, para prevenir e retirar as mulheres que estão em contextos de qualquer tipo de violência, seja física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral. Acredita-se que o contexto de dominação que as mulheres estão inseridas, reverbera uma desorganização

---

2 Verificar: OMS: uma em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência | As Nações Unidas no Brasil, acessado: 11/09/2022.

3 Verificar: violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf (forumseguranca.org.br), pag. 03.

4 Em Direito Penal, Crime hediondo é um adjetivo que qualifica o crime que, por sua natureza, causa repulsa. Tal crime é inafiançável e insuscetível de graça, indulto ou anistia, fiança e liberdade provisória. São considerados hediondos: tortura; tráfico de drogas; terrorismo; homicídio, quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente; homicídio qualificado; latrocínio; extorsão qualificada pela morte; extorsão mediante sequestro e na forma qualificada; estupro; atentado violento ao pudor; epidemia com resultado morte; genocídio; falsificação; corrupção ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais. Considera-se também hediondo o crime de genocídio previsto nos artigos 1°, 2° e 3° da Lei n° 2.889/56, tentado ou consumado (Veja Código Penal - Decreto-Lei n° 2.848/40). Acessado: Crime hediondo - Conselho Nacional do Ministério Público (cnmp.mp.br), acessado em: 13/09/22.

na sociedade que autoriza comportamentos violentos praticados contra o sexo feminino como: agressões, desqualificação das mulheres, negligências afetiva, financeira e/ ou social. Sabe-se que na sociedade patriarcal, existe a compreensão e o consentimento em casos de agressão contra as mulheres, e considera-se normal e natural que homens maltratem suas mulheres (Saffioti, 2015, p. 79). Em muitos casos de mulheres violentadas, houve o desprezo social ou o encobrimento do acontecimento pela sociedade, valendo-se da ideia de crime de natureza privada. Por isso é importante salientar que a frase popular "em briga de marido e mulher não se mete a colher" deve entrar em desuso, como nos lembra Heleieth Saffioti (1999) em seu artigo "Já se mete a colher em briga de marido e mulher".

Identifiquei ao longo da pesquisa que o fenômeno do feminicídio ilustra um quadro de violências históricas constituintes de normas socioculturais presentes na sociedade patriarcal e de forma mais evidente no Nordeste. Tal quadro relaciona-se a ideia de honra, como atributo individual de poder e masculinidade. Como afirma Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013):

> Tal violência parece estar ligada a outro tema constante no discurso regionalista nordestino, ao traçar as características do homem da região, que é o do valor que este confere a honra pessoal, em nome do qual é legítimo até matar. A honra não podia ser atacada nem por outro homem, nem por sua mulher. Um homem sem honra não existia mais, era considerado um pária na sociedade. Um adultério feminino tinha que ser duramente punido pelo marido sob a pena de ficar desonrado. Nestes casos, a morte do amante e da esposa era o que faria este homem ser novamente aceito no convívio social. Este sentido de honra era um elemento da tradição cultural vinda desde os tempos coloniais. (Albuquerque Júnior, 2013, p. 179)

Na citação acima, fica evidente que, por muito tempo, lavou-se com sangue a "honra" masculina, e como atributo pessoal o indivíduo era o responsável por requerer seus direitos, não cabendo a justiça puni-lo por tal crime. Dentro do código social, as mulheres foram criadas como "uma fonte de vida e de prazer"[5], por isso suas vidas estão ligadas ao desejo masculino. A honra masculina foi construída relacionando-se ao comportamento da mulher, evidenciando-se o poder que os homens estabelecem na sociedade. Apesar de distante das nossas leis vigentes, ainda existem muitos crimes praticados e justificados pelo agressor sob esta ótica. Tais crimes continuam sendo aceitos pela justiça, quando

5 SEGATO, Rita. "Territórios, Soberania e Crimes de Segundo Estado: a escritura no Corpo das mulheres de Ciudad Juarez." Revista Estudos Feministas, vol. 13, Florianópolis, Agosto de 2015.

retiram a punição ou a diminuem[6], por qualquer motivo que seja. É importante lembrar, que o fenômeno da violência contra a mulher é atemporal e as discussões ainda seguem por caminhos distantes de resolutividades cabíveis e amorais. Não só na justiça, ainda hoje pode-se observar casos de violências contra as mulheres sendo justificadas pela imprensa, como na matéria do jornal Cidade Alerta: "Traição fatal: Renata foi morta pelo marido." (Marido mata a mulher após descobrir traição no interior de São Paulo - YouTube, acessado em 12 de setembro de 2022). Nota-se que a matéria atribui a culpa do feminicídio a Renata devido a traição cometida.

O feminicídio é a manifestação mais extrema da violência contra a mulher, e estampa diariamente os noticiários e jornais brasileiros com versões sobre o acontecimento. Apesar da sua proximidade com os fatos, é através da mídia que o crime "ganha forma", ou seja, a imprensa tem como função captar informações sobre fatos relevantes e transformá-los em notícias. Quanto mais conhecida e/ou importante a pessoa envolvida no acontecimento, maior a repercussão na mídia. Nesse contexto, a internet, os jornais e telejornais de caráter popular oferecem grande atenção na veiculação de casos de feminicídio.

A violência figura como um importante eixo temático para o consumo de muitos periódicos, e muitos deles abusam de estratégias, como a exposição do corpo feminino, exposição de sobrenomes de destaque, exposição de títulos apelativos, ou mesmo do Bairro em destaque para chamar a atenção de seus leitores. A escolha por analisar o caso Violeta Formiga e sua cobertura no jornal O Norte, se deu em razão deste já ter sido meu objeto de análise na pesquisa do mestrado[7]. Nesse contexto, foram observadas muitas matérias lançadas sobre o caso de Violeta Formiga, onde a matéria do dia 22 de agosto de 1982, lançada pelo Jornal O NORTE, despertou minha atenção pelo formato longo no periódico e destaque no impresso. Tal matéria possuía várias páginas, o que não era comum em crimes dessa natureza, e em sua capa objetificava a figura feminina, no caso Violeta Formiga, expondo fotos dela ensanguentada.

Através do feminicídio de Violeta Formiga, analisei os documentos impressos, jornais, processos civil e criminal. No jornal busquei identificar a construção das representações de gênero através dos enquadramentos, destaques e visibilidade conferida aos sujeitos envolvidos. Houve uma intensa repercussão midiática e os perfis das pessoas envolvidas

---

6 Observem a matéria: "Desembargador reduz pena para homem que matou mulher a machadadas-
Ele tinha sido condenado a 20 anos de prisão em regime fechado em primeira instância. A pena foi reduzida para 17 anos e meio. Correio Braziliense, Acervo, postado em 26/10/2018. Disponível em: ttps://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/10/26/interna_cidadesdf,715175/homem-que-matou-mulher-a-machadadas-tem-pena-reduzida.shtml

7 Verificar: OLIVEIRA, Rayana Benício de. O assassinato de Violeta Formiga: a imprensa e a atuação do movimento feminista paraibano. 2017. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

foram amplamente divulgados, principalmente o do réu que tentava através de sua família e reputação como advogado, construir a figura de homem respeitável e honrado.

Antonio Olímpio Rosado Maia era filho de um coronel, advogado de um importante escritório de direito de João Pessoa, o escritório de Paulo Américo Maia, em que atuava como importante advogado para grandes Companhias, como a Companhia Industrial Santa Hellena, o Sindicato dos Useiros do Estado da Paraíba, entre outros. Atuava também como professor de direito trabalhista da Universidade Autônoma da cidade de João Pessoa, além de pertencer a uma importante família.

Violeta de Lourdes Formiga era uma estudante, poeta, escritora em ascensão que teve sua trajetória interrompida bruscamente. Nasceu em Pombal, no Sertão do Estado da Paraíba. De família simples, seu pai e mãe eram respectivamente, agricultor e marceneiro, e sua mãe dedicava-se aos afazeres domésticos. A educação de Violeta Formiga basicamente foi feita em Pombal, tendo feito seus estudos primários no Colégio Diocesano e o segundo Grau na Escola Normal Arruda Câmara. Violeta mudou-se para João Pessoa para graduar-se. Em 1970, Violeta prestou vestibular para filosofia. Após concluir o bacharel e licenciatura em filosofia, deu início ao curso de psicologia e ao mestrado em filosofia, mas não pode conclui-los devido ao seu assassinato.

Violeta Formiga conheceu Rosado Maia, seu algoz, quando ainda tinha 15 anos, no Município de Pombal, onde iniciaram um namoro. Tiveram um relacionamento conturbado, repleto de brigas, desentendimentos e términos, mas reataram o relacionamento casando-se posteriormente. O assassinato de Violeta Formiga pautou-se como um dos principais casos de assassinato feminino no Estado paraibano, devido ao “eco” que emergiu após ele. Uma grande parte dessas discussões nos jornais, não tinha Violeta Formiga como sujeito no discurso já que a mídia era escrita de homens para homens, característica da invisibilidade das mulheres em matérias jornalísticas. Desta maneira a (in)visibilidade das vítimas de feminicídio em manchetes de jornal, como aponta Marluza da Rosa e Isadora Gomes Flores (2020) é um tanto intencional e acontece devido a afirmação popular que diz “quem não é visto não é lembrado”, sobre a invisibilidade proposital que a imprensa produz.

O discurso jornalístico é capaz de produzir efeitos de verdade que produzirão socialmente relações de poder (FOUCAULT, 2007) onde a desigualdade torna-se padrão a depender do poder que se tem, relações essas que acontecem entre os gêneros e em todos os lugares. Nas esferas públicas e privadas da sociedade buscando sustentar a lógica de manutenção do poder masculino. Pensar na imprensa e em sua reflexão acerca de casos de feminicídio é compreender que a mídia possui um papel estratégico na formação da opinião e na pressão por políticas públicas, podendo contribuir para

ampliar, contextualizar e aprofundar o debate sobre a forma mais extrema de violência de gênero: o feminicídio. A Maioria das narrativas jornalísticas sobre a violência contra as mulheres veiculadas em jornais, evidenciam um processo de espetacularização do crime, fazendo a transmissão da mensagem de forma sensacionalista, por vezes culpando as vítimas. De modo que as histórias das mulheres violentadas/assassinadas seguem sendo inferiorizadas, diminuídas, reinventadas, desacreditas:

> A dor da gente não sai no jornal. Não sai, mas dói. E dói porque morremos todas um pouco, na morte de cada uma delas. Assim vai um pedaço de nós com a Elisa despedaçada, com a jovem Eloá, ferida tão simbolicamente na virilha, com Sandra Gomide, morta covardemente pelas costas. (AZEVÊDO, 2011, P. 11)

O debate sobre a violência contra a mulher deve acontecer de forma respeitosa, portando-se com responsabilidade social, já que a mídia atua fortalecendo, construindo e retirando crenças que elegemos como verdade absoluta. O jornal tem o poder, através da repercussão na imprensa, de influenciar até no processo penal. Desta maneira, compreende-se que quem não participa da visibilidade midiatizada, tende a permanecer invisível e à margem da atenção pública, o que significa que a cena de visibilidade, tanto inclui quanto exclui, como mostrado anteriormente na matéria sobre Renata, a mulher assassinada pelo marido.

ANÁLISE DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS SOBRE CASOS DE FEMINICÍDIO:

Nas manchetes sobre feminicídios existe recorrência no modo como se constrói a vítima, apresentando-se seu corpo esfacelado, a arma e a motivação do crime. Reforçando estereótipos que vão na busca de possíveis causas para o acontecimento, maneira desrespeitosa com a mulher vítima de feminicídio. Nas reportagens, constrói-se um enredo, antes do crime de fato, onde geralmente o jornal elege uma justificativa que levou o homem a assassinar a mulher.

O NORTE

agédia em Tambaú

Abandonado, advogado espanca e mata a mulher com tiro no peito

Jornal o Norte, 22 de agosto de 1982

Violeta foi totalmente exposta de maneira frágil, passiva, espancada e morta. Transformou-se em “corpo-notícia; não como forma de visibilidade/representatividade da condição feminina” (Rosa, Flores, 2020). O título da Manchete: Tragédia em Tambaú, bairro nobre da cidade de João Pessoa, mostrando a dimensão econômica do jornalismo, que dá visibilidade ao status como forma a atrair mais leitores, assim gerando mais rendimento, ao mesmo tempo em que sua dimensão ideológica se manifesta na construção da mulher (atribuindo a ela lugar de inferioridade), já que a profissão dela não é evidenciada como a de seu algoz.

Houve a específica utilização de cunho sensacionalista, e o uso do termo abandonado, culpou Violeta Formiga por sua própria morte, atribuindo a separação como motivo para o feminicídio. Houve a romantização do assassinato, relacionando o feminicídio a um “crime de amor”, o que acaba por estimular casos dessa natureza e a absolvição dos réus.

Violeta Formiga, teve sua identidade poupada na chamada do jornal, pois a exposição de Rosado Maia dá mais destaque ao caso devido seu nome, profissão e status. A visibilidade midiática conduz o público a (re)produzir sentidos sobre o mundo. Em casos de feminicídio, nota-se que nos jornais, alguns crimes ganham pouco ou nenhum destaque, valendo-se sempre como um critério de visibilidade há “hierarquia de lugares e pessoas” ou a brutalidade empregada no corpo feminino.

Quando a mídia usa o passado da mulher, como motivo para merecer tal violência, desencoraja outras mulheres a procurar ajuda, e a denunciar seus agressores. E os agressores, ao contrário, têm seu passado esmiuçado em busca de bons antecedentes.

Mesmo em dias atuais, a imprensa continua afirmando o lugar sexista em seu discurso, como observado na chamada da reportagem do Jornal Cidade Alerta, exibido pela Tv Record do dia 24 de março de 2016:

Fonte: Instituto Patrícia Galvão,
Mulher desiludida faz greve de sexo e marido perde a cabeça
Irmã da vítima dá detalhes do relacionamento conturbado do casal
Chamada da matéria do Cidade Alerta, exposto no jornal, do dia 24/03 de 2016.

Nesta matéria, pode-se verificar o uso de humor para relatar um caso de feminicídio. A notícia expõe a vítima e ridiculariza a mulher. No decorrer do jornal, a reconstituição do crime apresentada ao público, apresenta vários momentos com desrespeito ao caso. O crime não é contextualizado, discutido, nem levado a sério. Relacionam a greve de sexo ao assassinato praticado, onde a vítima notadamente foi a provocadora da situação, ao exercer o direito de ser Dona do próprio corpo. Os estereótipos de gênero atuam colocando a mulher como responsável pela violência que sofreu: “Fez greve ... e” dando efeito de causa e consequência.

Em torno da chamada, notamos a espetacularização de uma possível “história de amor” que teve um final trágico, devido a um momento de fúria do assassino. O histórico anterior ao assassinato não serviu como destaque para a chamada jornalística, a mídia tem escolhido ausentar-se de um debate contextualizado e aprofundado, mencionando leis públicas e soluções possíveis nestes casos.

CONCLUSÃO

Ao longo do artigo discutiu-se como a invisibilidade nos jornais acontece de maneira bastante proposital. Constata-se uma inter-relação entre desamparo, ódio e agressividade/violência na maneira como muitas matérias são escritas falando sobre mulheres assassinadas. Com efeito o discurso jornalístico evidencia um processo de naturalização a agressividade empregada no corpo feminino e torna-se abusivo, representando a parcela que detém maior poder e status. O desamparo a essas mulheres dificulta a construção das identidades femininas, pois a violência atua destruindo uma possível tentativa de libertação dos sujeitos, que neste caso seriam as leitoras. A forma como a morte ocorreu, como ficou o corpo da vítima, quem estava envolvido, qual o motivo e outras afirmativas mais, devem ser realizadas respeitando / contextualizando o problema.

A imprensa deve mostrar ao público a ideia de crime hediondo, e buscar construir narrativas para desenvolver o problema de maneira correta, respeitando as leis e as vítimas. Para isso, deve-se no mínimo denominar o crime como feminicídio e quais violências o procedem, para assim evitar reforçar estereótipos discriminatórios que terminam culpando as vítimas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Jr., Durval Muniz de. **Nordestino**: uma invenção do falo - uma história do gênero masculino (Nordeste -1920/1940). 2° ed. SP: Intermeios, 2013.

AZEVEDO, Sandra Raquel dos Santos. **Mulheres em pauta**: gênero e violência na agenda midiática. JP: Editora Universitária UFPB, 2011.

FORMIGA. Violeta. **Sensações**. João Pessoa. 1983.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

BRASIL. **Lei Federal n. 11.340**, de 07 de agosto de 2006. Brasília: Planalto, 2006.

BRASIL. **Lei Federal n. 13.104**, de 09 de março de 2015. Brasília: Planalto, 2015.

MATSUDA, Fernanda Emy et al. "**A violência doméstica fatal**: o problema do feminicídio íntimo no Brasil." São Paulo: Secretaria da Reforma do Judiciário e FGV Direito SP, 2015.

OLIVEIRA, Rayana Benício de. **O assassinato de Violeta Formiga: a imprensa e a atuação do movimento feminista paraibano**. 2017. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (Org.). **Feminicídio**: #invisibilidademata. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017. 183 p.

ROSA, Marluza DA E FLORES, Isadora Gomes. Um corpo duplamente esfacelado: (in) visibilidade das vítimas de feminicídio em manchetes de jornal. Intercom: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação** [online]. 2020, v. 43, n. 2 [Acessado em 13 de Setembro de 2022], pp. 147-168. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-5844202028>. Epub 04 Set 2020. ISSN 1980-3508. https://doi.org/10.1590/1809-5844202028.

SAFFIOTI, Heleieth**. Gênero patriarcado violência**. / Heleieth Iara Bongiovani. Saffioti.-2. ed.—São Paulo : Expressão Popular : Fundação. Perseu Abramo, 2015. 160p.

SAFFIOTI, Heleieth IB. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, p. 82-91, 1999.

SEGATO, Rita. "Territórios, Soberania e Crimes de Segundo Estado: a escritura no Corpo das mulheres de Ciudad Juarez." **Revista Estudos Feministas**, vol. 13, Florianópolis, Agosto de 2015.

ST 7

OUTRAS FACES DE CLIO: AS LINGUAGENS HISTORIOGRÁFICAS NO ENSINO E NA PESQUISA

Msc. Keliene Christina da Silva (PMJP)
Msc. Vânia Cristina da Silva (UEMS)

FALA SERTANEJA WEBDOCUMENTÁRIO - DA HISTÓRIA ORAL À HISTÓRIA DIGITAL

Amanda Batista da Silva[1]
Ana Maria Veiga[2]

RESUMO

O projeto *Fala Sertaneja* nasceu em 2019 no seio do grupo de pesquisa ProjetAH - História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões, coordenado pelas professoras Ana Maria Veiga e Telma Dias Fernandes. Assim, o *Fala* se cria diante de debates e questionamentos dentro do grupo de pesquisa que tomaram vida no formato de *webdocumentário,* trazendo mulheres sertanejas universitárias que contam suas histórias e vivências dentro e fora do mundo acadêmico. Desse modo, o presente trabalho dialoga com campos da história oral, história visual e digital, além de se utilizar de teorias outras como aporte teórico metodológico na produção final. Unindo, portanto, a história oral que desde a década de 1970, atrelado ao uso da memória como fonte de pesquisa, bem como o campo dos estudos decoloniais, cria-se um espectro de novas possibilidades teóricas para além da historiografia eurocêntrica-ocidental. Dentro dessa ideia, o *webdocumentário* se construiu por meio da oralidade que diante de uma série de transgressões de saberes, dialoga com as teorias decoloniais, abrangendo especificidades de raça, gênero e classe, e criando, portanto, novas possibilidades reflexivas entre teoria e produção histórica educacional. Dessa forma, diante das realidades educacionais e pós-pandêmicas vividas no Brasil, o uso de outros meios para produção didática na busca por um ensino mais inclusivo e de fácil acesso torna-se necessário, nascendo daí a produção de um *webdocumentário* como uma possibilidade inovadora no campo do ensino. Portanto, o presente trabalho torna-se uma porta para o diálogo entre conhecimento acadêmico e saberes outros bem como produção acadêmica e produção educacional.

Palavras-Chave: Webdocumentário, História Oral, Teorias Decoloniais, Ensino de História.

DA UNIVERSIDADE AO CAMPO DIGITAL

O grupo de pesquisa ProjetAH - História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões, formado por pesquisadoras e professoras de diversas universidades brasileiras, trabalha dentro de um espaço de afeto e acolhimento com conhecimentos e saberes que tomados

1 Discente do curso de licenciatura em história da Universidade Federal da Paraíba. Aluna bolsista de Iniciação Científica (PIBIC - UFPB/CNPq).

2 Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Líder do grupo de pesquisa ProjetAH - História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões.

por recortes interseccionais, perpassam questões de gênero, vivências periféricas e outras para além de ideais eurocentrados. Dentro desse local de debate e troca de conhecimentos, as noções do "lá e o cá" ganham força, transgredindo tradições e adentrando a um espaço acadêmico outrora esquecido por muitos. Assim sendo, as sertaneidades ganham destaque dentro das produções do grupo de pesquisa, contribuindo para o que se tornou o *Fala Sertaneja.*

Dessa forma, fruto das questões levantadas dentro do grupo de pesquisa, o *Fala Sertaneja* nasceu em 2019 na Universidade Federal da Paraíba. Idealizado pela professora orientadora Ana Maria Veiga em conjunto com demais integrantes da ProjetAH, o *webdocumentário* tomou forma por meio de entrevistas com convidadas sertanejas dispostas a abrir suas vidas e destrinchar suas trajetórias, lutas e vivências até o caminho que as levam a universidade. Essas entrevistas todas roteirizadas transpassam as questões de raça, conhecimentos e saberes populares, vivências na universidade dentre outras.

Com o início da pandemia de COVID-19 no ano de 2020, o projeto, bem como a universidade, esteve parado impossibilitando o prosseguimento das entrevistas para o *Fala Sertaneja*. Diante dessa nova realidade imposta a todos, o uso da tecnologia tornou-se um aliado, abrindo ainda mais possibilidades para a produção do *webdocumentário* que passou a ser realizado de forma virtual. Esse processo adaptativo possibilitou novos investimentos e a ampliação do projeto, que paralelamente tornou-se o *podcast Fala Sertaneja,* embarcando nas novas questões e realidades do mundo digital, além de projeto de Extensão dentro da Universidade Federal da Paraíba em 2021. Contando com o apoio de pesquisadores do grupo de pesquisa, o *Fala Sertaneja* tomou grandes proporções construindo pontes que avançaram para muito além dos portões da UFPB (Universidade Federal da Paraíba).

UM DIÁLOGO ENTRE TEORIA E PRODUÇÃO AUDIOVISUAL

Devido às mais diversas produções que a década de 1980 traz no âmbito cultural, a dimensão visual ganha destaque, difundindo e popularizando o uso do campo da imagem e do virtual. Nesse contexto, as ciências humanas já imersas nessa realidade como um todo, buscam novos parâmetros e instrumentos de análise (MENESES, 2003), enquanto a História vai seguir às margens desse novo campo de pesquisa e observação. Nesse campo dominado predominantemente pela Sociologia, Antropologia, e Filosofia, a cultura visual passa a ser resultado do uso do visual na expressão de identidades que podem ser externadas pela cultura.

No tocante a História, o campo da História Visual torna-se ponto estratégico de uma nova observação da sociedade, dialogando - à distância - com a cultura visual, tendo em vista a necessidade de uma problemática histórica a ser apresentada e dialogada por meio das fontes visuais, isso porquê:

> "**Não são, pois, documentos os objetos da pesquisa, mas instrumentos dela: o objeto é sempre a sociedade**. Por isso, não há como dispensar aqui, também, a formulação de problemas históricos, para serem encaminhados e resolvidos por intermédio de fontes visuais, associadas a quaisquer outras fontes pertinentes." (Meneses, 2003)

Nesse sentido, a imagem e o documento visual tornam-se fontes que possibilitam, diante de uma problemática histórica, análises e contextualizações mais profundas do campo visual da sociedade.

> "**As imagens não têm sentido em si, imanentes.** Elas contam apenas — já que não passam de artefatos, coisas materiais ou empíricas — com atributos físico-químicos intrínsecos. **É a interação social que produz sentidos,** mobilizando diferencialmente (no tempo, no espaço, nos lugares e circunstâncias sociais, nos agentes que intervêm) determinados atributos para dar existência social (sensorial) a sentidos e valores e fazê-los atuar." (Meneses, 2003)

Na década de 1990 o âmbito educacional brasileiro torna-se reflexo dessas novas questões e problemáticas propostas no campo historiográfico. Desse modo, diante da necessidade contemporânea na construção de uma história- problema, a ampliação do uso de fontes tornou-se fundamental, e dentre essas tem-se destaque para as fontes orais e visuais. No caso da história oral, ela vai se apresentar como uma contra história desde a década de 1960, operando uma inversão historiográfica radical, tanto do ponto de vista dos objetos como dos métodos(TREBITSCH, 1994). Dessa forma, essa diversidade de fontes e a busca pela "história problema" possibilita dentro da atualidade, reflexões mais profundas sobre outros contextos sociais e dilemas outrora ignorados pela historiografia tradicional.

Dentro dessas novas questões, os estudos decoloniais ganham destaque ampliando ainda mais o espectro dos debates, reflexões e problematizações que alcançam outros grupos sociais, espaços e especificidades para além da realidade historiográfica eurocentrada. Dentro do movimento feminista, a inclusão da realidade geopolítica de mulheres, interligadas a conceitos marxistas e pós-colonialistas, trouxe à tona a existência de feminismos subalternos que se distanciavam da realidade hegemônica também euro-centrada (BALLESTRIN, 2020). Assim sendo, dentro de novas teorias e práticas, o feminismo de(s)colonial (LUGONES, 2014) abraçou as subjetividades de mulheres dentro

das suas vivências e realidades distintas, transgredindo conceitos que quando dialogados a interseccionalidade possibilitam um campo imenso de novas vivências e conhecimentos de mulheres do Sul global.

A PRODUÇÃO DO WEBDOCUMENTÁRIO E A DIDÁTICA

Diante desse aporte teórico metodológico, o *Fala Sertaneja* se torna fruto da ampliação dos debates dispostos dentro desse novo momento historiográfico. Construindo pautas necessárias dentro do campo da História Oral até a História Digital tomando como base o olhar decolonial, possibilita-se um desenvolvimento e aprofundamento desse diálogo dentro da atual realidade mundial. Realidades essas que também se localizam dentro e fora do sistema educacional brasileiro, e que na vivência pós pandêmica do século XXI torna-se cada vez mais urgente em debates e contribuições por parte da historiografia.

O *webdocumentário* se desenvolve, então, perpassado pela interseccionalidade que levanta questões de raça e identidade, sertaneidades, a própria questão de gênero, o "lá e o cá" «lá» (VEIGA, 2018; VASCONCELOS, 2019), dentre outras que possibilitam a comunicação entre academia e sujeitos sociais. Por meio dessas narrativas torna-se possível uma aproximação do objeto de pesquisa, ocorrendo-o por meio de histórias cheias de afeto e de conhecimentos que transgridem o que outrora é chamado de "acadêmico".

Essa aproximação com o objeto de pesquisa em muito pode refletir positivamente quando pensado na utilização do *Fala Sertaneja* dentro de sala, possibilitando a diminuição das distâncias entre reflexões teóricas e a realidade de ensino dentro de aspectos como a diversidade cultural e social a qual os docentes se deparam. Além disso, a linguagem mais acessível e afetiva utilizada nas entrevistas além da facilidade de acesso ao webdocumentário pelas redes sociais e internet, reverbera na ampliação dos conhecimentos acadêmicos e populares- culturais para além do âmbito universitário e educacional.

A necessidade da ampliação da representação em termos de identidade é uma urgência contemporânea (BALLESTRIN, 2020) e sendo um dos objetivos já mencionados do *webdocumentário*, é apresentado em algumas entrevistas como a da Aline Cardoso, que nos conta:

> " [...] A partir do momento que eu percebi que, é… Eu comecei a abordar, contextualizar a solidão da mulher negra. Porque na minha pesquisa de TCC, eu apenas abordei o celibato feminino, pensando aquelas mulheres que não casaram, nem tiveram filhos e nem se ingressaram na vida religiosa. **Eu não pensei no foco de raça**, eu apenas, é, entrevistei mulheres acima de 60 anos independente da cor. [...] Então eu percebi: há algo de errado aí.

> Porque será? **Será que tem algum, alguma coisa relacionada a sua cor, a sua raça? Será que as mulheres negras realmente estão *destinada*** à solidão? [...]" (Aline, 2021)

E ela reitera:

> "[...] **Aí sim, a partir desse momento que eu tive esse contato, né, com as leituras feministas, interseccionais** [...] tantas mulheres negras brilhantes, **que durante a graduação, e ao longo da minha vida, eu n**ão tinha conhecimento. Aí eu percebi que muito das suas próprias realidades, vivências, era parecido com minhas próprias subjetividades. Que aquelas mulheres que eu entrevistei na minha dissertação, elas entrava, acabava… **Quando eu perguntava sobre a sua solidão, sobre a sua história de vida, ia muito com o encontro a minhas próprias subjetividades**." (Aline, 2021)

Sendo essa uma realidade de milhares de mulheres brasileiras, torna-se possível observar na fala de Aline a importância do acesso e encontro de produções que perpassam os portões da academia. Produções essas que possibilitem a identificação e problematização de questões outrora ignoradas pela sociedade e também deixadas de lado pela historiografia tradicional, principalmente no que se trata da oralidade como instrumento histórico. O uso da oralidade permite por meio de memórias e afetos um encontro às suas próprias subjetividades, como apontado pela entrevistada, quebrando as distâncias que vão sendo construídas no decorrer da vida, inclusive dentro da universidade.

Nessa busca pela aproximação e identificação entre sujeitos sociais, o *Fala Sertaneja* constrói por meio de inúmeros relatos sensibilizados, uma ponte entre vivências marcadas por questões geopolíticas, raciais e outras, com novos campos da história que abracem tais questões. Assim, a produção histórica e didática do *webdocumentário* à luz da interseccionalidade comunica processos como a migração, desafios de viver as sertaneidades ou mesmo o ser sujeita às margens, de forma simples a acessível. A Temis Gomes aponta em sua entrevista como se sente com o processo do migrar:

> "Então, isso é esse migrar, migrar não é só de espaço físico, é o cultural, é o olhar do outro, sabe? De você sempre estar nessas nessas margens, né, tanto tanto acadêmico como geográfico. Então é essa a minha ideia que hoje eu tenho essa leitura, antes não tinha, só sentia o peso dessa cobrança, mas eu não tinha essa clareza" (Temis, 2022)

Assim como Cláudia Maia conta no sobre sua vivência dentro de um âmbito machista:

> "eu tive uma mãe muito forte também né, é… e eu acho que essa essa origem mais, mais Rural faz com que a gente tenha uma percepção das **relações de gênero muito diferenciada da percepção burguesa.** O fato de eu hoje isso é algo que me interessa **enquanto um objeto de estudo vem muito dessa minha experiência**, por eu não ver por exemplo a

> minha mãe ou as mulheres da minha família dentro de um padrão burguês de comportamento ou de submissão ou de fragilidade de docilidade né" (Cláudia, 2022)

Em suma, são histórias e relatos que proporcionam e levantam posicionamentos que caminham da subjetividade até as questões mais urgentes da sociedade moderna. Sendo assim, essa proposta de trabalho pôde percorrer os mais diversos âmbitos do que é pessoal e sensível até o que é teórico e metodológico, sem perder seu academicismo e historicidade.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

O *Fala Sertaneja* se constitui, portanto, como um projeto que se comunica com as mais diversas questões do século XXI. Sendo uma produção audiovisual, torna-se possível uma amplificação da produção histórico didática que o projeto possui, trazendo por meio de um fácil acesso, seja por meio das redes sociais, internet ou podcast, um diálogo direto e simples entre universidade e realidades que vão para além das portas da academia. Possibilitando uma construção afetiva entre público, conhecimento e ensino.

Assim, o projeto se encontra diretamente no seio das questões não respondidas e debatidas pela historiografia tradicional, se fincando dentro de uma metodologia não ortodoxa em uma produção acolhedora e afetuosa. A oralidade se torna, portanto, aliada na produção histórica do *webdocumentário*, que ao ser combinada ao uso da história digital, possibilita um uso prático e profundo dentro da sala de aula. Auxiliando, portanto, didaticamente na disseminação de conhecimentos outros fundamentais tanto na formação e preparação do docente, quanto na construção de conhecimentos subjetivos e individuais dentro da realidade discente.

Em suma, o presente projeto abarca diante de uma nova realidade social em escala nacional e mundial, um novo lado da produção histórica, que já caminha desde os anos 1990 em evolução dentro das universidades. Para além das universidades, a produção de um projeto que comunique diante de vídeo e áudio uma produção histórica profunda e inovadora, torna-se objeto do presente trabalho. Desse modo, desde a linguagem, ao uso da imagem, oralidade e tecnologia, tudo se torna ponte entre conhecimentos decoloniais, interseccionalidades, didáticas e um novo âmbito para a produção histórica. Construindo, então, uma pesquisa inovadora e acessível para vivências tanto dentro quanto fora do mundo acadêmico.

NOTAS

Fala Sertaneja Webdocumentário. Disponível em: <https://falasertaneja.aprojetah.com/>

Fala Sertaneja Podcast. Disponível em: <https://linktr.ee/falasertaneja>

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. “Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, e75304, 2020.

ESPÍNDOLA, Isadora Farias. **Por uma construção visual do saber**: o Programa de Bolsas de Iniciação à Docência–PIBID e a produção audiovisual como metodologia no ensino de história. 2021.

FIORUCCI, R. (2010). História oral, memória, história. **Revista Eletrônica História Em Reflexão**, 4(8)

DE MORAES FERREIRA, Marieta. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. **História Oral**, v. 1, 1998.

MENESES, Ulpiano B. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História. V. 23, N. 45. São Paulo, 2003.

SEGATO, Rita. **Os rios profundos da raça latino-americana**: uma releitura da mestiçagem. P. 247-266

VEIGA, Ana Maria; VASCONCELOS, Vânia N. P. Lugares de escuta e de acolhimento nas pesquisas sobre sertanidades. Sæculum – **Revista de História**, [S. l.], v. 24, n. 41, p. 196-203, jul/dez 2019.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Ubu Editora, 2020.

ZAKARIA, Rafia. **Contra o feminismo branco**. Editora Intrinseca, 2021.

ENTREVISTAS

Aline. Entrevista concedida ao grupo de estudos ProjetAH em 18 de Novembro de 2021. Transcrição por: Lucas Dantas

Cláudia. Entrevista concedida ao grupo de estudos ProjetAH em 2 de Dezembro de 2021. Transcrição por: Gabriela Ferreira dos Santos Tinoco

Temis. Entrevista concedida ao grupo de estudos ProjetAH em 26 de Novembro de 2021. Transcrição por: Alessandra Maria da Silva

O LUGAR DO NEGRO É ONDE ELE QUISER: LÉLIA GONZALEZ E SUA CONTRIBUIÇÃO AO MOVIMENTO NEGRO, AS MULHERES NEGRAS E AO FEMINISMO NEGRO

Elaine de Lima Farias[1]
Waldeci Ferreira Chagas[2]

RESUMO

A presença da mulher negra na cultura e na construção da identidade brasileira é inegável. Logo, discutir essa questão é imprescindível, principalmente quando nos livros didáticos de História há o apagamento de suas narrativas. Neste trabalho, fruto de uma prática desenvolvida em sala de aula do Curso de História da UEPB, Campus Guarabira se discute a imagem da mulher negra, e sua exclusão da escrita didática de história. Para tanto, elaborou-se na sala de aula uma galeria de fotos de personalidades negras importantes para a história do Brasil, e assim narrou-se a trajetória de Lélia Gonzalez, mulher negra, que participou da fundação do MNU em 1978, atuou como professora de História, Antropologia e afirmou-se como intelectual; ativista dos direitos negros e das mulheres. Através dessa proposta, foi possível apresentar a história dessa ativista negra, assim como as suas ações políticas e intelectuais, o que muito contribuiu para quebrar o silêncio em torno da história da mulher negra e fomentar em sala de aula o debate acerca do feminismo negro e do racismo.

Palavras-Chave: Racismo, Lélia Gonzalez, Mulher Negra, Feminismo Negro.

A formação e construção de toda identidade sociocultural brasileira, infelizmente, traz o apagamento de figuras importantes femininas, colocando desta forma a mulher naquele velho e conhecido lugar de inferioridade, abaixo da figura masculina. E isto é reproduzido pelos livros didáticos de história, onde encontrar uma mulher em posição de destaque sob algum movimento histórico é quase nula, onde acaba se configurando este cenário que é até hoje impregnado: a mulher como aquela figura materna, reprodutora, limitando assim o papel desta. E essa inferioridade, se agrava ao tratar da figura feminina negra, vista como aquela que foi escravizada, que cuidou dos filhos dos senhores de engenho, sendo até suas amas de leite. Mas o que essa história não conta é que a sociedade brasileira, a

1 Graduanda em História da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, Guarabira. Integrante do NEABI, UEPB, Campus Guarabira.

2 Professor do departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba, campus III Guarabira. Coordenador do NEABI, UEPB, Campus Guarabira.

formação de sua identidade tem a contribuição da mulher negra, do indivíduo negro, que é a todo tempo silenciado(a).

Neste aspecto foi pensado e elaborado em sala de aula na Universidade Estadual da Paraíba, campus III, Guarabira-PB, uma galeria de fotos de personalidades negras femininas, em aspecto de linha do tempo, contando todo o caminho percorrido por essas mulheres, tão excluídas da historicidade, desde sua vida pessoal à suas contribuições e importância no âmbito social. Sendo assim uma das escolhidas para essa ação didática foi Lélia Gonzalez.

A LINHA DE VIDA DE LÉLIA GONZALEZ

Mulher negra, filha de mãe indígena e pai ferroviário, nasce em Belo Horizonte em 1935, a penúltima de 18 irmãos. Se muda para o Rio de Janeiro com toda sua família em 1942, onde sua vida começará a ter mudanças que antes eram difíceis de ser enxergar pela a realidade socioeconômica de sua família. Essas transformações ocorrem pelo fato de Lélia ter tido a oportunidade de ter acesso a uma educação de qualidade, que foi dada através dos patrões de sua mãe, que esta veio a se tornar doméstica, para poder cuidar e criar seus filhos, pois com o marido já falecido, as dificuldades só aumentaram, e isto se duplica ao se tratar de uma mãe e viúva negra.

Com uma educação de qualidade, algo que era raro uma menina negra ter esse direito, Lélia, com 19 anos se forma em 1954, no ensino médio, no conceituado colégio Pedro II. Daí em diante, sua formação acadêmica se estende, concluindo em 1958 o bacharelado e licenciatura nos cursos de história e geografia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro e também pela mesma instituição se forma em filosofia em 1962. Ela começa assim a exercer a profissão de professora, tanto em escolas particulares e públicas, em disciplinas desde história da educação à filosofia.

No ano de 1964, Lélia se apaixona e casa com Luís Carlos Gonzalez(de herda o sobrenome por ela adotado), que infelizmente vem a falecer precocemente. A “virada de chave” na vida de Lélia Gonzalez para a construção dessa grande intelectual negra que se consagrou, teve grande influência de seu casamento, pois ela, uma mulher negra, casada com um homem branco sofreu preconceito exacerbado da família de seu companheiro, onde a fez neste momento, olhar para dentro de si como nunca tinha antes se enxergado.

Neste olhar mais profundo para seu interior, ela vem a perceber, que era necessário edificar a sua própria identidade, como uma mulher negra que ela era, ou seja, a resgatar a sua africanidade. E a libertação do seu “eu africano” se inicia por exemplo ao assumir

seus cabelos crespos e vê sua espiritualidade conectada ao candomblé, o que vai se refletir em suas obras.

Lélia se especializa na área da comunicação, faz também doutorado em antropologia social pela USP, além de ter participado da fundação de uma das instituições educacionais mais famosas do estado do Rio de Janeiro: o colégio Freudiano, em 1975, onde ela terá contato com a psicanálise, que será um elemento muito importante na formação de seus pensamentos e respectivamente em suas obras. Com uma formação extensa e "fora da curva" que fugia da realidade da mulher negra pertencente a esta sociedade, onde suas ideologias são totalmente construídas na base do eurocentrismo, ela dá seus primeiros passos no campo político social, com a fundação do Instituto de pesquisa das culturas negras e do movimento negro Unificado(MNU), em 1978.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO(MNU)

Um protesto ocorrido na escadaria do teatro municipal no estado de São Paulo, organizado por diversos líderes de organizações negras, vem a ocorrer após duas situações de violência a sujeitos negros: a primeira de ato discriminatório feito a quatro crianças negras do sexo masculino de um time de voleibol infantil do clube de regatas do Tietê (SP) e pela prisão de Robison Silveira da Luz, que após muita tortura policial, perde sua vida através da acusação de roubar frutas em uma feira. Essas situações evidenciam o reflexo da sociedade: a sentença dada ao negro sempre é a mais pesada, onde o julgamento é feito pela sua cor e não pela proporção do ato realizado e muitas das vezes esse ato sequer existiu.

Assim o MNU, nasce com a missão de mudar essa realidade dada ao negro como a única possível, ganhando força, pressionando os poderes públicos e o estado. Desta forma, resulta em 1984, a criação do conselho de participação e desenvolvimento da comunidade negra, este sendo o 1° órgão público de apoio aos movimentos socias afro-brasileiros que em quatro anos à frente terá uma conquista promissória: a discriminação racial se tornando crime, sendo elaborada na constituição de 1988 e promulgada no ano seguinte. O Movimento Negro Unificado, a sua formação, foi o pontapé inicial para a luta de negros e negras, influenciando também na criação dos primeiros movimentos de mulheres negras no Brasil.

LÉLIA: SUA INTELECTUALIDADE E ATIVISMO

Vista pela ditadura como subversiva e tendo seu nome nas fichas do departamento de ordem pública e social (Dops), Lélia não se amedrontou e continuou sua luta em defesa

de todo individuo negro e principalmente das mulheres negras. Essa grande intelectual não se fixou em uma só área do conhecimento. Além dessa grande militante que era, compreendia que o espaço político era um lugar de grande importância e peso que deveria ser conquistado e ocupado pelo negro, para que suas pautas, reivindicações tivessem rosto e voz. Sendo assim ela participa da criação do partido dos trabalhadores(PT), onde se candidatou a deputada federal ficando com a 1° suplência. Sua vasta produção intelectual ia de livros, artigos acadêmicos à jornais e revistas, como por exemplo as famosas obras “lugar de negro” (1982), elaborada em conjunto com o sociólogo argentino Carlos Hasembag e o livro “festas populares no Brasil”(1987). Uma Famosa e importante expressão é também de sua autoria o “pretuguês”, onde mostrava que o português falado no Brasil tinha muita influência africana e que deveria ser considerado também uma língua oficial, não só o português trazido pelos europeus. Lélia cada vez mais, se consolidava uma importante liderança para a estruturação do movimento negro e grande influência para a construção do feminismo negro.

O FEMINISMO NEGRO

O olhar feminino de Lélia para dentro do movimento negro se dava através de suas críticas para dentro do próprio em defesa na mulher negra, pois ela trazia que no movimento feminista brasileiro, não era abordado, debatido a exploração da mulher negra . E estas mulheres não encontravam também essa representatividade no próprio movimento negro, por sua formação ser na maior parte de homens, estes não entendiam muitas vezes a realidade da mulher negra, onde chegavam a concordar que o papel delas era de caráter reprodutivo, as colocando na última camada social da inferioridade.

Como forma de mostrar a realidade e aproximar essas mulheres esquecidas a margem da sociedade, dando-as destaque e vez, Lélia Gonzalez funda na década de 1980, o NZINGA informativo, um coletivo de mulheres negras. Com sua sede localizada no morro dos cabritos no Rio de Janeiro, buscando enaltecer a voz das mulheres das zonas periféricas, esse informativo tinha como objetivo de trazer em suas publicações, temáticas acerca do que era ser negra e mulher nesta sociedade, como por exemplo ao falar do racismo. Esse informativo tomou grande proporção, que se estabeleceu laços entre mulheres negras de diferentes classes sociais em prol de um único objetivo: a busca por direitos e melhorias de vida e o fim do racismo.

Desta forma, essa ativista mostra as mulheres negras que ninguém será melhor do que elas para representa-las, defendendo, debatendo suas reivindicações, suas buscas

por simples direitos, como acesso a saúde básica, tão negada a elas, pois só essas mulheres entendiam a realidade que viviam e estavam dispostas a muda-la, em nome de tantas outras. Era necessário andar com as próprias pernas. E assim o feminismo negro foi dando seus primeiros passos, crescendo por todo país e surgindo tanto outros grupos, organizações de causas negras e do feminismo negro.

Ao abordar sobre o feminismo, Lélia não só criticou o feminismo de forma geral e o próprio movimento negro. Em seus textos e obras ela dialeta sobre como o papel da mulher negra é fundamental e crucial, destacando que a mulher é antes de tudo a base de toda a sociedade, desde os primórdios da colonização brasileira, onde a mulher negra era a responsável pelo bem estar dos filhos dos senhores de engenho, que ocupavam para aquelas crianças muitas vezes o papel de suas mães biológicas, sendo ao contar uma simples história para esses pequenos e até mesmo ao serem suas amas de leite. Seguindo este pensamento, Lélia traz um ponto importante: a falsa impressão de liberdade a essas mulheres no período pós-abolição. A mulher negra continua dando liberdade a mulher branca, pois precisa sustentar sua família, e por necessidade, sai de sua casa para trabalhar na residência da mulher branca, esta, que vai trabalhar fora. Essa empregada doméstica acaba sendo uma extensão da mucama da época da escravidão.

Criticando a imagem que o eurocentrismo colocava sobre a mulher negra, visto como um modelo de exportação, Lélia faz uma afirmação interessante:

> O fruto dessa covarde procriação[dos colonizadores] é que agora é aclamado como único produto nacional que não pode ser exportado: a mulher mulata brasileira. Mas se a qualidade deste " produto" é tida como alta o tratamento que ela recebe é extremamente degradante sujo e desrespeitoso.(Gonzalez e Hasenbalg,1982,p.36).

Ou seja, Lélia ressaltava a necessidade de mudança sobre o olhar e significado dado ao corpo da mulher negra e que a conquista de espaços que eram e sempre foram de direito não só dessas, mas também de todo individuo negro, é através da resistência, em manter vivo e resgatar a sua culturalidade africana, em ter direito à liberdade, a tudo aquilo que qualquer outro cidadão brasileiro ao não ser negro tem, uma pauta bastante discutida através do conceito de Amefricanidade.

Graças a essa mulher, o movimento negro, o feminismo negro, vem conquistando cada vez mais esses lugares e direitos, é graças a essas ideologias e pautas por ela defendida que hoje é possível ver mulheres em cargos públicos, ocupando a presidência de um país, em profissões que antes não podiam ser ocupadas por negros(as). Todas as mudanças vistas até hoje neste cenário de luta e resistência, tem total contribuição dela. Lélia Gonzalez é uma tradutora do Brasil, trazendo a discussão da formação da sociedade brasileira, mostrando

que o negro é um grande pilar na construção dessa identidade sociocultural.

Mesmo com toda sua importância e influência, ela como outros intelectuais negros, no âmbito acadêmico são ausentes, desde a formação educacional inicial e que chega à educação superior, não a reconhecendo como realmente deveria. E isso é uma realidade preocupante, pois na teoria isto não deveria existir pelo fato da criação da lei Nº 10.639, que obriga a inclusão do ensino de história e cultura Afro-brasileira no currículo escolar.

Então com essa preocupante realidade, a oficina realizada através de fotografias, teve por finalidade mostrar aos estudantes, a história de vida dessa mulher negra, ativista dos direitos negros e das mulheres negras além de sua grande intelectualidade e contribuições na área política, sociocultural. Essa oficina pode "retirar essa cortina" posta sobre a historicidade da mulher negra, do indivíduo negro, além de uma discussão crucial e enriquecedora sobre o racismo e feminismo das mulheres negras, onde o preconceito deve ser combatido todos os dias e que a sala de aula é um espaço que pode contribuir muito para mudar esse cenário preconceituoso tão enraizado no Brasil, pois a educação ela é transformadora e fundamental nesta luta, afinal Lélia Gonzalez mostra e traz que mesmo que seja uma batalha árdua, não é em vão, é necessária, onde o negro e principalmente a mulher negra tem voz e direitos sim, que podem ocupar o lugar que bem entenderem.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, W. M.; SILVA, A. C. T. As fotonovelas no ensino de Química. **Química Nova na Escola**, v. 33, nº 1, p. 25-31, 2011.

TRAVASSOS, L. E. P. A fotografia como instrumento de auxílio ao ensino da Geografia. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v. 1, nº 2, p. 1-3, 2001.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. Lélia Gonzalez e outras mulheres: Pensamento Feminista negro, antirracismo e antissexismo. **Revista da Abpn**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 52-63, jun. 2010.

PEREIRA, Ana Claudia Jaqueto. Feminismo negro no Brasil: A luta política como espaço de formação de um pensamento social e político subalterno. In: FAZENDO GêNERO 10 - DESAFIOS ATUAIS DOS FEMINISMOS, 01., 2013, Florianópolis. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10.** Florianópolis: Ufsc, 2013. p. 01-09.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. Movimento de mulheres negras: Trajetória política, práticas Mobilizatórias e articulações com o estado Brasileiro. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 3, n. 22, p. 445-456, 2010.

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, (Coleção 2 Pontos).

PIRATAS NA SALA DE AULA: O USO DO MANGÁ *ONE PIECE* COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO

Hannah Soares do Amaral[1]
Damião de Lima[2]

RESUMO

O presente artigo aborda o distanciamento entre a cultura escolar e a cultura juvenil e a possibilidade de uso do mangá como uma alternativa pedagógica de aproximação dentro do processo de ensino-aprendizagem. Considerando as atuais demandas socioculturais do ensino e a necessidade de adaptação da escola às novas formas de linguagens variadas presentes no cotidiano de seus alunos, nos pautamos a partir da legislação brasileira que aponta para a diversidade de materiais didáticos e sugerimos o uso do mangá como um elemento capaz de facilitar o diálogo entre as duas culturas. A partir disso, apresentamos uma proposta de material didático elaborado a partir do mangá One Piece, destacando os conteúdos abordados, a aplicação e resultados esperados.

Palavras-Chave: Cultura escolar. Ensino. Mangá. One Piece.

INTRODUÇÃO

Façamos de conta que estamos viajando em um antigo carro por uma estrada: à medida em que a viagem se estende, a estrada vai se tornando mais sinuosa, cheia de curvas, desvios e interseções pela frente, fazendo com que o carro tenha dificuldade em continuar o trajeto por não estar equipado para o percurso. Em determinado momento da viagem, o motorista descobre que mais à frente existem oficinas que foram construídas para consertar os carros antigos que viajam nessa estrada e que ali poderá trocar as peças do carro por peças mais resistentes que tornarão a viagem mais tranquila. O motorista tem então duas opções: parar e equipar o carro com peças adaptadas ao percurso ou continuar com as peças antigas e tentar seguir pela estrada da maneira que vinha fazendo antes, mesmo que isso seja perigoso e resulte em sérios problemas adiante.

Embora a opção mais sensata pareça ser a primeira, é a segunda que tem sido colocada em prática na vida real. O "carro" aqui é a escola, a "estrada" é o mundo em que ela

1 Graduanda da Licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba.

2 Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba.

está inserida (um mundo em constante mudança), as “curvas, desvios e interseções pela frente” representam os novos rumos tomados pelo mundo, que o tornam mais complexo e interligado, as “oficinas” e as “novas peças” são os novos conhecimentos e as novas abordagens, respectivamente, que surgem à medida que a sociedade muda e reformula os seus conceitos a respeito do que é o saber, como adquiri-lo e como transmiti-lo.

A escola encontra-se com dificuldades de acompanhar o ritmo no qual a sociedade caminha e, embora haja meios que possam ajudá-la a desenvolver-se dentro da sociedade e desenvolver os indivíduos que a compõem, insiste em continuar com as “peças antigas”, tornando o processo de aprendizagem penoso especialmente para os alunos.

O processo de globalização se dá de forma cada vez mais rápida e impõe mudanças e adaptações em todas as esferas. Sejam estas políticas, econômicas, sociais ou culturais. Obviamente, estas inovações alcançam e influenciam os espaços educacionais. A escola é um espaço onde estão presentes duas culturas distintas que serão o centro de nossa discussão: a cultura escolar e a cultura jovem.

CULTURA ESCOLAR E CULTURA JOVEM: DEFININDO O PROBLEMA

O conceito de cultura escolar é bastante amplo, abrange diversos elementos organizacionais que explicam as hierarquias que dividem e classificam os indivíduos que atuam dentro e fora da escola; contém elementos sociais vistos nos comportamentos socioculturais expressos pelos indivíduos nas atividades e interações promovidas pela escola e também antropológicos, já que a escola é dotada de símbolos, valores e costumes de uma sociedade cujo modelo é reproduzido por diversas gerações de maneira pouco heterogênea.

Já a cultura jovem é caracterizada pelas diversas manifestações culturais, espaços de socialização, de expressão e constituição de diferentes identidades, símbolos, ritos e representações individuais e/ou coletivas centradas nos jovens e adolescentes. pelo público que a envolve, é mais fluída e mais antenada em relação às modificações ocorridas no processo de globalização. Alguns elementos responsáveis pela integração e identidade assumida pelos grupos são fatores em comum, como os gostos musicais, fílmicos e a moda, por exemplo.

A escola é um lugar onde são encontradas diversas expressões de diferentes culturas juvenis, no entanto, a sua presença está limitada aos horários de chegada, recreio, refeições e saída, quando os alunos conversam e interagem sem a responsabilidade de assimilar conteúdos ensinados.

As expressões da cultura juvenil não são benquistas pela escola. Apesar de

esta ser um ambiente em que trafegam expressões culturais distintas, não há espaços abertos propícios para a compreensão e cooperação entre elas. Isso tem resultado em diversos choques culturais que afetam não só o rendimento escolar do discente, mas dificultam o entendimento e até aceitação da cultura escolar, questionando e resistindo aos conhecimentos oferecidos pela escola. Conforme Carrano e Martins apontam

> "Observa-se que tanto a cidade quanto a escola constituem locais das culturas entrecruzadas, apresentam-se como espaços híbridos não só pela presença dos vários grupos, mas também pelas expressões e mesclas culturais de espaços urbanos carregados de contradições e que se expressam no espaço escolar. Apesar de estarem presentes no mesmo espaço, não há garantia de democratização de direitos a expressões culturais de forma igual para todos, notadamente, os grupos juvenis." (CARRANO; MARTINS, 2011)

Seja por considerar inadequadas ou por inferiorizar as expressões culturais juvenis, a escola tem se distanciado do seu público-alvo, à medida que se mantém afastada da cultura juvenil e isso tem sido refletido no processo de ensino-aprendizagem, em que as expectativas dos estudantes em relação ao conhecimento têm se chocado com as práticas pedagógicas tradicionais.

No ensino de História, esses choques se dão de diversas formas, seja pelos recortes temporais trabalhados, os eventos abordados pelos professores e pelo livro didático, as discussões de temáticas vistas como complexas e que "não têm nada a ver" com os alunos, ou a maneira como a escola se apresenta como um espaço que dá pouquíssima abertura ao aluno para compartilhar suas experiências. Estes fatores resultam em conflitos entre as duas culturas, levando a frustrações de ambas as partes.

Com o problema posto na mesa, é de responsabilidade de todos os envolvidos na aprendizagem escolar pensarem e proporem alternativas para otimizar o ensino e, não apenas os professores, mas os alunos também devem fazer parte desse processo, já que eles são os principais afetados pelos resultados. A escola deve estar atenta para as formas de expressão do aluno dentro da realidade em que vive, enxergando não com a estranheza que leva à rejeição, mas com curiosidade e atenção para a possibilidade de traçar conexões possíveis com o ensino e a experiência escolar. É fundamental uma readaptação de conteúdos e uma revisão metodológica, como afirma Carrano: "os conteúdos da aprendizagem necessitam ser tão contemporâneos – mesmo quando tratam do passado ou da memória – quanto os próprios jovens." (CARRANO, 2010).

A escola deve procurar conhecer e entender o estudante como um indivíduo dotado de bagagem social e cultural, em vez de tentar moldá-lo a partir de uma pedagogia arcaica que tem se mostrado insustentável.

A cultura escolar necessita de reconfiguração, considerando a importância de se dialogar com linguagens familiares ao jovem, objetivando um melhor rendimento escolar. Precisa reconhecer e adaptar-se à forte presença de elementos artísticos globais que compõem a cultura juvenil e à emergência desses elementos nos principais meios de comunicação atuais (*internet*, TV e redes sociais) ou seja, é necessário adentrar os territórios do entretenimento, "habitados" pelos jovens e adolescentes, para buscar e extrair ao máximo o seu potencial de ensino. É nessa perspectiva que apresentamos a proposta a seguir.

O USO DO MANGÁ NO ENSINO DE HISTÓRIA

Carrano (2010) afirma que "estabelecer práticas de escuta e reconhecimento sobre os jovens pode significar a construção de pontes de entendimento entre professores e alunos" e, tendo em vista o crescente consumo de animações e histórias em quadrinhos nipônicas entre os jovens do ensino fundamental II e médio, é importante considerar este espaço como um campo útil ao aprendizado, visto que muitos jovens compõem, a partir dele, suas identidades, estilos e formas de representações individuais ou coletivas.

No ensino básico brasileiro, as histórias em quadrinhos passaram a oficializar-se nas salas de aula a partir da década de 1990 com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, na qual o item II do § 1º do art. 36 aponta para o "conhecimento das formas contemporâneas de linguagem" (BRASIL, 1996), e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 2008, que citam o uso de quadrinhos:

> "Os conteúdos dos temas transversais, assim como as práticas pedagógicas organizadas em função da sua aprendizagem, podem contextualizar significativamente a aprendizagem da língua, fazendo com que o trabalho dos alunos reverta em produções de interesse do convívio escolar e da comunidade. Há inúmeras situações possíveis: produção e distribuição de livros, jornais ou quadrinhos, veiculando informações sobre os temas estudados; murais, seminários, palestras e panfletos de orientação como parte de campanhas para o uso racional dos recursos naturais e para a prevenção de doenças que afetam a comunidade; folhetos instrucionais sobre primeiros socorros; cartazes com os direitos humanos, da criança, do consumidor, etc…" (BRASIL, 2008)

Porém, foi com o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) de 2006 que, pela primeira vez, um mangá constou na lista de livros a serem distribuídos nas escolas[3].

3 O mangá "Na prisão", de Kazuichi Hanawa, publicado no Brasil em 2005 pela Editora Conrad, narra o relato autobiográfico do autor durante o tempo em que esteve preso.

O mangá, por ser uma literatura em quadrinhos e abordar narrativas fictícias é erroneamente classificado como literatura infantil, no entanto, muitos títulos trazem questões complexas e estabelecem relação com eventos históricos que servem de inspiração parcial ou total para compor as suas narrativas. Desse modo, o seu uso pode contribuir com o aprendizado, apresentar novas abordagens, representar um adendo à literatura pedagógica e promover a interdisciplinaridade.

No ensino de História, alguns mangás podem ser usados na aprendizagem, especialmente aqueles cujo gênero é popularmente conhecido como "histórico", ou seja, que retratam eventos específicos ou se passam em determinadas épocas históricas, como *Gen, pés descalços*, de Keiji Nakazawa[4], e *Versailles no Bara* (no Brasil, Rosa de Versalhes), de Riyoko Ikeda[5].

Trabalhar com o mangá em sala de aula abre um leque de possibilidades para estudantes e professores como, por exemplo, adquirir uma postura diferente (pela escola) diante de uma mídia de domínio dos alunos, permitir trabalhar com diferentes tipos de fontes e linguagens, ser capaz de problematizar (sempre que for necessário) os materiais estudados e consumidos, desconstruir a ideia do aprendizado como algo penoso e imposto duramente sobre os alunos.

No entanto, é necessário estudo e preparação para trabalhar com essa mídia. Para isso, alguns fatores devem ser levados em consideração, ao se decidir pela utilização do mangá em sala de aula. Entre eles podemos citar: 1) é uma literatura estrangeira, isso fica claro diante da linguagem diferenciada, e essa diferença deve ser abordada. Por ser um produto oriental, a sua leitura acontece de trás para frente e da direita para a esquerda (o sentido oriental), por isso, recomenda-se um trabalho em conjunto com um professor de Linguagens e Literatura; 2) a escolha do mangá a ser trabalhado deve sempre levar em consideração a turma em que ele será aplicado, é importante notar se ele se encaixa na discussão do conteúdo e nos resultados objetivados e discutidos entre os estudantes e o professor, caso contrário, será apenas um material trabalhado de forma superficial e sem qualquer relação com os conteúdos. É sob essa perspectiva integrativa e democrática que será apresentada a proposta a seguir.

---

4 Inspirado na vivência do autor no Japão durante a Segunda Guerra Mundial, o mangá conta o drama da população de Hiroshima (sua cidade natal) durante o bombardeio nuclear.

5 O mangá se passa na corte francesa de Versalhes durante a França pré-revolucionária e tem os eventos que culminaram na Revolução como pano de fundo da narrativa.

ONE PIECE COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE HISTÓRIA

Considerando a discussão sobre a necessidade de aproximação entre a cultura escolar e a cultura juvenil e a utilização de mangás na sala de aula, apresentamos uma proposta didática com a utilização do mangá *One Piece*, de Eiichiro Oda[6], a ser utilizado como recurso didático nas aulas de História, como uma das maneiras de facilitar essa aproximação.

O mangá se passa em um mundo fictício, porém sua organização sociopolítica remete a algumas experiências conhecidas no mundo real. O mundo de *One Piece* se divide em cinco grandes mares, com ilhas-nações que exercem suas próprias formas de governo e estão condicionadas a um Estado maior conhecido como Governo Mundial, responsável por manter a ordem e oferecer proteção a toda a população dos países-membros.

A proposta didática se concentra em torno de duas temáticas tratadas em dois arcos específicos do mangá: o racismo e a escravidão no arco[7] Arquipélago de Sabaody, do volume 50 ao 53, e o autoritarismo no arco de Enies Lobby, do volume 39 ao 44. A narrativa nesses dois momentos vai se desenvolver a partir do envolvimento dos protagonistas ao contestar as atitudes tomadas pelo governo frente a cada uma das situações descritas a seguir.

O arco Arquipélago de Sabaody aborda questões de raça ao introduzir a escravidão e o preconceito à narrativa do mangá. Situado entre os capítulos 497 e 513, o arco Arquipélago de Sabaody apresenta os Dragões Celestiais que habitam em Sabaody e descreve a hierarquia social da ilha. É possível perceber as diferenciações sociais e o caráter discriminatório presentes nessa hierarquia quando é exposto o tratamento recebido por sujeitos identificados como escravos. Ao mostrar o tratamento recebido por sujeitos identificados como escravos e nos introduzir a diferenciação social praticada com indivíduos de espécie híbrida - como os homens-peixes e as sereias (considerados peixes e, por isso, tratados de forma inferior) – em um leilão de escravos, o mangá descreve a naturalização de uma prática terrível, a escravidão, e a naturalidade com que essa relação era tratada por alguns segmentos internos, enquanto chocava a outros que não viviam naquela estrutura.

---

6 *One Piece* é um mangá escrito e ilustrado por Eiichiro Oda, lançado em 1995 e publicado até os dias de hoje, narra a saga do pirata Monkey D. Luffy em sua jornada, junto de seus amigos, em busca do tesouro *One Piece* e seu sonho de tornar-se o rei dos piratas.

7 Divisão usada em animes e mangás para separar os capítulos ou episódios de acordo com a direção tomada pela linha narrativa.

Podemos destacar as seguintes questões: 1) as semelhanças tanto entre a escravidão da antiguidade (por dívidas) quanto a escravidão relacionada à colonização do Novo Mundo, que tinha o elemento racial como pilar - no caso do mangá, essa questão está centrada no tratamento destinado aos homens-peixe e sereias -; 2) os paralelos que podem ser feitos entre o racismo atual e sua relação com o emprego da escravização em indivíduos de diferentes etnias considerados inferiores durante a colonização da América e como isso se repercute atualmente.

O arco Arquipélago de Sabaody introduz uma parte da organização política dessa sociedade. O Governo Mundial é responsável por uma série de práticas discriminatórias que excluem grande parte da população ao mesmo tempo que beneficia uma restrita elite sagrada chamada Dragões Celestiais, que corresponde aos descendentes dos fundadores do Governo. O autoritarismo praticado pelo Estado é visto em diversas passagens do mangá. Um exemplo dessa prática pode ser visto quando o Governo Mundial persegue os indivíduos que o contestam através do silenciamento, prisão, e até execução.

O arco de Enies Lobby traz representações da conduta autoritária do Governo Mundial, ao revelar diversos crimes cometidos e encobertos em prol da manutenção da ordem, que vai desde o controle da produção historiográfica até perseguição e prisão políticas. De acordo com a narrativa, o Governo Mundial foi estabelecido há 800 anos e não se conhece nada sobre o período anterior, chamado de Século Perdido, tampouco é permitido pesquisar sobre, pois o Governo pune severamente qualquer tentativa de contestação à ordem estabelecida. O único vestígio do período encontra-se nas gravações em pedras chamadas Poneglyfos cuja língua é desconhecida e seu estudo e tradução são proibidos. Ao descobrir que na ilha de Ohara havia arqueólogos pesquisando sobre os Poneglyfos, o Governo Mundial lançou um ataque à ilha, o “Chamado da Destruição”, que dizimou a população inocente e incendiou a biblioteca. A única sobrevivente passou a ser perseguida e considerada inimiga do Estado.

Desse modo, os eventos retratados no arco do mangá ilustram os artifícios utilizados pelos regimes autoritários quando têm sua autoridade questionada e se sentem ameaçados. Isso aconteceu durante os regimes autoritários da América Latina, cujo principais alvos foram os pesquisadores que empreenderam em busca da verdade, e isto lhes custou a perda da liberdade de expressão, a liberdade e a própria vida. O controle sobre as produções humanas é um exemplo das medidas autoritárias de caráter coletivo empreendidas pelo Estado.

O MATERIAL DIDÁTICO

O material proposto leva em consideração as diferenças entre escolas públicas e privadas, portanto foi planejado de forma a ser acessível para os dois públicos. Não excluímos a possibilidade de o material não ser familiar a todos os alunos e, por isso, sugerimos uma preparação prévia do material a ser exposto e uma contextualização da narrativa para a turma, a fim de apresentar o mangá aos estudantes e sanar as dúvidas iniciais acerca dessa mídia, assim como dos objetivos da aula. Feitas essas recomendações, vamos à proposta pedagógica.

O uso da narrativa de *One Piece* como ferramenta pedagógica objetiva abordar, através de uma linguagem simples e ilustrativa, as temáticas citadas anteriormente. Para tanto, o material está dividido em duas partes, já que são duas temáticas distintas. A primeira aula consiste na exibição de um anúncio de jornal fictício elaborado pelo professor (figura 1) e a comparação com anúncios reais de venda de escravizados, para abrir o debate sobre o comércio de escravizados no Brasil durante o período em que se praticou a escravidão.

Na segunda aula, que corresponde à aula sobre o autoritarismo recente no Brasil, o professor exibirá um cartaz de “procura-se” de um dos personagens ao lado de um cartaz real do período do regime militar brasileiro para fazer uma ponte entre os governos citados a partir de cada um dos cartazes e seus enunciados.

Figura 1: Anúncio de classificados fictícios correspondente ao material didático

Fonte: Autoral

Figura 2: Cartazes de indivíduos procurados pelo Estado brasileiro durante o regime militar e, ao lado, cartaz fictício do mangá

Fonte: Proposta Didática: Ditadura: repressão, noções de democracia, tortura, linguagem midiática, relação passado e presente. (LEMAD- HISTÓRIA-USP); Cartaz de procurado da personagem Nico Robin. Retirado do site: volonte-d.com

As duas partes do material didático têm a função de servir como atividade introdutória, antecedendo a exposição dos conteúdos referenciados, e procuram proporcionar uma abordagem alternativa introdutória em contrapartida à rotina tradicional das aulas. A partir disso, o material busca oferecer um olhar diversificado sobre a relação entre as mídias consumidas e o aprendizado dos conteúdos escolares, estabelecendo aproximações que podem beneficiar e transformar a relação entre o aluno (representante da cultura juvenil) e a escola (ambiente em que se dá a cultura escolar).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer a origem do afastamento entre a cultura escolar e a cultura juvenil é fundamental para propor alternativas de aproximação e, a partir da análise de elementos que compõem essas duas vivências, identificar apropriações que podem ser feitas no processo de ensino-aprendizagem.

A presença de diferentes mídias que compõem a realidade dos jovens, como o mangá, não deve ser ignorada e tampouco discriminada no ensino, já que, como foi visto, é possível desenvolver o contato dos alunos com os conteúdos ao se fazer uma ponte entre o entretenimento e o aprendizado, posto que “quando o conhecimento está imerso em uma rede de significações, o aluno aprende, seja em grupo ou individualmente” (MACHADO, 2011).

REFERÊNCIAS

BRASIL. LDB - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei 9394/96.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília, 2008.

CARRANO, Paulo. O ensino médio na transição da juventude para a vida adulta. In: FERREIRA, Cristina Araripe et al. (Org.). **Juventude e iniciação científica: políticas públicas para o ensino médio**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010. p. 143-168.

MACHADO, Rosângela. Educação inclusiva: revisar e refazer a cultura escolar. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 69-75.

MARTINS, C H. CARRANO, P. L. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. 2011. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117118584004 Acesso em 22 ago. 2022.

NOVOTNÝ, P; ZOUNEK, J; POL, M; HLOUŠKOVÁ, L. Em busca do conceito de cultura escolar: uma contribuição para as discussões atuais. **Revista Lusófona de Educação.** Lisboa, n. 10, p. 63-79, 2007. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=34911872006 Acesso em: 22 ago. 2022.

SILVA, Lara D. Representações de governos autoritários no mangá One Piece e seu uso em sala de aula. **Anpuh**. Vitória da Conquista, 2020.

VERGUEIRO, W. RAMOS, P. **Quadrinhos na educação: da rejeição à prática**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p.7-44.

EDUCAR PARA A CIDADANIA: PONTES ENTRE ANTIGUIDADE E O PRESENTE NA CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA CIDADÃ

Isaias Luis dos Santos Junior

RESUMO

A constituição de 1988 entende que o preparo para o pleno exercício da cidadania é um dos deveres da educação brasileira. Entendo que a construção de uma consciência cidadã - formada pela noção de inserção e pertencimento a uma comunidade política baseada nos princípios da igual dignidade de seus membros e da soberania exercida conjuntamente - seria uma das exigências básicas para que o pleno exercício da cidadania. Neste sentido, o campo da história se apresenta como uma das áreas de conhecimentos cercadas de potencialidades para uma educação cidadã, tendo em vista que a construção de uma consciência cidadã perpassa por uma consciência histórica. Este trabalho apresenta, de maneira breve, algumas potencialidades para a construção de uma consciência cidadã (e histórica) no ensino básico, através do estudo ativo do processo de construção da cidadania de origem mediterrânica (a saber, as póleis gregas e a república romana), cuja herança reverbera na construção da cidadania contemporânea.

Palavras-Chave: cidadania, antiguidade, consciência cidadã.

A promulgação da Constituição de 1988, que se tornou marco político e inaugural da moderna democracia brasileira, foi fruto de uma contínua luta pela abertura democrática e da retomada dos direitos políticos dos cidadãos brasileiros, anteriormente usurpados pelo golpe cívico-militar de 1964. Sua constituinte estabeleceu amplo diálogo com especialistas e setores organizados e representativos da sociedade civil. A constituição cidadã, como ficou conhecida, estabeleceu um texto onde “a garantia dos direitos do cidadão era preocupação central” (CARVALHO, p. 200).

Um desses direitos básicos é o da educação. Além disto, a Constituição de 1988, também estabelece que um dos objetivos da educação seja a preparação, do educando, para o “exercício de sua cidadania” (BRASIL, 1988). Oito anos depois, com o estabelecimento da Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei Nº. 9394/96) da educação nacional, a mesma finalidade é reforçada. Passando-se quase trinta anos de seu estabelecimento, podemos nos questionar: O que seria ser cidadão no Brasil? O que definiria o exercício da cidadania? A atual educação brasileira, de maneira geral, é capaz de desenvolver, no educando, as habilidades necessárias a este exercício de sua cidadania, atingindo, assim, um dos pressupostos para a educação no país?

O QUE SIGNIFICA SER CIDADÃO NA CONTEMPORANEIDADE, SOBRETUDO NO BRASIL DE 2022?

Na tentativa de responder a estas perguntas, é necessário primeiramente estabelecer o que é cidadania, ou melhor, o que é ser um cidadão – E especificamente, o que significa ser um cidadão no Brasil. Tomemos de inicio a definição de Jaime Pinsky:

> "Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila." (PINSKY, 2005, p. 9)

Ser cidadão, para Pinsky, no século XXI, significaria, de maneira simplifica, possuir direitos civis e políticos, assim como deveres, garantidos através de direitos sociais, sendo a própria educação um deles. Contudo, o mesmo autor adverte que a "cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço" (PINSKY, 2005, p. 9).

Diferentes sociedades, em diferentes tempos, produziram noções sobre cidadania que possuem distanciamentos e aproximações entre si. Noções estas que podem, ou não, terem sido usadas no processo de construção de sua compreensão atual. Uma destas formas, por exemplo, foi a da idealização dos princípios democráticos e republicanos presentes na antiguidade greco-romana, como explica Norberto Guarinelo:

> "É verdade que os primeiros pensadores que se debruçaram sobre a definição do que hoje entendemos por cidadania buscaram inspiração em certas realidades do mundo greco-romano... a ideia de democracia, de participação popular nos destinos da coletividade, de soberania do povo, de liberdade do indivíduo. A imagem que faziam da cidadania antiga, no entanto, era idealizada e falsa. A cidadania nos Estados-nacionais contemporâneos é um fenômeno único na história. Não podemos falar de continuidade do mundo antigo, de repetição de uma experiência passada e nem mesmo de um desenvolvimento progressivo que unisse o mundo contemporâneo ao antigo. São mundos diferentes, com sociedades distintas, nas quais pertencimento, participação e direitos têm sentidos diversos." (GUARINELO, 2005, p. 29)

A cidadania no mediterrâneo antigo, representada no conceito clássico de cidade-estado, encontrava-se associada a um sentimento comunitário, a direitos construídos no seio dessa comunidade, e referentes apenas a ela mesma. Seria a faceta pública, do indivíduo, perante todo o grupo. (GUARINELO, 2005, p. 46).

Outra forma de cidadania foi construída no século XVII, a partir de uma perspectiva

iluminista e liberal, surgida primeira na Inglaterra, e que reverberou nas futuras revoluções europeias do século XVIII, perpassa pela discussão sobre as liberdades individuais em um contexto inicial do Estado Nacional moderno, e uma preocupação clara com a associação entre direitos políticos e propriedade privada (MONDAINE, 2005, p. 128-131). Segundo Mondaine:

> "A cidadania liberal foi, pois, uma cidadania excludente, diferenciadora de [...] "cidadãos com posses" e cidadãos sem posse" [...] "no entanto, foi um primeiro - e grande - passo para romper com a figura do súdito que tinha apenas e tão somente deveres a prestar. Porém, seus fundamentos universais ("todos são iguais perante a lei" traziam em si a necessidade histórica de um complemento fundamental: a inclusão dos despossuídos e tratamento dos "iguais com igualdade" e dos "desiguais com desigualdade". Para tal fim, por uma "liberdade positiva", é que virá à tona nos séculos vindouros a luta por igualdade política e social, tarefa árdua a ser conquistada não mais pelos liberais, mas regularmente contra eles, pelas forças democráticas e socialistas. Uma luta contínua que não cessa até o tempo presente." (MONDAINE, 2005, p. 131)

A partir destes resumidos exemplos, podemos vislumbrar a polifonia da cidadania, sua complexidade e sua importância para os regimes políticos atuais. É desejável trabalhar a noção de que a cidadania não é um conceito estático, rígido e natural, porém construído socialmente através do conflito entre grupos de interesses distintos. Isto pode nos levar à questionar a cidadania atual, e, consequentemente, inspirar a uma construção de novas formas de efetivá-la e ampliá-la, para que ela possa cumprir com sua proposta contemporânea: "a expressão concreta do exercício da democracia" (PINSKY, 2005, p. 10).

Contudo, é importante ressaltar que, como relembra Guimarães, "a "cidadania" tem um caráter transdisciplinar. Não esta delimitada em nenhum território disciplinar especifica" (GUIMARÃES, 2016, p. 55). Isto implica que no processo de construção do que é cidadania, haverá contatos e conflitos, dentro e fora dos ambientes formais de ensino, com diversas áreas do conhecimento, tais como a pedagogia, filosofia, antropologia, sociologia, etc., ou mesmo com recursos retóricos utilizados em jargões políticos. Cabe à história assumir seu lugar e seu papel no conjunto interdisciplinar da formação para a cidadania, trabalhando com aquilo que lhe é específico: uma análise crítica sobre o processo histórico de sua construção.

O QUE SERIA ESSE EXERCÍCIO DA CIDADANIA?

Posto do que se trata ser cidadão e cidadania para este trabalho, voltamo-nos a outra questão. Como visto anteriormente, a Constituição cidadã e a LDB enxergam como um dos objetivos finais da educação básica, no Brasil, a de preparar o indivíduo para o exercício da

cidadania (BRASIL, 1996) (BRASIL, 1988), ou seja, uma formação cidadã. Portanto, será preciso caracterizar a mesma. Um ponto de partida pode ser encontrado nas análises de outros dois documentos oficiais que dissertam sobre a educação básica brasileira.

Nos anos seguintes a promulgação da LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, uma série de documentos cuja proposta era a de delinear os objetivos de cada campo do conhecimento, no ensino básico, trouxe alguns direcionamentos do que seria essa formação voltada para o exercício da cidadania. Segundo Guimarães (GUIMARÃES, 2016, p.68), sobre a cidadania, o PCN entende que é necessário compreende-la como a plena participação social e política, através dos seus direitos e do posicionamento crítico e responsável, construído através do diálogo e da tomada de decisões de maneira coletiva. Na abordagem do campo histórico - no grau de escolaridade hoje chamado de anos finais do ensino fundamental, - o PCN acentuou a preocupação em construir noções históricas sobre as diferentes produções de sentidos sobre a cidadania que foram desenvolvidas em diferentes sociedades, ao longo do tempo, para que seja possível realizar uma análise de caráter histórico-crítica do atual sentido de ser cidadão, separando um eixo temático voltado para ela (BRASIL, 1998, p. 36-37, 72-74). O documento também enfatiza a relevância de se caracterizar a cidadania como meio para resolução de questões que eram questões pendentes na sociedade brasileira na década de 90, e ainda o são até hoje.

Já na BNCC, documento construído em um período conturbado da política brasileira recente, e não sem conflitos (LEITE, 2016, p. 15-17), quando trabalha a questão da formação cidadã, no campo dos conhecimentos históricos, o documento versa brevemente sobre a noção de direitos e deveres, assim como o reconhecimento da diversidade de sujeitos dotados de cidadania e do respeito necessário a estas cidadanias, para o pleno exercício da mesma (BRASIL, 2017, p. 400, 404, 431)

A partir desta pequena análise, exercer sua cidadania seria ter consciência de todos os seus direitos (civis, políticos e sócias) e deveres, participando do universo público de maneira consciente, crítica e respeitosa com o fim de resolver, de maneira dialógica, racional e democrática, os conflitos de sua realidade.

SE EDUCAR PARA O PLENO EXERCÍCIO DA CIDADANIA É UM DOS OBJETIVOS FINAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA, O QUE SERIA UMA PRÁTICA EDUCATIVA ESCOLAR EFICAZ NESSE SENTIDO?

Cabe agora tentar responder nosso último questionamento: Se educar para o pleno exercício da cidadania é um dos objetivos finais da educação brasileira, o que seria uma prática educativa escolar eficaz nesse sentido? Dito de outro modo, após identificarmos

qual o tipo de cidadão que a sociedade brasileira, através de seus documentos reguladores da educação básica, cabe perguntar: “de qual história escolar temos necessidade” (AUDIGIER, 2016, 28) para construir tal cidadão?

Na tentativa de oferecer possíveis respostas, nos aproximamos do pensamento produzido por François Audigier, o qual destaca que “a mais de um século, a história escolar é pensada como uma contribuição de peso para a formação cidadã” (AUDIGIER, 2016, p. 25). Ao se debruçar sobre a temática, o autor destaca que um dos entrelaçamentos de ensino de história e formação cidadã surge na construção de uma consciência crítica, segmentada em três partes.

A primeira seria a consciência propriamente histórica, entendida como “o privilégio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião” (GADAMER, 1996, apud AUDIGIER, 2016, p. 27). Em seguida, ele elenca a segunda como a consciência cidadã, interpretada como ter a plena noção “de seu pertencirnento a uma comunidade politica baseada hoje na igual dignidade de seus membros, na igualdade jurídica e na soberania que eles exercem conjuntamente” (AUDIGIER, 2016, p. 27). A terceira, por fim, seria a consciência política, que estaria “diretamente associada à precedente, torna-a precisa e configura um só corpo com ela [...] invoca “urna participação ativa e responsável, que as leis e as regras da vida coletiva são o resultado de um debate público e que sua evolução está sob a responsabilidade dos cidadãos”” (AUDIGIER, 2016, p. 27).

Portanto, para que o ensino de história que contribua para uma formação cidadã, ele deverá tornar os educandos capazes de “historicizar” as experiências humanas relacionadas a conceitos pertinentes a cidadania, compreendendo os processos de rupturas, continuidades e o papel decisivo da ação em sua construção. Espera-se também que o ensino de história possa fornecer meios de contextualizar cada uma dessas experiências, situando-as em um determinado tempo e espaço, o qual é, ao mesmo tempo, capaz de forma a sociedade e ser transformado por ela. Tal passo é fundamental para que ele possa deixar de encarar sua cidadania não como algo estático, mas mutável, passível de questionamentos e transformações, através da participação ativa e responsável, no debate público. Tal objetivo poderia ser colhido através do desenvolvimento da consciência sugerida por Audigier. O autor também enfatiza a necessidade de um diálogo constante entre os conhecimentos e a necessidade de metodologias práticas em uma formação para o exercício (palavra que por si só já implica em uma ação) da cidadania (AUDIGIER, 2016, p. 48).

Estudar a cidadania através do tempo não pode ser apenas uma reconstrução da trajetória de uma ideia em constante aperfeiçoamento, numa eterna corrida rumo ao “progresso civilizatório”. Estudar a cidadania também exige prática cidadã e democrática.

Uma formação cidadã eficaz, através do campo histórico, deve “tentar perceber, nos mais variados contextos ou situações, as formas concretas das representações e práticas sociais que envolvem problemas ou aspectos da cidadania” (FALCON, 2008, p.139-140 apud GUIMARÃES, 2016, p.77).

Quando observado dessa maneira, variadas temporalidades podem ser exploradas com fins formativos para a cidadania. A antiguidade, por exemplo, se abre em possibilidades. Neste trabalho, pretende-se abordar um destes caminhos: as ideias e práticas cidadãs desenvolvidas na bacia mediterrânea, durante os séculos V-III a.C., com ênfase na democracia Ateniense.

A escolha pela Atenas democrática baseia-se nos apontamentos defendidos por Lucini, onde a não imposição de uma narrativa histórica em detrimentos de outras aparece como um fator constitutivo de uma consciência cidadã (LUCINE, 2018, p.68-69). Segundo a abordagem trazida pela autora, a escolha pela multiplicidade de narrativas histórias, trazendo diferentes grupos sociais para o debate histórico, proporcionaria, aos estudantes, maior conhecimento histórico, alimentando, assim, sua consciência histórica. E isto lhes auxiliaria na sua capacidade de se posicionar politicamente, através de sua consciência cidadã e política. Neste sentido, abordar a história ateniense seria um dos vários caminhos a se percorrer no caminho de uma educação cidadã. Explorar a idade antiga, como nos diz Guarinello, é justamente:

> “aproximar dois mundos diferentes, mantendo sempre a consciência dessa distinção, e evidenciar processos históricos que podem iluminar os limites e as possibilidades da ação humana no campo das relações entre indivíduos...Talvez nos auxilie a projetar um futuro desejável para a cidadania contemporânea e nos sirva de alerta para os possíveis percalços.” (GUARINELLO, 2005, p. 29)

Estudar o período ateniense que a historiografia clássica tende a nomear como o da “democracia radical”, não é o único caminho para o estudo de aspectos da cidadania no mundo antigo. Tão pouco é menos oportuno, diante das múltiplas narrativas que podem ser apreendidas a partir das diversas fontes, referente a este período, que chegaram até nós.

A construção da democracia presente na *polis* ateniense pertence a um contexto histórico específico. Segundo Guarinello, elas são frutos de um crescimento econômico e social, o qual gerou um “modelo vitorioso de modo de organização coletiva humana, construída sob a égide da progressiva integração das costas do Mediterrâneo” (GUARINELLO, 2005, p. 32) baseado no agrupamento de pequenos proprietários privados de terra, que gradualmente se fecharam em pequenas comunidades, criando um espaço de diálogo entre indivíduo e coletivo.

Desta forma, os indivíduos, quando diante de conflitos entre si, eram postos a resolvê-los de maneira comunitária. Segundo o autor, residiria nesses mecanismos públicos, uma das formas mais remotas da política, entendida por ele, como um "instrumento de tomada de decisões coletivas e resoluções de conflitos" (GUARINELLO, 2005, p. 32-33).

Embora, na prática, não seja uma regra universal, este processo orgânico se torna visível em alguns aspectos cívicos da *polis* ateniense dos séculos V e IV a.C., onde, gradualmente, os dilemas enfrentados pela comunidade conduziram a construção de seus mecanismos políticos de participação coletiva na tomada de decisões, e a estabelecer sua própria noção de cidadão. Nela, encontramos a assembleia (*Eclésia*), instituição responsável pela tomada de decisões, onde o conjunto de cidadãos se reunia para deliberar sobre os mais diversos assuntos públicos (DEZOTTI; LEITE, 2019); (CHESTER, 2005). Cada indivíduo tinha o direito de se pronunciar perante toda a comunidade, expressando seu ponto de vista sobre as questões trazidas, o que lhe permitia exercer sua *isegoria*, a igualdade na fala entre todos os cidadãos (DEZOTTI; LEITE, 2019), desde que não fosse contrário às leis. Os assuntos tratados nas assembleias eram diversos, desde a adição de novos decretos com força de leis, sobre os usos dos recursos citadinos, organização de festivais religiosos à entrada ou não de conflitos belicosos com outras comunidades. Essas questões eram resolvidas através de votação pública de todos os cidadãos presentes, o que lhes garantia a *isocracia*, a igualdade de poder político sobre os rumos da comunidade (DEZOTTI; LEITE, 2019). As questões trazidas à assembleia eram geridas pelo Conselho dos quinhentos (*Boulé*), um grupo formado por cidadãos, escolhidos por sorteio, e que exerciam funções administrativas durante uma fração do ano (DEZOTTI; LEITE, 2019); (CHESTER, 2005); (MOSSE, 1985).

Neste sentido uma das inciativas propostas pelo projeto Vocabulário Político da Antiguidade, o qual se propõe a realizar pontes entre o mundo e a realidade brasileira, cabe ser mencionada. O *Demokratia* (SANTOS JUNIOR, 2021), jogo didático de tabuleiro, no qual os jogadores são colocados a atuar como cidadãos atenienses, se apresenta como uma proposta de diluir conhecimento histórico - aspectos de uma cidadania antiga - durante o ato prático de jogar, em ambienteis formais e informais de ensino.

No jogo, de quatro a seis jogadores são levados à assembleia ateniense através de suas mecânicas. A cada rodada o Conselho dos Quinhentos (um jogador) trará propostas (retiradas de acontecimentos históricos relatados pelas fontes primárias) para os cidadãos (demais jogadores) reunidos na Assembleia. Nela, os cidadãos, devem discursar contra ou a favor da proposta, para em seguida decidirem o resultado por votação aberta. Tal processo pode ser afetado por eventos que poderão modificar a dinâmica da cidade.

Todas as decisões modificam alguns dos quatro pilares que mantem a *pólis* ateniense harmônica: o Povo, a Religião, o Tesouro e a Liga de Delos. Todos os jogadores possuem objetivos secretos, ligados a 2 desses pilares, e que podem levar a cidade tanto ao seu esplendor quanto à ruína.

No decorrer das rodadas, se um dos pilares torna-se muito poderoso ou muito fraco, quebrando o equilíbrio entre eles, a democracia ruirá. Automaticamente o jogo é encerrado e nenhum jogador pontuará. Este resultado levará a derrota de todos os jogadores, exceto se o seu objetivo secreto for golpear a democracia, instaurando uma Tirania ou uma Oligarquia. Ao final do jogo, vencerá quem obter mais pontos de acordo com o quão próximo estiver perto dos seus objetivos secretos.

A proposta do jogo é trazer, através da ação lúdica, conhecimento histórico sobre as práticas democráticas diretas existentes na Atenas dos séculos V e IV a.C. Ao jogar, de acordo com as regras propostas, cada jogador é levado a se comportar como um cidadão ateniense, e a apreender alguns aspectos de seu exercício cidadão: a possibilidade de poder argumentar com todos, como iguais, de acordo com seus objetivos; a capacidade de participar ativa e politicamente dos direcionamentos futuros da comunidade, através da votação pública; ser eleito, através do sorteio, para exercer um cargo administrativo e servir à coletividade da cidade por um determinado tempo; ter suas ações são limitadas em benefício do bem comum; a compreensão de que a vida em comunidade é raramente harmônica, sendo o conflito de interesses uma característica comum às formas complexas de organização sociais; que a cidadania, por fim, é razão de inclusão e exclusão do espaço público.

Portanto, conhecer essa experiência histórica, através de métodos que mesclam pesquisa e prática, como o *Demokratia*, se oferece como uma oportunidade de desenvolver uma consciência cidadã, realizável numa prática política consciente, associada ao desenvolvimento de uma consciência histórica acerca da experiência humana ao redor do conceito de cidadania. A partir da vivencia de uma atitude cidadã direta, reflexos poderão vir a surgir em práticas democráticas modernas, como em um maior envolvimento em gestões democráticas, por parte dos educandos, ou mesmo em criações e fortalecimentos de assembleia estudantis, em conjunto com o corpo docente das escolas, com a intenção de construir currículos que correspondam às necessidades da comunidade escolar. Compreender que a ampliação da cidadania é um processo construído através do conflito entre grupos sociais com interesses díspares, e que, portanto, necessita da ação dos interessados para que se possam obter os resultados almejados - e também, para garanti-los.

Nossa intenção aqui não é demonstrar que a antiguidade seja a única caminho a se trabalhar aspectos da cidadania, mas um dos caminhos possíveis. Sua multiplicidade

advém, tanto de suas fontes, mas também dos novos olhares que podem – e devem – ser-lhes feitos pelo professor-pesquisar de história que preocupa-se com a formação cidadã de seus alunos. Sobretudo, se deve a "uma história que não se limita à lógica expositiva e cronológica, que não se contrapõe à ação, mas a toma como elemento de formação (LUCINE, 2018, p. 82)", que não trate a antiguidade ocidental como as origens históricas de uma civilidade racional, mas como um momento rico em variadas experiências do esforço humano de construir ações coletivas que beneficiem a si mesmo e aos seus iguais.

Portanto, não existe uma resposta única para o que seria uma educação eficaz para o exercício da cidadania. Mas sim, caminhos, possibilidades diversas, tão variadas quanto as formas pela qual o ser humano se organizou socialmente ao longo dos séculos de sua existência. Neste trabalho, pretendeu-se trilhar apenas um dos múltiplos caminhos que o ensino de história pode contribuir para a formação cidadã no Brasil do século XXI.

REFERÊNCIAS

AUDIGIER, François. **História escolar, formação da cidadania e pesquisas didáticas**. In: GUIMARÃES, Selva (org.). Ensino de história e cidadania. Campinas: Editora papiros, 2016. p. 26-54.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: História**. Brasília: MECSEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DEZOTTI, Lucas C.; LEITE, Priscilla G. **Vocabulário político da antiguidade: reflexões para o exercício da cidadania**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **Cidades-estado na Antiguidade Clássica**. In: PINSKY, Jaime, Carla Bressanezi Pinsky, (orgs.). História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2013. p. 29- 48.

GUIMARÃES, Selva. **Ensinar história, formar cidadãos no Brasil democrático. Ensino de história e cidadania**. GUIMARÃES, Selva (org.). Ensino de história e cidadania. Campinas: Editora papiros, 2016. p.64-86

LUCINI, M. **Ensino de História e formação para a cidadania: Reflexões sobre a intencionalidade no ensino de História como elemento de formação histórica, política e cidadã**. In: CERRI, L.F., ed. Os jovens e a História: Brasil e América do Sul [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2018, pp. 63-83.

MONDAINI, Marco. **O respeito aos direitos dos indivíduos**. In: PINSKY, Jaime, Carla Bressanezi Pinsky, (orgs.). História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2013. p. 115-134.

MOSSE, Claude. **As instituições tradicionais da cidade grega nos séculos V e IV: A democracia ateniense**. In: MOSSE, Claude. As instituições gregas. Edições 70, 1985. p. 15-47.

PINSKY, Jaime. **Introdução**. In: PINSKY, Jaime, Carla Bressanezi Pinsky, (orgs.). História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2013. p. 9-13.

SANTOS JUNIOR, Isaias L dos. **Demokratia**. Orientadora: Priscilla Gontijo Leite. 2021. p. 82. (Graduação) – Licenciatura em História, Centro de ciências humanas, línguas e artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2021.

STARR, Chester G. **O Nascimento da democracia ateniense**. São Paulo: Odysseus, 2005.

SOFRÊNCIA E HISTÓRIA: A MÚSICA E AS EXPRESSÕES ARTÍSTICAS DAS VIVÊNCIAS DO AMOR FEMININO NAS AULAS DE HISTÓRIA

Keliene Christina da Silva

RESUMO

O ser humano faz uso da arte para expressar, dentre outras situações, seus sentimentos e vivências cotidianas, suas experiências e sensações em relação ao mundo que o cerca. A música, como manifestação artística, tem o poder de nos transportar no tempo através de acordes e notas musicais, marcando um coletivo ou indivíduo com a experiência de um dado período. Como fruto do seu tempo, a música também carrega marcas daquele momento, as formas de amar, viver e sentir de uma determinada época. As canções de sofrimento amoroso são muito presentes e populares no Brasil, da música de fossa à sofrência, os corações partidos aparecem de forma recorrente nas canções. O presente trabalho aponta possibilidades didáticas para o uso em sala de aula de aula das músicas de "sofrência", especificamente as que tratam do sofrimento feminino, como uma forma de analisar e compreender as relações de gênero e os diversos contextos das falas femininas presentes nas canções.

Palavras-Chave: música, ensino de história, relações de gênero.

INTRODUÇÃO: ESQUENTANDO OS TAMBORES

Ensinar história é acompanhar o tempo e extrair do cotidiano as marcas das permanências e os indícios das rupturas. Engana-se quem insiste em pensar que a história está apenas nos livros, pensamento há muito ultrapassado, mas que no conservadorismo enraizado na nossa sociedade, apesar dos esforços contrários, o ensino de história como algo restrito ao passado infelizmente ainda se apresenta em muitas salas de aula.

Pensar caminhos que possibilitem o estabelecimento de relações com o presente, mostrando que a história não está morta, não deveriam ser vistos como novidade, pois os Annales já abriram espaço nesse sentido. Porém, observamos um destaque para trabalhos assim, que destoam do lugar comum e usual onde o ensino de história foi deixado: o do conteúdo, dos exercícios de fixação e de verificação de aprendizagem. Tudo o que se destaca é porque vai contra uma realidade predominante. Sim, isto é uma provocação!

O presente trabalho procura, através do relato de uma vivência em sala de aula, apontar caminhos para uma abordagem do ensino de história partindo das questões do presente, observando as marcas do passado nos registros das produções culturais, no

caso do nosso estudo, a música. Se na trilha de Bloch (2001) o historiador é um farejador das ações humanas, nos propomos enquanto profissionais do ensino a "atiçar esse faro apurado" nos nossos alunos e alunas. Se toda produção humana dialoga com seu tempo, sejamos bons fofoqueiros e espiemos essa conversa.

MÚSICA, HISTÓRIA E MULHERES

As manifestações artísticas fazem parte da experiência humana desde os tempos mais remotos. Pinturas e registros pré-históricos permitiram registrar evidências nos espaços, uma forma dos seres humanos daquela época vencerem de certa forma sua brevidade e finitude, garantindo uma marca da sua passagem sobre a Terra.

Além de um registro da passagem humana no espaço, as manifestações artísticas também expressam sentimentos e sensações, individuais ou coletivas, referentes a um dado período histórico. Dentre as expressões artísticas, podemos afirmar que a música tem uma capacidade de abrangência muito grande dada sua possibilidade de veiculação, afinal o rádio ainda é um veículo de comunicação muito popular. A música também tem a capacidade de atravessar gerações, tocando pessoas de diferentes momentos e variadas formas.

Napolitano levanta a afirmação de que uma boa ideia pode gerar uma boa canção. "Mas além de ser veículo para uma boa ideia, a canção (e a música popular como um todo) também ajuda a pensar a sociedade e a história" (NAPOLITANO, 2002, p. 11). Existem estudos e práticas de uso da música na sala de aula nas mais diversas abordagens, desde um tema gerador da aula a exemplo de um dado momento histórico. No nosso trabalho escolhemos como foco de análise os sentimentos expressos nas canções, em um termo mais antigo, de "fossa" ou de "dor de cotovelo", que atualmente adquiriram uma nova nomenclatura, a "sofrência".

As formas de se relacionar amorosamente com pessoas carregam as marcas da sua época, as dores de amores dizem muito sobre a sociedade e atravessam gerações. Ninguém está imune a uma dor de amor, e talvez por isso a música brasileira tenha tantas canções, nos mais variados gêneros, dedicadas aos sofrimentos que os relacionamentos amorosos acarretam. O leitor neste exato momento deve estar lembrando de alguma canção que embalou um dado momento de sua vida, causando agora uma relação sinestésica com esse texto (assim espero!). Nesse sentido, levar discussões sobre relações e sentimentos para a sala de aula como provocador de reflexões caminha no sentido de despertar nos alunos uma relação com os produtos culturais de forma a enxergar para além dos

sentimentos, para ver as marcas do tempo impressas nessas produções, questioná-las, investigá-las, e assim perceber as rupturas e permanências no tecido social.

Partindo das canções de amor, nos debruçamos sobre a proposta de levar para a sala de aula músicas cujas letras falavam sobre o "eu lírico" feminino. Assim como há diferenças na forma de tratamento dado às mulheres na sociedade, marcada por imposições do patriarcado e ações limitadoras de uma sociedade machista, a vivência do amor também é diferente. Mulheres sentem diferente pois experienciam o mundo de forma distinta dos homens. E aqui já adiantamos que amor não costuma ser gentil com a vivência feminina.

RELAÇÕES DE GÊNERO E EDUCAÇÃO

A escola é um espaço vivo, um ambiente de múltiplas experiências, que há muito tempo deixou de ser vista apenas como transmissora/reprodutora de conteúdos. Influenciada pelo contexto em que está inserida, ao mesmo tempo que atua reciprocamente sobre a sociedade, a escola precisa atualmente estar vinculada a uma formação cidadã. Como local de reflexão e disseminação dos saberes, de formação de seres críticos e cidadãos ativos, a escola não pode se furtar à reflexão de temas que se apresentam mais intensamente na sociedade. Logo, entre tantos outros temas, despontam as questões de gênero, que apresentam a necessidade de discussões mais intensas sobre elas, especialmente no ambiente escolar. Necessidade esta, advinda de "de inúmeras demandas, além da determinação governamental" (FURLANI, 2012, p. 66)

Compondo um dos temas transversais, as questões de gênero estão presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais, segundo os mesmos: "O papel da escola é abrir espaço para que a pluralidade de concepções, valores e crenças sobre sexualidade possa se expressar" (PCNs, 1998, p. 305).

As relações de gênero são apresentadas nos PCN's como um dos três eixos possíveis do tema Orientação Sexual, os outros dois eixos são: "corpo: matriz da sexualidade" e "prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, Aids". Segundo Furlani (2012), a inclusão de temas como a sexualidade deu-se no contexto dos anos 1990, quando a educação direciona suas intenções para transformar a criança em um "sujeito de direito", portanto, coube à escola "proporcionar não apenas o 'desenvolvimento para a vivência de uma cidadania plena', mas a minimização da exclusão social" (FURLANI, 2012, p. 67)

Apoiadas nos pressupostos de Foucault e Derrida, autoras como Guacira Lopes Louro (2012) (1997), Dagmar Esterman Meyer (2012), Joan Scott (1995), Silvana Vilodre

Goellner (2012) e Jimena Furlani (2012), trabalham com a ideia de que a linguagem se constitui como um forte marcador nas questões de gênero. Partindo dessa proposta, o presente estudo analisa as compreensões acerca da abordagem da temática relações gênero e suas aplicabilidades à prática pedagógica através do uso da música nas aulas de História, partindo de uma experiência de aula ministrada em turmas dos anos finais do ensino fundamental e tendo como foco o eixo mulheres e a escrita de si através das letras das canções. A pergunta norteadora para a elaboração da aula foi: o que as mulheres dizem de si e dos seus sentimentos, em épocas distintas, através das canções?

As autoras citadas tem pesquisas ligadas aos Estudos Culturais, portanto, partindo da premissa "Desestabilizar verdades preconcebidas e romper com os essencialismos são algumas das contribuições do campo teórico dos Estudos Culturais" (GOELLNER, p.32), trabalhamos as relações de gênero a partir de uma reflexão sobre a linguagem e o lugar social e cultural sobre o qual se constroem os gêneros e as relações de poder implicadas nisso. Aos homens, enquanto sujeitos de querer e poder (CERTEAU, 2014, p. 93) sempre lhes foi garantido o direito de fala, chegando muitas vezes no exercício do "eu artístico" a usarem da fala feminina na produção de discursos sobre a mulher. Enquanto que as mulheres, o direito de falar sobre si e sobre o outro é sempre uma conquista. Desde Olympe de Gouges, no contexto da Revolução Francesa, passando pelas sufragistas, chegando às recentes "vadias" da Marcha das Vadias, a voz feminina é conquistada no grito e no desvio às convenções sociais.

No desenvolvimento da vivência pedagógica foram analisadas três canções, duas da década de 1950 e uma da segunda década do ano 2000, procurando evidenciar quais discursos as mulheres constroem sobre si em diferentes épocas, sob a perspectiva de que o contexto influencia as produções.

SOLTANDO O SOM

A vivência aqui apresentada foi desenvolvida nas turmas de oitavo e nono ano do ensino fundamental, especificamente no mês de março, tomando como referência para o debate o mês de reflexão sobre os direitos das mulheres, em alusão à data do oito de março, dia internacional das mulheres.

Segundo Orlandi: "Todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos" (2001, p. 38). Palavras estas que não se encerram em si como um conteúdo dentro de um envoltório protetor, mas fluem no tecido social em conexão com vários outros aspectos. As reflexões foram elaboradas

a partir da exposição de três músicas: *Que será* (1950), composição de Marino Pinto e Mário Rossi e interpretada por Dalva de Oliveira, *Meu mundo caiu* (1958), composição e interpretação de Maysa Matarazzo e *Loka* (2017), composição de Rafinha RSQ, Kayky Ventura, Simone e Simaria, interpretada por Anitta, Simone e Simária. Como ressaltado no início deste trabalho, embora algumas canções sejam de autoria masculina, o que nos interessou como ponto de discussão na aula foi o eu lírico feminino representado na canção e sua relação com o tempo em que foi composta.

Nosso ponto de partida foi uma conversa sobre o avanço nos direitos femininos ao longo do tempo, desde as limitações passadas às conquistas alcançadas, procurando perceber avanços, retrocessos, limitações e necessidades contemporâneas. Nesse diálogo, procuramos evidenciar que toda essa trajetória de conquistas de direitos reflete no ser mulher na sociedade, na forma de se comportar, na forma de reagir às situações, e essas questões acabam esbarrando também nas questões do amar, do sentir e do relacionar-se. A partir desse ponto, passamos para a execução das músicas selecionadas. A primeira música apresentada foi *Que será* (1950):

Que Será
Da Minha Vida Sem o Teu Amor
Da Minha Boca Sem Os Beijos Teus
Da Minha Alma Sem o Teu Calor

Que Será
Da Luz Difusa Do Abajour Lilás
Se Nunca Mais Vier a Iluminar
Outras Noites Iguais

Procurar
Uma Nova Ilusão Não Sei
Outro Lar
Não Quero Ter Além Daquele Que Sonhei

Meu Amor
Ninguém Seria Mais Feliz Que Eu
Se Tu Voltasses a Gostar De Mim
Se Teu Carinho Se Juntasse Ao Meu

Eu Errei
Mas Se Me Ouvires Me Darás Razão
Foi o Ciúme Que Se Debruçou
Sobre o Meu Coração[1]

1 Disponível em https://www.letras.mus.br/dalva-de-oliveira/243878/ acesso em 20 de setembro de 2022.

Pela letra da canção podemos perceber que na década de 1950, na qual a letra foi escrita, época em que a mulher ainda não tinha direito ao divórcio legal, ocorria apenas o desquite, e em que a mulher também não podia exercer uma profissão sem autorização do seu marido, situação que perdurou até 1969, o fim do casamento para uma mulher era também o fim da sua vida pública. Dessa maneira, manter um casamento, ainda que infeliz, era garantir sua posição na sociedade, pois a mulher desquitada era indesejada nos espaços e círculos sociais. Daí advém o tom de desespero presente na letra da música, como se a vida daquela mulher acabasse pois ela não fez por onde o relacionamento dar certo, sendo assim a única culpada pela "ruína" da sua família. Temos no caso dessa música um peso do amar e sentir cheio de culpa e responsabilidade pela preservação do matrimônio atrelada à manutenção da própria vida social dessa mulher.

A segunda canção que exploramos foi Meu mundo caiu (1958):

> E me fez ficar assim
> Você conseguiu
> E agora diz que tem pena de mim
>
> Não sei se me explico bem
> Eu nada pedi
> Nem a você nem a ninguém
> Não fui eu que caí
>
> Sei que você me entendeu
> Sei também que não vai se importar
> Se meu mundo caiu
> Eu que aprenda a levantar[2]

Nesta segunda canção percebemos ainda uma ligação com a primeira música apresentada, ambas da mesma década, uma do início e outra do fim. A expressão "meu mundo caiu" dialoga com o questionamento "que será" na medida em que traz uma sensação de desamparo ocasionada pelo rompimento de uma relação. No entanto, em um algo que podemos encarar como um passo adiante em relação à primeira canção apresentada, a letra de Maysa propõe um caminho ao afirmar que "Se meu mundo caiu, eu que aprenda a levantar". Assim, percebemos que mesmo diante da dificuldade e dor causada pelo fim de um casamento, essa voz feminina se coloca como responsável pela retomada de sua vida, estando assim no centro da ação.

Após a apresentação dessas canções da década de 1950, propusemos um salto temporal para uma canção contemporânea aos estudantes, sem perder de vista a relação com as demais. Assim, realizamos a execução da música Loka (2017):

---

2 Disponível em https://www.letras.mus.br/maysa/126023/ acesso em 20 de setembro de 2022.

Cadê você, que ninguém viu?
Desapareceu, do nada sumiu
Tá por aí tentando esquecer
O cara safado que te fez sofrer

Cadê você? Onde se escondeu?
Por que sofre se ele não te mereceu?
Insiste em ficar em cima desse muro
Espera a mudança em quem não tem futuro

Deixa esse cara de lado
Você apenas escolheu o cara errado
Sofre no presente por causa do seu passado
Do que adianta chorar pelo leite derramado?

Põe aquela roupa e o batom
Entra no carro, amiga, aumenta o som

E bota uma moda boa
Vamos curtir a noite de patroa
Azarar os boy, beijar na boca
Aproveitar a noite, ficar louca

E bota uma moda boa
Vamos curtir a noite de patroa
Azarar os boy, beijar na boca
Aproveitar a noite, ficar louca

Esquece ele e fica louca, louca, louca
Agora chora no colo da patroa, louca, louca
Esquece ele e fica louca, louca, louca
Agora chora no colo da patroa, louca, louca[3]

Assim como nas outras letras, nesta também temos uma mulher que está sofrendo pelo rompimento de um relacionamento. Diferente das outras letras, cuja voz é daquela que sofre, nesta o discurso parte de uma amiga tentando animar uma outra em sofrimento. Percebemos que essa voz que canta anda buscando a amiga, sumida do cenário social, reclusa, sofrendo pelo término dessa relação. Essa situação apresentada pela música evoca uma sororidade, uma vez que se trata de uma mulher tentando levantar a outra, em consonância com os debates recentes sobre feminismo, especialmente aqueles que ocorrem na esfera do ativismo digital. Ao contrário do fim da vida pública na década de 1950, a solteirice ocasionada pelo rompimento é motivo para essa mulher partir para a vida social, frequentar a balada, cuidar-se visualmente, pois uma mulher contemporânea que vota, trabalha e não tem mais algumas amarras que as mulheres da década de 1950 tinham não precisa e nem deve ficar em casa amargando essa dor. Compreendendo que

3 Disponível em https://www.letras.mus.br/simone-simaria-as-coleguinhas/loka/ Acesso em 20 de setembro de 2022.

“todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro” (ORLANDI, 2001, p. 62) ,nos permitimos um diálogo com a canção da Maysa Matarazzo, que se propôs aprender a levantar, essa mulher contemporânea, com os avanços que conseguiu, já aprendeu o caminho para se erguer, e agora também conta com as amigas, pois o rompimento não é mais motivo para exclusão dos espaços de vivência social.

Esse passeio pelas canções propiciou um momento de muitas reflexões e trocas com os alunos e alunas, estabelecendo relações entre passado e presente e contribuindo para uma visão da história como algo em fluxo de idas e vindas. Por se tratar de uma proposta de condução de aula e abordagem de temas, com foco em fomentar o diálogo ao longo do processo, não foi aplicado exercício de verificação de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração da aula que resultou no presente relato foi pensada numa perspectiva da arte como expressão das experiências e emoções humanas ao longo do tempo, e compreendendo a música como representação do contexto em que foi produzida, assim como percebendo as formas de amar e sentir como parte das relações humanas e, portanto, refletidas nas canções.

Assim, percebemos que, além de representar contextos e possibilitar explorar suas marcas nas produções artísticas, o uso da música em sala de aula possibilita apresentar aos alunos e alunas outras produções artísticas que não estão no seu horizonte de alcance, especialmente as mais antigas, e assim contribuir para que eles estabeleçam relações entre passado e presente observando as rupturas e permanências através das letras das canções.

Além disso, nosso trabalho buscou seguir no caminho das práticas de ensino que vislumbram a história como algo presente em todos os espaços, e que tudo está “impregnado” dela, basta apurar o olhar e observar.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).** Orientação Sexual. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, Guacira Lopes, FELIPE, Jane, GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na Educação. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes, FELIPE, Jane, GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na Educação. Petrópolis: Vozes, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o excêntrico. In: LOURO, Guacira Lopes, FELIPE, Jane, GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na Educação. Petrópolis: Vozes, 2012.

MEYER, Dagmar Estermann; Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes, FELIPE, Jane, GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na Educação. Petrópolis: Vozes, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **História & Música**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2001.

FANTASIA E IMAGINAÇÃO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL NO ENSINO DE HISTÓRIA

Laís Soares Ozorio de Araujo Borges[1]

RESUMO

O presente texto é um convite aos educadores a pensarem a condição do ensino de história e suas abordagens metodológicas, sobretudo, propor um olhar mais atento para áreas pouco exploradas como a fantasia e a imaginação. A proposta é compreender outras abordagens para o ensino-aprendizagem e considerar a grande contribuição que o cinema como ferramenta possui - quando trabalhado intencionalmente - na formação do estudante como cidadão.

Palavras-Chave: cinema; ensino; fantasia; metodologia.

Pensar fantasia e imaginação, de antemão, pode parecer uma tarefa fácil se aplicada ao cotidiano ou entretenimento, mas quando direcionada ao ensino, e muito mais ao ensino de história, pode ser uma aventura composta de alguns obstáculos, contudo, sem dúvidas, uma experiência enriquecedora. Fantasia é um gênero da ficção muito destacada por seu caráter sobrenatural e deslumbrante, enquanto imaginação é uma capacidade mental de criar, personificar ou apresentar de outra forma determinada coisa ou ideia, através dela abraçamos uma realidade tão concreta que poderia ser confundida com a realidade em alguns casos.

Neste trabalho, esses dois conceitos estão a propósito de servir e explorar os filmes fantásticos, bem como, pensar na potencialidade e possibilidade em trabalhar com tal ferramenta pedagógica para além do ensino infantil, prática incomum até mesmo nas escolas mais modernas atualmente. O ensino de história com o auxílio de filmes e livros paradidáticos em si não é uma novidade metodológica, mas explorar as capacidades cognitivas e humanas dos educandos para além dos "filmes históricos"[2] é significativo, visto que o principal objetivo da educação além da formação é também a promoção do ser.

Que curioso pensar que a mesma pergunta feita ao historiador Marc Bloch registrada em *Apologia da História (1949)* se faz tão fixa e atual em nossos dias. Não é incomum,

---

1 Graduada em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e pós-graduanda em Metodologias do Ensino de História pela FAMEESP. (laissoares.araujo@hotmail.com)

2 Os filmes históricos são aqueles que visam ilustrar um período histórico ou um evento que tenha ocorrido, podemos destacar também os filmes de ambientação histórica e os documentários históricos.

inclusive é parte do currículo, nas séries iniciais os professores cuidarem de trabalhar o conceito de história e junto a isso sua “utilidade” para a sociedade. Diante da complexidade da história não podemos apresentá-la com um só significado, contudo, segundo Bloch, a história é a ciência que estuda os homens no tempo (p.55) - e poderíamos aqui entrar num grande debate sobre história ser arte ou ciência, mas a intenção aqui não é esta, dada à urgência de comunicar que, sendo uma ou outra, deve ser trabalhada com intencionalidade e significado para o educando, caso contrário, não terá como resultado final uma aprendizagem efetiva.

Outra competência do historiador e professor de história é trabalhar a compreensão do passado. Não à toa, com frequência, há necessidade em elaborar estratégias e meios espetaculares para que a turma, que muitas vezes demonstra total desisteresse por uma disciplina que facilmente pode ser enfadonha, venha a desejar com afinco aprender sobre “pessoas mortas”, culturas diferentes e tradições fora de seus contextos. É justamente por isso, que continuamente, é preciso revisão, mudanças no material e planejamento, pois parte do ofício nessa era - a era digital e dos bombadeios de informação - é tornar o conteúdo atrativo e prazeroso, sendo este o caminho mais confiável para construção e comprenção de saberes históricos.

> Não é coisa que eu tenha inventado. Me foi ensinado. Não precisei pensar. Gostei. Foi para a memória. Esta é a regra fundamental desse computador que vive no corpo humano: só vai para a memória aquilo que é objeto do desejo. A tarefa primordial do professor: seduzir o aluno para que ele deseje e, desejando, aprenda. (ALVES, 1994, p.70)

Professores utilitaristas que não têm tempo para a imaginação ou renovação de seus métodos estão fadados a reproduzir conteúdos decorados, ensinar memorização e formar pessoas sem autonomia. As artes (música, literatura, dança, cinema e outras) de forma geral, são rotuladas como objeto de contemplação e prazer, não sendo isto uma mentira, mas é de extrema importância se despir do academicismo e perceber também seu valor como instrumento capaz de mediar o trabalho docente e a assimilação do público receptor. Com o impacto da *Internet* e a grande exposição de crianças e adultos às telas, atrair e permanecer sendo portador de atenção é extremamente difícil, o que remete à mais um fato da importância do gerar “sentido” na aprendizagem. É tempo de intervenção na realidade ao invés de somente problematizá-la e apresentarmos pautas de mudanças que caem no esquecimento ao barulho da sirene.

Em geral, todos os indivíduos são atraídos pelo o que gostam e possuem interesse, da mesma forma, os estudantes, tendo em vista que tais sujeitos antes de entrarem em sala ou até mesmo de saírem de suas casas, já possuem suas próprias formações, a

grande pergunta é como utilizar determinados “interesses” a favor do ensino de história? De forma objetiva, o primeiro apontamento é explorar o que eles já desejam em vez de buscar um manual para gerar tal sentimento. Se são jogos, usaremos jogos em nossas aulas, se são romances, cabe investigar um romance de forma crítica, se é música, a maioria das escolas já são um ambiente favorável à recepção de música e dança - sendo possível até mesmo trabalhar de maneira multidisciplinar. Sendo fantasia (como “Harry Potter”; conjunto de sete romances escritos pela autora britânica J. K. Rowling e que também dominam as telas até o tempo presente) cabe explorar o gênero em sala. Estes poucos comentários não abrangem as dificuldades do cotidiano docente, mas são pequenos gatilhos para estimular um lecionar mais criativo.

O conceito de interdisciplinaridade é excelente para pensarmos a relação de cinema-história, pois ele deseja, propositadamente, transmitir a ideia de mediação, em nosso caso, entre o cinema e a história. Por mais diferentes que ambos pareçam, é totalmente possível o historiador explorar a história através do cinema, do mesmo modo, o cinema através da história, dado que, “a História lida não apenas com a fala de sua própria época, mas também com as falas das diversas outras épocas, estas com as quais os historiadores devem trabalhar em função de suas fontes e objetos de estudo” (BARROS, 2013, pág.16).

Este movimento da interdisciplinaridade que surge na Europa durante a década de 60 teve como principal objetivo discutir o ideal positivista da superespecialização, e acarretou numa revisão conceitual que evidenciou a necessidade de construir um novo paradigma[3]. É possível compreender que um diálogo interdisciplinar é aquele estruturado por diversos campos que se colidem, um meio prático de inovar a aplicação de qualquer disciplina, e para José D’Assunção Barros, a história possui o mais interdisciplinar dos saberes, pois todas as disciplinas, de alguma forma, são históricas. Junto a isso, a Base Nacional Comum Curricular orienta aos educadores utilizar diversificadas ferramentas para uma compreensão de qualidade.

> Para se pensar o ensino de História, é fundamental considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documentos (escritos, iconográficos, materiais, imateriais) capazes de facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram” (BNCC, 2018: 398).

Por que não utilizar o cinema? É evidente que as relações entre cinema e história são múltiplas[4]; uma vez que o cinema permite o conhecimento de zonas nunca antes

3 As contribuições dos Annales proporcionaram uma abertura para novos problemas e abordagens no seio da historiografia.

4 Segundo José Costa D’Assunção Barros o cinema pode ser um agente histórico, objeto, fonte histórica, representação histórica, recurso técnológico para a pesquisa histórica, recurso didático para o ensino de história e inspiração interdisciplinar.

exploradas, sendo totalmente possível utilizá-lo até como recurso didático no ensino de variadas disciplinas, como estamos pensando aqui. Todavia, essa relação da sétima arte com o ensino deve ser experimentada considerando suas várias interferências, pois a análise de tal produto não deve ser apenas explicativa, mas deve ser problematizada cientificamente para além do midiático.

Aos professores que desejam usar o produto último do cinema nas aulas, é de extrema importância entender que "um filme, enfim, pode se apresentar como um projeto para agir sobre a sociedade, para formar opinião, para iludir ou denunciar" (BARROS, 2014, pág.25). Logo, ainda que óbvio, cabe sempre a observação da classificação indicativa e conhecimento da obra, a fim de evitar constrangimentos[5], falas impróprias em sala e compreensão erronea de determinado assunto, pois o cinema é um incrível aparelho de produção de consciência real, carregando consigo grande poder de conquista e persuasão, uma vez que:

> O cinema não é apenas uma prática social, mas um gerador de práticas sociais, ou seja, o cinema, além de ser um testemunho das formas de agir, pensar e sentir de uma sociedade, é também um agente que suscita certas transformações, veicula representações ou propõe modelos." (VALIM, 2012, pág.285)

É importante que o filme quando trabalhado como recurso e mediador nas aulas seja abordado, primeiramente, por sua estrutura interna (personagens, cenários, tempo da narrativa, conteúdo, …) e em seguida informações sobre sua produção, direção, entre outras… Isto evidenciará o objtetivo de sua utilização dentro desse espaço de conhecimento que é a escola. Tendo em consideração que há muitas subjetividades numa obra de fantasia, sendo um ótimo material para trabalhar imaginação histórica[6], é preciso perspicácia para orientar a turma ou comunidade estudantil na contramão do anacronismo e da super-representação[7].

> No caso de trabalho didático com filmes que abordam temas históricos é comum a preocupação do professor em verificar se a reconstituição das vestimentas é ou não precisa, se os cenários são ou não fiéis, se os diálogos são ou não autênticos. Um filme abordando temas históricos ou de ficção pode ser trabalhado como documento, se o professor tiver a consciência

5 É importante que o professor de História atente para o cuidado de respeitar os valores culturais, religiosos e morais dos alunos e de suas famílias para que não ocorra o que o autor chama de bloqueio pedagógico, isto é "a não assimilação de um filme em consequência da precipitação em exibi-lo para uma classe que não estava devidamente preparada para aquele tipo de trama e conteúdo, seja por limites culturais, morais ou religiosos." (NAPOLITANO, 2013, p.20)

6 Imaginação histórica é o impacto dos sentidos sobre os modos de pensar a história, sendo sua tarefa tornar o passado, através de variáveis fontes, um objeto acessível ao pensamento.

7 Como recomenda o professor Marcos Napolitano em "Como usar o cinema na sala de aula" (2013).

> de que as informações extraídas estão mais diretamente ligadas à época em que a película foi produzida do que à época que retrata. [...] Todo o esforço do professor pode ser no sentido de mostrar que, à maneira do conhecimento histórico, o filme também é produzido, irradiando sentidos e verdades plurais. (BRASIL, 1998, p. 88)

É importante explicitar e levá-los ao entendimento do produto ou fonte como uma possibilidade e não como a representação da própria verdade, como também em relação ao anacronismo. É indispensável destacar que os filmes são produtos de sua própria época de produção e não uma "filmagem" do próprio evento em exposição.

> O significado cultural de um filme (ou de um conjunto deles) é sempre constituído no contexto em que ele é visto e/ou produzido. Filmes não são eventos culturais autônomos, é sempre a partir dos mitos, crenças, valores e práticas sociais das diferentes culturas que narrativas orais, escritas ou audiovisuais ganham sentido. (DUARTE, 2002, p. 51-52)

Em síntese, um prazeroso e competente exercício através de filmes se dá na compreensão que este não deve ser usado a fim de substituir o profissional, o conteúdo da apostila ou a própria aula em si, mas em concordância e complementação. Para isso, é possível pensar pré e pós atividades que nortearão a abordagem, sendo oportuno cogitar a escrita da ficha técnica na própria lousa em sala e até mesmo um curto resumo da obra (se não for interferir na leitura individual do filme); como também, atividades artisticas, discussão em grupos ou textos críticos da obra, diversas são as possbilidades de constatação e assimilação da ideia.

A partir dessas reflexões e de outras pesquisas já existentes é possível pensar num ensino de história mais didático, atraente e significativo para uma geração imersa em novidades, ainda que saibamos que tal prática está distante de resolver todos os problemas da educação. Se antes o ensino de história só contava com o livro didático, quadro e giz, hoje, vastos são os recursos que o professor pode e deve utilizar. É também fundamental compreender que não há êxito em explorar em sala de aula recursos nunca antes explorados por quem inicia o diálogo, logo, o primeiro obstáculo a ser superado pelo docente que almeja usar fantasia e imaginação - e outros demais - é abster-se do conforto que a especialização oferece e se debruçar sobre os enredos fantásticos diversos a fim de construir o caminho das pedras para seus aprendizes - que através disso, transmutam de curiosos para mentes críticas e criativas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Luiz Botelho; ARAÚJO, Fátima Maria Leitão; OLIVEIRA, Antonio Ivanilo Bezerra de. **Ensino de História e a linguagem fílmica: possibilidades e limites**. Rev. Est. e Pesq. em Educação, Juiz de Fora, v. 22, n. 1, p. 92-106, jan./abr. 2020.

ALVES, Rubem. **A Alegria de Ensinar**. 3º ed. São Paulo. Ars poetica.1994.

BARROS, José D'Assunção. **Cinema e história – considerações sobre os usos historiográficos das fontes fílmicas.** Comunicação & Sociedade. Ano 32, n. 55, p. 175-202, jan./jun. 2011.

BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. **História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema.** In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

D'ASSUNÇÃO, J. NÓVOA, J. **Cinema-história: Teoria e Representações Sociais no Cinema**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.

DUARTE, Rosália. **Cinema & educação**. – Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FERNANDES, P. D.. **Cinema, história e ensino: reflexões para a prática**. BOLETIM HISTORIAR, v. 05, p. 29-42, 2018.

FERRO, Marc. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992a.

MOCELLIN, Renato. **História e cinema: educação para as mídias**. São Paulo: Editora do Brasil, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

VALIM, Alexandre Busko. **História e cinema. In: Novos Domínios da História**. VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2012.

POR UM CINEMA DECOLONIAL, ANTIRRACISTA E FEMINISTA

Leonilia Mendes Magalhães

RESUMO

O cinema hegemônico é uma ferramenta utilizada por alguns países para tomar posse sobre quem e/ou o que pode ser representado e de que forma; causando assimetrias, exclusões, preconceitos. Mas seria possível um cinema que quebrasse essas regras, um cinema decolonial? Ou seja, um cinema que busque visibilizar e incentivar lugares outros, que exibam outras narrativas? Com base nessas questões, o objetivo deste trabalho é discutir cinema através das narrativas elaboradas por cineastas negras.

Palavras-Chave: Cinema decolonial, Antirracismo, Feminismo, Mulheres negras.

Em 28 de dezembro de 1895, os irmãos Lumieres apresentaram a um público pagante o que seria a primeira sessão de cinema. De acordo com Mark Cousins (2013), p. 23), logo após esta primeira apresentação, os irmãos enviaram a todos os continentes empregados encarregados de mostrar a maravilhosa tecnologia e, em pouco tempo, o cinema havia chegado em quase todos os países.

Ella Shohat e Robert Stam, no texto “Teoria do cinema e espectatorialidade na era pós”, afirmam que a “globalização” do cinema ocorreu já nos anos iniciais de seu surgimento e coincidiu com o momento em que alguns países europeus exerciam o imperialismo e, portanto, “detinha[m] o controle de enormes extensões de territórios estrangeiro e um grande contingente de povos sob seu jugo” (SHOHAT; STAM, 2005, p. 399). Contando, cabe ainda destacar, por exemplo, os Estados Unidos, país que, naquela época, ainda não era imperialista, mas já era muito importante para o desenvolvimento da linguagem cinematográfica desde seus primórdios e será importante para a discussão aqui proposta.

A necessidade de falar sobre esse momento do Ocidente no início do cinema diz respeito a relevância de discutir um evento no qual o cinema também foi usado como um dos disseminadores, a partir do século XX, da colonialidade. Esta que pode ser definida como fenômeno que surge na colonização, mas que permanece além dela, e tem como característica um processo de dominação que engloba várias dimensões, que são: poder, saber e ser.

Essa teoria e suas características surgiram na década de 1990, nas discussões de um grupo denominado Modernidade/Colonialidade (M/C), formado por intelectuais

latino-americanos que davam aulas nos Estados Unidos. De acordo com Ballestrin (2013), o grupo, desenvolvendo os argumentos dos estudos pós-colonial e através do "giro decolonial", realizou releituras históricas e problematizou novas e velhas teorias para compreender e atuar no mundo marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva.

Segundo Catherine Walsh (2005), podemos definir assim as diferentes colonialidades: do poder, do saber e do ser.

A colonialidade do poder, a primeira a ser discutida por Aníbal Quijano, refere-se ao uso da raça como critério para alocar pessoas em determinadas condições, sejam sociais, políticas ou econômicas, discute sobre os privilégios que a raça eurocêntrica, consolidou ao longo do período colonial e imperialista e que permanece na atualidade.

A colonialidade do saber diz respeito à produção de conhecimento. De acordo com esta teoria, a Europa ocidental, desde a colonização e os euro-americanos, principalmente os Estados Unidos, na pós-colonização, estabeleceram que o único conhecimento válido seria o oriundo deles, invalidando todos os saberes advindos de outras terras.

E, por fim, a colonialidade do ser, nomeado por Nelson Maldonado-Torres, que teoriza sobre a negação histórica da existência dos povos africanos e seus descendentes, assim como, dos povos indígenas, ou seja, a partir de ima concepção de civilização e do ser eurocêntrica tais existências são hierarquizadas e destituídas de uma humanidade plena, sendo, portanto, considerados menos "civilizados" e como menos direito à vida.

A fim de pensarmos como essas tais pressupostos atravessam o cinema, é preciso que retornemos a analisar essa tecnologia tão inovadora e as discussões que ela vem aguçando. Um dos primeiros teóricos a discutir sobre ele foi Walter Benjamin no texto escrito em 1936 "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica" (BENJAMIN, 1994), escreveu sobre o uso revolucionário que o cinema poderia ter, pois devido a sua capacidade de reprodução quebraria a aura que transformava a arte para poucos em para todos. No entanto, em 1940, Theodor Adorno, que pertencia à mesma escola filosófica de Benjamin, Escola de Frankfurt, no texto "A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas'' (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), chamou o cinema de grande produto da indústria cultural devido a sua capacidade de uniformizar os indivíduos.

No século XXI, mais de 100 anos depois do nascimento do cinema, é possível dizer que ambas as afirmações trazem elementos importantes para pensarmos o cinema. Nesse sentido, cabe pontuar aqui o ponto de vista de Adorno.

Theodor Adorno no texto citado discute o cinema dentro da lógica da indústria cultural. Para ele, através da indústria cultural, a cultura era transformada em mercadoria

a serviço da alienação e manipulação das massas. E o cinema, com sua capacidade de representar o "real", era uma ferramenta perfeita. Os Estados Unidos é o exemplo do cinema criticado por Adorno e até a atualidade é símbolo de cinema bem-sucedido, mantendo sua hegemonia através dos *blockbusters* e do Oscar, premiação que coloca todo filme que não seja falado em língua inglesa na caixinha de filme estrangeiro.

De acordo com Shohat e Stam:

> A forma euro-americana dominante do cinema herdou e difundiu um discurso colonial hegemônico, como criou uma poderosa hegemonia própria através do controle monopolista de distribuição e de exibição em grande parte da Ásia, África e América. O Cinema eurocolonial mapeou assim a história não apenas para as audiências domésticas, mas para o mundo […] (SHOHAT; STAM, 2005, p. 400)

No entanto, os Estados Unido são apenas o grande exemplo para compreendermos como o cinema tem sido usado pelos países denominados "desenvolvidos" ou aqui chamado de colonizadores, em oposição ao "em desenvolvimento" ou colonizados, para criar uma hegemonia de poder, saber e ser, mantendo assim um colonialismo além da colonização, ou como já dito, a colonialidade.

Ella Shohat e Robert Stam (2006), ao discutir as representações e os estereótipos perpetuados nos filmes, vão escrever: "Portanto, a questão crucial em torno dos estereótipos e distorções está relacionada ao fato de grupos historicamente marginalizados não tem controle sobre a sua própria representação" (SHOHAT; STAM, 2006, p. 270). Ou seja, a indústria cinematográfica hegemônica tomou posse sobre quem e/ou o que pode ser representado e de que forma; causando assimetrias, exclusões, preconceitos. Acho necessário enfatizar que, de acordo com Shohat e Stam (2006), estereótipos podem fazer parte ainda de políticas sociais preconceituosas que levam à violência, colocando as comunidades retratadas em risco.

Mas seria possível um cinema que quebrasse essas regras, um cinema decolonial? Ou seja, um cinema que busque visibilizar e incentivar lugares plurais, voltado a narrativas plurais? E como ele pode ser realizado?

Voltando ao Benjamin, ele também via, assim como Adorno, que o cinema explorado pelo capitalismo, não seria revolucionário. Segundo Benjamin (BENJAMIN, 1994, p. 180), um cinema para ser revolucionário teria que ser feito pelas massas e voltado para ela. Bruna Donato Reche escreve, ao discutir o conceito de cinema a partir de Benjamin

> O cinema, portanto, é fruto da sociedade burguesa, mas pode ser obra de arte que ascende ou mesmo transcende essa sociedade, que evoca o pensamento crítico, as potencialidades humanas, auráticas ou massificadas,

> a ética, a estética, a relação com o sublime e o efêmero, a relação mais intrínseca de ser humano. (RECHE, 2021, p. 46)

Shohat e Stam (2006) alertam para o fato de que mesmo um filme que mostre as lutas e anseios das pessoas oprimidas, mas que seja produzido pelo opressor pode "[...] levar a um retrato unidimensional dos colonizados que vistos como sombras vazias sem definição cultural" (SHOHAT; STAM, 2006, p. 277). Ainda, para os autores, "Que histórias são contadas? Por quem? Como elas são produzidas, disseminadas, recebidas? Quais são os mecanismos da indústria cinematográfica e dos meios de comunicação?" (SHOHAT E STAM, 2006, p. 270). Nesse sentido, para se pensar em um cinema decolonial, é necessário também pensar nessas questões.

Catarina Andrade e Álvaro Alves, no texto "O cinema como cosmopoética do pensamento decolonial", ao falar sobre o projeto Vídeos nas Aldeias escrevem: "Quando um povo se apropria de uma ferramenta e o retira de suas dinâmicas naturalizadas, o aparato tecnológico recebe novos sentidos, mas torna-se também parte processual da dinâmica de vida desse povo" (ANDRADES; ALVES, 2020, p. 85).

O racismo, como já foi escrito, foi a grande ferramenta do colonizador para criar uma modernidade baseada na segregação e na opressão (a colonialidade do poder). Os Estados Unidos, tendo nas mãos a ferramenta do cinema *mainstream* e uma experiência escravocrata, pautada em um sistema escravagista, foi e continua sendo um dos grandes promotores de estereótipos racistas, mesmo com todas as ações afirmativas que surgiram após décadas de denúncias. Mas foi ainda no início do cinema estadunidense que surgiu o que podemos chamar de os primeiros filmes antirracistas, os *race pictures* ou *race films.*

De acordo com o texto "Cinema Negro - Sobre uma categoria de análises para uma sociologia das relações raciais" (FICINE, 2014), "Quando surge, a noção de cinema negro não está vinculada ao espaço acadêmico, como ocorre atualmente, e se refere exclusivamente ao imperativo de reagir aos estereótipos racistas promovidos pelo cinema hollywoodiano", sendo esse a principal características dos *race pictures* que foram produzidos entre 1910 e 1950.

Para Fernanda Paixão:

> […] os race pictures aparecem como a primeira oportunidade de os negros olharem e falarem por si mesmos, através de temas caros aos afro-americanos, como casamentos inter-raciais, linchamentos, cinebiografias de afro-americanos famosos etc. Eram filmes que somente se podia assistir em cinemas para negros, e que se transformaram em uma forma importante de comunicar perspectivas desta população, que produzia, formava o elenco e assistia as obras em questão (PAIXÃO, 2013 *apud* FICINE, 2014)

O diretor mais representativo desse período foi Oscar Micheaux, escritor e cineasta negro estadunidense (1884-1951), responsável por produzir mais de quarenta filmes, sendo portanto considerado o primeiro negro a produzir um longa-metragem (REID, 1993, p. 11 *apud* NGANGA, 2019, p. 69).

No Brasil, apenas a partir de 1950, influenciados pela *nouvelle vague* e a o neorrealismo italiano, o movimento brasileiro Cinema Novo vai lançar filmes com uma temática que buscava expressar mais profundamente a realidade do povo. Nelson Pereira dos Santos, com os filmes *Rio 40 Graus* (1955) e *Rio Zona Norte* (1957), foi o grande precursor, com pessoas negras como personagens principais.

Sobre o Cinema Novo,

> Embora tenha passado em brancas nuvens para a maioria dos analistas, a representação do negro esteve no centro das revisões críticas, invenções e demarcações de fronteira que deram origem ao cinema novo. O negro e aspectos da sua cultura e história, aparecem retratados na maioria dos filmes dessa primeira fase do movimento cuja temática é, basicamente, o nordeste seco e distante, o litoral e a favela. (CARVALHO, 2005, p. 68)

O Cinema Novo pretendeu representar o negro sem cair em estereótipos, apesar de os realizadores de filmes como *Barravento* (Glauber Rocha, 1961) e *Ganga Zumba* (Cacá Diegues, 1963) serem brancos, conseguiram realizar filmes em que se percebesse a identificação entre direção e personagens e a cor era indiferente, pois era natural e sem importância, mas não negligenciável.

Isso não quer dizer que com o Cinema Novo as representações das pessoas negras deixaram de ser estereotipadas, pois como bem escreve Janaina Oliveira: “[...] ainda que fundamental para a transformação nos modos que negros e negras eram retratados no cinema, o foco ainda não era o combate às representações racistas que tradicionalmente marcavam a presença negra nos filmes.” (OLIVEIRA, 2016, p. 1 *in* COSTA, 2020, p. 32).

Mas foi de dentro do Cinema Novo que saíram os primeiros diretores negros: Zózimo Bulbul, Valdir Onofre e Antônio Pitanga. Os três começaram como atores e/ou assistentes e, com exceção de Zózimo Bulbul, os outros não tiveram uma produção contínua como diretores, mas foram um marco para o pensar um cinema negro realizado por pessoas negras. Zózimo Bulbul, pseudônimo de Jorge Silva, nasceu no Rio de Janeiro em 1937 e morreu na mesma cidade em 2013, e é dele o primeiro filme, *Alma no Olho*, um curta de 11 minutos, que é considerado um legado importante para a história do Cinema Negro (COSTA, 2020).

No entanto, é apenas em 1999 que vai surgir um movimento orquestrados por pessoas negras. Jefferson De e Daniel Santiago organizaram o 1º Encontro de Realizadores e Técnicos

Negros, no Museu da Imagem e do Som (MIS/SP), quando se pensou na possibilidade de se criar um cinema negro. Advindo deste encontro, em 23 de agosto de 2000, entra em cena o Dogma Feijoada – Mostra da Diversidade Negra, no 11º Festival Internacional de Curtas Metragens de São Paulo, durante o evento é lançado o manifesto que pautava o Dogma Feijoada - *Gênese do Cinema Negro Brasileiro*, que trazia sete exigências:

> 1. O filme tem que ser redigido por realizador negro brasileiro;
> 2. O protagonista deve ser negro;
> 3. A temática do filme tem de estar relacionada com a cultura negra brasileira;
> 4. O filme tem que ter um cronograma exequível. Filmes-urgentes;
> 5. Personagens estereotipados negros (ou não) estão proibidos;
> 6. O roteiro deverá privilegiar o negro comum brasileiro;
> 7. Super-heróis ou bandidos deverão ser evitados. (CARVALHO; DOMINGUES, 2018, p. 4)

Mantendo a linha, em 2001, no V festival de Cinema de Recife é lançado o *Manifesto de Recife*. Este documento exigia:

> 1. A criação de um fundo para o incentivo de uma produção audiovisual multirracial;
> 2. A ampliação do mercado de trabalho para atrizes, atores, técnico, produtores, diretores, e roteiristas afrodescendentes;
> 3. A criação de uma nova estética para o Brasil que valorizasse a diversidade e a pluralidade étnica, regional e religiosa da população brasileira. (CARVALHO; DOMINGUES, 2018, p. 7)

Contudo, esses movimentos não pensavam na questão do gênero, e tinham em sua participação pouca ou nenhuma mulher negra. Como escreveu Lelia Gonzales no texto "Por um feminismo afro-latino-americano" de 1988, ao falar da participação das mulheres nos movimentos negros escreve: "Nossos companheiros de movimentos reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante e tratam de excluir-nos dos espaços de decisão do movimento" (GONZALEZ, 2011 p. 18). E fazendo eco com as palavras de Lélia, escreve hooks:

> Em seus papéis como espectadores, homens negros podiam adentrar num espaço imaginativo de poder falôcentrico que mediava a negação racial. Essa relação de olhar marcada pelo gênero tornou a experiência do homem negro um espectador radicalmente diferente da mulher negra espectadora. (HOOKS, 2019, p. 186)

Por fim, para se pensar na relação entre as cineastas brancas e negras, no texto, "Forma de Visibilidades e (Re)existência no cinema de mulheres negras", Edileuza P. Souza e Ceiça Ferreira transcrevem um trecho da entrevista de Renata Martins, diretora do curta *Aquém das Nuvens*

> É importante que as mulheres brancas entendam que as demandas são diferentes e que, se há uma construção do feminino em relação a elas, sobre nós, mulheres negras, sequer tivemos direito a construir [isso], e aos olhos do público é como se fossemos uma "coisa", muitas vezes sem voz, sem sentimentos, sem humanidade. Dessa forma, se as mulheres brancas produzem pouco, nós mulheres negras produzimos quase nada. Não digo isso como se fosse uma competição "quem sofre mais" e sim, para que possamos ter os mesmos espaços e representação a partir de nosso lugar de fala0.r (MARTINS *in* FERREIRA; SOUZA, 2017, p. 178)

E no mesmo texto, elas escrevem:

> É por meio do regime de (in)visibilidade que as mulheres negras experenciam assimetria de gênero e raça, estritamente relacionada com os silêncios e as ausências no imaginário nacional de suas relações de pertencimento e formas especificas de confrontação e subversão e na produção simbólica. Exemplo disso são as estratégias de luta por visibilidade empreendidas por cineastas negras, que, em suas narrativas, demonstram uma responsabilidade histórica de combate a todo e qualquer tipo de violência, preconceito e discriminação (...). (FERREIRA; SOUZA, 2017, p. 176)

Para falar de uma das estratégias de visibilidade, vou utilizar a dissertação de Leticia Souza Ribeiro da Costa, *Trajetórias de cineastas negras brasileiras* (2020)

Costa, ao analisar os formulários das inscrições das mostras do Coletivo Malva; coletivo de Belo Horizonte responsável por várias mostras de cinema feminista, a autora traçou um perfil das cineastas, e a partir desta amostra realizada, a autora concluiu que: as mulheres autodefinidas como negras, pretas e pardas fazem mais uso do curta-metragem e de documentários, enquanto as mulheres autodeclaradas brancas possuem mais acesso a categorias com maior financiamento, como os longas-metragens de ficção.

O documentário é considerado um estilo menor, logo ele não é tão cerceado por regras, permitindo uma maior liberdade de criação e tema. Outro ponto é o caráter intimista que o documentário permite e, como escreve Carla Maia:

> O encontro é certamente o procedimento por excelência desse cinema que se quer aberto ao risco, ao acidente, às fissuras. No documentário brasileiro contemporâneo, encontramos uma vasta diversidade de exemplos, bem e malsucedidos, desse cinema pautado por encontros que valorizem a ação afirmativa do personagem, bem como a conversa e a escuta. (MAIA 2011, p. 171)

Quem também fala da utilização dos documentários para tratar das pautas dos povos invisibilizados é Gilberto Alexandre Sobrinho, que escreve:

> A partir doa anos 1980, na produção de documentários, testemunhou-se a emergência de práticas alinhadas ao engajamento político de sujeitos e coletivos interessados em narrativas voltadas para a temática das mulheres, dos negros e dos indígenas, além de um repertório variado sobre demandas comunitárias no campo e na periferia de grandes centros urbanos. Refiro-me, assim, ao cenário de emergência e apropriação do vídeo e, com ele, à atomização da realização não ficcional no território nacional abrindo um capítulo contundente na história do documentário. Com o vídeo, o domínio do documentário assinalou mudanças radicais de temas e na abordagem, promovendo deslocamentos significativos, Entre eles, o interesse pela mulher negra. (SOBRINHO, 2017, p. 165).

Portanto, podemos concluir que uma maneira encontrada pelas cineastas negras para sair da invisibilidade imposta tanto pela sociedade quanto pela indústria cinematográfica foi o uso deste estilo de filme, que permite um falar de si e das realidades vividas por elas e pelos seus, o que também possibilita um cinema decolonial, antirracista e feminista.

REFERÊNCIA

ADORNO, T. W. HORKHEIMER, M. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: **Dialética do esclarecimento***:* fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1985.

ANDRADE, C. ALVES, A. O Cinema como cosmopoética do pensamento decolonial. **Logos**, PPGCOM UERJ Rio de Janeiro, v. 55, n. 3 2020.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117

BENJAMIN, W. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In: **Magia, técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARVALHO, N. dos S. Esboço para uma história do negro no cinema brasileiro. In: **De, Jefferson. Dogma Feijoada, o cinema negro brasileiro**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005. p. 17-101.

CARVALHO, N. dos S.; DOMINGUES, P. Dogma feijoada, a invenção do cinema negro brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, 33 v., n. 96, p. 1-18, 2018.

CASTRO, S. S. E. Cinema negro brasileiro em primeira pessoa: trajetória e narrativas antirracista no mundo cinematográfico. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34. **Anais...**. Caxambu, out. 2018.

COSTA, L. S. R. **Trajetórias de Cineasta Negras Brasileira.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

COUSINS, M. **História do cinema***.* Dos clássicos mudos ao cinema moderno. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

FERREIRA, C.; SOUZA, E. P. Formas de visibilidade e (re)existência no cinema de mulheres negras. In: TEDESCO, CAVALCANTI, M. **Feminino e Plural:** Mulheres no cinema Brasileiro. Campinas: Papirus, 2017. p. 175-186.

FICINE – FORUM ITINERANTE DE CINEMA NEGRO. Cinema Negro sobre uma categoria de análise para a sociologia das relações raciais. (parte 1). **FICINE**, 13 out. 2014. Disponível em: <https://ficine.org/2014/10/13/cinema-negro-sobre-uma-categoria-de-analise-para-a-sociologia-das-relacoes-raciais-parte-1/ >. Acesso em: 31 jul. 2022.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Caderno de formação política do círculo palmarino n. 1. Batalha de Ideias. Brasil, 2011.

HOOKS, b. **Olhares negros:** raça e representação. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

MAIA, Carla. Por um cinema menor Mulheres no documentário brasileira contemporâneo. XIII Souza, Gustavo; Cánepa, Laura; Bragança, Mauricio (orgs.). **Estudos de Cinema e Audiovisual Socine - Vol 1** São Paulo: Socine, 2012.

NGANGA, J. G. do N. **O ativismo negro por meio do cinema:** Ações e representações dentro e fora das telas. Tese (Doutorado em História) –Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

RECHE, B. D. Cinema em Walter Benjamin e Theodor Adorno: a obra de arte em debate. In: **Revista Espaço Acadêmico**, n. 229, jul./ago. 2021 / Dossiê: Educação e formação contemporânea sob olhar da Teoria Crítica. EDUEM Maringá.

SHOHAT, E; STAM, R. Teoria do cinema e espectatorialidade na era dos "pós". In: RAMOS, F. P. (Org.). **Teoria contemporânea do cinema:** pós-estruturalismo e filosofia analítica, v. I. São Paulo: Senac, 2005.

SOBRINHO, Gilberto Alexandre Identidade, Resistência e Poder: Mulheres Negras e a Realização de documentários. In: TEDESCO, Karla Holanda Marina Cavalcanti. **Feminino e Plural: Mulheres no cinema Brasileiro**. Campinas: Papirus, 2017, p. 163-174.

SHOHAT, E.; STAM R. Estereótipos, realismo e luta por representação. In: **Crítica de uma imagem eurocêntrica:** multiculturalismo e representações. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

WALSH, C. Introducción – Lo Pedagógico y lo decolonial – Entretejiendo caminos. In: **Pedagogías decoloniales:** Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re) vivir. 2005.

ÀS MARGENS DA ILHA: A DRAMATURGIA DE PAES LOUREIRO E AS COADJUVÂNCIAS DA HISTÓRIA[1]

Luan Erick Lima Sanches[2]

RESUMO

Propõe-se neste artigo o resultado parcial do estudo sobre a resistência presente nas literaturas de testemunho sobre a Ditadura civil-militar na Amazônia brasileira no Pará. Para tal empreendimento, pretende-se analisar as narrativas do trauma presentes na obra A Ilha da Ira de João de Jesus Paes Loureiro a partir das memórias ficcionalizadas do período. Em contraste com a obra, o imaginário produzido pela imprensa e pelos documentos oficiais pode manifestar matizes diferentes na discussão; o olhar mira coadjuvâncias, figurações e cenários que a história compõe junto à literatura. Tais aspectos serão investigados utilizando a Suplementação e a Partilha como ferramentas com as quais intenciona-se entender a experiência presente nesta obra. A pesquisa volta-se à identificação e análise desses saberes históricos, com vistas a verificar como evidenciam e proporcionam organicidade à elaboração memorialística, ao mesmo tempo em que enfatizam a conduta resistente.

Palavras-Chave: Ditadura civil-militar. Amazônia. Resistência.

Segundo a clássica definição fornecida por Marc Bloch, a história é a ciência dos homens, no tempo[3]. Para Terry Eagleton, a literatura não se define primordialmente pelo caráter inverídico – "ficcional" – de seu conteúdo. Antes, o texto literário é um discurso não pragmático: não tem o objetivo declarado de produzir conhecimento ou de aplicá-lo, vale dizer, prescinde de objetivos científicos.[4]

A literatura, estudada à luz da história, permite compreendermos como, em um certo momento da humanidade, as pessoas interagiram com as ideias e como imaginários foram construídos. Possibilita entendermos além de quem escreve, para quem se escreve, em que impressos, quais impressões e com que finalidade se lia. A história e a literatura tem muito a colaborar para o entendimento do ser humano neste planeta e garantir que as verdades ou as versões, estejam alijadas de intenções que as falsifiquem.

---

1 Este estudo tem apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ) e está em execução no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB).

2 Mestrando no PPGH-UFPB.

3 Ver em BLOCH, Marc. Apologia da História ou O Ofício de Historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

4 EAGLETON, Terry. Teoria da literatura: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Chartier, em *Literatura e História*, define duas formas de se perceber a relação entre os dois campos: o requisito de uma aproximação plenamente histórica dos textos. E uma segunda, contrária a outra, descobre em alguns textos literários uma representação aguda e original dos próprios mecanismos que regem a produção e transmissão do mistério estético. Para um estudo histórico que envolva literatura, segundo Ferreira, precisamos definir que enfase daremos aos documentos: serão fontes ou objetos de pesquisa? Sabendo que será um foco, pois é muito difícil que se escolha apenas uma dessas possibilidades sem consultar a outra.[5] Entender a literatura como fonte implica tomá-la por seu conteúdo, algo que o autor chama de análise textual (ou interna), levando em consideração o enredo, a construção das personagens, as descrições paisagísticas, ou seja, a palavra inscrita no livro e em que medida ela contribui para um adensamento do material histórico, "a literatura busca a realidade, interpreta e enuncia verdades sobre a sociedade, sem que para isso deva ser a transparência ou o espelho da "matéria" social que representa e sobre a qual interfere"[6].

E entender a literatura como objeto da pesquisa, ou uma análise contextual (externa), nos comprometeria a enveredar pelo cotidiano com o qual foi construído o livro. Sendo assim, se analisaria quem escreveu, em que data e em que local, a partir de que pressupostos, por qual editora, quantas tiragens, quem foram as pessoas envolvidas, como foi sua recepção; tanto quanto quem o autor lia, ou que gênero literário apresentava força. Nos debruçaríamos sobre em que circunstâncias foi escrito, ou lido, este texto.

Como disse, é impossível que se lance um olhar único a qualquer uma das possibilidades, posto que são indissociáveis. Pode se dar ênfase e subjugar uma à outra, mas torna-se dever do pesquisador elucidar ambas as análises de modo que estejamos atentos ao escrito, o inscrito e ao que, e como, foi lido.

Uma coisa é importante em qualquer dos enfoques: a leitura dos textos a contrapelo da historiografia. O diálogo entre história e literatura é estabelecido invariavelmente e

> define um tipo de pesquisa que, necessariamente, associa as técnicas de análise das disciplinas pouco afeitas a semelhante proximidade: a crítica textual, a história do livro, em todas as suas dimensões, a história sócio-cultural. Mais do que um trabalho interdisciplinar que supõe sempre uma identidade estável e distinta entre as disciplinas que firmam aliança, é antes um recorte inédito do objeto que está proposto, implicando a unidade do questionário e do procedimento, qualquer que seja a origem disciplinar dos que os partilham (historiadores de literatura, historiadores do livro,

5 Entendendo como sugere Antonio Celso Ferreira no texto *Literatura - fonte fecunda*, disponível no livro *O historiador e suas fontes*, bem como Juan Villegas o faz em *Historia multicultural del teatro y las teatralidades en América Latina*.

6 CHALHOUB, 2003, p. 92.

> ou historiadores das mentalidades na tradição dos Annales). Por outro lado, esta interrogação sobre os efeitos do sentido das formas materiais leva a conceder (ou re-conceder) um lugar central no campo da história cultural aos saberes mais classicamente eruditos: por exemplo, os da *bibliography*, da paleografia ou da codicologia. Porque permitem descrever rigorosamente os dispositivos materiais e formais pelos quais os textos atingem os leitores, esses saberes técnicos, por tanto tempo negligenciados pela sociologia cultural, constituem um recurso essencial para uma história das apropriações (CHARTIER, 1991, p. 179).

Outra fundamental é o estudo da história das sensibilidades, posto que "É a partir da experiência histórica pessoal que se resgatam emoções, sentimentos, ideias, temores ou desejos"[7]. Tratar da história da região a partir do indivíduo que escreveu a dramaturgia é uma tarefa árdua que circunscreve: perceber o imaginário inscrito nas publicações de jornais contrárias ou favoráveis à ditadura; compreender o contexto com qual o autor escreve a obra (seus medos, sua vida cotidiana, o que se quer representado); reconduzir a experiência que fez daquele evento traumático um ponto com o qual podemos recontar um passado. O imaginário surge de uma intercessão entre uma perspectiva e outra: Entendê-lo é também entender suas representações, mas não só. Aqui cabe o poético que invade a representação e interioriza a sensibilidade; ao imaginário cabe aquilo que pode ser construído, mas que pode não ser palpável e muito menos imóvel. Não menos consensual que as outras abordagens, este faz parte de uma relação particular entre história e literatura, cuja abordagem enfoca de igual forma a recepção e o conteúdo da obra literária.

A ideia de contar uma história depreende que exista alguém que a conte e que selecione os fatos. No caso de uma história nacional, de uma ditadura, várias são as histórias e são variados os fatos excluídos. A Comissão da Verdade, bem como institutos, museus e pesquisadores se propõem à análise da verdade histórica sobre o período e este não é o intuito deste trabalho. Aqui se delimita a interpretação das verdades contadas através das narrativas ficcionalizadas sobre o tema. Nesta análise, tenciona-se compreender como as narrativas sobre o período constroem um imaginário outro que é misturado com lendas e mitos do Norte brasileiro, conforme "contextualizamos nossos sujeitos, também resgatamos o mundo que os circunda"[8].

A leitura d'*A Ilha da Ira* instiga um novo olhar sobre as histórias contadas sobre o terror

---

7 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Coloquios, 2005.

8 Ver em GADDIS, John Lewis. Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 160.

e a violência perpetrados no período em que o regime militar golpeou a tímida democracia brasileira. A ditadura instaurada reverberou em uma diversidade de âmbitos suscitando a pluralidade de verdades a serem contadas. Há possibilidades de estudos a partir dessa pluralidade de textos que viabilizam olhares outros sobre um assunto que continua em voga. Entender, portanto, a resistência e contra o que se resiste se faz necessário. Se utilizarmos a definição clássica de Norberto Bobbio, ao conceituar a resistência europeia, podemos concluir que esta é "não só a defesa da nação contra a ocupação e a exploração econômica, como também a defesa da dignidade do homem contra o totalitarismo"[9]. Fica entendido então, e estamos reiterando, que: resiste-se ao totalitarismo, à exceção que se fez presente no Estado, ao passado que não passa e a um presentismo teimoso em transformar tudo em monocultura.

Para compreender melhor esses movimentos, entendemos essas recorrências entre a história e a literatura como resultantes dos processos da memória presentes no texto de Paes Loureiro e invocamos a categoria de análise da suplementação. Conforme Jacques Derrida, o suplemento não completa e sim adiciona alguma coisa a algo já completo, mas que na sua completitude revela insuficiência. Assim, a tarefa do suplemento é suprir. E apesar de ser perturbador e deslizante, é uma estrutura que permite a repetição, a re-presença e o acréscimo.

Entende-se a partilha, enquanto estética; realidade de comunidade entre um radicalismo artístico e outro político. O é, em primeiro ponto, por ser atributo da arte o de

> operar um novo recorte do espaço material e simbólico. E é nesse ponto que a arte toca a política. A política, de fato, não é o exercício do poder, ou a luta pelo poder. É a configuração de um espaço específico, a partilha de uma esfera particular de experiência, de objetos colocados como comuns e originários de uma decisão comum, de sujeitos reconhecidos como capazes de designar esses objetos e argumentar a respeito deles. (RANCIÈRE, 2010, p. 20)

E em segundo, pela premissa de que "o real precisa ser ficcionado para ser pensado"[10]. Entende-se, portanto, um motivo fundador da arte, que, condicionador na tradução de uma linguagem indizível para o código, clama por algo mais de vitalidade, que, fundadora, alcance ao âmago do ser que escreve. Por um lado político, por outro artístico; fundamentalmente estético.

Outro ponto importante a se destacar, é o pensamento introduzido por Alfredo

---

9 MATEUCCI, Nicola, Resistência. IN: BOBBIO. Norberto. Dicionário de política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 114.

10 RANCIÈRE, 2010, p.58.

Bosi sobre a resistência como imanente à escrita literária, entendendo a literatura e seus escritores como propositores de um pensamento sobre umas realidades outras que não as do cotidiano mesmo das aparências, mas as de um realismo que está inteiramente imerso em uma "tensão interna que as faz resistentes, enquanto escrita, e não só, ou não principalmente, enquanto tema"[11]. Segundo Bosi:

> Chega um momento em que a tensão eu/mundo se exprime mediante uma perspectiva crítica, imanente à escrita, o que torna o romance não mais uma variante literária da rotina social, mas o seu avesso; logo, o oposto do discurso ideológico do homem médio. O romancista "imitaria" a vida, sim, mas qual vida? Aquela cujo sentido dramático escapa a homens e mulheres entorpecidos ou automatizados por seus hábitos cotidianos. A vida como objeto de busca e construção, e não a vida como encadeamento de tempos vazios e inertes. Caso essa pobre vida-morte deva ser tematizada, ela aparecerá como tal, degradada, sem a aura positiva com que as palavras "realismo" e "realidade" são usadas nos discursos que fazem a apologia conformista da "vida como ela é"... A escrita de resistência, a narrativa atravessada pela tensão crítica, mostra, sem retórica nem alarde ideológico, que essa "vida como ela é" é, quase sempre, o ramerrão de um mecanismo alienante, precisamente o contrário da vida plena e digna de ser vivida. (BOSI, 1996, p. 23)

Quando a ficção alcança a narrativa histórica, na dramaturgia ou nos romances, pode oferecer outra perspectiva diferente de uma verdade inteira: por um lado, suplementações daquilo que foi verdade, por outro partilhas com aquilo que foi vivido. Em ambos os casos, a narrativa do trauma ganha contextualizações impossíveis à documentação, tessituras de uma experiência vívida na memória. Ao leitor, cabe a atualização da experiência vivida na complexidade, entre as camadas do tempo e do espaço.

De acordo com Seligmann-Silva, a literatura de testemunho "possui o corpo – a dor – como um de seus alicerces", como assim também o é "suporte para a nova cartografia mnemônica" da qual está sujeito (o corpo) enquanto documento histórico. O caso das literaturas de testemunho e do teatro de teor testemunhal é que são compostos pela experiência-limite indescritível (um chavão diante dessa temática), mas não menos verdade. São fragmentos da memória escritos com violência no corpo, na mente e no tempo vivido[12].

Esta concepção da escrita tornou-se comum ao regime de historicidade concernente às catástrofes. O século XIX tem como parte de sua revolução cultural o modo como expressa a violência. É o caso dos estudos de Freud sobre a 1ª Guerra Mundial, ou de Lacan quanto às suas contribuições para a psicanálise, ou dos estudos de Seligmann-Silva

11 BOSI, 1996, p. 23.

12 SELLIGMANN-SILVA, 1998, p. 22-23.

sobre a Shoah; estão contaminados pela culpa do sobrevivente. Entretanto, diferente da literatura composta na Shoah, a narrativa permitiu a metaforização da dor, onde se insere Paes Loureiro em *A Ilha da Ira*, em que se tem a sobreposição de texturas das encantarias amazônicas e da opressão.

O interdito da memória, provocado pela história recente, aqui se vale como uma fuga do pesadelo de criar uma verdade sobrepujante à história. Ao definir-se enquanto adensamento do material procuramos demonstrar paisagens concernentes da história pela ótica das resistências ao golpe. E aqui vale frisar que não se quer concorrer com outras versões da história, mas desenvolver potenciais nas fontes utilizadas.

Em *A Ilha da Ira*, dramaturgia de João Jesus de Paes Loureiro, um naufrágio ocorre. O Adamastor sofre um acidente e sete atores são sobreviventes em uma ilha. Patroni, Heitor, Tião, Silvia, Ana, Leo e Ulisseu têm sentimentos em comum: medo, angústia, desespero, terror; outrossim, lhes falta a memória, a noção de tempo, a razão. Governada por uma Velha, a Ilha é o local onde o totalitarismo atua em pujança. A peça que ganha em 1975, em 1º lugar, a premiação do Serviço Nacional de Teatro, do Concurso Universitário de Peças Teatrais, tem como narrativa a vida destes atores sobreviventes em uma ilha à procura da saída: a volta à realidade. Uma mistura das encantarias, mitologia grega e a história brasileira é encenada em 1976, representando o autoritarismo e a panotipía presente na ditadura civil-militar brasileira, encarnada n'A Velha.

> Cena IV
> (Uma jovem solfeja um tema profundamente melancólico, tipo canto de ladainha. Sua atitude é de abatimento e tristeza. A expressão é vaga - "Era uma vez uma cobra que se chamava boiúna e devorava as pessoas que dela se aproximavam. Todos tinham tanto medo que nunca ninguém se havia aproximado dela, mas como poderiam saber que ela devorava, se nunca ninguém tinha dela se aproximado?) (LOUREIRO, 1975, 151.)

A velha se transforma em boiúna e é um conto recorrente no folclore brasileiro, como as matintas são velhas que transformam-se em pássaros e tantas outras entidades transfiguram-se em animais selvagens, apesar da humanidade aparente. A maioria dessas histórias são contadas para aterrorizar crianças para que seus atos não se correspondam com tais personagens, ou tornariam-se alvos das mesmas. Uma coisa se assemelha bastante ao horror por vezes testemunhado em várias histórias dos sobreviventes, torturados ou não: apesar da humanidade presente na indumentária e nas arquiteturas militares, por debaixo, nos porões, a selvageria tornara-se normal. Pessoas nuas, ensanguentadas, amordaçadas para que deixassem suas humanidades ali e nos interrogatórios implorassem por algo dela, ainda que trocada por informações dos militantes.

> Cena VI
> (PATRONI, LEO E HEITOR)
> PATRONI_____ Tenho medo. Há tanto tempo que naufragamos e não temos a menor esperança. E cada vez nos tornamos dóceis a tudo o que essa mulher sem alma deseja.
> LEO_____ Cuidado. Se alguém nos escuta, estaremos mal.
> PATRONI_____Há vários anos naufragamos e ainda não posso esquecer o coro de lamentações dessa gente implorando naufrágio para que houvesse fartura na praia.
> LEO_____ Pareciam piranhas sobre nossos víveres, roupas…
> PATRONI_____ Sinto raiva só de pensar nisso. O pior de tudo é que, ultimamente, eu tenho sentido vontade de me unir ao grupo, implorando o naufrágio das embarcações que passam.
> LEO_____ Você está louco.
> PATRONI_____Pelo menos sei que não era louco.
> LEO_____ Nós temos de dar um jeito nisso. Encontrei o Tião muito próximo da Sílvia. Eles sabem que o amor foi proibido entre nós, porque não podemos aumentar. Essa mulher diabólica que domina o povoado, depois que ficou sozinha, odeia tudo. Seria terrível se ela percebesse alguma coisa. (LOUREIRO, 1975, p. 154-155)

No excerto é possível observar as encantarias a serviço do testemunho sobre o período. Não ser escutado para que algo pior que o naufrágio não ocorra; para que não se torne mais uma parte da história da boiúna; para que continue sendo parte da própria história. Concomitante ao longo poema de Thiago de Mello, em epígrafe no começo do texto, ocorre a seguinte notícia, publicada na *Folha Vespertina*, em 1º de Abril de 1964, comunicando decisão da União Acadêmica Paraense (UAP):

> NOTA OFICIAL
> A União dos Estudantes Paraense cumprindo decisão de seu congresso extraordinário ontem realizado. Considerando que se desenvolve no país um processo golpista contra o mandato do presidente da República e atendendo a orientação da União Nacional dos Estudantes.
> RESOLVE:
> 1- Decretar greve geral dos universitários paraenses até que seja destruído todo esquema golpista que ameaça o Brasil;
> 2- Conclamar todos os oficiais, sargentos, trabalhadores, camponeses e o povo em geral para cerrarem fileiras em torno do presidente da República que encarna neste momento os sentimentos reformistas de libertação do povo brasileiro.
> Belém, 1º de Abril de 1964.

Em 1968, o AI-5 é promulgado pelo presidente Costa e Silva que fechou o congresso, decretou a censura, a ilegalidade de reuniões não autorizadas pela polícia, o poder de destituir sumariamente quaisquer pessoas que não correspondessem à ordem de segurança nacional. Estavam ali as forças armadas sozinhas. Instituída por si própria, construiu sua própria potência: a inteligência com os planejamentos de integração nacional, a polícia para vigiar e punir, a censura para permitir que fossem veiculadas apenas informações

permitidas e a construção do imaginário que clamava contra o comunismo e os revoltosos. Paes Loureiro inscreve no seu texto, colocando nas falas dos naufragados a situação vigente: retirados de sua terra, vigiados, sem liberdade e já sem a possibilidade de amar. No mesmo barco estavam gregos e troianos e naufragaram juntos, perdendo-se na ilha sua cultura e seu amor por suas terras; Patroni, que aqui pode ser comparado a Felipe Patroni, importante personagem da Cabanagem.

O autor de *A Ilha da Ira*, ao buscar tamanha densidade em suas ilações, não procura menos que a possibilidade de ter seu texto e sua peça aprovados pelo mesmo sistema que descreve em seu conteúdo, mas dissimulado de folclore. Aos estudiosos do folclore, muito tem a ser dito, aqui cabe apenas o consenso de que as maldições descritas nestes contos podem até ser irreais (ou surreais), mas são sentidas na pele, com arrepios e palpitações. Tal feito é o de ouvir o testemunho de um sobrevivente dos porões da ditadura. Narrar o trauma perpassa uma série de políticas da memória, entre elas a de texturizar na palavra a dor sentida, ainda que suplementada. Busca-se partilhar suas sensibilidades, transformando em arte a narrativa: cena por cena, se constrói a catástrofe sofrida. E, tal qual um *contador de história*, o sobrevivente pode ficcionalizar sua experiência e busca naquele que ouve um momento de transformar-lhe em testemunha solidária.

Podemos elencar como parte da história uma questão já ultrapassada pelas ciências naturais: a transmissão de habilidades adquiridas de uma geração para outra. Contar uma história, perpassa reconstruir a experiência que a criou em outrem. E daí entender que o enunciado benjaminiano “qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?”[13], se insere na construção de um mundo a partir do reconhecimento da herança de habilidades adquiridas e de grande valor ao *métier* do historiador. Ou, entendendo como Thompson**:**

> as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral. (THOMPSON, 1981, p. 189)

Quando procuramos discutir o caso da ditadura civil-militar na Amazônia, buscamos essa conexão entre diferentes contextos temporais, discutindo narrativas e discursos.

13 BENJAMIN, 1933, p.115

Procuramos entender experiências e expectativas. Talvez uma expectativa alicerçada no poema de Thiago de Mello. E fazemos essa discussão buscando compreender como o caso amazônico é especialmente relevante nas análises dos saberes históricos contidos em documentos não-oficiais e muito menos dispostos a uma veracidade.

Entendemos essa necessidade de veracidade como fundamental, isto não está em discussão. Não estamos aqui discutindo a tônica da História ou qualquer debate pós-moderno acerca da verdade. Estamos dialogando com as histórias, os saberes históricos, os conhecimentos que estão indiciados no que foi contado pelos caboclos e ribeirinhos e que podem ser coadjuvantes de uma história. Ocorrem nos indícios de testemunho contidos na dramaturgia de Paes Loureiro; ocorrem nos diálogos entre-margens de Benedicto Monteiro; nos diversos relatos dos escritores paraenses, muitos deles caboclos e ribeirinhos. Para este trabalho, é importante destacar a importância da relação entre expectativa e experiência para o conhecimento da condição histórica a que se estabelece entre autor, obra e contexto.

A partir disto, podemos reconhecer que existe uma multiplicidade de histórias presentes. São versões interpretadas cada qual a sua maneira, cujo foco não mais se coloca em reconhecer a "mais verdadeira verdade histórica", mas em entender quais versões podem ser realçadas em contraste às falsificações. Determinando, portanto, aquilo que não é história do que foi contado, antes de decidir aquilo que é. Bosi, ao escrever sobre a narrativa de resistência entende essa posição literária não mais como mera ficção, mas como uma potência imanente à escrita e é

> nesse sentido que se pode dizer que a narrativa descobre a vida verdadeira, e que esta abraça e transcende a vida real. A literatura, com ser ficção, resiste à mentira. É nesse horizonte que o espaço da literatura, considerado em geral como o lugar da fantasia, pode ser o lugar da verdade mais exigente. (BOSI, 2002, p. 135)

Seria possível contar com as histórias dos povos ribeirinhos da Amazônia uma história do período ditatorial? Talvez esse movimento de construir outras *intencionalidades* à prática da vida a partir dessas histórias possa reaver um momento em que as *agências* fossem alvo da história, por enquanto, a pergunta ainda suscita a pesquisa sobre as resistências.

Essas resistências tão inócuas quanto cotidianas, estão entrelaçadas em tessituras de sentimentos e emoções, alvos das linguagens aferidas às personagens, às urdiduras da paisagem e aos descaminhos da imaginação literária. Só são possíveis - ou só foram - em conexão com estes encantamentos transcendentes do real; transfigurações amazônicas de uma poética do imaginário.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. Narrativa e Resistência. **Itinerários**, nº10, Araraquara, 1996;

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARR, Edward. **Que é História?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982;

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003;

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009;

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, v. 5, n. 11, São Paulo, 1991;

COMISIÓN AMAZÓNICA DE DESARROLLO Y MEDIO AMBIENTE, 1991;

DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. São Paulo: Iluminuras, 2005;

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2006;

FERREIRA, Antônio Celso. Literatura – A fonte fecunda. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-92;

FONTES, Edilza J. Oliveira. A Comissão da Verdade na Universidade Federal do Pará: a criação de um acervo digital com testemunhos de violações dos direitos humano. **História Oral**, v. 21, n. 2, p. 109-129, jul./dez. 2018;

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História**: como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003;

GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário**: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol: séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2003;

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006;

LOUREIRO, João de Jesus Paes. A Ilha da Ira. IN: LOUREIRO, J. J. P. **Obras reunidas V**. 3. São Paulo: Escrituras, 2000;

SANTIAGO, Silviano. **Glossário de Derrida**. Rio de Janeiro: F. Alves Editora, 1976;

SELIGMANN-SILVA, M. **Literatura De Testemunho**: os limites entre a construção e a ficção. letras, [S. l.], n. 16, p. 9–37, 1998;

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981;

VILLEGAS, Juan. **Historia multicultural del teatro y las teatralidades en América Latina**. Buenos Aires: Galerna, 2005.

O ENSINO DE HISTÓRIA ATRAVÉS DE VIDEOAULAS: POTENCIALIDADES E REVISIONISMOS

Luara Alencar Francisco[1]
Cláudia Cristina do Lago Borges[2]

RESUMO

A apresentação será feita com base nos resultados obtidos da iniciação científica Tecnologias e Metodologias Ativas no ensino de História, com o plano de trabalho Entre o som e a imagem: O ensino de História através de videoaulas, vinculado a UFPB. O tema parte do contexto tecnológico atual, sendo explorado como as videoaulas impactam na construção da memória histórica. Perante a liberdade de divulgação e o número de conteúdos, a internet se torna um campo de batalha para a narrativa da História, podendo contribuir para a promoção ou o apagamento desta. É importante que o educador esteja ciente das mudanças e desafios propostos pelas novas tecnologias, promovendo uma visualização crítica dos conteúdos e o combate às fake news. Através da pesquisa foram mapeados alguns canais do Youtube que tratam de História, identificando a temática, os telespectadores e e se há referências científicas. Além disso, foi investigado como os professores da disciplina lidam com o recurso de vídeo.

Palavras-Chave: História, Ensino, Videoaulas, Negacionismo.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como base os resultados obtidos no projeto de iniciação científica "Tecnologias e Metodologias Ativas no ensino de História", com o plano de trabalho *Entre o som e a imagem: O ensino de História através de videoaulas*. O tema parte do contexto atual em que as tecnologias preenchem o dia das pessoas, sendo explorado como as videoaulas impactam na construção da memória histórica. Perante a liberdade de divulgação e o número de conteúdos, a internet se torna um campo de batalha para a narrativa histórica, podendo contribuir para a promoção ou o apagamento desta. Nesse cenário é importante que o educador esteja ciente das mudanças e desafios propostos pelas novas tecnologias, de modo a promover uma visualização crítica dos conteúdos e o combate às *fake news*. Através de levantamentos e análises, a pesquisa mapeou alguns

1 Graduanda em História/UFPB. Bolsista PIBIC – Projeto O ensino de História através de videoaulas. luaraalenca@gmail.com.

2 Profa. Dep. de História/UFPB. Coord. Projeto PIBIC - Tecnologias e metodologias ativas no ensino de história. claudialago.rn@gmail.com.

canais do *Youtube*, identificando os temas, números de visualizações, comentários, uso de referências bibliográficas e se havia revisionismos históricos. Além disso, foi investigado como os professores de história lidam com o recurso de vídeo, tanto no aspecto metodológico quanto crítico do material. Assim, o trabalho submetido propõe traçar discussões sobre as interferências da tecnologia na prática pedagógica e de como a variedade de videoaulas disponíveis *online* pode impactar no ensino de História.

Passamos atualmente por um momento em que as tecnologias e seus desdobramentos atingem diretamente nossas vivências. Diante deste cenário, diversos eixos da sociedade são impactados pelo desenrolar tecnológico, como o lazer, trabalho, política, comunicação e, sobretudo, a educação. Em vista disso, a prática pedagógica é afetada pelas transformações da nova era digital, o espaço escolar, os professores e os alunos ganham novos caminhos e ferramentas para a construção do conhecimento. A aula agora pode ser composta por distintas ferramentas didáticas e modalidades, como por exemplo com aulas virtuais utilizando-se de equipamentos móveis. Além disso, através da internet, pode-se ter contato com vídeos, *podcasts*, filmes, documentários, jogos e *sites* de museus, nos quais podem ser acessados dentro ou fora da escola.

Nesse sentido, verifica-se que o ambiente escolar não é exclusivo na formação de conhecimento. O processo de aprendizagem é incorporado pelas tecnologias, criando novas relações de ensino e compreensão, em que a assimilação de mundo recebe influências do *online.* Conforme Selva Fonseca,

> A formação do aluno/cidadão se inicia e se processa ao longo de toda a sua vida nos diversos espaços de vivência. Logo, todas as linguagens, todos os veículos e materiais, frutos de múltiplas experiências culturais, contribuem com a produção/difusão de saberes históricos, responsáveis pela formação do pensamento (FONSECA, 2003, p.164)

Em concordância, atualmente o ensino e o entendimento da História não se restringem ao contato em sala de aula ou ao livro didático. Os conteúdos disponíveis na internet, independentemente de sua proximidade com as metodologias acadêmicas, ajudam a moldar a consciência histórica dos indivíduos. A liberdade das redes sociais é refletida em um campo de disputas de narrativas históricas, na qual pode ocorrer que algumas histórias sejam recontadas ou omitidas. Nessa perspectiva, conforme Leandro Crestani

> Pensar a história para um grande público, não acadêmico, é pensar em um movimento de atuação dos historiadores e professores na inserção da transmissão do saber histórico em outros espaços, como por exemplo, nas mídias sociais, visando legitimar o sentido social do ato de ensinar e fazer a história (CRESTANI, 2020, p.3)

Assim, a atuação do professor de História ultrapassa os muros da escola, sendo necessário que ele seja crítico e ciente das inovações e mudanças propostas pelas novas tecnologias, sobretudo a internet. É preciso que o docente incorpore esses elementos em suas aulas e sinalize o que são as *fake news*, promovendo uma postura consciente ao uso das redes sociais e o entendimento das informações contidas nelas.

Dentre as ferramentas possibilitadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TDIC) encontram-se as videoaulas, sendo gravações de imagem e áudio que buscam transmitir determinado conhecimento. Hoje em dia, grande parte das produções está disponível no *Youtube*, fundado em 2005 por Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim. Através desse canal é possível assistir e compartilhar vídeos, assim como, interagir com os conteúdos através de comentários. O *Youtube* oferece distintos eixos temáticos, podendo ser acessado para fins de lazer ou trabalho, assim como os de ensino e estudo. De exemplo, o *site* dispõe de uma ferramenta chamada *YoutubeEdu*, criada em 2013 em parceria com a Google e Fundação Lemann, na qual conta com canais selecionados por meio de uma curadoria que produzem vídeos voltados para o Ensino Fundamental e Médio das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências (Química, Física e Biologia), História, Geografia, Língua Espanhola e Língua Inglesa. Ademais, conforme informado na descrição da plataforma, os conteúdos educacionais disponíveis podem ser utilizados por professores e alunos nas atividades escolares.

As videoaulas podem atuar como ferramenta importante para o professor nos dias de hoje. O recurso é popularizado e de fácil acesso e, conforme uma pesquisa feita pelo *Reuters Institute* em 2022, divulgada pelo *Blog* CanalTech[3], o Youtube foi apontado como a rede social mais utilizada no país para a obtenção de informações e notícias. Nesse sentido, o papel do professor é fundamental diante dessas produções, de maneira a instruir a adoção de um caráter crítico e analítico para seus alunos ao fazerem o uso do *site*, pois muitos conteúdos disponibilizados não possuem referencial histórico e científico ou contribuem para divulgação de *fake news.*

A respeito, cita-se as matérias do *site The Intercept* Brasil[4], divulgada em 2019 por Rodrigo Ghedin, demonstrando que 5 dos 10 canais que explodiram no *ranking* do *Youtube* durante as eleições de 2018 são de extrema direita. Como também, a reportagem do *site* Agência Brasil[5], feita no ano de 2019, transmitiu os resultados de uma pesquisa

3 https://canaltech.com.br/internet/brasileiro-se-informa-mais-pelo-youtube-do-que-pelo-whatsapp-aponta-pesquisa-219263/

4 https://theintercept.com/2019/08/28/ranking-youtube-extrema-direita/

5 https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-12/whatsapp-e-principal-fonte-de-informacao-do-brasileiro-diz-pesquisa?amp.

feita pela Câmara dos Deputados e pelo Senado informando que 49% dos brasileiros se informam através do Youtube.

RESULTADOS DO PROJETO

A análise das videoaulas foi feita por meio do site *Youtube* e foram selecionados ao total 9 canais disponíveis na plataforma, com o levantamento do número de seguidores/ visualizações feito em abril de 2022. Estes vídeos foram divididos em duas categorias gerais, sendo os que se aproximam dos referenciais científicos e acadêmicos e os que se afastam. Os aspectos que foram levados em conta se relacionam com o número de inscritos e interações, a metodologia utilizada, os temas abordados e se há, ou não, referencial bibliográfico.

O primeiro grupo, sendo os que se assemelham com o meio científico e historiográfico, totalizou 6 canais. Cada um possui sua especificidade, variando entre as temáticas, os períodos históricos e os enfoques - história política, história econômica e/ou história cultural. Além disso, foram identificados diferentes pontos utilizados de apoio, como a adesão de filmes, games, obras de artes e curiosidades, tal perspectiva propõe um cunho mais atrativo aos vídeos.

Tabela 1: Canais classificados com base científica e histórica

	RECURSO	APRESENTADOR/ AUTOR	INSCRITOS	TEMÁTICA
NERDOLOGIA	videoaula	Felipe FIgueiredo	mais de 3,4 milhões	Sociedade, cultura, política e História
HISTÓRIA PELO MUNDO	videoaula	Pedro Antonio	mais de 36 mil	História e atualidades
HISTÓRIA CABELUDA	videoaula	Gustavo Nassar	mais de 14 miil	História, revionismo Histórico e videos em fomato "Reacr"
HISTÓRIA COM BOLACHA	videoaula	Charles Moises Muller	mais de 2 mil	História e memes
HISTÓRIAS DE QUINTA	videoaula	Não identificado	visualizações: mais de 107 mil	História Medieval, Era Vitoriana e Roma Antiga
TVBOITEMPO	videoaula	Não identificado/vários	mais de 323 mil	Política, sociedade, História, gênero, raça.

Fonte: Planilha do projeto Metodologias Ativas e Tecnologias no Ensino de História

De resultado, independentemente do foco que se proponha, os seis canais almejam ensinar e repassar o conhecimento histórico de uma forma mais lúdica, engajando o interesse

dos telespectadores. O tipo de conteúdo é apresentado como algo além dos livros didáticos e da sala de aula, nesse sentido, pode ser utilizado como recurso complementar aos tópicos trabalhados pelo docente. Por outro lado, a análise demonstrou a ausência das menções de referências bibliográficas pelos canais do *Youtube*. Esse registro é importante para dar credibilidade ao exposto e apresentar os caminhos para quem desejar se informar mais.

Diante dessa falta, é necessário assistir aos vídeos de forma crítica, pois a ausência de fontes científicas e históricas na descrição dos vídeos não implica necessariamente em um conteúdo falacioso. Assim, o professor deve estar atento a essas produções e aos debates historiográficos recentes, além de potencializar para o aluno a importância das referências bibliográficas e a atitude crítica perante as videoaulas da internet. Em concordância, Eucidio Pimenta Arruda (2013 p.236) comunica que "O dilema se torna, então, desenvolver estratégias de ensino e aprendizagem que estabeleçam limites no consumo de informação e tecnologias, sem que isso signifique a sua negação".

Ao tempo em que alguns canais apresentam conteúdos mais confiáveis, outros trazem informações dúbias, algumas até com abordagens negacionistas. Esses são produzidos por grupos considerados de direita ou extrema-direita, com perfis ideológicos questionáveis. Os mais conhecidos se apresentam na tabela a seguir:

Tabela 2: Canais identificados com pouca base científica e histórica:

	RECURSO	APRESENTADOR/ AUTOR	INSCRITOS	TEMÁTICA
LOBO CONSERVADOR	videoaula	Não identificado/vários	mais de 224 mil	religião, política e História
BRASIL PARALELO	videoaula	Não identificado/vários	mais de 2,15 milhões	Política, religião e História
CANAL NOSTALGIA	videoaula	Felipe Castanhari	mais de 14 milhões	Sociedade, política e História

Fonte: Planilha do projeto Metodologias Ativas e Tecnologias no Ensino de História

A respeito destes, por mais que esses conteúdos obtenham lacunas das metodologias históricas e científicas, são aceitos por uma parcela da população, totalizando grandes números de visualizações e comentários. O canal Lobo Conservador possui um vídeo intitulado "Quem realmente foi Getúlio Vargas?" lançado em julho de 2017 que conta com mais de 128 mil visualizações e 12 mil curtidas. Nessa gravação é afirmado que o único período ditatorial da História do Brasil foi presenciado com o Governo de Getúlio Vargas, se contrapondo às documentações, pesquisas e trabalhos acadêmicos que dialogam e afirmam a presença da ditadura militar no Brasil e suas violências cometidas. Não obstante,

ao analisar os comentários, foram encontrados trechos com as seguintes frases: *"Tô estudando pro Enem e você me ajuudou! Grata!", "O vídeo aponta para a perspectiva real do que foi "Era Vargas". Valeu!".* Por meio dessas reações é possível perceber a aceitação do material, sendo um desafio do professor de História enfrentar o negacionismo desse tipo de conteúdo.

Os outros dados levantados no projeto correspondem à relação que os docentes do ensino básico possuem com o recurso de vídeo como ferramenta pedagógica. A ideia foi captar como as videoaulas são exploradas pelos professores, identificando o seu aproveitamento e se é feita a checagem do material. Ao total foram obtidas 12 respostas e a média da idade dos professores contabilizou 40 anos. Desses números, ao serem questionados se faziam uso de videoaulas apenas 8,3% responderam que não, em contrapartida 58,3% assinalaram às vezes e 33,3% declararam que sim. Nesse sentido, percebemos como o recurso é popular, pois a maioria dos educadores manifestaram incorporar o material na prática pedagógica.

Entretanto, somente a exposição do vídeo não significa o aproveitamento do recurso. Em concordância, Lúcia Amante (2011, p. 240) expõe que "aprender com a tecnologia implica não adotar uma atitude passiva e cômoda face à aprendizagem, implica novas responsabilidades e implica mudar a concepção de educação e do processo educativo." Assim, é fundamental a postura ativa do professor ao trabalhar com os vídeos, pois apenas a exibição do material sem um posicionamento reflexivo não garante atingir as potencialidades. De resultado, 83,3% dos educadores informaram propor um debate sobre o conteúdo assistido e as possíveis impressões, apresentando um aspecto positivo.

Embora os desfechos tenham sido favoráveis ao aproveitamento das discussões propostas pelas videoaulas, ao ser perguntado sobre a checagem das fontes e referências do material foi percebido algumas lacunas. Cerca de 33,3% dos professores afirmaram somente "às vezes" para esse requisito, consistindo em um número expressivo de educadores, o impacto desse dado é notável pois os professores costumam ser considerados como referências de conhecimento. Nessa lógica, a crítica do material ainda detém pendências, o que pode fomentar o compartilhamento de *fake news* ou de um posicionamento que se distancia da fala do professor.

Por último foi abordado as metodologias aplicadas e quais eram os temas históricos mais referidos ao aproveitar o recurso de videoaula. A respeito do primeiro questionamento, foi notado que a maioria dos professores propõem essa tecnologia como complemento do assunto estudado em aula, correspondendo a 66,7% dos entrevistados. Ao descrever de que maneira o material é acrescentado, foi informado que servia para exemplificar e

aprofundar os temas da disciplina e para comparar as narrativas da sala de aula e das produções. É notável que, majoritariamente, as gravações de áudio e imagem auxiliam na ilustração do conteúdo. Não obstante, 50% dos docentes responderam fazer uso durante a exposição em classe e 41% para o preparo da apresentação.

A respeito dos tópicos mais trabalhados por meio de vídeos foi observado a predominância de temas que ampliem as discussões do livro didático, dentre eles as questões que atingem as problemáticas da sociedade atual, como por exemplo o feminismo, os povos indígenas e a questão racial. Além disso, foi assinalado o emprego de reportagens e documentários para complementar os debates em sala de aula. Dessa forma, as produções audiovisuais têm o potencial de levantar assuntos que ampliem o conhecimento dos alunos e engajem o pensamento crítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi mostrado através do levantamento de canais do *Youtube*, alguns se dispõem de abordagens revisionistas e de baixo vínculo com os estudos históricos. O entendimento sobre o passado é impactado por essas produções, sendo de fácil acesso pelo público em geral. Por consequência, a internet é um campo de batalha da narrativa histórica e o papel do educador é guiar os estudantes, alertando para a presença de *fake news* e da importância de averiguar as fontes e referências dos conteúdos.

Por meio das respostas do questionário *forms* foi possível perceber como a videoaula é um recurso popularizado entre os docentes. Esse uso pode servir de ilustração, aprofundamento ou comparação de conteúdos, atingindo variadas temáticas. Entretanto, a checagem do material não é completa no meio de professores, o que pode colaborar para um mal uso da ferramenta ou o compartilhamento de informações que não condizem com as falas do educador. A crítica do material proposto é imprescindível, pois não são todos os conteúdos que tratam de História que são empenhados com as fontes bibliográficas e com as pesquisas científicas.

A incorporação das novas tecnologias pelos docentes não convém substituir sua profissão, mas sim amparar a prática pedagógica. Para mais, é importante que os professores estejam cientes das narrativas que são compartilhadas na internet, dado que impactam as memórias históricas de seus alunos.

Em suma, o grande número de videoaulas disponíveis no *Youtube* e seu fácil acesso implicam em aspectos positivos e negativos. Os professores podem fazer uso da ferramenta para complementar a aula, auxiliando o entendimento dos alunos, trazendo

novas discussões para a matéria ou criando interesse e engajamento dos docentes. Por outro lado, essa vasta disponibilidade acarreta a existência de produções pouco comprometidas com a metodologia histórica, impactando a maneira como os jovens compreendem o passado. À vista disso, a incorporação de novas tecnologias pelos professores é um trabalho necessário, seja para deixar a prática pedagógica proveitosa e cativante ou ao sinalizar a presença de *fake news.*

REFERÊNCIAS

AMANTE, Lúcia. **Tecnologias digitais, escola e aprendizagem**. Ensino Em Re-Vista, v. 18, n. 2, p. 235-245, 18 mar. 2011;

CRESTANI, Leandro de Araújo. **O ensino e seus públicos: as tecnologias digitais de informação e comunicação** – TDICs na construção do saber histórico. In. Bueno, André; Neto, José Maria (org.) Ensino de História: Mídias e Tecnologias. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UERJ, 2020;

FONSECA, Selva. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas: Papirus, 2013;

GHEDIN, Rodrigo. **Cinco dos dez canais que explodiram no ranking do *Youtube* durante as eleições são de extrema direita**. The Intercept Brasil, 28 ago. 2019. Disponível em: https://theintercept.com/2019/08/28/ranking-youtube-extrema-direita/. Acesso em: 27 jul. 2022;

LISBOA, Alveni. **Brasileiro se informa mais pelo *YouTube* do que pelo *WhatsApp*, aponta pesquisa.** CanalTech, 21 jun. 2022. Disponível em: https://canaltech.com.br/internet/brasileiro-se-informa-mais-pelo-youtube-do-que-pelo-whatsapp-aponta-pesquisa-219263/. Acesso em: 26 jul. 2022.

AUDIOVISUAL E HISTÓRIA - AS POSSIBILIDADES DO USO DA MINISSÉRIE OS PILARES DA TERRA NAS AULAS DE HISTÓRIA MEDIEVAL

Rafael Ribeiro

RESUMO

Esta pesquisa analisará as possibilidades de uso da minissérie Os Pilares da Terra como fonte para as aulas de história medieval. Objetiva-se compreender como a construção imagética do século XII inglês pode ser utilizada como recurso didático, para reflexões sobre o período medieval. Por se tratar de uma fonte audiovisual, a metodologia caminhará na perspectiva da história no cinema e será amparada na crítica dos mecanismos internos e externos da minissérie, somando-se ao diálogo com a historiografia. Como um dos resultados dessa investigação será a construção de um guia didático para professores, o qual, a partir da decodificação da linguagem audiovisual, poderá contribuir para o ensino do período histórico denominado por Idade Média.

Palavras-Chave: Audiovisual. Ensino de História. Idade Média. Narrativas Históricas. Profhistória

INTRODUÇÃO

Diferentes aspectos sociais, políticos e econômicos da Idade Média sempre foram objetos de estudo de vários campos dos saberes da ciência.[1] A historiografia e as pesquisa em ensino de história medieval em especial, vem se apropriando e problematizando seus diferentes aspectos através do trabalho com uma variedade de fontes, entre elas, as audiovisuais.

Em um primeiro momento, o audiovisual foi visto como um registro de realidade refletida nas imagens cinematográficas. No segundo momento há uma mudança na abordagem onde a objetividade e o realismo perde a centralidade da análise, sendo substituídos pela inquietação da problemática sob a tutela das adaptações, omissões e falsificações que de forma involuntária ou voluntária permeiam o discurso ficcional.

Esse processo de mudança da observação do audiovisual como fonte transita por Marc Ferro e sua compreensão do documento fílmico como “transmissor de consciência

1 Segundo Hilário Franco Jr, o conceito ou (pré) conceito de Idade Média “[...] representa uma rotulação a posteriori, uma satisfação da necessidade de ser dar nome aos momentos passados [...]”, tendo ao longo dos séculos vários significados. JÚNIOR, Hilário Franco. Introdução. In:JÚNIOR, Hilário Franco. *A Idade Média, Nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 9-20.

histórica",[2] e por autores como José D´Assunção Barros e José Rivair Macedo que trabalham especificamente com filmes ambientalizados no período medieval.

Macedo e Barros têm demonstrado como filmes, seriados e outras fontes audiovisuais podem contribuir significativamente para explorar a construção imagética sob os temas do medievo, tanto para a pesquisa histórica quanto para a sala de aula. Para esses autores as fontes audiovisuais devem ser problematizadas a partir dos seus códigos, linguagens e mecanismos da realidade histórica representada.

TEMA DE PESQUISA

Este artigo nasce a partir da proposta de pesquisa apresentada ao programa de pós-graduação em ensino de história (PROFHISTÓRIA)[3]. O tema de pesquisa surgiu a partir do forte interesse pela relação entre o audiovisual e os diferentes aspectos da história medieval, que começou ainda na graduação onde os primeiros contatos com a historiografia, teorias e autores, se materializou na monografia: **A SOCIEDADE MEDIEVAL NA INGLATERRA DO SÉCULO XII:** imagens do social, cultural e simbólico na minissérie *Os Pilares da Terra*, apresentada em 2014.

Produções audiovisuais, como recurso didático podem proporcionar novas abordagens de análises para atuação dos professores em sala de aula. Ademais, proporcionam a aproximação de estudantes e docentes com a história medieval, período que para muitas pessoas parece distante no tempo e no espaço, por isso o objetivo dessa pesquisa é analisar como as linguagens técnicas do audiovisual foram utilizadas para construir a sociedade medieval inglesa do século XII na minissérie *Os Pilares da Terra (2010)* e de que forma esta pode ser utilizada como recurso didático para as aulas de história medieval.

A MINISSÉRIE OS PILARES DA TERRA

Baseada no livro homônimo do autor britânico Ken Follet, escrito entre as décadas de 70 e 80 do século XX, tem como pano de fundo a guerra de sucessão ao trono de Winchester e a construção da catedral fictícia de Kingsbridge no século XII. A história apresenta também aspectos das experiências cotidianas na Idade Média, como os conflitos de interesses pessoais e coletivos, os espaços de atuação da mulher, a representação do medo, a simonia e as guerras.

---

2 MACEDO, José Rivair. Introdução – Cinema e Idade Média: Perspectivas de Abordagem. In: MACEDO, José Rivair. MONGELLI, Lênia Márcia (orgs.). A *Idade Média no Cinema*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. p. 13-48.

3 Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus I Salvador

A escolha da minissérie como fonte foi definida por se tratar de uma produção recente, filmada entre os anos de 2009 e 2010. Os eventos narrados vão se entrelaçando ao longo do enredo permeados por sentimentos, ações, valores morais e éticos contemporâneos à produção da minissérie, tais como a busca por riqueza, status e as disputas entre os grupos da Igreja Católica. É justamente a profusão dos tempos históricos e dos seus imaginários que instigam a pesquisa.

Também contribuiu para a escolha da minissérie a tecnologia e os maciços investimentos em todos os processos de produção que permitiram imagens cada vez mais elaboradas, capazes de "materializar" o século XII no contexto do reino inglês sob o olhar dos responsáveis pela produção. É latente a intenção de conduzir o telespectador à "sensação de realidade" através de todos os sentimentos e sentidos humanos. Inquietaram-me as diferentes leituras sobre esses aspectos que aparentemente se delineavam numa mistura de "realidade" e "imaginação" aguçando curiosidades e interesses pelo medievo.

RELEVÂNCIA SOCIAL, HISTORIOGRÁFICA E PEDAGÓGICA DA PESQUISA.

Em uma busca realizada no repositório nacional de dissertações do PROFHISTÓRIA, na qual, constatou-se um total de 457 produções entre os anos de 2016 a 2021, das quais 21 abordam direta ou indiretamente o audiovisual e apenas 3 produções sobre a temática medieval, mas que não utilizam filmes e séries como fonte. Por isso, esta pesquisa poderá ser uma importante ferramenta para professores e futuros pesquisadores que utilizam o audiovisual nos estudos/aulas sobre a Idade Média.

Mesmo com esse baixo número de dissertações é importante destacar que o estudo sobre o medievo se encontra como uma das áreas historiográficas que mais sofreu reformulações, teoricamente e metodologicamente[4], sobretudo, com o uso do audiovisual como objeto ou fonte da pesquisa tem possibilitado pesquisas no campo da nova história política e dos estudos de gênero.[5] A Nova História foi crucial para a ampliação da imagem e do som nas pesquisas em História. Ao incorporar novas fontes no trabalho historiográfico essa corrente historiográfica possibilitou várias abordagens sobre um mesmo tema e a inclusão de diferentes sujeitos.

A exemplo dessas novas abordagens Katia Maria Abud destaca que

---

4 RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Introdução.* A Vida Na Idade Média. Maria Eurydice de Barros Ribeiro. (Org.) Brasília. UNB. 1997 p. 08 a 31

5 DUBY, Georges. *As Damas do Século XII.* Tradução de Paul Neves e Maria Lúcia Machado. Companhia das Letras. São Paulo. 2013; LEON, Vick. *Mulheres Audaciosas na Idade Média*. Rosa dos Ventos. 1998

> "[...] o cinema cria possibilidades de construção do conhecimento histórico escolar, pois o filme em sala de aula mobiliza operações mentais que conduzem o aluno a elaborar a consciência histórica, forma de consciência humana relacionada imediatamente com a vida humana prática, e que se constitui, em última instância, no objetivo maior do ensino de História"

Além do mais a mesma autora chama a atenção para o fato que "[...] a história, como disciplina escolar, também é histórica. Isto é, também ela, como campo de conhecimento, passa por mudanças e transformações que a fazem filha do seu tempo [...]"[6] e dentro desta mudança esta o uso de recursos audiovisuais, pois estes estão presentes diariamente na vida dos estudantes e professores.

Os professores Igor Salomão Teixeira e Nilton Mullet Pereira destacam que:

> Pode haver espaço para a Idade Média na base desde que ampliada à compreensão do ensino de História para além dos "usos do passado". Considera-se o ensino de Idade Média uma etapa importante na escolarização básica que pode favorecer a crítica e a compreensão das apropriações feitas do medievo.[7]

Ressaltando que:

> Nesse sentido, algumas reflexões de análise de documentos históricos propostas pelos (as) historiadores (as) podem auxiliar os (as) professores (as) a proporcionar aos alunos e as alunas reflexões sobre as relações passado-presente e criar situações didáticas para que conheçam e dominem procedimentos adequados de como interrogar obras do seu tempo e de outras épocas.[8]

REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA

É importante desacatar que este artigo se encontra no início da pesquisa, por tanto apresentará uma historiografia "inicial" a qual será ampliada e ao longo da pesquisa e seus desdobramentos, como também da contribuição e outros pesquisados e professores que já trilharam ou trilham esse caminho.

Um dos historiadores fundamentais para a compreensão do audiovisual e a história e o francês Marc Ferro, o qual defende que um trabalho de "leitura fílmica", como o

---

6 Idem

7 PEREIRA, Nilton Mullet. TEIXEIRA, Igor Salomão. *A Idade Média nos currículos escolares: as controvérsias nos debates sobre a BNCC.* Diálogos v. 20 n. 3 (2016), 16-29. Disponível em < https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/33538 > Acessado em 25 mai. 2022.

8 NETO, Dirceu Marchini. SILVA, Edlene Oliveira (org.) Curso de Extensão: Ensinando A Idade Média Com Uso De Fontes Históricas Na Educação Básica. Disponível em < https://doity.com.br/ensinandoaidademedia> Acessado em 25 mai. 2022.

que será feito com a minissérie *Os Pilares da Terra,* permite uma consciência histórica paralela à história.[9] Para historiadores e professores as interpretações dessa leitura fílmica seguem diversos caminhos, pois, as produções audiovisuais trazem muitos elementos contemporâneos ao roteiro[10], como sentidos, valores morais e éticos, padrões de beleza, ideologia entre outros.

Portanto, a minissérie constitui-se em um veículo de memória que cria e amplia o imaginário dos estudantes. Nesta pesquisa, o imaginário será analisado através dos gestos, roupas, falas e ações dos personagens como também no cenário, trilha sonora e efeitos especiais.

Ao tratar-se da historiografia clássica sobre o medievo, destacam-se os autores franceses Jacques Le Goff, Reginé Pernoud, Marc Bloch, Georges Duby, Jerôme Baschet, que em suas pesquisas abordam formação e transformação do medievo, história das mulheres, o quotidiano medieval, medo e anseios da sociedade medieval, enfim todos os aspectos sociais políticos econômicos e religiosos do período.

Destacam-se também autores que compõem a nova base teórica para jovens pesquisadores sobre temas do medievo e autores que pensam na relação entre audiovisual e o ensino de história, dentre eles José D´Assunção Barros, Marcos Napolitano, José Rivair Macedo e Lênia Márcia Mongelli, José Nóvoa, Katia Maria Abud, entre outros.

Por se tratar de uma fonte audiovisual a metodologia seguirá na perspectiva da história no cinema e será amparada na crítica sistemática dos mecanismos de linguagem técnica e estética, cadeia de produção, eventos, personagens e processos históricos representados, como também elementos externos, como orienta o historiador Johnni Langer no seu texto Metodologia Para Análise De Estereótipos Em Filmes Históricos.

PRIMEIROS RESULTADOS

A partir das primeiras analises pode-se perceber que as imagens construídas do medievo na minissérie *Os Pilares da Terra*, transitam entre o sagrado e o profano a ênfase recai sobre a construção de imagens cânones do medievo, refletindo um misto de personagens que definem hierarquias e lugares da sociedade representada, demonstrando valores éticos e morais tanto medievais quanto contemporâneos expressos em gestos, roupas, falas e ações, que também refletem ou são influenciadas pelos cenários: condado, mosteiros, catedrais e castelos.

---

9 FERRO Apud MACEDO. *Introdução – Cinema e Idade Média:* Perspectivas de Abordagem. IN: A Idade Média no Cinema. José Rivair Macedo, Lênia Márcia Mongelli. (orgs). São Paulo. Ateliê. 2009. P. 13 a48

10 2009 e 2010 – Período de produção da Minissérie Os Pilares da Terra.

Esses elementos citados acima, serão sistematizados em um guia didático para professores, o qual contribuirá para que estes decodifiquem a linguagem técnica do audiovisual que é capaz de provocar variadas sensações no espectador da minissérie. Espera-se que de posse desse material, o docente possa utilizá-lo para mover conhecimentos com os estudantes, bem como, compreender como eles adquirem outras aprendizagens sobre o que se convencionou chamar de período medieval.

REFERÊNCIAS

Fonte de Pesquisa: GEZZAN, Sergio Mimica; SCOTT, Ridley; SCOTT, Tony. **Os Pilares da Terra.** [Filme Vídeo]. Produção de Ridley Scott e Tony Scott. Direção de Sergio Mimica Gezzan. Alemanha Canadá. Tandem Productions. 2010. 4 DVDs – NTSC. 411 min. Color. Som.

ABUD, Katia Maria. **A Construção de Uma Didática da História**: Algumas Idéias Sobre a Utilização do Filmes no Ensino. Disponível em < https://www.scielo.br/j/his/a/jMrYY4HDZR8RwmNsqrWx7hK/abstract/?lang=pt> Acesso em 07 set. 2022

BARROS, José D´Assunção. Como se Vê a Idade Média. Entrevista concedida a IHU On-line. **Cadernos IHU Em Formação**. – Idade Média e Cinema. São Leopoldo, n 11, p. 29, 12 set. 2005.

DUBY, Georges. **As Damas do Século XII**. Tradução de Paul Neves e Maria Lúcia Machado. Companhia das Letras. São Paulo. 2013; LEON, Vick. *Mulheres Audaciosas na Idade Média*. Rosa dos Ventos. 1998

FERRO Apud MACEDO. **Introdução – Cinema e Idade Média***:* Perspectivas de Abordagem. IN: A Idade Média no Cinema. José Rivair Macedo, Lênia Márcia Mongelli. (orgs). São Paulo. Ateliê. 2009. P. 13 a 48

JÚNIOR, Hilário Franco. Introdução. In:JÚNIOR, Hilário Franco. **A Idade Média, Nascimento do Ocidente***.* São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 9-20.

LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval.** Bauru: EDUSC, 2005.

LOYN. H.R (org). **Dicionário da Idade Média.** Tradução de Álvaro Cabral. Zahar. Rio de Janeiro 1989.

MACEDO, José Rivair. Introdução – Cinema e Idade Média: Perspectivas de Abordagem. In: MACEDO, José Rivair. MONGELLI, Lênia Márcia (orgs.). **A Idade Média no Cinema**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. p. 13-48.

NETO, Dirceu Marchini. SILVA, Edlene Oliveira (org.) **Curso de Extensão**: Ensinando A Idade Média Com Uso De Fontes Históricas Na Educação Básica. Disponível em < https://doity.com.br/ensinandoaidademedia> Acessado em 25 mai. 2022

PEREIRA, Nilton Mullet. TEIXEIRA, Igor Salomão. **A Idade Média nos currículos**

escolares: as controvérsias nos debates sobre a BNCC. Diálogos v. 20 n. 3 (2016), 16-29. Disponivel em < https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/33538> Acessado em 25 mai. 2022.

PERNOUD, Régine. **O Mito da Idade Média**. Sintra: Europa-América, 1978.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. **Introdução***.* A Vida Na Idade Média. Maria Eurydice de Barros Ribeiro. (Org.) Brasília. UNB. 1997 p. 08 a 31

HISTÓRIA E LITERATURA NA SALA DE AULA: O DIÁRIO QUARTO DE DESPEJO ENQUANTO POSSIBILIDADE(S) DE LETRAMENTO HISTÓRICO

Rosane Silva Ramires[1]

RESUMO

Este artigo é um projeto de pesquisa em andamento que pretende descolonizar as aulas de História a partir da Literatura e do letramento histórico. A metodologia de ensino será constituída da participação de estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental no qual realizar-se-á a produção de podcasts a partir da leitura do diário Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus refletindo sobre a feminização da pobreza traduzidas nos marcadores de gênero, raça e classe na segunda metade da década de 1950.

Palavras-Chave: História e Literatura, Letramento Histórico, Carolina Maria de Jesus, Decolonialidade, Ensino de História.

BUSCANDO A COMPREENSÃO HISTÓRICA ATRAVÉS DA LITERATURA

De que forma trazer o universo do letramento para as aulas de História? De que modo propiciar possíveis interpretações sobre um mesmo fato histórico ou época, por exemplo? De que maneira o professor pode sensibilizar os alunos para a compreensão histórica para além das memorizações? O caminho por mim escolhido tem sido o da leitura escrita, isto é, aliar História e Literatura em sala de aula. A literatura por todas sensibilidades e subjetividades nela contida e, por abrigar em si fatos históricos o que pode proporcionar mais elementos para o estudo comparativo dos discursos construídos no livro didático de História utilizado em sala de aula, por exemplo. Borges (2010) coloca a História enquanto processo social, e a literatura, como uma forma de expressão artística da sociedade possuidora de historicidade e como fonte documental para a produção do conhecimento histórico" (BORGES, 2010, p. 94)

Logo, o projeto tem a intenção de trazer a interdisciplinaridade entre História e Literatura enquanto perspectiva para o aprofundamento da disciplina em sala de aula e também do letramento dos alunos. Possibilidades que podem se alargar a partir desse diálogo entre estilos diferentes, pois se uma abriga em si documentos históricos e tem

1 Mestranda em Ensino de História pela UFPB (ProfHistória). Professora vinculada à Secretaria de Educação do Município de Pocinhos.

a responsabilidade de analisar, refutar ou não determinadas fontes para construir sua percepção de passado assinalando que o historiador fala de um lugar social e possui subjetividades; a outra tem a licença poética de não ater-se tão somente ao real para construir suas percepções sobre algum momento vivido pela sociedade e, embora não haja a obrigação com fontes fidedignas para escrever personagens e histórias, a literatura é, em grande medida, uma fonte histórica no qual a História pode encontrar vestígios de como parte da sociedade pensava, por exemplo, o Brasil na década de 1950.

Dessa maneira, a interlocução entre História e Literatura na sala de aula pode trazer outras compreensões sobre os processos históricos que circulavam em torno do Brasil no período intitulado desenvolvimentista. Este projeto inicia-se na cidade de Pocinhos, município localizado no Cariri paraibano, na Escola Municipal Maria da Guia Hermínio Sales, situada na periferia da cidade no qual há um baixo letramento dos discentes.

A História se reinventa assim como todas as ciências humanas. Com o passar do tempo foi possível verificar que apenas memorizar eventos não dava conta de toda complexidade das sociedades através dos tempos. Para compreender os eventos históricos era preciso mais que memória de datas e acontecimentos ou mesmo os feitos dos grandes homens fazia-se necessário questionar, comparar, dialogar com outros saberes logo, viu-se a Geografia, a Sociologia, a Psicanálise, a Antropologia contribuindo para entender melhor as complexidades históricas, assim como, visibilizar outros espaços e atores sociais. A História Cultural é um dos suportes do projeto pois ela discute a respeito de outros modelos explicativos sobre o vivido. Para Pesavento (2004), história e literatura são duas representações sobre o real que podem dialogar entre si e, trazer suporte para percepções outras sobre as histórias de homens e mulheres nas sociedades e, no tempo. Para endossar essa aproximação, ela também recorre a Paul Ricoeur e seu conceito sobre reconfiguração temporal no qual o mesmo afirma que não há a apreensão do passado tal qual ele foi e nem do tempo presente, porém a literatura possibilita um tempo histórico reconstruído pela narrativa. Assim sendo, a literatura é antes de tudo fonte das sensibilidades e, também de um determinado momento histórico. E, é através dessa interdisciplinaridade de olhares que se cruzam que é possível haver ressignificações para sala de aula. Segundo Ferreira (2009), a pesquisa histórica na literatura serve para verificar de que maneira as pessoas se apropriaram do que foi escrito e, de que forma ela contribuiu para influenciar as sociedades em diferentes épocas.

O DIÁRIO (A ESCRITA DE SI) ENQUANTO POSSIBILIDADE(S) DE LETRAMENTO HISTÓRICO

Levar o diário para as aulas de História torna-se desafiador pois vivemos em tempos muito práticos no qual o dinamismo, a rapidez, a lógica, a praticidade, as redes sociais pedem instantaneidade nas informações o que pode prejudicar a formação leitora, por outro lado, tal gênero textual como a escrita de si pode proporcionar aos alunos a consciência de si e do entorno ao qual ele está inserido trazendo a reflexão e introspecção tão necessárias para análise de conceitos históricos. Também suscita outros dois elementos: a imaginação e a abstração pois, por não haver a visualização de imagens no texto escrito o mergulho em outra forma de pensar sobre o mundo se descortina, personagens de outras épocas que falam sobre suas emoções e, suas percepções e, que fizeram parte de um contexto histórico, social, cultural podem proporcionar um diálogo com o passado a partir de demandas da atualidade.

A escolha pela escritora negra mineira Carolina Maria de Jesus (a autora produziu diversas escritas de si, a saber: Diário de Bitita; Quarto de Despejo: Diário de uma favelada; Casa de Alvenaria além de centenas de poemas, letras de música e algumas novelas. Sua literatura foi considerada marginal por muito tempo pois revela a pobreza e fome, contudo, traz a sensibilidade e um olhar aguçado e perspicaz sobre as questões políticas, sociais e históricas de seu tempo) ocorre, em especial, porque a intenção é discutir o porquê da invisibilidade feminina, negra e periférica no contexto histórico que a autora estava inserida e, no qual há tantas mulheres hoje em condições semelhantes e, também porque ainda é tímida a inserção dessas categorias nos livros didáticos de História.

Quarto de Despejo foi escrito em um período histórico brasileiro de promessas de industrialização no país voltadas ao crescimento econômico e propagado nas revistas e rádio da época além da construção de Brasília, a bossa nova, a moda, as colunas da revista O Cruzeiro dirigidas para um público de classe média, branco, patriarcal no qual os papeis femininos e masculinos pareciam bastante definidos.

A reflexão na sala de aula sobre as condições sociais das pessoas que com pouca ou nenhuma instrução escolar, negras, mulheres, homens pobres entendendo esse movimento enquanto construção histórica faz parte do letramento e do letramento histórico. Segundo ROCHA (2020) o letramento inclui o conjunto de práticas (intencionais ou não) que propicia determinadas condições de inserção na cultura escrita de uma sociedade, para além da escolarização. Quais espaços sociais são divididos e, quais as nuances que existem colocadas de forma esporádica nos livros didáticos por esses atores sociais. Construir um projeto de nação sem refletir acerca das desigualdades sociais vividas

no cotidiano de pessoas periféricas e, ao mesmo tempo, discutidas de forma tímida, geralmente no formato de box nos livros didáticos de História, escamoteia a realidade o que dificulta entrever nossa sociedade a partir de outros ângulos históricos, sociais, cul. Logo, é a partir do olhar de Carolina sobre si, sobre Brasil, sobre periferia, sobre o que é ser mulher, negra que gravita a intenção desse projeto que aborda essas duas áreas transpondo fronteiras entre os dois saberes e, buscando a interdisciplinaridade. Vejamos o que ela diz em um dos trechos do diário sobre a condição feminina na Favela do Canindé, zona norte de São Paulo:

> Veio o peixeiro Senhor Antonio Lira e deu-me uns peixes. Vou fazer o almoço. As mulheres saíram, deixou-me em paz por hoje. Elas já deram o espetáculo. A minha porta atualmente é theatro. Todas crianças jogam pedras, mas os meus filhos são os bodes expiatórios, Elas alude que eu não sou casada. Mas eu sou mais feliz do que elas. Elas tem marido. Mas, são obrigadas a pedir esmolas. São sustentadas por associações de caridade. (JESUS, p.23)[2]

INTERSECCIONALIDADE, DECOLONIALIDADE E FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO ENSINO DE HISTÓRIA

Para discutir também em sala de aula sobre as diversas categorias imbricadas, a saber, gênero, raça e classe utilizaremos a interseccionalidade pois esta serve enquanto possibilidade analítica que atravessaram e, atravessam não apenas Carolina Maria, mas mulheres negras e periféricas do período que nos propomos analisar e, também do hoje. Traremos conjuntamente outras discussões que são pertinentes e necessárias para ressignificações sobre o feminino, sobre a questão étnico-racial, sobre a desigualdade social. Collins; Bilge (2021) explicitam que a interseccionalidade mostra como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais marcadas pela diversidade portanto, todas variantes que acompanham o indivíduo passando pela raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária estão interligadas e, precisam.

Lugones (2019) afirma que tais categorias se cruzam. Logo, ser mulher, preta em um país periférico e de periferia não cabe na ordem colocada apenas sob a ótica colonial de gênero, porém pensar a partir de outras visões é necessário para ir além da lógica moderna capitalista. Por isso, em suas palavras, o não moderno traz reflexões não dicotômicas, isto é, compreensões plurais e multifacetadas.

Nesse sentido, propiciar rodas de conversa dentro do ponto de vista de gênero na

2 A grafia das palavras obedece a escrita de Carolina Maria de Jesus em sua obra Quarto de Despejo: diário de uma favelada.

história através da literatura feita por mulheres negras, por exemplo; observando que elas abrigam interseccionalidades porque são diversas e, não tão somente mulheres, nos mostra um caminho possível para desconstrução nas escolas da normatização e, por conseguinte do questionamento do porquê do preconceito, da discriminação, da exclusão existentes e, de uma possível reconstrução, de novas concepções sobre si e sobre o outro e, sobre esse movimento temporal entre pontos do presente e do passado. Em suma, ressignificar segmentos sociais marginalizados levando leituras interseccionais e decoloniais precisam tornar-se um exercício constante na sala de aula.

É necessário perceber que o conceito de decolonialidade deve ser entendido enquanto subversão das leituras feitas a partir de percepções eurocêntricas, patriarcais e, normativas, substituindo-o pelo olhar feminino, étnico-racial e periférico sobre Brasil.

Portanto, observar a feminização da pobreza, conceito pensado pela estadunidense Diane Pearce (1978), que retrata tanto a realidade de Carolina de Jesus na década de 1950 quanto de mulheres nos dias de hoje é relevante à medida que explica de que maneira a desigualdade social também é histórica e se mantém. Tal conceito volta-se para as consequências de mulheres que são provedoras de suas famílias por não dividir as finanças com um parceiro e, se adequam em subempregos, importante entender que a constatação é que essas mulheres são pobres por serem mulheres. Dessa forma, o acesso à educação e à capacitação é dificultado para o gênero feminino, que, consequentemente, não se insere no mercado de trabalho formal. O que compromete uma das fontes de renda destinadas a mulheres chefes de família, a remuneração salarial.

O ensino de História abriga particularidades e complexidades logo, é importante observarmos de que forma tais conteúdos podem ser problematizados. Para tanto, Circe Bittencourt (2008), lembra da relevância de ser considerado diversos fatores ao abordar conceitos históricos na sala de aula, pois há de considerar a maturação e/ou as questões cognitivas e também as questões sociais e culturais. As noções de tempo e espaço devem ser estudadas para trazerem à compreensão das mudanças e permanências nas sociedades através dos tempos. Bittencourt ressalta que a consciência histórica não nasce com o indivíduo e é desenvolvida a partir de diversos fatores psicológicos e, também a partir da interação do aluno com conceitos e discussões a respeito do que é História, para que serve, como os discursos históricos são construídos pois quem fala sobre algo fala de determinado lugar social atendendo a certas expectativas sociais e, o ensino de História não se dá de forma ingênua, sem intenções, pelo contrário, guarda consigo a ideia de construção de nação e, as ideologias portanto, o aluno entender a dinâmica da diversidade de atores sociais de diversas classes e, que o mesmo objeto estudado pode

ter diferentes traduções, dependendo do contexto no qual se encontram, é importante. As ciências humanas são construções contínuas e, falar sobre História não é apenas revisitar o passado é antes de tudo um movimento crítico e reflexivo sobre diversas narrativas que ajudam a entender acontecimentos e personagens da história da humanidade.

Ainda é importante salientar, ao considerarmos apenas o livro didático em sala de aula podemos estar reproduzindo uma ideologia e reforçando padrões ora do Estado, ora de algum setor da sociedade portanto, para utilizarmos o livro didático é preciso também questioná-lo, pois é a partir também das indagações e, dos estudos comparativos com outras fontes que podemos confrontar e, mostrar outra compreensão aos nossos alunos. Segundo Schimdt (2002, p.57) *apud* Orço, Gandolfi e Tuzzi (2014 p. 94), "[...] ao professor cabe ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais de vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de história, temas em problemáticas".

Sendo assim, ao inserirmos estudos comparativos em sala de aula (buscando não cometer anacronismos), levando diversas fontes primárias além da literatura e, propondo reflexões sobre elas, possibilitamos maior compreensão histórica, ou seja, estamos reunindo um conjunto de mecanismos para que os alunos possam refletir, comparar, analisar, investigar a partir de pontos de vista diferentes que não apenas o livro didático de História. Pois o livro didático traz uma linguagem buscando atender um currículo nacional, diretrizes, expectativas, por vezes, que não levam em consideração todas as nuances das sociedades possuindo muito do discurso de quem está no poder no qual, invariavelmente, tem um projeto de nação sendo mais conveniente falar sobre determinando grupo social em detrimento de outro. Por exemplo, a sociedade brasileira traz muitas contradições sociais, culturais, econômicas, históricas. Então privilegiar determinada classe social para nomear um período histórico (como foi da década de 1950 no Brasil) questionando sem o devido aprofundamento as desigualdades existentes nos traz apenas uma parte de nossa história e, as outras histórias, por vezes às margens, precisam ser evidenciadas para observar a sociedade enquanto palco de enfrentamento, antagonismos, discrepâncias, lutas, conquistas, derrotas, avanços e recuos.

Assim, se há alunos que possuem dificuldades na leitura e escrita de que forma podemos trazer o letramento para as aulas de História? A junção da História e Literatura é uma entre tantas possibilidades de entrever o cotidiano e de ponderações sobre um período histórico, por exemplo e, trazer tal vivência a partir das sensibilidades aliando-os aos fatos históricos. Logo, o letramento, também, em História deve transpor o exercício da memória e trazer a capacidade de argumentação, de reflexão. Houve um período de nossa história,

década de 1940, que para considerar-se alfabetizado era necessário apenas assinar o nome. Hoje a ideia de letramento mudou, é necessário não apenas decodificar signos, mas compreendê-los, inferir, utilizar o conhecimento de mundo, buscar novos conceitos. Com o advento das novas tecnologias o mundo tornou-se mais gráfico mesmo assim não menos problemático do ponto de vista de interpretação de textos quer seja eles escritos ou imagéticos. A antropóloga francesa Michèle Petit que coordena desde 2004 um programa internacional sobre a "leitura em espaços de crise" aponta alguns caminhos do porquê os jovens podem habituar-se à leitura de livros e, assim também interferir em seu espaço social:

> Para os jovens, como constatarão, o livro desbanca o audiovisual na medida em que permite sonhar, elaborar um mundo próprio, dar forma à experiência. É um aspecto sobre o qual muitos insistem, principalmente nos meios socialmente desfavorecidos onde, frequentemente, se deseja que os jovens fiquem restritos às leituras mais "úteis". Ora, para rapazes e moças que encontrei, a leitura representava tanto um atalho para elaborar sua subjetividade quanto um meio de chegar ao conhecimento. (PETIT, 2009, p.20)

Ainda Soares (2009) aponta que:

> o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita (SOARES, 2009, p. 39-40).

Portanto, trazer o aluno para trabalhos autorais (a saber, dissertação, tirinha, narrativas, HQ, jogos, entre outros) no qual esteja impresso seus pensamentos a partir não tão somente da leitura do capítulo do livro didático, mas confrontando com diversas fontes no qual possa perceber diversos aspectos de uma mesma realidade faz-se necessário para que o conhecimento histórico seja apreendido e, não tão somente decodificado ou memorizado.

Jorn Rüsen apud Cerri (2011) afirma que não podemos entender o aprendizado de história tão somente a partir de um conglomerado de fatos objetivos, mas o conhecimento histórico deve atuar de forma dinâmica enquanto parte integrante do cotidiano das pessoas. Logo a consciência histórica deve servir para uma leitura do mundo na contemporaneidade, avaliando às perspectivas de futuro sem perder de vistas às experiências do passado. Por isso, o letramento histórico é necessário para que alunos não apenas memorizem eventos, mas dialoguem, reflitam e possam perceber as fissuras, as entrelinhas que há no fazer histórico e, a relação que há entre o hoje e, o ontem.

A metodologia pensada para o produto final em sala de aula refere-se a um levantamento bibliográfico sobre Carolina Maria de Jesus e também a leitura de um dossiê de 2013 observando as estimativas atuais sobre mulheres negras periféricas.

Pesquisa antecipada feita pelos alunos sobre a autora do diário; leitura de trechos do livro, selecionados pela professora (pois, o livro possui 184 páginas o que torna inviável a leitura completa do livro) em sala de aula em um modelo de aula invertida; roda de conversa; estudo comparativo entre o que é exposto por Carolina, a revista *O Cruzeiro* e o livro didático que retrata a época, elaboração de texto argumentativo e, por fim desenvolvimento de um roteiro para feitura do podcast educativo.

O podcast tem servido de ferramenta pedagógica por ser de fácil acesso pois são áudios gravados no qual o aluno pode acessar em qualquer parte de seu dia em seu celular com fone de ouvido ou não. Pode promover a autoaprendizagem e, divulgar esse material pois, quando o aluno está também inserido na construção de tal material ele desenvolve a autonomia, a oralidade, a escrita e, o trabalho colaborativo. Também é um meio no qual pode haver rodas de conversas para alunos do 6º ano do Ensino Fundamental e, debates para alunos do 8º e 9º anos e Ensino Médio, por exemplo.

Para criar um podcast pode-se utilizar uma música de fundo e efeitos sonoros e após o roteiro é necessário transformar esse arquivo em MP3 e, então divulgá-lo. Para tanto existem programas específicos de fácil acesso pois são gratuitos como o *Audacity.* A intenção é que os alunos produzam os podcasts e debatam a respeito dos temas que irão ser tratados a partir da escrita de si de Carolina. A intenção para construção é que haja a construção de um roteiro para as pautas sobre gênero, questão étnico-racial e de classe além de outras questões pertinentes a construção de Brasil que se pensava e a outro Brasil que havia durante o período abordado no diário que coincide com a gestão de Juscelino Kubistchek.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale destacar que a pesquisa está em fase inicial. Portanto, a reflexão trazida aqui não é um retrato conclusivo, trata-se de considerações preliminares a respeito da interdisciplinaridade entre História e Literatura na sala de aula aliadas as discussões sobre gênero, raça e classe e, a feminização da pobreza tais aportes teóricos podem trazer olhares mais aguçados sobre os movimentos históricos no período que propus me debruçar - a segunda metade da década de 1950 - observando o que havia nas entrelinhas daquela sociedade que apresentava um plano de progresso mas que guardava em si as contradições sociais extremas como relata Carolina Maria de Jesus em Quarto de Despejo: diário de uma favelada, assim como, uma sociedade androcêntrica e, ainda pautada na ausência do Estado nas periferias. Além de suscitar um olhar sobre as lacunas

que há nos livros didáticos que por atenderem demandas ora do Estado, ora do sistema capitalista - para poderem competir no mercado editorial - ainda é uma artefato cultural, sendo assim, abriga fissuras as quais várias vozes e modos de enxergar o passado tornam-se praticamente invisíveis pois são lembrados apenas como apêndices não são enxergados em todas suas possibilidades para levar uma maior compreensão do papel da História que é de revisitar o passado a partir de questões pertinentes do presente, sendo assim, a partir desse movimento observar de que maneira histórias são construídas e outras são convenientemente esquecidas e, de que forma podemos trazer á tona os atores/atrizes sociais que também construíram história(s).

REFERÊNCIA

BILGE, Sirma; COLLINS, HILL Patricia. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. 2 ed. São Paulo, Cortez,2008

BORGES, Valdeci Rezende. **História e Literatura:** algumas considerações. Revista de Teoria da História. Ano 1, número 3, junho 2010.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de História e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo:** diário de uma favelada. 1ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2020

LUGONES, Maria. Por um feminismo descolonial. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, pp. 357-378.

ORÇO, Cláudio Luiz; GANDOLFI, Gabriele Juli; TUZZI, Vivian. **O ensino de História na contemporaneidade:** metodologias e linguagens. Unoesc & Ciência – ACHS, Joaçaba, v. 5, n. 1, p. 90-100, jan./jun. 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Mundo Como Texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, Pelotas, p. 31 - 45, 01 set. 2003.

PETIT, Michéle. **Os jovens e a leitura:** uma nova perspectiva. 2ª ed. Tradução Celina Olga de Souza. São Paulo: Editora 34, 2009.

PETIT, Michéle. **História & literatura:** uma velha-nova história, Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, Debates, 2006. Disponível em: http://nuevomundo.revues.org/index1560.html

QUANDO O PASSADO VIRA ENTRETENIMENTO: AS RELAÇÕES ENTRE FICÇÃO E CULTURA HISTÓRICA NA TELEVISÃO BRASILEIRA

Vitória Diniz de Souza[1]

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de identificar as principais produções de ficção histórica realizadas pela teledramaturgia brasileira, entre 2011 e 2021, para entender as relações que estabelecem com a construção de uma cultura histórica nacional. Para atingir tal objetivo, foi feita uma seleção das principais produções, suas sinopses e anos de exibição. Por isso, o diálogo com a noção de representação (HALL, 2016) e cultura histórica (GONTIJO, 2014; 2019) para, desse modo, refletir sobre como o passado tem sido representado pela teledramaturgia brasileira.

Palavras-Chave: Televisão, Cultura Histórica, Representação, Ficção.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a historiografia tem passado por significativas mudanças, dando lugar a novos objetos, sujeitos, fontes, teorias e métodos que permitiram a emergência de novos discursos na escrita da história. Todavia, os historiadores não são os únicos a produzir história, outros grupos e instituições também constroem narrativas acerca do passado, porém, com interesses distintos.

A mídia televisiva tem sido um espaço de produção de representações acerca da história, construindo narrativas sobre a experiência humana em diferentes temporalidades, com o intuito em entreter e conquistar a audiência. Como a historiografia, as representações do passado presentes na televisão também passaram por mudanças, incorporando novos olhares e narrativas menos centradas na figura do homem branco colonizador, embora, essa visão ainda esteja presente.

Desse modo, o presente texto tem como objetivo identificar as principais produções de ficção histórica realizadas pela teledramaturgia brasileira, entre 2011 e 2021, para entender as relações que estabelecem com a construção de uma cultura histórica nacional. Esses são resultados iniciais de uma pesquisa ainda em desenvolvimento que procura problematizar as representações acerca da história e do passado presentes na televisão brasileira.

1 UFRN/SEECT-PB

Sendo um campo de disputas, “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva [...] Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder” (LE GOFF, 1990, p. 476). As escolhas sobre quais sujeitos e histórias merecem ser lembradas, em detrimento de outras, é fruto das relações de poder presentes na sociedade e as produções audiovisuais tem um papel fundamental nisso.

Nesse sentido, não é nenhuma surpresa quando vemos na TV as mesmas histórias, sobre o homem branco colonizador, desbravando um território inóspito e desconhecido, lutando contra os nativos selvagens, em consonância com o imaginário coletivo presente em outros lugares de memória, como museus, monumentos, pinturas. Ao mesmo tempo, que novos sujeitos aparecem timidamente nessas mesmas produções sobre novas perspectivas, apontando a rebeldia e o não conformismo, narrativas fruto das novas pesquisas historiográficas e das lutas do movimento negro por protagonismo.

Assim, procuro discutir nas páginas seguintes sobre como a teledramaturgia pode ser objeto da história, apesar de ainda ser pouco explorada pela historiografia. E, dessa maneira, problematizar as representação do passado produzidas para a televisão e sua participação na construção de uma cultura histórica.

A TELEDRAMATURGIA COMO OBJETO DA HISTÓRIA

A teledramaturgia é um modo de representar histórias na televisão. No Brasil, elas passaram a ser produzidas ainda na década de 1950, na época dos teleteatros[2], até que um novo gênero surgia, a telenovela[3]. Elas disputavam espaço com os seriados, conhecidos como enlatados, trazidos dos Estados Unidos, que faziam muito sucesso.

Mauro Alencar, em seu livro A Hollywood Brasileira (2004), traz um breve panorama sobre o desenvolvimento da teledramaturgia brasileira e como o gênero telenovela foi se tornando o principal produto nacional, alcançando status internacional. Em 2021, comemorou-se os 70 anos da telenovela no Brasil, consagrando a longevidade do gênero e sua relevância social. No entanto, apesar do reconhecimento, a televisão tem sido pouco estudada nas pesquisas historiográficas.

---

2 O teleteatro é um tipo de teledramaturgia em que atores encenam peças teatrais que são gravadas ao vivo, em frente a uma plateia, e essa encenação é transmitida como um programa de televisão. No Brasil, os teleteatros foram as primeiras formas de teledramaturgia apresentadas na televisão (ALENCAR, 2004).

3 A primeira telenovela brasileira foi exibida na TV Tupi de São Paulo, Sua Vida Me Pertence, escrita e dirigida por Walter Forster, estreou em 21 de dezembro de 1951 e permaneceu em exibição até 15 de fevereiro de 1952, tendo cerca de 15 capítulos, exibidos às 20 horas e duas vezes por semana, apresentadas ao vivo. (ALENCAR, 2004).

Conforme Marcos Napolitano (2015), a pouca quantidade de pesquisas que tenham como objeto a televisão é fruto, principalmente, das dificuldades de armazenamento dessas produções. Diferente do cinema, a televisão produz conteúdos diários que, na maioria dos casos, não foram conservados pelas suas produtoras, tendo se perdido muito do que foi produzido. Contudo, as novas tecnologias, como o armazenamento digital, permitiram que alguns desses registros fossem convertidos e salvos em um novo formato, menor e mais prático.

Como é o caso dos *streamings*, plataformas nas quais é cobrada uma taxa mensal dos seus consumidores para terem acesso à inúmeros títulos de produções audiovisuais, como filmes, séries e novelas. O *Globoplay*, por exemplo, tem feito um trabalho de resgate de obras da TV Globo, tendo em seu acervo novelas da década de 1970, como O Bem Amado (1973) e Pecado Capital (1975).

O problema é que esses arquivos não foram disponibilizados, diretamente, para pesquisa e consulta, e sim, para consumo privado e comercial, podendo ser retirado quando a empresa assim desejar. Embora, seja um recurso interessante para os historiadores e historiadoras que queiram enveredar nos caminhos da pesquisa acerca da história da televisão, seja como objeto, mas também como uma fonte.

Sendo assim, para compor o acervo de análise dessa pesquisa, foram selecionados *trailers* e chamadas, aberturas, propagandas, sinopses, dados sobre audiência e notícias de sites especializados encontrados na internet. Verificando assim a recepção da trama em relação ao público e crítica, bem como, as representações que elas produziram acerca da história do Brasil. O uso da internet para compor o arquivo de pesquisa histórica têm sido fundamental em pesquisas recentes, sobretudo, no que se convencionou chamar de História Digital (PRADO, 2021). Apesar da ausência do suporte físico, isso não significa a ausência de uma crítica histórica apurada.

A história tem sido objeto de produções audiovisuais para a TV, desde muito tempo, alcançando notoriedade e público. Por definição, a ficção histórica é um gênero que nasceu na literatura, mas tem sido incorporado pelo cinema e pela televisão. Dessa maneira, uma das suas principais características é a ambientação da narrativa no passado. Romances históricos procuram capturar os detalhes de um período histórico com a maior precisão possível, na busca de “autenticidade”, incluindo normas sociais, roupas, costumes e tradições (MASTERCLASS, 2021).

Muitos romances deste gênero contam histórias fictícias que envolvem figuras históricas reais ou eventos históricos. Tudo é feito de modo que o espectador se sinta imerso em um período do passado, desde a ambientação, o *plot*, as personagens, os

diálogos e conflitos, todos baseados naquele período histórico escolhido, de modo a gerar a sensação de verossimilhança por parte do público, mesmo que a história seja inventada.

Depois da literatura, o cinema tem produzido inúmeras ficções históricas, sendo esse um gênero muito bem recebido pela crítica, o que é demonstrado na popularidade que recebem nas premiações da área. A ficção histórica pode ser usada tanto para legitimar visões ideológicas, na tentativa de glorificar certos grupos e suas demandas. Como é o caso, do filme "O Nascimento de uma Nação", de 1915, que procurava legitimar os movimentos eugenistas americanos, como a organização de supremacia racial branca Ku Klux Klan. Bem como, fazer críticas sociais, como é o caso do filme "12 anos de Escravidão", de 2013, no qual reflete sobre as consequências da escravidão na situação de opressão e violência vivenciada pela população negra americana.

A televisão também têm produzido inúmeras ficções históricas, seja retratando eventos monumentalizados ou aqueles pouco conhecidos da historiografia, através de biografias, dramas de época e versões de obras literárias, como é o caso da "Escrava Isaura", adaptada duas vezes, a primeira em 1976 e a segunda em 2004. A primeira versão é uma das novelas mais exportadas da história alcançando grande popularidade na década de 1980 na União Soviética, durante a Guerra Fria (TELEDRAMATURGIA, s/d). O passado tem servido de ambientação não somente para novelas, mas também, para as minisséries, histórias curtas, mais concisas, que tem sido bem recebidas pela crítica e pelo público.

No período em que se limita essa pesquisa, as produções de ficção histórica para a televisão, se concentraram mais nos folhetins novelescos, sobretudo, em tramas das seis[4], do que nas minisséries. Esse horário é conhecido pelas novelas de época que são as queridinhas do público. Geralmente, os dramas de época se concentram em construir uma narrativa a partir dos valores e costumes de um período histórico, que não precisa, necessariamente, ter o compromisso com fatos popularmente conhecidos.

Embora, outras obras usem eventos da história do Brasil como "pano de fundo" para a ambientação do melodrama, dessa maneira, esses acontecimentos monumentalizados se tornam parte da ação dramática conduzindo os desdobramentos da narrativa. Devido à grande quantidade de produções na teledramaturgia brasileira que tratem da ficcionalização do passado, as escolhas para compor o arquivo de análise dessa pesquisa se baseou nas obras que tratem de dramatizar o que popularmente é conhecido com a "história do Brasil".

---

4 Novela das seis é uma faixa de programação associada às telenovelas brasileiras exibidas na TV Globo, de segunda-feira a sábado, num horário que pode variar das 18h00 até as 18h30, antes dos telejornais locais noturnos.

Por isso, as simples “histórias de época” não foram incorporadas, mas isso não significa menosprezo por essas tramas, apenas uma escolha metodológica.

Portanto, a teledramaturgia enquanto objeto de estudo na pesquisa histórica oferece inúmeras possibilidades de estudos a partir de diferentes enfoques teóricos. As novas tecnologias e o mercado audiovisual digital permite o revigoramento dos estudos sobre a televisão, reconhecendo o lugar da mídia televisiva na produção de representações e discursos sobre o presente-passado e sobre a história.

A REPRESENTAÇÃO DO PASSADO NA TV E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA HISTÓRICA NACIONAL

A história cultural tem trazido novos olhares sobre as produções culturais. A importância em investigar as práticas culturais, seus usos e sentidos em diferentes temporalidades têm permitido novas reflexões acerca do conceito de cultura.

Além disso, a partir dos estudos culturais, novas dimensões foram sendo percebidas, permitindo refletir sobre como os seres humanos constroem sentidos sobre a realidade a partir da criação artística, elaborando valores, costumes e como esses passam a serem compartilhados coletivamente. Segundo Stuart Hall, “As coisas não significam: nós construímos sentido, usando sistemas representacionais – conceitos e signos – da nossa cultura” (HALL, 2016, p. 48). Por isso, as coisas não significam por si mesmas, mas a partir da interpretação que é baseada em códigos próprio da cultura, que podem variar local e temporalmente.

A partir dos estudos de Stuart Hall (2016) sobre cultura, foi utilizado o conceito de representação para entender como a mídia televisiva constrói sentidos sobre o real, sobretudo, sobre o passado do Brasil. O conceito de representação já é utilizado pela história cultural, possibilitando uma crítica sobre as fontes que não são mais detentoras de uma verdade sobre o passado, mas sim, carregada de ideologias e discursos (CHARTIER, 2002). Com a ajuda dos estudos culturais, podemos problematizar a atuação da mídia televisiva na produção de representações sobre o passado, ou seja, como no presente o passado se torna entretenimento.

Assim, o conceito de cultura histórica permite pensar como essas representações produzem sentidos acerca do passado. Sendo a memória um espaço de disputas, marcadas por relações de poder.

> “Esse conceito tem sido pensado desde os anos 1980 e procura dar conta da relação que um grupo mantém com o passado. Não se restringe à historiografia, pois pretende abarcar os múltiplos agentes envolvidos com sua elaboração, os meios pelos quais se difunde, as representações que legitima e sua recepção” (GONTIJO, 2014, p. 45).

Esse conceito nos ajuda a problematizar o lugar da televisão na construção de uma cultura histórica, sobretudo, devido ao seu alcance a nível nacional, atingindo diferentes grupos sociais. Ajudando a visibilizar certas histórias, bem como, construir sentidos sobre eventos do passado. Nesse sentido, foram selecionadas e analisadas produções que traziam a história nacional como bojo central da narrativa ficcional, sendo as tramas históricas fundamentais no desenvolvimento da ação dramática.

Abrindo a década, a primeira produção televisiva a construir uma ficção histórica foi a novela “Amor e Revolução”, exibida entre 5 de abril de 2011 a 13 de janeiro de 2012, no SBT, no horário das 22 horas, com no total 204 capítulos. Ela foi escrita por Tiago Santiago, autor reconhecido pelos seus trabalhos na TV Globo e na Rede Record. A trama contava a história de amor entre dois jovens, Maria Paixão e José Mariano Guerra, que se conheceram em meio a um incêndio na sede da UNE (União Nacional dos Estudantes).

Os dois viveram um amor impossível, devido ao fato do mocinho ser um militar e a mocinha uma militante do movimento estudantil. A história foi ambientada entre São Paulo e Rio de Janeiro no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), sobretudo, no período que ficou conhecido como Anos de Chumbo[5]. Além de ambientar a história, a Ditadura é o mote principal para o desenvolvimento da ação dramática. A novela não teve sua exibição tranquila, além do registro de baixa audiência, sofreu com as reações negativas entre um grupo de militares, quando foi alvo de um abaixo-assinado, com o objetivo de tira-la do ar, acusando a novela de “instigar ainda mais a sociedade contra as Forças Armadas” (EXTRA, 2011). A acusação não deu em nada, mas demonstra como os temas relacionados a ditadura sãos sensíveis.

Além disso, ao final de cada capítulo, trazia depoimentos de vítimas da violência do Estado brasileiro durante a Ditadura Civil-Militar. Utilizava as cenas de tortura como modo de denunciar esses crimes e protagonizou o primeiro beijo lésbico em uma novela, gerando grande repercussão. No ano de exibição da novela, 2011, havia muitas discussões sobre a ausência de punições em relação aos crimes cometidos durante a Ditadura, não

5 Anos de Chumbo é uma denominação usada para fazer referência ao período de maior repressão durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil, nos últimos anos da década de 1960 e início dos anos 1970, sobretudo, durante a vigência do Ato Institucional Número Cinco (AI-5).

sendo coincidência que, no mesmo ano, foi instaurada a Comissão da Verdade[6] para a investigação dos crimes realizados pelo governo militar.

Enquanto isso, em 10 de setembro de 2012, “Lado a Lado” estreava na Rede Globo, sendo encerrada em 9 de março de 2013, com no total 154 capítulos. Escrita pelos autores João Ximenes Braga e Claudia Lage, ela contou a história de duas mulheres que se conhecem no dia dos seus casamentos, tendo as suas vidas completamente mudadas depois desse dia. Laura se casou sem amor com Edgar, um namorado que mal conhece; e Isabel que foi abandonada pelo seu noivo, Zé Maria, perdendo a sua casa no dia da cerimônia.

Ambientada no Rio de Janeiro, entre 1904 a 1910, a trama foi construída em meio as consequências da abolição na vida da população negra, como na representação do” Bota Abaixo”, destruição dos cortiços no centro da cidade em vias da construção da Avenida Central. O surgimento das primeiras favelas, a Revolta da Vacina (1904) e a Revolta da Chibata (1910). Bem como, trouxe discussões sobre a luta política pelos direitos das mulheres e sobre o começo do futebol no Brasil.

A novela foi muito elogiada por apresentar uma visão crítica em relação ao fim da escravidão no Brasil e às políticas higienistas do pós-abolição. Ela trouxe quatro protagonistas, um casal branco e um casal negro e foi inovadora em retratar a população negra, sem ser no lugar do submissão e coadjuvante. Apesar da baixa audiência, foi bem recebida pela crítica, vencendo o Emmy Internacional em 2013.

Com entusiasmo e divulgação, no dia 22 de março de 2017, estreava “Novo Mundo” na Rede Globo, encerrada em 25 de setembro de 2017, com no total 160 capítulos. Escrita pelos autores Thereza Falcão e Alessandro Marson, a novela contou a história da professora de português, Anna Millman, acompanhante da arquiduquesa austríaca Leopoldina, prometida em casamento ao príncipe do trono português Pedro. Anna se apaixonou por Joaquim, um ator em busca de uma nova vida no Brasil, capital do Império Português.

A novela foi ambientada no Rio de Janeiro, entre 1817 e 1822. Com boa recepção do público, retratou a chegada da princesa Leopoldina, seu casamento com D. Pedro I e o processo de Independência do Brasil. De acordo com a autora, Thereza Falcão: “É como se a gente estivesse olhando por trás das cortinas. O acontecimento é o quadro de Pedro Américo, com aquele tanto de gente, mas e os bastidores daquilo? São as coisas que queremos contar”. (FOLHA, 2017).

---

6 Comissão Nacional da Verdade, abreviadamente, Comissão da Verdade, foi um colegiado instituído pelo governo do Brasil, durante o mandato de Dilma Rousseff, para investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, período de atuação dos militares em prol da instauração de uma Ditadura. Ela foi finalizada após a entrega do relatório final, no ano de 2014.

A trama focava mais nas aventuras românticas extraconjugais de Pedro I e na sua conturbada relação com Leopoldina, sua esposa, numa espécie de idealização romântica sobre o casal real. Procurava trazer também outros sujeitos, como indígenas, representados por atores não-indígenas, sem problematizar a relação colonizador e colonizado. Algumas cenas, como "O grito do Ipiranga", é baseada na pintura do Pedro Américo, de 1888, apesar dessa cena nunca ter existido no mundo real, a produção preferiu construiu uma espécie de *live-action*[7] da pintura.

Acompanhando o sucesso de "Novo Mundo", em 9 de agosto de 2021, em meio a pandemia da covid-19, estreava "Nos Tempos do Imperador", encerrada em 5 de fevereiro de 2022, com no total 154 capítulos. Dos mesmos autores, Thereza Falcão e Alessandro Marson, a novela se passava no Rio de Janeiro, entre 1856 a 1870, no período conhecido como Segundo Reinado (1840-1889), contando a história de Pedro II, imperador do Brasil, suas desventuras românticas com a Condessa de Barral e as suas dificuldades em governar uma nação.

A novela teve problemas durante a gravação devido as restrições da pandemia da Covid-19, para evitar a propagação do vírus. Além disso, teve uma recepção negativa do público e da crítica. Gerou polêmicas entre diferentes grupos sociais, sendo acusada de idealizar a família imperial e descaracterizar eventos históricos, como a Guerra do Paraguai (1864-1870), retratando Solano Lopez como um ditador sanguinário que queria dominar o Brasil e Pedro II como o imperador benevolente sem ideais imperialistas, deixando até mesmo a população paraguaia ofendida (CAMPO GRANDE NEWS, 2021). Uma das polêmicas mais conhecidas foi a da cena, entre os personagens Samuel e Pilar, na qual insinuam uma situação de "racismo reverso", enfrentando várias críticas nas redes sociais, tendo a autora pedido desculpas pelo ocorrido (NOTÍCIAS DA TV, 2021).

O folhetim foi alvo de duras críticas por historiadores nas redes sociais e nos vários portais de notícia, devido à falta de precisão histórica, sendo acusada de fantasiar e dar muita liberdade a imaginação. Ao final da produção, saiu a notícia de que a Rede Globo estava investigando uma denúncia, de atrizes e atores, sobre situações de racismo nos bastidores da novela (BERGAMO, 2022), o que trouxe mais visibilidade negativa.

Apesar das contradições, a televisão tem sido o principal espaço de construção de histórias audiovisuais no Brasil, sobretudo, devido ao sucesso da telenovelas. Ao longo desses 70 anos de histórias, inúmeras produções utilizaram o passado como ambientação para a construção das suas narrativas, de modo a encantar o público.

---

7 É o termo que define os trabalhos que são realizados por atores e atrizes reais, ao contrário das animações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teledramaturgia tem sido um espaço de tensões e disputas de diferentes grupos sobre qual História do Brasil deve e/ou merece ser contada. Somente nessas produções aqui citadas, vários discursos permeiam essas construção dessas representações. Vários foram os debates *onlines* sobre a veracidade dos fatos performados na TV, bem como, a exaltação de figuras históricas e a contestação do que vinha sendo exibido.

As produções televisivas têm se apropriado dos discursos historiográficos, bem como daqueles produzidos por outros grupos, de maneira difusa para gerar identificação e sensação de veracidade, mesmo quando não é possível conciliá-los. Como é o caso da família real benevolente e abolicionista em “Nos Tempos do Imperador”, ao mesmo tempo que procurava retratar a luta da população negra pela abolição, tentando coloca-los como se estivessem do mesmo lado da história.

As narrativas, em sua maioria, são conduzidas por um viés elitista, branco, cisheteronormativo e patriarcal, com poucos desvios dessa lógica. Revitalizando figuras e discursos historiográficos há muito tempo problematizados pela pesquisa histórica. Em outros momentos, procuram dar visibilidade a sujeitos pouco conhecidos.

A ficção televisiva, pelo seu alcance e repercussão, constrói representações sobre o passado e contribuem para a construção de sentidos sobre a história nacional, chegando a um público muito maior do que aqueles alcançados pelos historiadores. Por isso, a importância da reflexão sobre essas produções.

A cultura histórica no Brasil tem sido muito ambígua em relação ao valor dado a história, sobretudo, quando o passado é encarado como um ambiente interessante para a contação de histórias, ao mesmo tempo que grande parte da população sabe quase nada sobre a história do seu próprio país. Não sendo incomum a exaltação de figuras históricas monumentalizadas, sem nem saber quem foram.

Se apropriar do espaço da teledramaturgia na construção de representações sobre o passado tem sido privilégio de certos grupos, como modo de legitimar valores e demandas do presente. Por vezes, ela é usada para perpetuar uma visão excludente e saudosista da história e, em outros momentos, como crítica em relação ao passado do Brasil e as violências que permanecem até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. **A Hollywood Brasileira:** panorama da telenovela no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: SENAC RIO, 2004.

BERGAMO, M. Globo recebe denúncia de racismo nas gravações de 'Nos Tempos do Imperador'. **Folha de São Paulo**, 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/02/globo-recebe-denuncia-de-racismo-nas-gravacoes-de-nos-tempos-do-imperador.shtml. Acesso em: 12/09/2022.

CAMPO GRANDE NEWS. Chamada de nova novela das 6 está deixando paraguaios furiosos, entenda. **Campo Grande News**, 2021. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/lado-b/artes-23-08-2011-08/chamada-de-nova-novela-das-6-esta-deixando-paraguaios-furiosos-entenda Acesso em: 10/09/2022.

CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. 2 ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

EXTRA. Abaixo-assinados contra e a favor aumentam repercussão de 'Amor e revolução', do SBT. **Extra**, 2011. Disponível em: https://extra.globo.com/tv-e-lazer/abaixo-assinados-contra-a-favor-aumentam-repercussao-de-amor-revolucao-do-sbt-1593040.html Acesso em: 10/09/2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. Nova novela de época da globo novo mundo tratara de problemas atuais. **Folha de São Paulo**, 2017. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/02/1856107-nova-novela-de-epoca-da-globo-novo-mundo-tratara-de-problemas-atuais.shtml Acesso em: 10/09/2022.

GONTIJO, R. Sobre cultura histórica e usos do passado: a Independência do Brasil em questão. **Almanack,** p. 44-5, 2014.

HALL, S. **Cultura e representação**. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

MASTERCLASS. **What is Historical Fiction?** Definition of the Historical Fiction Genre and Tips for Writing Your Historical Novel, 2021. Disponível em: https://www.masterclass.com/articles/what-is-historical-fiction-definition-of-the-historical-fiction-genre-and-tips-for-writing-your-historical-novel. Acesso: 30/08/22.

NAPOLITANO, M. A história depois do papel. In. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 235-289.

NOTÍCIAS DA TV. Racismo reverso e 'negra invejosa': Nos Tempos do Imperador reforça equívocos. **Notícias da TV**, 2021. Disponível em: https://noticiasdatv-uol-com-br.cdn.ampproject.org/v/s/noticiasdatv.uol.com.br/mobile/noticia/novelas/licenca-poetica-ou-desservico-historiadora-fala-sobre-nos-tempos-do-imperador-poetica-ou-desservico-historiadora-fala-sobre-nos-tempos-do-imperador-64059 Acesso em: 12/09/2022.

PRADO, G. da S. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet.

Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 13, n. 34, p. e0201, 2021. DOI: 10.5965/2175180313342021e0201.

TELEDRAMATURGIA. Amor e Revolução. **Teledramaturgia.** s/d. Disponível em: http://teledramaturgia.com.br/amor-e-revolucao/ Acesso em: 12/09/2022.

TELEDRAMATURGIA. Escrava Isaura. **Teledramaturgia.** s/d. Disponível em: http://teledramaturgia.com.br/escrava-isaura-1976/ Acesso em: 13/09/2022.

TELEDRAMATURGIA. Lado a lado. **Teledramaturgia.** s/d. Disponível em: http://teledramaturgia.com.br/lado-a-lado/ Acesso em: 12/09/2022.

TELEDRAMATURGIA. Novo Mundo. **Teledramaturgia.** s/d. Disponível em: http://teledramaturgia.com.br/novo-mundo/ Acesso em: 12/09/2022.

TELEDRAMATURGIA. Nos Tempos do Imperador. **Teledramaturgia.** s/d. Disponível em: http://teledramaturgia.com.br/nos-tempos-do-imperador/ Acesso em: 12/09/2022.

O RISO COMO EXPRESSÃO DA CRÍTICA: O USO DA CHARGE NO ENSINO DE HISTÓRIA

Waldeci Ferreira Chagas[1]

RESUMO

Neste trabalho, recorremos à charge como fonte passível de leitura em sala de aula que pode ser usada por professores/as de História para ensinar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e indígena, uma vez que trazem representações dos sujeitos negros e indígenas, a exemplo de suas condições na sociedade brasileira, e desta feita, pode ser utilizada para discutir o preconceito que atravessa suas vidas.

Palavras-Chave: ensino de história, charge, cultura afro-brasileira e indígena.

Desde a sua origem, homens e mulheres têm se utilizado dos diversos artefatos e meios para se comunicar uns com os outros, produzir bens materiais de modo a garantir suas existências individuais e coletivas. Nesse exercício de viver, criar e recriar o mundo, os modos de vida e as relações sociais, representações são produzidas, e denotativas da relação sujeito natureza e sociedade.

Logo, são as representações dos fatos vividos por homens e mulheres em diferentes tempos e espaços que interessam aos professores/as de História, uma vez que são evidências da trajetória humana, e são por esses profissionais utilizados para compreender as ações desses sujeitos.

Para tanto, esses profissionais no exercício de ensinar história têm recorrido aos diversos meios e mecanismos, ou seja, se utilizado das diferentes fontes de pesquisas com o intuito de apreender e compreender as condições e modos de vida humana nos mais diversos tempos e espaços. Na condição de professor de História e imerso no fazer pedagógico de ensina história em sala de aula recorri à charge, aqui reconhecida como fonte de pesquisa, uma vez que a representação de um fato ou sujeito social que ela produz está diretamente associada ao contexto de uma época, e através do humor elabora a crítica e provoca o riso. Como ensinar e produzir conhecimento na área de história a partir de uma fonte que instiga o riso? Qual a relação do riso provocado pela charge com a prática de ensinar história?

1 UEPB/NEABI/Campus Guarabira

À primeira vista, a impressão de estudantes é a de que a charge e o riso dela decorrente são utilizados apenas como recursos para dinamizar as aulas de História, deixando-as mais atrativos, e assim professores/as almejam chamar-lhes a atenção para o tema estudado. No entanto, a charge e o riso dela decorrente são coisas sérias. Ou seja,

> Tem força como arma politica e é um recurso utilizado para enfraquecer a posição dos adversários, é conhecido, desde a antiguidade. O aspecto importante no discurso político é ter de tornar o adversário risível ante o público. Apresentar um líder em traços ridículos é uma forma de desacreditá-lo e desmoralizá-lo. Assim, desde a sua consolidação, no inicio do período contemporâneo, a linguagem do riso político se estruturou com base nesses princípios (SOUZA, 2013, p.78).

Não negamos que a charge quando utilizada nas aulas de História provoca o riso, no entanto, sua função não se limita ao entretenimento, ela é muito mais que um recurso risível utilizado pelo/a professor/a de História. Trata-se de uma fonte de pesquisa que possibilita professor/a e estudante compreender como determinado fato e sujeito é visto pela sociedade de uma época, e, portanto, traz uma representação passível de ser analisada, uma vez que advém de um lugar político, ideológico e social e nem sempre a imagem produzida corresponde a realidade dos sujeitos representados; uma vez que as representações.

> {...} não são simples imagens, verdadeiras ou falsas, de uma realidade que lhes seria externa; elas possuem uma energia própria que leva a crer que o mundo ou o passado é, efetivamente, o que dizem que é. Nesse sentido, produzem as brechas que rompem às sociedades e as incorporam nos indivíduos (CHARTIER, 2010, p. 52).

O objeto da prática desenvolvida em sala de aula e que resultou neste trabalho é o riso, decorrente da leitura da charge e considerado um estímulo desencadeador do reflexo motor, fruto da contração coordenada de 15 músculos faciais. Trata-se de um assunto serio. Por isso, é analisado por pesquisadores/as de diferentes áreas do conhecimento, a exemplo da Literatura, Semiótica, Psicologia, Filosofia, Sociologia e História. Segundo Silva (2010), “uma das tendências atuais, sobretudo entre historiadores/as, é de considerar o riso como um dos elementos fundamentais para se compreender costumes e hábitos do passado” (SILVA, 2010, p.211).

Todavia, pesquisadores/as dessa temática tem seguido várias abordagens, que evidenciam sua importância social, cultural e pedagógica. Dentre os/as estudiosos/as são pertinentes às considerações de Silva (2010) visto nas suas reflexões trata-lo como fenômeno psicológico inerente a condição humana. Sobre o riso, esse pesquisador afirmou “o riso sempre esteve ligado aos deuses, tendo um significado divino. Presente nas festas,

não possuía o sentido de diversão, como se conhece hoje" (SILVA, 2010, p.213). Ou seja, o riso como discurso humorístico; perspectiva de análise formulada por Guandalini (2017). Segundo esse pesquisador tal gênero teve início em 1808 com o nascimento da imprensa e no Brasil se consolidou no período de transição do Império para a República centralizado, sobretudo, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo com ênfase no humor político, ou seja, na crítica ao sistema político.

Ainda que tais pesquisadores/as lidem com o jocoso e engraçado e professores/as possam utilizar em sala de aula.

> O estudo do riso, contudo, é muito sério, servindo como porta de entrada para a compreensão dos códigos culturais. Só é possível entender as brincadeiras, as jocosidades, as graças relacionando-as ao seu contexto (CAVEDON e STEFANOWSKI, 2008, p. 139).

O riso é um fenômeno que está diretamente relacionado com o contexto político e social de uma época, visto se referir a algo que se quer legitimar ou deslegitimar. Nessa perspectiva Bakhtin afirma que:

> O riso tem um profundo valor de concepção e o mundo é uma das formas capitais pelos quais se exprime a verdade sobre o mundo na sua totalidade sobre a história, sobre o homem; é o ponto de vista particular e universal sobre o mundo que percebe de forma diferente, embora não menos importante (talvez mais) do que o sério; por isso a grande literatura (que coloca por outro lado problemas universais) deve admiti-lo da mesma forma que ao sério: somente o riso; com efeito, pode ter acesso a certos aspectos extremamente importantes do mundo (BAKHTIN, 2008, p. 57).

Comungando dessa abordagem, no seu trabalho sobre a relação entre riso e humor, as pesquisadoras Cavedon e Stefanowski (2008) analisam como o humor e o riso pode evidenciar, por meio das relações estabelecidas entre proprietários, clientes e fornecedores, a identidade de um grupo de homens que frequentam um Sebo Cultural na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. O riso de que trata essas pesquisadoras não é involuntário, mas provocado por comediógrafos e escritores, ou seja, se trata de um fenômeno cultural e social, que para acontecer necessita de duas ou mais pessoas; uma que o provoca, a outra que rir e uma terceira de quem se rir (CAVEDON e STEFANOWSKI, 2008, p. 139).

Neste trabalho seguiu-se tal perspectiva metodológica, qual seja compreender o riso como decorrente da relação social entre os diferentes sujeitos em sociedade num determinado período.

Não se trata do riso psicológico, como exercício físico e natural inerente ao ser humano, mas o riso enquanto fenômeno social e cultural provocado por alguém que

pretende dizer algo sobre outrem e assim denunciar uma condição ou legitimar.

Neste trabalho, o sujeito que faz rir é o chargista, ou seja, o humorista gráfico, cuja produção artística, a charge, faz parte do universo denominado de humor gráfico, expressão utilizada por Riani (2006), que além da charge, também inclui nesse universo a caricatura, o cartum e a história em quadrinho. Segundo esse autor, devido ao caráter eminentemente crítico do humor gráfico, esse tem perdido espaço nas mídias e na sociedade. Ao analisar as peças publicitárias que participaram das cinco últimas edições do salão de humor de Piracicaba ele percebeu a ausência do humor gráfico como linguagem. Concluiu que a ausência desse tipo de humor nas peças publicitárias se deve aos seguintes fatores: a crítica política que o caracteriza, o que leva os diretores de arte das agências de publicidade a o verem negativamente e o fato de os diretores de arte das agências desconhecerem-no (RIANI, 2006, p. 10). Eis as razões porque neste trabalho nos atemos à charge; expressão artística que leva o/a leitor/a ao riso, e assim denuncia uma condição, fato ou sujeito enunciado e evidencia a crítica.

O USO DA CHARGE NAS AULAS DE HISTÓRIA

À medida que provoca o riso, a charge é aqui compreendida como fonte e como tal pode ser utilizado por professores/as de História para ensinar os mais diversos temas, basta que haja relação entre essa fonte, o conteúdo que esteja sendo trabalhado em sala de aula e o contexto vivido. Acerca dessa questão são pertinentes as considerações de Souza (2013), uma vez que essa pesquisadora recorreu à charge como fonte para analisar a representação da pessoa negra e a construção de sua identidade, ou seja, a contribuição dessa arte na construção da identidade negra. Para tanto, discute o conceito de identidade cultural e etnicidade, e os empecilhos que essas pessoas enfrentam no processo de construção de sua identidade, uma vez que as representações sobre elas nem sempre são positivas e os representa, o que faz com que suas praticas culturais, ainda que estejam presentes no cotidiano da sociedade e da escola são negadas e invisibilizadas. Essa pesquisadora ainda afirma que o/a professor/a de História pode a partir de a charge trabalhar a cultura afro-brasileira de modo a positiva-la e assim colaborar com os estudantes negros no processo de construção de suas identidades étnicas, sobretudo, porque eles não são o que as charges estão representando.

A discussão que fazemos neste trabalho trata de uma experiência desenvolvida em sala de aula com estudantes do Curso de História da UEPB, Campus Guarabira na área da educação para as relações étnico-raciais; modalidade de educação instituída desde

2003 através da Lei 10.639/2003 que trouxe a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira no currículo da escola da educação básica. Em 2008 com a Lei 11.645/2008, acrescentou-se ao currículo escolar a história e cultura indígena.

É recente o fato de as matrizes indígenas e negras que estão na formação do Brasil integrar o currículo da escola da educação básica. Ainda que haja a obrigatoriedade estabelecida por ambas às leis, o fazer de professores/as na escola com essa temática nem sempre se faz de modo a possibilitar aos estudantes compreenderem a história e a cultura afro-brasileira de modo amplo e permanente; esses conteúdos quando estudados são tratados de modo pontual e como parte da pedagogia de eventos e não do currículo escolar permanente, visto que é comum ações pedagógicas apenas em 20 de novembro, dia alusivo a "consciência negra".

Tal realidade incidiu sobre os cursos de licenciaturas; estes tiveram que incluir nos seus currículos componentes relativos à história e cultura afro-brasileira e indígena, e diferente da escola da educação básica a discussão nas instituições de ensino superior é permanente, pois integra o currículo através do componente curricular História da África e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

O objeto de discussão deste trabalho integrou a prática desenvolvida com estudantes do Curso de Graduação em História da UEPB, Campus Guarabira, junto ao componente Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, que integra o currículo de tal curso.

Nesse exercício se utilizou a charge, visto possibilitar aos estudantes e professores/as no cotidiano das suas praticas em sala de aula discutir as condições das diversas etnias que compõem a sociedade brasileira e estão na matriz cultural dessa nação. Recorreu-se especificamente a charge para discutir o racismo vivenciado pela mulher negra.

A produção do chargista como fonte de pesquisa tem se transformado ao longo da história e acompanhado as transformações porque passa a sociedade brasileira. Ela está presente no livro didático de História, nos jornais, revistas, assim como nos sites e pode ser utilizada por professores/as de História em sala de aula para discutir sobre o racismo, uma vez que esse fenômeno social, ainda é uma realidade recorrente no Brasil.

A charge como arte produz uma representação sobre qualquer fato ou sujeito social, a primeira vista desperta no leitor o riso, e o leva a enxergar criticamente o sujeito representado, uma evidencia de que os chargistas mudaram a abordagem com que tem representado os sujeitos sociais, sobretudo, as pessoas negras.

Se outrora era comum às charges reproduzirem os estereótipos historicamente consagrados à pessoa negra com inferior e subalterno, hoje a dinâmica mudou. As pessoas negras, sobretudo, as mulheres quando representadas nem sempre estão em situações

que reproduzem os estereótipos outrora naturalizados.

Ainda que essa arte provoque no/a leitor/a o riso, não se trata do riso desqualificante da pessoa negra representada, mas o riso denotativo de sua existência e resistência contra o estereótipo inferiorizante e desqualificante de sua condição, outrora naturalizada pela sociedade. Ou o riso denunciador da condição socioeconômica de tal pessoa.

Fonte: http://www.ccms.saude.gov.br/igualdaderacialnosus/charges.php

A mudança de perspectiva no modo de os chargistas representarem as pessoas negras é decorrente das mobilizações e ações políticas contra o racismo empreendidas pelos movimentos sociais negros no Brasil desde os anos 1970. Este movimento desde sua fundação em 1978 tem educado os sujeitos nas relações estabelecidas em sociedade a enxergarem os negros/as por outras lentes e perfis, e assim identificar suas práticas de resistências, tornando-se também antirracistas.

Como sujeito imerso no processo de transformação porque passam à sociedade brasileira e as práticas nela desenvolvidas, os chargistas têm mudado suas perspectivas de representações das pessoas negras e trazido outras imagens reveladoras das condições políticas e sociais dessa gente, sobretudo, o engajamento político. Por outro lado denuncia o preconceito racial ainda recorrente no Brasil, e usa sua arte para levar o leitor/a refletir sobre o modo como às pessoas negras ainda são tratadas ou reconhecidas na sociedade brasileira.

Na charge em questão, a mulher negra representada tem voz e a utiliza para se contrapor ao comportamento racista demonstrado pela mulher branca que aponta o cabelo da negra como ruim. Para tanto, a mulher negra questiona a branca sobre que mal o seu cabelo lhe fez para ela não gostar dele e dizer que é ruim. A mulher negra representada na charge não está estereotipada, embora seu comportamento de questionamento e resistência evidencie um estereótipo contra o qual está se opondo, o de que o seu cabelo é ruim. Por sua vez a charge denuncia que o racismo no Brasil ainda é recorrente, e se reproduz de modo natural nas relações que cotidianamente se mantém em sociedade.

Na discussão política desencadeada pelo movimento de mulheres, o discurso recorrente é o de que todas são iguais, ou seja, passam pelos mesmos processos de desrespeitos, sobretudo, no mundo do trabalho. Tal realidade custou caro ao movimento feminista, que demorou em reconhecer que o fato de ser mulher, não a torna igual. Mulher é diferente, portanto, há mulheres, ainda que todas sejam desrespeitadas, as mulheres negras sofrem mais que as brancas; visto que são preteridas para casar e no mercado de trabalho são as primeiras a serem demitidas.

Fonte: http://www.ccms.saude.gov.br/igualdaderacialnosus/charges.php

Se hoje a discussão da interseção de gênero e raça está na pauta dos movimentos de mulheres negras, nem sempre essa questão é reconhecida por quem elabora e gestam as políticas públicas destinadas as mulheres, principalmente nos itens violência, emprego e renda; questão que levou as mulheres negras a organizar o feminismo negro; movimento que quando da discussão e construção de políticas públicas para mulheres tem denunciado o racismo institucional e estrutural, comum nas ações de gestores públicos que insistem em não reconhecer a interseção gênero e raça como definidor da condição da mulher negra. Por ser negra tal mulher está abaixo da mulher branca, do homem branco e do homem negro. Ou seja, ela é ainda mais excluída entre os excluídos.

No Brasil do século XXI não é possível que pessoas negras continuem sendo representadas de modo estereotipadas, e sendo motivo do riso escarnecedor e desqualificante, sobretudo, porque o riso não é um ato desinteressado, deslocado, absorto, e ingênuo. O riso denota ou expressa compreensão acerca de algo que está em evidência ou se pretende forte, imbatível e poderoso. Aqui não se rir do racismo vivenciado pela mulher negra, mas das pessoas que o insistem em mantê-lo e por extensão desqualifica as ações e discursos de resistência elaborados por elas.

Por isso, sorrir não é um exercício aleatório, ainda que quem o faça rir, às vezes seja engraçado. Quem rir, se comunica com o outro e diz sobre o objeto enunciado, uma vez que o riso é um instrumento de regulação e de controle dos desvios sociais, ele celebra o ser social e se constitui um instrumento de regulação e de controle dos desvios sociais (SILVA, 2010, p. 227).

O riso é por extensão, um ato social e político; razão porque rir seja considerado perigoso, uma vez que expressa contestação. Por essa razão já foi proibido, uma vez que quem rir reler a pessoa ou o fato de que se rir. O riso não é perene, mas subvertido.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: O contexto de François Rabelais. Brasília: UCITEC, 2008.

CAVEDON, Neusa Rolita, STEFANOWSKI Fabiana de Lima. O Riso que Integra, o Riso que Separa: identidade organizacional em um sebo de Porto Alegre. In. **Organizações e Sociedade**. - v.15 - n.46 - Julho/Setembro – 2008 [Internet]. [citado em 17 de agosto de 2022];15(46). Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10971.

CHARTIER, Roger. **A História ou a Leitura do Tempo**. Tradução Cristina Antunes. – Belo Horizonte: Autêntica 2010.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma. In. **Revista**

Domínios da Imagem, Londrina, V. I, N. 2, p. 7-26, Maio 2008. Disponível em https://www.academia.edu/43273460/Conceito_de_caricatura_n%C3%A3o_tem_gra%C3%A7a_nenhuma.

GUANDALINI, Izabela Gama. O que há por trás do riso: a história do humor brasileiro e as projeções sobre o seu futuro. In. **Anais do Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba - PR – 04 a 09/09/2017.

Igualdade Racial no SUS é Pra Valer. Disponível em http://www.ccms.saude.gov.br/igualdaderacialnosus/index.php.

RIANI, Camilo. Visual, Humor Gráfico & Publicidade: Cadê Vocês?! In. **Anais do Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação** INTERCOM SUDESTE 2006 – XI Simpósio de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Ribeirão Preto, SP - 22 a 24 de maio de 2006.

SILVA, Fernando Moreno da. As Várias Faces do Riso. In. **Travessias**, Cascavel, v. 4, n. 1, 2010. Acesso em: 17 ago. 2022. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3594.

SOUZA, Maria Lindaci Gomes de. Representações do Negro através das Iconografias Humorísticas: a sátira e a ironia como tática usada para desvelar no cotidiano escolar. In. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 75-93, jan.-jun. 2013.

ST 8

HISTÓRIA E MÚSICA

Ms. Ivan Luís Lima Cavalcanti (Universidade do Porto)
Ms Diogo José Freitas do Egypto (UFPB)

JOSEF MENGELE, O "ANJO DA MORTE" DE AUSCHWITZ: UMA ANÁLISE DA CANÇÃO "ANGEL OF DEATH", DO SLAYER

Eduardo Henrique Cunha Szilagyi[1]
Lauro Wanderley Meller[2]

RESUMO

Este artigo se insere dentro das atividades do projeto de pesquisa "Heavy Metal e História: aproximações e caminhos metodológicos" (PROPESQ-UFRN PIJ18963-2021), e propõe-se a fazer uma análise da canção "Angel of Death", do Slayer, banda norte-americana de Thrash Metal. Nosso objetivo geral é analisar como ocorre a apropriação de relatos biográficos em canções de Heavy Metal – no caso em tela, a do médico nazista Josef Mengele. Para isso, estruturamos o artigo em três seções, além da introdução e das considerações finais. Inicialmente, falaremos um pouco sobre o Slayer, e sobre algumas características do subgênero ao qual a banda se vincula, o Thrash Metal; segue-se uma breve biografia sobre o personagem histórico ao qual a canção alude, Mengele, com base em uma obra de referência (POSNER & WARE, 2000) e em documentários disponíveis na internet; por fim, faremos uma detalhada análise da canção, estabelecendo as conexões existentes entre seus elementos lítero-musicais (FRITH, 1996) e o biografado. Concluímos que, apesar de a canção ser um gênero que goza de total liberdade criativa, em "Angel of Death" seus compositores apostaram num relato compatível com o que registra a historiografia, explorando elementos musicais como o timbre (das guitarras distorcidas e da voz) e o andamento (acelerado), para potencializarem a construção do personagem.

Palavras-Chave: Josef Mengele; Auschwitz; Slayer; Angel of Death; Thrash metal

INTRODUÇÃO

Dentre os gêneros da Música Popular, o Heavy Metal está entre aqueles que mais se utilizam da História como fonte de inspiração para suas canções. Seja com conflitos bélicos, personagens históricos ou eventos marcantes no desenvolvimento da humanidade, os artistas de Metal fazem uso desses temas e constroem suas próprias narrativas baseadas neles, aproveitando os contextos trágicos e cruéis desses eventos para aprofundarem ainda mais o caráter perverso e provocativo de suas canções. Por isso, é comum que

1 Graduando do Bacharelado em Ciências e Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista de IC do projeto "Heavy Metal e História: aproximações e caminhos metodológicos".

2 Doutor em Letras pela PUC-Minas. Professor da Escola de Ciências e Tecnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordenador do projeto "Heavy Metal e História: aproximações e caminhos metodológicos".

abordem temas como morte, guerras, tortura e crueldade.

Isso posto, esta pesquisa tem como objeto a faixa “Angel of Death”, da banda norte-americana de Thrash Metal Slayer, cuja letra descreve os cruéis experimentos realizados pelo médico nazista Josef Mengele no campo de concentração de Auschwitz.

Como base bibliográfica, utilizaremos a biografia escrita por Gerald Posner e John Ware (2000), bem como filmes e documentários sobre o Nazismo, em particular aqueles cujo enfoque recai sobre a chamada “Solução Final”, isto é, o extermínio em massa de grupos étnicos e de minorias perseguidas pelo regime nazista, como os judeus, os homossexuais, os ciganos e as Testemunhas de Jeová, dentre outros. Para a análise propriamente dita da canção, isto é, para o exame de seus elementos constituintes, em particular a letra e a música, partimos da atenta audição do fonograma original de estúdio, e levaremos em consideração os apontamentos feitos por Simon Frith (1996).

O SURGIMENTO DO THRASH METAL E DO SLAYER

No início dos anos 1980, dez anos após o surgimento do gênero Heavy Metal, inaugurado pelo Black Sabbath em seu disco de estreia (1970), começaram a surgir vários subgêneros. Dentre eles, o Thrash Metal, que se caracterizava por um andamento bastante acelerado e pelo “peso” proporcionado pelo uso de pedal duplo no bumbo da bateria.

Não se sabe, com exatidão, quem foi o responsável pela criação do termo “Thrash Metal”, mas a palavra “thrash” é entendida como a reação do público durante as apresentações, que era de “destruir” tudo no caminho. O Slayer entra neste cenário como um de seus precursores, sendo parte da chamada “Big Four of Thrash Metal” junto com as bandas Anthrax, Megadeth e Metallica.

Formada em 1981, o Slayer começou sua carreira tocando versões cover de Iron Maiden e Judas Priest em clubes e festas no sul da Califórnia, onde, como estratégia para atrair fãs, revestia suas performances de elementos satânicos e agressivos. Após ser convidada por Brian Slagel, fundador da Metal Blade Records, para participarem da compilação *Metal Massacre 3*, a banda recebeu um contrato oficial com a gravadora. Assim, lançaram seus dois primeiros discos: *Show No Mercy* (1983) e *Hell Awaits* (1985), pontapé inicial de uma longa carreira.

Ao longo dos seus mais de 30 anos em atividade, a banda lançou dois álbuns ao vivo, treze videoclipes, 18 singles, dois EPs e onze álbuns de estúdio, sendo nomeada cinco vezes para o Grammy na categoria “Melhor Performance de Metal”, das quais ganhou duas, além de receber quatro discos de ouro pela RIAA (Associação Americana

da Indústria de Gravação). Tocou em vários festivais de música ao redor do mundo, tendo realizado mais de 150 shows em 30 países diferentes em sua turnê de despedida (2018).

As canções do Slayer são marcadas por temáticas polêmicas, abordando assuntos como satanismo, religião, guerras e *serial killers*. Apesar de as letras serem em sua maioria fictícias, algumas delas são inspiradas em personagens reais. Esse é o caso de "Angel of Death", sobre o médico e oficial nazista Josef Mengele.

O "ANJO DA MORTE" DE AUSCHWITZ

Josef Mengele nasceu em 16 de março de 1911 em Gunzburg, Alemanha, primeiro filho de Karl e Walburga Mengele. Seu pai era proprietário de uma empresa produtora de máquinas agrícolas, e Josef Mengele, ou "Beppo", como era conhecido no seio familiar, era visto como uma criança abençoada, mais inteligente que seus dois irmãos mais novos. Um jovem culto, desde cedo desenvolveu fascínio pela música e pela arte, mas foi no ensino médio que a biologia, a zoologia, a física e a filosofia chamaram sua atenção. Em especial, o jovem Josef interessou-se pela Antropologia, estudo do ser humano como ser biológico, social e cultural.

Ao passar nos exames finais do ensino médio, em 1930 – com boas notas, porém não excepcionais –, Josef considerou tornar-se um dentista, pela possibilidade de ser essa uma profissão lucrativa, já que em sua cidade natal não havia nenhum especialista nesse ramo. No entanto, optou, por fim, pelo estudo da Medicina, com ênfase em "antropologia e genética humana".

Em outubro do mesmo ano, Mengele dirigiu-se para Munique, onde as ideias do Partido Nacional-Socialista de Adolf Hitler estavam rapidamente se propagando. Em suma, ele e seus correligionários culpavam os políticos judeus pela rendição da Alemanha na Primeira Guerra Mundial e pelo consequente esfacelamento da economia nacional, usando esse grupo étnico e religioso como bode expiatório.

Paralelamente, os nazistas alimentavam na população o sonho de um novo império alemão, o III Reich, formado *exclusivamente* por indivíduos de raça ariana, supostamente superiores. Estava aí o germe da política de extermínio que se seguiria, com a qual Josef Mengele imediatamente se identificou.

Durante seu tempo na Universidade, o jovem acadêmico foi influenciado por vários professores que se alinhavam com o discurso nazista, acreditando, por exemplo, na ideia de que médicos deveriam destruir "vida desprovida de valor". Assim, foram promulgadas leis de esterilização compulsória, em que se enquadravam os esquizofrênicos, os maníaco-

depressivos, os epilépticos e os portadores de cegueira hereditária, entre outros.

Os apoiadores do movimento nazista estavam dispostos a fazer tudo que fosse necessário para aprimorar a "qualidade" da raça alemã, como aplicar eutanásia forçada ou conceder uma morte "piedosa" para os insanos incuráveis. Os grupos que os nazistas julgassem "biologicamente inferiores" seriam alvo da infame "Solução Final", isto é, a morte em campos de extermínio, um projeto arquitetado por Adolf Eichmann, um dos oficiais de confiança de Hitler. A figura do médico ganharia assim um status de guardião da raça ariana, responsável por fazer essa triagem.

Foi no verão de 1936 que Mengele passou em seus exames finais, recebendo seu diploma de Medicina em julho de 1938. Poucos meses depois, conheceu Irene Schoenbein, filha de um professor universitário e sua futura esposa.

Descontente com a vida de trabalhador, o agora Dr. Mengele ansiava poder voltar para seus estudos em genética. Assim, no primeiro dia do ano de 1937, após a recomendação de um de seus antigos mestres, ele se tornou assistente de pesquisa no Instituto do Terceiro Reich para Hereditariedade, Biologia e *Pureza Racial* na Universidade de Frankfurt, coordenado pelo Professor Otmar Freiherr von Verschuer, declarado apoiador de Adolf Hitler.

Já totalmente imerso nas teorias e doutrinas nazistas, o jovem médico enviou sua candidatura ao Partido em maio de 1937. Como membro pagante e tendo o suporte do professor Verschuer, sua rápida ascensão na hierarquia nazista estava garantida. Determinado a ser aceito em uma unidade SS, Mengele fez treinamento básico do exército como pré-requisito para integrar as unidades de elite, e depois voltou para a universidade de Frankfurt, dando continuidade à sua pesquisa, até juntar-se ao exército, em junho de 1940. Em maio de 1943, foi convocado para um vasto campo cercado de arame farpado em um vale pantanoso, a uma hora de distância de Cracóvia, no sul da Polônia. Seu nome: Auschwitz.

Na época de sua chegada, o campo de concentração já abrigava quase 140.000 prisioneiros, estendia-se por quilômetros em todas as direções e possuía câmaras de gás e crematórios. Em um dia claro, as chamas e a fumaça negra podiam ser vistas a quase 50 quilômetros de distância.

Foi ali que Josef Mengele montou sua "clínica", realizando pesquisas genéticas em seres humanos. Fazendo uso de gêmeos idênticos, anões e pessoas com anormalidades físicas como suas principais cobaias, pretendia provar o predomínio da hereditariedade sobre o ambiente, a fim de reforçar a premissa nazista da superioridade da raça ariana. Para esse propósito, conduziu experimentos sem qualquer apreço pela saúde ou pela

segurança das vítimas. Mengele assassinou, com retoques de crueldade, crianças e mulheres grávidas, e sistematicamente infectou pessoas com doenças ou as mutilava, com o simples propósito de observar os resultados – mas jamais de curá-las.

Sob suas ordens, foi montado um jardim de infância para crianças que viriam a ser cobaias de seus experimentos. Elas recebiam roupas novas, eram nutridas com boa comida e o "Tio Mengele", como ele se apresentava, chegava a lhes oferecer doces. É estarrecedor pensar que essa figura amigável foi pessoalmente responsável por um número indeterminado de mortes por injeção letal. Posner e Ware, seus biógrafos, revelam que Mengele chegou a introduzir clorofórmio no coração de 14 crianças em uma mesma noite para garantir uma morte rápida e que não "danificasse" a cobaia. Assoviando árias italianas, preparava certidões de óbito falsas, em que se lia "morte natural". Há também diversos relatos de mortes por fuzilamento, espancamentos e experimentos letais que são um testemunho da total indiferença de Mengele por suas vítimas, que as sacrificava "pelo bem da ciência".

Seus experimentos com gêmeos contavam com exames e medições semanais de seus atributos físicos, conduzidos por ele ou por um de seus assistentes, bem como amputações desnecessárias de membros, infecção de um gêmeo com tifo ou com outras doenças, e transfusões de sangue de um gêmeo para o outro. Muitas das vítimas morriam durante ou após esses procedimentos, tendo seus corpos dissecados para avaliar os resultados dos testes. Se um gêmeo morria de doença, Mengele matava o outro para que pudessem ser comparados *post mortem*. Certa vez, obrigou duas irmãs a fazerem sexo com outros gêmeos, a fim de descobrir se gêmeos iriam reproduzir outros gêmeos.

Mesmo tendo sido o médico mais cruel de Auschwitz, Mengele nunca pagou por seus crimes. Ele fugiu da Alemanha em abril de 1949, nos pós-guerra, temendo por sua captura. Apoiado por uma rede de ex-membros da SS, viajou para Gênova, onde obteve um passaporte falso e navegou para a Argentina, em julho do mesmo ano. Passou o resto de sua vida fugindo pelos países da América do Sul, e enfim encontrou sua morte em 7 de fevereiro de 1979, na estância costeira de Bertioga, em São Paulo, onde teve um acidente vascular cerebral ao nadar na Praia da Enseada, afogando-se em seguida.

ANÁLISE MUSICAL

"Angel of Death" foi lançada no terceiro álbum do Slayer, *Reign in Blood* (1986), considerado uma obra-prima da banda. A seu respeito, a revista *Kerrang!* considerou-o "o álbum mais pesado de todos os tempos". Trata-se da faixa de abertura do disco e aquela com maior duração (4min51s).

A seguir, iremos analisar a canção de forma detalhada, buscando entender como o Slayer recriou, em letra e música, esse macabro personagem. Para que o leitor possa melhor acompanhar a análise, começamos por transcrever a letra da canção, com uma tradução livre em português, à direita, e com indicações sobre a numeração das estrofes e do refrão:

I	I
Auschwitz, the meaning of pain	Auschwitz, o significado da dor
The way that I want you to die	**A maneira que eu quero que você morra**
Slow death, immense decay	Morte lenta, imensa decadência
Showers that cleanse you of your life	Chuveiros que limpam você de sua vida
II	II
Forced in like cattle, you run	Forçado a entrar como gado, você corre
Stripped of your life's worth	Despojado do valor da sua vida
Human mice, for the Angel of Death	Ratos humanos, para o Anjo da Morte
Four hundred thousand more to die	Quatrocentos mil mais para morrer
R1	R1
Angel of Death	Anjo da Morte
Monarch to the kingdom of the dead	Monarca do reino dos mortos
III	III
Sadistic, surgeon of demise	Sádico, cirurgião da morte
Sadist of the noblest blood	Sádico do sangue mais nobre
Destroying without mercy	Destruindo sem piedade
To benefit the Aryan race	Para beneficiar a raça ariana
IV	IV
Surgery with no anesthesia	Cirurgia sem anestesia
Feel the knife pierce you intensely	Sinta a faca te perfurar intensamente
Inferior, no use to mankind	Inferior, sem uso para a humanidade
Strapped down, screaming out to die	Amarrado, gritando para morrer
R2	R2
Angel of Death	Anjo da Morte
Monarch to the kingdom of the dead	Monarca para o reino dos mortos
Infamous butcher	Açougueiro infame
Angel of Death	Anjo da Morte
V	V
Pumped with fluid, inside your brain	Bombeado com fluido, dentro do seu cérebro
Pressure in your skull begins pushing through your eyes	A pressão em seu crânio começa a empurrar seus olhos
Burning flesh, drips away	Carne ardente, escorre
Test of heat burns your skin, your mind starts to boil	Teste de calor queima sua pele, sua mente começa a ferver
VI	VI
Frigid cold, cracks your limbs	Frio extremo, quebra seus membros
How long can you last in this frozen water burial?	Quanto tempo você pode durar neste enterro de água congelada?
Sewn together, joining heads	Costurados, juntando cabeças
Just a matter of time 'til you rip yourselves apart	Apenas uma questão de tempo até que vocês se rasguem para se separar
Middle 8 (1)	*Middle 8 (1)*
Millions laid out in their crowded tombs	Milhões dispostos em seus túmulos lotados
Sickening ways to achieve the holocaust	Maneiras doentias de alcançar o holocausto
VII	VII
Seas of blood, bury life	Mares de sangue, enterre a vida
Smell your death as it burns deep inside of you	Cheire sua morte enquanto ela queima profundamente dentro de você
Abacinate, eyes that bleed	Abacinar, olhos que sangram
Praying for the end of your wide awake nightmare	Orando pelo fim do seu pesadelo acordado

VIII	VIII
Wings of pain reach out for you	Asas de dor alcançam você
His face of death staring down, your blood's running cold	Seu rosto de morte olhando para baixo, seu sangue está frio
Injecting cells, dying eyes	Injetando células, tingindo olhos
Feeding on the screams of the mutant he's creating	Alimentando-se dos gritos do mutante que ele está criando
Middle 8 (2)	*Middle 8 (2)*
Pathetic harmless victims left to die	Patéticas e inofensivas vítimas deixadas para morrer
Rancid Angel of Death flying free	Rançoso Anjo da Morte voando livre
R3	R3
Angel of Death	Anjo da Morte
Monarch to the kingdom of the dead	Monarca para o reino dos mortos
Infamous butcher	Açougueiro infame
Angel of Death	Anjo da Morte
Angel of Death	Anjo da Morte

Passemos, agora, a uma análise da canção e de seus elementos lítero-musicais. Acrescentamos uma minutagem, para melhor compreensão.

A canção se inicia com uma introdução instrumental executada pelas guitarras, em andamento acelerado, com ataques do baixo e da bateria (00min00s – 00min38s), anunciando um ambiente de tensão. A voz entra aos 18 segundos, num grito desesperado, que começa em registro agudo e que vai gradualmente tornando-se mais grave. Pode-se semioticamente interpretar esse elemento como se o indivíduo – que logo saberemos tratar-se de uma das vítimas do "Anjo da Morte" – estivesse caindo num poço (de desespero, medo, terror).

Após os acordes iniciais da primeira estrofe, ouve-se a primeira palavra da canção: "Auschwitz". Ela imediatamente localiza o eu lírico, fazendo com que o ouvinte associe o acompanhamento musical à letra.

Se o grito desesperado ouvidos nos segundos iniciais da faixa sem dúvida representam uma vítima, versos como "The way that **I** want **you** to die" permitem-nos inferir tratar-se da voz do próprio Mengele, indicando a mudança de foco narrativo e uma multiplicidade de vozes (*polifonia*, no sentido bakhtiniano).

Nessa linha, o cenário descrito nas primeiras estrofes é o da chegada das vítimas no campo de concentração, seja sob a perspectiva delas, seja sob a do carrasco. Há a descrição de pessoas sendo executadas de várias formas e a menção a "400 mil outros para morrer", o que condiz com o número estimado de pessoas que Mengele teria enviado às câmaras de gás;

Na terceira e quarta estrofes (01min5s – 01min24s) são enunciadas informações

que coincidem com os relatos oficiais, como o fato de que as atrocidades realizadas em Auschwitz eram supostamente “em benefício da raça ariana” e que lá eram realizadas cirurgias sem anestesia, em que obviamente as vítimas gritavam ao serem cortadas. A esse respeito, atente-se à maneira agressiva com que o verbo “to die” é cantado (entre 01min22s e 01min24s).

O refrão (01min26s – 01min38s) é cantado por completo pela primeira vez, sendo o último verso – “Angel of Death” – gritado de forma a exprimir o misto de medo e raiva sentidos por suas vítimas. Após o refrão, é introduzido um *riff* de guitarra, inicialmente executado sem nenhum outro instrumento, mas então acompanhado pela bateria e pelo baixo, em andamento mais lento que no início da canção.

Na quinta e sexta estrofes (02min06s – 02min36s), menciona-se “fluido sendo bombeado para a cabeça, com a pressão no crânio começando a empurrar os olhos”. Embora os demais experimentos de Mengele citados na canção tenham comprovação na literatura, não há registro desse experimento em particular. Também são citadas pessoas queimadas, o que realmente ocorreu, bem como “milhões deitados em covas lotadas”, alusão às milhões de vítimas do nazismo, executadas e sepultadas em valas comuns.

Na sétima e oitava estrofes (02min46s – 03min16s) são feitas alusões aos experimentos em que Mengele injetava corantes e outras substâncias nos olhos das cobaias, a fim de verificar mudança na pigmentação da íris (“eyes that bleed”; “dying eyes”). O verso final, “Feeding on the screams of the mutant he’s creating” retrata o sadismo do médico perante a agonia de suas vítimas.

Encaminhando-se para o final da faixa, as guitarras retomam o *riff* principal, antes de começarem um solo em andamento extremamente acelerado (03min35s – 04min31s). A guitarra mimetiza os gritos de agonia das vítimas, por meio da utilização da alavanca, *bends* e outros recursos. Em particular, ouve-se um “Dive bomb” ao final do solo (04min16s – 04min24s), efeito em que o guitarrista abaixa a tonalidade por meio da alavanca de trêmolo. Semioticamente, pode-se ler a passagem como o gemido derradeiro de uma vítima. Entre 04min24s – 04min27s, ouve-se um padrão rítmico executado pela bateria em quiálteras, podendo ser interpretado como o batimento cardíaco de outras vítimas que assistem à cena.

A canção termina com a repetição do refrão e do epíteto “Angel of Death”, enunciado como se fosse um derradeiro grito de desespero do eu lírico. Os acordes finais são tocados em seguida, arrematando a faixa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste *paper*, buscamos compreender de que forma ocorre a apropriação de um determinado personagem histórico por bandas de Heavy Metal, e como elas constroem uma narrativa com base em relatos biográficos aceitos como fidedignos. No caso em tela, como o Slayer reconstrói a figura de Josef Mengele.

Em “Angel of Death”, essa biografia não é contada sob uma única perspectiva, o que pode apontar para uma multiplicidade de vozes, no sentido bakhtiniano. Percebe-se, principalmente, uma voz onisciente que conduz o ouvinte pela história de Mengele, e em alguns poucos momentos o próprio “Anjo da Morte” assume o local de fala. Já as vítimas não têm direito a uma voz, no sentido estrito: elas estão presentes na canção através dos instrumentos, em especial nas passagens em que as guitarras executam solos que imitam gritos e guinchos - sons que mimetizam sua agonia.

Em conclusão, esperamos ter dado uma pequena contribuição à área de Estudos de Música Popular – neste caso, em perspectiva interdisciplinar com a História – e que outros pesquisadores se debrucem sobre outros temas, sejam eles personagens ou eventos históricos abordados por canções de Heavy Metal, o que contribuirá para o fortalecimento desse campo de investigação.

REFERÊNCIAS

ARQUITETURA da Destruição. Direção: Peter Cohen. Produção: Peter Cohen. Narrador: Bruno Ganz. Roteiro: Peter Cohen. Suécia, 1989. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7Z8aQN-L8pI>. Acesso em 14 maio 2022.

BARROS, José D’Assunção. **Teoria e formação do historiador**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929 – 1989**: a revolução francesa da historiografia. Segunda edição. Tradução: Nilo Odália. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

DE LUCA, Tania Regina. **Práticas de Pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2020.

FRITH, Simon. **Performing rites**: on the value of popular music. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1996.

GET THRASHED: **The Story of Thrash Metal**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q_TBvw2PWwg>. Acesso em 29 maio 2022.

HUEY, Steve. **Artist Biography**. All Music, c2022. Disponível em: <https://www.allmusic.

com/artist/slayer-mn0000022124/biography>. Acesso em 30 maio 2022.

MELLER, Lauro. **Iron Maiden**: uma jornada através da História. Curitiba: Appris, 2018.

METAL Evolution – **Extreme Metal**|FULL EPISODE. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MoHOgfEoTIc>. Acesso em 21 maio 2022.

POSNER, Gerald; WARE, John. **Mengele**: The Complete Story. Nova York: Cooper Square Press, 2000.

SLAYER. Encyclopaedia Metallum: **The Metal Archives**, 2002. Slayer Information. Disponível em: <https://www.metal-archives.com/bands/Slayer/72>. Acesso em 30 maio 2022.

FAZENDA ALAGAMAR, A PARAÍBA MASCULINA ENTRE CONFLITOS E APAZIGUAMENTOS: O ENCONTRO ENTRE O PRESIDENTE, O SANFONEIRO E O CANGACEIRO

José Cunha Lima[1]

RESUMO

Este texto busca apresentar a relação de proximidade que o cantor e compositor Luiz Gonzaga tinha com o poder estabelecido, no caso em tela com o presidente da república, o militar João Figueiredo. Mostrando, portanto, como o sanfoneiro de Exu não havia abandonado as suas ligações políticas que havia feito durante toda sua carreira musical. Assim, o envolvimento do 'Gonzagão' com a Paraíba voltou a se estreitar em meados de 1980, a partir de uma situação local. Nesse caso, ele foi convidado para colaborar no apaziguamento de um conflito agrário acontecido próximo ao litoral Sul do estado, mais especificamente na Fazenda Alagamar, cuja área localizava-se nos municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix, na microrregião de Itabaiana, distante aproximadamente 100 quilômetros da capital paraibana. Essa luta pela terra já foi estudada por Dulce Cantalice (1995), Emília Moreira (1997), Vanderlan Pereira (2012), entre outros. E para corroborar a escrita utilizo os três jornais em circulação no Estado da Paraíba, quais sejam: '*A União*', o '*Correio da Paraíba'* e '*O Norte'*.

Palavras-Chave: Luiz Gonzaga, Presidente Figueiredo, Fazenda Alagamar, Paraíba.

Nossa história começa no dia 08 de junho de 1980, quando o presidente João Figueiredo confirmou que iria viajar para o Nordeste. A ideia da visita presidencial era conhecer melhor a região nordestina. Pois, esse espaço geográfico estava sofrendo novamente com os mesmos problemas de sempre, a seca (um dos motes musicais do 'Rei do Baião'), além de picuinhas locais, regionais e nacionais, que acompanhavam o poder onde ele estava e ainda está.

Os preparativos para a recepção na Paraíba começaram no dia 16 de junho. Com a divulgação do roteiro oficial, que iniciaria em Campina Grande, 'A Rainha da Borborema', terra do então, prefeito Enivaldo Ribeiro, que à época, tinha sido nomeado em 1977 pela ARENA (Aliança Revolucionária Nacional, que era o bloco político dos apoiadores dos ditadores e que posteriormente virou o PDS).

---

1 Mestre em História – PPGH /UFPB. Professor no município de Araruna - PB

Entretanto, o foco principal da presença presidencial na Paraíba pequenina mulher macho era a Fazenda Alagamar, que à época era a área de maior tensão social no interior nordestino. Por isso, a inspeção do presidente no local para ver de perto a situação de Alagamar, área de grande tensão social provocada por choques entre posseiros e proprietários em disputa de terras.

O presidente já estava decidido em conhecer a área do conflito, e o roteiro estabelecia que o helicóptero, com as autoridades, pousaria na Fazenda Maria de Melo, uma das propriedades que compunham a chamada "Grande Alagamar", próximo ao palanque, onde ocorreria um show musical, logo após os discursos, e na sequência a entrega dos títulos de posse de parte da terra que estava desapropriada. Enquanto, "os agricultores entregarão ao chefe da nação um título de sócio honorário de sua cooperativa agrícola. Depois, Figueiredo visitará a escola de ensino de 1º grau da fazenda e, nessa ocasião, está previsto um pronunciamento do Ministro da Agricultura" ('*Correio da Paraíba'*, 24/06/1980).

Na véspera da visita, o governador e alguns secretários ainda foram dar' a última inspeção, principalmente em relação às instalações elétricas fundamental no trabalho da imprensa, para o pronunciamento das autoridades e para um show de um artista que só foi anunciado "o sanfoneiro Luiz Gonzaga [que] ocupará o palanque, antes do presidente num show destinado a atrair a presença do maior número possível de agricultores e moradores das cidades localizadas nas imediações de Alagamar" ('*O Norte'*, 21/06/1980).

FAZENDA ALAGAMAR: O ENCONTRO ENTRE O CONFLITO E O APAZIGUAMENTO

O presidente se dirigindo aos trabalhadores, começou seu discurso segundo os jornais com a seguinte frase: 'Não há força humana que retire essa terra das mãos dos senhores'. Entretanto, até agora, caro leitor, não expliquei os motivos desse conflito. Eis a seguir, portanto, em apertada síntese, as razões do atrito em comento.

> A Fazenda Alagamar localizava-se nos municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix, na microrregião de Itabaiana, distante aproximadamente 100 quilômetros da capital paraibana. Com 13.000,0 hectares, era cadastrada no INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] como latifúndio por exploração. Seu proprietário, até 1975, era o Sr. Arnaldo de Araújo Maroja, grande fazendeiro da região. O referido latifúndio era constituído de 14 propriedades agrupadas sob a denominação de Fazendas Reunidas de Alagamar, popularmente conhecida como Grande Alagamar (Fazendas Salomão, Várzea Grande, Urna, Mumbuca, Saco, Serra de São José, Sapucaia, Cavalo Morto, Furna dos Caboclos, Teju, Piacas, Maria de Melo, Riacho dos Currais, entre outras) (MOREIRA, 1997, p. 794-795).

Podemos observar, que a Fazenda Alagamar era uma propriedade imensa, formada por vários sítios. Enquanto o seu proprietário, o senhor Arnaldo Maroja era vivo, os agricultores trabalhavam, plantando lavouras, de subsistência e criando animais desde que pagasse o "foro" [espécie de pagamento anual ao dono da terra] em dia.

A disputa pela propriedade da terra começou no ano de 1975 com a morte do proprietário do estabelecimento. As terras foram arrendadas para outros fazendeiros que provocavam um estremecimento com os antigos moradores, posseiros e foreiros do local. Os trabalhadores rurais reivindicavam a posse da propriedade e os novos donos queriam expulsar os habitantes locais.

Isso ocorreu, depois do dia 07 de novembro de 1975, data do falecimento do proprietário, um clima de tensões surgiu no local, embora o dono da terra tivesse deixado em testamento determinando que a propriedade poderia ser vendida e o dinheiro repartido entre as pessoas que constassem no testamento. Com o tempo, um dos compradores plantou cana em 14 sítios, oportunidade em que outros começaram a utilizar os terrenos, onde os moradores trabalhavam para colocar o gado.

Por tudo isso, que o dia escolhido pelo Presidente João Figueiredo para o evento foi 26 de junho de 1980. E o jornal '*O Norte'* fez a cobertura política da festividade, que iniciou primeiramente por Campina Grande e, depois veio à sede do governo da Paraíba, de lá partindo para Alagamar.

Assim, na fazenda relatada os conflitos pela posse da terra não estavam totalmente sanados. Por isso o discurso buscando a pacificação das disputas. O Estado da Paraíba tinha envolvimento em décadas passadas, com questões agrárias eram as chamadas 'Ligas Camponesas' que tinham sofrido repressão dos governos militares. Mesmo com a participação de órgãos do governo do estado e governo federal nesta nova disputa agrária os ânimos não estavam amenos.

LUIZ GONZAGA: É AGORA O ENCONTRO ENTRE O PRESIDENTE, O SANFONEIRO E O CANGACEIRO

Assim, vamos demonstrar como foi à festa para o recebimento dos títulos de posse da terra. Para animar o evento e amenizar algum conflito, ainda existente, o governador Tarcísio Burity contratou o famoso sanfoneiro de Exu, Luiz Gonzaga, 'O Rei do Baião' que já estava tocando bem antes da chegada das autoridades e do presidente da república.

> Contratado pelo governo do Estado para "animar" o ambiente antes da chegada da comitiva, o cantor Luiz Gonzaga ofereceu um "show" à parte no palanque montado na fazenda "Maria de Mello", em Alagamar. [Entretanto]

> Não despertou muitos aplausos. Só uma pequena "claque" formada ao redor do palanque a aplaudia ('*O Norte'*, 27/06/1980).

O show de Luiz Gonzaga e seu conjunto musical na Fazenda 'Maria de Mello', começou muito tempo antes. Durante o espetáculo era o momento para juntar o povão que na maioria dos casos eram fãs do 'Rei do Baião'. Todavia, a notícia ratifica que assistindo o artista com atenção somente uma pequena quantidade de pessoas que pouco se empolgavam com a apresentação musical.

Esse momento do show servia também para verificar se o sistema de som estava preparado para os discursos das autoridades que viriam na sequência. Presentes, além dos moradores e vizinhos da localidade, o público contava com a participação de pessoas dos municípios de Itabaiana e de Salgado de São Félix.

Entretanto, segundo os relatos dos jornais, o sanfoneiro de Exu não estava agradando a todos, o problema deveria ser que Gonzagão parava a apresentação, com frequência, para falar com o público sobre tudo o que estava ocorrendo no lugar que estava cantando. Como narra à imprensa local:

> Luiz Gonzaga cantou: pouco aplausos mas muitos conselhos. Em dado momento, Gonzaga chegou a advertir: - Só espero que vocês aplaudam o presidente. Senão, seria uma vergonha para mim. Ele intercalava suas músicas com alguns "conselhos" aos agricultores: - O nordestino tem que regressar à sua terra. Porque ir ao sul do país? Tem que voltar, principalmente agora quando as autoridades pensam em resolver nossos problemas. O nordestino não vai fazer nada em São Paulo. Vi nessa cooperativa o que não tenha visto antes. Os preços são cobrados 50 por cento a menos. É uma cooperativa bem organizada, bonita, charmosa, com preços acessíveis ao nosso povo. É tanto desconto... Tem de tudo... O governo está oferecendo todas as vantagens... Temos é que ficar no Nordeste. Eu mesmo já voltei, estou em Exu, minha terra... ('*O Norte'*, 27/06/1980).

A preocupação de Gonzaga era fazer os posseiros esquecer os conflitos e lutas pela terra recém-conquistada e por causa disso recebesse o presidente com animação e gratidão, foi para isso que havia sido contratado, para animar e apaziguar o evento. E nos intervalos entre as canções orientava os agricultores para permanecer no Nordeste, e que não migrassem mais para a região sudeste do país. Pois os que estavam lá começavam a retornar para os locais de origem e que ele estava vendo essa possibilidade a partir da possível harmonização de sua cidade natal depois de anos de conflitos familiares.

Um dos motivos de discurso harmonizador do 'Rei do Baião', era por causa do conflito oligárquico pelo qual passava o território de Exu. Lá ocorriam os velhos problemas das antigas disputas de familiares, e Luiz Gonzaga acabou por nelas se enredar, assumindo uma posição de pacificador numa sangrenta luta que se arrastava há séculos e que tinha

voltado à tona em meados do século XX.

Na década de 1970, o sanfoneiro de Exu assumiu a liderança ativa em busca do fim do conflito, houve duas tentativas oficiais para findar a rivalidade das oligarquias, mas foram frustradas. O*s Alencar representavam a mais tradicional família de poderosos locais, que por anos a fio, vindo do período colonial e imperial exercia o domínio político e econômico sobre a região.*

*O poder do clã Alencar raramente foi contestado, muito embora outras famílias que vieram a se radicar na região, a exemplo dos Sampaios e os Saraiva, ligados ao comércio. Essa rusga ficou muito famosa, pois em 1*979, houve um programa 'Globo Repórter' especial para retratar as brigas das famílias Sampaio e Alencar, na cidade pernambucana de Exu, que se arrastava com intensidade desde 1949 com mortes violentas de ambos os lados. No período da festa na Fazenda Alagamar, a sugestão de Gonzaga para o fim do conflito em sua terra era uma intervenção federal, que viria anos depois.

Voltando as notícias dos impressos paraibanos, seu Luiz só esqueceu de dizer em seu discurso no palanque, que a região nordeste estava enfrentando em alguns estados outra seca calamitosa, que era o motivo para a visita presidencial, e que em muitas situações forçava os nordestinos emigrar novamente para o sudeste. Por isso, que o show de Gonzaga não repercutiu tanto, pois ele utilizou o espetáculo para defender a política vigente numa perspectiva de apaziguamento das tensões sociais, econômicas e políticas.

Na imagem vemos Gonzaga cantando antes da chegada do presidente da república. E quando chegaram as autoridades, ainda assistiram uma parte do espetáculo do 'Rei do Baião', enquanto se aprontavam no palanque oficial. Estavam no espaço do show o Governador da Paraíba, o Ministro Amaury Stábile, o Chefe da Segurança Presidencial o Major Heitor Aquino, o secretário particular do presidente o General Otávio Medeiros, o Chefe do Serviço Nacional de Inteligência (SNI), Danilo Venturini, Chefe da Casa Militar, o jornalista Alexandre Garcia, e assessores que chegaram em dois helicópteros. E no decorrer da reportagem o jornal paraibano descreveu 'o bom humor do presidente', tentando construir em vários trechos uma imagem apaziguadora e conciliadora de Figueiredo, mostrando sua interação frequente e espontânea com o público do presente.

> Para chegar ao palanque, a 8 metros de distância, em "Maria de Mello" o presidente gastou 15 minutos, pois fez questão de apertar as mãos de centenas de crianças já no palanque exigiu a presença do cantor Luiz Gonzaga, (que minutos antes ali estivera improvisando um show para os agricultores). Figueiredo abraçou Gonzaga, que o chamou de "meu comandante" e cantou dois baiões. - aqui está, presidente, o povo caboclo, sadio, cheio de fé no Brasil e no senhor, que é o homem mais popular deste país – disse Gonzaga, entregando em seguida um disco autografado ('*O Norte'*, idem).

Cabe salientar que a relação de seu Luiz com as altas instâncias do poder vinha de longa data, de tantas campanhas políticas realizadas. E o termo 'meu comandante' era compreensível, Gonzaga era ex-militar e nutria discreta admiração pelos militares no governo federal e tinha amizades no campo governamental, embora não fizesse abertamente apologia da ditadura.

As notícias dos jornais paraibanos diziam que o presidente "ouviu dois baiões, um deles saudando-o e outro dedicado à seca" ('*Correio da Paraíba'*, 27/06/1980). Mas não descreveram quais músicas foram cantadas na oportunidade desse show na Fazenda Maria de Melo, em Alagamar. Não obstante, provavelmente, o disco entregue ao presidente era o LP '*O Homem da Terra'*, que Gonzaga estava fazendo a divulgação nesse período.

Acredito que uma das canções que o sanfoneiro de Exu apresentou foi uma que o repórter da Rede Globo de Televisão, Francisco José, apresentou no ano de 1980. Ele fez a cobertura de um show de Luiz Gonzaga e Dominguinhos, no interior do Pernambuco, relatando que um dos temas mais usados nos baiões, xotes, toadas e xaxados era a seca no Nordeste. E naquele momento o sertão estava passando por mais uma longa estiagem. E por causa disso, Luiz Gonzaga, tinha feito um baião sobre a seca, e que ele aprontou a composição 30 minutos antes do espetáculo, e a música era dedicada ao presidente Figueiredo. E dizia assim:

Aí presidente venha
Vê o meu Nordeste
Tão perseguido da seca
Atacado pela peste
É o que mais atormenta

Desde o sertão ao agreste
Venha vê o meu Nordeste
É de cortar coração
Este caboclo sofrendo
Por falta de proteção

Mas a letra descrita não era uma composição nova realizada por Gonzaga, em homenagem ao então Presidente Figueiredo, e sim uma adaptação da canção "Queixas do Norte", de 1963, dos compositores: José Marcolino e Pantaleão. Entretanto, essa música demonstrava a relação de proximidade com o poder representado pelo chefe da nação, e sua busca incessante em resolver os problemas do povo nordestino.

A relação entre o 'Rei do Baião' e o presidente general Figueiredo não era tão amistosa assim, como descreve o pesquisar José Nobre de Medeiros:

> Certa ocasião, em um encontro de audiência marcada com o Presidente João Batista Figueiredo, quando foi apresentar uma proposta de projeto de

> preservação da Asa Branca, levando um filhote da ave de presente para Sua Excelência, fora recebido com as seguintes ponderações. – Cadê o seu filho? Por que ele não gosta de mim? Diga a ele que me deixe em paz! Luiz Gonzaga quis ponderar dizendo: - Presidente, isso é coisa da juventude! Logo foi interrompido com a rejeição: - Diga a ele que me deixe em Paz!. A conversa sobre a Asa Branca prosseguiu, mas ele acabou voltando com a gaiola da ave na mão (COSTA e MEDEIROS, 2011, p. 105).

Luiz Gonzaga foi militar na década de 1930, e por isso, olhava com certa simpatia os generais presidentes que dominaram o Brasil com mãos de ferro durante 21 anos. Mas o filho Gonzaguinha era um adversário combativo a ditadura brasileira, e isso, era passado com certa frequência nas 'fuças' do sanfoneiro de Exu. Nem sempre 'filho de peixe, peixinho é', principalmente com relação à opinião política.

Voltando a festa em Alagamar, antes de encerrar a apresentação, o cantor disse ao Presidente Figueiredo que tinha guardado um presente para entregá-lo, era um chapéu de couro para lhe dar, "mas esqueci de trazê-lo. E iria pedir a V. *Excia.* que tirasse uma foto com esse meu chapéu suado, mas seria falta de ética" ('*O Norte'*, 27/06/1980). Assim que recebeu o regalo o general "trocou o quepe de sol pelo chapéu de vaqueiro do cantor tornando mais informal a solenidade de entrega dos títulos ao presidente da Cooperativa Agrícola de Alagamar" ('*Correio da Paraíba'*, 27/06/1980).

Segundo a reportagem o presidente 'descontraído' do jeito que estava, pegou o chapéu do sanfoneiro e posou para os fotógrafos e ficou no palanque com o símbolo nordestino instituído pelo Gonzagão há décadas. Figueiredo ficou com o chapéu de couro do cantor Luiz Gonzaga na sua cabeça durante os discursos do Ministro da Agricultura e do Governador do Estado.

O simbolismo dessa ação tem que ser discutida, pois o chapéu de couro usado por Gonzaga não é o chapéu usado cotidianamente pelos vaqueiros, como os jornais queriam relatar a partir desse personagem regional. Essa peça que fazia parte da indumentária de Seu Luiz, vinha dos cangaceiros, dos fora da lei, e era uma marca do 'Rei do Cangaço', Virgulino Ferreira, o Lampião, que inclusive era o idealizador da ornamentação, que enfeitava e todo o misticismo que envolve, conforme descreve o pesquisador Frederico Pernambucano de Melo.

Assim, o chapéu de couro de Gonzaga, que foi repassado ao presidente general, era uma representação em nível local, regional e nacional que sintetizava as histórias de heroísmo, resistência, bravura e barbárie dos cangaceiros. E os maiores algozes dos praticantes do chamado banditismo social, foram às forças governamentais a partir de ordens dos vários presidentes da república que queriam acabar com a insurreição que os cangaceiros estabeleciam no interior – sertão – do Nordeste.

Gonzaga começou a pensar numa vestimenta própria e paulatinamente regional, cerca de dez anos após o Presidente Getúlio Vargas declarar o fim do 'cangaceirismo'. O banditismo social também inspirou ao sanfoneiro lançar um ritmo muito dançante em homenagem aos 'cabras' de Lampião, que foi o Xaxado, muito sucesso na década de 1950, inclusive havia um grupo patrocinado pelo cantor e compositor de Exu, que era a corte do Xaxado, a trupe em destaque era a cantora pernambucana Marinês e os instrumentistas, que ficaram conhecidos como 'Marinês e Sua Gente'.

Gonzaga durante sua carreira de cantor e compositor tinha o intuito de contar a história, cultura, religião, entre outros temas a partir de suas interpretações, com isso, o cangaço não podia ficar de fora, e era isso que o chapéu representava, culturalmente era símbolo dos cangaceiros, e economicamente era a criatividade e resistência da civilização do couro, descrita por Capistrano de Abreu. Era a partir daí a representação regional mais forte que oscilava na cabeça dos cangaceiros e no resto do corpo o gibão de vaqueiro, a armadura para enfrentar a caatinga espinhosa e ressequida.

Em síntese, o fenômeno do cangaço, no Brasil, mais especificamente no Nordeste, se destaca como esse fenômeno misto de banditismo com resistência às elites rurais, ao direito ao acesso a terra, a luta contra as dificuldades climáticas, entre outros motivos, a exemplo de rivalidades entre famílias. Entre os estereótipos de bandidos sanguinários e heróis populares, caminha a imagem dos cangaceiros, que tanto mobiliza as discussões de historiadores, sociólogos, jornalistas, criminalistas e outros intelectuais, bem como a cultura popular em geral. A admiração de parte dos sertanejos vinha também da vida aventurosa e da luta imaginada, em busca de justiça social que era negada pelos meios legais, eclodindo esses símbolos de valentia (masculinidade e honra) tão valorizados por uns e discriminados por outros.

Lampião, com seu chapéu de couro, era para seus admiradores, era o único que se impunha ao sistema oligárquico e governamental, que os coronéis representavam, pois os coronéis eram quem faziam a política no interior do ermo Nordeste. Ele era o prefeito e o juiz local, era quem recebia as autoridades que simbolizavam do governador ao presidente. Era quem manobrava as verbas do município. E o 'Rei do Cangaço', junto com seus 'cabras', eram os únicos que desobedeciam ao sistema político vigente desde o período imperial chegando até a ditadura do Estado Novo do Presidente Vargas. "Lampião representa explosão violenta da revolta surda do pobre sertanejo nordestino contra as injustiças do latifúndio, da politicagem e do poder que exploram e desprezam como agora, na seca atual, passando fome, sem a menor assistência do governo todo poderoso" (OLIVEIRA, 1991, p. 110).

Assim, podemos observar que Virgulino Lampião era um desobediente político e social, um bandoleiro vingativo. Que em várias oportunidades enfrentou os coronéis que naquele momento defendiam suas propriedades, mas também defendiam o *status quo* da república recém-instalada.

Assim, o que o presidente Figueiredo estava em sua cabeça, não era somente o chapéu de Luiz Gonzaga ou o chapéu dos vaqueiros como a imprensa narrava. O general estava usando um símbolo regional que resistência ao poder instituído que oprimia o povo sertanejo. Então, a Fazenda Alagamar promoveu esse encontro simbólico entre opressores e oprimidos.

Era a primeira vez que um presidente da república militar e/ou civil usava o chapéu que tinha sua origem iconográfica nos cangaceiros de Lampião que foram perseguidos e derrotados durante o governo militar de Getúlio Vargas e que posteriormente Gonzaga tinha se apropriado da simbologia a partir de sua indumentária.

Essa representação ganhou novas formas, a partir da utilização por Figueiredo, passou a ter o sentido de ser o chapéu do 'Rei do Baião' e utilizado nas campanhas eleitorais subsequentes até hoje. Políticos como Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Aécio Neves, Geraldo Alckmin, Fernando Haddad e o atual presidente da república já usaram o chapéu de couro para se associar à cultura nordestina na busca por votos na região. Podemos dizer, nesse caso, que Lula consiste numa exceção, pois é nordestino e entende o poder simbólico desse artefato local.

Quando finalizou o evento, Gonzaga ao se despedir do território de Alagamar e do Presidente João Figueiredo, partiu para tocar em outras cidades do interior do Nordeste, pois os festejos de São Pedro, último santo comemorado no período junino, estava se aproximando. Lembrando que "o artista vai onde o povo está". E assim ele fez, vestiu sua indumentária completa e partiu no dia 07 de agosto, ao encontro de outro João, no caso, o Paulo Segundo, ganhou até o título de 'Cantador do Nordeste', no Estádio do Castelão em Fortaleza. Mas isso é outra história, ou seja, outro encontro entre o sanfoneiro, o cangaceiro e o Papa. Que os jornais também acompanharam.

REFERÊNCIAS

PERIÓDICOS

Jornal '*A União*' - junho de 1980.

Jornal '*Correio da Paraíba*' - junho de 1980.

Jornal '*O Norte*' - junho de 1980.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial:** 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ÂNGELO, Assis. **Eu Vou Contar Prá Vocês**. São Paulo: Ícone, 1990.

ÂNGELO, Assis. **Dicionário Gonzagueano, de A a Z**. São Paulo: Trends, 2006.

AUSTREGÉSILO. José Mário. **Luiz Gonzaga:** o homem, sua terra e sua luta. Recife: Fase Faculdade, 2012.

CANTALICE, Dulce Maria Barbosa. **Capital, Estado e Conflito** - Questionando Alagamar. João Pessoa: Fiplan, 1985.

COSTA, Antonio Francisco e MEDEIROS, José Nobre de. **Porque o Rei é Imortal!.** Salvador: Paginae, 2011.

DREYFUS, Dominique. **Vida do Viajante a Saga de Luiz Gonzaga**. São Paulo: Editora 34, 2012.

ECHEVERRIA, Regina. **Gonzaguinha e Gonzagão**: uma história brasileira. São Paulo: Ediouro, 2006.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Estrelas de Couro**: A Estética do Cangaço. 2ª Ed. São Paulo: Escrituras, 2012.

MOREIRA, Emília. **Por um Pedaço de Chão**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em Nome de Deus, dos Pobres e da Libertação**: Ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980. Dissertação de Mestrado em História. João Pessoa: UFPB, 2012.

OLIVEIRA, Gildson. **Luiz Gonzaga o Matuto que Conquistou o Mundo**. 3ª ed. Recife: Editora Comunicarte, 1991.

DE REPENTE, O RAP: DA PIONEIRAGEM À NOVA ESCOLA, UMA HISTÓRIA SOCIAL DO RAP PARAIBANO (1988-2019)

Luísa Nunes Mendonça de Lima[1]

RESUMO

Dentro da periferia, o RAP funciona como grito de resistência e porta-voz do coletivo, não apenas como manifestação cultural, mas materialmente enraizado na experiência social dos moradores da periferia negra, pobre e trabalhadora. Na Paraíba, este gênero chegou no final dos anos 80 através de influências dos grupos da época. O presente artigo visa abordar e discutir alguns dos conceitos que dialogam com o movimento HIPHOP e seu surgimento no estado, a exemplo de hegemonia, grupos subalternos, identidade, classe, consciência de classe, raça, gênero e sexualidade , cultura e materialismo cultural e de que forma esses conceitos se aplicam na análise histórica do gênero musical RAP no estado da Paraíba no período de 1988 a 2019. Nessa pesquisa, serão utilizadas matérias jornalísticas virtuais sobre os eventos de RAP. Outra fonte utilizada na pesquisa será a análise musical, já que a música representa um registro histórico de seu tempo, se relacionando com a história e a memória.

Palavras-Chave: RAP paraibano, Materialismo histórico, Consciência de classe, Movimento HIPHOP, Raça, Movimento Negro.

As relações humanas e sociais são formadas por diversos conflitos. Foi a partir do materialismo histórico criado por Karl Marx e Friedrich Engels no século XIX que se pôde observar as mudanças e continuidades na história dos homens em sociedade, levando em consideração sua organização e interpretação da sociedade (MARX e ENGELS, 2007). A luta de classes e de raça são alguns desses conflitos que geram movimentos de resistência que desestabilizam as bases que estruturam o capitalismo, sistema responsável pela exploração do trabalho e das diferentes formas de violência e dominação. O materialismo tem como uma de suas principais características a valorização como objeto histórico da produção material do homem, tirando o metafísico e colocando em pauta a produção humana em seu ato de produzir (THOMPSON, 1981).

1 Historiadora das áreas de história social, história e música. Licenciada em História pela UFCG, mestranda em História pela UFPB.

O RAP[2] se popularizou nos anos 1980 no Brasil como um gênero oriundo de uma mistura de experiências culturais, sociais e políticas de vários povos que buscavam sair da crise que se encontravam em seus países de origem (dentre eles, Angola, Moçambique, América central e América do norte, ilhas caribenhas, países latino-americanos), o que desembocou no surgimento do movimento HIPHOP e, consequentemente, do RAP que se configura a partir da junção de dois de seus elementos: o MC[3] e o DJ[4]. Trouxe essa discussão à tona porque é muito importante saber que no estado da Paraíba existem inúmeras manifestações artísticas que são patrimônio histórico brasileiro e vieram antes do RAP. As raízes poéticas nordestinas são repletas de influências, manifestações e experiências e identidades diversas, resultado de um pluriculturalismo histórico.

O objeto de estudo que será pauta de minha dissertação faz parte de um movimento que se dá a partir de um conflito de raça e classe: o movimento HIP HOP é uma das principais formas de vinculação da arte e denúncia social. Surge por volta dos anos 1970 nas periferias do Bronx (EUA), paralelo e sob influência dos movimentos Black Power e Black Panthers, em defesa dos direitos civis e integração racial de pessoas negras (COLLINS, 2006). Vale salientar que é necessário pontuar as contribuições de imigrantes africanos, jamaicanos e latinos que fugiram da grave crise social, política e econômica que assolava seus locais de nascença, levando consigo toda uma bagagem artística e cultural, dando início ao movimento.

> Somos das ruas, nas ruas vivemos e aprendemos
> Lutas e lutas, graças a Deus hoje estamos vencendo
> Jovens oprimidos e sem opção
> Fizeram de um movimento sua expressão
> Movimento HIP-HOP assim foi chamado
> Mais tarde, pode crer, ficou consagrado
> Breakers, grafiteiros, DJ's e MC's
> Somos donos das ruas e estamos aqui (Thaide e DJ HUM, Soul do HIPHOP, 2001)

Dividido em quatro elementos: o break[5], o grafite[6] e os dois últimos que compõem o RAP[7], o MC e o DJ, existe ainda um quinto elemento que foi incorporado posteriormente:

---

2 A própria sigla RAP, que vem do inglês Rythim and Poetry, já mostra a influência norte-americana na música popular brasileira, um dos pontos da crítica de Tinhorão.

3 Mestre de cerimônia, o artista que fica com o microfone nos eventos, mandando uma rima, chamando as atrações ou trocando ideia com o DJ.

4 Do inglês, *Disk-jóquei*, é a pessoa que fica no comando dos discos ou da batida da música (*beat*).

5 Dança de rua, na qual o movimento do corpo se transforma em protesto.

6 Arte de rua, desenhos ou mensagens em muros públicos, sempre com teor crítico.

7 Sigla para *Rythim and poetry*, traduzido para ritmo e poesia.

o conhecimento, mencionado pela primeira vez nos anos 1980 pelo cantor, compositor, produtor e ativista Afrika Bambaataa[8], um dos pioneiros do HIPHOP (OLIVEIRA, 2015). Formado majoritariamente por homens e mulheres trabalhadores e, em sua maioria, negros, o movimento incorporou outras pautas para além do racismo e da luta de classes, a exemplo da questão de gênero, tornando-se um movimento de cunho político a partir da reflexão crítica presente em cada elemento. Com relação ao RAP, junção de dois elementos do HIPHOP (o MC e o DJ), o teórico Douglas Kellner, em seu livro *A cultura da mídia* comenta:

> Os sons de RAP muitas vezes são transgressivos, infringindo as regras da correção e do discurso aceitável. Trata-se frequentemente de sons desordenados com ruídos de carros de polícia, helicópteros, tiros, vidro quebrando e agitação urbana. (...) Uma das primeiras coisas que notamos quando ouvimos o RAP contemporâneo é a sua característica de instrumento de identidade e autoafirmação num meio cada vez mais hostil aos negros. Os rappers frequentemente chamam a atenção para si e usam essa forma musical para afirmar sua própria identidade. O que pode beirar o narcisismo e um materialismo que se evidencia nas vendas de discos e na posse material, mas é também um modo de autoafirmação num meio hostil a qualquer forma de autoexpressão negra. É como se eles dissessem: Ei! Estamos aqui! Prestem atenção e ouçam o que estamos dizendo! (KELLNER, 2001, pp. 232-233)

Deste modo, o RAP passou a produzir novas formas de identidades e experiências ao passo que é composto por variadas visões políticas, estilos e expressões (KELLNER, 2001). Inicialmente, no Brasil, o RAP e o movimento HIPHOP ficaram conhecidos nas trilhas sonoras de filmes da época e programas de televisão, não apenas o som em si, mas o estilo dos artistas também chamava muita atenção. Ao ser incorporado ao cotidiano dos jovens negros e de periferia, o RAP possibilitou um outro olhar sobre a realidade vivenciada por eles, em uma perspectiva que se atém à problematização, questionamento e reflexão.

A autoafirmação através da arte é uma constante: quando as palavras, mescladas ao ritmo ou movimento corporal tomam uma forma crítica, é possível lidar melhor com aquela realidade e o primeiro passo na busca de transformá-la. Ao longo da história, a música foi e é utilizada para passar mensagens das mais variadas: para ensinar, para entreter, eternizar ou ironizar ideologias e para fazer refletir. A música é uma das maiores propagadoras de um discurso. Com o desenvolvimento e emancipação das mídias e meios de comunicação, esta propagação só ganhou mais força, o que fez com que a música feita por pessoas negras se tornasse um grito de resistência para o mundo; e não é diferente com o RAP.

---

8 Nome artístico de Lance Taylor, morador do bairro Bronx e líder da banda Zulu Nation.

Alguns conceitos utilizados nessa pesquisa estão presentes nas obras de Edward P. Thomson, intituladas *A miséria da teoria ou um planetário de erros* (1981) e *A formação da classe operária inglesa*[9] (1987): classe, consciência de classe, identidade. Thompson estuda a memória dos operários e vai a fundo nas fontes dessas memórias, analisando diferentes tradições culturais desses trabalhadores, além da imagem que eles tinham de si mesmos. Para o autor, classe é uma identidade e se faz no processo de desenvolvimento enquanto determinado grupo que mantém tradições coletivas, com uma identidade que liga uns aos outros e possuem reinvindicações que podem associar-se entre si na construção de uma luta coletiva. Quando um trabalhador (nesse caso da análise do autor, o operário) toma consciência de que é um trabalhador, passa a sofrer repressão da fábrica e do sistema como um todo, como diz o autor no prefácio da *Formação da classe operária inglesa* (1987):

> A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (THOMPSON, 1987, p. 10).

Pensando no objeto de estudo dessa pesquisa, a cultura, para Thompson, tem total influência na consciência de classe e é na repressão que se constrói a consciência de classe. A consciência, portanto, passa a ser compreendida pelo artista quando ele e seus pares sofrem repressão. Ao passo que a figura do MC, sendo um jovem negro de periferia que faz parte de uma coletividade, fala de seu cotidiano envolvendo a violência do estado, do racismo que sofre, da desigualdade gritante na sociedade brasileira, da exclusão social, transformando sua experiência e sua memória individual em letra de música, que é transmitida à comunidade, tornando-se parte do coletivo:

> Se a identidade não pode estar separada da sua narrativa, o rap potencializa essa construção, fazendo dela não apenas uma forma de consolidação de identidade, mas também de inclusão, gerando uma nova forma de expressão artística que não se descola de seu produtor, nem do território onde é produzida. (...) O território é local; a cultura é global. (GUIMARÃES, 2007, p. 183)

9 Cuja sua tradução literal é “o fazer-se da classe operária”.

Os trabalhadores se descobrem em torno de uma experiência comum a partir da exploração, que é relacionada com o conflito de classes (relações desiguais e repletas de conflitos). Trazendo essa reflexão para o movimento HIPHOP, que também faz parte da cultura negra, é feito por pessoas da classe trabalhadora que tomaram consciência de sua condição social, utilizando a arte como forma de resistir às violências que sofrem no ambiente urbano, lutando pela liberdade e pelo fim da exploração do trabalho.

Ainda sobre a questão do conflito como engrenagem do sistema capitalista, um dos autores que serão importantes para análise do RAP paraibano como uma contra hegemonia, que possibilita uma reflexão acerca da realidade é o filósofo Antônio Gramsci. Em seus estudos, estão presentes conceitos como *classe subalterna*, *hegemonia* e *totalitarismo*, caros a esta pesquisa. Para o autor, a sociedade civil é palco de lutas por hegemonia, atravessada por inúmeros conflitos e contradições, incluindo a burguesia, os grandes latifundiários, exploradores do povo (especialmente quando se pensa em imperialismo), que, como classe, se organizam, desempenhando ações públicas que os ajudam a continuar no poder, dentre essas ações, estão a repressão, as políticas de exclusão, a concentração de renda na mão de poucos:

> O Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; portanto, abole algumas autonomias que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura. As ditaduras contemporâneas abolem legalmente até mesmo estas novas formas de autonomia e se esforçam por incorporá-las à atividade estatal: a centralização legal de toda a vida nacional nas mãos do grupo dominante se torna "totalitária". (GRAMSCI, 2011, p. 139).

A palavra subalterno (que abarca tanto classes, como grupos e forças subalternas, com presença mais contundente no livro 25 de Cadernos do Cárcere, onde Gramsci explica a situação dos subalternos desde a antiguidade romana até a era moderna), refere-se aos grupos que ainda não possuem uma autonomia em relação ao aparelho do Estado, que os limita à marginalidade, são pessoas frequentemente oprimidas e marginalizadas que estão em um constante processo de subordinação em relação à classe dominante e quando tentam uma emancipação, (a exemplo da Revolução Francesa), o Estado hegemônico desenvolve outras barreiras (através da alienação ou da não instrução das massas dentre outras amarras) para que as classes dominantes permaneçam no poder. Sobre esse conceito, o autor pontua:

> Enquanto as classes e frações de classes dominantes encontram-se permanentemente organizadas por meio dos aparelhos do Estado capitalista, as classes dominadas encontram-se política e ideologicamente dispersas na forma de grupos subalternos (por exemplo, trabalhadores informais,

> terceirizados, os baixos estratos do setor de serviços e do funcionalismo público, camponeses pobres ou sem-terra, proletariado rural, grupos sem teto, estudantes em situação precária, imigrantes ilegais, operariado urbano "clássico", as frações pobres e despossuídas dos próprios movimentos identitários como os de gênero, raça, religião, etc.) Assim, os grupos subalternos seriam, justamente, massas desagregadas, impedidas de exercer a luta politicamente orientada. (GRAMSCI, 2011, p. 150).

Para a historiadora Virgínia Fontes, pensar os conceitos de *hegemonia* e *contra hegemonia* pressupõe analisar os modos de convencimento, de formação e de pedagogia, de comunicação e de difusão de visões de mundo, as sociabilidades peculiares, as maneiras de ser coletivas, as clivagens e as contradições presentes em cada período histórico (FONTES, 2008). Assim, pensar no surgimento do movimento HIPHOP como um movimento cultural contra hegemônico é pensar em uma forma de organização que parte de pessoas oprimidas, conscientes dessa opressão (em sua maioria homens e mulheres negros de periferia, pobres) que não possuem acesso a um modo de vida de qualidade, justamente por serem impedidos pela classe dominante:

> A consciência de ser parte de uma certa força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase para uma ulterior e progressiva autoconsciência, em que teoria e prática finalmente se unificam. Também a unidade da teoria e prática não é, portanto, um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentido de "distinção", de "separação", de independência, apenas instintivo, e progride até à posse real e completa de uma concepção de mundo coerente e unitária. Eis porque é de aguardar como o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa um grande progresso filosófico além de político-prático, porque implica e supõe uma unidade intelectual e uma ética em conformidade com uma concepção do real que superou o senso comum e se tornou, embora entre limites ainda restritos, crítica. (GRAMSCI, 1978, pp. 29-30).

Ainda pensando nos cadernos do cárcere de Gramsci, no segundo caderno intitulado *Os Intelectuais*, o autor discute também o conceito de *intelectual orgânico* que, dialogando com Marx e Engels (MARX e ENGELS, 2007), a partir do materialismo histórico-dialético e posteriormente aliado ao materialismo cultural de Raymond Williams (WILLIAMS, 2011). Os intelectuais orgânicos são aqueles que, segundo Gramsci, originários da produção econômica por serem a mão de obra que alimenta o capitalismo, uma consciência crítica através da reflexão de sua função e sua diferença perante às classes dominantes (GRAMSCI, 2001). Sendo assim, passam a agir organicamente, de forma que sua consciência abrange os âmbitos econômico, político e social. O RAP, mesmo que indiretamente, tem uma função social de conscientização do próprio artista e da comunidade, como pretendo investigar no decorrer desse trabalho.

O conceito de Cultura traz em si uma carga de significados histórico-sociais, filosóficos, antropológicos, passível das mais variadas interpretações. Um dos autores que mais se debruçam neste estudo é crítico literário galês Raymond Williams (1921-1988), que também foi escritor e estudioso de Marx (impulsionou o conceito de estudos culturais do século XX vinculado ao materialismo histórico voltado para a produção de cultura e suas relações com a sociedade e o poder: o materialismo cultural), teve uma formação voltada para o viés progressista e foi crítico de arte, bem como da elite intelectual e dos meios de comunicação da indústria cultural. Para Williams, o *materialismo cultural*:

> (...) é uma teoria da cultura como um processo (social e material) produtivo e de práticas específicas, e das "artes" como usos sociais dos meios materiais de produção (desde a linguagem como "consciência prática" material até as tecnologias específicas da escrita e das formas de escrita, por meio de sistemas mecânicos e eletrônicos de comunicação) (WILLIAMS, 2011, p. 322)

Na obra *Cultura e materialismo*, Raymond Williams estuda o histórico dos meios de comunicação com a entrada do capitalismo na Idade Moderna, além do fenômeno da globalização. O autor busca refletir acerca das mudanças tecnológicas e culturais que este sistema possibilitou, na mudança de hábito das pessoas, a ascensão das mídias televisivas através das novelas e sua influência na construção de identidades individuais e coletivas; bem como a segregação de povos a que este mesmo sistema deu abertura. Isto gerou consequências; foi preciso então, encontrar maneiras alternativas e autônomas para impulsionar conteúdos e fazer chegar às plataformas de comunicação sem necessariamente haver lucro para o sistema, mas alcançando as massas dentro dele[10].

> Elvis era um heroi para a maioria
> Mas pra mim, ele nunca significou nada, tá ligado?
> Ele era um otário racista
> É simples assim
> Que ele se dane e o Jhon Wayne também
> Porque sou negro e me orgulho disso (Public Enemy: Fight the power; 1990, trecho traduzido)

A letra de RAP acima é de autoria do grupo Public Enemy[11] e ilustra um pouco acerca dos primeiros momentos do surgimento do movimento HIP-HOP nos EUA, em que as reinvindicações giravam em torno da luta contra o racismo e em defesa de uma maior

10 Nessa perspectiva, as rádios comunitárias são um exemplo de como o RAP pôde chegar a vários estados na década de 1980, quando chega ao Brasil.

11 Um dos grupos pioneiros do RAP e HIP-HOP de Nova Iorque formado em 1982 tendo como integrantes Chuck D, DJ Lord, Flavor Flav e Professor Griff, ainda atuantes até hoje.

valorização da cultura afro americana. Trazendo esse debate para a realidade brasileira, o racismo por aqui segue o princípio da dominação social, construída historicamente seguindo supostas teorias onde as pessoas negras são vistas e caracterizadas como sendo inferiores em todos os âmbitos: intelectual, estético, cultural, passando a ser controladas pela classe dominante, portanto, o racismo imbricou-se a outras intersecções.

O conceito de raça é de suma importância para se entender a proposta deste trabalho, que tem como objetivo divulgar uma forma de arte criada e construída ao longo dos anos por grupos subalternos (mais especificamente, a população preta, parda, de periferia), além de analisar a denúncia contida na música de protesto concentradas em grupos de RAP do estado da Paraíba. Existem muitas formas de se resistir às manobras do sistema, uma delas é a denúncia através da cultura, do fazer cultural. Esta denúncia se dá através da resistência ao sistema também na produção destas músicas, já que as gravadoras de RAP, em sua maioria, são autônomas, construídas pela própria comunidade, portanto, não dão lucro à grandes empresas, monopólios ou bancos (em outras palavras, trata-se do RAP fora do *streaming*[12]).

A valorização do RAP nordestino tem sido uma das formas de emancipação cultural da região, que ainda possui vários estigmas no que diz respeito ao movimento HIPHOP. Considerando o tom crítico e as diversas variações rítmicas presentes no Rap paraibano, se pode constatar que a região vive um de seus melhores momentos no tocante à produção musical do gênero. Se faz necessário, portanto, documentar e fazer com que estas produções cheguem a outros lugares e atinjam outras realidades, para que assim, o RAP paraibano seja finalmente reconhecido de fato, como parte importante do RAP Nacional.

Trazendo essa reflexão para a área da história, é claro que, para se compreender qualquer manifestação artística, o historiador deve analisar criteriosamente os processos histórico-sociais envolvidos, as mudanças e permanências com o decorrer do tempo e de seus agentes históricos que a tornam o que é hoje. A própria história do movimento é um exemplo de contestação política, contra o racismo, contra as hegemonias impostas, mas que também possui incoerências que precisam ser historicizadas, analisadas e discutidas. Pensar no RAP como um fenômeno complexo, que possui contradições em seu meio, mas também explora possibilidades de contestação social através de sua ação. A análise de dados só pode acontecer após uma longa investigação dentro e fora do movimento. Um dos objetivos dessa pesquisa é mostrar como os artistas de RAP paraibano olham para sua própria produção cultural, documentando um olhar deles sobre eles mesmos, levando em

12 *Streaming*, do inglês, que significa “transmissão”, é um serviço de transmissão de conteúdo via internet; na maioria das vezes, essas plataformas são pagas.

consideração toda uma carga teórico-metodológica que irá mediar esses discursos. Trata-se de um fenômeno social importante a ser estudado, com todas as suas particularidades.

REFERÊNCIAS

Caderno 25 (1934): Às margens da história (História dos grupos sociais subalternos), In. GRAMSCI: Antonio; **cadernos do cárcere**; volume 5; tradução de Luiz Sérgio Henriques, 2 ed.; Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2011.

COLLINS, **Patricia Hill: From Black Power to Hip Hop: Racism, Nationalism, and Feminism**, Temple University Press, 2006

FONTES, Virginia. Intelectuais e mídia – quem dita a pauta? In: COUTINHO, Eduardo Granja (Org.). **Comunicação e contra hegemonia**: processos culturais e Comunicacionais de contestação, pressão e resistência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

GRAMSCI, Antônio; Problemas do materialismo histórico. In A. Gramsci, **Obras escolhidas**. 1978, São Paulo: Martins Fontes.

GUIMARÃES, M. E. A. . E. A. A Globalização e as novas identidades: o exemplo do rap. São Paulo: **Perspectivas**, v.31, p. 169, v.31, p. 169--186, jan/jun. 2007.186, jan/jun. 2007.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LORDE, Audre. Irmã outsider: **Ensaios e conferências**; Autêntica, Belo Horizonte, 2019

OLIVEIRA, Roberto Camargos de. **Rap e política**: percepções da vida social brasileira. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Alguns comentários sobre a história do conhecimento histórico. **Organon**, UFRGS, v.16, n.32-33, p. 203-217, 2002.

THOMPSON, E. P. Prefácio In: **A formação da classe operária inglesa - v. 1**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

THOMPSON, E. P., **A miséria da teoria, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser***,* Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

TRIUMPHO, Vera Regina Santos: **Coletivo Estadual de Educadores Negros Compromissos com a educação das relações étnico-raciais, Identidade!** Vol 6, 2004, disponível em http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/2272

WILLIAMS, Raymond; **Cultura e materialismo**; tradução André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Criminal Protesto: O bote; GE produções; 2017; 4:41 min

O poder da transformação, Thaíde e DJ Hum, O melhor do RAP, 2001, 5:48 min.;

Public Enemy: Fight the power; álbum Fear of a black planet; 1990; 5:21 min

“ANARQUIA PUNK NA TERRA DO SOL”: O MOVIMENTO PUNK NA PARAÍBA DA REDEMOCRATIZAÇÃO (1988-1998)

Luíza Paiva Duarte de Andrade Carneiro

RESUMO

Esta pesquisa se dedica a tratar do punk rock e suas incidências na Paraíba no momento da redemocratização, entre 1988 e 1998, visando trazer novas problematizações ao debate historiográfico do movimento underground da Paraíba. O punk rock é um movimento musical popularmente espraiado na Inglaterra como reação pela exaustão dos movimentos sociais de operários e da própria juventude às políticas socioeconômicas do neoliberalismo. Jovens sem perspectiva de futuro, empunharam suas guitarras, tocaram os poucos acordes que sabiam e deram início ao punk. Permearemos as narrativas deste trabalho através dos conceitos de Materialismo Histórico, Globalização, Urbanização e Juventude, e metodologicamente, História Oral, para que parte das fontes possa ser apreendida para a realização deste trabalho. As bandas com as quais trabalharemos, inseridas no contexto do período da Redemocratização, são grupos escolhidos sob o critério de serem bandas importantes para o histórico do underground paraibano.

Palavras-Chave: Punk rock, Redemocratização brasileira, História da Paraíba.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se dedica a tratar do movimento punk e suas incidências na Paraíba no momento pós-redemocratização do Brasil, entre os anos de 1988 e 1998, visando trazer novas problematizações ao debate historiográfico do movimento underground da Paraíba. O punk rock pode ser descrito como um movimento musical popularmente espraiado na Inglaterra e nos Estados Unidos da América como reação pela exaustão dos movimentos sociais de operários e da própria juventude às políticas socioeconômicas do neoliberalismo.

Na produção acadêmica brasileira podemos encontrar produções científicas sobre o punk rock nacional. Podemos destacar algumas, a exemplo da tese de doutorado “O futuro do ‘sem futuro’”: uma análise da escrita sobre o punk no Brasil e suas construções identitárias (1982 – 2010)” de Tiago de Jesus Vieira (2017) e dos artigos “Rock no Grande ABC na Década de 1980 e a relação com os Movimentos Sociais” de Fábio Sales (2009), “A cultura punk e o mundo do trabalho: possíveis interfaces entre o punk rock e o novo sindicalismo de 1977 a 1988” de Josnei Di Carlo Vilas Boas e Renata Costa Silvério (2015). Ainda contamos com Ivone Gallo (2010) em seu “Por uma historiografia do punk”.

Atualmente, na Paraíba, têm-se desenvolvido pesquisas na área do rock local, a exemplo do trabalho de conclusão de curso do historiador Anselmo de Oliveira Nunes (2015), intitulado “Memória do Rock Pessoense (2008-2012): O Centro Histórico e suas relações com o Rock da Cidade”. Trata-se de um documentário fruto das andanças do pesquisador pelo território paraibano com uma câmera na mão, registrando diversos shows de bandas de rock do estado entre os anos de 2008 e 2012. Já o sociólogo Yuriallis Fernandes Bastos (2004; 2008) se especializou no movimento anarco-punk do estado paraibano, associando-o ao movimento anarquista, e desenvolveu pesquisas visando a compreensão dos espaços de organização e sociabilidade da juventude anarco-punk de João Pessoa. A ausência de pesquisas sobre o punk na área de história, sendo estas muito mais numerosas nas áreas do jornalismo cultural e das ciências sociais, reforça a necessidade de um olhar da comunidade de historiadores a respeito desta temática.

É necessário que se solidifiquem as pesquisas e as redes de trabalho na área do punk rock nacional e que elas se fortaleçam nas outras regiões do Brasil para que, de fato, os estudos se tornem nacionais. É para isto que se faz necessário que o punk nordestino, no nosso caso, o paraibano, seja trabalhado e que alce territórios em que este possa se tornar efetivamente conhecido e documentalmente integrante dos estudos do punk nacional e internacional, seja para os acadêmicos que trabalham com a temática do punk rock e afins, seja para público leigo e/ou curioso.

O QUE É PUNK?

O movimento punk é entendido como uma subcultura juvenil primeiramente identificada a partir da década de 1970 nos Estados Unidos e na Inglaterra (atingindo maior popularidade e breve alcance midiático neste último país). Tendo se espalhado pelo resto do planeta no passar das décadas e tendo reverberação ainda na atualidade, punks podem ser descritos como sujeitos que desprezam o binarismo do espectro político (identificando-se muitas vezes como anarquistas ou anarcopunks), que seguem a filosofia do “Faça-Você-Mesmo” (DIY), que se utilizam de estética agressiva (da música à indumentária) e que produzem cultura fora da circulação comercial (underground).

O punk rock, por sua vez, é a manifestação musical do movimento punk, no qual é possível observar a supracitada estética violenta: músicas curtas em andamento veloz, guitarras ruidosas e letras que abordam temas afins pensamento anarquista, desemprego, pobreza, drogas e o desprezo ao binarismo do espectro político (dividido entre esquerda e direita).

A palavra “punk” tem aplicação em contextos para descrever eventos e situações difíceis - o que pode se estender desde um dia difícil na rotina até a condições impostas pelo capitalismo, como conflitos agrários. Esta discussão do uso da palavra “punk” nos conduz ao debate da dialética do punk nos ser estrangeiro e ao mesmo tempo não o ser: apesar do movimento punk não ter suas origens no Brasil, as discussões sobre desigualdade que são tônicas no movimento punk também são tônicas na realidade brasileira: as disparidades sociais, a degradação ambiental, a fome, a pobreza, a violência, a marginalidade, o uso de drogas, etc.

Para situarmos historicamente o punk, faz-se necessária a explicação dos conceitos de Contracultura e Underground. Originada em meados da década de 1950 nos Estados Unidos da América no contexto da Guerra Fria, a Contracultura tem como principal proposição o combate à cultura hegemônica - que seria a razão de violências, discriminações e segregações. A juventude contracultural tinha em seus ideais princípios libertários (liberdade sexual, de gênero e raça), o não-consumismo e a cultura da paz.

O Underground pode ser lido como um elemento contracultural, pois se trata de toda a produção cultural que circula fora da grande mídia. Logo, pode-se compreender o punk como atuante em ambas as diretrizes de fuga da produção cultural de alta circulação. É importante perceber que não se trata de uma exclusão por parte das grandes mídias, mas, pelo contrário, de uma deliberada construção cultural através do “subterrâneo”. Tanto a Contracultura e o Underground podem ser lidos como performances culturais que resistem ao establishment.

Para que saibamos do que se trata o underground e o porquê do movimento punk estar às margens da cultura tida como estabelecida, trabalharemos, a princípio, com os conceitos de “campo artístico”, “campo cultural” e “capital cultural” e “capital simbólico” do sociólogo francês Pierre Bourdieu. De início, é necessário que se entenda o que é “campo” para este autor, conceito este que foi proposto para viabilizar o estudo do que ele chama de “sociedades diferenciadas[1]”. De maneira geral,

> “O cosmo social é constituído pelo conjunto desses microcosmos sociais relativamente autônomos[2], espaços de relações objetivas que são o lugar de uma lógica e de uma necessidade específicas e irredutíveis àquelas que regem outros campos”. (BOURDIEU, 1992, p. 54 apud LAHIRE, 2017, p. 64)

Os sujeitos que desempenham determinadas funções são os estruturantes de um

1 Sociedades diferenciadas são marcadas por complexa e grande diferenciação nas redes de atividades e produções.

2 Os campos.

campo. Os principais campos presentes na sociedade são o campo político, o campo econômico e o campo cultural, os quais se interseccionam com subcampos (por exemplo: o científico, o da alta costura[3], o esportivo, etc.). Entendendo o movimento punk como estranho (outsider) às "diretrizes" dos campos (especificamente o cultural), pode-se concluir que o punk é um elemento que está em conflito com os estabelecidos.

Os sujeitos que compõem o campo cultural dispõem de capital simbólico[4] e capital cultural[5]. Logo, os participantes estabelecidos neste campo, "para validar ou invalidar esta ou aquela obra, se utilizam como suas armas, de critérios rigorosos de interpretação, avaliação ou validação" (PASSIANI; ARRUDA. 2017, p. 72). Tendo essa consideração em vista, a efervescência dos embates inerentes ao campo cultural, por outro lado, "geram obras culturais (...) extremamente críticas, que abalam certezas e podem oferecer perspectivas alternativas ao status quo, ensejando mudanças internas e externas ao campo" (Ibid., p. 72). O punk, enquanto elemento conflitante do campo cultural, insere-se neste como movimento cultural que oferece resistência e crítica ao status quo, embora tenha como proposta permanecer "operando" no underground.

De acordo com Bourdieu (2006), os estabelecidos do campo cultural são os que legitimam ou deslegitimam as diversas manifestações culturais; norteiam, inclusive, os limites das práticas culturais "heréticas". O punk rock, neste contexto, teria ingressado nas delimitações das heresias permitidas pelo campo cultural, ao ser "admitido" pela indústria cultural do Primeiro Mundo em fins da década de 1970 (a exemplo de conjuntos musicais como Sex Pistols e The Ramones).

Ainda de acordo com este autor (Ibid.), artistas e intelectuais têm a tendência de se colocarem em favor das demandas da população jovem. O que Bourdieu chama de "recusa intelectual do espírito da seriedade" gera, consequentemente, um diálogo com os anseios juvenis. Com o Giro Linguístico de 1968 (conjunto de mudanças ideológicas e filosóficas no campo das humanidades), acompanhado por grandes movimentos sociais e culturais ao redor do mundo, a subcultura underground e, logo, o movimento punk passaram do status de estranhos ao de relativamente estabelecidos no modo de se fazer e de pensar cultura.

Os outsiders, estranhos e undergrounds são, portanto, sujeitos que estão dispostos

---

3 O conceito de "campo da alta costura" muito bem se relacionaria ao estudo do movimento punk, tendo em vista que a indumentária punk serviu (e serve) de direta inspiração a grandes nomes da moda, a exemplo de Vivienne Westwood, proeminente estilista britânica. Ver mais no texto "Campo da alta costura", de DURAND, José Carlos G., (2017).

4 Trata-se de uma distinção que é outorgada a pessoas, lugares e coisas que são interpretadas enquanto portadoras de prestígio social. O capital econômico, por sua vez, não necessariamente é fundamental ao capital simbólico.

5 Os detentores de capital cultural são indivíduos ou lugares marcados por uma trajetória de acúmulo intelectual e cultural, o que os faz ter o poder de discernir a "boa" da "má" cultura.

a ferir os códigos de regras que norteiam a sociedade e a cultura. A cultura underground (entendida, também, como contracultura) afirma-se enquanto ruptura do establishment, indo na contramão dos ditames sociais, morais e da sociedade consumista.

A adoção destes comportamentos "marginais" destes sujeitos (ora marginalizados pelos estabelecidos) é uma maneira de deliberadamente se colocarem para a sociedade como marginais (com o intuito de agredir os parâmetros societais), performando práticas que o establishment encara como "dejetos". Um bom exemplo disso são os nomes dos conjuntos musicais de punk rock paraibanos: Aberração Sonora (1988), C.U.S.P.E. (1989), Diarrhea (1990), Restos Mortais (1986), dentre outros. Tais nomes, em consonância com outros grupos musicais deste gênero Brasil afora, revelam a postura rebelde e afrontosa do meio underground.

A partir disso, acreditamos ser necessário trabalhar, dentre as várias bandas paraibanas de punk rock deste período, com quatro: Restos Mortais (banda de crossover[6] entre punk, hardcore e metal de João Pessoa), Diarrhea (importante banda do movimento punk da cidade de Campina Grande), C.U.S.P.E (a banda com maior expressividade do movimento anarcopunk no estado da Paraíba) e Disunidos (em atividade até hoje, considerada uma das bandas mais importantes do movimento punk do estado).

Esses quatro conjuntos são nomes muito importantes para o underground paraibano e certamente o são em nível nacional, sendo recontada a trajetória do punk brasileiro. Serão estes os quatro principais conjuntos a serem tratados neste trabalho, relacionando-os ao contexto histórico em que estavam inseridos e buscando compreender suas relações e disputas não apenas culturais, como também sociais e políticas.

POR QUE O PUNK SURGIU NA PARAÍBA?

A discussão do uso da palavra "punk" nos conduz ao debate da dialética do punk ser estrangeiro ao Brasil e ao mesmo tempo não o ser. Como poderiam ser estrangeiras ao Brasil questões socioeconômicas que pertencem tanto ao todo da periferia capitalista como também ao Brasil? Neste sentido, há uma frase que corriqueiramente se atribui ao cantor e compositor Chico Buarque de Hollanda (apud BOTINADA[7], 2006): "Se o punk é o lixo, a miséria e a violência, então não precisamos importá-lo da Europa, pois já somos a vanguarda do punk em todo mundo". Outra reflexão semelhante a ser destacada é a

6 Estilo musical que mistura os gêneros *punk* e *thrash metal*.

7 A frase em questão pode ser vista nos primeiros segundos do documentário "Botinada: A origem do punk no Brasil". (Gastão Moreira, 2016)

do historiador e crítico de cinema Paulo Emílio Sales Gomes (em texto que analisa a realidade brasileira através do cinema), que diz:

> "Não somos europeus nem americanos do norte, mas destituídos de cultura original, nada nos é estrangeiro pois tudo o é. A penosa construção de nós mesmos se desenvolve na dialética rarefeita entre o não ser e o ser outro. O filme brasileiro participa do mecanismo e o altera através de nossa incompetência criativa em copiar". (GOMES, 1996, p. 90)

Apesar do movimento punk não ter suas origens no Brasil, as discussões sobre desigualdade que são tônicas nos debates dentro do movimento punk e nas músicas de conjuntos musicais de punk rock também são tônicas na realidade brasileira: as disparidades sociais, a degradação ambiental, a fome, a pobreza, a violência, a marginalidade, discriminação por raça, gênero e sexualidade e as questões relacionadas a drogas.

Em João Pessoa, capital da Paraíba, as bandas punks surgem simultaneamente a coletivos anarquistas. Exemplos de bandas de João Pessoa da década de 1980: Disunidos e M.E.R.D.A. Em Campina Grande, agreste paraibano, as bandas punks e os coletivos anarquistas também se originam no mesmo espaço temporal, em fins da década de 1980. Exemplo de bandas desta época: C.U.S.P.E. e Diarrhea.

Para que possamos compreender o desenvolvimento do movimento punk, proveniente do Primeiro Mundo, no estado da Paraíba, é necessário que entremos nos conceitos de territorialidade, nação, cultura, globalização e estética da violência. Como se tratam de conceitos que demandam densidade analítica, nos ateremos a debates preliminares, encaminhando espaço para futuras análises pertinentes à presente temática.

Conforme aponta a historiadora Rosa Maria Godoy Silveira (2007), as terminologias "região" e "território" nos apontam para diferentes compreensões, embora possam dialogar entre si. Enquanto "região" corresponde a um espaço geográfico marcado por uma noção de poder e domínio, o "território'', além da dimensão espacial, traz consigo a conotação cultural, ou seja, os usos que determinado povo faz com seu respectivo espaço. Ainda segundo a autora,

> "Os historiadores continuam a lidar mal com a problemática das territorialidades. [...] Território e territorialidade continuam a ser vistos como um palco de acontecimentos históricos, externo e estranho aos mesmos, e não como componentes das temporalidades". (GODOY SILVEIRA, 2007, p. 40)

Ou seja, a fim de que se compreenda a questão da territorialidade, torna-se imprescindível abordar a dimensão temporal, como também não se pode deixar de verificar as relações de poder que costuram as territorialidades. O "território" é dinâmico, imbricado de tessituras de poder, de sociabilidades e cultura. Territórios localizados em diferentes

espaços do globo podem ter manifestações culturais similares (ou até mesmo iguais), embora tenham que ser consideradas idiossincrasias locais. É o que podemos verificar com o movimento punk, que pode ser histórico e geograficamente localizado em diversas regiões do mundo.

Nesse sentido, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina (como também nas outras regiões do globo) podemos encontrar numerosas manifestações da subcultura punk. Para além da notoriedade dos conjuntos musicais The Ramones (EUA) e Sex Pistols (Inglaterra) - notadamente originários de países do Primeiro Mundo -, há bandas latinoamericanas que deixaram sua marca na memória do público underground desta região, a exemplo de Los Violadores (Argentina), Pinochet Boys (Chile), Los Traidores (Uruguai) e Sentimiento Muerto (Venezuela).

No Brasil, bandas famosas do gênero a serem citadas são a Cólera, Ratos de Porão e Os Replicantes, sendo estas localizadas no eixo Sul-Sudeste do país. Faz-se necessária a menção de que o punk também é encontrado na história da música da Ásia e da África. Assim como outras subculturas juvenis, o movimento punk alcançou uma escala planetária, impulsionado pelos crescentes movimentos de globalização e urbanização.

Nesse sentido, o punk interage em diferentes configurações nacionais, podendo-se falar numa subcultura com ressonâncias globais ou transnacionais, atuando em recortes nacionais ou locais. Nesse sentido, o conceito de nação, entendido pelo historiador Benedict Anderson (2008) como uma “comunidade imaginada”, permite-nos interpretar a cultura, também, enquanto uma comunidade imaginada.

Globalização, terminologia difundida em meados da década de 1980, é um conceito que, à primeira vista, traz a noção de uma homogeneização cultural promovida pelos países que são expoentes do capitalismo, o que supostamente teria a capacidade de suprimir as individualidades dos sujeitos inseridos nesta dinâmica.

No entanto, para Milton Santos (1987, p. 41), “o cidadão é multidimensional. Cada dimensão se articula com as demais na procura de um sentido para a vida. Isso é o que dele faz o indivíduo em busca do futuro, a partir de uma concepção de mundo”. Ao fazer uma proposição de verificação da globalização como uma categoria a ser humanizada, dizendo que “todos os lugares são mundiais mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza mesmo são as pessoas” (Id., 1993, p. 4), Milton Santos também nos diz que razão entre o local e o global é dialética, ou seja, o global não se sobrepuja ao indivíduo:

> “A ordem global é “desterritorializada”, no sentido de que separa o centro da ação e a sede da ação. Seu “espaço”, movediço e inconstante, é formado de pontos, cuja existência funcional é dependente de fatores externos. A ordem local, que “reterritorializa”, é a do espaço banal, espaço irredutível

> porque reúne numa mesma lógica interna todos os seus elementos: homens, empresas, instituições, formas sociais e jurídicas e formas geográficas. O cotidiano imediato, localmente vivido, traço de união de todos esses dados, é a garantia da comunicação. Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo Dialeticamente". (Idem, 1996, p. 273)

O punk surge, assim, como uma manifestação cultural muito coerente com os problemas sociais ao redor do globo: os punks se colocam para a sociedade como os lixos que a sociedade enjeita; são violentos, ruidosos e escancaram em suas músicas as mazelas sociais e o profundo sentimento de inadequação juvenil promovido pelas inseguranças sociais que o capitalismo gera. Dessa forma, temos de considerar essa dimensão urbana num país de características pós-coloniais como o Brasil, uma vez que em poucas décadas houve uma profunda reterritorialização de populações alijadas das áreas rurais e atiradas às periferias urbanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando tais pontos, podemos considerar a Paraíba como um espaço que sofreu um intenso processo de urbanização em poucas décadas. Cidades como João Pessoa e Campina Grande tiveram um acelerado processo de crescimento populacional entre os anos 1950 e 1990 (anos demarcados pela geração dos pais dos jovens punks e por eles próprios).

Esse crescimento populacional correspondeu à expansão de suas áreas urbanas e ao surgimento e crescimento de bairros periféricos, notadamente de populações trabalhadoras. Em João Pessoa, por exemplo, nota-se um intenso crescimento de bairros de trabalhadores nas zonas Sul e Sudeste, em especial entre as décadas de 1960 e 80 (periodização relacionada ao nosso trabalho), tal como se pode aferir, inclusive com a denominação de políticos ligados ao regime ditatorial militar-empresarial, tais como Castelo Branco, Costa e Silva, Ernesto Geisel, Valentina de Figueiredo (mãe do ditador João Figueiredo), bem como políticos da esfera local, como José Américo, Ernani Sátiro e de nomeação marcada por características locais (Mangabeira) ou por configuração profissional (Funcionários, Bancários). Nos bairros periféricos, jovens de finais dos anos 1970, diante das incertezas e exclusões vivenciadas, vão conhecer diversos movimentos culturais jovens, entre os quais o punk.

Também em meados dos anos 1980, começa a se observar um processo de "esvaziamento" dos centros urbanos das duas maiores cidades do Estado, marcados por uma emigração de setores mais enriquecidos para novos bairros de perfil socioeconômico

mais abastado, sendo, no caso de João Pessoa, os bairros praianos adotados por esses segmentos populacionais.

Nesse sentido, os centros urbanos dessas cidades sofreram um processo não propriamente de "depopulação", mas de mudança na sua configuração socioeconômica, de tal forma que esses movimentos jovens de periferia passaram também a ocupar as ruas dos Centros, conferindo características mesmo "periféricas" aos Centros.

Podemos concluir que o movimento punk não é uma manifestação cultural alienígena ao Brasil ou à Paraíba. Apesar de o punk ter surgido nos Estados Unidos da América e na Inglaterra, ele foi difundido pelo mundo afora através das redes de informação globais, como também através do fluxo migratório de pessoas identificadas com tal movimento.

E, apesar de ser uma subcultura destoante da cultura "estabelecida", teve e tem importantes impactos culturais (como na indústria cultural e na alta costura). O punk foi um dos movimentos culturais que trouxe à superfície da cultura "estabelecida" a marginalidade social, a qual quer ser esquecida, ou até mesmo extinta, pelo mundo capitalista. O capitalismo é punk, a Paraíba também o é.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes.** São Paulo: Cortez. 2011.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO JÚNIOR, C. F. **A hora da vingança:** astúcia e experiência anarcopunk nas cidades de Campina Grande-PB e João Pessoa – PB (1988 – 2006). Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual da Paraíba. 2010.

BARROS, J.D. **História Política:** da expansão conceitual às novas conexões intradisciplinares. OPSIS, Catalão, v. 12, n. 1, p. 29-55 - jan./jun. 2012.

BOTINADA: **A origem do punk no Brasil.** Gastão MOREIRA. São Paulo: 2006. 1h16.

BOURDIEU, P. **A produção da crença.** Porto Alegre: Zouk, 2006.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CATANI, A. M., et. al. **Vocabulário Bourdieu.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

DAVIS, M. **Planeta Favela.** São Paulo: Boitempo, 2006.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os Estabelecidos e os Outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FEITOSA, R. A. de S. **Jovens em transe:** grupos urbanos juvenis da contemporaneidade, conceitos e o “underground”. In: XXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Belo Horizonte, 2013.

GERBASE, C.; HEINZ, H. **Boy do Subterrâneo**. Disponível em: https://www.letras.mus.br/replicantes/64352/. Acesso em: 30 setembro 2021.

GODOY SILVEIRA, R. M. **O Regionalismo Nordestino:** Existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna,1984.

GODOY SILVEIRA, R. M. **A Cultura Histórica em representações sobre territorialidades.** Sæculum – Revista de História, [S. l.], n. 16, 2007.

GOMES, P. E. S. **Cinema:** Trajetória no Subdesenvolvimento. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HEBDIGE, D. **Subculture:** the meaning of style. Londres, Routledge, 1996.

HOBSBAWM, E. J. **A Era dos Extremos:** o breve século XX (1914-1991). São Paulo: 1995.

HOBSBAWM, E. J. **Tempos fraturados.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ROCHA, G. **Uma Estética da Fome.** In: Revista Civilização Brasileira, n.3, 1965.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. **A aceleração contemporânea.** In: SANTOS, Milton et al (Orgs). O novo mapa do mundo. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, L. S.; Costa, A. **Cultura como comunidade imaginada:** uma crítica à abordagem ontológica da cultura nos estudos geográficos. Geografias, v.26, n.1, p.27-41. 2018.

TOKUNAGA, L. G. **Coquetel Molotov contra o sistema:** a construção do arquétipo de um sujeito anarcopunk no documentário Punk Molotov - Rio de Janeiro (1983-1984). 2016. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

WOODSIDE WOODS, J., JIMENEZ LOPEZ, C., URTEAGA CASTRO POZO, M. “Creatividad y desarrollo: la música popular alternativa”. Em: GARCÍA CANCLINI, N. & URTEAGA CASTRO POZO, M. **Cultura y desarrollo:** una visión distinta desde los jóvenes. Avances de investigación. Madrid: Fundación Carolina, 2011.

"*RORKE'S DRIFT*", DO SABATON: UMA ANÁLISE À LUZ DO PÓS-COLONIALISMO

Pedro José Garcia de Menezes
Lauro Wanderley Meller

RESUMO

Neste paper, desenvolvido como resultado da primeira fase do projeto de pesquisa "Heavy Metal e História: aproximações e caminhos metodológicos" (PROPESQ-UFRN PIJ18963-2021), pretendemos analisar a canção "Rorke's Drift", da banda Sabaton. No decorrer da análise, discutimos como o grupo, no contexto de um processo de tradução intersemiótica para o formato de canção, se apropriou artisticamente das narrativas historiográficas relacionadas à Batalha de Rorke's Drift (1879), conflito intrínseco aos eventos ocorridos na Guerra Anglo-Zulu. Para o desenvolvimento da análise, utilizamos o Pós-Colonialismo como perspectiva teórica. Para tanto, recorremos a uma metodologia de pesquisa de cunho bibliográfico-analítico, com foco em trabalhos que contextualizam a Defesa de Rorke's Drift na História (STAPLETON, 2010; YORKE, 2012; GREAVES, 2012) e em estudos pós-colonialistas (BONNICI, 2005; YOUNG, 2015; CESAIRE, 2020). Como conclusão, identificamos que a canção do grupo de Power Metal sueco reproduz narrativas imperialistas britânicas, sem atentar para a questão de que o conflito bélico em questão consistiu na invasão de territórios africanos habitados pelo povo Zulu, nativos do continente.

Palavras-Chave: Música popular; Heavy metal; Pós-colonialismo; Imperialismo britânico; Guerra Anglo-Zulu.

INTRODUÇÃO

Na canção "*The words that maketh murder*", a artista inglesa P. J. Harvey constrói um cenário imagético pós-guerra: soldados com corpos dilacerados, perseguidos por moscas, aparecem constantemente, como também a sensação de morte que, intrínseca aos conflitos bélicos, torna o ar rarefeito. De maneira análoga, em "*Masters of War*", Bob Dylan expõe os horrores das guerras por meio da denúncia de que estas são arquitetadas por indivíduos poderosos – líderes governamentais, por exemplo – que não se preocupam com o fato de que quem os vivencia são sujeitos comuns, desprovidos de poder político. Essas temáticas, a da guerra e a de suas consequências, não protagonizam apenas as canções dos dois artistas supracitados. Ela é, na verdade, um dos tópicos mais frequentes em canções do gênero *heavy metal*, que surgiu no início da década de 1970.

Essa frequência pode ser considerada uma consequência natural da moldura grandiloquente do *heavy metal*, que dialoga com temas épicos. Canções como "*One*" (Metallica), sobre um soldado ferido em batalha; "*Aces High*" (Iron Maiden), sobre os embates aéreos entre a *Luftwaffe* e a *Royal Air Force* durante a Segunda Guerra Mundial; "*Holy Wars*" (Megadeth), sobre as chamadas "Guerras Santas"; e "*The Attack of the Dead Man*" (Sabaton), sobre o cerco de Osowiec, são exemplos que confirmam a regularidade da temática das guerras no gênero musical em questão.

Neste trabalho, analisamos uma canção da banda sueca *Sabaton*, intitulada "*Rorke's Drift*". Faz-se necessário, antes de introduzi-la, contextualizar brevemente o grupo, que se formou na cidade de Falun no ano de 1999. De acordo com Rodrigues (2013, p. 67), a banda se insere no *power metal*, um subgênero do *heavy metal* marcado por canções com andamento bastante acelerado, pelo uso do pedal duplo da bateria e pelos arpejos e intrincados solos ao estilo do também sueco Yngwie Malmsteen – uma vertente guitarrística que ficou conhecida como Metal Neoclássico.

Desde o lançamento do seu primeiro álbum – intitulado *Primo Victoria* – no ano de 2005, os integrantes têm buscado inspiração na História: suas letras geralmente tratam de conflitos bélicos ou de grandes personagens históricos. A canção que constitui o nosso objeto de análise não é exceção. Trata da batalha de Rorke's Drift, que ocorreu no contexto da Guerra Anglo-Zulu (1879), protagonizada por dois extremos: os soldados do Império Britânico e os guerreiros Zulus, sendo estes homens nativos do continente africano que, na época, se organizavam por meio de um regime político monárquico e habitavam parte do território atual da África do Sul, com maior concentração na província de KwaZulu-Natal.

Diante do que foi exposto, destacamos o nosso problema de pesquisa: o modo como a banda *Sabaton*, em um processo de tradução intersemiótica para o formato de canção, adaptou as narrativas historiográficas relativas à batalha de Rorke's Drift. Transparece alguma inclinação nacionalista na faixa analisada? A canção é contada do ponto de vista da historiografia oficial, ou traz uma interpretação que a põe em xeque? Quanto ao substrato musical, de que modo ele dialoga com o texto das letras? O que dizer do aspecto performático? Esses são alguns dos questionamentos que, conectados à nossa problemática, nortearão nossa análise de "*Rorke's Drift*".

Ademais, também destacamos como objetivos gerais deste estudo: demonstrar interfaces possíveis entre o gênero musical *heavy metal* e os estudos historiográficos; propor interdisciplinaridade entre a perspectiva teórica do Pós-colonialismo e os estudos de música popular; estimular reflexões no que diz respeito à necessidade de um *heavy metal* que, ao se apropriar artisticamente da história, se posicione criticamente perante ela.

Estruturamos este *paper* em cinco seções. Inicialmente, (i) contextualizamos a batalha de Rorke's Drift sob um viés historiográfico a partir das pesquisas de Stapeton (2010), Yorke (2012) e Greaves (2012). Em seguida, (ii) analisamos a canção homônima da banda *Sabaton* sob a perspectiva teórica dos estudos pós-colonialistas – para tal, usamos como aporte teórico os trabalhos de Bonnici (2005; 2009), Young (2015; 2020) e Cesaire (2020). Logo depois, (iii) comentamos sobre o discurso colonial intrínseco à "*Rorke's Drift*" e abordamos duas possíveis razões – o eurocentrismo; e a exaltação de uma história dos vencedores – que levaram a banda a se apropriar do conflito supracitado sem maiores preocupações com a reprodução das narrativas colonialistas propagadas pelo Império Britânico. Finalizamos o artigo com (iv) as considerações finais.

O critério metodológico da pesquisa foi de cunho bibliográfico-analítico, com maior foco em estudos que abordam historiograficamente o conflito de Rorke's Drift e que tratam do Pós-colonialismo como perspectiva crítica de análise. Vale ressaltar também que o trabalho de Frith (1996) foi de grande auxílio para o desenvolvimento da análise da canção. Outros pensadores contemporâneos que manifestam proximidades teóricas com os temas estudados também foram abordados, como, por exemplo, Aimé Cesaire, Benedict Anderson e Peter Burke.

A GUERRA ANGLO-ZULU: A INVASÃO DA ZULULAND PELO IMPÉRIO BRITÂNICO

Nos anos iniciais do século XVI, o território que compreendemos atualmente como o da África do Sul passou a ser visado pela Europa – mais especificamente, as imediações em torno do Cabo da Boa Esperança, uma localização estratégica que proporcionava acesso menos tortuoso ao continente asiático e, assim, facilitava a expansão marítima (ROSS, 2009, p. 22). Apesar da utilização massiva desse espaço no contexto das Grandes Navegações, a colonização da área sul-africana não se deu imediatamente, tendo sido iniciada pelos holandeses, na mesma região, em meados do século seguinte. Além do colonialismo neerlandês, também houve o francês, o português, o belga, dentre outros. Uma outra entidade colonizadora do país foi o Reino Unido que, por meio do Império Britânico, propagou-se em todo o globo, dominando inúmeras populações não-europeias. Sobre a autoridade desse império, Jackson (2013, p. 26) afirma: "[O Império Britânico] moldou o mundo moderno, transformando nomes de territórios, limites geográficos e até mesmo demografias raciais, arranjos econômicos e jurisdições internacionais" (tradução nossa).

Apesar disso, é fundamental não romantizar o Império Britânico como o responsável pela fundação da modernidade. Jackson (2013, p. 26) explica que os próprios historiadores

se questionam quanto ao modo como esse mecanismo inglês pode ser sintetizado: tratou-se de uma ferramenta modernizadora ou de um veículo de exploração? Um dos pesquisadores que tenta responder a esse questionamento é Young (2015, p. 74), que explica que as intenções modernizadoras inglesas podem ser relativizadas, uma vez que colônias de povoamento – ocupadas por indivíduos brancos – eram estimuladas a se tornarem autônomas, ao passo que colônias de exploração – habitadas por nativos, geralmente negros – eram reprimidas em suas tentativas de autonomia. Nesse sentido, Young (2015, p. 74) defende a hipótese de que o *modus operandi* do Reino Unido se ancorava na noção de inferioridade racial: "As diferentes partes [do Império Britânico] eram governadas a partir de princípios completamente diferentes, de acordo com a cor de pele dos colonos e dos colonizados, dependendo do fato de eles serem brancos ou pretos" (tradução nossa).

Nesse sentido, pode-se dizer que a Guerra Anglo-Zulu – macrocosmo em que o conflito de Rorke`s Drift se insere – não está apartada dessa perspectiva de dominação entre raças. Não à toa, a colonização da África se deu, em sua maior parte, por meio da invasão de sociedades nativas (BONNICI, 2009, p. 273). No caso dessa guerra, Yorke (2012, p. 11) evidencia um cenário de fundo: após a tomada, no ano de 1814, da colônia holandesa que se estabelecia em torno do Cabo da Boa Esperança pelo Império Britânico, o Reino Unido, através de pressões econômicas e políticas, obrigou os holandeses, também chamados de Boers, a concentrarem sua colonização no interior do território. Em consequência dessa expansão europeia, as sociedades nativas sul-africanas passaram a habitar espaços que consistiam em zonas de transição entre colônias dominadas por diferentes grupos europeus – o que causou diversas guerras por estabelecimento de fronteiras, como as Guerras Cape-Xhosa (1779 – 1879).

Com a descoberta, em meados do século XIX, de diamantes na região e com a necessidade de maior controle político entre oponentes europeus e povos colonizados, o Império Britânico, a partir da década de 1870, decidiu levar a África do Sul à experiência de um processo confederativo (YORKE, 2012, p. 11). Uma das sociedades localizadas no intermédio entre as colônias europeias era a Zulu, composta por nativos sul-africanos que se organizavam sob o governo do monarca Cetshwayo. Além disso, a colônia inglesa de Natal era muito próxima dos locais onde os Zulus viviam, o que preocupava os colonizadores (STAPLETON, 2020, p. 76). Após inúmeras tentativas de acordo a respeito de questões fronteiriças entre o Reino Unido e o Reino Zulu, foi dada a Lord Chelmsford, um importante comandante britânico, a responsabilidade pela invasão da Zululand – como, na época, eram chamadas as áreas ocupadas pelos Zulus (YORKE, 2012, p. 25).

Como explica Stapleton (2020, p. 76), o exército inglês era composto por cerca de 17000 homens, sendo uma parte deles soldados do Império responsáveis pela segurança das colônias, e a outra composta tanto por grupos de cavaleiros coloniais quanto por aliados africanos. No dia 20 de janeiro de 1879, comandando esse corpo militar, Chelmsford deu início à invasão das terras Zulus, com o plano inicial de cercar a capital da Zululand, chamada de Ulundi. Em razão dessa estratégia, o exército foi separado em três grupos distintos. Pode-se dizer que essa decisão foi o que acarretou a derrota britânica na batalha de Isandlwana, o conflito bélico inicial da Guerra Anglo-Zulu. Com a hoste inglesa fragmentada, cerca de 2000 guerreiros Zulus, comandados pelo chefe Matshana, emboscaram os soldados do império que estavam localizados na Colina de Isandwlana. Os resultados da luta foram sintetizados por Stapleton (2020, p. 77): "Do lado colonial, 52 oficiais, 727 tropas europeias e 471 tropas africanas aliadas pereceram. Essa foi a pior derrota militar infligida ao Império Britânico por pessoas indígenas" (tradução nossa).

Apesar do desastre, cerca de 140 soldados imperiais conseguiram escapar, e, juntos, refugiaram-se no posto colonial de Rorke's Drift – uma localização que, ao longo da história, já tinha sido um posto de trocas comerciais comandado pelo mercador irlandês John Rorke, e até mesmo um espaço voltado para o serviço missionário sueco (GREAVES, 2012, p. 16). Entre os dias 22 e 23 de janeiro do mesmo ano, ocorreu, então, a Batalha de Rorke's Drift – pode-se dizer que consistiu, depois de Isandlwana, no segundo conflito da Guerra Anglo-Zulu. Sobre como procedeu o evento histórico em questão, Stapleton (2020, p. 77) explica:

> Cerca de 5000 combatentes Zulus marcharam até o posto colonial de Rorke's Drift. (...) Defendendo fortificações improvisadas, o pequeno grupo imperial defendeu repetidas tentativas de ataque Zulu. Quando o grupo de guerreiros africanos, por exaustão, retirou-se do local, apenas quinze soldados britânicos estavam mortos e 370 corpos Zulus jaziam aos arredores do posto colonial. Dada a humilhação infligida aos ingleses com a batalha de Isandwlana, a vitória de Rorke's Drift foi enfatizada com propósitos propagandistas e, por isso, onze dos defensores foram premiados com Cruzes Vitorianas, o maior número fornecido para um único combate. (tradução nossa)

Torna-se claro, portanto, o porquê de a banda *Sabaton* ter se apropriado artisticamente da Defesa de Rorke's Drift em seu oitavo álbum de estúdio: devido à utilização do combate pelo Império Britânico, com fins de propaganda de guerra, essa batalha se tornou um dos maiores exemplos de *the last stand* da história. No vocabulário militar, esse termo se refere a todo conflito bélico em que um grupo menor de homens resiste incansavelmente a sucessivos ataques de oponentes mais poderosos, seja quanto a um maior poderio bélico ou a um maior número de soldados. Não à toa, *The Last Stand* é o título do disco, um

álbum conceitual em que todas as canções giram em torno da mesma temática: contendas que podem ser categorizadas dentro da definição supracitada.. Diante disso, é possível, então, iniciar a análise propriamente dita da canção “Rorke’s Drift”.

“RORKE’S DRIFT”, DO *SABATON*: UMA ANÁLISE À LUZ DO PÓS-COLONIALISMO

Nesta análise da canção “Rorke’s Drift”, serão discutidos os três elementos que, segundo Frith (1996), compõem uma canção: a música; a letra; e a performance. O primeiro desses elementos será analisado de modo mais sucinto, uma vez que, por se tratar de um trabalho à luz da perspectiva teórica do Pós-colonialismo, os outros dois elementos oferecem maiores possibilidades analíticas. Para tanto, consideramos relevante, antes de tudo, conceituar brevemente a vertente crítica que nos direciona, como também conectá-la com a faixa analisada.

Como explica Young (2020, p. 35), os estudos pós-colonialistas não correspondem a uma teoria única e cristalizada, mas a um conjunto de panoramas teóricos que “elaboram uma política do subalterno”, sejam estes pertencentes a uma classe social desfavorecida ou a um grupo de indivíduos minoritário. Não à toa, o Pós-colonialismo dialoga com o marxismo, com o feminismo, com as lutas antirracistas e LGBTQIA+, por exemplo. No caso de “Rorke’s Drift”, falamos de outra preocupação pós-colonialista: a da violência causada pela colonização, que, como explica Cesaire (2020, p. 16), funciona como uma ferida gangrenosa para toda e qualquer sociedade colonizada. A respeito disso, Young (2020, p. 31) explica:

> O colonialismo foi um sistema que criou estruturas rígidas de profunda desigualdade em muitos níveis, justificado ideologicamente pela doutrina da raça. O Pós-colonialismo resiste a tamanha desumanidade: defende e alega o direito de todas as pessoas no planeta terem acesso ao mesmo bem-estar material e cultural, aos mesmos direitos e o mesmo acesso a uma justiça imparcial. (tradução nossa)

É desse lugar que parte a nossa análise de “Rorke’s Drift”. De acordo com Bonnici (2009, p. 257), “a teoria e a crítica pós-colonialista constituem uma nova estética pela qual os textos são interpretados ‘politicamente’”. Na faixa que analisamos, são veiculadas mensagens propagadoras do eurocentrismo e de uma história contada sob a perspectiva dos vencedores (em outras palavras, a história dos povos que, por possuírem maior poderio bélico, objetificaram e dominaram sociedades que por eles foram estigmatizadas e tidas como inferiores). Prova disso é que a canção do Sabaton romantiza os feitos dos ingleses na Defesa de Rorke’s Drift, sem promover nenhum questionamento no que diz respeito ao

que de fato iniciou a Guerra Anglo-Zulu: o interesse comercial do Império Britânico quanto aos territórios ocupados pelo povo nativo.

Estruturalmente, “Rorke’s Drift” se compõe do seguinte modo: uma primeira estrofe; um pré-refrão e um refrão, que são repetidos após uma segunda estrofe; uma ponte, seguida por um solo de guitarra; e, por fim, outra repetição do pré-refrão e do refrão.

No que concerne à letra, pode-se ler um posicionamento claro do Sabaton em relação ao conflito: a banda está do lado do Império Britânico. Já nos primeiros versos, a voz de Brodén lamenta a derrota inglesa na batalha de Isandlwana. Isso é feito por meio de uma relativização historiográfica que reveste os soldados imperiais de uma aura nacionalista e romantizada, como se a Inglaterra não tivesse sido a responsável por iniciar a Guerra Anglo-Zulu e tivesse tentado, de todas as formas possíveis, entrar em acordo com os Zulus pela cessão dos territórios em que estes viviam. Inclusive, aos Zulus é atribuída a motivação do conflito, o que omite o interesse inglês pelos diamantes recém-descobertos na região. Além disso, atribuem aos guerreiros nativos o estereótipo de selvagens e os retratam como incapazes de compreender a relevância do processo confederativo do território sul-africano.

Além disso, no pré-refrão e no refrão, situados narrativamente no momento da batalha em que os britânicos remanescentes de Isandlwana se protegem de um exército Zulu muito mais numeroso, o grupo sueco veicula a mensagem de que o Império precisa fazer o que for necessário para se defender, mesmo que isso envolva a morte dos Zulus. Claramente, isso pode ser problematizado, afinal esse discurso tenta justificar o massacre de um povo negro que teve os seus territórios invadidos. Outras características do conflito também aparecem na letra, como, por exemplo, a diferença entre os armamentos utilizados entre os dois exércitos – ao passo que os britânicos portavam armas de fogo, os Zulus utilizam lanças, também conhecidas como *assegais*.

Sem dúvida, a ponte de “Rorke’s Drift” é o momento mais problemático da canção: nela, o Sabaton romantiza 1879 como o ano em que um número muito pequeno de soldados britânicos resistiu bravamente à selvageria de um exército Zulu numericamente maior. Para além disso, romantizam as pilhas de corpos negros assassinados pelos ingleses e afirmam que, após a vitória no conflito, o Império Britânico teria sido salvo.

Há, portanto, uma relativização do passado, uma vez que o poder imperial nunca esteve ameaçado pelo Zulus, mas sim o oposto disso. Segundo Cesaire (2020, p. 27), o colonialismo “esvaziou sociedades delas mesmas, pisoteou culturas, minou instituições, confiscou terras, (...), e suprimiu extraordinárias possibilidades”. De fato, pode-se dizer que esse foi o processo ao qual os ingleses submeteram o povo Zulu. Entretanto, na

faixa do Sabaton, só há espaço para a glamourização do massacre perpetrado contra os membros dessa sociedade.

Em relação aos aspectos performáticos, vale apontar, antes de tudo, que "Rorke's Drift" nunca constou em uma *setlist* da Sabaton. Não há nenhum registro de performances ao vivo da faixa, tampouco um videoclipe – o único que existe é um vídeo feito por fãs, não oficial, que ilustra a canção com cenas do filme *Zulu*, dirigido pelo inglês Cy Endfield e lançado no ano de 1964. Essa recusa performática se constitui em um tópico de debate em fóruns virtuais compostos por fãs da banda, que se questionam sobre as razões que a levam a não performar a faixa nos shows. Mesmo na capa do álbum "*The Last Stand*" – composta por diferentes personagens históricos que foram citados nas canções do álbum, como, por exemplo, os samurais presentes em "*Shiroyama*" e os guerreiros que protagonizam "*Sparta*" –, não há sinal de nenhum dos oponentes da Batalha de Rorke's Drift.

Como afirma Frith (1996, p. 205), a performance nos palcos subjetifica o artista, tornando-o vulnerável diante dos olhares do público. Desse modo, temos a hipótese de que a recusa da Sabaton decorre da consciência que a banda possui no que diz respeito às narrativas veiculadas em "*Rorke's Drift*", de modo que os integrantes evitam ser tachados como glorificadores de práticas imperialistas. Diante do exposto, podemos, então, discutir sobre as narrativas colonialistas que são veiculadas na faixa.

A QUESTÃO DAS NARRATIVAS: "RORKE'S DRIFT" E O DISCURSO COLONIAL

Para além das observações feitas acerca dos aspectos lítero-musicais e performáticos presentes na canção "Rorke's Drift", também é possível analisá-la à luz das narrativas que nela são desenvolvidas e propagadas. Nessa faixa, o grupo Sabaton não se atentou para o fato de que houve apropriação artística de um conflito bélico marcado pela violência colonial – mais especificamente, pelo genocídio inglês perpetrado contra uma população nativa do continente africano. Prova disso é que, ao observar a canção como um texto literário, percebe-se que ela se constrói narrativamente sob a perspectiva imperial britânica. Como consequência, "Rorke's Drift" opera como um mecanismo reprodutor e propagador de narrativas colonialistas.

Em outras palavras, pode-se dizer que a faixa promove um discurso colonial. De acordo com Bonnici (2005, p. 24), "(...) o discurso é um conjunto de signos e práticas que organiza a existência e a reprodução social". No caso do discurso colonial, esse complexo organizador se manifesta ancorado na ideologia hegemônica dos colonizadores, além de ser "altamente carregado pela ideologia dominante, que exclui e degrada qualquer outro

discurso" (BONNICI, 2009, p. 260). Esse conceito possui extrema relevância para a análise das narrativas contidas na canção que analisamos, uma vez que, em nenhum dos aspectos inerentes à canção, a banda sueca deu voz ao povo Zulu. Em vez disso, ressaltaram a dicotomia que separa colonizadores e colonizados por meio da romantização de uma batalha que foi, na verdade, um genocídio perpetrado contra uma população negra. Não houve, portanto, reflexão sobre as mazelas trazidas a esse povo pela colonização. Sobre elas, Cesaire (2020, p. 13) expõe:

> [É preciso] reconhecer que [a colonização] não é evangelização, nem empreitada filantrópica, nem vontade de fazer retroceder as fronteiras da ignorância, da enfermidade, da tirania; nem a expansão de Deus, nem a extensão do Direito; admitir de uma vez por todas, sem titubear pelas consequências, que na colonização o gesto decisivo é o do aventureiro e o do pirata, o do mercador e do armador, do caçador de ouro e do comerciante, o do apetite e da força, com a maléfica sombra projetada por trás por uma forma de civilização que em um momento de sua história se sente obrigada, endogenamente, a estender a concorrência de suas economias antagônicas à escala mundial.

Também afirma Cesaire (2020, p. 22) que "(...) uma nação que justifica a colonização e, portanto, a força, já é uma civilização enferma, moralmente ferida". Nesse sentido, devido à postura acrítica do Sabaton no que diz respeito ao modo como a Defesa de Rorke's Drift foi retratada, a canção faz parte de um *continuum* justificador de posturas colonialistas. Diante disso, consideramos necessário tentar compreender, mesmo sem nenhuma intenção de relativizar a responsabilidade social dos integrantes do grupo sueco como artistas, as possíveis motivações que os levaram a propagar um discurso colonial. Todavia, não temos a intenção de esgotar as possibilidades que podem explicar esse fenômeno. Em razão disso, focaremos exclusivamente em duas delas: o eurocentrismo; e a exaltação de uma história dos vencedores.

No que concerne à primeira motivação, o eurocentrismo, Bonnici (2005, p. 29) o define como "o processo pelo qual o arcabouço cultural europeu assume uma posição central, universalista, fixa e irremovível". Como ressalta Blaut (1993, p. 8), existe, na contemporaneidade, a crença errônea de que o pensamento eurocêntrico se restringe às ideologias que postulam os europeus como superiores aos não-europeus. Não se trata apenas disso: o eurocentrismo não é apenas uma atitude preconceituosa, mas um objeto acadêmico-científico, produzido por intelectuais europeus ao longo dos séculos, que justifica a superioridade da Europa como continente (BLAUT, 1993, p. 9). Sobre a sua manifestação na sociedade, Bonnici (2005, p. 30) pontua:

> (...) O eurocentrismo se manifesta principalmente na universalidade da cultura através do ensino da literatura, na propagação da história sempre

> contada a partir do ponto de vista dos vencedores e na excelência do padrão de desenvolvimento europeu e, portanto, a civilização, em contraposição ao primitivismo e ao atraso da margem.

Podemos, diante disso, perceber o eurocentrismo como uma estrutura que transcende o comportamento eurocêntrico individual. Nesse sentido, o Sabaton, que se formou em um país europeu, não se encontra apartado em relação a essa configuração estrutural que posicionou – e continua posicionando – o continente europeu no centro do mundo. Prova disso é que, em nenhum momento, "Rorke's Drift" injeta questionamentos ou reflexões nos ouvintes acerca da violência inerente ao passado colonial europeu.

No que diz respeito à segunda motivação, a exaltação da história dos vencedores, vale ressaltar que, por muito tempo, a História foi escrita sob a perspectiva desses indivíduos que, por deterem o poder, puderam colonizar, dominar e objetificar outros povos, como também obter mais vitórias em conflitos bélicos distintos. Como exposto por Burke (2011, p. 9), os modos de se escrever a História passaram a ser problematizados há não muito tempo. Apenas no século XX, com o surgimento do movimento intelectual da Escola dos Annales, liderado inicialmente pelos estudiosos Lucien Febvre e Marc Bloch, a historiografia passou a ser problematizada. Como aponta Barros (2018), a partir disso, a função do historiador passou a ser a de "fornecer à sociedade diversas interpretações problematizadas sobre o que aconteceu", e não mais apenas reproduzir descritivamente os fatos históricos. Em decorrência disso, os estudos historiográficos desenvolveram outras perspectivas de interesse, como, a exemplo desta pesquisa, a história dos vencidos e dos colonizados.

Ademais, a História contada sob o ponto de vista dos poderosos, tão presente na letra de "Rorke's Drift", é uma preocupação teórica frequente do Pós-Colonialismo, uma vez que se faz urgente a desconstrução das mitificações que giram em torno da Europa como o mais civilizado dos continentes - afinal, não podemos esquecer do seu passado colonialista, que, disfarçado sob a justificativa de levar civilização aos povos primitivos, não teve nada de civilizado. Como explica Cesaire (2020, p. 15), "a distância da colonização à civilização é infinita, pois de todas as expedições coloniais acumuladas, de todos os estatutos coloniais elaborados (...) não se pode resgatar um só valor humano". O mesmo autor explica que uma nação colonizadora, ao colonizar outra, também sofre consequências advindas de sua própria conduta colonial. A esse processo, dá o nome de golpe devolvido pela colonização:

> (...) a colonização desumaniza o homem mesmo o mais civilizado; a ação colonial, a empreitada colonial, a conquista colonial, fundada sobre o desprezo do homem nativo e justificada por esse desprezo, tende inevitavelmente a modificar aquele que a empreende; que o colonizador, ao

> habituar-se a ver no outro a besta, ao exercitar-se em tratá-lo como besta, para acalmar sua consciência, tende objetivamente em transformar-se ele próprio em besta. (CESAIRE, 2015, p. 20)

Embora em uma microescala, “Rorke’s Drift” é um exemplo do golpe paradoxal mencionado por Aimé Cesaire. Ao retratar a Defesa de Rorke’s Drift sob a perspectiva dos invasores do Reino Zulu, o Sabaton acaba por bestializar a própria arte, ignorando o fato de que “entre colonizador e colonizado só há lugar para (...) a intimidação, para a violação, para a cultura imposta, para o silêncio dos cemitérios, para as elites descerebradas e para as massas envilecidas” (CESAIRE, 2020, 25).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pretendeu reunir argumentos que expõem a presença de um discurso colonial em “Rorke’s Drift”, da banda Sabaton. Nela, o grupo não se posiciona criticamente perante as práticas colonialistas do Império Britânico que foram cometidas contra o povo Zulu no contexto da Guerra Anglo-Zulu (1879). Essa postura acrítica, senão irresponsável, promoveu a reprodução e a propagação de narrativas imperialistas inglesas, fortalecidas ao longo da história pelo Reino Unido com o propósito de suavizar as perdas britânicas na batalha de Isandlwana, que consistiu na maior derrota militar infligida ao Império por parte de uma população nativa (STAPLETON, 2020, p. 77).

Como consequência disso, a canção opera como um mecanismo proliferador do discurso colonial – um instrumento do poder hegemônico que, ao longo da história, submeteu tantos povos à condição de subalternização e de silenciamento. Como aponta Young (2020, p. 30), é preciso combater veementemente os discursos contemporâneos que remontam aos passados colonialistas sem questionar as consequências do colonialismo para aqueles que foram colonizados. Não se trata de desmerecer o trabalho do grupo sueco como um todo, mas de refletir sobre as cosmovisões imperialistas que são veiculadas irreflexivamente em “Rorke’s Drift”. Afinal, a grandiloquência épica do *heavy metal* (WALSER, 2014), que flerta com a temática das grandes batalhas históricas, não deve ser justificativa para a relativização da própria História.

Em razão disso, pensamos que como um provável desdobramento desta pesquisa será o exame de autores pós-colonialistas como Edward W. Said, Frantz Fanon e Gayatri Spivak, dentre vários outros, que nos ajudarão a relativizar os discursos colonialistas muitas vezes propalados por artistas europeus. Tal como Cesaire (2020, p. 30), também acreditamos ser necessário “fazer apologias sistemáticas das sociedades destituídas pelo imperialismo”, a fim de construir um contraponto a essas narrativas.

REFERÊNCIAS

BLAUT, J. M.. **The Colonizers Model of the World**: Geographical Diffusionism and Eurocentric History. [S.l.]: The Guilford Press, 1993.

BONNICI, Thomas. **Conceitos-chave de teoria pós-colonial**.1. ed. Maringá: EDUEM, 2005.

BONNICI, Thomas. Teoria e Crítica Pós-Colonialistas. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (Orgs.). **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3. ed. Maringá, EDUEM, 2009, p. 257-285.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929 - 1989)**: a Revolução Francesa da historiografia. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CESAIRE, Aimé. **Discursos sobre o colonialismo.** 1 ed. São Paulo: Veneta, 2020.

FRITH, Simon. **Performing Rites**: on the value of popular music. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.

GREAVES, Adrian. **Rorke's drift**. 1. ed. Londres: Orion Publishing Group, 2012.

RODRIGUES, Icles**. Histórias e memórias da Segunda Guerra Mundial e do Pós-Guerra no Leste Europeu a partir do Heavy Metal**: análise da obra da banda Sabaton. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 276 p. 2016.

STAPLETON, Timothy J. **A Military History of South Africa**: From the Dutch-Khoi Wars to the End of Apartheid. 1. ed. Santa Barbara: Praeger, 2020.

YORKE, Edmund. **Battle story**: Rorke's Drift 1879. 1. ed.. [S.l.]: The History Press, 2012.

YOUNG, Robert J. C.. **Empire, Colony, Postcolony**. 1. ed. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2015.

YOUNG, Robert J. C.. **Postcolonialism**: a very short introduction. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2020.

WALSER, Robert. **Running with the devil**: power, gender and madness in heavy metal music. 2. ed. Middletown, Connecticut: Wesleyan University Press, 2014.

ST 9

HISTÓRIA E ECONOMIA: INTERSEÇÕES E DESAFIOS

Dr. Glaudionor Barbosa (UFPE)
Ms. Camila Nadedja (UFRPE)

FINANÇAS PÚBLICAS EM TEMPOS DO IMPÉRIO: ORÇAMENTOS, BALANÇOS, FISCALIDADE E EXTRAFISCALIDADE NAS DÉCADAS DE 1820 E 1830

Artur Gilberto Garcéa de Lacerda Rocha[1]

RESUMO

A formação do Brasil pós independência trouxe intensos debates para a consolidação institucional administrativa e fiscal. Estudar o fisco permite um olhar plural na construção social burocrática do Brasil, contribuindo para ampliação dos saberes a respeito dos embates entre centro e periferia. O destaque era a provisoriedade das relações legais do Brasil, apresentando mudanças pós abdicação, permitindo reorganizações orçamentárias e das divisões entre nacional e provincial. Estas transitoriedades levaram o país a um centralismo, mas ao longo de duas décadas pós emancipação tivemos debates que levaram à uma maior regionalização, principalmente nas questões fiscais. Com o Ato Adicional, o fracionamento das atividades fiscais abriu caminho para a criação de um orçamento provincial, alterando percentuais destinados a Pernambuco. Este estudo examina as práticas das tesourarias em Pernambuco, as transformações legais e estruturais que alteraram os orçamentos nas décadas de 1820 e 1830.

Palavras-Chave: Fiscalidade, Tesouraria de Pernambuco, Império do Brasil, Orçamento, Finanças Públicas.

Nos anos que antecederam a independência do Brasil e imediatamente seguintes mostram que a situação financeira do país estava envolvida na mais completa desordem. O estado do erário era lastimável e obrigavam os credores a pesadíssimos sacrifícios, não era possível satisfazer pontualmente os pagamentos das letras de câmbio, dos ordenados de seus empregados, dos juros do serviço das dívidas que era obrigado a contrair (CARREIRA, 1889).

Foi desta forma acima exposta que o Manoel Jacinto Nogueira da Gama, o futuro Marquês de Baependi, comparou a situação financeira do Brasil em dois momentos. O primeiro em seu relatório como escrivão da mesa do erário em 1812 e o segundo como Ministro dos Negócios da Fazenda em 1823. O que se pode notar na comparação de seus relatos foi a continuidade da desordem e desregramento do erário, levando ao descrédito não só o tesouro, mas também o Banco do Brasil.

---

1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Servidor público do Estado de Pernambuco, lotado no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

Diante desses relatos e por assumir a Regência no Brasil, ainda em maio de 1822, o Príncipe Regente formou uma comissão para examinar o estado do tesouro público e após o aprofundamento do conhecimento da real situação propor reformas que contribuíssem no restabelecimento do crédito e da adimplência do Império, porém o relatório não trouxe um cenário novo ou efetivamente esclarecedor.

As poucas informações e rendas repassadas pelas províncias, por ainda não estarem totalmente integradas às causas do nascente país levaram a comissão da fazenda a propor uma saída não aceita por todos seus membros, e algumas ações para diminuir a crítica situação das finanças públicas não puderam esperar a formação de um parlamento, e por decreto imperial foi autorizado a contratação de empréstimo junto às casas financeiras nacionais, já que ainda não tínhamos o reconhecimento inglês de nossa independência em relação a Portugal. Também por meios de decretos, foram autorizados sequestros de bens como mercadorias, prédios e navios de negociantes portugueses, e estabeleceu aumento de impostos.

Estas ações eram de caráter emergencial e deveriam ser substituídas por outras que contassem com maior organização e empenho por parte do legislativo nacional. Porém, a organização do funcionamento fiscal do Brasil, no momento da independência, ainda se fundava no alvará de criação do erário público no Brasil de 1808, e que centralizava a uma única jurisdição todas as coisas ou negócios pertencentes a arrecadação, distribuição e administração da fazenda.

Este mesmo alvará redimensionou as remessas líquidas das províncias de Lisboa para o Rio de Janeiro. “Este redirecionamento dos fluxos fiscais constituiu a marca mais significativa de uma nova organização da fiscalidade.” (CARRARA, 2002. p. 81). Estas remessas eram uma das maiores fontes de receita do governo central, mantendo as províncias em procedimentos coloniais por quase uma década a mais.

Após a independência este caráter centralizador da administração fazendária foi confirmado pela Assembleia Geral Constituinte em 1823 quando decretou que a legislação portuguesa, que não tinha sido revogada, continuaria em inteiro vigor enquanto não houver organização de um novo código (BRASIL, 1823). Tal centralização foi continuada também após a outorga da Constituição Imperial e apenas diminuída com a lei que deu organização diferenciada ao tesouro nacional no início da regência em 1831, lei esta que criou as tesourarias provinciais.

Todas estas continuidades e as poucas mudanças provisórias na organização da administração do tesouro nacional em conjunto com a falta de uma lei que regulasse o orçamento até o final da primeira legislatura em 1831, tornaram necessárias análises

distintas das que serão realizadas com as promulgações das leis orçamentárias anuais na década de 1830.

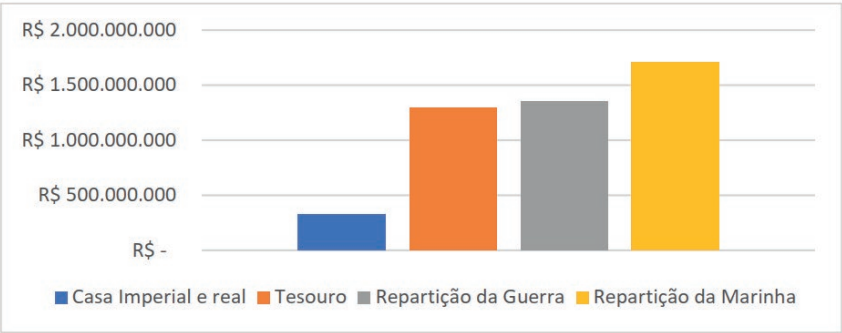
Estas primeiras análises tomaram por base as apresentações anuais do balanço geral das despesas e receitas que o Ministro dos Negócios da Fazenda era obrigado, pelo artigo 172 da Constituição Imperial, a fazer por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos da Câmara dos Deputados Gerais. Assim, de 1823 a 1831 apenas eram apresentados, e não por todas as províncias, os balanços das receitas e despesas e daquilo que cada ente estatal tinha a receber dos contribuintes (dívida ativa) e a pagar aos seus credores (dívida passiva).

Do ponto de vista estrutural, estas apresentações estavam mais para uma simples apuração do resultado do exercício que um balanço propriamente dito. A apuração de resultado é a comparação entre receitas e despesas em um determinado período com a intenção da apresentação do saldo ou resultado, que pode ser positivo ou negativo, ou respectivamente, superavitário ou deficitário.

A distribuição das despesas ainda não era discriminada por ministérios, como aparecem posteriormente nos balaços e orçamentos da década de 1830, após a sanção da lei que dividiu os orçamentos em nacional e provincial. Assim, as despesas foram apresentadas e divididas em quatro grandes segmentos, ou contas: casa imperial e real, tesouro, repartição da Guerra e da Marinha. A casa Imperial era uma conta que tinha origens ainda nas prestações anteriores à independência e que teve sua dotação incorporada às receitas destinadas ao Ministério dos Negócios do Império a partir das prestações do ano de 1827.

A Casa Imperial detinha os gastos com a família real propriamente dita, com manutenção dos prédios de posse e uso da família Imperial, assim como os ordenados dos servidores que estavam lotados nestes prédios. As despesas dos ministérios ligados as forças armadas incluíam os arsenais do exército e marinha, como também as manutenções dos hospitais ligados a estas pastas.

Gráfico 01- Despesas Nacionais por Repartição (1823)

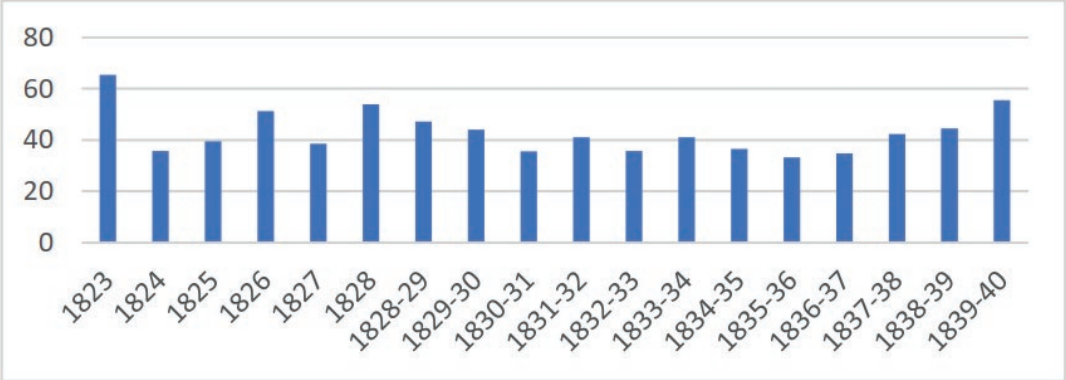


Elaboração: própria

Como afirmou o Imperador D. Pedro I, os gastos com a Casa Real foram os mínimos possível, deixando os principais gastos com as questões militares. A compra emergencial de navios e armamentos para uma esperada guerra contra Portugal consumiu 65,35% dos recursos da nação. Vale salientar que algumas províncias tiveram levantes internos e lutas contra tropas portuguesas.

Apesar de uma leve diminuição do percentual no início do período regencial, a eclosão de movimentos em vários espaços do Império manteve o percentual da participação dos gastos com os militares sempre nas casas dos milhares de contos de réis, como mostra o gráfico 02 a seguir.

Gráfico 2 - Participação das Despesas com as Forças Armadas (%)



Elaboração própria

Ao longo do período em estudo, as receitas sofreram algumas alterações nas formas que compunham as reservas públicas. Os saldos dos exercícios anteriores representavam os saldos trazidos do ano anterior para compor parte do ano atual, apesar de em geral o valor ser pequeno, era, normalmente, resultado do pagamento de letras. Esta conta apesar de aparecer em alguns anos em estudo, se consolida como um fundo com dados confiáveis a partir de um decreto em 1850.

Na conta receita ordinária os recursos provinham dos direitos de importação e exportação, dos despachos marítimos, e do Interior, sendo estas partes integrantes da fiscalidade, ou seja, oriundas dos diversos tributos devidos pelos contribuintes. A rubrica Interior era composta, em sua maior parte, por rendas provenientes de repartições públicas.

Para além daquilo proveniente de tributos, a extrafiscalidade, o tesouro nacional era composto pelas chamadas receitas extraordinárias, operações financeiras e emissões de letras. Nos anos iniciais, as chamadas receitas extraordinárias eram usadas com o intuito de equilibrar os saldos deficitários dos balanços.

Esta prática inflava os resultados de forma artificial, pois como destacou o Marquês de

Barbacena, em seu relatório anual em 15 de maio de 1830, que na conta receita extraordinária foi contabilizado "empréstimos, excessiva senhoriagem de moeda, e duplicação de receita em quase todas as províncias. Nas contas do Tesouro, e Juntas chama-se receita extraordinária, o que deveria chamar-se movimento de fundos". (BRASIL, 1830. p. 04)

Angelo Carrara (2022) classificou as operações financeiras em dois tipos, as que produziam ônus financeiros adicionais aos cofres públicos e as operações de crédito propriamente ditas. No primeiro tipo ficavam reunidas as emissões de moeda e os recursos provenientes do ano financeiro anterior.

As emissões de moeda foram artifícios importantes nos primeiros anos após a independência, como a cunhagem das moedas de cobre, porém estas ações trouxeram vários problemas posteriores, como as falsificações e a necessidade de seu recolhimento, como visto em capítulo anterior. Porém, a mais importante fonte de renda extrafiscal do Império do Brasil fora a emissão de letras do tesouro, após a fundação da dívida pública em 1827.

Até o ano de 1824, a administração da fazenda continuava marcada por inúmeras expedições de decretos pelo poder executivo na intenção de organizar as diversas demandas do Império, principalmente pela ausência de uma legislatura. Esta situação marcadamente influenciou com profundidade as anotações e informações que eram fornecidas pelas províncias sobre suas posições financeiras, e que foram declaradas pelo Marquês de Baependi como de má qualidade e necessitando urgentemente de padronização e ordenamento para compreensão da real condição financeira e patrimonial do Império do Brasil.

A precariedade das informações e, consequentemente das ações, foi agravada pela inexistência de uma carta orçamentária que deveria criar condições de planejar e executar as finanças públicas, atendendo as demandas do Estado, como incansavelmente lembrava o Imperador durante a primeira legislatura.

As províncias usavam critérios distintos no repasse das informações solicitadas pelo tesouro nacional, também não indicavam em sua totalidade o patrimônio provincial, não forneciam os valores individuais das propriedades imperiais, e para agravar mais ainda as prestações das contas ao legislativo geral, as demonstrações de rendimento e despesa das províncias não eram enviadas por todas elas, e quando havia alguma informação, eram apresentadas em diferentes anos.

> Estes balanços em épocas diversas e desencontradas eram antes um amalgama de algarismos do que a demonstração de uma receita e despesa. Além disto entendendo a comissão que no balanço figuravam parcelas que não podiam ou não deviam ser consideradas como receita. (CARREIRA, 1889. p. 116)

Esta desorganização apresentada nas partes relativas às despesas e receitas foi encontrada em várias outras partes do relatório do ministro Baependi não se podendo ter a certeza do que efetivamente o tesouro era credor ou devedor ou mesmo não tinha a real ideia do patrimônio nacional completo.

No ano de 1824 os gastos com as repartições relacionadas com a defesa nacional se mantiveram estáveis, no que se refere ao valor absoluto. Porém, como mais que dobraram os gastos em relação ao exercício anterior, a participação da Repartição da Guerra e Marinha recuou para pouco mais de um terço das despesas. As principais despesas foram relativas a Casa Imperial e com o próprio funcionamento da máquina pública, ou seja, com o tesouro.

Destaca-se que durante o período entre 1825 e 1828 travou-se a Guerra da Cisplatina e apesar de se observar um equilíbrio dos valores relativos as despesas os gastos com a defesa voltaram a subir representando mais que a metade dos recursos da nação. A crise financeira deste período fica evidente quando se observam os sucessivos déficits registrados e apenas sanados no exercício após a fundação das dívidas e a emissão dos títulos pelo Império e províncias.

Com o início da primeira legislatura, as demonstrações apresentadas pelos ministros dos negócios da fazenda sofreram alterações estruturais e passaram a mostrar as despesas listadas por ministérios, o que padronizou sua apresentação até o final do período em estudo.

Outra mudança substancial no balanço foi a passagem do ano financeiro de ano calendário para a que tinha início em julho de um ano e terminava no último dia de junho do ano subsequente, o que gerou o balanço parcial do ano de 1828, sendo realizado apenas do primeiro semestre.

A partir do ano financeiro de 1828-1829, último dos anos de destaque e que necessitam de uma observação diferente dos anos restante a este estudo, devido a inexistência de orçamento, os balanços ganham uma maior regularidade no que diz respeito às suas estruturas.

No início do ano legislativo de 1828, o conselho do Ministério dos Negócios da Fazenda apresentou aos deputados um relatório que versava sobre o estado da dívida interna e externa e no que tange as repartições de fazenda. O relatório apontava a lentidão excessiva em adaptar-se aos novos modos de operação das juntas provinciais, assim como a falta de uniformidade das escriturações e irregularidade no expediente dos negócios, imperfeição e nulidade moral das contas e a multidão de empregados mesquinhamente remunerados.

Em seu relatório anual de 1830, o Marquês de Barbacena por ocasião de seu

segundo mandato como ministro da fazenda, lamentou a imperfeição da escrituração contábil e revisão das contas, principalmente do sistema de fiscalização e publicidade, "que nas províncias tinham chegado à imoralidade". (CARREIRA, 1889. p. 153)

As anotações lançadas no balanço do ano financeiro de 1829-1830 quando analisadas, corroboram as observações acima do Marquês de Barbacena, pois os valores expostos como receita e despesas não puderam ser comparados pela ausência de um orçamento geral, comparando-se apenas as receitas efetivas e orçadas da Província do Rio de Janeiro o que atestava a "falta de informações ou elementos exatos, e a eventualidade das nossas rendas, que são todas indiretas." (BRASIL, 1830. p. 05)

No início dos trabalhos legislativos de 1831, o conselheiro José Ignácio Borges, primeiro Ministro dos Negócios da Fazenda do período regencial, apresentou o relatório do estado geral do Império como versava a lei para a ocasião, e como seu antecessor, apontou que "a falta de unidade na escrituração das entradas e saídas (...) impossibilita o exame das contas, (...). A prática de admitir em lugar de homens habilitados para bons oficiais, amanuenses, e praticantes com mesquinhos ordenados, é também concorrido para o atraso da repartição" (BRASIL, 1831. p. 10) e mais a frente, acrescenta que o "desleixo e prevaricação de muitos agentes da administração pela sua impunidade, acobertados com o sistema misterioso e obscuro da escrituração de tesouro e tesourarias". (CARREIRA, 1889. p. 158) Tais desleixos não deixavam claras as reais condições fazendárias e financeiras do Império.

Em uma tentativa de organização e padronização das escriturações, a regência extinguia naquele ano de 1831 o Tesouro Nacional, o conselho da fazenda e as juntas provinciais e criava o Tribunal do Tesouro público Nacional e as Tesourarias nas províncias. Esta tentativa de centralizar nas províncias as informações que eram colhidas de forma desordenada, criou também seus órgãos fiscalizadores e normativos, como a inspetoria geral, contadoria geral, procuradoria fiscal, tesouraria geral, entre outros. Assim, como suas respectivas representações nas províncias.

E mesmo com essas mudanças já concluídas, o relatório do então Ministro da Fazenda Bernardo Pereira de Vasconcellos afirmou que:

> Infelizmente pareceu desconhecida ao nosso tesouro a sua importância, apesar de ter sido ele por vezes dirigidos por homens, que tem direito a nomeada de Mestres da matéria. Aí não houve nunca neste, e em outros assuntos um sistema regular, e fixo: cada um Contador procedia a capricho; pouco zelo se empregou mesmo na execução, e pontualidade da escrituração, (...); alguns livros apenas contém o título externo; os de contas correntes gerais tem considerável falta de contas, e de execução em outras. (...). daqui se procedeu haver neste assunto o maior descuido, e mesmo criminoso abandono; não se exigia oportunamente a coleta; não se

> solicitava o saldo; ignorava-se quem eram os responsáveis, e até quase as contas que se deviam tomar. (BRASIL, 1832. p. 21)

Apesar de todas as dificuldades apontadas, Bernardo Pereira de Vasconcelos afirmou que o tesouro, graças a lei de sua reforma de ano anterior, reorganizou as contas públicas, permitindo que os ordenados e pensões fossem pagos, como também chamava atenção sobre as rendas das alfândegas, já que eram elas a melhor parte dos recursos da nação.

No ano de 1832 já se encontravam em funcionamento algumas tesourarias provinciais, como as de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. Estavam ainda organizadas, mas ainda não tinham entrado em desempenho de suas funções as do Espírito Santo, Paraíba e Piauí. Foram nomeados os empregados para as tesourarias do Ceará, Maranhão e Pará, faltando as de Sergipe, Goiás e Mato Grosso.

Em relação ao ano de 1832 o relatório apresentado pelo Conselheiro Cândido José de Araújo Vianna, o futuro Marquês de Sapucaí, apontava para uma melhor fiscalização na arrecadação das rendas públicas, assim como melhoramento na escrituração, o que já habilitava, com algum fundamento, fazerem-se as observações sobre o estado das despesas e receitas, apesar das dificuldades de encontrar “em cada uma das Províncias homens com suficiente aptidão, e de público conceito, que se queiram prestar oficiosamente a julgar da capacidade intelectual, ou moral (...) com tão diminutos ordenados”. (BRASIL, 1832. p. 09-10)

Todas estas observações realizadas por distintos ministros podem deixar lacunas nas intenções dos servidores locais abrindo desconfianças nas suas ações. Assim, podemos aceitar a ideia de imoralidade, desleixo e prevaricação, como podemos compreender a situação levantada pelos conselheiros José Ignácio Borges e Cândido José de Araújo Vianna de que os servidores, além de ganharem pouco, não estavam preparados para realizar tais serviços.

“A legitimação do poder político passou a depender de indivíduos subitamente convocados a desempenhar um papel para o qual não haviam sido prévia e minimamente instruídos” (CARRARA, 2022. P. 99). Observação esta já exposta anteriormente e que é corroborada na tese de Delfina Gomes (2007) quando ela afirma que se percebeu até a piora da qualidade da letra dos funcionários responsáveis pelas anotações escriturais, principalmente dos cargos de hierarquia inferior.

Porém, não podemos descartar posturas de funcionários provinciais que, mais que agir com resistência, agiam com repugnância, e poderiam ter agido conforme suas

convicções de justiça, mesmo que não mais defendida pelo legalismo vigente nos oitocentos, mas “a mera colocação em prática das novas regras de representações políticas não teria poder de alterar princípios que por séculos fundamentaram a tomada de decisões” (CARRARA, 2022. P. 100) e que ajudaram nas relações jurídicas em específico e sociais, no amplo olhar.

A respeito do tema das imprecisões nas questões fiscais apesar do rigorismo legal próprio do século XIX, um sistema frouxo e muitas vezes improvisado foi desenvolvido durante o período colonial, permitindo a formação de um sistema mais flexível e resiliente as necessidades fiscais não centralistas e servindo aos interesses locais, (CARRARA, 2022. P. 78). já que a distância do poder central metropolitano trazia realidades distintas nos diversos rincões das Américas.

Esta prática era muito normal entre os séculos XVI e primeira metade do XVIII, principalmente relacionado às questões jurídicas, não podendo ser descartado como uma prática que ajudasse a diminuir o peso das relações entre o centro do poder do Império e as localidades, buscando para as relações de desigualdade uma maior equidade[2], já que ela tem a pretensão de adaptar um caso específico a fim de deixá-lo mais justo.

A frouxidão, ou inexatidão do sistema fiscal do Império do Brasil também poderia ser visto como a busca pela justiça por aqueles que eram os alvos das ordens legais da Corte. Essa espécie de casuísmo fiscal poderia ser fruto da ideia de “que o período casuísta seja desordenado, como muitos historiadores têm considerado, e, sim, que é um período onde prevalece a ideia de que a justiça deve ser realizada caso a caso” (RUIZ, 2019. p. 18).

As ações de repugnância podem estar atreladas às práticas mais frouxas de remessas fiscais herdadas de Portugal e que continuaram sendo exercidas por aqui após a independência, quando o fisco estava se centralizando no Rio de Janeiro, consolidando a mudança do eixo econômico para a Corte.

Outra peculiaridade das anotações dos balanços era a forma que concebiam as receitas extraordinárias, usando esta conta como uma conta geral de equilíbrio, um remendo para dar números finais aos relatórios obrigatórios, colocando na conta extraordinárias elementos que não deveriam pertencer a ela, como receitas oriundas da Corte.

Cabe aqui uma explicação ou apresentação um pouco mais atenta da documentação a ser analisada neste capítulo. Os balanços gerais da receita e despesa do tesouro nacional, em sua maioria, são fruto da apresentação anual que o ministro da fazenda tinha que fazer por ocasião da abertura do ano legislativo à Câmara dos deputados, como

2 Equidade aqui entendido como uma adaptação da regra existente à situação concreta, observando-se os critérios de justiça.

versava a Constituição Imperial.

Alguns dos balanços foram retirados dos anais da Câmara, também dos relatórios anuais dos ministros da fazenda, e outros do livro de Carreira devido à má ou ausência de condição de fazer uma consulta. As análises das leis orçamentárias nacionais foram consultadas a partir das buscas nos sítios da internet de órgãos do executivo nacional, como o do Ministério da Economia ou das duas casas do legislativo.

Do ponto de vista provincial, as documentações são predominantemente físicas. Os orçamentos estão aptos para serem consultados na coleção das leis da Província de Pernambuco. Esta documentação, para o período deste estudo, é impressa e se encontra completa e sem dificuldades para a realização de consultas. Esta afirmação também é verdade para os relatórios ministeriais anuais.

No que concerne os balanços, a documentação manuscrita não está completa e nem sempre a condição física de parte do documento permite o manuseio para a realização de consultas, e como já dito anteriormente, nem todos os ofícios trocados entre as autoridades fiscais e outras autoridades locais e nacionais se encontram sob a guarda do Arquivo Público Estadual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de 20 de outubro de 1823**. Câmara dos Deputados [1823]. disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/anterioresa1824/lei-40951-20-outubro-1823-574564-publicacaooriginal-97677-pe.html. acesso em 24 de julho de 2019.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Relatório do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda na sessão de 15 de maio de 1830**. p. 05. In: http://archive.org/details/rmfazenda1829. Acessado em 09/09/2022.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Relatório do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda na sessão de 1831**. p. 10. In: http://archive.org/details/rmfazenda1830. Acessado em 09/09/2022.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Relatório do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda na sessão de 1832**. p. 21. In: http://archive.org/details/rmfazenda1831. Acessado em 09/09/2022.

CARRARA, Angelo Alves. **As Finanças do estado brasileiro**: 1808-1898. Fino Traço. Belo Horizonte-MG, 2022.

CARREIRA, Liberato de Castro. **História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil**: desde a sua fundação. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1889.

GOMES, Delfina R. R. **Accounting Change In Central Government**: the institutionalization of double entry bookkeeping at the Portuguese Royal Treasury (1761-1777). Tese. Escola de Economia e Gestão. Universidade do Minho, 2007.

RUIZ, Rafael. "Direito Canônico e Teologia Moral: em torno a uma outra historiografia para a História da América". In: MENEZES, Jeannie (org.). **A práxis judicial em tempos coloniais**: construções teóricas e práticas de poder e autoridade nas dinâmicas da justiça nos mundos americanos (sécs XVI-XIX). 1. Ed. – Recife: EDUFRPE, 2019.

NOVAS REFLEXÕES SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS SETENTA E OITENTA DO SÉCULO XX

Kétura de Souza Lins[1]
Glaudionor Gomes Barbosa[2]

RESUMO

O trabalho tem como objetivo retratar a economia brasileira através das crônicas sociais escritas nas décadas em questão.. Este período da história econômica nacional comporta problemas como as crises dos anos setenta, a severa crise do início dos anos oitenta (1981-1983), no decorrer da segunda metade dos oitenta, uma inflação crescente e descontrolada, o desabastecimento, a desvalorização salarial, os congelamentos de preços. O trabalho justifica-se pela importância de uma época conturbada, na qual existiu uma grande diversidade de políticas econômicas frustradas na maioria das vezes pela imprevisibilidade da população. O uso da crônica servirá de espelho das expectativas, necessidades e pensamento da sociedade brasileira.

Palavras-Chave: Crise. Inflação. História Recente. Brasil. Literatura.

INTRODUÇÃO

No Brasil, as décadas de 1970 e 1980 comportaram diversos planos econômicos. A inflação descontrolada, os inúmeros planos frustrados postos em prática pelo governo, a renda da população se diluindo dia a dia, uma incerteza crescente, tornou a população brasileira um povo cético com relação a seus governantes conseguirem melhorar a sua qualidade de vida. Os economistas passaram a ser vistos como incapazes de tomar decisões acertadas com relação ao controle da inflação e desenvolvimento nacional e tornaram-se motivo de chacota popular.

A população tomava atitudes diversas daquelas almejadas pelos conjectores dos planos econômicos, frustrando os seus resultados muitas vezes por desconhecimento das relações da sociedade com a economia ou por empregar fórmulas estrangeiras no contexto nacional. Desta forma o Brasil se tornou o país das urgências: se fazia urgente gastar o salário antes do mesmo perder o seu valor, se fazia urgente manter o seu emprego frente

1 Economista/UFPE e Mestranda em História/UFRPE

2 Doutor e Professor de História Econômica na UFPE

às inúmeras demissões, se fazia urgente fugir do ágio, se fazia urgente conseguir uma tabela de preços. Foi uma era de medo e urgência.

O estudo da sociedade traz consigo explicações do por que das reações populares irem de encontro com o esperado. Dentro da literatura, da música e da arte em geral de um povo, pode-se verificar o pensamento, as expectativas e as necessidades deste povo, podendo através do estudo destes aspectos ter uma noção mais aproximada das reações da população de uma determinada região, para desta forma tomar decisões mais acertadas sobre quais políticas econômicas teriam um impacto mais favorável na sociedade escolhida.

Para se construir conhecimento científico se faz necessário seguir alguns preceitos básicos, a fim de garantir certa credibilidade e respeitabilidade ao resultado auferido. A partir do método utilizado é possível dizer se estamos construindo conhecimento científico, pois a metodologia é o que caracteriza as diversas formas de manifestações da ciência. Isto quer dizer, de imediato, que o conhecimento produzido a partir de determinadas regras, ou métodos, se diferencia daquele construído sem o uso das mesmas. Alguns autores afirmam que este conhecimento sem qualquer baliza técnico-metodológica pode ser entendido como um resultado vulgar, uma vez que se pode chegar a uma conclusão certa pelo procedimento errado por uma questão de probabilidade, assim não sendo possível realmente entender o fenômeno supostamente estudado. Entende-se, portanto, que é importante a demonstração da metodologia utilizada durante a investigação científica para eliminar a subjetividade que pode influenciar a pesquisa, diferenciando-se do conhecimento dogmático, e tornando o resultado o mais objetivo possível para que se possa compreender como e porque acontece determinado evento, de onde se origina e ainda fazer previsões sobre seu desenvolvimento.

A metodologia utilizada para a consecução deste trabalho será de caráter exploratório e qualitativo, realizar-se-á ainda nesta introdução um levantamento bibliográfico dos autores que utilizaram a mesma ferramenta textual para a realização de trabalhos nas áreas da ciência econômica, a saber, o uso da literatura. Conjuntamente, discutir-se-á a utilização de crônica como método historiográfico na economia. No corpo do trabalho, através de uma revisão bibliográfica, tracejar-se-á a imagem da inflação brasileira nas décadas de 1970 e 1980 na literatura nacional.

Alguns autores já adentraram nos textos literários, tanto para utilizá-los como ferramenta complementar a suas teorias, como para objeto de estudo. O presente trabalho através dos escritos destes últimos e com o apoio de uma discussão metodológica, demonstrará a possibilidade da utilização da literatura no estudo das ciências econômicas.

Entre alguns dos autores mencionados no parágrafo anterior, Henry W. Farnam (1853-1933), economista americano, pode ser considerado um dos pioneiros nesta forma de escrever sobre economia. Professor de Economia Política na Universidade de Yale, filho do magnata de ferrovias Henry Farnam, o mesmo foi presidente da associação americana de economia e escreveu entre outros ensaios: *The Economic Utilization of History and Other Economic Studies (1913).* Em "A Economia em Shakespeare" (1931), Farnam analisa o princípio do capitalismo e o início da economia como ciência através das peças de Shakespeare, demonstrando que muitos conceitos econômicos estavam presentes em suas obras. Há no referido texto inúmeras passagens da obra de Shakespeare, seguidas por textos explicativos de como e onde os conceitos econômicos se entrelaçam com a supracitada obra. O texto de Farnam demonstra como a economia adentra todos os aspectos sociais, sem, contudo, enveredar pelo caminho do economicismo.

Outro ensaio sobre o mesmo assunto, mas com viés diferenciado, é de autoria de Gustavo Franco, professor no Departamento de Economia da PUC-Rio desde 1986. O mesmo foi diretor e presidente do Banco Central do Brasil, entre 1993 e 1999, é sócio fundador da Rio Bravo Investimentos e tem vários livros publicados, entre eles: Crônicas da convergência, O desafio brasileiro, As Leis Secretas da Economia e O Plano Real. "*Shakespeare e a Economia"* é o terceiro livro de Gustavo Franco abordando a economia em textos de literatos, aborda a economia do teatro, a linguagem, as companhias teatrais, sua organização e seus resultados financeiros, demonstra como Shakespeare era dono de uma fortuna considerável e o seu empreendedorismo. Com trechos da obra de Shakespeare inseridos no seu interior, misturando a literatura mundial e a ciência econômica de forma clara e simples.

O primeiro texto de Franco a mesclar o estudo da economia e a literatura foi: "A economia em Pessoa - Verbetes contemporâneos e ensaios empresariais do poeta" onde o mesmo reúne e comenta ensaios de economia e administração do poeta Fernando Pessoa; em cada capítulo, Franco relaciona os textos com temas contemporâneos, tais como globalização, *marketing*, *e-mail*, *blog*, entre outros. Em "A economia em Machado de Assis - O olhar oblíquo do acionista", Franco reuniu texto de Machado de Assis que tratam das transformações na economia brasileira com o fim da monarquia e o início da República.

Desta forma pode-se notar que o uso da literatura nos estudos econômicos pode ser balizado através do seu uso anterior por autores diversos. No entanto uma das discussões a ser travada é com relação ao uso da crônica para retrato da economia. Este estilo literário foi escolhido, pois, percebeu-se que para retratar a sociedade através da literatura um dos melhores recursos são as crônicas.

A crônica é um ramo da literatura que incorpora uma narrativa histórica, expondo os fatos e segue uma ordem cronológica. A palavra crônica deriva do grego *chronos* que significa tempo. Nos jornais e revistas, a crônica é uma narração curta escrita pelo mesmo autor e publicada em uma seção habitual do periódico, na qual são relatados fatos do cotidiano. Os cronistas procuram descrever os eventos relatados nas crônicas de acordo com a sua própria visão crítica dos fatos, muitas vezes através de frases dirigidas ao leitor, como se estivesse estabelecendo um diálogo. Portanto, para a consecução do projeto em questão, dentro da literatura, a crônica torna-se a opção mais viável, pois retrata de forma clara e sucinta o pensamento de uma população.

Por abranger diversos conteúdos, especialmente dos setores político, econômico e sociocultural, e por atingir diferentes classes sociais, os periódicos desempenham um importante papel na sociedade, pois são um reflexo da mesma, ao mesmo tempo em que servem como registro histórico dos momentos vivenciados por ela, informando e até mesmo influenciando as constantes modificações, mantendo certa função intermediária entre o povo e outras esferas do poder. Por essa ligação direta com a História e a sociedade, os jornais e revistas provam que são uma importante fonte de pesquisa para desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, pois permitem ao pesquisador identificar e estudar mais detalhadamente certos acontecimentos e como estes afetam a população.

A DÉCADA DE SETENTA: MILAGRE E CRISES

No início dos anos de 1960, o Brasil enfrentava problemas econômicos consequentes principalmente da política econômica do governo de Juscelino Kubistchek, que, ao tentar contribuir para o desenvolvimento industrial brasileiro com o Plano de Metas, afogou o país em dívidas e inflação crescente.

Mas, com a intervenção militar de 1964, o país vivenciou um período de grande desenvolvimento econômico que ficou conhecido como Milagre Econômico ou Milagre Brasileiro, sob o governo de Médici, caracterizado principalmente pelo aumento do PIB e da exportação, baixa inflação, crescimento do setor de construção civil e investimento estatal nos setores básicos, tais como comunicação, energia e transporte.

O crescimento econômico passou a ser o principal objetivo do Governo, enquanto outras preocupações, como a consequente concentração de renda, arrocho salarial e o acúmulo da dívida externa, ficaram em segundo plano. O então Ministro da Fazenda, Delfim Netto, entendia que era preciso “primeiro crescer, para depois dividir” (TAVARES, 1976).

Diversos fatores contribuíram para tal fenômeno, sendo alguns destes um momento

favorável da economia externa (juros baixos e expansão do comércio internacional) e as reformas fiscais e tributárias realizadas pelo PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) no governo antecessor (Castello Branco, 1964-67).

Os países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), em sua maioria árabes, responsáveis por 80% da produção mundial de petróleo na época, resolveram impor um embargo aos países da Europa e Estados Unidos, devido ao apoio concedido por esses países ao Estado de Israel durante os recentes conflitos (Guerra dos Seis Dias, Guerra do Yom Kippur) no ano de 1973. Isso fez com que o preço do produto aumentasse absurdamente (VIZENTINI, 2003).

A crise interrompeu o Milagre Econômico brasileiro, uma vez que o país tinha uma dependência externa muito forte, tornando-se assim vulnerável a qualquer transtorno, principalmente em relação ao petróleo, sua principal fonte energética, o qual importava cerca de 80% do que consumia.

Durante o governo de Geisel (1974-1979), foi implantado o II PDN (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento), que, para contornar a crise, tomou algumas medidas como o investimento na diversificação das fontes energéticas (construção da usina nuclear em Angra dos Reis e da hidrelétrica de Itaipu), visando tornar, em longo prazo, a economia nacional mais independente.

Segundo Fiori (1990) as contradições do papel reservado ao Estado são exponenciadas no período Geisel, quando se monta, cronológica, política e economicamente, a crise atual, a mais profunda e definitiva desse padrão de industrialização. Como se sabe, o projeto nacional de Geisel respondeu a uma desaceleração do ciclo industrial interno e a um choque externo, propondo "(...) levar adiante o desenvolvimento em meio à crise e ao estrangulamento externo, através da reestruturação do aparelho produtivo" (Castro, 1985, p.42), numa estratégia integrada por duas diretivas mutuamente articuladas. A primeira propunha um novo padrão de industrialização, cuja liderança dinâmica estaria na indústria pesada. Reassumia-se portanto, "(...) o projeto de industrialização nacional, que teve como primeiro grande marco a batalha pela moderna siderurgia (...)" (Castro, 1985, p.54), e definia-se a empresa pública como seu agente central. E a segunda projetava um fortalecimento do capital privado nacional, a ser coordenado e financiado pelo BNDE.

> Diante de tais constrangimentos, aos quais se somou o limitado acesso ao Tesouro e ao sistema financeiro oficial (destinado prioritariamente ao setor privado), as empresas públicas tiveram que recorrer ao endividamento externo, com todas as consequências conhecidas. Problema que se somou ás dificuldades táticas postas pelos desequilíbrios macroeconômicos de curto prazo, concentrados na inflação e no balanço de pagamentos, sendo que foi nesse espaço e em nome da contenção inflacionária que se deu o

> confronto direto e permanente do núcleo desenvolvimentista da estratégia com o comando da política macroeconômica. Confronto resolvido, em parte, com a elevação da taxa de juros, associada à entrada cada vez mais intensa de empréstimos externos, o que ampliou o hiato financeiro na operação da dívida pública utilizada para financiar a conversão do saldo líquido dos recursos entrantes. (FIORI, 1990: 54)

De acordo com Tavares (1985) é conhecido o percurso agônico da economia brasileira depois de 1979. Mas foi a partir de 1982, com a exaustão do financiamento externo, que se avolumou e se explicitou, definitivamente, o nó central da crise: o encilhamento financeiro geral que destruiu qualquer possibilidade de relançamento continuado da economia e implodiu o Estado desenvolvimentista no momento em que este enfrentava o desafio de uma transição democrática. Essa crise desenvolveu-se nos anos 80, mas originou-se na ambiguidade estratégica do II PND, dividido entre sua opção desenvolvimentista e sua gestão estabilizadora; entre seu projeto de Nação- potência e seu financiamento externo; entre sua vocação estatista e a sua submissão aos pactos e compromissos cartoriais, corporativos e regionais que privatizaram e limitaram a própria possibilidade de modernização e eficácia do Estado. Ambiguidade extremamente visível na forma em que se armou o endividamento das estatais, obedecendo, em um momento, à estratégia de financiamento da "marcha forçada" desenvolvimentista e, logo depois, à política de estabilização, quando operaram como tomadoras de moeda externa com vistas a fechar o balanço de pagamentos. Ambiguidade igualmente explícita no manejo da capacidade de endividamento público interno que deixou de cumprir a sua função fiscal de captação de recursos e passou a ser utilizada como instrumento de política monetária de curto prazo, com a dupla função de ajustar o balanço de pagamentos e combater a inflação. Estratégia que conduziu ao estrangulamento dos anos 80, quando as autoridades monetárias perderam a própria capacidade de fazer política monetária ativa.

Outra necessidade era diminuir a importação e aumentar a exportação, para isso o governo concedeu crédito às empresas nacionais para incentivar a exportação de manufaturados e criou uma política de substituição de importação (importando material do setor industrial, como máquinas e outros tipos de tecnologia, e reduzindo importação em outros setores). O II PDN (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento) também incentivou a substituição da gasolina pelo álcool (Proálcool, 1975) e o uso de transportes coletivos para diminuir o consumo do petróleo. da dívida externa brasileira. Mas para realizar esses feitos era necessário manter no ritmo a importação do petróleo, o que fez com que o Brasil recorresse mais uma vez a financiamento estrangeiro. Com isso, em 1975, a economia brasileira parecia superar lentamente a crise.

Porém a Revolução Iraniana de 1979 provocou a chamada Segunda Crise do Petróleo, pois os conflitos internos e a desordem na fase de transição política afetaram a produção de petróleo do Irã, o que fez com que o preço subisse novamente. Por conta disso, o banco federal dos Estados Unidos aumentou os juros, o que piorou o problema da dívida externa brasileira. A derrubada do Xá do Irã em 1979 foi a maior das revoluções da década de 1970, Reza Pahlevi tentou implementar um programa- relâmpago de modernização e industrialização do país, apoiado pelos Estados Unidos, em virtude da riqueza petrolífera do Irã. Porém, "o Xá dependia cada vez mais de uma industrialização financiada pelo petróleo a qual, incapaz de competir no mundo, era promovida e protegida internamente" (HOBSBAWM, 2006).

No Brasil a inflação crescia, mas o governo não podia repassar os custos direto para o preço doméstico, resolvendo então fazer uma transição gradual, até mesmo por causa da instabilidade do preço, que podia subir ou descer a qualquer momento. O desemprego era outra grande preocupação, por isso o governo criou o SINE (Sistema Nacional de Emprego), que, dentre outras funções, procurava gerar emprego e qualificar profissionais, mas não conseguiu obter muito sucesso.

A DÉCADA DE OITENTA: CRISE E INFLAÇÃO

Os anos de 1980 iniciaram-se trazendo consigo a ressaca do segundo choque do petróleo, e uma desilusão profunda e ainda muito recente na alma da sociedade brasileira. Sociedade esta que tinha vivido plenamente o milagre brasileiro e sonhado com um país forte economicamente, tanto internamente como no cenário internacional e que viu desmoronar os seus sonhos e a volta do jargão: "Brasil país do futuro", pois o presente do país já demonstrava o caos econômico.

Quando Figueiredo (1979-1985) assumiu o governo do país, trouxe Delfim Netto mais uma vez como ministro, desta vez, da Agricultura. Visando retomar o "Milagre", Delfim Netto tomou medidas como a desvalorização da moeda (maxidesvalorização de 30%, em 1983) para favorecer a exportação, corte de gastos e redução do salário e nas importações. Nessa época a inflação atingiu aumentou de 110%. O Brasil, não podendo pagar as dívidas, decretou estado de moratória e em 1982 teve que recorrer ao FMI (Fundo Monetário Internacional).

Com todos os problemas sociais e econômicos que assolavam o Brasil - desemprego, inflação em alta, salários desvalorizados, alto índice de analfabetismo, entre outros – a sociedade brasileira torna o sonho do advento da democracia mais vivo e mais urgente.

A democracia parecia ser a solução para os problemas nacionais. Foi nesse contexto que se deu a transição do regime militar para o governo democrático e essa transição encheu mais uma vez a alma brasileira de esperança em um país mais forte e mais justo econômica e socialmente e mais uma vez viu esta esperança se desvanecer em planos econômicos frustrados, como pode-se notar na crônica de Novaes sobre a inflação:

(1) O dia em que faltou papel higiênico[3]

> "Estamos em janeiro de 87 mas existe no ar qualquer coisa de Alemanha, 1944. Vivemos uma economia de guerra. Falta tudo: da pasta de dentes ao carro de luxo. Aparentemente só sobra dinheiro. Ontem, num supermercado, uma senhora, na falta do que comprar, levou uma prateleira (…) Há meses o papel higiênico despereceu do mercado (…) Ainda demorou umas duas semanas até o Governo admitir que o país vivia uma crise de papel higiênico (a pior da sua Historia). A população começou a se inquietar. De repente, o papel higiênico, algo que tratamos com a mais absoluta indiferença, tornou-se mais importante que tudo (…) Todos os brasileiros parecem ter pensado a um só tempo no lenço de papel. Resultado: acabou o lenço e começou a corrida ao guardanapo de papel (…) Vários doleiros mantinham suas casas de cambio só como fachada para poderem vender papel higiênico no black (…) até os traficantes de droga entraram no ramo do PH (…) hoje, cada brasileiro que venha do exterior só pode trazer, no máximo, cinco metros de papel higiênico"[4].

Uma das marcas que ficaram da década de 1980 no Brasil, foi a do desabastecimento, a população viu sumir das prateleiras bens de necessidade básica, faltava tudo, desde o feijão e arroz indispensável na mesa dos brasileiros, aos bens de luxo. Com o intuito de manter o abastecimento, mesmo que precário, e controlar os preços de produtos alimentícios controlados, o governo federal determinou que a companhia brasileira de abastecimento – COBAL – passasse a vender alimentos diretamente ao consumidor final em áreas de risco, como cidades do interior e bairros mais periféricos. Surge neste momento o caminhão da COBAL, imagem de uma época onde a falta de produtos nas prateleiras era comum no Brasil.

A crônica anterior demonstra bem o sentimento da população em relação a este desabastecimento, o horror manifesto do medo de faltar até papel higiênico e a sátira com o mercado negro, onde muitos produtos essenciais eram vendidos com ágio. É possível notar nesta crônica também, o quanto a fiscalização por parte do governo era falha, e como isto instituiu um mercado totalmente informal.

Em 1987, o Plano Cruzado foi substituído pelo Plano Bresser, cuja principal meta

3 NOVAES (1987)

4 O dia em que faltou papel higiênico In: NOVAES (1987), pp. 36-40.

era o controle do déficit público, com corte de gastos e congelamento dos preços e do salário para fazer reajustes, mas acabou fracassando e a inflação atingiu aumento de cerca de 370% ainda no final do mesmo ano.

(2) Os bancos, esses coitadinhos[5]

> "Nada me tem tirado tanto o sono como o drama vivido pelos banqueiros. Desde a implantação do Plano Cruzado esses homens maravilhosos e suas máquinas de fazer dinheiro vêm comendo o pão que o Sarney amassou e o diabo botou no forno. (...) Nos tempos da inflação galopante Oscar era um homem feliz. Os banqueiros galopavam muito bem no dorso da inflação. Em compensação, sua mulher, dona de casa, vivia se queixando de tudo. Hoje, a mulher estampa a antiga alegria do marido, enquanto Oscar reclama mais que uma dona de casa numa inflação de 200%. (...) Encerrei meus estudos propondo uma mudança na publicidade dos bancos. Já não enganam ninguém aqueles filmes que apareciam — e aparecem na televisão — anunciando o banco que está ao seu lado, o banco que fala a sua língua, a moça do banco, a chave do banco, o guarda-chuva do banco, o banco que faz tudo por você. (...). Proponho que as instituições bancárias façam uma publicidade que corresponda à verdade dos fatos. Algo como, "o banco não quer mãos lhe ver" ou "o banco que deixa você falando sozinho" ou "o banco que não vai com a sua conta" ou — quem sabe? — "o banco que cobra até o ar que você respira!"[6].

Em um processo de hiperinflação como aquele que antecedeu o Plano Cruzado, muita gente perde muita renda, principalmente os trabalhadores e outros segmentos sociais de rendas fixas, mas muitos setores sociais ganham muito. Existem ganhadores aparentes que poupam, ganham 20% e esquecem a própria taxa de inflação. É evidente que esses poupadores estão perdendo dinheiro, pois estão sempre recebendo a inflação passada. Claro que eles ganhariam, não muito, se a inflação estivesse em queda, neste caso, os economistas para evitar essa realimentação retroativa não esperada (SIC) criariam alguma fórmula redutora do efeito passado, algo como um redutor de acidentalidades e efeitos indesejados.

Diferentemente da reclamação do banqueiro na crônica de Novaes, acima, quem mais ganha com a inflação e muito mais com uma hiperinflação são os bancos. Quase todos precisam de uma contracorrente onde seus recursos monetários ficam sem remuneração compensatória, trata-se de uma necessidade para realizar pagamentos espalhados no tempo. Essa soma fabulosa de recursos inativos era aplicada pelos bancos à correção monetária, mais juros elevados. Verdade que uma parte, o Banco Central recolhia através do depósito compulsório, mas o que sobrava era ainda substancial para o banco.

---

5 NOVAES (1987)

6 Os bancos, esses coitadinhos In: NOVAES (1987), pp. 30-35.

(3) O verdadeiro plano

> "Em 15 de fevereiro Funaro apresentou um plano. O plano visava estabelecer o caos na economia brasileira. Uma confusão tão grande, esclareceu o ministro, que no máximo em 12 meses as pessoas estarão pedindo a saída do Sarney e a volta dos governos militares (…) - Congelaremos todos os preços! (…) Como? Quando? De que jeito? Não é possível! Não se congelam preços numa economia de mercado! E a lei da procura e da oferta? Não vai dar certo (…) O plano foi lançado debaixo de grande euforia nacional (tudo como estava previsto). Não demorou muito, surgiu o primeiro problema: a carne de boi sumiu do mercado (…) Vários outros produtos seguiram o caminho do boi e desapareceram do mercado (…) Sarney já não aguentava mais de tanta popularidade (…) Irritou-se com o resultado que atribuiu a ingenuidade do nosso povo sempre acreditando em tudo o que se diz (…) O plano II foi um sucesso. Funaro caprichou: elevou os preços, demitiu gente, manipulou o índice da inflação, tudo na base de decretos-leis".

Após o Plano Cruzado, a economia brasileira passou por um desaquecimento, com queda do salário médio real. As contas externas continuavam a apresentar comportamento preocupante, impedindo a definição de regras estáveis para o serviço da dívida com os bancos e instituições internacionais. O setor privado era atingido por uma aguda crise financeira, que levou as empresas a um número recorde de concordatas e falências. O setor público encontrava-se desorganizado por conta da crise fiscal, gerando graves problemas políticos e sociais em diversas partes do País.

A inflação voltou, mas, como os mecanismos institucionais de indexação que permitiam à economia de certa forma conviver com ela haviam sido desativados pelo Cruzado, a situação se tornou muito mais crítica do que antes. Não que não houvesse indexação, mas havia de forma caótica e não institucionalizada.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

FIORI, J. L. **Em busca do dissenso perdido:** ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1990

NOVAES, Carlos Eduardo. **O Cruzado de Direita**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1987.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil.** Campinas/São Paulo: UNICAMP, 1985.

OBJETOS SEM VALOR. UM ESTUDO DE CASO SOBRE ECONOMIA COTIDIANA, PADRÕES DE CONSUMO E MODOS DE VIDA NA ELITE RURAL DO SÉCULO XIX

Tayson Rodrigo da Silva Mendes[1]

RESUMO

Compreender melhor os indivíduos como os agentes da história, nos coloca diante de um conhecimento complexo sobre as realidades do passado e sua relação com as nossas perguntas atuais, ilumina a grande questão da dependência flexível entre indivíduo e sociedade, em seus diversos arranjos e estratégias. Buscando a partir da ótica local e da micro história um olhar que tenha como foco as vivências econômicas a nível dos sujeitos, propomos um estudo localizado na freguesia de São Paulo do Muriahé, Zona da Mata Mineira, no século XIX, que procura compreender os modos de vida, a realidade material e os padrões de consumo da família do Desembargador Antônio Augusto da Silva Canedo, usando como fontes principais um grande conjunto de recibos e registros de compras cotidianos, comparando com a bibliografia sobre os modos de vida e hábitos da elite rural brasileira no século XIX, em que ponto se aproximam e se afastam do que é entendido como o padrão, e o que isso nos permite concluir.

Palavras-Chave: Consumo; Modos de Vida; Realidade Material; Economia; Micro História.

A busca pelo passado é motivada, sem dúvida, por muitos fatores distintos. Dentre todas essas intenções, motivações e interesses é central a consideração de Marc Bloch, no seminal Apologia da História, ressaltando que o passado apenas faz sentido para o historiador quando ancorado em uma relação com o presente[2]. Muitas perguntas atuais podem ser, senão respondidas, pelo menos investigadas ou articuladas criticamente através da história e seu tratamento do passado. Essa investigação dirigida por perguntas, padrões de pensamento e uma cultura social localizados no presente, nos leva a um lugar híbrido, habitado pelo historiador em seu ofício[3], mediado por sensibilidades distintas, incapaz de se despir totalmente de suas relações com seu tempo e sua individualidade mas paramentado com uma série de ferramentas metodológicas capazes de garantir a cientificidade própria das ciências humanas.

---

1 Mestrando em História pela Universidade Oliveira Salgado (UNIVERSO), Rio de Janeiro. Professor da rede estadual de Minas Gerais. Pesquisador nas áreas de História Local, Micro História e Biografia.

2 BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro. Zahar Editora, 2001.

3 LORIGA, Sabina. O eu do historiador. Revista História da Historiografia. Ouro Preto. N°10. Dezembro de 2012. 247-259.

Dos muitos caminhos que podemos trilhar na busca pela compreensão do ser humano através da história, em especial nos interessa aquele das escalas reduzidas, da micro analise, do enfoque dado ao indivíduo. Reconhecendo a história local, realizada sob uma método micro histórico, os estudos do cotidiano e as análises de trajetória dentro deste espaço, como campos que percebem os movimentos e processos aproximados do referencial dos agentes históricos e sua construção e funcionamento a partir da vivência ao nível dos indivíduos, o que, acreditamos, humaniza o enfoque de uma história estrutural, mas sem prescindir dela e dos padrões e normativas das escalas mais amplas, apenas, compreendendo de forma mais profunda as adaptações realizadas na experiência de vida das pessoas.

Adotamos como um ponto de convergência desses saberes, escalas e problemas o conceito de modos de vida, que, como reitera Isabel Guerra[4], tem muito de fluidez e indeterminação, mas serve de importante ferramenta teórica ao condensar em si as tensões entre indivíduo e sociedade, história e cotidiano, além de subjetivo e objetivo.

Como aplicação prática, estudamos uma série de registros de compra, recibos de transações cotidianas, da família do Desembargador Antônio Augusto da Silva Canedo, figura de destaque no século XIX, na nascente freguesia de São Paulo do Muriaé, localizada na atual Zona da Mata de Minas Gerais. Buscamos compreender os modos de vida da família através de seus registros de consumo estabelecendo relações com os campos da história do cotidiano e da cultura material. Sobretudo no enfoque dos processos e das relações fora de um ambiente público, mas ainda fortemente relacionadas com este, e na valorização do cotidiano, do individual e do privado como espaços de produção histórica, e não apenas reprodução e assimilação de padrões[5]. Como já praticado por grandes historiadores em estudos célebres, a dedicação a objetos micro históricos, em locais entendidos como periféricos, e chegando a conclusões passíveis de contribuírem para o conhecimento histórico como um todo, penso imediatamente em Carlo Ginsburg[6] e Giovanni Levi[7], buscamos realizar perguntas e fixar direcionamentos que nos conduzam a entendimentos, a partir desta realidade específica, que sejam capazes de se comunicar com uma escala histórica que contemple processos econômicos e sociais mais amplos.

---

4 GUERRA, Isabel. Modos de vida: novos percursos e novos conceitos. Sociologia - Problemas e Práticas. N° 13, 1993. P. 59-74.

5 PRIORE, Mary Del. História do cotidiano e da vida privada. *In:* CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 376-398.

6 GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

7 LEVI, Giovanni. A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Pretendemos ainda ressaltar com nossa direção investigativa, a riqueza dessa categoria de fontes, muitas vezes usadas para estudos quantitativos e econômicos, e que funcionam muito bem para este fim, mas contem em si muitas outras possibilidades[8].

Localizando minimamente o nosso objeto no seu contexto fazemos a seguir uma exposição a partir dos nossos estudos preliminares e da historiografia local e regional.

A Zona da Mata mineira é uma região ocupada pelas estruturas coloniais, ou a população não indígena, a partir dos anos finais do século XVIII e ao longo do século XIX, com a criação do Caminho Novo e da migração dos habitantes da região das minas com a redução das oportunidades de enriquecimento e do montante de ouro extraído. A instalação do Poder Régio na região data oficialmente de 1767[9], com as primeiras concessões de sesmaria em 1775, e a ocupação especialmente estimulada a partir da transposição da corte e da concentração em criar novas vias de comunicação e comércio. Antes disso a Zona da Mata era uma área de sertão, proibida e de fronteiras abertas, usada eventualmente como rota de contrabando[10], com uma realidade geográfica consideravelmente distinta da região mineradora, com matas densas e fechadas, cortadas por rios, clima quente e úmido, o mesmo relevo acidentado e uma ocupação indígena consistente com povos Puris, Coroados e Botucudos, descritos como temidos e perigosos quando importunados[11].

O documento mais antigo a fazer referência a localidade hoje conhecida por Muriaé é um auto de medição das terras destinadas aos índios, de 1819, encontradano Arquivo público Mineiro, que demarca o início do aldeamento que daria origem ao município[12]. Em 1841 aparece como distrito de São João Batista do Presídio, atual Rio Branco, e subordinado eclesiástico de Nossa Senhora do Glória, atual Miradouro. Em 1852 passa a freguesia. Em 1855 foi elevado a Município e Vila de São Paulo doMuriaé, na mesma data da criação da Comarca do Rio Muriaé[13]. Contudo, sem recursos e trabalho especializado para a construção dos edifícios públicos necessários, a instalação do município só veio em 1861 e a promoção a cidade 1865.[14]

---

8 NADALIN, Sergio Odilon. História e demografia: elementos para um diálogo. Abep, 2004.

9 ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Ocupações e conflitos nos sertões do Manoel Burgo na Zona da Mata Mineira. Revista Territórios e Fronteiras,vol.11, n°1, jan/jul 2018, p.111 - 131.

10 ESPINDOLA, Haruf Salmen. Sertão do Rio Doce. Edusc: São Paulo, 2005.

11 MERCADANTE, Paulo. Os sertões do leste. Estudo de uma região: Mata mineira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p.32.

12 CASTRO, Francisco Rogério de. Constantino José Pinto: Fundador de Muriaé. Revista de Historiografia Muriaeense. Ano I, Muriaé-MG. Dezembro de 1977, nº1.

13 HASTENREITER, Guilherme Catta Preta. Muriaé: Ontem, hoje, amanhã. Revista de Historiografia Muriaeense. Ano VI, Muriaé-MG. Novembro de 1983, nº 5.

14 CANEDO, José Clóvis. Primórdios de Muriaé. Revista de Historiografia Muriaeense. Ano VI, Muriaé-MG. Novembro de 1983, nº 5.

Como apontam os trabalhos de Jamila Camara[15] e Vitória Schetinni[16] o desenvolvimento da freguesia se deu a partir da produção de alimentos para o mercado interno e o cultivo de café, esse último contribuindo para a concentração de renda e criação de grandes fortunas.

Nesse contexto de sedimentação de uma estrutura oficial, amadurecimento e crescimento demográfico e econômico, a família Canedo se estabeleceu em São Paulo do Muriaé, a partir da chegada do patriarca Antônio Augusto da Silva Canedo.

O Desembargador Antônio Augusto da Silva Canedo nasceu 1828, em Barbacena. Filho do Comendador e Conselheiro Municipal Manoel José da Silva Canedo e Balbina Honório Severina Augusta Carneiro Leão. Sua família de origem portuguesa se instalou em Barbacena, sendo ele o primeiro a se transferir para Muriaé, assumindo o cargo de juiz de direito da comarca. Se formou em Direito em Olinda, um dos importantes centros de onde emanava a elite intelectual e política do país, sua carta de autorização de bacharel é de 1853, e possuía importantes contatos familiares na estrutura dirigente do império. Foi inicialmente Promotor de Justiça do Termo de Paraibuna, ainda em 1853, depois Juiz Municipal e de Órfãos do termo de Barbacena, entre 1854 e 1859, Juiz de Direito da Comarca de Paranaíba, a partir de 1859, e chegou a Muriaé como Juiz de Direito da comarca em 1862. Em 1878 foi tornado Desembargador em Goiás, mas ocupou o posto durante poucos meses, retornando para Muriaé[17].

Em 1862 Antônio Augusto da Silva Canedo encontrou um município pequeno, precário e recém instalado, mas que já iniciava uma curva ascendente de crescimento demográfico e desenvolvimento econômico capitaneado pela produção e comércio de café na segunda metade do século XIX.[18]

O Desembargador se instalou em São Paulo do Muriaé, adquiriu propriedades, contudo a sede da comarca era em Ubá, o que implicou em uma carreira marcada por muitos trânsitos. Somado a este estavam os trânsitos de sua carreira política, para Ouro Preto e Rio de Janeiro. Foi deputado provincial, entre 1853 e 1865, ocupando a secretaria e presidência da mesa, e deputado da Assembleia Geral, entre 1868 e 1874, compondo o

---

15 CÂMARA, Jamila Aparecida Silva. Outra face da economia da Zona da Mata Mineira: Produção agrícola de subsistência numa região de economia agro-exportadora–São Paulo do Muriahé (1848-1888). **Revista HEERA**, p. 32-44, 2012.

16 ANDRADE, Vitória Fernanda Schetinni de. Os sertões de São Paulo do Muriahé. Terra, riqueza e família na Zona da Mata Mineira. 1846-1888. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

17 CANÊDO, Letícia Bicalho. Desembargador Antônio Augusto da Silva Canêdo. Revista de Historiografia Muriaeense. Ano VI, Muriaé-MG. Novembro de 1983, nº 5.

18 BRAGA, Tiago de Castro. Op.cit.

Poder Legislativo do Império.[19]

Recebeu o título de Cavaleiro da Ordem Rosa e teve importante destaque na vida social da freguesia de São Paulo do Muriahé, seja pelo destaque político, pela atuação como juiz ou pelo fator econômico, como fazendeiro produtor de café.[20]

No livro de qualificação de votantes de 1876 aparece como a maior renda anual registrada, com renda quase 70 vezes maior do que o mínimo para qualificação, somando sua atividade pública e os rendimentos de suas propriedades rurais, incluindo o cultivo de café.[21] No seu inventário constam 114 escravos, que representavam 20% da sua fortuna, e são referidos como a maior escravaria documentada para o período em São Paulo do Muriahé.[22] Igualmente volumosa era sua propriedade de terra perfazendo uma concentração de 647 alqueires,[23] enquanto a maior parte das propriedades locais no período giravam em torno de 50 a 150 alquires.[24] Faleceu em 1888 de embolia na cidade de Barbacena.[25]

Percebendo a intersecção entre a trajetória desta família de elite, que deixou um acervo de vestígios documentais acessível para pesquisa, com a realidade local em um de seus momentos capitais de formação e desenvolvimento, por sua vez inserida dentro de um panorama histórico mais amplo da região e do país, nos propomos a analisar alguns recortes temáticos e reveladores a partir da experiência de consumo da família Canedo, pretendendo chegar a conclusões que nos permitam relacionar, de forma preliminar, a sua realidade material e modos de vida com aqueles da elite brasileira do século XIX. Acreditamos, ainda, que tal iniciativa na pesquisa possa abrir caminhos e propor questionamentos sobre os mercados consumidores, de produtos que vão além da alimentação básica, na região de Muriaé e localidades próximas.

Iniciamos nosso trabalho analítico específico pensando as várias camadas, ou lugares sociais, simultaneamente ocupados pela família Canedo, na busca de ampliar o entendimento sobre os seus campos de ação, habitus[26] e inter-relações sócio culturais. Economicamente eram um clã familiar de grande riqueza e poder econômico, herdeiros de

---

19 CANÊDO, Letícia Bicalho. Op.cit.

20 Ibidem.

21 BRAGA, Tiago de Castro. Op.cit.

22 ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Relações sociais e econômicas numa freguesia escravista da Zona da Mata Mineira: Desembargador Canêdo, um estudo de caso. Revista Diálogos, vol.22, n°3, set/dez 2018, p.149 - 165.

23 Ibidem.

24 CÂMARA, Jamila Aparecida Silva. Op.cit.

25 CANÊDO, Letícia Bicalho. Op.cit.

26 BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

famílias igualmente ricas, com os patriarcas, o Desembargador e sua esposa Dona Eudóxia, unidos em casamento endogâmico, tendo as suas fontes de renda ligadas a produção de café, propriedade de escravos, investimentos em ações, ganhos com atividades técnicas como magistrados, médicos, advogados, bem como com cargos políticos e oferta de crédito a juros. No panorama político, igualmente se destacavam no século XIX como uma família com participação influente na estrutura dirigente do Estado. Essa posição, presumivelmente, contribuiu para fortalecer o poder político, prestígio e capital social, que a riqueza, a tradição familiar e as atividades profissionais representativas das classes mais elevadas, concediam. Importante, ainda, ressaltar o pertencimento a um grupo ainda restrito de pessoas letradas, com formação em instituições consagradas como ambiente da elite, até o nível superior para os homens, e com acesso das mulheres à educação formal, fora do ambiente doméstico. O produto de todas essas condições políticas e econômicas constroem o quadro básico da distinção social e status da família Canedo. Uma análise mais profunda de suas sociabilidades, suas relações e estratégias vai confirmar ou negar esses apontamentos iniciais feitos a partir de bibliografia e fontes que não nos permitem afirmações mais precisas e profundas.

A partir deste ponto iniciamos uma abordagem tendo em vista o contexto local e familiar para a exposição das informações obtidas através dos recibos que tomamos como fontes centrais de pesquisa.

Analisamos um total de 150 recibos de compras cotidianos da família Canedo. O mais antigo data de 1888 e o mais recente de 1903. Para um estudo mais claro destas informações organizamos os dados colhidos nesse acervo de documentos em uma planilha, dando um número para cada documento, destacando o que foi adquirido, seu valor, a data do pagamento e quem o efetuou, ou a quem se destinou o documento de comprovação.

Tomando o montante dos recibos conseguimos extrair quatro pontos que se destacam sobre os padrões de gastos e consumo da família Canedo no período analisado. Um valor elevado destinado a itens de vestuário, ou que contribuam para a construção da imagem física, o investimento maciço na educação dos filhos, que vai para além das mensalidades de colégios fora do município e também leva em conta os gastos com a manutenção dos estudantes nessas cidades, compras recorrentes para consumo recreativo e lazer, em valores e produtos condizentes com a sua posição de privilégio econômico e, por fim, a concentração das compras em cidades fora de São Paulo do Muriahé.

Seguindo com essas constatações e seu cruzamento com a bibliografia local e regional, bem como os estudos sobre a elite brasileira do século XIX, procuramos vincular

esses padrões de consumo com costumes, modos de vida e comportamentos sociais que podem estar nas suas motivações. Relacionando atributos econômicos com uma historiografia mais presente nos campos analíticos do social e cultural.

Dentro de um panorama do uso de signos e do cultivo da imagem como estratégia de distinção social, a família Canedo se alinha com as elites do sudeste de meados do século XIX[27], ocupando postos que vão além do poder econômico, com capital social, político e cultural, e com trânsito por centros urbanizados mais desenvolvidos. Os gastos voltados para compra de itens como louças, cristais e, recorrentemente, roupas, assinala a sua preocupação e empenho em partilhar dos símbolos de uma elite política, econômica e cultural/intelectual, ao mesmo tempo que demarca a sua posição dentro de uma rede de relações e espaços sociais[28]. Não é de todo dispensável ressaltar que o uso do poder econômico para eleger itens de distinção social e estabelecer tais itens simbólicos como chaves de acesso à determinado campo ou estamento social, criando fronteiras e condições para usufruir dos privilégios de tal pertencimento, é prática corrente do ser humano em diversas épocas e locais[29]. Aqui trata-se apenas de identificar a busca da família em questão por portar tais símbolos e a observação de quais seriam esses itens dentro da lógica local, onde constatou-se a premência de padrões de consumo que ligam-se aqueles de centros urbanos, de destaque político e econômico, onde a tônica é uma certa valorização da cultura europeia, como era comum na elite cafeicultura do sudeste brasileiro no século XIX.

O seu investimento na educação dos filhos, e o envio destes para estudar fora da cidade de Muriaé, nos sugere a importância dada à educação, que pode ocupar a função de preparar os jovens para funções que irão exigir leitura e conhecimento, pode significar o aprendizado e a diplomação necessária para desenvolver funções produtivas ligadas a elite, com maiores ganhos e posições de destaque, ou, ainda, cumprir um rito que fazia parte das práticas da elite, mesmo na região[30], de proporcionar acesso à educação em instituições particulares reconhecidas e seletivas.

Essa postura na formação de uma prole elitizada é recorrente entre as famílias poderosas ligadas à produção de café no sudeste do país, durante o período em destaque,

---

27 BARICKMAN, Bert J; LOVE, Joseph L. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 77 – 99.

28 WACQUANT, Loïc. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. Novos estudos CEBRAP, p. 87-103, 2013.

29 BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

30 LOTE, Karine Torres. Entre barões, condes e viscondes: o cenário educacional na Vassouras oitocentista (1850-1889). 2013. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado), Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis.

em sua maioria também com vínculos e participação na estrutura dirigente do Estado, possivelmente remontando desde a época em que uma elite nacional, no sentido de não diretamente portuguesa, se instaurou no Brasil[31]. Contudo, no caso destas primeiras gerações da família Canedo em Muriaé, circunscritas a segunda metade do século XIX e início do XX, a trajetória do patriarca Antônio Augusto da Silva Canedo, o desembargador, sugere ainda uma outra possibilidade para justificar gastos tão elevados com a educação dos filhos, 800 mil réis na manutenção de dois deles por um trimestre no colégio Mineiro em Ouro Preto. O desembargador, ao que nos parece, vinculou suas principais estratégias de enriquecimento a sua atividade como magistrado e suas relações políticas, chegando a região como juiz e dedicando a maior parte do seu tempo as demandas jurídicas e políticas, em constantes viagens. O artigo de Vitória Schetinni[32] demonstra o número reduzido de apadrinhamentos do desembargador, comparados com os demais grandes proprietários e senhores de escravo da região, quase sempre realizados sem a sua presença e representado pela esposa. Segundo os dados e hipóteses da historiadora, devido às suas constantes ausências em trânsitos profissionais e políticos. Outros vestígios que apontam para tal é a participação reduzida das lavouras no montante de sua riqueza mensurada em inventário, além do fato da contabilidade da fazenda ser realizada por sua esposa, Dona Eudóxia, e não por ele. Assim nos parece ser possível sugerir que a educação, a passagem por instituições escolares de elite e a obtenção de diplomas para carreiras vinculadas aos extratos sociais mais elevados, seria parte da estratégia de poder do patriarca, passada para os filhos e com a garantia, e possivelmente pressão, para encaminhar seus estudos e estabelecer laços dentro destes campos, favorecendo inclusive suas possíveis carreiras políticas. Um dos filhos do desembargador, mais tarde seria prefeito da cidade.

Os gastos com itens considerados supérfluos, ou não essenciais, como doces, bebidas finas, louças, cristais e, surpreendentemente, uma máquina de lavar roupas, por si só denotam o pertencimento a uma elite econômica, capaz de empenhar recursos com essa finalidade[33]. Para além de tal constatação, esses hábitos de consumo podem sugerir uma postura familiar menos austera com seus gastos, e ainda com promoção de encontros sociais, como algumas compras em quantidades elevadas sugerem. Evidentemente que esse consumo de mercadorias voltadas para a recreação e lazer não devem levar a uma conclusão no sentido de flexibilidade dos costumes, com uma postura menos submetida

31 DE CARVALHO, José Murilo. A construção da ordem e Teatro de sombras. Rio de Janeiro: Editorial da UFRJ/Relume Dumará, 1996.

32 ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Relações sociais e econômicas numa freguesia escravista da Zona da Mata Mineira: Desembargador Canêdo, um estudo de caso. Revista Diálogos, vol.22, n°3, set/dez 2018, p.149 - 165.

33 WACQUANT, Loïc. Op.cit.

aos padrões de uma sociedade de ética religiosa. Quando propomos uma interpretação dos recibos relacionando-os a uma postura menos austera, o fazemos em relação aos gastos, ao consumo de produtos que estão fora do alcance popular e da necessidade prática e mesmo na compra recorrente de bebidas alcoólicas enfatizando esse padrão de gastos elevados com lazer e a recreação[34]. Alguns desses recibos, apesar de endereçados a dona Eudóxia, a matriarca, discriminam compras dos filhos, o que nos parece corriqueiro e permite imaginar jovens abastados se divertindo, em família ou com amigos da sociedade, com doces, frutas, vinhos, cerveja, espumantes e outros itens afins.

Por fim o último padrão percebido nos recibos foi o de compras fora da cidade de Muriaé. Buscando caminhos explicativos, e tomando a rotina de viagens profissionais e políticas do desembargador, não seria contraditório supor que, assim como a maior parte das elites rurais, havia um trânsito da família por centros urbanos mais consolidados, populosos e com diversidade de opções culturais e de produtos para compra. De fato, alguns recibos indicam essa motivação, contudo nos parece mais adequado supor que trata-se, principalmente, da fixação dos filhos em outras cidades para manter os seus estudos e a presença constante da família em sua cidade de origem, Barbacena, de onde vem a maioria dos recibos.

Conclusivamente um panorama mais extenso e seguro dos modos de vida da família, e sua relação com padrões sociais mais amplos, será possível a partir da inclusão de mais fontes nessa análise, com cruzamento de informações para maior segurança e profundidade. Contudo acreditamos ter ficado demonstrada a utilidade e a riqueza das fontes usadas para o trabalho do historiador e a possibilidade de intercâmbio entre campos e metodologias. Por fim ressaltamos a centralidade do conceito de modos de vida para estudos micro analíticos ou biográficos, como forma de interligar as vivências individuais, cotidianas e subjetivas aos padrões e estruturas sociais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vitória Fernanda Schetinni de. **Os sertões de São Paulo do Muriahé**. Terra, riqueza e família na Zona da Mata Mineira. 1846-1888. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Ocupações e conflitos nos sertões do Manoel Burgo na Zona da Mata Mineira. **Revista Territórios e Fronteiras**, vol.11, n°1, jan/jul 2018, p.111 - 131.

34 WACQUANT, Loïc. Op. cit.

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Relações sociais e econômicas numa freguesia escravista da Zona da Mata Mineira: Desembargador Canêdo, um estudo de caso. **Revista Diálogos**, vol.22, n°3, set/dez 2018, p.149 - 165.

BARICKMAN, Bert J; LOVE, Joseph L. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 77 – 99.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro. Zahar Editora, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CÂMARA, Jamila Aparecida Silva. Outra face da economia da Zona da Mata Mineira: Produção agrícola de subsistência numa região de economia agro-exportadora–São Paulo do Muriahé (1848-1888). **Revista HEERA**, p. 32-44, 2012.

CANEDO, José Clóvis. Primórdios de Muriaé. **Revista de Historiografia Muriaeense**. Ano VI, Muriaé-MG. Novembro de 1983, nº 5.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Desembargador Antônio Augusto da Silva Canêdo. **Revista de Historiografia Muriaeense**. Ano VI, Muriaé-MG. Novembro de 1983, nº 5.

CASTRO, Francisco Rogério de. Constantino José Pinto: Fundador de Muriaé. **Revista de Historiografia Muriaeense**. Ano I, Muriaé-MG. Dezembro de 1977, nº1.

DE CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem e Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Editorial da UFRJ/Relume Dumará, 1996.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Edusc: São Paulo, 2005.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUERRA, Isabel. Modos de vida: novos percursos e novos conceitos. **Sociologia - Problemas e Práticas**. N° 13, 1993. P. 59-74.

HASTENREITER, Guilherme Catta Preta. Muriaé: Ontem, hoje, amanhã. **Revista de Historiografia Muriaeense**. Ano VI, Muriaé-MG. Novembro de 1983, nº 5.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LORIGA, Sabina. O eu do historiador. **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto. N°10. Dezembro de 2012. 247-259.

LOTE, Karine Torres. **Entre barões, condes e viscondes**: o cenário educacional na Vassouras oitocentista (1850-1889). 2013. (Dissertação de Mestrado), Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis.

MERCADANTE, Paulo. **Os sertões do leste**. Estudo de uma região: Mata mineira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p.32.

NADALIN, Sergio Odilon. **História e demografia: elementos para um diálogo**. Abep, 2004.

PRIORE, Mary Del. História do cotidiano e da vida privada. *In:* CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 376-398.

WACQUANT, Loïc. **Poder simbólico e fabricação de grupos**: como Bourdieu reformula a questão das classes. Novos estudos CEBRAP, p. 87-103, 2013.

MUDANÇAS ECONÔMICAS E A PARAÍBA DOS ANOS 30 – SUBORDINAÇÃO E DEPENDÊNCIA

Waniéry Loyvia de Almeida Silva[1]

RESUMO

Os anos 30 guardaram mudanças significativas. A "Revolução de 30" figurou como marco inicial das transformações que a partir dai puderam ser observadas. Do ponto de vista político, as reacomodações de poder e o jogo político foram marcados por um Estado que agora, centralizado, minava o poder das oligarquias locais e as colocava sob sua tutela. Porém, esse mesmo Estado passa a desempenhar papel preponderante na economia. O processo de integração nacional iniciado a partir daqui levou a uma nova reconfiguração, onde as economias locais foram sufocadas e transformadas em completo à economia nacional. O Centro-Sul, enquanto pólo dinâmico da economia impôs-se as demais regiões, fazendo com que o grau de subordinação e dependência dessas alcançasse níveis ainda maiores. Entender o papel da economia paraibana nesse processo de integração nacional é o nosso objetivo neste pequeno artigo.

Palavras-Chave: Integração nacional; economia; anos 30; Paraíba.

AS MUDANÇAS QUE OCORREM COM A CHEGADA DE 1930

Os motivos que ocasionaram a crise da ideologia liberal e do sistema capitalista no final dos anos 20 são sem dúvidas já bastante conhecidas. No Brasil as conseqüências desse evento chegaram com certo retardo, todavia, provocaram inicialmente o questionamento a respeito da força das elites que governavam o país e a sua capacidade de continuar gerindo-o. A crítica recaiu especialmente sobre quatro aspectos: *a corrupção, o vazio ideológico, a inocuidade política e principalmente a inabilidade técnica*[2]. Isso porque,

> O Brasil tornou-se um símbolo de desperdício do capitalismo e da seriedade da Depressão, pois seus cafeicultores tentaram em desespero impedir o colapso dos preços queimando café em vez de carvão em suas locomotivas a vapor. (HOBSBAWM, 2010, p. 97).

---

1 Doutoranda em História Econômica pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica (PPGHE) da Universidade de São Paulo (USP) e Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). loyviaalmeida@hotmail.com

2 Ver SEVCENKO, 1983 Apud SILVA, 2004, p. 129.

A desestabilização econômica se traduziu em um período de golpes que se espalharam por toda a América Latina. Ao passo que o preço dos produtos de exportação caia, os governos desses países entravam em colapso. Dessa forma, ao iniciar dos anos 30, as oligarquias brasileiras sofreram um abalo (superficial), mas suficiente, que provocou o seu deslocamento do centro de poder.

A *Revolução de 30* se insere assim como um dos muitos golpes que ocorreram nos países latino-americanos como conseqüência direta da crise de 1929[3]. Porém, tal revolução, não configurada nos moldes clássicos, foi a "revolução burguesa" que nos coube, sendo a partir dela gerada um "estado de compromisso", que a bem da verdade não se comprometia com ninguém. Entretanto, é inegável que a burguesia industrial tenha se beneficiado a partir de então, graças a nova visão econômica que o Governos recém instalado passava a ditar para os anos que se seguiram.

> Na prática, Vargas adotou políticas econômicas que beneficiaram a indústria. Assim, as tentativas diretas ou indiretas de sustentação empírica da tese de Estado de compromisso no terreno da implementação da política econômica são bastante mal sucedidas. (ABREU, 1992, p. 78).

Dessa forma, o processo iniciado em outubro de 1930, denominado de *crise oligárquica* foi na verdade uma recomposição e reordenação de forças necessária, devido às transformações ensejadas pelo capital - que tinha passado de concorrencial para monopolista. E é nesse contexto de transformações que se dá inicio ao processo de substituição das importações, que visava um desenvolvimento "voltado para dentro", pois a crise prolongada demonstrava a inoperância e ineficiência do modelo primário-exportador naquela conjuntura, uma vez que; a drástica queda das exportações provocou imediata diminuição de 50% da capacidade de importar, não só no Brasil, bem como na maior parte dos países da América Latina[4].

Como resultado das transformações ocorridas e demandadas pelo capital monopolista, no Brasil passou a se ter um movimento regional de *concentração* via exportação de mercadorias e *centralização* via absorção do capital, processado de outras regiões do país; de e para o centro-sul (principalmente São Paulo). Foi a partir do desenvolvimento industrial dessa região que se forjou uma nova divisão regional do trabalho nacional, abolindo-se a autonomia dos Estados e se impôs a todo o território nacional o seu equivalente geral, pois

---

3 Ver FAUSTO, BORIS 1987.

4 Ver TAVARES, 1979.

> estava-se, em verdade, em presença da implantação de um projeto de estado nacional unificado, em sua forma política, que recobria a realidade de uma expansão capitalista que tendia a ser hegemônica; voltada agora para a produção de um valor cuja realização era sobretudo de caráter interno, podia a mesma impor ao conjunto do território nacional o seu equivalente geral: essa imposição do equivalente geral criava o espaço econômico capitalista nacional unificado. (OLIVEIRA, 1981, p. 75).

Tal movimento foi extremamente nocivo para as economias locais e deixou a mostra a dependência e subordinação de regiões como o Nordeste e estados como a Paraíba.

O SUFOCAR DAS ECONOMIAS LOCAIS

Do ponto de vista econômico, 1930 significou para o Brasil a implantação de um projeto que visava a integração nacional. Tal projeto representou na prática o estrangulamento e total destruição das economias regionais, o que Francisco de Oliveira bem chamou de “destruição para concentrar”, pois, nos vários ciclos que determinam a composição orgânica do capital, existem movimentos de concentração e centralização de capital. Nesse sentido, a expansão capitalista que se deu no Brasil, comandada por São Paulo e região, produziu um movimento de destruição das economias regionais ao atingir sua espinha dorsal. A invasão das mercadorias produzidas no Centro-Sul deixou exposta a arcaicidade do Nordeste, no que dizia respeito não só à produção, mas também, às suas raízes e entraves de atraso, derivados das relações de poder tão desiguais intrínsecas dessa região.

> Esse movimento começa exatamente pela destruição dos capitais no “Nordeste”: são fábricas que não conseguem competir em preço e qualidade, são atividades antes protegidas pelas barreiras, são as próprias formas anteriores de reprodução do capital, nos “Nordestes”, que são postas em xeque; suas circularidades específicas de reprodução são ultrapassadas e dissolvidas pela nova forma de reprodução do capital da “região” em expansão, tendo em vista o caráter cumulativo que os aumentos da produtividade do trabalho imprimem ao processo de geração de valor; nisto reside a metamorfose da imposição do equivalente geral a todo conjunto da economia, isto é, na troca de valores iguais ganha o que tem em si maior produtividade do trabalho. (OLIVEIRA, 1981, p. 76).

Tais afirmações vão de encontro às de CANO (2007) [5], para quem, regiões como o Nordeste, se beneficiaram a partir do processo de integração nacional. É bem verdade que não foi o desenvolvimento de São Paulo que provocou os entraves e atrasos tão característicos do Nordeste. Todavia, sem sombra de dúvidas, no pós-1930, a região Centro-Sul soube tirar proveito do arcaísmo nordestino para a promoção da sua expansão capitalista. Não à toa que as elites paraibanas, por exemplo, não investiam seu capital econômico em seu estado e nem na região. Preferiam investir no centro dinâmico da economia nacional, pois era mais lucrativo e menos oneroso. O Nordeste, para essas elites nativas, era o reduto de seu capital simbólico (poder, influência, terras) e não o lugar de multiplicar seus lucros.

A PARAÍBA COMO MERCADO COMPLEMENTAR DA ECONOMIA NACIONAL

Diante da exigência da acumulação capitalista para uma determinada dinâmica dos espaços, onde estes se configuram de acordo com o que é demandado pelo capital, coube a Paraíba *"nessa formulação do todo orgânico que é o sistema produtivo capitalista" (AMORIM, 1987)*, desempenhar o papel de economia complementar. Dito de outra forma, sendo já subordinada e dependente, no processo de centralização dos interesses do pólo dinâmico da economia nacional (Centro-Sul) iniciados nos anos 30, a Paraíba se viu triplamente subordinada (ao capital internacional, ao capital nacional concentrado na região do pólo dinâmico e Pernambuco, para onde se dirigiam grande parte do capital destinado ao Nordeste), sem perspectivas reais de superar a sua posição.

Como conseqüência dessas mudanças econômicas e se somando o problema das secas recorrentes (dentre estas a de 1932, tida como uma das mais sérias já sofridas pela Paraíba), o estado perdeu espaço como grande produtor de algodão, nesse mesmo ano para São Paulo, não conseguindo mais se recuperar como podemos ver no quadro abaixo:

5 De fato, pensar São Paulo nos termos de um "imperialista sanguessuga" é desconsiderar boa parte do processo de expansão capitalista no Brasil e desconhecer as diversas formas e atuações que o capital assimilou e desenvolveu nas diversas regiões do país. Ver CANO, 2007. Porém, mesmo que as condições (históricas), para o desenvolvimento melhor da região do centro-sul tenham se dado em condições muito diferentes das do Nordeste, e que, posteriormente, a submissão dessa última em relação a primeira, tenha sido para obedecer a uma lógica do próprio capital, isso não minimiza o fato de que as disparidades regionais se acentuaram a partir do processo de centralização desse capital em São Paulo, com a destruição de toda e qualquer chance de desenvolvimento maior para o Nordeste.Isso porque, uma vez que as condições de reprodução do capital no centro-sul se tornaram mais favoráveis, essa região tendeu a drenar todo e qualquer investimento que porventura pudesse ser feito nas demais regiões, nesse caso, o Nordeste.

Quadro I - Produção de algodão em caroço (Kg) na Paraíba e em São Paulo

ANOS	PARAÍBA (PB)	SÃO PAULO (SP)
1930	18.000.000	10.500.00
1931	23.000.000	21.500.00
1932	9.676.017	34.700.00
1933	23.330.745	105.000.000
1934	40.000.000	124.000.000
1935	48.833.000	176.345.000
1936	35.414.000	215.667.000
1937	37.998.00	245.790.000
1938	32.000.000	287.901.000
1939	35.000.000	295.240.000
1940	50.000.000	307.372.000

FONTE: GURJÃO, Eliete de Queiroz. Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945). João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1994, p. 132.

Embora os interventores paraibanos tivessem o plano de proporcionar o "soerguimento" da economia paraibana, tais planos encontraram numerosos entraves. Dentre eles estava o sério problema da falta de investimentos e a dificuldade em atrair capitais para o estado. A saída encontrada por Gratuliano Brito, por exemplo, foi conter gastos paralisando todas e quaisquer obras que não fossem "essenciais" e fazendo empréstimos[6].

Já sob o Governo/Interventoria de Argemiro de Figueiredo[7], o Estado procurou investir em outras culturas para que a Paraíba não permanecesse dependente apenas de um único produto.

> Não tenho perdido tempo nem poupado esforços no sentido de fomentar outras fontes de producção, estimulando as actividades agrícolas em todos os seus aspéctos, racionalizando os processos agrários, fornecendo ao agricultor os instrumentos modernos de cultura e as bôas sementes, educando-os nos campos de demonstração e pondo-o em contacto com as nossas organizações de credito rural. E isso vae sendo feito com relação a todos os typos de lavoura, de cultura possível em nossas regiões,

6 Gratuliano Brito conseguiu uma soma de 6.000 contos de réis com o Banco do Brasil. Tal quantia foi importante para manter de certa forma um equilíbrio melhor das contas entre 1933 e 1934. Ver SOUSA NETO, 2016, p. 162.

7 Argemiro de Figueiredo foi eleito indiretamente em 1935 para o Executivo paraibano. Com o Golpe do Estado Novo, tendo mantido lealdade a Vargas, Figueiredo acabou sendo confirmado como interventor até ser exonerado em 1940. Ver SILVA, WANIÉRY, 2017.

> enquanto ao mesmo passo se vae activando com os melhores cuidados o desenvolvimento rápido da cultura algodoeira, - espinha dorsal da economia parahybana. Das culturas além do algodão, que veem sendo animadas sob os melhores auspicios para a riqueza pública, quero destacar-vos acanna de assucar, o fumo, o arroz, e a batatinha. (MENSAGEM DE ARGEMIRO DE FIGUEIREDO, 1935, p. 6).

O esforço do Estado no sentido de "diversificar" os produtos agrícolas produzidos demonstrava por um lado a desorganização do seu espaço econômico desde a perda de posição de seu principal produto (algodão) para São Paulo e a concordância em permanecer enquanto uma economia subordinada às demandas do Centro-Sul.

Dessa forma, sem reunir as condições necessárias para a superação dessa dependência, as elites paraibanas se conformaram com o seu papel de complementaridade da economia nacional, cabendo a Paraíba o lugar de *Periferia da Periferia.*

CONCLUSÃO

Historicamente dependente e subordinada, a economia paraibana não teve grande expressão nacional. Embora tenha mantido o primeiro lugar como produtor de algodão em boa parte dos anos 1920, com inicio do processo de integração nacional nos anos 1930 perdeu essa posição e não conseguiu mais recuperar. As razões para tal são inúmeras e aqui podemos citar algumas: a forma ainda atrasada de produção com maquinário já superado; a falta de investimentos e sementes de boa qualidade; a ignorância do próprio agricultor em saber lidar com os variados tipos de malváceo e claro, o problema do clima. Somando-se a isso o fator da dificuldade de capitanear investimentos, o que faz com que o lucro da elite paraibana não seja investido na região, mas sim deslocado para o pólo dinâmico da economia, onde há uma maior lucratividade em um tempo menor. Toda essa situação é essencial para a sobrevivência e permanência das elites paraibanas no poder. A dependência e a subordinação do estado lhes garantem uma posição confortável, mas sem destaque no âmbito da economia nacional. Aparentemente, tal situação não foi um inconveniente, visto que com o aprofundamento da dependência e subordinação, processo esse que tornou irreversível a partir de 1939, segundo AMORIM (1987), não causou maiores contratempos entre a elite local e a burguesia nacional.

Habituada a um papel de subdesenvolvimento, a Paraíba encerrou a década de 1930 abdicando de galgar melhores lugares no cenário econômico nacional e consolidando-se, no inicio dos anos 40, apenas como um estado complementar a econômica do Centro-Sul, sem indústrias competitivas e sem maquinário eficiente.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945. In. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889 – 1989**. ABREU, Marcelo de Paiva; CARNEIRO, Dionísio Dias... [et al]. – Rio de Janeiro: Campus, 1992.

AMORIM, Laura Helen Baracuhy. **O comércio paraibano no processo de formação do mercado nacional (1930-1939).** – Recife, 1987

AMORIM, Laura Helen Baracuhy. A economia paraibana na etapa da articulação comercial. In. **Atividades produtivas na Paraíba**. Org. AMORIM,Laura Helen Baracuhy e FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. – João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970.** 3° edição. – São Paulo: Editora UNIESP, 2007.

FAUSTO, BORIS. **A revolução de 1930**. Historiografia e História. – SÃO PAULO: EDITORA BRASILIENSE, 1987.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias-paraibanas:** Paraíba (1889-1945). João Pessoa: Ed. Universitária. UFPB, 1994.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991; tradução Marcus Santarrita. – São Paulo: Companhia das Letras, [1995], 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião:** Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3° ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SOUSA NETO, BENTO CORREIA. **O governo interventorial e relações de poder na Paraíba pós 1930**: a administração de Gratuliano Brito (1932-1934). – João Pessoa, 2016.

SILVA, Ricardo. **A ideologia do Estado autoritário no Brasil**. – Chapecó: Argos, 2004

SILVA, WANIÉRY LOYVIA DE ALMEIDA. **Autoritarismo, repressão e propaganda**: a Paraíba no Governo Argemiro de Figueiredo (1937-1940). – João Pessoa, 2017.

TAVARES, MARIA DA CONCEIÇÃO. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro** – ensaios sobre economia brasileira. – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

FONTE

MENSAGEM DE ARGEMIRO DE FIGUEIREDO A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA, 1935, p. 6

ST 11

ESCRAVIDÃO, EMANCIPAÇÃO E PÓS-ABOLIÇÃO: TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS NEGRAS

Dr. Lucian Souza da Silva (Secretaria de Educação de João Pessoa-PB)
Msc. Thiago Brandão da Silva (UFPB)

MEMÓRIAS DAS PLANTAÇÕES: TRABALHO, CESTARIAS E RESISTÊNCIA AFRO-BRASILEIRA NA PARAÍBA CONTEMPORÂNEA

Álef Mendes dos Santos[1]

RESUMO

Neste texto iremos trabalhar acerca das memórias de uma afrodescendente paraibana que é artista, na arte das cestarias na região metropolitana de Guarabira do estado da Paraíba. Isso no que se refere a relação das suas produções em cestos e os da sua família com a história de seus entes e as memórias das plantações que realizaram, como subsistência, em conexão com a produção dos seus balaios e a utilização nas suas plantações. Para tanto, usamos o método da História Oral, nesse sentido, através de entrevista realizada com essa artista fazemos análises das suas memórias e de seus relatos. Com isso, percebendo as memórias das plantações, ou seja, dos momentos que ela tinha na roça, relacionadas aos trabalhos dos cestos desta mulher afro-brasileira, seus familiares e o que isso significa para a mesma, assim, construindo um alinhamento histórico e cronológico nas oralidades obtidas.

Palavras-Chave: Memórias das Plantações, História da Paraíba, Arte das Cestarias.

INTRODUÇÃO

No pós-abolição no Brasil, as condições de trabalho de negros e negras ficaram repletas de dificuldades para essas pessoas, tendo em vista que havia uma dificuldade em desassociar essas pessoas, por parte da mentalidade racista formada, de trabalho forçados e/ou rurais. Nesse sentido, pelas dificuldades enfrentadas por essas pessoas, atividades laborais de subsistência foram necessárias para famílias de pessoas negras sobreviverem. E por vezes quando tais pessoas não trabalhavam para patrões, donos de terras, plantavam em terras cedidas por quem possuía ou em locais perto de suas comunidades e realizavam atividades artísticas, como a exemplo a arte em cestos.

É nesse sentido que famílias negras mais interioranas do Brasil foram sobrevivendo nas décadas que se seguiram, do período republicano do país. Nas décadas de Ditadura Militar muitos trabalhadores negros sofreram pelos absurdos que muitos patrões os

---

1 Mestrando em História pela Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Docência e Prática da História do Brasil pela faculdade Focus. Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho. Especializando em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba no Centro de Humanidades.

submetiam em serviços pesados. Na Paraíba se tem o caso de Margarida Maria Alves, mulher negra que foi assassinada no ano de 1983 por lutar pelos direitos de trabalhadores/as em sua maioria constituídos de pessoas negras (FERREIRA, 2010).

É nesse sentido que trazemos à tona a história oral de vida (MEIHY; HOLANDA, 2011) de uma mulher negra paraibana, por nome de Maria da Luz Mendes, mais especificamente apontando as suas memórias acerca das relações de trabalho de seu pai e de como ela e seus irmãos ajudavam na aquisição de renda ou mantimentos para sobreviverem. Conforme análises nossas, as memórias se situam na década de 1970 no estado da Paraíba nas intermediações da cidade de Cuitegi-PB que corresponde a região de Guarabira-PB. Maria da Luz é uma mulher negra aposentada como agricultora que durante muitos anos foi contribuinte associada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçagi, mas que viveu sua infância e juventude entre as cidades de Cuitegi-PB, Guarabira-PB e Araçagi-PB, mas que hoje se estabelece nessa última cidade citada. Ela também é artista, na arte das cestarias.

Nesse trabalho, para além de realizarmos algumas análises, procuramos primordialmente, deixar a própria Maria da Luz, contar a sua história de vida através das suas memórias sobre as plantações, atividades das cestarias, relações familiares e de sobrevivência realizadas por ela e por seus familiares, questões contidas em seus relatos. Assim, a nossa questão principal é: como a família afro-paraibana abordada que vivia em localidades interioranas resistiu/sobreviveu no estado da Paraíba na década de 1970? O que as memórias do sujeito de nossa pesquisa conseguem nos relatar, sobre as relações de subsistência de pessoas negras paraibanas do interior, nesse momento da história?

A AGRICULTURA E OS CESTOS PELOS AFRO-BRASILEIROS NO PÓS-ABOLIÇÃO

É certo que após a abolição do sistema escravista no Brasil aos negros e as negras brasileiras foram relegadas diversas dificuldade trabalhistas, então muitos desses homens e mulheres tiveram que realizar trabalhos ou culturas de subsistência como a exemplo da agricultura familiar e a arte do trançado de cestos[2]. É fato que houve bastante resistência dos senhores de escravizados em várias províncias acerca da libertação dos que antes eram escravizados, vários casos de violência contra pessoas negras nesse período são

2 Essa arte das cestarias é encontrada entre pessoas negras escravizadas, antes do 13 de maio de 1888, principalmente, sendo produzida entre os denominados escravos de ganho que ficavam nas ruas das cidades vendendo produtos de seus senhores. Mesmo assim, a arte de fazer cestos também é encontrada entre em meio aos quilombos e por vezes eram comercializadas nas cidades e também era realizada pelos indígenas. É certo que essa é uma arte que está imbuída em meio a história da humanidade desde que os primeiros homens que produziram os seus recipientes para as coletas.

registrados, como a exemplo na província da Bahia (MATA, 2002). “Os libertos do interior da província passaram a ser, após a aprovação da lei, alvo constante de violências e agressões” (MATA, 2002, p. 21). Na Paraíba houve resistência de muitos ex-senhores de ex-escravizados em libertar os que na consciência dos violentadores ainda eram escravos, em uma espécie de dificuldade perceptiva de desassociar os negros dos serviços pesados, de serem escravizados e vinculados a terra ou a lavoura.

> Na Paraíba, a recepção do 13 de maio não significou a superação plena da condição de inferioridade por qual passaram os libertos e seus proprietários que não viram com bons olhos a “perda” da autoridade sobre os seus trabalhadores (SOUTO, 2018, p. 18).

Nesse período após abolição, principalmente, nas cidades, por causa das dificuldades que homens negros encontravam em conseguir trabalho, por vezes, as mulheres negras que tinham mais estabilidade como empregada doméstica forneciam a principal renda da família negra nas primeiras décadas do Brasil republicano (SANTOS, 2020). Já nas regiões mais interioranas do país, as famílias de pessoas negras, quando não viviam em ajuntamentos comunitários sobrevivendo de dias que trabalhavam a seus patrões ou passando dificuldades financeiras, realizavam diversas atividades para sobreviverem em uma sociedade capitalista e que excluía os de peles negras. Atividades para a sobrevivência que perpassaram décadas do pós-abolição, sendo realizadas, até os dias atuais. “Trocas de excedentes agrícolas com o entorno ainda sobrevivem nas comunidades rurais negras da atualidade” (FERRARI, 2016, p. 2).

A condição de trabalhador, e por vezes associado a terra, seja por apontamentos racistas deixado pela escravidão ou por falta de oportunidades para a ascensão social de muitos negros e negras, perdurou durante o período republicano do Brasil. Os de pele negra passaram as décadas na história republicana do país, oprimidos por essa herança do sistema escravista. Certo que, culturas como a das cestarias contribuíram para a sobrevivência por parte dessas pessoas negras, principalmente, nas regiões mais do interior do Brasil e do estado da Paraíba. Essa noção de opressão contra pessoas negras, nas condições de trabalho e de ascensão social, não foi diferente no momento da Ditadura Militar no país que durou entre os anos 1964-1985. Dificuldades que foram vividas por várias pessoas negras, na pele, na vida, no dia a dia entre as décadas que duraram esse momento no país.

AS MEMÓRIAS DE MARIA DA LUZ SOBRE AS PLANTAÇÕES, TRABALHOS E OS CESTOS

Nesse trecho do estudo é posta a entrevista realizada com Maria da Luz Mendes e que foi transcrita pelo responsável da pesquisa. Pelas nossas análises as memórias contidas no que foi transcrito e que estão apresentadas a seguir, situam-se na década de 1970. Decidimos colocar a fala dela em extensão considerável, porque, queremos que ela própria conte a sua história. Para nós, com essa metodologia, por meio da fala dessa mulher afro-paraibana buscamos um diálogo com outras formas de produzir conhecimento na historiografia, a História Oral. Dessa forma, com ela oralizando as suas memórias e descrevendo suas narrativas e isso sendo expostos em nosso estudo, tais processos metodológicos, constituem-se assim, "[...] formas alternativas para produzir e validar o conhecimento" (COLLINS, 2018, p. 35). Nesse sentido, por conseguinte, podem-se ter percepções da história de vida dessa mulher negra paraibana.

> Meu pai trabalhava na roça; trabalhava nos cesto; trabalhava no sisal (no agave), mas para tudo isso ele tinha o tempo. Ele trabalhava no roçado, na roça; trabalhava no agave, e a noite era pra fazer os cestos. Ele trabalhava o dia todo no agave, já eu com os meu irmão ficava no roçado. A gente limpava mato; a gente tivesse fava pra apanha, a gente apanhava, feijão, e algodão. Precisasse de uma macaxeira a gente ia e pegava, e aí já trazia pra casa; às vezes uma batata. Tudo isso a gente já fazia, e ele trabalhando no agave o dia todo. Aí, assim, da sexta para o sábado, que nas sextas era mais, já no final da semana, o que ele trabalhasse até a quinta-feira, já era pra na sexta ele não cortar esses agave. Aí ficava a sexta e o sábado pra ele colher os materiais para fazer os balaios. Aí, na semana, a noite ele ia fazendo os cestos. E a gente ia para o roçado, assim, ajudava ele também. No início da semana ele ficava trabalhando no agave e a gente ficava no roçado. Na sexta, a gente já parava também do roçado e já acompanhava ele pra ir atrás do material para fazer os balaios. As idades que a gente tinha era a faixa de seus 15, eu acho que já tinha meus 16, mas os outros já tinha assim, uns 14, outros 13, outros 12 que já podia acompanhá ele pra fazer as coisas. Só aqueles mais pequenos que não iam, mas aqueles que tinham essas idades já acompanhava ele. O período do ano em que ele plantava, porque antigamente, em dezembro… Assim, novembro para dezembro o povo já tava tudo preparando os seus roçados, porque naquele tempo os inverno pegava mais cedo. Hoje foi que as coisas modificaram né? E não é mais como antigamente, mas quando era a partir de janeiro já era pra todo mundo tá com os seus roçados prontos, porque, aquelas chuvada de janeiro que dava, as pessoas já podiam plantar e já colhia com aquelas chuvada. Aí, ia chovendo, chovendo e não dava para perder as lavouras. Assim, hoje é que todo mundo só faz as coisas se for cortado de trator; aí tem que cortar os roçados para plantar, mas naquele tempo não, naquele tempo até uma capoeira ou um mato grosso mesmo, assim um marmeleiro, a pessoa cortava deixando aqueles pontão, só cortando e deixando os pontão. Naquele tempo se fazia muita coisa por causa disso. Aí naqueles pontão, aqueles mato, de novembro para dezembro, a pessoa já ia cortando e deixando tudo secar. Aí já fazia aquelas coivaras, aqueles matos a gente cortava com a enxada mesmo, e quando começasse a chover podia

> plantar. Plantava feijão, plantava milho, plantava fava naqueles pontão e o roçado estava pronto, mas hoje não, hoje se a pessoa quer botar um roçado tem que destocar, tem que passar trator, mas naquele tempo fazia tudo isso quem podia e queria. Sobre o meu pai ele cavava as covas e a gente plantava, ele fazia as carreiras todinhas e a gente plantava. E ele, como era as coisas assim mais difícil para a gente, por causa que exigia mais força e a gente era mais pequeno, ia cavar uma cova de roça para plantar, um 'lerão' de batata. Isso aí ele fazia. E ainda por cima, a gente botava o roçadinho da gente, mas ainda tirava tempo para trabalhar ao patrão, porque ele botava o roçado também e chegava o período de quebrar milho, de apanhar feijão e apanhar fava e a gente... A gente não, eu, porque os meninos nesse tempo eram mais pequenos, então eu me juntava com uma menina de uma conhecida e trabalhava no roçado do patrão. Aquele dinheirinho que eu ganhava já dava para ajudar em alguma coisa em casa. Os patrões colocavam roçados e chamavam o povo para apanhar, e nesse tempo tinha muito algodão, o povo plantava algodão chega a gente olhava para os roçados do povo e era aquilo alvo. E esse patrão da gente plantava de campo de algodão e botava a gente para apanhar e ganhar por quilo apanhado. Eu não sei quanto era o quilo naquele tempo para quem colhia, mas a gente apanhava. Desde pequeno sou agricultura, acho que eu com meus 12 anos, eu já trabalhava a dois velhinhos que morava perto da gente que colocavam roçados e ainda pagavam para eu ficar lá nos roçados para plantar. Sobre os cestos, a gente fazia eles já deixando os nossos para uma panha de fava, quebrar um milho, apanhar um feijão ou outros afazeres do roçado, já tinha aquele tanto que precisava pra gente, porque, todos esses trabalhos a gente só fazia com esses cestos que são os balaios e os de vender a gente separava. A gente tirava a quantidade que ia precisar e só precisava de ano em ano; talvez que com um ano, os que a gente deixasse para usar tivesse acabado, então quando a gente fosse colocar o roçado é que ia fazer outros mais novos pra passar o ano novamente. E os de vender a gente vendia tudo. Depois que a gente colhia no roçado, guardava que era pra esperar pelo outro ano, e assim a gente se alimentava do que colheu e também guardava que era para plantar de novo no próximo ano (MENDES, 2022, n./p).

De forma inicial, na contribuição oral da "sujeita" de nossa pesquisa, podemos perceber como ela trouxe as suas memórias sobre o trabalho que seu pai exercia que era no sisal[3], como ela e seus irmãos ajudavam na manutenção do roçado e como ocorria a dinâmica para a realização da arte dos cestos. As cestarias serviam tanto para auxiliar na colheita das plantações próprias como para venderem e complementarem a renda familiar à época. Além do mais, a narrativa da entrevistada pode nos conceder o entendimento de como era a dinamicidade entre o trabalho para patrões no sisal por parte de seu pai e como ele separou os dias e turnos da semana de acordo com a feitura de sua arte e o trabalho pago por diária pelos proprietários de terras.

3 Normalmente, a retirada do sisal era/é para a tecitura de cordas feitas desse material que era/é retirado em trabalhos bem desgastantes e por vezes perigosos, visto que o maquinário para preparar o vegetal para a realização das cordas de sisal era/é afiado, cortante e que poderia/pode dilacerar membros do corpo. No link a seguir se consegue acessar um vídeo na plataforma do Youtube com a atividade ainda praticada atualmente. Acesse: https://www.youtube.com/watch?v=yoRasN10Xc0.

Nos relatos, percebe-se como se comportavam os mecanismos para a realização das plantações, como era o preparo da terra para plantarem, como realizavam as colheitas anuais que eram guardadas para mantimento, e também como se fazia seleção das melhores sementes e guardavam para as plantações do ano seguinte. Ainda se é possível compreender como os filhos/filhas, como a exemplo de Maria da Luz, mesmo com tenra idade ajudavam em casa, tendo que trabalhar seja na roça dos outros ou mesmo no roçado da família. Desse modo, trabalho, agricultura familiar e a arte dos cestos confluíram em um só sentido, a subsistência familiar dessas pessoas. Para além das interpretações do que está transcrito e exposto neste texto queremos perceber as relações que a própria entrevistada nos deu a entender com os seus aspectos de cansaço após as entrevistas, não cansada pelas as atividades da entrevista, mas que nos deu a compreender que tais memórias demonstravam dias de tensão, trabalhos difíceis e experiências vividas por ela. Nesse sentido, entendemos como tais relatos acima expostos por Maria da Luz, não foram somente palavras, mas sim recordações no presente de um passado de trabalhos e dificuldades para subsistir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após séculos de escravização de pessoas pela cor negra da pele, tornou-se fato que as diversas condições sociais dos afrodescendentes não ficaram em boas condições sociais, em específico, as condições econômicas, de vida (a exemplo da moradia) e de trabalho. E essas questões são apontadas neste trabalho, tomando como recorte os afro-brasileiros moradores do estado da Paraíba. É notório que o aspecto de que a agricultura era serviço voltado para pessoas negras era uma premissa nas relações sociais nas duas primeiras décadas do Brasil republicano (JACINO, 2012). Tudo isso resquícios da escravização no país e do “grande despejo” que foi a abolição em que, negras como também negros, foram jogados para fora das senzalas sem políticas públicas ou direitos que melhorassem as suas relações de trabalho e de vivencia no meio social. No que concerne às décadas que se seguiram a situação das condições de vida da população negra não sofreram tantas mudanças em direção a melhorias ou políticas públicas mais efetivas e direcionadas, mas esta gente era tratada na condição hegemônica de população brasileira que escondia as máculas sociais sofridas por essa gente. No período da Ditadura Militar, é fato que várias dessas pessoas foram perseguidas, como por exemplo teve no estado da Paraíba a perseguição e morte de um homem negro que era conhecido como Nego Fubá (SANTOS, 2021).

Quando interpretamos as memórias obtidas através dos relatos obtidos com a sujeita desta nossa pesquisa já acima citada, percebemos que tais recordações se situam na década de 1970, no interior do estado da Paraíba, mais especificamente em uma região rural de Cuitegi, o sítio Palmeiras. Nesse caso, quando Maria da Luz expôs as suas memórias acima relatadas podemos também começar a entender realidades de pessoas negras que não participavam de movimentos políticos ou sindicais como era João Alfredo Dias (Nego Fubá/1932-1964). E desse modo, conseguimos entender que apesar dessas pessoas não terem sofrido diretamente com a repressão da ditadura (abordamos isso porque nas memórias dela, não percebemos conflitos e perseguições com autoridades policiais ou do exército sofridos por ela ou algum ente seu), sofrerão com as dificuldades econômicas e de trabalho para famílias negras mais interioranas naquele momento. É apontado pela historiografia que o dito "Milagre Econômico Brasileiro" na Ditadura Militar no Brasil se "[...] desvalorizou os salários dos trabalhadores, aumentou o processo de endividamento e de concentração de renda, aumentando ainda mais a desigualdade social no Brasil" (GIANNASI, 2011, p.4). Desproporção econômica em meio a população que é corroborada pelas oralidades que evidenciam memórias de vida da colaboradora desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. In: BERNARDINHO-COSTA, Joaze. MALDONADO-TORRES, Nelson. GROSFOGUEL, Ramón. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afro-diaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **A Trajetória Político-educativa de Margarida Maria Alves:** Entre o velho e o novo sindicalismo rural. 2010. (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

FERRARI, Márcio. A economia dos quilombos: Trocas de excedentes agrícolas com o entorno ainda sobrevivem nas comunidades rurais negras da atualidade. **FAPESP**, São Paulo, abril de 2016. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads . Acesso em: 28 de agosto de 2022.

GIANNASI, Carlos Alberto. **A doutrina de segurança nacional e o "milagre econômico" (1969-1973).** 2011. (Tese de Doutorado) - Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GOMES, F. S. **Mocambos e quilombos:** Uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

JACINO, Ramatis. **O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-abolição**

– 1912/1920. 2012. (Tese de Doutorado) - Programa de Pós - graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MATA, Iacy Maia. **"Os Treze de Maio":** Ex-Senhores, Polícia e Libertos na Bahia Pós-abolição (1888-1889). 2002. (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História Oral como fazer como pensar**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MENDES, Maria da Luz. **Entrevista**. Araçagi-PB, ago. 2022.

SANTOS, Álef Mendes dos. **Racismo e Política: Negros e Negras no Brasil.** 2021. (Graduação em História) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2021.

SANTOS, Fernando de Oliveira dos. **Pós-abolição e a luta pela cidadania negra na cidade de São Paulo (1891-1930)**. 2020. (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2020.

SOUTO, Pedro Nicácio. O Pós-abolição, os dias e os anos seguintes de uma longa jornada: Areia-PB (1888-1892). *In:* ROCHA, Solange P.; GUIMARÃES, Matheus Silveira (Orgs.). **A Paraíba no pós-abolição e no tempo presente: racismos e trajetórias de resistência**. João Pessoa: Editora UFPB, 2018.

QUESTÕES RACIAIS NA OBRA “MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS”: UM OLHAR MACHADIANO SOBRE A ELITE SOCIAL DO BRASIL OITOCENTISTA

Ana Júlia Neves Barbosa
Telma Cristina Delgado Dias Fernandes

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo observação e análise a respeito das questões raciais presentes na obra “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, escrita por Machado de Assis no ano de 1880, e como o autor utilizou-se da elite social de sua época para delinear, através de seus personagens, as injustiças vivenciadas pela população negra escravizada. Tomando como base as próprias passagens do livro, o estudo será focalizado em expor os comportamentos dessa classe privilegiada do Brasil do século XIX, além de como, em momentos específicos da nossa história, o racismo foi interpretado em exemplos da narrativa literária.

Palavras-Chave: Literatura; Machado de Assis; Racismo; Século XIX.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Toda obra literária possui marcos, registros do tempo histórico em que seu autor vivenciou a escrita do material. Partindo desse pressuposto, a literatura serve como base, e permite que a História faça uso de seu conteúdo para análises de movimentos socioculturais especificados em cada leitura. Afinal, as produções literárias são agentes formadores de opiniões, um meio pelo qual circulam as ideias dos autores, sendo capazes de causar transformações políticas, sociais e culturais. (CARDOSO et al., 2015) No contexto de escrita de “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, no final do século XIX, a análise levantada, dentro de diversas outras possíveis, torna-se a das questões raciais presentes.

O Brasil foi o último país ocidental a abolir a escravatura. Portanto, até o ano de 1888[1], as questões raciais mais latentes se davam em torno da escravidão. Diante disso, a obra aqui analisada, apresenta-se permeada de discussões raciais a respeito dos escravizados e, principalmente, da forma com que a sociedade olhava para esse tipo de relação senhorial, sem deixar de considerar, ainda, os fundamentos do próprio

1 A Lei Áurea foi a lei responsável por extinguir a escravidão no Brasil em 13 de maio de 1888.

Machado de Assis. Desse modo, o presente artigo segue a linha de relação entre os temas pontuados, e pretende elucidar como pode-se extrair uma análise histórica e, sobretudo, racial da literatura machadiana.

Lançado a princípio em formato de folhetim no ano de 1880, e publicado como livro no ano seguinte (1881), *Memórias Póstumas de Brás Cubas* marcou não apenas uma nova fase na carreira literária de Machado de Assis, como também abriu as portas para uma nova era da literatura nacional: rompendo com a tradição e a forma de escrita linear até então encontrada nas obras nacionais românticas[2], a história do defunto autor inaugurou o gênero do Realismo[3] em nosso país.

O livro trata de uma figura peculiar, até então jamais pensada na literatura nacional: o narrador da obra, Brás Cubas, como mencionado anteriormente, é um defunto autor – morto, está a escrever suas memórias. E, justamente pelo fato de estar morto, não tem escrúpulos para falar aquilo que pensa. É através desse tom de *galhofa* que Machado de Assis cria a ambientação para o personagem; Cubas vai narrar sua apática vida:

> "Não alcancei a celebridade do emplasto, não fui ministro, não fui califa, não conheci o casamento. [...] Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria." (ASSIS, 2014, p. 356)

Mesmo sem ser dotada de eventos mirabolantes, a obra tona-se marcante em razão de seu estilo e de seu tom. Podemos observar uma narração da elite social brasileira do século XIX através da voz de Brás Cubas. O tempo ficcional que o livro cobre vai de 1805 até 1869, anos de nascimento e morte do defunto autor; ou seja, Machado de Assis elabora um retrato da sociedade brasileira na qual ele se inseria (1880), mas contextualiza-a, no mínimo, 20 anos antes. É desse modo que, utilizando-se de sátiras e ironia, na obra em questão, Machado levanta pautas raciais principalmente através do advento da escravidão, ainda legalizado no período descrito.

---

2 O Romantismo foi um movimento artístico-literário nascido na Europa por volta do século XVIII, e durou até boa parte do XIX. Tinha como características a ruptura com o Classicismo, e ia contra os ideais racionalistas e iluministas da época. A valorização da natureza, dos sentimentos, o pessimismo, o culto ao mortuário, o subjetivismo o contato com o grotesco e o sublime também ditam suas formas.

3 O Realismo foi um movimento posterior ao Romantismo, cujas características se deram justamente se opondo ao anterior. Aqui, as denúncias sociais se faziam urgentes, e se buscava o retrato de um mundo não mais idealista, mas a realidade material do dia a dia, especialmente da classe trabalhadora.

AS QUESTÕES RACIAIS E A ELITE OITOCENTISTA

A NATURALIZAÇÃO DA ESCRAVIZAÇÃO

Brás Cubas, personagem nascido na elite brasileira oitocentista, escreve reconhecendo seu lugar de privilégios dentro da sociedade — ainda que apresente uma falsa árvore genealógica, e, na ambição de seu pai em vê-lo tornar-se detentor de um futuro brilhante, possamos enxergar que sua fonte de privilégios se dá através de falsificações históricas. (CHALHOUB, 2003 p. 99). Logo no começo da obra, Brás conta que, quando criança, era conhecido por "menino diabo":

> "Por exemplo, um dia quebrei a cabeça de uma escrava, porque me negara uma colher do doce de coco que estava fazendo, e, não contente com o malefício, deitei um punhado de cinza no tacho, e não satisfeito da travessura, fui dizer à minha mãe que a escrava é que estragara o doce 'por pirraça'; e eu tinha apenas seis anos." (ASSIS, 2014, p. 62)

A partir desse trecho, temos o primeiro contato direto com a confirmação de que, bem como grande parte dos demais integrantes da elite do Segundo Reinado, a família Cubas, desde a infância de Brás, era dona de escravizados. Para além disso, podemos notar também como a educação de uma criança ia se montando de acordo com os pilares da escravização, ou seja, como uma criança ia aprendendo a ser escravagista, e como essa educação enviesava o tratamento desumano para com os escravizados. A criança da casa grande aprendia a se comportar dessa forma através dos mínimos inconvenientes para si: por causa de uma negação de uma colher de doce.

Dessa forma, Machado de Assis deixa claro e saltitante aos olhos do leitor que tais ações eram sim injustiças para com a população negra escravizada. Ele traça um diálogo que, escrito sob a perspectiva de uma elite, torna-se extremamente naturalizado para seu narrador, mas não para o leitor — especialmente para nós, leitores do século XXI. Ao lermos tais trechos, conseguimos notar os absurdos da relação senhorial.

Em seu Machado de Assis Historiador, Sidney Chalhoub vai apontar questões do paternalismo como extremamente presentes na formação do pensamento político de dominação senhorial da época, e perpetuado nas Memórias. Isso encuba no pressuposto que Brás deixa a entender que diversos eventos e personagens se justificam apenas por seus caprichos ou necessidades. (CHALHOUB, 2003, p. 75) Com isso, podemos pontuar a relação do personagem com os escravizados, que muitas vezes aparecem de maneira subjetiva no texto, sem uma devida citação direta da existência destes em seu lar, como observamos no trecho: "[...] lavaram-se, arearam-se, poliram-se as salas, escadas, castiçais,

arandelas, as vastas mangas de vidro, todos os aparelhos do luxo clássico." (CHALHOUB, apud ASSIS, 1881, p. 67). Afinal, é subliminar perceber quem realizou tais tarefas.

Para além disso, podemos observar essas mesmas relações paternalistas se desenvolvendo ainda no episódio do tacho de doce: mesmo que aqui seja explícito que uma escravizada estava a preparar o alimento, Brás descreve sua "façanha infantil" sob uma perspectiva de que ele deveria ser servido o tempo todo, e que suas ordens deveriam ser recebidas sempre, porque ele está em um nível "superior"; logo, esta seria a razão pela qual ele se comportou de tal maneira.

Sobre a naturalização desse tipo de comportamento racista, Silvio Almeida, em seu livro Racismo Estrutural, traz a seguinte constatação:

> "[...] o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais." (ALMEIDA, 2021, p. 63)

Ou seja, o racismo só se sustenta enquanto os sujeitos causadores acharem que é normal agir dessa forma, e que os que o sofrem aceitarem também com naturalidade que esse é seu destino, que é de ordem natural do desenvolvimento humano que os não brancos sofram discriminações e violências raciais e que os brancos, por consequência, triunfem. Esse pensamento se dá através de construções sociais que reforçam estereótipos desse imaginário social idealizado pelos opressores.

PRUDÊNCIO: UM REFLEXO DO SISTEMA ESCRAVAGISTA

Em detrimento dessa abordagem, podemos citar o caso quiçá mais marcante no que diz respeito às questões raciais presentes nas *Memórias Póstumas*: o personagem Prudêncio. Este possui apenas quatro menções durante a obra inteira, sendo apresentado primeiramente logo após o caso do tacho de doce:

> "Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia – algumas vezes gemendo –, mas sempre obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um 'Ai, nhonhô!', ao que eu retorquia: 'Cala a boca, besta!'." (ASSIS, 2014, p. 62-63)

Esse primeiro contato com o personagem é construído de maneira chocante pelo autor e faz com que sintamos, através das palavras, a brutalidade vivenciada no cotidiano do infanto Prudêncio, filho de uma escravizada que habitava a casa dos Cubas.

Ademais, em uma passagem seguinte temos também o incentivo positivo de seu pai, Bento Cubas, para com esse tipo de comportamento do filho com a escravizada sem nome e Prudêncio:

> "[...] meu pai tinha-me em grande admiração; e se às vezes me repreendia, à vista de gente, fazia-o por simples formalidade: em particular dava-me beijos." (ASSIS, 2014, p. 63)

Prudêncio volta a aparecer na narrativa cerca de 50 páginas depois. Brás, então enviado à Europa a mando do pai a fim de esquecer seu romance com Marcela, retorna ao Rio de Janeiro, depois de formado em Direito, devido à morte de sua mãe. Ambos "metem-se em uma velha casa" da propriedade dos Cubas, e é lá que Prudêncio conta a Brás que uma velha conhecida deste se mudou para uma casa próxima a sua, e encoraja-o a prestar-lhe uma visita. A conhecida em questão é a D. Eusébia, que, segundo Prudêncio, "vestiu o corpo da minha defunta senhora". (ASSIS, 2014, p. 109)

A próxima menção ao personagem se dá após a morte do pai de Brás, quando o protagonista, sua irmã Sabina e seu marido Cotrim estão a esmiuçar a herança do velho patriarca – afinal, é deste dinheiro que ambos hão de sobreviver, como sempre sobreviveram.

> "[...] Por exemplo, Cotrim não aceita os pretos, quer só o boleeiro de papai e o Paulo...
> – O boleeiro não – acudi eu –; fico com a sege e não hei de ir comprar outro.
> – Bem, fico com o Paulo e o Prudêncio.
> – O Prudêncio está livre.
> – Livre?
> – Há dois anos.
> – Livre? Como seu pai arranjava estas cousas cá por casa, sem dar parte a ninguém! Está direito. Quanto a prata... creio que não libertou a prata?" (ASSIS, 2014, p. 150)

Esta passagem torna-se de suma importância quando analisada. Primeiro, podemos retirar dela mais um exemplo da genialidade machadiana de retratar a sociedade com tons de ironia e sátira. O velho Cubas, falecido há oito dias, não seria para sua família nada mais que a fonte de sua renda. O defunto mal perecera, e sua gananciosa prole já está a atacar e brigar pelo repartimento do capital que possuía.

Segundamente, mais uma vez vemos a forma como os escravizados são tratados. Há dois anos Prudêncio fora liberto, e Cotrim, que frequentava a casa do sogro com bastante frequência, não notara sequer sua ausência na propriedade. Mais que isso: o jovem é comparado, com muito desdém, com o objeto ("a prata"). Machado denuncia aqui como pessoas – negras, especificamente – eram tratadas como objetos.

Agora com a notícia da liberdade de Prudêncio, tornamos a reencontrá-lo, por fim, no capítulo LXVIII, nomeado “O vergalho”. Brás está a caminhar pelas ruas quando se depara com uma cena incomum: um “preto que vergalhava outro na praça”. (ASSIS, 2014, p. 195)

> “– Não, perdão meu senhor; meu senhor, perdão!
> Mas o primeiro não fazia caso, e, a cada súplica, respondia com uma vergalhada nova.
> – Toma, diabo! – dizia ele –; toma mais perdão, bêbado!
> – Meu senhor! – Gemia o outro.
> – Cala a boca, besta! – replicava o vergalho.” (ASSIS, 2014, p. 195)

Brás, e também o leitor, surpreende-se ainda mais com a cena ao determinar que o negro que está em posição de dominância, a açoitar o outro, é Prudêncio. O narrador aproxima-se, e Prudêncio pede-lhe a bênção. Brás questiona se aquele negro era seu escravo, ao que este responde que sim.

> “– Fez-te alguma cousa?
> – É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber.
> – Está bom, perdoa-lhe – disse eu.
> – Pois não, nhonhô. Nhonhô manda, não pede. Entra para casa, bêbado.” (ASSIS, 2014, p. 195)

Cabe aqui uma reflexão dos modos de como, mesmo após o fim oficial do regime escravagista, Prudêncio ainda permanecia preso a padrões mentais e institucionais escravocratas. (ALMEIDA, 2021, p. 183) O colonialismo encontra-se tão entranhado em seu consciente, que essa é sua única forma de enxergar o mundo. Mesmo também sendo negro e também tendo passado por aquilo que ele próprio agora está propagando, não significa que ele instantaneamente perceberia e se posicionaria contra tal ato, porque essa é sua única realidade vivida. Ele, agora que se vê como um homem livre, sente-se no mesmo nível social comportamental de um senhor branco. É o que Silvio Almeida explica na passagem:

> “Pessoas negras, portanto, podem reproduzir em seus comportamentos individuais o racismo de que são as maiores vítimas. Submetidos às pressões de uma estrutura social racista, o mais comum é que o negro e a negra internalizem a ideia de uma sociedade dividida entre negros e brancos, em que brancos mandam e negros obedecem.” (ALMEIDA, 2021, p. 68)

O próprio Brás faz comentários, ainda no mesmo capítulo, de cunho bastante psicológicos ao se deparar com o acontecido:

> “Era um modo que Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas – transmitindo-as a outro. Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um

> freio na boca, e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria. Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir, desagrilhoado da antiga condição, agora é que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia-lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera." (ASSIS, 2014, p. 196)

Por fim, citando mais uma aparição clara de demonstrações de questões raciais presentes na obra analisada, podemos dar um salto no andamento cronológico do livro para apresentar uma passagem na qual Machado escancara a forma como Cotrim, cunhado de Brás, tratava os escravizados que habitavam em sua residência:

> "Como era muito seco de maneiras, tinha inimigos, que chegavam a acusá-lo de bárbaro. O único fato alegado neste particular era o de mandar com frequência escravos ao Calabouço, donde eles desciam a escorrer sangue; mas, além de que ele só mandava os perversos e os fujões, ocorre que, tendo longamente contrabandeado em escravos, habituara-se de certo modo ao trato um pouco mais duro que esse gênero de negócio requeria, e não se pode honestamente atribuir à índole original de um homem o que é puro efeito de relações sociais." (ASSIS, 2014, p. 297.)

O Calabouço aqui referido significa um forte e uma prisão erguidos pelos portugueses com o objetivo de ser destinado aos escravos desobedientes. Mais uma vez sentimos a naturalidade com que esses eventos eram tratados pela elite brasileira do século XIX. Machado de Assis escancara o *verdadeiro Cotrim* (nome do capítulo) e seus atos de violência extrema e brutal para com aqueles que o serviam. E, sendo Brás da família do dito cujo, coube a ele tentar amenizar a situação de absurdo gritante que seu cunhado realizava: "só mandava os fujões e os perversos", "habituara-se [...] ao trato um pouco mais duro que esse gênero de negócio requeria" (ASSIS, 2014, p. 297). Há aqui uma relação de causa e consequência direta entre a realidade demonstrada e a realidade que se queria demonstrar: uma visão da escravização que apaga suas perversidades e tenta colocar nas aparências públicas uma ambientação amigável, familiar e justificada do que foi a escravidão no Brasil.

Machado de Assis faz galhofa da hipocrisia de Cotrim – e, por conseguinte, da sociedade em que vivia – ao escrever que:

> "Não era perfeito, decerto; tinha, por exemplo, o sestro de mandar para os jornais a notícia de um ou outro benefício que praticava – sestro repreensível ou não louvável, concordo; mas ele desculpava-se dizendo que as boas ações eram contagiosas, quando públicas;" (ASSIS, 2014, p. 297).

As boas ações públicas servem para encobrir o que está apodrecendo dentro dos lares daqueles cidadãos – um modo bastante astuto de formar uma imagem pessoal de "bondade".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As críticas tecidas e demonstradas nesta obra-prima machadiana fazem denúncia social de questões raciais observáveis não apenas em um Brasil do Segundo Reinado, mas ainda em um Brasil democrático do século XXI. Mesmo que muitas vezes encobertos, os preconceitos raciais se mostram demasiado latentes e perceptíveis. Os comportamentos dos privilegiados socialmente pouco mudaram: são facilmente observáveis na doméstica negra que trabalha diariamente na casa de senhores bem apossados e que mal é vista dentro do lar como uma pessoa que ali habita, por exemplo. Desse modo, notamos a importância de voltarmos sempre à literatura para estabelecermos análises e ligações do passado com o presente através do viés histórico nela encontrado. É por isso que a leitura crítica das *Memórias Póstumas* se faz extremamente necessária e torna-se tão atual ainda hoje em dia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Penguin Companhia, 2014.

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Tradução Álvares Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

CARDOSO, Gleudson Passos et al. “Literatura e ensino de História” In: MAGALHÃES JR., Antonio Germano & ARAÚJO, Fátima Maria Leitão (orgs.). **Ensino & Linguagens da História**. Fortaleza: EdUECE, 2015, p. 267-299.

CHALLOUB, Sidney. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

SONTAG, Susan. **Contra a interpretação e outros ensaios**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 2020.

CRIANÇA E INFÂNCIA NEGRA NAS ESCRITAS DE HELENA MORLEY

Emerson Benedito Ferreira[1]
Danilo Augusto Reinol[2]

RESUMO

O presente texto tem como objetivo analisar as escritas produzidas por Helena Morley (Alice Dayrell Caldeira Brant) na obra intitulada “Minha vida de menina”. Nesse sentido, investiga-se a maneira pela qual foram introduzidos (ou não) a figura do negro (em especial, a criança) nos registros produzidos pela autora nos fins do século XIX. Como problemática central, busca-se “mapear” os textos produzidos de forma a evidenciar qual era o discurso produzido com relação ao negro naquela sociedade. Tal discussão se dá em um período de grandes transformações no cenário nacional, - “fim da escravidão”, proclamação da república -, fluxos migratórios etc.

Palavras-Chave: Infância, Criança, Diário, Racismo, Século XIX.

> *(...) Não sei se poderá interessar ao leitor de hoje a vida corrente de uma cidade do interior, no fim do século passado, através das impressões de uma menina, de uma cidade sem luz elétrica, água canalizada, telefone, nem mesmo padaria, quando se vivia contente com pouco, sem as preocupações de hoje. E como a vida era boa naquele tempo! Quanto desabafo, quantas queixas, quantos casos sobre os tios, as primas, os professores, as colegas e as amigas, coisas de que não poderia mais me lembrar, depois de tantos anos, encontrei agora nos meus cadernos antigos! (...) Agora uma palavra as minhas netas.— Vocês que já nasceram na abastança e ficaram tão comovidas quando leram alguns episódios de minha infância, não precisam ter pena das meninas pobres, pelo fato de serem pobres. Nós éramos tão felizes! A felicidade não consiste em bens materiais mas na harmonia do lar, na afeição entre a família, na vida simples, sem ambições - coisas que a fortuna não traz, e muitas vezes leva (Helena Morley).*

---

1 Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Professor da Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

2 Mestrando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

O DIÁRIO

Arlete Farge em 'Lugares para a História' (2011) expõe que "é preciso dar lugar a outras formas de história, aquelas das mentalidades, por exemplo, ou a história social, ou ainda a história sociocultural", pois "elas encontram em seu caminho numerosos documentos que transcrevem ou evocam dizeres" (p. 60).

Philippe Ariès em 'a história das mentalidades' (1990) espelha que "a história das mentalidades (...) nos faz descobrir o que subsiste das antigas oralidades reprimidas, de modo oculto, não consciente, seja sob a forma de sobrevivências camufladas, seja sob a forma de vazios, de enormes lacunas, em nossa cultura hodierna, em que triunfam as racionalidades da escrita" (p. 17).

Façamos aqui, com base nas escritas de Farge e de Ariès uma busca pela história das "atitudes mentais" como bem definiu este último historiador ao citar Lucien Febvre (1990, p. 15). Partiremos de um diário escrito entre os anos de 1893 e 1895 por uma menina entre os seus 13 e 15 anos. A originalidade destas escritas se distribui por narrativas com perspectivas singulares. Nelas, o 'ser um pouco criança' e um 'tanto adolescente' da protagonista acabam por exalar um frescor narrativo no texto que dificilmente a autora teria quando da publicação da primeira edição no ano de 1942 com o resgate de suas memórias, pois já estaria marcada pelos anos e pelas experiências. É o que se infere na última edição de seu trabalho:

> Imaginemos, entretanto, que o livro se tratasse de uma impostura literária, e tivesse sido escrito, digamos, pela autora adulta – hipótese que qualquer leitor tem o direito de fazer, pago o preço de capa. Neste caso – dizia em conversa um grande escritor brasileiro, Guimarães Rosa – estaríamos diante de um "'caso" ainda mais extraordinário, pois, que soubesse, não existia em nenhuma outra literatura mais pujante exemplo de tão literal reconstrução da infância (MORLEY, 1971, XII)

Os diários faz-nos entender as ações cotidianas de sujeitos comuns, como elucida Maria Cristina Soares de Gouvea (2019). As escritas de Alice Dayrell Caldeira Brant[3] (Helena Morley) já foram aproveitadas de várias maneiras. A própria epígrafe deste texto é carregada de possibilidades. Mas aqui nos interessará em particular a questão racial, pois o que se busca é o registro vivo do limiar da República e do crepúsculo da escravidão. Afinal, o que sobre isso teria ela ouvido e visto? Qual seria a mentalidade de sua época? Este momento histórico germinou, de alguma forma, o racismo contemporâneo?

Traremos algumas passagens. Tentaremos entender. Faremos uma reflexão no limite que este e que aquele texto permitir. Ou como diria Ariès:

---

3 Chamaremos a autora no transcurso do texto simplesmente de Alice.

> Talvez os homens de hoje sintam a necessidade de trazer para a superfície da consciência os sentimentos de outrora, enterrados numa memória coletiva profunda. Pesquisa subterrânea das sabedorias anônimas: não sabedoria ou verdade atemporal, mas sabedorias empíricas que regem as relações familiares entre as coletividades humanas e cada indivíduo, a natureza, a vida, a morte, Deus e o além (1990, p. 175).

RAÇA[4], CRIANÇA E INFÂNCIA

Cândido de Figueiredo, em 1899, definiria infância como "o primeiro período da existência humana" (p.752) e criança como o "ser humano que se começa a criar, menino ou menina" (p. 362). Já Antônio de Moraes Silva, em 1890, registraria que o termo "cria" "dizia-se das crianças das escravas" (p. 566).

Aqui já podemos eleger uma diferença de tratamento entre o que seria o emergir da criança branca e o emergir da criança negra. A diferença entre estes pequenos se fazia sentir também nos periódicos daquele século.

> Precisa-se alugar uma **negrinha** de 12 a 13 anos para andar com **criança** (CORREIO PAULISTANO, 1865, p.03);
> Precisa-se de uma **negrinha** de 10 a 12 anos para pagem de uma **criança** (CORREIO PAULISTANO, 1866, p.03);
> Precisa-se de uma **negrinha** para lavar roupa de **criança** (CORREIO PAULISTANO, 1868, p.04);
> Precisa-se **comprar uma negrinha** de 10 a 11 anos, sadia, na rua Formosa, n. 23. (O DESPERTADOR, 1871, p. 04).
> Precisa-se **comprar uma negrinha** de 8 a 10 anos. Para informações, na Botica do Castor. (JORNAL DA TARDE, 1878, p. 03) – (Grifamos).

E é nesta atmosfera, propriamente no dia 18 de janeiro de 1893 que a menina Alice registraria uma de suas primeiras passagens dividindo o momento com outra menina – 'Cesarina':

> Aqui na Boa Vista só querem minerar. É só diamante e ouro; não cuidam de outra coisa. Para plantar, eles todos dizem que a terra não presta. Mas agora nem sombra de fruta a gente verá mais, nestas férias, **por culpa de Cesarina**. **A demônia da negrinha** entornou o caldo todo (MORLEY, 1971, p. 07 - grifamos).

Em outra passagem, agora em um domingo de Ramos do dia 26 de março, a nossa protagonista assim descreve o seu dia:

> Tia Carlota comprou uma vaca com cria, para vender o leite e mamãe tomou

4 Para Sílvio Almeida, noção de raça é um "fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades, justificar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários" (2018, p. 24).

> freguesia com ela. Ela manda à nossa casa **a filha da alugada**, **Maria**, uma **pretinha** muito esperta, trazer o leite de manhã. Começamos todos a notar que o leite estava muito aguado. Hoje mamãe disse à **pretinha**: "Maria, você diga a Carlota que o leite está vindo muito aguado; que ela precisa dar mais fubá ou feijão branco à vaca, para engrossar o leite". A **pretinha** respondeu: "Aguado? O leite de lá é tão forte que **Siá** Carlota precisa pô agua nele, todo dia, pra destemperá" (MORLEY, 1971, p. 23 - grifamos).

Nestes acontecimentos, nota-se que entre Alice, Cesarina e Maria existiria um distanciamento marcado pela cor e pela raça. As meninas eram contemporâneas, dividiam a mesma idade, mas, naquele momento histórico, se diferenciavam pelo que Maria Luiza Tucci Carneiro (1995) denominou de "racismo moderno" (p. 21), uma doutrina que afirmava "haver relação entre características raciais e culturais e que algumas raças [seriam], por natureza, superiores a outras" (p. 06).

No sentido da contribuição de Carneiro, se ficar entendido que os registros deste diário e, portanto, da mentalidade daquela sociedade forma em nós imaginários, por decorrência, passaremos a entender a gênese do racismo na atualidade. Esta busca Michel Foucault denominara de Ontologia Histórica do Presente (FERREIRA; REINOL, 2021, p. 654). Mas sigamos com as passagens.

No relato do dia 26 de agosto daquele mesmo ano, eis o registro:

> Eu e Luisinha gostamos tanto de crianças que a única distração que temos aqui na Cavalhada é pajear os meninos dos vizinhos. Quando não encontramos **menino branquinho** carregamos mesmo os **negrinhos** da Chácara (MORLEY, 1971, p. 54- grifamos).

E em outro episódio, agora do dia 02 de novembro, registrando todo o imaginário racista de sua vizinha de nome "Siá Ritinha":

> Eu resolvi esse negócio de vestido curto dando uma volta para não passar na porta dela. Mas brincar de correr no Largo da Cavalhada com minhas **colegas escuras**, eu não conseguia. Ela logo gritava e me dava uns ovos ou chuchus para mamãe e dizia: "Isto é para te **tirar da charola das negrinhas**. Já te disse que você não é menina para brincar com elas! E sua mãe não se importa, mas eu não consinto" (MORLEY, 1971, p. 75 - grifamos).

Aqui, a autora faz referência a um diálogo com o seu pai. A data era 09 de novembro:

> Na escola de Mestra Joaquina eu não podia ter a menor briguinha com uma menina que ela não dissesse logo: "Meu avô não é como o seu que foi para o céu dos ingleses". (...) Eu sofria muito quando as meninas diziam que ele estava no céu dos ingleses; falava a meu pai e ele dizia: "Responda a elas, minha filha, que é para lá que você também vai, que é **o céu dos brancos e não dos africanos**" (MORLEY, 1971, p. 77 - grifamos).

Neste próximo evento, outra referência com dizeres racista, agora envolvendo o "Tio Joãozinho". O fato é do dia 12 de novembro. Era um domingo:

> Nunca gostei tanto na minha vida de uma coisa como a que aconteceu hoje a Emídio. Tio Joãozinho mandou-o levar uma carta ao Dr. Pedro Mata e ele voltou de cabeça quebrada. Foi mostrando a cabeça a tio Joãozinho e dizendo: "Olha o que o senhor me fez!" Tio Joãozinho perguntou: "Como foi isso?" Ele respondeu: "Foi o doido do Pedro Mata que me deu um pescoção e eu rolei pela escada abaixo." Tio Joãozinho disse: "Quem sabe você lhe falou como está me falando, chamando-o de Pedro Mata?" Ele respondeu: "Como é que o senhor queria que eu falasse? Não **sou livre e tão bom como ele**?" Tio Joãozinho não pôde deixar de rir e disse: "Foi muito bem merecido esse tapa. Gostei de ver. Com mais alguns você aprenderá a **dobrar a língua para os brancos, negro sem vergonha**". Eu também gostei, porque ele é muito intrometido. Emídio é um crioulo preguiçoso e esquisito. (...) (MORLEY, 1971, p. 78 – grifamos).

A próxima ocorrência envolve mãe da protagonista. A data seria o dia 10 de fevereiro. Era um sábado e o ano já era 1894. O registro também abrange questões de raça, cor e criança.

> (...) Na outra noite a mesma coisa. Levantei-me e fiz como na véspera. No terceiro dia mamãe me segurou: "Não vá! Que bobagem é essa agora de passar as noites **pajeando negrinha**?" E não me deixou sair. A **negrinha** já tinha se acostumado comigo e não queria calar. Mamãe com raiva da coitadinha porque não deixava meu pai dormir. (...) e a **negrinha** gritando (...) Eu dou razão a mamãe de ficar zangada comigo. Mas que eu de fazer se não posso mudar meu gênio? Penso que se a menina fosse **branquinha** mamãe não se incomodava. Mas ela sempre ralha da gente **pajear negrinhos**. Que culpa tem os pobrezinhos de **serem pretos**? (...) (MORLEY, 1971, p. 93 – grifamos).

Agora o acontecimento é de um sábado 18 de agosto de 1894. Novamente a escrita aponta questões raciais:

> Meu pai e mãe sempre conversam em casa sobre a mania de vovó e Dindinha nunca passarem seu um **crioulinho** para criar e gostarem tanto **como se fosse branco**. Cada uma tem sempre o seu. Se aquele cresce já vem outro para o lugar. Vovó sempre **cria negrinhas** e Dindinha **negrinhos**. Quando são pequenos eu não me admiro, porque eu também gosto muito de menino pequeno e acha muita graça no Joaquim que Dindinha está criando agora. **Ela o manda fazer gracinhas** para **nós e ele é muito engraçadinho**. Mas **gostar de negrão** é que eu acho uma coisa esquisita (...) (MORLEY, 1971, p. 139 – grifamos).

Outra passagem. Estamos agora em uma terça feira, 05 de março. O ano é 1895:

> Hoje passou aqui em casa **uma pretinha** de Boa Vista, minha afilhada. A mãe tinha que vir à cidade e trouxe-a para me visitar. Deve estar com uns cinco anos, mas parece ter três, de tão mirradinha que está a acanhada.

> Não disse nada e nem ao menos respondia às perguntas. A mãe diz que ela é assim mesmo, muito sossegada. Mas para mim aquilo é pancada ou falta de comida (...) (MORLEY, 1971, p. 181 – grifamos).

Alice, nesta anotação, reforça as contribuições de Jurandir Freire Costa[5] (1979) sobre "amas de leite":

> Hoje fui entrando pela casa adentro, morta de fome e via a porta da sala aberta e a sala cheia de gente. Olho e vejo em cima da mesa uma coisa tapada com um lençol. Mamãe foi dizendo: "É o Zézinho coitadinho!" Tomei um susto horrível, pois não há duas semanas que eu vi Zézinho brincando. Isto é, brincando, não; porque ele era menino muito sossegado. Nunca brincava. Ele só assistia ao brinquedo dos outros e só fazia uma carinha de riso. Este menino era filho de Mãe Tina, que **foi escrava** de mamãe e **deu de mamar a nós todos**. Ela e mamãe sempre tinham filhos ao mesmo tempo. **Mamãe não tinha leite; ela tinha e dava aos dois**. Mamãe parou de ter filhos e ela continuou até ter dois gêmeos, e por isso ficou fraca e morreu tísica. Dos gêmeos, Dindinha tomou um para criar. Ela perdeu a filhinha que teve, de ano e meio, e hoje gosta de **criar negrinhos**; já criou uns quatro. (...) Ele sofria de uma moléstia que as negras da Chácara chamam de fome canina. Ele ou havia de estar comendo ou resmungando. (...) (MORLEY, 1971, p. 190 – grifamos).

E na terça feira, 04 de junho, registraremos a passagem final para este trabalho:

> Que pena que Lucas seja tão espirituoso e tão mau. Não se pode apreciar as graças dele pois são sempre de maldade. (...) Fomos ao jantar de Lucas. Ele nos recebeu com uma cara que eu já conheço de sobra quando quer fazer alguma maldade. Mas nada desconfiei. (...) Chegou a cozinheira e pôs na mesa a tal paca. Todos dissemos: "Que é isto? Parece um menino assado!". Lucas não disse nada porque caia de rir. Reparamos melhor e vimos que era um macaco. Ninguém mais pôde acabar de jantar porque **parecia m crioulinho assado e nos fez nojo** (...) (MORLEY, 1971, p. 265-266 – grifamos).

ALGUMAS REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2018, Sílvio Luiz de Almeida publicaria "O que é racismo estrutural". É impensável tecer reflexões sobre as passagens do Diário de Alice Brant sem compassar aspectos desta obra. Para o autor:

> (...) O racismo é sempre estrutural (...) ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência

5 Diz o autor: "Inúmeras hipóteses podem explicar o hábito do aleitamento infantil por escravas. Pode-se admitir que o casamento em idade precoce impedisse muitas jovens mães de amamentarem por não disporem de condições físicas para tanto. É o ponto de vista sustentado por Imbert em seu Guia Médico" (1979, p.255-256)

> que moldam a vida social contemporânea. De tal sorte, todas as outras classificações são apenas modos parciais -, portanto, incompletos – de conceber o racismo (p. 15 e 18).

E ainda:

> Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (p.25).

Aqui, as análises de Almeida encontram Ariès e Farge. O diário de Alice Brant espelha a mentalidade de uma época. As oralidades ali registradas e reprimidas durante anos por vezes flutuam e evocam dizeres que, mesmo ditos de maneira inconsciente[6], espelham nossa contemporaneidade. E ela é racista.

Em uma rápida análise, notamos que o diário possui cerca de oitenta e três dias registrados com ao menos uma destas palavras: crioulo, negrinha, negra, negras, pretinha, ex-escrava, negro, negros, negro virar branco, negros da chácara, negra da casa, carregar negrinhos, negrinho de senzala, as escravas, dobrar a língua para os brancos, pajeando negrinha, se a menina fosse branquinha, preta e feia, negros sabem ler, santa dos pretos, mulata, mascar fumo como as negras, filhas de pretas, Joaquim Angola negro, negros de cá, negros felizes, negros sem ter para onde ir, uma pretinha, mulatinho, crioulinho assado, negraria, meninos pretos e burros, mulata, gente preta, dentre outras.

Ora, se as escritas de Alice permitem-nos conhecer o ponto de vista dos desvalidos, dos pobres, dos ex-escravos, dos esfomeados e também dar voz as crianças como tão bem exprimiu Roberto Schwarz (1997), não se pode negar que são tristes registros de uma sociedade que desde sempre se pretendeu hierarquizada, usando da raça como pedra de toque para esse intento.

No tocante a criança e a infância, estas escritas escancararam como nunca a diferença aplicada por aquela sociedade aos corpos pretos e aos corpos brancos. Não há ali nenhum registro que os iguale. E mesmo que a autora lance, em muitas oportunidades, um olhar caridoso para com aqueles corpos, ela mesma, muitas vezes sem intencionar, os coloca em degraus diverso.

---

6 Neste sentido: “A condução anti-convencional da prosa alimenta-se também do realismo da experiência infanto-juvenil e familiar, que sob o signo do esclarecimento - e do momento histórico - escapam à estreiteza que lhes é própria. A pertinência literária chega através de certa agregação de interesses: a escrita da menina faz com que o ponto de vista dos desvalidos, dos parentes pobres, dos ex-escravos, das mulheres, do trabalho, dos esfomeados, dos bichos, bem como da própria criançada escape ao mutismo e se defronte com as regras da propriedade e da autoridade. São as energias misturadas da negação e da reacomodação que somam e se canalizam com espontaneidade através da verve da escritora” (SCHWARZ, 1997, p. 132).

Nesta chave de análise, podemos dizer que do estudo do diário:

> (...) emergiam duas linhas distintas de crianças, a branca e a negra. Duas infâncias que jamais se encontrariam: a infância negra e a infância branca. (...) Suas histórias descrevem duas vias, que jamais se encontrarão. (...) E assim, com o andar do tempo, a criança negra – do nascimento à puberdade –, será sempre excluída desta ideia de "ser criança" (FERREIRA, ABRAMOWICZ, 2022, p. 13-14).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: LE GOFF, Jacques. **A História nova**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na História do Brasil**. São Paulo: Àtica, 1995.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 25 de novembro de 1865, ano XII, n. 2.850.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 10 de janeiro de 1866, ano XIII, n. 2.899.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 12 de dezembro de 1868, ano XV, n. 3.754.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FARGE, Arlete. **Lugares para a história**. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FERREIRA, Emerson Benedito; ABRAMOWICZ, Anete. **O racismo na infância e a infância do racismo:** vida e rastros de uma criança negra. Pro-Posições, Campinas, SP, v. 33, 2022.

FERREIRA, Emerson Benedito; REINOL, Danilo Augusto. Criança, raça e imaginário social nos noticiários da segunda metade do dezenove. In: AUGUSTO, Diogo Luiz Lima; FREITAS, Patrícia Gonçalves de. **Memória em diálogo**. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2021.

FIGUEIREDO, Cândido de. **Novo Diccionario da Língua Portuguêsa** [Vol. I]. Lisboa: Livraria Editôra Tavares Cardoso & Irmão, 1899.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; CUNHA, Maria Amália de Almeida. **"Minha vida de menina":** registros acerca das relações de classe, raça/etnia e gênero no interior do Brasil no final do século XIX. Disponível em: https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7055.pdf. Acesso em 20 jul. 2022.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de. Fontes para escrita da história da juventude feminina: diálogos entre diários de Helena Morley e Bernardina Constant. **Pro-Posições**, Campinas - SP, V. 30, 2019.

JORNAL DA TARDE. São Paulo. Segunda-feira, 02 de dezembro de 1878. Anno I, n. 27.

JOVIANO, Lúcia Helena da Silva. Minha vida de menina: de diário de uma adolescente a lugar de memória. **Revista Iluminart**, v. 1, n. 4, abr. 2010.

MORLEY, Helena. **Minha vida de menina**: Cadernos de uma Menina Provinciana nos fins do Século XIX. 11ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971.

O DESPERTADOR. Desterro, sexta feira, 31 de julho de 1871. Anno IX, n. 885.

SILVA, Antônio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portugueza**. Vol. I. 8. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Empresa Litteraria Fluminense, 1890.

SCHWARZ, Roberto. **Duas meninas**. São Paulo; Companhia das letras, 1997.

JOSÉ MANUEL DOS ANJOS - O "MULATO TURBULENTO" E O SILENCIAMENTO SOBRE SUA TRAJETÓRIA

Jade Rodrigues do Amaral
Surya Aaronovich Pombo de Barros

RESUMO

Objetiva-se refletir sobre José Manuel dos Anjos, homem negro, paraibano que obteve destaque por participar do universo letrado entre o final do século XIX e início do XX. Em obras sobre paraibanos ilustres ele foi retratado como "Mulato turbulento de pasmosa agilidade e poeta de grande inspiração e valimento" (BITTENCOURT, 1914, p. 218). Apesar da importância de homens de cor para a discussão sobre a história do Brasil no período, o mesmo teve sua história apagada e não há abordagem pela historiografia atual. A partir da análise historiográfica e da busca por sua trajetória discutem-se os motivos para tal silenciamento, propondo como uma das causas seu pertencimento racial.

Palavras-Chave: José Manuel dos Anjos; Parahyba do Norte; Homens negros.

INTRODUÇÃO

José Manuel dos Anjos foi um homem nascido em 1874 na província da Parahyba do Norte, e é apresentado na obra de Bittencourt (1914) como "poeta de grande inspiração e valimento", tido como um homem negro e de imagem ilustre para o período em que viveu, não há notícias de seu falecimento e nem tampouco de sua trajetória.

É através da surpresa pela falta de documentos historiográficos que comprovem sua tamanha importância citada por Bittencourt, que surge esse artigo. Através de inúmeras pesquisas nos arquivos dos relatórios de presidente de província, assim como nos jornais encontrados na Hemeroteca digital, não há citação de seu nome, nem em notícias ou cobranças apresentadas nos jornais.

Nesse momento, há o surgimento de diversas dúvidas acerca do silenciamento de sua história, de que forma, um homem tido como ilustre por seus próprios contemporâneos, apresentado como um poeta de importância para época foi apagado de todas as notícias durante seu dia-a-dia? Seria esse apagamento relacionado a sua cor e consequentemente o papel que deveria cumprir na sociedade? Mas por esse caminho, como explicar a conhecida trajetória de outros homens negros já estudados e abordados por diferentes autores nesse mesmo período de tempo?

Venhamos com esse artigo desatar, ou ao menos tentar, as inúmeras dúvidas tidas devido a falta de registros para um percurso tido como de destaque. Dessa forma, faz-se necessário abordar a educação parahybana daquele período, além do papel da população negra - livre ou não - em meio a uma sociedade escravista, e de que forma ambos fatores poderam influenciar para esse caminho traçado. É preciso ainda abordar a trajetória de outros negros letrados que viveram no mesmo período para que se possa acarear de que forma certas vivências são esquecidas enquanto outras ficam registradas em lugares de destaque para a sociedade.

A EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA PARAHYBA DO NORTE

As dificuldades encontradas pela população negra principalmente durante o século XIX são inúmeras, apesar disso não ser novidade para quem estuda esse período. A população negra desde a colonização do Brasil supera fatores de preconceito e mesmo após a criminalização da escravidão sofre com sua cor da pele. Dessa forma, a educação é apenas uma das áreas onde se fez necessário ultrapassar inúmeras barreiras para conseguir conquistar um espaço na sociedade.

Com foco na Parahyba do Norte, sabemos que a instrução – seja ela primária ou secundária – acontecia com foco na parte branca da sociedade, em um período onde nem todos os negros eram livres e a cor da pele definia o local em que você podia se encontrar na comunidade. Uma das formas de homens de cor livre conseguirem adentrar ao universo letrado era através de certo tipo de apadrinhamento, no qual, como o apoio e zelo de pessoas com maiores condições de destaque na sociedade, pessoas negras conseguiam garantir sua alfabetização e se tornavam estudantes durante o século XIX. Esse apadrinhamento se torna eficaz pelo menos em alguns casos como nos mostram Elyseu Elias Cézar e Cardoso Vieira, ambos citados no livro de Bittencourt “Homens do Brasil em todos os ramos da atividade e do saber – Parahyba, volume II” de 1914.

Foi apenas em 1837 que a Parahyba do norte especifica que a educação aqui existente apenas poderia ser usufruída por aqueles que estivessem em condição de liberdade.

A dificuldade pelo acesso a educação de pessoas menos abarcadas, e principalmente de pessoas negras é apenas um reflexo da constituição vigente – 1824 - naquele período, em que a educação era feita para os cidadãos - homens nascidos em boas famílias e que não estivessem em situação de escravidão – e na prática, em muitas províncias não havia a permissão de homens de cor participarem da instrução, fazendo-se ainda mais necessário a importância de “padrinhos”, que nesses casos descumpriam a lei, por isso, poucos adotariam esse caminho.

A partir da visão que a educação pode ser utilizada como um projeto civilizador da sociedade se pode concluir que não era da vontade da grande elite que a população negra adentrasse a esse meio, visto que, o objetivo para as pessoas de cor naquele período era viverem às margens da sociedade. Desse modo, a não inserção dessa parte da comunidade no meio instruído fazia com que ela própria não tomasse consciência da exclusão a qual vivia, ou seja, não se pode mudar uma situação que você não tem noção do que vive, e da injustiça que essa estrutura significa. Visando essa forma de retratação, é necessário complementar, que não se trata de um anacronismo, como cita Cynthia Greive Veiga:

> "Não se trata de um anacronismo, mas da problematização histórica de um tempo em que ocorreram diferentes processos de produção da inclusão social, dado o contexto de formação do Estadonação, ou seja, dos processos de constituição das instituições públicas encarregadas de prover a nação e dotá-la de uma população nacional, portanto de cidadãos, enquanto ações necessárias de governo." (Veiga, 2010, p.265)

Podemos observar também que a própria falta de documentos que comprovem a educação de pessoas negras é um reflexo da tentativa de apagar essas pessoas da sociedade. Esse silenciamento fica claro com a dificuldade de encontrar arquivos que relatam a história de tantas pessoas de cor que fizeram história ao longo dos séculos, visto que aqueles responsáveis por guardar essas memórias de forma escrita não queriam que isso se tornasse comum. O maior exemplo desses fatores citados é a dificuldade de encontrar bibliografias suficientes para compreender a trajetória de pessoas consideradas ilustres aqui mesmo na história da Paraíba. O livro de Bittencourt (1914) apresenta diversos nomes de homens negros que ganharam destaque entre seus contemporâneos por variados feitos, contudo, cremos que a associação a sua própria cor de pele seja um exemplo de como a sociedade em questão não tem o objetivo de levar para frente esses personagens. E essa pesquisa em questão não vai contra o já citado, a dificuldade de traçar os caminhos percorridos por Manuel dos Anjos, fica claro ao longo dessa abordagem, como homem de tamanha importância a ser citado como ilustre, tem grande parte da sua vida apagada para acesso de seus conterrâneos.

Ainda assim, a desumanização e inferiorização da raça negra se mostra um forte fator durante aquele período, através da ainda bastante utilizada justificativa de que seria uma raça inferior. Essa forma de justificar a exclusão dessas pessoas da sociedade fez com que antes que histórias fossem esquecidas, muitas histórias nem ao menos puderam ser vividas, utilizamos da educação para explicitar esse fato na sociedade, contudo, vemos essa exclusão em diversas outras áreas como a política, o acesso à saúde, ou

ao menos ao título de cidadão. Entretanto, havia ainda a necessidade de diferenciação entre os próprios considerados “de cor”, como afirma Solange Rocha “Segundo Karasch (2000: 39), no Rio de Janeiro Imperial, esses mestiços se orgulhavam de ser tratados como “pardos”, abominavam o termo “mulato”, desprezavam os negros e sentiam-se mais próximos dos brancos.”(2011, p.3)

Por outro lado, é necessário compreender que em meados do século XIX, a população negra livre presente na Parahyba do Norte crescia, essa porcentagem veio aumentando ao longo das promulgações das leis em favor da abolição da escravatura:

> “Sua população total, em 1857, era de pouco mais de 9 mil pessoas, sendo uma maioria de livres 7.646 indivíduos livres e 1.387 escravos. Nos anos de 1872, com a divulgação do primeiro Censo Nacional, observamos uma diminuição da população cativa, eram 1.032 contra 10.855 de pessoas livres, totalizando, portanto, 11.887 moradores na capital.” (Rocha, 2011, p.2)

Com isso, novas portas foram se abrindo para essa população através da educação ou do destaque pelo seu trabalho, além de que, as interações entre as famílias fortaleceram as relações, por isso, é importante certificar que havia a possibilidade apesar da dificuldade, de famílias de cor adentrarem outras classes da sociedade que não fossem as postas à margem. Encontram-se através de documentos, e supõe-se a partir do destaque de certos nomes, que por muitas vezes, apesar de não adentrarem a elite parahybana, vivia-se bem.

José Manuel dos Anjos, nascido em 1874 e sem notícia do seu falecimento, o destaque para essa história se vem aos motivos do silenciamento de uma história considerada ilustre pelos seus colegas contemporâneos, a justificativa tratada então nessa pesquisa se derivaria da cor da pele do sujeito, que nascido durante um período de transição entre a abolição da escravatura, e ainda em momento de transição político de Império para República, pode ter sofrido as mais severas injustiças devido a sua cor e desconsiderando o seu talento. Inicialmente é necessário afirmar que seu apagamento não pode ser justificado com o questionamento de sua liberdade, devido ao ano de seu nascimento, sabemos que Manuel dos Anjos já havia nascido livre, visto que apesar de haver a possibilidade de sua mãe ser escrava, já estava em funcionamento à chamada “lei do ventre livre” - lei nº2040 – de 1871, garantido sua liberdade.

Deve ser considerado a partir de então, que desde a chegada forçada dos africanos ao Brasil a quebra de laços familiares causados pela separação de parentes, é uma das maiores justificativas para o apagamento de memória ancestral, fenômeno que pode ser considerado a raiz dos problemas. O processo de negação de sua ancestralidade formada foi passado ao longo dos anos, e gerações de famílias não conseguem ter acesso a documentos que comprovem sua ascendência. Este mesmo processo é visto como uma iniciação do que

tratamos mais a frente com o apagamento de feitos de destaque por essa população.

É preciso compreender, que a crença da soberania branca e a utilização da elite como controladora dos meios de expressão, são grandes responsáveis pela tentativa de silenciamento. Essa dominação dos meios de comunicação é retratada por Greive como:

> "O longo processo de produção dos afrodescendentes como grupo inferior na sociedade brasileira se fez por meio de práticas várias, entre elas o registro escrito, como domínio do grupo que se autodenominou portador das civilidades." (Greive, 2010, p.269)

A utilização do argumento de raça superior disseminada ao longo dos séculos como justificativa para impor às famílias negras um lugar de margem na sociedade, pode ser considerada como uma tentativa de controle da sociedade, isso é justificado pelo medo das camadas mais baixas despertarem consciência e lutarem por justiça. Dessa forma, a institucionalização do Estado foi feita de forma a explicitar que a população branca – a dominante – seria a civilizadora e com capacidade de comandar e de manter a ordem, enquanto a parte negra da sociedade – a dominada – fosse vista como uma espécie de "doença" como afirma ainda Greive:

> "Como parte integrante do processo de formação do Estadonação brasileiro durante o período imperial, elaborou-se o imaginário de uma sociedade disforme a ser formatada pelas instituições. Esse imaginário tanto possibilitou a autorrepresentação das elites como pedagogas da nação, quanto das populações como portadoras de anomias várias." (Greive, 2010, p.265)

Contudo, poder-se-ia contrapor esse argumento com a presença na imprensa de outros homens negros de destaque naquele período, contudo é necessário analisar as raízes de cada um. Como vemos o próprio Elyseu Elias Cézar apresentado como "gigante negro" (Martins, 1975, p.20), que filho de homem branco e protegido de um grande comerciante conhecido conseguiu destaque em seus feitos e há registros sobre sua trajetória. Ou ainda o próprio Cardoso Vieira, que ganha destaque pelo seu papel de deputado, além de advogado e professor do Lyceu e sendo um homem negro pertencente a elite paraibana, tem como sua origem um grande fazendeiro branco Pedro Cardoso Vieira, que possuía grandes poderes a nível provincial. E ainda Graciliano Fontino Lordão, filho de mulher negra com pai sendo Frei Fructuoso da Soledade Sigismundo, essa paternidade sobressai durante toda sua trajetória de acordo com Barros (2017), pela proteção e significado que possui na sociedade.

Percebe-se pontos em comum na trajetória entre os três, ambos possuem homens brancos importantes os protegendo e auxiliando em um caminho tão obscuro para pessoas de cor naquele período. Chegamos a conclusão que a possível falta de presença

de alguém desse porte na vida de Manuel dos Anjos, ou até mesmo sua origem humilde são responsáveis por ter um destino diferente de seus contemporâneos, que conseguiram destaque na imprensa não só pelo seu talento, mas também pela presença de um "protetor", marco importante na época para o crescimento de pessoas negras na sociedade.

Por fim, observamos até em obras que retratam a história a utilização do "universo negro" de forma secundária, até mesmo por homens que se diziam progressista e que viverem em épocas que grandes feitos relacionados à população negra aconteceram como a abolição da escravidão, é como defende Solange Rocha em sua tese:

> "As referências aos indivíduos de ascendência africana aparecem de forma totalmente secundarizada e são esparsamente citados, embora os livros também tenham sido produzidos por autores, no caso de Machado e Joffily, que viveram na época da escravidão e assistiram ao processo de abolição. Ressalta-se que, além de serem contemporâneos dos últimos acontecimentos envolvendo a instituição da escravidão na província, estavam vinculados politicamente ás correntes progressistas do "Oitocentos". (Rocha, 2007, p.52)

Com isso, concluímos que não há como falar que a população negra se torna completamente apagada da atividade escrita da época, mas que ao serem citadas são postas como coadjuvantes na sua própria história, e como consequência disso há a falta de foco para assuntos ou personagens que precisavam de maior destaque, comprovando ainda a dificuldade de passar a frente trajetórias de destaque.

REFERÊNCIAS

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **Ricardo Antonio e Ricardo Philippe - dois homens negros nas teias da sociedade paraibana (XIX/XX). 2022.**

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *Universo letrado, educação e população negra na Parahyba do Norte (século XIX)*. Tese – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2017.

BITTENCOURT, L. **Homens do Brasil em todos os ramos da atividade e do saber - Paraíba.** Volume II: Parahyba (Parahybanos Illustres). Rio de Janeiro: Livraria e Papelaria Gomes Pereira Editor, 1914.

LIMA, Larissa Ramos de. **Trajetória do Padre Ricardo Rocha o "*pretinho risonho*" que se tornou "*vigário de cristo*" 1867 – 1920.**

MEDEIROS, Coriolano de. **O Tambiá da minha infância**, João Pessoa: A União, 1994 [1942].

ROCHA, Solange Pereira. ***Gente negra na Paraíba oitocentista População, família e parentesco espiritual***. São Paulo: UNESP, 2009.

DA ROCHA, SOLANGE PEREIRA. **“Famílias Negras na Cidade da Parayhba Imperial: o caso dos pardos libertos e livres.”** (2011).

VEIGA, Cynthia Greive. **Conflitos e tensões na produçã da inclusão escolar de crianças pobres, negras e mestiças, Brasil, século XIX**. Educação em revista. Vol. 26. Belo Horizonte, 2010. (p.-263-286)

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.13, n.39, p. 502-516, Dez. 2008.

“MAS O SENHOR SÓ SE CONSTITUIU SENHOR DO ESCRAVO PORQUE A SOCIEDADE BRASILEIRA LHE GARANTIU”: A RESPOSTA SENHORIAL AO MOVIMENTO ABOLICIONISTA PERNAMBUCANO[1]

Jefferson Gonçalo do Carmo[2]

RESUMO

Passado o Iº Congresso Agrícola de Recife, a situação no campo na província de Pernambuco — como em todo o Império — não viu as melhoras que foram esperadas a partir do que foi pontuado e apresentado ao Ministério da Agricultura. A crise que abatia a produção agrícola em todo o território brasileiro se somou ao crescente movimento abolicionista, aumentando o descontentamento da classe senhorial. Observando as atividades do movimento libertador, passaram os fazendeiros a se organizarem para enfrentar os abolicionistas e será nesse momento que veremos o surgimento dos primeiros Clubes Agrícolas Pernambucanos e a apresentação das suas propostas de como se deveria pautar o processo de libertação dos escravizados, tendo com isso o argumento do perigo que seria a abolição de todo o quantitativo de negros de uma única vez. Sendo assim, a proposta desse trabalho é de discutir a resposta dos fazendeiros de Pernambuco ao movimento emancipador da província.

Palavras-Chave: Abolição, Escravidão, Pernambuco.

UM SINAL DE ESPERANÇA: O CONGRESSO AGRÍCOLA DE RECIFE DE 1878

A crise agrícola se abatia por todo o território imperial, pois sendo Brasil um país de economia agroexportadora, tal questão se mostrava uma preocupação aos grandes fazendeiros da nação que demostravam seu receio em relação ao impacto que tal situação iria ocasionar na economia nacional.

Como forma de salvar a economia dos fazendeiros, o Ministério da Agricultura decidiu confeccionar um questionário que deveria ser respondido por esses senhores com a intenção de reconhecer quais os problemas que afligiam o campo nesse momento e quais medidas deveriam ser tomadas pelo Governo na intenção de amenizar as consequências da crise.

Influenciados por esse questionário, foi decidido por parte dos produtores de café a realização de um congresso que aconteceu no mês de julho na capital do Império, em que

1 Esse trabalho apresenta reflexões que estão contidas na minha tese de doutorado que está em desenvolvimento.

2 Doutorando PPGH – UFPE – Bolsista CNPq. E-mail:jefferson.carmo@ufpe.br

seriam debatidas as questões levantadas pelo Ministério da Agricultura e apresentadas as respostas com base no que foi discutido no evento.

Por outro lado, as províncias açucareiras que ficavam ao Norte[3] do Império não foram convidadas a participar do Congresso realizado no Rio de Janeiro, o que gerou um sentimento de descontentamento por parte dos fazendeiros nortistas, que prontamente decidiram pela realização de um Congresso que também utilizaria o questionário formulado pelo Ministério da Agricultura e apresentaria as respostas baseadas nos problemas de cada localidade. Ficando a *Sociedade Auxiliadora da Agricultura* responsável pela organização do evento, como apontado por Henrique Millet[4]:

> Proponho que, atento ao fato do Governo Imperial haver convocado um congresso agrícola na corte do império restrito a quatro províncias do sul do império, e ao muito que interessa à lavoura desta província não ficar excluída das providencias, que o mesmo governo mostrava-se disposto a tomar em favor da lavoura do sul, esta sociedade convoque um congresso agrícola composto dos agricultores desta província, a fim de conhecer da matéria contida no questionário que acompanhou o ato do Governo Imperial, e de outras que com relação ao braço nacional sem emprego por efeito da seca podem interessar a agricultura da província. (JORNAL DO RECIFE, Gazetilha, 5 de julho de 1878, p. 1)

Ao analisar os discursos proferidos pelos fazendeiros do Norte temos uma noção dos problemas vividos por estes indivíduos e que em suas falas também fica evidente que a crise que abatia as províncias produtoras de café não seria a mesma vivida pelas produtoras de açúcar.

Do que foi discutido no Congresso de Recife, interessam-nos as falas relacionadas à situação da mão de obra. A partir das questões levantadas por esses senhores, observamos que a grande demanda deles era pelo crédito que seria investido na produção de açúcar. Diferentemente do que foi pontuado pelos agricultores do Sul, que questionavam os impactos da Lei do Ventre Livre.

A grande maioria dos presentes no Congresso de Recife destacavam que, por consequência da grande seca, a mão de obra não era um problema central, pois com o

---

3 Nesse momento as regiões Nordeste, Sudeste, Centro Oeste não "existiam", sendo descritas pelas fontes apenas como Norte e Sul. Segundo o historiador Durval Muniz, o Nordeste foi "inventado" no começo da República por ocasião da seca que ainda castigava a região.

4 Henri Millet foi um francês que veio à Pernambuco na missão técnica Vauthier, uma referência a Louis Vauthier, e que foi patrocinada pelo presidente da província Francisco do Rêgo Barros — este nome foi escolhido como forma de se diferenciar da missão artística francesa. Millet, ao se estabelecer na província, adotou o nome de Henrique e teve grande relevância na Sociedade Auxiliadora da Agricultura. Sobre esses temas ver: *A missão técnica de Vauthier:* a produção do Espaço Construído no Brasil do século XIX. (SANTOS, 2010). E *A produção de açúcar nas fronteiras da modernidade*: o percurso de Henrique Augusto Milet (Pernambuco, século XIX) (DABAT, 2012).

grande número de retirantes estes indivíduos poderiam ser aproveitados como força motriz, resolvendo com isso dois problemas: o relacionado aos escravizados e a necessidade de imigrantes.

Em relação aos imigrantes, também a grande maioria rechaçava a vinda destes, pois observavam os presentes no Congresso que o dinheiro investido no patrocínio da vinda deles para o Norte poderia ser melhor aproveitado se fosse aplicado na forma de crédito. Em relação à escravidão também advertiam esses senhores que ela estaria com os dias contados e que a mão de obra nacional poderia suprir essa carência.

Se por um lado a seca foi vista como uma oportunidade de obter mão de obra, para as pessoas que viveram o problema a situação era desoladora. Com o prolongamento desta, aumentava o índice de crimes e da fome. A presidência da província até tentou intervir concedendo uma certa quantia para amenizar a situação, porém, sem muito efeito.

Basicamente, tanto o Congresso Agrícola realizado no Rio de Janeiro como o de Recife ocorreram envoltos em uma áurea de esperança pelos presentes. Contudo, passados dois anos é possível observar na imprensa que as demandas não foram respondidas pelo Governo, o que contribuiu para aumentar ainda mais o descontentamento desses indivíduos com a política da época.

Também é fato que alguns presentes no Congresso do Recife já expressavam a sua desconfiança com o Governo Central. Como, por exemplo, apontava o Barão de Muribeca em sua fala:

> Nada temos que esperar do governo geral. – Isto não é política, nem eu quero falar em tal coisa, Deus me livre! – O que é que há de fazer o governo geral, quero dizer os poderes públicos? Emprestar-nos dinheiro?! Como muito bem disse o Dr. Coelho Rodrigues, eles tiram-nos trinta para emprestar-nos dez. (TRABALHOS DO CONGRESSO AGRÍCOLA DE RECIFE, 1878, p. 96)

Para alguns contemporâneos, os Congressos se materializaram apenas como “palavras ao vento”, afinal, nada do que foi discutido e apresentado ao Ministério da Agricultura foi posto em prática, o que ocasionou a permanência das dificuldades experienciadas tanto pelas províncias do Sul quanto as do Norte. Por outro lado, se os problemas vividos pela lavoura de açúcar não foram solucionados por parte do Governo Geral, com a chegada da década de 1880 outro incomodo vai importunar a vida dos fazendeiros pernambucanos: o movimento abolicionista.

QUE SE FAÇA A ABOLIÇÃO, MAS COM INDENIZAÇÃO

Ao se analisar os trabalhos agrícolas vemos que a posição senhorial em relação à escravidão era de reconhecimento de seu fim próximo. Ainda que os presentes não fossem favoráveis à ideia da vinda de imigrantes, com a chegada dos anos 1880 esse tema volta a ser debatido e os defensores da presença dos imigrantes como alguns emancipacionistas, a exemplo de Joaquim Nabuco, apontavam que a permanência da escravidão era um empecilho à vinda dos europeus para o Brasil.

Sendo assim, vamos ver alguns debates sobre a chegada de colonos para trabalharem no lugar dos negros. E quando pontuamos o papel dos imigrantes europeus é pelo fato de que havia uma discussão sobre o recurso aos chineses como mão de obra, o que foi rejeitado na época por uma visão racista sobre eles: "A princípio, não se colocava em questão a origem étnica do trabalhador, mas o olhar seletivo das autoridades e intelectuais brasileiros que sempre privilegiavam o branco, católico e europeu." (DEZEM, 2005).

Se alguns viam a escravidão como empecilho à vinda dos europeus que iriam "civilizar" o país, então fazia-se necessário que esta tivesse um fim. Com isso, vemos o papel de Joaquim Nabuco, que já no inicio da década apresentou uma proposta de término paulatino da escravidão com o prazo de dez anos. A ideia do pernambucano era que nesse prazo pudessem os fazendeiros se organizarem para a mudança no formato do trabalho, o que, segundo sua observação, não iria impactar negativamente na economia e nem na produção destes senhores.

Tal projeto foi rejeitado. E Nabuco foi chamado pelos seus opositores de incendiário. Contudo, o pernambucano passou, a partir daí, a galgar sua carreira como político e também enquanto um dos nomes do abolicionismo brasileiro. Nossa intenção aqui não vai ser de abordar a história do deputado, pois há uma vasta produção historiográfica que trata da vida e obra dele. Mas o projeto é de nosso interesse, pois este será, aparentemente, ressignificado mais na frente.

Com o crescimento de nomes como o de Nabuco, o movimento abolicionista passa a incomodar os lavradores, principalmente com a chegada das eleições de 1881. Com a preocupação sobre se as pautas que lhe interessavam fossem aprovadas no parlamento, vem à tona a ideia de criação de Clubes Agrícolas. Nesse momento, tais clubes teriam o papel específico na organização e eleição dos representantes senhoriais, e a partir daí tirar o peso desse possível arranjo por parte da *Sociedade Auxiliadora da Agricultura*.

Para alguns fazendeiros havia uma espécie de apatia por parte da classe no tocante à questão política, o que era um risco, pois com essa desorganização abria espaço para

a vitória dos abolicionistas. Ainda que a ideia da criação de tais clubes nesse contexto eleitoral, aparentemente, não tenha vingado, o fato é que a eleição de 1881 foi uma conquista dos agricultores que conseguiram evitar que os seus opositores chegassem à Câmara dos Deputados, incluindo aí o próprio Joaquim Nabuco.

Mesmo com a derrota nas eleições o movimento abolicionista não retrocedeu, pelo contrário, serviu como um combustível para a propaganda das ideias. Fosse por meio da imprensa, das conferências ou dos eventos teatrais[5], independente do meio utilizado, a campanha libertadora estava crescendo cada vez mais, o que passou a gerar incômodo aos fazendeiros. Ainda que em alguns eventos desses houvesse uma estratégica um pouco mais conservadora de libertação, em que ocorriam diálogos com grupos senhoriais e a compra de alforrias por parte do pecúlio acumulado pelos escravizados e do dinheiro do Fundo de Emancipação, por outro lado, há duvidas se as ações ilegais realizadas por abolicionistas radicais já estavam acontecendo desde aproximadamente o ano de 1881[6].

Por outro lado, o projeto dos Clubes Agrícolas não foi deixado de lado. A ideia voltou a ser debatida só que em um contexto mais urgente: a oposição ao abolicionismo. O primeiro clube da província que se tem notícia até então tem origem na cidade de Escada-PE. A historiografia vem demonstrando a força dos fazendeiros do interior das províncias ao movimento libertador.

Os fazendeiros de Escada, além de iniciar a luta contra a abolição, também incentivaram a criação de outros clubes nas comarcas do interior de Pernambuco. Em um sábado pela manhã, na cidade de Ipojuca, aconteceu uma reunião senhorial em que se criou um clube naquela localidade que foi responsável pelo envio de um documento à presidência da província cobrando medidas mais enérgicas contra os abolicionistas, pois estes estavam gerando desconforto nas fazendas ao incentivarem os escravizados a fugirem.

De acordo com os reclamantes, tal ação estava prejudicando os “verdadeiros abolicionistas”, o que nos leva a acreditar que esses ‘verdadeiros’ seriam os emancipadores que libertavam os escravizados no processo de negociação com os senhores.

Se os fazendeiros de Ipojuca se dirigiram ao governo local, os de Escada dirigiram suas forças para tentar convencer a população local do perigo que seria o movimento

---

5 Sobre o uso dos teatros há algumas importantes contribuições sobre o assunto. Nomes com o de Angela Alonso, Eduardo Silva, Celso Castilho são alguns dos historiadores que passaram a abordar o uso desse espaço como propagador dos ideais libertários. Também pude pesquisar um pouco sobre o assunto, o que me rendeu a dissertação de mestrado “*Ao teatro, pois, todos os abolicionistas*”: O teatro abolicionista e o movimento antiescravista em Recife entre 1880 e 1886.

6 Ver: BRAGA, Flavia. *Roendo a madeira da escravidão*: O Clube do Cupim como espaço de luta política (Pernambuco, 1884 – 1888). Caravana 25 anos da ANPUH Pernambuco. Diálogos entre a pesquisa e o ensino. Dezembro de 2015.

abolicionista para a vida das pessoas. Para isso, entrou em cena um senhor chamado Afonso Albuquerque de Mello. Este indivíduo ficou responsável por inúmeros debates por meio da imprensa local para convencer os leitores de que a libertação dos escravizados de uma só vez seria um perigo para a sociedade, pois:

> pensastes, senhor, nas consequências de se soltarem assim em um dia esta grande quantidade de homens feitos brutos, votando ódio ao trabalho e a raça que os obrigara a trabalhar em proveito dela? Temos nós, como nos Estados Unidos se deu, os exércitos e os recursos para mandar conter os escravos, já libertados, que foram matando a muitos milhares? E quando chegarmos a este estado, quantos horrores se não terão dado? E com os recursos dos Estados Unidos, como pôr termo às cenas de horror? (Jornal do Publicações solicitadas. Recife, 4 de abril de 1883, p. 2)

Essa visão do perigo de se libertar um grandioso número de escravizados de uma vez fez parte do repertório senhorial na tentativa de criar um clima de terror perante os leitores. Esse argumento de que o negro era um ser bestializado e violento estava cada vez mais sendo introduzida na sociedade brasileira, que a partir da literatura da época teve acesso às teorias racistas do século XIX (SCHWARCZ, 1993). É possível observar as consequências disso a partir da leitura do texto enviado para a imprensa:

> Soltar em um dia um milhão de escravos, homens reduzidos a brutos, odiando o trabalho e a raça que o abateu a tal estado seria o mesmo que abrir as janelas cheias de feras que sairiam em bandos a devorar tudo o que encontrasse, a fazer carniças além da necessária a saciar sua fome e sua sede de sangue; *porque toda a devastação seria pouco para sacia a sua sede de vingança*. Seria pagar o crime de tantas passadas gerações pelo preço de nossas desgraças completas. (JORNAL DO RECIFE, Um escravocrata, 18 de abril de 1883, p. 2, grifo nosso)

Contudo, isso não significa dizer que estes indivíduos não estivessem de acordo acerca de que a escravidão estava com seus dias contados, logo, o que se desejava é que a liberdade viesse de forma organizada e com o pagamento da indenização, pois o escravizado era visto como um bem, e se ele estava na condição de cativo a culpa não era dos senhores, mas sim da sociedade em geral, como nos diz Afonso:

> Mas os bandidos sustentam por toda parte e vos faz repetir a vós, os simples e inocentes, que o homem não pode ser propriedade, e onde se o encontra escravo, seu senhor que o perca. Mas o senhor só se constituiu senhor do escravo porque a sociedade brasileira lhe garantiu. É a sociedade quem tem o homem na escravidão, e não o senhor que o recebeu dela. E como pode a sociedade arrancara do senhor estes homens feitos por ela a propriedade sem pagar a indenização que garantira? (JORNAL DO RECIFE, Publicações solicitadas, 29 de março de 1883, p.2.)

Afonso utilizou o tema da indenização em vários dos seus textos contra o movimento

abolicionista. E contra os libertadores este senhor não vai poupar adjetivos, tais como “bandidos”, “víboras”, e em algumas vezes “verdadeiros escravocratas” — esse segundo termo ele recorreu quando, em um dos seus textos enviados para a imprensa, tentou convencer os leitores que os emancipadores estavam dificultando a libertação dos escravizados, pois eram eles contrários ao pagamento da indenização. O autor até reconhecia que a escravidão era um crime, mas a alforria sem o devido pagamento também o era.

Outra ideia que surgiu no seio do escravismo pernambucano foi a da libertação dos escravizados em um prazo de dez anos. Até que ponto esse projeto tem a ver com o de Nabuco, que abordamos anteriormente, não conseguimos conceber, contudo, chama-nos atenção o prazo estipulado pelos agricultores e que foi apresentado ao público leitor de Pernambuco através da imprensa local. E, obviamente, a propaganda abolicionista não ficaria de fora dos seus planos:

> Art. 11º Fica vedada toda a propaganda de abolicionismo ou emancipação (mas não os reclamos contra a má execução da presente lei ou da de 28 de setembro) sob pena de supressão da gazeta, e da prisão do orado, e condenação de 1 a 3 meses de prisão por um tribunal correcional que se criará. (JORNAL DO RECIFE, Publicações solicitadas, 29 de março de 1883, p.2.)

Nos embates de narrativas ocorridos na imprensa pernambucana, Afonso também aproveitou a oportunidade para apresentar ao público leitor que era vítima dos abolicionistas, que era ameaçado por estes que o culpavam pela permanência da escravidão na província. O que, segundo este, contribuiu para que ele temesse pela própria vida.

Essa mesma batalha de narrativas também colocou a Igreja Católica no centro do debate. Quando um Bispo de Olinda decidiu conceder a benção ao movimento da libertação das ruas de Recife, sem ficar do lado dos abolicionistas, gerou um mal estar entre os fazendeiros de Pernambuco e o setores da Casa de Deus. Logicamente que essa situação foi utilizada pelos libertadores recifenses como uma estratégia de demonstrar que eles estavam do lado da religião; em um país de maioria católica tal tática foi bem pensada.

Como Angela Alonso aponta (2015), o fato de a Igreja Católica ser a religião oficial do Estado dificultou a participação dela na luta pelo fim da escravidão, como aconteceu, por exemplo, em outros lugares. Mas a instituição em si também teve participação importante na escravidão, como apontado por Abdias do Nascimento:

> Em verdade, o papel exercido pela Igreja Católica tem sido aquele de principal ideólogo e pedra angular para a instituição da escravidão em toda sua brutalidade. O papel ativo desempenhado pelos missionários cristãos na colonização da África não se satisfaz com a conversão dos ‘infiéis’, mas prosseguiu, efetivo e entusiástico, dando apoio até mesmo à crueldade, ao terror do desumano tráfico negreiro. (NASCIMENTO, 2016, p. 62)

Os senhores de Pernambuco não ficaram restritos às suas críticas ao movimento abolicionista apenas pela imprensa. O próprio Afonso de Melo rachou com o Clube Agrícola de Escada por questões internas, afastando-se da imprensa por um tempo e retornando logo depois criticando agora ambos os lados.

Por seu turno, com o crescimento das atividades abolicionistas pernambucanas, em especial o Clube do Cupim, e com a libertação da província do Ceará, os fazendeiros decidiram que era chegado o momento de tomar uma medida mais rígida contra o movimento libertador. Por ocasião disso em 1884 aconteceu um segundo Congresso Agrícola, que, dessa vez, teve como foco uma forma de responder a esses problemas vividos por eles em relação à escravidão.

CONCLUSÃO

Ainda que não tenha ocorrido em Pernambuco as mesmas cenas de conflitos que aconteceram no Sul do Império, pelo menos até então não conseguimos encontrar nenhuma referência a isso, com exceção da confusão nas eleições de 1884, fato é que os senhores de escravizados da província não ficaram apenas como espectadores passivos do que estava acontecendo. Estes indivíduos enviaram vários documentos para o governo cobrando uma posição mais rígida em relação aos abolicionistas, organizaram-se em clubes, como demostramos no decorrer desse texto, e buscaram conseguir o apoio da população por meio da imprensa.

Celia Marinho (2004) já chamava a atenção da historiografia de priorizar as lutas que aparecem na documentação de forma explícita e ignorar as que ela chamou de "pequenas lutas cotidianas". Buscamos aqui, então, tentar demonstrar as ferramentas utilizadas por estes indivíduos para defenderem seus interesses e o que eles viam como suas propriedades. As estratégias que estes indivíduos utilizaram foram as mais diversas possíveis. A nossa intenção aqui foi, exatamente, de discutir essas lutas "não cristalinas", que, como nos lembra também Geovani Levi:

> Todavia, a participação de cada um na história geral e na formação e modificação das estruturas essenciais da realidade social não pode ser avaliada somente com base nos resultados perceptíveis: durante a vida de cada um aparecem ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais. (LEVI, 2000, p. 45).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**. O movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho. **Onda Negra, Medo Branco**. O negro no imaginário das elites século XIX. 3.ed. São Paulo: Annablume, 2004.

BRAGA, Flávia. **Roendo a Madeira da escravidão**: O clube do Cupim como espaço de luta política (Pernambuco, 1884 – 1889). Caravana 25 anos da ANPUH Pernambuco. Diálogos entre a pesquisa e o ensino. 2015.

CARMO, Jefferson Gonçalo do. **"Ao Teatro, pois, todos os abolicionistas"**: O teatro abolicionista e o movimento antiescravista em Pernambuco entre 1880 e 1886. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. 2020.

CASTILHO, Celso. **"Ao teatro, pelos cativos!"**: uma história política da abolição no Recife. *In*: CABRAL, Flavio José Gomes, COSTA, Robson (org.). **História da Escravidão em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

CASTILHO, Celso. **O '25 de maço' e a radicalização dos embates abolicionistas no Recife**. Anais do XXXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

CONRAD, Robert. **Os Últimos anos da escravatura no Brasil**: 1850-1888. 2. ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 9º Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 9º Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à Colônia**. 5º Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DABAT, Christine Rufino. *A produção de açúcar nas fronteiras da Modernidade*: o percurso de Henrique Augusto Milet. (Pernambuco, século XIX). CLIO – Revista de Pesquisa Histórica. nº 30.2. 2012

DEZEM, Rogério. **Matizes do "amarelo"**: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878 – 1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840 – 1910. Rio de Janeiro, Paz e terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o Império**: 1871 – 1889. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processos de um racismo mascarado. 3º Ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

SANTOS, Roberto Eustaáquio dos. **A missão técnica de Vauthier**: a produção do Espaço Construído no Brasil do século XIX.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870 – 1930). 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

QUARTO DE DESPEJO: A REALIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL REPUBLICANO À PARTIR DOS DIÁRIOS DE CAROLINA MARIA DE JESUS

José Arilson Pires Alves Filho[1]
Telma Dias Fernandes[2]

RESUMO

O campo literário, por vezes, é utilizado por escritoras e escritores como instrumento de reflexão, de denúncia e crítica social da condição humana e, também da sociedade. A partir desse pressuposto, o presente artigo busca discutir e analisar a obra "Quarto de Despejo" como documento que deixa em evidência a condição da população negra durante o período do Brasil Republicano após a abolição da escravização.

Palavras-Chave: População Negra; "Quarto de Despejo"; Literatura; Racismo; Desigualdade.

"O que se nota é que ninguém gosta da favela, mas precisa dela."

Carolina Maria de Jesus.

INTRODUÇÃO

A representação do Brasil através do campo da literatura nos remete às tensões que disputam qual país se quer ressaltar, desde uma idealização, buscando demonstrar uma visão meticulosamente lapidada e voltada para as elites, como aquela visão mais atenta à realidade com críticas às condições humanas existentes. A obra "*Quarto de Despejo: diário de uma favelada*", de Carolina Maria de Jesus, pertence ao segundo grupo. O livro, compilado de diários da autora, após seleção editorial, apresenta-nos uma narrativa autobiográfica, por meio da qual podemos observar parte do cotidiano da Favela do Canindé, na cidade de São Paulo, durante os anos de 1955 e 1960, local de moradia de Carolina Maria de Jesus.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar, através do livro "*Quarto*

---

1 Graduando em licenciatura plena em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

2 Professora da Universidade Federal da Paraíba, atuando em ensino e pesquisa com ênfase em teoria, metodologia e historiografia. Doutorado, mestrado e graduação em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pós-doutorado pela Università Ca'Foscari di Venezia – IT / CAPES (2015/2016), orientadora da Iniciação Científica, no projeto do qual resulta este artigo.

de Despejo", o racismo, a fome e a desigualdade presentes nos relatos que compõem a obra e que nos dar a ler uma face da realidade vivida pela população negra no Brasil Republicano, quase 100 anos após a declaração da abolição, trazendo como referencial teórico o pensamento interseccional[3]. A interseccionalidade nos permite problematizar as experiências na perspectiva das múltiplas camadas que atravessam as vivências das mulheres negras.

Dessa maneira, é necessário entender a trajetória da autora para compreender não somente a obra, mas também a realidade vivida por ela. Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento (MG), em 1914. Ingressou, aos 7 anos de idade, na escola onde cursou brevemente o ensino fundamental. A pouca escolaridade se reflete em sua escrita que, pode-se dizer, desafia a lógica da norma culta e quebra os padrões da ortografia. Carolina Maria de Jesus muda-se para São Paulo, onde foi empregada doméstica, posteriormente viria a ser catadora de papel e de outros materiais reutilizáveis. Ao escrever seu diário, Carolina de Jesus conseguiu elaborar um quadro da luta dos moradores da Favela do Canindé – luta essa compartilhada por todos que moram em favelas no Brasil – pela sobrevivência. Para além disso, sua linguagem e escrita, simples e objetiva, que foge da norma culta, como já foi citado, confirma o realismo das situações que são descritas em seu diário.

Através da reportagem que fazia Audálio Dantas na Favela do Canindé foi que ele teve contato com Carolina Maria de Jesus e seu diário, resolvendo, assim, em conjunto com a autora, publicá-lo em forma de livro. Diferente de muitos autores da literatura nacional, que já tinham grandes fortunas ou adquiriram uma breve ascensão econômica com a literatura, pouco se viu de mudanças na vida de Carolina de Jesus. Os moradores vizinhos de Carolina lhe perguntavam se ela já havia ganho dinheiro com o livro. Sua próxima obra, *Casa de Alvenaria* (1961), também em forma de diário, conta como ela conseguiu sua casa de tijolos, como conta o título, mas a literatura não lhe proporcionou muito mais que a casa de alvenaria.

A LUTA CONTRA A FOME E O RACISMO

A obra de Carolina Maria de Jesus é composta de diversos trechos notáveis que merecem destaques. Seus relatos nos falam sobre vários aspectos da sociedade

3 Segundo Carla Akotirene, a interseccionalidade "...é uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reinvindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros." (AKOTIRENE, 2018, p.18)

brasileira. Carolina Maria de Jesus observa e vive de perto a dicotomia existente no Brasil daquela época, especificamente, a partir do ano de 1955. O lema de *avançar 50 anos em 5,* proferido pelo então presidente da república Juscelino Kubitschek, estava distante da realidade vivida por Carolina, seus três filhos e pelos demais moradores da Favela do Canindé e, também, do restante do Brasil. Essa desigualdade é retratada em um dos trechos mais lembrados pelos leitores e leitoras, em que a autora classifica São Paulo em três ambientes:

> "...Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos." (JESUS, 2014, p. 32)

Podemos notar que o "lixo", descrito por Carolina Maria de Jesus, são as pessoas destinadas a viver na margem da sociedade: pretos, pobres, os "nortistas", entre outros. Destinar a população pobre a locais precários é prática comum do Brasil, clássico exemplo disso é a chegada da família real portuguesa em 1808, quando empurraram boa parte da população para os espaços marginais e insalubres da cidade. Essa situação se repetiria em outros momentos, por exemplo, quando as pessoas negras escravizadas, ao serem libertadas, foram deixadas à margem, engrossando o contingente exposto à exclusão. Mesmo libertos, o destino dos ex-escravizados foi o da marginalização não só no mercado de trabalho, mas, também, acompanhado de políticas que buscavam embranquecer a população brasileira através da imigração de europeus.

Mesmo que a autora não trate diretamente do tema racismo[4], ou mesmo utilize essa palavra para descrever as violências vividas por ela e seus filhos, é possível notar a presença do racismo em sua obra. O que relata em sua diário, escrito no dia 13 de maio de 1958, é um desses momentos:

> "13 DE MAIO Hoje amanheceu chovendo. E um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. ...Nas prisões os negros eram os bodes espiatorios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com despreso. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz... E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome. (JESUS, 2014, p. 30-32)

No trecho acima, pode-se notar as mudanças de tom na vida da autora, para ela um dia que começou simpático por conta da abolição da escravatura e libertação do

4 Para racismo foi utilizado a conceituação apresentada por Silvio Almeida em sua obra *Racismo Estrutural*. Dessa maneira: "...o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam." (ALMEIDA. 2018 p, 32)

povo escravizado, termina de forma melancólico. A autora demonstra consciência de que a sobrevivência da população negra brasileira dependia – e/ou depende – do poder hegemônico exercido pelos homens brancos que estavam nos cargos de comando da nação. As próprias condições de Carolina Maria de Jesus e dos demais moradores da Favela do Canindé retratam a desigualdade imposta e o racismo como sistema de opressão.

> "Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção." (ALMEIDA. 2018 p, 50)

Nesse sentido, a falta de acesso de Carolina de Jesus a formas de trabalho melhor remuneradas faz parte da estrutura racista do capitalismo que se perpetuou e se reforçou no Brasil após a abolição da escravatura, na medida que visava beneficiar de forma contínua determinados interesses. Do mesmo modo, o racismo, como afirmação ideológica integrada e compreendida por meio do processo de discriminação, é o principal fator que determina a posição dos não brancos nas relações de produção e de distribuição.

Os processos de exclusão se retroalimentam. O não acesso a uma educação formal plena implica no não acesso ao trabalho de melhor remuneração e no não reconhecimento social. Os espaços de decisão, os espaços intelectuais e políticos concentram-se na população branca. Em outros termos, se compararmos o nível de escolaridade e/ou o nível de renda entre os brancos e os não brancos, em sua maioria, verificamos que a diferença entre brancos e negros é bem expressiva.

Sendo assim, podemos afirmar que:

> É nesse sentido que o racismo — enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas — denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema da estratificação social. (GONZALEZ, 2020, p. 35)

O que Lélia Gonzalez afirma acima é visível nas narrativas de Carolina de Jesus, sobretudo, quando ela focaliza a diversidade nos espaços da cidade de São Paulo. Ameaçada por seguranças de diversos estabelecimentos enquanto coletava papeis e outros materiais recicláveis, esnobada pelas pessoas nos ônibus, além da humilhação sofrida pela autora todas as vezes que ia buscar a pensão de sua filha mais nova no

Juizado. Como dito anteriormente, Carolina Maria de Jesus é mãe solo de 3 filhos, cada um desses de pais diferentes, apenas o pai da criança mais nova, Vera Eunice, aparece nos diários da autora, sem que seu nome seja mencionado, mas como o único que assumira a responsabilidade pela filha, embora somente como alguém que paga uma pensão para a criança.

> "Não posso preocupar com homens. Meu ideal é comprar uma casa decente para os meus filhos. Eu, nunca tive sorte com homens. Por isso não amei ninguém. Os homens que passaram na minha vida só arranjaram complicações para mim. Filhos para eu criá-los." (JESUS, 2014, p.189)

Pensar o lugar dos afetos na vivência das mulheres negras, num Brasil racista e patriarcal, é, muitas vezes, deparar-se com a expressão de exotismo, "a mulata brasileira"[5]. É se deparar com a luxúria dos homens brancos e dos homens negros. De acordo com Gonzalez, à mulher negra são destinados apenas dois papeis, dois lugares sociais: a mulher para o consumo erótico ou a mulher trabalhadora e essa trabalhadora, sublinhe-se, é aquela que está nos trabalhos menos reconhecidos socialmente. Enquanto a branquitude representa o horizonte da normalidade, do bom, e do belo, a população negra é colocada no extremo oposto, residindo nessa perspectiva uma das piores mazelas do racismo.

Certamente, os diários de Carolina são uma representação de uma realidade estabelecida a partir de sua circunstância social e financeira e a de seus vizinhos na favela, o que implica que são passíveis de mudanças e de permanências, dependendo dos projetos e das práticas políticas. As violências simbólicas, presentes nas narrativas de Carolina, são disfarçadas nos discursos políticos e, em larga medida, naturalizadas socialmente.

> "18 de Maio...Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros. Muitos catam sapatos no lixo para calçar. Mas os sapatos já estão fracos e aturam só 6 dias. Antigamente, isto é de 1950 até 1956, os favelados cantavam. Faziam batucadas. 1957, 1958, a vida foi ficando causticante. Já não sobra dinheiro para eles comprar pinga. As batucadas foram cortando-se até extinguir-se." (JESUS, 2014, p.36)

5 Lélia Gonzalez, assim também, como outras pensadoras e pensadores negras/os do século XX questionam a sexualização da mulher negra. "Quando se analisa a presença da mulata na literatura brasileira e na música popular, sua aparência física, suas qualidades eróticas e exóticas é que são exaltadas. Essa é a razão pela qual ela nunca é uma musa, que é uma categoria da cultura. No máximo — como alguém já disse — ela pode ser uma fruta a ser degustada, mas de todo modo é uma prisioneira permanente da natureza. O estabelecimento definitivo do capitalismo na sociedade brasileira produziu seus efeitos na mulata: ela se tornou uma profissional." (GONZALEZ, 2020, p. 165-166)

O GENOCÍDIO CONTRA O CORPO E A CULTURA DE CAROLINA

Pensar a trajetória de Carolina de Jesus é também pensar os percalços contra o genocídio da população negra em diversos aspectos, genocídio esse presente de forma nítida em seu livro quando fala da morte pela fome. Em um trecho em que Carolina narra sobre a carestia dos alimentos, compara a cor do feijão a cor da sua própria pele, a fome é preta!

> "23 de Maio... Antigamente era a macarronada o prato mais caro. Agora é o arroz e feijão que suplanta a macarronada. São os novos ricos. Passou para o lado dos fidalgos. Até vocês, feijão e arroz, nos abandona! Vocês que eram os amigos dos marginais, dos favelados, dos indigentes. Vejam só. Até o feijão nos esqueceu. Não está ao alcance dos infelizes que estão no quarto de despejo. Quem não nos despresou foi o fubá. Mas as crianças não gostam de fubá. (...) Quando puis a comida o João sorriu. Comeram e não aludiram a cor negra do feijão. Porque negra é a nossa vida. Negro é tudo que nos rodeia." (JESUS, 2014, p.43)

Além disso, ao mesmo tempo que sobrevive à fome, os escritos de Carolina de Jesus são também uma resistência ao embraquecimento cultural. Frantz Fanon, em seus escritos acerca dos processos de aculturação dos povos colonizados, afirma que:

> "Todo povo colonizado – isto é, todo povo em cujo seio se originou um complexo de inferioridade em decorrência do sepultamento da originalidade cultural local – se vê confrontado com a linguagem da nação civilizadora, quer dizer, da cultura metropolitana. O colonizado tanto mais se evadirá da própria selva quanto mais adotar os valores culturais da metrópole. Tão mais branco será quanto mais rejeitar sua escuridão, sua selva." (FANON, 2020, p.32)

Ao pensar sobre esse processo, ressaltamos a importância da insistência de Carolina na sua prática de leitura e escrita, que, muitas vezes, provocou o riso, inclusive por parte de seus vizinhos. Sua pouca escolaridade, reflexo de uma política de exclusão das pessoas negras ao acesso à cultura formal, é confrontada pela paixão de Carolina de Jesus pelas letras e pela literatura, podemos assim dizer que a escritora foi a primeira a expressar o "pretuguês"[6]. Quando da edição dos seus diários, sua narrativa sofreu algumas

---

6 Termo cunhado por Lélia Gonzalez (1935 – 1994) para determinar a língua falada pelos pretos e pretas na América Latina. Segundo a autora: "...Ou seja, aquilo que chamo de "pretuguês" e que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil (nunca esquecendo que o colonizador chamava os escravos africanos de "pretos", e de "crioulos" os nascidos no Brasil) é facilmente constatável sobretudo no espanhol da região caribenha. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, e a ausência de certas consoantes (como o L ou o R, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo (e isso sem falar nos dialetos "crioulos" do Caribe). Similaridades ainda mais evidentes são constatáveis se o nosso olhar se volta para as músicas, as danças, os sistemas de crenças etc. Desnecessário dizer o quanto tudo isso é encoberto pelo véu ideológico do branqueamento, é recalcado por classificações eurocêntricas do tipo "cultura popular", "folclore nacional" etc. que minimizam a importância da contribuição negra." (GONZALEZ, 2020, p. 128)

intervenções para “reduzir a distância dos cânones gramaticais”, o que não a impediu de dedicar-se ao prazer da escrita.

> “23 de Julho ...Liguei o radio para ouvir o drama[8]. Fiz o almoço e deitei. Dormi uma hora e meia. Nem ouvi o final da peça. Mas, eu já conhecia a peça. Comecei fazer o meu diário. (...) Bateram na porta. Mandei o João José abrir e mandar entrar. Era o Seu João. Perguntou-me onde encontrar folhas de batatas para sua filha buchechar um dente. Eu disse que na Portuguesinha era possivel encontrar. Quiz saber o que eu escrevia. Eu disse ser o meu diário. — Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você. (...) Todos tem um ideal. O meu é gostar de ler.” (JESUS, 2014, p. 25-26)

CONSIDERAÇÃO FINAIS

A obra de Carolina Maria de Jesus é um retrato da situação do Brasil na década de 1950, demonstrando como a falta de políticas públicas aumenta a desigualdade, direcionando os locais marginalizados para determinadas populações. A obra “*Quarto de despejo: diário de uma favelada*” evidencia as denúncias em relação aos silenciamento históricos vivenciados por grande parcela da população brasileira, em destaque a população negra, sendo essa reflexo de um processo de opressão e exploração. Carolina, enquanto mulher negra, mãe solo e favelada demonstra sua resistência sobrevivendo aos ataques constantes da uma sociedade brasileira patriarcal, racista e capitalista.

Dessa forma, é possível afirmar que a obra de Carolina tem suma importância para uma análise história, mas também para outros campos das ciências como a geografia, antropologia e sociologia quando focalizam as condições da população negra, sobretudo, das mulheres negras no Brasil República, não republicano para toda a população. Deve-se, então, considerar, principalmente, que a abolição da escravatura, em 1888, não foi a solução para os problemas raciais presentes no Brasil, mas o perpetua e o reescreve de diversas formas, inclusive por meio da manipulação dos discursos que visam encobrir as relações reais afirmando relações idílicas, como, por exemplo, quando se propaga, mesmo por meio da educação formal, que no Brasil não existe racismo. Carolina Maria de Jesus em sua obra busca, além da denúncia, ocupar os espaços que sempre lhe foram negados, marcando, através de suas palavras, sua identidade, sua resistência e, também, sua vulnerabilidade, as quais se fazem presentes nas vidas da maioria das mulheres negras no Brasil.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial Ltda, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BOENAVIDES, D. L. P.; MORENO BOENAVIDES, W. Carolina de Jesus, a fome e o leitor: Uma análise dialógica de Quarto de Despejo. **Letrônica**, v. 14, n. 3, p. e39254, 9 nov. 2021.

CORONEL, Luciana Paiva. A censura ao direito de sonhar em Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, p. 271-288, 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Rio de Janeiro, Malê, 2020.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. - 10ª ed. - São Paulo, Ática, 2014

LOPES, L. de O.; BORGES, J. F. A estratificação social brasileira como estética literária: a violência e as impossibilidades em "Quarto de despejo", de Carolina Maria de Jesus. **Travessias**, Cascavel, v. 14, n. 2, p. 198–215, 2020. DOI: 10.48075/rt.v14i2.25505. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/25505. Acesso em: 17 ago. 2022

MACHADO, Bárbara Araújo. Escre (vivência)": a trajetória de Conceição Evaristo. **História oral**, v. 17, n. 1, p. 243-265, 2014.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 201

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. Editora Perspectiva SA, 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Perspectiva SA, 2016.

OLIVEIRA, J. D.; BORTOLUCCI, M. A. P. C. S. Neste Espaço Preto não circula!: conflitos urbanos no pós-abolição. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, *[S. l.]*, v. 17, n. 3, p. 132-144, 2019. DOI: 10.11606/issn.1984-4506.v17i3p132-144. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/141144. Acesso em: 18 ago. 2022.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

ROSSETTO, Maria Júlia Buck. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada–Identidade, espacialidade e resistência do corpo negro, feminino e periférico na urbanização de São Paulo.

SONTAG, Susan. **Contra a interpretação e outros ensaios**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 2020.

CLIQUES: O AFROPESSIMISMO E A IMAGEM DO NEGRO[1]

José Renan da Silva Souza [2]

RESUMO

O presente artigo apresenta análises sobre o afropessimismo e a imagem do povo negro através de discussões voltadas para a imagem da África, do negro e dos afrodescendentes, a partir de suas representações em imagens, figuras e fotos presentes nos livros didáticos, revistas, jornais e nas multimídias. Como a África e os negros são apresentados e representados? Como as representações negativas afetam e estereotipam negativamente o continente africano, o corpo negro e sua construção no universo simbólico circulante nos espaços de poder? Sendo assim, pretende-se, através dos pontos de problematização acima, traçar uma investigação baseada na teoria do Afropessimismo, mais recentemente difundida no Brasil por meio das discussões de Wapmuk (2017), Warren (2021), Wilderson III (2021), entre outras vozes. Ademais, ficou evidente ao longo desse artigo que, embora estereotipado muitas vezes, os corpos negros têm passado por mudanças significativas de sua percepção no mundo, graças, a nosso ver, a dois grandes fenômenos contemporâneos: ascensão de teorias, as quais discutem as questões raciais em diálogo com a academia e com os centros de saber; e o ativismo político de movimentos unificados contra o racismo estrutural que assola as relações humanas no Brasil.

Palavras-Chave: Afropessimismo, Negro, Relaçoes Étnico-Raciais.

O AFROPESSIMISMO

Talvez você nunca tinha ouvido falar desse termo. Vocabulário constituído pela junção de duas outras palavras: *Afro* + *Pessimismo* = *Afropessimismo. Afro* = O que é relativo, remetente, origem ou vem da África. *Pessimismo* = Contrário do otimismo, péssimo ou negativo. Então o que é o *Afropessimismo*? Visão negativa da África, o que se origina nela, o que nasce dela.

O afropessimismo é uma nova corrente teórica filosófica, crítica e analítica, que surgiu nos Estados Unidos após a morte de Georg Floyd, em 2020. Floyd, jogador de Rugby, foi morto brutalmente durante uma abordagem policial, asfixiado por um policial

---

1 Artigo originalmente publicado como capítulo de livro. Cliques: o afropessimismo e a imagem do negro. LIVRO IMPRESSO In: A necessidade de Mensurar o imensurável: por uma escrita entre História e Sensibilidades.1 ed.São Paulo - SP: Uiclap Editora e Distribuidora LTDA, 2022, v.1, p. 219-243.

2 Historiador e pesquisador das relações étnico-raciais e da cultura afro-brasileira e africana, com graduação na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Guarabira, Paraíba, Brasil. E-mail: joserenan201525@gmail.com

branco. A repercussão de sua morte gerou uma série de revoltas mundiais, a exemplo do movimento internacional “Black Lives Matter” (“Vidas Negras importam”) no qual vigora pauta antirracista e antiviolência policial contra os negros. O afropessimismo ganhou força nesse cenário e vem crescendo mundo a fora, trazendo e fazendo discussões, debates pós-raciais e étnico-raciais, político, cultural, educacional e social.

Nesse sentido, “O afropessimismo surge como uma proposta teórica de revisão histórica e sociológica apontando o fim da escravidão e a progressão temporal articulada pela modernidade como projetos falaciosos” (MOURA e DOS SANTOS GOMES, 2021, p. 145). Os afropessimistas apresentam narrativas pessimistas, negativas daquilo que se origina do continente Africano, compreendendo a produção cultural, o desenvolvimento humano e a geopolítica das sociedades africanas pelo prisma do preconceito, da discriminação e da marginalidade. “Assim, as interpretações acerca do lugar e do papel da África nas relações mundiais se encontram entre aqueles que perderam completamente a esperança no continente – os Afro-pessimistas –, e aqueles que torcem por um melhor futuro para a África – os Afro-otimistas” (CLARK *apud* WAPMUK e AKINKWOTU, 2017, p. 17), fazendo emergir, então, essas diferentes interpretações acerca do continente africano.

Frank B. Wilderson III, um dos fundadores do Afropessimismo e também escritor, criador e autor do livro intitulado *Afropessimismo* (2021), apresenta no seu texto a contação de vivências, memórias e histórias. Wilderson (2021), com essas narrações e situações, descreve o que é o afropessimismo, rebatendo a posição do negro em outras teorias, afirmando que o afropessimismo é uma metateoria. “Desse modo, ambientar os campos políticos e estéticos do afropessimismo pode ser visto como o ponto de vista em que o racismo e a antinegritude são as bases da existência de todos os projetos de mundo já existentes e dos que ainda serão inventados.” (MOURA e DOS SANTOS GOMES, 2021, p. 146).

Entre os séculos XVI e XIX, no Brasil colonial, ocorria fortemente a escravidão, a influência e a participação da igreja ajudaram e colaboraram para a implementação da escravidão negra no Brasil. Com um discurso de que o negro não tinha alma e, não tendo alma, podia ser escravizado e visto como um animal irracional. Wilderson (2021) também traz a discussão dá não humanização, a partir da qual os negros não são considerados humanos. Sendo assim, são percebidos como meras ferramentas de execução para os poderosos brancos e os não-negros. Esse discurso era perpetuado pela a igreja colonial, que dava uma carta branca para a escravidão. O humanismo surgiu no século XV, na Europa, como uma filosofia intelectual, tendo, no centro de sua práxis e de seu arcabouço epistemológico, a valorização do ser humano, sendo esta portanto, uma das suas principais características, além do racionalismo, o qual dava palco ao próprio homem, com seus

dogmas, moral e ideais, tornando-o presente nas artes, na literatura e na filosofia. Tais pressupostos acabaram influenciando no Renascimento, fazendo uma série de reformas na arte, literatura e na ciência.

Além disso, o humanismo diminuiu a influência da igreja colonial, mas como diz Warren (2021):

> O "humano" é um repositório de práticas e tecnologias violentas que se cristalizaram ao longo do tempo. O impulso ético é resolver a tensão dentro do humanismo, arrancar o "humano" da violência histórica em que se baseia. Esse empreendimento ético falha inevitavelmente, pois, no final das contas, o humano nada mais é do que essa mesma violência, de modo que ambos são mutuamente constitutivos e consubstanciais. A experiência de não-liberdade (sofrimento) é o resultado dessa violência. (WARREN, 2021, p. 173)

A violência recai sobre o próprio homem, historicamente quem mais sofre com a violência dentro da humanidade e dentro das sociedades? A população negra, com maior índice o sexo feminino. Não só se limitando a violência física e corporal (a que possui mais visibilidade social no quadro das múltiplas formas de violência) como também a violência psíquica, sexual, patrimonial e moral. "A violência a qual o negro no Brasil sempre esteve submetido não é apenas a da força bruta. A violência racista do branco é exercida, antes de tudo, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro." (VILHENA, 2006, p. 18) A sociedade ainda não ver o corpo negro como um corpo humano, então o desumaniza, destruindo sua identidade.

Então, uma violência racial cai sobre os corpos negros, subtraindo ao sujeito a possibilidade de explorar e extrair do pensamento todo infinito potencial de criatividade, beleza e prazer que ele é capaz de produzir" (COSTA, 1983, p.10). Dessa maneira, a população negra passa por um profundo processo de subalternização, sendo constantemente inferiorizado, menosprezado, rebaixado e diminuído. O negro recebe da sociedade uma carga de negatividade, um bombardeio de marginalização e discriminação. Logo, como fica a autoestima dos negros?

De fato, a modernidade e as diversas formas de colonialidade do ser/saber, para usar as palavras de Castro-Gómez e Grosfoguel (2007), fizeram dos grupos marcados pela diferença étnica, racial, de gênero e de classe, um "capital humano" a ser explorado, desprovidos de toda dignidade de existir, sendo eles, portanto, inexistentes do ponto de vista da humanidade. Destarte, as mulheres (negras), os homens (negros), corpos não normativos, sexualidades dissidentes e outros grupos interseccionalmente marcados e não hegemônicos são submetidos a condições de sofrimento, violência e opressão por simplesmente existirem em não convergência com esses padrões de normalidade estabelecidos pelos grupos supremacistas e privilegiados.

Segundo o psicanalista e jornalista Roberto Rodrigues, em sua matéria publicada no *Correio Braziliense* intitulada “Autoestima da raça negra[3]” (2021), diz que:

> estudos de saúde realizados em épocas distintas têm apontado que os negros vítimas de discriminação explícita tornam-se suscetíveis psiquicamente a desenvolverem, mais comumente: ansiedade, ataques de pânico, baixa autoestima, depressão, comprometimento/crises de identidade e distorção do autoconceito.

Roberto Rodrigues (2021) ainda afirma que a baixa autoimagem do negro circula livremente, atingindo as pessoas negras que, recorrentemente, precisam atender a determinadas expectativas de branqueamento veiculadas pela opinião pública, quase sempre racista. Sendo assim, a não correspondência com o padrão de branquitude gera, automaticamente, a criação de estereótipos racistas, diversas formas de racismo e a violência simbólica, os quais, infelizmente, ainda atravessam os corpos negros em nosso país de vetores coloniais.

O afropessismismo se apresenta, em face dessa generalizada crise de paradigmas, como um instrumento conceitual para se observar as estruturas que regeram o funcionamento de um passado de escravização e um presente marcado constantemente por racismos e diversas formas de opressão da população negra. (FREITAS e MESSIAS, 2018). Nesse contexto, os afropessimistas enfatizam:

> A abolição da escravidão apenas levou a uma reorganização da “dominação e o ex-escravo tornou-se o ‘sujeito’ racializado negro” (Racked & Dispatched, 2017: 8) e a mesma relação de violência estrutural se manteve socialmente para o negro. Assim, “dado o contínuo acúmulo de morte negra nas mãos da polícia — apesar da maior visibilidade nos últimos anos— torna-se evidente que uma pessoa negra na rua hoje enfrenta uma vulnerabilidade aberta à violência, assim como o escravo o fazia nas plantações” (Racked & Dispatched, 2017: 9). Essa visibilidade dos últimos anos, com a cobertura midiática e das redes sociais, demonstrou que na organização social atual “quando se é negro, não é preciso fazer nada para ser alvo, pois a própria negritude é criminalizada” (Racked & Dispatched, 2017: 9). (RACKED & DISPATCHED apud FREITAS e MESSIAS, 2018, s/p).

A escravidão ainda “continua” agora de outra maneira, foi remodelada. “Correntes” ainda nos prendem e os corpos negros sempre são alvos. “A lógica de um sistema escravocrata é uma realidade vigente, o olhar sobre o povo preto ainda é de açoitar, amarrar e matar, não havendo problema nenhum em nos exterminar” (RIBEIRO, 2022).

---

3 Matéria disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2021/02/4906416-autoestima-da-raca-negra.html. Acessada em 25 Jan. 2022.

IMAGEM, AUTOIMAGEM E REPRESENTAÇÃO DO NEGRO

Qual é a sua imagem? Qual imagem você usa ou quer passar? Você usa sua verdadeira imagem natural? Ou a sociedade não deixa você usar? Imagem, segundo as definições, é a representação visual de uma pessoa ou objeto, seja pintura, desenho, escultura, etc. “afinal os seres humanos são frutos de uma imagem social, respondem às exigências de uma normativa sociológica de forma e aparência. É na sociedade e na cultura que aprendem a ser.” (FLORIANI, MARCANTE e BRAGGIO, 2014, p. 3). Nossa imagem é formada a partir da sociedade e o lugar onde estamos localizados, como também a sociedade nos “obriga e exige” uma imagem com suas normas.

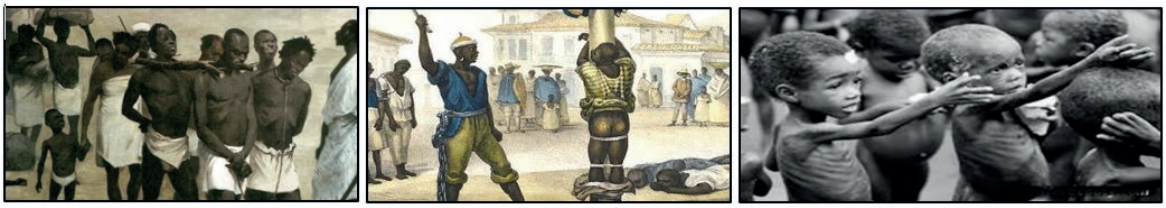
Assim, criamos nossa autoimagem, a autoimagem é a imagem que nós mesmos criamos a respeito do nosso corpo. Por conseguinte, de acordo com alguns estudiosos, “a autoimagem expressa a percepção que a pessoa tem de si e de seu reflexo em comparação ao retorno de sentimentos, pensamentos ou ações em seus relacionamentos interpessoais.” (GOUVEIA *et tal.* 2005 *apud* FLORIANI, MARCANTE e BRAGGIO, 2014, P.03) Sendo assim, criamos uma imagem acerca de nosso corpo.

Entretanto, podemos constatar que, conforme os pressupostos do universo simbólico, “o conceito que a pessoa tem de si mesmo perante os outros pode estar diminuído ou ampliado, como consequência de distúrbios da área intelectiva, causada por danos tanto estruturais e educacionais quanto sociais e religiosos.” (FLORIANI, MARCANTE, BRAGGIO, 2014, p. 5). A nossa autoimagem também é destruída, a sociedade dita o padrão de imagens e corpos. Inicia-se, assim, uma busca por um padrão de imagens e corpos perfeitos. Para ser aceito na sociedade, modificações são feitas, sejam elas leves ou simples, por meios estéticos ou mais radicais através de meios cirúrgicos, para se aproximar dos exigentes padrões de beleza. E, na sociedade, qual é o padrão exigido de imagem e corpo? Os corpos negros são aceitos? A imagem do negro é considerada um padrão de beleza? Como são retratados, apresentados e representados os corpos negros? Eles se veem representados na sociedade?

Quando iniciamos, na escola, a nossa vida educacional, vemos em livros, principalmente o de História, o continente africano e a História da escravidão no Brasil. Geralmente, quando se trata(va)m de questões voltadas para a História da África, só era mostrado (e mostram nos livros didáticos) o lado da escravidão e o da miséria. Essas questões também eram tratadas em poucas páginas ou até mesmos em poucos parágrafos, bem como há livros de História que sequer as apresentam ou discutem. Sim! É de extrema importância e necessário apresentar o continente africano e o processo de escravidão do povo negro. Conhecer nossa História, nosso sofrimento, nossas lutas, resistências,

origens e nossas raízes. Conhecer nosso triste e sofrido passado, a fim de que a mesma História trágica não se repita em um futuro próximo. Como diz o Historiador Peter Burke “a função do historiador é lembrar a sociedade daquilo que ela quer esquecer”.

Os livros didáticos mostravam e mostram imagens e representações da miséria do continente africano e dos escravos no processo da escravidão. Crianças, adultos, e mulheres extremamente magros, desnutridos pela a fome e em meio a ambientes insalubres, lixões, esgotos a céu aberto. Gente negra presa a correntes de ferros, amarradas em troncos de açoite, sendo chicoteada e tendo seus corpos mutilados, em trabalhos obrigados, forçados e pesados em fazendas como em plantação e cultivo de café e cana-de-açúcar, mulheres negras na cozinha preparando refeições, cuidado e amamentando crianças brancas e bajulando seus senhores. Abaixo trago algumas dessas imagens:



Fonte: Google Imagens

Essas são algumas imagens que se viam e veem nos livros didáticos, contextos que relevam os danos e a perversidade do processo de escravidão, o qual estava sempre acompanhado por maus tratos, fome e por miséria. É assim, no sistema educacional infantil, que vemos e temos contato com as primeiras imagens e representações da África e do povo negro. Representações de imagens negativas. Dentro de sala de aula, principalmente na Educação infantil, sempre há comparações e associações de imagens encontradas nos livros didáticos com algum coleguinha. Frases como: “olha tu”, “parece com você”, “é você” são ditas pelas as crianças, expressando o resultado de anos de uma educação não baseada em práticas antirracistas. Atentemos agora ao seguinte trecho:-

> Problematizou-se, então, o fato de que os livros didáticos escolheram, quase que exclusivamente, imagens negativas e depreciativas do homem negro que viveu no Brasil desde a colonização, e que tais imagens ainda hoje, século XXI, contribuem negativamente para a formação de crianças e adolescentes negros, os quais, vendo tais ilustrações, não conseguem se identificar com seus antepassados, e ainda, em relação às crianças e adolescentes brancos, tais imagens reforçam ou criam indivíduos racistas, que utilizam os desenhos depreciativos e humilhantes dos livros didáticos para menosprezar e humilhar seus coleguinhas negros. (SILVA e MARTINS, 2011, p. 7)

Trago como experiência própria: muitas vezes, sendo o único negro da turma ou tendo a tonalidade de pele mais escura da sala de aula, enfrentei esses tipos de situações

acima descritas. Comparações de imagens e corpos negros, com o povo preto em más condições e sendo escravizado, eram feitas a mim, com tons de ironia e piadas. E como me sentia? Não queria ser comparado as imagens, não me via como aquele povo, aliás, eu era "branco" não me via como negro, logo não podiam fazer tais comparações a mim. Todos me viam como negro, menos eu, e isso me constrangia.

Nessas condições, "o sentimento de constrangimento representa uma experiência ou um estado emocional que pode ser expresso como uma forma de ansiedade social, relacionada à timidez e vergonha, resultante da perspectiva ou avaliação dos outros em situação real ou imaginária" (SCHLENKER e LARY *apud* GOUVEIA *et al* 2005, p. 232). Isso fazia com que eu me retraísse, me isolasse da turma, não só dento da escola como também fora dela, na sociedade. Essa é a realidade de muitos, passaram pela mesma situação ou estão passando. Diante disso, as consequências e traumas psíquicos em indivíduos são inevitáveis, e, provavelmente, serão levados por toda vida.

Por isso, a Lei 10.639/2003 é de extrema importância para formar profissionais de Educação com consciência racial e que saibam lidar, tratar e trabalhar as questões étnico-raciais dentro de sala de aula. Se o livro didático, trabalhado em sala de aula, só traz imagens negativas do continente africano e do seu povo em processo de escravidão, busquemos outras imagens do povo preto, que apresentem aspectos positivos, as belezas do continente africano, as riquezas, o quanto também o nosso povo é bonito, forte e resistente.

Isso faz toda diferença no processo de construção indenitária e social de uma criança negra, na sua construção de imagem, autoimagem, autoconfiança, representatividade e empoderamento. Em uma sociedade estruturalmente racista, eurocêntrica, que branqueia tudo e a todos, é com essas imagens negativas sobre o continente africano e seu povo em processo de escravidão, que muitos corpos negros acabam levando um choque e descobrindo que não são brancos, não aceitam que são negros, tornando-se não-negros, dando continuidade ao racismo, discriminação e intolerância com seus próprios semelhantes.

Descobri-me como negro e me aceitei como o tal dentro da Universidade. (Não só eu, como também várias outras pessoas se descobrem e se aceitam como negro dentro de Universidades, sendo esta, a realidade de muitos. Vemos aqui como as Instituições de Ensino Superior têm um papel de extrema importância e poder na formação indenitária e na consciência racial de um indivíduo, como também impactos positivos dentro da sociedade e na construção dela, uma vez que essas instituições tensionam e problematizam as falhas no sistema de ensino educacional básico.

CLIQUES

Clique, palavra muito utilizada na linguagem fotográfica, que significa apertar ou pressionar um botão. Hoje, no século XXI, as câmeras fotográficas, com o avanço das tecnologias digitais, evoluíram e se fazem presentes em nossos celulares e em outros aparelhos, nos autofotografamos na chamada *selfie*, autorretratos, e queremos postar nas nossas redes sociais. Uma delas é o Instagram, rede social de compartilhamentos de fotos e vídeos. O Instagram apresenta filtros para um embelezamento das fotos, mas, ainda assim, como as câmeras de 1940, todos voltados para a pele branca. Toda essa série de demonstrações da beleza branca faz com que os corpos negros e seus traços não se enquadrem, e não seja ressaltada a beleza negra.

E nas multimídias, veículos de comunicações e na indústria de hoje, como são as apresentações, representações e imagem dos corpos negros? Atualmente, temos uma evolução, nossos corpos e imagens foram inseridos e protagonizados positivamente. Estamos presentes em propagandas publicitárias, ocupando papéis principais no cinema, teatro, jornais, programas, novelas, desenhos etc. Isso é revolucionário sob o ponto de vista da representatividade. Todavia, por trás das multimídias, das cenas, quando a luz e o foco se apagam, na vida, no tratamento e no cotidiano dos corpos negros a nossa imagem é outra. Ainda somos vistos como não-humanos, escravos, marginalizados e discriminados.

Fonte: Imagem reprodução, via Instagram: @Imagens.história

Nas imagens acima, vemos um tratamento de um corpo branco que foi preso por roubar 450 milhões da Fecomércio do Rio de Janeiro, e um corpo negro que foi preso por roubar um litro de leite em um supermercado. Percebemos que a imagem e o tratamento do corpo negro se assemelham e quase não difere das imagens e representações negativas do povo negro em processo de escravidão representadas nos livros didáticos.

Portanto, observemos ao longo desse trabalho que as imagens, autoimagens e representação dos corpos negros estão em consonância com um imaginário representativo positivo, que, embora estereotipado muitas vezes, tem passado por mudanças significativas, graças à ascensão de teorias, as quais discutem as questões raciais em diálogo com a

academia e com os centros de saber, e ao ativismo político de movimentos unificados contra o racismo estrutural que assola as relações humanas no Brasil.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Pedro. "A violência contra a população de negros/as pobres no Brasil e algumas reflexões sobre o problema". Cadernos de Campo*:* **Revista de Ciências Sociai***s*, n. 19, 2015.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. GROSFOGUEL, Ramón (Org.). **El Giro Decolonial***:* reflexiones para uma diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007.

CHAUI, Marilena et al. "As humanidades contra o humanismo". **Universidade, formação, cidadania**, v. 1, p. 15-32, 2001.

Correio Braszilíense, RODRIGUES, Roberto. "**Autoestima da raça negra**" Site eletrônico, 2021.

COSTA, Jurandir Freire. "Da cor ao corpo: a violência do racismo". SANTOS, Neusa Souza. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: *Graal*, 1983.

DE OLIVEIRA, Elane Abreu. "**Movendo origens da fotografia: conhecimento, rupturas e visibilidades negras**1". 2020

DOMINGUES, Petrônio. "Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica". **Revista brasileira de educação**, p. 164-176, 2005.

FLORIANI, Flavia Monique; MARCANTE, Márgara Dayana da Silva; BRAGGIO, Laércio Antônio. "**Auto-estima e auto-imagem a relação com a estética**". Acesso em, v. 1, 2014.

FREITAS, Kênia; MESSIAS, José. "O futuro será negro ou não será: Afrofuturismo versus Afropessimismo-as distopias do presente". **imagofagia**, n. 17, p. 402-424, 2018.

GOUVEIA, Valdiney Veloso et al. "Auto-imagem e sentimento de constrangimento". **Psico**, v. 36, n. 3, pág. 10, 2005.

GUIMARÕES, Reinaldo da Silva, "Da "cidadania" à "afrocidadanização" In: GUIMARÕES. **Afrocidadanização***:* Ações afirmativas e trajetórias de vida no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Selo Negro, 2013. P.93

JARRIN, Alvaro Esteban. "Os Novos Arquitetos da Miscigenação: o legado eugênico na cirurgia plástica brasileira". **Revista Magistro**, v. 1, n. 3, 2011

MACIEL, Iana et al. "**TODO DIA UM BRANCO PASSANDO VERGONHA**: Uma pesquisa sobre a relação entre a apropriação cultural e o discurso do racismo reverso" São Paulo, 2019

MOURA, Maria Aparecida; DOS SANTOS GOMES, Josué Victor. “Habitando presentes contínuos: racismo e violência como categorias temporais e as intersecções do afrofuturismo e afropessimismo”. **Lugar Comum–Estudos de mídia, cultura e democracia**, n. 61, p. 139-170

.PEREIRA, Tulio Augusto de Paiva. “A Igreja Católica e a Escravidão Negra no Brasil A Partir Do Século XVI”. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 03, ed. 05, Vol. 05, pp. 14-31, Mai. 2018.

SANTOS, Milton. “**Ser negro no Brasil hoje**”. *Folha de São Paulo*, v. 7, 2000.

SILVA, HFP da; MARTINS, Eduardo. “As imagens do negro no livro didático de história”. **Revista Pitágoras**. 2011

Universa Uol. EIRAS, Natália. “**Não consigo emprego por causa do meu cabelo afro**; Veja casos de racismos. Site eletrônico, 2015.

VILHENA, J. de. “A violência da cor: sobre racismo, alteridade e intolerância*”.* **Revista psicologia política,** v. 6, n. 12, p. 391-413, 2006.

WAPMUK, Sharkdam; AKINKWOTU, Oluwatooni. “AS DINÂMICAS DA ÁFRICA NAS RELAÇÕES MUNDIAIS: DO AFRO-PESSIMISMO PARA O AFRO-OTIMISMO*?”.* **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 2, n. 4, 2017.

WARREN, Calvin. “Onticídio: Afropessimismo, Teoria Queer e Ética”. **Revista Periódicus**, v. 2, n. 16, p. 172-191, 2021.

WILDERSON III, Frank B. “**Afropessimismo**”. São Paulo: Todavia, 2021.

“O CATIVEIRO SÓ ERA PAGAR A RENDA APULSO”: MEMÓRIAS E NARRATIVAS SOBRE O TRABALHO RURAL NO PÓS-EMANCIPAÇÃO EM ANGUERA-BA, 1930-1970

Lázaro de Souza Barbosa[1]

RESUMO

Esse trabalho propõe uma discussão a respeito de alguns significados do trabalho rural no pós-abolição em Anguera-Ba. O reordenamento das relações de trabalho colocou em relevo tensões que ajudam entender algumas experiências de antigos rendeiros da localidade. Num contexto marcado por tentativas diversas, por parte de descendentes de escravizados e libertos, de acesso a terra e ao trabalho, Anguera-Ba tornou-se palco de alguns episódios que apontam para experiências de invenção da liberdade.

Palavras-Chave: pós-abolição, cidadania, liberdade.

UM DISTRITO “PROGRESSISTA” E “FLORESCENTE” NUM CONTEXTO DE LONGO PÓS-ABOLIÇÃO.

Era maio de 1937 quando o jornal feirense Folha do Norte noticiava na sua primeira página que o “progressista arraial de Almas” assistia às “concorridas e animadas” festas de São Benedito. De acordo com o periódico, a sexta-feira foi tomada pela “tradicional *Lavagem”* onde “grupos fantasiados e muitos de máscaras” circulavam pelas “ruas do florescente arraial”. No sábado, houve “novena”, “leilão”, “jogos e outras diversões campestres”, já pelo domingo as movimentações seguiram com a missa, a “Feira Chic”, mais leilão e pela noite ocorreu o “sarau dançante” denominado “Baile de Chita” que se estendeu madrugada adentro. Na manhã da segunda-feira, mais uma missa, acompanhada de “diversões populares” como “pau de sebo, quebra-potes, corrida de saccos, e outras trouxeram [...] entretenimento vespertino a população local e romeiros para ali afluídos de várias partes, inclusive desta cidade[2]”.

Com o final de semana cheio, o distrito de Almas (atual município de Anguera-Ba), aos olhos da predominante opinião pública feirense, era “progressista” e “florescente”, alegre e dançante, tendo evidenciada a sua importância cultural para aquela pequena

---

1 Graduado em História, Universidade Estadual de Feira de Santana/BA; lazzosza@gmail.com.

2 “A festa de São Benedicto no arraial de Almas”, 1 de maio de 1937, n. 1450, ano. XXVII. Folha do Norte.

região, em grande parte, pertencente à Feira de Santana/BA até meados do século XX. Porém, em meio a essa euforia, é possível questionar como o cotidiano era vivenciado, era preenchido no distrito, sobretudo, nos contextos não festivos? Será que o progresso e o florescer narrados no periódico acompanhavam os "romeiros" que apareceram nas comemorações e a significativa parcela de lavradores/as do distrito? Ou eram somente adjetivos que buscavam situar essas partes feirenses dentro de uma perspectiva, ainda que marcadamente discursiva, de domínio territorial?

Inserindo essas problemáticas no campo de estudos do pós-abolição, numa temporalidade mais extensa, tornou-se viável o diálogo com os processos de memória de trabalhadores/as rurais, em especial rendeiros e/ou filhos destes, nascidos na década de 1940 em fazendas próximas ao distrito de Almas, tendo eles depois para lá de se mudado. Suas narrativas orais põem em relevo elementos que sugerem outras facetas desse arraial "progressista" e das suas imediações, trazem à tona outros movimentos dos corpos do campo, só que nem tão dançantes num primeiro momento. Numa região marcada pela migração de egressos do cativeiro e seus descendentes, desde o desligamento formal das relações compulsórias de trabalho, o distrito era entremeado por pequenas e médias propriedades policultoras, onde a arquitetura senhorial seguia buscando sustentar as políticas de domínio, os laços de dependência e de ordenamento do trabalho numa textura culturalmente escravista.

Mesmo em décadas a frente de 1888, é possível identificar, no mundo do trabalho rural brasileiro, significados que apontam para os ecos e as imagens do cativeiro. Tendo em vista as vigorosas políticas de manutenção das profundas desigualdades sociais ao longo do século XX, pode-se dizer que o racismo agasalhou bem as noções de "progresso" que eram grassadas na República, dando a ver algumas liberdades festivas e nublando as tensas relações de poder e de controle, assim como as experiências e as articulações campesinas, pensando aqui o distrito de Almas. Para problematizar como as histórias do cativeiro podem ter repercutido nas vivências desses/as trabalhadores/as rurais, fez-se necessário compreender que a emancipação no Brasil articulou-se num alongado período, não estando congelada em datas, nem em eventos (GOMES; PETRÔNIO, 2011).

O não aprisionamento nas datas e a atenção nos processos históricos permitem uma análise mais a fundo sobre as reelaborações das maneiras de dominar, tutelar e fazer dependentes numa arena onde descendentes de escravizados/as e libertos/as costuravam a cidadania dentro de vários limites: quase-cidadão (CUNHA; GOMES; 2007). O diálogo com as interpretações tecidas nas narrativas orais aqui analisadas converge com aquilo que Walter Fraga vai apontar como caminhos importantes para a compreensão das

truncadas e diversas experiências urdidas após a abolição (FRAGA, 2014). Lembrando que o trabalho no campo não era executado fora da história, ou seja, estava inscrito numa rede de relações e de ordem social (SCOTT, 2005), sendo assim, os significados de cativeiro atribuídos por um dos trabalhadores entrevistados ao ato de ter que pagar a renda “a pulso” na fazenda é muito sugestivo no tocante às tensões que tingiam do mundo do trabalho rural numa perspectiva de longo pós-abolição.

De acordo com Alistair Thompson (1997), o texto oral é uma fonte de novas histórias e a emergência dessas histórias pode fortalecer a análise sobre as experiências contornadas pelos grandes eventos e datas. Alessandro Portelli (1997) vai enfatizar que além de oral, esse texto é dialógico, polifônico e marcado por diversas interpretações, nessa mesma linha Richárd Smith (2010) salienta que cada encontro para entrevistas pode ser um chamado a uma rede de diálogos em que o narrador, ao trabalhar suas memórias, deixa o seu traço na interpretação (COSTA, 2014). Yara Khoury (2001) vai apontar as possibilidades de, por meio da história oral (aqui intercruzada com outros documentos), recompor os distintos contornos e vivências da cidade, onde as narrativas orais podem tirar da sombra os espaços, as maneiras de trabalho e de moradia, assim como as dimensões culturais e simbólicas da localidade, articulando territórios, cultura e memória na ótica dos seus habitantes. O distrito de Almas, num contexto de longo pós-abolição, certamente era palco de outras histórias na mesorregião do centro-norte baiano, sobretudo histórias ligadas ao universo rural de trabalhadores/as e suas itinerâncias de busca pelo mínimo social possível entre o distrito, outras partes de Feira de Santana/BA e partes do Recôncavo.

Ainda que os/as trabalhadores/as rurais de interesse dessa pesquisa não tenham travado contato com a estrutura formal do escravismo, pode-se dizer que com o conteúdo cotidiano, cultural e simbólico dessa experiência compulsória de trabalho eles/as tiveram. Essa dimensão ajuda a entender, no “progressista arraial de Almas”, os significados de cativeiro presentes no trabalho rural mais de cinquenta anos depois da abolição.

“PORQUE O TEMPO DA GENTE ERA AQUELE TEMPO DE RENDEIRO, SABE COMO É? É COMO ESCRAVO”.

Significativa parte do século XX, para os/as trabalhadores/as rurais na região do distrito de Almas, foi caracterizada por expectativas, frustrações, esperanças, labutas e muitas incertezas, uma marca nítida de como se deram os processos de deslaçamento da escravidão no Brasil. Não tem sido comum identificar analogias do trabalho rural com o trabalho do cativeiro nas entrevistas com lavradores e lavradoras em Anguera-Ba,

geralmente perfazem um movimento de distanciamento desses processos, coadunando o trabalho de suas memórias com a sua vida no presente. Numa análise mais atenta, foi possível verificar marcas e hierarquias de um regime de trabalho não totalmente sufocado.

A historiadora Ednélia Souza, num estudo sobre o Recôncavo Sul da Bahia, contribui fortemente nesse debate ao apontar que a vida dos/as trabalhadores/as do campo por ali era caracterizada pelo pesado trabalho físico no labor das roças, onde vivenciaram notórias subalternizações com tarefas diversificadas, que demandavam gigantes esforços, o que evidenciava a dimensão e os resíduos de uma experiência cultural escravista multissecular no Brasil (SOUZA, 1999). Ancorado nessa leitura, e tendo em vista as peculiaridades de cada região no tocante à ossatura da experiência escravagista e seu desdobramentos, é possível sugerir que as narrativas orais tecidas sobre o distrito de Almas sinalizam rastros de um passado escravista permanentemente recalibrado por outras relações de poder firmadas entre fazendeiros e lavradores, onde as formas de sobrevivências foram criadas e recriadas (SOUZA, 1999).

Nesse contexto, os significados lançados ao trabalho rural pelo lavrador Celestino Nery de Souza podem colocar em cena elementos que apontam para dimensões desse processo. Homem negro nascido em 1942, filho de rendeiros, morador no morro do São Bento, em Bonfim de Feira que era termo do distrito de Almas para onde, na década de 1950, ele se mudaria e fixaria família, Celestino Nery traz nas suas narrativas significados que destoavam do tom "progressista" encampado pelo jornal Folha do Norte. Vale ressaltar que a localidade marcadamente negra do Bonfim de Feira, onde estava situada a fazenda do São Bento e para onde converge parte inicial da narrativa desse lavrador, também era ressaltada pelo mesmo periódico feirense enquanto "progressista[3]", o que coloca em cena o interesse do articulista em enquadrar os distritos feirenses numa lente do progresso e da civilidade reinante no discurso letrado brasileiro.

Progressistas ou não, essas localidades traziam evidentes marcas de cativeiro, mesmo décadas após a abolição, fossem nos corpos de trabalhadores/as rurais, na repercussão em suas identidades sociais, fossem no conteúdo, na rotina, dinâmica e nas hierarquias desse trabalho, nas percepções e mandonismos senhoriais e até nas arquiteturas e escombros de algumas fazendas, como apontam os rendeiros de diferentes propriedades do distrito, dentre eles Manuel da Cruz Souza, Zé de Rafael e Edson (Ézo), todos nascidos na década de 1940 e migraram para o distrito de Almas nas décadas seguintes.

---

3 "Festa da Primavera no arraial do Bonfim da Feira". **Folha do Norte, 2 de outubro de 1937, n. 1173, ano XXIX.**

As temporalidades que preenchem as narrativas de seu Celestino Nery de Souza sobre a experiência com seu pai no dia a dia na fazenda São Bento apontam para os anos iniciais de 1950, mesmo podendo perceber que antes dele, já que era o filho caçulo, essa labuta já perdurava, sendo que seu pai "nasceu e se criou" nessa propriedade. Suas narrativas trazem à tona interpretações fecundas no tocante às possibilidades de análise do trabalho rural nessa região à luz do pós-abolição.

> "O nome da fazenda chama São Bento, então a gente, meu pai botava roça e ficava assim, porque o tempo da gente era aquele tempo de rendeiro, sabe como é? É como escravo. A gente morava naquela fazenda, em vez de pagar aluguel, pagava a renda, um dia de trabalho por semana pra pagar a renda. E aí a gente foi vivendo assim. Meu pai botava a roça, e a gente ficava por ali trabalhando também, outra vez ia destocar pasto na fazenda do zoto, botava roça e ficava por ali mesmo, plantava fumo, mandioca, feijão, milho".
> **Como era esse lugar do São Bento, que o senhor morava?**
> "É uma fazenda, uma fazenda que chama o morro do São Bento" [...].
> **Essas memórias que eles falam tinha alguma relação com aquela fazenda, [...], com aquela plantação, como era?**
> "Não, nessa fazenda não tinha, só era escravo, assim como escravidão, só morava na fazenda se pagasse renda, mas também a gente tinha aquele bocado de terra pra fazer roça (*tempo*), fazia onde queria a roça, era assim." [...] "o cativeiro só era pagar a renda apulso".
> **E aí, quando o senhor foi crescendo, o senhor foi tomando seu próprio rumo, [...] como era pro senhor ter [...] que sobreviver?**
> "Eu aprendia com meus pais, né. Quando eles saiam de manhã pra ir trabalhar levava a gente, tinha que aprender, é que nem a leitura, a leitura você tem que pegar é de pequeno, num é? Então, assim também é a gente, ia pra roça de pequeno pra aprender uma coisa, aprender outra, aprender carregar mandioca na cabeça, aprender pegar num fecho de maniba, pegar carregar dois paus ou três pra botar no pé da roça, pra limpar a roça pra cavar a cova pra plantar outra, tudo isso a gente tinha que fazer. Outra hora, quando não aguentava, que o trabalho era muito forte, ia barrer o terreiro, que as casas tinha aquele terreirão, então os meninos pequenos ia barrer o terreiro [...]" (**Celestino Nery de Souza, 2021).**

As analogias ao cativeiro se distribuem nas tensões entre o acesso a terra, a moradia e ao labor num contexto de campesinato negro, onde a linguagem compulsiva do trabalho anunciava os corpos de crianças e jovens pobres e negros/as da região numa etimologia racialmente predatória e que segue bem atual na gramática social brasileira. O universo da roça alfabetizava e inseria diversos corpos nas durezas e características de uma cultura do trabalho preenchida secularmente, e mesmo após a abolição, por exaustivas rotinas de labutas, infindáveis não reconhecimentos sociais e sequestro da força física por meio de relações de poder imensamente desequilibradas. Segundo Walter Fraga, nos seus estudos também pensando o Recôncavo da Bahia, o rendeiro poderia plantar itens agrícolas de exportação, dentre eles o fumo, e contrapor com o pagamento do uso da

terra com o trabalho semanal, no caso de Almas, em pequenas e médias propriedades. A quantidade de dias da semana por obrigação variava (FRAGA, 2014). A determinação dos dias sempre era passível de tensões. Os interesses dos/as lavradores/as também estavam em jogo. Rendeiro na fazenda Caldeirão antes de migrar para o distrito de Almas, seu Manuel da Cruz Souza, homem negro nascido em 1940, também pontua que os dias de pagamento da renda variavam, "quem queria botava quarta. Outros já era sexta-feira, mas o dia de sexta era devagar, era mais quarta-feira". Essas configurações da semana de trabalho eram revestidas de inúmeros interesses e intenções. Quando indagado sobre essas tonalidades das rotinas de trabalho, seu Manuel Cruz Souza elencou aspectos minuciosos das relações de trabalhos tecidas em algumas fazendas do distrito de Almas.

> **Na sexta era mais devagar?**
> Oh, dia de sexta-feira o que é que tinha em casa pra comer? (*risos*), nada (*risos*). Então botava pra quarta-feira que o moleque tava mais forte, trabalhava mais um pouco, tudo é ideia (*risos*). Você pra ter uma ideia, naquele tempo a gente ia trabalhar nas roças, dar um dia, só procurava segunda-feira, segunda e terça, muitas vezes se você já tinha compromisso com outra pessoa, não, eu só quero segunda ou terça, já prevendo porque o cara tava mais forte, no fim da semana não era que ele tava mais fraco, mas era assim que se vivia. Quando dava certo a pessoa ir, ia, quando não ia, só ia de quarta-feira em diante. Se a pessoa precisasse de um trabalho também, que a pessoa andava apertado pra fazer o trabalho, aí tinha aceitar também a profissão da pessoa, mas tinha lugar só que procurava segunda e terça, *eita raiva que me dava, oh meu Deus. Muitas vezes era o dia que a gente tinha pra fazer o trabalho na roça da gente, o povo tomava, tinha precisão de dar o dia mesmo pra vender o dia pra comer, sobreviver* **(Manuel da Cruz Souza, 2022,** *grifos meus***)**.

Esses trabalhos da memória que perfazem as narrativas de seu Manuel da Cruz Souza não deixam escapar as camadas de emoções desses processos e vivências, sua narrativa interage com as frustrações que poderiam advir das negociações a respeito dos dias de pagar a renda, com as tensões que eram acomodadas no dia a dia de labuta na roça, assim como com os anseios cotidianos de quem constituía sua história e identidade social no entremear dessas fazendas e do distrito de Almas. Em um dos trabalhos que compõem o livro *Memória e (Re)sentimento*, Jacy Alves de Seixas (2004) sugere, no que diz respeito aos percursos da memória, que é o trazer à tona que confere sentido, fundamenta a memória, pois as experiências narradas de alguma maneira não acabaram, continuam vivas, estando muito mais passíveis a recriações, retomadas e reatualizações do que a retornos.

A fazenda Caldeirão tinha uma média de 40 rendeiros, de acordo com seu Manuel da Cruz Souza, "lá se vê agora acho que duas ou três casas, mas era uma atrás da outra assim, tudo unida, parecia um comerciozinho de tanta gente".

Tinha alguma fazenda perto do Caldeirão, alguma fazenda vizinha? Tinha aqui *na Queimada* de Nôca de Agenor Vieira, tinha outra, aonde era meu Deus, umas fazendinhas mixuruca, mas a melhorzinha era a daqui da Queimada, as outras eram fazendinhas bestas, tinha lá em Solon, lá embaixo na Gameleira, que a cerca era assim, vizinha, e aqui a Santa Rosa aqui, a *fazenda Santa Rosa*, já começa aqui na ponte, jogando pra lá. **O senhor chegou a ouvir de algum mais velho ou alguma mais velha daquela época, alguma história de cativeiro aqui na região de Almas?** Não, de cativeiro aqui não teve não. Tinha uma casa aqui que disse que tinha um cativeiro, mas não alcancei não, meu pai era quem contava que era nas Cabeças aí, ó, que tinha até uma a senzala, chamava de senzala. Eu ainda alcancei ainda aqueles troncos que prendia o povo, botava no pescoço aquela tábua furada, assim, botava no pescoço da pessoa e vinha e trancava, e trancava a pessoa em pé preso no pescoço, tinha no pé, de botar o pé também, mas isso eu não alcancei, eu alcancei lá jogado pelo mato, aí meu pai falava que já tinha isso, mas também não foi no tempo dele também. [...].
Além do seu pai, então o senhor também pagava renda? Pagava que eu já era homem, eu pagava no lugar dele, ajudando ele, era assim, porque quando eu peguei minha roça mesmo, já foi no terreno que o homem tinha dado a ele, e eu não ia pagar duas rendas, só pagava uma vez.

É possível dizer que as analogias ao cativeiro apontadas inicialmente na fazenda São Bento ganharam contornos ainda mais vivos no distrito de Almas. Os ecos do cativeiro ainda ressoavam no cotidiano desses/as trabalhadores/as rurais, e não somente por meio das histórias e memórias dos mais velhos/as, mas também pelos escombros da escravidão que eram visíveis em partes da localidade. As fazendas Queimadas e Santa Rosa, destacadas na narrativa de seu Manuel da Cruz, foram por onde passaram rendeiros e filhos de rendeiros como seu Zé de Rafael, rendeiro e depois vaqueiro na fazenda Queimadas, e seu Edson, filho de rendeiro na fazenda Pau de Cedro, mas nascido na Santa Rosa. O distrito de Almas era acessado por diversos/as trabalhadores/as negros/as e mestiços, prováveis egressos do cativeiro e descendentes destes, que buscavam fixar famílias por ali. Seu Zé de Rafael nasceu em 1941, na fazenda Pedra Branca, seu pai era rendeiro e nasceu na Fazenda Roma, tendo sua mãe nascido, pelo que recorda na fazenda "Caldeirão".

No caso, lá na região da Pedra Branca tinha algum rendeiro?
Tinha. Todas as fazendas tinha rendeiro.
O senhor chegou a pagar renda pra morar lá?
Lá não, eu era menino.
O seu pai pagou renda lá?
Eu não sei. Quando eu morei aqui eu paguei renda, aqui na Queimada, que aí eu já era homem.
Quando o senhor se mudou para a Queimada, tinha mais ou menos quantos anos?
Vinte e um anos. [...]
Mas lá [na fazenda Queimada] o senhor precisou a pagar renda?

> Eu paguei renda lá antes de eu ser empregado, paguei renda lá na Queimada, com menos de dois anos eu passei trabalhar pra o homem de Vaqueiro, aí eu parei de pagar a renda.
> **E pra pagar renda lá, era dia de que?**
> Sexta-feira.
> **Era só um dia, é?**
> Um dia na semana.

As fazendas mesmo próximas apresentavam dias diversificados no tocante ao pagamento da renda, ou seja, a configuração da semana de trabalho era disputada. Mulher negra e filha de rendeira, Laurentina Senssora da Cruz, nascida em 1945 na Fazenda Du Gomes, no "progressista" distrito de Bonfim de Feira, aponta para imagens árduas do trabalho no campo. De acordo com ela,

> "a vida antigamente era dura, dura, dura mesmo, e ainda além de ser assim, nas fazendas que minha mãe morava, o dia de quarta-feira tinha que pagar a renda, ou pagava, ou num tinha casa pra morar, tinha que toda quarta-feira tinha que ir pagar a renda, era uma vida muito dura, muito cruel, muito ruim" (**Laurentina Senssora da Cruz, 2021)**.

Essa dureza se estendia largamente pela realidade desses/as trabalhadores/as. Depois de ser expulsa da fazenda Santa Rosa pela seca e indo em direção ao Sul da Bahia, a família de seu Edson retornou em 1951, tendo seu pai se tornado rendeiro na fazenda Pau de Cedro a partir daí. Era uma fazenda que naquele contexto só tinha "três rendeiros", "Pedro Ambrósio", o pai de seu Edson, era um deles, "trabalhava no mato, destoca, de limpa de tanque, no campo, cerca, de foice e machado". Nascido em 1943, quando questionado sobre sua experiência no sul da Bahia, seu Edson aponta que

> Passei pequeno, não conheci nada, eu com uns nove anos, dez. Sei que passei em Cachoeira, em Santo Antonio de Jesus levamos uns quatro dias lá, dormi no passeio, dormi no passeio com tanta gente, eu me lembro tudo, subi pra, a gente foi até... se piquemos pra uma cidade lá na casa do caralho lá em cima, oxe, aí lá fiquemos numa fazenda lá, o dono chamava Tinoco, lá no oco do mundo, mãe disse ó, quero morrer na minha terra, com um ano a gente veio embora **(Seu Edson (Ézo), 2022)**.

Esses trânsitos e conexões com o Recôncavo baiano, com Feira de Santana e outras regiões que conectavam o interior da Bahia, eram intensos desde o final do século XIX. As itinerâncias de trabalhadores/as rurais, negros e pobres, libertos, seus descentes e egressos do cativeiro historicamente marcaram o distrito de Almas. O processo-crime que envolve Henrique de Tal e Francisco de Tal, este último conhecido como Chico de Thereza, na estrada que liga o distrito de Almas ao termo do Bonfim de Feira, dá conta de um conflito entre possíveis libertos e/ou trabalhadores itinerantes que circundavam a

localidade em busca de um mínimo social possível num contexto de longo pós-abolição. Uma das testemunhas nos autos,

> "Respondeu que indo deste Arraial para sua casa, ao chegar a cancela que tem na estrada, ouvio uma voz que lhe disse: me acuda que Henrique me matou e que elle respondente disse: fique ahi que amanhã voce amanhece bom, julganado que o mesmo estivesse bêbado por ser *um dia de Sabbado* e já esta escuro de modo que não vio se estava ferido" (**Processo-crime. E: 01 Cx: 25 Doc: 466. CEDOC/UEFS. 1929-30**)".

As estradas eram permanentes palcos para a liberdade, eram circuitos de tensões e conflitos no distrito de Almas, tanto no início quanto ao longo do século XX. A busca pelo trabalho, pelo acesso a terra catapultava lavradores/as para diversas paragens da Bahia, inclusive às vezes de modo trágico. O jornal Folha do Norte de 1938 noticiava um desastroso acidente que envolvia pessoas do distrito.

> "Vindo de Almas e tendo ao volante o chauffeur Antonio de Freitas, o caminhão n. 4349 viajava com excessiva velocidade na estrada de rodagem Bahia-Feira, *conduzindo vários trabalhadores*, em a madrugada de segunda feira ultima, quando capotou ao attingir o kilometro 76. Empós o sinistro, o motorista evadiu-se e de sob o vehiculo foi retirado sem vida *o corpo do lavrador Luiz José de Freitas*, cujo craneo ficara completamente esmagado, *sahindo Antonio Moreira da Silva, tambem lavrador, com diversas contusões e escoriações generalisadas*. O desditoso *Luiz de Freitas era de cor escura, casado, com 43 annos de idade e residinia no districto de Almas*, deste município[4]".

As incertezas de um universo pós-abolição embalavam as trajetórias e anseios de trabalhadores/as rurais no distrito de Almas. O "florescer" e o "progresso" apontadas pelo periódico possivelmente só fluíam em contextos festivos ou similares, isso não quer dizer que entre lavradores/as de modo geral não houvesse percepções e buscas de melhoras, o próprio deslocar-se e fixar-se no distrito são indícios desses processos. As suas vivências no universo da roça, incursionando fazendas, estradas e o distrito, certamente continham seus festejos, suas rezas, sambas roubados, seus candomblés, seu mosaico cultural, suas intimas ligações com a cultura do trabalho compulsório, seja nas rotinas do trabalho, seja nas formas de resistir, recriar e inventar as concepções de liberdade e autonomia. É bem provável que também se divertiam (ou desejavam) quando tinha "Carnaval em Almas[5]", ao menos em 1939 quando aconteceu e foi veiculado na Folha do Norte, "decorreram animados folguedos carnavalescos na Villa de Almas", quando "quatro cordões e uma

4 "Mais um desastre motivado por excesso de velocidade: um morto e um ferido". 5 de fevereiro de 1938, n. 1491, ano XXIX, Folha do Norte. MCS/CENEF/UEFS.

5 Jornal Folha do Norte, 25 de Fevereiro de 1939, n. 1546, ano. XXX. MCS/CENEF/UEFS.

batucada encheram de alegria a *florescente* localidade", o "perímetro urbano iluminado" com "lanternas" e os cordões "Índias, Marujos em Folia, Tyrolezas e Garotas do Barulho" faziam a batucada "sob a direção do sr. Aureo Borges".

O distrito de Almas, numa perspectiva de longo pós-abolição, ainda guarda muitas dimensões sociais, culturais e políticas a ser descortinadas. O pequeno carnaval, a festa de São Benedito, assim como outros dos vários festejos locais, não esfumaçavam as tensões e os conflitos oriundos das relações de trabalho, racismo, dominação e resistências. O universo do trabalho rural ainda permanecia aquecido pelas dimensões do cativeiro no distrito.

REFERÊNCIAS

SCOTT, Rebeca J; COOPER, Frederick; HOLT, Thomas. **Além da escravidão:** investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**.** Tradução Maria Beatriz de Medina. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DA COSTA, Cléria Botelho. A escuta do outro: os dilemas da interpretação. **História Oral**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 31–46, 2014. Disponível em: http://revista.historiaoral.org.br/index.php/article/view/403. Acesso em: 18 jan. 2022.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Quase-cidadão:** Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007

FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da liberdade:** histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**.** 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GOMES, Flavio e DOMINGUES, Petronio (orgs.). **Experiencias da emancipação:** biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo, Selo negro Edições, 2011.

KHOURI, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da História Social**. História e Oralidade**, v. 22, JAN/JUN, p. 79-103, 2001. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10731/7963. Acessado em: 15 Jan. 2022.

SEIXAS, Jacy Alves. **Percursos de memórias em terras de história**: problemáticas atuais**.** In: Memória e (Res)Sentimento: indagações sobre uma questão sensível. p. 37-58. Org. Stella Bresciani e Márcia Naxara. 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

SMITH, Richard Cándida. História oral na historiografia: autoria na história. **História oral.** V. 13 n. 1. JAN/JUN, p. 23-32, 2010. Disponível em: https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/128/124. Acesso em: 12 out. 2021.

SOUZA, Ednelia M. Oliveira. Cruzando memórias e espaço de cultura: Dom Macedo Costa – Bahia (1930-1960). **Projeto História**, v. 18, JAN/JUN, p. 361-379, 1999. Disponível em:https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11008/8128. Acesso em: 25 Jan. 2022.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouco: algumas reflexões sobre a ética na História Oral**.** Ética e História Oral, v. 15, JUL/DEZ, p. 13-49, 1997. Disponível: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215/8223. Acessado em: 14 Jan. 2022.

THOMSON, Alistair, 1997. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre história oral e memória. **Ética e história oral.** V. 15. Jul/Dez, p. 51-84, São Paulo, 1997. Disponível: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11216/8224 Acesso em: 12 out. 2021.

MARIA ROSALINA DA CONCEIÇÃO *VERSUS* JOAQUIM NICOLÁO FERREIRA: DISPUTA POR LIBERDADE NA COMARCA DO RECIFE, 1880

Tássia Fernandes Carvalho Paris de Lima[1]

RESUMO

A pesquisa aqui apresentada aborda a ação de liberdade de Maria Rosalina da Conceição, parda, 15 para 16 anos, impetrada na comarca do Recife no ano de 1880. Em uma ação por pecúlio, Rosalina impõe luta contra um dos maiores traficantes interprovinciais de escravizados da cidade do Recife durante a década de 1870: Joaquim Nicoláo Ferreira. A tentativa de alforria de Rosalina nos mostra como funcionavam os meandros da justiça em uma comarca de capital de província, com as protelações e negligências que a influência e o dinheiro poderiam comprar. Mostra ainda os usos que um senhor desesperado poderia fazer do espaço da cidade e do seu entorno, tanto para esconder uma escravizada quanto para vendê-la ilicitamente, tornando o Recife em um dos atores de todo o enredo.

Palavras-Chave: Ação de Liberdade; Comarca do Recife; Tráfico Interprovincial de Escravizados; Sociedade Nova Emancipadora.

No presente artigo, analisaremos a busca de liberdade por uma escravizada residente na comarca do Recife, capital da província de Pernambuco, no ano de 1880, Maria Rosalina da Conceição. Rosalina almejava alcançar a libertação através de uma ação de liberdade. A ação que pretendia a libertação de Maria Rosalina da Conceição foi impetrada por Astolpho Francisco de Mello Tavares, estudante da Faculdade de Direito do Recife, em 13 de novembro de 1880 (MEMORIAL DE JUSTIÇA, CX 1186). Rosalina era escravizada por Joaquim Nicoláo Ferreira e apresentou o pecúlio de 300$000 - trezentos mil réis - para tratar de sua liberdade. O juiz substituto, o Dr Miguel de Figueiroa Faria, nomeou como curador o Dr Francisco Itaciano Teixeira, advogado.

Em 19 de novembro de 1880, o Dr Itaciano alegou que tentou entrar em acordo com o senhor de Rosalina diretamente e, como não obteve sucesso, requereu a citação do mesmo para a primeira audiência, para que fossem louvados os peritos e feita a avaliação da escravizada. De acordo com Sidney Chalhoub (2011, p. 201-202), este era um procedimento usual: em primeiro lugar, o escravizado tentava se entender diretamente com seu senhor. Se este entendimento fosse possível, só precisavam ir a um cartório

1 Mestranda em História no PPGH – Universidade Federal de Campina Grande, email: tassiafernandesparis@gmail.com

e registrar a alforria. Após a lei de 28 de setembro de 1871, se não fosse possível um acordo, o escravizado precisaria da ajuda de uma pessoa livre para impetrar uma ação judicial, requerendo depósito de seu pecúlio, de si e a louvação de peritos para posterior arbitramento. Chalhoub alega que, muitas vezes, esse arbitramento nem acontecia: o senhor e o cativo entravam em um acordo antes.

Apesar da tentativa do curador em estabelecer um acordo com o senhor de Rosalina, Joaquim Nicoláo tentou vender a escravizada logo após a impetração da ação de liberdade. Esta tentativa só foi possível porque Rosalina não foi imediatamente depositada, ficando em poder de seu senhor, o que desrespeitava os trâmites do processo. Enquanto o pecúlio de Rosalina foi depositado no mesmo dia da impetração da ação, a libertanda continuou com Joaquim Nicoláo, ficando a mercê deste. O depósito do escravizado era necessário durante a ação de liberdade para protegê-lo de qualquer ato por parte do senhor que pudesse impedir ou dificultar a sua alforria (SILVA, 2007, p. 256). O depósito era fundamental para proteger, inclusive, a integridade física dos libertandos. Então, como explicar que Rosalina tenha continuado em poder de seu senhor?

Joaquim fez transportar Rosalina pela linha férrea São Francisco, até a estação do Una, com o intuito de conduzi-la até a província vizinha, Alagoas. A linha férrea de são Francisco a que se refere o documento era, na verdade, o projeto "Estrada de ferro do Recife ao São Francisco" (CAMARGO, 2015, p. 278). Este projeto visava dotar Pernambuco de uma malha ferroviária para o transporte de mercadorias e passageiros, ligando a capital da província às margens do Rio São Francisco, no sertão. A primeira etapa, que ligava o Recife ao Cabo de Santo Agostinho continha 31,5 km e foi entregue em 8 de fevereiro de 1858. A estação do Una fazia parte do projeto, tendo sido inaugurada em 1862. Segundo o curador de Rosalina, o objetivo de Joaquim Ferreira era vender a escravizada para as províncias cafeeiras do sul do Império. Em vista disso, o curador requereu ao juiz Figueiroa que oficiasse o Chefe de Polícia e intimasse Joaquim para apresentar Rosalina em juízo.

A audiência requisitada pelo curador foi marcada para o dia 1º de dezembro de 1880. Como era de se esperar, o réu não compareceu, e muito menos apresentou Rosalina. Diante disto, em 4 de dezembro de 1880, deu-se a louvação de peritos à revelia do senhor. Itaciano Teixeira escolheu como perito Augusto José dos Santos. Como Joaquim não compareceu à louvação, o juiz Figueiroa escolheu Melquiades Manoel dos Santos Lima como o segundo perito. O curador indicou ainda três desempatadores: João Guimarães Teixeira e Silva, Henrique José Dias das Chagas e Antonio Ignacio Barbosa. O juiz escolheu Henrique José Dias das Chagas como desempatador.

Passado um mês, em 3 de janeiro de 1881, Itaciano soube do paradeiro de Rosalina,

que vinha sendo escondida por Joaquim. Esta se encontrava em Tejipió, no distrito do Peres, na casa de Felix do Amaral, a mando de Joaquim. Tejipió é um bairro do Recife que remonta ao período colonial (DAVIDSON, 2020, p.1). Era uma região de engenhos de açúcar, pertencentes à Freguesia da Várzea.

O curador requisitou, assim, um mandado de apreensão e depósito da escravizada. Em 17 de janeiro de 1881, Itaciano afirmou que o mandado não foi cumprido em virtude da resistência de Joaquim em entregar Rosalina aos oficiais. Por este motivo, requereu novamente auxílio da força policial. No dia seguinte, outro juiz substituto, Joaquim Guemer da Silva e Mello, despachou, mandando requisitar a força policial ao Chefe de Polícia.

Em 19 de maio de 1881, quatro meses depois do último despacho, Astolpho Tavares entra com outra petição pedindo a nomeação de novo curador para Rosalina, pois o Dr Itaciano tinha assumido o cargo de juiz municipal em Campo Largo, na província do Paraná. Em 20 de maio, Pessoa da Costa, novo curador de Rosalina, requer ao juiz que se passe novo mandado de apreensão, para que a libertanda possa aguardar o tramitamento da ação em segurança. O curador alegou que a escravizada estava escondida na cidade. No mesmo dia, o juiz José Manoel resolveu que a ação deveria ser remetida ao juiz substituto, já que havia sido inicialmente tratada por um juiz substituto e não pelo Juiz do Cível. No entanto, o juiz substituto já não é o mesmo, sendo a ação remetida para o Dr Jeronymo Moterno Pereira de Carvalho. Este juiz nega o mandado de apreensão, alegando que dos autos não constava a citação do réu para apresentação de Rosalina em juízo. Carvalho intimou Joaquim a apresentar Rosalina, voltando a convocar audiência. Desta forma, o juiz substituto fez com que a ação se arrastasse por ainda mais tempo. Na realidade, Joaquim já havia sido intimado ao menos três vezes para apresentar Rosalina.

Em 6 de junho de 1881, após outra audiência na qual Joaquim e Rosalina não compareceram, o juiz Jeronymo Carvalho decidiu passar um novo mandado de apreensão da libertanda. Dois dias depois, o Dr Pessoa da Costa e os oficiais de justiça a encontraram. Rosalina estava escondida na casa de Antonio Simão, preto, morador da rua das Calçadas, na Freguesia de São José, região central do Recife. Nos autos não constavam nenhum indício de qual seria a relação entre Joaquim e Simão. No entanto, sendo Simão um homem descrito como preto, possivelmente era um escravizado ou liberto e poderia ter uma relação de sujeição para com Joaquim, seja como seu escravizado ou um ex-escravizado libertado pelo senhor de Rosalina, visto que, a mando deste, Simão escondia a escravizada e se opôs a entregá-la. De acordo com Sidney Chalhoub (2011, p. 122), era comum que libertos mantivessem alguma relação de dependência para com seus ex-senhores, seja por gratidão à liberdade adquirida, seja por medo. A terceira hipótese seria

que Simão poderia ter alugado Rosalina a Joaquim e, por este motivo, a mantinha consigo.

Diante da negativa de Simão em entregar Rosalina, os oficiais ficaram em frente à casa deste enquanto o curador foi requerer ao juiz força policial e um mandado de busca, para que os oficiais pudessem entrar na casa de Antonio Simão e apreender Rosalina. O juiz Carvalho pediu informações aos oficiais de justiça. Os oficiais atestaram tudo o que o Dr Pessoa da Costa alegou, acrescentando que Joaquim havia chegado à casa de Simão e que, apesar de estes conseguirem ver a libertanda, Joaquim se negava a entregá-la. Ao invés de consentir na requisição de força policial, o juiz Carvalho passa outro mandado de apreensão e depósito (ele não consente no mandado de busca, que daria poder aos oficiais de justiça de entrar na casa de Simão, mesmo sem a anuência deste), requerendo que todos os oficiais de sua jurisdição se empenhem na apreensão de Rosalina.

Não se sabe como, mas o mandado foi finalmente cumprido e Rosalina foi apreendida e depositada em poder do Dr Alcides Fulgencio Barata de Almeida, um solicitador e segundo suplente do subdelegado da freguesia de Santo Antônio. O solicitador era um profissional liberal que agia como agente da lei, podendo atuar em algumas atividades que eram da incumbência de advogados, oficiais de justiça, procuradores ou rábulas. Não eram bacharéis e prestavam exames perante o juiz de Direito (COELHO, 2003, p. 167). Não se explicou porque ela não foi depositada junto ao Depositário Geral, mas consta dos autos um pedido do curador para que Fulgencio fosse nomeado depositário, por Rosalina se encontrar “garantida” em sua residência (MEMORIAL DE JUSTIÇA, CX 1186). Talvez ele fosse alguém da confiança do curador.

Em 8 de julho de 1881, Joaquim entrou com um pedido para reaver o pecúlio depositado em juízo por Rosalina no início do processo. É desta forma que ficamos sabendo que Joaquim concedeu a carta de alforria mediante o pagamento de 500$000 réis, advindos do pecúlio da liberta e 200$000 fornecidos pela Sociedade Nova Emancipadora. Criada em setembro de 1880 por um grupo de comerciantes, a Sociedade Nova Emancipadora foi responsável, ao lado do Club Abolicionista, pela ascensão do movimento abolicionista no Recife na década de 1880, integrando-o ao movimento nacional, comandado a partir do Rio de Janeiro (CASTILHO; COWLING, 2013, p. 169).

Em 15 de julho, a Tesouraria de Fazenda de Pernambuco respondeu ao pedido de Joaquim, elucidando que apenas o juiz de órfãos poderia autorizar a entrega do dinheiro. Desta forma, em 19 de julho, o procurador de Joaquim, Frederico Chaves, pediu que se passasse carta precatória ao juiz de órfãos para que este ficasse a par do processo e permitisse a retirada do pecúlio. A carta é passada no dia seguinte e, com isto, os autos se encerram.

Ao acompanhar o processo de Rosalina, vemos claramente o quanto poderia ser

morosa uma ação de liberdade. A ação de Rosalina foi atribulada em vários sentidos: mudança de juiz, mudança de curador, o fato da libertanda não ter sido depositada logo no início do processo, o que impossibilitou sua avaliação e dificultou sua libertação. No fim, apesar de tudo, Rosalina conseguiu sua liberdade. Mas como explicar tanta demora?arvalho, que protelou ao ma avaliaçua avaliaçs serviços em troca desta proteçque vinha sendo escondida por Joaquim. Vimos que o grave erro em que incorreram Astolpho e Itaciano em não requisitar de imediato o depósito da escravizada fez com que ela quase fosse vendida e permanecesse por sete meses oculta na casa de várias pessoas diferentes, a mando de seu senhor. Como explicar tantas protelações?

A explicação mais evidente é de que o senhor de Rosalina era alguém influente, com poder econômico. A primeira atitude de Joaquim ao ser intimado a apresentar a escravizada foi tentar vendê-la. Mas não a algum senhor ou senhora da comarca do Recife, nem tampouco para alguém da província pernambucana, mas sim para o Sul do Império. Teria sido a venda de Rosalina arranjada antes da impetração da ação de liberdade, sendo esta a motivação para a escravizada requerer a alforria por via judicial? Como Joaquim pôde tão fácil e rapidamente pôr em curso a venda de uma escravizada para o Sul cafeeiro, utilizando uma rota ferroviária para tal empreitada? De acordo com Josué Barbosa (1995, p. 82), a rota hegemônica do tráfico interprovincial pernambucano era por mar. No entanto, considerando que a venda de Rosalina se tornara ilegal, visto que a escravizada tinha impetrado uma ação de liberdade, Joaquim procurou uma rota alternativa, pela qual não precisaria passar pelos trâmites de embarque de Rosalina, sendo mais difícil que o negócio fosse interceptado. No entanto, como Joaquim Nicoláo Ferreira conhecia uma rota alternativa de tráfico interprovincial?

De acordo com Flávio Versiani e José Raimundo Vergolino (2008, p. 4), na província de Pernambuco, o intervalo entre 1873 e 1881 foi de grande movimento para o tráfico interprovincial, sendo o auge de exportação de pessoas o ano de 1878. De acordo com os autores, a maior parte destas pessoas escravizadas era originária das áreas de predominância de cultura algodoeira, o que se explicaria pela grave seca ocorrida neste período e pelas mudanças geopolíticas que acarretaram na crise algodoeira desta década. Versiani e Vergolino afirmam que o principal destino destes escravizados negociados entre províncias foi o Sul cafeeiro (*ibidem*, p. 6).

Em seu estudo, Versiani e Vergolino apontaram como o principal traficante de escravizados da província de Pernambuco o comerciante Joaquim Nicoláo Ferreira. No ano de 1878, o traficante homônimo ao senhor de Rosalina, foi, sozinho, o comprador em 30% das transações de escravizados do Recife, o que correspondeu a 85 escravos, comprados

em 63 negociações diferentes (*ibidem*, p. 15). Isto é, este traficante comprava pessoas em lotes e individualmente. Em contrapartida, o traficante Joaquim Nicoláo foi o vendedor em 20% das transações realizadas no Recife, vendendo 6 escravos em 5 transações. Com estes dados, podemos assinalar que os escravizados comprados por ele não se destinavam à venda local: de 85, apenas 6 ficaram no Recife. Os autores apresentam duas transações realizadas por Joaquim neste período. Em uma delas, o traficante vende um lote de pessoas para a Mata Sul de Pernambuco, mais precisamente para Escada, grande centro açucareiro da época. No entanto, Versiani e Vergolino afirmam que, apesar desta possibilidade de venda dentro da própria província, a maior parte dos escravizados se destinava ao Sul do Império, devido à lucratividade do café, o que possibilitava uma margem de lucro maior para os traficantes locais (*ibidem*, p. 8).

Ainda de acordo com Versiani e Vergolino, Joaquim Nicoláo Ferreira figurava nos almanaques provinciais de comércio como "comerciante de carne verde" (*ibidem*, p. 6). No Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola de 1894, temos um Joaquim Nicoláo Ferreira listado para a atividade de "açougues", em duas entradas, uma com 17 endereços de filiais nas freguesias urbanas (ALMANAK DO ESTADO DE PERNAMBUCO, ed 2, 1894, p. 278) e outra com mais um endereço na Graça, uma freguesia suburbana (*ibidem*, p. 359). Portanto, no pós-abolição imediato, este indivíduo aparece como um grande comerciante no setor de carnes.

Portanto, vamos seguir o negociante Joaquim Nicoláo Ferreira para compreender a dimensão de sua influência política e de seu poderio econômico. A primeira referência a Joaquim data de 1876, em uma lista de refinadores de açúcar, na qual constava o preço por peso do produto (A PROVÍNCIA, ed 835, 1876, p. 3). No mesmo período, na edição 898 do dia 21 de junho de 1876, uma denúncia veiculada no jornal A Província, p. 2, intitulada "Interesses da Fazenda lesados", trazia o nome de Joaquim Nicolau (sic) Ferreira, refinador de açúcar estabelecido na rua Direita, "ricaço", português, que teria feito transportar dezesseis escravizados para a província da Parahyba do Norte e lá os teria embarcado para o Rio de Janeiro, sem pagar "os direitos" para a Fazenda, nem na província de Pernambuco, nem da Parahyba. A denúncia continua, assegurando que o Chefe de Polícia da Parahyba interceptou o navio e remeteu os dezesseis escravizados de volta para Pernambuco. No entanto, Joaquim Nicoláo teria "aberto a bolsa" e pago para que fossem soltos da Casa de Detenção e para que ficassem depositados em poder de um Sr Gustavo. A denúncia se encerrava assegurando que a corrupção da polícia, da Fazenda, de todos, iria assegurar que o Sr Joaquim não respondesse e nem pagasse o que devia.

No entanto, a edição 115 do Diário de Pernambuco, de 1876, traz em sua primeira página o resumo da ata da sessão da Assembleia Provincial de Pernambuco do dia 9 de maio, com as petições ao governo provincial. Uma destas, endereçada à Fazenda desta província, foi assinada por Gustavo Leziaseno Furtado de Mendonça e Joaquim Nicoláo Ferreira, pedindo isenção do imposto de 2:000$000, devido por casa de compra e venda ou quaisquer transações que envolvesse escravizados. Portanto, a denúncia publicada no jornal A Província era verdadeira: Joaquim Nicoláo e Gustavo Leziaseno eram sócios nos "negócios de escravos". A decisão saiu em janeiro de 1877: o Presidente da Província de Pernambuco indeferiu o pedido de isenção com relação à "exportação clandestina dos escravos para a Parahyba do Norte", reiterando que, enquanto ao crime de contrabando, que fosse remetido à autoridade competente (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 5, 1877, p. 1). Há ainda notícias de um recurso, indeferido (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 69, 1879, p. 5). E em 22 de fevereiro de 1878, se noticia a execução contra Joaquim, com a penhora de dois escravizados em seu poder, Alberto e Julia, que seriam leiloados para o pagamento da dívida de seu senhor com a Fazenda provincial (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 44, p. 3-4).

Além desse episódio do processo, Joaquim Nicoláo Ferreira é relatado por diversas vezes chegando do Sul ou embarcando para lá com escravizados, alguns "a entregar", ou seja, já vendidos (A PROVÍNCIA, ed 1103, 1877, p. 2). Joaquim também é ligado a diversos escravizados fugidos ou recolhidos à Casa de Detenção: Constâncio (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 294, 1872, p. 1), Cláudio (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 211, 1877, p. 6), Matheus e Simplícia, fugidos do engenho Raiz de Dentro (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 110, 1881, p. 6), Luiz (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 274, 1877, p. 5). Vemos ainda uma apelação de Joaquim contra Agostinho, um escravizado, visto que era representado por curador (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 105, 1880, p. 3). A apelação foi negada, confirmando-se a sentença (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 165, 1880, p. 2). Não se detalha o teor do processo, mas sendo Agostinho um escravizado e Joaquim um senhor que possuía muitos escravizados, a probabilidade é que tenha sido uma ação ou manutenção de liberdade contra Joaquim, a qual foi vencida por Agostinho. Em 1881, Joaquim aparece como senhor de Maria Rosalina, em uma convocatória da Sociedade Nova Emancipadora, convidando os escravizados que tinham sido libertos com o auxílio desta sociedade abolicionista para comparecerem às 19h, no dia 28, a uma solenidade no Teatro Santa Isabel, com a finalidade da entrega das cartas de alforria (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 218, 1881, p. 3).

Ao seguir o caminho de Joaquim Nicoláo Ferreira pelos periódicos do Recife nas décadas de 1870 a 1890, vemos que o comerciante se envolveu em diversos negócios

escusos, principalmente com sonegação de impostos (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 123, 1874, p. 3), tendo bens imóveis (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 56, 1880, p. 3) e, como já vimos, escravizados penhorados para o pagamento de suas dívidas. Ao ver as penhoras e as cobranças, podemos ser levados a acreditar que Joaquim sofrera reveses. No entanto, ao olharmos melhor, vemos que Joaquim movimentava quantias altas de dinheiro: em um só recebimento, vindo no Vapor Espírito Santo, Joaquim recebeu 20:000$000, ou seja, 20 contos de réis (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 96, 1879, p. 2). E não eram raros esses recebimentos. Da mesma forma, Joaquim também recebia sacos de café: em uma só movimentação, o comerciante recebeu 800 sacos (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 22, 1880, p. 3). Quanto aos negócios de carne verde, Joaquim foi relacionado, algumas vezes, ao fornecimento de carne imprópria para o consumo (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 180, 1884, p. 2). Joaquim também foi multado por irregularidades na aferição das balanças de seus açougues (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 131, 1884, p. 2).

Seguindo esta linha, Joaquim Nicoláo Ferreira, o senhor de Rosalina, era um grande comerciante da província de Pernambuco, primeiro ligado ao comércio de açúcar e depois ao de carne verde, sendo apontado ainda como traficante de escravizados. Portanto, ele saberia muito bem como enviar cativos para o Sul. Ele poderia ter usado uma rota usual para tentar vender Rosalina. Ou uma rota mais difícil de ser interceptada. De qualquer forma, o fato é que Joaquim conhecia uma rota viável para transportar e vender Rosalina para fora da província.

Vimos ainda que Joaquim Nicoláo Ferreira foi sempre noticiado como envolvido em acusações de sonegação de impostos, corrupção, venda ilegal de escravizados, fornecimento de carnes impróprias para o consumo e multado por “roubar” na balança de seus açougues. Além da influência que teria, por ser um comerciante de boa projeção na província e ter negócios com outros pontos do Império, Joaquim era habituado a recorrer aos meios ilícitos para auferir ganhos. Não temos fontes para afirmar que foi o caso durante o processo de Rosalina, mas o fato é que este foi beneficiado com protelações por parte dos juízes do processo. Não havia apenas juízes a favor da causa da liberdade: havia aqueles que defendiam firmemente o direito à propriedade e a manutenção da instituição da escravidão. Portanto, Joaquim Nicoláo pode ter sido beneficiado por sua influência e por ter encontrado juízes, em especial o juiz Carvalho, que não estavam engajados na causa abolicionista.

Diante de tantas idas e vindas, mesmo assim, Joaquim perdeu Rosalina. Se considerarmos o fato de este ser um traficante de escravizados, é muito provável que Rosalina não fosse uma escrava de ganho dele, mas sim uma escrava para revenda.

Isto poderia explicar a sua recusa veemente em assentir na sua avaliação, já que, sendo Rosalina nova, com apenas 16 anos quando libertada, poderia ser muito lucrativa em uma venda. Mesmo que ela fosse uma escravizada doméstica em sua residência, Joaquim ganharia mais vendendo-a do que a alforriando, especialmente se considerarmos a idade de Rosalina. A idade da libertada também levanta a hipótese de que a mesma tenha sido ajudada desde o princípio, por se tratar de uma molecona (classificação da época para mulheres escravizadas que tivessem entre 10 e 20 anos) (RODRIGUES, 2005, p. 116). O fato é que, quando o cerco se fechou, em 8 de junho de 1881, Joaquim concedeu a carta: seria muito pior para ele aguardar a avaliação com Rosalina depositada, sem poder vendê-la, para depois perdê-la da mesma forma. Por isso, concedeu a carta para minimizar o seu prejuízo.

REFERÊNCIAS

FONTES

MANUSCRITAS

MEMORIAL DE JUSTIÇA/TJPE. Processo Cível. Ação de Liberdade de Rosalina Maria da Conceição. Cx 1186.

PERIÓDICOS

ALMANAK DO ESTADO DE PERNAMBUCO: ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, AGRÍCOLA E INDUSTRIAL, ed 2, ano 1894, p. 278 e 359.

A PROVÍNCIA, ed 835, 1º de abril de 1876, p. 3.

A PROVÍNCIA, ed 1103, 23 de março de 1877, p. 2.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 294, 21 de dezembro de 1872, p. 1.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 123, 1º de junho de 1874, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 5, 8 de janeiro de 1877, p. 1.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 211, 14 de setembro de 1877, p. 6.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 218, 22 de setembro de 1877, p. 4.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 274, 28 de novembro de 1877, p. 5.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 44, 22 de fevereiro de 1878, p. 3-4.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 69, 24 de março de 1879, p. 5.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 96, 27 de abril de 1879, p. 2.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 22, 28 de janeiro de 1880, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 56, 9 de março de 1880, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 105, 8 de maio de 1880, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 165, 21 de julho de 1880, p. 2.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 110, 15 de maio de 1881, p. 6.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 218, 26 de setembro de 1881, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 131, 7 de junho de 1884, p. 2.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 180, 6 de agosto de 1884, p. 2.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Josué Humberto. **Um Êxodo Esquecido: o Porto do Recife e o Tráfico Interprovincial de Escravos no Brasil: 1840-1871.** Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 82-85, 1995.

CASTILHO, Celso. COWLING, Camillia. Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e fundos locais de emancipação na década de 1880 no Brasil. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, v.47, p. 9, 2013.

CAMARGO, Paula. **A Ferrovia Nova Transnordestina em meio às atuais condições de reprodução camponesa em Ouricuri (sertão pernambucano).** Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 278, 2015.

CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade. In: CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.p. 201-202.

COELHO, Eduardo Campos. **As profissões imperiais**: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro – 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 167 e seguintes.

DAVIDSON, James. Tejipió – Um ex-bairro de Jaboatão. **Jaboatão dos Guararapes Redescoberto.** Disponível em: < http://www.jaboataoguararapesredescoberto.com/2008/11/tejipi.html> Acesso em: 28 de dez. de 2020.

RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa**: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 116.

SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. **Caminhos e descaminhos da abolição. Escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888)**. (Tese). Curitiba: UFPR/SCHLA, 2007. p.256.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José R. Oliveira. **Comércio de escravos em Recife, 1878**. Brasília: PRONEX/CAPES, 2008, p. 1-18.

ST 12

A IMPRENSA NA HISTÓRIA E A HISTÓRIA DA IMPRENSA: PUBLICAÇÃO E CIRCULAÇÃO DE IMPRESSOS NO BRASIL (XVIII-XIX)

Msc. Maria Larisse Elias da Silva (UFF)
Rafael Dalyson dos Santos Souza (PPGHCS/COC/FIOCRUZ)

VITRINE DE PAPEL: A ESCRITA DAS MULHERES NO JORNAL *O PUBLICADOR - PB* (1864-1869)

Profa. Aldenize da Silva Ladislau[1]

RESUMO

Encontramos uma variedade de publicações e uma diversidade de figuras femininas no jornal O Publicador. Seja assinando algumas das matérias publicadas ou sendo elas o assunto noticiado. Essas mulheres realizaram diferentes atividades, mas experimentaram realidades semelhantes no que tange aos discursos patriarcalistas. Neste trabalho, identificamos a presença feminina na imprensa através dos seus escritos e percebemos como faziam uso dela para alcançar visibilidade na sociedade do século XIX.

Palavras-Chave: Escrita Feminina, Imprensa paraibana, Século XIX.

INTRODUÇÃO

Mesmo que o periódico *O Publicador* (PB) não tivesse as mulheres como público-alvo de suas matérias, tanto no que se refere à recepção e leitura das notícias, quanto ser lugar destinado à escrita feminina, é nesse espaço dominado pela figura masculina que as mulheres encontraram brechas para realizar correspondências, expor as suas reclamações, anunciar a disponibilidade de seus estabelecimentos comerciais e, sobretudo, para tornarem-se visíveis nessa sociedade.

Umas deixavam seus nomes à mostra por necessidade, já que mencionavam a prestação de seus serviços e esse era um recurso utilizado para serem encontradas, ou, até mesmo como uma indicação nos assuntos de negócios que fossem tratados exclusivamente com a anunciante. Outras, assinavam para serem reconhecidas por seus correspondentes – essas registravam mais do que o cotidiano, expunham conscientemente o cenário político local e nacional nas cartas que viravam publicações no jornal.

Ao proceder as buscas pela escrita feminina presente no *O Publicador* , entre os anos 1864-1869, não foi possível localizar textos literários ou poemas que tivessem exposto a assinatura de uma mulher como autora. Mas mesmo que neste periódico elas não apareçam em publicações de obras literárias autorais, sua presença na escrita das matérias se dá pelo viés do que transcorre no cotidiano. São mulheres que se propõem a

---

1 Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB). Faz parte do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista – (GHENO).

subverter, ainda que inconscientemente, o que era imposto na estrutura patriarcal da qual experimentavam em meados do século XIX. Assim, elas escrevem sobre temas variados e que estão elencados no quadro abaixo.

DE QUE FORMA AS MULHERES APARECEM NO DIÁRIO *O PUBLICADOR* (1864-1869)?

Quadro 1 – Temas presentes nas notícias assinadas por mulheres no jornal *O Publicador* (PB) entre 1864-1869.

Seções	Temas	Assinaturas
A Pedido	Correspondência endereçada à uma amiga	**Juliana.**
Noticiario	Oferta endereçada às mulheres brasileiras	**Feliciana Maria de Britto Lopes Alves.**
Annuncios *Annuncios* *Annuncios* *Annuncios* *Annuncios* *Annuncios* *Annuncios*	Estabelecimentos comerciais (anúncios de compra, venda ou aluguel)	**Madama Ferro;** **Anna Francisca Monteiro;** **Catharina Umbelina de Almeida e Albuquerque;** **Maria José da Purificação;** **Felicia Leopoldina da Silva Ponteiro;** **Florinda da S. Elena Reis;** **D. Amasile T. de Meira Hollanda.**
Annuncios *Annuncios* *Annuncios* *Annuncios*	Separação e partilha de bens	**Rufina Maria de Medeiros;** **Joaquina Maria da Conceição Assis;** **Valentina Maria do Rosario;** **Joanna Honoria de Oliveira.**
Annuncios	Herança	**D. Maria José da Porificação;**
A Pedidos *Annuncios* *Annuncios* *Annuncios*	Reclamações ou Reivindicações	**Madama Picoreta;** **Joaquina Vicencia Iloia da Silva Couto;** **Genoveva Candida da Rocha Vasconsellos;** **Joanna Maria do Rosario Costa.**
Annuncios *Annuncios* *Annuncios* *Annuncios* *Annuncios*	Informes variados (fuga de escravos, religiosidade, dívidas...)	**Ignez Joaquina de Franca Estuart;** **D. Maria Clementina Monteiro da Franca e D. Clementina Xavier da Franca;** **D. Amasile;** **Viuva de José d' Azevedo Silva;** **Isabel Theresa de Jesus Marques.**

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das notícias do jornal O Publicador – PB (1864-1869).

Começamos pela correspondência assinada, supostamente, por Juliana, ela que enviou uma carta da Capital para à sua amiga Jovita que residia na cidade de Mamanguape. A correspondência é de 1864 e está localizada na seção *A Pedido*, ocupando o espaço de três colunas entre as páginas três e quatro do jornal *O Publicador.*

A carta é redigida em 115 linhas e, visto que, as matérias eram cobradas por linhas, ao comparar com os valores cobrados pelos editores do periódico podemos saber quanto custou para Juliana ter sua correspondência divulgada neste impresso. Em 1864, cada assinante pagava 40 rs por linha, já os não assinantes pagavam 100 rs por linha. Não há indício para afirmar em qual dessas condições se encontrava Juliana: assinante ou não assinante. Em todo o caso, sendo Juliana assinante, teria desembolsado 4.600 rs, sendo não assinante teve uma despesa ainda maior, ao custo de 11.500 rs pela publicação da correspondência.

No que se refere ao conteúdo da carta, Juliana – a mulher que supostamente escreve –, inicia a correspondência indicando quem seriam seus leitores, já que além da sua amiga Jovita, - a mulher que lê –, também cita o amigo correspondente de Mamanguape. O assunto que as envolve na redação da publicação se refere às notícias do cotidiano da Capital da Parahyba. Juliana é amiga de Jovita e escreve-lhe uma carta para contar notícias dos dias de festa que procederam com a chegada do novo administrador da cidade e dá detalhes de como estes festejos aconteceram.

Juliana ainda conta sobre o fato que aconteceu com o Emissário da Redação do *Jornal da Parahyba* – este, de acordo com o que um padre dissera a Juliana, teria ido à festa pedir licença para que o *Jornal da Parahyba* voltasse a ser folha oficial do governo. O relata mostra que o emissário se disfarçou de simples convidado e que ficou até o fim da festa abandonado e sem conseguir fazer seu pedido:

> Mas como seja de antigo uso representar-se uma scena burlesca sempre que nos palácios dos grandes haja festa e convidados, encarregou-se desse triste papel um emissário da redação do Jornal da Parahyba, individuo em cuja testa o padre da redação faz esculpir em relevo quanta descompostura lhe apraz passar a seus desaffectos. O tal emissário entrou bruscamente e atravessou a luzida reunião que enchia os salões de palácio, e, segundo me disse o padre ia pedir licença para, na forma da lei, poder o jornal usar das armas imperiais por espaço de seis mezes a contar do dia em que foi demitido da folha oficial; mas, vendo que esse pedido era intempestivo em tal ocasião, affectou que ia áquelle lugar como qualquer outro convidado; e dirigindo-se com a mais inculcada familiaridade, ao objecto daquela festa, trata-o por tú, uma e muitas vezes, embora tivesse sempre em resposta o delicado tratamento de vossa senhoria. Desapontado por tão pronunciada repulsa áquella grosseira familiaridade julgou prudente dar uma meia volta, e retirar-se; mas, concordando até o último furo, quis ao menos mitigar o seu padecimento moral, arrancando áquella reunião um esbelto cavaleiro dos

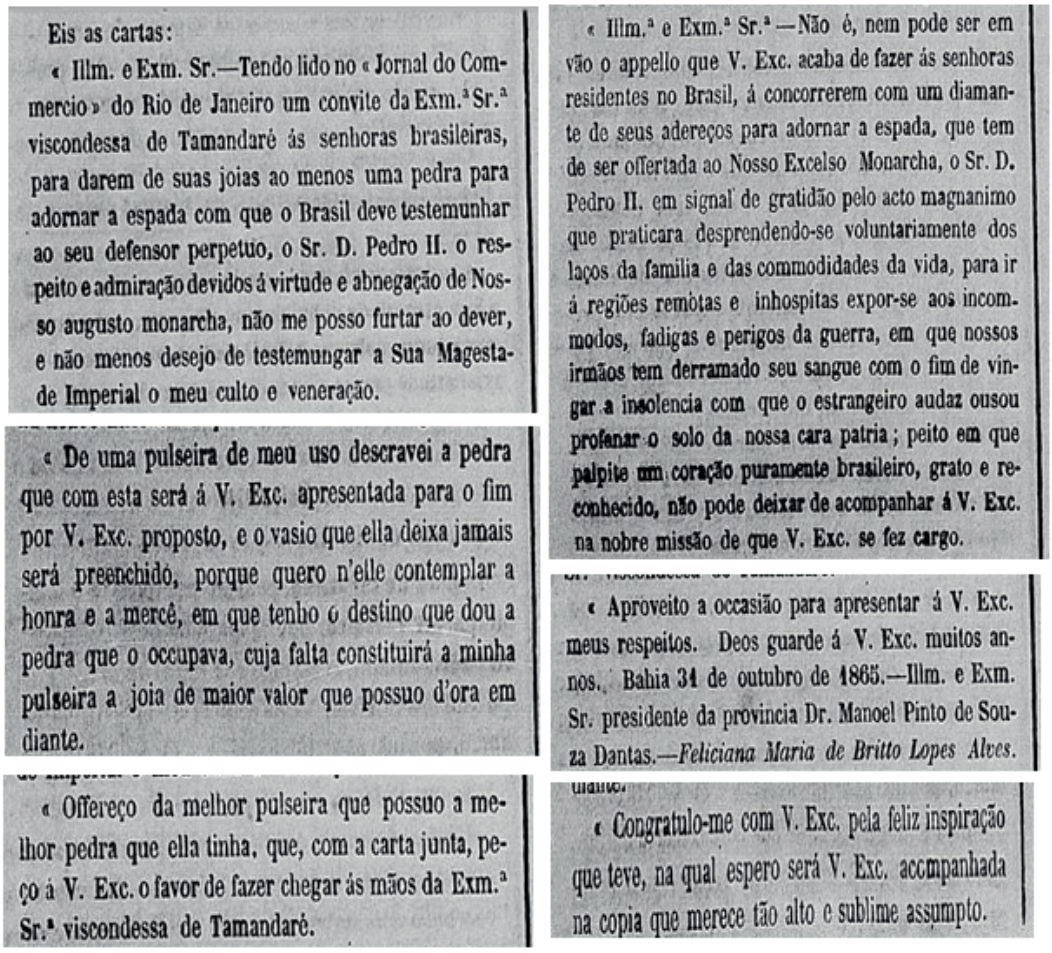
> que faziam o ornamento dessa festa; o qual, apesar de se compadecer da sorte do triste coitado, deixou-se ficar apreciando os belos momentos de tão expansivo prazer, ao passo que o jovem abandonado, por ele esperou um bom quarto de hora cá em baixo na platéa dos pobres, onde também eu me achava. [...] Adeos Jovita. Recebe uma beijoca desta alma do teu corpo. Juliana (*O Publicador*, 1864, edição 00517, p. 3-4).

Nas linhas seguintes da correspondência, Juliana continua a falar das questões político-administrativas da Capital e ao final da carta, despede-se de sua amiga, deixando sua assinatura revelada no jornal. Os festejos dos quais descreve foram realizados para celebrar aquele que seria o então Presidente da Província da Parahyba do Norte, Sinval Odorico de Moura, que tinha como Vice-Presidente Felizardo Toscano de Brito – responsável por romper relações com o *Jornal da Parahyba* e fazer do periódico *O Publicador* folha oficial das questões do governo da Província.

Além de Juliana, Feliciana Maria de Britto Lopes Alves foi outra mulher que se utilizou do espaço do jornal para informar o pedido feito pela Viscondessa de Tamandaré ás mulheres de todo o império brasileiro, além de expor as cartas de algumas das senhoras que se dispuseram a aceitar e fazer a oferta estabelecida na notícia:

> Offertas. – Lê-s no Jornal da Bahia: A Exmª. Srª. D. Feliciana Maria de Britto Lopes Alves, acudindo ao apelo feito pela Exmª. Viscondessa de Tamandaré as senhoras brasileiras, para darem de suas joias ao menos uma pedra, para adornar a espada de honra, que tem de ser oferecida á S. Exc. O Sr. Presidente da província, para que faça chegar ás mãos da Exmª. Viscondessa de Tamandaré, uma rica pedra da melhor pulseira, que possue, acompanhando-a das cartas abaixo transcriptas. [...] Digne-se V. Exc. Aceitar os protestos de minha maior consideração e respeito. Deus guarde á V. Exc. Muitos anos. Bahia, 31 de outubro de 1865 – Illmª. E Exmª. Srª. Viscondessa de Tamandaré, Rio de Janeiro. – De V. Exc. Respeitadora e criada. – Feliciana Maria de Britto Lopes Alves. (*O Publicador*, 1865, edição 00978, p. 2).

Ao todo são seis cartas inseridas ao longo da notícia, dividindo espaço entre duas colunas de uma única página na seção *Noticiario:*



Eis as cartas:

« Illm. e Exm. Sr.—Tendo lido no « Jornal do Commercio » do Rio de Janeiro um convite da Exm.ª Sr.ª viscondessa de Tamandaré ás senhoras brasileiras, para darem de suas joias ao menos uma pedra para adornar a espada com que o Brasil deve testemunhar ao seu defensor perpetuo, o Sr. D. Pedro II. o respeito e admiração devidos á virtude e abnegação de Nosso augusto monarcha, não me posso furtar ao dever, e não menos desejo de testemungar a Sua Magestade Imperial o meu culto e veneração.

« De uma pulseira de meu uso descravei a pedra que com esta será á V. Exc. apresentada para o fim por V. Exc. proposto, e o vasio que ella deixa jamais será preenchido, porque quero n'elle contemplar a honra e a mercê, em que tenho o destino que dou a pedra que o occupava, cuja falta constituirá a minha pulseira a joia de maior valor que possuo d'ora em diante.

« Offereço da melhor pulseira que possuo a melhor pedra que ella tinha, que, com a carta junta, peço á V. Exc. o favor de fazer chegar ás mãos da Exm.ª Sr.ª viscondessa de Tamandaré.

« Illm.ª e Exm.ª Sr.ª —Não é, nem pode ser em vão o appello que V. Exc. acaba de fazer ás senhoras residentes no Brasil, á concorrerem com um diamante de seus adereços para adornar a espada, que tem de ser offertada ao Nosso Excelso Monarcha, o Sr. D. Pedro II. em signal de gratidão pelo acto magnanimo que praticara desprendendo-se voluntariamente dos laços da familia e das commodidades da vida, para ir á regiões remòtas e inhospitas expor-se aos incommodos, fadigas e perigos da guerra, em que nossos irmãos tem derramado seu sangue com o fim de vingar a insolencia com que o estrangeiro audaz ousou profanar o solo da nossa cara patria; peito em que palpite um coração puramente brasileiro, grato e reconhecido, não pode deixar de acompanhar á V. Exc. na nobre missão de que V. Exc. se fez cargo.

« Aproveito a occasião para apresentar á V. Exc. meus respeitos. Deos guarde á V. Exc. muitos annos. Bahia 31 de outubro de 1865.—Illm. e Exm. Sr. presidente da provincia Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas.—*Feliciana Maria de Britto Lopes Alves.*

« Congratulo-me com V. Exc. pela feliz inspiração que teve, na qual espero será V. Exc. acompanhada na copia que merece tão alto e sublime assumpto.

(O Publicador, 1865, edição 00978, p. 2).

Mesmo não possuindo assinaturas foram, provavelmente, enviadas pelas senhoras que acataram o pedido em ofertar joias ao Imperador D. Pedro II, já que o pedido da Viscondessa de Tamandaré[2] era direcionado com essa finalidade às mulheres do Império. A notícia onde se encontram as correspondências e que aparece no *O Publicador* foi retirada do *Jornal da Bahia* e endereçada ao Rio de Janeiro, cidade em que residia a Viscondessa de Tamandaré. A homenagem direcionada ao Imperador faz referência à postura tomada por D. Pedro II nos campos de batalha da Guerra do Paraguai (1864-1870).[3]

Mas por que essas cartas foram divulgadas no jornal? – Provavelmente porque a presença de figuras masculinas públicas nas cartas escritas por Juliana e Feliciana são,

2 Maria Eufrásia Marquês Lisboa, conhecida no Império como a viscondessa de Tamandaré – esposa do então Almirante de Tamandaré. Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), a Viscondessa organizou leilões de prendas, com a finalidade de amparar os ex-combatentes que chegavam à Corte feridos dos campos de batalha. Também organizou uma solene homenagem ao Imperador D. Pedro II por ter se deslocado aos campos de batalha a fim de proteger o Império e dar fim à Guerra. As informações sobre a Viscondessa está Disponível em: Arquivodamarinha.dphdm-mar.mil.br. Acesso em: 11 de maio de 2022.

3 Em novembro de 1864 o Paraguai declarou Guerra ao Brasil. Em 10 de julho de 1865, D. Pedro II esteve no Teatro de Operações do conflito. Em 10 de setembro de 1865, há no periódico da Semana Illustrada, a ilustração do Imperador do Brasil com o Duque de Saxe em traje de campanha, na Batalha Naval de Riachuelo (Semana Illustrada, 1865, edição 00248, p. 8).

sobretudo, o motivo pelo qual essas cartas ganham notoriedade no periódico. Segundo Perrot, "as correspondências femininas privadas raramente são publicadas, exceto quando põe em cena grandes homens" (PERROT, 2015, p. 29). Sobre o caráter público das cartas em periódicos, Barbosa diz que, "a escrita da carta no jornal não se constituía como prática privada de escrita, mas como atividade socialmente extensa, cuja leitura era partilhada" (BARBOSA, 2011, p. 332). Assim, mesmo tratando de mulheres se dispondo a escrever e enviar correspondências entre si, é a figura masculina que aparece ressaltada nos temas que se transformam em matérias jornalísticas, restando a mulher um papel coadjuvante de mensageira da notícia – no caso de "Juliana", o nome feminino é possivelmente, também, utilizado como ferramenta para ocultar o comprometimento político de uma figura masculina.

Não obstante, na seção anúncios é possível encontrar publicações sobre mulheres comercializando produtos em lojas de sua propriedade. São anúncios escritos de maneira direta e descritiva acerca do que estava sendo colocado à venda, como é o caso deste: "Na loja de D. Amasile T. de Meira Hollanda, tem para vender aos apreciadores do grande baile masquê mascaras de papelão fino em cobre uma 400 rs., de cera muito finas uma 2,000, de papelão diversos bixos uma 2,000" (*O Publicador*, 1868, p. 3), ou até mesmo deste: "A abaixo assignada avisa a todas as pessoas que costumarão comprar-lhe velhas de carnaúba que está vendendo pelo modico preço de 13$000 rs. A arroba, e pede a todos a continuação do mesmo favor. Florinda da S. Elena Reis" (*O Publicador*, 1869, p. 3).

Além do comércio de objetos e alimentos, as mulheres também estavam à frente dos negócios envolvendo a venda ou alugueis de imóveis, assim é o que dizem os respectivos anúncios das senhoras Catharina e Maria: "A abaixo assignada declara a todos que morão em prédios de sua propriedade, que nesta data resolveu aumentar trinta por cento sobre os alugueis dos mesmos. Parahyba, 6 de dezembro de 1864. Catharina U. de A. e Albuquerque" (*O Publicador*, 1864, p. 4). "Attenção. Vende-se uma casa na rua do Quartel, própria para negocio de venda por preço da Viração n. 9 que achará com quem tratar. Parahyba, 17 de maio de 1867. Maria José da Purificação" (*O Publicador*, 1867, p. 4). Encontramos também até um Hotel de propriedade de uma mulher sendo anunciado no jornal:

> Hotel Italiano. Madama Ferro avisa aos seus fregueses e ao respeitável publico, que acabava de mudar seu estabelecimento da rua do Trapiche n. 44 para a mesma rua n. 5. Aonde foi o hotel Francisco, e espera satisfazer ás pessoas que a honrarem com sua frequencia, por isso mesmo que não se tem poupado a despesa para poder oferecer actualmente bons commodos, prontidão e aceito do serviço e modicidade de preços (*O Publicador*, 1864, p. 4).

Por fim, outro tipo de negócio que tinha a figura feminina como administradora trata-se de uma loja onde havia venda de remédios. No anúncio a loja estava sendo posta à venda pela senhora Felicia Leopoldina, que diz ter herdado o empreendimento do falecido marido: “A abaixo assignada vende a botica homeopática do falecido Bento José Ferreira Ponteiro, com grande sortimento de medicamentos recebidos ultimamente, tanto em glóbulos como em tintura, [...]”, Além de medicamentos, outros itens foram disponibilizados: “[...] assim como uma boa escolha de livros pertencentes a mesma. Vendem-se também carteiras, vidros com tinturas e frascos com glóbulos a gosto do comprador na rua d’Areia, casa n. 15. Parahyba, 10 de março de 1868. Felicia Leopoldina S. Ponteiro”. (*O Publicador*, 1868, p. 4). Neste anúncio fica demonstrado como Felicia possuía o entendimento da leitura e escrita, uma vez que coloca à venda os seus próprios livros. Sobre a ocupação das mulheres na esfera pública que se intensificou na segunda metade do século XIX, Bezerril, comenta:

> A participação das mulheres livres nos espaços públicos ocorreu de forma mais intensa em função de seu ingresso no mercado de trabalho, que permitia a afirmação de interesses individuais e uma relação societária diversa daquela preconizada pelo patriarcalismo das fazendas, pelo domínio despótico do *pater familias*, pelos interesses do grupo familiar acima dos particulares, sob uma hierarquia na qual a mulher ocupava posição inferior e subordinada, não tendo convívio no espaço social enquanto indivíduo ou cidadã (BEZERRIL, 2013, p. 63).

Os anúncios descritos anteriormente revelam a presença das mulheres nos lugares onde a figura masculina ainda era predominante como proprietária ou principal articuladora dos negócios da família. Ainda assim, cada informe demonstra também as estratégias discursivas utilizadas pelas assinantes para conseguirem ser visíveis na sociedade e terem participação na vida econômica da cidade, seja como donas e anunciantes do próprio negócio ou como administradoras dos bens herdados pelos maridos.

Muitos dos negócios herdados pelas mulheres no século XIX eram deixados pelos pais ou maridos falecidos. No âmbito da legislação brasileira, calcada na tradição do Direito Romano, após a morte do marido permitia-se à mulher ficar com a posse da metade dos bens do casal, o que levaria também a viúva poder assumir a chefia da família. Quando optava por não levar à frente os negócios da família, algumas dessas mulheres recorriam ao jornal para anunciar os bens herdados pelo cônjuge, assim como procedeu à D. Maria José da Porificação, na Província da Parahyba do Norte, que procurou o diário *O Publicador* à procura de compradores paras às propriedades de terras que havia herdado do marido. Assim escreve:

> D. Maria José da Porificação vende por preço commodo uma parte de terras, que lhe tocou por herança de seu finnado marido João Antonio Pinto dos Santos, no lugar denominado volta, no termo de Campina-Grande e Cabaceiras, terras próprias para criar e plantar quem a pretender dirija-se á casa de sua residência, á rua da Viração, n. 9. Parahyba, 24 de setembro de 1866 (*O Publicador*, 1866, p. 4).

Segundo Melo e Marques, "as mulheres tinham direitos legais à propriedade, mas o exercício do poder sobre os bens estaria condicionado a práticas sociais" (MELLO; MARQUES, 2001, p. 4). Assim, mesmo a legislação garantido o direito às mulheres de receber herança, a dependência pela figura masculina era tão forte que o usufruto dos bens também dependiam de não ter algum parente homem que se opusesse à forma como elas estavam conduzindo o patrimônio da família. Ainda assim, para Mello e Marques, a legislação do período parecia acolher a figura feminina como a cabeça principal da família à frente dos negócios, seja após o falecimento do pai ou marido, ou quando estes ainda estariam vivos:

> No que diz respeito ao direito de usufruto da riqueza e garantia de emancipação, as transformações institucionais avançaram mais em benefício da mulher. O Código Comercial, promulgado em 1850, permitiu à mulher viúva, maior de 18 anos, estabelecer-se livremente como comerciante. Medida para preservar os negócios do falecido marido e evitar a dispersão da riqueza familiar. Já as mulheres casadas mediante prova de idoneidade e capacidade de exercer o ofício, podiam estabelecer-se como comerciantes sem a autorização expressa do marido. Estavam, portanto, habilitadas a praticar todos os atos mercantes (MELLO; MARQUES, 2001, p. 15).

Em caso de separação ou se o marido viesse a apresentar condições físicas inviáveis para chefiar os bens do casal, a mulher teria a opção de recorrer à Justiça e solicitar a guarda total dos negócios familiares. Um desses casos virou notícia no *O Publicador*, divulgado pela senhora Joanna Honoria de Oliveira, na seção anúncios:

> A abaixo assignada sabendo que seu marido Bernardino José de Souza, tem procurado fazer dividas não verdadeiras para comprometer aos bens do casal, e que até fez hypotheca ou contracto de penhor a que sujeitou todos os bens moveis do mesmo casal, tudo com o fim de derramar a miséria no seio de sua própria família, de seus pobres filhinhos, tendo como razão principal, como ele tem dito de publico, e que será provado em tempo oportuno, que taes dividas não são verdadeiras, prevenir-se de algum modo, afim de ao final da acção de divorcio que promove a mesma abaixo assignada ficar mais bem aquinhoado; vem a mesma de novo protestar contra essa hypotheca, penhor, essas dividas que ele diz contrahidas, pois seu dito marido não as fez e nem havia razão para as fazer, pois não se empregando em cousa alguma, **e sendo de tudo sustentado pelo abaixo assignada, como tem sido durante 17 annos de seu casamento, até mesmo de gêneros e materiaes para os estabelecimentos que teve, e ultimamente de dinheiro para comprar objecto de luxo para uma**

> **escrava do casal, de nome Theresa com quem vive amasiado, e de quem, a ordem sua, tem ella sofrido provocações e ameaças, não tinha precisão de contrahir dividas, e nem o podia fazer validamente. A abaixo assignada já procedeu o sequestro em todos os bens com o fim de evitar qualquer desvio por parte de seu dito marido,** e quaisquer outras transações, dividas, hypothecas, penhores, etc., feitos nesses últimos tempos, e que continuar ele a fazer, como falsos, exige que essas pessoas appareção a juízo afim de provarem e legalizarem esses mesmos contractos de dividas, os quaes serão havidos por falsos, se o não fizerem. Parahyba, 13 de setembro de 1867. Joanna Honoria de Oliveira (*O Publicador*, 1867, p. 4. Grifos nossos).

Joanna recorre ao jornal descrevendo a situação financeira da família e os endividamentos feitos por seu marido que teria ocasionado a penhora dos bens da família. Como forma de protesto contra a hipoteca, Joanna expõe o mal comportamento do marido perante à sociedade e uma série de dívidas que teria contraído ao longo dos anos. Ela ainda conta que durante os dezessete anos de matrimônio sustentou o marido, até mesmo provendo os materiais necessários para o funcionamento do estabelecimento de que era proprietário.

Sobre a partilha de bens na separação de casais onde o marido contraíra dívida, Melo e Marques esclarece que “em havendo dívidas, estas eram quitadas antes da partilha. Logo na existência de dúvida sobre a posse de determinado bem este era colocado nas mãos de pessoa idônea, cuja atribuição de geri-lo era da autoridade judicial” (MELO; MARQUES, 2001, p. 6). Nesse sentido, ao mesmo tempo que Joanna protestava contra as dívidas contraídas pelo esposo, também reforçava aos leitores do jornal que aqueles que tivessem contas a acertar com a família aparecessem para provar o endividamento do marido. Posteriormente, após o pagamento das mesmas seria feita a partilha de bens entre o casal Joanna e Bernardino.

Nesse sentido, ao mesmo tempo que Joanna protestava contra as dívidas contraídas pelo esposo, também reforçava aos leitores do jornal que aqueles que tivessem contas a acertar com a família aparecessem para provar o endividamento do marido. Posteriormente, após o pagamento das mesmas seria feita a partilha de bens entre o casal Joanna e Bernardino.

CONCLUSÃO

Desse modo, diante dos escritos femininos contendo assinaturas de mulheres e que foram compartilhados no jornal *O Publicador*, é possível perceber não só quais eram os conteúdos que elas disponibilizavam no periódico, como também as estratégias discursivas de que se apropriavam para conectarem-se com a comunidade de leitores.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Socorro de Fátima P. **A escrita epistolar como prosa de ficção**: as cartas do jornalista Miguel. In: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Passo Fundo, v. 7, n. 2, p. 331-334, jul./dez. 2011.

BEZERRIL, Fernanda Daniella de França. **Vozes Femininas**: as mulheres publicistas nos jornais do norte brasileiro (1880-1882). Dissertação (Mestrado em Sociologia). João Pessoa, UFPB, 2013.

MELLO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina Novaes. **A partilha da riqueza na ordem patriarcal**. Encontro ANPEC. 2001, p. 1-18. Disponível em: anpec.org.br/encontro2001/artigos/200101222.pdf.

O Publicador (1864-1869), Paraíba. Disponível em: http://memoria.bn.br. Acesso em 02 de junho de 2022.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Contexto, 2015.

ENTRE “NOSSOS IRMÃOS EUROPEUS” e “LOUCAS FACÇÕES”: AS RELAÇÕES ENTRE LUSOS E BRASILIENSES NO PERIÓDICO O CONCILIADOR NACIONAL (1822-1823)[1].

Anne Vitória Leite Xaves[2]

Flavio José Gomes Cabral[3]

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo expor as abordagens feitas pelo jornalista e religioso Frei Miguel Sacramento Lopes Gama, no seu periódico *O Conciliador Nacional,* sobre as relações entre portugueses e brasileiros perante as efervescências políticas que imperavam no período da Independência. Lançado em 4 de julho de 1822 na província de Pernambuco, o prestígio conquistado pela folha resultou na reprodução de seus conteúdos em outras regiões do país, promovendo significativa visibilidade de seus discursos. Inicialmente, posicionando-se contra a corrente separatista que já comungava diversos redatores, Lopes Gama debruçou-se sobre a tarefa de defender a existência de uma frágil e abstrata “irmandade luso-brasileira”. Contudo, evidencia-se a conversão de sua posição, cuja principal motivação seria as medidas “recolonizadoras” promovidas pelas Cortes Portuguesas, ao abandonar a defesa de uma ligação histórico-social entre os dois povos, em prol da necessidade da emancipação política do país.

Palavras-Chave: Independência; Imprensa; Cortes Portuguesas; Pernambuco.

---

1 Essa comunicação é uma extensão do trabalho desenvolvido dentro do programa do Pibic-UNICAP, edição 2021.2 à 2022.1, cujo título principal é: “Conciliação Nacional: Lopes Gama e a defesa da Monarquia Constitucional”. Havendo dificuldades de encontrar exemplares físicos e digitais do periódico *O Conciliador Nacional* em sua forma original*,* para o prosseguimento da pesquisa foi necessário que trabalhássemos com “extratos” da folha que eram reproduzidas em outros jornais da província, encontrados na Hemeroteca Digital. A tarefa demonstrou-se complexa, contudo, possibilitou o mapeamento das áreas de circulação do *Conciliador* fora da sua região de publicação, Pernambuco. Obedecendo às ordens da ABNT, e para que o leitor não se perca, informaremos de qual edição do *Conciliador* as citações são referentes, assim como em quais periódicos elas se encontram, nas notas de rodapé.

2 Estudante do Curso de Graduação em História pela Universidade Católica de Pernambuco, bolsista do programa de PIBIC-FASA, durante o segundo semestre de 2021 e primeiro semestre de 2022, orientada pelo professor Flávio José Gomes Cabral. E-mail: anne.xaves@gmail.com.

3 Doutor (2008) e Mestre (2002) pela Universidade Federal de Pernambuco, licenciado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (1982), professor de História na Universidade Católica de Pernambuco vinculado à Escola de Educação e Humanidades no curso de Licenciatura em História e ao Programa de Pós-Graduação em História. Atuou como coordenador do curso de graduação da referida universidade entre os anos de 2016-2020. Associado ao Centro de Estudos de História Municipal da Condepe-Fidem. Atualmente suas produções acadêmicas exploram os seguintes temas: América portuguesa (séculos XVIII e XIX), leitura, imprensa, cultura política da Independência do Brasil, história de Pernambuco, História municipal.

INTRODUÇÃO: O VERDADEIRO FIM DA FELICIDADE SOCIAL

Porque há de Portugal perder o seu Brasil? Porque há de Brasil perder o seu Portugal? Não será possível sustentar ligada a Grande-família para a felicidade de ambos os mundos?. Essas são algumas das indagações feitas por Frei Miguel Sacramento Lopes Gama (1793-1852), na quarta edição de seu periódico *O Conciliador Nacional* (1822-1825). A folha, que veio à lume na província de Pernambuco no dia 4 de julho de 1822, nos formatos 28 x 21, fora inicialmente impressa pela Tipografia Nacional, e a partir da quarta edição, publicada pela *Calvacanti & Companhia* . Na edição de estreia, trazia o provérbio em Latim *"Admonere volumus, non mordere; prodesse, non ladere",* cuja tradução aproximada seria: *Queremos admoestar, não morder; ser útil sem ofender* (NASCIMENTO, p. 31, 1969).

O redator do jornal, um eclesiástico ordenado pela rede de Mosteiros de São Bento, além de periodista também fora um acadêmico, escritor, intelectual e político, cujas contribuições sociais garantiram-lhe o status de *Pernambucano Célebre,* assim como o posto de patrono da sexta cadeira da Academia de Letras de Pernambuco. Em 1817, após a Revolução Pernambucana, foi nomeado professor titular de retórica do Seminário de Olinda, sendo empossado pelo próprio governador da província, Luiz do Rego Barreto. Em 1823, estaria no comando do *Diário do Governo,* e em 1824 seria diretor da Tipografia Nacional. Durante a publicação do seu primeiro periódico, o *Conciliador Nacional,* esse viria a ser uma das folhas de maior visibilidade dentro e fora da sua região de produção (REIS, 2020, p. 20). Ao iniciar o número de estréia do *Conciliador,* Frei Miguel postulou:

> Do título dessa nossa folha, e da epígrafe, que tomamos por tema, bem se deixa conhecer quais sejam as intenções, com que escrevemos. No meio do pélago imenso de tantas opiniões, e tão encontradas opiniões, quais as que hoje apareçam, e que são consequência infalível das grandes mudanças políticas; é um dever do cidadão, que escreve dirigir a opinião pública, e levá-la, como pela mão, verdadeiro fim da felicidade social (...)[4].

Discorrendo sobre as "*grandes mudanças políticas*" no seu noticioso, o autor fez questão de frisar o impacto do movimento constitucionalista na província de Pernambuco - assim como no restante do Brasil -, que se intensificou após o triunfo da Revolução do Porto. A insurreição, cujo estopim é datado de 24 de Agosto de 1820, teria sido insuflada por ideais liberais, aliados à insatisfação dos portugueses quanto à realidade vivida após a translação da Corte para o Brasil. Embora não tenha se caracterizado como um movimento

4 Trecho da edição nº1 do *Conciliador Nacional,* reproduzido no jornal *O Volantim,* no dia 16.09.1822.

antimonarquista, representou um grande avanço na área dos direitos civis, assegurando aos cidadãos portugueses a garantia de um governo constitucional.

A partir de janeiro de 1821, os maiores representantes das aspirações políticas do povo português, escolhidos por vias eleitorais, começaram a se reunir no intento de elaborar uma nova Carta Magna, cujas diretrizes deveriam se estender para todo Império Lusófono. Posteriormente, ao longo desse mesmo ano, juntaram-se às *Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa* os Deputados eleitos pelas unidades políticas de Brasil e Algarves, tendo a bancada pernambucana sido a primeira do Brasil a se reunir com a *Augusta Assembléia,* já no final de Agosto de 1821.

Por toda a América portuguesa, o sucesso obtido pelos insurgentes portugueses viria a instigar investidas liberais ao longo desse hemisfério, como foi o caso da Convenção do Beberibe. O movimento, iniciado em 29 de Agosto de 1821, fora responsável pela destituição do governo de Luiz do Rego Barreto, militar português, e o maior repressor da Revolução Pernambucana, ocorrida em 1817. A Insurreição de 1817, também de caráter liberal e constitucionalista, obteve a proeza de instituir um breve regime republicano na capitania, o qual teria durado por cerca de 75 dias. Para a infelicidade dos pernambucanos, a audácia dos revolucionários liberais fora considerada como um crime de "lesa-majestade", delito grave, tendo todo o centro urbano da capitania vivenciado uma violenta repressão, que reafirmou o despotismo do Estado vigente. Entendendo a Convenção de 1821 como um reflexo direto da Insurreição do Porto - e instigada também pelo desejo de reparação por 1817 -, Lopes Gama relacionou as três manifestações na primeira edição do seu periódico:

> Foi nessas circunstâncias pois, que o grito da liberdade rompendo nas margens do Douro por nossos Irmãos do Antigo Mundo, soou pela segunda vez em as saudosas ribeiras do desolado Beribe. Os Pernambucanos, que já haviam saboreado o fruto, bem que prematuro, de um governo liberal, e que para o sustentarem tinham sofrido enormes males, viram despontar os dias de sua suspirada fortuna[5].

O CONCILIADOR: SER ÚTIL, SEM OFENDER

Entre 1821 e 1822, evidenciou-se no Brasil - e em todo Reino Unido de uma forma geral - uma significativa divisão partidária, referente a qual modelo Estatal deveria vingar para o Império. Entre as expectativas que eram nutridas pelos apoiadores de um novo sistema constitucional - incluindo Lopes Gama -, esperava-se que o liberalismo proclamado

5 Trecho da edição nº1 do *Conciliador Nacional,* reproduzido no jornal *O Volantim,* no dia 16.09.1822.

pelos revolucionários portugueses atendesse às peculiaridades de cada parte do Império. Dentre essas especificidades, ressalta-se os problemas sociais e econômicos que seriam fruto do colonialismo português.

Durante todo o tempo de trabalho dos constituintes, cujas reuniões tiveram início em Janeiro de 1821, estendendo-se até Novembro de 1822, o meio impresso - luso e brasiliense - fora fundamental para a divulgação de suas atividades. Muito além de noticiar, os redatores desses impressos opinavam, criticavam e polemizavam as decisões tomadas em Assembléia. Entretanto, para o desgosto dos constitucionalistas brasilienses, a realidade vivenciada pelos seus representantes nas *Cortes Extraordinárias* contrastava profundamente com as expectativas criadas sobre o processo de finalização do regime absolutista. Entre as diversas discussões que foram redigidas ao longo de quase dois anos, destacou-se no meio periodista brasiliense as repercussões negativas da contínua exigência da volta de *Sua Alteza Real,* o príncipe regente Pedro Alcântara, e o retrocesso político provocado pelo Decreto de Outubro de 1821, promulgado pelas Cortes. Na concepção de Lopes Gama, uma possível partida do príncipe estabeleceria uma situação crítica no Brasil, considerando ele que, a permanência do nobre seria a única maneira de sustentar uma ligação entre a família "*luso-brasílica*":

> Sendo nosso parecer, que o Senhor Princípe real não deva sair do Brasil pela necessidade de um centro comum, nexo político, representação de reino; e sobretudo para obstar as loucas pretensões de Democracias, impraticáveis (ao menos por estas gerações mais próximas), neste vastíssimo continente, cuja cultura rural e mental está quase no berço; parecendo-nos outro fim ser este o único meio de ter sempre ligada a Grande família luso-brasílica (...)[6].

Entre as medidas presentes no Decreto que fora promulgado pelas Cortes Lisboetas, destacou-se: a extinção de todas as repartições públicas criadas durante o governo Joanino, a alteração dos títulos de "capitanias", que agora seriam províncias redigidas por Juntas Governativas, e a formação de um governo de armas em cada província, sob o comando das Cortes e do Rei. Tais determinações, vieram a gerar uma significativa onda de rejeição na sociedade brasileira, cuja moralidade já teria sido atacada por redatores portugueses, que ao justificarem a necessidade da permanência da família real em terras lusitanas, referiram-se aos brasilienses como "negrinhos" que conviviam com "macacos e serpentes".

Como resultado, ao longo do ano de 1822, testemunhou-se um acirramento de ânimos entre portugueses e brasileiros, cujas emoções dos cidadãos seriam amplamente

6 Trecho da edição nº1 do *Conciliador Nacional,* reproduzido no jornal *O Volantim,* no dia 18.09.1822.

expressadas através do meio impresso. Ainda na primeira edição do *Conciliador,* o padre beneditino condenou o uso de expressões "insultadoras", usadas por alguns redatores deste hemisfério a fim de atacar a *"Assembléia mais respeitável que tem os governos"*[7]*.* Entretanto, o autor também demonstrou-se decepcionado com o seguimento das discussões na Assembléia, assim como a rejeição enfrentada pelos Deputados brasilienses, cujo tratamento não condizia com os princípios liberais apregoados pelas Cortes, já que em tese, esses deveriam ser partes equivalentes de um mesmo Reino Unido. Ainda afirmou que, a ameaça do envio de tropas para terras brasílicas, cujo principais alvos seriam a região do Rio Janeiro e Pernambuco, não *"inculcam tanta fraternidade, como nos apregoava o manifesto"* [8]*.*

Finalizando a discussão, Lopes Gama reconhece a possibilidade de uma separação política em última instância. Caso a *Augusta Assembléia* não atendesse às reclamações*,* a forma mais justa de prosseguir seria elaborando um manifesto, justificando o desligamento do Brasil do Reino Unido. O jornalista ainda afirma que, apesar das adversidades, os brasilienses não deveriam se desvincular dos verdadeiros princípios liberais, e desacreditar do sistema constitucionalista e os moldes representativos do poder legislativo. Devido à fragilidade das recentes garantias constitucionais, cultivar respeito pelo Soberano Congresso era fundamental, contudo, não estando ele isento às contestações, ou até mesmo, a uma dissolução. O redator defende a sua posição: "*O que pretendemos, porém é, que apesar destas faltas, ao nosso parecer irremediáveis, nos não desliguemos dos verdadeiros princípios do Governo Constitucional, e que a força de um liberalismo mal entendido cheguemos a cair nos abismos da Anarquia*" [9]*.*

POR QUE HÁ DE PORTUGAL PERDER SEU BRASIL? POR QUE HÁ DE BRASIL DE PERDER O SEU PORTUGAL?

Os projetos políticos propostos em Cortes divergiam frequentemente. Os Deputados, divididos em diferentes "facções", labutavam pela predominância de seus interesses, principalmente os econômicos. Dessa forma, a variedade entre as bancadas manifestava-se desde os políticos que queriam alinhar-se às propostas brasileiras, até aqueles que pretendiam subjugar o Brasil através do envio de tropas. As discussões redigidas em Cortes eram comumente registradas e comentadas na imprensa, cujo o próprio atraso

7 Ibidem.

8 Trecho da edição nº1 do *Conciliador Nacional,* reproduzido no jornal *O Volantim,* no dia 19.09.1822.

9 Ibidem.

das comunicações transatlânticas atrapalhava a reprodução dos conteúdos. Na quarta edição do *Conciliador,* publicada em 4 de setembro de 1822, Lopes Gama demonstrou-se indignado com um dos discursos reproduzidos por um dos representantes portugueses:

> Perca-se embora o Brasil (disse um ilustre Deputado em Lisboa) percam-se quatro Brasis, mas não se perca a honra Nacional. Que belo Representante da Nação Portuguesa! que furor de partido! Que demarcada bazófia! Porque há de Portugal perder o seu Brasil? porque há de Brasil perder o seu Portugal? Não será possível sustentar ligada a Grande-família para a felicidade de ambos os mundos? Uma grande parte dos nossos Irmãos Europeus, avexados de longos anos a olhar o Brasil, como granjas, e feitorias da antiga Metrópole; (...) estranham, e se revoltam que o Brasil, que eles conheceram acanhado pupilo, queira deixar as manguinhas de fora; e por mais filosofias, direitos do homem, leis sociais, com que lhes argumentem, custa-lhes a conceber, como pode este Reino estar unido a aquele sem a antiga dependência, proteção, e tutoria.[10]

Tal colocação teria sido feita pelo Deputado Manuel Fernandes Tomás, um dos principais expoentes da bancada "integracionista", a *"facção mais forte, ou pelo menos a mais barulhenta"* (RIBEIRO, 2002, p. 32). Os discursos em defesa da honra e dignidade portuguesa seriam frequentemente instrumentalizados nas reuniões em Cortes, chegando a sugerirem que, caso o Brasil não quisesse se submeter às condições impostas pelas bancadas portuguesas, deveriam se separar.

Discorrendo sobre as desvantagens para Portugal da emancipação brasileira, em um misto de preocupação e crítica, o beneditino rebate o discurso do integracionista. Promovendo uma análise histórica de como as relações entre os países - estabelecidas através do domínio colonialista -, foram e ainda eram essenciais para a manutenção do Império Português, o redator pontuou: "*Diga o que quiser o Sr. F. Thomas; a verdade clama de todas as partes, que se o Brasil sofre de grandes incômodos na desunião: Portugal sem o Brasil paquêa nos abismos da desgraça para nunca mais aparecer na lista de Nações da Europa* (...) " [11]*.*

O redator ainda lamenta a situação vivenciada pelos Deputados brasileiros em terras lusitanas, que além de obrigados a aturar o sarcasmo e desprezo do Congresso, ainda tinham de aturar os ataques de redatores portugueses. Lopes Gama admite que os brasilienses possuíam motivos mais que suficientes para *"dissolver o pacto",* contudo, as circunstâncias não deveriam ser um pretexto para condenar o povo português como um

---

10 Trecho da edição nº4 do *Conciliador Nacional,* reproduzido no jornal *O Volantim,* dia 3.10.1822.

11 Ibidem.

todo. Havendo a opção de manter a integridade nacional - no caso, a do Reino Unido -, se ela era mutuamente vantajosa, que os brasilienses se "desligassem" daquele Congresso, mas que *"não percamos por isso a amizade de nossos irmãos".* Insistindo nessa ideia, o periodista ainda chega a encenar um cenário hipotético, onde as Cortes estariam de acordo com o desenvolvimento de uma Constituição propriamente brasileira, havendo centros de poder executivo e legislativo independentes. Finalizando a quarta edição do *Conciliador,* o beneditino conclama os brasileiros a se unirem em uma só vontade, cuja liberdade "periga" e o cativeiro seria pior que a morte.

CORTES: INJUSTAS, LOUCAS E RECOLONIZADORAS

Ao longo do ano de 1822, os brasilienses observaram sua autonomia enquanto unidade política esvair-se devido às medidas do Decreto de Outubro. O projeto, seria resultado de uma política "recentralizadora", elaborada para as antigas colônias do Reino Unido, cujo principal objetivo seria a retomada do posto português enquanto metrópole econômica e política. O descontentamento era visível, desde as classes mais populares até as elites. Essa última, fora intensamente afetada pela extinção das repartições públicas, além das propostas de unificação comercial, que limitaria sua liberdade enquanto negociantes.

Durante esse período, diversos impressos brasileiros entraram em um movimento de insurgência contra a política promovida pelas Cortes, intitulando o projeto integrador de "recolonizador". Em 30 de setembro de 1822, as Cortes Portuguesas aprovaram seu projeto constitucional. Na antiga metrópole, a instituição de um novo governo constitucional contava com o apoio de diversos segmentos sociais, os quais vibraram com as promessas feitas pelos liberalistas de Porto. Contudo, o novo sistema não obteria o apoio completo de alguns setores mais conservadores da sociedade portuguesa. Manifestações, protestos e levantes contra o novo sistema se fizeram presentes. Em 23 de Fevereiro de 1823, a província portuguesa de Trás-os-Montes tornou-se o cenário de um movimento contrarrevolucionário, que se oporia aos preceitos louvados da Revolução do Porto. O levante, que ficou conhecido como *Revolta do Conde de Amarantes,* foi coordenado pelo militar Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, e teria causado uma sublevação na região ao clamar pela volta do antigo regime absolutista.

Na edição de nº 17 do *Conciliador Nacional,* o autor comenta a repercussão da notícia na sua região, demonstrando-se desapontado ao observar que alguns cidadãos que *"alardeiam de liberais"*, aplaudiam a desordem na província portuguesa. Apesar de

não ter certeza da veracidade das notícias transmitidas, Lopes Gama deixa claro que, se os atos do Conde de Amarantes eram contra o despotismo da gestão do governo provincial, esse seria digno dos *"louvores da Pátria"*. Caso contrário, se as intenções do nobre fossem um atentado contra o *"Santíssimo sistema Constitucional"*, o padre desejava sua completa destruição. Considerando a emancipação política do Brasil como uma realidade já consumada, o redator condena a atitude de seus conterrâneos, e deseja um decidido triunfo aos portugueses contra os inimigos da causa constitucional:

> Que importa, que uma facção daquelas cortes se declarasse nossa inimiga. Eles querendo recolonizar o Brasil foram injustos, e loucos: nós emancipando-nos, fizemos o nosso dever, e nos constituímos em outra nação: desejar por isso que Portugal, ou outro qualquer país torne aos pesados ferros do despotismo, é não ter ideias, senão de escravo, é ser egoísta e malvado. Portugueses, vós tem sido iníquos contra os Brasileiros; vós os tendes querido escravizar: embora; a vossa injustiça não nos autoriza para também a praticarmos: e um brasileiros vos deseja decidido triunfo contra todos os inimigos da grande causa constitucional; porque está intimamente convencido, que o Governo absoluto é o maior de quantos males flagelam a sociedade humana. (...)[12]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Do título dessa nossa folha, e da epígrafe, que tomamos por tema, bem se deixa conhecer quais sejam as intenções, com que escrevemos". Em meio às efervescências políticas vivenciadas no período da Independência, o Conciliador Nacional surge enquanto meio expositivo carregando a premissa de imparcialidade, principal objetivo, mas não isentando-o de partidarismos. Ao longo da publicação da folha, Lopes Gama buscou manter uma postura pacificadora perante os conflitos entre lusos e brasilienses, cujos atritos, na sua opinião, teriam como principal motivação o projeto recolonizador redigido em Cortes.

Escrevendo sob a iminência de ser um cidadão de uma nação independente, o redator se opôs inicialmente à proposta separatista, e usaria de termos emblemáticos como "*família luso-brasílica*", e "*nossos irmãos europeus*". Posteriormente, render-se-ia às circunstâncias, porém sem pôr em dúvida seus preceitos enquanto um ferrenho liberal, cuja identidade patriótica era intrínseca à defesa do constitucionalismo. Os conceitos de "irmandade" comumente pautados em seu periódico, muito mais do que uma conexão histórica, social ou genética, referem-se à fraternidade proclamada pela ideologia Liberal.

12 Trecho da edição n°17 do *Conciliador Nacional*, reproduzido no *Correio do Rio de Janeiro*, no dia 13.08.1823.

Os fundamentos liberais empunhados pelos revolucionários de Porto, os irmãos europeus, acabaram por não se demonstrar extensíveis para todos os membros do Império Português. Todavia, isso não impediu Lopes Gama de continuar promovendo os mesmos ideais que teriam sido louvados na Revolução, em prol de sua causa maior, a do movimento constitucionalista.

REFERÊNCIAS

BERBEL, Márcia Regina. **A retórica da recolonização.** In: JANCSÓ, István (org.). *Independência*: história e historiografia. São Paulo: Hucitec, 2005.

BERNARDES, Denis. **O patriotismo constitucional:** Pernambuco, 1820-1822. Editora Universitária UFPE, 2006.

CABRAL, Flavio José Gomes. **Conversas reservadas:** "vozes públicas", conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

CABRAL, Flavio José Gomes. O povo nas ruas: cultura, disputas e alianças políticas em Pernambuco (1820-1822). **Almanack***,* Guarulhos, n. 30, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/alm/a/KFxcDwFyKyNN57jjqBjb5FS/abstract/?lang=pt. Acesso em: 20 set. 2022.

CARDOSO, António Barros. **Liberais e absolutistas no Porto:** (1823-1829). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, p. 259-289, 2014.

CORREIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 13 ago. 1823. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib= 749370 & pesq=conciliador% 20Pernambuco & pasta=ano% 20182 & hf= memoria.bn.br & pagfis=753. Acesso em: 14 set. 2022.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Diccionario Biographico de Pernambucanos Celebres**. Recife: Typographia Universal, 1882, p. 723.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. A república em negativo: o sistema conceitual do padre Carapuceiro. **Almanack,** Guarulhos, n. 03, p. 99-115, 1º semestre de 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2236-463320120308. Acesso em: 09 set. 2022.

FELDMAN, Ariel. A mesma independência: a atuação pública de um unitário pernambucano (1822-1823). **Revista tempo**, v. 20, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1413-7704-tem-1980-542x-2014203611.pdf. Acesso em: 09 set. 2022.

LEME, Marisa Sáenz. Soberania, centralização, federação e confederação no discurso jornalístico da Independência: a visão de "O Conciliador Nacional.". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro***,* v. 169, p. 29-62, 2008. Disponível em: OS_CEMITERIOS_COMO_UMA_QUESTAO_DE_CONSELHO_DE_ESTADO-_Revista_do_IHGB_-_pagina_295_em_diante-with-cover-page-v2.pdf (d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net). Acesso em: 09 set. 2022.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A "guerra de penas": os impressos políticos e a independência do Brasil. **Tempo***,* Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 41-65, 1999.

O VOLANTIM*,* Rio de Janeiro, 16 set. 1822. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700410&pesq=conciliador%20nacional&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.br&pagfis=51. Acesso em: 14 set. 2022.

O VOLANTIM*,* Rio de Janeiro, 18 set. 1822. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700410&pesq=conciliador%20nacional&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.br&pagfis=60. Acesso em: 14 set. 2022.

O VOLANTIM*,* Rio de Janeiro, 19 set. 1822. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700410&pesq=conciliador%20nacional&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.br&pagfis=62. Acesso em: 14 set. 2022.

O VOLANTIM*,* Rio de Janeiro, 03 out. 1822. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700410&pesq=conciliador%20nacional&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.br&pagfis=110. Acesso em: 14 set. 2022.

RAMIRES, Mário Fernandes. Tipografias e tipógrafos em Pernambuco, 1815-1824. **CLIO: Revista Pesquisa Histórica,** v. 35, n. 1, p. 136-153, 2017. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7186265. Acesso em: 09 set. 2022.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção:** identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro, Relume Dumará, FAPERJ, 2002.

VARGUES, Isabel Nobre. **Insurreições e revoltas em Portugal (1801-1851):** subsídios para uma cronologia e bibliografia. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1985.

AS DOENÇAS NAS PÁGINAS DOS JORNAIS: UMA ANÁLISE DA IMPRENSA PARAIBANA ACERCA DA FEBRE AMARELA E DO CÓLERA (1850-1862)

Milena de Farias Dôso[1]

RESUMO

Esse artigo tem por objetivo analisar a divulgação de notícias dentro dos jornais O Reformista (1850) e A Regeneração (1862), sobre as doenças que assolaram a Paraíba durante o século XIX. Desse modo, pretendemos mostrar os discursos que circulavam na época em relação ao combate e as recomendações que se faziam sobre o cólera e a febre amarela. Assim, discutiremos como os periódicos serviam ao poder público e os diferentes interesses que impulsionavam a circulação desses impressos na divulgação dos novos saberes médicos e sanitários, atuando como aliados nas mudanças higienistas da época. Desse modo, nos apoiaremos no trabalho das historiadoras Mariano e Targino (2016), que dialogam sobre as questões acerca das doenças na imprensa paraibana entre as décadas de 1850 e 1860, assim como nas questões levantadas por Barbosa (2007), Chartier (2002) Luca (2005) e Alexandre (2009). Metodologicamente, problematizaremos os discursos trazendo trechos das matérias vinculadas nos jornais da época.

Palavras-Chave: Doença, medicina, jornais, imprensa.

As doenças fazem parte do coletivo, permeando todas as diferentes classes, raças, gêneros. Roger Chartier nos permite pensar as enfermidades como estudo dentro da própria História Cultural: “a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (2002, p. 17). Ele ainda afirma:

> [...] trabalhando assim sobre as representações que os grupos modelam deles próprios ou dos outros [...] a história cultural pode regressar utilmente ao social, já que faz incidir a sua atenção sobre as estratégias que determinam posições e relações e que atribuem a cada classe, grupo ou meio um constitutivo da sua identidade. (2002, p. 23)

Desse modo, as estratégias que permeiam o campo cultural permitem o estudo de grupos sociais a partir de fontes diversas, como o uso de livros, jornais, periódicos, revistas, cordéis, do mundo dos impressos em geral. Essas novas abordagens de pesquisa facilitam o estudo da saúde e das doenças dentro da historiografia:

---

1 Mestranda em História pelo PPGH (Programa de Pós-Graduação em História) da UFPB. Email: milenadoso2@gmail.com

> a abordagem da doença como fator social problematizada, está relacionada a renovação temática advinda da História Cultural, que passa a considerar não somente os fatores econômicos, mas incluem em suas pesquisas "o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões antes ausentes do território da História" (LUCCA, 2005, p. 113 apud MARIANO e TARGINO, 2016, p. 861)

No específico dessa pesquisa, trabalhamos com o cotidiano da morte no século XIX, mais precisamente com os surtos do cólera e febre amarela, entre os anos de 1850 e 1862, na Província da Paraíba. A partir disso, veremos como as mudanças higienistas foram decisivas nas transformações que ocorreram nos espaços públicos e privados. As recomendações médicas sobre a forma de tratar o cólera, por exemplo, estamparam muitas páginas de jornais e revistas de saúde da época. Assim, percebe-se a importância desses periódicos para o controle das doenças e da própria população.

Por muitas vezes quando iniciamos nossa trajetória no mundo da pesquisa história, imaginamos que o jornal seria uma espécie de "fonte secundária", em relação as outras fontes que costumeiramente trabalhamos no estudo das doenças e da morte – Livros de Óbitos e Relatórios de Províncias – mas o erro torna-se claro: é inerente ao nosso trabalho, a compreensão da importância do material jornalístico e sua contribuição para a historiografia.

A professora Socorro de Fátima Pacífico Barbosa[2] em seus escritos, por exemplo, nos abre os olhos para pensar sobre os jornais quando não eram considerados nem mesmo fontes de pesquisa. Enxerga-los como percussores das práticas culturais do Romantismo, e saber que, por isso, a história literária do Brasil ganharia pelo menos 10 anos se tomasse os jornais como ponto de partida. A própria história da imprensa no Brasil, a partir do texto da autora Marialva Barbosa[3], nos faz entender suas respectivas fases, sobretudo a partir da década de 1970, com o redimensionamento da importância da imprensa como objeto de estudo.

No específico caso dessa pesquisa, muitas das notificações sobre as doenças e seus tratamentos, por exemplo, chegavam a um maior número de pessoas através dos jornais. Em meados do século XIX, a Paraíba, assim como várias outras Províncias do Brasil, vivenciou dois grandes males endêmicos: a febre amarela e o cólera. A febre amarela é uma doença viral aguda, com vários sintomas, entre eles: febre, dor de cabeça,

2 BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. JORNAL E LITERATURA: a imprensa brasileira no século XIX. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

3 BARBOSA, Marialva. História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

náuseas e vômitos. A doença pode evoluir e causar pioras hepáticas, cardíacas e renais de forma fatal.

Já o cólera, em termos gerais, se caracteriza por uma grave infecção bacteriana no intestino, causando fortes diarreias e vômitos, levando a um intenso quadro de desidratação, que desencadeia outros sintomas, como baixa pressão arterial, ausência de urina, pele ressacada, entre outros. Todos esses fenômenos, na maior parte das vezes, levavam à morte.

Ambas as doenças causaram um assombro geral na população e deixaram impactantes números de mortos. No caso da febre amarela, uma das medidas profiláticas adotadas foi a construção de lazaretos, uma espécie de hospital de quarentena distante para os doentes. O controle da entrada de navios nos portos para evitar que a doença se espalhasse também foi uma dessas medidas. Roberto Lallemant (1851), aponta que os meses de março, abril e maio foram os mais lúgubres dentro da epidemia. De acordo com ele, a morte se mostrava em todos os lugares, em todas as classes da sociedade.

Por conta da doença, a própria rotina da população foi afetada:

> O cotidiano da população foi alterado pelo temor da febre. As procissões chegaram a ser canceladas, pelo medo da concentração de pessoas e o risco de proliferação da doença. Até mesmo o som dos sinos das igrejas foi silenciado [...] as mudanças também afetaram a própria rotina de funcionamento da Assembleia: os deputados deixaram de se reunir durante meses, pois, temiam a aproximação de pessoas que circulavam pelo prédio do legislativo. (MARIANO E MARIANO, 2012, p. 10)

Mas enquanto a febre amarela tornou-se mais presente na capital da Província paraibana do que no interior, o cólera espalhou-se para muitas das vilas locais e seus registros de óbitos se tornaram mais latentes. Muitos acreditavam que o cólera teria o mesmo efeito que a febre amarela demostrou: uma taxa de morte não era tão devastadora. Mas, segundo Mariano e Mariano (2012), a doença chegou como um furacão, ceifando a vida de quase vinte e seis mil pessoas, numa população que não chegava aos trezentos mil habitantes.

Os dois principais surtos do cólera aconteceram nos anos de 1856 e 1862, esse último em menor intensidade. Quando a doença se anunciou na Paraíba, o governo tomou novas medidas de quarentena, sobretudo para a capital. Muito embora os paraibanos já estivessem bastante familiarizados com a febre amarela que assolou a região no mesmo período da década de 1850, o cólera dizimou muitas vidas em um curto espaço de tempo, causando alarme generalizado.

Muitas das informações que chegavam sobre as doenças vinham pelos periódicos

circulantes. Os jornais dialogavam com uma população que geralmente carecia de atendimento médico rápido. Assim, traziam notícias sobre as formas de transmissão das enfermidades, o que consumir para diminuir a letalidade dessas e os principais lugares que as epidemias avançavam.

Durante o período da febre amarela (1850), na Província da Paraíba, alguns periódicos mostravam – com o devido cuidado de não desrespeitar o estudo legal da Medicina – como a população buscava, muitas das vezes, o tratamento da doença através dos remédios que já conheciam e que eram administrados mesmo sem a prescrição de médicos formados.

Em um trecho do jornal O Reformista (1850):

> Não pretendemos emitir um juízo a respeito dos sistemas de Hippocrates e Hanneman; e seria insuportável charlatanismo se pretendêssemos fallar a respeito daquillo, de que não temo o menor conhecimento; esta honra, se honra é, pertence a outros, que para tudo se julgão habelitados. Mas em vista dos factos, que se tem dado na crise por que estamos passando, é fora de duvida, que a velha medecina, como lhe chamão, tem colhido os milhores resultados com os sudoríficos, e evacuantes, não havendo um só, que assim tratado, tenha ficado iterico. Não queremos porém dizer que os discípulos de Hanneman tenhão sido infelizes com a aplicação de suas dozes infenitesimaes, e alguns factos em seo abono temos ouvido referir. Mas quando, graças a Divina Providencia, o mal tem sido de tal natureza, que muitas pessoas se ha estabellecido sem aplicação de remédio algum; quando um grande numero **não tem tomado o trabalho de consultar os** Medicos, e se cura com os remédio já conhecidos. (27/04/1850)

E as notícias sobre o cólera na maioria das vezes, apareciam na seção “Notícias Diversas” ou na coluna “A pedido”, como requisição dos próprios leitores que necessitavam saber meios de combater a doença. O escrito, assim, traz indicações de chás, cataplasmas, remédios como elixir paregórico etc.

No jornal A Regeneração (1862):

> Deve a pessoa assim acommetida de qualquer desses incommodos: abster-se de comer - agasalhara-se bem - tomar um escaldapés até os joelhos, com cinza, sal ou mustarda, pondo depois sinapismos nas pernas - tomar de quarto em quarto, da meia em meia hora, ou de hora em hora, conforme a intensidade do mal, uma chicara de infusao de macella, hortelã-pimenta, grelos de larangeira ou outra qualquer, bem quente, e branda juntando a essa infusão alguns pingos ou gottas de elixir paragorico americano, de seis a vinte gotas para cada infusão, conforme a susceptibilidade da pessoa que as tomar, conforme for a diarrhéa mais ou menos pertinaz ou renitente; porque, se esta ceder logo, e pararem os vômitos, havendo-os, é preciso parar com o elixir, continuando apenas com as infusões e agasalho, afim de entreter a transpiração livre. (22/02/1862)

Nessas próprias colunas, ainda aparecem quais os sintomas para identificar a doença, diferenciando o que seria o cólera da colerina – versão mais branda do mesmo mal. Assim, deveriam as pessoas ficarem atentas à vômitos, diarreias, espasmos, mal-estar e tudo que possa se relacionar com a doença.

Outra questão importante de destaque nos periódicos era a respeito da alimentação dos doentes. Em “A Regeneração”, de 1862, aparece o seguinte indicativo sobre o consumo de pimenta “na Asia, paiz do cholera por excellencia, para combate-lo, usam de comer uma papa de pimenta em alta dose; estando verificado, que os que não morrem logo depois que a comem salvam-se”.

Analisando as doenças nas páginas dos jornais, podemos entender que os textos desempenhavam um papel social para com as pessoas que consumiam o seu conteúdo. Eram importantes veículos de informação, sobretudo em um período de tanto temor, para uma população que, por vezes, carecia de maiores notícias sobre uma enfermidade que ceifava a vida de tantos familiares, amigos ou conhecidos.

É importante destacar que os jornais, assim como qualquer outra fonte, não eram isentos de intenção, trabalhando muitas vezes em consonância com os interesses do governo, sejam quais fossem. A Regeneração (1862), por exemplo, se denominava um “um jornal político, literário, noticioso e comercial”. Declarava ainda seu apoio ao Governo Provincial e ao presidente da Província, Francisco de Araújo Lima, cujo governo se estendeu de maio de 1861 até fevereiro de 1864.

Desse modo, acreditamos que os estudos das doenças e seus contextos de morte por muito tempo foram observados unicamente com o olhar patológico e com fontes puramente médicas. Passar a problematizar as enfermidades enquanto produtos socioculturais abre um amplo panorama de pesquisas e de referências, olhando as moléstias através de jornais, crônicas, imagens, reportagens etc.

REFERÊNCIAS

FONTES

A REGENERAÇÃO, ano 2, N. 74, Paraíba do Norte, 13 de Fevereiro de 1862. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 05 de maio de 2021.

A REGENERAÇÃO, ano 2, N. 77, Paraíba do Norte, 22 de Fevereiro de 1862. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 05 de maio de 2021.

O REFORMISTA, ano 1, N. 33, Paraíba do Norte, 27 de Abril de 1850. Disponível em: cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html. Acesso em 23 de agosto de 2021.

BIBLIOGRAFIA

ARIÈS, Philippe. **O Homem Diante da Morte**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e Literatura**: a imprensa brasileira no século XIX. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

CHARTIER, Roger. A História Cultural entre práticas e representações. São Paulo: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. As Revoluções da Leitura no Ocidente. In: Leitura, história e história da leitura/

Marcia Abreu (org.). Campinas, SP: Mercado de letra: Associação de leitura do Brasil: São Paulo: Fapasp, 1999, p. 19-33.

KODAMA, Kaori. **Epidemias e tráfico: os discursos médicos e debates na imprensa sobre a febre amarela (1849-1850)**. In: Franco, Sebastião Pimentel; Nascimento, Dilene Raimundo; Maciel, Ethel Leonor Noia. (Org.). *Uma história brasileira das doenças*. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, v. 4, p. 35-49.

LALLEMANT, Roberto. **Observações ácerca da epidemia de febre amarella do anno de 1850 no Rio de Janeiro, colhidas nos hospitaes e na policlínica**. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. De J. Villeneuve e Comp., 1851.

LE GOFF, Jacques. **As doenças têm história.** Lisboa: Terramar, 1985.

LOPES RODRIGUES, C.. **Humores e Temperamentos**: considerações sobre a teoria hipocrática. Páginas De Filosofia (São Bernardo Do Campo), v. v. 9, n. 2, p. 109-120, 2020.

LUCA, Tania Regia. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MARIANO, S. R. C.; MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **O Medo Anunciado:** a febre amarela e a cólera na província da Paraíba (1850-1860). Fênix (UFU. Online), v. 9, p. 1-20, 2012.

MARIANO, S. R. C.; TARGINO, E. B. L. . **As Doenças Virando Notícias**: Os Discursos Sobre Doenças Na Imprensa Da Paraíba (1850-1860). In: XVII Encontro Estadual de História ANPUH-PB, 2016, Guarabira. XVII Encontro Estadual de História ANPUH-PB História: Conhecimento e Profissão, 2016. v. 01. p. 1-11

REIS, João José. **A Morte É Uma Festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. **O cotidiano da morte no Brasil oitocentista**. In: Luiz Felipe de Alencastro. (Org.). História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 95-141.

"*MOLEQUE, CRIOULO, BONITA FIGURA E FALA ATRAVESSADA*": O VOCABULÁRIO DA ESCRAVIDÃO NOS ANÚNCIOS DE JORNAL EM PERNAMBUCO (1840-1843)

Pedro Ivo Szpak Furtado Correia[1]

RESUMO

Este trabalho aborda as potencialidades históricas de uma perspectiva linguística do vocabulário dos anúncios de escravos, no Diário de Pernambuco, entre 1840 e 1843. Almeja descortinar a experiência da escravidão, através da imprensa; conhecer as características do mercado de escravos em Pernambuco; e estudar a participação da sociedade no tráfico ilegal. Adota a observação quantitativa dos signos linguísticos e sua subsequente análise qualitativa com o auxílio da historiografia específica.

Palavras-Chave: Pernambuco, Escravismo, Tráfico, Anúncios.

Em nenhum lugar das Américas se instituiu, como no Brasil, a escravidão, em tão larga escala. 44% de um total de onze milhões de africanos deportados, desembarcados vivos, vieram para o território brasileiro, entre 1550 e 1856 (BRASIL, 2010, p. 1). A título de comparação, outro grande país escravista do continente, os Estados Unidos, praticante do tráfico de cativos por pouco mais de um século, recebera 5,5% desse total.

Diversas tentativas de pôr fim ao tráfico atlântico tomaram forma ao longo do século XIX. Em 7 de abril de 1831, o primeiro imperador do Brasil independente abdicara e, em 7 de novembro daquele ano, sob administração regencial, fora promulgada a lei Feijó, medida que, na prática, tornava livre qualquer africano desembarcado no Brasil posterior àquela data. Novamente, isso não impedira que em torno de 710 mil cativos africanos chegassem ao Brasil, entre 1831 e 1856 (BRASIL, 2010, p. 2).

Em setembro de 1837, resigna o padre Diogo Feijó e eleva-se a regente o pernambucano Pedro de Araújo Lima, futuro marquês de Olinda. Encerra-se a fase liberal, federalista e descentralizadora da Regência e inicia-se o regresso "à ordem", à autoridade e ao executivo centralizador fortalecido.

No gabinete dos "regressistas" está Bernardo Pereira de Vasconcelos como Ministro do Império e da Justiça, ferrenho opositor do tratado de abolição da escravidão com os ingleses e muito pouco preocupado em fazer cumprir a lei de 1831 (BETHELL, 2002, p.

1 Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). pedroisfcorreia@gmail.com / pedro.szpak@ufpe.br

108). Com efeito, a lei Feijó era tão letra morta que até a pressão pela sua revogação cessara aos poucos (BETHELL, 2002, p. 109).

Francisco do Rego Barros, por sua vez, barão, visconde e conde da Boa Vista, conservador, senhor de engenho e escravista, alcançou o cargo de presidente da província de Pernambuco no final dos anos 1830 e ali permaneceu até quatro anos depois da Maioridade de Dom Pedro. Apesar de ter um governo marcado por reformas e modernizações, principalmente na cidade do Recife, era constantemente sugerida, na imprensa política da capital, a sua conivência, quando não participação direta, com o tráfico ilegal de escravos africanos.

Afinal, antes da lei Feijó, existia uma sistematizada rotina portuária para o tipo de comércio em questão (CARVALHO, 2012, p. 227). Depois de 1831, os negreiros deixaram de desembarcar a carga humana nos principais portos atlânticos do Brasil e passaram a operar em outros pontos do litoral (CARVALHO, 2018, p. 126). As praias da Zona da Mata pernambucana eram talvez o lugar melhor fornido de portos naturais, (CARVALHO, 2012, p. 235), contíguos a engenhos de açúcar ou nos limites de povoações sob influência de poderosos proprietários rurais.

O tráfico, contudo, ainda era um negócio ilegal. Mesmo que as autoridades fossem com ele coniventes, não assistiriam seus adversários políticos se beneficiarem da atividade sozinhos (CARVALHO, 2012, p. 241). Muitos se apropriavam de cativos desembarcados sem sua autorização e vários juízes de paz lucraram com a propina (CARVALHO, 2012, p. 243).

Entre 1831 e 1845, aproximadamente quarenta e sete mil cativos foram desembarcados só em Pernambuco (COSTA, 2013, p. 199). Exclusivamente no quinquênio de 1841 a 1845, período sobre o qual intentamos discorrer e no qual quatro anos fazem parte do governo Rego Barros, mais de doze mil africanos tiveram essa província como destino (COSTA, 2013, p. 200).

No censo de 1842, 146 mil cativos foram contabilizados na província pernambucana (CARVALHO, 2010, p. 146). Era no campo onde residia a maioria dos habitantes, escravizados ou não, com uma média de cinquenta e cinco trabalhadores privados de liberdade por propriedade agricultora. Na comarca do Recife, por sua vez, foram citados mais de dezoito mil escravizados (CARVALHO, 2010, p. 90).

A escravidão suntuária era a regra nas casas mais abastadas da capital (CARVALHO, 2010, p. 21). Possuir cativos era sinônimo de poder e status, uma maneira de ascender socialmente. O escravizado em si era a riqueza, o capital, não apenas o fruto de seu trabalho (CARVALHO, 2010, p. 275). Isso explica, em parte, a presença de pelo menos um cativo em grande parte das residências do Recife, desde as camadas

médias às mais altas elites.

Nas páginas do *Diário de Pernambuco*, jornal fundado em 1825, de maior circulação e penetração na sociedade pernambucana letrada, havia sempre um espaço especial destinado aos escravos e escravas. Nada muito dignificante, claro, eram os "classificados" de outrora: os anúncios de compra, aluguel, venda e fuga.

Diz Gilberto Freyre (1979, p. 7) que a história do Brasil oitocentista está nos anúncios de jornais. Era lá onde já se escrevia português "brasileiramente". Diz também o sociólogo pernambucano que a História Econômica do Brasil é, em grande parte, a história do trabalhador negro. Que assim seja.

Os anúncios de compra, aluguel e venda eram mais sucintos e pouco detalhados. Oferecia-se ou solicitava-se um "negro" ou uma "negra", informava-se o ofício desejado ou ofertado, por vezes diziam a idade dos desafortunados e alguma característica física ou pessoal que melhor seduzisse o comprador, finalizando na rua onde o interessado estaria esperando alguém manifestar-se.

Os anúncios de fuga, ao contrário, são minas de ouro para os estudiosos da língua portuguesa, da imprensa e da história social do negro no Brasil. Eles nos contam o que a classe senhorial acreditava que os escravos eram capazes de fazer (CARVALHO, 2010, p. 261). Nos confessam seus costumes, dos públicos aos mais privativos, pelos olhos de seus senhores. Enquanto os anúncios de compra, aluguel e venda nos escondem quem eles eram, sob o manto da mercadoria, os de fuga nos sussurram o que eles poderiam ter sido, da perspectiva senhorial, diante de sua mais sincera humanidade.

Expunha-se o nome do cativo, sua idade, sua "nação", a data de fuga e de onde fugira. Com sorte do senhor, poderia se sugerir um lugar onde o fugitivo fora possivelmente visto pela última vez. Seus traços físicos eram descritos, suas deformações, marcas de nação, tatuagens, sinais de castigo corporal, seus trajes, seus adornos.

Era dito qual era seu ofício, suas habilidades e suas qualidades enquanto trabalhador – e também seus defeitos. Seu temperamento e sua conduta eram sugeridos e também as características psicoculturais de sua fala, como nota Freyre (1979, p. 45). Seu andar, seus gestos, seu olhar, seu sorriso, seus vícios, sua higiene eram destrinchados. Às vezes, até sua posição em relação ao regime em que vivia era adivinhado.

Por fim, rogava-se às autoridades, à polícia e aos capitães de campo que fossem em busca do fugitivo e o reavessem ao seu senhor, também identificado. Podia se oferecer uma recompensa ou prometer ressarcir os gastos na manutenção do cativo enquanto capturado. O senhor deseja ter seu cativo recuperado; por isso, o nível de detalhes no anúncio.

A nossa metodologia adota, nesse contexto, um papel melhor expressado na metáfora do anjo, de Walter Benjamin (2019, p. 14), a entidade de olhos esbugalhados e boca escancarada cuja finalidade, ao voltar os olhos para o passado, é reconstituir, a partir dos fragmentos disponíveis, a memória daqueles injustiçados pelo passado e esquecidos pela narrativa oficial.

É importante, pois, perceber que estamos tentando contar a história dos excluídos a partir da palavra dos vencedores – que seja, então, uma história a contrapelo. Não apenas: temos como fonte um tipo de documento característico por seu viés, por ter uma agenda definida, por seguir uma diretriz de certos grupos de interesse.

É imprescindível adotarmos, em nosso método, uma análise que busque relativizar as "verdades" que o documento nos diz, tentando ser justo com a realidade dos agentes históricos que pretendemos reconstruir. Todo documento escrito tem uma intenção, afinal.

Não podemos deixar de notar que a nossa matéria-prima é a língua. Língua extraída dos jornais e explorada no campo da história social. Nesse ponto, devemos tentar contribuir para o estudo da formação de uma então "língua nacional brasileira", nos moldes em que propõe Ivana Stolze Lima (2012, p. 274), ou para uma então "história social da língua" no século XIX. Nossos resultados evidenciam a importância de explorar a dimensão histórica dos fenômenos linguísticos em português – ou, ainda, o potencial de investigação linguística dos fatos históricos em língua portuguesa.

O conceito de "língua nacional" tem se mostrado pertinente para evocar aspectos sócio-históricos da expansão e nacionalização da língua portuguesa no Brasil. É necessário, portanto, explorar a dimensão histórica dos fenômenos linguísticos, aliando-se com a sociolinguística e a história das línguas. Contudo, reiteramos: o objeto de trabalho tem lugar na disciplina histórica

A partir dessa perspectiva, tivemos, como objetivos, descortinar a experiência da escravidão, buscando recuperar a história de negros e negras no Brasil, valorizando seu passado, suas práticas, sua resistência, suas culturas e suas relações sociais; conhecer as características gerais do mercado de escravos em Pernambuco no oitocentos, as demandas e preferências dos senhores e a condição da travessia no Atlântico; ampliar o conhecimento acerca da conivência ou da participação da sociedade e das autoridades imperiais no tráfico de escravos, após a sua ilegalidade, e da manutenção da escravidão; e expandir a história imperial de Pernambuco, tanto em suas facetas sociais – cotidiano, escravidão, cultura – quanto em suas facetas políticas, em específico, durante o governo dos regressistas e conservadores na província.

Tendo, como fonte, aproximadamente oitocentos e quarenta anúncios de compra,

aluguel e venda e cento e sessenta anúncios de fuga, em trinta e seis edições do *Diário de Pernambuco*, entre 1840 e 1843, organizamos quantitativamente os signos linguísticos (SAUSSURE, 2012, p. 107) presentes nos anúncios em categorias globais, referentes às diferentes caracterizações possíveis de escravos e escravas a partir dessas fontes, a saber: idade, sexo, procedência, ofício; características físicas; doenças, vícios, cicatrizes, deformações e deficiências; características psicossociais; temperamento, personalidade e perfil social; vestimenta; adereços, marcas de nação e de propriedade.

Construímos tabelas referentes a cada uma dessas categorias de estudo e cruzamos cada signo encontrado com a quantidade de suas ocorrências individuais, idênticas ou similares, por anúncio, em cada uma das edições examinadas. A partir dos vocábulos encontrados e classificados, tecemos uma análise qualitativa dos dados, tendo, como apoio, os trabalhos e conceitos de estudiosos da linguagem e da escravidão. Nossas categorias, portanto, surgem do objeto, mas, ao mesmo tempo, são percebidas através de uma bagagem teórica e histórica anterior.

Há, contudo, uma problemática a ser resolvida. Da mesma forma que seria anacrônico um historiador imputar concepções e ideias do presente aos agentes do passado, considerar o significado de signos cognatos ou idênticos no presente como linear ou estático nos levaria a conclusões equivocadas e completamente deslocadas do sentido pelo qual eram usados no oitocentos, como bem denota o estudo evolutivo da linguística diacrônica (SAUSSURE, 2012, p. 123).

Em conseguinte, tivemos o auxílio de dicionários da língua portuguesa – fontes históricas por si mesmos – coetâneos às edições do jornal no século XIX, como o *Dicionário da língua brasileira* (1832), de Luís Maria da Silva Pinto. Há duas vantagens no uso dessa obra como auxílio histórico-linguístico: não parece haver nada de especial na lexicografia de Silva Pinto, se comparado com dicionários da mesma época, apesar de ser um livro barato e de bolso; e, como se tratava de uma "língua brasileira", o dicionário manteve possíveis usos e vocábulos singulares ao nosso linguajar (LIMA, 2006, 42-44).

Entretanto, é importante perceber, à luz de Ludwig Wittgenstein, que os significantes não têm significados isolados por si sós e, apesar de nos utilizarmos de dicionários para alcançarmos seu sentido de outrora, sabemos que ele só é esclarecido sob seu contexto. Aqui, adequa-se o conceito de "jogos de linguagem" (FREITAS, p. 137), a partir do qual percebe-se como é necessário antes conhecer as regras do funcionamento linguístico para depois aplicá-las.

A nossa intenção não é revelar um sentido originário de cada signo, mas a busca do contexto histórico-social que o produziu. A língua funcionaria como uma janela por onde

veríamos a experiência coeva, procurando ouvir o que fora silenciado, sabendo que esse som não seria algo natural, neutro nem autoevidente.

Pensar como um traficante de escravos no século XIX é também compreender seus cativos como mercadorias, uma massa amorfa que se constitui por suas características essenciais à mercantilização. Essa criatura é definida por sua idade e, portanto, por sua "durabilidade" e disposição enquanto trabalhador; por seu gênero e, em consequência disso, também por suas qualidades reprodutivas; por sua procedência, ou seja, pelas percepções eugênicas, por parte de seus senhores, de sua "etnia", de sua "raça", de seu povo; e por seu ofício, de fato, sua função, sua utilidade, sua serventia.

Vimos, nos anúncios do *Diário de Pernambuco*, como mais de 37% dos escravos alugados ou vendidos estavam em uma faixa etária incompatível com uma efetividade da lei de 1831 na supressão do tráfico, ou seja, entre 0 e 15 anos. Claro, é possível que uma boa parte dessas crianças e adolescentes fossem nascidas no Brasil, descendentes de africanos capturados antes da lei anti-tráfico.

O que podemos afirmar, contudo, é a preferência da sociedade senhorial pernambucana por "moleques" ou "molecas", "molequinhos" ou "molecões", "menininhos", "negrinhos", "rapazotes", ou seja, uma primazia de escravos na infância ou na adolescência, entre 11 e 20 anos, representando quase 70% dos anúncios de venda.

"Moleque", aliás, no Dicionário de Silva Pinto (1832), é categórico: um substantivo masculino que define um "preto escravo pequeno", sem espaço para crianças brancas, como hoje em dia falamos.

Nos anúncios de fuga, por outro lado, há um equilíbrio relativo entre as faixas quinquenais de 16 a 30 anos, que juntas representam praticamente 60% das ocorrências. Podemos sugerir duas coisas a partir disso: primeiro, era preciso ser mais velho e, portanto, mais experiente para ter a habilidade e a perspicácia de conseguir fugir e não ser imediatamente capturado, já que escravos recém-chegados não conhecem bem a região e o idioma; e segundo, a afirmação anterior é tão somente limitada pela expectativa de vida dos cativos que, tendo como base somente as estatísticas de fuga, parece não suportar bem após os 40 anos (7% das ocorrências).

É notável a inversão da predominância de um sexo sobre o outro nos dois tipos distintos de anúncios. Mulheres (55%) são mais vendidas, compradas ou alugadas que homens (45%), mas fogem quase três vezes menos que eles (74% *vs.* 26%). Provavelmente, porque as escravas eram muito mais ligadas ao núcleo familiar e às esferas de poder da sociedade senhorial, acompanhando de perto o dia-a-dia dos seus senhores e senhoras, dificultando a fuga.

Dentro da categoria que pode ser compreendida enquanto procedência, “nação” ou “raça”, no vocabulário corrente da época, observamos a predominância (48%) dos signos “negro” ou “preto” – e seus correlatos femininos – nos anúncios de compra, venda e aluguel, seguidos pelo genérico “de nação” (17%) e “pardo”, “mulato” ou “crioulo” (21%).

É possível sugerir, a partir desses dados, que, diante de um contexto de repressão do tráfico, mesmo que ineficiente, esconder a real procedência dos cativos através de nomes genéricos de “etnia” era uma alternativa mais segura do que arriscar ter a origem deles verificada pelas autoridades.

Nos anúncios de fuga, por sua vez, haveria uma maior preocupação em se aproximar da “cor” ou da “etnia” específica do escravo, visto que a intenção primária era reaver o cativo fugido, não tentar burlar a lei de 1831. Por isso, apesar de haver um maior número de “crioulos”, “pardos” ou “mulatos” (30%), indicando uma maior facilidade dos “miscigenados” ou nascidos no Brasil na fuga, vemos a presença marcante de “nações” africanas específicas, como “angola” (18%), “congo” (7%), “benguela” (5%), “rebolo” (5%), “caçanje”, “moçambique”, “cabinda”, “quiçamá”, “baca”, “songo”, entre outras – todas com menos de 4% cada.

Entre os ofícios e as ocupações, vemos um domínio fortíssimo de funções domésticas, “portas adentro”, nos anúncios de compra, aluguel e venda, especialmente entre as mulheres, sendo “cozinheira” (21%), “engomadeira” (15%), “lavadeira” (9,5%), “costureira” (9%) e “mucama” (7,5%) mais da metade das ocorrências. Já nos anúncios de fuga, os ofícios associados a uma maior mobilidade espacial, “portas afora”, predominam, sendo as “boceteiras” (27%) e os “canoeiros” (12%) seus principais representantes.

Nos ocuparemos, agora, de uma dimensão mais “humanizante” do vocabulário do tráfico. Seus enunciantes, apesar de se referirem aos seus cativos e cativas, não podem se furtar de reconhecê-los como pessoas, com características físicas únicas, traços psicológicos individuais e marcas de sociabilidade próprias.

Há uma disparidade significativa nas descrições físicas dos escravizados entre os anúncios compra, venda e aluguel e os de fuga. Isso pode ser, em parte, explicado porque não só o vocabulário comercial tende a ser otimista e elogioso de seus “produtos”, por razões evidentes, como também um proprietário de cativos que desejasse recuperar seu escravo fugido precisaria ser o mais sincero e preciso possível ao descrevê-lo.

Portanto, enquanto, nos anúncios comerciais, há a predominância de escravos e escravas com “bonita figura” (69%) e “robustos” (8%), de forma bem genérica e imprecisa, nos anúncios de fuga há a descrição dos cabelos, do formato do rosto, do tamanho da testa, dos olhos e das orelhas, do nariz, dos beiços, dos dentes, dos queixos, da barba,

dos seios, da estatura, do formato do corpo, da cor, das mãos, das nádegas, das pernas, dos pés, etc.

Interessante notar como, a partir dos signos mais comuns dentro dessas categorias específicas, podemos montar um arquétipo do perfil do escravizado fugitivo em Pernambuco, em meados do século XIX, definido por sua boa figura, pelos seus cabelos brancos, sua cara redonda, sua testa e seus olhos grandes, suas orelhas pequenas, nariz chato, beiços grossos, seus dentes abertos e seu queixo fino; geralmente baixo, forte, de cor fula, com mãos e pés pequenos, delgado do corpo e com pernas e canelas finas. Se homem, pouco barbado. Se mulher, com seios caídos e nádegas empinadas.

É importante denotar uma característica presente exclusivamente nos anúncios de fuga: as doenças, os vícios, as cicatrizes, as deformações e as deficiências, na visão do senhorio. Praticamente todos os fugitivos guardam um aspecto dessa categoria. 18% deles tem cicatrizes e feridas, 14% são coxos, 8,5% tem marcas de bexiga, 5,5% tem defeitos nos dedos dos pés e 5% tem marcas de açoite.

Nos anúncios de compra, venda e aluguel, por sua vez, há ainda mais espaço para uma boa publicidade: 32% dos anunciados são garantidos como “sem vícios” nem “achaques”, enquanto 20% guardam boas “habilidades”, 9% são “recolhidas” e 6% são vendidos por um “preço cômodo”.

A partir de então, temos categorias que são apenas encontradas nos vestígios dos anúncios de fuga, dado o maior nível de detalhamento e preocupação nas descrições. Entre as aqui denominadas “características psicossociais”, temos “fala branda” (16%), “fala atravessada/atropelada” (14%), “fala bem” (11%) e “andar apressado” (9%).

Em “temperamento, personalidade e perfil social”, 14% “intitula-se forro”, 14% é “regrista” e 10% é “conhecido” nas redondezas. Entre as vestimentas dos fugitivos, temos camisas (25%) e calças (12%) de algodão, vestido de chita (11,5%) e chapéu de palha (8%). Por fim, entre os “adereços, marcas de nação e de propriedade”, 23% das ocorrências referem-se à ausência de dentes enquanto “marca de nação”, 19% a marcas de seus proprietários, 15% a brincos e 12,5% a dentes limados.

Como pudemos evidenciar, a partir da presente pesquisa, as potencialidades investigativas, narrativas, críticas e formativas do uso da língua, em suas diversas dimensões, a partir do olhar da ciência histórica, são enormes. Conseguimos aliar uma amplitude de temas, objetos, documentos, agentes e fatos históricos, em uma perspectiva holística, usando o vocabulário e a escravidão como fios condutores de uma análise que confere materialidade aos indícios do passado.

Aliás, o modo pelo qual produzimos nossos meios de vida depende da própria

constituição dos meios de vida que encontramos ao nascermos, ou seja, depende das condições materiais de existência (MARX; ENGELS, 2007, p. 87). Portanto, o conhecimento e a aproximação do passado, através de seus vestígios, são essenciais para a orientação da vida prática no presente.

A ignorância do passado, diz Bloch (2001, p. 63), não se limita a prejudicar apenas a compreensão do presente; compromete, também, a própria ação. Tornar a História palpável, cognoscível, é a melhor estratégia educativa para expandir a compreensão do mundo e a organização da práxis enquanto comunidade.

Ao perguntarem a um giriama, etnia do Quênia, qual seria o oposto de escravo, teríamos como resposta: "ser um giriama", ou seja, pertencer à comunidade (CARVALHO, 2010, p. 217). Devemos aprender, portanto, que o caminho em direção à liberdade reside no conhecimento de quem somos e no reconhecimento dessa coletividade que nos estrutura.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: **O anjo da história.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BETHELL, Leslie. **A abolição do comércio brasileiro de escravos.** Brasília: Senado Federal, 2002.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 186. **Parecer de Luiz Felipe de Alencastro.** Brasília: Supremo Tribunal Federal, 4 mar. 2010. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAcaoAfirmativa/anexo/stf_alencastro.doc>. Acesso em: 16 out. 2020.

CARVALHO, Marcus J. M. de. A rápida viagem dos "Berçários Infernais" e os desembarques nos engenhos do litoral de Pernambuco depois de 1831. In: OSÓRIO, H.; XAVIER, R. (org.). **Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil.** São Leopoldo: Oikos, 2018.

CARVALHO, Marcus J. M. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850.** 2ª ed. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2010.

CARVALHO, Marcus J. M. O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. **Revista de História.** São Paulo, n. 167, p. 223-260, jul./dez., 2012.

COSTA, Valéria Gomes. O Recife nas rotas do atlântico negro: tráfico, escravidão e identidades no oitocentos. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 186-217, 2013.

FREITAS, Edivaldo S.; SILVA, Ícaro G. Gramática dos jogos de linguagem e significado no segundo Wittgenstein. **Kínesis,** Marília, v. 10, n. 25, p. 128-148, dez. 2018.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX.** 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

LIMA, Ivana Stolze. Luís Maria da Silva Pinto e o *Dicionário da Língua Brasileira* (Ouro Preto, 1832). **Humanas**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 33-67, 2006.

LIMA, Ivana Stolze. Por uma história social da língua nacional: algumas questões teóricas e metodológicas. **Revista do IHGB,** Rio de Janeiro, a. 173 (454), p. 273-284, jan./mar., 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** 28ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

A SAÚDE E AS DOENÇAS DA POPULAÇÃO ESCRAVIZADA NOS ANÚNCIOS DE JORNAIS DA PARAÍBA (1850-1869)

Rayane de Lima Brasil[1]
Serioja R. C. Mariano[2]

RESUMO

O presente artigo é parte dos resultados obtidos nas pesquisas desenvolvidas na Iniciação Científica, e tem como objetivo analisar a representação da saúde e das doenças da população escravizada na Província da Paraíba, entre 1850 a 1869, através dos anúncios de jornais. Utilizamos como fonte e objeto de pesquisa os anúncios de compra, venda e fuga, além dos obituários, encontrados nos jornais, que descreviam a situação e o perfil dos (as) escravizados (as) a partir de suas características físicas, psicológicas ou culturais. Desse modo, o estudo nos permitiu identificar as causas das fugas, as principais doenças que acometiam essa população e a resistência ao cativeiro.

Palavras-Chave: População escravizada, jornais, doenças, resistência.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte dos resultados obtidos nas pesquisas desenvolvidas na Iniciação Científica, durante o período de 2021 a 2022, e tem como objetivo analisar a representação da saúde e das doenças da população escravizada na Província da Paraíba, entre os anos de 1850 a 1869. Nesse trabalho utilizamos como fonte e objeto de pesquisa os anúncios de compra, venda e fuga, além dos obituários, encontrados nos jornais, que descrevem a situação e o perfil dos (as) escravizados (as), a partir de suas características físicas, psicológicas ou culturais. As análises da documentação nos permitiram identificar e ter uma melhor compreensão acerca das principais doenças que acometiam essa população, das fugas e da resistência ao cativeiro.

Durante os anos de 1850 e 1860, várias Províncias do Brasil, notadamente a da Paraíba, foram assoladas por epidemias da febre amarela e cólera; sem contar com os surtos da varíola. Na cidade da Paraíba, então capital, a situação era catastrófica,

---

1 Graduanda em História pela Universidade Federal da Paraíba e bolsista de Iniciação Científica no projeto “Adoecer e Morrer na Província da Paraíba na Segunda Metade dos Oitocentos” sob a orientação da Profª. Drª. Serioja R. C. Mariano.

2 Professora do DH/PPGH da Universidade Federal da Paraíba e líder do Grupo de Pesquisa “Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista”.

muitas pessoas acometidas por esses “hóspedes terríveis” faleciam, as ruas ficavam cheias de doentes e mortos. Um dos fatores que contribuíam para a proliferação dessas enfermidades, acreditavam os médicos, era a propalada falta de higiene e o cenário de insalubridade da Província. Para tentar sanar esse problema, que era comum nas cidades e vilas do Brasil, uma das medidas foi a instalação das Inspetoria de Higiene Pública. Os gestores públicos tinham como meta de trabalho promover mudanças nos hábitos sociais da população; melhorar, higienizar e organizar os centros urbanos, bem como promover campanhas de vacinação contra as doenças contagiosas, a exemplo da varíola, que ainda causava muito temor entre os moradores (OLIVEIRA, 2015).

Foi a partir desse contexto que os discursos médicos, sobre a importância de medidas higiênicas mais rigorosas, começaram a ganhar espaço dentro da administração pública, impondo a população normas restritivas baseadas em teorias que estavam em voga à época: a miasmática e a contagionista.[3] Essas medidas causavam revolta e desconfiança em algumas pessoas que buscavam “(...) refúgio na medicina popular, enquanto o poder público executava ações que refletiam o saber científico da época e a visão médica a respeito da transmissão das doenças, muitas vezes entrando em choque com as concepções populares.” (MARIANO & MARIANO, 2012, p.7).

Com base na documentação pesquisada constatamos, através dos jornais analisados, que a população escravizada foi a mais afetada e acometida por diversas doenças, isso porque as descrições físicas encontradas nos anúncios de fuga nos revelam as condições precárias de saúde, alimentação e higiene, além da falta de tratamento médico, que evidenciam o alto risco de propagação de doenças infectocontagiosas e parasitárias que marcaram recorrentes da época como a tuberculose, sífilis, diarreia, entre outras.

OS JORNAIS COMO FONTE DE PESQUISA

De acordo com as contribuições feitas por Tânia Regina de Luca (2005), o “pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa” (2005, p. 140). Ao mesmo tempo, a historiadora salienta que é preciso obter um olhar crítico sobre o modo e o lugar de produção, a quem pertencia, qual o público-alvo era destinado e a posição política dos que

3 Segundo Sidney Chalhoub, “os contagionistas acreditavam que a doença podia ser transmitida de pessoa a pessoa, ou diretamente através do contato físico, ou indiretamente através do toque em objetos contaminados pelos doentes ou da respiração do ar que o circundava”. Já para os infeccionistas, ou defensores da teoria miasmática “(...) a infecção se devia à ação que substâncias animais e vegetais em putrefação no ar ambiente (...)” (2006, p.64).

compõem o periódico. Ou seja, são possibilidades metodológicas de pesquisa que nos permitem novas problemáticas e abordagens sobre determinados temas.

Um dos estudos pioneiros que abordam os anúncios de jornais e os escravizados é o trabalho de Gilberto Freyre no livro *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, publicado pela primeira vez em 1963. Ao analisar os anúncios dos jornais, o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Comércio* ambos do século XIX, Freyre constatou que era frequente os escravizados serem representados pelas características e variações étnicas (“Mina”, “Congo”, “Angola”); outros aspectos pertinentes estavam relacionados às especificidades linguísticas (“tinha a língua pegada”, “falando um tanto apressado”) e ao domínio da língua portuguesa (“retórico”, “bem falante”, “muito político”). Cabe destacar, ainda, que ao reconstruir a história da escravidão, por meio dos jornais, a obra nos proporciona entendimentos sobre os aspectos culturais e as principais condições físicas dos cativos (FREIRE, 1979). Entretanto, novos campos de estudos foram surgindo ao longo do século XX dentro da historiografia brasileira sobre a escravidão, permitindo uma reavaliação crítica e interpretativa sobre os jornais.[4]

AS PRINCIPAIS DOENÇAS QUE ACOMETIAM OS ESCRAVOS

Essas novas possibilidades de trabalho, no campo da história da saúde e das doenças, abriram caminho nas pesquisas que desenvolvemos na Iniciação Científica, tem como fonte os jornais da Paraíba oitocentista. No levantamento realizado, analisamos os anúncios dos jornais da década de 1850 - *A Ordem (1849-1851)* e *O Reformista (1849-1850)*. Nesses jornais encontramos apenas 6 anúncios de fuga de escravos. Já na década de 1860, verificamos ao todo 38 anúncios nos jornais *A Regeneração (1861-1862)* e *O Publicador (1864-1869)*. No que diz respeito aos anúncios de compra e aluguel, que aparecem repetidamente ao longo de cada edição, percebemos que há uma diferença entre as descrições físicas dos escravizados dos anúncios de fuga, ou seja, destacavam-se os escravos (as) considerados de ”boa qualidade” e que prestavam serviços especializados, como é o caso do escravo Joaquim, que fugiu do engenho Pão de Arco, no mês de Junho de 1850, e trabalhava como “sapateiro, alfaiate, carpina, barbeiro” além de “cozinhar sofrivelmente” (A ORDEM, 07/06/1850).

Através dos anúncios foi possível identificarmos que há uma preocupação por parte dos seus senhores pelos prejuízos econômicos causados como a queda da produção do

4 Para maiores esclarecimentos sobre esses estudos ver: KARASCH, 2000; AMANTINO, 2007; DIAS, 2013, só para citar alguns.

engenho ou fazenda, e com o dinheiro investido na compra dos escravos (as), em casos de morte, o prejuízo se tornava ainda maior, pois a quantia gasta na compra do escravo (a) era inferior ao tempo de trabalho gasto para recuperar o investimento (AMANTINO, 2007, p. 1385)**.**

Destacamos ainda que muitos escravizados desempenhavam múltiplas funções de trabalho, somado com a carga horária excessiva e a falta de equipamentos de proteção especializados que exigiam o uso de materiais perigosos, podendo causar graves acidentes de trabalho e riscos à saúde dos escravos. Mary Karasch nos fornece informações sobre um escravizado que tinha um ferimento na pele, e foi exposto à bactéria causadora do tétano. Entre outras situações como andar frequentemente com os pés descalços em contato com o solo, podendo desenvolver o famoso "bicho de pé", e fezes de animais, sendo possível também a infecção por meio de "punições com instrumentos que perfuravam a pele." (KARASCH, 2000, p.217).

Os diversos anúncios de fuga nos mostram que muitos (as) escravizados (as) fugiam em busca da liberdade e por melhores condições de vida, entre tantos outros motivos que fazem parte da história da escravidão. De acordo com Bárbara dos Santos (2020), que ao analisar as principais doenças que acometiam a população escrava de Sergipe, constatou que que era comum entre os cativos as dificuldades relacionadas à falta de água potável e a falta de adaptação ao clima o que ocasionava sérios problemas à saúde, ou seja, "essas condições abriram portas para moléstias como a desidratação, por conta da perda de líquidos e sais minerais, hemorragias e desarranjos no trato intestinal" (SANTOS, 2020, p.46). Além disso, na análise obtida sobre o comportamento dos senhores de engenho, em relação à saúde dos escravizados que sofriam com a falta de assistência médica e de medicamentos, observa-se que essa situação foi se intensificando ainda mais com as epidemias, e a solução encontrada foi a implantação de ambulâncias e a contratação de um boticário que defendia o uso de elixires e de "[...] frasquinhos para ter abertos nos quartos cujas substâncias gasosas serviriam para neutralizar qualquer princípio miasmático [...]" (SANTOS, 2020, p.50).

As condições de saúde expostas nos anúncios apresentam inúmeras marcas, sequelas e outras doenças que se tornavam frequentes na vida dos escravizados. Citamos como exemplo o caso de dois irmãos, Venancio, de 23 anos, que possuía

> "(...) dentes limados, [...], tem um **calombo no beiço** ao lado esquerdo [...] pés compridos e largos, bem falante, vive sempre fumando". Já Zacarias, de 21 anos, é "zarolho [...] dentes unidos, **cara picada das bexigas**, [...], tem **marcas de feridas pelas pernas** [...]" que fugiram do Engenho Cotovelo, de propriedade de Edmundo do Rego Barros, em agosto de 1865 (O PUBLICADOR, 02/08/1865. Grifos nossos).

Podemos observar que Zacarias tem um desvio ocular, não sabemos se é de nascença ou se foi resultado de um trauma, também chama atenção as marcas de bexigas (varíola) causada pelo vírus chamado *Orthopoxvirus variolae*. Uma doença que assolou em vários momentos com surtos epidêmicos a população do Brasil. A transmissão acontece pelo contato direto com pessoas e objetos infectados; devido aos inúmeros casos encontrados nos jornais é comum tratar os escravos que já foram contaminados pelos seguintes termos *"bexiguento"*, *"bexigoso"* e *"com bexigas"* (AMANTINO, 2007, p,1383).

A partir das informações contidas nos obituários e no órgão de Repartição da Polícia, tivemos acesso a 440 registros de óbitos, o resultado do mapeamento foi de aproximadamente[5] 1.525 óbitos, sendo no total 210 escravizados, 111 mulheres e 99 homens. Outras enfermidades que acometiam os escravos foram a hepatite, sarnas recolhidas, apoplexia, asma, inflamações (bexiga, baço), afogamento, suicido, enforcamento, tísica pulmonar, dentição, inchação, ataque cerebral, frialdade, tétano, pneumonia, dentre várias outras.

QUADRO I. *Causa Mortis* dos escravos entre 1861-1869 na Província da Paraíba do Norte

CAUSA MORTIS	MASC.	FEM.	TOTAL
Moléstia Interior	12	23	35
Espasmo	11	11	22
Camaras de Sangue	11	9	20
Hydropesia	8	5	13
Febres (amarela, maligna)	3	6	9
Diarrhea/Desinteria	2	6	9
Tosse	2	4	6
Estupor	2	2	4
Parto	-	4	4
Soma	**51**	**70**	**121**

Fonte: Quadro elaborado por nós a partir dos dados coletados nos Obituários e Repartição da Polícia do jornal *O Publicador* (1864-1869).

Em sua passagem pelo Brasil, o médico francês Dr. José F. Xavier Sigaud (1796-1856) buscou na sua obra *Do Clima e das Doenças no Brasil* (1844), explicar o quadro nosológico brasileiro por meio das estatísticas médicas de acordo com a diversidade geográfica e as condições climáticas. No capítulo sobre as *doenças dos negros* aponta que a sarna, o escorbuto, a varíola e a disenteria são algumas das doenças relacionadas ao tráfico transatlântico; e que ao chegarem no Brasil, os cativos tiveram dificuldades de se adaptarem ao clima, a alimentação, as regras de higiene e ao excesso de trabalho

5 Esses números podem sofrer alterações, devido à falta de acesso a outras edições do jornal O Publicador (1864-1869).

sendo alguns dos fatores que explicariam o desenvolvimento de doenças como “a lepra leonina, o mal do estômago e as lesões do sistema cérebro espinhal (tétanos, trismos, convulsões, epilepsia e a cólica nervosa” por serem “atributos da raça negra”. No que diz respeito ao tratamento médico, Sigaud (1844) aponta que a homeopatia era o método terapêutico mais utilizado para combater as febres intermitentes, diarreia hemorrágica ou aguda entre outras.

As deformidades do corpo, o tipo físico e a estatura dos escravizados são as principais características que aparecem destacadas nos anúncios, uma estratégia para facilitar a identificação e captura do escravo. Também descreviam algumas particularidades como o modo de falar, as características étnicas e estética, a nação de origem, os cortes de cabelos, a fisionomia e a falta ou desgaste de dentes, que estavam relacionadas às «deformações de carácter étnico” (FREYRE, 1979, p.59).

Em outros casos encontramos escravos que possuíam “dentes perfeitos”. Elainne Dias (2013, p.90), em sua dissertação de mestrado, realizou um levantamento dos periódicos que circularam entre 1850 a 1888, na Paraíba. Ao analisar o perfil de cada escravizado (a) nos anúncios, percebeu que a saúde bucal dos cativos era uma qualidade positiva nos anúncios de fuga, sendo enfatizado pelo seu senhor, isso ocorria pelo simples fato de terem uma alimentação com poucas substâncias com baixo índice de açúcar. No entanto, a autora ressalta que era comum a má alimentação dos cativos, sendo composta por uma dieta pobre em proteínas e nutrientes, que afetava a produção de vitamina B12, podendo levar à cegueira (DIAS, 2013).

Lilia Schwarcz (1987), no livro *Retrato em Branco e Negro,* analisa os anúncios de jornais de São Paulo e constata uma linguagem especifica que valoriza a condição de escravo como mero “objeto” (SCHWARCZ, 1987, p.158). A autora ainda acentua que ao longo dos anúncios, os escravizados passam por determinadas fases que envolvem os aspectos físicos e morais “já que vai passando de humilde e ainda saudável a degenerado” assim como é questionado a relação passiva dos escravos com seus senhores para a “do negro traiçoeiro, fujão e ladrão” (SCHWARCZ, 1987, p. 150).

Quadro II. Descrições físicas dos escravizados na Paraíba entre 1850-1869

NOME	IDADE	CONDIÇÃO FÍSICA
Francisco	40	marca de vacina em ambos os braços; tem um caroço junto ao umbigo com uma grande cicatriz
João	22-24	dentes limados, tem na testa um talhinho, mãos grandes, pernas grossas
Caetano	40	tem falta de dentes na frente
Lucinda	22	beiço inferior grosso e desmaiado parecendo ter moléstia, corpo descarnado
Joaquim	30	pés e mãos grandes, rosto descarnado
Luiza	26	alta e grossa
Manoel	22	pés e mãos grandes, sendo aqueles chatos, tem uma pinta azul em um lado do rosto, unha do pé lascada
Romão	-	pés e mãos cumpridas e tem uma cicatriz no queixo do lado esquerdo proveniente de uma fístula
Pedro	40	meio coxo, por ter no pé direito uma paralisia incompleta e já haver diminuição nos músculos
Ellaria	40	rosto um pouco encarnado com algumas marcas de bexiga, calcanhares muito salientes
Gonçalo	-	sinal semelhante a uma verruga na parte externa do dedo mínimo de uma das mãos
Josepha	30	cara bexigosa, boca regular
Manoel	22-23	conserva uma chaga em uma das canelas há 5 anos
Romão	18	pés cambados e com vestígios de cravos de bouba; cicatriz bem visível de um lado da barriga e que ficou sem um dos peitos
João Cigano	25-30	cruz de queimadura de ferro na maçã do rosto direito
Apolinaria	18	tem uma orelha um defeito proveniente de um tumor que teve
Antônio	40	tendo uma cicatriz de um pequeno lobinho no rosto, tem dois dedos da mão direita cortados pelo meio
Antônia	19	estatura regular
Domingos	25	cicatriz de um lado do rosto, olhos grandes e muito brancos, pés secos e compridos, canela fina
Querino	24	unha do dedo polegar rachada, como se tivesse dado alguma pancada
Vicência	22	altura regular, seca do corpo
Cypriano	22	pernas finas, pés secos, quando assenta no chão não abre os dedos, junto as nádegas devem ter sinal de relho
Joaquina	-	desdentada na frente e com os dedos grandes dos pés mais curtos que os imediatos
Egino	20-22	cor um pouco amarelada, pés regulares e chatos
Liberato	35	é desdentado na frente
Manoel	33	rosto redondo e bastante cicatrizado de bexigas, pés regulares
Raymundo	-	tem o osso de um dos tornozelos bastantes salientes e pontiagudos
Antônio	60	falta de dentes na frente, pés um tanto grossos
Laura	-	tem os dedos das mãos um pouco encolhidos
Joaquim	-	estatura regular, dentes perfeitos

Izidoro	21	tem calos nas costas das mãos de amassar farinha de trigo, tem uma cicatriz de espinhadellas
Margarida	30	quando anda é um pouco corcovada
Paula	30	estatura baixa, magra, andar apressado
Apolinario	25	pés grandes, tendo um lombinho pouco saliente na testa
Jeronymo	25	tem o segundo dedo do pé esquerdo arrebitado
Manoel	-	tem cravos nos pés
Domingos	28-29	beiços encarnados, falta de dentes, andar banzeiro
Daniel	22-25	tendo numa das pernas cicatrizes de ferida
Nicacio	53-55	pés inchados, mãos aleijadas
Moysés	25	com uma belide em um dos olhos e um dos pés um pouco torto
Neves	20	de boa altura, grossa, nariz chato
Roberto	-	canelas finas, pés pequenos e apalhetados, proveniente de bicho
Cosme	35	tem bastantes marcas de bexiga

Fonte: Quadro elaborado por nós a partir dos anúncios de fuga de escravos nos jornais *A Ordem (1849-1851)***,** *O Reformista - PB (1849-1850), A Regeneração (1861-1862)* **e** *O Publicador (1864-1869)***.**

Verificamos no total de 44 fugas de escravizados (as), sendo 31 do sexo masculino e 12 do sexo feminino. Nos anúncios expostos no quadro acima, observamos que a principal forma de identificação é através das deformidades do corpo. Já a faixa etária média variava entre 20 a 40 anos para ambos os sexos. Outras características que aparecem na nossa pesquisa são as denominações referentes a nação de origem e ao processo de miscigenação, foram encontrados em 06 anúncios as seguintes classificações étnicas: “cor fula”, “nação Angola” e “nação rebolo”.

Com relação as epidemias e a população escravizada, observamos que a documentação apresenta mais informações sobre a cólera. Nos mostra que a enfermidade atingiu todas as classes sociais, mas é fato que os (as) escravizados (as), imigrantes e afrodescendentes foram os que mais sofreram com a falta de cuidados médicos e de higiene, isso porque, poucos eram os tratamentos destinados a essa parcela excluída, como é apontado nos estudos de Solange Rocha (2007, p. 146). Segundo Rocha (2007) o impacto causado pela epidemia afetou diretamente as relações de compadrio e a queda no número de batizados durante as décadas seguintes. No levantamento estatístico de 1850[6] estima-se que a população da província girava em torno de 212.466 pessoas, de condição livre havia cerca de 183.920 e 28.546 escravizados, em 1856, a província já possuía 300.000 habitantes, esses números aumentaram significativamente na década de

6 Relatório presidente de província 1850 p.12.

1870[7] para 376.226 no total, sendo 354.700 livres e 21.526 escravizados. Durante esse intervalo há uma diminuição de 7.020 cativos, podemos citar algumas hipóteses como o número de mortos pelo cólera, febre amarela, varíola entre outras moléstias acometidas pelas péssimas condições de trabalho, saúde e higiene; há também a possibilidade de conseguirem a sua alforria, somado ao fim do tráfico internacional (1850) e a intensificação do tráfico interprovincial entre 1860 à 1870, durante esse período houve um aumento na venda/exportação de escravos para as províncias do Sul (RELATÓRIO, 1857).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale ressaltar que a pesquisa ainda está em andamento e, portanto, os resultados são preliminares. Mas podemos constatar a relevância desse tema para a historiografia, através da análise dos anúncios de jornais como fonte e objeto de pesquisa em diálogo com as obras acadêmicas. Isso nos possibilitou compreender as condições de saúde e as principais doenças que acometiam os escravizados na Paraíba Oitocentista, constatamos ainda que muitos escravizados (as) sofriam com as péssimas condições de alimentação, higiene e trabalho. Cabe ressaltar que apesar dos resultados obtidos, ainda é preciso preencher algumas lacunas, como por exemplo, uma análise mais cuidadosa sobre os anunciantes, ou seja, os senhores de escravos.

REFERÊNCIAS

FONTES

Jornal A Ordem - 1850

Jornal A Regeneração - 1861 e 1862

Jornal O Publicador - 1864-1869

Jornal O Despertador - 1861-1888

BIBLIOGRAFIA

AMANTINO, Márcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Commercio (RJ) em 1850. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 14, p. 1377-1399, 2007.

7 Os dados foram consultados a partir das informações contidas no Recenseamento Geral do Brazil de 1872.

BRASIL, Rayane de Lima; MARIANO, Serioja R. C. **As condições de Saúde da População Escravizada Durante as Epidemias do Cólera na Paraíba (1856-1862).** Relatório Final. Anais do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB). João Pessoa: UFPB, 2022.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 (1996).

DIAS, Elainne Cristina Jorge. **Retrato falado**: o perfil dos escravos nos anúncios de jornais da Paraíba (1850-1888). Dissertação de mestrado, UFPB. João Pessoa, 2013.

FREYRE, Gilberto. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. aum. **São Paulo: Nacional**, 1979.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850).** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In. PINSKY,

Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. (organizadora). – São Paulo: Contexto, 2005.

MARIANO, Serioja R. C. e MARIANO, Nayana R. C. **O Medo Anunciado***:* a febre amarela e o cólera na província da Paraíba (1850-1860), *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais***.** Vol. 9, nº 3, Set. Out. Nov. Dez. 2012, p.1-20.

ROCHA, Solange. **Gente negra na Paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. Tese de doutorado, UFPE. Recife, 2007.

SANTOS, Bárbara Barbosa dos. **Moléstias do corpo escravo**: doenças e morbidade entre cativos em Sergipe (1865- 1888). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020.

SIGAUD, Joseph François Xavier. **Do clima e das doenças do Brasil**: ou estatística médica deste império. Rio de Janeiro, Brazil: Fiocruz, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos

em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

OLIVEIRA, Luiza. I. P. C. **Higiene é norma**: salubridade pública na cidade da Paraíba oitocentista. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. Anais eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015.

ST 13

PRÁTICAS DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA: PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM ESPAÇOS FORMAIS, INFORMAIS E NÃO-FORMAIS

Dra. Luana Carla Martins Campos Akinruli (UFPB)

O PAPEL DA ESCRITA NAS AULAS DE HISTÓRIA: ESCREVER E PENSAR HISTORICAMENTE

Danielle dos Santos Barreto
Maria Aparecida Lima dos Santos

RESUMO

Apresentamos as reflexões resultantes da análise dos sentidos que um docente atribui ao papel da língua escrita para ensinar História. O trabalho vem sendo realizado considerando-se princípios da metodologia de pesquisa qualitativa (GHEDIN; FRANCO, 2011), em vertente interpretativa (GÓMEZ, 1998) e de viés etnográfico (MAINARDES; MARCONDES, 2011). Nossa pesquisa vem apontando que a escrita escolar compreendida como produção textual torna-se um espaço importante de análise de aspectos relacionados à identidade e ao desenvolvimento de noções de tempo na articulação proposta, devido à existência de um sujeito e seu trabalho na produção de discursos, em meio aos quais, identidades são constituídas. A investigação dos sentidos atribuídos pelos(as) docentes de História ao papel da escrita tem exacerbado mecanismos através dos quais tem-se mantido em sala de aula práticas recorrentes de memorização e de cópia.

Palavras-Chave: Escrita Escolar; Ensino de História; Pensamento Histórico.

INTRODUÇÃO

O presente artigo integra o projeto de pesquisa “Práticas de escrita escolar e estado da arte das pesquisas em ensino de História”, desenvolvido pela equipe do Grupo de Pesquisa sobre Currículo, História e Cultura (GEPEH/UFMS) e visa produzir reflexões sobre o papel mediador da escrita nos processos que envolvem a constituição das identidades.

Assim, o estudo foi realizado atendendo à necessidade de investigar o que se passa no interior da “caixa-preta” das salas de aulas (FORQUIN, 1996), atentando para os sentidos que por ela circulam de maneira dinâmica e efêmera, em um contexto de relações complexas dos fenômenos educativos com os fenômenos sociais (GÓMEZ, 1998).

Nossa equipe tem observado uma demanda cada vez mais intensa de apoio para promover o desenvolvimento da competência escritora associada à aprendizagem dos conhecimentos científicos em perspectiva crítica e autônoma em situações nas quais desejam promover um ambiente diverso e de valorização das identidades plurais dos sujeitos que acedem à escola. Frente a estas demandas, a problemática se adensa quando assumimos como meta a promoção da reeducação para as relações étnico-raciais

e a formação dos estudantes para a tolerância à diferença e à diversidade pelo acesso ao conhecimento científico sistematizado, uma vez que esses elementos se articulam nas demandas por identidade, conceito que integra, necessariamente, o ensinar e o aprender a escrever e a pensar historicamente.

Para apresentar as reflexões tecidas, o artigo foi dividido em três partes: na primeira apresenta-se o conceito do pensamento histórico relacionando com as questões de identidade; na segunda parte, foram inseridos os dados produzidos por observação e entrevistas de um professor de História e a análise realizada; por fim, tecemos algumas considerações.

PENSAMENTO HISTÓRICO E IDENTIDADE

Alguns estudos no campo de pesquisas do ensino de História recolocaram a maneira de se olhar para as práticas que tomam lugar na sala de aula e na escola como um todo, apresentando-as como portadoras de um saber com configurações específicas (ROCHA, 2006; PENNA, 2013), destacando, ainda, a necessidade de pensá-las inseridas em uma arena no interior da qual embates por sentidos são disputados e os currículos configurados (OLIVEIRA; GABRIEL, 2013; MONTEIRO, 2014).

Nessa interface, a escola passa a ser vista como um espaço privilegiado da gestão da memória social e da transmissão de identidades e saberes legitimados, desempenhando o ensino de História um papel particular nessa crise que hoje a escola enfrenta, cujos objetivos curriculares, disciplinares, sociais e de identidade se contradizem explicitamente. Assim,

> todos estes fenômenos mostram tendências e marcam espaços de crise, deixando-nos, sobretudo, a pergunta sobre que lugar deve ocupar o ensino escolar de história, originariamente centrada na formação de identidades nacionais, quando o Estado e as identidades se fragmentam – sendo as funções de ambos muito diferentes das de antigamente – e quando não está claro ainda quais sãos os novos termos do pacto entre escola e sociedade (CARRETERO; ROSA; GONZÁLEZ, 2007, p. 18).

Relativamente, os processos de representações do passado apontam semelhanças entre memória e história, uma vez que as duas se referem ao passado. Contudo “enquanto a primeira vincula-se com o experimentado pessoalmente (como acontecimentos vividos ou relatos recebidos), a segunda vai muito além do caráter individual ou plural da pessoa que recorda” (CARRETERO; ROSA; GONZÁLEZ, 2007, p. 19). Ressalte-se que, na escola, história e memória são tratadas de maneira distintas, uma vez que

> há uma diferença entre ensino da história e transmissão da memória compartilhada. A história é crítica: nega-se a esquecer o doloroso, não deve

> nos esconder coisas de que agora podemos não gostar; deve nos ensinar que, às vezes, fomos vítimas, mas, em outras, carrascos, e que o limite entre um e outro pode ser muito tênue. Mas, além disso, a história não são apenas relatos, não é somente algo que se recebe, mas é também, e sobretudo, um conjunto de recursos para nos ajudar a compreender. São habilidades de pensamento que, se são adquiridas, podem ajudar-nos não apenas a nos harmonizar com os outros, mas a divergir deles, a exercer, dentro de nossos modestos limites, a liberdade de pensamento, planejamento e ação (CARRETERO; ROSA; GONZÁLEZ, 2007, p. 23).

Essa distinção torna-se importante para perceber que há diversas maneiras de se relacionar com o tempo e o passado e que múltiplas narrativas históricas circulam na sociedade, sendo aquela propagada no interior da escola apenas mais uma delas. Ao se considerar a memória como espaço de constituição de sentidos de tempo, exacerba-se que a busca por fixação de sentidos ocorre em meio a "guerras", nas quais as lutas pela construção de representações do passado e a projeção de futuros coletivos têm sido constantes, pois se vinculam a projetos políticos, de sociedade, veiculados e defendidos por diferentes grupos sociais.

Foi nesse sentido que as Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, bem como o rol de reivindicações dos movimentos sociais, inseriram a História escolar (assim como outras disciplinas escolares) em uma agenda política na qual os sentidos do passado são buscados em função de uma demanda do tempo presente, apontando para a necessária inclusão de negros e indígenas e configurando o direito à História a esses grupos secularmente excluídos das narrativas históricas, veiculadas tanto na escola, quanto fora dela.

A noção de identidade insere-se, nesse contexto, em permanentes e infindáveis processos de construção e reconstrução, convertendo-se em alvo de disputas das mais diversas ordens (MORAES, L.; MORAES, W., 2014). A tensão amplia-se ainda pela compreensão de que a identidade não é algo inato, mas que se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. Não se prende, portanto, apenas ao nível cultural, mas também àqueles sócio-político e histórico de cada sociedade, fator determinante para compreender seu acionamento de forma mais ampla e genérica, quando um grupo reivindica maior visibilidade social diante de apagamentos historicamente instituídos, como é o caso das populações negras e indígenas (GOMES, 2005). Assim, definir identidade na contemporaneidade significa assumir que

> enquanto sujeitos sociais, é no âmbito da cultura e da história que definimos as identidades sociais (todas elas, e não apenas a identidade racial, mas também as identidades de gênero, sexuais, de nacionalidade, de classe, etc.). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que estes são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa

> identidade supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. Somos, então, sujeitos de muitas identidades e essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes, parecendo-nos, depois, descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas. Somos, desse modo, sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Por isso as identidades sociais têm caráter fragmentado, instável, histórico e plural (GOMES, 2005, p. 42).

Por esse motivo, a compreensão das características do processo de desenvolvimento do pensamento histórico em crianças torna-se relevante.

SENTIDOS DO APRENDER A ESCREVER E PRÁTICAS EM SALA DE AULA

Conforme apontados anteriormente, para produzir os dados analisados, obedeceu-se a princípios da pesquisa qualitativa (GHEDIN; FRANCO, 2011), em vertente interpretativa (GÓMEZ, 1998) e de viés etnográfico (MAINARDES; MARCONDES, 2011), o qual pressupõe que a vida da aula deve ser entendida como um sistema aberto de troca de significados, um cenário vivo de interações motivadas por interesses, necessidades e valores (GÓMEZ, 1998), contexto de intersubjetividade em que os sujeitos e os sentidos se constituem.

A produção de dados ocorreu a partir de observação da rotina escolar e das atividades em sala de aula de uma escola pública, localizada em Campo Grande/MS, que, atualmente, é uma escola estadual de educação em tempo integral – Escola da Autoria, que atende do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Essa unidade escolar vem pautando suas ações pedagógicas pelas diretrizes que versam a Resolução/SED nº 3.198/2017. A Escola da Autoria não tem uma proposta de estratégias metodológicas específicas, mas sim, traz em seu bojo metodológico princípios como a Autoria – Educar pela Pesquisa – Protagonismo e Pedagogia da Presença (MATO GROSSO DO SUL, 2018).

A Escola conta com uma estrutura física de 9 salas de aula, 1 quadra coberta, sala de secretaria, sala de direção, sala dos professores, sala de tecnologia, cantina, pátio coberto e descoberto, sala de coordenação pedagógica, banheiro para os professores e banheiros para os alunos, sala de depósito, cozinha, refeitório (no pátio coberto) e área verde.

Ela tem aproximadamente 282 alunos matriculados, incluindo 3 alunos Portadores de Necessidades Especiais (PNE – com laudo médico). Dispõe de 41 funcionários, sendo a equipe da direção composta por 3 pessoas (uma diretora e duas coordenadoras), o corpo técnico administrativo, composto por 11 funcionárias (cozinha, limpeza, técnicos administrativos e apoio) e o corpo docente, composto por 27 professores, incluindo três professoras de apoio inclusivo.

O primeiro contato com a escola ocorreu em 12 de fevereiro de 2019, quando foi realizada a apresentação do projeto de pesquisa "Práticas de escrita escolar e estado da arte das pesquisas em ensino de História", desenvolvido pela equipe do GRUPO DE PESQUISA, para toda a equipe da escola em uma atividade da Semana Pedagógica. Inicialmente, todos os funcionários da escola (professores e funcionários administrativos e de apoio), organizados em cinco grupos, realizaram as apresentações das propostas de ações que planejaram para o projeto *Saberes e Fazeres Ancestrais e Tradicionais dos Povos Indígenas e Africanos*, que seria desenvolvido ao longo do ano letivo de 2019, pois o projeto de pesquisa mencionado se encontra integrado a projeto de extensão, cujo foco é a formação de professores.

Durante a apresentação, questões norteadoras (*Qual é minha cor? Qual a minha identidade? Quem é meu aluno?*) foram direcionadas pela equipe do GEPEH aos presentes, nascidas da análise dos registros de observação, realizados durante as apresentações. As indagações surgiram da percepção de que os docentes caracterizam, em suas apresentações, seus alunos como sujeitos em falta, como é possível observar no quadro que segue.

Quadro 1 — Falas das/dos professoras/es sobre o que justifica elaborar um projeto sobre questões étnico-raciais na escola

Trechos das falas dos professores
"o aluno não sabe"
"o aluno não conhece a história"
"o aluno não busca o conhecimento"
"o aluno não conhece os povos indígenas"
"o aluno não se reconhece como negro ou indígena"

Fonte: Anotações de caderno de campo, produzidas a partir de observação da reunião pedagógica (12 fev. 2019).

Parece acima que essas ideias iniciais dos professores pressupõem que o problema central está nas atitudes dos alunos, em sua própria existência, ignorando as relações de poder. Consequentemente, contribuindo para a concepção de que "o aluno ao se reconhecer negro ou indígena" está *resgatando* sua identidade (pensada no singular), sua cultura, e esse "resgate" que "salvará" as crianças e jovens dessa condição de inferioridade.

Logo, os indícios parecem fortalecer a premência de uma concepção de aluno e de aprendizagem calcada em uma lógica multicultural que

> (...) incorpora a diferença, na medida em que neutraliza e a esvazia de seu significado efetivo. Nesse sentido, o reconhecimento e respeito à

> diversidade cultural se convertem em uma nova estratégia de dominação que ofusca e mantém, ao mesmo tempo, a diferença colonial através da retórica discursiva do multiculturalismo e sua ferramenta conceitual, a interculturalidade "funcional", entendida de maneira integracionista. Essa retórica e ferramenta não apontam para a criação de sociedades mais equitativas e igualitárias, mas para o controle do conflito étnico e a conservação da estabilidade social, com o fim de impulsionar os imperativos econômicos do modelo neoliberal de acumulação capitalista, agora "incluindo" os grupos historicamente excluídos (WALSH, 2009, p. 16).

Nesta interface, leva-se a refletir sobre princípios da pesquisa em Educação relacionados ao processo de transformação subjetivo, a que os sujeitos envolvidos (incluindo aí as pesquisadoras) são submetidos, na interação, engendrando-se uma ressignificação do fenômeno vivido, que provoca uma reorientação nas ações futuras (GHEDIN; FRANCO, 2011 p. 40-41), considerando suas particularidades com suas singularidades e, simultaneamente, que são membros de uma sociedade e de uma cultura (CHARLOT, 2006). De acordo com Ghedin e Franco (2011), a metodologia adotada fundamenta-se no princípio da educação como prática social histórica, que se transforma pela ação humana e produz transformações naqueles que dela participam. Nesse sentido,

> cabe à ciência da educação reconhecer que, ao lado das características observáveis do fenômeno, existe um processo de transformação subjetivo, que não apenas modifica as representações dos envolvidos, mas também engendra uma ressignificação na interpretação do fenômeno vivido, o que ocasionará uma reorientação nas ações futuras. Será fundamental que o método abra espaço para que os sujeitos envolvidos tomem consciência do significado das transformações (GHEDIN; FRANCO, 2011, p. 40-41).

Para aprofundamento das ideias iniciais dos professores e levantamento dos fundamentos da educação étnico-racial mobilizados pelos docentes, um segundo encontro foi realizado com a coordenação pedagógica. Nesse encontro, dentro das atividades do projeto de extensão mencionado anteriormente, foi solicitado à coordenação que encaminhasse aos professores uma proposta de produção de texto norteada por algumas que respondessem sobre algumas questões, que objetivavam promover o acionamento de elementos da concepção que possuíam sobre identidade.

A proposta inicialmente era que professoras e professores produzissem um texto dissertativo, que tinha como objetivo apresentar ao leitor suas ideias em torno do que consideravam fundamental de ser trabalhado no projeto de extensão e por quê. No entanto, a coordenação, visando otimizar o tempo dos professores, transformou a orientação fornecida por nossa equipe em um questionário fechado. Muito embora essa mudança tenha comprometido os objetivos formulados por nossas pesquisadoras, e o novo instrumento não se adeque aos fundamentos de uma pesquisa qualitativa, decidiu-

se considerar o material e ao examiná-lo, procurou-se identificar questões concernentes à identidade. Esses dados foram relacionados àqueles coletados por observação no encontro de Formação Pedagógica, mencionado anteriormente. A seguir, alguns trechos considerados significativos para esta análise.

Quadro 2 — Concepção sobre a identidade docente

Quem sou eu?	Qual é a minha cor?	Qual é a minha raça?	Que homem (mulher) eu sou?
Sou alegre e muito família. Atualmente estou como professora de apoio da Educação Especial.	Branca	Europeia	Perseverante
Homem	Branco	Brasileiro	Sou um homem trabalhador e muito alegre.
Uma pessoa persistente e com muita garra.	Preta	Negra	Mulher de coragem e de fibra
Feliz de bem com a vida, resolvida, determinada	Preta	Humana, múltiplas etnias	Guerreira
Sou uma amante da educação e da minha nova função que estou desenvolvendo, que é coordenadora.	Rsrsrs... depende do dia, estou pink, outro estou preta de raiva. Mas, minha cor de pele branca.	Caucasiana	Muito exigente, perfeccionista, que não espera, vai em busca do que quero.
Mulher, mãe e avó forte. Arte Educadora apaixonada e compromissada com tudo que faço.	Parda	Sou afrodescendente	Sou uma mulher resiliente, observadora, pesquisadora. O tempo vivido me ensinou a conter a fala e pronunciar nos momentos certos. Ver o outro como eu gostaria de ser vista.
Um ser humano em construção.	Parda	Sou multirracial	Sou uma mulher em busca de respostas

Mulher, companheira, extrovertida, profissional, guerreira, em busca de seus sonhos!	Negra	Parda	Uma mulher forte, que enfrenta seus piores desafios através da garra e coragem, não desisto fácil, sou alegre, extrovertida, gosto de dançar, escutar música e ser feliz!
Sou mãe, esposa e realizada profissionalmente.	Parda	Humana de origem negra.	Uma pessoa simples que acredita em dias melhores.
Um ser humano fascinado pela caminhada da humanidade neste planeta, desde os tempos antigos, os tempos do qual os meus ancestrais viveram para que eu pudesse estar aqui.	Diversas. Hoje o meu externo é pardo, mas são tantos deslocamentos que a humanidade fez, que quando olho para o meu interior vejo diversas cores.	A raça que considera o próximo, seja ele humano, animal, vegetal e mineral.	Um homem que vê em cada pessoa, um ser que o apoia na construção de a sua história na humanidade.
Professor	Preto	Negra	Entusiasmado
Sou otimista, luto pelos meus objetivos	Parda	Indígenas	Perseverante
Uma mulher em crescimento espiritual e intelectual	Preta	Negra	Uma mulher a sonhar com um país consciente e respeite a diversidade de gênero, e a dignidade faça se presente em todos
Sou mulher, mãe e companheira. Uma pessoa destemida. Sou brasileira.	Branca	Raça humana	Sou uma mulher de fibra. Me considero forte.
Sou uma pessoa empática, o que julgo um pouco problemática pelas ansiedades do mundo moderno, estou aprendendo a saber o que devo carregar ou não comigo.	Moreno, uma mistura de muitas.	Me considero brasileiro, um emaranhado de múltiplos hábitos e cultura. Com várias casas.	Me sinto um devedor nas contas do amor (parafraseando uma música do Lulu Santos) e muitas coisas carrego comigo na vida.

Fonte: Questionário preenchido pelos professores e elaborado a partir de formulário concebido pela equipe sobre a concepção de identidade dos professores (2019).

Ao considerar esses trechos, foram identificadas algumas contribuições para a produção inicial de dados sobre as concepções de identidades movidas pelos docentes. De um lado, o conceito de identidade essencialista, que atribui ao indivíduo características identitárias naturais, classificatórias e hierarquizadas, expressando-se por meio da identidade e da diferença (LOPES, 2002). De outro, se configura por uma trama de significados, que produz uma

> passagem da representação à significação, o que implica que a formação de imagens é afetada e permeada por signos e sentidos socialmente construídos, ou seja, que aquilo que se produziu nas relações, se estabilizou e foi acordado entre as pessoas, isto é, se convencionalizou, deixou marcas que podem persistir e perdurar, de alguma forma, também nas relações com e entre outras pessoas (SMOLKA, 2004, p. 55).

Inicialmente essas considerações, contribuíram para elaborar a produção de dados por observação das aulas, considerando princípios da pesquisa em perspectiva etnográfica em viés crítico (MAINARDES; MARCONDES, 2011). Assim, o trabalho de observação externa das aulas, bem como posterior entrevista, foi apoiado pelo registro escrito em diário de campo e diário de investigação, com o intuito de caracterizar o contexto das manifestações discursivas dos docentes, ambicionando compreender a complexidade dos fenômenos educativos como fenômeno social (GÓMEZ, 1998).

Neste artigo, estão as considerações tecidas em torno dos dados produzidos no contexto das aulas de História de um professor (Alberto). Inicialmente, a observação foi conduzida de forma a configurar o *circuito didático* do docente, compreendido como uma "trama de atos, atividades ou experiências, em sua maior parte rotineiras, que se desenvolvem entre o professor, os alunos e o conhecimento histórico escolar em uma sequência que apresenta princípio, meio e fim, no horário escolar" (ROCHA, 2006, p. 207). Esta perspectiva permitiu que se constituísse um "desenho" do circuito didático do professor, o qual pode ser, grosso modo, visto da seguinte maneira:

Quadro 3 — "Desenho" do circuito didático do professor

1) Professor inicia a aula pedindo para os alunos lerem um trecho do texto (do livro didático);
2) Em seguida, explica os fatos e períodos históricos deste trecho que considerou mais relevante;
3) Durante essa exposição faz perguntas (retóricas) para os alunos;
4) Depois solicita a um aluno que continue a leitura;
5) Por último, solicita que os alunos respondam a questionários contidos no livro didático para os alunos registrarem e responderem no caderno (respostas prontas de trechos do livro didático), em outros momentos, solicita um resumo do capítulo lido.

Fonte: Anotações provenientes de diário de campo; fichas de produção de dados de observação; e discussões e estudos em reuniões de equipe (2021).

Ao estruturar o circuito, foram verificadas algumas variações no trabalho desenvolvido pelo professor na turma do 6º ano e naquela do 9º ano. Além disso, alguns indícios apontaram para questões étnico-raciais a partir de considerações tecidas pela equipe sobre a maneira como o professor realizava essa condução. Entretanto, como a investigação se encontra em andamento, resta-nos coletar dados para examinar como estes indícios se relacionam com o papel da escrita no ensino de História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto que a investigação se encontra em andamento, ainda não é possível apresentar análise aprofundada e considerações mais bem fundamentadas no corpo empírico. Porém, algumas reflexões sobre aspectos da prática do professor e suas concepções de identidade e de ensino de escrita foram tecidas a partir da socialização e análise das notas de campo e da transcrição da entrevista realizada.

Nossa equipe identificou alguns elementos que permitem supor relações entre a maneira como o professor organiza e conduz a aula e suas concepções de identidade de gênero e raça, além disso, a recorrência de alguns significantes no discurso de outros docentes de outras instituições escolares também parecem apontar para a existência de redes de significações (FURLAN, 2004) através das quais certa maneira de ensinar História se reproduz e se reinventa.

No entanto, para corroborar as hipóteses formuladas pela equipe neste primeiro momento de sistematização e análise dos dados, será necessário ampliar o tempo de observação, considerando elementos que foram notados no material até agora sistematizado. Consideramos essa ampliação da produção dos dados determinante para subsidiarmos a reflexão sobre os aspectos que configuram uma reeducação para as relações raciais que se constitui no fazer docente.

REFERÊNCIAS

CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLEZ, Maria Fernanda. *Ensinar história em tempos de memória.* In: CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLEZ, Maria Fernanda. **Ensino da história e memória coletiva.** Porto Alegre: Artmed, 2007, p.13-30.

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área do saber. **Revista Brasileira de Educação**: v.11, n.31, p. 7-18, jan./abril, 2006.

FORQUIN, J. C. Currículo e cultura. *In*: FORQUIN, J. C. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993 (Introd. 9-26).

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

GOMES, Nilma de Melo. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL. **Educação Anti-racista:** caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação — MEC, Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62.

GÓMEZ, A. I. Pérez. Compreender o ensino na escola: modelos metodológicos de investigação educativa. *In*: SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998 (pp. 99-118).

LOPES, Alice Casimiro. Identidades pedagógicas projetadas pela reforma do ensino médio no Brasil**.** *In*: MOREIRA, A. F.; MACEDO, E. **Currículo, práticas pedagógicas e identidades**. Porto: Porto, p. 93-118, 2002.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. **Reflexões sobre a etnografia crítica e suas implicações para a pesquisa em educação. Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 425-446, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso em: 5 nov. 2019.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Resolução/Secretaria de Estado de Educação — SED n. 3.198, de 31 de janeiro de 2017. Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do ensino fundamental para as escolas de educação em tempo integral — Escola da Autoria — da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado de Mato Grosso do Sul**: seção 1: Executivo, n. 9.432, p. 4, 2 fev. 2017. Disponível em: <https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO9342_02_02_2017>. Acesso em: 24 jan. 2021.

MONTEIRO, Ana Maria et al. **Ensino de História**: entre desafios epistemológicos e apostas políticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

MORAES, Luciene M. S.; MORAES, Wallace dos Santos. A Revolta dos Malês nos livros didáticos de História e a lei 10.639/2003: uma análise a partir da "Epistemologia Social Escolar". *In*: MONTEIRO, Ana Maria *et al*. **Ensino de História**: entre desafios epistemológicos e apostas políticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

OLIVEIRA, Thalita M. C. R.; GABRIEL, Carmen T. Ensino de História e a invenção do comum: tensões identitárias em diferentes escalas na política curricular do Mercosul Educacional. **Práxis Educativa**, vol. 8, n. 2, pp. 465-487, jul.-dez., 2013.

PENNA, Fernando de Araújo. **Ensino de História:** operação historiográfica escolar. 2013. 267 p. Tese (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2013.

ROCHA, Helenice Ap. B. **O lugar da linguagem no ensino de História**: entre a oralidade e a escrita. 2006. 466 p. Tese (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2006.

SMOLKA, A. L. B. Sobre significação e sentido: um ensaio – uma contribuição à proposta

de Rede de Significações. *In*: ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. S.; SOARES SILVA, A. P.; ALMEIDA CARVALHO, A. M. (orgs.). **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed. 2004.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. *In*: CANDAU, Vera (org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

O ENSINO DE HISTÓRIA E O ASSISTENCIALISMO NA CIDADE DE DESTERRO-PB, NO PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO (1979-1985)

Dêis Maria Lima Cunha Silva[1]

RESUMO

Este estudo visa investigar a atuação do governo federal, estadual e municipal, por meio da prática assistencialista, durante o período da redemocratização (1979-1985), na cidade de Desterro-PB. Do mesmo modo, como este conhecimento, levado para a sala de aula, contribuiu para o desenvolvimento da análise e criticidade, de parte dos alunos do terceiro ano do Ensino Médio. Logo, este estudo é importante para perceber, de que maneira este debate, nas aulas de História desperta o interesse dos discentes ao mesmo tempo que viabiliza a percepção de que os processos que acontecem na conjuntura local, apesar de não estarem nos livros didáticos, também são importantes para a compreensão de que as cidades pequenas estão interligadas com situações ocorridas no âmbito nacional. Os documentos utilizados para fundamentar a pesquisa foram: os jornais de circulação estadual, tais como A União e O Norte.

Palavras-Chave: Educação; Poder local; Assistencialismo; História local; Redemocratização.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de uma prática de sala de aula. Ao realizar o estudo sobre a atuação política da família Leite na cidade de Desterro-PB[2], como critério para obtenção do título de Mestrado, no Programa de Pós-graduação em História na UFPB, viabilizei o debate de parte da pesquisa, em algumas das aulas de História, ministradas para alunos do terceiro ano do Ensino Médio. O conteúdo debatido em uma das aulas, tratava do período em que o Brasil vivenciou a transição para a volta das liberdades democráticas. **Á vista disso, percebi o interesse dos discentes ao fazerem** a relação entre os processos da conjuntura local e nacional.

---

1 Mestra em História pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Especialista em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Graduada em História pelas Faculdades Integradas de Patos – UNIFIP. Contato: deisprofhist.lima@gmail.com.

2 Sobre a origem da cidade de Desterro ver: SILVA, Dêis Maria Lima Cunha. “Filhos de uma promessa”: contexto histórico e ascensão política da família Leite em Desterro-PB. In: NETO, José Maria Almeida (Org.). História e cidade: narrativas e práticas sociais. 1. ed. – Belém-PA: Cabana, 2021. ps. 55-67. Disponível em: https://editoracabana.com/anpuh/

Mais do que entender, de que maneira as cidades pequenas vivenciaram o processo de transição para a democracia, compreenderam que as lideranças políticas locais mantiveram contato com representantes do governo estadual e federal, no intuito de terem suas demandas atendidas. Uma das práticas utilizadas pelos líderes políticos das esferas nacional, regional e local foi o assistencialismo[3], uma vez que o Nordeste vivenciou períodos de seca, que poderiam ser prolongadas ou com certa pluviosidade, nas décadas de 1970 e 1980.

As notícias divulgadas nos jornais foram imprescindíveis para fundamentar este estudo, uma vez que, nos periódicos encontramos as tramas, os usos da prática assistencialista pelos agentes que compõem o campo da política para alcançarem seus objetivos. O uso de jornais na historiografia deveu-se aos Annales, que viabilizou uma renovação na História Política, deste modo, os impressos foram e/ou são vistos, como fontes confiáveis para as pesquisas historiográficas, (LUCCA, 2008).

Durante as aulas, que apresentei o conteúdo sobre a história local, foi viabilizado o entendimento de que, na Paraíba, durante o período para a redemocratização, os líderes políticos se articularam no sentido de garantir prestígios e permanência em cargos eletivos. Ademais, nos períodos que o estado passou pelo fenômeno da seca, tanto representantes do executivo quanto do legislativo estadual e municipal, se articularam com o governo federal para prestar assistência aos paraibanos, especialmente aqueles que estavam localizados no interior do estado, destaco aqui a cidade de Desterro.

HISTÓRIA LOCAL E O ASSISTENCIALISMO EM PERÍODOS DE SECA

Os livros didáticos, que se faz uso na grande maioria das escolas públicas, trazem conteúdos, de modo que, os alunos obtenham informações apenas sobre o contexto nacional. No entanto, os estudantes ficaram surpresos e se mostraram interessados ao perceberem as tramas políticas durante o período de transição, para a volta da democracia, no contexto local. É importante salientar que, [...] A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência [...] (BITTENCOURT, 2009, p. 168), e por isso mesmo, propiciei aos discentes, a análise aqui mencionada. Na aula supracitada,

3 Sobre assistencialismo ver: RODRIGUES, Dayanny Dayse Leite. Assistencialismo, primeiro-damismo e manipulação social: a atuação de Lúcia Braga no estado paraibano na década de 1980. In: História e Cultura, Franca, v. 6, n. 2, p.178-198, ago-nov. 2017.

promovi o debate sobre o assistencialismo e o uso da indústria da seca[4], para atenderem os acordos e conchavos entre lideranças políticas da esfera nacional, regional e local.

Os estudantes, que participaram da aula, ficaram cientes de que, para atender e/ou prestar assistência à população localizada no interior do estado, o Governo Federal criou o Ministério do Interior[5] no governo do presidente general Castelo Branco (1964-1967), por meio do Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967. Entre as atribuições desse Ministério, constavam: o beneficiamento de obras contra as secas, o desenvolvimento regional, a assistência aos municípios, entre outras competências.

Ao longo das análises realizadas no período distencionista do governo Ernesto Geisel e de abertura política do governo João Figueiredo, verifiquei, por meio do jornal de maior circulação no estado – *A União* – que a atuação dos parlamentares federais e estaduais, em consonância com o governo federal e os ministros do Interior, empreendeu ações de políticas públicas assistencialistas em meio a fenômenos naturais como a seca, por exemplo, nas cidades sertanejas. Estas verificações também foram compartilhadas no decorrer das aulas sobre o tema.

De acordo com a notícia, para a Paraíba, a Sudene destacou que, com a situação de intempérie causada pela escassez de chuvas, "[...] há um plano bem detalhado para enfrentar a emergência de seca, mas só entrará em funcionamento quando reconhecida e decretada a situação de calamidade pública, observou" (A UNIÃO, 15 de maio de 1976, p. 01). Em posse deste documento, percebi a preocupação em solucionar o problema quando já estivesse instalado. O deputado Evaldo Gonçalves[6] evidenciou a preocupação do governo federal com o problema da estiagem na Paraíba e afirmou "[...] que o presidente Geisel, numa demonstração de interesse pelo problema, foi até Patos e alterou o programa com esse objetivo, ter contato direto com essa realidade. E as soluções virão, através do Projeto Sertanejo [...]" (A UNIÃO, 08 de junho de 1976, p. 03).

---

4 Sobre Industria da seca ver: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. A Indústria da seca na Paraíba. In: MELLO, José Octávio de Arruda. (org.). José Américo e a cultura regional. Fundação casa José Américo, João Pessoa, 1983.

5 Esse Ministério foi extinto em 1990 e convertido em Ministério da Justiça e Negócios Interiores pela medida provisória de nº 151, de 15 de março de 1990. Sobre a criação desse Ministério, ver: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/4161/2944>. Acessado em 25 de outubro de 2019.

6 Evaldo Gonçalves de Queirós, nasceu em São João do Cariri - PB em dia 15 de junho de 1933. Iniciou sua carreira política filiando-se ao Partido Social Progressista e foi eleito vereador de Campina Grande em outubro de 1958. Em 1974, depois de se filiar à Aliança Renovadora Nacional – ARENA - concorreu a uma vaga na Assembleia Legislativa em 1974 e foi eleito com a segunda maior votação do seu partido. Foi primeiro-secretário da Assembleia no período de 1975 a 1976. Em 1978, foi reeleito deputado estadual na legenda da Arena. Participou da elaboração da nova constituição de 1988. Foi deputado federal constituinte de 1987 a 1991 e no pleito de outubro de 1990, foi reeleito para novo mandato federal na legenda do PFL. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/evaldo-goncalves-de-queiros>. Acessado em 15 de março de 2019.

Constantemente, os líderes políticos dos estados nordestinos se beneficiavam da situação de carência e necessidade da população e solicitavam verbas, alegando estado de calamidade e de miséria nos períodos de seca. Dessa forma, conseguiam as verbas, iniciavam as obras, faziam a população acreditar que estavam preocupados com a situação. Nesse contexto, criavam um estado de credibilidade, beneficiavam suas terras e ganhavam o apoio da população carente e sofrida em todas as eleições, por meio do voto, que era uma forma de agradecer a "assistência" prestada. A seca contribuiu largamente para as articulações e os arranjos entre o governo local e estadual.

Dessarte, ao tomarem consciência da permanência de determinadas práticas políticas os discentes, ampliaram seu conhecimento sobre os meios, usados pelos líderes políticos para atingirem seus objetivos em períodos eleitorais. Entenderam, por exemplo, sobre a necessidade de manter contato com um representante do governo estadual, que no caso de Desterro, durante muitos anos, foi o deputado Aloysio Pereira[7], para receber recursos estaduais e federais.

O deputado supradito, apoiado pelas lideranças políticas no município de Desterro, esperava que, em períodos eleitorais, sua prestação de serviço e o cuidado aos necessitados fossem reconhecidos por meio do voto. O período de estiagem, foi agravado pela constante falta de chuvas, as notícias divulgadas na imprensa davam conta de que, diversos trabalhadores rurais precisavam ser atendidos por programas emergenciais do governo, requeriam-se as soluções que passavam pela execução do Projeto Sertanejo, criado na década de 1970, tinha como objetivo assistir a região Nordeste do ponto de vista socioeconômico. Dessarte, a população atendida em suas necessidades, não precisaria saquear depósitos com produtos de subsistência, enviados para cada cidade pequena, em situação de calamidade.

Não obstante, o agravamento da situação de extrema necessidade, não evitou os saques feitos aos mantimentos enviados para os municípios pelo governo federal, em colaboração com o governo estadual e os comerciantes nas cidades atingidas. Na cidade de Desterro-PB, por exemplo, aconteceu uma invasão, que de acordo com o jornal O Norte foram "mil flagelados" que invadiram o comércio da cidade, assim a imprensa destacou que, "A polícia conseguiu evitar ontem o saque ao Mercado Público de Desterro, depois que a cidade, situada a 280 quilômetros de João Pessoa, viu-se invadida, pela manhã, por

7 Aloysio Pereira Lima (1923-2018). Foi deputado estadual por seis legislaturas - 1958, 1962, 1966, 1982, 1986 e 1990. Durante o período em que foi deputado estadual representou o grupo político da família Leite na Assembleia Legislativa, assim como outros líderes políticos das cidades circunvizinhas. Ver mais em: LIMA, Aloysio Pereira. Eu e meu pai, o coronel José Pereira. João Pessoa: Ideia, 2013. Sobre a Revolta de princesa ver: LEWIN, Linda. Política e parentela na Paraíba. P. 348.

cerca de mil agricultores famintos." (O NORTE, 04 de outubro de 1983, p. 01).

Informação como esta, gerou relevante debate na aula, quando os discentes, reconheceram a importância deste conhecimento, para entenderam de que maneira a cidade, onde moram foi noticiada no jornal em circulação estadual. Analisaram também, o meio pelo qual, as lideranças políticas locais, poderiam ter solucionado o problema e que tipo de atitudes poderia ser tomadas para aprender a conviver com períodos de estiagem, ao mesmo tempo quais ações poderia ser tomadas para minimizar as necessidades dos munícipes. Uma discussão como esta "[...] vincula as particularidades do lugar e suas relações e conexões com outros lugares, num processo contínuo de interrelações [...]" (CAINELLE e SANTOS, 2014, p. 161).

Com notícias como esta, além de, promover a percepção da relação ente os processos nacionais e locais, pude verificar que a atuação assistencialista prestada pelos governos federal e estadual, por meio do Ministério do Interior, foi uma "Ação Solidária" que não resolveu o problema, tanto que a assistência emergencial se prolongou durante toda a década de 1980 e em outras secas subsequentes. Além das insuficiências causadas pela estiagem na zona rural da cidade os comerciantes da zona urbana sofreram com saques a seus estabelecimentos em dias de feira.

Deste modo, as lideranças políticas locais, iam à busca de apoio e ajuda aos seus deputados para assim, serem ajudados em situações como a que foi exposta. Neste ínterim, Bursztyn (2008) pontuou que as medidas tomadas em relação ao fenômeno da seca apresentam duas modalidades diferentes. A primeira geralmente é implantada depois que foi constatado o fenômeno, assim a implantação das frentes de emergência, um dos exemplos, das iniciativas do governo federal, que incluíam o alistamento de pessoas necessitadas para trabalharem em construções de açudes e estradas, e em troca eram remunerados ou recebiam suprimentos alimentícios. A segunda e mais recente criou bases para que certas localidades, convivessem com o fenômeno da seca sem passar pelo sofrimento da fome, em decorrência da falta de chuvas.

Dessa feita, o contexto da seca colocou em evidência as falhas e os limites dos programas do governo federal para a convivência com tal fenômeno no interior dos estados. Constatei que o programa, Projeto Sertanejo, não distribuiu renda, tampouco aumentou a produção entre os agricultores, e os créditos oficiais acabaram por privilegiar um número ínfimo de proprietários que tinham condições de desenvolver seus empreendimentos sem o auxílio do Estado (MINTER/SUDENE, 1985, p. 29).

Ainda sobre a questão da seca, a Paraíba recebeu a visita do presidente[8] João Figueiredo. No roteiro de sua visita, estava, mais uma vez, a cidade de Patos, para ver de perto a situação de emergência das cidades do sertão paraibano. E para atender às necessidades dessas cidades, foi entregue ao Ministro do Interior um relatório que continha as principais reivindicações dos representantes desses municípios:

> Foram cinco as principais reivindicações feitas ao Governador do Estado e inseridas no relatório a ser apresentado ao Ministro Mário Andreazza: 1 – aumento das diárias dos trabalhadores das frentes de emergências; 2 – Multiplicação dos carros-pipa; 3 – aumenta o número de municípios inscritos na SUDENE; 4 – Renegociação das dívidas junto aos bancos oficiais; 5 – transporte do gado para zonas não atingidas pela seca (A UNIÃO, 11 de março de 1981, p. 01).

Nenhuma das reivindicações apresentadas no relatório visou estabelecer medidas de longo prazo, tampouco apresentou estratégias que, em situações de seca futuras, não se necessitasse apelar para o assistencialismo emergencial do governo. Durante o debate, pude perceber que as estratégias consolidadas deram conta dos interesses dos grupos políticos do interior, cujo estabelecimento do capital político se fazia pela necessária articulação assistencialista do Estado. Observe que, para uma região cujos recursos eram completamente limitados, a sobrevivência política dos grupos de poder só seria possível com a manutenção do assistencialismo do Estado. Qualquer alteração nessa lógica poderia comprometer a percepção benfeitora que as populações do interior tinham dos políticos locais.

Por essa razão, na primeira metade da década de 1980, o debate na Assembleia Legislativa, em decorrência do anúncio do governo federal de desativar as frentes de trabalho que atenderam às necessidades da população localizada no interior do Estado, foi acalorado. Vários deputados discursaram e se colocaram contra a desativação dessas frentes emergenciais. O deputado Evaldo Gonçalves (PDS), que, representou o grupo político de base familiar na cidade de Desterro, quando deputado federal, enfatizou que, apesar de serem medidas que amenizam a situação "[...] 'elas estão evitando assaltos, saques e massacres. [...] ninguém poderá evitar um tumulto generalizado caso os trabalhadores percam os salários que conquistam pelo suor do rosto nas frentes de trabalho'[..]" (A UNIÃO, 12 de maio de 1982, p. 03).

Outros deputados também se prontificaram a defender a continuidade dessas medidas que, embora fossem "paliativas", estavam evitando "tumultos" nas cidades

8 O Jornal, A união, trouxe a seguinte notícia: "Figueiredo chega a Patos e amanhã verá efeitos da seca" em 13 de novembro de 1980, p. 01.

pequenas paraibanas. O deputado Edme Tavares[9] (PDS) fez um apelo, com afinco, ao Presidente João Figueiredo, assim como ao Ministro do Interior, para que, especialmente na Paraíba, fossem mantidas as frentes de emergência. Ele frisou que, somente na Paraíba, 191.646 trabalhadores rurais perderiam seu meio de sobreviver.

O deputado também ressaltou: "[...] essa desativação vem contrariar frontalmente a política social desenvolvida pelo Governo Federal, que é de proporcionar assistência às populações carentes [...]" (A UNIÃO, 26 de maio de 1982, p. 03). Apesar dos protestos dos deputados paraibanos, o Governo Federal manteve a desativação das frentes de trabalho. Interessante que, para evitar "problemas políticos", o Ministro Mário Andreazza conseguiu recursos que foram destinados aos grandes, aos médios e aos pequenos proprietários, segundo consta na notícia em circulação local[10].

É evidente que as ações do Projeto Sertanejo, na Paraíba, tiveram efeitos positivos. E quando se trata dos problemas da estiagem no interior do estado, certamente, nas condições em que se processa uma grande estiagem, o sertão paraibano precisa de recursos e estratégias que garantam a sobrevivência de suas populações. Contudo, o projeto assistencialista de combate à seca do Regime Militar, em uma conjuntura de transição política, para o retorno da democracia, precisava garantir que suas bases de apoio fossem mantidas. No caso da Paraíba, esses projetos, nesse contexto, possibilitaram o alinhamento e a consolidação de representações políticas locais fortemente percebidas a partir da capacidade de conseguir recursos para os mais necessitados de forma assistencialista.

Essas posturas políticas garantiram, em larga medida, a base de sustentação de Wilson Braga como governador do estado entre 1983 e 1987 e a eleição de muitos deputados estaduais e federais, cujas bases políticas estavam assentadas nas cidades pequenas. Muitos prefeitos também consolidaram suas lideranças locais pelo largo trânsito entre as estruturas de poder do regime, o que resultou em alinhamentos.

---

9 Edme Tavares de Albuquerque, cajazeirense (1937-2015). Deputado Estadual, ARENA, Período: 1971 a 1975; 1979 a 1983. Deputado federal: 1983-1987; Deputado Federal - (Constituinte). Durante a sua legislatura foi lpider do governo na Paraíba.

10 A União informou, na seguinte manchete, que as frentes foram desativadas: "Ministério desativa Emergência"*: "Depois de três anos e existência, o programa de emergência para a seca será desativado hoje no Nordeste pelo Ministério do Interior. Na Paraíba, os trabalhadores que estavam inscritos nas Frentes de Emergência, além do pagamento referente a maio, receberão uma quinzena de junho como compensação* [...]" (A UNIÃO, 01 de jun. de 1982, p. 01).

Neste interim, os líderes políticos das cidades pequenas insistiam em manter o Programa de Emergências, como, por exemplo, João Leite de Almeida[11], da cidade de Desterro, que reivindicou nesse período, tanto do governo estadual quanto do federal, a reabertura das frentes de emergência e a inclusão do município nos bolsões da seca, como noticiou A União:

> Segundo ele [João Leite], os Bolsões da Seca não incluiu o município de Desterro e para ele a salvação será reabrir as frentes, principalmente porque na sua cidade cerca de 4 mil pessoas necessitam da assistência do Governo do estado. João Almeida acrescentou que durante as frentes de emergência foram construídos aproximadamente 20 açudes, onde trabalharam 2.100 trabalhadores rurais. (A UNIÃO, 19 de agosto de 1982, p. 08).

A citação acima reforça tanto a questão da dependência das cidades pequenas do governo quanto a insistência na observância dos impactos da seca no município. Se o município garantiu a distribuição de "farinha e feijão aos flagelados", o governo federal e o estadual deveriam estar presentes. Vale lembrar que, em algumas ocasiões, o presidente e o governador estiveram no sertão com o objetivo de arregimentar apoio para as eleições de deputados e de prefeitos.

A presença do Estado com o assistencialismo seria retribuída por meio do apoio político, visto que os líderes políticos, nesse caso, os desterrenses, sempre apoiaram o partido do governo estadual e do federal, pois a reabertura das frentes de trabalho pelo Governo Federal seria garantida com o voto no partido do governo, segundo a manchete do jornal, "[...] o voto nos meus candidatos, será o voto na continuação desses programas, será o voto no prosseguimento da ação conjunta, [...] a segurança de que está próxima a definitiva emancipação do pesadelo da seca [...] (A UNIÃO, 20 de agosto de 1982, p. 01).

Dessarte, a população que necessitava da "ajuda" tanto do Governo do Estado quando do Governo Federal sentiu-se compelida a votar nos candidatos do partido do governo. Nesse caso, me refiro ao PDS. O deputado estadual Luiz de Barros (PDS)[12] afirmou: "[...] No conjunto de todos os municípios citados, acredito que a vitória do nosso

---

11 João Leite de Almeida (1930-2013), nasceu na Fazenda Carnaubinha, sua principal propriedade. foi comerciante e produtor rural. A, partir de 1976, tornou-se o principal líder político local. O primeiro mandato do Sr. João Leite de Almeida teve início com a eleição de 1976, quando, junto com o seu vice-prefeito, Manoel Pereira da Silva, foi eleito com 2.258 votos, de um total de 3.364 votos válidos pelo partido da ARENA, de acordo com o Tribunal Regional da Paraíba. Governou a cidade de Desterro-PB durante os seguintes mandatos: (1977/1982; 1989/1992; 1997/2000; 2000/2004). Revezou o governo da cidade com seu primo Geraldo Leite Barbosa (1983/1988; 1993/1996).

12 Luiz Ferreira de Barros nasceu em Campina Grande (1916 -****). Foi eleito e reeleito em quatro mandatos consecutivos - 1966, 1970, 1974 e 1978 - pelo Partido da ARENA, e em 1982, ficou na suplência pelo PDS. O envolvimento do então deputado na querela foi por conveniência. Na eleição para deputado estadual de 1978, Luiz de Barros havia conseguido 1.714 votos só em Desterro. Dados obtidos no site Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, disponível em: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/resultados-de-eleicoes>. Acessado em 20 de dezembro de 2019.

partido chega a 70 por cento, mas em Desterro [...] será entre 80 e até 90 por cento a vantagem de Wilson Braga" (A UNIÃO, 17 de julho de 1982, p. 03). Isso confirmou o uso do assistencialismo como garantia na eleição em curso. Com as frentes reativadas, os municípios do interior do Estado, inclusive Desterro[13], receberam recursos do Governo Federal destinados à construção de açudes, calçamentos, eletrificação, construção de barragens, entre outros.

Portanto, entender sobre os apelos, para manter e ampliar as frentes de emergência, o pedido de recursos para assistir os flagelados da seca e o envio de documentos com sugestões para atender às demandas dos trabalhadores rurais na cidade de Desterro, possibilitou aos estudantes pensar sobre as práticas políticas locais. Tais práticas, como o assistencialismo, por exemplo, foi um dos mecanismos utilizados pelas lideranças políticas locais, para conseguirem recursos públicos, manterem acordos políticos e atenderem as demandas da população no contexto local. Desta maneira, o resultado de pesquisas, como esta por exemplo, pode e deve ser levado para a sala de aula, no intuito de promover o debate entre os alunos do ensino básico, para compreenderem os processos na conjuntura local e nacional.

CONSIDERAÇÕES

Por meio da prática do assistencialismo, os "representantes" do povo, objetivam na verdade manterem os seus privilégios. Nas entrelinhas do atendimento as demandas da população, estava e/ou está a conquista, manutenção e perpetuação de cargos eletivos. Uma vez que essa assistência foi e/ou é retribuída em períodos de eleição por meio do voto. Não obstante, o Regime Militar não operou um projeto de desenvolvimento eficaz e de longo prazo como proposta de crescimento, como constava, por exemplo, no Projeto Sertanejo.

O projeto do governo militar para as cidades pequenas foi de arregimentação de bases, de apoios e alinhamentos, o que possibilitou, nos limites dos recursos e de acesso às estruturas do poder local, a consolidação de redutos de poder fortemente percebidos pelos acessos conseguidos entre o poder local, o poder estadual e o poder central.

---

13 O jornal, A União, em 15 de setembro de 1982, p. 12, destacou a seguinte manchete e a notícia, respectivamente: "Prefeitos vão receber 113 milhões hoje" - *"Cerca de 113,5 milhões de cruzeiros serão entregues hoje pelo Governador Clóvis Bezerra a 39 prefeitos paraibanos. [....] Hoje a verba será destinada aos seguintes municípios:* àgua *Branca, [...] Desterro, Dona Inês, Fagundes [...]".*

Portanto, intercalar os conteúdos, como o período do governo dos militares, presente no livro didático, com a pesquisa para a dissertação de mestrado, resultou em um debate relevante para a aprendizagem dos estudantes. De modo que, compreenderam que, a história das cidades pequenas, não estão distantes dos processos históricos das ditas cidades metropolitanas, entenderam ainda a relevância de conhecer a sua própria história.

REFERÊNCIAS

Jornal A União – Arquivo do espaço Cultural José Lins do Rego (1970-1989).

Jornal O Norte – Arquivo do espaço Cultural José Lins do Rego (1970-1989).

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste.** 3ª edição, revista e ampliada. – Rio de Janeiro: Gramond; Fortaleza: BNB, 2008.

CAINELLI, Marlene e SANTOS, Flávio Batista dos. O Ensino de História Local na formação da consciência histórica: um estudo com alunos do Ensino Fundamental. In: **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 21, p. 158-174 jan./abr. 2014.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. A Indústria da seca na Paraíba. In: MELLO, José Octávio de Arruda. (org.). **José Américo e a cultura regional.** Fundação casa José Américo, João Pessoa, 1983.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar.** Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Aloysio Pereira. **Eu e meu pai, o coronel José Pereira**. João Pessoa: Ideia, 2013.

LUCCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In. PINSKY, Carla Bassanezi. (Orga.) **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2008.

MINTER/SUDENE. **Avaliação do Polonordeste e do Projeto Sertanejo.** Fortaleza, 1985.

SILVA, Dêis Maria Lima Cunha. “Filhos de uma promessa”: contexto histórico e ascensão política da família Leite em Desterro-PB. In: NETO, José Maria Almeida (Org.). **História e cidade: narrativas e práticas sociais.** 1. ed. – Belém-PA: Cabana, 2021. ps. 55-67. Disponível em: https://editoracabana.com/anpuh/

SILVA, Fernando Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NÚCLEO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA (NUPEA): UM ESPAÇO DE (RE)EXISTÊNCIA E DIÁLOGOS COM A COMUNIDADE ESCOLAR, A PARTIR DAS LEIS 10.639/03 E 11.645/08

Delmaci Ribeiro de Jesus[1]
Joab Silva Santos[2]

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir os resultados parciais obtidos a partir das atividades realizadas no Núcleo de Pesquisa e Educação Antirracista (NUPEA), um grupo de estudos do Colégio Estadual Maria Isabel de Melo Góes, no município de Catu. A aplicação do projeto tem como base a aprovação no edital SEC/SEPROMI nº 011/2021, Prêmio Professor Jorge Conceição, em dezembro de 2021, e as ações pedagógicas estão alinhadas com as leis 10.639/03 e 11.645/08.

Palavras-Chave: Projeto pedagógico, Educação antirracista, Espaço de (re)existência.

O objetivo deste artigo é descrever as atividades e aplicações práticas do projeto pedagógico intitulado *Educação antirracista: a escola enquanto espaço de (re)existência*. A discussão tem como foco de análise o *Núcleo de Pesquisa e Educação Antirracista* (NUPEA), do Colégio Estadual Maria Isabel de Melo Góes, na cidade Catu, Bahia. A proposta pedagógica foi elaborada para atender ao processo seletivo do edital SEC/SEPROMI nº 011/2021 – Concurso público – Prêmio Jorge Conceição.[3] Com a aprovação e início da execução, buscou-se ressignificar a identidade escolar, desenvolver o sentimento de pertencimento dos discentes para com a escola pública e promover uma educação libertadora, antirracista e contribuir para o desenvolvimento da criticidade dos estudantes e a formação de cidadãos politizados.

---

1 Graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Atualmente, diretor do Colégio Estadual Maria Isabel de Melo Góes.

2 Graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Integrante do Grupo de Pesquisa A Bahia das Letras: História, Literatura, Trajetórias e participação política. Atualmente, coordenador do Núcleo de Pesquisa e Educação Antirracista (NUPEA).

3 Edital publicado em dezembro de 2021 pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia em parceria com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI). O professor Jorge Conceição, homenageado no edital, foi militante do movimento negro e docente do Programa de Pós-Graduação da UFBA.

A implementação de ações alinhadas às temáticas propostas nas Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, para a educação básica, possibilita uma prática pedagógica distante da perspectiva conteudista, se referindo à disciplina de História ou aos demais campos da Ciência. Como as leis incentivam a construção de abordagens a partir da interdisciplinaridade e contextualização, viabilizam a aplicação da proposta com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Diretrizes Curriculares do Novo Ensino Médio, do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e do Tema Integrador "Educação para a Diversidade", do Documento Curricular Referencial da Bahia, no que diz respeito ao Ensino da História, Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

Embora o *Núcleo de Pesquisa e Educação Antirracista* se configure enquanto proposta pedagógica central para o ano de 2022, no Colégio Estadual Maria Isabel de Melo Góes, o desenvolvimento de projetos com base nas Leis nº 10.639/03 e 11.645/08 começou em 2016 com a Fundação do Clube de História. O clube tinha como objetivo elaborar projetos de Iniciação Científica que discutissem sobre questões étnico-raciais na comunidade catuense. Articulado a partir da participação dos discentes da Educação Básica e com reverberações em feiras nacionais, fundamentou as bases para o projeto atual.

DO CLUBE DE HISTÓRIA AO NUPEA: A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO COLÉGIO ESTADUAL MARIA ISABEL DE MELO GÓES

> O clube convida os estudantes da Escola Estadual Maria Isabel de Melo Góes para questionarem a realidade na qual estão inseridos e, através da pesquisa, propor a (re)construção de conhecimentos de valorização das comunidades afrodescendentes que constituem o município de Catu e arredores. Esses estudantes vêm produzindo projetos de pesquisa exitosos, que são apresentados e premiados em Feiras de Iniciação Científica Júnior, corroborando com a qualificação do processo de ensino e aprendizagem da História da Cultura Afro- -Brasileira, tendo como referência legal os parâmetros curriculares nacionais e as Leis 10.639/03 e 11.645/08.[4]

O Colégio Estadual Maria Isabel de Melo Góes, ao longo dos 70 anos de fundação, vem se notabilizando por desenvolver ações que valorizam o protagonismo dos estudantes, num viés acolhedor, e enaltece a coletividade de sujeitos que formam a comunidade escolar. Nesse contexto, o Clube de História (CH) colaborou para a percepção do problema

4 OLIVEIRA, Marcelo Souza; DE JESUS, Delmaci Ribeiro. Clube de História: experiências no estudo e na pesquisa da história e cultura afro-brasileira no Colégio Estadual Maria Isabel de Melo Góes, Catu-BA. **Revista História Hoje**, v. 10, n. 19, p. 189-213, 2021.

em questão: a ausência de propostas pedagógicas que abordem, de forma contínua, as questões apontadas nas Leis nº 10.639/03 e 11.645/08. Além disso, é possível afirmar que o CH auxiliou os discentes no desenvolvimento de um olhar crítico e questionador, tornando-os capazes de identificarem problemáticas sociais no cotidiano, mesmo as naturalizadas ou camufladas na suposta ideia de democracia racial.

Entre 2015 e 2019, o CH se constituiu como um grupo de pesquisa e estudos, no qual estudantes do Ensino Médio desfrutaram da oportunidade de desenvolver pesquisas, analisar fontes, desenvolver a leitura, analisar dados e apresentar os resultados em feiras de Iniciação Científica a nível municipal, regional e nacional. A proposta de um ensino por investigação, com temáticas que dialogam com a educação antirracista, foi amadurecendo e/ou caracterizando o CEMIMG enquanto um espaço de (re)existência, tendo em vista que a maioria dos estudantes são negros e oriundos das zonas periféricas e rurais.

Reconhecer que as instituições de ensino são reprodutoras de verdades *a priori* e realidades descontextualizadas é o primeiro passo para buscar alternativas que possibilitem a inserção de uma política de valorização das raízes e ancestralidades, e são essas questões que verdadeiramente constituem o povo brasileiro em sua totalidade. É fundamental recusar apenas a reprodução de um recorte branco, influente principalmente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Aliado a esse problema, é preciso considerar que a História ensinada na maior parte dos municípios da região Nordeste tem como referência básica os manuais didáticos produzidos em sua maioria no Centro-Sul do Brasil, o que se constitui como um problema, tendo em vista que alunos e professores não estão representados. Para Nilma Gomes,

> No contexto da produção teórica educacional e no cotidiano das práticas pedagógicas e dos currículos das escolas e universidades brasileiras, nem sempre esse histórico de lutas e os saberes nele produzidos são considerados enquanto tais. É nesse contexto que se faz necessária uma crítica radical à forma como conhecimento e saber são interpretados pela ciência moderna, resultando em um tipo de racionalidade que exclui as outras formas de pensar e conceber o mundo produzidas fora do cânone considerado científico.[5]

Dessa forma, ensinar e aprender sobre a cultura afro-brasileira no Nordeste do país, após 130 anos de uma abolição que se concretizou do ponto de vista legal, mas ainda apresenta importantes lacunas sociais, é perceber que, ao mesmo tempo, existe um movimento para esquecer e há também aqueles que se levantam contra o esquecimento,

5 GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & sociedade**. Volume 10 – Nº 18 – abril de 2011, p. 144.

para que a memória continue sempre viva, em uma resistência para não silenciar seu passado e preservá-lo.

Com o avanço da pandemia *SARS-CoV-2* (*COVID 19*) em 2020 as ações de pesquisa foram suspensas e, em 2021, com o retorno das atividades, o fortalecimento da premissa de valorização e identidade da escola pública enquanto espaço de (re)existência foi ganhando novas faces, resultando, no final do mesmo ano, no projeto *Educação antirracista: a escola enquanto espaço de (re)existência*.

NÚCLEO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA (NUPEA): UM OLHAR SOBRE AS OBRAS UTILIZADAS

O NUPEA está dividido em cinco atividades centrais: Cine NUPEA; NUPEA: diálogos, NUPEA leitor; NUPEA: na estrada e o NUPEA itinerante. O primeiro tem como objetivo discutir sobre questões étnico-raciais a partir de filmes nacionais e internacionais, aproximando o debate do cotidiano dos discentes. O segundo busca estabelecer conexão com a comunidade, convidando docentes, artistas e militantes do movimento negro para dialogarem com os estudantes. O terceiro tem como finalidade o incentivo à leitura, apresentando bibliografias específicas sobre o tema de estudo. O quarto almeja expandir os espaços de aprendizagem a partir de viagens para museus e pontos históricos na Bahia. O quinto dissemina o aprendizado construído no NUPEA para os discentes do Ensino Fundamental II nas Escolas Municipais de Catu.

Embora o projeto *Educação antirracista: a escola enquanto espaço de (re)existência* se configure como proposta pedagógica para o ano letivo do CEMIMG, balizando o planejamento de todos os componentes (Filosofia, sociologia, química, física, matemática), os encontros do NUPEA não estão atrelados às atividades avaliativas. Os discentes que participam não recebem pontuação nas disciplinas curriculares e os docentes envolvidos realizam os encontros em momentos à parte das aulas.

O projeto segue uma perspectiva pedagógica para além do capital, tomando de empréstimo o termo do filósofo húngaro Instván Mészáros, ou podemos dizer que ele está distante do sistema bancário, para descrever o NUPEA a partir do vocábulo conceitual de Paulo Freire.[6] Essa afirmação pode ser realizada porque os conceitos-chave norteadores do processo pedagógico têm a premissa de uma *Aprendizagem Significativa* e o desenvolvimento da *Consciência Histórica*.

---

6 MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008; FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Para Adriana Pelizzari, analisando o conceito de Aprendizagem Significativa desenvolvido por David Ausubel, o estudante se distancia da aprendizagem mecânica quando as temáticas abordadas se aproximam do conhecimento e das experiências adquiridas no cotidiano.[7] Logo, é fundamental pensar o planejamento pedagógico das escolas considerando a origem de seus discentes e a realidade municipal e estadual. Essa mesma abordagem é encontrada nos estudos de Flávia Caimi. Para a pesquisadora, "para ensinar história a João é preciso entender de ensinar, de história e de João", visto que não há sentido em continuar com exposições eurocentradas e alegar vínculo com as Leis nº 10.639/03 e 11.645/08. [8] Somente a partir dessa conjunção o discente poderá desenvolver a *Consciência Histórica*.[9]

Vejamos a aplicação prática das questões conceituais ao analisarmos três subdivisões do NUPEA: o Cine NUPEA, o NUPEA leitor e o NUPEA: diálogos. Como já comentado, o primeiro tem o objetivo de discutir sobre questões étnico-raciais a partir de obras cinematográficas. Entre os filmes utilizados, podemos comparar dois: Histórias Cruzadas (*The help*) e Infiltrado na Klan (*BlacKkKlansman*). Embora ambos problematizem a questão racial nos Estados Unidos do pós-abolição, ratificada depois de uma Guerra Civil, as narrativas descrevem os personagens centrais em patamares sociais distintos, apesar de alegarem um protagonismo negro nos desfechos. Se em Infiltrado na Klan, Spike Lee, um cineasta negro e com destaque em suas obras por tratar de temáticas raciais, colocou John David, o personagem central, como um indivíduo capaz de investigar e condenar os membros da *Ku Klux Klan* (*KKK*), em Histórias Cruzadas, Tate Taylor, por sua vez, elegeu Eugenia Phelan, uma descendente de senhor de engenho, como socorrista – fazendo alusão ao título original do filme – das empregadas domésticas negras, uma porta-voz.

Mesmo diante das questões já apontadas, vale lembrar que, "a forma como o filme reflete a sociedade não é, em hipótese alguma, direta e jamais apresenta-se de maneira organizada (em círculos lógicos e coerentes), mesmo que assim aparente".[10] O filme é uma obra coletiva, apesar de carregar um caráter individualista. É fundamental, para uma análise significativa, observar a estética, o enquadramento e dissecar os sentidos ocultos.

---

7 PELIZZARI, Adriana et a. Teoria da Aprendizagem Significativa segundo Ausubel. In: Rev. PEC, Curitiba, v.2, n.1, p.37-42, jul.2001-jul.2002. Disponível em: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012381.pdf. Acesso em: 18 set. 2022.

8 CAIMI, Flávia Eloisa. O que precisa saber um professor de História?. **História & ensino**, Londrina, v. 21, n. 2, jul./dez. 2015, p. 111.

9 ALVES, Ronaldo Cardoso. Consciência Histórica e cultura Escolar: um estudo das especificidades que atuam na construção e aplicação do conhecimento histórico. Associação Nacional de História – ANPUH. **XXIV Simpósio Nacional de História** – 2007, p. 1-9.

10 NOVA, Cristiane. O cinema e conhecimento da história. **O olhar da história**: Revista de História Contemporânea, Salvador, n.3, nov. 1996, p. 219.

As informações podem escapar mesmo aos diretores e roteiristas, o que se enquadra na denominação de Marc Ferro de “zonas ideológicas não visíveis”.[11]

Apesar dos filmes se apresentarem como possíveis obras para complementar as discussões em sala de aula, alinhados às Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, é necessário problematizar as narrativas postas, tendo em vista a forma como elas descrevem a participação da população negra. O filme é construído socialmente e, assim sendo, é evidente que, se a sociedade exerce influência sobre a atividade cinematográfica, a recíproca é verdadeira. Esse vínculo é de simples compreensão se lembrarmos do cinema como atividade comercial. Com base em Ferro para suporte de análise:

> O filme aqui não está sendo considerado do ponto de vista semiológico. Também não se trata de estética ou de história do cinema. Ele está sendo observado não como uma obra de arte, mas sim como um produto, uma imagem-objeto, cujas significações não são somente cinematográficas. Ele não vale somente por aquilo que testemunha, mas também pela abordagem sócio-histórica que autoriza.[12]

Buscando uma outra perspectiva para a produção de conhecimento, o NUPEA leitor tem como objetivo discutir bibliografias específicas sobre a temática étnico-racial. Até o mês de setembro de 2022, período de escrita deste artigo, dois livros foram utilizados: *Racismo Estrutural*, de Silvio Almeida, e *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravagista*, de João Reis e Eduardo Silva. Para o segundo, a ênfase maior foi para o capítulo intitulado *O jogo duro do 2 de julho*, tendo em vista os 200 anos de Independência do Brasil. No entanto, mesmo que a proposta busque ampliar o aporte conceitual e histórico dos discentes da Educação Básica do Colégio Estadual Maria Isabel de Melo Góes, sobretudo porque os livros didáticos são rasos nas proposições indicadas, foi necessário alongar a dimensão do significado de construção de conhecimento para alcançar as produções dos Movimentos Sociais, em especial o Movimento Negro.

Diante dessa questão, surgiu o NUPEA: diálogos. Os encontros têm como premissa o compartilhamento de saberes construídos no Movimento Negro, convidando membros da comunidade para contribuírem com a proposta pedagógica. Para Nilma Gomes, “o acúmulo de saberes produzidos pelo movimento negro faz parte de uma história ancestral de luta e resistência que ganha mais força na sua demanda pela educação a partir do início

---

11 FERRO, Marc. Coordenadas para uma pesquisa. O filme: uma contra-análise da sociedade. In: **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992. p. 79-115.

12 FERRO, Marc. Coordenadas para uma pesquisa. O filme: uma contra-análise da sociedade. In: **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992. p. 89.

do século XX. Essa luta se intensifica a partir do início do século XXI".[13] Uma das principais reverberações das reivindicações e busca por reparação histórica foi a promulgação da Lei nº 10.639, em janeiro de 2003. Ainda em Gomes, "as ações afirmativas são compreendidas, aqui, não só como movimento de luta política pela correção das desigualdades raciais, mas também como lócus em que confluem princípios gerais de um outro modelo de racionalidade e saberes emancipatórios".[14]

CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi descrever as atividades em desenvolvimento do *Núcleo de Pesquisa e Educação Antirracista*, do Colégio Estadual Maria Isabel de Melo Góes, em Catu, Bahia. A proposta pedagógica tem como finalidade a promoção de um espaço de (re)existência na instituição e comunidade escolar. Apesar de, neste artigo, discutirmos somente sobre duas das cinco subdivisões do NUPEA, todos os encontros partem da mesma premissa bibliográfica e conceitual, intentando ressignificar a formação discente e docente.

O NUPEA na estrada articulou encontros no Centro Histórico de Salvador, com visitação ao Elevador Lacerda, Igreja e Convento de São Francisco, Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, Fundação Casa de Jorge Amado, Museu Tempostal, Museu Udo Knoff de Azulejaria e Cerâmica e Praça da Sé. Além de Salvador, esteve no Município de Cachoeira, com acesso à Ponte Dom Pedro II, Estação Ferroviária, Porto rio Paraguaçu/ Jardim Grande, Igreja D'Ajuda, Fundação Hansen Bahia, Igreja e Matriz Nossa Senhora do Rosário, Museu Casa de Câmara e Cadeia/ Independência e Museu do Cinema.

Para incentivar o desenvolvimento das atividades, realizamos uma reforma no acervo bibliográfico com a aquisição de mais de 70 exemplares de obras como: *Insubmissas Lágrimas de mulheres*, de Conceição Evaristo, *Racismo estrutural*, de Silvio Almeida, *Rebelião escrava no Brasil*, de João Reis, *O sol é para todos*, de Harper Lee, *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*, de Nilma Lino Gomes, *Terra Sonâmbula*, de Mia Couto, *O espetáculo das raças*, de Lilia M. Schwarcz, *Sobrevivendo no inferno*, de Racionais Mc's e outros. Atualmente, contamos com a participação de mais de 60 membros, contabilizando estudantes, docentes e convidados externos.

---

13 GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & sociedade**. Volume 10 – Nº 18 – abril de 2011, p. 147.

14 GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & sociedade**. Volume 10 – Nº 18 – abril de 2011, p. 148.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ronaldo Cardoso. Consciência Histórica e cultura Escolar: um estudo das especificidades que atuam na construção e aplicação do conhecimento histórico. Associação Nacional de História – ANPUH. **XXIV Simpósio Nacional de História** – 2007, p. 1-9.

BLACKKKLANSMAN. Direção de Spike Lee. Produzido por Charlie Wachtel, David Rabinowitz e Kevin Willmott. Estados Unidos: Focus Features, 2018.

BRASIL. Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasíl.

CAIMI, Flávia Eloisa. O que precisa saber um professor de História?. **História & ensino**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 105-124, jul./dez. 2015.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. 1933: o ano em que fizemos contato. Revista SUP (28): p, 142-163, dez./ fev., 95/96.

FERRO, Marc. Coordenadas para uma pesquisa. O filme: uma contra-análise da sociedade. In: **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992. p.79-115.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & sociedade**. Volume 10 – Nº 18 – abril de 2011.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização de currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr., 2012.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NOVA, Cristiane. O cinema e conhecimento da história. **O olhar da história**: Revista de História Contemporânea, Salvador, n.3, nov. 1996.

OLIVEIRA, Marcelo Souza; DE JESUS, Delmaci Ribeiro. Clube de História: experiências no estudo e na pesquisa da história e cultura afro-brasileira no Colégio Estadual Maria Isabel de Melo Góes, Catu-BA. **Revista História Hoje**, v. 10, n. 19, p. 189-213, 2021.

PELIZZARI, Adriana et a. Teoria da Aprendizagem Significativa segundo Ausubel. In: Rev. PEC, Curitiba, v.2, n.1, p.37-42, jul.2001-jul.2002. Disponível em: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012381.pdf. Acesso em: 18 set. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

THE HELP. Direção: Tate Taylor. Produção de Tate Taylor e Kathryn Stockett. Estados Unidos: DreamWork SKG, 2011.

CLIO NAS CIDADES DA JUREMA? JUREMA SAGRADA NO "FOLCLORE MÁGICO DO NORDESTE" DE GONÇALVES FERNANDES (1938)

Demetrius Antonio Prysthon Chesman[1]

RESUMO

O presente artigo visa analisar criticamente como os rituais da Jurema Sagrada[2] são apresentados na obra "O folclore mágico do Nordeste: usos, costumes e ofício mágico das populações nordestinas»(1938), do médico psiquiatra e folclorista Gonçalves Fernandes. Além dessa análise crítica, temos ainda como propósito apontar alternativas e caminhos teórico-metodológicos no campo da história intelectual, tendo como suporte a obra de Fernandes, a fim de buscar uma concepção de história que leve em consideração os saberes construídos na ancestralidade, a partir da oralidade e da experiência dos sujeitos pertencentes às religiões tradicionais. Nessa perspectiva, dialogaremos com o conceito de intelectual na teoria gramsciana e a concepção lógica de raciocínio e historicidade própria da jurema, em consonância com a teoria pós-colonial sobre a escrita da história abordada a partir da teoria da história de Sanjay Seth.

Palavras-Chave: Jurema; História intelectual; Ancestralidade.

INTRODUÇÃO

Desde 1970 temos tido um aumento considerável de estudos e pesquisas que tratam da temática da Jurema Sagrada, começando a ganhar notoriedade nos meios acadêmicos, principalmente na área da antropologia, com autores renomados como Roberto Motta e Vandezande.

Segundo dados levantados por Deyvson da Silva e Gustavo de Souza (2019), entre os anos de 1994 e 2017 produziu-se um total de 17 pesquisas de grande porte nos cursos de pós-graduação, sendo quatro teses e treze dissertações produzidas sobre a Jurema. Destas pesquisas encontramos apenas duas no campo da História.

Nas duas últimas décadas, tem surgido no meio acadêmico, principalmente nos programas de ciências das religiões, o interesse pela cosmovisão da Jurema Sagrada. Durante muito tempo a Jurema Sagrada foi relegada um lugar de subalternidade em

1 E-mail: demetrius.prysthon@gmail.com

2 Jurema Sagrada é conceito que utilizarei no texto para se referir a cosmovisão, Jurema pode ser a planta, pode ser árvore, a bebida, a cabocla jurema.

relação a outras religiões do campo de estudo sobre as religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé (NASCIMENTO, 2016; OLIVEIRA, 2017).

Do ponto de vista metodológico, esse artigo aponta caminhos para a produção da história por uma lógica de raciocínio própria da religiosidade, em diálogo com a historiografia ocidental, no campo da História intelectual, abordada a partir da metodologia apontada por Antonio Gramsci nos seus escritos do Cárcere, sobre o título " Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais".

Para isso, escolhemos uma obra forjada nos moldes da Racismo Científico brasileiro. A escolha dessa obra como fonte é devido sua importância e presença em quase todas as pesquisas que se dedicam a estudar o culto da Jurema/Catimbó[3] do nordeste. Trata-se da obra " O folclore mágico do Nordeste: usos, costumes e ofício mágico das populações nordestinas" (1938) escrito pelo médico e folclorista Gonçalves Fernandes.

"AQUI TEM FUNDAMENTO"

Na perspectiva acima apontada, nossa análise procura tornar aquele intelectual de autoridade legitimada a partir dos discursos ideológicos cientificistas sobre os rituais da Jurema Sagrada, ou seja, que toma o corpo ritualístico presente na Jurema Sagrada como mero objeto visto de fora, e deslocar esse intelectual para posição de objeto, analisando suas idéias, sua função social, as contradições presentes em sua narrativa, visando encontrar novos caminhos para a escrita da história intelectual a partir da ótica dos sujeitos subalternizados.

A escolha desse autor, mais especificamente o primeiro capítulo de sua obra, é de grande importância para nossa análise, por se dedicar especificamente a uma etnografia dos catimbós, da religiosidade tradicional, e das práticas mágicas e curativas no Nordeste. A partir desse emaranhado de relatos, dos estudos de campo do nosso homem da bata branca, vamos encontrar elementos iniciais para entender os estudos pioneiros sobre as práticas e rituais das Mestras e Mestres Juremeiros.

Os que se debruçam a pesquisar o culto da Jurema no tempo presente apontam diferentes categorização desses cultos. A que considero mais adequada para um entendimento básico, é a abordada por Alexandre Oliveira (2017) que classifica em duas

3 Apesar de catimbó ser um conceito mais amplo no senso comum, tanto pejorativo, como reivindicado pelos povos de terreiro, sua origem é relacionada a origens variadas na obra do Fernandes. Desde uma variação como Catimbau lugar, desde resignificação linguística cachimbó devido a associação com cachimbo elemento presente até hoje nos terreiros de Jurema. A seu conceito catim "ebó como feitiço que será problematizado no decorrer do texto.

categorias. 1.“Jurema de Caboclo”: praticada entre os povos indígenas remanescentes do Nordeste, nas regiões do agreste e Sertão, de acordo com a particularidade de cada povo. 2. “Juremas Urbanas”, cultuada nas capitais e cidades próximas, que geralmente dividem espaço com os cultos aos Orixás, Inkices e Voduns de acordo com a nação e tradição de cada casa.[4]

Apesar da generalização que se dá a partir da categorização de locais e práticas muito distintas, aqui se faz necessário esse movimento como elemento para melhor elucidar o que seria a cosmovisão da Jurema. Oliveira também faz um esforço de encontrar uma cosmogonia que pudesse mostrar os elementos que unificam o culto da Jurema, praticada pelos povos indígenas, como a urbana. Seriam estes:

> 1 - Pensar a Jurema como espaço mítico sagrado, árvore sagrada e bebida sagrada, como sustentação mística e material teológica principal para dar motivo à existência da religião; [...]; 3 - O diálogo do sagrado com o material através das entidades e divindades; 4 -O juremeiro e a juremeira como intermediários das coisas e dos espíritos. Os que fazem a religião existir de fato e os que perpetuam a tradição. (OLIVEIRA, 2017, p. 27-28).

Em relação às origens documentais e práticas dessa cosmovisão, mas especificamente no caso da Jurema, em mais de 500 anos de Brasil pós-portugueses, só há registros em “documentos Oficiais”, no Século XVIII, quando Henrique Luís Pereira Freire, o então Capitão mor da Capitania de Pernambuco, alertava a Rei D. João VI que na capitania da Paraíba “nas Aldeias usavam, a maior parte dos índios, de uma bebida chamada Jurema com que iam perdendo o sentido se lhe representavam várias visões repetindo-as ao depois” (OLIVEIRA, 2017, p. 45-46). Esse relato abre o primeiro capítulo do livro do nosso autor/objeto como será mostrado mais à frente.

Os interesses dos intelectuais e acadêmicos em relação a Jurema/catimbó passam a se intensificar a partir da década 1930, com estudos dos folcloristas, e os movimentos intelectuais dos quais destaco: Missões de Pesquisa Folclóricas, Serviço de Higiene Mental, I Congresso Afro-brasileiro, Movimento Regionalista. Esses movimentos estão ligados diretamente ao debate da questão da identidade nacional Brasileira. A esses movimentos nosso intelectual/objeto está diretamente ou indiretamente ligado, e são de grande importância para entender a formação do seu escopo conceitual e a ideologia presente no seu esforço e intenção de categorizar o catimbó/jurema no Nordeste.

Conhecer esses sujeitos é um caminho metodológico para entender a obra do

4 Existem terreiros dedicados também exclusivamente a Jurema, o que é mais raro visto a relação estabelecida entre a mesma e os cultos afro-brasileiros, tanto para se proteger da perseguição tanto pelo seu caráter expansivo da jurema como um culto em constante transformação, sem perder suas raízes ancestrais afro-amerindias.

Fernandes (1938) e as categorias mobilizadas pelo autor para designar os rituais relacionados ao catimbó/Jurema, seja como “sincretismo”, “baixo espiritismo”, “folclore”, ou “superstição”. Todos esses conceitos partem de uma ideologia dominante que marginaliza, invisibiliza e hierarquiza as expressões religiosas fundadas pelos povos subalternizados desde a colonização até os dias de hoje, ou seja, as culturas afro-diaspóricas surgidas nas confluências, assimilação, resistência dos diversos povos que habitavam ou foram trazidos para o Brasil.

Fernandes inicia seu livro com o capitulo “O Catimbó, sua formação” no qual trás o relato da prática de beberagem por parte dos índios em Manguamgape, na Paraíba, no ano de 1740. Logo em seguida, mostra seu interesse em entender como o povo “negro perdeu a continuidade de sua religiosidade no Estado da Paraíba” (FERNANDES, 1938, p. 8) desviando dos cultos dos orixás e toda sua “riqueza simbólica”, da qual, só permanece a prática do Ebó, considerada pelo médico como “Hipertrofiado como reação única para efeitos mágicos amediatos”(sic).

Do ponto de vista legal, o código penal, desde 1980, considerava crime a magia e o curandeirismo, conforme indicado no capítulo III, intitulado Dos Crimes Contra a Saúde Pública, no qual consta:

> Art.157: Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curaveis ou incuraveis, em fim, para fascinar e subjugar a credulidade pública: Penas - de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100$ a 500$000. (BRASIL, 1890 apud SILVA, 2018, p. 30).

Sendo reconhecida pelo Estado a necessidade de combater tais práticas, existe por trás da narrativa do intelectual um interesse político e organizativo, que surge principalmente da relação com o quadro político de repressão às práticas religiosas tradicionais, nomeadas de “baixo espiritismo”, levando a efetivação legal no código penal de 1932 (SILVA, 2018; CAMPOS, 2001).

A partir disso, pode-se refletir, como indica Gramsci que é necessário entender que nenhum intelectual é autônomo ou independente às disputas sociais e políticas do período histórico no qual se faz presente:

> Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político. (GRAMSCI, 2016, p. 12).

Podemos elaborar nos apontamentos de Gramsci, uma perspectiva da história

intelectual, na qual: 1. Podemos analisar o papel “social e político” do nosso intelectual/ objeto no seu tempo (Brasil na década 1930), 2. Sua influência nos processos de construção da história dos subalternos, 3. A relação que o intelectual estabelece com o Estado, a função social ocupada por este na manutenção de um status quo das antigas elites colonial e sua permanência nas novas elites industriais brasileiras. Ou seja, da estrutura racista da sociedade brasileira, no qual a violência escravista e colonial é considerada como mero elemento constitutivo, necessário a formação da identidade nacional, onde a filosofia e história dos povos negros, indígenas e seus descendentes, são ora assimilados, ora moldados, ora destruído, de acordo com interesse e necessidades das classes dirigentes e contradição capacidade desses povos de resguinificar suas tradições sem perder o que é seu (CAMPOS, 2001).

Fernandes (1938) mostra uma clara tendência - sendo este um africanista[5] - a uma valorização da cultura africana em detrimento das tradições indígenas. Esse pensamento se apresenta como uma continuidade ao pensamento de Nina Rodrigues, que em seus estudos etnográficos sobre os cultos nagô-Jeje da Bahia, que consequentemente hierarquizou as tradições afro-brasileiras, colocando dos cultos “negros fetichistas” o nagô como mais evoluído devido a sua crença em um Deus supremo (Eledumare), demostrando um pensamento historicista, no qual o progresso ultimo é cultura ocidental-cristã, o que legitimava a uso da força policial nos terreiros “impuros”:

> [...]Dentro do quadro das perseguições, havia uma assimetria na prática repressiva, enquanto alguns terreiros eram violentados outros gozavam do prestígio e da proteção de intelectuais locais. Esses últimos, [...], seriam, geralmente, as casas classificadas como sendo de origem nagô e que ainda incorporam em sua mitologia e liturgia a plena ortodoxia. Eram os nagôs puros que estariam isentos de acusações, livres dos rótulos de charlatães e curandeiros, elevados ao status de religião e fora do alcance da repressão policial. (SILVA, 2018, p. 33).

Podemos encontrar na obra de Fernandes (1938, p. 9) relatos que comprovam o conhecimento por partes desse intelectuais das ações de repressão aos praticantes. O autor afirmava ser conhecido pelas elites os poderes do “Ebó”, e isso, incide no comportamento entre “as classes dominantes” a “repressão ou a busca velada”, ao que o autor categorizou como “magia-fetichista”.[6]

---

5 Autores e pesquisadores que se dedicam estudar os elementos da cultura afro-brasileira, partindo da concepção de continuidade da cultura dos povos africanos.

6 Até os dias de hoje, é muito comum pessoas de outras religiões buscarem a jurema para cura dos males, problemas de amor, no trabalho e etc. “A busca velada” na atualidade se mostra uma prática não só por parte das elites como também de populares não Juremeiros.

Em seguida o autor conserva categorias que reafirmam o caráter sincrético e impuro dos catimbós, afirmando "que a um ecletismo negro-ameríndio" se assimilam a "práticas e superstições comuns a povos latinos e de origem longínqua" e "católica" (Idben). Ao tentar sintetizar esses elementos o autor entende que:

> A medicina mágica desenvolveu-se com certa côr local ao lado do feitiço, dentro do catimbó. Desse conjunto todo resta-nos, através crença, ofícios mágicos e folclore, um sincretismo a que não são estranhas influencias de sistema culturais de religiões extintas trazidas com o europeu, em comunhão com o misticismo negro e do ameríndio. (FERNANDES, 1938, p. 9-10).

Ao categorizar como "feitiço", "folclore", "sincretismo" e ao destacar como "religiões" as religiões europeias, e "misticismo" as religiões tradicionais negras e ameríndias, o autor reproduz a lógica dos movimentos intelectuais como representantes das classes dominantes, o que contribuiu para legitimação social da repressão policial, amparada pelo direito e o Estado brasileiro a reprimir quem se enquadra nessas categorizações, aqueles considerados "impuros" como foi apontado anteriormente.

E, para além disso, esses conceitos, contribuíram para a perpetuação de uma ideologia a qual subalterniza, não só a Jurema, como uma religião de matriz afro-indígena, como a toda tradição ancestral dos povos negros, e em maior grau dos povos Ameríndios.

Gramsci nos aponta a importância de entender os conceitos como essencial para construção de uma história dos intelectuais. Este, entende que os conceitos, articulados pelos intelectuais, têm um papel significativo no processo de formação da lógica e da historicidade dos sujeitos a partir da linguagem que se propagar nas escolas e nos projetos sócio-educacionais:

> Cada palavra é um conceito, uma imagem, que assume matizes diversos nas diferentes épocas, nas pessoas, [...]. Estuda-se a história literária, dos livros escritos naquela língua, a história política, a gesta dos homens que falaram aquela língua. A educação do jovem é determinada por todo este complexo orgânico, pelo fato de que, ainda que só materialmente, ele percorreu todo aquele itinerário, com suas etapas etc. Ele mergulhou na história, adquiriu uma intuição historicista do mundo e da vida, que se torna uma segunda natureza, quase uma espontaneidade, já que não pedantemente inculcada pela "vontade" exteriormente educativa. (GRAMSCI, 2016, p. 44-45).

Os conceitos, no campo da história intelectual, são essenciais para entendermos a temporalidade, como se perpetuou e disseminou no tempo as ideias dos intelectuais, a qual papel o intelectual ocupa na temporalidade e sociedade em questão, o intelectual como um sujeito que cumpre a função social de organização cultural e a conservação de status quo de uma classe, está ligado a uma superestrutura, logo é possível afirmar, a partir do pensamento gramsciano, que todo conceito é munido de ideologia.

Poder analisar criticamente a partir dos conceitos o modo como nosso intelectual/ objeto e seus contemporâneos moldaram o locus político e social da Jurema na sociedade nordestina. é possível devido os avanços dos estudos nessa temática de intelectuais organicamente ligado a prática religiosa da Jurema, que produziram e produzem pesquisas para trazer o conhecimento formado na prática dos terreiros, ora em diálogo, ora em contradição, com conceitos forjados a partir da Razão ocidental. Esses avanços nos possibilitam um aparato categorial teórico-metodológico, onde a construção da escrita da História se dá a partir da lógica de raciocínio e a partir da experiência desses sujeitos.

Entendemos aqui a linguagem como princípio fundamental das religiões de origem afro-indo-brasileiras, como domínio e força de exu. A linguagem é pensada nesse sentido como campo fértil para construir uma epistemologia própria a partir da lógica de raciocínio e concepções de história dos integrantes das religiões tradicionais, no caso uma historiografia que vise agregar uma epistemologia própria da Jurema.

CAMINHOS E ENCRUZILHADAS

Clio passeia timidamente pelos reinos e cidades dos encantados, do Angico ao Vajucá[7], e lá se encanta com um novo mundo e aos poucos conhece as cidades da Jurema . Esse interesse tardio da História pode ser explicado devido a própria origem da disciplina de História como um campo a partir da historiografia ocidental e sua dificuldade de entender as múltiplas culturas a partir de suas próprias significações e representações do passado:

> Considerava-se que essas tradições intelectuais originárias tinham demonstrado que eram desiguais na tarefa de registrar e narrar a sua história, ao misturarem mito e realidade, desejos e fatos, deuses e homens. E os compromissos epistêmicos que sugeriram que essas eram pessoas incapazes de representar o seu próprio passado foram os mesmos compromissos epistêmicos que sugeriram, mais adiante, que essas pessoas eram atrasadas. Ou vice-versa: que essas pessoas ainda pertencessem ao passado era algo indicado, entre outras coisas, pela sua incapacidade de representar o seu passado apropriadamente. (SETH, 2013, p. 174).

Não é objetivo deste artigo comprovar a existência de um mundo encantado ou de seres invisíveis a partir da lógica da Razão iluminada e eurocentrada, mas sim, reafirmar as reminiscências do que na falta de palavras melhores, chamamos de religião tradicional, no caso, A Jurema Sagrada. Para tal, o movimento de retorno às obras dos intelectuais ditos

7 “Salve a jurema sagrado, do Angico ao Vajucá” saudação que referencia as cidades da jurema, o universo sobrenatural onde se encontra as entidades e espíritos pertencentes a jurema.

pioneiros é importante para entender os processos históricos de formação das religiões tradicionais e suas reminiscências, ou melhor dizendo, a forma como se ressignifica e permanece a ancestralidade, no tempo e no espaço, não como mero elemento simbólico, mas, como uma epistemologia, com seu próprio métodos de fazer ciência.

Nos poucos 4 anos que se passaram na minha experiência e vivência com culto Jurema, percebi que geralmente as pessoas que vivenciam organicamente o culto da Jurema não enxergam nos rituais elementos simbólicos. Durante os rituais espíritos estão lá, brincamos com os caboclinhos, rimos, cantamos, dançamos, aprendemos, recebemos conselhos, e reclamações dos mestres e as mestras. Não se questiona a existência ou não desses seres encantados, pois eles se fazem presente no mundo material a partir do corpo dos apadrinhados, da própria natureza ou no mundo abstrato dos sonhos.

No caso da Jurema é possível buscar elementos que façam entender o processo de formação histórica da religiosidade, os elementos constitutivos, a forma como o conhecimento é organizado e difundido na própria tradição dos agentes e sujeitos que a constituem, a partir das obras dos autores pioneiros, mas para isso é preciso a construção de uma historiografia não imperialista, que não hierarquize as lógicas de raciocínio da jurema em relação a Razão dos intelectuais:

> Se o que existe é não a Razão, e sim tradições de raciocínio; não a História e suas representações na escrita da história, e sim muitos passados representados de muitas formas, então não podemos escrever com qualquer presunção de privilégio epistêmico. Precisamos conceber a escrita da história do modo ocidental e moderno não com um veio imperialista (não estamos corrigindo as percepções errôneas dos outros acerca dos seus passados), e sim como um exercício de tradução (estamos traduzindo as suas autodescrições em termos que fazem sentido dentro das nossas tradições intelectuais). Não se trata de recuar em nossas tradições – pois elas são o ponto de partida do nosso exercício de razão, se quisermos mesmo exercitar a razão. Só não atribuímos a elas um privilégio epistêmico a priori. (SETH, 2013, p. 187).

O que acontece é que esses saberes convivem e se cruzam nas encruzilhadas da história, e se reconfiguram a partir de suas historicidade, como diz padrinho Tertuliano “o que é da gente é da gente, o que é do homem da bata branca é do homem da bata branca”[8]. Isso se faz pela construção de um saber resiliente, que tem a capacidade de encantar e conviver com a Razão, no mundo em desencanto.

---

8 Frase que mestre Tertuliano repetia sempre que nos alertava que os problemas do mundo espiritual se resolviam com o povo da Jurema, os problemas de saúde com os médicos, diferente do saber ocidental, o saber da jurema se convive e se constrói outras visões de mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se deduz a partir da análise crítica da concepção apresentada de Catimbó/jurema presente na obra de Gonçalves Fernandes (1938), que a concepção histórica a partir do privilégio epistêmico da Razão eurocentrada empregadas pelos intelectuais da década de 1930 para entender a cosmovisão da Jurema Sagrada se mostrou limitada em compreender a complexidade presente no corpo ritualístico e nos elementos constitutivos dessa tradição. Isso ocasionou um processo de invisibilização da Jurema no processo de formação da identidade nacional e o interesse tardio na historiografia brasileira, em relação a outras religiões e tradições como a jeje-nagô. Logo, a intenção deste artigo não foi apresentar um caminho único para entender o complexo da Jurema Sagrada nem tentar apresentar uma descrição densa de sua ritualística, e sim sugerir caminhos que possam contribuir para conhecimento da história da Jurema Sagrada, a partir da análise crítica da história dos intelectuais, em que a concepção de história presente na sua cosmogonia, possa ser pensada dentro do conhecimento histórico. O caminho até aqui, não está acabado e fechado em si, muito pelo contrário, é só mais uma encruzilhada na qual se deve trilhar novos caminhos onde surgirão outras encruzilhadas.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. **O combate ao catimbó:** práticas repressivas às religiões Afro-Umbandistas nos anos trinta e quarenta. 2001. 311 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

FERNANDES, Gonçalves. **O folclore mágico do Nordeste**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere - Volume 2**: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. Disponível em: https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/08/Gramsci.pdf. Acesso em: 10/07/2022

OLIVEIRA, Alexandre Alberto Santos de. **Juremologia:** uma busca etnográfica para sistematização de princípios da cosmovisão da Jurema Sagrada. 2017. 275 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Religião, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2017.

SETH, Sanjay. Razão ou raciocínio? Clio ou Shiva? **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, MG, v. 6, n. 11, p. 173–189, 2013. DOI: 10.15848/hh.v0i11.554. Disponível em: https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/554. Acesso em: 23 jul. 2022.

SILVA, Raoni Neri da. **A "Nova Escola do Recife"**: o serviço de higiene mental e sua relação com o campo indo-afro-pernambucano. 2018. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Departamento de Antropologia e Museologia Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

SOUZA, André Luís Nascimento de. **A mística do catimbó-jurema representada na palavra, no tempo e no espaço**. 2016. 153f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

UBUNTU - UMA PESQUISA SOBRE A COMPOSIÇÃO DE UM GRUPO DE ESTUDOS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS ATRELADO AO ENSINO DE HISTÓRIA COMO UMA METODOLOGIA DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO ENSINO MÉDIO

Emerson do Rosário Monteiro[1]

RESUMO

O presente trabalho refere-se a como o Ensino de História pode se configurar um instrumento voltado para a diversidade nas Relações Étnico-raciais, a partir da metodologia de um Grupo de Estudos para as Relações Étnico-raciais em uma escola privada de Ensino Médio, no município de Cachoeira-Ba. A partir de pesquisas bibliográficas, análise do grupo de estudos, cruzamento das fontes, pretende-se aqui analisar de que modo acontece esse grupo, identificar seus desafios e possibilidades, e perceber o impacto na vida dos participantes. Assim, verificar a efetividade, e expandir a outras instituições, uma metodologia que suscite o pensamento decolonial e possa mudar não só as relações, mas também os dispositivos de poder que reforça o racismo, principalmente no âmbito educacional.

Palavras-Chave: Decolonialidade, Educação antirracista, Ensino de História, Relações Étnicoraciais.

INTRODUÇÃO

Antes de discorrer sobre quaisquer conceitos ou pontuar sobre os rumos desta pesquisa, me sinto na obrigação e prazer de iniciar falando sobre “esse pesquisador”, definição que é o principal fator impulsionador deste artigo. Sou Emerson do Rosário Monteiro, homem negro, professor, cantor, amante das artes cênicas, casado há 9 anos com a mais bela e intelectual mulher, Luciana Monteiro, a qual me inspira todos os dias, pai de pets, filho de Elias Damasceno Monteiro, homem negro, pedreiro, porém pai muito ausente, e Eloide Conceição do Rosário, filha de pastor, mulher que lutou além das forças para conseguir criar seus filhos (com marido ausente). Meus pais, com sua formação cristã, protestante e com cargos eclesiástico na igreja evangélica Assembleia de Deus, me criaram nessa formação cristã, machista, patriarcal, racista e heteroformativa, sem a percepção de que estava inserido num contexto social que utilizava de mecanismos opressores, principalmente para com os negros.

---

1 Mestrando em Ensino de História pelo programa PROFHISTÓRIA/UNEB , Universidade do Estado da Bahia.

Ingressei no curso de História na Universidade Federal do Recôncavo e, a partir dos conhecimentos adquiridos ao longo da formação pude perceber o teor das relações e o funcionamento das instituições que fiz parte ao longo da vida. É neste momento que escolhi resistir e não mais ser manipulado. Assim é que começa as minhas inquietações sobre a minha identidade étnica e que, passo a perceber que cresci e me desenvolvi em meio a instituições que reforçaram a desigualdade, a inferiorização, a racialização e discriminação justificada pela "fé" manipulada por homens brancos, sem nunca antes ter me defendido. Nasce então um interesse pelas questões étnico-raciais.

Durante um estágio, lecionei em uma instituição pública de ensino do município de Cachoeira. Deparei-me com tristes relatos de inferioridade e opressão social de estudantes do Ensino fundamental, séries finais. Perceber tais conflitos de vida desses estudantes negros e negras daquele espaço, ativou em mim diversas memórias sobre opressões que havia vivido ao longo da vida. Desta forma, em conversas sobre essas realidades com a professora de Português da mesma instituição, surgiu a ideia de criarmos um grupo de estudos, um instrumento de aquilombamento[2] para esses estudantes para que pudéssemos tentar mudar a realidade destes, numa tentativa de transformação a partir da aprendizagem, para que estes estudantes não vivessem a opressão que vivi quando tinha a mesma idade que eles, mesmo que de outras formas. O grupo realizava encontros quinzenais com todos os estudantes das duas turmas de 9º ano do ensino fundamental, com discussão de conceitos como identidade e raça, a partir de vídeos, textos didáticos e análises musicais. Ao final do ano o grupo culminou em um Seminário, no qual os estudantes participantes apresentaram um trabalho para toda a comunidade escolar sobre tudo que havia aprendido no grupo de estudos. Realizamos durante os anos de 2015 e 2016 anos, nos quais estive lecionando naquela instituição e, percebemos a partir das vivências e dos posicionamentos nas discussões, o quanto os estudantes envolvidos com o projeto se sentiam valorizados, a sensação foi de dever cumprido.

Em paralelo, comecei a lecionar a disciplina de História em uma escola privada de Ensino fundamental séries finais e Ensino médio do município de Cachoeira, o Colégio Simonton, uma instituição de ensino de filosofia presbiteriana. Apesar de ser uma instituição privada, o público em sua maioria é de estudantes negras e negros, com poder aquisitivo, em grande maioria, baixo, com pais que sacrificam outras áreas da vida para investir financeiramente numa educação, colocada como em melhor qualidade. Nesse contexto, sequer passou em minhas reflexões que os estudantes deste espaço privado, dito "branco",

2 Aquilombamento, conforme NASCIMENTO, Beatriz (1989), vem de tornar o indivíduo um insurgente, assumindo uma posição contra hegemônica a partir de um corpo político.

passasse por situações semelhantes aos alunos da escola pública citada anteriormente. Não havia muita sensibilidade da minha parte quanto a essas questões neste espaço. Alguns anos se passaram, e a partir de conversas informais com egressos negras e negros do Colégio Simonton no início de 2021, pude ouvir histórias que revelaram fortes dores, momentos de tensões raciais, embates, silenciamentos em debates, opressões dentro e fora da sala de aula entre esses atores sociais dessa comunidade escolar. Tais egressos pontuaram o quanto as discussões temáticas das aulas de História atenuavam parte dos conflitos internos e externos a sala de aula, mas percebi que ainda assim não foram suficientes para aquilombar esses alunos. Nesses termos, percebi que eu havia negligenciado tal questão quando pensei que os estudantes de uma escola privada não necessitava de uma atenção especial quanto as questões raciais. Assim, eu compreendi a necessidade de amplificar a voz dos estudantes em curso, e trazer essa discussão das relações étnico-raciais para esse espaço novo, para esse espaço onde geralmente essa temática é silenciada. Pensando numa perspectiva antirracista neste espaço branco, a ideia era retomar a experiência do projeto do grupo de estudos para as relações étnico-raciais como um instrumento para possibilitar as pessoas que tem um maior poder aquisitivo pensar nessas pautas e refletir que não importa o lugar, o racismo estrutural está posto e deste modo, fazer com que esses estudantes criem uma nova forma de se relacionar. Dessa maneira nasce o objeto da minha pesquisa, o Grupo de Estudos para Educação das Relações Étnico-raciais UBUNTU, eu sou porque nós somos.

Conforme aponta Guedes (2013), as relações étnico-raciais e sociais configuram-se por meio das trocas de experiências entre a diversidade. As quais resultam numa vulnerável ocorrência de confrontos hostis quando o respeito ausenta-se numa relação de alteridade. Nestes termos, ao considerar sermos resultados de uma educação eurocêntrica, e que muitos de nossos educadores não obtiveram uma formação profissional inclinada para o trabalho da convivência com a diversidade sociocultural, o diferente e de tudo que o constitui enquanto ser cultural e social, e que as relações sociais que perpassam o cenário escolar contribuem para a formação da identidade dos atores que o compõe, o ensino de História na educação básica tem uma grande relevância na valorização dessa identidade e por conseguinte, na amenização das tensões suscitadas nas famigeradas relações étnico-raciais, no combate ao racismo, tornando-se uma das principais ferramentas de difusão do conhecimento como forma de desconstruir pensamentos e ideias refletidos

numa educação pautada no superado mito da "democracia racial"[3].

Assim, o papel do ensino de História para a educação das relações étnico-raciais nas escolas, torna-se desafiador se considerarmos que a educação no Brasil em sua historicidade não foi pensada por e para negros, e que todos os sujeitos que compõem o espaço escolar são carregados de valores culturais diversos. Visto que as relações sociais em nosso país são marcadas por desigualdades subsidiadas em uma estrutura hierárquica com resquícios de um período colonial escravista, observa-se que tais relações manifestam tensões e conflitos expressados em comportamentos e ações discriminatórias que percorre um caminho de invisibilização e da negativização do outro, mais especificamente, da identidade e cultura da população negra e de perda de direitos desta.

Desse modo, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a escola e seus educadores devem tentar se distanciar do conhecimento histórico tradicional colonizado já posto, sobrepujar o etnocentrismo europeu, e desenvolver a capacidade de reformular as relações étnico-raciais reestruturando ações pedagógicas. Nessa perspectiva, pretendo analisar como o Ensino de História pode se constituir um instrumento voltado para a diversidade nas relações étnico-raciais, a partir da metodologia de um Grupo de Estudos para a Educação das Relações Étnico-raciais (Ubuntu[4]) em uma escola privada de Ensino Médio, no município de Cachoeira-Ba?

Dessa maneira, a minha proposta é analisar de que modo acontece esse Grupo de Estudos para a Educação das Relações Étnico-raciais aliado ao ensino de História no âmbito do Colégio Simonton, da rede privada de ensino da zona urbana de Cachoeira-Ba. Para tanto, pretende-se identificar seus desafios e possibilidades, e perceber o impacto na vida dos participantes, além de avaliar em que medida o currículo do ensino de História também contempla a temática em questão e perceber como este grupo pode influenciar na assunção da identidade étnica dos estudantes da instituição, em sua maioria negros.

Assim, optei como lócus de estudo o Colégio Simonton do município de Cachoeira, especificamente, por ser o espaço da minha práxis com esse projeto, além de comportar

---

3 Kabengele Munanga, em seu texto "A mestiçagem no pensamento brasileiro" (p. 47-78). Cf. MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, discute que "o mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade."

4 Ubuntu é uma expressão sul africana que quer dizer "humanidade para todos", o qual foi o nome escolhido para o Grupo de Estudos para as Relações Étnico-raciais, objeto desta pesquisa.

estudantes negras e negros da própria comunidade e outros oriundos de comunidades quilombolas próximas a região. O que explica outro “motivo impulsionador” a saber, as várias trocas de experiências em conversas e confidências com ex-alunos sobre o desafio de ser negro em determinados espaços e, que durante muito tempo, em silêncio, foram vítimas do preconceito racial por parte de diversos atores sociais que compõem a instituição de ensino privada em questão dentro e fora da sala de aula. Estudantes estes que tentam preservar suas identidades étnicas em meio a inúmeros mecanismos de invisibilização e outros que, como forma de proteção, sequer se reconhecem enquanto negros. Por conseguinte, tudo isso me provocou inúmeras inquietações no sentido de desejar compreender e minorar os embates nas relações étnico-raciais a partir da criação do grupo de Estudos.

O grupo de estudos foi pensado inicialmente para estudantes do Ensino Médio, com a realização de cinco encontros online - por causa do contexto de pandemia do Covid-19, sendo um por mês, no qual cada encontro seria discutido uma temática escolhida por mim como, “conceito de raça e racismo”, “o mito da democracia racial no Brasil”, “identidade e relações de poder”, “representatividade”, “colorismo”, atrelado sempre a discussão de uma bibliografia de autores como Kabengelê Munanga, Stuart Hall e Frantz Fanon e/ou artigos do site geledes, fazendo uso paralelo também do livro “Os Fios de Recontos” da autora cachoeirana Yasmin Gonçalves, o qual trabalha com contos de personagens inspirados em estudantes negras do ensino médio que narram suas experiências com as questões raciais. O referido livro foi escolhido afim de trazer identificação desses contos com a vida dos estudantes do grupo de estudos Ubuntu. Ao final do ano, o encontro resultou em uma roda de conversas com a autora deste livro em um rico debate sobre o trabalho desta enquanto escritora negra.

O público do grupo foi constituído a partir de inscrição aberta a todo Ensino médio por meio de um formulário eletrônico. No total participaram 32 estudantes, sendo 17 meninas e 15 meninos, majoritariamente negros, cursando a 2ª e 3ª série do Ensino médio. Os encontros ocorriam de forma online, em data marcada com antecedência e sempre ao final da tarde, horário oposto ao período regular da escola. O encontro sempre começava com uma música ligada a temática do dia, logo após havia o momento da exposição da leitura com a participação de todos, a compreensão e identificação pessoal com o capítulo escolhido no livro “Os Fios de Recontos”, que correspondia a um conto. Em seguida líamos e discutíamos trechos de uma bibliografia acadêmica que tratasse da temática escolhida e abríamos para o debate atrelando sempre às experiências de vida. É um grupo que vai se constituindo e se fortalecendo a partir das discussões. As falas no momento de debate

no grupo de estudos são usadas, em sua maior parte, pelas meninas, o por quê, ainda estou no processo de identificar. Mas até então já se ouve relatos no próprio grupo de estudantes que fizeram a transição capilar a partir das reflexões do grupo de estudos.

É notável que essa metodologia produz aprendizagem, desta maneira, o objetivo é trazer a transformação para essas vidas através da aprendizagem. Por meio de uma metodologia que suscite o pensamento decolonial o qual afirme a necessidade de mudar não só as relações, mas também as estruturas, condições e dispositivos de poder que mantêm a desigualdade, inferiorização, racialização e discriminação, principalmente no âmbito educacional e tornar conhecido que é possível reconhecer nas experiências educacionais negras elementos constitutivos de uma pedagogia decolonial. Dessa forma, proponho expandir essa metodologia para outros espaços institucionais através de encontros formativos com professores de outras instituições para que estes saibam que existem outras formas de agir, e assim, criem novos Grupos Ubuntus. Deste modo, estarei possibilitando outros estudantes se conhecerem e conhecerem a realidade dos negros no Brasil, para a partir de então se engajarem na luta dos seus pares, dando voz, não só aos egressos que me impulsionaram, mas a todos os estudantes, sejam de escolas privadas ou públicas.

Acredito que este estudo possibilitará aos sujeitos do referido espaço escolar, conhecer mais sobre esse tema e, a partir disto possam ser provocados a defenderem-se de toda forma de racismo e quaisquer ações discriminatórias em suas relações étnico-raciais e sociais, não mais sendo silenciados. Bem como os profissionais do ensino da História e de outras disciplinas, possam “descamar seus olhos” no processo de ensino e aprendizagem para problematizar discussões em sala e fomentarem outros projetos decoloniais para além das leis 10.639/03 e/ou 11.645/08, impulsionando outro educadores sujeitos destes espaços o desejo de romper com os silêncios ensurdecedores que ainda ratificam o sofrimento, que segundo Fanon (2008), mexe com a estrutura psíquica dos indivíduos negros.

Nestes termos, para a produção deste trabalho, pretendo analisar os desdobramentos do Grupo Ubuntu, efetuar pesquisas bibliográficas através do estudo de obras relacionadas ao tema estudado, fazendo o cruzamento das fontes (estudantes egressos e estudantes participantes do Grupo Ubuntu) e a interlocução historiográfica com bibliografia relevante sobre o tema e as fontes utilizadas. Para tanto, não posso deixar de mencionar que trarei discussões de notáveis pesquisadores da área da Educação das Relações étnico-raciais, tais como: Kabenguele Munanga (1988; 1999; 2008), Nilma Gomes (2001), dentre outros; Identidade: Stuart Hall (2010), Bhabha (1998), Frantz Fanon (2008) etc.; Currículo: Circe Bittencourt (2004), Teixeira e Bezerra (2007) e outros.

EDUCAÇÃO PARA A RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE RAÇA, IDENTIDADE E CURRÍCULO.

De forma geral, para entender as relações étnico-raciais e seus possíveis desdobramentos em torno das estudantes negras/negros da escola alvo da pesquisa, faz-se necessário discutir alguns conceitos que perpassam por essas relações, os quais nos ajudam a compreender e analisar a conjuntura dos atores influenciados ou não pelo currículo do ensino de História na assunção de suas identidades.

No tocante a discussão sobre a questão racial na escola, é interessante pontuar que pensar um trabalho que envolva educação, cidadania e raça necessita-se ultrapassar os debates sobre temas transversais ou propostas curriculares emergentes. Para além de tais questões há que se colocar em evidência a pauta racial na prática pedagógica, bem como nas políticas e nos projetos envolvendo educação e na corrida por uma sociedade democrática que garanta o direito de cidadania a todas e todos.

Conforme ponta Nilma Gomes (2001), sendo a educação um direito social, inseri-lo na esfera dos direitos abre precedentes para garantia de um espaço à diferença. Além de possibilitar encarar os entraves na implementação de políticas públicas e práticas pedagógicas que sobrepujem as desigualdades sociais e raciais. De acordo com esta autora será relevante por parte dos educadores e formuladores de políticas educacionais a adoção de uma postura de comprometimento.

Gomes (2001) apreende como “raça” os diversos grupos étnicos e raciais que compõem o Brasil. Para a autora, muitas polêmicas giram em torno deste termo, tanto em meio a própria sociedade quanto dentro das academias. Alguns estudiosos rejeitando tal conceito, objetivando discutir as relações entre negros e brancos no Brasil, adotam o termo “etnia” como sendo mais pertinente para tal. Posto que, segundo estes o termo raça carrega historicamente e academicamente precedentes com teor negativo. Pois este suscita a ideia de dominação politico-cultural. Acrescido ao fato deste ter sido considerado cientificamente inoperante com o surgimento das Ciências Biológicas.

> ““Por mais que essa postura seja uma contribuição ao estudo das relações raciais no Brasil e consiga justificar teoricamente o uso de etnia, na prática social, quando se discute a situação do negro na sociedade brasileira, raça é ainda o termo mais adotado pelos sujeitos sociais. É também o que consegue se aproximar da real dimensão do racismo presente na sociedade brasileira. Dessa forma, o Movimento Negro é alguns cientistas sociais quando falam em raça não o fazem mais alicerçados na ideia de purismo racial tampouco de supremacia racial. Ao contrário, usam essa categoria com uma nova interpretação, baseados em uma reapropriação social e política, construída pelos próprios negros”. (p. 84)

É interessante pontuar que tal categoria é usada ainda, devido o racismo e a discriminação racial cometidos contra a população negra, no Brasil. Isso por conta da cultura própria desta população, a qual, em razão de aspectos cristalizados percebidos de forma negativa e por características tomadas como repulsivas as quais são diretamente ligadas a uma ancestralidade do indivíduo negro oriundo da África.

Para Gomes, todavia não se pode dissociar, no tocante às relações entre negros e brancos, em nosso país, a carga que carrega o fator ancestralidade. Nessa perspectiva, a autora compreende raça "um conceito relacional que se constitui histórica, política e culturalmente". (p. 85)

Em sua análise sobre a questão racial a autora destaca ainda as dimensões geográfica, histórica e política. As quais ela aponta como preponderantes, na realidade da população negra e pobre do Brasil, ao se discutir educação, cidadania e raça. Visto que, tais reflexões seriam como uma forma de garantir serviços de qualidade para esta. A mesma arroga que não cabe haver dissociação entre políticas educacionais e realidade sociocultural brasileira. Já que este país é marcado pela diversidade cultural e racial. Não há, então, como desconsiderar nessas políticas a complexidade envolvendo a história e trajetória escolar do segmento negro neste país. Sendo assim, os fatores étnicos - raciais influenciam significativamente nas condições de vida destes indivíduos.

Outro conceito importante a ser colocado é o de identidade. Para tanto, Stuart Hall (2010) assevera que a identidade é algo "formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não como uma coisa inata, que existe na consciência desde o momento do nascimento. É preciso que se perceba a identidade como um processo em andamento e não como algo pronto, acabado" (2010, p.39). Portanto, a identidade não é algo dado; é processual, permanece nos contínuos momentos de identificação com o outro para, assim, tornarmo-nos múltiplos.

É sabido que o indivíduo adquire consciência de si nos processos de interação com o outro, quando, então, se percebe enquanto ser individual e social. Nesse sentido, o termo identidade e todo significado a ele relacionado tem sido tema de inúmeras discussões ao longo dos séculos e ainda neste presente.

Zilá Bernd argumenta que "a busca por ela (identidade) deve ser vista como um processo em permanente movimento de deslocamento, como formação descontínua [...]" (2003, p. 12). Dessa forma, não pode ser vista como algo fixo, fechado, mas como algo que se segue e se renova no encontro e na relação contínua com o outro. E já não cabe mais conceber, num contexto tão plural e múltiplo, a identidade como sendo "una", visto que cada indivíduo tem em si uma parte do outro e o contrário também se sucede.

Nestes termos, dentro do processo de mudanças ocorridas na pós-modernidade ocorre a chamada “crise de identidade”, tomada como parte dessa transformação maior a qual está impactando e modificando os movimentos centrais das sociedades modernas. De acordo com Hall se o indivíduo pós-moderno vivencia uma “crise de identidade”, é pelo fato de ter perdido as referências sólidas da tradição que ancoravam seu mundo, induzindo-o a estruturar uma identidade fragmentada.

Assim, para fortalecimento dessas identidades individuais e, para que haja a valorização das diversidades no âmbito escolar, a partir das vivências, é necessário trazer à tona as discussões em torno das culturas diversas que se convergem entre si, para que assim, haja um ponto de diferença entre elas e, dessa forma, possibilite a integração de culturas por meio do reconhecimento do valor de cada uma destas (Guedes, 2013).

Portanto, torna-se imprescindível o uso eficaz e oportuno do ensino da História e de práticas pedagógicas decoloniais para pôr em evidência a importância da história e cultura africana ao longo da formação cultural afro-brasileira, na maioria das vezes, invisibilizada pelo currículo do ensino da História tradicional, o qual toma a cultura europeia como ponto de partida. Dessa maneira, é valido propor a reflexão no espaço escolar sobre o papel fundamental de negros e negras na construção de um Brasil multicultural, para que seja possível descortinar o entendimento e enxergar que a educação e o currículo durante muito tempo colaboraram com a estruturação de supremacias e submissões.

Assim, “[...] o currículo multicultural acaba refletindo-se na auto-estima dos educandos e em sua auto-confiança, além de possibilitar que eles adquiram e produzam diversos saberes [...]” (TEIXEIRA; BEZERRA, 2007). Nessa perspectiva, os educandos descendentes da cultura afro-brasileira podem compreender que a história de seus ancestrais não parte do sofrimento e lamento dos séculos de escravização desde a colonização, mas que estes possuem uma história milenar, usurpada em seus povos africanos de origem.

REFERÊNCIAS

BHABHA, H. K., (1998) **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora da UFMG.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). O saber histórico na sala de aula. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BRASIL, MEC/SECAD. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer. CNE/CP 003/2004 - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. MEC – **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana**.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas.** EDUFBA. Salvador, 2008.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de Ensino de História**. São Paulo: Papirus, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. IN: CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e Anti-racismo na educação: repassando a nossa escola**. Sâo Paulo: Sumus, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação, in: **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

GUEDES, Elocir. NUNES, Pâmela. ANDRADE, Tatiane de. Revista Latino-Americana de História Vol. 2, nº. 6 – Agosto de 2013 – Edição Especial © by PPGH-UNISINOS Página 421 O uso da lei 10.639/03 em sala de aula.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2010.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação, in: **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e Sentidos**, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional Versus Identidade Negra**. Petrópolis: Ed.Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03

SILVA, Marcos, GUIMARÃES, Selva. **Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido**. 4ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

TEIXEIRA, C.R., BEZERRA, R.D.B. **Escola, currículo e cultura(s): a construção do processo educativo na perspectiva da multiculturalidade**. Dialogia, São Paulo, v. 6, p. 55-63, 2007.

POVOS ORIGINÁRIOS NA ESCOLA: APRENDER PARA VALORIZAR

Francisco Clébio Pinheiro[1]

RESUMO

Objetiva-se com o presente trabalho apresentar a experiência do projeto de ensino desenvolvido na Escola Estadual D. Rosa Frigger Piovezan, com as turmas do Ensino Médio, no Município de Comodoro/MT. Tal projeto se justifica pela relevância da temática para o campo do ensino em história, e pela diversidade de povos indígenas, com suas tradições e riquezas culturais presentes no Município. Com isso, visa-se proporcionar o diálogo com a comunidade escolar sobre a importância de conhecer e valorizar a cultura dos povos originários. As ações ocorreram por meio de rodas de conversa, palestras realizadas por professores indígenas e estudos em sala de aula sobre a temática abordada.

Palavras-Chave: Cultura indígena; Nambiquara; Ensino em história.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado do Projeto de Ensino desenvolvido na E. E. D. Rosa Frigger Piovezan, com turmas do Ensino Médio, em que abordamos a temática indígena com os estudantes e procuramos apresentar os principais elementos e riquezas presentes na tradição dos povos nativos. A justificativa para esta produção se deve ao fato de que, na cidade de Comodoro, contamos com uma diversidade de povos indígenas, com suas tradições e riquezas culturais. No entanto, é possível notar que o conhecimento desses elementos não chega aos estudantes de nossa escola. Esta pesquisa é importante porque possibilita que os alunos possam conhecer e dialogar sobre essa temática ainda desconhecida, tendo em vista que temos discentes da escola de etnias indígenas que compartilham do mesmo espaço de aprendizagem com os estudantes não indígenas. Sendo assim, criamos oportunidades para dialogar e conscientizá-los sobre a importância da valorização cultural.

1 Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo. Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2014), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (2012), Especialista em Sociologia e Licenciado em História pelo Centro Universitário Claretiano (2016), Bacharel em Filosofia pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2013) e Licenciado em Filosofia pela Faculdade Católica de Rondônia (2011). Lattes: http://lattes.cnpq.br/9232722519341039. E-mail: franciscoclebio@gmail.com

Para a concretização desta proposta, partimos dos seguintes objetivos: Geral - Sensibilizar a comunidade escolar para a importância de conhecer e valorizar as culturas indígenas. Específicos: a) Proporcionar diálogo entre os estudantes sobre as culturas indígenas. b) Compreender a riqueza cultural dos povos originários de Comodoro. c) Tornar conhecidos, para os estudantes da comunidade escolar, os elementos das culturas indígenas. Portanto, em vista desse cenário, notamos a necessidade de conscientização no sentido de valorizar as culturas, superar preconceitos, discriminações com a promoção do diálogo e troca de experiências entre os estudantes indígenas e não indígenas, pois a escola é o espaço ideal para a interação cultural e partilha de vivências, mas para isso é necessário que haja contrapartida e provocação da discussão temática.

DESENVOLVIMENTO

O projeto foi desenvolvido ao decorrer do primeiro semestre de 2022, e contou com a participação de professores não indígenas e indígenas como colaboradores das ações. A base teórica de fundamentação da pesquisa bibliográfica constou dos seguintes autores: Chauí (2008), Costa (2008) e Luciano (2006).

No que se refere à parte metodológica prática, o projeto foi desenvolvido com as turmas do Ensino Médio, da Escola Estadual Dona Rosa Frigger Piovezan, localizada na cidade de Comodoro/MT. Muitos estudantes não conhecem o modo de vida e as tradições culturais dos povos originários. Diante desta realidade, este projeto procurou promover o diálogo entre os estudantes indígenas e não indígenas.

O espaço físico do município de Comodoro é composto, em sua maioria, por terras indígenas e nelas habitam povos de diferentes etnias. (IBGE, 2017). O nosso enfoque se concentrou nos Nambiquara, pois há alunos dessa etnia que estudam na escola onde o projeto foi realizado. Sendo assim, é importante conhecer um pouco mais sobre a cidade de realização do projeto.

Segundo Costa (2019), a criação do município foi regulamentada pela Lei nº. 5.000, do Deputado Estadual Antônio Francisco Monteiro, em 13 de maio de 1986. Essa mesma autora ainda faz referência à construção das linhas telegráficas coordenadas por Marechal Rondon, com o objetivo de interligar o Amazonas às demais localidades do Brasil, fato esse que impulsionou o começo da colonização e, por conseguinte, a expansão das cidades que se encontravam nas proximidades da BR 364, além de propiciar a habitação de grupos não indígenas na região.

Sobre a origem do município e a presença dos povos originários, podemos constatar, a partir de Vieira (2021, p. 55):

> A região que deu origem a Comodoro era habitada inicialmente pelo povo indígena Nambikwára, que ainda hoje tem grupos na localidade vivendo tanto na cidade, como em reservas federais delimitadas por força de Leis Federais. O povo indígena Enná-wené-nawe, também conhecido pelos "homens brancos" como Salumã, residiam em parte do território que atualmente compõe o município de Comodoro e hoje, estas duas etnias somadas aos indígenas do Vale do Guaporé, ocupam cerca de 61% do território do município.

Os povos originários habitam o território comodorense, seja morando em aldeias demarcadas pelo Estado, seja vivendo na própria cidade. Ademais, eles conservam muitas de suas tradições culturais, bem como também, quando podem, procuram se adaptar às novas realidades que surgem principalmente do mundo tecnológico.

Portanto, a escolha da temática sobre os indígenas Nambiquara para este projeto se deve ao fato de estarem na base do povoamento da região e parte deles estudarem na escola em que o pesquisador trabalha. Além disso, estabelecer um espaço de diálogo e interação cultural é importante para a aprendizagem de ambas as partes.

A presença indígena pode ser registrada no próprio Hino do Município: "Ventre que abriga culturas, Sem deixar que fujam de ti, Enobrecendo constantemente, aos nhambiquaras e parecis." (COMODORO, 2022). Outrossim, o brasão também traz a marca do cocar indígena, como vemos na figura a seguir:

Figura 1: Brasão do Município de Comodoro

Fonte: Comodoro, 2022.

Tendo em vista a relevância do tema para a localidade, passamos agora para a abordagem da temática que leva em consideração primeiramente a elaboração do conceito de indígenas, pois o modo como falamos reflete no diálogo. Essa terminologia foi criada a partir do erro náutico de Colombo que imaginou ter chegado às Índias, por isso denominou os habitantes que aqui encontrou de "índios".

No entanto, somente a partir do movimento indígena organizado após a década de 1970 é que esses grupos chegaram à conclusão de manter e aceitar a terminologia de índio e indígena com o seguinte sentido, apresentado por Luciano (2006, p. 30-31):

> [...] como uma identidade que une, articula, visibiliza e fortalece todos os povos originários do atual território brasileiro e, principalmente, para demarcar a fronteira étnica e identitária entre eles, enquanto habitantes nativos e originários dessas terras, e aqueles com procedência de outros continentes, como os europeus, os africanos e os asiáticos. A partir disso, o sentido pejorativo de índio foi sendo mudado para outro positivo de identidade multiétnica de todos os povos nativos do continente. De pejorativo passou a uma marca identitária capaz de unir povos historicamente distintos e rivais na luta por direitos e interesses comuns. É neste sentido que hoje todos os índios se tratam como parentes.

Primeiramente, é necessária uma mudança do sentido pejorativo dessas palavras buscando agregar valores que os unem em torno de uma identidade, para assim estabelecer um diálogo mais profundo com a problemática em questão e promover a interação entre estudantes indígenas e não indígenas, pois o preconceito impossibilita a troca de experiência cultural.

Além disso, no que se refere à base conceitual, a percepção de aprendizagem perpassa os valores culturais destes povos. Sendo assim, a noção de cultura está intimamente interligada às vivências, tradições, costumes, modos de pensar e viver, isto é, todas as criações e produções do grupo, como podemos observar em Chauí (2008, p. 57):

> A partir de então, o termo cultura passa a ter uma abrangência que não possuía antes, sendo agora entendida como produção e criação da linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas do trabalho, das formas da habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, da música, da dança, dos sistemas de relações sociais, particularmente os sistemas de parentesco ou a estrutura da família, das relações de poder, da guerra e da paz, da noção de vida e morte. A cultura passa a ser compreendida como o campo no qual os sujeitos humanos elaboram símbolos e signos, instituem as práticas e os valores, definem para si próprios o possível e o impossível, o sentido da linha do tempo (passado, presente e futuro), as diferenças no interior do espaço (o sentido do próximo e do distante, do grande e do pequeno, do visível e do invisível), os valores como o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o justo e o injusto, instauram a ideia de lei, e, portanto, do permitido e do proibido, determinam o sentido da vida e da morte e das relações entre o sagrado e o profano.

Tendo presente o sentido de cultura enquanto produção humana, temos o desafio de promover a interação cultural de indígenas e não indígenas em um contexto desafiador marcado por preconceito e discriminação. Sendo assim, este projeto desperta uma atitude prática de luta para a superação desta realidade. Essas atitudes já foram anteriormente registradas pela pesquisadora Costa (2008, p. 184), que em seus estudos constatou preconceito contra os povos originários de Comodoro/MT, por falta de conhecimento:

> Na cidade, poucos são os que se dirigem respeitosamente aos índios, e aqueles que com os quais o fazem conseguem estabelecer boas relações. A presença dos índios em determinados estabelecimentos comerciais é inoportuna para os moradores de Comodoro que, com freqüência, queixam-se dos maus tratos recebidos. Essa rejeição por parte da população citadina está presente em seus olhares e comentários depreciativos, assim como na oferta de bebidas alcoólicas aos índios mais jovens. [...]. A imagem do Nambiquara não é aceita pela maioria da população de Comodoro, que a rejeita.

Sendo assim, observamos que a falta de conhecimento, diálogo e interação cultural gera um mal-estar na convivência social. Dessa forma, a escola, como espaço de promoção da vivência social, deve promover debates e estudos em torno dessas questões que muitas vezes são espinhosas e pouco discutidas com os estudantes.

Além disso, a temática "povos indígenas do Brasil" está na base do estudo em história, como afirma a Lei nº 11.645, de 10 março de 2008:

> § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2008)

O estudo da cultura indígena é essencial para compreender a base de formação da sociedade brasileira, a qual já era habitada por povos originários e que, em sua maioria, foi dizimada e os que permanecem continuam tendo seus direitos violados. Por isso, é urgente trazer para a escola o diálogo sobre a realidade dos povos indígenas na atualidade.

Entrementes, a própria Constituição Federal de 1988 garante que os indígenas tenham seus territórios e tradições protegidos e respeitados pela União:

> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
> §1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. (BRASIL, 1988)

Apesar desses direitos serem garantidos na Constituição, na prática o que presenciamos constantemente são violações dos direitos individuais e coletivos. Notamos, desse modo, a necessidade de a escola adaptar-se a esta nova realidade buscando oferecer oportunidades de reflexão no campo da aprendizagem sobre os povos originários

para que os estudantes indígenas e não indígenas troquem experiências e compartilhem suas dificuldades.

Em Comodoro, há diferentes grupos Nambiquara espalhados por várias localidades do município. Este projeto se limitou especificamente aos estudantes indígenas dos grupos Halotesu e Sawentesu, que estudam na escola de não indígenas E. E. D. Rosa Frigger Piovezan, e foi realizado a partir das etapas a seguir:

Primeira etapa: Inicialmente, ocorreu a reelaboração do projeto, adicionando novos elementos ou retirando os defasados, tendo em vista que ele já foi aplicado no ano anterior.

Segunda etapa: Promoveu-se um espaço de interação dos estudantes indígenas com os não indígenas para que houvesse interação cultural e troca de ideias, bem como partilha de conhecimentos sobre os povos afrodescendentes, com realização de atividades voltadas para a conscientização e valorização das culturas indígenas. As atividades envolveram mesa-redonda, estudo de textos, poemas e reflexões sobre a temática, bem como produção dos estudantes.

Terceira etapa: Realização de uma palestra voltada para a conscientização das culturas indígenas com a participação de indígenas convidados e estudantes da escola.

Quarta Etapa: Produção de um artigo sobre a temática.

Estas etapas foram importantes no sentido de fazer a comunidade escolar refletir mais sobre a educação dos indígenas que estudam nessa escola de não indígenas e também encontrar formas de pensar na interação e no diálogo entre os estudantes indígenas e não indígenas.

Por meio desta pesquisa, buscamos ouvir, ver, andar e dialogar para aprender sobre as produções histórico-sociais desses povos. Elementos como: língua materna, artefatos (materiais e imateriais) como a música, dança, histórias de antigamente e hoje, festa de iniciação à puberdade da menina e do menino, o uso do arco e flecha, a alimentação – na roça e nativa – pinturas corporais, os adornos corporais, o ensino familiar e na aldeia, dentre outros elementos das culturas indígenas que também foram perquiridos e nos auxiliaram neste projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação do projeto foi muito importante para a interação da comunidade escolar com os indígenas. Dentre os resultados esperados com este projeto, destacamos que os estudantes despertaram o interesse em conhecer mais sobre a experiência de vida e cultura dos povos indígenas de nossa escola, pois a maioria vive em meio a essa riqueza

cultural, mas na prática pouco se comenta sobre as culturas dos povos originários. Com isso, foi possível proporcionar o aprendizado em termos de diversidade cultural.

Por fim, a avaliação dos estudantes ocorreu mediante a interação e participação nas atividades desenvolvidas. Ao final de cada ação, procurou-se, através do debate e perguntas, saber se houve compreensão e aproveitamento dos estudos realizados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 27 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.645/08 de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura AfroBrasileira e Indígena". Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 02 jun. 2022.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. Crítica y emancipación: **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales.** Buenos Aires: Clacso, Año 1, n. 1, p. 53-76, 2008. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/35171001.pdf. Acesso em: 17 set. 2021.

COMODORO, Prefeitura Municipal de. **Hino, Bandeira e Brasão**. Comodoro, 2022. Disponível em: https://www.comodoro.mt.gov.br/Comodoro/Hino-Bandeira-Brasao/. Acesso em: 02 ago. 2022.

COSTA, Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da. **Wanintesu**: um construtor do mundo Nambiquara. Orientadora: Regina Beatriz Guimarães Neto. 2008. 494 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2008.

COSTA, Luciana Raimunda de Lana. **Letramento Literário**: a identidade do ser-autor. Orientadora: Elizete Dall'Comune Hunhof. 2019. 193 p. Dissertação de mestrado (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres-MT, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **História & Fotos – Comodoro**. 2017. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/comodoro/historico. Acesso em: 12 jul. 2022.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

VIEIRA, Fernanda Jardim. **Memórias de Migrantes e Iconografias na Composição do Ensino de História em Comodoro, Mato Grosso**. Orientadora: Maria do Socorro de Sousa Araújo. 2021. 155 p. Dissertação de mestrado (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres-MT, 2021.

TDIC, CULTURA DIGITAL, EDUCAÇÃO HISTÓRICA: UMA ANÁLISE DO *GAME SPARTAN: TOTAL WARRIOR*

George Leonardo Seabra Coelho[1]

Luiz Gustavo Martins da Silva[2]

RESUMO

O objetivo deste texto[3] é apresentar uma leitura crítica do jogo digital *Spartan: Total Warrior*, sugerindo como o professor/profissional da História pode problematizar os objetos históricos presentes nesse *game*. Buscamos brevemente abordar as relações entre Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e Educação Histórica. Compreendemos que os *games*[4], em geral, são elementos da cultura digital e oferecem experiências aos sujeitos que os apropriam nos diversos espaços sociais. Ao mesmo tempo produzem representações do passado. Este trabalho estrutura-se em duas seções. A nossa perspectiva volta-se para as possibilidades abertas pelas interfaces entre os jogos digitais e a educação histórica.

Palavras-Chave: Tecnologias, História, Representação, Ensino.

TDIC, EDUCAÇÃO HISTÓRICA E CULTURA DIGITAL

Como ponto inicial sobre o debate do impacto das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na sociedade, não há dúvida, elas estão presentes em

---

1 Doutor e pós-doutor em História. Professor na Universidade Federal do Tocantins. É líder do Grupo de Pesquisa MITECHIS. E-mail: george.coelho@hotmail.com. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3166-4008.

2 Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. É doutorando na mesma instituição. Professor pesquisador no Grupo de Pesquisa MITECHIS. E-mail: luiz.martins@aluno.ufop.edu.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7451-2445. Agradeço à CAPES pelo recurso financeiro e à UFOP pelo apoio nas etapas da pesquisa.

3 Este texto integra as produções desenvolvidas pelos autores no Grupo de Pesquisa CNPq em Mídias, Tecnologias e História (MITECHIS) da Universidade Federal do Tocantins.

4 De acordo com Helyom V. Telles e Lynn Alves (2015, p. 172), o jogo eletrônico é um software desenhado para fins de entretenimento em uma ou mais plataformas – console, computador, telefone móvel, entre outras. Os jogos eletrônicos são, de acordo com Lynn Alves (2008), software que apresenta um design em três dimensões, narrativas complexas, alto nível de interação, jogabilidade e realismo imagético e, portanto, mais significativo do que os jogos em duas dimensões. Essas características permitem ao jogador maior envolvimento no ambiente do jogo. Segundo José L. Eguia-Gomes, Ruth S. Contreras-Espinosa e Luis Solano-Albajes (2012), os jogos eletrônicos permitem novas possibilidades de interação com o ambiente, assim como a experimentação das sensações propostas pelo software. Para os autores, durante a jogabilidade do game, o indivíduo vive uma história na qual a interação permite a participação ativa no desenvolvimento e na resolução da narrativa. Utilizamos o Spartan: Total Warrior como fonte histórica. Para o assunto, ver também: (CHAPMAN, 2016).

vários espaços sociais, inclusive na escola[5]. Antes de negar ou excluir as tecnologias dos processos educativos e da apreensão de conhecimentos, defendemos que seria melhor compreendê-las criticamente, e no caso dos *games*, questionando por exemplo sobre as intenções de seus desenvolvedores e de como é possível pensá-los como elementos da cultura digital.

Circe M. F. Bittencourt (2009) considera que a inserção das tecnologias digitais no cotidiano dos sujeitos estão revolucionando as formas de conhecimento, pois estabelecem comunicações mais interativas. Selva G. Fonseca (2009) também faz referência a essa interação, uma vez que esses recursos abriram a possibilidade de acesso e circulação de diferentes modalidades de informação. Para a autora, as tecnologias também poderão se tornar uma nova modalidade de exposição e construções de concepções históricas. Levando em considerações esses apontamentos, defendemos o quão necessário é a inserção de recursos tecnológicos e linguagens digitais no processo de formação de professores de História, pois esses profissionais devem adquirir habilidades para dialogar com as novas formas de representações advindas das TDIC.

Os videogames, jogos eletrônicos, jogos digitais, *games*, seja qual for o título aos quais são submetidos, pertencem ao campo tecnologias digitais. Sendo assim, devemos ter em mente que um dos seus aspectos é uma nova compreensão da relação espaço-tempo (FERREIRA, 2004). Ao entender as novas relações espaço-temporais proporcionadas pelas TDIC e suas interfaces com a educação histórica, devemos indagar, por exemplo, como que os *games* inspirados em eventos históricos podem oferecer representações históricas para os jogadores ou "distorcer" a sua compreensão.

Grande parte dos estudos[6] voltados para o campo da educação histórica se dedica aos processos de aprendizagem histórica, tanto em espaços formais quanto em espaços informais. Os investigadores problematizaram os princípios, fontes, tipologias e estratégias de aprendizagem histórica, muitas vezes, tendo como objeto e objetivo as análises das ideias históricas desenvolvidas por alunos e professores. É consensual entre esses autores que as pesquisas em Educação Histórica conferem utilidade e sentido social

5 As TDIC ainda são compreendidas como um problema para o processo ensino-aprendizagem, ou seja, a vinculação entre as tecnologias e o ensino sempre têm resistências por parte de docentes e, em alguns casos, por quase todo o sistema educacional – mesmo que o cenário atual esteja exigindo cada vez mais mudanças.

6 Alguns trabalhos relevantes foram desenvolvidos por Bodo Von Borries (1997), Jörn Rüsen (2001), Peter Lee (2001), Olinda Evangelista e Jocemara Triches (2006), Maria A. Schmidt (2009; 2014), Geyso Dongley Germinari (2011) e Marlene Cainelli (2012).

ao conhecimento histórico, cujo exemplo mais recorrente é a formação da consciência histórica[7].

Se na educação histórica há a preocupação com a compreensão dos processos de aprendizado realizados por alunos em espaços informais, logo, uma formação de professores de história em conformidade com essa perspectiva passa a ser cada vez mais fundamental. O ensino, assim, implica no gerenciamento dos objetivos curriculares e nas concepções de tempo e de História, de modo que o professor deve ser um intelectual capaz de identificar os quadros de consciência histórica subjacentes aos sujeitos e, diante disso, assessorar a comunidade na compreensão crítica do tempo, da identidade e da ação na História.

Filomena M. G. Moita (2010) afirma que os jogos eletrônicos proporcionam "novas formas de sentir, pensar, agir e interagir" (MOITA, 2010, p. 116). Ao considerar que os jogos eletrônicos provocam novas sensações, Eucidio P. Arruda (2011), inspirado em Marc Prenski, defende que o consumo do videogame desconstruiu a ideia de lazer e de brinquedo, sendo transformado cada vez mais em um elemento da cultura. Segundo o autor, os jogos eletrônicos produzidos nos primeiros anos do século XXI "permitem não só uma representação da realidade rica em detalhes como também se configuram em tecnologias que exigem, dos jogadores, níveis de elaborações mentais bastante complexos" (ARRUDA, 2011, p. 288).

Ao considerar que a cultura digital está integrada ao ciberespaço, ela é definida pela conectividade, rapidez, fluidez. Monica Fantin e Pier C. Rivoltella (2003) compreendem que essas experiências são marcadas por códigos, linguagens e estratégias de comunicação diferentes[8]. Veremos, na próxima seção, como o jogo *Spartan: Total Warrior* enquadra-se nessa categoria de jogo eletrônico, isto é, elemento da cultura digital que possibilita experienciar novas sensações por meio de um *software.*

---

7 Por isso, muitos conceitos são caros a essa perspectiva e serão problematizados neste estudo como, por exemplo, o conceito de representação, consciência histórica e narrativa histórica. Neste ângulo, é necessário questionar como estes conceitos podem ser entendidos, não somente pelos indivíduos em diferentes sociedades e diferentes tempos e espaços, mas também a partir da inserção das TDIC no cotidiano dos sujeitos.

8 Os autores também consideram que essas linguagens são marcadas por três dimensões: 1) a "intermedialidade", ligada às convergências entre todas as tecnologias, a qual é capaz de cruzar e imbricar as especificidades que antes eram inseridas em uma tecnologia precisa; 2) a "portabilidade", na medida em que os aparelhos estão se tornando cada vez menores, leves e potentes; 3) e a "mídia pessoal", onde cada usuário constrói uma social network, tornando-se protagonista e se transformando de leitor para autor ou mesmo produtor.

UMA ANÁLISE DO *SPARTAN: TOTAL WARRIOR*: DOS ANACRONISMOS A INTERVENÇÃO DOCENTE

Muitos jogos eletrônicos lançados para o console *Playstation 2* foram inspirados em acontecimentos históricos[9]. Não foi diferente com a narrativa do jogo *Spartan: Total Warrior*, o qual foi inspirado em personagens históricos, míticos e acontecimentos da cultura grega e romana[10]. Esse *game* têm características de ação-aventura e pertence a série Total War, desenvolvida pela The Creative Assembly e distribuído pela Sega. O seu lançamento para a versão de videogame da Sony – o console Play Station 2 – data de 25 de outubro de 2005, sendo bem recebido pela crítica especializada. Esse *game* também foi lançado para os consoles concorrentes, o Xbox – produzido pela Microsoft – e o Game Cube – produzido pela Nintendo.

Como é comum neste estilo de jogo eletrônico, o jogador controla um personagem-herói ou, em outras palavras, um "avatar". No caso do jogo por nós selecionado, o jogador controla um guerreiro espartano – denominado genericamente de "O Espartano" – na luta contra a expansão do Império Romano na península grega.

Figura 1 – Representação "O Espartano", personagem controlado pelo jogador

Fonte: Foto de uma das telas do jogo feita pelos autores.

O contexto central da trama foi estruturado durante a guerra entre os romanos e os gregos, mais precisamente entre a Roma do Imperador Tibério e a Esparta do Rei

9 Há vários games que abordam ou possuem, como pano de fundo, eventos históricos, cujas temporalidades são distintas, entre eles as séries *God of War, Colosseum: road to freedom, Spartan: Total Warrior, Shadow of the Collossus e Shadom of de Rome.* Todos elaborados com base na antiguidade grega e romana. Também podemos citar *The King of Arthur, Knights of the Temple, Castlevania e Age of imperies II: the age of king*, compostos a partir da medievalidade da Europa ocidental. Podemos apresentar, também, as séries *Medal of Honror* e *Call of Duty,* ambos baseados na Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

10 Para Dunstan Lowe (2012), este game inspirou-se na fantasia através do uso da linguagem cinematográfica. Estes recursos foram utilizados, segundo o autor, para apresentar uma colossal aventura fictícia por sítios históricos do mundo antigo grego-romano.

Leônidas. Na construção da narrativa, identificamos um dos maiores problemas no campo da História: o anacronismo[11]. Podemos apontar a inserção do Imperador Tibério no século III a.C. como uma primeira falha, pois esse personagem histórico reinou entre os anos 18 d.C. e 37 d.C. Podemos apontar, como segundo equívoco, o período da conquista da Grécia pelos romanos, uma vez que tal conquista iniciou-se no século II a.C. quando os gregos estavam sob domínio do Rei Felipe V da Macedônia, e não do Rei Leônidas de Esparta, como narrado no jogo. Um último problema está no fato de que o Rei Leônidas lutou contra os persas, porém na narrativa aborda-se que ele lutou contra os romanos.

Outras incorreções são encontradas ao longo da aventura, mas por hora essas primeiras constatações podem suscitar algumas problematizações sobre as relações entre os *games* – em especial do jogo em questão – e a perspectiva da educação histórica. Com base nesses conjuntos de equívocos, poderíamos considerar alguns pontos, tais como; quais os prejuízos que esse *game* poderia causar na formação e consciência histórica do jogador? Podemos respondê-la com outras duas questões: qual a obrigação de um jogo, produzido para divertimento, reproduzir a datas, fatos e personagens conforme a História científica? De outro lado, por que a empresa que produziu esse *game* não recorreu a historiadores ou não teria se preocupado com a importância dos fatos históricos?

Outros questionamentos podem conduzir nossa discussão: os *games* contribuem ou não para a construção de uma consciência histórica? Como o professor/historiador poderia mediar as relações entre o jogador e a narrativa deste *game* e, assim corrigir os equívocos? Como os jogos eletrônicos podem produzir determinadas consciências históricas sobre o passado? E, por fim, exigir a verossimilhança por parte do *game* não limitaria a liberdade poética deste produto da cultura digital?

Podemos apontar uma infinidade de respostas para esses questionamentos, mas optamos por uma sugestão; o professor/historiador poderia reorganizar essa narrativa ao esclarecer os equívocos históricos presentes no jogo e, assim, problematizar as apropriações históricas encontradas nos jogos eletrônicos. Esse reordenamento da narrativa histórica, ressaltando os anacronismos, pode ser ainda elaborado para discutir sobre verdade histórica e *fake news*, representações históricas, responsabilidade dos desenvolvedores, liberdade para criar e interferir no que colocar ou não no jogo. Essas questões suscitam uma reflexão crítica sobre: qual autoridade que o jogo reivindica sobre fatos do passado, inclusão ou omissão de certos assuntos e acontecimentos; excessos de

11 A respeito da discussão sobre anacronismo, recomendamos a leitura do artigo de José D'Assunção de Barros, ver: "Os conceitos na história: considerações sobre o anacronismo". Disponível: https://journals.openedition.org/lerhistoria/2930.

realismo; pesquisas adicionais sobre um tópico histórico presente no jogo; e, além de tudo isso, considerar o *game* como obra/fonte histórica.

Voltando a nossa leitura e, assim, problematizaremos como os programadores se apropriaram de espaços, personagens e mitos – gregos e romanos – na elaboração desse *game*. Destacaremos, sobretudo, como em alguma medida o jogo foi capaz de reconstruir a trajetória de vida dos personagens, mesmo que com equívocos.

Figura 2 – Representação do Imperador Tibério

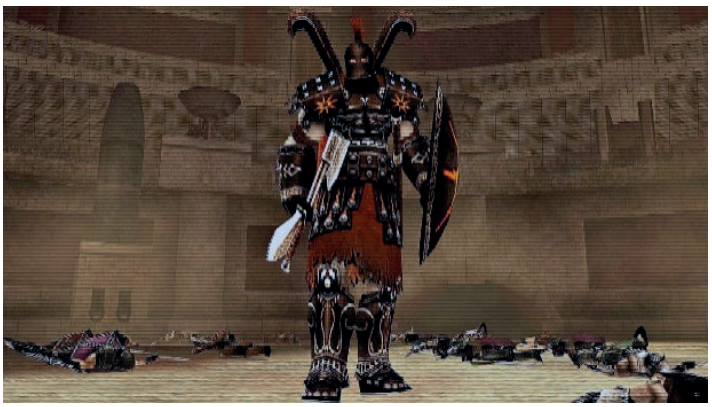
Fonte: Foto de uma das telas do jogo feita pelos autores.

Figura 3 – Representação de O Rei Leônidas de Esparta

Fonte: Foto de uma das telas do jogo feita pelos autores.

Após a invasão da Grécia pelos Romanos, somente Esparta permaneceu livre do jugo romano. Todos os espartanos se preparam para irem à guerra sob o comando do Rei Leônidas, inclusive, o herói da trama controlado pelo jogador. Esse espartano sem passado, sem nome e sem família recebeu uma oferta do deus Ares, a qual dizia: “lute e vença o invasor que você descobrirá seu passado”.

Figura 4 – Representação do Deus Ares



Fonte: Foto de uma das telas do jogo feita pelos autores.

Na luta contra os romanos, “O Espartano” contou com a ajuda dos irmãos Castor e Pólux. Como dito, encontramos a inserção de elementos míticos na narrativa. Dentre as figuras míticas, deparamo-nos com o deus Ares[12], filho de Zeus e Hera. Outras figuras míticas são os dois companheiros de jornada do “Espartano”; estes dois irmãos gêmeos eram filhos de Leda com Tíndaro – Rei de Esparta – e Zeus. O primeiro confronto da saga do herói espartano se dá pela defesa das muralhas espartanas contra os ataques do exército romano comandado pelo General Crasso.

Com a incapacidade de transpor as muralhas espartanas, os romanos enviaram o gigante *Talos* para destruir a resistência contra o invasor. Percebemos claramente uma mescla de ficção com personagens históricos e míticos. Comandando o exército romano, encontramos o General Crasso, que não foi contemporâneo de Tibério, mas uma personagem da República Romana, ou seja, a partir desse momento vê-se outro anacronismo. Talos é um gigante mítico de bronze quase invulnerável que rondava a ilha de Creta. Sua função era impedir que navios se aproximassem da ilha, mas foi apropriado para auxiliar os romanos na conquista de Esparta.

Após a vitória contra o gigante Talos, Ares inspirou “O Espartano” para se infiltrar no acampamento romano. Essa ação tinha o objetivo de recuperar as Espadas de Atenas, artefatos que os romanos haviam roubado do *Parthenon*. Ao concluir essa missão, ocorre a libertação de Electra e de vários prisioneiros gregos.

Após o encontro com “O Espartano”, Electra informa que os romanos tinham uma arma que poderia captar o poder da Medusa e transformar toda a tropa inimiga em pedra. Na medida que o exército espartano avançava, o herói controlado pelo jogador

12 Este deus foi muito cultuado na Grécia antiga, principalmente em Esparta, pois sua divindade era associada à guerra.

chega ao quartel-general romano para matar o General Crasso e destruir sua máquina diabólica. Aqui, encontramos mais dois personagens míticos. Electra é uma personagem da mitologia grega, filha de Agamêmnon e da rainha Clitemnestra. A Medusa era uma das três Gôrgonas, mas acabou sendo transformada em monstro pela deusa Atenas.

Após concluir a missão, Ares induz "O Espartano" a ir até as ruínas da cidade de Tróia, onde recuperaria a Lança de Aquiles. Durante sua viagem até Tróia – através do norte da Grécia –, o herói – juntamente com Castor, Pólux e Electra – salva uma aldeia que havia sido invadida pelos guerreiros bárbaros comandados por Beowulf[13]. Após derrotar o líder bárbaro, "O Espartano" chega em Tróia. O herói controlado pelo jogador passa pelo túmulo de Aquiles, de Príamo e de Heitor e, até mesmo pelo Cavalo de Tróia. Neste local, "O Espartano" encontrou Élio Sejano – o prefeito pretoriano – que informou ao herói que Esparta havia caído. Depois do encontro com Sejano, "O Espartano" lutou contra a Hydra de Lerna, a qual havia sido despertada pelo prefeito Pretoriano.

Figura 5 – Luta contra a Hydra de Lerna

Fonte: Foto de uma das telas do jogo feita pelos autores

Como comentado, diversos personagens históricos, míticos e acontecimentos lendários são mesclados na narrativa do *game*, entre eles os heróis lendários de Tróia: Príamo e Heitor. Élio Sejano também foi inserido no *game*, esse sim, um personagem contemporâneo de Tibério, sendo prefeito da guarda pretoriana e militar de grande influência em Roma. Deparamo-nos, também, com a Hydra de Lerna. Esse era um animal fantástico com corpo de dragão e sete cabeças de serpente, que foi derrotada por Hércules. Na saga criada para o *game,* ela foi ressuscitada por Sejano para destruir "O Espartano". O que é de se surpreender

13 *Beowulf* é um herói escandinavo descrito em um poema épico em língua anglo-saxã bastante conhecido durante a Alta Idade Média. Por mais que as aventuras de *Beowulf* haviam sido retomadas na Inglaterra atual, esse personagem épico é inserido nas aventuras do Espartano contra os romanos.

é que a vitória do herói – no *game* – recuperou o relato mítico, isto é, cicatrizando as cabeças para que restasse apenas uma e, com isso, fosse capaz de matar a criatura.

Após a luta épica, "O Espartano" viaja para Atenas, onde conheceu o filósofo Arquimedes, esse na função de líder resistência ateniense contra os romanos. Ao ajudar na resistência e proteger Arquimedes, "O Espartano" libertou vários atenienses. Os atenienses atacaram a residência ocupada por Sejano. Para o combate, Sejano montou no dragão Ladon[14]. Após ser desmontado do dragão, Sejano lutou contra Pólux e – mesmo sendo imortal – acabou sendo morto e, curiosamente retorna como zumbi. Castor é forçado a lutar contra o próprio irmão, enquanto Sejano desafiou "O Espartano" e Electra. Sejano é vencido pela dupla e, enfim, os romanos são expulsos da península grega. Com essa etapa concluída, "O Espartano", Castor e Electra viajam até Roma para matar Tibério.

Ao chegar lá, "O Espartano" atravessou os esgotos e as catacumbas. Enquanto isso, Electra e Castor lutavam na superfície do Coliseu, onde Tibério estava assistindo a uma luta de gladiadores. Após passar pelos esgotos, "O Espartano" chegou à superfície.

Figura 6 – Representação do "O Espartano" chegando ao Coliseu

Fonte: Foto de uma das telas do jogo feita pelos autores

Nesse ínterim, Electra e Castor foram capturados, mas salvos pelo herói. Após a heroica façanha, "O Espartano" encontrou Tibério, que cometeu suicídio. Em seguida, o herói invadiu a arena e encontrou o verdadeiro protagonista por trás de toda a trama: o deus Ares. A narrativa do *game* se encerra no momento em que "O Espartano" conheceu sua própria história, o herói era filho de uma das servas de Afrodite, a qual revelou a Hefesto o caso entre o deus Ares e sua esposa, a deusa Afrodite. Como vingança, Ares matou a escrava e removeu as memórias da criança e a enviou para Esparta, mas com poderes sobre-humanos e habilidades. Como Ares havia ajudado os romanos a conquistar

14 Ladon é um dragão pertencente a mitologia grega. Ele era servo de Hera e habitava o jardim das Hespérides (filhas do Titã Atlas), onde era responsável por guardar as maçãs de ouro, junto às filhas do Titã *Atlas*.

a Grécia, os invasores tinham como dívida encontrar “O Espartano”. Após saber da própria história, Ares e o Espartano realizam um último duelo. O jogo somente se encerra quando o herói sai vitorioso do combate.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, realizamos uma abordagem sucinta sobre as relações entre TDIC e educação histórica e desenvolvemos uma leitura do *Spartan: Total Warrior*. Entendemos que esse e os games no geral são elementos que integram a cultura digital. Mas como podemos problematizar esses produtos digitais aos olhos da perspectiva da educação histórica. Uma das formas é analisar o alcance deste *game* e ter alguns indícios do modo como os sujeitos interagiram com esse jogo. Para isso, analisar canais no *YouTube*[15] é um exercício que traz bons resultados e instiga mais questões.

Utilizamos o *LongplayArchive*, canal que contém mais de 339 mil inscritos. Em um dos vídeos do canal, encontramos o *gameplay* do jogo *Spartan: Total Warrior,* com duração de mais de 5 horas[16]. Este vídeo teve mais de 619 mil visualizações e 747 comentários entre seus seguidores, os quais funcionam como uma espécie de fórum entre os jogadores que assistiram ao vídeo. E com base nestes comentários é que analisamos como os jogadores colocam a questão da história como algo que o jogo suscitaria.

Mesmo que o vídeo tivesse sido postado há cerca de dois anos, observamos comentários recentes, postado no dia 21 de novembro de 2021. Esta constatação demonstra que apesar do fato de que o jogo tenha sido produzido há mais de 15 anos, jogadores ainda se reportam a ele como um marco dos jogos de aventuras inspirado em temas históricos. Vários comentários ressaltam a qualidade gráfica, a jogabilidade, a diversão, sobre as memórias de infância e a sugestão de fazer um *remake* do jogo para os consoles atuais, ou seja, parece-nos que aqui está contida a ideia de passado, presente e futuro. O público que interage é internacional ou quase que global, sendo os comentários publicados em diversas línguas, entre elas o árabe, espanhol, grego, polonês, russo, tailandês, inglês e português. A interação ali também se faz com comentários comparativos entre o *Spartan: Total Warrior* e outros jogos inspirados na cultura greco-romana[17]*.*

Para além desses comentários, vários *gamers* se manifestam sobre a questão

---

15 É uma prática entre a comunidade de *gamers* a criação de canais no *YouTube*, onde os jogadores postam vídeos tutoriais, *gameplays* e análises sobre os jogos eletrônicos.

16 Para assistir a gameplay acesse o link: https://www.youtube.com/watch?v=_0Qpjgbx-Tc.

17 Entre os quais, *Shadow of the Rome, God of War, Sword of Vengeance, Colosseum road to freedom e Ryse son of Rome.*

histórica suscitada pelo *game*. Os jogadores afirmam que: “a exatidão histórica pode ser deixada para trás apenas para torná-la divertida e épica[18]”; “muito impreciso historicamente. Por exemplo, o rei Leônidas lutou contra persas[19]”; “Este jogo é historicamente impreciso. Mas quem se importa?[20]”; “não me importei com o quão historicamente impreciso esse jogo é[21]”; “O jogo nunca alegou ser historicamente preciso[22]”; “alterna história e mitologia, isso é aparente desde o início[23]”; “nunca deveria ser historicamente preciso, você luta contra talos no primeiro nível[24]”; “F na história, mas ‘A’ em ação[25]”.

Selecionamos estes fragmentos para demonstrar que os jogadores – apesar da imprecisão do jogo demonstrada em nossa análise – tem certo grau de consciência destes erros, mas não tem importância, pois o que estão procurando é o divertimento. No entanto, esse divertimento não deixa de despertar uma determinada consciência histórica que diferenciaria fato e ficção na narrativa. Esta diferenciação pode ser percebida em um diálogo entre os *gamers*.

Um perfil de nome Daniel Lipko comenta: “A precisão histórica neste jogo faz com que 300 pareça um documentário”[26]. Em resposta, outro perfil de nome Bucketheadhead se posiciona da seguinte forma: “A questão é que ninguém dá a mínima para a precisão histórica”[27]. Um terceiro usuário de nome André Valdez entra no debate e se posiciona criticamente: “Qualquer um que comprou este jogo para precisão histórica deveria se envergonhar. A premissa por si só de que Esparta tem muralhas e foi invadida pela Roma Imperial [...] deveria ser suficiente”[28].

É possível analisarmos pelo menos mais dois aspectos e supor outros. O primeiro, é o fato de que todos os perfis citados são jogadores do *Spartan: Total Warrior*, o que já nos indica que conhecem, compreendem e estão imersos em uma linguagem e cultura digitais – utilizam seus *notebooks*, videogames e a redes sociais, reconhecendo seus

---

18 Tradução nossa para: “historical accuracy can be left behind just make a fun and epic”.

19 Tradução nossa para: “very historical inaccurate. For example king leonidas fought persians”.

20 Tradução nossa para: “This game is historically inaccurate af. But ,who cares?”.

21 Tradução nossa para: “I didnt care about how historically inacurrate this game is”.

22 Tradução nossa para: “The game never claimed to be historically accurate”.

23 Tradução nossa para: “alternate history and mythology this is apparent from the start”.

24 Tradução nossa para: “it was never supposed to be historically accurate, you fight talos in the first level”.

25 Tradução nossa para: “F in history but ‘A’ in action”.

26 Tradução nossa para: “The historical accuracy in this game makes 300 look like a documentar”.

27 Tradução nossa para: “The thing is, nobody really gives a fuck about historical accuracy”.

28 Tradução nossa para: “Anyone who bought this game for historical accuracy should be ashamed. The premise alone that Sparta has walls and gets invaded by Imperial Rome, while very obviously wearing pre 400bc armor alone should be enough”

códigos e fazendo o uso de abreviaturas das palavras, algo recorrente nas redes, como também no próprio universo dos *games*[29]. Ao questionar acerca das imprecisões, esses jogadores reelaboram a narrativa do jogo em alguma medida, justamente porque possuem consciência histórica; eles se apropriam do passado, do modo como o entendem e trazem-no para o presente de suas necessidades práticas, alargando, assim, seus espaços de experiências.

O segundo aspecto é o do vocabulário. A linguagem dos jogadores não se limita apenas ao mundo dos *games*. Eles demonstram certa compreensão do vocabulário histórico, conceitos e categorias, proporcionados pelos jogos e, muito provavelmente pelas aulas de História, e buscam comparações e associações com outras narrativas, como no caso do clássico filme de ficção *300* (2006). Alguns deles tomam a construção da narrativa do *Spartan: Total Warrior* não como verdade histórica – algo que supõe-se que esperavam – identificando erros no jogo, porém, suprimem ou minimizam a responsabilidade de seus desenvolvedores, sem problematizar criticamente sobre suas intenções, uma vez que a atenção está voltada para o divertimento.

Ao partir da posição de que o jogador se interessa pela História, não apenas aquela produzida nos meios acadêmicos tradicionais, mas também pelas produzidas pelos *games*, podemos dialogar com Cerri (2011). Ele entende que ao lançar o olhar sobre os usos que são feitos da História, não devemos apenas dar atenção ao tempo vivido coletivamente e aos projetos contemporâneos, mas aos usos das Histórias difundidos pelos meios de comunicação em massa, entre eles, os usos feitos pelos jogos eletrônicos. Ainda, de acordo com o autor, "o ensino de história – escolar ou extraescolar, formal ou informal – é uma arena de combate em que lutam os diversos agentes sociais da atualidade" (CERRI, 2011, p.15-16).

O autor questiona até que ponto os saberes sobre o tempo adquiridos antes, durante e apesar da escolarização afetam o aprendizado, suas características e sua qualidade. A partir desse posicionamento, o autor considera que o problema do ensino de História não é somente de ordem cognitiva ou educacional, mas também sociológica e cultural; aqui, nós ousamos dizer que tal problemática também é de ordem tecnológica. Nesse sentido, consideramos que a rejeição por parte de discentes pode não ser somente caracterizada ou entendida como uma displicência com os estudos ou uma falta de habilidade com essa matéria, mas um confronto de concepções muito distintas sobre o tempo, que não encontram nenhum ponto de contato com o tempo histórico proposto pela disciplina escolar.

---

29 Parece-nos raros ou inexistem casos em que a pessoa dirige-se à plataforma apenas para comentar, sem antes conhecer o jogo.

REFERÊNCIAS

FONTES

Spartan: Total Warrior (2005)

BIBLIOGRAFIA

ALVES, L. Relações entre os jogos digitais e aprendizagem: delineando percurso. *In* **Educação, Formação & Tecnologias**; vol.1(2), p. 3-10, nov., 2008. Disponível em: < http://repositoriosenaiba.fieb.org.br/bitstream/fieb/665/1/Rela%C3%A7%C3%A3o%20entre%20....pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

ALVES, L.; TELLES, H. V. Ensino de História e Videogame: Problematizando a Avaliação de Jogos Baseados em Representações do Passado. *In*: **XI Seminário SJEEC: Jogos eletrônicos-Educação-Comunicação**. 2015, Salvador. Disponível em: <http://www.comunidadesvirtuais.pro.br/seminario-jogos/files/R26SJEEC2015.pdf>. Acessado em: 20 nov. 2021.

ARRUDA, E. P. O papel dos videogames na aprendizagem de conceitos e analogias históricas pelos jovens/The role of video games in learning and historical analogies by young people. **Ensino em Re-Vista**, *[S. l.]*, 2011. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/13850. Acesso em: 28 nov. 2021.

CERRI, L. F. **Ensino de História e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CHAPMAN, A. **Digital games as history**: how videogames represent the past and offer access to historical practice. Nova York, Routledge, 2016.

EGUIA-GOMES, J. L.; CONTRERAS-ESPINOSA, R. S.; SOLANO-ALBAJES, L. Os *games* digitais como um recurso cognitivo para o ensino da historia da catalunha: um estudo de caso. **Revista do Curso de Letras da UNIABEU**, Nilópolis, v.3, Número 2, Mai.-Ago. 2012. Disponível em: https://upcommons.upc.edu/handle/2117/16877. Acesso em: 28 nov. 2021.

FANTIN, M; RIVOLTELLA, P. C. Cultura Digital e formação de professores: usos da mídia, práticas culturais e desafios educativos. *In*: RIVOLTELLA, P. C.; FANTIN, M. (orgs.). **Cultura digital e escola.** Pesquisa e formação de professores. Campinas, SP: Papirus Editora, 2012.

FERREIRA, C. A. L. **A formação e a Prática dos Professores de História**: enfoque inovador, mudanças de atitude e incorporação das novas tecnologias nas escolas públicas e privadas nas escolas públicas da Bahia. 363 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2004.

LOWE, Dunstan. *Always Already Ancient: Ruins in the Virtual World. In*: Thorsen, T.S., ed. Greek and Roman Games in the Computer Age. **Akademika Publishing**, Trondheim, Norway, pp. 53-90, 2012.

MOITA, F. M. G. da S. C. Os *Games* e o Ensino de História: Uma reflexão sobre Possibilidades de Novas Práticas Educativas. **Plurais**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 115-130, maio\ago. 2010.

VIVENDO A REVOLUÇÃO: A EMPATIA HISTÓRIA POR MEIO DE CARTAS AO REI LUIS XVI

Geovanio Carlos Bezerra Rodrigues

RESUMO

Em nosso trabalho, buscamos apresentar as interpretações de alunos do oitavo ano do Ensino Fundamental em uma escola pública de Fortaleza, Ceará, sobre a Revolução Francesa, por meio da construção de cartas ao rei Luís XVI. Utilizamos os conceitos de Educação histórica, Empatia Histórica e Letramento Histórico. Interpretamos a produção realizada por meio da Reflexão-em-ação, levando em consideração as experiências vivenciadas em sala de aula e a produção textual dos alunos.

Palavras-Chave: Ensino de História, Empatia Histórica, Letramento Histórico, Revolução Francesa.

INTRODUÇÃO

Os processos de aprendizagem vivenciados na escola demonstram a relação existente entre as concepções teóricas e metodológicas dos docentes e o processo de aprendizagem dos discentes. Podem perpetuar ações, historicamente constituídas e repetidas de série em séria ao longo da vida escolar, sem que os ganhos cognitivos possam ser sentidos ou mensurados. Se por muito tempo a história ensina se pautou em processo miméticos, decorativos e pouco significativos (BITTENCOURT, 2005), hoje a quebra desse paradigma ainda é desafio.

Mesmo assim, o ensino de história na não anda dissonante de todo o processo de aprendizagem nas escolas brasileiras. As dificuldades perenes de leitura e escrita também permeiam os desafios de se ensinar história. Segundo os dados coletados pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), a taca de analfabetismo no Ceará passou de 19% em 2007 para 15% em 2010[1]. Essa taxa chegou a 13,6% em 2019 (0,3% menos que a região nordeste brasileira na mesma data), conforme os indicadores sociais do Ceará de 2019 (IPECE, 2021). Essa taxa tem o foco na população ente 6 à 14 anos, idade base para a permanência no Ensino Fundamental da Educação Básica. Esses indicadores

1 Ver o relatório publicado na Revista de Desenvolvimento do Ceará, - Ipece, Nº 01, outubro, 2010 em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2016/07/UMA_ANALISE_DO_ANALFABETISMO_FLUXO_E_DESEMPENHO_DOS_ESTUDANTES_DO_ENSINO_FUNDAMENTAL_NO_ESTADO_DO_CEARA_10.pdf

ainda apontam uma taxa populacional de Analfabetos Funcionais em 23% em pessoas de 15 anos ou mais. Diante desses dados podemos refletir sobre os desafios ligados tanto a leitura da língua nativa, quanto a leitura de mundo por meio das linguagens históricas.

O trabalho aqui apresentado, busca refletir sobre uma prática que surgiu em sala de aula, relacionando a construção do pensamento histórico e os estudos sobre a Revolução Francesa. Onde procuramos evidência a forma como estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental II construíam seus pensamentos sobre conceitos de segunda ordem e como eles percebiam a forma como sujeitos históricos, ligados ao Terceiro Estado francês, pensavam e agiam no século XVIII.

O aporte teórico que nos norteia é a Educação Histórica, que busca investigar as ideias históricas de estudantes, além de demonstrar a relevância do ensino na ciência histórica. Em resumo, esse campo do conhecimento é conceitualizado como o lugar onde:

> Os investigadores têm centrado a sua atenção nos princípios, tipologias e estratégias de aprendizagem histórica, sob o pressuposto de que a intervenção na qualidade das aprendizagens exige um conhecimento sistemático das idéias históricas dos alunos, por parte de quem ensina (e exige também um conhecimento das idéias históricas destes últimos) (BARCA, 2015, p. 15).

A Educação Histórica dialoga com outras áreas do conhecimento como Psicologia, Sociologia, Antropologia e Didática, buscando desenvolver e avaliar a construção de conceitos de Primeira Ordem (Conhecimento substantivo vinculado ao conteúdo ou tema estudado) e Segunda Ordem (conhecimentos inerentes a ciência histórica) na forma como os educandos elaboram suas explicações sobre o passado (FREITAS *Et. Al.*, 2020).

O que buscaremos demonstrar ao longo do texto é como uma atividade, sugerida pelo livro didático, pode contribuir para que professores de história investiguem e os níveis de consciência histórica de seus educandos. Ressignificando suas práticas e processos de compreensão dos temas e estudados e gradativamente consiga construir um espaço de aprendizado significativo e capaz de proporcionar a elaboração de explicações históricas que quebrem o paradigma tradicionalista e se torne reflexivo.

O LETRAMENTO HISTÓRICO E A EMPATIA HISTÓRICA.

Um dos conceitos que utilizamos na Educação Histórica é o que os portugueses chamam de *"Literácia Histórica"*, ou o "letramento histórico". Esse conceito está as competências de compreensão do passado por meio de fontes históricas. Trata-se da forma como os sujeitos se orientam em relação ao passado e constituem suas interpretações

sobre o não vivido, mas percebido por meio das informações que possui sobre o assunto ou tempo estudado (BARCA, 2006). Isabel Barca dialoga com Peter Lee (2001) que defende a possibilidade de progressões na forma como os sujeitos pensam história. Desta forma, compreensões mais simplistas, podem ser substituídas por modelos explicativos que permitam os educandos tanto a reflexão mais aprofundada de contextos históricos, como também formas de explicação particulares e articuladas com a ciência histórica.

A forma como educadores e educandos pensam a história, revelam diferentes níveis de "Consciência histórica". Esse conceito é o fio condutor do letramento histórico, pois busca relacionar a leitura de fontes e a interpretação traçada de processos históricos a forma como nossos alunos podem compreender e explicar diferentes temporalidades. Trata-se de um pensamento no qual há uma indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Para Jörn Rüsen, toda percepção da história, por mais simples que seja, revela o nível de consciência histórica do sujeito. Mesmo sendo um pensador do campo da teoria da história (RÜSEN,1992). Destaca que essa ciência tem um espaço de diálogo, que é a escola e a sua relação com o ensino da história (SHIMIDT *et al.*, 2010). Então, esse modelo de aprendizagem está vinculado aos usos públicos da história e à tentativa de mensurar o nível de consciência histórica dos sujeitos.

A consciência histórica é o fio condutor do letramento histórico, pois busca relacionar a leitura de fontes e a interpretação traçada de processos históricos a forma como nossos alunos podem compreender e explicar diferentes temporalidades. Trata-se de um pensamento no qual há uma indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Aqui relacionamos um outro campo do conhecimento que é a didática da história (RÜSEN, 2015), em uma de suas categorias. O autor defende que toda percepção da história, por mais simples que seja, revela o nível de consciência histórica do sujeito. Mesmo sendo um pensador do campo da teoria da história (RÜSEN,1992). Destaca que essa ciência tem um espaço de diálogo, que é a escola e a sua relação com o ensino da história (SHIMIDT *et al.*, 2010). Então, esse modelo de aprendizagem está vinculado aos usos públicos da história e à tentativa de mensurar o nível de consciência histórica dos sujeitos.

> Para Jörn Rüsen a consciência histórica pode ser definida como uma categoria que se relaciona a toda forma de pensamento histórico, através do qual os sujeitos possuem a experiência do passado e o interpretam como história (MARERA e SOUZA, 2013, p. 1070).

Trata-se das operações mentais das quais os sujeitos explicam suas experiências da evolução temporal no seu mundo (RÜSEN, 2010). Esse processo de consciência se torna importante, pois revela como pensamos e vivemos a história e como podemos criar diferentes

versões de um mesmo fato. Ele categoriza a consciência histórica em quatro tipos[2]:

Quadro 1 – Tipos de consciência histórica

Tradicional:	**Exemplar:**	**Crítica:**	**Genética:**
O tempo histórico é concebido como uma continuidade dos modelos de vida e cultura do passado.	As experiências do passado são casos que representam e personificam regras gerais da mudança no tempo e na conduta humana.	Produz pontos de vista históricos, por negação de outras posições antagônicas.	Explicações em diferentes pontos de vista podem ser aceitos já que se articulam em uma ampla perspectiva temporal, e a vida social é vista em toda sua complexidade.

Fonte: Rüsen (1992).

Cada tipo representa uma forma de se pensar a história e pode contribuir para que o professor, por meio da reflexão e do uso de fontes, possa compreender como seu aluno raciocina historicamente. Busca-se alcançar o nível de consciência histórica crítico-genética, alcançado quando o sujeito consegue interpretar diferentes explicações e a traça por meio de argumentos que visam perceber o tempo estudado de uma forma mais ampla. Não se trata de um processo composto por etapas lineares, pelo contrário, diferem formas de se pensar a história, partindo de uma percepção simples para compreensões mais complexas.

A forma como se relacionam com os sujeitos e fatos do passado está ligado a "Empatia Histórica". Esse conceito considera a forma como compreendemos e considerando as ligações entre as intenções, circunstâncias e ações dos sujeitos no tempo (LEE, 2003). Não se trata de assumir o lugar do sujeito no passado, mas sim de compreendê-lo diante das evidências que são postas para a sua análise.

A compreensão e a verbalização das percepções históricas se dão assim por meio das narrativas. É por elas que o professor de história sintetiza e organiza o saber ensinado e é por meio delas que o educando expressa seus aprendizados e pensamentos sobre o passado. Para Marília Gago (2016), as narrativas históricas são construídas pela interpretação intercruzada de diversos campos de referência e de carências de orientação. Essas explicações podem espalhar a consciência histórica de educando e educadores e nos apontar suas referências de construção cognitiva.

---

2 Essa tipologia é revisada por Rüsen em obras mais recentes. No livro Teoria da História: uma teoria da história como ciência (2015), apresenta o tipo crítico como um elemento presente na transição das dos tipos tradicional, exemplar e genético. A crítica assim seria uma ponte que levaria o sujeito a um modo de pensamento mais complexo e reflexivo, idealizando o tipo genético como o que apresenta uma visão histórica pautada no diálogo e interpretações de fontes de forma mais complexa e bem elaborada.

Ao se trabalhar a Revolução Francesa em sala de aula, propomos um debate em torno das concepções de revolução, direitos sociais, política, além da concepção que cada educando tem dos sujeitos envolvidos nesse processo histórico. Buscamos demonstrar que essas dimensões de percepção dos níveis de consciência histórica podem ser percebidas e mensuradas em todos os níveis e temas abordados na disciplina de história.

PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso que nos levou a esta investigação começa no segundo bimestre do ano de 2022, quando trabalhávamos com nossas turmas de 8º ano do Ensino Fundamental, em duas escolas públicas municipais de Fortaleza, Ceará, a temática Revolução Francesa. Algo que sempre nos incomodou era a dificuldade que nossos alunos apresentavam em construir explicações pessoais. Certo dia ao indagar sobre a origem da prática de resolver questionários, uma fala que permeou o diálogo foi que essas práticas vinham desde as séries iniciais do Ensino Fundamental. Isso demonstrou que desde o processo de alfabetização a prática de aplicação de questionário com respostas prontas permeavam a prática dos educadores em diversas disciplinas. Isso nos instigou a pensar o que poderia ser feito para quebrar com esse ciclo formativo e construir um novo processo de ensino e aprendizagem.

Adotamos assim uma pesquisa de caráter qualitativo, com a metodologia "reflexão-em-ação" (MOREIRA, 1995), que proporciona ao educador o processo de construção de significados sobre a ação docente em diálogo com ato de aprender discente. Para isso, foi pedido uma produção textual no gênero textual "carta". A inspiração para a atividade veio de uma questão presente no livro didático Historiar. Na página 64, questão 4, temos o seguinte enunciado:

> Agora vamos fazer um exercício de imaginação. Use a criatividade e imagine que você é membro do terceiro estado em plena França pré-revolucionária e que é possível dirigir-se ao rei por meio de uma correspondência. Escreva uma carta ao rei Luís XVI. O que você escreveria? (COTRIM e RODRIGUES, 2018, p. 64).

A atividade foi sugerida à quatro turmas do oitavo ano do Ensino Fundamental em Fortaleza, Ceará. Houve o recebimento médio de 90 atividades. Sugerimos uma escrita que tivesse um número médio de 15 linhas, tendo em vista as dificuldades já conhecidas de escrita. Isso nos permitiria construir uma análise sobre as concepções de Terceiro Estado e seus múltiplos sujeitos, para isso, os educandos deveriam constituir uma *persona* de sua preferência. Poderiam ser desde burgueses à camponeses. Assim deveriam construir uma carta em coerência com as características conhecidas do personagem.

A fundamentação de análise partiu as concepções de Jörn Rüsen (1992 e 2015) sobre os níveis de consciência histórica. Em associação a essa ideia, também nos baseamos no modelo das ideias dos alunos acerca da explicação histórica de Isabel Barca (2001). A autora apresenta cinco níveis: 1. A Estória (Modo descritivo ou explicativo restrito); 2. A explicação correta (Modo explicativo restritivo ou pleno - senso comum); 3. Quanto mais factores melhor (Modo explicativo pleno. Distinguem fontes e explicações, sem confundir conceitos de explicação e evidência); 4. Uma explicação consensual? (Modo explicativo pleno. A evidência - por meio das fontes - é encarada como verificação da verdade da explicação.); Perspectiva (Modo explicativo pleno, em narrativa normalmente elaborada [...] indica concepções de neutralidade perspectivada, já não em contornos positivistas.). O modelo de Barca também pressupõe explicações que partem de uma concepção tradicionalista e podem chegar a modelos de pensamento mais complexos, comparando diferentes pontos de vista.

ASSIM O POVO CLAMAVA!

Com base no modelo de ideia dos alunos de Isabel Barca (2001), podemos compreender que os alunos, dentro de suas concepções e estágios formativos diferentes, conseguiram desenvolver a estrutura mínima solicitada, ainda que as noções sobre tenham aparecido de forma bem diversa.

De modo geral, os alunos buscaram apresentar um descontentamento com a situação social francesa no fim do Antigo regime. O anseio por mudanças sociais e os pedidos de ajuda à Luís XVI são narrativas bem comuns ao longo da atividade. Para a análise deste texto, traremos dois exemplos dos materiais produzidos.

O aluno R., de 14 anos, demonstra tais aspectos ao longo de sua carta:

> França, Paris.
> À Vossa Excelência, Rei Luís XVI,
> [...] Senhor, a Sua Alteza já deve ter percebido a agitação do povo da França sobre as atuais condições da nossa amada noção, e representando o Terceiro Estado, sabemos que o senhor não envolvido nas acusações de corrupção referentes a nobreza, mas, pedimos humildemente que o senhor intervenha e que verifique as contas e dívidas da nobreza para as outras nações e o povo.
> Gostaria de alertá-lo também sobre o incontentamento (descontentamento) do povo para com o sistema aristocrata, [...] mas isso pode ser visto como uma injustiça, pois não teve a chance de escolher seu representante [...] tenho certeza que houvesse como o povo escolher, escolheria o Senhor e isso melhoraria a visão que todos tem do Senhor.

Compreendemos esta narrativa como inserida no nível 3: quanto mais factores melhor, tendo em vista que o autor se articula com elementos explicativos, mostrando

evidências do contexto estudado e se utilizando de critérios de agregação de fatores. Ele articula pontos da Revolução Francesa com um certo descontentamento por um contexto de corrupção, mais semelhante à política Brasileira. Demonstra assim um entendimento e uma articulação com o passado, mas que ainda traz elementos do tempo presente.

Já a aluna G., de 14 anos, traz um tom mais alarmante a sua escrita, evidenciando uma série de problemas sociais vivenciados pelo Terceiro Estado.

> Paris, 28 de novembro de 1876.
> Vossa excelência, rei Luís XVI,
> A FRANÇA ESTÁ UM CAOS!
> [...] a vossa majestade já deve ter percebido toda a agitação do povo por conta de nossas atuais condições.
> Falo isso como representante do Terceiro Estado; nós sabemos que a vossa majestade não está evoluindo nessas acusações de corrupção envolvendo a majestade, mas irei admitir que todos nós ficamos cheios de ira ao vermos toda a ostentação da nobreza mesmo nas condições que está no nosso país.
> Por isso, pedimos inefavelmente que a vossa majestade revise a injustiça que está ocorrendo entre os estados diante dos olhos de todos. Muitos não conseguem empregos, e os que tem, não conseguem nem mesmo sustentar suas famílias.
> Venho por meio desta carta implorar para que a vossa majestade pense no futuro da nação e por favor, pense nas pessoas que sustentam o primeiro e segundo estado, por favor, lembre de nós.
> Respeitosamente, um mero plebeu.

O texto de G., já se articula a construção de uma Persona, a identificação de um sujeito ligado aos trabalhadores franceses do século XVIII. Sua escrita nos parece mais articulada com uma noção Perspectivada da história, já que a aluna constrói uma narrativa onde o contexto social é sempre articulado com uma série de sentimentos como a ira, a tristeza e a esperança de ser ouvida e atendida pelo rei. Trata-se de uma tentativa real de explicar um processo histórico, buscando uma narrativa neutra, empática e com elementos assertivos em relação aqui que foi vivido.

CONCLUSÃO

A relação de escrita perpassa por dificuldades que ainda persistem do processo de alfabetização e letramento. Principalmente a elaboração de narrativas coerentes. Orientamos a elaboração das narrativas em diálogo com o gênero textual carta, solicitando que os alunos constituíssem dados ligados ao tempo estudado (séc. XVIII).

De forma geral, assim como demonstrado nos relatos, há uma conexão entre sujeitos do Terceiro Estado (como foi orientado) e assuntos sociais atuais. Temas como corrupção

e insatisfação social são corriqueiros nas narrativas. Entre os modos de pensamento identificamos uma relação bem diversa, principalmente quando relacionamos as categorias propostas por Barca (2001).

Respostas relacionadas a um modo descritivo ou explicativo restrito. Há indicações de referências à revolução, ainda que anacrônicos. Porém, já encontramos modos de explicação pleno, onde a compreensão sobre as características de sujeitos históricos como burgueses, Sans Culottes e camponeses, são descritos de forma mais clara. Percebemos um grande ganho na percepção docente sobre a forma como os alunos pensam e manifestam suas explicações históricas.

REFERÊNCIAS

BARCA, I. Concepções de adolescentes sobre múltiplas explicações em História. In: BARCA, I. (Org.) Perspectivas em educação histórica. **Actas das Primeiras Jornadas Internacionais de Educação Histórica**. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2001. p.29-44.

BARCA, I. Educação Histórica: uma nova área de investigação? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DE ENSINO DE HISTÓRIA, 6. 2005, Londrina. **VI Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História**. Londrina: Atrito Art, 2005, p. 15– 25.

BARCA, I. Literacia e consciência histórica. **Educar em Revista**. p. 93-112, mar. 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/5545/4059>. Acesso em: 27 out. 2019.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de história:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.

COTRIM, G.; RODRIGUES, J. **Historiar, 8º:** ensino fundamental, anos finais. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

FREITAS, I. P. T. D. DE; AGUIAR, E. P. Conceito de Segunda Ordem: O diálogo com o passado pelos alunos do Ensino Médio. **Cenas Educacionais**, v. 3, p. e8618, 16 maio 2020. Disponível em: < https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/8618>. Acesso em: 14 ago 2022.

GAGO, M. Consciência Histórica e narrativa no ensino da História: Lições da História…? Ideias de professores e alunos de Portugal. **Revista História Hoje**, v. 5, nº 9, p. 76-93, 2016. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/239/167>. Acesso em: 15 ago. 2022.

IPECE. **Indicadores Sociais do Ceará:** 2019. Fortaleza – Ceará: IPECE, 2021.

LEE, P. Progressão da compreensão dos alunos em história. In: BARCA, I. (Org.)

Perspectivas em educação histórica. **Actas das Primeiras Jornadas Internacionais de Educação Histórica.** Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2001. p.13-27.

LEE, P. “Nós fabricamos carros e eles tinham que andar a pé”: Compreensão da vida no passado. In: BARCA, I. (Org.) Perspectivas em educação histórica. **Actas das Segundas Jornadas Internacionais de Educação Histórica.** Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2003. p.9-36.

MOREIRA, A. F. O currículo como política cultural e a formação docente. In: SILVA, T. T.; MOREIRA, A. F. (Org.) **Territórios contestados:** o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995.

RÜSEN, J. El desarrollo de la competencia narrativa em el aprendiaje histórico. Una hipótesis ontogenética relativa a la conciencia moral. **Revista Propuesta Educativa**, Buenos Aires, Ano 4, n. 7, p. 27-36. oct. 1992.

RÜSEN, J. **Razão histórica:** teoria da história: fundamentos da ciência histórica. 1ª reimpressão. Brasília: Editora UNB, 2010.

RÜSEN, J. **Teoria da História:** uma teoria da história como ciência. Coritiba: Editora UFPR, 2015.

POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÕES DE NARRATIVAS DO MOVIMENTO CAMPONÊS EM SALA DE AULA

Paulo Roberto Francisco de Lima

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre as possibilidades de abordagens de práticas e saberes referentes ao ensino de História, tecendo relações entre teoria e prática de ensino, no tocante aos saberes históricos trazidos pelos estudantes para sala de aula sobre as lutas camponesas vivenciadas historicamente na cidade de Sapé/PB[1]. A partir daí é possível pensarmos em possibilidades de construções de narrativas do movimento camponês a partir da sala de aula mediante a transmissão oral. O Ensino de História é sinônimo de transformação, de autoafirmação, de reconhecimento de si e do outro. Dialogamos com as categorias de apropriação a partir de Roger Chartier (2002), de experiência Jorge Larrosa (2016), de sensibilidades Sandra Pesavento (2012) e de material didático Circe Bittencourt (2009). O estudo da história local em uma escola da zona rural se faz importante para entender como o Ensino de História pode ser capaz de construir uma identidade campesina de resistência.

Palavras-Chave: Ensino de História. História Local. Ligas Camponesas.

Atualmente as sociedades contemporâneas tem buscado compreender a importância das memórias para dar sentido a suas realidades e percepções. Perceber essas realidades a partir dessas narrativas tem sido um dos objetivos daqueles que se preocupam com o tema sobre as Ligas Camponesas. Trazer à tona outras histórias e memórias que ficaram apagadas pelas histórias oficiais que foram escritas ao longo dos anos é uma possibilidade de recuperar o sentimento de luta e de um futuro melhor que motivavam os trabalhadores e trabalhadoras do campo. Para Benjamin (2012, pag. 16) o sujeito do conhecimento histórico é a própria classe lutadora e oprimida. Devemos romper com a ideia de uma

1 O Município de Sapé está localizado na Região Geográfica Imediata de João Pessoa. Situado na Zona da Mata Paraibana, com uma área territorial de 316 km², sua população é de aproximadamente 52 443 habitantes conforme estimativas do IBGE de 2018. Está a 42 km de João Pessoa. É conhecida como a cidade do abacaxi, por ser um exportador do produto na região. No tocante ao tema das Ligas Camponesas Sapé é referência, pois há um forte sentimento de luta e resistência herdados do período em que a liga de Sapé esteve ativa, liderada pelos camponeses João Pedro Teixeira e sua esposa Elizabeth Teixeira. Um pouco de suas histórias podem ser conhecidas através do documentário "Cabra Marcado para Morrer de 1984". As reflexões feitas para a construção desse artigo foram possíveis através da prática obtida entre os anos de 2017 a 2022, a partir de atividades e participação dos pais e responsáveis na Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Luiz José Gonçalo, em Inhauá, um distrito que faz divisa com as cidades de Cuité de Mamanguape, Capim e Mari. Localizado na Zona Rural de Sapé-PB a aproximadamente 65 Km de João Pessoa.

história contada e herdada da classe dominante e a partir disso não reproduzi-la.

Quando rompemos com a ideia de histórias contadas a partir dos vencedores, temos a oportunidade de ouvir, e com isso surgem possibilidades de trabalhar com memórias na concepção do coletivo, passamos a colher experiências no mundo em que as vivências individuais se tornaram muito presentes, fato esse que nos levará a pensar em um distanciamento com passado, quando não o enxergamos e não conseguimos fazer ligações com ele em nosso presente.

A troca de experiências nos dias atuais está cada vez mais distante entre os indivíduos, a partir do momento em que a sociedade os condiciona a viver muitas vezes isolados, trazer essas memórias e reviver um passado que nos parece morto, que foi esquecido pelas histórias oficiais, pois "onde há experiências no sentido estrito do termo entram em conjunção a memória, certos conteúdos do passado individual com outros do passado coletivo" (Benjamim, 1989b, p.107, apud D'Angelo, 2006, p. 34).

Partimos do pressuposto de que memória é uma construção, embora não seja uma construção do passado, a elaboração da memória se dá no presente, construída no momento, respondendo e atendendo as solicitações do presente, a todo o momento a memória precisa estar sendo atuante no agora, tornando possível o diálogo entre as relações de passado e presente, é um processo continuo de construção e reconstrução, que vai mudando com o passar do tempo.

> "A memória torna as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados. Ao trazer o passado até o presente, recria o passado, ao mesmo tempo em que o projeta no futuro; graças a essa capacidade da memória de transitar livremente entre os diversos tempos, é que o passado se torna verdadeiramente passado, e o futuro, futuro". (AMADO, 1995, p.132)

É um exercício de narrar memórias e conferir-lhes significados onde recorremos as nossas experiências e a experiências de outros. Passamos a trabalhar com a subjetividade das pessoas e essas subjetividades nos faz pensar nas representações, construção do social, dos valores culturais pautados em uma experiência social coletiva, a partir de operações ideológicas, narrativas que são contadas e recontadas, para nós e para os outros, fazendo-nos pensar no que fomos, o que somos e no que gostaríamos de ser, nos apresenta como algo que nos fortalece, libertador.

As experiências percebidas diante dessas narrativas partem dessa consciência social, de como os indivíduos se percebem e enxergam o outro diante do ser social, dos valores culturais, da vida material e a forma como percebem o mundo e isso é determinante para a construção dessa consciência social. Não podermos perder a capacidade de narrar,

pois isso levará a um esvaziamento de experiências para outras gerações. Experiências essas que podem ser rememoradas, compartilhadas e refletidas. Capazes de permanecer para além do vivido. Essa prática pode ser vista como um processo de aprendizagem em que os indivíduos vão traduzindo os elementos que se relacionam como o conhecimento que foi adquirido ao longo do tempo.

Quando trazemos essas memórias para as salas de aula, em especial para as aulas de História, passamos a analisar o que foi vivenciado, as experiências de cada um que serão compartilhadas chegando de forma coletiva aos estudantes, com isso teremos a junção desses saberes, e essas junções poderão significar mudanças que vão dando sentido a construção da aprendizagem e consciência de identidade e de pertencimento diante do ensino de História. "Recordar a própria vida é fundamental para nosso sentimento de identidade" (THOMPSON, 2002, p. 208).

Quando falamos em uma memória identitária a partir do indivíduo estamos nos referindo a sua capacidade de conexão com a memória de um grupo, o que chamamos de memória coletiva, pois o individuo diante de suas relações e reflexões não parte do seu próprio referencial, existe toda uma aproximação dialógica com outros indivíduos e realidades.

Esse coletivismo é entendido pelos estudantes quando começam a compreender o papel da memória dentro da sala de aula, através das interações entre os grupos ao realizarem o exercício de rememorar, seja entre colegas de sala ou com pessoas mais velhas, com isso, esses estudantes passam a compreender fatos e acontecimentos, o que passa a ser imaginado por outros indivíduos, mesmo que tenham ouvido a narrativa de uma experiência individual, mas que foi compartilhada e por isso torna-se de caráter coletivo dentro da sociedade.

Não é a toda hora e em todo lugar que percebemos a presença das ligas camponesas entre as pessoas na cidade, a vida mudou bastante. Muitas pessoas da zona rural passaram a viver e trabalhar na zona urbana, onde a modernidade passou a vigorar e a cada dia tem chegado mais próximo daqueles que ainda vivem no campo. As histórias passam por um processo de apagamento provocado por essas mudanças e esse novo modo de lidar com as situações do cotidiano dentro da cidade tem promovido esse esquecimento.

A correria do dia, dia não permite que algumas pessoas possam sentar em um final de tarde para conversar em suas calçadas, além disso, o ambiente mudou muito, próximo as casas foram construídas grandes avenidas por onde passam pedestres e carros a todo o momento o que tornou as calçadas um lugar apenas de passagem, distanciando as pessoas de poderem bater um bom papo, de contar suas histórias de Troncoso, avivar uma lembrança, às vezes tirando delas a possibilidade de rememorar histórias e narrá-

las. O ritmo em que a modernidade chegou acelerou o tempo e a vida das pessoas, até a quantidade de informações que recebemos tem feito com que as gerações se distanciem.

Mesmo que essas histórias tenham passado por um processo de apagamento ainda encontramos histórias que são narradas sobre as ligas e que estão presentes na vida das pessoas em partes da cidade, no sitio, nas escolas, não como antes e nem sempre fazem sentido para aqueles que ouvem. E essa historicidade precisa ser preservada para que mais na frente possam ser recontadas, porém isso, está se tornando cada vez mais raro entre elas, as histórias não estão sendo conservadas, e por mais que não tenhamos trabalhadores do campo como os trabalhadores que viveram durante o período das ligas, nós ainda temos pessoas que ainda vivem da terra, esses juntos a seus filhos precisam sempre está se relacionando com essas narrativas, afinal nossos jovens possuem uma memória curta, e as experiências não são mais passadas de pai para filhos.

Partimos da ideia, da importância de ouvir as experiências vividas por aqueles que estiveram mais próximos do movimento ou de grandes figuras que fizeram parte da luta campesina, isso faz parte da educação e precisa ser recíproco. E precisamos nos preocupar com isso. Segundo D'angelo, para Benjamim,

> "a educação verdadeira é a que envolve reciprocidade, mesmo, ou talvez sobretudo, quando se trata de idades e culturas diferentes. O distanciamento entre as gerações em nossa época faz parte de um processo histórico de empobrecimento da experiência humana[...]" (D'ANGELO, 2006, p.34)

Contar histórias sempre foi a arte de conta-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. (BENJAMIN, 2011, p.204). Precisamos ficar atentos diante dessa luta entre memória e esse processo de esquecimento entre gerações. Quanto mais se aproximarem, mais possibilidades surgirão para darem sentido às questões do campo que ainda são percebidas e sentidas; as dificuldades, a falta de oportunidade, os motivos que levam as pessoas a irem buscá-las na cidade. É essencial perceberem que os povos do campo não devem reproduzir uma história contada pelos vencedores, devem perceber naquilo que geralmente foi rejeitado, o que foi resto, os costumes, os detalhes, as pequenas coisas, precisam ser vistos como importantes, significar o que para as histórias oficiais foi insignificante.

Ao trabalhar a história local, em particular do homem e da mulher do campo, as histórias contadas pelos trabalhadores e apropriadas pelos estudantes como parte integrante de sua cultura, à medida que trata das vivências dessa população que não se imagina como parte integrante da produção do saber histórico produzido na academia, percebemos a necessidade de investir cada vez mais na história de homens e mulheres

que a história tratou de relegar o silêncio.

As memórias trazidas pelos pais e responsáveis dos estudantes precisam estar vivas entre a comunidade pois elas nos darão a possibilidade de acesso ao conhecimento que eles possuem sobre a causa campesina e estabelecer correspondências em tempos distintos, tendo em vista que muitos deles mesmo aqueles que não tiveram a oportunidade de estudar, conhecem as histórias de lutas e resistências no campo a partir do que seus pais e avós contaram ao terem vivido mais próximo do movimento, e o mesmo acontece com os discentes quando ouvem de seus familiares mais velhos, também devemos considerar a fala dos pais que tiveram oportunidade de estudar, diante do que ouviram e do acesso que tiveram as informações sobre o movimento no período em que foram estudantes, afinal muitos professores passaram em sua trajetória escolar e deixaram resultados diante de sua prática de ensino, através de suas discussões e atividades.

E assim teremos oportunidade de fazer um contra ponto entre as histórias oficiais e essas que sempre estiveram presentes no cotidiano dessas pessoas através da oralidade e que chegam às salas de aulas nos dias de hoje através dos estudantes e da comunidade. Levando-nos a construir e perceber as relações existentes entre o ensino de História e prática de ensino, que a cada dia nos renova, nos possibilita construir, buscar metodologias envolventes para o ensino dos estudantes, capazes de dialogar e dar importância aos saberes que estão ao redor da escola, trata-se de pensar o individuo de forma global capaz de se relacionar com diversos eventos.

A partir dessas rememorações buscamos as sensibilidades, assim como o sentimento de apropriação contido em suas falas, tentando perceber o que permanece o que é possível concluir sobre a vida campesina do passado, sobre a lida com a terra, as técnicas de plantação e cultivo, enfim, as transformações acorridas ao longo do tempo, tendo em vista que muitos deles vivem da pequena agricultura, assim como, também viver a modernidade que os possibilitou a empreender acompanhando os processos de transformações, modernização e políticos que estão acessíveis ao campo, que permitem essas memórias.

Partimos da ideia de que os saberes e histórias contadas pelos pais possuem seu valor e não devem ser descartados, excluídos, assim como propõe o pensamento eurocêntrico que vive uma luta incessante para continuar silenciando os saberes dos subalternos. Saberes esses que possibilitam o cruzamento entre o tradicional e o moderno, proporcionando relações sociais entre os sujeitos, deixando de lado aquela ideia de que o oprimido que diante das relações de poder está sendo inferiorizado, precisa pensar do lugar de onde está, o de subalterno, isso precisa ser superado.

A partir dessas memórias pretendemos ouvir e confrontar versões, perceber que os pais possuem visões diferentes sobre as lutas campesinas, e que também foram influenciados por histórias contadas por outras pessoas, fazer um contra ponto entre as histórias oficiais e essas que sempre estiveram presentes no cotidiano dessas pessoas através da oralidade e que chegam as salas de aulas através dos estudantes e comunidade, tendo a possibilidade de identificar até que ponto esses estudantes são influenciados pelas versões que ouvem, se as reproduzem ou não, e quais olhares e concepções sobre o mundo que os cercam eles possam vir a ter, e se até mesmo discordam de motivações e ações que caracterizaram a luta campesina em seu momento de maior fervor, além de inquietações que possam surgir.

Para isso vemos nas rodas de conversa uma oportunidade nos depararmos com cenários e visões distintas, afinal nessas histórias existem lados e como nos propomos analisa-las não podemos desprezar o que será rememorado e dito. Até porque nosso objetivo é proporcionar o dialogo entre essas gerações, em que os estudantes poderão estar na condição de filhos ou netos. Construindo e reconstruindo narrativas.

Ao vivenciar a experiência de ouvir e sentir as histórias trazidas pelos estudantes em sala de aula nos sentimos afetados, como propõe Jorge Larrosa (2016). Paramos para refletir em como sujeito da experiência, é possível contribuir para a formação deles. Entendemos que se faz necessário uma intermediação para que os discentes pudessem e a partir daquilo que era contado em sala de aula, problematizar as vivências, construir uma história viva, dinâmica e responsável por fazê-los aprender a partir daquilo que traziam consigo: as narrativas de luta e o desejo de um mundo campesino melhor.

Nesse sentido, as experiências de vida contadas contribuíram para aguçar uma sensibilidade que promovia a alteridade, por *experiência*, entendemos ser aquilo que nos toca, que nos afeta, que requer atenção para olhar, para escutar, para refletir, requer um gesto de interrupção, de atenção, como sugeriu Jorge Larrosa (2016). Nesse sentido precisamos estar atentos para que a história local não perca o contato com realidades mais distantes e abrangentes e nos possibilite realizar o diálogo, conexões, por exemplo, entre o urbano e o rural, até mesmo entre as técnicas mais primitivas de plantio e o uso de tecnologias.

Buscamos nas *sensibilidades*, como indicou os escritos de Sandra Pesavento (2007) as formas de percepção e compreensão do mundo a partir de cada indivíduo. Partimos sempre do princípio que as sensibilidades “escavam destinos, exuma afetos, mas sempre para reinseri-los em conjuntos significativos mais vastos” (GRUZISNKI, 2007, p. 07-08).

Por *apropriação*, entendemos ser a realização de interpretações remetidas pelas

determinações sociais, institucionais e culturais inscritas nas práticas específicas que as produzem, "práticas que, pluralmente, contraditoriamente dão significado ao mundo" (CHARTIER, 1988, p. 27). Assim, ao permitirmos que nossos estudantes tragam as vivências familiares de luta em defesa do homem do campo, percebemos a realização da apropriação das emoções que giram em torno do direito, da luta e da resistência. Possibilitando fazer dessas vivências uma oportunidade de se conectar a histórias mais abrangentes, que podem ser colocadas em diálogos com outras temporalidades e lugares, como o ensino de História pode suscitar dentro e fora da escola.

Comungamos com a máxima de que "tudo é história", pois nos autoriza a pensar que todos os registros produzidos por homens e mulheres num dado tempo, pode servir de fonte histórica. Os materiais didáticos produzidos para discutir o tema da história local e sobre a luta do homem do campo em sala de aula nos ajudaram a pensar nessas construções de nativas. Dessa forma, precisamos nos apoiar na definição de *material didático* elaborado pela professora Circe Bittencourt (2009): "são instrumentos de trabalho do professor e dos alunos, suportes fundamentais na mediação entre ensino e a aprendizagem".

Os materiais produzidos em sala de aula pelos discentes passam a ter uma intenção didática, almejando atingir um público mais amplo ultrapassando os muros da escola. Essas atividades exigem dos estudantes reflexão e crítica e os resultados são percebidos em forma de discursos escritos e/ou imagéticos sobre as afetividades e percepções. Nessas tarefas estão descritas de alguma forma o entendimento dos estudantes, a forma como imaginam e subjetivam um dado conteúdo ou tema nesse caso a vida do homem do campo a partir do tema ligas camponesas. Essas atividades são, em nosso entendimento, uma forma de perceber a subjetivação dos discentes, de como eles se percebem diante das histórias contadas através de um texto produzido, um desenho, uma encenação teatral, das sensibilidades de indignação, de medo, de luta, de resistência, dentre outros.

Através dessas atividades buscamos tornar presente, a partir do entendimento que os estudantes tiveram diante do que ouvem, de suas pesquisas, leituras e reflexões, de como poderia ter sido a vida do homem no campo em outras épocas. É pensar a partir do que disse Roger Chartier em sua sobre História Cultural, que tem como objetivo "identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler" (Chartier, 1990: p.17).

Com isso é possível que esses estudantes pensem de forma coletiva, em que cada um possa dar sugestões, respeitando o que foi percebido no individual, tendo em vista que eles poderão ter percepções distintas, mas que há essa possibilidade do coletivo de pensar o social, de dar ideias de como poderia ter sido ou até mesmo de como gostariam

que fosse. Como propõe Chartier o conceito de representação nos sugere:

> [...] a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção ao radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. (Chartier, 1990: p.20)

O que precisa parecer claro para os estudantes é que essas representações não irão retratar tal como foi o fato acontecido, embora possa haver semelhanças. Eles precisarão entender que diante dos materiais que utilizaram nas pesquisas, foi possível pensar e construir uma memória, assim como, ao ouvir uma história essa memória também poderá ser representada. Na atividade proposta os estudantes trouxeram também para essa representação uma visão alegre para o homem do campo, percebemos isso nas cores das vestimentas, na maquiagem feita, nos objetos utilizados, assim como na forma em que os personagens foram apresentados.

Com essas atividades somos inseridos em um constante processo de ensinar e aprender, que nos torna capazes de conhecer e reconhecer, possível quando existem relações coletivas entre docentes e discentes junto a uma comunidade participativa e humanizada, preocupada e engajada na educação de seus filhos, “a educação acontece na relação cognoscente entre educadores e educandos, sempre mediatizados pela realidade a ser conhecida e transformada” (FREIRE,1987, p. 25, apud SAPÉ, 2022, p.8).

Aprendemos a fazer “leituras sobre o mundo, a qual nos apegamos” e a respeitar outras “leituras de mundo”, afinal os estudantes ao mesmo tempo em que conhecem e aprendem, nos ensinam. E eles têm sede de aprendizado, de estudar e conhecer sobre situações pelas quais o país está passando e os impactos que essas questões que podem estar ligadas a economia, política, a questões históricas e geográficas podem ocasionar e interferir em suas vidas. Manter a escola viva e trabalhando é proporcionar a eles essas oportunidades e a todo o momento devemos estar problematizando diante das questões e dos objetos de conhecimentos e não meramente apresentá-los. Portanto, fortalece ainda mais a nossa percepção de que o ambiente escolar é um ambiente riquíssimo de pesquisa e de construções de narrativas.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. O Grande Mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**. São Paulo, n.14, 1995, p. 125-136.

BENJAMIN, Walter. **O Narrador**. In: BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, Arte e Política

- ensaios sobre literatura e história da cultura, 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. **O Anjo da História**; org. e tradução de João Barrento, - 2ª ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BENJAMIN, Walter. Rua de mão única. **Obras Escolhidas**. Vol II. Trad. Rubens Rodrigues Torres e José Carlos M. Barbosa. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1987.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**. Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2009.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. 2°ed. Difusão Editorial, 2002.

D'ANGELO, Martha. **Arte, política e educação em Walter Benjamin**. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

FREIRE, Paulo. ***Pedagogia do Oprimido***.17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

GALZERANI, M. C. B. **Memória Tempo e História***:* perspectivas teórico-metodológicas para pesquisa em ensino de história. Cadernos do CEOM (UNOESC), v. 28, p. 15-30, 2008.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração***:* ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo, Editora 34, 2014.

GRUZINSKI, Serge. Por uma história das sensibilidades. PESANVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frádérique. **Sensibilidade na história***:* memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 7-8.

LARROSA, Jorge. **Tremores**. Escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESANVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frádérique. **Sensibilidade na história***:* memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 9-22.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SAPÉ. **Diretrizes Pedagógicas para Organização do Currículo das Escolas do Campo do Município de Sapé**. UFPB – Universidade federal da Paraíba e SEDCET – Secretaria de Educação Cultura Esporte e Turismo, 2022.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON. P. **A voz do passado***:* História oral 3. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 2002.

O CONHECIMENTO PRÉVIO E APRENDIZAGEM HISTÓRICA ATRAVÉS DAS HQS: PROTAGONIZANDO MULHERES E CONSTRUINDO SABERES

Rosiane Ferreira da Silva[1]

RESUMO

O artigo tem como objetivo apresentar a HQ Matilda como proposta de material paradidático, a fim de dar suporte ao livro didático. A HQ foi criada dentro do ProfHistória entre 2020 e 2022 juntamente com outras três HQ's, com o intuito de protagonizar e evidenciar as mulheres dentro das narrativas históricas a partir das aulas de História. Por meio delas, atrelamos uma discussão sobre os conceitos de conhecimento prévio e aprendizagem histórica em diálogo com Bittencourt, Paulo Freire e Vygotsky.

Palavras-Chave: História em Quadrinhos, Ensino de História, Mulheres, Conhecimento histórico.

INTRODUÇÃO

A HQ Matilda é uma das quatro histórias em quadrinhos que nasceram dentro do ProfHistória entre o período 2020-2022. A dissertação[2] de mestrado teve como foco evidenciar os protagonismos feminismos ao longo do século XX no Brasil que culminou com a criação de quatro HQ's para que sirvam de suporte ao livro didático de História (LDH).

O trabalho desenvolvido nasceu na sala de aula em 2020, a partir de duas escolas municipais de Bayeux junto à análise do LDH[3] utilizado pelas duas. Antes da pandemia do Covid-19, estava sendo abordada a situação precária que as mulheres operárias enfrentavam no chão da fábrica durante a Revolução Industrial, em uma turma de 8° ano, e alguns estudantes fizeram comentários depreciativos como "a mulher não precisa trabalhar" "quem deve trabalhar para sustentar a casa é o homem" etc.

A partir dessa experiência me pus a pensar em como eu, enquanto professora, poderia intervir nesta realidade, a fim de entender como os/as estudantes imaginam as

1 Mestra em Ensino de História. Universidade Federal da Paraíba. Email: rosianesilva280@gmail.com

2 Dissertação disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/23131

3 Livro Didático de História.

mulheres e o papel social assumido por elas na atualidade. Ao observar o livro do 9°[4] ano utilizado pelas escolas de Bayeux e pude perceber que há uma sub-representação das mulheres no LDH. Ou seja, algumas figuras e protagonismos femininos até aparecem no livro, porém, não são suficientes para que o/a professor/a junto com os/as estudantes possam amplificar e produzir saberes sobre as atuações femininas no século XX em sala de aula. Adiante, segue a análise feita do LDH, estruturada em tabela distribuída em categorias e observações iniciais:

Tabela 1: Análise do livro didático: "Estudar História: das origens do homem à era digital"

Categoria	Conteúdos	Páginas
Conteúdo Principal	Mulheres operárias	**32**
	Mulheres e a Greve geral (1917)	**33**
	Mulheres em tempo de guerra	**55**
	O voto feminino	**127**
	Emancipação feminina (1960)	**240**
	Governo Dilma	**290**
	A situação da mulher no Brasil	**294**
Fotos	Maria Bonita	**20**
	Baianas	**26-27**
	Pintura de Anita Malfatti	**34**
	Soldaderas da Revolução mexicana	**73**
	Olga Benário	**130**
	Dirsinha Batista	**136**
	Eva Perón	**139**
	Ex-combatente vietcongue	**154**
Saiba Mais	Mulheres anarquistas em SP	**33**
	Protagonismo feminino na revolução russa	**70**
Observações: ▪ Os conteúdos pertencentes à categoria "conteúdo principal" não aparecem como um conteúdo único, mas interligado com um contexto de nível macro. ▪ O conteúdo "mulheres operárias" aparece apenas como um parágrafo no conteúdo principal. ▪ O conteúdo "emancipação feminina" é tratado a nível mundial, não nacional. ▪ A maior parte das fotos apresenta mulheres vinculadas ao tema do conteúdo principal, mas quase sempre o conteúdo principal não se relaciona com as mulheres que estão nas fotos, o que lhes dá um caráter apenas ilustrativo. ▪ A categoria "Saiba Mais" se apresenta entre textos do conteúdo principal, como um boxe, apresentando informações adicionais.		

Fonte: Elaborado pela autora, (2022) a partir da análise dos conteúdos do LDH: BRAICK, P. R.; BARRETO, A., (2018).

4 Foi escolhido o livro do 9° ano por ele abordar o contexto do Brasil República que se dá no século XX e também por neste século ocorrer alguns acontecimentos de grande importância para a história das mulheres, como a conquista do voto feminino, criação do Estatuto da Mulher Casada, a lei do Divórcio, etc.

A partir desta análise, da sistematização das informações e das observações feitas, foi constatado que as narrativas históricas não evidenciam os feitos e as mulheres de modo aprofundado. A sub-representação das mulheres no LDH implica, primeiramente, no pouco conhecimento adquirido pelos/as estudantes sobre as diversas atuações femininas durante o século XX no Brasil, já que o LDH analisado é do 9° ano e ele aborda conteúdos que vão desde o início da industrialização brasileira até os dias atuais.

Além disso, a sub-representação das mulheres no LDH utilizado pelos/as estudantes se tornou insuficiente para que houvesse uma complexificação do saber prévio dos discentes. Se eles não têm acesso a um conhecimento histórico que evidencie as ações de mulheres no passado, provavelmente não haverá a amplificação e mudança do conhecimento prévio.

Desta maneira, como proposta para suplementar o LDH com abordagens que evidenciam a atuação das mulheres no século XX no Brasil, foi criada a HQ Matilda, que se relaciona com o conteúdo do início da industrialização brasileira. Mas antes, faremos uma discussão sobre conhecimento prévio e aprendizagem histórica.

CONHECIMENTO PRÉVIO E APRENDIZAGEM HISTÓRICA

É bastante relevante discutir sobre os conceitos de conhecimento prévio e aprendizagem histórica quando se trabalha com HQ em sala de aula, pois ela permite uma aproximação entre o que se sabe previamente e o conhecimento histórico, proporcionando ao/à estudante a oportunidade de construir uma aprendizagem histórica a partir de sua própria realidade, de seu próprio saber de mundo.

Levando em consideração o que Paulo Freire (2019) salienta em *Pedagogia do Oprimido*, passamos a entender que o saber de mundo, que chamamos de conhecimento prévio neste trabalho, precisa ser considerado dentro da sala de aula. Assim, quando o/a aluno/a entra em contato com o conhecimento histórico, o seu saber prévio tende a ser amplificado e complexificado. E por conhecimento prévio, Silva (2022), entende que ele:

> (...) corresponde ao saber existente desde antes da entrada à escola, pois é um saber que se constrói a partir das experiências vivenciadas a partir do meio em que se convive, das relações com as pessoas ao redor, da forma como o ser humano alicerça o modo como entende o mundo e os sentidos que atribuímos a ele (SILVA, 2022, p. 20).

É este saber carregado de experiências que revela o modo como o/a estudante enxerga o mundo e a forma como as relações humanas se constituem. É também a partir deste saber que percebemos como as mulheres são imaginadas e compreendidas pelos/

as discentes. A vinculação do conhecimento prévio com o conhecimento histórico causa rupturas e mudanças e, pode proporcionar uma aprendizagem histórica acerca da história das mulheres e suas atuações do século XX. E por aprendizagem histórica, Silva (2022) afirma que ela é:

> (...) o processo que amplifica o saber já existente, ou seja, o conhecimento prévio, através da imersão ao conhecimento histórico. O contato com os saberes de eventos passados pode provocar desconstruções de ideias já estabelecidas, reconstruções e reelaborações de novos conhecimentos, contribuindo, desse modo, a uma complexificação dos conhecimentos prévios (SILVA, 2022, p. 20).

A aprendizagem histórica se dá por meio da amplificação e complexificação do saber prévio pelo conhecimento histórico. Dentre tantas metodologias e materiais didáticos que podem ser utilizados, este processo pode se dar através das HQ's que possibilitam abordar personalidades femininas e evidenciar a história das mulheres para os/as estudantes. A HQ, assim, serve como material de apoio ao LDH, suplementando a abordagem feita acerca dos protagonismos femininos no século XX e amplificando a aprendizagem histórica.

A HQ facilita essa intersecção entre os conhecimentos prévio e histórico através da imersão que o/a estudante tem ao fazer a leitura associando os elementos de imagem com o enredo e o texto. A HQ também possibilita um melhor aproveitamento do conteúdo estudado através da memorização consciente. Para Bittencourt (2018), esse tipo de memorização é proveniente da aproximação do conhecimento histórico estudado em sala com as experiências de vida dos/das discentes. Desta maneira, o/a estudante pode assumir um maior protagonismo em seu processo de aprendizagem, construindo saberes históricos a partir de seu saber prévio e de sua realidade, promovendo maior contextualização dos estudos históricos em sala.

Vygotsky (2010) considera que, "todo o processo de aprendizagem é uma fonte de desenvolvimento que ativa numerosos processos, que não poderiam desenvolver-se por si mesmos sem a aprendizagem" (VYGOTSKY, 2010, p. 114). E em se tratando de aprendizagem histórica, notamos que a presença do/a professor/a é importante neste processo, pois ele/a será o sujeito que aplicará metodologias que farão a aproximação entre o conhecimento prévio e a aprendizagem histórica, potencializando e amplificando a capacidade de compreensão acerca dos acontecimentos históricos, das relações entre os grupos sociais existentes e as complexidades que envolvem estas relações.

HQ MATILDA E APRENDIZAGENS HISTÓRICAS ACERCA DAS MULHERES

A HQ Matilda foi criada dentro do ProfHistória junto com outras três HQ's, tendo o objetivo de dar apoio e suporte ao LDH como material paradidático e, dessa maneira, poder aprofundar algum conteúdo ou temática do LDH. No caso da dissertação desenvolvida, o foco foi desenvolver HQ's que abordassem alguns contextos históricos de atuações femininas no século XX no Brasil. A HQ é um tipo de material que permite a mobilização dos saberes prévios dos/das estudantes, como Belusso (2019) salienta:

> Os quadrinhos ilustram com facilidade um pensar sobre o passado por meio de um ponto de referência no tempo presente, algo que o professor pode utilizar para trabalhar, conforme o capital cultural, os conhecimentos prévios e as experiências dos alunos no seu cotidiano (BELUSSO, 2019, p. 03).

Assim, percebemos que os quadrinhos são uma ótima ferramenta de vinculação entre os conhecimentos prévio e histórico. No caso deste trabalho, a intenção foi mobilizar os saberes prévios dos/as discentes para perceber a forma como eles imaginam as mulheres e promover uma amplificação e complexificação deste saber com um conhecimento histórico que aborde as atuações históricas das mulheres.

Desse modo, a HQ Matilda possui um total de 11 páginas e foi ilustrada pela designer Jaqueline Cristina[5]. A protagonista Matilda é uma personagem fictícia que é tecelã da Companhia de Tecidos de Rio Tinto, e passa por assédio dentro da fábrica. A história da HQ foi inspirada nos escritos de Margareth Rago sobre as condições trabalhistas das operárias fabris no início da industrialização brasileira no começo do século XX.

Matilda está ambientada no ano de 1933, época do governo Getúlio Vargas na presidência do Brasil. Também neste ano, Vargas visitou o estado da Paraíba e a cidade de Rio Tinto, onde participou de um banquete no palácio da família Lundgren, a qual construiu a Companhia de Tecidos Rio Tinto.

O contexto de 1930 foi escolhido para se vincular ao conteúdo do governo provisório varguista. O lugar onde se passa a história de Matilda, o qual é a cidade de Rio Tinto, foi escolhido para aproximar a realidade dos/as estudantes com a realidade paraibana, pois o LDH também apresenta poucas relações com o contexto local.

Segundo Vale (2008; 2018), Rio Tinto nasceu junto com a fábrica de tecidos, a partir

---

5 Jaqueline Cristina dos Santos Souza é graduanda em Design Gráfico pelo IFPB. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9557154306939802. E-mail: jaquecristinne@gmail.com.

de 1917. A fábrica foi inaugurada em 1924 e possuía uma vila operária, que serviu de moradia dos trabalhadores na cidade. É aqui que, na HQ, Matilda está inserida junto com sua família enquanto operários da fábrica.

De acordo com a análise realizada no LDH utilizado pelas escolas de Bayeux, notamos que ele não aborda a realidade da classe operária durante o período varguista. No início do capítulo, o LDH aborda a crise de 1929 e como ela afeta a economia cafeeira brasileira. Ele ainda explana brevemente o início da industrialização brasileira e o movimento operário, mas de modo amplo. As mulheres aparecem brevemente, como as anarquistas citadas em um boxe e em uma parte do texto principal da greve geral de 1917 (p. 33).

As condições precárias trabalhistas, assim como os assédios e demissões injustificadas que as mulheres passaram durante quase todo o século XX mal aparecem no LDH. As mulheres são citadas apenas durante o texto da criação do Código Eleitoral de 1932, o qual estendeu o direito de voto às mulheres. O LDH aborda também o voto feminino no Rio Grande do Norte, onde foi permitido o voto às mulheres em 1927. No ano seguinte, foi eleita Alzira Soriano, a primeira mulher prefeita no Brasil, na cidade de Lajes.

Mas vale ressaltar que o voto feminino não era estendido a todas as mulheres, apenas as letradas e elitizadas poderiam exercer esse direito. As operárias, pobres e analfabetas estavam impedidas de votar e de se candidatarem. O LDH também não apresenta suficientemente a realidade das operárias durante o período varguista. Neste período se situa a construção da Companhia de Tecidos Rio Tinto, onde a classe operária ainda estava desamparada de uma legislação, visto que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) só foi criada em 1943.

É de extrema importância incluir no LDH narrativas históricas que protagonizem mulheres, especialmente em relação ao início do século XX, período no qual começa a ocorrer a inserção das mulheres no espaço público, nas fábricas e em lutas por direitos e reivindicações. Inserir contextos históricos abordando as várias atuações femininas é enfrentar o silenciamento e a sub-representação das mulheres no LDH.

Em relação à criação da HQ Matilda, Jaqueline Cristina descreve sobre a elaboração, influências, plataforma utilizada na produção dos desenhos e logo em seguida vamos passar a conferir a HQ Matilda:

> Foi escolhida uma paleta com a maior parte das cores neutras, todos os desenhos foram feitos de forma “rabiscada”, assim como as cores foram pintadas de forma mais “grotescas”, muitas vezes deixando aparentes as marcas da textura do pincel, tudo isso para garantir uma maior expressividade. Nota-se de vez ou outra que alguns quadrados foram

> coloridos por uma única cor com pouco ou nenhuma variação de tom para voltar toda a atenção do leitor nos sentimentos que envolvem a cena e não tanto a cena em si. Todo o processo levou em torno de no mínimo um dia para desenhar cada página e um dia para colorir cada uma. O software utilizado foi o Adobe Photoshop CS6, para influência foi tomada a HQ Bittersweet da Mary Cagnin, focando mais nos personagens do que no cenário (SOUZA, 2021, s/p).

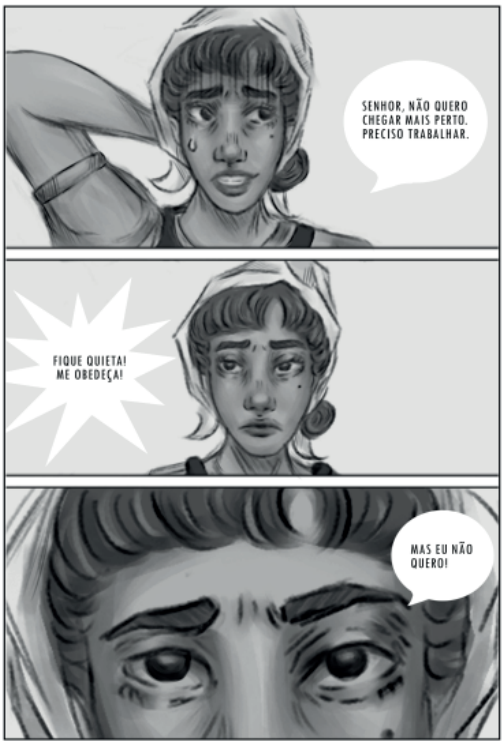
Não haviam muitas fotos do interior das fábricas e das casas operárias de Rio Tinto. O foco foi mais direcionado aos personagens e às ações que ocorrem ao longo do enredo. A estratégia de dar mais foco nos personagens é para que o/a leitor/a preste mais atenção aos eventos e expressões dos personagens, especialmente da Matida.

HQ Matilda

03

ESTÁ CADA DIA MAIS LINDA, MATILDA! SORTE DE QUEM CASAR COM VOCÊ.
TUM!
MATILDA, VENHA ATÉ MINHA SALA.
BLAM!
O QUE O SENHOR DESEJA? ALGO DE ERRADO COM O TRABALHO?
O TRABALHO PODE ESPERAR.
VOCÊ É UMA DAS MAIS BELAS DA FÁBRICA, QUERO LHE VER MAIS DE PERTO...

04


SENHOR, NÃO QUERO CHEGAR MAIS PERTO. PRECISO TRABALHAR.
FIQUE QUIETA! ME OBEDEÇA!
MAS EU NÃO QUERO!

05

NÃO! ME SOLTE, POR FAVOR!
DESO LADA
1 MÊS DEPOIS
O QUE HOUVE?
POR ACASO ESTÁS GRÁVIDA?
ELA ESTÁ BEM?
GRÁ-GRÁ-GRÁVIDA??!
NÃO É POSSÍVEL

06

COMO VOU CONTAR AOS MEUS PAIS?
O QUE ELES VÃO DIZER?

07

MÃE, PAI, EU ACHO QUE...EU ESTOU GRÁVIDA!
COMO ISSO PÔDE ACONTECER?
O CONTRAMESTRE DA FÁBRICA...
ISTO É CULPA SUA! VOCÊ DEVERIA TER EVITADO! NUNCA VAI SE CASAR!
VOCÊ NÃO É MAIS NOSSA FILHA, FORA!
NUNCA MAIS VOLTE!

08

E SE O CONTRAMESTRE NÃO ME ACEITAR?
MAS É O FILHO DELE...
...ELE DEVE ACEITAR.
TOC TOC
TENHO ALGO PARA DIZER...
O QUE?

09

EU ESTOU GRÁVIDA, COMO EU E MEU FILHO FICAREMOS?"
QUE SEJA! NÃO RECONHEÇO ESTA CRIANÇA COMO MEU FILHO.
NÃO POSSO TER UMA OPERÁRIA GRÁVIDA TRABALHANDO NESTA FÁBRICA. ESTÁ DEMITIDA.
O QUE SERÁ DE MIM E DESTA POBRE CRIANÇA? PRA ONDE IREI?
ESPERA...
TUDO QUE ME SOBROU FOI ESSE BEBÊ.

10

Fonte: Pesquisa e roteiro elaborados pela autora e ilustração de Jaqueline Cristina, (2021).

REFERÊNCIAS

ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BITTENCOURT, C. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2ª ed., São Paulo, Cortez, 2008.

BRAICK, P. R.; BARRETO, A. **Estudar história: das origens do homem à era digital**. 3°

ed. São Paulo: Moderna, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 67° ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

SILVA, Rosiane. **Matildas, Terezas, Ophélias e Camilas: Protagonizando mulheres do século xx no ensino de história com histórias em quadrinhos.** 2022. Dissertação. (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2022.

VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e Desenvolvimento Intelectual na Idade Escolar. *In:* VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. 11°. São Paulo: Ícone, 2010.

HISTÓRIA, A GENTE APRENDE VIVENDO: O ENSINO DA HISTÓRIA EGÍPCIA ENTRE A PRÁTICA EM SALA DE AULA E A PROPOSTA DO NOVO ENSINO MÉDIO DA PARAÍBA (2016-2021)[1]

Wanderson Alberto da Silva[2]

RESUMO

Nesse trabalho investigo o ensino de história egípcia antiga nos últimos cinco anos (2016-2021), na primeira série do Ensino Médio da Paraíba. O trabalho tem como ponto de partida uma pesquisa realizada com 15 professores desta série, das redes pública e privada, mediante um questionário elaborado por mim, para análise metodológica e de materiais didáticos, assim como o alihamento com a Proposta Curricular do Ensino Médio - PCEM/PB20-21, construído à luz da Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

Palavras-Chave: Ensino. Antigo Egito. Currículo. Paraíba.

Observar a natureza é uma prática milenar, mais precisamente, pré-histórica. Desde que os primeiros seres humanos buscaram aprender capturando informações por meio do uso de seus próprios sentidos, eles passaram a ter na natureza a sua escola. A escola da vida, onde tudo é objeto de conhecimento, tudo é conteúdo, tudo é aprendizado.

Dos povos da antiguidade que se desenvolveram passo a passo, com erros e acertos, que foram se aprimorando em suas habilidades e técnicas de sobrevivência, destacamos aqui o Antigo Egito[3]. O povo que surgiu à margem do rio Nilo precisou entender a natureza, pois esta era essencial para a sua sobrevivência.

> O Egito era um dos "formigueiros humanos" do mundo antigo, em virtude de sua extraordinária fertilidade renovada anualmente pelos aluviões do Nilo. Sendo a vida agrícola inteiramente dependente da inundação, quando esta faltava ou era insuficiente ocorria a fome – apesar das reservas acumuladas pelo Estado – e morriam milhares de pessoas. (CARDOSO, 2004, p.38)

1 Esse texto é resultado da dissertação que está em processo de desenvolvimento pelo PPGH/UFPB.

2 (PPGH/UFPB). zambiadinho@gmail.com

3 Como o termo Antigo Egito será muito utilizado de agora em diante neste trabalho, iremos abreviá-lo para AE.

A partir desse entendimento e da relação com a natureza, os egípcios desenvolveram um tipo particular de escrita, chamada de hieróglifo[4], que é "uma das línguas documentadas mais duradouras da história da Humanidade, com mais de quatro mil anos de uso contínuo" (PEREIRA, 2016, p. 27).

Para a codificação dos símbolos hieroglíficos, houve uma observação minuciosa de tudo que os olhos dos primeiros escribas[5] alcançavam, para que capturassem os traços principais dos elementos que compõem cada ser ou objeto da natureza. As figuras humanas e de animais, por exemplo, são fundamentais para a compreensão da escrita egípcia antiga, pois indicam o sentido da leitura. Se essas figuras estiverem voltadas para a esquerda significa que a leitura deve ser feita da esquerda para a direita ou vice-versa[6].

O conhecimento pleno do rio Nilo e tudo que o continha era vital para a existência daquele povo, estudá-lo, muito provavelmente, era como uma cadeira[7] daquela época. Essa sociedade viveu prioritariamente da agricultura, plantou sementes, cultivou, cuidou, manteve, proliferou, distribuiu frutos e durou milênios.

E foi a partir dessas leituras e vivências, acerca do AE e das minhas experiências em sala de aula que esse trabalho, que será apresentado como dissertação no PPGH/UFPB, começou a ser pensado, o quanto essa sabedoria dos antigos egípcios pode ajudar na educação histórica dos dias atuais. Sendo assim, alguns questionamentos vieram à tona: o que é, e como é ensinada a história do AE nas salas de aula da 1ª série do Ensino Médio da Paraíba? Há alguma busca de proximidade e até sentimento de pertencimento de nossas raízes africanas? Há o reconhecimento da africanidade egípcia? E de sua origem negra? É feita a relação entre o camponês de ontem e o de hoje?

Estas e muitas outras questões me colocaram em profunda reflexão e decidi pesquisar sobre a atuação dos colegas professores de História, profissão que há 27 anos

---

4 Hieróglifo é uma palavra de origem grega que significa escrita (*Glifos*) sagrada (*Hiero*) dos antigos egípcios. "Os caracteres hieroglíficos são ideogramas que retratam pictoricamente objetos quotidianos e característicos da geografia, fauna, flora, cultura e sociedade do Egito antigo. (...) nem sempre eles traduzem literalmente aquilo que estão a representar fisicamente. (PEREIRA, 2016, p.47)

5 Escriba era uma das funções mais importantes do AE, pois dominavam a língua e a escrita, que "assim associadas estavam sujeitas às exigências rituais provocadas tanto pela sua utilização religiosa como pelos tabus ligados aos valores e às funções das entidades convertidas em símbolos gráficos." (ROCATTI, 1994, p. 62).

6 Los signos que representan personas, animales y pájaros, así como otros signos que tienem una parte anterior y otra posterior, casi siempre miran hacia el principio de la inscripción en la que se encuentran, por lo que la dirección de letura rara vez resulta didosa (GARDINER, 1991, p. 27).

7 Utilizo aqui cadeira como uma disciplina, ou componente curricular, a ser estudado, dada a tamanha importância do rio Nilo para a vida daquele povo em todos os seus aspectos.

exerço na Paraíba, para que eu possa contribuir com o estudo da prática docente a respeito desse objeto de conhecimento: o Egito.

O AE me encanta desde 5ª série, atual 6º ano do Ensino Fundamental, quando meu professor de História, Salgado, levou aqueles slides avermelhados da sua viagem ao Egito e apresentou para as 4 turmas daquela série no auditório. Lembro-me de sua frase final da apresentação: **"História a gente aprende vivendo!"**. Tão significativa que compõe o título deste artigo. A partir daí, nunca parei de estudar sobre o AE, e tive a oportunidade de visitá-lo por três vezes, em 2007, 2008 e, 2020, aguçando ainda mais minhas percepções e desenvolvendo relações mais concretas com aquele espaço-tempo[8].

Pelo menos três gerações de estudantes já passaram pelo professor de História Dinho Zâmbia - como gosto de ser chamado. Atuo desde 1995 na rede privada, e sou efetivo da rede pública estadual desde 2011. Meu envolvimento com a Secretaria de Estado da Educação, da Ciência e Tecnologia do Estado – SEECT passou a ser mais estreito quando fui nomeado Coordenador de Ciência Humanas e Sociais Aplicadas do ProBNCC/PB[9], para criação do novo currículo do estado que seria implantado em 2022.

Atualmente, na SEECT, realizo a função de coordenador da TV Paraíba Educa e supervisor de formação do Novo Ensino Médio, o que me aproxima cada vez mais das realidades dos professores e estudantes, assim como da esfera de gestão educacional, provocando o latejante incômodo de que algo precisa ser feito em prol de transformações relevantes em virtude da implementação obrigatória de um Novo Ensino Médio.

Na minha prática docente, ao lidar com livros didáticos para 1ª Série do EM[10], sempre me questionei se o conteúdo sobre o AE não poderia ser melhor trabalhado, já que no meu EM esse assunto não foi tratado de forma relevante. Tive uma 5ª Série, como já foi mencionado, com as aulas de AE ministradas por um professor apaixonado pela temática, mas depois foi desastroso, o assunto foi corriqueiro e superficial na 1ª Série e, na 3ª Série, com o foco específico no Vestibular, nem se fala.

O recorte temporal dos últimos cinco anos (2016-2021) proposto nesse trabalho

---

8 Mesmo tendo passado milênios, o espaço geográfico, os monumentos e, de certa maneira, até as pessoas, mantém essências do AE, como a agricultura em função do Nilo e as orações ao nascer e pôr do sol.

9 De acordo com a PORTARIA Nº 331, de 5 de abril de 2018, no Cap.1 Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC, com vistas a apoiar a Unidade da Federação - UF, por intermédio das Secretarias Estaduais e Distrital de Educação - SEDEs e das Secretarias Municipais de Educação - SMEs, no processo de revisão ou elaboração e implementação de seus currículos alinhados à BNCC, em regime de colaboração entre estados, Distrito Federal e municípios.

10 Como a expressão Ensino Médio é deveras recorrente, utilizarei a abreviação EM.

relaciona-se ao fato de estarmos vivendo um momento de transição na história da educação brasileira. Estamos numa mudança de rota, abrupta e emergente, devida a obrigatoriedade da implementação do Novo Ensino Médio em 2022, em todo o território Nacional, pela Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

> § 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017. (BRASIL, 2021)[11]

Referente ao ensino de História e a polêmica da BNCC, que foi atrasada, logicamente por todo estudo e formatação da reforma do Novo Ensino Médio, Priscilla Gontijo nos convida a refletir sobre a importância do estudo da Antiguidade na educação básica e a primeira proposta desse documento que extrai História Antiga e Medieval (LEITE, 2016), disponibilizada em 16 de setembro de 2015, que apresentou resultados traumáticos para todos aqueles que com o mínimo de sensibilidade percebem a importância destes conteúdos no EM. Na segunda versão da BNCC, de 3 de maio de 2016, é possível encontrar problemas, como "a grande ausência de referências aos processos históricos vivenciados por outros povos e culturas, sobretudo da África e das Américas." (LEITE, 2017, p. 18).

Na obra *A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e os Descaminhos do Ensino da Antiguidade Egípcia no Brasil*, de Fábio Frizzo (2016), há um alerta para o que chama de "colapso dos conteúdos referentes à Antiguidade", ao apontar como o Egito é ignorado (2016, p.54).

Vale lembrar que as 27 unidades da federação organizaram seus currículos de acordo com o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC. Esse é o caso da Proposta Curricular do Ensino Médio da Paraíba – PCEM/PB, de 2021, que tive a honra de participar como Coordenador de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Tal documento teve seu início de produção em agosto de 2019 e foi concluído em março de 2021, sendo publicado no site da SEECT, no portal Paraíba Educa[12] em maio do mesmo ano, após aprovação unânime do Conselho Estadual de Educação – CCE/PB[13].

Já a escolha do recorte deste trabalho na 1ª série do EM, relaciona-se à expectativa de

---

11 Extraído de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm

12 https://drive.google.com/file/d/1q7hNWJL7ScfzW26dAjqXai9oUVpLs4Zf/view

13 Disposto na RESOLUÇÃO Nº 410/2021, Conselho Estadual de Educação da Paraíba – CEE / Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba – SEECT.

muitos estudantes e professores que reconhecem a importância do ensino de Antiguidade, nesse caso a egípcia, e de acreditarem que esta seria uma série de aprofundamentos de estudo em relação ao Ensino Fundamental.

O meu trabalho de dissertação tem como base de sua construção um Questionário de Pesquisa[14] elaborado por mim, cujo instrumento foi o *Google Forms*. Nesse Questionário, a experiência de 15 docentes, das Redes Pública e Privada, foi mapeada a partir de 101 questões, prioritariamente objetivas, distribuídas em 5 categorias: formação acadêmica; dados profissionais; questões de legislação; ensino de AE; livro didático.

A começar pelo quantitativo de carga horária, foi levantada a seguinte questão: *Quantas aulas em cada turma da 1ª Série do Ensino Médio são dedicadas ao ensino de Egito Antigo nesta escola?*

Dos 15 professores entrevistados, 7 responderam 2 aulas; 6 responderam 1 aula; 2 não responderam.

Comparando-se aos Anos Finais do Ensino Fundamental, que geralmente são trabalhadas, atualmente, até 2 semanas dedicadas a essa temática, somando-se 6 aulas, há uma queda vertiginosa no EM, contrariando a proposta de que este, seria um nível de aprofundamento de estudos e não de simplificações.

O fato mais intrigante, foi a justificativa de um dos professores convidados a responder o questionário de pesquisa não poder fazê-lo, por não conter o assunto AE no material didático adotado na 1ª série da escola privada que leciona (fig. 1), mesmo que este traga na capa do livro a imagem de um sarcófago egípcio em primeiro plano (fig. 2). Tal realidade caracteriza, no mínimo uma incoerência pedagógica, tanto da empresa elaboradora do material quanto da escola que o adotou como livro didático.

No sumário, está explícito que o assunto de História, tem o Capítulo 1 que inicia com Grécia e Roma. Negligenciando assim, uma introdução aos estudos históricos, os primeiros grupos humanos e as primeiras civilizações, como o Egito.

14 Parecer (nº 5.112.934) aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS.

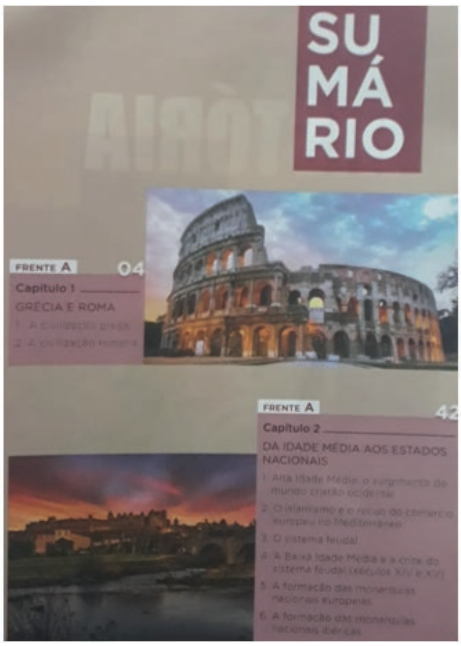


Fig. 1: Sumário[15] **(acervo pessoal)**

Fig. 2: Capa (acervo pessoal)

Em se tratando de produções sobre o ensino de história do AE na Paraíba, destaco a dissertação de Victor Braga Gurgel intitulada, *Ensino e Memória: uma perspectiva a partir de textos literários egípcios do reino novo*, defendida em 2020 no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba. Um trabalho que já é referência no campo de estudos sobre a temática. Outro trabalho de Gurgel é o artigo *Ensino de História e visões do Egito antigo: concepções docentes, egiptomania e livros didáticos*, apresentado no XVIII Encontro Estadual de História, da ANPUH/PB (2020). São produções relevantes, uma vez que trata, além de outros aspectos, do livro didático como fonte e material de referência para o ensino de História do AE. Aponta, por exemplo, que os Períodos Intermediários na história do AE, que são momentos de intensa proliferação criativa da arte, em especial da Literatura, quando são mencionados, não passam de meras definições,

> (...) como os Períodos Intermediários são retratados, isto é, apenas uma definição do que consistem em tais períodos, sem nunca mais mencioná-los durante o texto, passando a impressão de que o Egito era estático e pouco mutável. (GURGEL, p. 9, 2020).

Muito embora, o ineditismo do meu trabalho, que pode ser considerado também como um passo avante, subsequente ao de Gurgel (2020), mergulha nas tramas do ensino do último quinquênio à luz da BNCC e da PCEM/PB.

15 Tanto a figura 1 (Sumário) quanto a figura 2 (capa) pertencem à Coleção Ensino Médio 1ª série: Manual do professor. Belo Horizonte: Bernoulli Sistema de Ensino, 2022.192.: il.

E como os professores da Paraíba vêm a PCEM/PB? Um documento tão recente, que mal foi divulgado pelos órgãos competentes e que parece ainda haver um vácuo sobre o seu conteúdo, meios de uso e aplicabilidade real. O que a Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba (SEECT) tem feito para preparar os profissionais da educação do estado a respeito do Novo Ensino Médio?

Procurando encontrar respostas para estas problemáticas recentes na relação entre ensino de história egípcia e os últimos documentos legais, tanto nacionais como estaduais, assim como a ausência de produção que transite em tão específica abordagem, justifica-se a relevância deste trabalho como um aprofundamento teórico para que se possa reconhecer lacunas e ajudar a diminuí-las progressivamente.

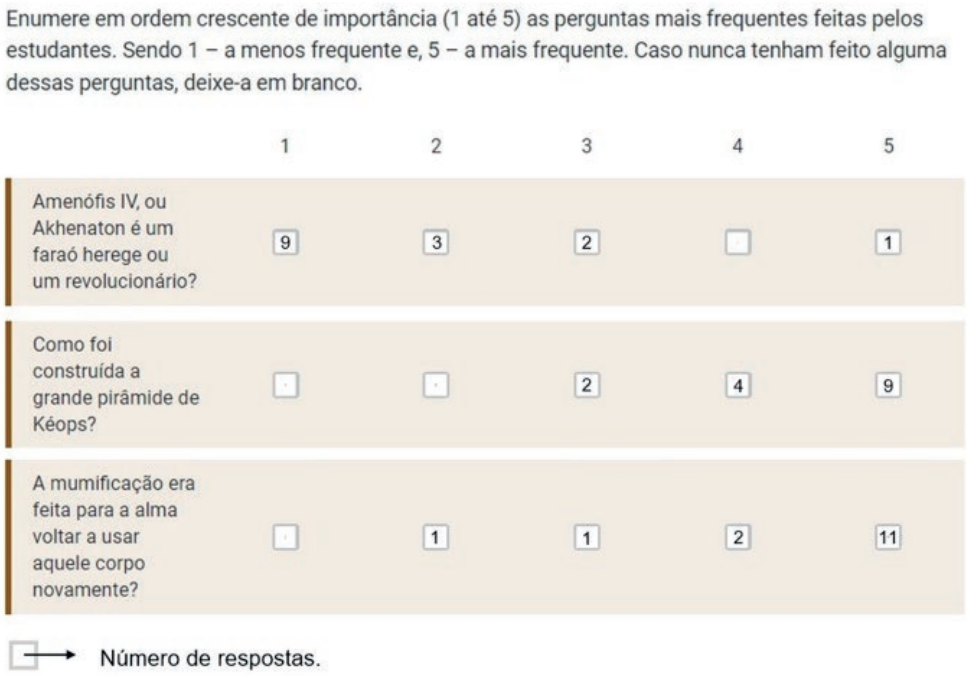
Ao longo da pesquisa, dialoguei também com algumas produções historiográficas para uma melhor compreensão do que foi produzido sobre o ensino do Egito no Brasil, e uma importante contribuição para o debate é o trabalho de Raisa Sagredo, intitulado *Entre a Egiptomania*[16] *e a Egiptologia: um estudo das representações do faraó Akhenaton no Brasil*, "Tendo em vista que o material acerca das representações de Akhenaton é muito abundante e diversificado, optou-se por um recorte que abrangesse um tempo atual" (SAGREDO, 2013, p.9).

Essa discussão sobre Akhenaton é relevante, uma vez que esse faraó, cujas visões são controversas e divergentes no ensino de sua história merecem ser debatidas em sala de aula. Na Pesquisa, questiono no formulário se é comum os estudantes fazerem algumas perguntas, tais como: *Amenófis IV, ou Akhenaton é um faraó herege ou um revolucionário?*

Tal pergunta foi feita para ser marcada (Grade de Caixa de Seleção) a partir de um critério de importância da temática levada para sala de aula, onde **5** seria a máxima importância e **1** seria a mínima importância. Dos 15 professores, 9 responderam **1** e, apenas 1 professor, respondeu **5**. Enquanto para perguntas, que sempre recebi em todos os anos que lecionei, a exemplo de: *Como foi construída a grande pirâmide de Kéops?* teve como resultado de importância máxima (**5**) de 9 professores dos 15 consultados. Assim como o resultado para a pergunta: *A mumificação era feita para a alma voltar a usar aquele corpo novamente?* que foi a mais recorrente nos últimos cinco anos, com 11 professores marcando importância máxima (**5**). Para que o leitor tenha uma melhor visualização acerca dos números apontados e da análise que venho desenvolvendo, segue um trecho do Questionário.

---

16 À Egiptomania e à Egiptologia é dedicado grande parcela do primeiro capítulo da dissertação em elaboração, cujo título é *O EGITO NA VIDA INTELECTUAL E NAS SALAS DE AULA BRASILEIRAS*, com base dos trabalhos de BAKOS (2004) e SAGREDO (2013).



Enumere em ordem crescente de importância (1 até 5) as perguntas mais frequentes feitas pelos estudantes. Sendo 1 – a menos frequente e, 5 – a mais frequente. Caso nunca tenham feito alguma dessas perguntas, deixe-a em branco.

	1	2	3	4	5
Amenófis IV, ou Akhenaton é um faraó herege ou um revolucionário?	9	3	2		1
Como foi construída a grande pirâmide de Kéops?			2	4	9
A mumificação era feita para a alma voltar a usar aquele corpo novamente?		1	1	2	11

Número de respostas.

Fig. 3: recorte de página do Formulário de Questionário de Pesquisa (acervo pessoal)

Ou seja, de 2016 a 2021, o ensino de história egípcia permanece em torno de um Egito sem trazer inovações de olhares, como o monoteísmo atoniano[17] e sua importância para a transformação daquela sociedade. Não se faz relação do faraó Akhenaton com Tutankhaton, que só é lembrado como Tutankhamon e, mesmo assim, por conta da descoberta de sua tumba intacta por Howard Carter, em 1922.

Somente 5 dos 15 professores consultados responderam que utilizam de recursos audiovisuais para as suas aulas de história do AE. Número ínfimo, principalmente se pensarmos que todos os professores responderam que seus alunos trazem como repertório imagético lembranças de filmes, animações e até séries sobre o tema.

A importância midiática, principalmente o cinema, com base no trabalho de José Maria de Souza Neto (2019), *Deuses do Egito (2016): uma narrativa fílmica da civilização branca*, demonstra como o Egito chega na sociedade através do cinema, desde as primeiras décadas do século XX, como um poderoso construtor de consciência histórica, criando uma visão duradoura do passado. E, mesmo que fique claro que são produções da ficção, acabam por perpetuar versões imperialistas, ocidentalistas, racistas, entre outras, que precisam ser debatidas pelo professor de História em sala de aula (SOUZA NETO, 2019)

Os textos de Raquel Funari (2018) são de grande importância para o diálogo com a

17 Amenófis IV, faraó da XVIII dinastia, implantou o culto ao deus único Aton, representado pelo disco solar com raios em forma de braços que terminam em mãos trazendo a vida (*ankh*).

nossa pesquisa, em especial o intitulado *A África antiga no Ensino de História*. Esse trabalho elucida que "a intensão não é isolar os elementos africanos dos outros, mas mostrar como diversas características africanas estão presentes na civilização egípcia e, também por isso, tiveram tanta acolhida em outras partes do mundo" (FUNARI, 2018, p. 199). A autora mostra como a Antiguidade africana pode ser retratada em suas representações no ensino de forma mais complexa, aprofundada e inspiradora, apontando que desigualdades como o racismo e as múltiplas discriminações podem estar relacionadas a uma visão limitada sobre a África. E, segundo Sandra Pesavento,

> As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão. (...) Aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças. (2008, p. 41)

Dessa maneira, a representação do Egito que tem sido trazida para as escolas do Brasil, questionando as visões de ocidentalismos que até então, em sua imensa maioria, focado no "Egito dos Faraós", e não no "Egito dos Camponeses", por exemplo, que não estavam no topo da hierarquia social, mas eram indubitavelmente o sustentáculo da economia do país (CAMINOS, 1994). Por isso, questionei na pesquisa aos 15 professores: *Você planejava suas aulas sobre AE com tomando como referência a vivência do estudante? Das respostas:* 12 professores afirmaram positivamente e 3 disseram que não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, essas são algumas inquietações que venho desenvolvendo na minha dissertação. Portanto, quando o trabalho estiver pronto, espero que possa, de alguma forma ajudar o leitor no que ele se propõe, ou seja, discutir de maneira fundamentada como se dá o ensino da história egípcia na Paraíba. Utilizando aqui um pouco da simbologia egípcia, espero que o leitor se ilumine pela luz solar da consciência, como a flor de lótus, muito comum ainda no Alto Egito (Sul), que só desabrocha quando seu caule consegue se distanciar da superfície da água, para que o lodo não a corrompa com suas impurezas. Que o leitor possa descobrir sua própria lótus e alcançar alturas, pois ao abrir suas próprias pétalas que consiga embelezar o dia de quem o observar, levando um pouco do que também se propôs a aprender.

REFERÊNCIAS

BAKOS, Margaret (Org.). **Egiptomania:** o Egito no Brasil. São Paulo: Paris Editorial, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular (BNCC) versão aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), novembro de 2017**.

CAMINOS, Ricardo A. **O Camponês** In: DONADONI, Sergio (Dir.). **O Homem Egípcio.** Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editora Presença, 1994, p.13-36.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **O Egito Antigo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Coleção Ensino Médio 1ª série: Manual do professor. Belo Horizonte: Bernoulli Sistema de Ensino, 2022.192.: il

Conselho Estadual de Educação da Paraíba – CEE / Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba – SEECT. Disposto na RESOLUÇÃO Nº 410/2021

FRIZZO, Fábio. "A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e os descaminhos do

ensino de Antiguidade Egípcia no Brasil". *In*: **SEMNA – Estudos de Egiptologia III**.

Rio de Janeiro: Seshat – Laboratório de Egiptologia do Museu Nacional: 2016.

FUNARI, Raquel S. **A África antiga no Ensino de História.** In: **Heródoto**. Unifesp, Guarulhos, v. 3, n. 2, dezembro de 2018, p. 194 – 204.

GARDNER, Alan. **Gramatica Egipcia.** Una introduccion al estudio de los jeroglificos. Primera edicion adaptada al español. Valencia: Ediciones Lepsius, S.L., 1991.

GURGEL, Victor Braga. **Ensino e Memória:** uma perspectiva a partir de textos literários egípcios do Reino Médio. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 281p, 2020

GURGEL, Victor Braga. **Ensino de História e visões do Egito antigo:** concepções docentes, egiptomania e livros didáticos. XVIII Encontro Estadual de História: direitos humanos, sensibilidades e resistências. APUH/SC. Criciúma: Unesc, 2020.

LEITE, Priscilla Gontijo. **Ensino de História, conjuntura política brasileira e democracia:** reflexões a partir da Antiguidade. Anais do XVII Encontro Estadual de História ANPUH-PB, v. 17, Guarabira, 2016, p. 1312 – 1322.

LEITE, Priscilla Gontijo. **Ensino de História, Reformas do Ensino e Percepções da Antiguidade:** Apontamentos a Partir da Atual Conjuntura Brasileira. *Mare Nostrum*: Revista do Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo da Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História. – v. 8, n. 8, (2017). – São Paulo: USP/FFLCH, 2017, p. 13 – 29.

PARAÍBA. **Proposta Curricular do Estado da Paraíba**: educação infantil e ensino fundamental. 2018.PARAÍBA. **Proposta Curricular do Ensino Médio da Paraíba**: versão preliminar. 2020.
PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações.** 25ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

PEREIRA, Ronaldo Guilherme Gurgel. **Gramática Fundamental de Egípcio Hieroglífico:** para o estudo do estágio inicial da língua egípcia (de ca. 3000 a 1300 a. C.). São Paulo: 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 41)

ROCATTI, Alessandro. **O Escriba.** In: DONADONI, Sergio (Dir.). **O Homem Egípcio.** Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editora Presença, 1994, p. 59-68.

SAGREDO, Raisa. **Entre a Egiptomania e a Egiptologia:** um estudo das representações do faraó Akhenaton no Brsail. 2013. TCC. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SOUZA NETO, José Maria Gomes de. **Deuses do Egito (2016):** uma narrativa fílmica da civilização branca. Transversos: Revista de História. Rio de Janeiro, n. 16, Agosto, 2019.

ST 14

HISTÓRIA, CORDEL, CULTURA E SOCIEDADE: OLHARES PARA/PELA LITERATURA

Dr. Erasmo Peixoto de Lacerda (SED-MS)

AS REPRESENTAÇÕES DO CANGACEIRO ANTONIO SILVINO NA LITERATURA DE LEANDRO GOMES DE BARROS

Erasmo Peixoto de Lacerda

RESUMO

Esta comunicação tem como objetivo apresentar resultados de uma tese de doutorado que analisou representações do cangaceiro Antonio Silvino produzidas enquanto estava em atuação no cangaço. O poeta Leandro Gomes de Barros, neste caminho, apresenta-se como fonte privilegiada e, dentro de suas especificidades, construiu suas representações fincadas em uma concepção da República recém implantada. A partir da análise dos folhetos do poeta e da compreensão do homem por trás das letras, buscaremos refletir sobre as leituras do mundo em que este encontrava-se inserido, manifestadas a partir da personagem do cangaceiro

Palavras-Chave: Antonio Silvino, Leandro Gomes de Barros, Cordel, Cangaço.

Natural de Pombal, município no interior da Paraíba, o poeta Leandro Gomes de Barros nasceu em 19 de novembro de 1865, na Fazenda Melancia. Filho de José Gomes de Barros Lima e Adelaide Gomes de Barros Lima, aos nove anos de idade mudou-se junto à mãe e irmãos para Vila do Teixeira, no mesmo estado, em decorrência da morte de seu pai. Passaram a morar juntos ao tio materno, Padre Vicente Xavier de Faria, que viria a se tornar o tutor da família e da herança deixada.

Essa mudança, possivelmente, foi o primeiro elemento a contribuir para a sua formação poética. Vila do Teixeira, na década de 1870, era um "[...] local de significativa importância para a poesia popular no Brasil"[1], agrupando importantes nomes da poesia oral brasileira[2]. Tal ambiente foi de grande importância e influência na arte e aptidão de versejar desenvolvida por Leandro, uma vez que lhe garantiu a oportunidade de crescer ouvindo alguns dos maiores nomes da literatura oral da região, ao passo que recebia algum tipo de educação formal de seu tio, pároco e professor de Latim e Humanidades.

Os escassos dados biográficos de Leandro Gomes de Barros dão um salto para o ano de 1890, quando se muda para Vitória de Santo Antão, no Pernambuco, aproximando-

1 SILVA, 2007, p. 19.

2 Entre eles citamos nomes como o de Ignácio da Catingueira, Romano da Mãe d'Água, Bernardo Nogueira, Hugolino do Sabugi e Nicandro Nunes da Costa (SILVA, 2007, p. 29).

se cada vez mais de Recife, uma das principais cidades da região. Por volta de 1892, casa-se com Venustiniana Eulália Aleixo, com quem tem quatro filhos: Rachel, Erodildes (Didi), Julieta e Esaú Eloy[3].

Após morar em Jaboatão, mudou-se para Recife no ano de 1907. Sem informações que nos possibilitem cravar as motivações para as mudanças, é possível conjecturar que, possivelmente, sua transferência estava ligada às facilidades para viver exclusivamente de sua poesia, visto que apresentava melhores condições para tal, apresentando mais habitantes – consequentemente, mais potenciais consumidores de sua poesia –, mais tipografias disponíveis para impressão dos folhetos e linhas de trem que o interligaria a diversos pontos do Estado e região, possibilitando uma ampliação das possibilidades de venda.

Os caminhos de sua vida irão se misturar com os rumos da capital pernambucana, que terá expressiva influência sob sua obra e consciência criativa. Em esfera estadual, no período que chegou à cidade, estava consolidado o processo de acomodação da oligarquia Rosa e Silva; em outra medida, a cidade de Recife, especificamente, vivenciava um expressivo crescimento populacional, uma crise sanitária e um processo de modernização da cidade, com fins de aproximá-la das cidades europeias.

Leandro Gomes de Barros, uma vez morando em Recife, transformava-se em um dos cidadãos indesejáveis diante deste processo de modernização da cidade, estando entre aqueles que "não se enquadravam nos referenciais dos novos tempos" e foram varridos para os arredores da cidade, longe do centro. O poeta fixou residência na zona periférica de Recife, em diferentes bairros, local onde moravam os migrantes e os indesejáveis do projeto de modernização da cidade[4]. Morou de aluguel, sempre em casas simples, sofrendo todos os problemas vividos por seus vizinhos, tais como falta de saneamento básico, altos impostos, falta de iluminação, entre outros tantos problemas.

Antonio Silvino era a alcunha do cangaceiro batizado como Manoel Baptista de Moraes, o principal cangaceiro anterior a Lampião. Entre 1897, quando entrou no bando de seu tio, Silvino Ayres, até 1914, quando foi vencido pela polícia e, então, preso, Manoel Baptista de Moraes teve o cangaço como meio de sobrevivência. Já em 1898 tornou-se chefe do bando, após a prisão de seu tio; adotou, possivelmente em homenagem, o nome de Antonio Silvino e, assim chamado, tornou-se conhecido na região, conseguindo viver dos ganhos da vida de bandido e da habilidade para escapar das perseguições policiais.

---

3 MENDES, Sandileuza Pereira da Silva. *A mulher na poesia de cordel de Leandro Gomes de Barros*. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2009, p. 62-63.

4 SILVA, 2007, p. 34-35.

Chamado diversas vezes, pelos jornais de Recife, de “célebre cangaceiro”, era um bandido notável, famoso e singular. Características que o levaram a ser notícia constante nos jornais e mote frequente para poetas de Cordel[5], onde sua vida foi narrada, em estrutura épica, transformando-o em mito, símbolo da coragem e da valentia sertaneja. Tal como o cangaço, Antonio Silvino transformou-se em elemento significativo dos primeiros anos da República no Brasil, principalmente nos estados em que atuou. República que se desabrochava e dava seus primeiros passos, em uma construção histórica de exclusão social e manutenção de privilégios.

Objetivamente, quase 12% das narrativas produzidas por Leandro Gomes de Barros a que tivemos acesso tinham Antonio Silvino como tema central, mais do que qualquer outro tema estrito. Tema constante nos jornais, o primeiro olhar diria que o fato de chamar atenção e garantir vendas era o motor por trás. Certamente, esta questão estava no horizonte do poeta, mas acreditamos que a construção de um tipo ideal, herói regional, também era uma questão – e esperamos demonstrar isto.

Diante deste panorama documental, torna-se evidente que a construção de Antonio Silvino como personagem da poesia de Leandro Gomes de Barros apresenta uma unidade, mesmo no espaço temporal relativamente longo de produção, elaborando representações fincadas em uma concepção sobre o sujeito. Nem verdades, nem mentiras. Na prática, uma construção projetada a partir de um código de honra carregado pelo poeta e partilhado por parte substancial de seu público.

As narrativas tendo o cangaceiro Antonio Silvino como personagem principal, na obra do poeta Leandro Gomes de Barros, possibilitam visualizar um conjunto organizado de elementos morais, representados na figura do cangaceiro. Este não é, nas linhas poéticas, enxergado como um criminoso comum, mas como alguém que, apesar da vida de crimes, está inserido em um código de honra, que até justifica suas ações.

O código de honra sertanejo, enunciação explicativa defendida por Luitgarde Barros[6], seria uma construção de longo prazo herança ibérica, com processo de hibridização durante a colônia portuguesa na América, e fortemente marcado pela religiosidade católica e difundido

---

5 Leandro Gomes de Barros, poeta de Cordel contemporâneo de Antonio Silvino, publicou, em Recife, ao menos 17 folhetos tendo o cangaceiro como personagem, aos quais citamos: *Antonio Silvino no jury: debate de seu advogado*, *Antonio Silvino o rei dos cangaceiros*, *Antonio Silvino se despedindo do campo*, *Os cálculos de Antonio Silvino*, *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar*, *A confissão de Antonio Silvino*, *Os defensores dos inocentes de Garanhus*, *Exlcamações de Antonio Silvino na cadeia¸ A ira e a vida de Antonio Silvino*, *As lagrimas de Antonio Silvino por Tempestade*, *Luta do Diabo com Antonio Silvino*, *Morte de Tempestade (Antonio Felix)*, *O nascimento de Antonio Silvino*, *As proezas de Antonio Silvino*, *O sonho de Antonio Silvino na cadeia em que lhe apareceram as almas de todos que elle matou*, *Todas as lutas de Antonio Silvino* e *A visão e Antonio Silvino*.

6 BARROS, 1998, p. 161-162.

por missionários da igreja. O certo e o errado a partir de um olhar próprio, um traço cultural específico construído nos sertões, onde os cangaceiros estabeleceram morada.

O poeta Leandro Gomes de Barros nasceu no sertão paraibano e era um entre os milhares de sertanejos que migraram para a capital pernambucana no início do século XX. Sua forma de enxergar a capital e o mundo que o rodeava estava embebida neste escopo cultural que trouxe na bagagem, condição que ajuda a compreender as motivações para as ácidas críticas aos novos costumes e modernidades que pululam em seus escritos, enxergando um "mundo às avessas"[7], desintegrando uma moral entendida como a correta.

Nesse sentido, o código de honra sertanejo, apresentado por Luitgarde Barros, será entendido como uma chave de leitura para a construção de Antonio Silvino enquanto personagem nos poemas do poeta, possibilitando observar a elaboração de uma figura criminosa, mas com uma estatura moral, pautada no código cultural, que, se não justifica propriamente suas ações, o transforma em sujeito ideal, arquétipo do valente homem valente e representação da honra diante de um mundo desmantelado[8].

A primeira questão a ser observada está na justificativa para entrada de Antonio Silvino no cangaço: o assassinato de seu pai, em questões relacionadas à propriedade. No vale do Pajeú, região sertaneja, grandes questões, brigas familiares, começavam a partir de problemas relacionados à terra. Diante de um problema destes, a opção pacífica era entendida socialmente como *frouxidão* e, consequentemente, levava o nome da família à desmoralização. Ser *disposto* a responder com armas em punho, ser valente e corajoso para defender a honra familiar era, em certa medida, o que se esperava dos homens sertanejos (VILLELA, 2004, p. 175-176).

Em quatro narrativas[9], o poeta, usando-se do artifício de colocar o personagem falando em primeira pessoa, insere esta justificativa. A morte do pai, em janeiro de 1897, e o descaso da justiça, intimamente ligada ao grupo mandante do assassinato, teriam o levado a buscar justiça com as próprias mãos, entrando em um bando de cangaceiros liderados por um tio. Com este escudo ético, nas palavras de Pernambucano de Mello (1974, p. 72-77), a poesia de Leandro Gomes de Barros constrói a personagem como um fruto da injustiça e um sujeito que está nesta situação por conta da inevitável necessidade

---

7 BARROS, L. G. *As cousas mudadas*, 1910-1912.

8 Referência à Antologia "O Cordel e os Desmantelos do Mundo", publicada pela Fundação Casa de Rui Barbosa, sob organização de Orígenes Lessa e Vera Lúcia de Luna e Silva: LESSA; LUNA E SILVA. *O Cordel e os Desmantelos do Mundo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983.

9 São elas: BARROS, L. G. *As proezas de Antonio Silvino*, 1907-1908; BARROS, L. G. *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar*, 1909-1910; BARROS, L. G. *O nascimento de Antonio Silvino*, 1910-1912; BARROS, L. G. *Todas as lutas de Antonio Silvino*, 1910-1912.

de defender a honra familiar. Não se tornou criminoso por vontade própria, por querer viver de crimes, mas por ser impelido pelas condições e a exigência social de vingança. Justifica-se, deste modo, sua entrada no mundo do cangaço pelo pilar mestre do código de honra: a defesa da honra familiar.

Lado a lado a este ponto, caminha o apego à justiça, ao cumprimento das leis. Por mais paradoxal que pareça, o poeta aponta, em diversas ocasiões, esta característica moral no bandido cangaceiro, em diferentes formas. Colocando-se como um sujeito que reage em legítima defesa, o cangaceiro não era um assassino, pois só matava quem o queria morto, situação que leva a outro discurso recorrente, presente em quatro narrativas[10], de que Antonio Silvino só continua no cangaço porque o Estado não cessa a perseguição e que "se fizerem paz commigo/deixo de ser cangaceiro"[11]. A estratégia se repete: transferir a culpa para outro agente. O discurso da legítima defesa, tanto em relação às mortes como quanto à permanência no cangaço, serve, uma vez mais, como escudo ético para justificar as práticas violentas.

No mesmo sentido, aparece o uso da violência como meio para alcançar um fim: o disciplinamento moral. A partir deste prisma, o cangaceiro é colocado como defensor de uma moral, desfazendo práticas condenáveis como o não-catolicismo e o apego ao dinheiro – questões amplamente discutidas no universo de sua obra. Seria, portanto, justo fazer uso da violência, desde que para tornar o mundo melhor, limpando a imoralidade, na ótica do poeta.

Justiça que a personagem afirma ter restabelecido em Trapiá, cidade do interior pernambucano. Diante de um inspetor de polícia, violento, que batia e matava inocentes, o cangaceiro, sozinho, resolveu a situação, matando-o[12]. A violência e arbitrariedade policial – a prática de crimes para benefício próprio ou de poderosos da região –, garantia uma imagem negativa da força armada do Estado (MELLO, 1974, p. 86), de modo que é possível compreender como ação de direito, por parte do cangaceiro, dar um fim ao agente da lei que abusa do poder e se afasta do código civil.

Percebe-se, portanto, que a construção da personagem, sempre em primeira pessoa, coloca o cangaceiro ao lado da legitimidade e contra o Estado. Foi a injustiça jurídica que o fez entrar no cangaço e dedicar a vida a fazer justiça. Não é um assassino comum e

---

10 São elas: BARROS, L. G. *As proezas de Antonio Silvino*, 1907-1908; BARROS, L. G. *Os calculos de Antonio Silvino*, 1907-1908; BARROS, L. G. *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar*, 1909-1910; BARROS, L. G. *O nascimento de Antonio Silvino*, 1910-1912.

11 BARROS, L. G. *As proezas de Antonio Silvino*, 1907-1908.

12 BARROS, L. G. *Os calculos de Antonio Silvino*, p. 1907-1908.

a motivação para continuar nesta vida reside na incessante perseguição. Estando nela, faz uso da violência para tornar o mundo melhor, disciplinando-o moralmente. Coloca-se contrário às arbitrariedades policiais, força armada governamental.

Em uma esfera mais pessoal, ligada a um conjunto de princípios e valores de conduta dos sujeitos da comunidade, a palavra de honra, o respeito, a caridade e a religiosidade são elementos chave para diferenciar indivíduos bons e maus, todas elas presentes positivamente na construção da personagem pelo poeta Leandro Gomes de Barros.

Elabora-se uma imagem, mais uma vez, paradoxal em relação a homens que viviam da prática de crimes. Não seriam sujeitos cruéis; antes, respeitavam e tratavam bem as pessoas que não lhes afrontassem ou com as quais não possuíssem uma questão mal resolvida. Mas se tivesse questão e fosse jurado, segundo a representação construída pelo poeta, o cangaceiro cumpriria sua palavra, de modo que "o homem que elle jura-lo/ Esse é logo moribundo" e que "o que eu digo por graça/Inda sustento por véra"[13].

Homem respeitoso e de palavra, Antonio Silvino, mas também seus companheiros, eram repletos de sentimentos bons. É nesse caminho em que o poeta aborda a caridade como marca distintiva da personagem em questão, como quando o cangaceiro teria roubado um padre usurário e dividido o dinheiro com os pobres da região[14].

Além do respeito, práticas características de uma religiosidade de base católica podem ser observadas, como a afirmação de ter sido bem batizado[15], a evocação de Nossa Senhora, quando estava em apuros diante da arma que falhou frente ao exército das almas de quem ele matou[16] ou o ato de benzer com o sinal da cruz frente a uma criatura diabólica[17]. Batismo, Nossa Senhora e sinal da cruz, elementos que indicam a personagem como partícipe de uma religiosidade. Ainda que não frequentadores da Igreja, a religiosidade é marca distintiva dos "homens de bem".

Deste modo, é perceptível que o poeta tingiu com todas as cores necessárias para pintar o quadro perfeito do sujeito íntegro, partícipe do código de honra sertanejo. O cangaceiro teria sofrido injustiças, mas procurava construir um mundo mais justo. Seus crimes não adivinham de crueldade intrínseca, antes eram respostas a situações exteriores que o faziam, obrigatoriamente, praticá-los. Mantinha respeito para com os outros que merecessem respeito, caridoso para com os pobres e cristão católico, ainda que não de

---

13 BARROS, L. G. *Luta do Diabo com Antonio Silvino*, 1913-1914.

14 BARROS, L. G. *Antonio Silvino, o rei dos cangaceiros*, 1910-1912.

15 BARROS, L. G. *Todas as lutas de Antonio Silvino*, 1910-1912.

16 BARROS, L. G. *A visão e Antonio Silvino*, 1913-1914.

17 BARROS, L. G. *Luta do Diabo com Antonio Silvino*, 1913-1914.

modo plenamente ortodoxo. Sua atividade criminosa, enquanto cangaceiro, é revestida no personagem pelas cores dos homens honestos, justos, moralmente elevados segundo a tradição sertaneja.

O que confere uma áurea heróica para o cangaceiro Antonio Silvino representado na poesia de Leandro Gomes de Barros e, consequentemente, o diferencia dos demais partícipes desta comunidade, é a valentia e coragem para enfrentar quaisquer situações. O valente, personagem que adquire respeito da comunidade, é aquele que não teme as consequências de seus atos, que enfrenta qualquer obstáculo e não mede esforços para vencer contra seus inimigos (VILLELA, 2004, p. 176). Antonio Silvino, transformado em personagem literário, é este tipo de sujeito, descrito como incapaz de ser detido.

Sua coragem ultrapassava os limites humanos. Nas narrativas produzidas por Leandro Gomes de Barros enquanto Antonio Silvino estava no cangaço, não eram apenas os homens que o temiam, cobras venenosas[18], onças[19] e outros animais se receavam de sua precisa. Sua áurea mítica, no entanto, não seria construída apenas no mundo natural, adquirindo ares sobrenaturais para reforçar seu caráter heróico, como grandes narrativas do mundo ocidental.

Em duas narrativas, são citadas emboscadas feitas pelas almas dos mortos por suas mãos. Uma delas, *A visão e Antonio Silvino*, é toda sobre uma visão deste encontro. Indica-se, no entanto, que "as almas do outro mundo/não vão onde elle passar"[20], indicando o tamanho de sua coragem e o quanto ela amedronta os demais. Ápice da coragem, em uma cultura cristã de matriz católica, é a coragem frente ao Diabo, inimigo de Deus e dos homens de bem, segundo a tradição. Coragem que Antonio Silvino, personagem construído por Leandro Gomes de Barros, afirmava ter. Realizando um diálogo entre diferentes narrativas, é possível pensar que a coragem descrita anteriormente não se tratava de mera retórica. Em duas narrativas, *Luta do Diabo com Antonio Silvino* e *Como Antonio Silvino fez o Diabo* chocar, o cangaceiro teria descido ao inferno e feito o Diabo o temer e tremer de medo.

A coragem, o destemor, a valentia de enfrentar almas mortas e o próprio Diabo, alteram o patamar em que o cangaceiro se encontra. Seu lugar não é apenas o de homem honrado, respondendo às vicissitudes da vida com violência, mas sem perder a moral e os bons costumes. As narrativas do Antonio Silvino cangaceiro o aproximam de um semi-

18 Ibid.

19 BARROS, L. G. *Todas as lutas de Antonio Silvino*, 1910-1912.

20 BARROS, L. G. *Luta do Diabo com Antonio Silvino*, 1913-1914.

deus, um herói com a cara e a cor dos sujeitos que partilhavam aquele código de honra.

Mesclando personagem histórico, com feições míticas. Esta é a base da construção das narrativas que possuem Antonio Silvino, enquanto atuava no cangaço, como ator principal na poesia de Leandro Gomes de Barros. Deste modo, a criação literária edificou-se a partir do gênero épico, no que chamamos de épica cangaceiresca (SANTOS, 2015), construindo um herói local, com base no código de honra sertaneja, em oposição à degradação moral, segundo a concepção do poeta, trazida pelo processo de modernização da capital, vivenciado no início do século.

Entendemos que as representações aqui expressas possibilitam enxergar uma postura política, cultural e filosófica do poeta frente à República e não necessariamente a concepção popular – como se fosse possível homogeneizar o pensamento de toda uma coletividade colocada sob a alcunha de "povo". A poesia ancora-se no tempo presente e indica a leitura que o poeta fazia do mesmo.

O saudosismo monárquico, ponto-chave da percepção do poeta em relação ao regime republicano, colocava em suas lentes a instauração da República lado a lado com a degradação da sociedade, em seus aspectos econômicos e morais[21]. A vida piorara, tornando os ricos menos ricos e os pobres mais pobres. Poderosos faziam uso da força para benefício próprio[22] e fraudavam eleições por meio da violência[23]. Em outra esfera, os valores morais defendidos pelo poeta estavam em desintegração – padres desviando-se de suas funções[24], mulheres alterando seu papel na sociedade[25], o lucro sendo o essencial[26], entre outras coisas –, frente aos ares de modernidade que chegaram junto com a República.

Tendo como base um código de honra, a personagem de Antonio Silvino é construída como oposição a estas transformações que a sociedade vivenciava. Transforma-se, deste modo, em arquétipo do homem honrado e elemento de resistência a esta realidade. Revestido da honra culturalmente aceita como a correta e simbolizando a oposição à República, que estaria destruindo uma tradição imaginada como imóvel e imutável, este sujeito ideal é alçado à condição heroica.

Em outra esfera, sua própria existência no cangaço indica uma afronta aos

21 BARROS, L. G. *A morte do bicheiro*, 1913-1914.

22 BARROS, L. G. *Um pau com formigas*, 1910-1912.

23 BARROS, L. G. *A Ave Maria da Eleição*, 1907.

24 BARROS, L. G. *Antonio Silvino, o rei dos cangaceiros*, 1910-1912.

25 BARROS, L. G. *As saias calções*, 1911.

26 BARROS, L. G. *Casamento a prestação*, 1913-1914.

governantes. Ao definir-se como governador do sertão[27], a personagem aponta para sua desconsideração quanto aos oficialmente poderosos. Colocando-se como o senhor das localidades por onde passava, subverte o poder estabelecido: nem Estado, nem coronéis locais[28]. E o enfrentamento, em si, das autoridades policiais assinala o confronto com as forças legalmente instituídas pela República[29].

A ação de levantar-se contra as arbitrariedades policiais e com aqueles considerados "estrangeiros" na comunidade sertaneja é uma posição contrária ao uso da força do Estado para fins pessoais ou mesmo da violência estatal injusta. Na busca pela justiça, que a República não garante, a violência é o expediente que o cangaceiro tem para garantir[30]. Sua existência cangaceira é, neste ponto, o posicionamento pela justiça, dentro dos padrões culturais em que se encontra inserido.

Diante disso, as representações construídas sobre Antonio Silvino não se pretendem a apresentação do cangaceiro real, apresentado com fidelidade documental em uma biografia jornalística. Elas encontram-se ligadas a uma concepção do real e são agenciadas para posicionar-se frente a ele. Transformando-o em herói, converte-se a concepção defendida em elemento aglutinador social de uma posição sobre o presente, tornando-a grandiosa e servindo como afirmação do grupo que com ela compartilha.

O cangaceiro Antonio Silvino, na poesia de Leandro Gomes de Barros, é o herói daqueles que, saudosos de um tempo que passou, abraçados a uma concepção moral e vilipendiados pelo descaso do Estado em sua face republicana, necessitavam de uma força que os representasse. O homem, mortal, é incapaz de vencer esta batalha; o herói, por sua vez, sem temer a nada e a ninguém, encarna as angústias e anseios deste segmento da sociedade. Tirando do tempo existencial, o poeta entrega, na literatura, a personagem capaz de dar sentido ao mundo.

Arquétipo de coragem, o cangaceiro encarna a luta contra um Estado preocupado em garantir benefícios particulares, mas que teria esquecido uma parcela da população. O poeta, um dos indesejáveis na cidade de Recife em processo de modernização, excluído dos benefícios que a República deveria garantir aos seus cidadãos, faz de Antonio Silvino a representação da valentia para enfrentar os poderosos.

Antonio Silvino cangaceiro, na obra do poeta, é, portanto, a representação de uma

---

27 BARROS, L. G. *As lágrimas de Antonio Silvino por Tempestade*, 1909.

28 BARROS, L. G. *Antonio Silvino, o rei dos cangaceiros*, 1910-1912.

29 BARROS, L. G. *Luta do Diabo com Antonio Silvino*, 1913-1914.

30 BARROS, L. G. *Todas as lutas de Antonio Silvino*, 1910-1912.

forma de enxergar o mundo, contrária à República e às transformações sociais que a modernização, nos moldes europeus, buscava produzir na cidade de Recife. Agenciando acontecimentos e realidades maravilhosas, o humano e o mítico, o natural e o sobre-humano, a personagem é elevada à condição de herói. Nesta circunstância, é o herói daqueles que partilham esta forma de olhar e entender o mundo.

O público que consumia a poesia de Leandro Gomes de Barros compartilhando as concepções apresentadas, mas que se sentisse impotente diante da realidade, conseguia, a partir da representação de Antonio Silvino, sentir-se representado na batalha em curso. O cangaceiro é a força, na representação literária, que os excluídos da República ansiavam ter para enfrentar os poderosos.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Antropologia da Honra: uma análise das guerras sertanejas. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza-CE, v. 29, n. 1/2, 1998, p. 160-168.

LACERDA, Erasmo Peixoto de. *"***Que povo é esse?***"*: Leandro Gomes de Barros e seus leitores (1900-1920). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2017.

LACERDA, Erasmo Peixoto de. **Entre periódicos e o cordel**: a Primeira República a partir das representações do cangaceiro Antonio Silvino – Recife-PE (1900-1918). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2022.

LESSA; LUNA E SILVA. **O Cordel e os Desmantelos do Mundo**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983.

MENDES, Sandileuza Pereira da Silva. **A mulher na poesia de cordel de Leandro Gomes de Barros**. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2009.

SILVA, Edivânia Alexandre da. *"***O mundo está as avessas***"*: relações, tensões e enfrentamentos religiosos nos folhetos de Leandro Gomes de Barros – Recife (1900-1920). Dissertação (mestrado em História), Salvador-BA: PPGH-UFBA, 2007.

FONTES

BARROS, L. G. **A Ave Maria da Eleição**, 1907.

BARROS, L. G. **A morte do bicheiro**, 1913-1914.

BARROS, L. G. **A visão e Antonio Silvino**, 1913-1914.

BARROS, L. G. **Antonio Silvino, o rei dos cangaceiros**, 1910-1912.

BARROS, L. G. **As cousas mudadas**, 1910-1912.

BARROS, L. G. **As lágrimas de Antonio Silvino por Tempestade**, 1909.

BARROS, L. G. **As proezas de Antonio Silvino**, 1907-1908.

BARROS, L. G. **As saias calções**, 1911.

BARROS, L. G. **Casamento a prestação**, 1913-1914.

BARROS, L. G. **Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar**, 1909-1910.

BARROS, L. G. **Luta do Diabo com Antonio Silvino**, 1913-1914.

BARROS, L. G. **O nascimento de Antonio Silvino**, 1910-1912.

BARROS, L. G. **Os calculos de Antonio Silvino**, 1907-1908.

BARROS, L. G. **Todas as lutas de Antonio Silvino**, 1910-1912.

BARROS, L. G. **Um pau com formigas**, 1910-1912.

LITERATURA DE CORDEL E IMAGINÁRIO RELIGIOSO NORDESTINO: CRENTES, BICHOS E O DIABO

Guilhermina Luciana do Nascimento Santos[1]
Maria do Socorro Cipriano[2]

RESUMO

Através da literatura de cordel, esta proposta visa o imaginário religioso nordestino, envolvendo a relação entre bichos e humanos. Nesse universo, o diabo aparece como figura importante no mundo rural, comumente se transformado em animais e interferindo no cotidiano dos sertanejos. Portanto, o cordel é tomado enquanto espaço do sagrado para luta entre o bem e o mal, explicitando conflitos sociais mais amplos partilhados pelos poetas. A pesquisa articula cordéis, a historiografia referente e aportes teóricos da História Cultual, especialmente Michel de Certeau e Roger Chartier.

Palavras-Chave: Cordel, Bichos, Crentes, Diabo.

A História Cultural se edifica no contexto da chamada quebra de paradigmas, o novo modo de escrever história não se encaixa mais aos moldes anteriores, de uma história totalizante, globalizada e política/econômica. Sandra Pesanvento (2004) aponta Jules Michelet como um dos idealizadores e o representa como um dos historiadores percussores nesse novo campo de abordagem, sobretudo no tocante ao imaginário e ao campo das sensibilidades, logo trazendo para o palco central da história, novos atores que antes não eram representados, o povo. Pesavento (2004) ainda aponta que segundo Freud o estudo sobre o inconsciente, pensa que o homem se "constrói" enquanto sujeito histórico, e isso pode ocorrer de diversas maneiras que irão para além de uma luta de classe, debate econômico e político. Logo, o homem se faz enquanto sujeito histórico no seu dia a dia.

A cultura de Classes estabelecida por Thompson (2002) reforça o conceito de Freud com uma inquietação: por que não analisar o viver de um povo enquanto sociedade? O termo de ficção e sensibilidade aparecem no campo da história e literatura e entrega

1 1Graduanda no curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. matrícula: 191290726 (guilhermina.santos@aluno.uepb.edu.br).

2 Profª Orientadora, Doutora em História pela /UFPE, professora efetiva da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB (mariascipriano3@gmail.com).

ao historiador certa responsabilidade, o de não levar a história como ficção, pois se é construído uma representação a partir de um fato e através de inúmeras fontes documentais. Pesavento reforça essa ideia quando diz que:

> Da mesma forma, o conceito de ambiguidade faz a História penetrar no campo do simbólico, do cifrado, de um dizer além daquilo que é dito, de significados ocultos que é preciso revelar. Se formos pensar a História como uma narrativa, a História avança da Antropologia para os domínios de um outro campo, que é o da Literatura. Nessa medida, quando o historiador penetra no terreno da linguagem, entendendo que as palavras sempre dizem além da sua função nominativa, ele fatalmente se depara com o mundo dos significados verbais e com as figuras de linguagem (PESAVENTO, 2004, p.13).

Por esse ângulo, também através da história cultural de Roger Chartier, foi permitido uma análise das representações e concepções culturais. Para lidar com essa perpectiva histórica complexa, caminhar por esse território escorregadio, fazia-se necessário ampliar o olhar para a cultura. O historiador a partir da virada cultural, pode pesquisar num campo ilimitado de temas, por exemplo, o estudo sobre temas imateriais, ao exemplo de figuras como o diabo, analisando as representações que constituem a representação imagética do sertanejo. O historiador não se limita a estudar e trabalhar com objetos estreitamente empíricos, mas trabalha-se agora com objetos de caráter historiográfico.

Dentro dessa pespectiva histórica, a literatura de cordel é tomada enquanto uma fonte fertil acerca das práticas culturais nas comunidades do sertão nordestino. A partir da análise dos folhetos, é possível pensar como o cotidiano do sertanejo é perpassado por signos do imaginário religioso, que informam condutas sociais, servem como orientação das práticas morais.

No final do século XIX, a peleja ganha versos inspirados em romances portugueses e a literatura de cordel ganha força e notoriedade nas regiões do Nordeste na primeira metade do século passado e logo alguns fatores possibilitaram tal disseminação, como a abertura de tipografias e a chegada do trem. O trem fez com que a locomoção dos poetas e vendedores de folhetos acontecessem de forma mais rápida e alcançasse um público maior. Os cordéis eram comercializados e lidos nas feiras, em praças públicas e nas próprias estações de trens.

Nessa perspetiva, os cordéis eram lidos em voz alta pelos compradores ou até mesmo pelo próprio poeta, logo as histórias ganham interpretações diversas de quem estava ouvindo. Além da função de divertir, educar e moralizar, os cordéis também tinham a função de informar o que estava acontecendo em outros lugares. As capas ilustradas eram apresentadas de maneira que atraísse o leitor ou ouvinte, muitas vezes, o desenho já

especificava o que aconteceria no enredo da história. Desse modo, a produção de folhetos se amplia no Nordeste, no decorrer da primeira metade do século XX, possibilitando também a ampla circulação dos poetas e de suas poesias.

Rosilene Alves (2019) evidencia muito bem o processo pelo qual a literatura de cordel sofreu até ser considerado Património Cultural, no processo de institucionalização, a autora apresenta as contribuições de Camara Cascudo que já em 1939 com o livro, *Vaqueiros e Cantadores* com a intenção de fazer com que haja uma maior valorização e consolidação do Folclore enquanto ciência, visava valorizar a poesia tradicional sertaneja enquanto identidade nacional, entretanto, a consolidação do Folclore ocorre apenas 1965. O gênero do folclore, no qual os cordéis são inseridos, gerava uma valorização das elites locais, que se comparavam constantemente com as elites das grandes cidades, bem como, os poetas que eram de origem simples ganham notoriedade na sua comunidade.

Especialmente, a partir da primeira metade do século XX, os cordéis têm uma ampla circulação por todo Nordeste, especialmente nos Sertões, de maneira que eram utilizados para informar, divertir e educar um povo simples. O conceito de "sertão" desde o processo de colonização foi considerado como o não civilizado e não racionalizado. Durval Muniz em a *Invenção do Nordeste e outras artes* (1999)*,* mostra como esse imaginário sobre uma região "sem cultura" vai sendo construído. Mas, justamente por Nordeste ser é um conceito, ele pode ser pensado e recriado, como afirma o autor:

> O Nordeste, assim como o Brasil, não são recortes naturais, políticos ou econômicos apenas, mas, principalmente, construções imagético-discursivas, constelações de sentido. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p.307).

A ideia de Sertão nasce do gene de desnaturalizar uma região que nesse caso se refere ao sertão do Nordeste. Tudo que fosse afastado das regiões litorâneas era chamado de sertão, bem como há uma captura da região Nordeste pelo conceito de sertão, pois quando se fala nesse termo no Brasil, pensa-se logo no sertão nordestino, como se em outras regiões do país não existisse sertão, a obra de Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas* (1956), prova justamente o contrário dessa narrativa, pois longe do que se pensa, o autor trata de um romance idealizado no Estado de Minas Gerais. Albuquerque Júnior (2021), ainda reforça essa ideia quando retrata a representação imagética do homem sertanejo, e diz que: *"*o sertanejo é, inclusive, visto como homem inculto, como homem não cultivado, o sertanejo é rude, rustico, primitivo é a própria cara do sertão*".* O que somente reforça a associação do conceito de nordeste e o sertão, a seca, miséria e pobreza.

LITERATURA DE CORDEL: MONSTROS NO IMAGINÁRIO RELIGIOSO E NA HISTÓRIA DOS CORDÉIS

No cenário religioso cristão, onde Deus e os santos frequentemente são acionados em socorro dos seus fiéis, também a figura do diabo se inscreve nesse cenário. Enquanto opositor do divino, tentador das almas cristãs, ele quase sempre é descrito nos cordéis como entidade também trapaceira, o diabo participa ativamente dos desafios e da lida cotidiana, enfrentada por vaqueiros, agricultores, caçadores, poetas, donzelas e beatas.

Historicamente, sua construção é um pouco mais complexa, o diabo é, acima de tudo, um personagem judaico-cristão. Na tradição cristã, com grande influência do período medieval e moderno, a representação do mau tem sua forma original de um anjo querubim, responsável pela guarda celestial que foi expulso dos céus numa rebelião de anjos contra Deus com o intuito de tomar-lhes o trono.

A figura diabo ocidental, inclusive, pensado desde os gregos e usado no imaginário europeu, estava inserido no cotidiano dos navegares já no período de "descoberta das américas". O próprio Santo Agostinho percebia a importância dos monstros e apontava que: os homens eram associados ao diabo, pois logo os monstros eram uma expressão de Deus e criação dEle e esses mesmos homens que não fossem como Ele, seriam monstros. Del Priore (2000) evidencia essa representação do monstruoso no cenário religioso:

> Durante a Idade Média, quando a maior parte do mundo era considerada terra incógnita, momento em que as fronteiras do mistério ainda não tinham sido devassadas pelas novas descobertas científicas e enquanto a razão não dominava o universo, uma vida intensa fervilhava nos quatro elementos, vindos do caos os seres que aí se debatiam povoavam as mitologias, nutriam as superstições, agitavam os espíritos e tomavam formas graças ao pincel dos artistas e ao martelo dos escultores. (…) foi nesse período que o oriente transmitiu ao ocidente uma serie de ornamentos abstratos e um bestiário fantástico (2000, p. 15-16).

O fascínio e elaboração das histórias ditas pitorescas são ligadas ao espírito do seu tempo. A relação entre o bem e o mal, o profano e o sagrado se insere na literatura já em tempos muito remotos como, por exemplo com os navegadores, ainda no viés literário, o exemplo do Vampiro Drácula (1897) no campo do monstruoso. Na literatura de Cordel, a relação de bichos e o profano ou sagrado, surge de forma educativa e moralizante. Além das condutas socias, os animais encantados denunciam segredos escondidos ou, simplesmente, falam anunciado eventos futuros.

As crendices na religião cristã estão presentes nos versos dos cordéis, de maneira que envolvem conflitos familiares – entre irmão, casais ou primos – e contam história

de pessoas que se transformaram em bichos por desrespeitarem a hierarquia, como o exemplo da filha que se transformou em cachorra por insultar sua mãe, os humanos se transformam em animais por não seguirem uma conduta social esperada. Na luta entre o bem e o mau há uso da personificação do diabo nos bichos na intensão de passarem mensagens de fortalecimento da fé cristã.

Já no âmbito religioso, o fiel jamais deverá desrespeitar as crenças e santos populares como Padre Cícero e Frei Damião, pois estes tinham grande representatividade no universo religioso. Os títulos dos cordéis muitas das vezes já apresentavam e anunciavam o que aconteceria dentro da história, como por exemplo, **O homem que virou bode por zombar de Frei Damião**, do poeta Apolônio Alves dos Santos. E revela que:

> O homem foi se levantando
> E mesmo com roupa e tudo
> De repente transformou-se
> Em um monstro cabeludo
> Ficou igualzinho um bode horrendo, feio e chifrudo.
> (…)
> Ele chegou foi entrando
> no meio da multidão
> dando chifrada no povo
> foi enorme a confusão bodejando foi parar
> nos pés de Frei Damião. (p.6)

Através da narrativa do poeta, as características diabólicas são reiteradas pelo ser "monstro cabeludo" e "chifrudo" que sai atacando o povo e provocando confusão. Porém, sua força é vencida diante da presença divina, conforme fica explícito quando o ser bodejante "foi parar nos pés de Frei Damião", demonstrando que ele estava sujeito às forças do bem.

No cordel, **O casamento de Lusbel ou A história da Jumentinha e Maria Alice, a moça que enganada casou-se com o diabo Vol. 1**, do autor/proprietário José Bernardo da silva, trata da trama de uma jovem moça que almeja se casar, no cordel o pai da moça faz uma espécie de casamento arranjado, daí em diante os conflitos se desencadeiam por falta de dinheiro e desilusão amorosa. Lusbel, enganada, se casa com o diabo e como dote de seu recebe uma jumentinha de herança, esse animal se transforma na virgem Maria a aconselha para seguir outro caminho, o que não seja ao lado do diabo, o aviso dá-se em detalhe:

> Quando chegar no inferno
> O diabo quer lhe carregar
> para botara-lhes nas chamas
> e você se abismar
> nessa ocasião se benza
> e ponha-se a me chamar

Ele é meu adversário
odeia meu santo nome
ao ouvir falar em mim
te deixará e se some
a jumenta fazerá
com que não morra de fome. (SILVA, p.6)

Para que a interferência da santa seja bem-sucedida, além da moça ter de ficar atenta ao ritual indicado por ela, também uma "jumenta" aparece para ajudar. Por coincidência ou não, esse animal é tido como sagrado para a cultura nordestina, devido sua relação com a história da sagrada família cristã.

Nas histórias poéticas dos cordéis, o uso da figura do diabo, com a intenção de moralizar, educar, fazendo com que as regras cristãs sejam respeitadas é bem comum em algumas obras. Nessa pespectiva, o cordel **A mulher que virou cobra**, do autor Pedro Bandeira, apresenta uma situação de adultério, circunstância imperdoável dentro das regras cristãs e no âmbito da cultura machista, teve seu corpo transformado em serpente por também renegar sua fé em cristo. A transformação acontece da seguinte forma:

Seu corpo se peneirando
Rinchou depois deu um grito (sic)
Aí foi se transformando
Em um fantasma esquisito
(...)
A mulher se transformava
Numa serpente infernal (p.3)

A metamorfose da mulher indica uma ação exemplar para seus leitores. Mas que possibilita leituras variadas: por um lado, trata-se de uma história exemplar, um castigo para o adultério feminino e, portanto, visa o controle social; por outro, também revela a audácia feminina perante os códigos morais estabelecidos.

CONCLUSÃO

Portanto, através da análise dos folhetos pesquisados, o diabo aparece como figura importante no mundo rural, comumente se transformado em animais, tentando ganhar almas, seduzir os sertanejos – incitando seus desejos, atrapalhando seus amores e suas colheitas –, para afastá-los do "caminho bem" e levando-os à perdição. Sendo assim, torna-se importante analisar a literatura de cordel partilhada pelos poetas e leitores, para pensar como o imaginário religioso é elaborado a partir dessa relação dual entre bem/mal, como ele se desdobra através das práticas cotidianas. Nesse universo literário, as práticas religiosas podem ser subvertidas, pois, para além da ajuda de Deus, é a esperteza humana que golpeia o inimigo e acaba por vencê-lo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes.** São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **O sertão é uma palavra que sempre designa o outro.** Revista Historiar, entrevistadores: Francisco Denis Melo & Thiago Braga Teles da Rocha. Vol. 13| Nº. 24| Jan./Jun. de 2021.

BANDEIRA, Pedro. **A mulher que virou cobra**. Juazeiro do Norte, CE, S.d

BARROSO, Gustavo. **Ao som da viola**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Vaqueiros e cantadores**. Belo Horizonte: Itatiaia; São

Paulo: USP, 1984.

PESAVENTO, S. J. **História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DEL PRIORE, Mary. **Esquecidos por Deus:** monstros no mundo europeu e ibero-americano (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Cia das Letras, 2000.

LIMA, Lenira Ribeiro. **Catálogo da Sociedade de Etnografia e Folclore**. Apresentação. São Paulo: Centro Cultural São Paulo. 2001. MAGALHÃES, Celso de. **A poesia popular brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1977.

MAGALHÃES, Célia. **Os monstros e a questão racial na narrativa modernista brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MELO, Rosilene. **Literatura de Cordel:** historiografia, práticas, arquivos. ANHUP-Brasil-30º Simpósio Nacional de História- Recife,2019.

SANTOS, Apolônio Alves dos. **O homem que virou bode por zombar de Frei Damião**. s.d. Guarabira, PB: Tipografa Pontes, s.d

SILVA, José Bernardo da. **O casamento de Lusbel ou A história da Jumentinha e Maria Alice, a moça que enganada casou-se com o diabo**, s.d.

THOMPSON, Edward P. Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. **Projeto e missão:** o movimento folclórico brasileiro (1947-1964). Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

"*VINTE E QUATRO DE AGOSTO, O DIABO ANDA SOLTO*": CRENDICES, SUPERSTIÇÕES E CURIOSIDADES DO VAQUEIRISMO PIAUIENSE, NA OBRA DE FONTES IBIAPINA (1993)

Iasmim Ibiapino Alves[1]

RESUMO

O presente artigo pretende discutir acerca das crendices, superstições e curiosidades a partir da atividade profissional do vaqueiro no Piauí, sob o viés da interpretação folclórica na obra *Crendices, superstições e curiosidades verídicas no Piauí (1993)* do juiz, literato e folclorista piauiense João Nonon de Moura Fontes Ibiapina (Fontes Ibiapina). A criação de gado, dentre outras práticas, foi responsável pelo reconhecimento e desenvolvimento do sertão nordestino, desta forma, a labuta em campo, além de exercer influência econômica, ainda demonstrava as características culturais do sertanejo, como a figura do vaqueiro e suas crendices e superstições na lida com o gado. O objetivo é, a partir desta historiografia *ibiapinense*, dialogar acerca da regionalidade piauiense, evidenciando a importância da prática pecuária no estado do Piauí e demonstrando a forma de pensar/praticar a cultura do vaqueirismo.

Palavras-Chave: Crendices. Superstições. Vaqueirismo. Piauí. Nordeste.

INTRODUÇÃO

Enveredar-se pela leitura e escrita é algo que fazemos diversas vezes ao longo das nossas vidas. E por acontecer com tanta frequência, não nos postamos atentos a real importância que exerce em nossas vidas. Nesta trajetória, as nuances transmitidas pela historiografia ecoam pelas paredes dos labirintos que formam as nossas vivências, tornando-se presente, seja através dos estudos ou até mesmo pelas conexões que os indivíduos imprimem ao se relacionarem com outrem e com o ambiente. Além disso, suas características marcam presença em livros, jornais, revistas ou nas tecnologias, funcionando como um "manual de sobrevivência" da vida humana.

Assim, como destaca Araújo, a historiografia seria o "resultado da trajetória percorrida pelos estudos históricos, que expressam determinadas operações envolvendo

1 Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: iasmimufpb@gmail.com

o historiador, o pensamento histórico, o trabalho documental e as narrativas."[2] Diante disso, percebe-se que não se trata apenas da metodologia e da teoria, mas também da interlocução entre as leituras constantes de obras que proporcionam diferentes formas de pensamento e escrita da história ao longo do tempo.

Particularmente, no século XX, a trajetória da historiografia brasileira estava marcada pela enorme presença de intelectuais que buscavam interpretar o país. Desta forma, a partir da leitura dos chamados "clássicos" percebe-se a escrita da história em seu tempo e contexto, principalmente, na medida em que esta designa a memória e o esquecimento das bibliografias que embasam nossas pesquisas, compreendendo-os para, assim, problematizá-los.

Há muito tempo, os indivíduos justificavam os acontecimentos em seu meio com poderes mágicos e entidades sobrenaturais. Não obstante, gostavam de inventar histórias e transmiti-las aos outros, dando origem às superstições. Conceitos estes que, muitas vezes, seriam utilizados para desqualificar o conhecimento tradicional e ancestral da população do campo que, mesmo com o avançar científico, permanece sendo usado para dar equilíbrio àquilo que seria considerado complexo.

Assim como evidencia Orlando Neves (2004) "é essa espécie de conforto moral que explica a permanência das superstições no ser humano como forma de ordenar o caos mental em que se encontra."[3]

Sob este viés, este artigo tem como objetivo discutir acerca das crendices, superstições e curiosidades, a partir da atividade profissional do vaqueiro no Piauí, sob o olhar folclórico de Fontes Ibiapina, que através desta produção intelectual, o autor descreve o que é do outro, do povo, com sua visão de mundo.

Esta profissão, tem bastante importância na construção territorial, econômica e cultural nordestina, além de enraizar práticas e ensinamentos que contribuem para manutenção da vaqueirice nordestina. Estas práticas e ensinamentos, são muitas vezes baseadas em crendices e superstições que, passadas de geração em geração, zelam pelo exercer da profissão e a valorização cultural.

Neste sentido, a escolha temática partiu da necessidade de destacar a importância da historiografia para compreensão e valorização da cultura do outro, demonstrando diversas formas como as culturas estão impressas no cotidiano, como também, a forma

---

2 ARAÚJO, Jhonny Santana. **Os caminhos da interação entre história, historiografia e teoria**. Revista de Teoria da História Ano 7, n 13, abril/2015 Universidade Federal de Goiás, p. 227.

3 NEVES, Orlando. **Dicionário de superstições.** Portugal: LEYA, 2004.

como o outro a manifesta e a perpetua em seu meio. Assim como evidencia Foucault,

> [...] era o discurso pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido; era o discurso que pronunciava a justiça e atribuía a cada qual sua parte; era o discurso que, profetizando o futuro, não somente anunciava o que ia se passar, mas contribuía para a sua realização, suscitava a adesão dos homens e se tramava assim com o destino.[4]

A partir desta perspectiva, surgem as obras do autor João Nonon de Moura Fontes Ibiapina, nascido em 14 de junho de 1921, no município de Picos – PI, mais precisamente na zona rural, no povoado Lagoa Grande. Sua vivência na fazenda e o flanar[5] pela cidade picoense, exerceu bastante influência sobre a sua literatura, tornando-se protagonista da sua narrativa e referência social intelectual sobre a cultura do Piauí.

Anos mais tarde, mudou-se para a capital Teresina, onde graduou-se em Direito no ano de 1950. Além de juiz de direito, exercia outras profissões, como professor e literato. Por conta desta última, ocupou a cadeira nº 9 da Academia Piauiense de Letras – (APL), localizada na cidade de Teresina, como também foi patrono da cadeira nº 9 da Academia de Letras da Região de Picos (ALERP). Ademais, foi membro do Conselho Estadual de Cultura do Piauí, além de ter sido um dos fundadores e o primeiro presidente da Academia Parnaibana de Letras.

Sendo um piauiense afiado[6] e conhecedor da gente e dos costumes de sua terra, o premiado autor modernista escreveu diversos livros, muitos publicados, mas outros ainda permanecem inéditos, que versavam entre contos, romances, folclore e peças de teatro. Segundo Rabelo, Fontes Ibiapina é “assumidamente uma narrativa regionalista, herdeira do regionalismo-tradicionalista nordestino; um realismo do espaço, portanto, disposto ora a denunciar politicamente o presente, ora a lamentar saudosamente o passado”. [7]

Após a partida de Clarice Rosa do Monte Ibiapina, no ano de 1985, faleceu de parada cardíaca no dia 10 de abril 1986, aos 65 anos de idade, na cidade de Parnaíba, onde viveu boa parte da sua vida. No entanto, experimentou demasiadamente sua passagem terrena, projetando-se nacionalmente e deixando diversas produções publicadas e escritas, como os romances *Palha de Arroz, Vida gemida em Sambambaia* – que conquistou

---

4 FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Ed. Loyola, 2006. 79p.

5 BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo** - Obras escolhidas III. São Paulo: Brasiliense, 1989.

6 Bem preparado para qualquer ato. IN: IBIAPINA, Fontes. **Dicionário de Brasileirismos no Piauí**. Teresina: C.G.do Banco do Nordeste, 2002.

7 RABELO, Elson de Assis. **Desatinos do tempo:** História e Temporalidade na ficção Ibiapiniana. In: BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo (org.). História e ficção. Imperatriz, MA: Ética, 2009, p.40.

o primeiro lugar no Concurso Nacional do Livro. Não obstante, escreveu outras obras clássicas piauienses, como *Tombador, Brocotós, Chão de Meu Deus, Terreiro de Fazenda, Paremiologia Nordestina,* dentre outras.

Desta forma, sua obra *Crendices, superstições e curiosidades verídicas no Piauí*, do ano de 1993, uma obra póstuma, escrita na linha folclorista do autor, é de grande importância para o conhecimento da diversidade cultural nordestina e também para a permanência de invisibilidades neste campo cultural.

Neste livro, se encontram diversos eventos verídicos, que carregam, até mesmo, manifestações de cunho sobrenatural, envolvendo cuidados, previsões e curiosidades que o homem rústico adquiriu (e acreditou) ao longo de sua vida. Fazendo uso do terceiro capítulo deste livro, nomeado *"Sobre vaqueiro, gado, etc."*, se conhece a vaqueirice como algo além de profissão, mas sim, uma forma de vida e promoção da cultura nordestina.

"*NA VAQUEIRICE, O HOMEM VIVE LIGADO AO GADO E AMA-O DEMASIADAMENTE*": A PECUÁRIA E A PROFISSÃO DO VAQUEIRO

Considerado como um país de extensa produção pecuária e agrícola na contemporaneidade, o Brasil exerceu estas práticas antes mesmo da chegada dos colonizadores em seu território. Espalhando-se, a pecuária foi responsável por boa parte da conquista e expansão dos territórios, demonstrando, assim, algo que movimentaria além da economia, como também, algo que criou laços com a cultura e a sociedade local. Assim, a região Nordeste se destaca, enfrentando todas as adversidades, como a longa trajetória e as diferenças climáticas, os sucessos e os fracassos que a agropecuária atravessou foram vários, e mesmo com isso, continuou a prosperar no sertão.

Neste sentido, Knox[8] evidencia que a expansão e o desenvolvimento das vilas e cidades no início do século XIX se deu por três polos de atração: a do mar (representado pelo Maranhão), a da Bahia, de influência no sul do Piauí e a força do centro, sendo que muitas dessas forças geográficas decidiam os destinos da Capitania e da Província, ou seja, o desenvolvimento demográfico, o crescimento das vilas e cidades ficariam ora atraídos por um polo, ora por outro.

Assim, como destaca Alves[9], a pecuária se constituiu na mais importante atividade subsidiária nos engenhos, além disso, foi responsável pelo movimento que iria povoar

8 KNOX, Miridan Brito. **O Piauí na primeira metade do século XIX**. Teresina: Projeto Petrônio portela, 1986.

9 ALVES, Vicente Eudes Lemos. **As bases históricas da formação territorial piauiense**. Geosul, Florianópolis, v. 18, n. 36, p 55-76, jul./dez. 2003.

vastas áreas do território brasileiro. Desta forma, pode-se destacar que o seu início, primeiramente, adquiriu um caráter itinerante, valendo a si mesma, não necessitando, por exemplo, de grandes investimentos de capital e pessoal para o seu funcionamento.

A partir disto, o gado migra para o interior do país, contribuindo para o desbravamento. Esta definitiva expulsão do gado para os sertões no fim do século XVII permitiu formação, por parte dos colonizadores, de vastas propriedades, as fazendas de gado. Assim, o gado passaria a oferecer mais lucro e, portanto, visibilidade para a colônia, movimentando seu mercado interno.

O território piauiense, neste sentido, se destacou pelas suas condições naturais, pois, geograficamente, situa-se no meio norte ou nordeste ocidental do Brasil, sendo assim um território de transição do Nordeste Oriental semiárido para a região amazônica úmida, carregando aspectos morfológicos da região centro-sul do Brasil.

Mesmo que houvessem diversas práticas pecuárias e outras fossem surgindo ao passar do tempo, a que mais se percebe no interior piauiense seria a pecuária extensiva, que se destaca pela criação do gado solto, em grandes áreas de terra e sem grandes recursos tecnológicos. Técnicas como esta, seriam mais utilizadas devido os grandes fatores naturais que favoreciam este tipo de prática, como a pluviosidade mais elevada e melhor distribuída, cursos d'água permanentes e as grandes extensões de terra, que fortificavam, ainda mais, esta indústria bovina

O Piauí, além do grande desenvolvimento da agropecuária, teve grande influência econômica a partir da plantação da maniçoba[10], do algodão e da cera de carnaúba, tornando-se um grande centro de produtos têxteis, de distribuição de insumos e promoção de mão de obra, fazendo com que indivíduos de todo país tivessem interesse neste comércio.

Assim, podemos compreender a partir de Braudel, na forma de "como as economias-mundos foram de duração muito longa, cada uma evoluiu e se transformou localmente em relação a si própria e as suas épocas, as suas fases sucessivas sugerem por sua vez algumas aproximações."[11]

Inserido neste contexto, o Piauí, que muitos não sabiam se fazia parte do Norte ou Nordeste, vivia na transição entre o rural e o urbano, demonstrando suas características interioranas, por exemplo, como brincadeiras nas ruas, hortas e criação de animais

10 Planta da família das Euforbiáceas, de cujo látex extrai-se a borracha.IN: IN: IBIAPINA, Fontes. **Dicionário de Brasileirismos no Piauí**. Teresina: C.G.do Banco do Nordeste, 2002.

11 BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: o tempo do mundo.** Vol 3. Martins Fontes, 2009 [1967], p.16.

comestíveis nos quintais, etc., como descreve Rabelo.[12]

A pecuária, neste momento, funcionava não apenas para movimentar o comércio alimentício da carne, mas também, para transportar grandes cargas e a confecção de roupas e acessórios, utilizando seu couro, como as usadas pelos vaqueiros para adentrar as matas em busca de alimento ou do gado perdido, protegendo-se do clima tropical semiárido e do cerrado e da caatinga, do sol escaldante e dos espinhos e galhos secos, sendo composta pelo chapéu, com uma corda para pender no queixo, o gibão, o peitoral, as perneiras, luvas e sandálias.

No entanto, o gado também iria desempenhar certa influência acerca do papel exercido pela sociedade, pois, a ocupação das pastagens pelo gado assegurava a apropriação da terra pelos proprietários, causando conflitos e disputas entre fazendeiros e posseiros que marcavam o sistema agropecuário.

Neste contexto, o papel do vaqueiro na sociedade piauiense demonstrava grande importância, pois este trabalhador, é responsável pelos cuidados com a alimentação e conservação do rebanho, buscando locais adequados para o pastoreio, com alimento e água em abundância nos tempos de seca e o transporte dos rebanhos de um estado para o outro, tornando-se um dos principais elementos da cultura sertaneja no Brasil.

Assim, torna-se importante (re) pensar as repercussões das vivências sob opressão e discriminação e a relevância do engajamento da população em certos movimentos, demonstrando suas consequências sociais e culturais, como destaca Frantz Fanon[13],

Esta profissão, acabou perdendo seu prestígio ao passar do tempo, as novas gerações perderam o interesse em dar continuidade às profissões de seus antepassados, no entanto, muitos permaneceram mantendo vivo este ofício, a partir dos conhecimentos obtidos através das tradições orais, passadas de geração em geração.

Como modelo destes conhecimentos transmitidos, surgem as crendices e superstições que, ao integrarem o folclore de um povo, esta crença, considerada por muitos, irracional, influenciava diretamente a forma de ver/praticar suas vivências e, neste caso, a pecuária.

---

12 RABELO, Elson de Assis. **A História entre Tempos e Contratempos**: Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí. 2008. 200 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós – Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008.

13 FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008, p.25-31. [1952]

“N*UNCA VI COURO DE ALMA, NEM RASTRO DE ‘LOBISOME*’”: AS CRENDICES E SUPERSTIÇÕES COMO UM GUIA DA VAQUEIRICE

Mitos, lendas, crendices, superstições e outros elementos populares, fazem parte do folclore mundial. Estas representações das tradições, exprimem uma forma de vida singular, onde estes conhecimentos coordenam a vida em sociedade, marcando o compasso das atividades diárias e a construção de uma cultura particular.

Desta forma, como evidencia Cascudo[14], os mitos, assim como outras manifestações poéticas orais, apresentam peculiaridades que revelam informações históricas, sociais e etnográficas, constituindo-se em documento vivo. Segundo ele, o folclore poderia ser a história moral do homem, ou seja, a história da sua coletividade, da sua alimentação, seus tabus, seus ritos, orações, funcionando para o reconhecimento da cultura e um conjunto de normas sociais a serem seguidas.

Transmitidas de geração em geração, estas inúmeras manifestações se originam de crendices e expressões baseadas por elementos naturais, como fogo, água, vento, animas, etc., dotados, em certo ponto, de misticismos e narrativas pautadas na imaginação. Embora existam há um longo tempo, e serem diversas e variadas, as crendices e superstições continuam tendo certa credibilidade, mesmo que, em alguns momentos, o homem urbano questione sua veracidade.

Nos sertões do Piauí, desde a infância, além de suas tarefas diárias, as crianças crescem em meio a brincadeiras e histórias de “arrepiar os cabelos”. Em rodas de conversa, estes assuntos viram pauta, não para intimidar, mas para transmitir conhecimento e suas memórias, sejam com histórias de almas penadas, sacis e lobisomens ou para repassar suas experiências do cotidiano. E como um desses jovens, Fontes Ibiapina descreve algumas crendices e superstições que marcaram sua vivência nos campos picoenses.

Dentre suas diversas vertentes, as crendices populares também se firmavam presentes na prática da pecuária e na lida com o gado, propondo um equilíbrio entre os seres humanos e a natureza, demonstrando seus benefícios e também seus perigos, buscando a melhor forma de aprendizagem e o exercício de suas atividades.

Assim, podemos perceber a importância da voz destes indivíduos para a comunidade, perpetuando, a partir de suas falas, a cultura local. Desta forma, como evidencia Djamila Ribeiro[15], é importante pensar as identidades, pois elas refletem o fato

14 Cascudo, L.C. 2009. Literatura Oral no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Global Editora, 486p

15 RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017, p.13-19.

de que as experiências são distintas e importantes para obter conhecimento, valorizando os locais de fala.

Neste sentido, Segundo Fontes Ibiapina, a prática pecuária conta com diversas narrativas de vivências e experiências a respeito do criatório, e suas concepções, se baseiam em três elementos essenciais: o homem, o cavalo e o cachorro, devido serem eles que controlam a pecuária, sendo o vaqueiro, seu cavalo e o cachorro que pastoreia o gado *vacum*.

Uma destas narrativas presentes no livro, dá nome a este artigo, "*Vinte e quatro de agosto, o diabo anda solto"*, que se trata de um ditado popular, que remete à superstição que o pior dia do ano para campear é o dia 24 de agosto, dia de São Bartolomeu, pois, para os mais supersticiosos, neste dia, o diabo consegue enganar a vigilância dos arcanjos e passeia entre os homens. Como podemos perceber no poema de Leandro Gomes de Barros, descrito abaixo:

O BOI MISTERIOSO[16]
LEANDRO GOMES DE BARROS

"A 24 de agosto
Data esta receosa,
É o dia que o diabo pode
Saltar e dar uma prosa;
Foi nesse dia o parto
Da Vaca Misteriosa.

Dela nasceu um bezerro
Muito grande e bem nutrido,
Preto, da cor de carvão,
O pelo muito luzido,
Representando já ter
Um mês ou dois de nascido."

Neste poema, percebe-se mais detalhadamente a forma como esta crença é levada a sério, afirmando que, até mesmo uma vaca deu à luz a um bezerro oriundo desta visita inesperada. Não obstante, para os campeiros, dia de segunda-feira também não é indicado para trabalhos no campo, pois é o dia das almas, podendo causar doença nos animais, como vemos nos versos de Hermínio Castelo Branco:

16 BARROS, Leandro Gomes de. **O boi misterioso.** IN: IBIAPINA, Fontes. Crendices, superstições e curiosidades verídicas no Piauí. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993.

LIRA SERTANEJA[17]
HERMÍNIO CASTELO BRANCO

"Tudo ficou combinado
Para um dia de terça-feira,
Pois a segunda é das almas,
Nunca foi de brincadeira...
Não se deve campear
Nem uma rês de bicheira".

A Lira de Hermínio Castelo Branco, um poeta popular, de linguagem regionalista e simples, nascido no município de Barras - PI, carrega a tradição popular dos violeiros, cantando sobre seus hábitos e costumes, seja das farinhadas, caçadas e, até mesmo, da vida do vaqueiro. Na poesia *São Gonçalo nos Sertões*, Hermínio destaca que nunca viu "couro de alma, nem rastro de 'lobisome'", versos que, tempos depois, Ney Matogrosso gravaria uma variação de seus versos: "nunca vi rastro de cobra, nem couro de lobisomem."[18]

O mês de agosto já carrega a crença de ser um mês azarado, sendo considerado o mês do desgosto e do mau agouro, mas o porquê da fama, ninguém sabe ao certo. Para enfrentar estes receios da vida no campo, também haviam rezas fortes para o vaqueiro, tanto de proteção quanto de encorajamento, para o vaqueiro se tornar afamado, pegando qualquer boi brabo, especialmente a oração de São Marcos da Serra Negra e a e São Braz. Como também, haviam rezas fortes para *encaborjar*[19] boi, tornando-o arisco e difícil de ser domado.

Neste sentido, o gado *vacum* é considerado "abençoado por Deus", pois quando vai se deitar, benze o chão com as ventas, desta forma, alma penada não entra no curral. Não obstante, também se destacam outros animais abençoados, como o galo, a vaca e a ovelha, isso porque quando Cristo nasceu, comunicaram-se assim:

O galo – Cristo nasceu!
A vaca – aonde?
A ovelha – em Belém!

No entanto, também existem animais amaldiçoados, como o cabrito, o peru e o guiné, porque responderam:

O cabrito W– mente, mente, mente...
O peru – degola, degola, degola!...
O guiné – tô fraco, tô fraco, tô fraco...

---

17 CASTELO BRANCO, Hermínio. **Lira Sertaneja**. 1972.

18 MATOGROSSO, Ney. **Homem com H. Ariola:** 1981.

19 Mesmo que caborjar, botar reza forte numa rês para ninguém a pegar. IN: IBIAPINA, Fontes. **Dicionário de Brasileirismos no Piauí**. Teresina: C.G.do Banco do Nordeste, 2002.

A partir destas superstições, entende-se que algumas são baseadas a partir do imaginário e da criatividade, utilizando, por exemplo, dos sons animais para criar frases que contém sentido, a partir de suas onomatopeias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi dito, torna-se importante demonstrar a relevância social destes conhecimentos, compreendendo-os como práticas que contribuíram para a diversidade cultural nordestina e a permanência destas experiências no campo cultural. Assim, é relevante lembrar que a intenção deste artigo não é inferiorizar estas formas de cultura popular, mas sim, compreender o folclore como um enorme campo de produção de conhecimento, que carrega diversas esferas de progresso, civilização e desenvolvimento.

Ademais, torna-se importante o conhecimento destas práticas por darem voz aos indivíduos que as constituem, não valendo-se apenas da importância que cada um ocupa em seus cenários, mas considerando dentro de todo um contexto em produção ou já produzido, dando sustentação ao processo vivido.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vicente Eudes Lemos. **As bases históricas da formação territorial piauiense**. Geosul, Florianópolis, v. 18, n. 36, p 55-76, jul./dez. 2003.

ARAÚJO, Jhonny Santana. **Os caminhos da interação entre história, historiografia e teoria**. Revista de Teoria da História Ano 7, n 13, abril/2015 Universidade Federal de Goiás.

BARROS, Leandro Gomes de. **O boi misterioso.** IN: IBIAPINA, Fontes. Crendices, superstições e curiosidades verídicas no Piauí. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo** - Obras escolhidas III. São Paulo: Brasliense, 1989.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: o tempo do mundo.** Vol 3. Martins Fontes, 2009 [1967], p.12-58.

Cascudo, L.C. 2009. Literatura Oral no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Global Editora, 486p.

CASTELO BRANCO, Hermínio. **Lira Sertaneja**. 1972.

CASTELO BRANCO, Hermínio. **O Vaqueiro do Piauí.** IN: Lira Sertaneja. 1972.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008, p.25-31. [1952]

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Ed. Loyola, 2006. 79p.

IBIAPINA, Fontes. **Sobre vaqueiro, gado, etc**. IN: IBIAPINA, Fontes. Crendices, superstições e curiosidades verídicas no Piauí. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993.

IBIAPINA, Fontes. **Dicionário de Brasileirismos no Piauí**. Teresina: C.G.do Banco do Nordeste, 2002.

KNOX, Miridan Brito. **O Piauí na primeira metade do século XIX**. Teresina: Projeto Petrônio portela, 1986.

NEVES, Orlando. **Dicionário de superstições.** Portugal: LEYA, 2004.

RABELO, Elson de Assis. **A História entre Tempos e Contratempos**: Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí. 2008. 200 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós – Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008.

RABELO, Elson de Assis. **Desatinos do tempo:** História e Temporalidade na ficção Ibiapiniana. In: BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo (org.). História e ficção. Imperatriz, MA: Ética, 2009

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017, p.13-19.

"O BANDIDO E O SANTO"[1]*:* REPRESENTAÇÕES DE LAMPIÃO NOS FOLHETOS DE CORDEL DE RODOLFO COELHO CAVALCANTE

Shelrem Lopes do Nascimento[2]
Francisco Dênis Melo[3]

RESUMO

A pesquisa ora proposta tem como objetivo principal analisar e problematizar as representações do cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, popularmente conhecido como Lampião, em dois folhetos de cordel do poeta alagoano Rodolfo Coelho Cavalcante: Lampião o terror do Nordeste (1979) e Lampião não era tão cão como se pinta (1982). É importante ressaltar que o cordel é uma importante fonte para os historiadores pois a mesma comporta características de uma dada realidade social, em vista disso, em termos de estrutura da pesquisa proposta, pretende-se primeiramente realizar uma breve abordagem sobre esse tipo de literatura produzida no Brasil destacando suas principais características e especificidades e, a partir disso, analisar e problematizar os folhetos sobre Lampião.

Palavras-Chave: Literatura de Cordel, Cangaço, Lampião, Representações.

INTRODUÇÃO

Literatura de cordel, literatura de folhetos ou, simplesmente, folhetos, são terminologias utilizadas para se referir à manifestação poética com raízes ligadas ao Nordeste brasileiro[4]. Trata-se de poemas narrativos impressos em folhetos, que falam

---

1 Expressão utilizada por Ruth Brito Lêmos Terra no capítulo 4 do livro *Memória de Lutas: literatura de folhetos do Nordeste 1893-1930.* São Paulo: Global Ed., 1983. p. 106.

2 Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Email: shelremlopes2017@gmail.com

3 Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco e Professor do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Email: melo_denis@uvanet.br

4 ABREU, Márcia. *Histórias de cordéis e folhetos.* Campina-SP: Mercado de Letras – Associação de Leitura do Brasil, 1999, p. 17-18. Segundo Márcia Abreu, apesar de hoje utilizarmos o termo "literatura de cordel", nem sempre os produtores e consumidores dessa literatura reconhecem tal nomenclatura. No período em que teve início sua produção, com a instalação de um mercado editorial, os poetas utilizavam o termo "literatura de folhetos" ou "folhetos". Apenas na segunda metade do século XX , mais precisamente por volta de 1970, com o desenvolvimento dos estudos sobre a poética nordestina é que passa-se a utilizar o termo "literatura de cordel". Passando assim a ser utilizado pelos poetas de bancada e seu público leitor/ouvinte. A respeito dessa problemática ver também:LUCENA, Kalhil Gibran Melo de. *Fragmentos de História em verso:* literatura de folhetos na Primeira República (1889-1929), 2015. 142f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2015.

sobre temas diversos, em discurso onde ficção e realidade histórica andam lado a lado. Apesar de muitos pesquisadores afirmarem que esse tipo de literatura possui suas raízes ligadas a literatura popular Européia, nota-se que a mesma possui características próprias abordando, predominantemente, aspectos dessa região, sendo produzida e difundida até os dias atuais.

Ao analisar o percurso histórico dessa literatura, percebemos que de início os poetas declamavam seus versos em público, ao trafegar pelas fazendas e vilarejos do sertão, posteriormente, com o desenvolvimento das tipografias, os folhetos passaram a ser impressos de forma abundante, promovendo uma inovação no processo de sua divulgação, como resultado disso, os cordéis passaram a ser consumidos por um número expressivo de leitores numa área geográfica ampla.[5]

No que diz respeito aos aspectos dos folhetos, eles são escritos em forma rimada e impressos em papel pardo, medindo cerca de 12 x 16 cm, com páginas que variam entre 8, 16, 24, 32, ou até mesmo 48, sendo essas ilustradas com vinhetas, desenhos, fotografias ou xilogravuras condizentes com o conteúdo abordado.[6] Nas capas podemos observar a presença dos nomes dos autores, os títulos dos poemas o nome da tipografia impressora e seu endereço. Além disso, em alguns folhetos podemos encontrar a data de publicação, o preço, a indicação do local de venda e o endereço do autor, que costuma ser também um local de venda. Essas informações são impressas com grande variedade de tipos. Além dessas informações, podemos encontrar na contracapa dos folhetos anúncios sobre novas narrativas e avisos aos leitores e vendedores.[7]

Com olhar sempre atento ao seu redor, os poetas de bancada[8] produzem suas rimas sobre política, religião, fatos do cotidiano etc. Muitos são os assuntos abordados nos folhetos de cordel, dentre esses constatamos que o cangaço é um dos temas mais recorrentes nessa literatura, onde os poetas narram às façanhas de importantes figuras desse movimento, inserindo os mesmos em diversas narrativas que perpassam o real contexto histórico de sua atuação. Dentre esses, Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião, o dito Rei do Cangaço, é de longe um dos personagens mais biografados nos folhetos de cordel que abordam sobre a temática do cangaço, como resultado das

---

5 CURRAN, Mark J. *A História do Brasil em Cordel.* São Paulo: Edusp, 2009. p. 19.

6 GRILLO, Maria Ângela de Faria. *A arte do povo: histórias na literatura de cordel (1900 – 1940)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p. 42

7 TERRA, Ruth Brito Lêmos Terra. *Memória de lutas: literatura de folhetos do Nordeste (1893-1930).* São Paulo: Global Ed., 1983. p. 23.

8 Denominamos aqui de *poetas de bancada,* também conhecidos como cordelistas, os sujeitos que produzem narrativas versificadas escritas e publicadas em folhetos. Os autores dos folhetos de cordel.

ações desse sujeito pelo Nordeste brasileiro, ações essas conservadas pelo imaginário popular, sendo notórias até os dias atuais. Em vista disso, ao fazermos um levantamento dos folhetos escritos por poetas que buscam narrar às façanhas de Lampião, notamos que os mesmos apresentam esse cangaceiro em seus versos a partir de determinadas perspectivas. Sendo representado por diversas vezes como um personagem dotado de crueldade, que provocou terror no sertão. Por outro, tal cangaceiro é abordado como um justiceiro que entrou para o cangaço devido o contexto econômico, político e social em que estava inserido. Por conseguinte, buscamos nessa pesquisa mostrar como o poeta alagoano Rodolfo Coelho Cavalcante, o *trovador brasileiro*, como consta nas capas dos folhetos publicados pelo mesmo, representa esse cangaceiro em seus versos. Para isso, escolhemos dois folhetos produzidos pelo mesmo, são eles: *Lampião o terror do Nordeste*, publicado em 1978 e, *Lampião não era tão cão como se pinta*, lançado em 1982.

Antes de analisarmos tais folhetos, considera-se ser necessário apresentar alguns dados biográficos referentes ao autor das obras citadas. Conforme relata Maria do Rosário Pinto, Rodolfo Coelho Cavalcante nasceu em 1919, na região de Rio Largo, Estado de Alagoas, filho de Arthur de Holanda Cavalcante e Maria Coelho Cavalcante. Antes de se torna poeta, o mesmo percorreu os Estados de Alagoas, Sergipe, Ceará, Piauí e Maranhão se ocupando de atividades como propagandista, camelô e palhaço de circo, posteriormente, com a aquisição de um conjunto de folhetos do poeta e editor João Martins de Athayde, o mesmo passa a entrar, de fato, no universo do cordel, iniciando sua carreira como folheteiro. Defensor da classe dos poetas, realizou em 1955, em Salvador, Bahia, o I Congresso Nacional de Trovadores e Violeiros. Além disso, fundou alguns periódicos com o mesmo intuito, em defesa de seu oficio, sendo eles *A Voz do Trovador*, *O Trovador* e *Brasil Poético*.[9] Morreu atropelado em 1986, e "com ele morreram todas as falas, todas as lábias, todos os versos e paródias que almejavam conquistar todas as rodas, roda de feira, roda de circo, roda de gente."[10]

Em vista do exposto, é importante ressaltar a escolha de tal autor pois, ao entrar em contato com a literatura de cordel o pesquisador constantemente será surpreendido pela quantidade de autores que abordam sobre a temática do cangaço em suas narrativas, isso se deve a relevância do tema em que, na atualidade alguns poetas ainda versam sobre as façanhas de determinados cangaceiros. Em relação a isso, podemos iniciar afirmado que a escolha de pesquisar sobre a forma com a qual Cavalcante aborda Lampião em seus

9 PINTO, Maria Rosário. *Rodolfo Coelho Cavalcante.* Rio de Janeiro: FCRB, 2010. p. 1-2.

10 KUNZ, Martine. Rodolfo Coelho Cavalcante: um caso de peleja entre a oralidade e a escrita. In: CARREIRA, André Luiz Antunes N. [et. al.]. (Org.). *Mediações performáticas latino americanas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003. p. 154.

folhetos se deve ao modo de produção de suas narrativas. Agindo como representante do povo, o poeta fabrica seus versos de acordo com os interesses do público, onde busca não deixar transparecer sua opinião própria mas, aquilo que o público pensa ou quer ouvir, conforme ressaltado em entrevista: “minha poesia é para ganhar dinheiro, é comercial; não é aquilo que eu penso”[11], “eu não tenho opinião própria, tenho a opinião que o povo quer comprar.”[12]

UM CANGACEIRO NOS FOLHETOS DE CORDEL

Tendo nascido por volta de 1898, no município de Vila Bela, atual Serra Talhada, no Estado de Pernambuco, Virgulino Ferreira da Silva tornou-se umas das figuras centrais do fenômeno do cangaço, sob o pseudônimo de Lampião. Sua carreira como chefe de grupo tem início por volta de 1922, período em que assume o bando do cangaceiro Sinhô Pereira quando este, aconselhado por Padre Cícero, decide abandonar as armas e se retira para Minas Gerais.[13]Dentro de um recorte temporal que vai de 1922 até 1938, o dito bandoleiro das caatingas levou uma vida de crimes diversos numa área geográfica situada entre os estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Alagoas, Bahia, Rio Grande do Norte e Sergipe.[14]

No contexto em que levava uma vida quase que *sem lei nem rei*[15] no sertão nordestino, a imagem de Lampião foi sendo esculpida através de determinados fatores. O primeiro deles foi a imprensa periódica, onde qualquer atividade praticada por seu grupo era ligeiramente noticiada pelos jornais. No campo cinematográfico, Virgulino foi intensamente fotografado, tendo sido produzido um filme documental estrelado pelo próprio cangaceiro no decorrer da década de 1930. O autor desse importante registro histórico foi o sírio-libanês, Benjamin Abrahão. Além disso, foram publicados diversos livros sobre as façanhas do Rei do Cangaço ainda na época em que seu grupo estava ativo, a exemplo disso podemos citar *Lampeão: sua história*, de Érico de Almeida, publicado em 1926, *No tempo de Lampião,* do cearense Leonardo Mota, publicado em 1930 e, *Lampeão*, de Ranulfo Prata, publicado em 1934. Dentre todos esses fatores, um se destaca como principal propagador das façanhas de grupos de cangaceiros, referimo-nos aos folhetos

11 Ibid., p. 155.

12 Ibid., p. 155.

13 QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *História do Cangaço.* 5ª Ed. São Paulo: Global, 1997. p. 25.

14 MELLO, Frederico Pernambucano de. *Apagando o Lampião: vida e morte do rei do cangaço.* São Paulo: Global, 2018. p. 47.

15 CAMPOS, Maximiano. *Sem lei nem rei.* 4ª Ed. São Paulo: Escrituras, 2008.

de feira, hoje conhecidos eruditamente como literatura de cordel.[16]

No tempo de suas andanças, as façanhas de Lampião e seus sequazes foram devidamente registradas pelos poetas de bancadas nos folhetos de cordel.[17] Após sua morte, a de sua companheira Maria Bonita, e mais nove cangaceiros em 28 de Julho de 1938, pela força volante liderada pelo tenente João Bezerra, na Grota de Angico, em Sergipe, essas narrativas continuaram sendo produzidas. Posto isso, mediante leitura de determinados folhetos, notamos que essas narrativas são constituídas de certa ambivalência em que, constantemente Lampião é apresentado como um bandido cruel e sanguinário que promoveu terror pelo sertão. No entanto, nem sempre os folhetos propagam tal imagem, sendo abordado por diversas vezes como um sujeito que, apesar de ter se tornado cangaceiro, este possui um lado bondoso, fruto do meio em que estava inserido, agindo como juiz do povo. Nos folhetos produzidos por Rodolfo Coelho Cavalcante, esse paradoxo torna-se nítido.

Em vista do exposto, antes de examinarmos os cordéis selecionados, torna-se necessário explicar um dos conceitos norteadores para construção dessa pesquisa, o de representação. No que se refere ao entendimento sobre esse conceito, Sandra Jatahy Pesavento destaca que "representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A idéia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença."[17] Além disso, a autora também afirma que "a representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele."[18]

No que diz respeito à noção de representar, Roger Chartier ressalta que:

> Representar é, pois, fazer conhecer as coisas mediante "pela pintura de um objeto", "pelas palavras e gestos", "por algumas figuras, por marcas" – como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias. Representar no sentido jurídico e político é também "manter o lugar de alguém, ter em mãos sua autoridade".[19]

Em virtude dessas colocações, podemos entender que esse conceito está associado à forma com a qual um determinado grupo social observa e apresenta sua interpretação

---

16 CHANDLER, Billy Jaynes. *Lampião – o Rei dos Cangaceiros.* Tradução de Sarita Linhares Barted. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 223-226. [17] MELLO, Op. Cit*.,* p. 35.

17 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural.* Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 40.

18 Ibidem., p. 40.

19 CHARTIER, Roger. *A História Cultural – Entre Práticas e Representações.* Portugal: Difel, 2002. p. 165. [21]Idem. História e Literatura: uma velha-nova história. *In*: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz. (org.). *História & Literatura: identidades e fronteiras.*Uberlândia: Edufu, 2006. p.22.

sobre determinado assunto. No campo da História Cultural, percebemos que a noção de representação é muito abordada quando os historiadores se submetem a utilizar como fonte de pesquisa a literatura, uma vez que a mesma comporta em seu interior expressões da sociedade, de uma dada realidade, tornando-se fonte privilegiada para o historiador, como destaca Pesavento:

> A literatura é, pois, uma fonte para o historiador, mais privilegiada, porque lhe dará acesso especial ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam. Fonte especialíssima, porque lhe dá a ver, de forma por vezes cifrada, as imagens sensíveis do mundo. A literatura é narrativa que, de modo ancestral, pelo mito, pela poesia ou pela prosa romanesca fala do mundo de forma indireta, metafórica e alegórica.[21]

Entendendo que as narrativas publicadas em folhetos são fruto da imaginação, criadas a partir de uma dada realidade onde o poeta de bancada atento ao meio em que está inserido vai mesclando aquilo que vê ou ouviu, escolhemos dois cordéis do autor a fim de constatar o que se tem exposto.

O primeiro que selecionamos foi publicado em 1979, sob o título *Lampião o terror do Nordeste,* tal folheto constitui-se por estrofes de sete versos, com 8 páginas, além da capa e contracapa, contendo uma xilogravura singela do famoso bandoleiro.Trata-se de um cordel em que o autor utiliza como pano de fundo para construção da narrativa, alguns eventos ocorridos durante a vida do bandoleiro, em que, a partir disso, o mesmo passa a tecer certas considerações sobre suas façanhas. Ante o exposto, Cavalcante inicia ressaltando que falar sobre o cangaceiro Lampião é um tema inesgotável pois, no que diz respeito ao cangaço, o nome do mesmo é o mais citado. Prosseguindo, o autor indaga que, caso Virgulino não tivesse seguido a vida de cangaceiro, certamente teria sido um defensor de seu estado.[20]Nas estrofes seguintes o autor narra os conflitos com uma família vizinha a de Lampião, a de Zé Saturnino, considerado na historiografia do cangaço como sendo um dos seus principais inimigos, provocados pelo roubo de um chocalho. Tais desavenças vão resultar em atritos que influenciaram, posteriormente, na inclinação de Lampião para a vida de cangaceiro. O autor ressalta que, com a morte de seu pai, assassinado por uma força policial liderada pelo tenente Lucena, do estado de Alagoas[21], Lampião adentra de fato no cangaço, movido por um sentimento de vingança.[22]Nota-se

---

20 CAVALCANTE, Rodolfo Coelho. *Lampião o terror do Nordeste.* 1ª ed. Salvador-BA: [s. n.], 1979, p. 2.

21 CHANDLER, *Op. Cit*., p. 33-47.

22 Na historiografia do cangaço, Frederico Pernambucano de Mello, nomeia essa questão de *Escudo* Ético,a vingança como pressuposto para uma vida de crimes. No entanto, Lampião nunca chegou a se vingar de Saturnino e Lucena. MELLO, Frederico Pernambucano de. *Aspectos do banditismo rural nordestino.* Ciência & Trópico, Recife, V. 02, n. 01, p. 67 – 111, Jan/ Jun, 1974, p. 71. Cavalcante também deixa isso claro em sua narrativa, onde utiliza o termo vingança inglória. p. 3.

que o autor utiliza esses atritos e outros crimes realizados pelo cangaceiro para expressar sua visão a respeito das atitudes do mesmo, considerado-o como um bandido traiçoeiro, carniceiro e assassino perverso. Sendo comparado a uma Besta Fera[23] e até mesmo ao imperador romano, Nero.[26]

> Traiçoeiro como o tigre,
> Como um leão – carniceiro,
> Maldoso como a serpente,
> Foi o pior cangaceiro,
> Pernambucano que era
> Se tornou a besta fera
> Do nordeste brasileiro.[24]

Cavalcante demonstra que a principal vitima das atrocidades do cangaceiro e dos embates com forças volantes organizadas para capturá-lo, foi o povo nordestino.[25] No fechamento do cordel, constituído por um acróstico[26], Cavalcante demonstra que a morte de Lampião, em 1938, representou a libertação e o início de bons tempos para o povo sertanejo.

> **R**uiu a ponte do ódio,
> **O** mar de sangue estancou,
> **D**escansaram os sertanejos,
> **O** Nordeste se salvou,
> **L**ampião perdeu a vida,
> **F**oi o maior homicida
> **O**nde seu vulto passou.[27]

Contraditório ao primeiro, o folheto *Lampião não era tão cão como se pinta,* publicado em 1982, apesar de apresentar Lampião como um bandido que cometeu crimes, Cavalcante justifica dizendo que tais ações ocorreram porque o mesmo se viu obrigado. Inicia ressaltando que sua opinião sobre o bandoleiro, assim como a de outros cordelistas, mudou. Justificando que ouviu do povo, ao viajar pelo sertão realizando entrevista, que tal cangaceiro tem seu lado "bondoso".

---

23 No folheto, através de tal comparação, o autor busca representar Lampião como a personificação da maldade. [26]Ibidem., p. 7.

24 Ibid., p. 4.

25 Ibid., p. 6.

26 Acrósticos são composições escritas em que a construção de palavras ou frases ocorrem a partir das letras de uma determinada palavra, normalmente colocadas na forma vertical. Na literatura de cordel o acróstico é utilizado como mecanismo para a preservação da autoria de um determinado folheto. Geralmente empregado no último verso através do nome do autor. Nos folhetos de Rodolfo Coelho Cavalcante observamos uma notória utilização dos acrósticos nos últimos versos, no entanto, o autor não utilizou em todos apenas em alguns títulos.

27 Ibid., p. 8.

Como muitos trovadores
Da Bahia ao Maranhão
Que escreveram combatendo
O famoso Lampião,
Eu estou também na lista
Porém como cordelista
Já mudei de opinião.[28]

Justiceiro e juiz do povo, são palavras que remetem as representações do cangaceiro postulada pelo autor nesse folheto. Homem de honra e valente que não gosta de traidores ou covardes. Religioso, onde sua ligação com o sagrado é mediada através da devoção a Padre Cícero. A origem de seus atos, sinaliza o poeta, ocorreu para vingar a honra de sua família, mediante as desavenças com a família Saturnino, surgidas devido á questão dos chocalhos.

Algo que também observamos no primeiro folheto analisado.

Levado pela questão
Da família Saturnino
Com as rixas dos chocalhos
Foi a causa do destino
Dele ser um sanguinário
Porém jamais um sicário
O terror do Nordestino.[29]

Se valendo de certos exemplos, como prestador de auxílio aos menos afortunados, Cavalcante promove uma representação romântica do cangaceiro, algo como um Robin Hood do sertão.

Foi Lampião que lutou
Por mais fortes ideais
Contra todas as injustiças
Só para bens sociais,
O Nordeste agradecido
Não mais chama ele de bandido
Conhecendo seu cartaz.[30]

O autor finaliza o folheto dizendo que Lampião, com a ajuda de um bom advogado, seria hoje chamado de herói pelas boas ações que praticou quando estava vivo.

Lampião se fosse vivo
Com um bom advogado Seria chamado herói
Por todo bem praticado, Se ele crime cometeu
Tudo, tudo aconteceu
Porque se viu obrigado.[31]

---

28 Idem. *Lampião não era tão cão como se pinta.* Salvador: [s.n.], 1982.

29 Ibid., p. 2.

30 Ibid., p. 8.

31 Ibid., p. 8.

A construção desse folheto, conforme deixa transparecer do início ao fim, se deve a mudança de opinião que teve ao conversar com pessoas ao andar pelo sertão. Para sua fabricação o autor se vale de exemplos colhidos para justificar ou romantizar, de certa forma, os atos do bandoleiro. Trata-se de um folheto um tanto contraditório com relação ao primeiro. Em que, no primeiro o poeta apresenta Lampião como um bandido cruel, que colocou terror por onde passou. No segundo, apesar de considerar que o mesmo foi um bandido que cometeu crimes, o autor justifica seus atos de bandoleiro considerando o mesmo como fruto de seu meio, alicerçado na ideia de bandido romântico, que rouba dos ricos para dar aos pobres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que o poeta de bancada, agindo com representante dos interesses de seu público, promove a construção de múltiplas representações do cangaceiro Lampião, por vezes, ambíguas. Onde a aura de cangaceiro místico, cruel e sanguinário, é substituída ou mesmo reinterpretada, sendo apresentado como um herói injustiçado que, apesar dos crimes cometidos, estes são justificadas nos folhetos mediante a estrutura social vigente no período em que viveu. Sendo considerado, por vezes, como um tirano, personificado na figura do imperador romano, Nero. Por outro, um Robin Hood do sertão, bandido que presta auxílio aos menos afortunados.

Podemos concluir que tais narrativas nos mostram a construção e reprodução do imaginário a respeito de tal cangaceiro, sendo avaliado e reinterpretado a partir da dicotomia do herói e bandido. Onde a opinião do autor se mescla a de seu público leitor/ouvinte.

LITERATURA DE CORDEL

CAVALCANTE, Rodolfo Coelho. **Lampião não era tão cão como se pinta**. Salvador: [s.n.], 1982.

CAVALCANTE, Rodolfo Coelho. **Lampião o terror do Nordeste**. Salvador – Bahia: [s. n.], 1979.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. **Histórias de cordéis e folhetos. Campinas** – SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999.

CURRAN, Mark J. **A História do Brasil em Cordel**. São Paulo: Edusp, 2009.

CAMPOS, Maximiano. **Sem lei nem rei**. 4ª Ed. São Paulo: Escrituras, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural – Entre Práticas e Representações**. Portugal: Difel, 2002.

CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião – o Rei dos Cangaceiros**. Tradução de Sarita Linhares Barted. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GRILLO, Maria Ângela de Faria. **A arte do povo**: histórias na literatura de cordel (1900 – 1940). Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

KUNZ, Martine. Rodolfo Coelho Cavalcante: um caso de peleja entre a oralidade e a escrita. In: CARREIRA, André Luiz Antunes N. [et. al.]. (Org.). **Mediações performática latino americanas**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003.

LUCENA, Kalhil Gibran Melo de. **Fragmentos de História em verso***:* literatura de folhetos na Primeira República (1889-1929), 2015. 142f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2015.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Apagando o Lampião***: vida e morte do rei do cangaço.* São Paulo: Global, 2018.

MELLO, Frederico. **Aspectos do banditismo rural nordestino**. Ciência & Trópico, Recife, V. 02, n. 01, p. 67 – 111, Jan/Jun, 1974.

PINTO, Maria Rosário. **Rodolfo Coelho Cavalcante**. Rio de Janeiro: FCRB, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e Literatura: uma velha-nova história. *In*: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz. (org.). **História & Literatura: identidades e fronteiras**.Uberlândia: Edufu, 2006. p.11-27.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **História do Cangaço**. 5ª Ed. São Paulo: Global, 1997.

TERRA, Ruth Brito Lêmos Terra. **Memória de lutas**: literatura de folhetos do Nordeste (1893-1930). São Paulo: Global Ed., 1983.

ST 15

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES LIVRES

AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A EXPLORAÇÃO DO *ETHOS* NA RETÓRICA DE ISEU[1]

Ana Carolina Simões Silva[2]
Priscilla Gontijo Leite[3]

RESUMO

O uso dos discursos dos oradores áticos como fonte tem sido uma importante ferramenta para a compreensão da organização social ateniense e das relações familiares e judiciais no cotidiano na Atenas Clássica. O orador Iseu, à medida em que constrói o ethos - o caráter - dos envolvidos, explora os padrões de comportamento tanto de seu cliente como do adversário, dentro e fora do ambiente familiar, verificando o cumprimento de certos processos sociais que indicam a boa índole do cidadão. Os comportamentos esperados dos indivíduos estão ligados, principalmente, ao gênero, e, dessa forma, pode-se compreender as expectativas sociais e a importância da legitimidade, que extrapola o obedecimento às leis, sendo necessário outros tipos de reconhecimento de conduta tão importantes quanto, expressado através das relações sociais e religiosas. A partir disso, propõe-se uma análise de como as relações de gênero e a exploração do ethos dos envolvidos fundamentam a argumentação retórica de Iseu.

Palavras-Chave: Iseu, Retórica, Gênero.

INTRODUÇÃO

O uso do direito e dos discursos dos oradores áticos como fonte histórica tem sido uma importante ferramenta para a compreensão da organização social ateniense e, consequentemente, das relações familiares e judiciais no cotidiano na Atenas Clássica, principalmente por se tratar de questões privadas, fornecendo assim um panorama das tensões particulares dos envolvidos. Em uma sociedade como a de Atenas no século IV a.C., a relação entre o âmbito jurídico e o social possibilita uma compreensão dos modelos de cidadão e das formas de organização sociocultural, religiosa e econômica. (CURADO, 2008)

A legitimação do cidadão de boa índole depende de fatores que extrapolam o

---

1 Trabalho orientado pela Profª Drª Priscilla Gontijo Leite, resultado do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC) intitulado "Mulher e cidadania: um estudo sobre a mulher em Sobre a Herança de Filoctémon de Iseu" desenvolvido entre 2021 e 2022.

2 Graduanda do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: acarolinasimoess@gmail.com. Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC - UFPB/CNPq).

3 Professora do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

obedecimento às leis, sendo necessário outros tipos de reconhecimento de conduta, expressado através das relações sociais e religiosas. Uma das maiores preocupações é a perpetuação familiar - do *oikos* -, alcançada principalmente pelo casamento e pela produção de herdeiros legítimos. Nesse sentido, destaca-se a atuação da mulher, visto que, após a instauração da Lei de Péricles em 450/51 a.C, a legitimidade da união matrimonial e de seus herdeiros depende do status mãe, devendo esta ser filha de pais atenienses. Dessa forma, pode-se afirmar que o *oikos* não é um âmbito estático de relações familiares, cuja dinamicidade é protagonizada pelas mulheres (FOXHALL, 1989, 2012).

Iseu, pertencente ao cânone dos oradores áticos, escreveu sessenta e quatro discursos, dos quais apenas onze chegaram de forma completa ao conhecimento atual. Os seus discursos têm como tema o direito sucessório, sendo, portanto, considerado um especialista no assunto. Uma das principais características da sua escrita é a exploração do caráter (*ethos*), tanto da defesa quanto da acusação, para embasar as ações dos envolvidos e, consequentemente, usar em favor do seu cliente (SEGURADO E CAMPOS, 2014). A isto, soma-se a sua grande habilidade em compor argumentos de probabilidade, baseados nos comportamentos humanos esperados naquela sociedade, revelando, assim, seus costumes, comportamentos, sentimentos e preconceitos (HATZILAMBROU, 2010, p. 21).

Iseu traça narrativas extensas com menções importantíssimas a procedimentos legais, sociais e religiosos. À medida em que esse orador constrói o *ethos* das mulheres envolvidas, nós podemos entender os padrões de conduta e moral a que estavam submetidas, e a maneira com que as relações de gênero impactam a constituição do próprio âmbito jurídico. Este ponto é debatido por Cantarella (2005), que demonstra como a lei reforça e legitima os papéis de gênero, e como essa atuação é resultado, principalmente, de um processo de regulamentação da atividade sexual e do comportamento, que divide, portanto, em dois grupos de mulheres: aquelas que a sexualidade é protegida (no sentido de que são mais vigiadas) e as que não são.

Tendo isso em vista que o estudo do gênero é essencial para uma análise da construção das sociedades que organizam seus papéis sociais a partir do mesmo, nossa proposta é, a partir dos discursos de Iseu, analisar os modos como as questões de gênero permeiam, principalmente, a esfera privada e as relações no interior do *oikos*, e como essas características possibilitam um entendimento das relações das mulheres na *pólis*. Além da divisão de Cantarella, iremos analisar também utilizar a divisão de Curado (2008), que divide as mulheres em duas categorias: – legítima e ilegítima. Assim, a partir do jogo entre as legítimas e as ilegítimas, bem como das que a sexualidade são protegidas e das que não são protegidas, é possível entrever como era grande a vulnerabilidade da mulher quando ela não está vinculada a um *oikos*.

A LEI, O GÊNERO E A RETÓRICA

De acordo com Eva Cantarella (2005), o ponto chave para compreender a relação entre lei e gênero é entender que a lei reforça e legitima os papéis de gênero, e como essa atuação é resultado principalmente de um processo de regulamentação da atividade sexual e do comportamento, que divide, portanto, em dois grupos de mulheres: aquelas que a sexualidade é protegida e as que não são. Isto nos permite compreender como os argumentos de Iseu estavam amparados tanto pela lei como pelo senso comum da cidade, uma vez que ambos dialogam e se reforçam, representado pelo conjunto de cidadãos que iriam votar contra ou a favor da causa em disputa.

Considerando que o tema dos discursos de Iseu é o direito sucessório, uma das maiores preocupações, tanto em nível público como no privado, é a perpetuação do *oikos*. Isso é alcançado pelo casamento e pela produção de herdeiros legítimos. Devemos apreender disso o status de cidadania garantido as atenienses após a instauração da Lei de Péricles em 450/51 a.C,

> E no terceiro ano a seguir a esta medida, durante o arcontado de Antídoto, foi decretado que, devido ao elevado número de cidadãos e sob proposta de Péricles, só teria direito de cidadania quem fosse filho de pai e mãe cidadãos.[4] (Arist. Ath. Pol. 26.4)

A lei propõe, portanto, uma distinção entre as mulheres, bem como uma atenção maior sobre seus comportamentos, uma vez que as dúvidas lançadas à mãe podem atingir seus herdeiros, desqualificando-os em casos de disputas sucessórias e até mesmo podendo suprir-lhes a cidadania. Uma outra lei que reforça a divisão das mulheres é a Lei de Homicídio de Draco, datada em 621/620 a.C, que permite ao esposo o assassinato de um amante, pego em flagrante com sua esposa (CANTARELLA, 2005, p. 239-240).

Percebe-se que a instituição da lei, além de outros objetivos, favorece a proteção daquelas que iriam conceber futuros atenienses, sendo, portanto, uma proteção da linhagem cívica, através de uma regulamentação da atividade sexual. Esta, por exemplo, é utilizada por Iseu no discurso *Sobre a Herança de Pirro* (Is. III. 10-11), para afirmar que a mulher com que Pirro tinha um relacionamento não era uma esposa legítima, e sim uma concubina, devido a seus comportamentos:

> **[10]** além disso, se algum outro tomou como esposa a irmã oferecida em casamento, quantos se relacionaram com ela antes de conhecer nosso

4 ARISTÓTELES. A Constituição dos Atenienses. Introdução, tradução do original grego e notas de Delfim Ferreira Leão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

> tio, ou quantos se relacionavam com ela no momento em que Pirro a conhecia, ou com quantos ela continuou a se relacionar depois de sua morte. É evidente que o irmão a deu em casamento desse modo a todos que se relacionaram com ela. **[11]** A respeito disso, se fosse necessário mencionar cada um deles, sem dúvida o trabalho não seria pequeno. Se vós permitísseis, eu poderia me recordar de alguns deles; no entanto, se para alguns de vós não for desagradável ouvir, tal como é para mim falar isso sobre eles, apresentarei a vós, então, os próprios testemunhos que foram dados no primeiro processo, dos quais meus adversários não acharam justo contestar nenhum. Na verdade, já que eles tinham admitido que essa mulher estava à disposição de quem a desejasse, como a mesma mulher poderia parecer uma noiva de fato?[5]

Assim, não é apenas o obedecimento às leis que tornam o cidadão exemplar, é necessário também buscar outras formas de legitimação, especialmente no campo religioso. A partir disso, pode-se depreender que no que tange às mulheres envolvidas em *oikos* em disputas, têm-se duas estratégias em Iseu: defendê-la, com provas de sua boa índole, como é o caso do discurso *Sobre a Herança de Menécles* (Is. II); ou acusá-la, com provas de sua ilegitimidade como nos discursos *Sobre a Herança de Pirro* (Is. III) e *Sobre a Herança de Filoctémon* (Is. VI).

Outra lei que reforça a dualidade do feminino se refere aos testamentos, atribuído ao legislador Sólon. Nessa lei estipula que, dentre outros motivos, um testamento poderia ser inválido se tivesse sido elaborado sob influência de uma mulher. As mulheres das quais a lei se refere são aquelas cuja sexualidade e persuasão não compactuam com o decoro de uma mulher cidadã.

> ... qualquer homem terá direito de dispor de sua propriedade por via de testamento e de acordo com seus desejos, se não tiver filhos legítimos de sexo masculino, a menos que sua mente tenha sido incapacitada por loucura, velhice, drogas ou doença, ou a menos que ele esteja sob a influência de uma mulher, ou sob coação, ou tenha sido privado de sua liberdade.[6] (Dem. XLVI.14)

Dois discursos de Iseu remetem a essa lei. O primeiro, o orador precisa defender a legitimidade do testamento, ou seja, que teve a influência de uma mulher (Is. II.1; 19; 20; 25):

> **[19]** Que Menécles me adotou, não estando fora de si nem influenciado por qualquer mulher, mas em perfeita sanidade, é fácil para nós então reconhecer. Antes de tudo, minha irmã, em torno de quem meu adversário construiu grande parte de seu argumento, como se Menécles, convencido por ela, tivesse me adotado, foi dada em casamento há tanto tempo antes da adoção, que, se ele, convencido por ela, tivesse adotado uma criança, teria

5 Is. III. 10-11. Tradução do Rhetor - Grupo de Estudos de Retórica e Oratória Grega (UFPB/UnB)

6 Dem. XLVI.14. ARNAOUTOGLOU, I. **Leis da Grécia Antiga**. São Paulo: Odysseus, 2003.

> adotado um de seus filhos, já que ela tem dois. **[20]** No entanto, cidadãos, adotou-me como filho não por ter sido convencido por ela, mas, em primeiro lugar, por causa da solidão; em segundo, pelas razões já expostas e pela simpatia que nutria por meu pai; em terceiro, por não lhe haver nenhum outro parente; assim, adotou um filho. Essas circunstâncias o levaram a me adotar, e por isso mesmo não parecia estar fora de si nem persuadido por uma mulher, a não ser que nosso adversário.[7]

Por sua vez, no segundo discurso, Iseu quer demonstrar que o testamento é inválido por ter sido feito sob influência de uma mulher. O argumento é o mesmo, a fala persuasiva feminina. Desse modo, no discurso *Sobre os bens de Filoctémon* (Is. VI), a mudança de hábitos de Euctémon – que passa da trajetória de um bom cidadão, pai e esposo para um homem capaz de abandonar o lar para ficar ao lado de uma prostituta - é atribuída à Alce. No discurso, ela é apontada como a raiz de todos os males que acometeram a família:

> **[21]** A instalação de Alce neste local veio a estar, Cidadãos, na origem de inúmeros males. Sucedia que Euctémon ia até lá com regularidade para receber as rendas, passava grande parte do tempo no dito imóvel, e por vezes comia na companhia desta Alce, como que esquecido da mulher, dos filhos e da casa onde habitava. [...] e mudou tão radicalmente de hábitos, ou fosse sob o efeito de drogas, ou devido a alguma doença, ou a qualquer outra razão, que se deixou convencer a introduzir na sua fratria e sob o seu próprio nome o mais velho dos dois filhos dela.[8]

O orador, curiosamente, ao falar sobre a influência de Alce, destaca que houve uma mudança de hábitos repentina, como se ele estivesse sob o efeito de drogas ou doença, que são justamente os pretextos pelo qual um testamento ou adoção podem se tornar inválidas sob a lei dos Testamentos de Sólon. Estes dois discursos são um bom exemplo das habilidades retóricas de Iseu, quando atua tanto na defesa (Is. II) quanto na acusação (Is. VI), traçando narrativas legitimadoras e ilegitimadoras sobre as mulheres envolvidas, utilizando um topos da sociedade ateniense: a possibilidade das mulheres persuadirem através da sedução.

A relação entre as mulheres e o *oikos* é, sem dúvida, de mútua vantagem, uma vez que ambos se legitimam. Em Iseu, tem-se situações de exploração de ambas as situações - dentro e fora de um *oikos*. Em *Sobre a Herança de Ménecles* pode-se ver como é importante que os processos de casamento sejam seguidos e feitos às claras. Neste discurso, há uma preocupação com uma mulher que, após o divórcio com Ménecles, precisa ser dada novamente em casamento, sendo um igualmente legítimo. Havia uma

---

7 Tradução do Rhetor - Grupo de Estudos de Retórica e Oratória Grega (UFPB/UnB)

8 ISEU. Discurso VI. A herança de Filoctémon. Tradução do grego, introdução e notas de J. A. Segurado e Campos. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2014.

preocupação do *kyrios* - seu irmão e responsável da casa - em cumprir com seu dever. Independentemente do status da união, a coabitação é um dos fatores importantes para o firmamento da relação perante os pares, seja no casamento legítimo de Ménecles ou na coabitação entre Filoctémon e Alce.

A ausência de laços com um *oikos* determina como o tratamento será feito com a mulher, seja ele institucional ou não. A mulher fica sujeita a outros meios de sobrevivência que não o seu dote, podendo atuar então como concubinas, cortesãs e prostitutas, que possuem artifícios e comportamentos opostos ao ideal ateniense de mulher casada. A mulher que pertence a um *oikos* está rodeada de artifícios legais, sociais e religiosos que a amparam e protegem. Este pertencimento garante um nível de segurança, principalmente econômica e religiosa. É por meio do dote, principalmente, que as mulheres são protegidas de serem repudiadas pelos maridos ou de um processo de divórcio, uma vez que o valor do dote deveria, por lei, ser devolvido em valor integral. Como argumenta Foxhall (1989), as finanças do *oikos* são entrelaçadas, sendo o dote parte da movimentação econômica da família, e, portanto, impulsionador de possíveis lucros. Desta forma, a devolução do dote poderia trazer prejuízos para todo o *oikos*, dificultando assim o rompimento dos laços matrimoniais.

É necessário ter em mente que o casamento é, entre outras coisas, uma transação econômica. (MAFFI, 2005, p.254). O *oikos* é, portanto, uma união familiar fundamentada em grande parte na relação econômica, cujo dote é integrante e atua como a colaboração da mulher para a construção do patrimônio familiar. Ainda que cada indivíduo dispusesse de bens pessoais, como vestimentas e jóias, as propriedades pertenciam ao *oikos* inteiro, como uma unidade. Os interesses deste, no entanto, eram representados pelo chefe da família, que transitava entre os dois âmbitos, o da casa e o da comunidade, o que dá a falsa impressão de que suas decisões eram inquestionáveis e absolutas sobre os bens e sobre os outros indivíduos que ali habitavam. (FOXHALL, 1989).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir destes exemplos, pode-se entrever como os discursos de Iseu são importantes fontes para a compreensão da dinâmica das relações de gênero, tanto no público quanto no privado. Iseu, a medida em que traz essa argumentação, que seria colocada sob a votação por parte do júri, mostra as concepções de comportamento aceitáveis tanto do ponto de vista legal, quanto do social, econômico e religioso, das mulheres. A compreensão da relação entre a lei e o gênero é essencial para utilizarmos esses discursos enquanto

fonte. As leis representam os ideais de uma cidade, e em uma sociedade como Atenas, cuja organização era baseada na divisão de papéis de acordo com o gênero, a lei embasa esses os comportamentos.

A construção dinâmica das relações familiares ganha ainda mais vivacidade em Iseu, por causa do seu estilo retórico, especialmente a parte dedicada à construção do *ethos*. As maneiras como são caracterizadas e colocadas em dois pólos – legítima e ilegítima – permitem perceber como era grande a vulnerabilidade da mulher quando ela não está vinculada a um *oikos*. Esta vulnerabilidade é passada a todos que estão relacionados a ela, o que ressalta a importância da construção de relações cujas partes são reconhecidas, e que possam ser vistas explicitamente através dos processos de legitimação social, que poderiam ser usados como provas, posteriormente.

Percebe-se, portanto, que os estudos de retórica e dos discursos jurídicos nos permitem uma análise da construção de uma imagem feminina pelos oradores e do uso da mesma de acordo com a intenção dos envolvidos. Essas imagens consistem, em sua maioria, na tentativa de mostrar uma mulher que não segue as condutas morais e cívicas da *mélissa*, e que apresentam uma ameaça para o bom funcionamento dos direitos e deveres, principalmente em uma sociedade que tem por ideal o direito de cidadão. Como bem explana Griffith-Williams, o discurso, além de ser plausível, precisa atrair a simpatia dos jurados, e ainda que se argumente que os oradores poderiam utilizar qualquer argumento para conseguir a vitória do seu cliente, é essencial compreender a constituição do júri enquanto representação dos interesses sociais da cidade (GRIFFITH-WILLIAMS, 2017, p.43-44).

REFERÊNCIAS

DOCUMENTAÇÃO

ARISTÓTELES. **A Constituição dos Atenienses.** Introdução, tradução do original grego e notas de Delfim Ferreira Leão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

ARISTÓTELES. **Retórica.** Tradução e notas de Manoel Alexandre Júnior et alii. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

DEMÓSTENES. **Contra Neera [Demóstenes] 59**. Introdução de Ana Lúcia Curado e tradução do grego de Glória Onelley. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

ISAEUS. Translated by Michael Edwards. Austin: University of Texas Press, 2007.

ISEU. **Discursos**. Traducción M. D. J. López. Madrid: Editorial Gredos, 2002.

ISEU. **Discurso VI. A herança de Filoctémon**. Tradução do grego, introdução e notas de J. A. Segurado e Campos. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2014.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Marta Mega de. **A política e a "vida comum"**. PHOÎNIX, v. 25, n. 1, p.124-140. ANDRADE, Marta Mega de. **O Feminismo e a Questão do Espaço Político das Mulheres na Atenas Clássica**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo,

2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300880108_ARQUIVO_MMAanpuh2011.pdf

ARNAOUTOGLOU, I. **Leis da Grécia Antiga**. São Paulo: Odysseus, 2003.

BARTHES, R. **A Retórica Antiga**. In. Cohen, J. (org) Pesquisas de Retórica. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 147-221

CANTARELLA, E. **Gender, Sexuality and Law**. In. COHEN, D. and GAGARIN, M. (ed.) The Cambridge Companion to Ancient Greek Law. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 236-253.

COHEN, D. **Law, sexuality, and society: The enforcement of morals in classical Athens**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

COHEN, D. **Law, violence, and community in classical Athens**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

CUCHET, V. S. **Cidadãos e cidad**ãs na cidade grega clássica. Onde atua o gênero? Tempo, v. 21, n. 38, p. 281-300, 2015.

CUCHET, V. S. **Quais direitos políticos para as cidadãs da Atenas Clássica?**. Revista Hélade, v. 4, n. 1, p. 143-158.

CURADO, A. L. **Mulheres em Atenas: as legítimas e as outras**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 2008.

FLORENZANO, M. B. B. **Polis e Oikos, o público e o privado na Grécia antiga**. Coletâneas do Nosso Tempo, v. 5, n. 4-5, p. 113-118, 2001.

FOXHALL, L. **Household, gender and property in classical Athens.** The Classical Quarterly, v. 39, n. 1, p. 22-44, 1989.

FOXHALL, L. **Studying gender in classical antiquity**. Cambridge University Press, 2013.

GALAZ, M. **Retórica y argumentación em Iseo**. Acta poetica, 14-15, 1993, p. 15-32

GERNET, L. **Recherches sur le Développement de la pensée juridique et morale en**

Gréce: Étude Sémantique. Paris: Albin Michel, 2002

GRIFFITH-WILLIAMS, B. **A commentary on selected speeches of Isaios.** Brill, 2013.

GRIFFITH-WILLIAMS, B. **Oikos, family feuds and funerals: Argumentation and evidence in Athenian inheritance disputes.** The Classical Quarterly, v. 62, n. 1, p. 145-162, 2012.

GONÇALVES, T. N. S. **O feminino como 'outro': uma abordagem acerca da alteridade na antiguidade grega.** Revista Hélade, v. 3, n. 3, p. 9-18, 2018.

HATZILAMBROU, R. **Isaeus' Art of Persuasion: the Case of his Third Speech**. Wiener Studien, p. 19-35, 2010.

HATZILAMBROU, R. **The Use of the ad hominem Argument in the Works of Isaeus**. L'Antiquité Classique, v. 80, n. 1, p. 37-51, 2011.

HENRY, M. M; JAMES, S. L. **Woman, City, State: Theories, Ideologies, and Concepts in the Archaic and Classical Periods**. In: JAMES, S. L.; DILLON, S. (Ed.). A companion to women in the ancient world. John Wiley & Sons, 2012, p. 84-95,.

LANNI, A. **Relevance in Athenian courts.** In. COHEN, D. and GAGARIN, M. (ed.) The Cambridge Companion to Ancient Greek Law. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 113-118.

LEITE, P. G. Ética e retórica forense: asebeia e hybris na caracterização dos adversários em Demóstenes. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2014.

LEITE, P. G.; SILVA, A. C. S. Gênero e retórica: a representação da mulher em três discursos de Iseu. Mythos. 5, 2, 2021, p. 380-400.

LEITE, P. G. **Querelas familiares no tribunal: o uso do culto aos mortos nas disputas jurídicas dos discursos de Iseu.** Calíope: Presença Clássica, 32, 2. 2016, p.49-70.

LEITE, P. G. **Religião e jogos de poder: o Contra Mídias de Demóstenes**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

LESSA, Fábio De Souza. **Feminino em Atenas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

LESSA, Fábio De Souza. **Mulheres de Atenas: mélissa – do Gineceu à Agorá.** Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

LEVICK, B. **Women and law**. In: JAMES, S. L.; DILLON, S. (Ed.). A companion to women in the ancient world. John Wiley & Sons, 2012, p. 96-106.

MAFFI, A. **Family and Property Law.** In. COHEN, D. and GAGARIN, M. (ed.). The Cambridge Companion to Ancient Greek Law. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 254-266.

ONELLEY, G. B. **O estatuto social da cortesã no Contra Neera.** Todas as Musas. 3, 2012.

PÉREZ, M. D. M. **El gobierno de la casa en Atenas clásica: género y poder en el oikos**. Studia Historica: Historia Antigua, v. 18, 2000.

POMEROY, S. **Goddesses, whores, wives, and slaves: Women in classical antiquity.** Nova York: Schocken, 2011.

SILVA, A. C. S. **Retórica e gênero: os usos do feminino em Iseu III.** Anais eletrônicos do XIX Encontro Estadual de História – ANPUH-PB. João Pessoa, 2020. Disponível em: http://anpuhpb.org/arquivos_xix-erh/Anais_XIX_EEH_ANPUH-PB.pdf

SILVER, M. **Slave-Wives, Single Women and "Bastards" in the Ancient Greek World: Law and Economics Perspectives.** Oxford: Oxbow Books, 2018.

SOURVINOU-INWOOD, Christiane et al. **Male and female, public and private, ancient and modern.** Reeder-Williams, v. 1995, p. 111-20.

TODD, S. C. **Law and Oratory at Athens.** In. GAGARIN, M. and COHEN, D. The Cambridge Companion to Ancient Greek Law. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 97-111.

WEVERS, R. F. **Isaeus: chronology, prosopography, and social history.** The Hague: Mouton, 1969.

SENSIBILIDADES E MASCULINIDADE NO ROMANCE “BANGUÊ” DE JOSÉ LINS DO REGO

Ana Lívia Alves Dias

RESUMO

No final do século XIX a abolição e o estabelecimento de um governo republicano contribuíram para mudanças políticas e econômicas nesse período. No âmbito das sensibilidades, outras subjetividades estavam se configurando, na esteira dos discursos de uma “literatura de engenho”, na qual o conjunto de romances do ciclo da cana-de-açúcar, produzido pelo escritor paraibano José Lins (1901-1957), se inscreve. Analisamos a representação de uma masculinidade no romance zeliniano Banguê (1934), quando o movimento regionalista fomentava as imagens de “Nordeste” e “nordestino”. Dialogamos com os autores, Durval Muniz e sua tese a respeito da invenção do Nordeste; Pierre Bourdieu e sua discussão sobre dominação masculina; Roger Chartier e sua elaboração quanto a literatura como representação; e, Michel de Certeau e seu entendimento acerca do conceito de cotidianidade. A partir desse diálogo observamos permanências e descontinuidades na construção discursiva do sujeito masculino no romance Banguê.

Palavras-Chave: História; Literatura; Masculinidades.

A partir do final do século XIX e primeiras décadas do século XX o Brasil vivenciou o início de sua modernização. Foi um período de mudanças sentidas nas grandes cidades brasileiras naquele momento, que viviam um surto de imigração estonteante, bem como para as pessoas que viviam no campo, no interior, e nos sertões, que experimentavam a vida em um ritmo menos acelerado em relação às cidades grandes como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, por exemplo.

De acordo com Neves (2018), para compreender esse período marcado por intensas e rápidas transformações no plano político, econômico e social, que foi o período da Primeira República, se faz necessário identificar e diferenciar como essas mudanças se processaram nas regiões interioranas e no ambiente citadino (NEVES, 2018, p. 12).

José Lins do Rego vivenciou esse período de modernização. Nascido em 1901, no engenho Corredor, nas imediações da cidade de Pilar na Paraíba, e sendo neto de um coronel[1], viveu parte de sua infância no engenho do avô, experienciando o cotidiano de uma vida idílica na região da várzea paraibana. Entretanto, ainda na juventude foi viver

1 Era dessa maneira que eram chamados os senhores de engenho.

no Recife a fim de dar continuidade à sua formação acadêmica na Faculdade de Direito, à semelhança de vários outros filhos das elites.

Isso o colocou numa posição interessante, uma vez que, sua memória dos tempos bucólicos de menino criado no engenho encontrou-se com a experiência da vida na cidade grande, no tempo acelerado pelas transformações políticas e econômicas, num cotidiano redesenhado pela urbanização e industrialização, bem como por novas ideias de progresso que estavam surgindo e metamorfoseando a visão de mundo daquela sociedade.

Traços dessa dupla vivência de José Lins constituem seus romances[2] produzidos entre a década de 1930 e o início de 1940, que ficaram conhecidos como os romances do ciclo da cana-de-açúcar[3]. Ele construiu uma narrativa literária permeada por suas memórias de infância no engenho, que vai se desdobrando ao longo de cinco romances, que tem Carlos de Melo como personagem central nos três primeiros romances.

Nesses três primeiros romances de José Lins, quais sejam, *Menino de engenho* (1932), *Doidinho* (1933), e *Banguê* (1934), a personagem Carlos de Melo passa da infância à vida adulta. Especificamente em Banguê, o jovem Carlos fracassa em dar continuidade ao legado do seu avô José Paulino, quando herda deste o engenho.

Este fracasso ocorreu diante do crescimento das usinas e de sua produção que superava a dos velhos engenhos. Uma nova forma de produção, mais acelerada e que não demandava da mão de obra escravizada, despontava como consequência da industrialização, que chegara à região nordestina. A situação de Carlos de Melo em Banguê espelha, de certo modo, o declínio dos senhores de engenho do Nordeste, os antigos coronéis, bem como de toda uma estrutura de produção do açúcar e da sociedade que em torno dela se constituiu.

Conforme Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011), no início do século XX, o próprio conceito de "Nordeste" se encontrava em processo de elaboração pelos discursos dessa elite açucareira que se portava reacionária diante das mudanças trazidas pela modernização do Brasil. Essas elites se sentiam escanteadas pelo governo brasileiro que, há um tempo, vinha concentrando sua atenção e investimentos na região sudeste, onde se encontrava a maior parte da produção do café – produto mais importante da economia de exportação brasileira desde meados de 1860.

---

2 Em sua carreira como escritor José Lins do Rego (1901-1957) publicou doze romances e um livro de memórias, além de diversas crônicas, artigos e livros.

3 O próprio literato intitula seus romances publicados entre 1932 e 1943 dessa forma. Em uma nota à primeira edição de *Usina* (1936), José Lins afirma, "Com *Usina* termina a série de romances que chamei um tanto enfaticamente de "Ciclo da cana-de-açúcar"". REGO, José Lins. Usina. 21ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

A influência das elites do café era tamanha que após o fim do mandato de Floriano Peixoto (1839-1895), a política nacional passará às mãos das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais que se revezariam no poder[4]. Enquanto isso, no Nordeste – ainda chamado de Norte no início do século XX – intelectuais ligados à economia açucareira, em especial, herdeiros dos senhores de engenho, compreendiam que os costumes e tradições dos tempos de seus antepassados estavam se perdendo naquele emaranhado intenso de transformações.

Gilberto Freyre (1900-1987), sociólogo pernambucano, foi um dos grandes nomes que representavam essa elite herdeira da sociedade do açúcar, que buscava resgatar a importância do Nordeste e da figura do homem nordestino no panorama nacional. Para essa elite intelectual, naquela turbulência de transformações aceleradas, as tradições estavam se fragmentando, e a identidade do Brasil estaria correndo um sério risco de se descaracterizar, por assim dizer.

> Os principais "ismos" da modernidade, valores tão declamados pela sociedade burguesa, afiguravam-se a Freyre como as causas do declínio social. Cientificismo, modernismo (não só enquanto movimento estético), materialismo e individualismo eram os agentes responsáveis pela falta de bom senso na sociedade e pelo declínio das tradições, pelo rompimento com o passado. Gilberto Freyre diagnosticava o desenraizamento como um dos principais males da sociedade moderna, como um dos principais sintomas do declínio social de sua época. Contra isso, propunha a vota da tradição, o retorno daquilo que enraíza os indivíduos. (FREIRE, 2015, p. 93)

Nesse contexto, o Nordeste estava sendo construído no discurso de intelectuais como Gilberto Freyre, como a região que representaria a verdadeira identidade nacional, uma vez que, mantinha as tradições dos grupos que originaram a cultura brasileira. Desse modo, o nordestino também era pensado como aquele que representava essa tradição posta em perigo pela chegada do moderno. Sobre a invenção do nordestino, Albuquerque Júnior explica que,

> O nordestino é um tipo regional que surge por volta dos anos 1920 do século passado. Construído a partir de temas, imagens e enunciados que definiram outros tipos regionais anteriores, o nordestino será descrito de diferentes formas, mas terá alguns traços definidores: será um tipo rural, que não se identifica com o mundo moderno, reativo ao processo de transformações

4 Floriano Peixoto foi o segundo presidente do Brasil, governando o país entre 1981 a 1894. O presidente seguinte foi Prudente Morais (1841-1902), que governou o país entre 1894 e 1898. Nascido em Piracicaba (SP), Prudente Morais marcou o fim do governo dos militares – conhecido na historiografia como República da Espada –, e o começo da ascensão das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. Esses grupos políticos se revezaram no poder até 1930, quando na Revolução de 1930, Getúlio Vargas, representante das elites do Rio Grande do Sul, tomou o poder das mãos do presidente eleito Júlio Prestes.

> que, desde o século XIX, implantava uma sociedade tipicamente capitalista e burguesa no país; reativo ao processo de implantação de uma sociedade urbano-industrial. Ele representará uma tradição agrária e patriarcal, quando não escravista. Será o bastião de uma sociedade artesanal e folclórica, que estaria desaparecendo. Será definido acima de tudo, como uma reserva de virilidade, um tipo masculino, um macho exacerbado, que luta contra as mudanças sociais que estariam levando à feminização da sociedade. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 208)

O Nordeste e o nordestino, portanto, são construções imagéticas e discursivas[5] que se formam tomando como referência a sociedade que se engendrou a partir da produção açucareira nos engenhos, e, que foi estruturada a partir da figura masculina do senhor de engenho, o patriarca familiar. Essa é a sociedade dos avôs de Freyre e José Lins[6], é a sociedade em declínio no romance Banguê, que escolhemos nesse trabalho analisar.

Para Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013), a desestruturação em curso nas primeiras décadas do século passado dessa sociedade patriarcal, começa pelas mudanças que a modernidade provoca nos sujeitos masculinos, isto é, nas subjetividades, no modo como os homens se faziam e se diziam naquele momento.

Os discursos da elite intelectual, portanto, representam um sentimento saudosista que apelava ao retorno às tradições, e tem como um de seus principais veículos de expressão o Diário de Pernambuco[7] que, desde 1910, publicava artigos denunciando o movimento de urbanização e industrialização como uma ameaça aos tradicionais papeis de homens e mulheres nas famílias. Conforme explica Albuquerque Júnior,

> Esse movimento parecia atacar as bases em que se assentava até então, o exercício do poder masculino. Esses textos parecem denunciar uma crise crescente de um padrão de masculinidade assentado numa clara hierarquia, não só de poder, mas racial, de classe e de gênero. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 38)

O movimento regionalista liderado por Gilberto Freyre fez oposição às mudanças provocadas nos costumes e no cotidiano das relações sociais pela modernização. Podemos localizar José Lins na esteira desse movimento, que buscou resgatar as

---

5 Para aprofundar esse entendimento, é importante conferir: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino invenção do "falo"*: uma história do gênero masculino (1929-1940). São Paulo: Intermeios, 2013; FREIRE, Diego José Fernandes. *Contando o passado, tecendo a saudade*: a construção simbólica do engenho açucareiro em José Lins do Rego (1919-1943). João Pessoa: Ideia, 2015. Sobre o conceito de práticas discursivas, cf. FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

6 Para compreender melhor o diálogo entre Gilberto Freyre e José Lins do Rego, conferir: DANTAS, Cauby. Gilberto Freyre e José Lins do Rego: diálogos do senhor da casa-grande com o menino de engenho. Campina Grande: EDUEPB, 2015.

7 É um jornal fundado em 1825 em Pernambuco, e reconhecido como o jornal mais antigo da América Latina.

tradições antigas que caracterizariam o Nordeste, bem como a figura do nordestino como o representante dessa região, e no qual a imagem do antigo dono de engenho, principal elemento estruturador da sociedade patriarcal, buscou-se renovar.

José Lins contribui em sua literatura ao representar o mundo do engenho numa perspectiva saudosista, a despeito das injustiças perpetradas naquela ordem social. Em seus romances está presente a tensão entre antigo e moderno, que, por sua vez, se expressa na maneira saudosa como o passado é reconstruído. Por outro lado, a falência dos engenhos invadidos, devorados e transmudados pelas usinas, em razão da chegada da modernização dos meios de produção no campo, é tratado com melancolia.

Os engenhos sendo substituídos pelas usinas, e os senhores de engenho sendo substituídos por seus descendentes, que acabam acompanhando a modernização investindo os recursos muitas vezes herdado dos avôs, na transformação dos engenhos da família em usinas, ou naqueles que, por não conseguirem competir naquela nova configuração de mercado, vendem os engenhos aos usineiros.

Para compreender melhor, entretanto, essa relação entre o regionalismo de Gilberto Freyre e os romances do ciclo da cana-de-açúcar de José Lins, em espacial, Banguê, se faz necessário analisar, ainda que suscintamente, a aproximação entre esses dois netos de senhores de engenho, que além de uma origem semelhante, conviveram na mesma época. Mas, também se faz importante refletir a respeito da própria trajetória intelectual do romancista paraibano.

JOSÉ LINS, GILBERTO FREYRE E O MOVIMENTO REGIONALISTA

Ao considerar os primeiros romances de José Lins, é comum passar pela relação de amizade entre ele e Freyre, pois como afirma Freire, “o sentimento fraternal entre Gilberto Freyre e José Lins permeia tudo o que um falou sobre o outro” (FREIRE, 2015, p. 85). Eles se conheceram em meados de março de 1923, e cultivariam uma intensa e profícua amizade até o ano de 1957, quando foi interrompida pela morte de José Lins aos 56 anos de idade no Rio de Janeiro.

> Sem dúvida, tanto para José Lins quanto para Gilberto Freyre, a amizade partilhada foi uma via de construção de si, ou seja, através deste intenso contato, ambos os sujeitos puderam se constituir de um dado jeito, com um tal pensamento, com uma tal sensibilidade. Amigos desde a juventude, tendo ambos quase a mesma idade, compartilhando ideias, sentimentos e experiências, desfrutando diversos contatos e trocando livros e artigos, os dois homens foram moldando suas personalidades a partir de uma fraterna convivência, foram urdindo alguns pontos de suas individualidades. (FREIRE, 2015, p. 89)

Ainda muito jovem Freyre foi dar continuidade a seus estudos nos EUA, voltando de lá no início de março de 1923. Ele já era conhecido no Recife por artigos que publicara no Diário de Pernambuco quando ainda vivia na América do Norte. José Lins já tomara conhecimento de Freyre e de seus posicionamentos tradicionalistas nesses textos que o jovem sociólogo pernambucano publicava, nos quais defendia as ruas estreitas do Recife antigo, e os nomes poéticos da cidade.

Em discurso proferido assim que voltou dos EUA, no Colégio Americano Batista onde estudara em sua adolescência, Freyre destacou a importância de que a sua geração. Naquele período pós Primeira Guerra Mundial, assumisse "as responsabilidades de reatar a tradição do Bom Senso, a tradição de nossos avós, há cinquenta anos interrompida"[8].

A despeito de ter estudado durante alguns anos nos EUA, um berço da modernização, percebemos nas palavras de Freyre um completo repúdio àquele presente moderno, e um interesse profundo em retornar ao passado. Ele foi alguém que naquele momento pensava o presente e futuro da sociedade brasileira olhando para trás.

Talvez isso nos auxilie a compreender por que sua mais famosa obra, qual seja, *Casa-grande e Senzala* (1933), represente com evidente saudade a sociedade escravista, romantizando a relação entre escravizados e os senhores da casa-grande. Para Freyre, "Era preciso voltar ao tempo anterior à sociedade burguesa, ou seja, à época do Brasil patriarcal, suposto recôndito da tradição nacional" (FREIRE, 2015, p. 98).

A partir desse ideário tradicionalista, e da influência que já exercia sobre a juventude em Pernambuco que tinha contato com suas ideias por meio das palestras de Freyre, e sobretudo, em seus artigos no Diário de Pernambuco, que em 1924 foi criado por ele o Centro Regionalista do Nordeste para defender as tradições do passado e da região (Freire, 2015, p. 100). José Lins estava envolvido nesse processo, uma vez que já difundia as ideias de Freyre. De acordo com José Aderaldo Castelo,

> José Lins do Rego assume uma atitude ainda mais polêmica do que Gilberto Freyre, quando se coloca na defesa do movimento regionalista e tradicionalista, apoiando-o independente do modernismo do eixo São Paulo-Rio de janeiro, e ao mesmo tempo como uma das atitudes mais legítimas da literatura brasileira. (CASTELLO, 1961, p. 97)

Antes de conhecer Freyre, entretanto, José Lins havia cursado direito na Faculdade de Recife, mas nunca foi um aluno aplicado, muito pelo contrário, não gostava do curso, e gastava o dinheiro que recebia do avô em noites boêmias. Ao analisar o período em que

8 FREYRE, Gilberto. Tempos de aprendizes. São Paulo: IBRASA; INL, V. 2, 1979, p. 378.

José Lins morou no Recife a fim de estudar, Freire aponta três aspectos que caracterizam esse período da vida de José Lins, quais sejam, a boemia, a tentativa de se inscrever socialmente como um crítico literário, e o ativismo político[9].

A influência de Freyre foi um fator importante para o desenvolvimento de José Lins enquanto romancista, bem como das representações construídas em seus romances do ciclo da cana-de-açúcar. Entretanto, deve-se levar em consideração também os anos vividos pelo paraibano em Maceió, onde assumiu o lugar de sujeito de crítico literário, constituindo um capital simbólico necessário no campo literário nessa cidade.

Foi a partir da sua participação frequente nas rodas literárias de Maceió, que José Lins teve contato com outros romancistas, alguns dos quais já conhecidos e premiados nacionalmente. Foi a partir de amizades feitas nessas rodas literárias, de suas publicações de crítico literário, que os primeiros romances de José Lins passaram a ser publicados pelo editor José Olympio, que veio a ser um dos mais destacados no cenário editorial brasileiro a partir da década de 1930[10].

Pudemos observar até aqui José Lins do Rego e sua produção romanesca da década de 1930 na esteira do movimento regionalista e tradicionalista pernambucano, comprometido com um discurso que produziu conceitos sobre o Nordeste e o nordestino, numa forte postura reacionária às mudanças desencadeadas pelos processos de urbanização e industrialização, que afetaram o cotidiano das pessoas nas cidades e no campo, trazendo o tema da modernização para o país.

Passamos a partir daqui a refletir sobre *Banguê* (1934), terceiro romance produzido por José Lins, analisando como esse romance contribuiu para a construção discursiva da figura do nordestino, bem como a representação das masculinidades em meio a esse contexto de intensas transformações que culminaram, entre outras coisas, na decadência dos engenhos, afetando sociabilidades e modificando subjetividades.

A REPRESENTAÇÃO DAS MASCULINIDADES EM BANGUÊ

Em 1934 o terceiro romance da trilogia memorialística de José Lins foi publicado

9 Para chegar a tais aspectos da vida de José Lins nesse período como estudante de Direito, Freire analisa os artigos publicados pelo paraibano em alguns jornais e periódicos da época. Para essa produção de José Lins, conferir: REGO, José Lins do. Ligeiros traços. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

10 José Olympio era um jovem editor que abrira no Rio de Janeiro no início da década de 1930 uma livraria em São Paulo, mas pouco tempo depois a transferiu para o Rio de Janeiro. Foi através de Amando Fontes que José Lins foi apresentado a José Olympio que passou a publicar seus romances a partir de 1934, ano da publicação da 1ª edição de Banguê. cf. SOARES, Lucila. Rua do Ouvidor 110. Rio de Janeiro: José Olympio – FBN, 2006; REGO, José Lins do. Banguê. 23ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011, p. 247.

sob o título de Banguê, sendo a continuação dos seus dois romances anteriores, *Menino de engenho* (1932) e *Doidinho* (1933). Banguê era como se chamavam os engenhos. A narrativa está situada por volta da década de 1920, e começa pelo retorno de Carlos de Melo ao engenho do avô após concluir seus estudos em Direito no Recife.

A narrativa é possui um ar tristonho, por assim dizer, desde suas primeiras páginas. Retratando os sentimentos de melancolia do jovem Carlos de Melo, que saíra do engenho um menino e voltara um homem feito, e com título de bacharel. Romance inteiramente apresentado em primeira pessoa, o leitor é conduzido pelo Banguê a partir das impressões e percepções construídas pelo autor/protagonista. Ficamos diante da memória de José Lins que é a principal referência para a invenção do cotidiano e das personagens desse romance. Ao falar sobre o processo da memória, Pesavento afirma que se deve levar em conta,

> (...) o *gap* da temporalidade transcorrida entre a época em que se teve lugar o acontecimento evocado e o momento em que se dá a evocação, ou seja, entre o tempo do vivido e o tempo do lembrado e narrado. O indivíduo que rememora amadureceu durante esse intervalo, ele reelabora o que viveu a partir do tempo transcorrido, no qual absorveu as decorrências da situação outrora experimentada. Aquele que lembra não é mais o que viveu. No relato já há reflexão, julgamento, ressignificação do fato rememorado. Ele incorpora não só o relembrado no plano da memória pessoal, mas também o que foi preservado ao nível de uma memória social, partilhada, ressignificada, fruto de uma sanção e de um trabalho coletivo. Ou seja, a memória individual se mescla com a presença de uma memória social, pois aquele que lembra, rememora em um contexto dado, já marcado por um jogo de lembrar e esquecer. (PESAVENTO, 2014, p. 95)

É interessante notar essa relação entre a literatura e a memória, uma vez que, tal aproximação permite ao historiador construir pontes de diálogo com a obra literária, tomando-a como fonte a partir da qual imaginários, representações, subjetividades e sensibilidades individuais e coletivas podem ser capturas pelo olhar do historiador. Nesse trabalho estamos buscando identificar representações feitas a partir da memória de José Lins, de traços da sensibilidade masculina impressos pelo autor em suas personagens, que nos auxiliem na compreensão da construção do macho inventado no discurso regionalista e tradicionalista, de como as memórias e percepções de José Lins contribuíram para essa construção. Nesse sentido, a literatura se torna uma fonte privilegiada pois,

> A literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam os seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário. [sobre o texto literário] o historiador se debruça a resgatar as sensibilidades, as razões e os sentimentos de uma época, traduzidos esteticamente em narrativa pelo autor. (PESAVENTO, 2014, pp. 82-83)

Em Banguê, Carlos de Melo encontra-se muitas vezes em conflito por não perceber em si a coragem para administrar o engenho tal qual enxergava no avô, para quem olha como ideal de masculinidade, um ideal muito distante dele mesmo. Mas, reproduz o comportamento sexual dos antigos senhores de engenho, que se aproveitavam das mulheres negras e agregadas do banguê, para satisfazer-lhes o desejo, como se observa no trecho a seguir.

> E, pela primeira vez no Santa Rosa, me chegou uma vontade danada de andar com mulher. Mas onde encontraria? Onde descobrir uma carne que me apetecesse, por aquelas bandas? Pensei em Maria Chica, lavadeira. Morava no outro lado do rio, uma mulata de peitos duros e de braços bem rijos. Vinha ao meu quarto buscar roupas sujas. E num dia peguei-lhe nas pernas. (...) No outro dia acordei com vontade de andar léguas. Maria Chica veio tirar a roupa do meu quarto e outra vez me fiz para ela. Peguei-a de jeito. E vi vibrar como pluma aquelas formas duras, os quilos de carne escura da mulata gostosa. (Banguê, pp. 58-59)

Em Banguê as práticas do cotidiano se evidenciam nos costumes, nos odores, nos sabores das comidas, nos sentimentos e sensações. E, é também nesse cotidiano inventado pelo autor que as práticas da masculinidade se evidenciam. Como esta já apontada na citação anterior. Carlos de Melo se apaixona por uma mulher casada com quem vive um romance tórrido e proibido pelas convenções estabelecidas pela sociedade. Maria Alice demonstra ter um olhar perspicaz a respeito a situação vivida pelos trabalhadores do eito, a condição de vida miserável dessa gente explorada, que mantém com seu árduo trabalho, os luxos dos moradores da casa-grande.

Carlos de Melo ouve as análises de Maria Alice emudecido, com um aprendiz, e sente-se, por vezes, inferior a ela. Mergulha em profunda tristeza quando ela o deixa para ir embora com o marido. Tal infelicidade leva Carlos a criticar-se a si mesmo como alguém sem fibra, sem têmpera de homem (Banguê, p. 215). Fica claro no livro que o jovem Carlos é um homem do presente, afetado pela modernidade e, portanto, representado como fraco, indeciso e temeroso. Que no final das contas não terá a mesma virilidade do avô, e acabará por vender o engenho.

Observamos, portanto, que José Lins fez uma representação das masculinidades produzidas na modernidade, naquele contexto de industrialização que resultou na decadência dos engenhos, como igualmente decadentes. Enquanto, a figura do senhor de engenho matizada no avô de Carlos, é o macho de fato, o modelo de força e virilidade, uma imagem do nordestino que deveria ser recuperada.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nordestino invenção do "falo"**: uma história do gênero masculino (1929-1940). São Paulo: Intermeios, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. 19ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

CASTELLO, José Aderaldo. **José Lins do Rego**: modernismo e regionalismo. São Paulo: EDART, 1961.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. 21ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

DANTAS, Cauby. **Gilberto Freyre e José Lins do Rego**: diálogos do senhor da casa-grande com o menino de engenho. Campina Grande: EDUEPB, 2015.

FREIRE, Diego José Fernandes. **Contando o passado, tecendo a saudade**: a construção simbólica do engenho açucareiro em José Lins do Rego (1919-1943). João Pessoa: Ideia, 2015.

FREYRE, Gilberto. **Tempos de aprendizes**. São Paulo: IBRASA; INL, V. 2, 1979.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

REGO, José Lins. **Banguê**. 23ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

REFLEXÕES E DEBATES ACERCA DA EDUCAÇÃO FEMININA NO COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, EM SOUSA-PB (1960 a 1980)

Ana Paula Estrela[1]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a educação católica feminina no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, na cidade de Sousa-PB, no período de 1960 a 1980, no qual o ensino era destinado apenas para meninas. Nesse sentido, buscamos pensar como eram produzidos os discursos em torno da formação da trajetória de vida e da construção das identidades de gênero a partir das vivências educacionais no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Essa pesquisa se baseia no referencial teórico da História Cultural, da História das Instituições escolares, articulando com as categorias de educação católica, gênero e memória, debatendo com os seguintes autores: Foucault (2014), Barros (2005), Louro (1997), Scott (1995), Dominique Julia (2001), Jane Soares (2007), Pollak (1989) e Nora (1993). A construção das identidades dessas mulheres está contida na filosofia do educandário e tem como intuito a construção de atitudes e comportamentos necessários para a disciplina confessional dos sujeitos.

Palavras-Chave: Educação feminina; Gênero; Memória.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar e discutir acerca da educação católica feminina desenvolvida no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Sousa–PB, no período de 1960 a 1980. Buscamos investigar a influência que o modelo educacional desempenhou na trajetória de vida de suas ex-alunas e a importância dessa educação naquele contexto, no qual o ensino era voltado para formação das meninas.

A educação nos colégios confessionais visa a formação humana, cristã e de uma educação feminina dócil, regrada, voltada para profissionalização e desenvolvimento de uma condição de vida familiar e social adequadas a seu papel em sociedade. Nesse sentido, problematizamos como essa educação constituiu as identidades de gênero e a profissionalização dessas jovens, no qual muitas destas alunas tornaram-se educadoras do próprio colégio, demonstrando que foi uma das possibilidades dessas mulheres

1 Pesquisadora bolsista da Fapesq sob o Edital 07/2021. Mestranda em História (PPGH/UFPB). Universidade Federal da Paraíba (UFPB). anapaulaestrel@gmail.com

trabalharem e serem reconhecidas nesse contexto, assim como outras alunas seguiram caminhos diversos. Pensamos como as práticas e os discursos formavam essas mulheres para a vida de docente, entendendo que era uma perspectiva de vida importante para mudança da realidade dessas mulheres e como esses discursos construíram a identidade dessas mulheres.

O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora está situado na cidade de Sousa-PB, no qual o interesse por pesquisar a educação desse educandário se deu devido a importância da instituição para educação paraibana. O CNSA[2] tem uma representação significativa na educação sousense e na educação paraibana, sendo reconhecida pelos bons desempenhos em exames nacionais e pela qualidade de ensino e estrutura do espaço.

A escolha e delimitação do recorte temporal foi definido pelo contexto inicial de funcionamento do educandário na cidade de Sousa-PB, no qual trouxe uma transformação na realidade educacional, estendendo para a década de 80, período que o colégio começa a sua transformação para o ensino misto e no entanto, não iremos, por ora, discutir esse processo. A instalação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora teve forte influência da sociedade sousense, que desejava uma educação católica, formadora de mulheres e que apresentasse como princípios os bons costumes e valores. Nesse sentido, a cidade de Sousa- PB é marcada por essa forte religiosidade que reverberou para educação e que também permite analisarmos diante desse recorte temporal, os aspectos sociais, econômicos e culturais que permeavam a vivência dentro do educandário.

A EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL: REFLEXÕES E DEBATES

As pesquisas que se dedicam à História das Instituições escolares e/ou educativas vêm se solidificando e ampliando. Nesse sentido, nosso trabalho tem o intuito de contribuir para as discussões acerca das práticas educativas dentro de um espaço escolar católico, no qual havia o ensino voltado para formação das meninas.

Segundo Dominique Julia (2001)[3], a cultura escolar não pode ser estudada sem a análise das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular. Dominique Julia[4] define o que é a cultura escolar:

---

2 Abreviatura do nome Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

3 JULIA, Dominique. ***A cultura escolar como objeto histórico.*** Revista Brasileira de História da Educação, v. 1, n. 1, p. 9-43, 2001.

4 Dominique Julia, p. 10-11, 2001.

> um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). As normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores.

Com base nisso, Robson de Oliveira (2016)[5] entende que o estudo da cultura escolar enquanto campo de saber da História da Educação, constitui em um campo produtivo para o conhecimento da história das instituições escolares, pois permite compreender os aspectos singulares do cotidiano escolar.

Nesse sentido, a educação feminina no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora nos ajuda a compreender que a educação nos colégios confessionais apresentava características singulares e que segundo Samara Mendes Silva (2018)[6], o silêncio e o disciplinamento das condutas são referências recorrentes para caracterização da educação oferecida nesses estabelecimentos. Ela explica que as suas práticas educativas definiram trajetórias de vida e experiências sociais, fixaram comportamentos e incutiram concepções aos discentes e docentes.

Realizando uma contextualização breve, as instituições educacionais compartilharam a "tarefa de ensinar os códigos sociais aos que se tornariam responsáveis quer pela manutenção quer pela transformação das dinâmicas da sociedade" (SILVA, 2018, p. 119). Com isso, às instituições tiveram que proporcionar conhecimentos técnico-científicos fundamentados e preceitos diversos, sejam eles morais, culturais, sociais, religiosos, nos quais seriam validados pela sociedade que estavam inseridas.

Silva (2018) explica que o propósito principal da educação feminina até a primeira metade do século XX era atender a demanda por mulheres que fossem instruídas para tarefa de educar os cidadãos da nação que estavam sendo formados e mantê-las defensoras e vinculadas ao cristianismo. Assim, a discussão acerca da constituição das práticas educativas voltadas para as mulheres se faz necessário, no qual havia um discurso muito forte sobre como as meninas deveriam ser instruídas e qual seu papel na sociedade.

---

5 SILVA, Robson de Oliveira et al. ***Cultura escolar no Colégio Nossa Senhora do Rosário em Alagoa Grande–PB (1955-1965).*** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.

6 SILVA, Samara Mendes Araújo. ***Ritos, rituais e rotina: educação feminina nos colégios confessionais católicos no século XX.*** Educar em Revista, v. 34, n. 70, p. 117-136, jul/ago,2018.

Segundo Jane Soares (2008)[7], no século XIX e no início do século XX, havia o modelo defendido por todos os setores sociais voltado para uma condição da mulher reprodutora, que deveria dar a nação, os filhos que ajudariam a desenvolver o país, uma visão de que a mulher fosse assexuada, que tivesse o arquétipo da Virgem da religião católica e que apresentasse os comportamentos considerados característicos delas, tais como doçura, moralidade, pureza, bondade e submissão.

Na década de 1960, o movimento feminista marcou uma redefinição das relações de poder entre os sexos, no qual ocorre a mudança das mulheres envolvidas fora do espaço doméstico, tendo como consequência o ganho da autonomia, iniciando o que Jane Soares[8] explica como "uma reviravolta nas expectativas sociais, familiares e pessoais acerca do sexo que então estivera confinado no resguardo da domesticidade e n cumprimento das funções reprodutivas".

Jane Soares destaca a importância do feminismo para quebra desses padrões estabelecidos na sociedade e que trouxe consequências importantes para a vida social, familiar e pessoal das mulheres:

> Em poucas décadas o feminismo mudou relações de autoridade milenares, abalou a estrutura tradicional familiar e promoveu um rompimento com uma forma de alienação considerada absolutamente natural por séculos, definida pela submissão da mulher ao homem. Em termos históricos, o feminismo é um fenômeno recente e não influenciou indistintamente as diversas etnias, culturas, religiões e classes sociais, podendo ser estudado como um movimento sócio-político que teve repercussões nos diversos campos epistemológicos, com influência na esfera pública e privada, alterando representações e simbologias nos papéis sociais diferenciados reservados a homens e mulheres (2008, p. 221).

Segundo Jane Soares (2008), a religião representa um ponto crucial em que ocorrem as relações de poder estabelecidas no nível simbólico e no imaginário, por haver a necessidade de explicar e atribuir sentido e significado às ações individuais e coletivas dos seres humanos. Segundo a autora, o controle da sexualidade, os arquétipos religiosos ditando normas de pureza e mansidão, normatizaram o comportamento social, em destaque para o sexo feminino.

No Brasil, com a educação das missões jesuíticas, a Igreja católica exerceu essa influência ao realizar suas regras sociais, morais e de comportamento religioso através do

---

7 DE ALMEIDA, Jane Soares. ***Mulheres, educação e religião: as interfaces do poder numa perspectiva histórica.*** Mandrágora, v. 13, n. 13, p. 52-63, 2007.
DE ALMEIDA, Jane Soares. ***Mulher e educação: a paixão pelo possível.*** Editora Unesp Fundação, 1998.

8 Jane Soares de Almeida, p. 220, 2007.

ensino centralizado nas elites. Aqueles que desviavam dos hábitos eram punidos através do discurso do pecado. Jane Soares (2008, p. 232), destaca acerca do "adestramento dos corpos através da pressão da Igreja católica [que] tinha como alvo principal a sexualidade feminina que, ao ultrapassar o permitido, ameaçaria o equilíbrio da família e do grupo social".

Esse discurso fez com que ocorresse a normatização dos corpos e mentes, sendo feito pela vigilância dos pais, irmãos e maridos, em que se entendia também que as mentes seriam adestradas pela educação, utilizando a chamada pedagogia do temor e da culpa.

O DISCIPLINAMENTO DOS CORPOS FEMININOS

A investigação da pesquisa ocorreu através de uma opção metodológica que beneficie a continuidade e a busca por resultados. Nesse sentido, destacamos que o estudo das trajetórias de vida dessas mulheres foi um ponto crucial para se compreender as práticas educativas desenvolvidas no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

Nesse percurso de análise e construção da memória da educação feminina, a utilização da História Oral como método investigativo de pesquisa se fez necessária, pois com os depoimentos anteriormente coletados que foram produzidos através de roteiro previamente elaborado e da interação entre o depoente e o entrevistador, ocorrendo alterações e respeitando a sequência memorialística das depoentes, permitiram a compreensão dos aspectos singulares da prática educativa no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Nesses depoimentos consideramos seus silêncios, ditos e não ditos.

Xavier (2020)[9] define que a História Oral "trata-se de testemunhos de seres vivos que ao serem interpelados discorrem narrativamente o que sabem sobre certos acontecimentos, pessoas, locais, instituições, governanças e sobre tantos outros assuntos" (p. 5). Essa metodologia é importante para analisarmos as trajetórias de vida individuais e coletivas dessas mulheres e servem para compreensão da educação nesse espaço. Segundo Xavier[10]:

> A metodologia do emprego da história oral toma as entrevistas como fontes visando compreender os acontecimentos passados, os quais são interpretados ao lado de outras fontes. As entrevistas são direcionadas e estimuladas aos participantes através de interrogações sobre o objeto investigado dentro de certo contexto. Às narrativas dos entrevistados/as são juntados documentos biográficos, autobiográficos e memórias diversas na tentativa de compreensão concreta do vivido, experimentado.

9 XAVIER, Antônio Roberto et al. ***História oral: abordagem teórico-metodológica, conceitual e contextual.*** Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo, v. 2, n. 1, 2020.

10 Antônio Roberto Xavier, p. 11, 2020.

Na história da educação dos corpos femininos apresenta-se uma multiplicidade de cuidados, olhares, regras, comportamentos e condutas a serem seguidas. Ao adentrarmos um espaço escolar, verificamos que ocorre uma aprendizagem que nos leva a introjetar dentro de nós mesmos, as principais formas e maneiras de ser e de estar naquele espaço. Com os discursos que são envolvidos, mais os discursos que aprendemos e trazemos de bagagem na nossa vivência familiar, as mulheres passam por uma educação específica e que controla suas ações e movimentos.

Para entendermos a construção do disciplinamento do corpo feminino, é necessário compreender a história do corpo. Para isso, o autor Roy Porter (1992) analisa que devemos enxergar o corpo como sendo aquele que vivência e se expressa no interior de sistemas culturais particulares, tanto privados quanto públicos, sendo por eles mesmos alterados através dos tempos.

Porter (1992) ressalta que o corpo não pode ser tratado pelo historiador simplesmente como biológico, mas deve ser encarado como mediado por sistemas de sinais culturais. A distribuição da função e da responsabilidade entre o corpo e a mente, o corpo e a alma, difere segundo o século, a classe, as circunstâncias e a cultura, e as sociedades possuem uma pluralidade de significados concorrentes.

O autor cita as análises de Foucault que enfatiza que os corpos das pessoas também se tornaram sujeitos a uma nova tecnologia política do corpo e esperava sua regeneração através das rotinas do fundo da fábrica, os exercícios da escola, a fadiga das paradas, as punições do reformatório. O autor chama atenção que uma história da educação, que se concentra exclusivamente em atingir habilidades como a leitura e a escrita, deixará escapar uma das principais funções da escola que é incutir a obediência física ou a educação como um processo para domesticar as crianças.

O corpo passa a ser objeto de práticas disciplinares a partir da invenção da escola moderna e a disciplinarização dos corpos ocorreu em diferentes instituições como as fábricas, oficinas, conventos, quartéis, prisões, hospitais e escolas. A disciplina então passou a organizar o espaço, tempo, arquitetura, registrando e individualizando os corpos. Foucault define que a disciplina é:

> [...] uma coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade (FOUCAULT, 2014, p. 135).

Para construção do corpo dócil, útil e produtivo a escola se utilizou de técnicas disciplinares, tais como estes que Foucault esclareceu:

> [...] filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano; alinhamento de classes de idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente. E, nesse conjunto de alinhamentos obrigatórios, cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra; ele se desloca o tempo todo numa série de casas; umas ideias, que marcam uma hierarquia do saber e das capacidades, outras devendo traduzir materialmente no espaço da classe ou do colégio essa repartição de valores ou dos méritos (FOUCAULT, 2014b, p. 144).

Portanto, na perspectiva foucaultiana, o poder é forte por movimentar-se entre a captura e a resistência, em que ao mesmo tempo que controla, regula e normaliza os corpos e as alunas, ele também produz, investe e estimula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora está presente no imaginário simbólico dos sousenses, sendo um colégio apresenta um histórico de possuir uma orientação religiosa. Os aspectos do ensino confessional apresentam elementos importantes para construção identitária de seus membros e essas abordagens são significativas para historicização dos aspectos culturais da instituição escolar citada.

O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora era destinado para as filhas da elite sousense, fazendo parte de um conjunto de narrativas sociais que criaram um ambiente simbólico e representativo nos atores escolares, identificando que havia o processo de estratificação social (desigualdades sociais), conferindo às alunas um destaque enquanto mulheres bem instruídas e com formação profissional.

As construções das identidades dessas mulheres estão contidas na filosofia do educandário e tem como intuito a construção de atitudes e comportamentos necessários para a disciplina confessional dos sujeitos. Nesse sentido, analisamos os significados, os modos de pensar e agir, os valores, comportamentos e a estrutura de funcionamento do espaço.

A produção disciplinar, os símbolos e os ritos se intercalam com as práticas escolares, onde o espaço vivido se transforma em um lugar, o ponto de partida para as memórias que perpassam o cotidiano escolar. O CNSA tem sua importância na vivência e nos lugares de ver o feminino.

Nesse sentido, as práticas educativas refletem sobre o que se educa, ou seja, são

os discursos da sociedade, da religião, da família formando e produzindo uma subjetivação para os corpos dessas mulheres. Através dessas práticas educativas e disciplinares percebemos como elas consumiram esta formação e como elas levaram esses vários lugares de fala para construção das identidades delas.

Através das fontes documentais e das fontes orais, analisamos os aspectos das práticas educativas realizadas por meio de atividades diversas, tais como a rotina de orações diárias, as atividades culturais, o grêmio estudantil, a formação humana, a discussão da imagem da Madre Aurélia como referência de mulher, de recato e de obediência aos preceitos religiosos, analisamos também o cuidado com as regras e o cumprimento com o fardamento, o respeito, o temor que as jovens tinham com a irmã da disciplina, no qual isso foi percebido pelos depoimentos realizados anteriormente ao longo da graduação.

A discussão das memórias dessas mulheres foi fator importante para construção desse trabalho, pois concluímos que muitas dessas memórias são interpretadas como positivas, com bastante saudosismo e afetividade para algumas, porém, percebe-se que para outras estudantes não haviam essa unanimidade.

Portanto, a História Oral nos possibilita trabalhar com a subjetividade, os discursos e as trajetórias, preocupando-se com essas vivências, pensando nas produções de verdades que essas pessoas estavam envolvidas construíram para elas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** Col. Feminismos plurais. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

BORN, Claudia. **Gênero, trajetória de vida e biografia:** desafios metodológicos e resultados empíricos. Sociologias, n. 5, p. 240-265, 2001.

BRIGHENTE, Miriam Furlan; MESQUIDA, Peri. **Michel Foucault:** corpos dóceis e disciplinados nas instituições escolares. I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação. Curitiba, PUC-PR, 2011.

DE ALMEIDA, Jane Soares. **Mulheres, educação e religião:** as interfaces do poder numa perspectiva histórica. Mandrágora, v. 13, n. 13, p. 52-63, 2007.

DE ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e educação:** a paixão pelo possível. Editora Unesp Fundação, 1998.

ESTRELA, Ana Paula. **História e Memória da educação feminina no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Sousa-PB (1958-1980).** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História), Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, p. 125, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** O nascimento das prisões. 42. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GONÇALVES, Irlen Antônio et al. **A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira.** Educação e Pesquisa, v. 30, n. 1, p. 139-159, 2004.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico.** Revista Brasileira de História da Educação, v. 1, n. 1, p. 9-43, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópoles, RJ, Vozes, p. 14-36, 1997.

MACHADO, Roberto. **Por uma genealogia do poder.** FOUCAULT, M. Microfísica do poder, v. 25, p. 7-23, 1979.

NORA, Pierre et al. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 10, dez, 1993.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Revista estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro et al. **O que faz a história oral diferente.** Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História, v. 14, 1997.

SILVA, Robson de Oliveira et al. **Cultura escolar no Colégio Nossa Senhora do Rosário em Alagoa Grande–PB (1955-1965).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.

SILVA, Samara Mendes Araújo. **Ritos, rituais e rotina:** educação feminina nos colégios confessionais católicos no século XX. Educar em Revista, v. 34, n. 70, p. 117-136, jul/ago,2018.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação & realidade, v. 20, n. 2, 1995.

VEIGA, Ana Maria. **Uma virada epistêmica feminista (negra):** conceitos e debates. Revista Tempo e Argumento, v. 12, n. 29, p. e0101-e0101, 2020.

XAVIER, Antônio Roberto et al. **História oral:** abordagem teórico-metodológica, conceitual e contextual. Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo, v. 2, n. 1, 2020.

PEDRO II EM MEIO A CONJUNTURA DE EMIGRAÇÃO ÁRABE NO BRASIL: ENTRE MÃO DE OBRA E ANTISSEMITISMO

Bárbara Ribeiro Arruda[1]

RESUMO

O artigo problematiza o processo de início da desintegração imperial otomana, quando as populações sob domínio otomano do século XIX buscavam novas oportunidades, mediante à repressão religiosa e problemáticas socioeconômicas internas. Em meio à estas condições, durante uma viagem ao Oriente Médio, em 1876, D. Pedro II favoreceu e impulsionou a imigração árabe ao Brasil, que teve sua primeira leva significativa datada de 1880. A partir da análise da bibliografia recolhida acerca da emigração sírio-libanesa ao Brasil, com autores como Gattaz (2012), El-Moor (2019), Vilela (2011), Lesser (2001) etc, propomos uma análise do perfil e as motivações do ativismo do Imperador em meio à conjuntura de emigração árabe. Buscamos situar Pedro II num momento de pré-abolição, e busca por novas fontes de mão de obra. Reconhecidamente um intelectual curioso por culturas orientais, Dom Pedro pode ser localizado em seus interesses sem romantismo ou idealizações. Essa é, portanto, nossa proposta.

Palavras-Chave: Pedro II, Emigração Árabe, Oriente Médio, Antissemitismo.

O IMPERADOR EM MEIO AO ABOLICIONISMO E BUSCA DE MÃO DE OBRA: UM PROJETO IMPERIAL

D. Pedro II no contexto do movimento abolicionista do Brasil oitocentista: apoiador ou temerário?

Desde o século XVIII, os movimentos abolicionistas tomaram bastante força no cenário mundial. Grande parte da Europa declara a escravidão abolida, justamente nesse período, entre os séculos XVIII e XIX. Entretanto, no Brasil, não ocorre assim. Tendo em vista dissociações com os outros processos de independência americanos, o Brasil não opta por um rompimento com a metrópole e o ingresso na República. Na verdade, o Brasil funda seu próprio Império.

Por motivos, também, da dimensão da Revolução Industrial e os rumos que o capitalismo tomava, a Inglaterra e outras potências europeias da época buscavam impulsionar à todo custo a abolição da escravidão ao redor do mundo. Isso, porque se

1 Graduada em História mestranda pelo PPGHIS da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: barbararibeiroarruda@gmail.com

buscava novos tipos de mão de obra: a industrial. O sistema escravista, clássico das *plantations* na agricultura, estava em decadência, e agora, as nações deveriam buscar industrializar-se o tanto quanto e o mais rápido possível.

Portanto, já no período regencial, em reação à pressão inglesa, a Lei Eusébio de Queirós (1850) declara proibidas as chegadas de navios negreiros com mais escravos. Entretanto, com a clandestinidade das embarcações, acrescidas das passíveis repreensões dos compradores e traficantes, tais atividades continuavam a serem exercidas.

> A lei que ficou conhecida como "para inglês ver", a lei Feijó, proibia qualquer tráfico de escravos para o Brasil, e com isso, diminuiria a pressão inglesa em relação ao governo regencial e a elite escravocrata. Nota-se que todo o tráfico de escravos a partir desta data foi feita na ilegalidade e na clandestinidade. (METNE, 2021, p.10)

D. Pedro II, o imperador brasileiro que teve que lidar com o período mais efervescente do movimento abolicionista, se dizia e era lido por seus pares como um intelectual, um progressista. Sendo ele, sim, um ávido leitor de filósofos europeus, e amigo íntimo de alguns tantos, buscava colocar em prática este projeto no Brasil. Ou seja, de industrializar o país.

> (...) verificou-se o D. Pedro II como homem do seu tempo. É nítido que os valores da ilustração, os ideais de progresso e civilização, estavam impregnados na concepção política do D. Pedro II. Portanto, buscar fazer do Brasil uma nação civilizada, fez parte do projeto político deste monarca. E isso, ele sempre buscou deixar explícito. (ALCÂNTARA, 2013, p.160)
> A abolição da escravatura foi sempre uma aspiração das políticas do império, desde o Ministro da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, como também do Imperador D. Pedro II. Sua realização dependia, porém, do aumento das correntes imigratórias, porque, para atender ao crescente desenvolvimento do país, era preciso não descuidar do fornecimento de trabalhadores a agricultura e as indústrias, então em animador progresso. (VIANNA, 1965, p.86)

Entretanto, o monarca encontrava-se deveras encurralado, já que era mantido e suportado pela elite latifundiária do império, a qual era totalmente beneficiada com a escravidão[2]. E, também, entre os ativistas abolicionistas que provinham de todas as camadas sociais, inclusive, da elite política. Sendo ele mesmo um afeito à abolição, mas temerário de perder o apoio da elite escravista, o imperador tardou e ponderou muito a questão da abolição.

---

2 "Na verdade, as relações entre o Império e a agricultura de exportação nunca foram questionadas. Era ela que gerava 70% das rendas – via impostos de exportação e importação –, o que resultava em um claro compromisso. No entanto, em tal contexto, a política oscilante adotada pelo Estado com relação à abolição provocava tensões no setor agrário" (SCHWARCZ, 1999, p.415)

> E foi com essa contradição que o Imperador teve de lidar, praticamente, durante todo o seu reinado: a expansão econômica derivada, principalmente, do aumento das exportações dos produtos tropicais produzidos pelo Brasil com mão de obra escrava e a necessidade de se caminhar para o fim da escravidão. (ALCÂNTARA, 2013, P.159)

Ao tentar se equilibrar diante das tensões de ambos os lados, D. Pedro II aparece ora como grande impulsionador da abolição, ora extremamente isento e distante dos ativismos. Um dos artifícios que recorreu para acalmar os ânimos, foi a liberação paulatina de leis abolicionistas (VIANNA, 1965, p.82). Assim, percebemos o imperador enquanto apoiador da abolição e dos ideais franceses e ingleses, mas temeroso frente à pressão da elite escravista. Dessa forma, a trajetória de D. Pedro II frente ao movimento abolicionista é uma história de aproximações e isenções. Como dirá Alcântara (2021):

> No período que marcou o desenvolvimento e disseminação de um movimento abolicionista brasileiro, a década de 1880, verificou-se um monarca distante e pouco atuante. O momento em que ele mais aparece nesta década, em relação à temática, foi na aprovação da Lei dos Sexagenários, em 1885. E, inclusive, foi ele severamente criticado pelo movimento abolicionista, por apoiar a aprovação desta legislação, que, para eles, mais atrasava do que adiantava o fim da escravidão. (ALCÂNTARA, 2013, p.161)

D. Pedro II tinha consciência da dimensão das revoltas pró-abolição que se alastraram por todo o Brasil, e que, inevitavelmente, essas demandas se concretizariam. Ele, por sua vez, a favor da abolição e da industrialização do Brasil aos moldes europeus, sabia que não poderia apenas findar a escravatura, mas sim, teria de importar a mão de obra industrial da qual tanto necessitava para tal projeto.

É nesse cenário que trataremos, a seguir, sobre o impulsionamento da emigração árabe no Brasil por D. Pedro II, através, principalmente, de sua viagem ao Oriente Médio (1876). Além das complicações internas na elite política brasileira que impediram acordos oficiais entre os impérios do Brasil e Otomano, mas que não foram determinantes para barrar a emigração árabe.

O Imperador no Oriente Médio (1871-1876): as motivações e propagandas do Brasil no Oriente por Pedro II

É neste cenário, então, que localizamos o Imperador preparando o Brasil para a industrialização e a busca de mão de obra estrangeira industrial: "(...) a vontade de industrializar o país a fim de não ficar dependente da agricultura, e para tal a utilização da mão de obra negra liberta em vez da mão de obra imigrante" (METNE, 2021, p.27). Dirá Lesser (2001) que "a partir de 1850, quando ficou claro que a escravidão não perduraria por

muito tempo, a imigração passou a desempenhar um papel central nas políticas públicas" (LESSER, 2001).

O monarca já havia viajado à Europa, entretanto, em 1871 e 1876, decide voltar-se ao Oriente Médio. Como um admirador que se diria ser da cultura oriental, D. Pedro II sabia falar árabe fluentemente, além de fazer estudos de sânscrito e hebraico. Dessa forma, decide fazer uma viagem, junto à sua comitiva imperial, às regiões da Síria, Líbano, Egito e Palestina no Oriente Médio. Movido por ímpetos de curiosidade cultural, linguística, histórica e religiosa, mas também, e por que não o principal: política.

Precisando de mão de obra e de população consumidora, o projeto de emigração tornou-se cada vez mais relevante. Dirá Hajjar (2009):

> (...) o Brasil não poderia adentrar o século XX com uma mão de obra escrava e sem liquidez para o consumo. A população excedente da Europa, do Oriente Próximo e inclusive do Japão foi incentivada a imigrar para ocupar o lugar da mão de obra escrava no campo. (...) O Brasil precisava de agricultores e de camponeses e por esta razão D. Pedro II foi para lá, com livros em árabe para nos estimular a imigrar. A nossa imigração árabe não possuía acordos bilaterais entre países, à exemplo da Alemanha, Japão e Itália. A nossa imigração foi voluntária e incentivada pelas companhias de navegação. (HAJJAR, 2009, s/p)

Ao chegar no Oriente, o imperador registra tudo que observa em seu diário pessoal. Desde questões geográficas à sociais. Como se, de fato, estivesse executando uma pesquisa de campo daquelas sociedades. Nesse diário, encontramos "escritos de viagens de turismo e de cunho científico nas quais d. Pedro II procurou analisar, estudar, conhecer experiências e inovações para trazer ao Brasil" (KHATLAB, 2015, p.18).

Unido ao momento conturbado que passava as populações libanesas, sírias e palestinas sob o domínio Otomano, e buscando fugir dessa perseguição (principalmente, religiosa, já que o momento não era propício para os cristãos nesse império islâmico) e da crise na economia, os árabes começam a cogitar o Brasil como uma possibilidade de melhoria de vida.

D. Pedro II, seguindo sua premissa, começa a fazer uma espécie de propaganda e divulgação do Brasil em território árabe. Mostra o Brasil como uma terra a ser desbravada, paradisíaca, e, à título de seu próprio exemplo, também de intelectuais. Em suma, uma terra próspera para tentar uma nova vida.

> Indiretamente, o monarca, com essa viagem, incentivou a vinda dos árabes ao Brasil, inaugurando uma nova "rota dos trópicos" para os árabes que queriam circular, comercializar. O monarca registrou em seu diário que ouviu nas ruas de Damasco que "eles, os árabes, querem emigrar para o Brasil". Para D. Pedro II, o Brasil precisava empreender sua globalização interna. (KHATLAB, 2015, p.17)

Lilian Schwarcz dirá também: “as aparições públicas de d. Pedro II, seja nos cortejos reais, seja nas procissões, convertiam-se em demarcações territoriais e vinculavam sua imagem à própria representação do Império” (SCHWARCZ, 1999, p.415). Dessa forma, mesmo que se permaneça a ideia de um turismo por parte de D. Pedro II, fica claro que suas intenções, em meio a todas as reviravoltas que estavam ocorrendo simultaneamente no Brasil, era a de uma pesquisa de campo.

De fato, o monarca possuía motivações pessoais para conhecer a região do Oriente Próximo, já que era declaradamente estudioso do hebraico e da cultura judaica. Todavia, além de uma pretensão a ser um dos tantos orientalistas românticos da época, D. Pedro II era o chefe de Estado de um Império que estava atrasado na abolição da escravatura e na sua industrialização. O imperador é, inclusive, bastante criticado por deixar o país para uma viagem pessoal em meio a todo o panorama conturbado da realidade brasileira[3]. Dificilmente acreditaria-se que arriscou toda essa conjuntura, em prol de alargar seus horizontes intelectuais, apenas. É em meio a desavenças internas no Brasil, e às pressões das potências europeias, o imperador busca estimular a emigração dessa população árabe, tanto enquanto mão de obra como consumidora.

PANORAMA GERAL DOS IMIGRANTES ÁRABES AO BRASIL (1870-1920)

Dessa forma, D. Pedro II executa uma viagem ao Oriente Médio no sentido de promover o Brasil como um destino próspero para os árabes que já estavam pensando em emigrar, devido a situação de repressão diante da dominação Otomana. O imperador chega a sugerir propostas para acordos entre Estados para facilitar a emigração árabe ao Brasil, entretanto, a elite brasileira nega, pois, alegava que a imigração europeia era mais lucrativa, tendo em vista que já estavam mais ambientados às indústrias, e não escondem, também, a intenção de branqueamento da sociedade brasileira com essa imigração.

A autora Ana Luísa Zago de Moraes (2014) explica que a política imigratória brasileira começa no Império, e possui um empenho forte por parte dos intelectuais e políticos brasileiros da época. Para isso, foi criado o Departamento de Imigração e Colonização de São Paulo, que também era filiado à Secretaria de Agricultura. Estes setores tinham a finalidade de incentivar o fluxo migratório da Europa para Brasil, através das Campanhas de Imigração, as quais, posteriormente, a autora dirá que se remeterá à estas como

3 Lilian Schwarcz (1999), em seu livro “As Barbas do Imperador”, nos mostra um exemplo de uma charge de A. Agostini ironizando as viagens aventureiras do imperador ao redor do mundo, assemelhando-o aos contos de Júlio Verne.

campanhas de “aliciamento humano”[4], e que tem como foco principal a Espanha, Portugal e Itália, ou seja, países latinos.

Além de aliciar as populações europeias carentes de terra para subsistir e vítimas do capitalismo em ascensão, a política e os intelectuais brasileiros buscavam o “embranquecimento” da população. Acreditava-se que, a partir do fluxo proveniente da Europa, em três ou quatro gerações, perderíamos os genes predominantemente mestiços, e teríamos o ideal “tipo brasileiro”[5].

Dito isto, compreendamos que, as tentativas de D. Pedro II de financiar e/ou institucionalizar a emigração árabe para o Brasil foram barradas por este projeto “político de embranquecimento” da população, e a emigração proveniente da Europa foi priorizada não só por já estar habituada ao labor das indústrias, como maneira de se manter, também o “afastamento do Oriente” (MORAES, 2014, p.150). Dirá Moraes (2014):

> A imigração de europeus para o Brasil era objeto de intensa propaganda no Velho Continente, e estimulada não somente por razões econômicas. Isso porque, para muitos intelectuais, políticos e cientistas brasileiros da segunda metade do século XIX e do início do século XX, uma das finalidades da imigração europeia era o “branqueamento da raça”. (PETRONE, 1982, p.38; PRADO JR., 2000, p.82). Tal intento tinha como base um argumento racista que supunha a superioridade dos brancos e a inferioridade de outras raças (...). (MORAES apud PETRONE; PRADO JR., 2014, p.149)

O fato é que, mesmo sem financiamento governamental, as investidas de D. Pedro II surtem efeito e emigração árabe ocorre. De maneira geral, a emigração árabe ao Brasil foi dividida em três fluxos: a primeira acontece entre 1860-1900; a segunda entre 1900-1914; e a terceira entre 1918-1938[6]. Ao longo do século XX, outras ondas de emigração existiram, mas, aqui, apenas essas três serão tratadas.

Ao aportarem em Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Natal ou Santos (as cidades portuárias da época), cansados das longas jornadas e ansiosos por descobrir o Brasil e se fazer naquelas terras[7], sem ninguém tão próximo para recorrer, vão em busca de

---

4 MORAES, Ana Luísa Zago. A Formação da Política Imigratória Brasileira: da colonização ao Estado Novo. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS – Volume Especial, 2014, p.150.

5 “Assim, seria essa a resposta a esse ‘problema’ do povo brasileiro: após a entrada de grandes contingentes de imigrantes brancos e muita miscigenação, em três ou quatro gerações, a população se tornaria cada vez mais branca, eliminando as raças inferiores e constituindo o categórico ‘tipo brasileiro’. (MORAES, 2014, p.149)

6 EL-MOOR, Patrícia Dario. O RECONHECIMENTO DA PRESENÇA ÁRABE NO BRASIL NA BUSCA DE UMA IDENTIDADE NACIONAL. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidade e (Des)Igualdades. Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia – UFBA – PAF I e II. p.2

7 MIZRAHI, Rachel. A Multiculturalidade Otomana. Imigrantes Judeus do Império Otomano no Brasil. Revista de Estudos Orientais, n.6, pp.117-129, 2008.

mascatear[8]. Prática essa que, nos dias atuais, ainda se faz muito presente no interior do nordeste e norte do Brasil.

> (...) os libaneses dedicavam-se ao comércio, uma necessidade imposta pelas circunstâncias e não uma vocação. No início eram vendedores ambulantes ou mascates, e depois, empregavam-se em lojas de propriedade familiar. (SEQUEIRA, 2012, p.67)

Mesmo não tendo o financiamento do governo, os árabes recém-chegados não enfrentam, também, oposição. Não são criadas leis ou qualquer tipo de artifício que os ilegalizassem em terras brasileiras[9]. Todavia, o trabalho industrial foi reservado, geralmente, à mão de obra europeia. Os imigrantes orientais, focaram-se na agricultura, como os japoneses, e principalmente, no caso árabe, no comércio: "Os árabes que se voltaram para o Brasil não buscavam as fábricas ou as propriedades agrícolas, tendo se dedicado, em grande parte, ao comércio e às pequenas indústrias" (HAJJAR, 1985, s/p).

É importante destacar, sempre, a influência do comércio estabelecido pelos árabes no desenvolvimento econômico do Brasil entre os séculos XIX-XX. Seja ele, através do mascateio, ou do lojista. O mascateio, por exemplo, foi essencial para a interiorização do Brasil. Como um tipo de rota, os mascates traçavam redes de contato sociais no interior, de maneira dinâmica entre os espaços urbanos e rurais, o que foi fundamental para a integração da economia nacional[10]. Sobre isso, dirá El-Moor (2019): "Essas redes comerciais por eles construídas foram fatores deveras importantes para integração da economia nacional, ligando lugares mais afastados e dispersos no vasto interior do Brasil" (EL-MOOR, 2019, s/p).

> Se os libaneses não podiam contar com qualquer apoio do governo local na sua atividade comercial, também não lhe sofriam os entraves. A sua independência face ao poder e o seu mais elevado nível de educação propiciavam a iniciativa própria ao invés do sentimento de impotência dos açorianos. (SEQUEIRA, 2012, p.70)

Sendo assim, além de contribuírem com a população de consumo da nova onda industrializadora no Brasil, os mascates também foram primordiais para estabelecer conexões com o interior do território. Portanto, podemos afirmar que, sem a emigração árabe, o impulso econômico da nação teria tomado um rumo deveras distinto.

---

8 Define-se "Mascateio" como "Trabalhar como mascate; exercer a profissão de mascate. Vender (mercadorias) pelas ruas: mascatear tecidos" (MASCATEIO, 2022).

9 SEQUEIRA, Rosa Maria. As trevas e a luz: histórias de migrações para o Brasil. Lusorama, 91-92 (Novembro 2012), 60-72. ISSN: 0931-9484. P. 69.

10 MIZRAHI, Rachel. A Multiculturalidade Otomana. Imigrantes Judeus do Império Otomano no Brasil. Revista de Estudos Orientais, n.6, pp.117-129, 2008. p.127.

Segundo Curi (2015), além da forma funcional e prática da mão de obra, afirma que muitos destes árabes que vinham eram intelectuais cultos que buscavam mudanças sociais e políticas, além da continuidade do movimento intelectual do renascimento árabe, ou *Nahda*[11], que já estava acontecendo no Oriente Médio[12]. É nessa premissa, que o autor justifica que, junto aos emigrantes, também veio o ímpeto de perpetuar a *Nahda*.

Esses intelectuais fundaram vários jornais, escritos em português e árabe, para propagar as ideias do Renascimento Árabe. Mas, não somente, é através destas publicações em jornais e revistas que percebemos uma autoafirmação dessa população diaspórica. Já que, mesmo que tenhamos nossas raízes semelhantes mas longínquas na Península Ibérica, o árabe emigrante do século XIX-XX era ainda visto como à parte da sociedade.

Sendo assim, de forma mais geral, percebemos a influência que D. Pedro II teve em impulsionar a emigração árabe ao Brasil, já que estava em busca de mão de obra e população consumidora para o então Brasil pós-abolição. Apesar de promessas que não foram cumpridas, os imigrantes árabes, sem financiamento e apoio governamental, ainda assim, encontraram no Brasil uma terra cheia de semelhanças, mas também exotismos, a qual puderam se estabelecer e contribuir fortemente para o desenvolvimento desta nação. Mesmo longe do seio de suas famílias e terra natal, encontraram no Brasil novas possibilidades e independências, dissonantes com a situação vigente no Império Otomano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender as raízes do Brasil, desde lá dos 781 anos de dominação moura na Península Ibérica, até os fluxos migratórios que perduram até os dias atuais, é essencial para compreendermos que o Brasil, em sua base, também é moura, também é árabe. E que, portanto, a história deles, também é a nossa. Principalmente, se levarmos em consideração o cenário islamofóbico e xenofóbico da atualidade.

A idealização do monarca, e consequente idealização da Princesa Isabel no processo de abolição da escravidão toma cegas proporções. À isso, podemos atrelar o papel da historiografia positivista de enaltecimento dos grandes heróis, dos símbolos nacionalistas de exaltação da pátria brasileira etc. Todavia, há de se repensar a maneira

11 Conhecido como o Renascimento Árabe, foi um movimento cultural que surgiu das regiões árabes do Império Otomano entre os séculos XIX-XX.

12 CURI, Guilherme Oliveira. A Imigração Árabe no Brasil: o Al-Mahjar também é aqui. III Simpósio de Pesquisa sobre Migrações • Caderno de Resumos. Rio de Janeiro: 2016. p.10

como abordamos a imagem da família real brasileira. Com toda a crise política, econômica e social que o Brasil e o mundo cria-se um cenário perfeito para a proliferação de ideais fascistas e monarquistas. Sendo assim, visando barrar e levar mais conhecimento acerca do tema, se faz cada vez mais urgente que nos dispamos desse olhar cristalizado sobre quem foi D. Pedro II, e localizá-lo enquanto homem do seu tempo e contexto social é essencial. Pedro II não deixa de ser um aristocrata europeu em terras tropicais, e, portanto, reproduz esses mesmos discursos imperialistas.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Mauro Henrique Miranda de. **D. PEDRO II E A EMANCIPAÇÃO DOS ESCRAVOS**. Cuiabá/MT, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II – Ser ou não ser**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CURI, Guilherme Oliveira. A Imigração Árabe no Brasil: o Al-Mahjar também é aqui. **III Simpósio de Pesquisa sobre Migrações** • Caderno de Resumos. Rio de Janeiro: 2016.

EL-MOOR, Patrícia Dario. O RECONHECIMENTO DA PRESENÇA ÁRABE NO BRASIL NA BUSCA DE UMA IDENTIDADE NACIONAL. **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**: Diversidade e (Des)Igualdades. Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia – UFBA – PAF I e II.

EL-MOOR, Patrícia Dario. **Presença árabe no Brasil: entre a herança ibérica e os fluxos migratórios**. 2019. Disponível em: Patrícia El-moor – Neoárabe (hcommons.org). Acesso em 20 jul 2022.

GATTAZ, Andre. **Do Líbano ao Brasil**: História oral de imigrantes. 2ª edição. Salvador: Editora Pontocom, 2012. Série Acadêmica, 1 Coleção NEHO-USP ISBN: 978-85-66048-00-1.

HAJJAR, Claude Fahd. **A Imigração Árabe no Brasil**. 2009. Disponível em: A imigração árabe no Brasil - Vermelho. Acesso em: 21 jul 2022.

KHATLAB, Roberto. **As Viagens de D. Pedro II**: Oriente e África do Norte, 1871 e 1876. – São Paulo: Benvirá, 2015.

LESSER, Jeffey. **A invenção da brasilidade**: Identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração São Paulo: Editora Unesp, 2015. 206p.

MASCATEIO. *In*: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <Mascateio - Dicio, Dicionário Online de Português>. Acesso em: 29/07/2022.

METNE, Gabriel. **O Abolicionismo e D. Pedro II**: pelas páginas de O Jornal do Commercio e a Gazeta da Tarde (1888). CENTRO UNIVERSITARIO DO SAGRADO CORAÇÃO. BAURÚ – SP, 2021.

MIZRAHI, Rachel. A Multiculturalidade Otomana. Imigrantes Judeus do Império Otomano no Brasil. **Revista de Estudos Orientais**, n.6, pp.117-129, 2008.

MORAES, Ana Luísa Zago. A Formação da Política Imigratória Brasileira: da colonização ao Estado Novo. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS** – Volume Especial, 2014.

SCHWARZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEQUEIRA, Rosa Maria. As trevas e a luz: histórias de migrações para o Brasil. **Lusorama**, 91-92 (Novembro 2012), 60-72. ISSN: 0931-9484.

VIANNA, Helio. A Abolição da Escravidão no Brasil. **Revista de História de América**. No. 60 (Jul. - Dec., 1965), pp. 69-90.

AS REDES INSTITUCIONAIS NO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DO LABORATÓRIO DE COMBUSTÃO DO INPE (1976-1979)

Cassiane Souza dos Santos[1]

RESUMO

Este trabalho versa sobre a trajetória institucional do Laboratório de Processos de Combustão (LABCP) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE/CNAE), entre os anos de 1976 e 1979. Trata-se de discutir sobre os atores envolvidos no processo de transferência do LABCP, antes localizado em São José dos Campos-SP, para Cachoeira Paulista-SP. Considerando que tal mudança foi ditada pela necessidade de manuseio de propelentes explosivos, parte-se das questões: Por que era importante fazer testes com propelentes explosivos? A quem serviam os testes? Quais experimentos eram realizados? A força deste estudo opera na História Global da Exploração Espacial.

Palavras-Chave: LABCP; INPE; CNAE; História Global da Exploração Espacial.

INTRODUÇÃO

Em 2019, o chefe do Laboratório Associado de Combustão e Propulsão do INPE, Fernando Costa, concede uma entrevista ao programa “Brasil com Ciência” – pertencente ao Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia (C&T) do Setor Aeroespacial (SindCT). A interlocução, com duração de 56 minutos, visa apresentar o funcionamento e as linhas de pesquisa do LABCP aos seus telespectadores. Ainda nos primeiros segundos de diálogo, o apresentador, Edmon Garcia, direciona uma intrigante indagação ao seu entrevistado: “Esse laboratório [referindo-se ao LABCP] era em São José dos Campos e se mudou para Cachoeira Paulista por quê?”. Defronte da pergunta que lhe foi aventada, Costa recupera aspectos históricos de sua instituição para tecer a sua resposta:

> [...] foi criado na “década de 60” e se estabeleceu como INPE em São José dos Campos. Depois, devido as suas características de atividades com propelentes e material explosivo, viu-se a necessidade de instalá-lo num local mais isolado, é..., preferencialmente entre montanhas, né?! E que permitisse que a gente fizesse todos os testes necessários. Então o laboratório foi transferido para Cachoeira Paulista, em torno de 1979. (COSTA, 2019).

---

1 Mestranda em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O testemunho proferido pelo então chefe do LABCP, em 2019, corrobora com as informações prestadas pelo site do laboratório. Na aba intitulada “História”, a transferência física desta entidade é justificada como sendo em função de uma necessidade de experimentos com explosivos (INPE, 2016). Mediante a estas afirmações, surgiu-nos interrogações como: por que era importante fazer testes com propelentes explosivos no Brasil na década de 1970? Quais práticas eram executadas no LABCP? Os testes realizados serviam a quem? Estas e outras questões balizaram nosso exame, conduzido no sentido de entender a história deste “espaço de ciência” que foi, ainda, o primeiro designado à propulsão espacial no Brasil (INPE, 2016).

Este estudo, então, analisa fragmentos da jornada do Laboratório de Combustão e Propulsão (LABCP), uma instituição associada ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), entre os anos de 1976 e 1979. Interessa-nos discutir sobre os atores envolvidos no processo de transferência do LABCP, antes localizado em São José dos Campos-SP, e sua implantação em Cachoeira Paulista-SP, sob um viés sociopolítico. Tendo em vista que tal mudança foi ditada pela necessidade de manuseio com propelentes explosivos, parte-se das questões: Por que era importante fazer testes com propelentes? A quem serviam os testes? Quais experimentos eram realizados? e, sobremodo, quais atores (nacionais e internacionais) participaram de tal processo? Para tanto, compulsamos um variado leque de arquivos, mas, os “Relatórios de Acompanhamento dos Convênios” da FINEP foram as fontes analisadas.

A GÊNESE DO LABCP EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Nos últimos anos, a historiografia das instituições espaciais, no interior da História da ciência, vem conferindo destaque ao papel que países considerados periféricos tiveram nesta área. Desde os primeiros trabalhos da chamada *História Global da Exploração Espacial*, conforme o termo de Asif Siddiqi (2010), pesquisadores vêm desfazendo a exclusividade das ditas superpotências da Corrida Espacial - Estados Unidos e União Soviética - nos debates deste campo. Neste ensejo, nota-se uma crescente disposição analítica sobre temas menos explorados, a exemplo da relação do setor espacial com as Ditaduras, bem como com o Pós-colonialismo e com a Globalização. Tais pesquisas nos despertam o interesse, pois nasceram alinhadas a emergência das culturas híbridas (quando as perspectivas de circulação do conhecimento passaram a pontuar os debates na História da Ciência, propulsando pesquisas de caráter transnacional que se debruçam sobre o lugar que o Brasil conquistou “ao Sol Espacial”).

Ora, em 1961, com a criação do GOCNAE (Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais), pelo CNPq, “o Brasil tornar-se-ia um dos primeiros países a incorporar as atividades aeroespaciais em suas metas de Estado” (NETTO, 2001, p.119). Em 1963, a GOCNAE tornar-se-ia CNAE, e, em 1971, a CNAE tornar-se-ia INPE (NETTO, 2001, p.119). No entremeio de tantas mudanças administrativas, em 1968, dar-se-ia a fundação do Laboratório de Processos de Combustão – nome que inicialmente designava o LABCP – em São Jose dos Campos-SP – concretizando, assim, os anseios dos que auxiliariam o Estado, a Indústria e a Ciência nos estudos sobre combustíveis e sistemas propulsivos (INPE, 2016).

Um dos estopins para a criação de um Laboratório de Combustão e Propulsão, na CNAE, reside nas experiências de Bastos Netto, um dos professores associados da Instituição (INPE, 2016). Em 1968, Netto, que também era capitão da Marinha, havia acabado de ingressar ao doutorado em Engenharia Aeroespacial nos Estados Unidos pela Universidade de Michigan (UMICH) no PACE (*Propulsion and Combustion Engineering Laboratory*). Em 1972, uma composição de Bastos Netto sobre a estrutura de choques em gases fracamente ionizados, que fora tema de seu doutorado, faria sua aparição no “Ciência e Cultura-SP” (edição 6, p. 454).

No ano de 1965, o MAer havia inaugurado o Centro de Lançamento de Barreira do Inferno (CLBI), fornecendo-lhes instalações e pessoal. O propósito do CLBI passava pelo lançamento e o rastreamento de foguetes, vislumbrando atingir a autonomia nacional no preceito “emissão de foguetes e veículos de lançamento” (NETTO, 2001, p.119). Em 1969, logo após a fundação do LABCP, o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) criaria um Instituto de Atividades Espaciais (IAE), que também concentraria seus esforços no desenvolvimento de foguetes lançadores e satélites (PEREIRA, 2008, p.21). Para o estudo da movimentação destes artefatos no espaço, surge o LABCP (LPC; LCP; DCP).

Em 1971, mesmo ano em que a CNAE se tornaria INPE, surge a “COBAE”, incumbida de dar suporte à Política Nacional de Atividades Espaciais (PNDAE) (NETTO, 2001, p.119). Logo que surgiu, a COBAE orientaria ao LABCP que coordenasse as atividades de propulsão e combustão através do INPE (INPE, 2016). Mais incisivamente, em 1976, o II PBDCT mencionaria a criação de um laboratório de combustão no INPE que pudesse colaborar com o governo e a indústria, e, em 1977, o I SAE, organizado pela COBAE, readequou o projeto de construção do LABCP, direcionando a sua finalidade para os sistemas de propulsão.

A TRANSFERÊNCIA PARA CACHOEIRA PAULISTA

Os relatórios como fonte

Conforme supracitado, o Laboratório de Combustão foi transferido para a cidade de Cachoeira Paulista-SP como parte dos projetos dispostos no II PBDCT (1975-1976). Este plano previa a implantação de um laboratório, no INPE, que fosse capaz de "colaborar com o Governo e a Indústria na pesquisa, no desenvolvimento e na análise de sistemas de combustão" (II PBDCT *apud* ALMEIDA, 1976, p. 2). Tal ação foi inicialmente materializada através do Convênio CT-272, com subsídios do Tesouro Nacional e do FNDCT – o último por intermédio da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). O convênio CT-272 previa a conclusão do LABCP no triênio 1975-77 (ALMEIDA, 1977, p. 1). Nada obstante, percalços adiaram a finalização do laboratório. Neste caminho, fez-se necessário uma nova proposta de subvenção à FINEP, expressa no documento INPE-COM.5/PPr. A moção foi aprovada, em 1977, culminando na abertura de um novo convênio, o "539/CT" (DIAS; FERREIRA, 1979, p.1).

Assim, na investigação sobre a implantação do LABCP, tomaremos os *Relatórios de Acompanhamento dos Convênios* CT-272 (1975-1977) e 539/CT (1977-1979). Tratam-se de documentos produzidos no interior do LABCP com a finalidade de prestar contas à FINEP entre 1975 e 1979 – período em que se deu a mudança deste laboratório para Cachoeira Paulista-SP. Os três primeiros relatórios são referentes ao convênio CT-272 e foram redigidos por Antunes de Almeida (neste contexto, um dos primeiros mestrandos na área de Combustão e Propulsão do INPE) (INPE, 2016). Já os dois últimos dizem respeito ao convênio 539/CT, e, são da autoria de Luiz Alberto Dias e Jorge Luiz Gomes Ferreira (o primeiro, então recém doutor em Física Espacial pela Universidade de Rice, e, o segundo, cursando pós-graduação no próprio INPE).

Estes relatórios se apresentam como importantes por detalharem as atividades operacionais e de implantação do LABCP no INPE. Neles, são especificadas algumas das atividades de pesquisa em desenvolvimento, bem como o pessoal envolvido no projeto, os gastos efetuados, a estrutura utilizada, além do andamento (e, por vezes, paralisação) da construção do laboratório. Por tratar-se de uma documentação de caráter administrativo e oficial, todos estes textos constam da assinatura do até então diretor do INPE, de Jesus Parada, e de revisão. As revisões foram feitas por Mesquita, Meira Filho e Miranda, respectivamente. Já a periodicidade dos relatórios é irregular, variando entre intervalos de 3 a 11 meses. Os tópicos presentes, assim como os anexos incorporados, variam de edição a edição, muito embora sigam o "Manual de Acompanhamento Financeiro", documento sugerido pela FINEP.

Objetivos gerais

> É indiscutível que tal laboratório se ajuste perfeitamente as atuais necessidades e estudos de propelentes no âmbito das Forças Armadas. Entretanto, faz-se necessário que o mesmo esteja também adequado a um horizonte mais amplo. É essencial que tal laboratório, além de se prestar ao desenvolvimento e teste de propelentes e combustíveis em geral (utilizando, sempre que possível, matérias primas nacionais, assim como o estabelecimento de tecnologia de fabricação dos mesmos em escala industrial) também se preste para, entre outros, estudos sobre a poluição, estudos sobre a segurança contra incêndio e treinamento de pessoal [...]. É pertinente que seja considerada a possibilidade de tal laboratório não apenas prestar serviço para grupos, alheios ou não, a processos de combustão propriamente ditos, mas também poder servir a ter equipamentos operados por aqueles grupos. (COMISSÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA *apud* ALMEIDA, 1977, pp. 6-7).

A citação acima se trata de um recorte do relatório final da segunda "Comissão Técnico-Científica" em vistas de planejar e consolidar o laboratório em análise. Encontramos este trecho reproduzido em um dos "Relatórios de Acompanhamento do Convênio' CT-272 para a FINEP, em específico, o referente aos meses de abril a setembro de 1977. A partir desse fragmento, poder-se-ia definir os objetivos do LABCP: 1) trabalhar em estudo de propelentes para as Forças Armadas; 2) desenvolver e testar combustíveis; 3) utilizar matérias primas nacionais e produzir combustíveis em escala industrial e 4) estudar a poluição e a segurança contra incêndios. Mas, antes de desenvolver sobre estes propósitos, parece-nos importante explicar sobre o emissor deste parágrafo, entre outras palavras, a então "2ª Comissão técnico-científica".

Como dito, entre 1975 e 1976, o II PBDCT implementou um laboratório para estudos de combustão no INPE. A primeira comissão foi formada por Bastos Netto, Abner Maciel de Castro e Nelson Jesus Parada (PEREIRA, 2008, p. 64). Mas em função do I SAE (1976-1977), que tencionava remanejar os investimentos dos projetos mencionados no II PBDCT, uma outra comissão foi convocada entre 1976 e 1977. O novo grupo foi integrado por Morton Shorr (do AIAA/EUA), Ben Zinn (do Geórgia/TECH), José Pantuso Sudano (do IAE) e Bastos Netto.

Porém, independentemente das comissões técnico-científicas, deve-se salientar que os militares que subordinavam o LABCP possuíam perspectivas, comportamentos e vontades distintas entre si. Assim como os presidentes do Período Militar, estes ministérios não compunham uma categoria uniforme, mas ao revés: obedeciam a contextos e peculiaridades ímpares. Por esta causa, historiadores como Motoyama, Queiróz e Vargas apontaram que as políticas do Estado, voltadas para os campos científico e tecnológico, nos Governos Militares, não foram homogêneas (MOTOYAMA, *et.al.* 2005, p. 322). Esta

condição parece perceptível quando voltamos o olhar para o processo de definição dos primeiros escopos do LCP.

Primeiramente, o transcurso que mudou o LABCP de sede deu-se ao longo do Governo Geisel (1974-1979). Tal período foi marcado pela premissa de que as C&T eram essenciais para o desenvolvimento. Sob tal acepção, seria preciso que as Ciências trabalhassem para diminuir a dependência externa e capacitar para a resolução de problemas nacionais (MOTOYAMA, *et.al.* 2005, pp. 317-386). Tal governo explicaria, por si só, o terceiro objetivo do excerto que destacamos, isto é, "utilizar matérias primas nacionais e produzir combustíveis em escala industrial". E, havendo mencionado a "escala industrial", pode-se refletir sobre os três demais propósitos que destacamos no início do subtópico, particularmente, a pretensão do LABCP de investir em "estudos sobre a poluição e a segurança contra incêndios".

O texto original do II PBDCT, no que reporta a missão do LABCP, declara que era dever desta Instituição: "colaborar com o Governo e a Indústria" "no desenvolvimento e na análise de sistemas de combustão". Esta frase dá vazão à visão de que o LABCP poderia trabalhar com quaisquer entidades que quisessem solicitar os seus serviços. Outro ponto que corrobora para este entendimento é a meta de "produzir combustíveis em escala industrial".

Entretanto, somos informados por Pereira (2008, p. 66) que o então presidente do CNPq, José Dion, defendeu também a proposta do LABCP trabalhar com "estudos sobre a poluição e a segurança contra incêndios", em carta enviada ao então presidente da COBAE, General Potyguara. A resposta recebida por Dion, vinda do almirante "Aripenha da Marinha" foi que o LABCP deveria operar em prol da segurança nacional "para não ter que aguardar o uso por parte de universidades e a indústria", fator que levou-nos a formular conclusões a esse respeito: A) a análise e teste dos propelentes serviria, de fato, para atender prioritariamente aos interesses das Forças Militares, seja no desenvolvimento de uma infraestrutura básica de engenharia aeroespacial no campo da propulsão ou mesmo na produção de combustíveis em escala industrial; B) o LABCP não estava impedido, ainda assim, de usar os seus conhecimentos em combustíveis e propulsão para dialogar com as necessidades da indústria nacional; C) a tentativa de trabalhar com poluição e segurança industrial aponta para uma primeira investida em constituir um *ethos* profissional de autonomia e de legitimidade do LABCP.

Infra-estrutura e obras

Um dos primeiros passos para a construção do LABCP em Cachoeira Paulista-SP foi dado entre setembro de 1975 e março de 1976. Neste período, o INPE abriu uma concorrência para interessados na construção de módulos referentes ao prédio que

abrigaria um “Laboratório de Química”, ao passo que o prazo para a finalização desta estrutura ficou estipulado, inicialmente, para o mês de julho do ano de 1976. Todavia, a empreiteira “GAMA construtora”, vencedora da licitação, apresentou dificuldades em absorver o *“know-know”* para a execução de cúpulas. Este problema, acrescido da falência da mesma empresa, levou-a a desistir de participar da obra em março de 1976. Para resolução do imprevisto, a direção do INPE decidiu deixar a operação a encargo da segunda colocada na disputa, a “Construtora GPR S/A”, fator que adiaria a entrega para o mês de outubro de 1976. Em face deste desencontro, o LABCP viu-se obrigado a levantar uma instalação temporária. (ALMEIDA, 1976, p. 1-2).

A incumbência de inaugurar um laboratório provisório, no entanto, não seria o único contratempo enfrentado pelo LABCP em seus primórdios. A burocracia faria sua interferência na aquisição de material estrangeiro, cuja importação foi, por vezes, vetada, devido às restrições governamentais impostas nesse quesito (ALMEIDA, 1976, p. 2). Pode-se acrescentar ainda a ocorrência de que, havendo se passado tão somente um ano desde a resignação da “GAMA”, as operações de implantação definitiva do Laboratório de Combustão e Propulsão seriam desativadas, novamente, em função de novas orientações da COBAE (Aviso n9/08, de 28/12/76). (ALMEIDA, 1977, p. 2). Sequencialmente, em virtude do I SAE (1977) o LABCP teve de (Maciel de Castro e de Jesus Parada), aos recursos (in)disponíveis e também a iniciação do Brasil à MECB através de uma segunda comissão. (DIAS; FERREIRA, 1979, p. IV).

Segundo o parecer desta nova Comissão técnico-científica (1977), o laboratório deveria ser constituído por duas divisões: uma de propelentes e a outra de não-propelentes. A divisão de propelentes deveria ser constituída por três setores (instabilidade de combustão, combustão de propelentes e análise de explosivos/ acústica de combustão). A de não propelentes teria dois setores (de materiais e equipamentos e de poluição). Para abrigar tais divisões, seriam utilizados dois prédios e dois paióis: um prédio de 600 m^2 para pesquisadores (com laboratório químico, de preparação de amostras para o GC/MS, de ensaios mecânicos e de manutenção eletrônica; sala de raios-X, de balanças, para um micromerógrafo, de chefia e de pesquisadores; câmara escura com equipamentos óticos; almoxarifado; deposito de drogas; banheiro e auditório); um prédio destinado à ensaios com 250m2, com alto risco de explosão (com sala de estufas, de instrumentação, de estabilidade, para bomba *crowford*, oficina de apoio, de preparação de amostras e de inibição) e os paióis de 2x2 m^2 (um para a estocagem e o outro para propelentes e explosivos). (COMISSÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA *apud* ALMEIDA, 1977, pp. 7-9).

A nova Comissão técnico-científica concluiu ainda que a infraestrutura do INPE,

em São José dos Campos-SP, poderia ser aproveitada como localidade sede para a coordenação geral. Determinou também que as cúpulas do que seria um "laboratório de química", planejadas pela primeira comissão, poderiam ser aproveitadas para abrigar um misturador, um laminador, uma sessão de moldagem, moinhos, peneiras, secadores e balanças. Os custos totais das obras investimento, operação e itens suplementares elaborados pela primeira comissão técnica (de 1975 a 1976) levaram, pelo menos, Cr$ 3.387.387,12 de investimentos advindos do FNDCT e mais Cr$ 2.469.68 do Tesouro Nacional. Já para o segundo projeto, elaborado pela segunda comissão, foram mobilizados, no mínimo, Cr$ 3.000.000,00 em obras civis e de montagem; Cr$ 170.000,00 em material permanente e Cr$ 60.000,00 em assistência técnica. (ALMEIDA, 1976, pp. 6-36; COMISSÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA *apud* ALMEIDA, 1977, pp. 7-9).

Finalmente, em 1980, o término do "prédio de pesquisadores" do LABCP foi posto em manchete no jornal "Espacial". A área, construída em 650 m^2, foi anunciada quando já se realizava algumas operações em suas dependências. (1980, ano IX, número 36, p. 1). Segundo esta publicação, o LABCP foi inaugurado com contratações firmadas por empresas como a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), o IME e o IPqM, além de indústrias.

Aliados e projetos

NASA, AIAA, *Georgia Tech* e *DFVLR*: estas são algumas das instituições mencionadas ao longo dos *Relatórios de Acompanhamento dos Convênios FINEP,* entre e 1975-1979. Tais menções indicam que muito embora o Estado controlasse as importações idealizadas pelo LABCP, grandes foram as redes que participaram da construção deste laboratório no INPE. Esta "participação" internacional pode ser notada, principalmente, por meio da apreciação das consultorias norte-americanas contratadas, nos *softwares* estadunidenses utilizados, no número de expressões inglesas empregadas nos textos e na formação recursos humanos no exterior (tanto em programas de pós-graduação, como para participações em *workshops* da área).

Porém o LABCP não faria contato unicamente com fundações americanas e alemãs. Entre 1975 e 1979, o laboratório esteve em convívio com organizações nacionais como a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), o IME, o IPqM, a PACS e com o IAE do DCTA (IAE/CTA) – fruto de convênio entre o IAE, que, almejava o empreendimento de "estudos sobre combustão de propelentes sólidos" e o INPE. (ALMEIDA, 1976, p. 2). Nesta última, foi completado o desenvolvimento de uma bomba tipo "*Crawford"* para medidas de velocidade de queima e de propelentes sólidos; construídas formulações de propelentes e, ainda, analisado o projeto do motor IAE-7221 para o SONDA (foguetes

lançados no Brasil, na CLBI – RN, para auxiliar cientificamente um futuro veículo lançador de satélites). Graças a essa parceria, dois pesquisadores do LABCP puderam acompanhar o *III workshop da DFVLR* na Alemanha (ALMEIDA, 1976; ALMEIDA, 1977; DIAS, L. A. V.; FERREIRA, J. L. G, 1979).

Em 1976, foi encomendada a consultoria dos pesquisadores Morton Shorr, do AIAA/EUA; Ben Zinn, do Georgia Tech/EUA; Bastos Netto, da Marinha do Brasil e de Pantuso Sudano, do IAE (ALMEIDA, 1976, p. 2). Em 1977, Zinn e Shorr passaram semanas no INPE para revisar o programa de pós-graduação e ajudar a implantar os programas de pesquisa e o LABCP. Como quociente desta consultoria noticiou-se, em 1979, uma série de projetos sendo desenvolvidos no interior do LABCP, a saber: *HASPA* (para aproveitamento de combustível)*; EXPLO (*para solução numérica de escoamentos em duas dimensões)*; BIOM* (para queima de Biomassa)*; CALOR* (para medidas de altas temperaturas em chamas)*; ÁLCOOL (*poluentes em gases de exaustão)*; AICH (*para determinar propelente)*; MONO (*uso da hidrazina, como monopropelente)*; PROLIQ* (construir um motor de foguete a propelente) e *JET (*injetor por jato de plasmas, para motores de combustão interna)*.* (DIAS; FERREIRA, 1979, pp. 5-7).

Sobre a NASA, *o Computer calculation of complex chemical equilibrium composition, rocket performance and chapman-jouget detonation* serviu para os estudos do problema de ionização em sistemas químicos complexos em equilíbrio e nas formulações de propelentes, processadas no computador B-6700 do INPE através do FORTRAN IV, cujo *"work flow"* admitia interface com o programa da NASA. (ALMEIDA, 1976, p. 3; ALMEIDA, 1977, p. 8).

Outra colaboração foi feita, mas com a empresa PACS, com a finalidade de se estudar as propriedades termodinâmicas de propelentes e de velocidade de queima. Finalmente, em 1980, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), o IME e o IPqM mostraram-se interessadas nas pesquisas desenvolvidas pelo LABCP (Espacial, 1980, número 36, p. 1). Não por acaso, já havia sido instalada uma bomba PARR (sistema de medida de calor de combustão) e um sistema GC/MS (espectrômetro de massa/computador) no laboratório.

Pela análise dos "Relatórios de Acompanhamento dos Convênios" CT-272 (1975-1977) e 539/CT (1977-1979) da FINEP, pode-se dizer que o LABCP do INPE esteve, desde os seus primórdios, preocupado em agir como uma entidade civil, atuando em temas como a segurança e a poluição. Todavia, o governo e as suas lideranças associadas foram os responsáveis pela forte atuação no desenvolvimento de foguetes e satélites, complementando as atividades coordenadas pelo DCTA no desenvolvimento de veículos lançadores. Tudo em prol da MECB, um dos pilares da C&T no governo Geisel, e o tema do último tópico deste artigo.

CONCLUSÃO

É possível afirmar que o doutoramento de Bastos Netto, em Michigan (1968-1972), possui relação com a criação do LABCP devido ao fato de que o PCEL da UMICH – que era similar ao LABCP – foi constituído contemporaneamente à tese de Netto. Ademais, pode-se dizer que o nosso objeto de pesquisa deste passava, até 1976, pelo campo da Combustão. Apesar de o LABCP ser uma instituição civil, outro fator para que se compreenda a implantação da propulsão, no LABCP, reside no MAer: que forneceu uma localidade para o INPE e também para o CLBI, almejando que ambas as entidades se dedicassem ao estudo de satélites e foguetes.

O Laboratório de Combustão do INPE mudou-se para Cachoeira Paulista-SP entre 1976 e 1979. Tal transferência se deu como um plano desenvolvimentista do governo Geisel. Neste plano e, posteriormente, na COBAE através do I SAE (1977), ficou definido que o LABCP se debruçaria sobre a propulsão de foguetes e satélites – para atender o propósito de um PNAE. Para cumprir com esta proposta, projetos foram desenvolvidos no interior do LABCP com a finalidade de determinar propelentes, construir motores de foguete e injetores a jato de plasma. Tais iniciativas foram ferramentas para as poucas conquistas da MECB.

Na década de 1970, era importante lançar satélites e foguetes por um viés de ciência, defesa e soberania nacional. Também impactava a economia, já que colaborava nos estudos em meteorologia, climatologia e hidrologia. Para isto, o governo convocou e criou uma gama de entidades, onde, muitas delas trabalharam em parceria com o LABCP, como o IME, o IPqM, e, principalmente, com o IAE do DCTA. Todas estas instituições estavam diretamente relacionadas ao desenvolvimento de satélites e foguetes. Porém, muito embora o setor aeroespacial tenha ditado as principais ações do LABCP, muitos de seus projetos procuravam contribuir para a amenização da Crise energética, para a Agricultura e a Indústria, direcionando o laboratório para servir a outros interesses além do visado em na sua concepção.

REFERÊNCIAS

FONTES

ALMEIDA, W. A. **Relatório de acompanhamento - Convênio CT-272 - Laboratório de de Combustão - FINEP/CNPQ**. São José dos Campos: INPE, 1976.

ALMEIDA, W. A. **Relatório de acompanhamento - Convênio CT-272 - Laboratório de**

Combustão - FINEP/CNPQ. São José dos Campos: INPE, 1977.

COSTA, F. S. “Propulsão de satélites e foguetes: conheça a pesquisa brasileira”. **Brasil com Ciência.** Disponível em: <youtube.com/watch?v=sBKtSMtqlpM&t=133s>. Acesso em 19 de julho de 2022.

DIAS, L. A. V.; FERREIRA, J. L. G. **Relatório de acompanhamento - Convênio 539/CT - Laboratório de Combustão - FINEP/CNPQ**. São José dos Campos: INPE, 1979.

DIAS, L. A. V.; FERREIRA, J. L. G. **Relatório de acompanhamento - Convênio CT-272 - Laboratório de Combustão - FINEP/CNPQ**. São José dos Campos: INPE, 1979.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. “História”. In: **Combustão e Propulsão**. Disponível em <lcp.inpe.br>. Acesso em 19 de julho de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Espacial**. Ano IX. n 36. p. 1.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. **Ciência e Cultura.** São Paulo, n. 6, v. 24. jun. 1974. p. 454.

BIBLIOGRAFIA

MOTOYAMA, S., *et. Al*. **1964- 1985. Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil.** São Paulo: Edusp, 2004.

PEREIRA, G. R. “Política espacial brasileira e a trajetória do INPE (1961-2007)”. **Tese.** UNICAMP, Campinas, 2008.

SIDDIQI, Asif A. Competing technologies, national(ist) narratives, and universal claims: Toward a global history of space exploration. **Technology and Culture**, Baltimore, v. 51, n. 2, pp.425-443, 2010.

A POLÍTICA DEIFICANTE NA PARAHYBA DO NORTE ENTRE 1840 À 1860.

Francisco Mauro da Silva Menezes[1]

RESUMO

A reflexão sobre a política deificante conduzida pelos representantes do Imperador na Paraíba do Norte, entre 1840-1860, está relacionada as temáticas que abordam "práticas políticas cotidianas, culturas políticas ou políticas institucionais; circulação de ideias, representações, constituição de saberes e lugares de poder; práticas e imaginários religiosos".

Logo, pretendemos trabalhar na perspectiva de compreender o fenômeno do imaginário político/religioso entre 1840 a 1860, especificamente no centro administrativo da Província da Paraíba. Os objetivos visam o aprofundamento dos conhecimentos que envolve estudos sobre imaginários e simbolismos sociais na Capital administrativa da Província da Paraíba do Norte, entre os anos de 40 a 60 do século XIX.

O artigo visa demonstrar as intenções do poder político na Capital da Província Paraibana entre 1840-60, em criar uma atmosfera imagética em torno da figura do Imperador para justificar a partir do fenômeno social da deificação do Poder, a legitimidade dos privilégios de classe social existentes na sociedade estudada.

As consequências na realidade local desse imaginário deificante produzido através das falas dos Presidentes da Provincia e divulgado através dos periódicos, ligados a ideia de divindade de D. Pedro II no período pesquisado, é o mote do artigo.

Como o fenômeno do imaginário social em determinada sociedade, num tempo específico, pode interferir nas ações de determinados grupos sociais? Como foi construído ao longo do tempo histórico, um imaginário político específico, pelos agentes políticos e sociais envolvidos no chão da História da Paraíba oitocentista?

No artigo trataremos de responder estas perguntas e esclarecer o lugar e importância do imaginário como categoria de estudo para a compreensão dos usos, que o conceito de deificação do poder gerou na sociedade estudada.

Palavras-Chave: Simbolismos; imaginário; poder; deidade do Imperador; Brasil Imperial.

---

1 Graduação em História e Licenciado Pleno pela UFPA, Pós-graduando nos cursos de História e Historiografia e Psicologia e Psicanalise pela Faculdade Metropolitana respectivamente e Mestrando pela Universidade Federal do Paraíba – UFPB turma 2022. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/0169520593788670 E-mail: mauromenezes54@gmail.com

INTRODUÇÃO

O artigo começou a ser confeccionado, quando da leitura do artigo das pesquisadoras Carla Mary S. Oliveira - Cláudia Engler Cury[2]. A análise das pesquisadoras revelou um ambiente no qual, a presença do Imperador fosse algo como uma epifania, pois houve uma preparação social, política e religiosa para o momento de sua chegada na pequena cidade da Parahyba do Norte em 1859.

O relatório e fala do Presidente da Província em 1860, Dr. Luiz Antonio da Silva Nunes [3], revela que o evento foi o ponto de culminância de todo um preparativo anterior a chegada do Imperador. Em sua fala, o Presidente da Provincia, nos revela sua intenção de edificar na consciência dos seus ouvintes a ideia de que tanto o Imperador como sua Família eram de fato instituições deificadas em solo paraibano e isso já era parte de toda uma tradição lisboeta do Poder português. Para confirmar isso as autoras afirmam que:

> "**O Império brasileiro já surgiu intrinsecamente amalgamado ao campo do simbólico**. Ainda antes da Independência, quando o país foi alçado à condição de Reino Unido junto a Portugal e Algarves, a família real lusa teve o cuidado de trasladar minuciosamente às paragens tropicais, com D. João à frente, os rituais cotidianos da corte lisboeta, tanto em seus festejos e datas comemorativas da coroa, como também em seus ritos de sagração e exposição pública do poder político. Para Lília Schwarcz, nesse sentido, após garantir a autonomia política e sua própria manutenção nas rédeas da nova nação, a realeza brasileira soube atualizar a tradição europeia "e a fez dialogar com as representações locais, anteriores a seu estabelecimento" (SCHWARCZ, 2001b: 08)," grifo nosso.

---

2 Disponível em: http://cral.in2p3.fr/artelogie/IMG/article_PDF/article_a167.pdf em 01/05/2022.

3 "Devo começar pela menção do importante facto, que a história desta província registrará sem duvida como um dos mais elevados e fecundos em proveitosas consequencias para sua prosperidade, e futura grandesa a Visita Imperial. Aqui estiverão SS. MM. II. desde as 3 horas da tarde de 24 até as 9 horas da manhaã de 30 de desembro do armo proximo passado. O lugar que me coube, como presidente da provincia, na festa immensa, com que aqui forão recebidos SS. MM. II., pura significação do patriotismo dos Parahybanos, e do profundo amor e veneração, que tributamos ao **Augusto** Chefe da Naçaõ e á Familia Imperial, proporcionou-me os meios de presenciar de perto, e por consequencia de poder relatar minuciosamente agora á V. Exc. todos os suceessos festivos d'aquelles seis dias notaveis, em que vi trocadas as fadigas e dissabores da administração por momentos de indisivel prazer, cuja grata recordaçao conservarei sempre; mas o fervoroso acolhimento, que aqui tiveraõ SS. MM. II., as provas de amor e **veneraçaõ** ás Suas **Augustas** Pessoas, que á cada passo, e como que á porfia, procurava e) manifestar, pelo modo mais desinteressado, todas as classes de cidadaos sem distincçao alguma. a angelica bondade. com que tam demonstrações foras sempre recebidas pelo Regia Par, entregue por todaa parte, com ilimitada confiança, as ruidosas manifestações de prazer de seus subditos, podem ser objecto de sentimento, como fora°, mas nunca e adio denarraçao fiel, como V. Exc. sabe; por isso abstendo-me de entrar em pormenores á esse respeito, occuparei a attençaõ de V. Exc. com a singela e sucinta exposiçaõ dos factos relativos, á visita Imperial, por me parecer que devem ficar consignados em documentos da naturesa deste, tanto mais quanto tem V. Exc. dedar noticia desses factos oficialmente ao Governo Imperial em virtude de determinaçaõ contida em aviso expedido pela Secretaria d'Estido dos Negocios do Imperio, que eu tratava de cumprir."p,01-02. **Relatorio apresentado a Assemblea Legislativa da provincia da Parahyba do Norte em 15 de junho de 1860 pelo presidente, dr. Luiz Antonio da Silva Nunes**. Grifo nosso. Acesso em 15/05/2022. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=37&s=0&cv=2&r=0&xywh=-1274%2C-1%2C4835%2C3411

O artigo das autoras faz uma descrição das condições urbanas da cidade, revelando a partir das fontes tratadas, que boa parte da cidade tinha urbanização precária, ruas estreitas e íngremes, população em sua maioria analfabeta e simples. Logo a província refletia as características de todas as províncias do mesmo naipe, no imenso território imperial, no início da segunda metade do século XIX.

Pesquisando os documentos digitais do Center For Research Libraries[4], percebeu-se que durante as décadas de 40 e 60 oitocentista, os termos de tratamento com conotação divina (augusto, excelso, anjo, veneração, adorado), ligados a figura do Imperador e sua família foram usados de forma costumeira com o objetivo de produzir na consciência de todas as camadas sociais a crença da Nação[5], que consistia na divulgação das ideias de manutenção da ordem pública e do respeito à autoridade, pois condição de existência da política do regresso e do progresso da Paz. Crença aquela colocada em prática por uma política de governo paternal e civilizadora.

A análise dos dados relativos aos relatórios anuais e mensagens dos Presidentes da Província da Paraíba, durante o período imperial delimitado, revela as concepções construídas sobre a deidade e deificação da figura do Imperador D. Pedro II e mostra também, como através da confecção de conceitos ligados a ideia de poder divinizado, foi possível à construção ou a tentativa de efetivação de um determinado Imaginário do poder Imperial e a consequente dominação imagética da sociedade da época.

UMA BREVE EXPOSIÇÃO METODOLÓGICA

As fontes dessa reflexão consistem em três bases digitais principais: **O Center For Research Libraries**[6]**,** que armazena dados de todos os Arquivos Públicos dos Estados Brasileiros, no caso o que interessa é o Arquivo Público do Estado da Paraíba entre 1840-1860. **O BNdigital,** que faz parte do acervo digital da Biblioteca Nacional, onde iremos analisar os periódicos produzidos na Província da Paraíba do período proposto. Assim

---

4 Disponivel em: http://ddsnext.crl.edu/titles?f%5B0%5D=collection%3ABrazilian%20Government%2 Documents&f%5B1%5D=grouping%3AProvincial%20Presidential%20Reports Acesso em 15/05/2022.

5 "Reina na provincia profunda paz, nem devemos suppor, que possa ser ella alterada, desde que na crença da naçaõ fora acolhida como um dogma a necessidade imprescindivel da manutençaõ da ordem publica, e do respeito á autoridade, como condicçaõ da nossa existencia politica, e do progresso do pais: sendo certo que a politica paternal e civilisadoura, adoptada pelo governo Imperial, e lealmente executada por seus delegados nas provindas" [...]. p,04 do Relatório de 1860. **Relatorio apresentado a Assemblea Legislativa da provincia da Parahyba do Norte em 15 de junho de 1860 pelo presidente, dr. Luiz Antonio da Silva Nunes**. Acesso em 15/05/2022. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=37&s=0&cv=5 &r=0&xywh=-247%2C2621%2C2891%2C944

6 Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles?f%5b0%5d=collection%3ABrazilian%20Government%20 Documents&f%5b1%5d=grouping%3AProvincial%20Presidential%20Reports

como, iremos utilizar o acervo da CCHLA/UFPB que se encontra no cite da instituição[7], que reuni os materiais impressos pela sociedade paraibana durante o século XIX.

As fontes digitais fornecem possíveis chaves para compreender aquele modo de vida e a metodologia vai ao encontro da definição de cultura de E.P Thompson, onde percebe a cultura não como um conjunto de valores, atitudes e crenças comuns, "[...] mas uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre escrito e oral, o dominante e o subordinado...; é uma arena de elementos conflitivos[...]"[8]p.17. Portanto, a análise do conteúdo dos periódicos, dos relatórios e falas dos presidentes do período proposto, ajuda a terce uma interpretação e uma representação da realidade do passado na perspectiva aqui adotada, que revela essa mística de deificação, em torno do exercício do poder na Paraíba para a submissão social em geral. refletindo, assim, aquela arena de elementos conflitivos, segundo Thompson.

Assim, esse estudo possibilita a compreensão de como se processou a construção do imaginário social, do dizer-fazer dos dirigentes políticos na Paraíba, em torno da ideia de deidade do Imperador e sua família, para legitimar e consolidar o projeto político do Império brasileiro.

Sobre a importância da análise dos periódicos para a metodologia da pesquisa, a dissertação de Thayná Cavalcanti Peixoto demonstrou com todas as letras, que os documentos impressos ao tempo dos Oitocentos eram o canal por onde o pensamento e as intenções da sociedade eram filtradas e transmitidas para mobilizar o fazer-dizer social do contexto estudado, pois vejamos

> "acredita-se que os jornais são essenciais para compreender a sociedade brasileira do século XIX, já que os periódicos da época trazem consigo não só aspectos do cotidiano, mas também "[...] o jornal no século XIX é, por excelência, o lugar do diálogo, do debate, da fofoca e das polêmicas, sejam aquelas comezinhas, sejam as grandes e célebres" (BARBOSA, 2007, p.18). Em vista disso, "[...] não é mais possível escrever uma história da vida cultural brasileira oitocentista sem a consulta aos jornais da época" (BARBOSA, 2007, p.18). Mas, de qualquer forma, as fontes de cunho jornalístico precisam ser problematizadas e contextualizadas, principalmente, porque suas páginas representaram um espaço de disputa política, além de terem sido um dos mais importantes veículos de informação no período[...]"[9]

7 Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html

8 THOMPSON, Edward. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Disponível em: https://cupdf.com/document/thompson-costumes-em-comum.html?page=10 Acesso em 10/04/2022.

9 PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866) / Thayná Cavalcanti Peixoto. - João Pessoa, 2017. 158 f.: il. - Orientadora: Cláudia Engler Cury. Dissertação (Mestrado) - UFPB/ CCHLA, p, 22-23. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9514 Acesso em 09/04/2022.

Então, a análise desse material forma a base para a confirmação de nossa inquietação teórica e metodológica, visto que os volumes dos periódicos produzidos neste recorte temporal, as falas dos Presidentes da Provincia e os relatórios do arquivo público digital são provas por excelência da análise ora trabalhada, daí devemos seguir o princípio pelo qual Prost explicitou no capitulo XII, p, 235 de sua obra,[10] onde diz que "[...]. A prova só é aceitável se for verificável. A verdade no âmbito da História, conforme já afirmamos, é aquilo que é comprovado; no entanto, só é comprovado aquilo que possa ser verificado. O texto histórico serve-se, em profusão, de notas porque ele não recorre ao argumento de autoridade[...]".

Com isso, será percebido aquilo que os autores já discutidos na bibliografia formularam como a formação de uma "comunidade de sentidos", a partir do fomento de uma cultura ou modo de vida, que garantisse o domínio social e político dos agentes sociais mais diretamente envolvidos com a política na sociedade Paraibana sobre o conjunto da sociedade local.

Certeau em A Escrita da História (CERTEAU, Michel de, 1982), expõem a natureza dos documentos arquivados e faz uma reflexão sobre como devemos trata-los, pois através deles a experiência dos povos sintetiza-se e por eles podemos perceber como uma sociedade específica se representava no fazer de sua história. É através da análise dos eventos descritos e das intenções daqueles que almejavam a manutenção de seus privilégios pessoais e de classe, do recorte temporal proposto, que:

> "Os Arquivos compõem o "mundo" deste jogo técnico, um mundo onde se reencontra a complexidade, porém, triada e miniaturizada e, por tanto, formalizável. Espaço preciso em todos os sentidos do termo; de minha parte veria aí o equivalente profissionalizado e escriturário daquilo que representam os jogos na experiência comum de todos os povos, quer dizer, das práticas através das quais cada sociedade explicita, miniaturiza, formaliza suas estratégias mais fundamentais, e representa-se assim, ela mesma, sem os riscos nem as responsabilidades de uma história a fazer."[11]

Então, o manejo adequado desse material possibilita uma interpretação ou uma leitura do passado, onde as práticas (o fazer) da Província da Paraíba entre 1840-1860 miniaturizada e formalizada em seus arquivos enseja uma escrita da História, que se aproxime do objeto perquirido neste trabalho.

---

10 PROST. Antoine. **Doze Lições Sobre a História**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. Capítulo XII, A história se escreve, p. 235.

11 CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**/Michel de Certeau; tradução de Maria de Lourdes Menezes; *revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. Pg.16.

Jose Carlos Reis[12] nos traz uma reflexão sobre a escrita da História, que nos coloca diante de uma questão fundamental para o trabalho, ora proposto. Questão essa, que diz respeito ao como dissertar um tema sobre determinados eventos do tempo vivido. O autor realiza uma distinção entre eventos históricos e fatos sobre o passado estudado e explica que:

> "O documento não é dado, não vem em busca e não se impõe ao historiador. Este o procura e, claro, o encontra. A questão e a hipótese constituem a fonte, ou melhor, elas transformam a fonte em "prova". Assim, o que pode ser provado não é o "evento tal como se passou", mas a hipótese que o representa. Como problema e hipótese, a historiografia torna-se uma subjetividade em busca de informações sobre a experiência vivida. p.08."

Pensando a questão proposta por Reis, as falas dos Presidentes e os periódicos que divulgavam ideias deificantes sobre a figura do Imperador e sua Família com uma intencionalidade bem definida, transformam nossa problemática de trabalho em "fonte" e provam nossa hipótese ao longo do trabalho dissertativo. Pois não é o evento do passado que é provado, mas a problemática e a busca pela resolução dela, sobre o evento do passado, que se transforma em prova e garante inteligibilidade, verificabilidade e credibilidade a escrita da História ora proposta.

Em relação ao cuidado com o tratamento e leitura dessas fontes precisamos observar as lições de Jacques Le Goff, citadas no trabalho de Pedro Henrique Maia Braga, que expressam à preocupação de problematizar as fontes, pois o escrito do passado está recheado de intenções e silêncios que precisam ser devidamente analisados e comparados com outros suportes para que as verdadeiras intenções surjam e faça a diferença na historiografia ora tratada.

Os arquivos analisados estão devidamente organizados e tratados nos bancos de dados já mencionados**.** São vinte relatórios e a mesma quantidade de falas de Presidentes da Província da Paraíba entre 1840 e 1860.

Assim sendo, esta reflexão sobre alguns aspectos específicos do período Imperial, lança luz sobre um possível entendimento das formas de dominação social praticadas consciente ou inconscientemente na Paraíba oitocentista, por aqueles que travavam a luta pelo controle dos bens simbólicos da sociedade em questão.

A inteligibilidade de um projeto político passa necessariamente pela confecção de

---

12 REIS, José Carlos. **O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica**. In: Revista de Teoria da História. Ano 3, Número 6, dez/2011, p. 08. Disponível: https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28973 Conferência de Abertura do III Seminário de História e Cultura Histórica (Cultura Histórica e Ensino de História), promovido pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, proferida em João Pessoa no dia 26 de setembro de 2011.

celebrações, ritos, mitos, crenças e criação discursiva, ou seja, o controle e manutenção dos bens simbólicos da sociedade em questão pode ser explicado através das contribuições teóricas e analíticas de (Girardet,1987), em sua obra Mitos e Mitologias Politicas, realiza uma análise do fenômeno político introduzindo elementos do inconsciente coletivo para explicar muitos fenômenos ligados a ação política, como sendo frutos da influência direta de fenômenos irracionais provenientes de mitos, lendas, crenças populares e sonhos coletivos.

Podemos utilizá-lo para analisar como os presidentes da província da Paraíba entre 1840-60 tentaram edificar um conjunto de imagens de natureza mitológica, encarnada na figura do Imperador D. Pedro II, através do nível da Linguagem escrita e de ritos e crenças populares, para consolidar um projeto político de homogeneização da ideia de unidade nacional, ou seja, a crença da Nação tendo como núcleo central a pessoa ou a instituição do Imperador do Brasil.

DIÁLOGO COM DISSERTAÇÕES REGIONAIS MAIS RECENTES SOBRE O PERÍODO ANALISADO

A dissertação de (SEGAL, 2017), Espaços da autonomia e negociação: A atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político imperial (1855-1875), sobre a orientação da Prof.ª. Dra. Serioja R. C. Mariano, procurou compreender a atuação política do conjunto dos deputados provinciais entre o período de 1855 a 1875 e a importância da instituição legislativa fundada em 1835 por força do Ato Adicional de 1834 na Paraíba. Nesta escrita a autora desenvolve uma reflexão sobre as redes de sociabilidades, que foram sendo criadas em função da cultura política e social do período estudado.

Segal procurou analisar os processos ligados às eleições que ocorriam através do voto distrital com a criação da lei dos Círculos de 1855 e a "organização da Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba e de sua dinâmica interna, buscando analisar os "rituais" e as regras de conduta que ordenaram o funcionamento das sessões e o comportamento dos que nelas se faziam presentes."(SEGAL, 2017, p.32)[13].

> A partir desta análise buscamos perceber as negociações e os conflitos que perpassavam as relações de poder entre os deputados provinciais paraibanos, os vereadores e os presidentes de província, com quem os membros do legislativo mantiveram constante contato. É válido enfatizar que embora houvesse uma hierarquização - sendo o cargo de vereador

13 SEGAL, Myraí Araújo. **Espaços da autonomia e negociação: a atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político imperial (1855-1875)** / Myraí Araújo Segal.- João Pessoa, 2017.225 f. : il.- Orientadora: Profa. Dra. Serioja R. C. Mariano. Dissertação (Mestrado) -UFPB/CCHLA. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9616 Acesso em 10/05/2022.

> considerado o mais baixo na graduação e o de chefe do executivo o mais elevado - todos os agentes mencionados contribuíram na organização da vida política e administrativa do Império e desempenharam um papel de relevo na construção do Estado nacional brasileiro. (Segal, 2017, p.33).

É dentro dessa cultura política de negociações, conflitos e poder, que grupos ligados ao projeto dos conservadores (regresso) irão construir uma narrativa que valorizava o Imperador e sua Família como elementos fundamentais e necessários para a paz social e o bom andamento da administração pública e da sociedade como um todo.

Outra escrita produzida em 2019, por Wesley Abrantes Leandro, dialoga com a cultura política do início do século XIX na Paraíba, pois (Leandro, 2019)[14] ao analisar a atuação de quatro parlamentares paraibanos, que atuaram na constituinte de 1823, sendo eles Augusto Xavier de Carvalho, Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, José da Cruz Gouveia e José Ferreira Nobre, no seu resumo fala que, "são analisados sob o aspecto da origem social, da formação educacional, da atuação política anterior à independência do Brasil e da postura parlamentar por eles exercida na Assembleia." (Leandro, 2019), o autor lança luz para o entendimento das relações de poder na Paraíba durante o primeiro reinado e como o período regencial, em função das lutas e revoltas regenciais, serviu como justificativa para um discurso liderado pelo regresso, a partir de 1840, no qual a solução para o estabelecimento da paz social e o bom andamento das relações de poder seria o estabelecimento de um poder centralizador e tendo como princípio de estabilidade a figura de D. Pedro II como, o "Augusto" e "Excelso" protetor do Brasil.

CONSIDERAÇÃO FINAL

O uso do conceito de Imaginário Social na perspectiva aqui adotada contribui como ferramental teórico no campo da História na medida que, a produção material do mundo humano passa pelo filtro das sensibilidades e do intelecto e nesse percurso as crenças populares, os mitos e toda produção material da vida humana, se apresenta a consciência social como imagem e conceito.

Assim, compreender e aplicar esse ferramental conceitual em qualquer pesquisa no campo da Ciência Histórica é nos colocar no cenário do passado humano, visto que o ser social é drenado pela consciência social e a consciência é construída pelo ser social no chão da História, num processo de retroalimentação, mediado pelo monopólio do poder político

14 LEANDRO, Wesley Abrantes. **A Atuação dos Deputados da Paraíba na Constituinte do Império - 1823** / Wesley Abrantes Leandro. - João Pessoa, 2019. 137 f. Orientação: Orientadora: Profa. Dra. Serioja R. C. Mariano. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17095 Acesso em: 04/04/2022.

daqueles que estão no momento da análise, em posição de domínio econômico e social em relação aos subalternizados do tempo pretérito. Assim sendo, a produção imagética da deificação do Imperador na sena política da Paraíba da segunda metade do século XIX foi um fenômeno que explica-se, em grande medida, pelo uso metodologicamente desse ferramental teórico que o conceito de imaginário social contem.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A, 1989.

CARLA Mary S. Oliveira - Cláudia Engler Cury - « **A Província em festa: celebrações e poderes simbólicos na visita de sua Majestade Imperial à Parahyba do Norte – 1859**», *in* ***Numéro4*** .(c)Artelogie,n°4,Janvier2013.URL: http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?article167.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**/Michel de Certeau; tradução de Maria de Lourdes Menezes;*revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo. Ed. Cia das Letras,1987.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. **José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866)** / Thayná Cavalcanti Peixoto. - João Pessoa, 2017. 158 f. : il. - Orientadora: Cláudia Engler Cury. Dissertação (Mestrado) - UFPB/ CCHLA, p, 22-23.

SANTOS**,** Jerlyane Dayse Monteiro dos. **Da província à corte: deputados paraibanos e a formação do estado nacional (1831-1840)** / Jerlyane Dayse Monteiro dos Santos.- João Pessoa, 2014. 152f. Orientadora: Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

THOMPSON, Edward. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEANDRO, Wesley Abrantes. **A Atuação dos Deputados da Paraíba na Constituinte do Império - 1823** / Wesley Abrantes Leandro. - João Pessoa, 2019. 137 f. Orientação: Orientadora: Profa. Dra. Serioja R. C. Mariano. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

SEGAL, Myraí Araújo. **Espaços da autonomia e negociação: a atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político imperial (1855-1875)** / Myraí Araújo Segal.- João Pessoa, 2017.225 f. : il.- Orientadora: Profa. Dra. Serioja R. C. Mariano. Dissertação (Mestrado) -UFPB/CCHLA.

PROST. Antoine. **Doze Lições Sobre a História**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. [Capítulo XII, A história se escreve, p. 235-252; e a Conclusão, p. 253 –272].

REFLETINDO SOBRE TRABALHO E MATERNIDADE A PARTIR DOS PERFIS DE FLÁVIA CALINA E LUA BARROS NO INSTAGRAM

Josefa Mayara da Silva Leite
Vitória Brenda da Silva Arruda

RESUMO

A relação do trabalho com a maternidade é problematizada há algum tempo, mas continua sendo uma pauta que ocupa os fóruns de discussão e as insatisfações feministas. Sendo um tema de difícil conciliação, visto que, o mercado de trabalho, se pauta numa lógica cada vez mais competitiva, cobrando das mulheres-mães produtividade. Desse modo, ao ser tratado nas redes sociais, esse tema envolve grande número de opiniões. Logo, o objetivo do trabalho é analisar como alguns perfis vinculados à plataforma do Instagram que pretendem discutir sobre o maternar debatem essa questão.

Palavras-Chave: Trabalho; Maternidade, Influenciadoras digitais.

INTRODUÇÃO

A relação da maternidade com o trabalho não é estudada de hoje e está dentro do quadro de discussões feministas. “No Brasil os estudos sobre as mulheres e o mercado de trabalho se intensificam a partir dos anos 1980 com os trabalhos de várias autoras”. (CESIT, 2017, p.18). Partindo desta perspectiva, este trabalho tem o intuito de analisar através de uma rede midiática, no caso, o Instagram, o posicionamento de dois perfis: o da Flávia Calina (@flaviacalina) e o da Luanda Barros Fonseca (luabarrosf), acerca da relação entre trabalho e maternidade. A análise será feita através das postagens dos respectivos perfis. A vislumbração deste trabalho parte de uma pauta maior, um Projeto de Iniciação Científica intitulado: “Modos de subjetivação feminina no dispositivo da maternidade: analisando perfis no Instagram e a manutenção do modelo de “boa mãe”[1] .

Nem sempre houve uma preocupação com a infância das crianças, não havia interesse em mantê-las no seio da família e, sobretudo, com as mães sendo as principais responsáveis por gerenciar esses cuidados. O corpo humano ainda não tinha o valor que lhe

1 Portanto, as inquietações que nos faz refletir sobre isso, surgiram a partir das discussões semanais que ocorrem nos encontros com a orientadora da pesquisa, a professora adjunta da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Rosemere Olimpio de Santana, orientadora desse projeto. Projeto esse, aprovado pelo CNPq em 2021.

será atribuído mais tarde. É no decorrer do século XVII, com o surgimento e consolidação dos estados nacionais que haverá uma transformação desse modo de pensar.

> Naquele tempo, com a formação e consolidação dos estados nacionais, era necessário que as grandes cidades se constituíssem como "unidades", tornando possível uma organização do corpo urbano de modo coerente, homogêneo, que dependessem, então, "de um poder único e bem regulado". (FOUCAULT, 2000, apud MARCELLO, 2009, p. 4).

Desse modo, data do século XVIII, no âmbito ocidental, a importância de que se pudesse criar, se fizesse produzir cidadãos que no futuro iriam ser a riqueza do Estado. (Marcello, 2009).

> "Frente a este investimento que se faz necessário sobre a vida, não só a infância, mas também a maternidade. se tornava um problema: há que se melhor instruí-la, fazer dela alvo de controle, de objeto de saber e de discursos para seu melhor gerenciamento." (Marcello, 2009, p. 6).

Sendo assim, um discurso atrelado à mulher como aquela que está apta ao cuidado, isso por suas supostas qualidades femininas, acaba num primeiro momento inserindo a mulher-mãe no mercado de trabalho. A mudança de atuação da mulher passa a ser uma necessidade econômica do contexto político.

> As contradições inerentes ao processo de industrialização e a forma como as mulheres ingressam no mercado de trabalho, marcadas por profundas desigualdades sociais e sexuais, revelam os impactos desse processo na mudança dos padrões de maternidade. No momento em que as mulheres das famílias operárias, no século XIX, começam a associar, de forma crescente, trabalho fora do lar e maternidade (leia-se, também, como trabalho no lar), instaurou-se a lógica da dupla responsabilidade, que se consolidou no século XX, com o avanço da industrialização e da urbanização, recebendo por parte das análises feministas contemporâneas a designação de "dupla jornada de trabalho". (SCAVONE, 2001, p.49).

Com isso, o dispositivo da maternidade é ressignificado a partir dessas contingências históricas que vão acontecendo no decorrer da história, como a expansão econômica do capitalismo, que insere cada vez mais essa mão de obra feminina no mercado de trabalho, mas é preciso deixar claro, que esse processo não ocorre de forma homogênea para as mulheres como foi para os homens, ocorre de forma tensionada.

Como aponta o CESIT (2017) nos anos de 1950 houve uma grande expansão da estrutura produtiva, promovendo um grande aumento de empregos, entretanto, estes, eram direcionados para o sexo masculino, em contrapartida, os segmentos característicos femininos, como o setor têxtil e de vestuário, expandiu-se em um ritmo mais tímido, contratando, dessa maneira, menor número de trabalhadoras.

> A presença das mulheres se intensificou nos anos 1970, resultado tanto da necessidade econômica, quanto das transformações demográficas, culturais e sociais que vinham ocorrendo no país e no mundo, o acesso as universidades e a queda da fecundidade e os próprios movimentos feministas com participação cada vez mais atuante de mulheres nos espaços públicos contribuíram decisivamente para esse novo período. (BRUSCHINI, 1998, apud CESIT, 2017, p.20)

Desta forma, percebemos que o mercado de trabalho também requeria a mão de obra feminina, mas, em contra partida não ofereceu os mesmos direitos e reconhecimento dado aos homens e ainda em dias atuais, estão inseridas a partir de uma série de desigualdades, seja desigualdade de salários, seja pela função que ainda está fortemente ligada a ela dentro da esfera familiar, seja pelos postos que ainda há resistência para a ocupação por parte de mulheres, sobretudo porque a mulher tira licença maternidade.

> A presença das mulheres no mundo produtivo não depende apenas da demanda do mercado, mas de uma articulação complexa e em constante transformação que envolve responsabilidades familiares, cuidados, presença ou não de filhos. (CESIT, 2017, p.20)

É indiscutível que o movimento feminista foi e continua sendo muito importante na luta das mulheres pela equidade de direitos, no questionamento quanto à atuação das mulheres na sociedade e em reivindicar conquistas para as mesmas ao longo do tempo. Entre outras coisas: “A atuação feminista contribuiu para reverberar a tomada de consciência das mulheres a respeito das implicações sociais e políticas da maternidade”. (SCAVONE, 2001, p.52). Desse modo, apontando as desigualdades sociais existentes entre homens e mulheres.

Sendo assim, é possível constatar que o movimento contribuiu para que as mulheres pudessem repensar o lugar que a maternidade ocupa em suas vidas, seja tomando uma atitude de recusa diante dela ou até mesmo buscando outro modelo de maternidade, com um número menor de filhos e lutando por uma divisão justa das atribuições com os seus parceiros. Mas até que ponto em dias atuais essas atribuições são realmente divididas, a fim de não causar uma sobrecarga na mulher moderna.

DESENVOLVIMENTO

O conceito de maternidade muda ao longo do contexto histórico, ele é ressignificado, a infância das crianças é alvo de cuidados e, a mulher-mãe precisa se regular o tempo todo, ela é “convidada” a repensar os seus modos de agir com essas crianças a fim de que elas vivam essa infância de forma satisfatória. Então, na contemporaneidade não dá para

pensar a maternidade, sem pensar nessa infância. Partindo dessa premissa, é criado todo um discurso em torno desse tema, inserindo assim, a maternidade e a infância dentro de um mercado muito rentável.

Vale ressaltar, que as administradoras desses perfis são mulheres que não produziam sobre a maternidade e passam a produzir a partir do momento que elas se tornam mães. “A emergência constante de novas redes sociais digitais ampliou as possibilidades dos formadores de opinião”. (Karhawi, 2017, p.10). Criados pelo mesmo dono, o Facebook surge em 2004, seguido pela criação do Instagram, em 2010. (Karhawi, 2017). Contando com vários recursos, como o uso de imagens, de legendas, criar storys e realizar lives, o Instagram é hoje, uma das plataformas digitais mais acessadas.

E é através do acesso a perfis de livre acesso dessa rede social, que nos debruçamos. Pensando tensões que são geradas nas mulheres a partir de tais perfis. Já que as mesmas atuam como formadoras de opinião e/ou influenciadoras digitais, considerando a evolução que o termo “influenciador digital” sofre ao longo do tempo, como aponta o texto da Issaaf Karhawi (2017).

As redes sociais aparecem nesse contexto, como espaços de proliferação de vários discursos, dentro das plataformas há os influenciadores que trazem em suas páginas assuntos diversos. É válido enfatizar que ambas as influenciadoras escolhidas são brancas, apresentam uma vida financeira confortável, possuem formação profissional e escrevem para públicos específicos. As duas influenciadoras são bem presentes nas redes sociais e tem bastante público, a Lua Barros conta com 138 mil seguidores na sua plataforma do Instagram e gerencia a comunidade Rede Amparo, também usa sua plataforma para ofertar cursos e palestras.

A Flávia Calina já é mais antiga nessas plataformas digitais, iniciou sua carreira nesse meio em 2009 postando vídeos no YouTube onde já conta com mais de 8 milhões de inscritos, o seu Instagram também apresenta bastante peso com 2,8 milhões de seguidores e assim como a Lua, também oferta cursos em sua página, assim como produtos da sua marca e publicidade de produtos inseridos na vivência das crianças e que podem ser inseridos facilmente na vida da dona de casa.

Dona de um dos maiores perfis que fala sobre a maternidade real nas redes sociais, o seu canal no YouTube é o maior canal de maternidade e educação infantil do mundo e nele ela traz vlogs de sua rotina com seus filhos, assim como atividades pedagógicas pensadas para serem feitas com as crianças em momentos em casa. O seu canal virou a fonte de renda da sua casa, tanto que o seu marido saiu do emprego e há muitos anos trabalha com ela na empresa.

Enquanto conteúdo o perfil de Flávia Calina apresenta um formato mais conservador, desta forma ela nos convida a pensar um sujeito mãe que se controla, sempre prestando atenção no que fala e faz perto das crianças, já que estas a observam o dia todo e repetem os seus atos. Marcello (2009) fala sobre essa exigência que é feita ao sujeito mãe de controlar seus gestos e seus atos, controlando também o seu corpo. Sendo necessária uma modificação não só em seus atos, mas na sua forma de existir a partir do momento que ela se torna mãe.

Em vários posts no Instagram ela menciona a realização que é **trabalhar** com aquilo que ama já que ser mãe é a sua maior realização pessoal, passou sete anos tentando engravidar da sua primeira filha e as crianças estavam constantemente inseridas no seu dia a dia já que quando saiu do seu emprego na escola, também trabalhou como babá. Em posts na plataforma ela revela que seu trabalho é a sua missão de vida e a sua paixão.

Figura 1: Flávia fala sobre seu trabalho.

Fonte: Perfil da Flávia Calina no Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B0T-2uwFwRT/?igshid=YmMyMTA2M2Y=. Acesso em 10 de Abril de 2022.

Mesmo que em algumas ocasiões o marido da Flávia fique em casa com as crianças para que ela possa viajar, ela menciona que ele conta com a ajuda de uma babá, sendo assim, podemos perceber que a figura feminina está sempre presente para auxiliar no cuidado do lar e dos filhos.

Quando temos acesso as suas plataformas percebemos a produção da imagem de Flávia Calina, como uma menina, doce, meiga, conservadora e acima de tudo presente na criação dos seus filhos, ao vermos seus vlogs de rotina não temos a ideia de que aquilo é o seu trabalho, não associamos os seus vídeos a isso, constantemente vemos apenas ela com os seus filhos, fazendo brincadeiras, atividades pedagógicas, cozinhando, ou simplesmente

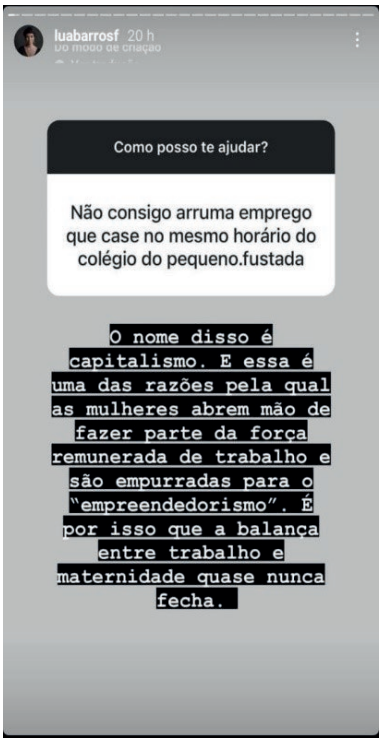
gravando o seu dia-a-dia, o Ricardo, seu marido, está quase sempre no escritório, sendo aquele que trabalha e a Flávia é a mãe que está ali sempre presente pros filhos.

Já no outro perfil, de Luanda Barros Fonseca, percebemos outra configuração – mãe de quatro filhos buscou formações na área da maternidade a partir do momento em que sentiu dificuldades na criação dos filhos. Tornando- se Educadora Parental (uma profissão recente) e especialista em Inteligência Emocional. A “Lua Barros” como é conhecida – é uma mulher branca, de classe média, que está produzindo discursos sobre a maternidade em seu perfil, mostrando através do seu cotidiano com os filhos e marido formas de pensar a mulher-mãe.

Numa caixinha deixada nos storys para interação com suas seguidoras, uma delas fala que não consegue encontrar um horário para colocar o filho na Escola que dê certo com seu horário de trabalho, Lua responde que isso se chama capitalismo e por isso a balança entre trabalho e maternidade quase nunca fecha.

Figura 2 - Caixinha para interações.

Fonte: Perfil da Lua Barros no Instagram. Dísponivel em:



https://instagram.com/luabarrosf?igshid=YmMyMTA2M2Y=. Acesso em: 19 abr. 2022.

> Em sua obra “Um amor conquistado: o mito do amor materno, a Filósofa Elisabeth Badinter (1985) demonstrou que a sociedade ocidental contemporânea promoveu uma individualização da maternidade, na figura da mãe responsável, tanto através de práticas como cuidados com saúde, puericultura, educação na infância – como pelo investimento no sentimento materno, emergindo a ideia de que a mãe é aquela que dá o “amor a mais”, a vida, o alimento e as primeiras e contínuas socializações. (Alves, 2015, p. 6)

Como é colocada no texto acima, a mãe é aquela que é responsabilizada por zelar por as várias dimensões da vida da criança. Na imagem que antecede ao texto supracitado, é perceptível que a mãe que procura os aconselhamentos da Lua Barros, certamente é aquela que não possui uma rede de apoio familiar, que precisa trabalhar para dar o sustento da criança, e não consegue encontrar um horário em uma creche que case com o seu horário de trabalho. A influenciadora diz que o dito capitalismo empurra as mulheres para o "empreendedorismo".

Em entrevista dada ao **Canguru News** em 29 de junho de 2021, ela diz que deixou a carreira de publicitária porque não estava conseguindo passar o dia longe do seu filho mais velho, o João. A mesma falou de suas transições profissionais, que logo após deixar o mundo da publicidade para estar mais em casa, vieram os outros filhos, que tentou se encontrar em outra profissão até nascer seu quarto filho e aí sentiu a necessidade de começar a ler sobre maternidade. Buscou a Disciplina Positiva, mas se encontrou e passou a atuar mesmo seguindo os princípios da Parentalidade Positiva.

Contudo, Lua pontuou que as mulheres devem se cuidar e não abrir mão da carreira profissional. Entretanto, quando ela "decidiu" abdicar da sua carreira como publicitária, a mesma encontrou apoio no seu parceiro, certamente contava com reservas econômicas, já tinha certo manejo com as redes sociais, criando conteúdos sobre outra temática que não era a maternidade, mas isso viria a calhar, quando a mesma encontrou abordando sobre maternidade nas redes sociais, uma profissão. A intenção aqui não é fazer julgamentos, mas quantas mulheres, sem terem redes de apoio podem se dar ao luxo de largar o emprego para estarem mais tempo com os seus filhos, para algumas, como a que procurou a Educadora Parental, luxo seria mesmo se pudesse encontrar um horário para colocar seu filho na creche que coincidisse com o seu horário de trabalho. E isso é estressante, isso causa tensões nas mulheres.

> Com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, as condições que elas enfrentam são mais adversas, o que acarreta maior prejuízo para o seu bem estar subjetivo. Com certeza, para dar conta dos seus novos papéis, essa mulher tem seus níveis de stress aumentado, tanto físico quanto psicológico. (MALUF, 2010, p.9).

E quando não se há uma escolha para fazer, quando essa necessidade econômica obriga a mulher-mãe a desempenhar funções remuneradas fora do lar, essa situação de stress, essa sobrecarga certamente é acentuada. Lua Barros, hoje, desempenha seu trabalho nas instalações de sua própria casa, lançou um livro intitulado: "Eu não nasci mãe", na referida entrevista ao **Canguru News**, ela relatou sobre a dificuldade de escrever o livro durante a pandemia, com os filhos fora do ambiente escolar, todos em casa.

Todavia, relatou mais uma vez, o apoio do seu companheiro, que chegou a ficar dando voltas de carro com eles durante aproximadamente três horas seguidas, para que ela pudesse produzir. E esse apoio que a Educadora Parental sempre reforça receber do seu companheiro é algo muito positivo, sobretudo em uma sociedade na qual, a mulher deve ser produtiva, mas também, deve colocar sempre os filhos em primeiro lugar. No entanto, precisamos considerar a classe social da influenciadora, o seu lugar de fala, a sua rede de apoio e o público para o qual ela está se direcionando.

Na imagem a seguir, estão a Lua Barros, sua irmã, sua mãe e amigos desta última, da faculdade de jornalismo, na legenda, a influenciadora fala trajetória acadêmica e profissional de sua mãe, dos altos e baixos inerentes a carreira profissional de qualquer pessoa, principalmente quando se trata de uma mãe. Ao final da legenda, Lua diz escrever para quem acredita nos seus sonhos e conclui dizendo: “Mas escrevo principalmente para as mães. Para que os filhos nunca sejam raízes e sim, asas”.

Figura 3 - Lua, sua irmã, sua mãe e colegas de faculdade, desta última.

Fonte: Perfil da Lua Barros no Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Ccdlwo4LBQS/?igshid=MDJmNzVkMjY=. Acesso em: 02 jun, 2022.

Essa frase é muito bonita, no entanto, ela seria mais bonita ainda se houvessem redes de apoio que contemplasse todas as mulheres quando estas, decidem que para além da maternidade e das atividades domésticas, querem ingressar na vida acadêmica, serem produtivas e terem uma carreira profissional.

A mulher é tida ainda como a figura mais cuidadosa, é constantemente atrelada ao cuidado. E quando inserida no mercado de trabalho, é a mão de obra barata.

> A discriminação salarial também pode ocorrer quando os homens e mulheres têm postos de trabalhos diferentes, mas de igual valor, e são remunerados de forma diferente. Isso ocorre porque são atribuídas competências, responsabilidades e condições de trabalho associados ao sexo (…) Essa discriminação se explica porque o posto de trabalho carrega um viés de gênero. (CESIT, 2017, p.27).

Desse modo, é nítido que quando se trata do mundo do trabalho, as condições na qual as mulheres foram inseridas e permanecem até os dias atuais não são muito animadoras, sobretudo quando estas são mães. E apesar do caráter encorajador que os discursos dos perfis em questão trazem a despeito do tema "maternidade e trabalho", muitas vezes as mulheres não conseguem acompanhar, e isso porque ao mesmo tempo em que é pregado esse encorajamento é também pregado, que se elas não viverem essa maternidade de forma a serem sempre melhores em prol das crianças, essas crianças não serão saudáveis e felizes. Gerando uma culpa, uma tensão nas mulheres.

Na imagem a seguir, Lua tece uma reflexão acerca das redes sociais, da tensão que causa nas mulheres esses perfis que falam sobre maternidade e diz que sua intenção não é esta, no entanto, seu discurso é direcionado para mulheres. Suas palavras: "Desejo te convidar para desenhar esse maternar de forma autêntica, ainda que seja solitário (porque quase sempre é!), mas de tão seu, te fortaleça, te ancore". A Educadora Parental fala da maternidade como se fosse algo inerente à condição ser mulher, que é algo tão seu, que deve te fortalecer. E quando essas mulheres-mães se desdobram para dar conta de tantas atribuições, considerando os vários modelos de mães que existem. É possível que elas se sintam fortalecidas, encorajadas a olharem para o mundo e suas possibilidades.

Figura 4 - Lua abordando sobre redes sociais.

Fonte: Perfil da Lua Barros no Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Ccij-hBLTFn/?igshid=MDJmNzVkMjY=. Acesso em: 02 jun, 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É um fato, que o dispositivo da maternidade foi repensado, que a mulher assumiu uma nova condição diante da infância, e logo após por uma necessidade econômica do contexto político, ocorreu sua inserção no mercado de trabalho, mas isso de uma forma muito tensionada como pudemos observar ao longo do trabalho. Assim como também é patente que vivemos na era da informação, dos discursos mediáticos circulando com cada vez mais força e atingindo números expressivos de pessoas.

E na contemporaneidade, a maternidade e infância fazem parte de um mercado muito rentável. Os perfis dessas mães que estão usando essas redes sociais, mostrando seu cotidiano, investindo em formações para ter um entendimento melhor sobre o tema e, incentivando os cuidadores, mas temos a ciência, de que o público alvo são mesmo as mães, para lerem, participarem de seus cursos, não estão fazendo isso só com a intenção de divulgar, mas de vender o seu trabalho. São mães que trabalham e estão falando de trabalho.

Então, conclui-se que ambos os perfis analisados estão criando discursos que mesmo sendo diferentes ajudam a produzir uma determinada forma de ser mãe. Discursos esses que não estão desconectados com outras áreas de saber como a saúde, a educação, a psicologia, e outros. Discursos que regulam e que direcionam esses sujeitos-mãe a criarem seus filhos de forma mais respeitosa, porém, também estão relacionados com a necessidade de se criar sujeitos mais felizes, sem traumas e emocionalmente mais produtivos. E essas mães são tensionadas à medida que não conseguem acompanhar esses discursos porque lhes faltam redes de apoio e suas realidades estão distantes do que é apresentado ali.

REFERÊNCIAS

ALVES, Kariana Mirian. A subjetivação da mãe naturalista como modelo: a maternidade como efeito das pedagogias culturais. **Revista Periodicus**, Bahia, 2015.

Cadernos de Formação. Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica. **Caderno 3**. (CESIT). São Paulo, 2017.

CALINA, Flavia. **O QUE TIVEMOS QUE ABRIR MÃO, MATERNIDADE COM MARI MANUAL DO MUNDO E TACIELE ALCOLEA**. YouTube, 13 de novembro de 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8mY_8pxxGmY.

FONSECA, Luanda Barros. **A balança entre trabalho e maternidade não se equilibra nunca**. Disponível em: https://cangurunews.com.br/live-luabarros/. CANGURU NEWS. Acesso: 29, maio 2022.

KARKAWI, Issaaf. Influenciadoras digitais: conceitos e práticas em discussão. **Revista Communicare**, São Paulo, 2017.

MALUF, Vera Maria Daher; KAHHALE, Maria Severina Peters. Mulher, trabalho e maternidade: uma visão contemporânea. **Revista Eletrônica Polêm!ca**, 2010.

MARCELLO, Fabiana Amorin. Sobre os modos de produzir sujeitos e práticas na cultura: o conceito de dispositivo em questão. **Revista Educação e Realidade**, Rio Grande do Sul, 2009.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**. Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, n. 16, p. 137-150, 2001.

O ORGULHO É UM SENTIMENTO? NOTAS SOBRE A PRIMEIRA PARADA DO ORGULHO GAY DA PARAÍBA (2002)

Luiz Gervázio Lopes Junior[1]

RESUMO

A revolta de Stonewall em 1969 é símbolo da resistência de sujeitas que se levantaram contra a repressão. O orgulho de existir por ser quem se é motivou pessoas a irem às ruas, desencadeando paradas de orgulho nos mais diversos Estados do país. Busco problematizar como o orgulho se constituiu como sentimento e analisar a primeira parada de orgulho gay da Paraíba a partir de fotos e recorte do jornal Correio da Paraíba.

Palavras-Chave: História das Sensibilidades; Parada de Orgulho LGBTQIAP+; Movimento LGBTQIAP+.

INTRODUZINDO DILDOS TEÓRICOS

O questionamento no título não busca ser esvaziado no presente artigo, mas, mais ainda, mostrar os possíveis campos de atuação da História Cultural e das Sensibilidades interligando com existências e sentimentos específicos de populações historicamente abjetas e marginalizadas do regime poder-saber e da Historiografia que privilegiou o saber produzido por homens, brancos, na sua maioria heterossexuais e cisgêneros. Marcar a norma aqui se faz necessário para não naturalizar a ação desse ser que “se projeta como” e “se diz como” universal.

Segundo o dicionário Aurélio o termo *Orgulho* significa “sentimento de satisfação com os seus próprios feitos e qualidades, ou com as realizações de outra pessoa”, ainda segundo o Aurélio, na segunda definição, “excesso de admiração que o indivíduo tem em relação a si próprio, baseado em suas próprias características, qualidades ou ações; arrogância”.

Quando pesquisado por “Orgulho LGBT” o dicionário não possui uma definição, aponta para o significado de orgulho e para o significado da sigla LGBT. A primeira noção de orgulho apontada pelo dicionário talvez dê de conta, inicialmente, ao que trabalharemos nesse artigo. Porém, o “sentimento de satisfação com seus próprios feitos e qualidades”

1 Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Graduando em Pedagogia pelo Cruzeiro do Sul. Mestrando pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Jovem Pesquisador bolsista pela FIOCRUZ. Email: luizgljr@gmail.com.

será potencializado e pensado a partir da noção de heterossexualidade compulsória (WITTIG, 1980; RICH, 1993), do mito da heterossexualidade e da complementaridade do sexo/gênero entre homens e mulheres (GUASCH, 2007) e da heterossexualidade enquanto invenção no século XIX (KATZ, 1996), ou seja, no regime de verdade criado pelo dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 2020) se instituiu politicas do corpo designando formas de ser, de parecer e de se portar que instituíram a heterossexualidade como forma única de experiência da sexualidade seguindo a falsa congruência da relação sexo/gênero/desejo (BUTLER, 2019).

A segunda definição do dicionário diz respeito ao campo da arrogância, soberba, desdém e estes não serão aqui tratados, pois, mesmo que utilizados e apropriados pela cultura das dissidências sexuais e de gênero, o significado não seria o mesmo. A arrogância, a soberba e o desdém à cultura heterossexual poderia estar relacionada no máximo à expressão da iconoclastia (VIDARTE, 2019). Assim, não seriam sentimentos pensados a partir das noções de cultura dos grupos tidos como universais (sobretudo heterossexual e cisgênero), mas como ferramentas e táticas políticas de resistência à dada cultura que visa disciplinarizar nossos corpos.

Ainda no primeiro momento farei uma breve análise da História do que hoje compreendemos como Movimento LGBTQIAP+[2] no Brasil (a época Movimento Homossexual Brasileiro - MHB) como *lócus* de resistência à norma cishetero em plena ditadura hetero-militar (QUINALHA, 2018).

Em um segundo momento me dedicarei às fontes do *Movimento do Espírito Lilás* (MEL), especificamente duas fotos da Primeira Parada de Orgulho Gay da Paraíba e um recorte do jornal Correio da Paraíba que noticiou, dias antes, a existência da Parada. A História Cultural possibilitará uma sensibilidade analítica às fontes, pois, "sendo a sensibilidade uma *forma de ser e estar no mundo*, ela pode ser também compartilhada, uma vez que é, sempre, social e histórica" (PESAVENTO, 2005, p. 128, grifos da autora).

ORGULHO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

De onde vem o orgulho LGBT? Do que esses/essas sujeitos/as se orgulham? Por que se orgulhar? Há também a necessidade de um orgulho heterossexual e cisgênero?

2 Aqui me utilizo da sigla LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, etc) para pensar as dissidências sexuais e de gênero e suas articulações na subcultura. Nesse sentido, em alguns momentos, o uso político da sigla permitirá o deslocamento de cada sigla ou apenas o uso do termo guarda-chuva LGBT para me referir às possibilidades de sexualidades não circunscritas na n(f)orma cirheteronormativa.

São muitas as questões suscitadas quando o assunto é o orgulho LGBT, sobretudo em tempos de avanço do conservadorismo, do ultraneoliberalismo e da necropolítica do estado Brasileiro. A tempo, somos ainda o país que mais mata pessoas LGBTQIAP+ no mundo segundo relatório do *Grupo Gay da Bahia* (GGB), mais do que países que criminalizam com pena de morte o simples fato de ser homossexual. Bom, talvez não por lei, mas no Brasil também sujeitos morrem por não estar na norma[3].

Nem de longe as questões suscitadas acima serão respondidas nesse breve artigo, mas são propulsoras para pensarmos como os sentimentos possuem especificidades a partir de categorias próprias, de grupos específicos e que são historicamente construídos, ou seja, existem em determinado tempo e espaço. Antes da invenção da homossexualidade enquanto personagem no século XIX é impossível se falar em orgulho por ser dissidente, visto que, como o próprio Michel Foucault (2020) aponta, antes disso o sujeito era apenas um reincidente. Nesse sentido, o sentimento do orgulho do que hoje compreendemos como LGBTQIAP+ é um sentimento recente que emerge no século XX na subcultura homossexual e toma maior afinco, sobretudo, a partir das organizações desses sujeitos historicamente subalternizados e de sua afirmação política.

A medicina, a psicologia, sexologia e as ciências da saúde e jurídicas no geral trataram de patologizar as dissidências na afirmação de um modelo único de existir no mundo, a heterossexualidade e a cisgeneridade. Os corpos colonizados que não couberam nessas categorias expressamente rígidas foram historicamente apagados, silenciados, aniquilados ou mutilados para adaptação à norma. Tratou-se de constituir categorias como o anormal, o degenerado, o pervertido como sempre o outro alheio ao normal, ao limpo, ao natural.

A imprensa gay que será responsável por divulgar não só informações, mas valores, práticas, desejos, afetos e de, de alguma forma, dar coerência a esses elementos surgirá no Brasil com o jornal *Snob* que circulou entre os anos de 1963 a 1969. A Associação Brasileira de Imprensa Gay existiu de 1967 a 1968 (CAMARGOS, 2018).

O ano de 1964 é atravessado pelo golpe Cívico-Militar em todos os seus aspectos. Construíram aparatos repressivos, polícia política, Serviço Nacional de Inteligência (SNI), dentre outros. A defesa da família constituía valor fundamental na afirmação dos valores nacionalistas. A regulação dos espaços de subcultura que estavam cada vez maiores era alvo da família tradicional brasileira. Em nome de suas (homos)sexualidades funcionários

3 Ou até mesmo quando estamos na norma. O relatório do GGB aponta para casos de heterossexuais, cisgêneros que sofreram LGBTfobia.

públicos perderam seus cargos e foram perseguidos. O AI-5 (Ato Institucional de Nº 5), de 1968, significou o aprofundamento às prisões, perseguições e horrores causados pela Ditadura. Assim podemos falar em uma Ditadura Hetero-Militar "em que houve uma política sexual oficializada e institucionalizada para controlar manifestações tidas como "perversões" ou "desvios", tais como o erotismo, a pornografia, as homossexualidades e as transgeneridades" (QUINALHA, 2018, p. 31).

Na historiografia brasileira usamos como ponto de emergência do movimento homossexual o ano de 1978 por significar o ponto de inflexão em que emerge um grupo na cidade de São Paulo com vida orgânica e membros ativos (mesmo que flutuantes), além dele, o jornal *Lampião da Esquina*[4] surge em um mesmo momento, mas não deixando de notar que desde os anos 30 as musas de rádio arrastavam fãs por toda a parte e seus grupos de fãs tinham na sua maioria componentes homossexuais[5] (GREEN, 2019; SIMÕES, FACCHINI 2009).

Voltamos um pouco no tempo, para um bar chamado *Stonewall Inn*, localizado em Nova York, frequentado por gays, lésbicas e pessoas trans, excluídas de acesso em outros espaços de sociabilidade, nos Estados Unidos. As milícias transitavam por esse espaço a fim de extorquir, violentar e agredir seus frequentadores. No dia 28 de junho de 1969, cansados dessas violências, os frequentadores do bar decidem atirar pedras na polícia, sendo o estopim para a Rebelião de *Stonewall Inn.* Até os dias atuais a Revolta/Rebelião de *Stonewall Inn* é considerado um marco inicial do orgulho do que hoje compreendemos como LGBT. O brasilianista James Green (2019), em artigo para a Revista Cult intitulado *Nem todos os caminhos levam a Nova York*, afirma que

> essa história tradicional de uma única origem obscurece uma realidade muito mais complexa da luta pela igualdade de direitos empreendida pelas pessoas LGBT+ na última metade do século 20 e nas duas primeiras décadas do 21 [...] De acordo com a versão "oficial" sobre esse passado, a liberação sexual e o movimento pela igualdade entre pessoas do mesmo sexo se difundiram lenta e progressivamente do Greenwich Village, bairro em que se encontra o bar Stonewall Inn, para o resto do país e, depois, para o mundo. No entanto, o uso de Nova York em 1969 como um marco cronológico da fundação do movimento lésbico e gay na América Latina desconsidera outros desenvolvimentos nacionais importantes (GREEN, 2019).

Retomando a linha de pensamento quanto a emergência da organização de corpos dissidentes no Brasil, um ponto de inflexão fundamental na leitura do movimento

---

4 Primeiro periódico homossexual de grande circulação no Brasil (1978 - 1981).

5 Essa característica que parece mais contemporânea ao surgimento de divas do POP internacional como Madonna e mais recente Lady Gaga, Beyoncê e outras, na verdade, atravessa as histórias de vida de sujeitos homossexuais .

homossexual no Brasil e que surge como um pontapé das profundas mudanças na estrutura teórica, metodológica e orgânica não apenas *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual*, mas do incipiente Movimento Homossexual Brasileiro, são as discussões ocorridas em 6 de fevereiro de 1979 no evento *"Minorias" brasileiras - mulheres, negros, índios e homossexuais* promovido pelo Centro Acadêmico (CA) do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP). Ali evidenciou ainda mais as contradições existentes entre movimento homossexual e as esquerdas. "Os estudantes gays se queixavam de que a esquerda brasileira era homofóbica" (GREEN, 2019, p. 443). As mesmas questões que aparecera na tentativa de organização em 1976 continuava a pairar sobre as organizações e grupos ativistas que emergiram, nas diferentes territorialidades do país.

A leitura da conjuntura permitia duas percepções nítidas. Uma "autonomista", de certa maneira liderada por João Silvério Trevisan era contra a aproximação e alinhamento do movimento homossexual à esquerda brasileira, por outro lado, o outro grupo ligado a Facção Gay da Convergência Socialista (CS), liderada por James Green defendia que as pautas da luta por liberação sexual eram também parte da luta da esquerda revolucionária. Essa falta de uma ferramenta interseccional impossibilitou uma análise interseccional das opressões que combinasse as estruturas de classe, gênero e raça.

Essa cisão teórica e metodológica vai culminar no ato de 1º de maio de 1980 o estopim da cisão do Somos, a partir da decisão de participar do que Trevisan chama de "comemoração" no Estádio Vila Euclides. A manifestação conclamada pelo sindicato dos metalúrgicos do ABC e pelo movimento sindical em geral. Parte do grupo decidiu participar da manifestação e parte foi contrária. Após esse ato o Somos é dividido. Trevisan forma o *Outra Coisa* que possuiu pouco tempo de vida orgânica, enquanto outra parte do Somos se juntou a luta por democracia no Brasil. As mulheres lésbicas que haviam fundado o grupo *Lésbico Feminista* (LF) aproveitam o ensejo e formam *o Grupo de Ação Lésbica Feminista* (GALF), primeiro grupo lésbico do país. O racha interno no Somos teve reflexo nacionalmente e, de certo modo, pulverizou e descentralizou a rota de atuação dos grupos homossexuais, tendo agora como eixo central o Grupo Triangulo Rosa, no Rio de Janeiro e o Grupo Gay da Bahia, na Bahia.

No final de 1980 é organizado na Paraíba o primeiro coletivo do que hoje compreendemos como pessoas LGBT+. Formado por estudantes e professores da Universidade Federal da Paraíba esse grupo teve forte atuação no Estado sendo marcado pela forma como relacionava ativismo e cultura (LOPES JUNIOR, 2020). Neste artigo não iremos nos ater a este grupo, nem ao que foi organizado posteriormente no Estado, no ano de 1984, denominado Beira de Esquina. Focalizaremos intencionalmente na primeira

Parada do Orgulho Gay da Paraíba e, para isso, a atuação do grupo que veio a se organizar no ano de 1992, na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, chamado de Movimento Espírito Lilás (MEL) merece notas para compreensão da análise.

O MEL é fundado em 1992 com "o objetivo de ser um movimento de emancipação homossexual" (OLIVEIRA, 2017, p.334). Buscou trazer demandas do seu anterior o Beira de Esquina articulando com os territórios de atuação. Alguns nomes como Breno Correia, Fernando Peixe, Valmir Ferreira (Ferreirinha), Mazureik Moraes e o próprio Luciano Vieira Mendonça estavam envolvidos na época.

O grupo se dividiu em duas grandes frentes de atuação de acordo pelos territórios: a (1)universidade vinculada com os Centros Acadêmicos e como Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPB e (2)as comunidades de base com projetos de intervenção e formação junto a associações de moradores e grupos de homossexuais no sentido de promover sensibilização e esclarecimento tanto dos homossexuais quanto de suas famílias contra a AIDS (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida) (LOPES JUNIOR, 2020).

Os grupos organizados na Paraíba carecem de pesquisas e aprofundamento, nesse sentido este artigo busca menos suprir lacunas do que desenvolver novas problematizações e qualificar questões. A primeira Parada do Orgulho Gay da Paraíba ocorrerá no ano de 2002, em meio às atividades em comemoração aos dez anos de vida do MEL. No próximo tópico buscaremos intensificar nossa análise nas fontes.

O ORGULHO É UM SENTIMENTO!

Nos ancoramos nas sensibilidade proporcionadas por Pesavento (2003) cuja representações "revelam coerência de sentido pela sua construção histórica e datada, dentro de um contexto dado no tempo" (PESAVENTO, 2003, p. 41). Assim, a História Cultural e as sensibilidades proporcionarão lentes teóricas aguçadas para leitura das imagens a seguir que serão pensadas como conceitos em si.

A definição de orgulho do Dicionário Aurélio citada acima enquanto "sentimento de satisfação com os seus próprios feitos e qualidades, ou com as realizações de outra pessoa" apesar de responder a de parte do sentimento percebido pelos sujeitos e sujeitas na fotografia não dá de conta em sua complexidade histórica, nos entrelaçamentos que podem ter existido no processo de construção da Parada, no anseio pela existência de um espaço específico para exibição desse sentimento, que no caso é a própria Parada, de exibição de performances possíveis em poucos espaços públicos como o carnaval, por exemplo. Assim, a parada constitui um *lócus* importante de reafirmação das dissidências e das diferenças.

Figura 1: Drag Queen na primeira Parada do Orgulho Gay da Paraíba

Fonte: Arquivo do MEL

Quanto à figura 1 temos um misto de sentimentos, não sabemos quem é a *drag queem* que performava com um belíssimo vestido de algo como tule branco transparente e volumoso, com uma espécie de véu branco na cabeça, um busto preto e muito brilho, além do característico leque utilizado por *drag queens*. As *drag queens* e *drag Kings* performam o gênero satirizando-o, corroborando com análise de Butler (2019) de que gênero é constituído performaticamente e reiteradamente e que não há uma essência prédiscursiva ou biológica na relação interdisciplinar do sexo, gênero, desejo e prática sexual.

Em pesquisas futuras a História Oral nos possibilitará aprofundar as análises dessas fontes e talvez responder questões como: quem é esse homem? É um homem? Em qual rua essa foto foi tirada e por quais ruas a Parada passou? Quantas pessoas haviam lá? Qual o tema dessa primeira Parada? Quais as relações de força possibilitaram a existência da Parada? Quais vozes forem amplificadas e quais, de alguma forma, não foram? Por hora, suscitá-las, mesmo que inicialmente, transforma este artigo em mola propulsora de novas indagações, de novas pesquisas, de novas perguntas para passado.

Figura 2: Recorte do Jornal Correio da Paraíba noticiando sobre a Parada

B-4 Paraíba • Quarta-feira, 05 de junho de 2002 Cidades CORREIO DA PARAÍBA

MEL realiza 1ª parada gay no sábado

Manifestação deve reunir mil pessoas e visa o fim do preconceito e da exclusão

KALYANDRA VAZ

O Movimento do Espírito Lilás - MEL vai promover, no próximo sábado, 8, a primeira Parada pela Diversidade Sexual na Paraíba. A concentração será às 16h00 na frente ao antigo Beijo do Lalá, na praia do Cabo Branco, em João Pessoa.

A manifestação, em nome da diversidade sexual e pelo fim de qualquer tipo de preconceito e exclusão, deve parar a avenida principal da orla marítima da Capital, segundo os organizadores do evento, e reunir mais de mil pessoas, entre homossexuais, lésbicas, travestis, heterossexuais e simpatizantes.

A parada não é só do MEL, mas de toda a sociedade, de todas as pessoas que lutam pelos direitos humanos e contra qualquer tipo de preconceito", afirmou o presidente do MEL, Luciano Bezerra Vieira. "A parada não é só para os gays".

Grupos de vários municípios paraibanos e até de outros Estados do Nordeste já confirmaram presença na parada de sábado. Algumas delegações ficarão instaladas no Campus I da UFPB e terão o almoço fornecido pelo MEL.

Movimentos que lutam pelos direitos humanos, como o Cunhã, o Centro da Mulher 8 de Março, o Fórum de ONG's e Aids e o Movimento Nacional de Direitos Humanos devem marcar presença na parada, que também contará com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

Outras paradas pela diversidade sexual serão realizadas ainda este mês nos outros Estados brasileiros.

Em Salvador, a parada deve acontecer no próximo dia 16, em Natal e em Recife, no próximo dia 28 e, em Maceió, no dia 30.

Luciano Bezerra, do MEL: "A parada não é só para os gays"

Campeão de assassinatos

Segundo Luciano Bezerra - o Brasil é campeão mundial de assassinatos de homossexuais. "A cada três dias um homossexual é morto, de acordo com o presidente do Grupo Gay da Bahia, Luis Mott", revelou.

Ele assegurou que a discriminação ainda é muito forte na Paraíba devido à herança cultural. "A Paraíba é um dos Estados onde há mais discriminação contra os homossexuais. O Nordeste é uma das regiões onde a cultura patriarcal, machista, é mais forte. Certamente essas questões são muito mais difíceis de serem trabalhadas com uma cultura assim porque pode-se relacionar o nível "cultural com o preconceito", afirmou Vieira, que contou que foi muito difícil conseguir patrocínio para a parada. "Nem a Prefeitura ajudou a gente".

"O respeito à diferença é fundamental. É importante não só o respeito a diferentes orientações sexuais, como também o respeito aos negros e a outros grupos marginalizados", disse.

Marco

No dia 28 de junho de 1969, na cidade de Nova Iorque (EUA), gays, lésbicas e travestis, em reação a uma batida policial no bar Stonewall, deram início a uma verdadeira rebelião contra a opressão sofrida pelos homossexuais e, em particular, contra a repressão policial. A partir de então, esta data passou a ser, mundialmente, um marco para o movimento homossexual e comemorada em toda a parte como o Dia Mundial do Orgulho Gay.

Para mais informações sobre o evento podem ser obtidas diretamente na sede do MEL, pelo telefone 221-7430.

Evento terá performances de drags

A programação organizada pelo MEL começa às 17h00 horas com a apresentação de um grupo de capoeira e, logo após, haverá um show com as cantoras paraibanas Catia de França, Rosa Duarte e Cristiano Oliveira (vesão).

A drag Elida Marlebeerisk fará uma performance com música erótica. Para as 18h30 estão programados discursos de autoridades.

"A diversidade também será cultural", disse Luciano Vieira.

Os participantes da parada devem deixar a área do antigo Beijo Gelado às 19h00. O encerramento do evento está previsto para as 20h30, em frente ao Hotel Tambaú, com os discursos do presidente da Associação Brasileira dos Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), Marcelo Nascimento, que também é presidente do Grupo Gay de Alagoas, e do presidente do MEL, Luciano Bezerra Vieira.

A apresentação do evento ficará por conta das drags Bakan e Sarah Fashion. Estarão presentes no desfile as matrizinhas gays Estrassia Circle e Isa e Pia. Um trio elétrico, animado pelo DJ Jr. Cacau e pela drag DJ Judy Mee Maid, animará os manifestantes durante toda a parada.

Drag 10

Drags de vários Estados nordestinos devem confirmar presença na parada de sábado. Algumas delegações ficarão instaladas no Campus I da UFPB e terão o almoço fornecido pelo MEL.

"O público é quem vai escolher, através de aplausos, a drag mais irreverente da parada", explicou Luciano Vieira.

Fonte: Arquivo do MEL

O recorte de jornal (figura 2) foi guardado pelo próprio MEL, nesse sentido, ao menos inicialmente, não pudemos fazer uma análise da completude da edição do jornal, ou seja, analisar se há chamada na primeira página ou como a noticia está situada em relação a outras noticias na mesma publicação e na mesma página. Por outro lado percebemos já de inicio que o jornal destinou mais da metade de uma página do noticiário para o anúncio da Parada, além de uma grande foto do militante do MEL Luciano Bezerra[6], carinhosamente apelidado pela militância de Abelha Rainha, além um outro título apontando para as performances drags que acontecerão no evento (vide figura 1) e de um quadro sobre o alto nível de assassinatos, perseguições e violências a população LGBT. O quadro é em entrevista ao próprio Luciano Bezerra.

A matéria publicada no dia 05 de junho de 2002, de Kalyandra Vaz, ainda discorre sobre o apoio do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de coletivos, grupos e núcleos de pesquisa de estudantes e professores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) na construção da Parada.

6 Atualmente o nome de Luciano Bezerra é homenageado no Centro Estadual de Referência LGBT, na cidade de Campina Grande - PB

Três dias após a publicação do jornal, no dia 08 de junho do mesmo ano, as ruas de João Pessoa se pintaram de colorido, de corações cheios de orgulho e resistência, de novo ares, como a chamada da notícia afirma “visa[ndo] o fim do preconceito e da exclusão”.

CONCLUINDO SEM CONCLUSÕES

Os anos que seguem essa parada foram de construção e afirmação de valores democráticos. Conselhos LGBT, congressos, seminários, formações nacionais, portarias, leis que visavam a diminuição dos casos de LGBTfobia... Foram muitas lutas e os ares de consolidação da democracia possibilitavam sonhar novos sonhos e cada vez mais altos. As críticas às gestões do Partido dos Trabalhadores da primeira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva até o golpe de 2016 na presidenta eleita Dilma Rousseff devem ser feitas e pontadas, mas nunca se viu, na história desse país, tantas políticas de afirmação, proteção e diminuição das desigualdades voltadas a população LGBT. O Movimento LGBT da Paraíba esteve junto às reinvindicações, na construção das políticas públicas e nas ruas quando necessário.

Neste artigo concluímos com mais dúvidas do que quando começamos. Seria o Orgulho uma afirmação de dissidente ou uma afirmação de identidade? Ou ambos? A afirmação do Orgulho propõe a diferença ou a assimilação à cisheteronormatividade? Como seria um Orgulho Queer? Como dito acima, essas questões tendem a se multiplicar e trezer além de novas respostas novas perguntas. A afirmação que podemos fazer nessa altura é que apenas uma genealogia do Orgulho LGBTQIAP+ poderá suprir algumas outras lacunas, não uma genealogia das Paradas do Orgulho LGBT, mas uma genealogia do Orgulho LGBT enquanto um sentimento situado na História, ou seja, no tempo e no espaço.

REFERÊNCIAS

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu (26)**, 2006.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARGOS, Moacir Lopes. O surgimento das paradas LGBT no Brasil. In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. – 1. ed. – São Paulo: Alameda, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 10ª ed. – Rio de Janeiro/

São Paulo: Paz e Terra, 2020

GREEN, James N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do Século XX; traduzido por Cristina Fino, Cássio Arantes Leite. – 2. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2019.

GREEN, James N. **Revolucionário e Gay**: a extraordinária vida de Herbert Daniel - Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão; tradução Marília Sette Câmara. - 1ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

GREEN, James N. Nem todos os caminhos levam a Nova York. **Cult, 2019**. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/stonewall-america-latina/. Acesso em: 28/10/2020.

GUASH, Òscar. **La crisis de la heterosexualidad**. – 2. Ed. Novembro, 2007. Laertes, S.A. de Ediciones. C/ Virtur, 8, baixoa – Barcelona.

KATZ, Jonathan N. **A invenção da heterossexualidade**; tradução Clara Fernandes. – Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

LIMA, Solange F.; CARVALHO, Vânia C. Usos sociais e historiográficos. In PINSKY, Carla B.; LUCA, Tânia R. (orgs.). **O historiador e suas fontes** – 1.ed., 6º impressão – São Paulo: Contexto, 2020.

LOPES JUNIOR, Luiz Gervazio. "**As gay, as bi, as trans e as sapatão estão todas organizadas para fazer revolução**": uma revisão bibliográfica da emergência do movimento LGBT no Brasil e na Paraíba (1980-2000). - 2020. 33 fls. Monografia em História – Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2020.

OLIVEIRA, José M. D. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**: Relatório do Grupo Gay da Bahia/ José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott. – 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

OLIVEIRA, Thiago de Lima. Levantar bandeira e dar pinta Inflexões etnográficas sobre o movimento lgbt em joão pessoa (1980-2002) e suas ressonâncias. **Revista Bagoas**, Natal, n. 16 | 2017 | p. 318-351.

PESAVENTO, Sandra J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regima autoritário brasileiro. In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). História do movimento LGBT no Brasil. – 1. ed. – São Paulo: Alameda, 2018.

QUINALHA, Renan. Somos o que mesmo? In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. – 1. ed. – São Paulo: Alameda, 2018.

ROLNIK, Suely. **Uma insólita viagem à subjetividade**: fronteiras com a ética e a cultura, 1997. Acessado em: 03/06/2021, disponível em http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/viagemsubjetic.pdf

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Tradução Carlos Guilherme do Valle. Bagoas, n. 05, 2010, p. 17 – 44.

SANTANA, Bruno Leonardo de Andrade. **Cultura material e ativismo**: o Design Gráfico como ferramenta de militância do grupo Nós Também . 1. ed. – João Pessoa: Marca de Fantasia, 2020.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu (28)**, Campinas, janeiro-junho de 2007:19-54

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TREVISAN, João S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. – 4ª ed. Ver., atual. E amp. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2018

VIDARTE, Paco. **Ética bixa – proclamações libertárias para uma militância LGBTQ**. Traduzido por Pablo Cardellino Soto e Maria Selenir Nunes dos Santos. 1ª ed. São Paulo: n-1edições, 2019

WITTIG, Monique. **O Pensamento Hetero**. Disponível em: https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero_pdf.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021

A LITERATURA MARGINAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES: A ESCREVIVÊNCIA DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Vaneza Pereira Narciso [1]

RESUMO

A literatura de autoria feminina vem se destacando na contemporaneidade. Ler os manuscritos de mulheres negras é intrigante e causa certa estranheza quando observar-se que a autoria literária é feminina, negra e pobre. Este artigo objetiva entender se a escrita e a vivência de Carolina Maria de Jesus, na obra *Quarto de Despejo*, trazem contribuições para a compreensão da literatura contemporânea sob perspectivas críticas da realidade do Brasil naquela época. Justifica-se tal análise pelo seguinte: ascensão contemporânea da literatura feminina negra e o pioneirismo de Carolina na estética literária negra a partir do cotidiano e memórias. A pesquisa é qualitativa com procedimentos bibliográficos e documental. Conclui-se que o ato da escrita de autoria feminina é subversivo e devido ao lugar de fala da autora, sua mensagem ganha amplitude e ecoa até os nossos dias motivando outras mulheres a serem protagonistas da sua própria história.

Palavras-Chave: Literatura Marginal; Mulheres; Escrevivência; Quarto de Despejo.

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, os padrões masculinos dominantes limitavam as escritoras e forçaram-nas a seguir a lógica imposta na tentativa da aceitabilidade (DUARTE, 1997). De fato, muitas escreveram e poucas publicaram. Acrescenta-se a esta imposição o conceito de cânone literário que embora genérico, inclui alguns e exclui muitos. Por isso, é importante trazer o que foi colocado por Antoine Compagnon (2003) que de maneira assertiva alertou sobre “todo julgamento de valor repousa num atestado de exclusão; Dizer que um texto é literário subentende sempre que um outro não é.” (COMPAGNON, 2003).

Diante da impossibilidade de conter a criatividade humana, a literatura marginal vai tomando espaços e se afirmando como um gênero literário relevante. Ainda que não seja a intenção precípua da literatura marginal ser provocativa, ela desestrutura a lógica imposta pela colonização. Tal lógica legitima-se através de qualificações restritivas, novas classificações textuais e novos conceitos de literatura. Numa diferença temporal de 20

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário Maria Milza, (UNIMAM). Email: vanezanarciso@gmail.com

anos, Saraiva (1995) e Nascimento (2005) apresentam os conceitos de literatura marginal e conduz o leitor ao campo de reflexão acerca da oferta literária contemporânea.

Se o uso do termo marginal visa desqualificar o autor inserido no contexto de fala, torna-se relevante trazer para o espaço de escuta a reflexão sobre o termo Escrevivência, o qual é conceituado por Conceição Evaristo como "fenômeno diaspórico e universal" seguido da complementação de que "a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos." (DUARTE, 2020)

Talvez de forma despretensiosa, a escritora Carolina Maria de Jesus, afronta a tradição literária, com sua obra *Quarto de Despejo*, pois "nunca coube aos negros o papel de protagonistas dessa história" e mais que isso, o que se questiona "é a perspectiva social de quem fala, ou escreve" (DALCASTAGNÈ, 2014). E assim, a escrita de Carolina Maria de Jesus levanta questões para um longo debate acerca da decolonialidade na literatura contemporânea.

CÂNONE LITERÁRIO E LITERATURA MARGINAL

Um dos "perigos" da literatura seria o cânone literário que é definido como sendo uma lista "informal" composta dos clássicos literários considerados como obras grandiosas e universais de acordo com parâmetros estabelecidos. E o que são os clássicos? Calvino (2007), após apresentar 14 definições e explanar sobre cada uma delas, as resume em dizer "que os clássicos servem para entender quem somos e aonde chegamos" (CALVINO,2007). Mas cabe ressaltar que há um juízo de valor do que deve ser indicado "aos acadêmicos em sala de aula e até mesmo em projetos de pesquisa agregados às universidades". Os livros e autores indicados são os considerados como "bons, valiosos, grandes ou dignos de leitura e pesquisa", já os excluídos, são tidos como de "baixa literatura" (SACHINSKI, 2012).

Quais seriam as razões e princípios utilizados para determinarmos se um texto é ou não literário? Antoine Compagnon (2003) de maneira assertiva alertou que "todo julgamento de valor repousa num atestado de exclusão. Dizer que um texto é literário subentende sempre que um outro não é" (COMPAGNON, 2003). Os critérios subjetivos da escolha, atingem também os autores que são julgados como escritores, ou não, com base na sua condição social, cultural ou econômica.

A partir dos anos 60, a palavra marginal ganhou notoriedade em diversas áreas das artes, ciências e humanas. O termo é frequentemente posto fazendo-se analogia ao rio que é líquido e móvel em contraponto a margem que é sólida e fixa. Neste fluxo comparativo, Saraiva apud Benn (1982) propõe que o movimento da literatura marginal é a

descentralização, onde se repensa a inclusão e a exclusão da produção de textos. Assim, designa-se literatura marginal com a pretensão de "favorecer a incorporação no espaço da verdadeira literatura de inúmeros textos que eram ou são colocados à margem dela, não importa se por incúria, por preconceitos, por censura, por ignorância" (SARAIVA, 1995).

Nos anos de 1970, no Brasil, quem produzia a literatura marginal eram escritores da classe média e alta - Ana Cristina César, Cacaso, Paulo Leminski, Francisco Alvim e Chacal - pautada na subversão dos padrões vigentes. Após 1970, os protagonistas desta literatura são os oriundos das camadas populares e moradores de periferias: Ferréz, Sérgio Vaz, Alessandro Buzo, Sacolinha, Ridson Dugueto, Santos da Rosa, Erron Moraes- mas que não se opunham às editoras e por isso nao estavam à margem do mercado editorial. (NASCIMENTO, 2005). Ferréz dá uma descrição da literatura marginal tomando como referência Carolina Maria de Jesus, quando diz que "a Literatura Marginal, sempre é bom frisar, é uma literatura feita por minorias, sejam elas raciais ou socioeconômicas. Literatura feita à margem dos núcleos centrais do saber e da grande cultura nacional, ou seja, os de grande poder aquisitivo" (NASCIMENTO,2005).

REFLEXÕES SOBRE A ESCREVIVÊNCIA

Em 25 de julho de 2020, num encontro virtual, Conceição Evaristo faz um depoimento no qual define a Escrevivência como "fenômeno diaspórico e universal". Tal fenômeno parte da figura central que é a Mãe Preta que vivia na casa-grande para cuidar da família colonizadora e "contar histórias para adormecer os da casa-grande". A pretensão da Escrevivência é desconstruir, através da escrita, a imagem da mulher negra sob o domínio dos escravocratas. Assim, arremata-se a explanação com a famosa colocação de Conceição Evaristo de que "a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos" (DUARTE, 2020). É notório que a escrita de mulheres negras de origem marginalizada vem causando um barulho ensurdecedor. Veremos isso mais adiante.

A Escrevivência vai mais além da contemplação da vida e traz o incômodo com o estado das coisas e um questionamento sobre como a sociedade ignora aquilo que desconhece e menospreza a vivência do outro fundamentando-se em critérios puramente subjetivos. Torna-se subversivo observar mulheres negras e pobres romperem as correntes do cânone literário e avançarem na escrita até alcançar o público que tanto almeja vivenciar tal leitura. Talvez, para elas, "o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida" (DUARTE, 2020).

Conceição Evaristo propõe algumas diretrizes para o entendimento e estudo da Escrevivência. Algumas destas diretrizes são: “incluir na sociedade letrada pessoas que não detêm essa competência, pois geralmente são marginalizadas, valorizar histórias de mulheres – principalmente as pobres e as negras, destacando-as como histórias exemplares” bem como, “afirmar que todas as histórias são significativas: a história do outro é significativa na medida em que essa história tem ressonância em mim; entender a ressonância como unidade” (NUNES, 2020). A escrevivência é um ato inclusivo no âmbito da leitura, pois está acessível a todos, mas também é inclusiva quanto à autoria, pois se respeita a história afetiva do autor.

CAROLINA MARIA DE JESUS E SUAS CONTRIBUIÇÕES

Carolina Maria de Jesus nasceu por volta de 1914, em Minas Gerais. Foi uma catadora de papel e morou na comunidade do Canindé, a primeira grande favela de São Paulo, onde criou seus três filhos. A fome era razão para sua escrita. Negra que cursou até o segundo ano do ensino fundamental, colocou em seu diário o dia a dia da realidade dos despojados da liberdade na época dos anos de 1960. (JESUS, 2014) É considerada a precursora da literatura marginal no Brasil.

Até aqui analisamos a correlação entre os conceitos de literatura marginal, cânone literário, e escrevivência. Seguimos o debate através na produção literária de Carolina Maria de Jesus, na obra *Quarto de Despejo*. O objetivo é trazer uma reflexão sobre como o ato da escrita de Carolina reverbera até os nossos dias e quais autoras ampliam a discussão sobre a literatura marginal. Faz-se necessário tal análise, pois “nunca coube aos negros o papel de protagonistas dessa história” e mais que isso, o que se questiona “é a perspectiva social de quem fala, ou escreve” (DALCASTAGNÈ, 2014). E assim, a escrita de Carolina Maria de Jesus levanta questões para um longo debate acerca da decolonialidade na literatura contemporânea.

A repercussão dos textos de Quarto de Despejo afronta à lógica de que a “literatura se distingue por ser expressão maior da cultura de elite”. Sobre a ascensão histórica de Carolina Maria de Jesus, pode-se elencar:

- Quarto de Despejo foi traduzido em pelo menos treze línguas;
- Carolina superou todos os escritores brasileiros em termos de conhecimento internacional;
- ultrapassou largamente Jorge Amado como personalidade “literária” mais conhecida do Brasil (MEIHY, 1998);

- até hoje permanece como a autora brasileira mais publicada no exterior, em particular nos Estados Unidos;
- integrou a lista de leituras obrigatórias do vestibular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). (UNICAMP, 2017);
- Quarto de Despejo ocupa o primeiro lugar do projeto 200 anos, 200 livros, uma iniciativa que selecionou as duzentas obras mais importantes para entender o Brasil (ARAÚJO, 2022).

Tal potência literária de Carolina Maria de Jesus dirige o leitor atento a outros caminhos na mesma jornada: conhecer autoras contemporâneas que escrevem sobre si e falam por nós. Aqui menciona-se três exemplos, mas há espaço no debate para muitas outras autoras negras. Primeiro cita-se, Eliana Alves Cruz que na obra Água de barrela, narra a história de sua família desde os tempos da escravidão. Em 2015, o livro foi contemplado em primeiro lugar no Prêmio Oliveira Silveira, concurso promovido pela Fundação Cultural Palmares (LITERAFRO, 2022). Em seguida, a escrita potente de Ana Maria Gonçalves na obra Um defeito de Cor:

> "Romance foi inspirado nas lacunas da biografia de Luiz Gama, importante líder abolicionista, mestiço, supostamente filho de um rico comerciante português e da escrava ioruba1 alforriada Luiza Mahin. No romance, a autora revela que Luiza foi o nome que a africana Kehinde recebera ao chegar ao Brasil."(SILVA, 2012)

Por fim, menciona-se um exemplar da nova geração que também é movida pela Escrevivência a narrar sua história que reflete a vivência de um coletivo. É a Laura Beatriz que escreve na obra As Negras Crônicas que faz parte do projeto literário Escurecendo os Fatos, onde mulheres negras relatam como suas vivências em uma sociedade racista e machista as colocam como coisas, objetos ou pedaços de carne (DELBONI, 2020)

Como finalizou Penteado (2016) em seu artigo intitulado *A árvore Carolina Maria de Jesus: uma literatura vista de longe* ao escrever: "Talvez Carolina não tivesse consciência disso, mas devemos a ela o momento em que o morador da periferia deixa de ser objeto, rejeita o mediador letrado e passa a falar por si mesmo" (PENTEADO, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da obra de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de Despejo*, este artigo faz uma correlação entre os termos cânone literário, literatura marginal e Escrevivência. O objetivo foi compreender o poder da escrevivência e seu impacto na literatura contemporânea. Ao

mesmo tempo, propor que sejam visitados ou revisitadas autoras negras que são excluídas do cânone literário.

Utilizamos a Escrevivência como fio condutor das narrativas que nascem duma inquietude diante dos problemas sociais que são, por vezes, ignorados pela sociedade. Mas a escrita sobre estes problemas não significa a vitimização, mas sim, a descentralização do ato da escrita. Quem escreve, torna-se protagonista de sua história e oferece seu olhar endógeno acerca do que vive.

Outras vozes aparecem na contemporaneidade para avolumar o coletivo de autoras negras que utilizam a Escrevivência como ato subversivo ao cânone literário. Esta é uma das contribuições de Carolina Maria de Jesus e pelo qual somos gratos. Pois, a democratização da produção literária só ocorre quando se abarca a diversidade e pluralidade brasileira.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Gabriel. '**Quarto de Despejo' vê Brasil esquecido, dizem curadores do 200 anos, 200 livros**. Folha de São Paulo. São Paulo, 12 de mai. 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/independencia-200/2022/05/quarto-de-despejo-ve-brasil-esquecido-dizem-curadores-do-200-anos-200-livros.shtml Acessado em: 07 ago. 2022.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. Editora Companhia das Letras, 2007

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

DALCASTAGNÈ, Regina. Para não ser trapo no mundo: as mulheres negras e a cidade na narrativa brasileira contemporânea. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**. p. 289-302, 2014.

DELBONI, Carolina. A literatura de mulheres periféricas. **Revista Trip Uol**, 18 jun. 2020. Disponível em : https://revistatrip.uol.com.br/tpm/a-literatura-de-mulheres-perifericas Acesso em: 04 set. 2022.

DUARTE, Constância Lima. In: AGUIAR, Neuma. **Gênero e ciências humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 85-94.

DUARTE, Constância Lima. **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014.

LITERAFRO. **Eliana Alves Cruz**. 29 de jul. 2022. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/1159-eliana-alves-cruz Acesso em: 04 set. 2022.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Carolina Maria de Jesus**: emblema do silêncio. Revista USP. n. 37, p. 82-91, 1998.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. Por uma interpretação socioantropológica da nova literatura marginal. **Plural**, v. 12, p. 21-46, 2005.

NUNES, Isabella Rosado. In: DUARTE, Constância Lima. **Escrevivência: a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 18.

PENTEADO, Gilmar. A árvore Carolina Maria de Jesus: uma literatura vista de longe. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, p. 19-32, 2016.

SACHINSKI, Juliana Bezerra de Oliveira. A composição do cânone literário e as margens inconstantes da literatura ocidental. REVELL: **Revista de Estudos Literários da UEMS**, v. 2, n. 5, p. 20-28, 2012.

SARAIVA, Arnaldo. **O conceito de literatura marginal**. "Discursos [Em linha] : estudos de língua e cultura portuguesa". ISSN 0872-0738. Nº 10 (Maio 1995), p. 15-23

SILVA, Ana Maria Vieira. **Um defeito de cor: escritas da memória, marcas da história**. Anais do SILIAFRO. Volume , Número 1. p.31-46. EDUFU,2012.

UNICAMP. **'Quarto de despejo', de Carolina Maria de Jesus, é leitura obrigatória**. Destak, São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/clipping/2017/09/04/quarto-de-despejo-de-carolina-maria-de-jesus-e-leitura-obrigatoria Acesso em: 06 ago. de 2022.

[Artigo referente ao ST 13]

EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO OU O PATRIMÔNIO NA EDUCAÇÃO? INVENTÁRIO PARTICIPATIVOS SOBRE O CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA/PB

Luana Carla Martins Campos Akinruli[1]

RESUMO

O texto pretende trazer as discussões teóricas que embasam a realização da pesquisa pós-doutoral e do projeto em desenvolvimento intitulado “Programa Participa! – Educação para o Patrimônio: Inventários Participativos no Centro Histórico de João Pessoa/PB”. Trata-se de uma ação de pesquisa, ensino e extensão desenvolvida com as comunidades escolares de João Pessoa, capital da Paraíba, no sentido de promover atividades efetivas de intervenção para a preservação e educação patrimonial através da realização dos inventários pedagógicos pautada em metodologia difundida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O Programa apresenta ações voltadas à capacitação docente e discente que preveem um conjunto de ações didático-metodológicas destinadas ao fomento e desenvolvimento da pesquisa patrimonial no ambiente escolar, a serem realizadas de maneira conjunta, colaborativa e interativa.

Palavras-Chave: Educação; Patrimônio Cultural; João Pessoa.

INTRODUÇÃO

Houve um tempo – fundamentalmente as últimas três décadas – em que ocorreu um evidente movimento de ampliação dos debates sociais sobre o patrimônio que reverberou, portanto, em uma amplitude das ações de identificação, registro e salvaguarda dos bens culturais. Vive-se agora, ao contrário, uma situação de espectro de invisibilidades de processos de devastações do patrimônio marcadas por visões de um por vir apocalíptico. Os processos de arruinamentos de bens protegidos, as alterações dos diplomas legais que regem a salvaguarda dos patrimônios, e mesmo os primeiros casos de destombamentos, expõem uma crise do modelo e mesmo do discurso de preservação até então amplamente

1 UFPB / Instituto INSOD. E-mail: luanacampos@insod.org

difundido. Mesmo em um contexto de expansão da memória pelo uso de tecnologias, cada vez mais se discutem e se inserem as questões de descartes de acervos.[2]

O choque entre as conveniências do patrimônio cultural em relação aos projetos de desenvolvimento expõe, por exemplo, as dificuldades reais do modelo de um desenvolvimento dito socialmente justo, ambientalmente correto e economicamente viável. Espalham-se os casos de (in)justiça ambiental e busca pelos direitos ambientais, disseminam-se lutas ambientalistas que ecoam pelo mundo.[3] Os processos de gentrificação se propalam, ressaltam-se os espaços como lugares de lutas e resistências dos povos e saberes tradicionais em prol da conservação cultural e ambiental.[4]

As evocações do fim do mundo, fim dos tempos, do fim das coisas, e futuros catastróficos se desenham no mundo das ideias em resposta ao horizonte das realidades concretas exemplificadas pelo tempo do rompimento das barragens de rejeitos de mineração, pela expropriação de territórios de populações tradicionais para construção de usinas hidrelétricas ou para o agronegócio, pela supressão de vegetações nativas transformadas em carvão, pela extinção de espécies animais e vegetais cujos indivíduos não poderão mais existir nesse planeta, pelas perdas patrimoniais de um modo geral.[5]

As discussões decorrentes deste projeto sobre o contexto do Centro Histórico de João Pessoa nos levam a vislumbrar os processos e estratégias de (des)patrimonialização, de modo a entender os parâmetros e metodologias que norteiam os critérios de valoração e desvalorização do patrimônio cultural e os regimes memoriais em contextos críticos. Permitem, nesse aspecto, avaliar os distanciamentos existentes entre os termos de

---

2 No campo da área da Ciência Informação, as dimensões arquivísticas, biblioteconômicas e museais do patrimônio cultural tem refletivo a ampliação de discussões em relação à memória digital dos acervos que ora manifestam posições afirmativas pela ampliação do acesso e das formas de preservação, ora trazem à baila o debate sobre os critérios restritivos de definição do que é relevante ser preservado, rememorado e, portanto, fisicamente guardado em espaços de memória como arquivos, bibliotecas e museus. DODEBEI, Vera. Tempos Memoriais e patrimoniais: notas de pesquisa sobre memória e informação. In: NETTO, Carlos Xavier de Azevedo (org.). *Informação, Patrimônio e Memória*: diálogos interdisciplinares. João Pessoa: Ed. UFPB, 2015, p.47.

3 PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, vol.14, nº 06, 2009, p.1983-1994. ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. In: *Estudos Avançados*, vol. 24, nº 68, 2010, p.103-119. BIANCO, Bela Feldman (org.) *Desafios da Antropologia Brasileira*. Brasília: ABA, 2014.

4 MENDES, Luís. Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. In: *Cadernos Metrópole*, São Paulo, vol.13, nº 26, 2011, p.473-495.

5 DESCOLA, Philippe. Ecologia e Cosmologia. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (orgs.). *Faces do trópico úmido – conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup, 1997, p.243-261. OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Arqueologia de Contrato: colonialismo interno e povos indígenas no Brasil. In: *Amazônica – Revista de Antropologia*, vol.07, nº 02, p.354-374, 2015. OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice (orgs.). *Belo Monte e a questão indígena*. Brasília/DF: ABA, 2014. OLIVEIRA, João Pacheco de; MURA, Fabio; SILVA, Alexandra Barbosa (orgs.). *Laudos Antropológicos em Perspectiva*. Brasília: ABA, 2015.

referência e diplomas legais locais, nacionais e internacionais, seus mecanismos convertidos em políticas públicas e o distanciamento com as realidades experienciadas pelos moradores das áreas históricas.

Os mecanismos de lembrar e esquecer são usados de maneira muito estratégica, promovendo disputas pelas formas de interação, reflexão e representações sociais dos patrimônios e de suas gentes. Posto isso, nos processos contemporâneos de conflitos de memória, com apelos e reivindicações de memória de um passado recente, nesse jogo de luz e sombras, a quem interessa preservar o patrimônio cultural brasileiro? E, a quem interessa ainda mais promover a sua morte?

Estas são algumas das questões que este projeto tem investigado ao longo do estágio pós-doutoral. Privilegia-se, para isso, uma perspectiva holística, cujo trabalho se desenvolve para além das fronteiras disciplinares dos campos do conhecimento científico, sendo nessa pesquisa privilegiados os diálogos especialmente entre a História, Educação, Antropologia e a Arqueologia.[6] Notoriamente não somente por sua discussão teórica, sumariamente exposta até aqui, mas pelo desenvolvimento das propostas de atividades efetivas de intervenção para a preservação e educação patrimonial através da realização dos Inventários Pedagógicos, que prevê um conjunto de ações didático-metodológicas destinadas ao fomento e desenvolvimento da pesquisa patrimonial no ambiente escolar.

INVENTARIAR É DOCUMENTAR, SALVAGUARDAR, DEMOCRATIZAR

Os inventários pedagógicos são procedimentos dedicados aos inventários participativos do patrimônio cultural desenvolvidos junto à comunidade escolar. Tratam-se especificamente de discussões relacionadas ao Inventário Pedagógico posto em prática a partir da parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde o ano de 2012, que fundamenta procedimentos de identificação do acervo cultural local por jovens mediados pelos seus professores, que desenvolvem pesquisas sobre o patrimônio cultural sobre o lugar em que vivem. Contrastes entre o Inventário Pedagógico e o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) devem ser, ainda, balizados no intuito de se entender seus limites e vicissitudes, especialmente no que tange à emergência de novas representatividades, agentes e agências relacionados aos procedimentos de patrimonialização na sociedade

6 BOURDIEU, Pierre. *Os Usos Sociais da Ciência*. Por uma Sociologia Clínica do Campo Científico. São Paulo: UNESP, 2004. *Cf.* SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: STARLING, Heloisa M. M.; ALMEIDA, Sandra R. G. (orgs.). *Sentimentos do Mundo*: ciclo de conferências dos 80 anos da UFMG. Belo Horizonte: d. UFMG, 2009, p.77-128.

contemporânea.[7]

Os Inventários Pedagógicos se baseiam na transposição didática do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) desenvolvido pelo IPHAN nos processos de Registro do patrimônio nacional de natureza imaterial, categorizados em fichas de celebrações, lugares, expressões, ofícios e modos de fazer, conforme definido no Decreto nº 3.551/2000 e na Resolução IPHAN nº 001/2006. Considera-se, portanto, que a comunidade escolar é responsável pela definição do que é seu acervo cultural e, para tanto, desenvolve pesquisas com o intuito de conhecer, identificar, preservar e difundir o conhecimento sobre o seu patrimônio cultural local.

Por influência do INRC, o Inventário Pedagógico é desenvolvido sob a perspectiva de se fazer questionar não somente os temas, enfoques e modos de descrever a cultura, mas a forma da construção da própria narrativa patrimonial, seus valores e procedimentos associados, o que é mobilizado pela ação de pesquisa no ambiente escolar. A pesquisa se fundamenta nas concepções de uma educação libertadora baseada na construção da autonomia e da conscientização como defendido por Paulo Freire.[8] A perspectiva freireana da educação instiga a um olhar crítico, diferente e questionador sobre aquilo que se vê, todos os dias, de modo a desnaturalizar o cotidiano e a transformar e valorizar a relação entre vivência e experiência. A mediação dialógica entre o conhecimento prévio do aluno, construído pela vivência cotidiana, e o conhecimento formal, é uma das chaves do desenvolvimento da pesquisa na escola. Por meio da pedagogia da pergunta, a pesquisa se desdobra em propulsores da autonomia e protagonismo dos sujeitos na relação entre o seu patrimônio, seu território e sua identidade cultural.

O Inventário Pedagógico permite uma experiência criativa de aprendizado de um conteúdo que ultrapassa as limitações disciplinares, concretizando-se em vivências materializadas nas atividades e ações de formação presentes no ambiente interativo e colaborativo de aprendizagem, em um diálogo ao mesmo tempo síncrono e assíncrono de apropriação cultural. Mesmo que em menor escala, vislumbra-se, ainda, promover a reflexão sobre as dimensões da participação dos sujeitos em redes de práticas didático-metodológicas inovadoras.

---

7 AKINRULI, Luana Carla Martins Campos; AKINRULI, Samuel Ayobami. A comunidade escolar e o patrimônio cultural: autonomia e protagonismo dos sujeitos-pesquisadores nos procedimentos de inventários participativos. In: DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio (org.). *Paulo Freire – Formação de educadoras/es, diversidade e compromisso social*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 75-91, 2019.

8 FREIRE, Paulo. *Conscientização*. São Paulo: Moraes, 1980. FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1988. FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002. FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. FREIRE, Paulo. *Por uma Pedagogia da Pergunta*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

A elaboração das pesquisas se apoia em um processo emancipatório para que a comunidade escolar possa se apropriar dos procedimentos e desenvolver o trabalho de forma independente. Tanto em termos teóricos quanto práticos se torna possível visualizar a interdependência da tríade pedagógica "conceito – significado – prática", na medida em que o conhecimento prévio é mobilizado durante a pesquisa para a sensibilização a respeito da diversidade cultural relacionada à história, memória e ao patrimônio cultural local, e que houve produção de novos significados por meio da articulação entre o conhecimento adquirido ao longo dos processos e que foi transformado por meio de novas práticas didáticas baseadas na pesquisa e na produção do conhecimento.

A partir da ampliação dos conceitos, têm-se a produção de novos significados o que, portanto, modifica a prática e que implica diretamente na transformação da relação de pertencimento dos alunos com o patrimônio cultural local. Esse processo promove a valorização das relações estabelecidas no sentido de torná-las meio e fim de um desenvolvimento responsável, que se paute na realidade crítica para se compreender os procedimentos epistemológicos de produção do conhecimento.

Desenvolve-se um processo dinâmico de aprendizado com interdependência entre teoria e prática, entre experiência e vivência, que se justifica socialmente pelo fato de o tema estudado ser parte do cotidiano dos participantes e, ainda, pedagogicamente, considerando que o objetivo é também e, sobretudo, promover a construção da autonomia dos sujeitos – alunos e professores pesquisadores – que são protagonistas, representantes e construtores de suas memórias e histórias.

PROGRAMA PARTICIPA! EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO: INVENTÁRIOS ARTICIPATIVOS NO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA/PB

O desenvolvimento dos Inventários Participativos aqui elencados tem sido desenvolvido ao longo do ano de 2022 por meio da implementação do "Programa Participa! – Educação para o Patrimônio: Inventários Participativos no Centro Histórico de João Pessoa/PB" que se trata de um convite às comunidades escolares da cidade, na qual participam a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Antônia Rangel de Farias e o Centro Educacional de Inovação e Tecnologia (Inotech). O Programa Participa! Tem incentivado às reflexões sobre as formas de (re)conhecimento do patrimônio cultural: como se dá o processo de construção da noção de bem cultural? Quais são os parâmetros que atualmente norteiam esse processo de eleição e seleção dos bens, quais são as balizas e os procedimentos teórico-metodológicos indicados nos termos de referência propostos por instâncias responsáveis pela questão do patrimônio cultural? Quais são

os desdobramentos de ideias e discursos que implicam em práticas e representações sobre os processos de construção de discursos sobre o patrimônio cultural? Como se desenvolvem as pesquisas, o processo operativo que gera os produtos técnicos, ou seja, a prática do trabalho de campo e qual o envolvimento da comunidade nessa dinâmica?

A pedagogia da pergunta nos encaminha para a abertura crítica de horizontes e possibilidades sobre os processos de patrimonialização, em suas problemáticas sobre a relevância social do patrimônio cultural e os processos de (des)valorização. Deve-se estilhaçar o monumento para se entender as partes que o compõem, sendo necessário o desvelamento de todas as etapas e processos, agentes e agências, pertinentes aos procedimentos de identificação, documentação e preservação do patrimônio cultural.

Da estrutura hierárquica das peças técnicas resultantes desses inventários, observa-se um mundo compartimentado em categorias diferenciadas do acervo cultural, em que se luta pela relevância do universo imaterial. E que se luta pelo direito de fala: sobre o enunciado e o enunciador, o que, quem e como se pode falar? A crítica à autoridade etnográfica aparece fundamentalmente no Inventário Pedagógico: qual o papel dos técnicos e da comunidade nos estudos desenvolvidos, há produção de diálogo, produção compartilhada ou subordinação e dominação epistêmica imposta pelos estudiosos? A crítica epistêmica se dá também na produção de conhecimento, questionando os limites do que é considerado irracional, não-científico.

Não devemos nos esquecer que nem sempre o conhecer para preservar foi a máxima socialmente defendida: teve um tempo em que o conhecer era destinado a dominar, cujas classificações e compartimentações do racionalismo da ciência e da técnica, impunham a ordenação do mundo por meio do uso e abuso do poder nominativo e classificatório sobre as coisas. Não havia espaço para os questionamentos sobre as bases epistemológicas do conhecimento a respeito da cultura, sobre os processos de nominação científica e a inclusão da experiência individual de investigação. A perspectiva da subjetividade emergiu, no entanto, explorando as idiossincrasias da relação não somente do pesquisador, mas da própria coletividade que toma para si o poder de fala, o poder da palavra, o poder de ser detentora da exposição e registro do seu conhecimento. Detentora do passado, presente e do futuro de seus caminhos. Afinal, a quem interessa inventariar, registrar, guardar, esquecer?

Os inventários participativos promovem a quebra de agenciamentos epistêmicos e da conformação de hegemonias epistemológicas se dá pelo reconhecimento da existência de outras epistemes que passam a ser trazidas para o centro da narrativa, dando reconhecimento a grupos diversos que em outras situações muitas vezes são silenciados

ou negligenciados. Assim, traz possibilidades para a construção do conhecimento a partir de paradigmas outros: conhecimento para e com os interlocutores (como estes pensam, sentem e produzem o seu próprio conhecimento sobre sua cultura). Também, permitem um diálogo entre o geral e o específico de forma a desenhar um quadro conceitual e metodológico específico de análise do patrimônio cultural em um tempo específico de reflexão sobre o vivido. O protagonismo dos jovens pesquisadores e dos professores pesquisadores no caso do Inventário Pedagógico marca a distinção da autonomia promovida pela educação.

Há uma polifonia de concepções e experiência ora em processo no Programa Participa! cujos resultados serão, em tempo, compartilhados.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. In: **Estudos Avançados**, vol. 24, nº 68, p.103-119, 2010.

AKINRULI, Luana Carla Martins Campos; AKINRULI, Samuel Ayobami. A comunidade escolar e o patrimônio cultural: autonomia e protagonismo dos sujeitos-pesquisadores nos procedimentos de inventários participativos. In: DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio (org.). **Paulo Freire – Formação de educadoras/es, diversidade e compromisso social**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 75-91, 2019.

BIANCO, Bela Feldman (org.) **Desafios da Antropologia Brasileira**. Brasília: ABA, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Os Usos Sociais da Ciência**. Por uma Sociologia Clínica do Campo Científico. São Paulo: UNESP, 2004.

DESCOLA, Philippe. Ecologia e Cosmologia. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (orgs.). **Faces do trópico úmido – conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup, p.243-261, 1997.

DODEBEI, Vera. Tempos Memoriais e patrimoniais: notas de pesquisa sobre memória e informação. In: NETTO, Carlos Xavier de Azevedo (org.). **Informação, Patrimônio e Memória**: diálogos interdisciplinares. João Pessoa: Ed. UFPB, p.44-64, 2015.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MENDES, Luís. Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. In: **Cadernos Metrópole**, São Paulo, vol.13, nº 26, p.473-495, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice (orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília/DF: ABA, 2014.

OLIVEIRA, João Pacheco de; MURA, Fabio; SILVA, Alexandra Barbosa (orgs.). **Laudos Antropológicos em Perspectiva**. Brasília: ABA, 2015.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Arqueologia de Contrato: colonialismo interno e povos indígenas no Brasil. In: **Amazônica – Revista de Antropologia**, vol.07, nº 02, p.354-374, 2015.

PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol.14, nº 06, p.1983-1994, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: STARLING, Heloisa M. M.; ALMEIDA, Sandra R. G. (orgs.). **Sentimentos do Mundo**: ciclo de conferências dos 80 anos da UFMG. Belo Horizonte: d. UFMG, p.77-128, 2009.

XX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA
ANPUH-PB

INDEPENDÊNCIAS, REVOLUÇÕES E MODERNISMOS

30 de agosto a 02 de setembro

MODALIDADE ONLINE